



UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO

O SIGILO BANCÁRIO NO DIREITO GUINEENSE

**(Uma perspetiva integrada de análise, compreensão e construção do regime jurídico quanto
a sua extensão, limites e problemas atuais)**

JANUÁRIO PEDRO CORREIA

Orientador: Professor Doutor Manuel Januário da Costa Gomes

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Ciências Jurídico-Civis

2017



UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO
SIGILO BANCÁRIO NO DIREITO GUINEENSE

(Uma perspetiva integrada de análise, compreensão e construção do regime jurídico quanto a sua extensão, limites e problemas atuais)

JANUÁRIO PEDRO CORREIA

Orientador: Professor Doutor Manuel Januário da Costa Gomes

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Ciências Jurídico-Civis

Júri:

Presidente: **Doutor José Artur Anes Duarte Nogueira**, Professor Catedrático e Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, designado por delegação de competências;

Vogais:

- **Doutor Rui Manuel Pinto Duarte** – Professor Catedrático Convidado da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa;
- **Doutor Paulo Miguel Olavo de Pitta e Cunha** – Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, arguente;
- **Doutor Luís Manuel Teles de Menezes Leitão** - Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- **Doutor Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto** - Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- **Doutor Dário Manuel Lentz Moura Vicente** - Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- **Doutor Manuel Januário da Costa Gomes** - Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, orientador;
- **Doutora Maria de Lurdes Viegas Marques Pereira** - Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, arguente.

Apoio: Bolsa de estudo de CAMÕES – Instituto da Cooperação e da Língua (I.P.)

2017

À minha esposa Telma Correia

Aos meus filhos Samuel e Diogo Correia

O SIGILO BANCÁRIO NO DIREITO GUINEENSE

JANUÁRIO PEDRO CORREIA

Dissertação de doutoramento

em ciências jurídico - civis apresentada

na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Orientador: Professor Doutor M. Januário da Costa Gomes

O sigilo bancário resume-se a “Tudo ver, tudo entender e nada dizer”

(Savary, *apud* Carlos Manuel Ferreira de Carvalho, *Prontuário Bancário – Enciclopédia Comercial e Bancária*, 6ª ed., Lisboa, Paralelo Editora, 1998, p. 473)

“Silêncio naquilo, que se nos disse, ou sabemos, para não comunicar a outrem a coisa, que se quer encoberta, e não sabida de alguém, ou de certas pessoas”.

(Cf. Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, *Esboço de hum Diccionario Jurídico, Theoretico, e Practico, remissivo às leis compiladas, e extravagantes*, Tomo II, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1827)

“Aquele que pergunta pela nossa saúde não nos parece indiscreto. Nós vemos nisso uma prova de interesse, mais do que indiscrição. Pelo contrário, não passará pela ideia de ninguém perguntar a uma pessoa se ela tem um depósito de títulos no banco”. (Cf. François Delachaux, «Le problème du secret bancaire», *Revue économique et sociale: bulletin de la Société d'Etudes Economiques et Sociales*, Band (Jahr): 30 (1972)

“Segundo os tempos e as circunstâncias, o dinheiro faz erguer umas vezes muros de vida privada, outras vezes muros da prisão”

(Alberto Luís, «O Segredo Bancário em Portugal», *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 41, Vol II, Maio a Agosto, 1981, p. 463)

ABREVIATURAS E SIGLAS

Foram empregues as seguintes abreviaturas e siglas:

AC. - Acórdão

AMAO - Agência Monetária da África Ocidental

Anot. - Anotação

ANP - Assembleia Nacional Popular

APBEFGB - Associação Profissional de Bancos e Estabelecimentos Financeiros da Guiné-Bissau

AAFDUL – Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

APB – Associação Portuguesa de Bancos

ATUAL. – Atualizado

AU – Actos Uniformes

AUPCE - Ato Uniforme Relativo à Organização dos Processos Simplificados de Cobrança e de Execução

BAO - Banco da África Ocidental

BCA - Banco Comercial de Angola

BCCI - Banco de Crédito Comercial e Industrial

BCE - Banco Central Europeu

BCEAO - Banco Central dos Estados da África Ocidental

BCGB - Banco Central da Guiné-Bissau

BCSTP - Banco Central de S. Tomé e Príncipe

BCTL - Banco Central de Timor-Leste

BCV – Banco de Cabo-Verde

BDU - Banco da União

BGB - BürgerlichesGesetzbuch

BGH - Bundesgerichtshof

BIC - Bank Identifier Code (Código Identificador Bancário)

BIGB - Banco Internacional da Guiné-Bissau

BIRD- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BM - Banco Mundial

BMJ – Boletim do Ministério da Justiça

BNA - Banco Nacional de Angola

BNGB - Banco Nacional da Guiné-Bissau

BNSTP - Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe

BNU - Banco Nacional Ultramarino
BO - Boletim Oficial
BOA – Boletim da Ordem dos Advogados
BP/BdP - Banco de Portugal
BR - Boletim da República
BRS - Banco Regional de Solidariedade
BSTM - Banco Santander Totta de Moçambique
BverfG - Bundesverfassungsgericht
CC - Código Civil
Ccom – Código Comercial de Veiga Beirão - 1888
CCG - Cláusulas Contratuais Gerais
CD - cash dispenser
CE - Comissão Europeia
CENTIF - Célula Nacional de Tratamento de Informações Financeiras
CFB - Comissão Federal de Bancos
CGD - Caixa Geral de Depósitos
CHIPS – Clearing House Interbank Payment System
CHAPS – Clearing House Automated Payment System
CJ – Colectânea de Jurisprudência
CMF – Code monétaire et financier
CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CNPd - Comissão Nacional de Proteção de Dados
CNUDCI – Commission des Nations Unies Pour le Droit Commercial International
COAF - Conselho de Controlo de Atividades Financeiras
CP – Código Penal
CPC – Código do Processo Civil
CPI - Comissões Parlamentares de Inquérito
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPM - Código Penal Moçambicano
CPP - Código de Processo Penal
CRA - Constituição da República de Angola
CRC - Central de Riscos de Crédito
CRCV - Constituição da República de Cabo-Verde
CRGB - Constituição da República da Guiné-Bissau
CRP - Constituição da República Portuguesa
CSC – Código das Sociedades Comerciais

CTL - Constituição de Timor-Leste
 DD – Débitos-Diretos
 DGCI - Direção Geral de Contribuições e Impostos
 DL - Decreto-Lei
 DR - Diário da República
 DUDH - Declaração Universal dos Direitos do Homem
 EBA - European Banking Authority
 ED. – Edição
 EFTA – Electronic Funds Transfers Act

 EGFE - Estatuto Geral dos Funcionários do Estado (Moçambique)
 ESRB - Comité Europeu do Risco Sistémico
 ET AL. - Et alli
 ETC. - Etecetera
 FATF - Financial Action Task Force on Money Laundering
 FCFA - franco da comunidade financeira africana
 FDB - Faculdade de Direito de Bissau
 FDUL - Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
 FMI - Fundo Monetário Internacional
 GAFI - Grupo de Acção Financeira Internacional
 GB - Guiné-Bissau
 GG - Grundgesetz
 GIABA - Groupe Inter-gouvernemental d'Action contre le Blanchiment d'Argent et le financement du terrorisme en Afrique de l'Ouest
 GIFM - Gabinete de Informação Financeira de Moçambique
 I.E. - isto é
 IBAN - *International Bank Account Number* (Número de Conta Bancária Internacional)
 IBCB – Instituto Brasileiro de Ciência Bancária
 ICM - Instituto de crédito de Moçambique
 IME – Instituto Monetário Europeu
 INSS - Instituto Nacional de Segurança Social
 JOCE – Jornal Oficial do Conselho Europeu
 NIB – Número de Identificação Bancária
 NssDI – *Novíssimo Digesto Italiano*
 N.º/S – número/s
 LBM - Lei Bancária Moçambicana

LF - Lei Fundamental
 LGT - Lei Geral Tributária
 LIF - Lei das Instituições Financeiras
 LIFSTP - Lei das Instituições Financeiras de São Tomé e Príncipe
 LO - Lei Orgânica
 LOBCSTP - Lei Orgânica do Banco Central da República Democrática de São Tomé e Príncipe
 LOBCTL - Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste
 LOBCV - Lei Orgânica do Banco de Cabo-Verde
 LOFTJ - Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais
 LOGE - Lei do Orçamento Geral de Estado
 LRB - Lei de Regulamentação Bancária
 LUR - Listagem de Utilizadores de cheque que oferecem Risco
 MP - Ministério Público
 OAA – Ordem dos Advogados de Angola
 OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
 OHADA - Organização para a Harmonização do Direito dos Negócios em África
 ONG - Organização Não-Governamental
 OP. CIT. - *Opus citatum*
 P./PP. - Página/Páginas
 PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
 PEC – Parlamento Europeu e Conselho
 PG - Peso Guineense
 PIB - Produto Interno Bruto
 PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
 PPEs - Pessoas politicamente expostas
 POS – Point Of Sale System
 RB – Revista da Banca
 RDE – Revista de Direito e Economia
 RDES – Revista de Direito e Estudos Sociais
 RDM – *Revista de Derecho Mercantil*
 RDERCOM – Revista de Derecho Comercial
 REV. – Revista
 RLJ – Revista de Legislação e Jurisprudência
 REF. – Referência
 RFDUL – Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
 RFDUC – Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

RGICSF - Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras
 RMVM - Regulamento do Mercado de Valores Mobiliários
 ROA – Revista da Ordem dos Advogados
 S.D. - sem data
 SAGITTAIRE - *système automatique de gestion intégrée par télétransmission de transactions avec imputation de règlements “étrangers”*
 SADC - Southern African Development Community
 SEBC - Sistema Europeu de Bancos Centrais
 SÉC. - Século
 SME – Sistema Monetário Europeu
 SEPA – *Single Euros Payments Area*
 SEP. - Separata
 SICOI – Sistema de Compensação Interbancária
 SPGT – Sistema de Pagamento de Grandes Transacções
 SS/S – Seguintes/seguinte
 STA - Supremo Tribunal Administrativo
 STF - Supremo Tribunal Federal
 STJ - Supremo Tribunal de Justiça
 STP – São Tomé e Príncipe
 SUPL. – Suplemento
 SWIFT- Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications
 TC - Tribunal Constitucional
 TCAN - Tribunal Central Administrativo Norte
 TCAS - Tribunal Central Administrativo Sul
 TPA - Terminal de Pagamento Automático
 TRL – Tribunal da Relação de Lisboa
 TRC - Tribunal da Relação de Coimbra
 TRP - Tribunal da Relação do Porto
 TRG - Tribunal da Relação de Guimarães
 UCLEFA - Unidade de Coordenação da Luta contra a Evasão e a Fraude Fiscal e Aduaneira
 UCC – Uniform Códice Commerce
 UE – União Europeia
 UEMOA - União Económica e Monetária do Oeste Africano
 UIF - Unidade de Informação Financeira
 UEM – União Económica e Monetária
 UMOA - União Monetária Oeste Africana

UNTAET - Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste

UNCITRAL – United Nations Commission on International Trade Law

V.G. - verbi gratia

VOL. – Volume

MODO DE CITAÇÃO

- Para os livros e monografias: Nome e apelido do autor, *título da obra*, Colecção, número de edição, local de publicação, editora, data e página (s).
- Para os periódicos, artigos de revistas e boletins: Nome e apelido do autor, «título do artigo», *título da revista*, volume, número, mês, ano e página (s).
- Para artigos em obras conjuntas: Nomes e apelidos dos autores, «título do artigo, *in* nome do organizador da obra ou AA. VV, *título da obra coletiva*, local de edição, editor, data de edição e página (s).
- Nas referências subsequentes, o título é abreviado e omite-se a editora, o local de publicação e a data, salvo quando se pretenda realçar esses elementos ou outro elemento de edição como número de edição.

PALAVRAS-CHAVE

Sigilo

Segredo

Confidencialidade

Dever de reserva

Regra de conduta

Sigilo bancário

Segredo bancário

Sigilo profissional

Segredo profissional

RESUMO

A temática do sigilo bancário objeto da nossa dissertação, para além de atual e rica, comporta a enorme complexidade interdisciplinar e teleológica que, por si só, justifica e alimenta a interminável problemática em torno da fixação do seu regime e âmbito.

A referida complexidade do sigilo bancário resulta, por um lado, do facto da configuração e regulamentação do seu regime se conformar aos limites e ao quadro constitucional e, por outro, ao cruzamento de vários princípios fundamentais: de ordem jurídica, que impõem a conjugação das necessidades práticas e interesses legítimos das instituições financeiras, na fidelização à clientela e captações de fundos; de âmbito estatal, na afirmação da política económica do Estado; dos clientes, no resguardo da sua vida económica privada ou do direito fundamental à reserva da intimidade.

A requerida interdisciplinaridade reclamada e provada nesta tese, deixa patente a ideia de que a compreensão e a fixação do regime do sigilo bancário, quanto à sua extensão e limites, não se esgota no estrito âmbito do Direito Bancário, antes pressupõe vários outros ramos do Direito os quais regulam de forma direta ou indireta a matéria *in casu*, e com os quais apresenta a conexão, sobretudo a sua contextualização constitucional, da política económica e fiscal do Estado, traduzida, por exemplo, no suporte fundamental da definição do sistema de crédito, ao favorecimento do aforo e ao invés do entesouramento, a prevenção da fuga de capitais para o estrangeiro, promoção do investimento nacional e estrangeiro, luta contra a evasão fiscal, etc... Assim, ambos dependem em maior ou menor medida, da relevância que se dá ao regime do sigilo bancário.

O estudo referente ao regime do sigilo bancário no direito guineense tem a virtualidade de mostrar e provar que a garantia da segurança e da certeza da observância não passa sempre pelas exigências normativas, mas também pela sua configuração e conformação da *praxis* social bem como das garantias adicionais por parte das outras normas jurídicas, quanto à imposição de deveres éticos e jurídicos, que contribuem de modo significativo para a definição do conteúdo e da fronteira do sigilo bancário em relação aos outros valores ligados à defesa do interesse do fisco, da luta contra evasão e fraude fiscais, branqueamento de capitais e terrorismo internacional.

Na atualidade, a proteção do sigilo bancário deve partir da premissa de que existem outros valores com os quais ora se confluem ora se conflituam, no entanto, devendo-se encontrar um ponto de equilíbrio sem prejudicar o essencial destes valores, mediante uma ponderação séria e objetiva, designadamente da luta contra evasão fiscal, branqueamento de capital, terrorismo mundial e da administração da justiça criminal.

Nesta ordem de ideias, na ordem jurídica guineense, o regime do sigilo bancário, quanto ao seu conteúdo e extensão, compagina-se com os tais valores, pelo que a compressão do seu conteúdo deve

conformar-se com o princípio geral da “reserva do juiz”, contrariamente ao sistema da “reserva da administração” vigente em Portugal, em matéria da administração tributária.

Neste sentido, podemos dizer que a solução atualmente vigente no domínio da União Europeia (UE) e no âmbito específico dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) – pautada na lógica de inoponibilidade do sigilo bancário à administração tributária, no sentido de permitir o acesso direto à informação bancária como condição *sine qua non* da garantia da justiça e da distribuição equitativa da carga fiscal e luta contra evasão fiscal –, não deverá corresponder uma imposição ao nosso sistema, antes, deverá constituir, *ab initio*, um galgar de patamares exigentes e suficientemente definidos, de forma faseada, mediante controlos rígidos e segundo autorização do juiz – reserva do juiz.

De igual modo, o grau de tal exigência da ponderação é muito mais elevado quando esteja em causa outros interesses ligados à investigação criminal e à prossecução do interesse público relevante ou injuntivo. Postulando, exclusivamente, do Juiz, a tarefa de preenchimento do conceito indeterminado consagrado ao abrigo do art. 135º, n.º 3, do CPP, correspondente à norma do art. 120º, n.º 3, do nosso CPP (*ex vi* arts.417º/3, al.c) do CPC, e do nosso 519º do CPC), conforme o princípio da proporcionalidade (vide os arts. 18º, da CRP, 30º, n.º 3, da CRGB), de forma a garantir a maior dignidade ao sigilo bancário, mediante a sua quebra na justa medida, em situação de extrema necessidade e na garantia da eficácia, da idoneidade e do efeito útil do interesse a prosseguir.

Destarte, a salvaguarda do sigilo bancário, como regra de ouro, requer e exige de todos, um esforço adicional, para que o público e o cliente se sintam protegidos pelo sistema, caso contrário, a continuar a tendência e a postura atual pouco favorável ao sigilo bancário - sobretudo das nossas autoridades judiciária e tributária, que por tudo ou nada recorrem à quebra do sigilo bancário e assim encarando as instituições bancárias como se de agências de informações se tratassem ou como prestadores dos serviços dos tribunais e da administração tributária -, obviamente que os bancos seriam forçados a fechar as suas portas e o setor bancário condenado a desaparecer, pois ninguém confiaria os seus haveres aos bancos.

Portanto, a sobrevivência do direito e da nossa ciência jurídica, concebida para facilitar a nossa sã convivência social, depende e exige respeito de cada um e de todos, v.g, aos cultores de direito, magistrados, legisladores, governantes, políticos, empresários, e até a um simples cidadão. Assim sendo, o direito ao sigilo bancário não foge à regra, de cuja efetiva tutela requer a sua transposição do plano *jus* positivo e constitucional e prático para uma vertente social, a qual, a consciencialização da sociedade em geral sobre a sua necessidade e a sua justificação, revela-se fundamental, mais que a enfática proliferação de normas consagradoras do seu conteúdo positivo ou negativo.

ABSTRACT

The theme of bank secrecy, object of our thesis, besides being current and rich, holds an enormous teleological interdisciplinary complexity which, by itself, justifies and sustains the endless discussion regarding the fixation of its regime and ambit.

The mentioned complexity of bank secrecy results on one side, from the fact that the configuration and regulation of its regime conforms to the limits and to the institutional portrait and, on the other side, to the intersection of several fundamental principles: of a legal character, which imposes the conjugation of the financial institutions practical needs and legitimate interests, of the customers' loyalty and of funds captions; of a state owned ambit, regarding the State economic policy statement; in the protection of the clients' private economic life or in the fundamental right to their intimacy preservation.

The mandatory interdisciplinary claimed and proven on this thesis, states the idea that the understanding and fixation of the bank secrecy regime, regarding its extension and limits, doesn't exhaust itself in the strict ambit of the Banking Law. Furthermore, it assumes other Law branches which regulate directly or indirectly the *in casu* subject, and with which is connected. Particularly, in its constitutional contextualization, the State fiscal and economic policy, which is evident for example, in the credit system definition fundamental support, to the favoring capacity, and opposing the hoarding, the overseas capital evasion, the foreign and national investment promotion, tax evasion struggle, among others. Therefore, both depend, in a major or minor scale, on the relevance given to the bank secrecy policy.

The study regarding the bank secrecy regime in the Guinea Law has the particularity of showing and proving that the observance certainty and security doesn't depend always on the normative demands but also on the social *praxis* configuration and conformation as well as on the additional guarantees given by the other legal norms in what concerns the legal and ethic duties imposition which contributes in a significant way, to the content definition and the bank secrecy frontier in relation to other values linked to the public revenue interest, fiscal fraud and evasion struggle, money laundering and international terrorism.

Currently, the bank secrecy protection must consider the premise that there are other values with which it converges and opposes. However, a balance must be found without causing any prejudice against those values essential nature by a concise serious consideration namely on fiscal evasion, money laundering, international terrorism and criminal justice.

According to the above mentioned, in the Guinean lawsuit system, the bank secrecy regime, in what concerns its content and extension, is consistent with the referred values for what its content

compression must be conform with the general principle of “reserva do juiz”, the Judge prerogative, opposing the “reserva da administração”, the administration prerogative, currently followed in Portugal in what concerns tax administration.

Therefore, we agree that the solution currently in force in the European Union (EU) and among the Organisation for Economic Co-operation and Development (OCDE) member countries – which is guided by the bank secrecy unenforceable logic regarding the tax administration to allow direct access to banking information as a *sine qua non* condition in what concerns justice, an equitable tax burden distribution and in the fiscal evasion struggle – shouldn’t be an imposition to our system but should constitute *ab initio*, a gradually phased climbing of sufficiently defined demanding landings, according to severe control and to the judge authorization – ‘reserva do juiz’, the judge prerogative.

Similarly, the level of such reflection demand is much higher when other interests linked to criminal investigation are at stake and to the pursuit of relevant or injunctive public interest. Postulating, exclusively on the Judge, the task of accomplishing the undetermined concept, stipulated in art. 135º, n.º3, in our CPP, corresponding to the norm in art. 120º, n.º 3, in our CPP (*vide ex vi* arts.417º/3, al.c in CPC, e 519º in CPC), according to the principle of proportionality (*vide* the arts. 18º, in CRP, and 30º, n.º 3, in CRGB), in order to guarantee a major dignity to bank secrecy, by its breach in due measure, in an extreme situation ensuring its efficiency and usefulness.

Thus, the bank secrecy preservation, as a golden rule, requires and demands an additional effort on everyone so as the public and the client feel protected by the system. Otherwise, by maintaining the current tendency and posture, unfavourable to bank secrecy – particularly from our tax and legal authorities, who aimlessly demand the breach of confidentiality and regard the bank institutions as if they were information agencies or courts and tax administration service providers – obviously that banks would be compelled to shut down and the banking sector condemned to disappear as no one would trust their savings to banks.

Therefore, the survival of law and of our legal science, designed to facilitate our healthy social interaction, depends and demands everyone’s respect from magistrates, legislators, governors, politicians, businessmen and even the ordinary citizen. So, the bank secrecy right is no exception to the rule requiring its transposition from the constitutional practical plan into a social strand which considering the overall consciousness raising, regarding its need and justification, reveals itself essential, more than the emphatic proliferation of positive negative content credited norms.

RESUMÉ

La thématique du secret bancaire, objet de notre dissertation, outre son actualité et sa richesse, comprend une énorme complexité interdisciplinaire et théologique qui, à elle seule, alimente une interminable problématique autour de la fixation de son régime et de son contexte.

La susdite complexité du secret bancaire, ressort, d'une part, du fait que la configuration et la réglementation de son régime s'accordent aux limites et au cadre institutionnel et, d'une autre, aux croisements de plusieurs principes fondamentaux: d'ordre juridique, qui imposent la conjugaison des nécessités pratiques et intérêts légitimes des institutions financières, dans la fidélisation de la clientèle et captation de fonds ; de nature d'État, dans l'affirmation de la politique économique de l'État; des clients, dans la discrétion de leur vie économique privée ou dans le droit fondamental à la réserve de l'intimité.

La requise interdisciplinarité réclamée et approuvée dans cette thèse, montre clairement que l'idée de la compréhension et la fixation du régime du secret bancaire, quant à son extension et ses limites, ne s'épuisent pas au strict champ du Droit Bancaire, appelant davantage à d'autres branches du Droit, lesquelles régulent de forme directe ou indirecte l'*affaire in casu*, et avec lesquelles se présente la connexion, surtout sa contextualisation constitutionnelle, de la politique économique et fiscale de l'État, traduite, par exemple, dans le support fondamental de la définition du système de crédit, à l'encouragement de l'épargne et à l'inverse de la thésaurisation, la prévention de fuite de capitaux à l'étranger, promotion de l'investissement national et étranger, lutte contre l'évasion fiscale, etc... Ainsi, les deux dépendent dans une plus ou moins grande mesure, l'étendue que l'on donne au régime du secret bancaire.

L'étude concernant le régime du secret bancaire dans le Droit guinéen a la virtuosité de montrer et prouver que la garantie de la sécurité et le respect assuré ne passe pas toujours par les exigences normatives, mais encore par la configuration et la conformation de la praxis sociale, tout comme les garanties additionnelles de la part d'autres normes juridiques, quant à l'imposition des devoirs éthiques et juridiques, qui contribuent de manière significative à la définition du contenu et limite du secret bancaire en relation à d'autres valeurs liées à la défense du fisc, de la lutte contre l'évasion et la fraude fiscale, blanchissement de capitaux et terrorisme international.

De nos jours, la protection du secret bancaire doit partir du principe qu'il y a d'autres valeurs avec lesquelles tantôt il y a une convergence tantôt il y a une divergence, toutefois, on se doit de trouver un point d'équilibre sans nuire l'essentiel de ces valeurs, moyennant une pondération sérieuse et

objective, notamment la lutte contre l'évasion fiscale, blanchissement de capitaux, terrorisme mondial et de l'administration de la justice criminelle.

Dans cet ordre d'idées, dans l'ordre juridique guinéen du secret bancaire, quant à son contenu et extension, celle-ci s'allie avec de telles valeurs, d'où que la compréhension de son contenu doit se conformer avec le principe général de la "réserve du juge", contrairement au système de la "réserve de l'administration" en vigueur au Portugal, en matière d'administration tributaire.

Dans ce sens, nous sommes d'avis favorable pour la solution actuellement en vigueur, dans le domaine de l'Union Européenne (UE) et dans le contexte spécifique des pays membres de l'Organisation de Coopération et de Développement Économiques (OCDE) – guidée dans l'inopposabilité du secret bancaire à l'administration tributaire, dans le sens de permettre l'accès direct à l'information bancaire comme condition *sine qua non* de garantie de justice et de distribution équitative de la charge fiscale et lutte contre l'évasion fiscale –, ne devra pas correspondre à une imposition à notre système, mais devra plutôt constituer, *ab initio*, une escalade de seuils exigeants et suffisamment définis, de manière phasée, au moyen de contrôles rigides et selon l'autorisation du juge – Réserve du juge.

De même façon que, le degré de telle exigence de pondération est beaucoup plus élevée quand est en cause d'autres intérêts liés à l'investigation criminelle et à la poursuite de l'intérêt public pertinent ou d'injonction. Postulant, exclusivement, du juge, la tâche de compléter la notion indéterminée, abrogé par l'article 135^{ème}, n.º3, du CPP, correspondant à la norme de l'article 120^{ème}, n.º 3, de notre CPP (*ex vi* arts.417º/3, al.c du CPC Portugais, et 519º^{ème} du CPC de la GB), selon le principe de la proportionnalité (voir les articles 18^{ème}, du CRP, et article 30^{ème}, n.º 3, de la CRGB), de sorte à garantir une plus grande dignité au secret bancaire, sa levée selon de juste mesures, en situation d'extrême nécessité et dans la garantie d'efficacité et d'effets utiles à l'intérêt de poursuivre.

De cette sorte, la sauvegarde du secret bancaire, comme règle d'or, demande et exige de tous un effort supplémentaire, pour que le public et le client se sentent protégés par le système, a contrario, suivant la tendance et la posture actuelle, peu favorable au secret bancaire – surtout vis-à-vis de nos autorités judiciaires et tributaires, qui pour tout ou rien ont recours à la levée du secret bancaire et envisagent les institutions bancaires comme s'il s'agissait d'agence d'informations ou comme fournisseurs de services de tribunaux et administration tributaire –, bien entendu que les banques seraient obligées de fermer leurs portes et le secteur bancaire condamné à disparaître, puisque personne ne confierait ses biens aux banques.

Par conséquent, la survie du droit et de notre science juridique, conçue pour faciliter notre saine convivialité sociale, dépend et exige le respect de chacun et de tous, v.g, aux spécialistes de droit, magistrats, législateurs, gouvernants, politiques, hommes d'affaires, et même un simple citoyen. Donc,

le droit au secret bancaire ne fait pas exception, sous quelle tutelle effective requiert sa transposition du plan jus positive et constitutionnelle et pratique pour un aspect social, lequel, la consciencialisation de la société en général, sur sa nécessité et sa justification, se révèle fondamentale, beaucoup plus que l'émphatique prolifération de normes qui accordent un contenu positif ou négatif.

PARTE I

PARÂMETRO GERAL

CAPÍTULO I

MEMORANDO JUSTIFICATIVO: INTRODUÇÃO, OBJETIVO E METODOLOGIA. COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

O tema “O Sigilo Bancário no Direito Guineense” constitui objeto da nossa dissertação de doutoramento na área de Ciências Jurídico-Civis apreciado e aprovado pelo Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) na sua reunião de novembro de 2011.

Com efeito, desde já, aproveitamos esta ocasião para expressar, de forma penhorada, a nossa profunda gratidão ao Conselho Científico da FDUL pela aprovação e admissão à preparação da tese de doutoramento no regime *per saltum*. Ainda dirigir um agradecimento especial à Faculdade de Direito de Bissau (FDB) e aos seus sucessivos Assessores Científicos, Professor Doutor Fernando Loureiro Bastos, Professor Doutor Jaime Valle, Professor Doutor Cláudio Monteiro e Professor Doutor João Espírito Santo, pelo apoio e voto de confiança. Por último, o nosso profundo agradecimento ao Professor Doutor M. Januário da Costa Gomes, por nos ter orientado na preparação desta tese, contribuindo de forma crítica para o seu aperfeiçoamento e enriquecimento com sugestões, indicação bibliográfica relevante que, sem margem de dúvida, tornaram possível a sua conclusão. Cuja versão final apresentamos como tese de doutoramento discutida publicamente no dia 29 de Maio de 2017, perante distintos membros do júri, presidido pelo Doutor José Artur Anes Duarte Nogueira, Professor Catedrático e Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, designado por delegação de competências, e integra os vogais: Doutor Rui Manuel Pinto Duarte – Professor Catedrático Convidado da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa; Doutor Paulo Miguel Olavo de Pitta e Cunha – Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, arguente; Doutor Luís Manuel Teles de Menezes Leitão - Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; Doutor Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto - Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; Doutor Dário Manuel Lentz Moura Vicente - Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de

Lisboa; Doutor Manuel Januário da Costa Gomes - Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, orientador; Doutora Maria de Lurdes Viegas Marques Pereira - Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, arguente.

À todos o nosso agradecimento, em particular ao Doutor Paulo Olavo Cunha que, não integrando os quadros da Universidade de Lisboa, aceitou ser membro do júri e a responsabilidade da co-arguição da minha tese, e a Doutora Maria de Lurde Pereira, pela arguição.

Finalmente, permitam-me dizer que, a prestação da prova de doutoramento constitui o culminar de um longo e difícil percurso repleto de sacrifício e sofrimento, mas ao mesmo tempo representa uma enorme satisfação e importante significado na nossa vida académica, de que muito orgulhamos e esperamos retribuir com o nosso labor em benefício da comunidade jurídica guineense.

1. Sigilo ou segredo bancário? O que significa?

No presente estudo é empregue indistintamente a expressão “sigilo bancário” ou “segredo bancário”¹ no sentido *lato sensu*, significando o dever de segredo ou sigilo, i.e., a obrigação de discrição e de não divulgação dos dados dos clientes, não apenas no âmbito *estricto sensu* das operações bancárias², nem tão-somente a obrigação de guardar segredo prevista ao abrigo da então *Lei de Regulamentação*

¹ Chamamos desde logo atenção pelo facto das expressões “sigilo bancário” ou “segredo bancário” serem utilizadas pelos técnicos e operadores bancários, juristas, políticos, economistas, engenheiros, médicos, etc., com uma certa constância mas sem uma clara definição do seu significado. No entanto, nos países da Europa continental e da América, utiliza-se a expressão num sentido nem sempre coincidente do ponto de vista legislativo, doutrinal e jurisprudencial. Contudo, na nossa opinião, as expressões segredo ou sigilo bancário têm um alcance próprio, pretendendo significar, essencialmente, no âmbito da profissão e da atividade bancária, o que não se deve divulgar, i.e., preservar ou manter sob absoluta discrição no âmbito da restrita relação estabelecida entre o banco e o cliente. Com efeito, desde já, importa advertir que utilizá-las-emos indistintamente durante a nossa exposição, como expressões sinónimas e reportando à mesma realidade ou fenómeno. Foi neste sentido que se assinala a expressão segredo como sigilo ou *sigillu*, i.e., selo (Cf. J. Almeida Costa; A. Sampaio e Melo, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 7ª Ed., Porto, Porto Editora, 1995 p. 1652; *Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse Seleções*, Lisboa – Rio de Janeiro – Nova York, Seleções do Reader’s Digest, 1981, vol. I, p. 808).

² Na perspetiva de J. Almeida Costa; A. Sampaio e Melo, *op. cit.*, p. 238, e no *Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse Seleções*, *op. cit.*, p. 118, a expressão “banca” (como conjunto dos bancos nacionais, o seu movimento financeiro) ou simplesmente a expressão “banco”, ganha, entre outros significados, os que se relacionam com as empresas que adiantam e recebem fundos, descontam letras, títulos, facilitam os pagamentos por meio de empréstimos, realizam quaisquer transações de valores, instituições ou edifícios onde se realizam as operações bancárias, ou, entre outros, pretende significar a instituição financeira que realiza operações mercantis relacionadas com o dinheiro ou com os títulos e valores que o representam. Por seu turno, a *Grande Enciclopédia Universal*, Durclub, S.A. Ed., Lisboa, 2004, vol. III – Atwater – Bonico, pp. 1574-1575, define o banco como estabelecimento público de crédito, que pode ser particular ou estadual. Significando ainda o que baseia as suas atividades nos depósitos realizados pelos clientes. Em espanhol e italiano – *banco*, no norte da Itália – *banca*; inglês – *bench* ou *bank*; francês – *banc* ou *banque*; alemão – *sitzbank* ou *bank*; russo – *ckambr – bepctak – ctar – IIIIact*.

*Bancária Guineense*³ e da atual *Lei de Regulamentação Bancária*⁴, mas também como dever imposto ao sistema financeiro no seu todo, bem como a todas as instituições, sociedades financeiras e entidades de supervisão bancária, na partilha de informações entre Estados no âmbito de cooperações, na Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários, na Bolsa de Valores, na Centralização de Riscos e incidentes de pagamentos, enfim, implicando todas as entidades que possam aceder a informações bancárias ou do sistema financeiro no exercício do seu ofício⁵.

³ Aprovada pela Lei n.º 10/97, de 2 de Dezembro e publicada no Suplemento ao Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau (BO) n.º 48, de 2 de Dezembro de 1997, p. 28 e ss.

⁴ Aprovada pela Lei n.º 4/2008, de 31 de Março e publicado no BO n.º 13, de 31 de Março 2008, p. 281 e ss.

⁵ Importa-se, desde logo, precisar que os aspetos referentes à origem etimológica do banco ou da banca, sua definição legal à luz da Lei de Regulamentação Bancária (LRG) guineense e do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) em Portugal, bem como as referentes às atividades bancárias, à definição e ao enquadramento do subsistema do sector bancário no tripé do sistema financeiro, a origem e o significado do dinheiro para a banca, já se encontram profundamente desenvolvidos no nosso estudo sobre o tema “Giro Bancário”, para o qual remetemos todos estes aspectos. Todavia, importa apenas acrescentar que a nova LRB define “estabelecimento de crédito” ou “banco” como pessoas coletivas que efetuam, de modo habitual e profissional, operações bancárias. Com efeito, define a operação bancária como operação de receção de fundos do público, as operações de crédito, assim como a gestão de meios de pagamento e a sua colocação à disposição da clientela (considerando que são fundos recebidos do público os que os bancos recebam de terceiros, nomeadamente depósitos, todavia com a responsabilidade de os restituir, e também os que provenham da emissão de títulos de caixa, com as limitações constantes da própria LRB, arts.2º a 5º). Já em Portugal, a fixação do conceito de “banco” conforma-se com a doutrina e jurisprudência porque o RGICSF não se preocupou em definir o banco mas tão-somente cuidou-se da regulamentação das atividades que são deferidas aos bancos que operam em Portugal, contrariamente ao que se passava no Decreto-Lei n.º 42641, de 12 de Novembro de 1959, que definia bancos como: “as pessoas singulares ou coletivas de direito privado que tiverem por objeto exclusivo o exercício com fins lucrativos da atividade bancária e das funções de crédito, nomeadamente a receção, sob a forma de depósitos ou outras análogas, de disponibilidades monetárias que empreguem, por sua própria conta e risco, em operações ativas de crédito ou outras que lhes sejam autorizadas por lei, e a prestação dos serviços de transferências de fundos, de guarda de valores e de intermediários nos pagamentos e na colocação ou administração de capitais e de outros serviços de natureza análoga que a lei lhes não profiba”. Porém, este diploma procurou trazer um conceito extenso do banco, com a preocupação fundamental de incluir no mesmo, todas as atividades que os bancos possam praticar, ainda assim ficando de fora - por razões que se prendem com as suas insuficiências no que tange ao cerne da atividade bancária ao longo da história -, a volatilidade de operações e serviços bancários, a existência de uma múltipla variedade de operações típicas e atípicas deferidas aos bancos, as variedades de instituições financeiras, o papel económico, social e financeiro do banco, e a não permanência e imutabilidade do conceito e da atividade do banco no espaço e no tempo bem como a necessidade de se adequar às necessidades e à satisfação de um público exigente, o respeito às exigências de um novo direito de consumidor. Com efeito, todos estes factores dificultam a fixação de um conceito neutro e completo do banco. Entretanto, passa-se uma solução diversa no direito bancário belga, como podemos ler no Édito Real belga de 09 de Julho de 1935, relativo à regulamentação bancária belga, que define o banco como “*uma empresa belga ou estrangeira que recebe habitualmente depósitos reembolsáveis à ordem ou a prazo não excedendo dois anos, com o fim de os utilizar em operações bancárias, de crédito ou de colocação*”. Por seu turno, a Lei francesa de Regulamentação e Organização Bancária de 13 de Julho de 1941, preceitua o banco como “*as empresas ou estabelecimentos cujos objecto seja receber do público, sob forma de depósitos ou outras, fundos para aplicação, por conta própria, em operações de desconto, em operações de crédito ou em operações financeiras*”. No entanto, há quem, na esteira de A. Rey Alvarez e F. Baudhuim, defenda que o banco é a empresa especializada no tratamento de dinheiro ou crédito, parecendo reduzir a atividade do banco, sobretudo no que se refere aos negócios bancários no atual sistema e mercado financeiro, sem olvidarmos, obviamente, da vertente dos serviços bancários.

2. Memorando justificativo

Diante de intermináveis e riquíssimas literaturas jurídicas portuguesas e estrangeiras, em particular brasileiras, espanholas, francesas, alemães, italianas, etc..., sobre o tema sigilo bancário, sem descurar da existência de um universo riquíssimo de jurisprudência produzida a respeito do tema, torna-se legítimo interrogar sobre a pertinência, o porquê e para quê, e quais as principais razões que motivaram e justificaram a escolha do presente tema como objeto da nossa dissertação, tendo em vista à obtenção do grau de doutoramento em Ciência Jurídica na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sobejamente conhecida pelo seu rigor, exigência e responsabilidade, na condução e avaliação de uma tese desta envergadura.

2.1. Pertinência do tema

No contexto em que foi inspirado, acreditamos na proficuidade e pertinência do presente estudo, não só por integrar uma praxe bancária e um tratamento legislativo diverso mas, essencialmente, por considerarmos as peculiaridades com que o conceito de direito é entendido, vivido e aplicado em África em geral, em particular na Guiné-Bissau (GB) e nos restantes países da União Monetária Oeste Africana (UMOA)⁶. Com efeito, importa realçar que a pertinência do presente tema se fundamenta, no essencial, nas seguintes premissas:

Porém, constatamos que, no fundo, a doutrina aqui avançada encara o banco, no essencial, como pessoa coletiva, como comerciante de dinheiro, como mercado monetário e como agente económico, financeiro e de crédito, segundo a definição de F. Baudhuin. Assim, por esta razão, entendemos por bem aferir o conceito e a natureza do banco e das instituições financeiras em geral à discrição de um universo complexo e infindável das atividades e operações que lhes são atribuídas ou não proibidas por força da lei, nomeadamente os bancos agentes ou empresas intermediárias de créditos, que recebem fundos em depósitos, à ordem ou a prazo, e emprestam capitais aos que necessitam, através de adiantamentos e descontos de títulos comerciais, e subscrevem compromissos para facilitar as transações dos seus clientes através de aceites, *del credere*, fianças, cartas de crédito ou de garantia bancária, e efetua, por conta de outra, cobranças, pagamentos, transferências de capital, recebimentos em conta, compensações, cartas de crédito e cheques de viagem, compra e venda de moedas nas operações de câmbio, cartas de câmbio, títulos à ordem, títulos públicos, ações, execuções de operações financeiras por conta do cliente, v.g., subscrições, guarda e conservação de títulos e outros valores, ordens de bolsa, regularização de títulos, recebimentos de cupões e gestão de carteiras, informações, consultas e prospeções financeiras e do mercado, bem como estudo de fonte de aprovisionamento e prestação de serviços diversos. Cf. Sérgio Carlos Covello, *Contratos Bancários*, 2ª ed., São Paulo, Editora Saraiva, 1991, p. 1 e ss; ver também *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa - Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s.d., vol. 2, p. 76 e Gaston Lebrun *et al.*, *Enciclopédia Générale du Commerce et de l'industrie*, Bruxelles, Editorial Office, s.d., p. 24.

⁶ No caso particular do direito bancário, merece a nossa plena adesão a tese de Eduardo Vera-Cruz Pinto, segundo a qual, os bancos, particularmente os bancos centrais em África, devem ser protegidos contra as interferências governamentais, designadamente nas suas atividades e que, na escolha dos dirigentes e gestores bancários, deve-se preservar incólume as autoridades financeiras e monetárias dos bancos. No entanto, a governamentalização e instrumentalização dos bancos centrais, entre nós, foi combatido e minimizado, sobretudo com a integração da Guiné-Bissau à União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA) e ao seu sistema bancário gerido pela instituição especializada, o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), que através de diretivas, regulamentos e outros atos adicionais aplicáveis aos

2.1.1. A originalidade do tema na ordem jurídica guineense e a sua atualidade no sistema económico e financeiro

A estrutura organizacional e operacional da banca na Guiné-Bissau alterou-se profundamente desde há quarenta anos, logo após a independência e a proclamação do Estado Novo da Guiné-Bissau.

A dinâmica do sector bancário e da economia guineense constituem reflexos das reformas económicas estruturais introduzidas no triénio de 1986-1989, sob égide do Fundo Monetário Internacional (FMI), permitindo, assim, a operacionalidade de um conjunto de transformações com impactos relevantes na economia, na sociedade, no sistema financeiro em geral e na banca em especial.

O sector financeiro em geral e em particular o sector bancário, beneficiaram destas transformações nos domínios económicos, financeiros, institucionais e legais, sobretudo nas três últimas décadas, altura em que efetivamente foram concretizados programas e medidas estruturantes da reforma do sistema económico e bancário.

bancos, tem combatido a tendência da política africana de querer interferir em tudo, inclusive no sector bancário, procurando tudo controlar, nada escapando à sua *longa manus*. Assim sendo, a segurança, a confiança e o crédito nos bancos e nas suas atividades, requer, antes de mais, a criação de condições objetiva para o funcionamento da banca, tais como a regulamentação jurídica da atividade bancária, o que passa necessariamente pela adoção de fortes estruturas de fiscalização e de supervisão dos bancos, ao nível do Banco Central, com a finalidade de acompanhar e certificar que os bancos estejam a cumprir com todos os seus deveres deontológicos e profissionais, nomeadamente as regras respeitantes ao sigilo bancário. Constituindo, desta feita, um papel importante do Banco Central, na exigência de rigor, isenção e na criação de um esteio de confiança. Portanto, deve-se realçar, ainda na esteira do Eduardo Vera-Cruz Pinto, de que o direito bancário, particularmente o africano, não deve reproduzir de forma a crítica os conteúdos do direito da Europa ou das Américas, devendo estes ser considerados como referências e pontos de partida para uma adequação das peculiaridades jurídicas da atividade bancária à cultura e à realidade africana do século XXI. Com efeito, qualquer regulação bancária em África deve compaginar e atender à dimensão e à compreensão do fenómeno ligado à necessidade de bancarização, sobretudo gizado para uma economia de mercado e nas regras universais que informam esse modelo, sem olvidar, ainda, da dimensão da questão na vertente *jurisprudencia* criadora e inovação de soluções adaptáveis à realidade e à cultura africana. Cf. Eduardo Vera-Cruz Pinto, «A Responsabilidade Jurídica dos Bancos e o Ensino do Direito em África: Breve Apontamento», in Alexandre Guerra e Marcelo Benacchio (ed.), *Responsabilidade Civil Bancária*, São Paulo, Editora Quartier Latin do Brasil, 2011, p. 4 e ss. Neste sentido, assevera e bem, Armando Marques Guedes, a existência de três grandes “famílias” de interpretações dos Direitos Africanos contemporâneos: a primeira que encara estes Direitos como oriundos da “tradição” e da cultura (costumes, valores, hábitos e práticas enraizadas e vivenciadas ao longo do tempo); a segunda que encara as funções principais e o papel do Direito como expressão de interesses das elites e dos poderosos, vendo-os antes como uma forma de dominação; e a terceira e última família, que corresponde à que equaciona os Direitos Africanos como um mecanismo racional desenvolvido para minimizar conflitos, resolver problemas interpessoais e intergrupais e, sobretudo, como uma grande ferramenta da paz e da estabilidade social, cultural e política. Nesta ordem de ideias, ainda acrescenta o mesmo autor, que a África lusófona, i.e., os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com exceção da República da Guiné-Bissau, apresentam variantes *soft* relativamente aos níveis de diversidade típicos da África subsaariana nos seus pluralismos jurídicos, entretanto, sem descurar, naturalmente, a natureza híbrida dos sistemas e das ordens jurídicas que vergam. Cf. Armando Marques Guedes, *O Estudo dos Sistemas Jurídicos Africanos – Estado, Sociedade, Direito e Poder*, Coimbra, Almedina, 2004, p. 23 e ss., p. 42 e ss.

Assim, durante a vigência da Constituição da República da Guiné-Bissau (CRGB) de 1973, a banca guineense exibiu e assumiu uma tendência e dinâmica própria de um modelo de operação, serviços e intermediação pública, caracterizada, no essencial, pela realização concomitante das operações bancárias e de prestação de serviços por parte do Banco Nacional da Guiné-Bissau, e mais tarde pelo Banco Central da Guiné-Bissau (BCGB), que fazia, igualmente, o papel do banco emissor, do tesouro público, do banco comercial ou da intermediação financeira, sob comando e orientação máxima de uma estrutura política, estatizada e dirigista.

Com efeito, esta tendência de governabilidade da banca na GB ainda fez eco até meados de 1986-1989, tendo resistido à CRGB abortada de 1980 e ainda pela CRGB 1984, formalmente em vigor.

As transformações económicas, financeiras, sociais e políticas ocorridas entre meados de 1986-1989 provocaram revisões constitucionais introduzidas à CRGB de 1984, nomeadamente a partir de 1990. Por conseguinte, criaram-se bases de legitimação de uma nova abordagem e perspectiva económica, permitindo que os diversos sectores económicos tivessem uma dinâmica assente na lógica da *lex market* e do respetivo funcionamento.

Assim sendo constituem alavancas para a materialização deste desiderato económico, financeiro e social, a ampla admissibilidade da privatização da então propriedade estatizada ou nacionalizada, o reconhecimento da propriedade e da iniciativa privada, e o modelo da economia assente na lógica da interação das forças do mercado, a adoção de um código atractivo do investimento privado, etc...

No caso particular da banca, a aludida evolução faz-se sentir com a efetiva separação institucional das funções comercial e de banco central que vinham a ser assumidas cumulativamente pelo BCGB, com a aprovação da sua Lei Orgânica (LO)⁷.

Entretanto, por seu turno, mais tarde, abriu-se uma janela de oportunidade para o surgimento das primeiras instituições de crédito na Guiné-Bissau, fruto da dinâmica própria de um modelo de intermediação financeira privada, com aprovação de um quadro jurídico normativo *ex novo* referente à constituição, organização e funcionamento dos bancos, bem como às operações que lhes são autorizadas, sob a supervisão, regulação e fiscalização do BCGB. Surgiram, assim, os primeiros bancos comerciais e agrícolas privados, como Banco de Crédito Agrícola, Banco de Crédito, a que se seguiu e justificou a criação de outras instituições de crédito e sociedade financeira, como Banco Internacional da Guiné-Bissau (BIGB), Sucursal Totta & Açores, mais tarde Banco da África Ocidental (BAO), Banco Regional de Solidariedade – BRS (Atualmente Orabank), Ecobank Guiné-Bissau, Banco da União (BDU) e Banque Atlantique.

⁷ Cf. Decreto n.º 32/89, de 27 de Dezembro, que aprovara a LO do BCGB.

Mais tarde o sistema financeiro guineense, mais precisamente o sistema bancário, sofreu profunda alteração por virtude da integração monetária e económica à UMOA/UEMOA, concretizada pelo Estado da Guiné-Bissau, com a assinatura do Tratado da UMOA/UEMOA⁸, acarretando desta feita a transferência da soberania monetária para a UMOA/UEMOA⁹ tendo, consequentemente, impulsionado a criação de novos bancos comerciais e das sociedades financeiras, destacando-se as entradas de capitais estrangeiro no sector bancário, gerando-se assim, desta feita, um importante efeito traduzido nas novas formas de concorrência do mercado. Assim surgiram o BRS, o BDU, o Ecobank Guiné-Bissau, bem como as sociedades financeiras como Sofib Western Union, Agência Seguradora - NSIA, Aliança Seguradora, entre outras.

Como corolário da integração da UMOA/UEMOA, adotou-se a então Lei n.º 10/97, de 2 de Dezembro, referente ao quadro - jurídico aplicável às instituições de crédito e às suas operações, a chamada “Lei de Regulamentação Bancária”, que revogara as leis aplicáveis às instituições de crédito adotadas em 1989, que veio caucionar o aprofundamento e a consolidação do sector bancário ao regular, em especial, as tipologias das instituições de crédito e financeiras, bem como densificar as operações concedidas aos bancos – contribuindo para o incremento e funcionamento de bancos universais no sector bancário.

A regulação, supervisão e o controlo do sector financeiro e da banca na GB passou, em consequência da integração, para as instâncias e mecanismos definidos no Tratado da UMOA/UEMOA, nomeadamente pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), e as estruturas especializadas do apoio e controlo da UMOA, tais como a Comissão Bancária da UEMOA, em substituição do então BCGB.

Entre nós, o sector financeiro é constituído por duas categorias de instituições, como sejam de crédito e sociedades financeiras, incluindo a atividade seguradora, sob autoridade, regulamentação, supervisão e controlo do BCEAO, que faz, igualmente, o papel da supervisão da bolsa de valores e da atividade seguradora.

Atualmente existem cinco bancos, cerca de duas dezenas das agências espalhadas por todo o território continental nacional, contra somente um banco comercial e uma agência do BAO no ano 2000, logo depois do conflito político militar de 7 de Junho, e várias cooperativas de crédito e de micro banco ou micro crédito.

⁸ Pelas Resoluções n.º 27 e 28/2007, a Assembleia Nacional Popular aprova o Tratado da UMOA, os respetivos Estatutos do BCEAO e seus privilégios e imunidades, bem como aprovação da Convenção que regula a Comissão Bancária da UMOA e o respetivo anexo (ambos publicados no 4º Suplemento ao BO n.º 8, de 29 de Fevereiro de 2008).

⁹ Para mais informações sobre a UEMOA, sua criação, ideais, estrutura e funcionamento, veja-se, Etienne Carexhe, «Un Phénomène d'Intégration – L'UEMOA», in António Menezes Cordeiro *et al.*, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta e Cunha, vol I - Assuntos Europeus e Integração Económica*, Lisboa, Almedina, 2010, p. 167 e ss.

No que concerne à estrutura de capital, deve-se salientar que todos os bancos compreendem participações maioritariamente detidas pelos investidores estrangeiros, situadas muito acima dos 90% do total de capital social no sector bancário.

Assim, podemos afirmar que o sector financeiro em geral e sector bancário, em particular, assenta, hoje, numa dinâmica própria de um modelo de integração sub-regional e de intermediação privada, sob a regulação e supervisão de uma entidade independente de cariz internacional – a UMOA/UEMOA, fortemente caracterizado pela realização das operações bancárias, prestações de serviços de excelência e cada vez mais qualificados, sob olhar e um controlo apertado da entidade reguladora do sector bancário – BCEAO, isto sem descuidar da criação de facilidades para os clientes mediante as inovações e introduções de novos serviços e produtos bancários, como sejam o sistema de serviços de pagamentos electrónicos, o multibanco, cartões de débitos, *internet banking*, etc...¹⁰

O sector bancário nacional, não fosse o retrocesso derivado das cíclicas crises políticas¹¹, tem registado notáveis indicadores e níveis de crescimento do ativo total e de rendibilidade, baseado no incremento da carteira de crédito e ganhos de eficiência no processo de intermediação financeira, acoplada à concentração bancária resultante do aumento das quotas de mercado detido pelos dois grandes bancos – BAO e Ecobank. Assim, entretanto, concomitantemente, vive-se hoje um cenário perigosíssimo de expansão do sector bancário, traduzido na oferta monetária e creditícia à economia, de uma fraca captação de poupanças num sistema de mercado repleto de reticências que não inspira confiança e de elevado índice de iliteracia bancária, (atenuada pela resiliência da banca aos choques internos e externos, bem como pelo desempenho apresentado até a data presente, em particular sustentado num nível satisfatório de indicadores como a solvabilidade), de uma melhoria do nível de gestão global e de uma melhoria contínua da eficiência e satisfação nos domínios da banca electrónica e sistema dos pagamentos eletrónicos. Entretanto, isto sem olvidarmos de uma ameaça séria à qualidade da carteira de crédito e da própria banca, consistindo, nomeadamente, numa manifesta tendência de subida galopante dos indicadores e índice do incumprimento e do crédito malparado, que a banca e o sistema em geral devem considerar e equacionar como *prius* nas suas agendas, sobretudo perante a quase inoperância do sistema coactivo de recuperação de crédito assente nas instâncias judiciais.

¹⁰ Cf. Règlement n°. 15/2002/CM/UEMOA relatif aux systèmes de paiement dans les états membres de l'Union économique et monétaire ouest africaine (UEMOA), de 19 de Setembro de 2002, aprovado por força dos artigos 6º, 7º, 16º, 21º, 42º, 43º, 44º, 45º, 95º, 96º, 98º, 112º e 113º do Tratado da UEMOA e do art. 22º do Tratado da UMOA; ver também a *Loi Uniforme relative a la repression des infractions en matiere de cheque, de carte bancaire et d'autres instruments et procedes electroniques de paiement*, Dakar, BCEAO, Dezembro 2011.

¹¹ Neste sentido, o alerta para as consequências negativas associadas às perigosas tensões geopolíticas, à crise financeira e económica, bem como às ameaças do terrorismo mundial, tráfico de armas, estupefacientes e branqueamento de capitais de Manuel Serifo Nhamado, Presidente da República de Transição, Discurso na 88ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, Setembro de 2013, p. 5 e ss.

Com efeito, diante de todas as peripécias e de todo o quadro evolutivo acima demonstrado, reconhece-se que, em quarenta anos da independência da GB, a temática do sigilo bancário nunca mereceu uma reflexão aprofundada nem sistemática na literatura jurídica e na jurisprudência guineense, o que constitui, nesta perspetiva, absoluta novidade. Não obstante, não está no nosso horizonte assumir uma postura de mera transposição da solução vigente na Europa ou noutra parte do mundo onde o tema já se encontra na sua fase de maturação legislativa, doutrinária e jurisprudencial. Antes pelo contrário, impõe-se uma abordagem integrada do tema decorrente do relançamento da profissão e da atividade bancária na GB com abertura de novos bancos comerciais depois da recessão gerada pelo conflito político militar de 1998 que acarretou a retirada da sucursal do banco Totta & Açores na Guiné-Bissau e a falência do BIGB, bem como a receção económica derivada do golpe de 12 de Abril de 2012, num contexto da economia do mercado e da integração económica e monetária, nomeadamente na UMOA/UEMOA¹².

¹² A estrutura política e económica, inspirada no modelo e ideologia marxista-leninista, assumida pelo então poder político e administrativo implantado logo após a independência da GB, proclamada no dia 24 de Setembro de 1973, e na ideologia do Karl Max e Lenine, resultante do facto de o país ter conseguido a proclamação unilateral da sua independência com os apoios e solidariedade dos países de ideologia marxista, apesar da nossa primeira Constituição da República de 1973, saída do poder constituinte reunido na Assembleia Nacional de Madina de Boe, não ter assumido de forma clara o referido compromisso, tendo enveredado pela via dos países não alinhados, justificado na necessidade de não se colocar contra quem o apoiou de forma incondicional durante a luta de libertação e nem contra quem o possa ajudar na árdua tarefa de construção e desenvolvimento de Estado novo depois de ascensão à independência nacional. Com efeito, durante esse período que perdurou aproximadamente 11 anos, até à aprovação da nova Constituição da República de 1984 e que constitui a retoma da versão com ajustamento do conteúdo da fatídica Constituição “Abortada” de 1980, utilizando expressão de Emílio K. Kosta, encontra-se sarçada não só a profissão e a atividade bancária, mas essencialmente o interesse e a importância do sigilo bancário eram por simplesmente ignorado. Ainda, aliados à nacionalização e à centralização da economia, das empresas e a estatização das terras, sem descurar da pobreza extrema, contribuíram de modo significativo para a fragilidade da economia e para um apagado papel do sistema financeiro e da importância da banca no contexto do modelo económico estatizado então adotado, com forte cunho, intervenção e a presença do Estado na vida económica, bem como o empobrecimento da “classe empresarial”, fugas de capitais e a corrupção generalizada. A efetiva abertura económica e o reforço do princípio da economia do mercado colhido na Constituição da República da GB de 1984, foi possível graças à implementação do Programa de Reajustamento Estrutural por forma a banir absolutamente o modelo da economia estatizada, que teve o início em 1987, tendo sido constituído por duas fases: a primeira traduz-se na estabilização da economia entre 1987-1989; a segunda refere a meta de crescimento económico entre 1990-1992, cujo objectivo prioritário de redução de uma dívida externa que então se estimava em 270 milhões de dólares em 1986. Entretanto, para ultrapassar este período da crise, a GB viu-se obrigada a firmar acordo com as instituições de Bretton Woods, permitindo, designadamente, a adoção de medidas e condições direcionadas ao saneamento das finanças públicas guineense. Para uma abordagem mais aprofundada sobre o referido Programa de Reajustamento Estrutural e as suas vantagens para a implementação e o reforço da economia de mercado, veja-se, Luís Barbosa Rodrigues, *A Transição Constitucional Guineense*, Lisboa, AAFDL, 1995, p. 63; Rosemary E. Galli e Úrsula Funk, «O Ajustamento Estrutural e Género na Guiné-Bissau», *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.ºs 16-17, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical – Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, 1992-1994, pp. 235-254; João Mendes Pereira, *Descentralização Financeira, Integração Económica e Estabilização. Caso Guineense*, Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Económica, Lisboa, FDUL, 1999/2000; Vasco Manuel Evangelista Biaguê, «As Constituições Económicas Portuguesa e Guineense: Uma análise comparativa», in Fernando Loureiro Bastos (ed.), *Estudos*

A abertura dos novos bancos comerciais tornou possível depois da liberalização económica, o reforço e a consolidação do modelo da economia do mercado com adoção da Constituição da República de 1984 e a implementação do programa de reforma económica e estrutural iniciado em 1986 sob olhar e presença forte do FMI¹³, o sistema financeiro guineense¹⁴ começou a dar os seus primeiros passos, sobretudo na vertente de intermediação creditícia e dos depósitos.

No entanto, a situação atual, de crescente massificação e agressividade do sector bancário na venda de produtos, serviços bancários e na disponibilização de condições cada vez mais facilitadas do acesso à banca (ainda assim ficando muito abaixo da taxa de bancarização de 5% previsto pelo Banco Central – BCEAO^{15/16}), tem vindo a dar ao sigilo bancário um lugar cada vez mais de destaque, como valor ético-bancário e jurídico, a preservar no interesse do ofício, do Estado e do próprio cliente. Com efeito,

Comemorativos dos Vinte Anos da Faculdade de Direito de Bissau – 1990-2010, Vol. II, Lisboa - Bissau, AAFDL, 2010, p. 814 e ss.

¹³ Cf. Rosemary E. Galli e Úrsula Funk, *op. cit.*, pp. 235-254; João Mendes Pereira, *op. cit.*; Vasco Manuel Evangelista Biaguê, «As Constituições Económicas Portuguesa e Guineense ...», *op. cit.*, p. 814 e ss.

¹⁴ A Constituição da República da Guiné-Bissau de 1984 e as suas revisões subsequentes não regulam e nem reconhecem o sistema financeiro, bem como o modelo de integração económica e monetária, criando brechas e confusões na sua articulação com o direito comunitário, designadamente da UEMOA.

¹⁵ Com único propósito de proporcionar o aumento da taxa de bancarização bem como incentivar e expandir a utilização do sistema eletrónico e meio escritural de pagamentos de bens e serviços, o Conselho de Ministro da UEMOA adotou, nesta matéria, a Diretiva 08/2002/CM/UEMOA, de 19 de Setembro de 2002. Entre outras medidas que visam promover a bancarização, impôs conjuntos de medidas relacionadas com a obrigatoriedade em certos pagamentos que envolvem valores elevados serem efetuados através do sistema financeiro, através de contas abertas nos livros de contas dos bancos, bem como a obrigatoriedade de todos os pagamentos de bens e serviços do Estado serem efetuados através de contas e a bancarização dos salários dos servidores do Estado e das outras instituições públicas ou privadas.

¹⁶ A fraca taxa de bancarização - situada muito aquém dos 5% - acaba por justificar e representar por si só um cenário real da absoluta inoperância do BCEAO e do executivo guineense no sentido de adoção de políticas e medidas consistentes para garantir a subida significativa da taxa de bancarização, quer através de campanha efetuada neste sentido, quer pelos programas de expansão seguidos pelos bancos comerciais, ou através de criações de incentivos fiscais e condições de seguranças aos bancos que abrissem agências ou caixas na parte menos favorecida no país, por exemplo, a parte insular da Guiné-Bissau e nas zonas mais longínquas do interior do país. No entanto, em termos comparativo, resultante da análise que a Consultora KPMG faz do sector bancário angolano referente ao ano de 2011, o grau de bancarização em Angola subiu significativamente até meados de Agosto, situando em 22% da população angolana, móbil de uma forte ação conjunta do executivo e do Banco Nacional de Angola (BNA), sobretudo as campanhas levadas ao cabo pelo BNA, ainda assim, uma taxa de bancarização baixa em comparação com a taxa média de bancarização de 30% dos outros países situados ao mesmo nível de crescimento de Angola. Entretanto, no nosso caso, a fraca taxa de bancarização pode ser entendida também no sentido inverso e positivo de que o sector bancário na GB apresenta um grande potencial e margem para crescimento e que se deve basear inelutavelmente na actuação conjunta dos seguintes indicadores relevantes, como sejam: o valor dos ativos, aumento de números de agências, aumento do emprego, ampliação dos depósitos, captação de recursos de clientes, poupanças e depósitos a prazos, ampliação da carteira de clientes, carteiras de crédito, volume de negócio, multiplicação das transações via eletrónica, sobretudo TPAs, e multibancos; isto tudo sem invalidar o papel indispensável do executivo guineense na criação dos incentivos aos bancos comerciais para abrirem mais agências no interior do país e na zona insular, e o papel do BCEAO na adoção de medidas e realização das campanhas de sensibilização sobre a necessidade e a real vantagem de bancarização.

a questão do sigilo bancário tende a assumir uma posição de relevo, devido ao crescente esforço dos cinco bancos comerciais na modernização e na informatização dos bancos e dos serviços de pagamentos, sobretudo a implementação dos serviços eletrónicos disponíveis para saques de valores através de máquinas de multibancos, pagamentos de bens e serviços através dos TPAs, e a expansão e a utilização de cartões de débitos na rede multibanco, emissões de cartões internacionais, tais como visa, mastercard, de utilização além fronteira, operação *cash advance*, etc¹⁷.

Neste sentido, mesmo na ausência da lei expressa, os ditames de boa-fé impõem que os bancos assumam a responsabilidade de confidentes necessários dos seus clientes sobre as operações e serviços que desenvolvem a favor destes, como condição *sine qua non* do crédito e da confiança do público nas instituições financeiras, sobretudo num país fortemente marcado pelo fraco rendimento das pessoas e pela elevada iliteracia bancária.

Subjacente à ideia do sigilo bancário - além da questão da relação de custódia, fidúcia e de segurança dos haveres e de todas as operações e informações relacionadas com a clientela -, temos a necessidade de garantir à clientela um certo conforto, tranquilidade e confiança nos bancos. Com isto, podem criar-se condições para que todos os clientes possam fazer circular, através dos bancos, os seus rendimentos e poupanças com a máxima segurança, sobretudo num país como GB, em que menos de 5% da massa monetária disponível circula através dos bancos, i.e., um pouco mais de 95% circula de mãos em mãos, à margem dos bancos. Porém, neste preciso momento, o BCEAO lançou uma campanha de sensibilização sobre a necessidade e a vantagem da bancarização e, por conseguinte, para que seja realidade entre nós, talvez nas próximas décadas, é indispensável que os clientes confiem no sector bancário e que os bancos atestem essa confiança através de segurança e conforto proporcionados aos mesmos.

Assim sendo, assumimos, sem reserva, que o tema sigilo bancário no direito guineense não é, seguramente, uma miragem da nossa parte, mas um assunto por desbravar, face também à absoluta inexistência da construção dogmática sobre o tema em causa e da matéria relativa à banca e a atividade bancária¹⁸.

¹⁷ Na ordem jurídica interna guineense não existem quaisquer legislações específicas que regulam o cabal regime jurídico dos cartões bancários, nem condições de acessos aos serviços eletrónicos dos bancos e nem sobre os incidentes de pagamentos provenientes de utilizações desses novos meios de pagamentos. Todavia, a conformação jurídica dos cartões bancários e os serviços eletrónicos e os respetivos incidentes se contentam em grande medida com a praxe bancária.

¹⁸ A organização e a atividade bancária digna deste nome, em território da Guiné-Bissau e em toda a província ultramarina, iniciaram-se na segunda metade do século XIX, com a criação do Banco Nacional Ultramarino (BNU), em 1864, concretamente através da Carta de Lei de 16 de Maio de 1864 e abertura de uma filial do BNU nesta província ultramarina. Na Guiné-Bissau e nas restantes províncias ultramarinas, a emissão monetária surgiu mais tarde, i.e., a partir de um convénio concluído entre o BNU e o Estado português em 16 de Junho de 1953 e corporizado no Decreto-Lei n.º 39221, de 25 de Maio de 1953, passando a conferir ao BNU a função de emissão monetária nas províncias ultramarinas. Entretanto,

Por outro lado, a pertinência do tema sigilo bancário justifica-se também ao nível do direito estrangeiro e do direito internacional, por se tratar de um assunto de natureza volátil. Com efeito, a sua volatilidade traz consigo a sua constante instabilidade e desatualização do ponto de vista legal, doutrinário e jurisprudencial e, por conseguinte, impõe-se a necessária indagação de forma a deixar contributos atualizados sobre esta temática.

Por seu turno, o tema assume-se atual no nosso país, senão no âmbito da união, em particular, com a entrada em vigor na ordem jurídica guineense do Tratado da Organização para a Harmonização do Direito dos Negócios em África (OHADA)¹⁹ e os respetivos atos uniformes, sobretudo o *Ato Uniforme Relativo à Organização dos Processos Simplificados de Cobrança e de Execução* (AUPCE)²⁰, caucionando sérias interrogações relativas às articulações com o regime do sigilo bancário patenteado

em Angola, esta função de emissão monetária aconteceu mais cedo, com a criação do Banco de Angola por Decreto-Lei n.º 12131, de 14 de Agosto de 1926. Mais tarde, a atividade bancária consolidou-se na Guiné nos finais do séc. XX, sobretudo, com várias autorizações de emissões por parte da filial do BNU em Guiné até meados de 1973 (art. 1.º da Portaria n.º 67/73). Igualmente, em Moçambique, e de acordo com Filipe Mandlate, o BNU inicia em 1877 a sua atividade com a abertura de uma agência do BNU na Ilha de Moçambique e com a designação de correspondentes do BNU nas cidades de Quelimane e Lourenço Marques, tendo sido criado com o propósito de manter a ligação efetiva com as colónias portuguesas, através de financiamento e consolidação da ocupação efetiva das colónias, a exploração de recursos existentes e garantir a expansão do mercado financeiro português nas colónias através de apoio ao comércio, indústria e promoção de desenvolvimento de infra-estruturas por intermédio do crédito comercial, agrícola, móvel e predial. No âmbito do exercício das suas funções, o BNU tomava por essencial, a salvaguarda do dever do sigilo profissional bancário. Antes das reformas subsequentes, o BNU detinha o privilégio exclusivo da fundação e administração da banca em Guiné. Mais tarde, constata-se que o modelo de exclusividade ou de centralização das atribuições financeiras ou bancárias no BNU, em nada abonava o crescimento do sector económico e financeiro nas colónias e, reflexamente em Portugal, empreendeu-se conjuntos de reformas conducentes à adoção de um novo regime das instituições e das atividades bancárias nos diferentes territórios ultramarinos. Assim, foi adotada a Carta de Lei de 27 de Abril de 1901, que além de introduzir reformas profundas nas atividades bancárias, permite que a atividade bancária seja exercida pelos nacionais e estrangeiros, com a exceção da emissão de notas e obrigações prediais. Incompreensivelmente, o referido diploma fazia tratamento desigual e discriminatório entre as províncias ultramarinas, restringindo esta abertura da atividade bancária a Moçambique, Macau e Timor, tendo vedado a possibilidade do funcionamento dos bancos estrangeiros e nacionais nas províncias de Angola, Guiné e São Tomé e Príncipe. O BNU cessou as suas atividades efetivamente a partir da criação do Banco Nacional da Guiné-Bissau (BNGB) e depois Banco Central da Guiné-Bissau (BCGB), enquanto tal, foi-lhe atribuída a competência de emissão de notas, moedas e das demais atribuições e funções comerciais e financeiras.

¹⁹ A OHADA (do francês *Organisation pour l'Harmonisation en Afrique du Droit des Affaires*) foi instituída pelo Tratado de Port-Louis em de 17 de Outubro de 1993, sendo seus membros: a República do Benim, o Burkina Faso, a República dos Camarões, a República Centro-Africana, a República Islâmica das Comores, a República do Congo, a República da Costa do Marfim, a República do Gabão, a República da Guiné, a República da Guiné-Bissau, a República da Guiné Equatorial, a República do Mali, a República do Níger, a República do Senegal, a República do Chade e a República do Togo; para mais informações sobre a sua constituições, estatutos e outros documentos oficiais consultar <http://www.ohada.com>.

²⁰ Tradução do original francês *Acte Uniforme Portant Organisation des Procédures Simplifiées de Recouvrement et des Voies d'Exécution*, foi adoptado em 10 de Abril de 1998 e publicado no seu Journal Officiel n.º 06 de 1 de Julho de 1998. Na Guiné-Bissau este ato único foi republicado em Português, entre outros atos únicos, no 4º Suplemento ao BO de 23 de Setembro de 2005 (conforme a Resolução n.º 1/94 de 17 de Janeiro).

na lei-quadro sobre a regulamentação bancária da UEMOA transposta para a nossa ordem jurídica através da Lei de Regulamentação Bancária (LRB e LRB 4/2008)²¹.

2.1.2. A importância do sigilo bancário como instrumento de garantia de crédito e de captação de poupança

Temos ainda por justificada a pertinência do presente tema na necessidade inadiável e urgente de precisar o regime jurídico, o conteúdo e a delimitação do sigilo bancário na atividade bancária, com o único propósito de influenciar positivamente a sua percepção pela sociedade em geral e, particularmente, no âmbito da judicatura guineense e da nossa administração tributária. Queremos assumir uma postura crítica, utilizando, já agora, a expressão do pai e fundador da nacionalidade guineense, Amílcar Cabral, uma “*crítica construtiva*”, fazendo emergir assim a fragilidade do sigilo bancário, fortemente marcado pela ausência de regulamentação legal que estabeleça os seus limites e o respetivo regime jurídico, ainda mais tendo em conta a crescente oferta dos serviços bancários e a massificação da atividade bancária. No entanto, com isto, procuraremos demonstrar e divulgar junto da sociedade em geral, e da classe económica e do empresariado em particular, que a proteção do sigilo bancário constitui uma necessidade para repor as suas confianças nos investimentos na Guiné-Bissau e associá-lo ao princípio do máximo proveito com a adoção da regra da economia de mercado, na implementação efetiva do programa de reforma estrutural de 1986 e na adoção de um novo Código de Investimento atractivo, sobretudo para os investimentos estrangeiros.

Reconhece-se que o desenvolvimento da atividade bancária na ordem jurídica guineense depende grandemente de criação de condições que visem relançar essa atividade e garantir a maior dignidade da profissão bancária e da entrada de divisa e fluxo de capitais, mobilizados no âmbito de investimento estrangeiro direto e como garantia de capitalização e de reforço da capacidade financeira dos bancos. Neste âmbito, a reflexão doutrinária sobre o tema do sigilo bancário deve inserir neste contexto de restabelecimento da confiança e da dignidade de atuação da banca. Aliás, neste sentido, configura-se acertada a concepção que vê a “captação de poupança” e a capitalização dos bancos como uma necessidade na qual se justifica e fundamenta a proteção do sigilo bancário, em que o banco assume o papel de um confidente necessário do cliente, i.e., o sigilo constitui um baluarte para a profissão

²¹ Com efeito, o AUPCE foi inspirado na legislação francesa e vem concorrer e derogar, em parte, as legislações internas de inspirações portuguesas, em particular o Código de Processo Civil, em matérias de cobranças e execuções. Sobre algumas notas introdutórias das diferenças entre as duas ordens jurídicas, veja-se Ana Cristina Coimbra (coord.), *OHADA - Tratado e Actos Uniformes - Comentados e Anotados*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, Junho de 2010, p. 573 e ss. Ainda sobre o referido AUPCE e outros atos traduzidos em português e as respetivas publicações e entradas em vigor, veja-se, Rui Ataíde e Manuel Januário da Costa Gomes (coord.), *OHADA, Regulamentos e Actos Uniformes*, Coimbra, Almedina, 2008.

bancária, assumindo uma função primordial e catalisador de confiança do público em geral e de captação de recursos.

O presente estudo assume a originalidade no facto de se enquadrar no contexto particular de um país subdesenvolvido, com sinais de défices económicos e financeiros comprovados e cada vez mais preocupantes²², e na ausência de uma tradição de estudos científicos produzidos por parte de pessoas comprometidas com a realidade guineense. Esta ausência de produção científica e jurisprudencial sobre a temática do direito bancário em geral, leva a que muitas vezes as soluções adotadas se baseiem nas transposições mecânicas e desajustadas das soluções e realidades legais, doutrinárias e jurisprudenciais existentes na Europa, e em particular em Portugal, cujos direitos e ciência jurídica constituem matrizes da ordem jurídica guineense.

Pretende-se com o presente trabalho deixar uma modesta contribuição sobre a temática do sigilo bancário na ordem jurídica guineense, no que tange, essencialmente, à necessidade de análise, enquadramento e compreensão do regime jurídico do seu regime no direito guineense.

Basear-nos-emos em construções dogmáticas e *jus* científicas fundamentadas no Direito Comparado e no recenseamento e interpretações de panóplias de legislações difusas em vigor no ordenamento jurídico guineense, com o objetivo de proporcionar subsídios, instrumentos e um importante auxílio para a interpretação e aplicação das legislações sobre sigilo bancário à comunidade jurídica guineense

²² A situação de pobreza na Guiné-Bissau deteriorou-se sobretudo por razões ligadas ao conflito político-militar de 7 de Junho de 1998, tendo dizimado a vida dos cidadãos inocentes e destruído o tecido económico e social que então vinha a registar, ainda que ténue, certo desenvolvimento, provocando absoluta destruição e inviabilização social, económica, política e democrática do país, e ameaçando a própria independência. Com efeito, as sucessivas ondas de crises políticas cíclicas e extermínios de algumas importantes figuras políticas e militares, as rupturas e instabilidades constantes do Governo e da máquina administrativa, ditaram a frustração total do processo de recuperação económica e comprometimento da capacidade económica e financeira da Guiné-Bissau face as suas necessidades socioeconómicas e propagação incontrolável de défice orçamental e da pobreza generalizada sem fins à vista. Porém, muito recentemente, registou-se no dia 12 de Abril de 2012 mais um golpe militar e ruptura constitucional no país, que afetara gravemente à economia, sobretudo no decurso do processo da eleição presidencial e da campanha agrícola de caju, com visíveis consequências nefastas para o sector bancário inclusive que não conseguiram, pelo menos, retornos dos investimentos e fundos aplicados nesta campanha. Assim, desde então, houve a desaceleração do crescimento económico e financeiro, quedas acentuadas dos recursos e das receitas públicas, quebra de oportunidades, recuo significativo do investimento público, revisão em baixa do PIB nacional por parte do BCEAO de 4,5% para 2,5%, contrariamente a previsão de crescimento de 5,3% do PIB nacional do ano de 2011, e um apagado investimento privado, etc. Com efeito, a GB, depois da independência, nunca soube valorizar, apoiar, fomentar e nem incentivar e explorar as suas potencialidades no domínio da agricultura com toda a potencialidade que a natureza lhe oferece, sem indústria, e falta de uma visão clara para a exploração de suas potencialidades na área do turismo. E, por conseguinte, a sobrevivência da GB passou-se a depender basicamente dos bens e serviços importados a partir dos países vizinhos, tais como Senegal, Gâmbia e Guiné-Conacry, e do apoio constante aos projectos sociais no domínio da saúde, da educação, das infra-estruturas sociais (se houverem), e do equilíbrio orçamental por parte das instituições internacionais, tais como PNUD, UNICEF, BIRD, BM, FMI, e das organizações comunitárias como a UEMOA, entre outras...

em geral e, em particular, aos operadores da justiça, designadamente os tribunais, Ministério Público, aos operadores da banca, administração pública em geral, tributária e privada, visando, em última *ratio*, influenciar e equacionar a construção e a compreensão do regime jurídico alimentada na dogmática, no giro bancário, na prática, usos e costumes bancários.

Com efeito, devemos ainda realçar que, entre outras razões acima indicadas, é fundamental reforçar que o sigilo bancário constitui um importante esteio e instrumento para repor o crédito e a confiança no sistema financeiro e bancário não só na GB mas ao nível internacional. Ainda, num momento profundamente marcado pela crise que assola o mundo desde 2007, com a disseminação da desconfiança sobre a resiliência financeira dos bancos, marcado pela limitação de acesso ao mercado interbancário da zona euro por parte de muitos bancos, designadamente dos bancos sediados na Grécia, Irlanda e Portugal, motivado por uma sucessão de crises que afectaram gravemente o sistema financeiro e a economia na escala global, determinando um decréscimo considerável da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do desenvolvimento económico da Europa e do mundo em geral²³. Esta crise afectou de forma nunca antes vista o sistema bancário mundial, com várias instituições financeiras em processo de insolvência, nomeadamente Lehman Brothers, Washington Mutual e o Banco Privado Português (BPP), empurrando outras instituições financeiras para grandes dificuldades e buracos financeiros, tais como Hypo Real Estate Bank, Northern Rock, Lloyd's Bank, TSB, Royal Bank of Scotland, Fortis, Bradford & Bingley, ING, Glitnir e Landsbanki, entre outros..., e cujas consequências foram minimizadas através de política de recapitalização e de refinanciamento por intermédio dos mecanismos internos e externos colocados à disposição, v.g., pelos respetivos bancos centrais, BCE, FMI, BM, etc²⁴.

²³ Isto ainda sem olvidar a crise bolsista que determinara uma depressão generalizada nas cotações, e o agravamento das despesas e endividamento considerável do Estado, o que acarretou uma desvalorização da dívida soberana, aumento dos custos de financiamento e sucessivos *downgrades* pelas sociedades de notação de risco. Cf. Jorge Nunes Lopes, «Moeda e Regulação Bancária, crises, interesse próprio e mercado», *Boletim de Ciências Económicas*, vol. LVI, Coimbra, FDUC, 2013, p. 263 e ss.; Fernando Estevam Bravin Ruy, *Direito Económico e Financeiro – Crédito e Investimento*, Curitiba, Juruá Editora, 2014, p. 303 e ss.

²⁴ No caso específico de Portugal, a crise obrigou este país a recorrer ao pedido de financiamento à União Europeia e ao FMI, em 2011, ao qual Portugal foi condicionado a rubricar a 17 de maio de 2011 um *Memorando de Entendimento* sobre as condicionalidades de política económica com o BCE, a Comissão Europeia (CE) e o FMI (vulgarmente denominado por Troika), no qual se obrigara Portugal, à condição *sine qua non* para aceder o referido financiamento, a adoptar várias medidas legislativas e regulatórias com incidências diretas nas instituições de crédito sediadas em Portugal. Neste sentido, para alguns, estas circunstâncias que ditaram o financiamento, contribuíram para degradar a notação de risco da dívida emitida pela República Portuguesa, penalizações de notações de risco – tendo em 2011 descido aquém de “*investimento grade*” – as cotações bolsistas dos bancos, que veio a determinar de forma exponencial o acesso dos bancos a *funding externo*. Para mais pormenor sobre o papel do BCE e suas operações de política monetária do Eurosistema no financiamento das instituições de crédito e dos bancos nacionais, ver Paulo Câmara e Manuel Magalhães (Coord.), *O Novo Direito Bancário*, Coimbra, Almedina, 2012, p. 15; Paulo Tiago Pereira, *Portugal: dívida pública e défice democrático*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012, pp. 32-41; Luís Máximo dos Santos, «Regulação e Supervisão do

A solução para esta crise passou e ainda passa pela adoção e execução de políticas sociais, económicas e financeiras, à semelhança do que se verificara na Europa, sobretudo nos países mais atingidos como a Grécia, Irlanda, Portugal, e outros, que já adotaram pacotes das medidas de austeridades.

Todavia, no presente estudo, procurar-nos-emos demonstrar que o sigilo bancário não deve cair no esquecimento, antes pelo contrário, deverá merecer uma atenção especial no âmbito da reforma em curso no sector financeiro e bancário, no sentido de reforçar a sua tutela, bem como repor a confiança dos clientes bancários, e ser tido em conta neste processo de emergência e de necessária reforma do Direito Bancário em Portugal e na Europa em geral, com a finalidade última de adequá-lo às exigências e às soluções da crise, integrando, na nossa modéstia opinião, seguindo lição de Paulo Câmara, os principais “vectores” de mudanças relacionados, nomeadamente, com os novos produtos bancários, os novos intervenientes no sistema bancário, os novos riscos e deveres da atividade bancária, os novos temas a considerar pelo poder regulatório da banca, ainda, com maior acuidade, deve-se atender à necessidade de uma nova regulação bem como à densificação de novas estruturas regulatórias da banca e de supervisão²⁵, devendo atender-se a matéria relativa ao sigilo bancário, contrariamente ao que parece resultar do poder regulatório emergente da crise²⁶.

sector Financeiro», *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, n.º 2, Ano IV, Junho de 2011, p. 51 e ss. Sobre perspectivas, quiçá menos optimistas, após a execução do memorando firmado com a Troika, veja-se, José Renato Gonçalves, «E depois do resgate (da Grécia, da Irlanda e de Portugal)? Outro Resgate?», *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, n.º 2, Ano IV, Junho de 2011, p. 73 e ss. Ainda sobre as consequências, os sentidos e configurações da crise económica vivida na Europa, veja-se vários estudos que integram Eduardo Paz Ferreira (Coord.), *a austeridade cura? A austeridade mata?* Lisboa, AAFDL, 2013, p. 17 e ss, em especial, pp. 1437 e ss, 1053 e ss, 1189 e ss, 973 e ss, 1011 e ss, 359 e ss 603 e ss, 627 e ss, 673 e ss. Apenas alguns incadotes da crise económica portuguesa, veja-se, Aníbal Cavaco Silva, *Crónicas de uma crise anunciada e outros textos*, Lisboa, Editorial Notícias, 2001, p. 19 e ss. Cf. Tiago Mota e Diogo Baptista, *A Crise Bancária em Portugal*, Lisboa, Actual, 2017. P. 15 e ss.

²⁵ Cf. Paulo Câmara e Manuel Magalhães (Coord.), *O Novo Direito Bancário*, op. cit., p. 22.

²⁶ Parafraseando António Menezes Cordeiro, “O Memorando contém múltiplas disposições sobre o sistema financeiro, sobre a fiscalidade e sobre a agilização dos tribunais. Nada diz, *expressis verbis*, sobre o tema do sigilo bancário”. Mas, em todo o caso, realça que o Direito da crise integra vários diplomas legais com conteúdos negativos sobre o tema do sigilo bancário, importando a sua restrição. Para mais informações sobre o referido Memorando, síntese do “Direito da crise”, bem como as medidas regulatórias pré-Troika adotadas, ver Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2008 de 14 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2ª série, Parte E, n.º 202, de 17 de Outubro de 2008, sobre fundos próprios; Decreto-Lei n.º 211-A/08, de 3 de Novembro e Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2008, de 9 de Dezembro, relativo aos deveres de informação e de transparência; Avisos do Banco de Portugal n.ºs 4 e 5/2009, de 11 de agosto, publicados no *Diário da República*. 2ª série, n.º 161, de 20 de agosto de 2009, sobre deveres de informações relativos a depósitos bancários e produtos complexos, respetivamente; Decreto-Lei n.º 94/2009, de 1 de setembro, que integra medidas de derrogação de sigilo bancário, e também António Menezes Cordeiro, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», *Temas de Direito Bancário*, Cadernos o Direito I, Coimbra, Almedina, 2014, p. 13 e ss. Portanto, o contestado Memorando com a Troika impõe sacrifícios e algumas políticas de restrições económicas e até sociais que, do ponto de vista de suas regulações, nem sempre soluções de forma fragmentária longe de construir o almejado “Direito de Bases da crise”, que possibilitasse soluções completas, harmoniosas e coerentes face à crise. Sobre a natureza do Memorando, veja-se, Eduardo Correia Baptista, «Natureza jurídica dos memorandos com FMI e com a União Europeia», *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 71, vol. II,

Este estado de coisas, aliados aos termos, geralmente desfocados, em que o sigilo bancário tem sido colocado, levaram-nos a uma profunda investigação, numa perspetiva da solução vigente no direito estrangeiro, e a nos interessarmos pela escolha desta temática como objeto da nossa dissertação de doutoramento.

Neste quadro de retrocesso vivenciado um pouco por todo o mundo, relativo ao âmbito de proteção infraconstitucional do direito à privacidade, ou direito à vida privada e direito à intimidade, com incidência direta no conteúdo e na extensão do sigilo bancário, leva-nos a querer compreender, no presente estudo, quais as alterações realmente introduzidas, designadamente a partir de prévia avaliação e compreensão dos limites que a ordem constitucional e a ordem internacional impõem ao poder democrático na limitação ao conteúdo do sigilo bancário. Neste sentido, ainda, é mister referir que, embora o presente trabalho vise a ordenação jurídica guineense, não deixa de ter por referência principal a ordem jurídica portuguesa – e, por isso, as principais referências legais e constitucionais versarem sobre estas duas ordens jurídicas, tendo em vista, essencialmente, a situação da doutrina e jurisprudência portuguesa quanto à solução e a necessidade de preservação e de compreensão do conteúdo do dever de reserva, todavia sem descurar de outras experiências, como países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da UEMOA e dos outros sistemas.

3. Crescente parâmetro dogmático da temática do sigilo bancário como razão decisiva da defesa da pertinência do tema

O regime do sigilo bancário pode e deve ser equacionado única e exclusivamente como limitação do âmbito das relações estabelecidas entre as Instituições de Créditos e os seus clientes, traduzindo-se, no essencial, para os bancos, no dever de reserva e a consequente obrigação de confidencialidade de todas as informações conexas às contas, operações e serviços dos clientes, com a finalidade última de garantir a confiança na banca e da proteção do foro íntimo, à privacidade e à económica.

Enfim, o sigilo bancário, além de constituir “um dos grandes dilemas da nossa época”²⁷, traduz um princípio básico e estruturante da atividade bancária. Por isso, mais do que simples necessidade, há um imperativo dos bancos em guardar e zelar pela defesa da confidencialidade das informações dos

Abril-Junho 2011, p. 476 e ss. Ainda sobre a origem, cronologia e as medidas de emergência encetadas em Portugal e na Europa para por cobro à crise, veja-se: António Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., Revista e Atualizada, Coimbra, Almedina, 2014, p. 133 e ss. A crise de 2007-2014, causas e explicações, António Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 6ª ed., Revista e Atualizada, com a colaboração de A. Barreto M. Cordeiro – LLM, Coimbra, Almedina, 2016. Pp. 131 e ss e 140 e ss.

²⁷ Cf. Neste sentido Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit., p. 354.

clientes, em parte, fundamentada na essência da profissão bancária e na relação fiduciária que estabelece com a clientela.

Não obstante a existência de algumas referências legais, nomeadamente na lei de regulamentação bancária guineense, na Lei Uniforme sobre branqueamento de capitais e nas leis de combate ao tráfico de estupefacientes, constata-se que a matéria do sigilo bancário não tem, na Guiné-Bissau, um tratamento legislativo completo e coerente, circunstância que contribui, de modo relevantíssimo, para uma grande instabilidade no funcionamento da justiça e até da economia em geral, alimentando intermináveis e infrutíferas polémicas sobre o sigilo bancário e os seus limites na ordem jurídica guineense²⁸. Com efeito, os equívocos e as lides forenses fazem com que nos deparemos, quase com uma certa constância, com conflitos entre bancos e clientes, e entre bancos e os tribunais, advogados, administração fiscal, Ministério público, tornando difícil e tormentoso para os bancos a defesa do sigilo bancário no meio de tantas pretensões e conflitos e pela incapacidade crescente de interposição dos poderes públicos, visivelmente patentes na ineficácia da administração da justiça devida às teias de corrupções generalizadas, burocracias exageradas e a consequente inoperância dos tribunais. Estes vêem-se absolutamente enfraquecidos e impelidos perante o quase inexistente mecanismo de defesa face aos próprios tribunais e as respetivas jurisprudências, que nunca se dignaram em posicionar-se na defesa dos bancos e dos valores garantidos e protegidos pelo dever do sigilo bancário, i.e., ligados à economia, ao sistema financeiro, à realização dos valores da confiança, segurança, e à proteção, em última análise, dos valores da dignidade da pessoa humana.

Tudo isto sem olvidarmos que, na ordem jurídica portuguesa, não faltam vozes discordantes relativa à preservação da integridade do conteúdo e da extensão do sigilo bancário. Não obstante aceitarem que o sigilo bancário tem por escopo principal a resguarda da dignidade da pessoa humana e da reserva à intimidade da vida privada, outros advogam a necessidade de ampliação de um mecanismo de preservação da segurança e luta contra crimes de corrupção em detrimento do sigilo bancário.

Sustenta-se que a vida moderna tornou necessário o uso do dinheiro electrónico – por razões de privacidade e necessidade de segurança. As informações bancárias passaram a ser aliadas indispensáveis na luta contra o enriquecimento fraudulento de agentes e gestores públicos por intermédio de corrupção, sobretudo atendendo à realidade africana de corrupção enraizada por vincada impunidade. Neste sentido, o sigilo bancário viu-se agredido e eivado no seu conteúdo e essência, sobretudo como medida necessária e eficaz no combate ao crime de corrupção em África, mais precisamente na Guiné-Bissau. Ou, antes pelo contrário, deve-se equacionar o sigilo bancário como

²⁸ No entanto, constatamos que o sistema instituído e a atitude da doutrina ocidental e a opinião pública em geral, sobre a proteção do sigilo bancário, continuam acentuadamente condicionadas pelos abusos que têm vindo a gerar situações indesejáveis, com reflexos imediatos e inevitáveis na produção legislativa e na praxe judiciária.

resguardo do valor ligado à preservação da vida privada ou da intimidade, e por isso constitui e impõe limites aos próprios poderes constituídos, assim barrar qualquer possibilidade de adopções de soluções que visem, em última instância, eivar ou minar a sua importância e o seu conteúdo²⁹.

Pelo exposto, parece importante realçar que a pertinência e a originalidade do tema sigilo bancário no direito guineense não precisa de ser demonstrada, basta para tal verificar o grande relevo que os bancos assumem na atualidade no nosso quotidiano, e a justificada necessidade da dependência ou bancarização, sobretudo num sistema económico e financeiro frágil como o nosso, que talvez só a construção, a defesa e uma proteção bem conseguida do sigilo bancário poderá minimizar o efeito pernicioso do ponto de vista legal e prática.

4. Parâmetro transversal e internacional do sigilo bancário

Com efeito, o sigilo bancário é um tema atual, rico, complexo, problemático, polémico, transversal³⁰ e, particularmente, tem gerado, entre nós, grande discussão e controvérsia.

Não obstante, reconhece-se, ainda assim, que o sigilo bancário se encontra quase cristalizado pelas disposições legais um pouco por todo o mundo, e que a sua configuração, como espécie de manifestação da tutela da vida privada e da intimidade, lhe confere outra dimensão favorecendo a sua intensa tutela interna e internacional como resguardo dos *status* dos direitos humanos e do direito fundamental. Todavia, nos tempos atuais, não se pode olvidar a tendência que se vive de limitação dos

²⁹ No sentido de que a proteção do sigilo bancário deveria ser enfraquecida para permitir a efectivação da luta contra crime de corrupção, veja-se, Filipe Hochscheid Kreutz, «O Segredo Bancário no Processo Penal», *Revista de Concorrência e Regulação*, Coimbra, Almedina, 2012, p. 29 e ss.

³⁰ Diz-se que o sigilo é riquíssimo e complexo, porque o seu regime, conteúdo e limitações, em parte, se cruzam com princípios normativos fundamentais da ordem jurídica, com interesses difusos de ordem de interesse público dos bancos e do interesse privado dos clientes, beneficiando de guarida no quadro jurídico-constitucional; explica-se a sua problemática a partir da inesgotável discussão sobre o seu enquadramento e derrogação e até a grande polémica ideológica em torno desta figura; e transversal, no sentido que o sigilo bancário é um tema interdisciplinar, dado que as questões suscitadas no sigilo bancário e a procura de suas respostas, não se esgotam num circuito fechado de complexidade ideológica-jurídica ou do direito, antes pressupõe outras ciências sociais e humanas, v.g., a economia, bem como outros problemas e dilemas sociais internos e internacionais relacionados com branqueamentos de capitais, luta contra evasão fiscal, terrorismo, etc... Cf. José Maria Pires, *O Dever de Segredo na Atividade Bancária*, Coleção Temas de Direito Bancário, n.º 1, Lisboa, Editora Rei dos Livros, 1998, p. 13 e ss. Veja-se, igualmente, neste sentido, Telmo José Macedo Alves, «O Sigilo Bancário – Uma Perspectiva Constitucional em Matéria Tributária», in Jorge de Figueiredo Dias *et. al.*, (Org.), *Studia Juridica* 92 - *Ars Iudicandi. Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves. Vol. III: Direito Público, Direito Penal e História do Direito*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, p. 11 e ss; Alberto Luís, «O Segredo Bancário em Portugal», *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 41, Jan-Abril 1981, p. 454; Maria Eduarda Azevedo, «O Segredo Bancário», *Ciência e Técnica Fiscal*, n.º 346-348, Out-Dez 1987, p. 73 e ss; Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5.ª ed, op. cit. p. 254 e ss.

direitos de liberdade, com incidência e repercussão direta na progressiva restrição da extensão e do conteúdo do sigilo bancário, face à necessidade de obtenção de informações bancárias, com a finalidade de tutelar outros interesses, tais como a política criminal, fiscal, a luta contra o branqueamento de capitais, terrorismos³¹, etc³². Neste sentido, o sigilo bancário tem sofrido fortes ataques e contra-ofensivas, sob bandeiras de obrigatoriedade de colaboração com a justiça, no interesse público ligado à política tributária, na luta contra evasão tributária, etc...

Com as inúmeras quebras do sigilo bancário, poderemos questionar-nos se não estaríamos, na atualidade, à assistir a conversão da regra do sigilo bancário, numa exceção, e as exceções em regra?³³

O que faz emergir a inesgotável questão da derrogação do sigilo bancário e o respetivo âmbito de tutela, embora tenha sido colocado com bastante acuidade ao longo dos tempos, nomeadamente a propósito do problema do uso excessivo, algo até abusivo, do direito para fins que violam e afetam gravemente os interesses públicos, e em especial, as fraudes fiscais, etc...

Com efeito, procuramos resposta, neste presente estudo, sobre o conteúdo positivo e negativo do sigilo bancário na GB e qual seria o critério para ponderar a superioridade do interesse em conflitualidade com o sigilo bancário? O sigilo bancário protege apenas o interesse privado, ou antes, constitui afloração de outros interesses, designadamente público?

³¹ Assim sendo, o atentado terrorista de 11 de Setembro de 2001, ocorrido nos EUA, bem como os atentados na Europa, nomeadamente em Madrid, em Março de 2004, em Londres, em Julho de 2005, e os fracassados atentados de 2006 na Alemanha, constituem motivações de que se serviram para desencadear as contra-ofensivas ao sigilo bancário, como se culpado tratasse, por isso, merecendo a punição de tolerância zero, ora desvalorizando ou ora comprimindo o seu conteúdo e a sua extensão. Neste sentido, escreve Bachmaier Winter, os atentados acima referenciados constituem fatores potencializadores da intolerância e de restrições aos direitos fundamentais, em especial ao direito à privacidade, sobretudo em sede de investigação criminal, na medida em que combinam os seguintes fatores: aumento do clima de *stress* emocional; incremento na atuação preventiva, fundamentalmente mediante uso de mecanismos de inteligência; e criação de um ambiente de ostilidade e guerra declarada contra a criminalidade, sobretudo perpetrada pela associação criminosa e terroristas.

³² É digno de registo a notável consideração de Castro Caldas, que revela a tendência hodierna para a hostilidade e luta sem tréguas contra a extensão do conteúdo do sigilo bancário, negando assim o seu carácter absoluto, quando acrescenta que o sigilo tende a ser considerado perante o “culto da informação e da transparência” como “valor negativo, censurável”. Outros, porém, na esteira de Diogo Leite de Campos, reconhecem a necessidade de preservação e reforço da tutela de sigilo bancário, mesmo quando esteja em causa a necessidade de sua limitação em face de outros interesses superiores, enfim, o sigilo bancário traduz-se na defesa do direito fundamental do cidadão e impedir a devassa arbitrária a uma boa parte da vida pessoal do cidadão espelhada na sua conta bancária. Cf. Armindo Saraiva Matias, *Direito Bancário*, Coimbra, Coimbra Editora, 1998, p. 88.

³³ Cf. Neste sentido, Paulo Marques, “Sigilo bancário, a Constituição e as garantias dos contribuintes”, in *O Direito*, Ano 148.º - 2016, II, Coimbra, Almedina, 2016. P. 286.

O sigilo bancário, sendo à partida, um tema de Direito Bancário, quer material quer institucional, impõe uma análise e estudo transversal, com recurso a outros ramos de Direito, com destaque para o Direito Constitucional, o Direito Civil, o Direito Penal, o Direito Processual Penal, o Direito Fiscal, Direito Comercial, Direito Societário, Direito Financeiro, etc...³⁴

Trata-se, por outro lado, de um tema que não prescinde uma profunda análise do sistema vigente no direito estrangeiro, sendo fundamental estudar os regimes e práticas vigentes em países como Portugal, a Alemanha, a França, a Suíça, o Reino Unido, a Espanha, o Brasil, e os demais países de expressão portuguesa e ainda os países da África ocidental, com destaque para os que integram a União.

Nessa análise, daremos prevalência lógica ao direito português, não só por constituir apanágio, a principal referência e matriz do direito guineense, mas também pelo facto de o tema do sigilo bancário ter vindo a ser objeto de várias alterações a nível legislativo e de albergar um rico e interessante acervo doutrinário e jurisprudencial.

³⁴ Ligado ao Direito Bancário, definido como conjunto de normas e princípios estruturantes que regem a profissão bancária e a respetiva operação e serviços. Assim, compreendido como ramo de Direito misto e híbrido – combinando zonas de direito privado, relacionado, v.g., aos negócios, contratos, operações e responsabilidade bancária, e de direito público, v.g., encarado como direito de supervisão, autorização bancária e sanções. Todavia, apesar do seu conceito estar subjacente ao qualificativo “bancário”, no sentido de ser encarado fundamentalmente como direito conexo ao banco e suas operações, refere acertadamente Calvão da Silva que o Direito Bancário não é, portanto, tão-somente o Direito dos Bancos, antes, porém, compreende e reconhece nas suas fronteiras outras entidades, nomeadamente deve-se reconhecer no seu âmbito o relevo de outras entidades financiadoras que não sejam puramente os bancos. Com efeito, o banco é compreendido, no essencial, como uma empresa que tenha por finalidade a captação de dinheiro recebido do público e a respetiva aplicação na sua atividade de intermediação, incluindo recursos próprios, através de empréstimos e de outras operações e serviços. Assim o epicentro das suas atividades é a intermediação creditícia, que sempre constitui a sua atividade clássica traduzida na intermediação direta de disponibilização de fundos a um cliente, e indireta traduzida no financiamento de um cliente, v.g., na locação financeira. Neste mesmo sentido, os italianos Gino Cavalli e Mia Callegari procuram sintetizar o conceito de Direito Bancário “come il complesso di norme che regolano de la costituzione, l’organizzazione e l’esercizio dell’impresa bancaria, nonché ogni rapporto che attiene allo svolgimento dell’attività creditizia” (Gino Cavalli e Mia Callegari *Lezioni Sui Contratti Bancari*, Bolonha, Zenichelli Editore, 2008, Reimp. 2012, p. 2). Já Paolo Ferro-Luzzi, no âmbito do enquadramento geral da disciplina do Direito Bancário no plano político, económico, social e legal, na ordem jurídica italiana, encarou o Direito Bancário como direito das empresas e a atividade bancária como atividade deferida a estas empresas bancárias, cujo núcleo duro encontra-se regulado no Codice Civile italiano, il Capo XVII del Libro IV, dedicado especialmente aos “Contratti bancari”, v.g., a conta, depósito bancário, abertura de crédito, antecipação bancária, desconto bancário, crédito fundiário, garantia bancária, *leasing*, *factoring*, e os serviços bancários em geral, nomeadamente ligados aos TPAs, caixas Automáticas, Multibancos, Caixa de Segurança, Cartões e Moedas Electrónicas, etc... Cf., Calvão da Silva, *Banca, Bolsa e Seguros. Tomo I – Direito Europeu e Português*, Coimbra, Almedina, 2012, p. 21; Paulo Câmara e Manuel Magalhães (Coord.), *Novo Direito Bancário*, op. cit., p. 29; Eduardo Vera-Cruz Pinto, «A Responsabilidade Jurídica dos Bancos...», op. cit., p. 33 e ss. Para enquadramento, génese e evolução do Direito Bancário na ordem jurídica italiana, veja-se, João Luís Zaratín Lotufo e Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffman, «A Responsabilidade Civil dos Bancos no Direito Italiano», in Alexandre Guerra e Marcelo Benacchio (ed.), *Responsabilidade Civil Bancária*, São Paulo, Editora Quartier Latin do Brasil, 2011, p. 233 e ss; Paolo Ferro-Luzzi, *Lezioni di Diritto Bancario, Vol. I, Parte Generale*, 2ª ed., Ampliada e Correcta, Torino, G. Giappichelli Editore, 2004, *passim*. Para mais enquadramento sobre a banco e o Direito Bancário, veja: Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5.ª ed, cit., p. 53 e ss.

A acesa polémica sobre o relevo constitucional do regime do segredo bancário será objeto de uma atenção especial, tendo presente a jurisprudência, mormente portuguesa, sobre a matéria. Esta análise permitir-nos-á enfrentar o problema do enquadramento do segredo bancário à luz da Constituição da República da Guiné-Bissau, enquanto valor jurídico e constitucional.

Com efeito, desde já, importa realçar o carácter multidisciplinar do sigilo bancário justificado nos interesses dogmáticos diversos, nomeadamente: no Direito Constitucional – como preservação dos valores dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, interesses económicos e bancários – como a confiança no sistema financeiro e na consolidação e captação de fundos e de poupanças; no Direito Penal – porquanto acentua a proteção do sigilo bancário enquanto resguardo do direito à reserva da intimidade da vida privada e à punição em caso de violação, e sem olvidar de crescentes interesses assumidos pelo fisco e os tribunais como verdadeiros contrapesos e ameaças a extensão do conteúdo do sigilo bancário tendo em vista a fazer valer os interesses do fisco e da administração da justiça, sem esquecer, obviamente, as novas ameaças relacionadas com os interesses mundiais no combate a branqueamento de capitais e contra o terrorismo.

Propomo-nos também realçar a dimensão internacional do sigilo bancário, com referências aos documentos e normas com origem nas Nações Unidas, na União Europeia, e na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)³⁵, relativamente ao combate internacional e concertado contra a fraude e evasão fiscais, por um lado, e, por outro, tendo em vista combater os flagelos do branqueamento de capitais, narcotráfico, tráfico de seres humanos e terrorismo, entre outros.

Portanto, são estas, em termos muito sumário, não apenas as razões de escolha do tema da presente dissertação mas também os propósitos e objetivos que norteiam o nosso projeto de investigação. Com efeito, sem olvidarmos de que o fio condutor desta empreitada que nos propomos desenvolver perpassa pela exigência de que o sistema bancário deve, no essencial, e atendendo aos traços marcantes de nosso tempo, pautar-se pela conjugação possível da perspetiva legal, prática e ética, bem como atender

³⁵ OCDE foi criada em 30 de Setembro de 1961, com os propósitos de apoiar o crescimento económico duradouro, desenvolver o emprego, elevar o nível de vida, manter a estabilidade financeira, ajudar os países a desenvolver as suas economias, contribuir para o crescimento mundial, etc... Ultimamente, sobretudo a partir de 2005 e neste período da crise, esta instituição tem-se preocupado com questões ligadas a supervisão comportamental, emitindo, por isso, importantes recomendações nesta matéria, nomeadamente: *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness* em julho de 2005, *Recommendation on Good Practices for Financial Education Relating to Private Pensions* em março de 2008, *Recommendation on Good Practices for Enhanced Risk Awareness and Education on Insurance Issues* em março de 2008, *Recommendation on Good Practices for Financial Education and Awareness Relating to Credit* em Maio de 2009; igualmente acentuou a missão na área de proteção aos consumidores, através da adoção de um plano de monitoramento, de educação financeira, e recomendações, nomeadamente as elaboradas na sequência da reunião do G20, de 19 e 20 de Fevereiro de 2011, transpostas para o documento intitulado *G20 High-Level Principles on Financial Consumer Protection*, sobre a proteção do consumidor financeiro.

ao paradigma sociocultural e da integração local, comunitária e internacional, para compatibilizar e equacionar meios para solucionar conflitos dos mais variados quadrantes de interesses oriundos das operações, dos contratos, serviços, giro bancário em geral, e muito particularmente em torno do sigilo bancário.

Neste sentido, movido pela vontade de querer e crer no amor ao Direito e à Justiça, e pela defesa irreverente da nossa ciência jurídica, enquanto resguardo do valor sociocultural. Aliás, como advertiu António Menezes Cordeiro, consciente de que “o caminho faz-se caminhando”³⁶, no célebre dizer de José Ortega Y Gasset “*Hay tantas realidades como puntos de vista. El punto de vista crea el panorama*”³⁷, e de que o Direito é uma ciência. Baseando-se e fundamentando-se nas suas garras, os juristas do nosso tempo devem despertar e concentrar-se na busca incessante de reflexão com a profundidade que a ciência do Direito exige, pautado, essencialmente, pelos valores fundamentais que nos conduz ao efetivo contributo para a construção de uma sociedade que se pretende mais justa, alicerçada e comprometida na defesa dos valores fundamentais do direito, do valor da dignidade da pessoa humana, da democracia e da ética, nos quais se revejam e se fundamentam, no mínimo, a legitimidade de qualquer Estado de Direito e Democrático.

Com efeito, reconhecemos que a empreitada que nos propomos desenvolver é árdua, ainda assim, nela apostamos pois, como refere Norberto Bobbio, “apostar é uma coisa e vencer é outra”. Todavia, cremos e temos por meta apenas “combater o bom combate”, na exortação do apóstolo Paulo na *II Epístola a Timóteo*.

5. Delimitação do âmbito e dos objetivos do presente estudo

Por tudo quanto ficou exposto acima, sobretudo o interesse crescente que o tema tem assumido nas agendas internacionais, marcado pela abundante e intensa produção doutrinária, jurisprudencial e legislativa no estrangeiro e internacional sobre o tema, que por si só, vem reforçar a pertinência do presente trabalho.

Assim sendo, a vastidão assumida de um estudo desta envergadura nos impôs, desde logo, a obrigação de proceder a uma delimitação rigorosa do seu objeto, com particular enfoque comparatístico, e tomar

³⁶ «se hace camino al andar», de António Machado, poeta espanhol, in estrofe de poesia , «Proverbios y cantares» do livro «Campos de Castilla»..

³⁷ In www.interessante.es. ! celebres frases de José Ortega y Gasset.

como alvo privilegiado a dogmática e o regime jurídico do sigilo bancário vigente no direito comparado.

Com efeito, temos por essencial, a fixação e delimitação dos objetivos do presente estudo sobre sigilo bancário no direito guineense, o que, obviamente, passa pela determinação e compreensão do seu regime jurídico, quanto ao seu conteúdo, sua extensão e limitação no contexto da ordem jurídica guineense, sem olvidarmos, naturalmente, o seu enquadramento multidisciplinar e transversal no direito comparado e nos instrumentos jurídicos internacionais.

Assim sendo os objetivos e metodologias do presente estudo gravitam em torno do seguinte guião (*organon*):

a) A tarefa primordial de recenseamento e catalogação do quadro legal e prática bancária existente em matéria do sigilo bancário na ordem jurídica guineense;

b) Atender ao prisma dogmático, a partir do qual se deve justificar e defender que o sigilo bancário é, sem dúvida, uma figura jurídica controvertida;

c) O seu carácter multidisciplinar e transversal, devido a sua ligação com os princípios fundamentais do sistema jurídico, as necessidades práticas e interesses legítimos das instituições bancárias, do Estado, dos clientes, do público em geral, e das próprias organizações internacionais;

d) A determinação do âmbito de aplicação do sigilo bancário conforme a solução de *jure condicto*, no sentido de determinar o sujeito ativo e passivo do dever de sigilo bancário, deve merecer especial atenção;

e) Fixação do âmbito e da abrangência do conteúdo positivo do sigilo bancário, sobretudo no contexto do direito vigente;

f) Por se tratar de um tema multidisciplinar, deve-se dar prioridade ao seu enquadramento e implicação constitucional, relativa à questão da sua pretensa natureza e sua inserção no âmbito dos direitos fundamentais com guarida e proteção constitucional; na vertente penal como proteção geral e específica do segredo bancário, com a cominação de sanções penais em casos de violação do sigilo bancário; na vertente processual, encarado a obrigatoriedade de colaboração e o interesse na realização da justiça como exceção ou conteúdo negativo do dever de sigilo bancário; na vertente do direito civil comum, em que o sigilo pode ser enquadrado no âmbito da reserva sobre a intimidade da vida privada e amplamente inserido no direito de personalidade e de cuja violação daria azo a obrigação de indemnização fundada na responsabilidade civil pelo facto ilícito e culposos; na vertente disciplinar, eventual responsabilidade do colaborador da banca que tenha colaborado, facilitado ou violado de forma injustificada o dever de sigilo bancário;

g) Identificação e justificação do conteúdo negativo traduzido pelo rompimento ou derrogação do sigilo banco na ordem jurídica guineense. Com efeito, procuraremos demonstrar o desuso da solução

legalmente possível face à postura abusiva das autoridades judiciais e para judiciais;

h) As necessárias implicações jurídicas, cíveis, constitucionais, penais e disciplinares para os casos de violações do sigilo bancário, devem merecer lugar de destaque no presente trabalho;

i) Deve-se realçar as diferentes fisionomias e conteúdos que o sigilo bancário tem vindo a assumir ao longo dos anos, com especial enfoque na sua génese, evoluções e as suas transmutações no espaço e no tempo;

j) Temos ainda por essencial a afloração das tendências, teorias e as dimensões por que passou a temática sobre o sigilo bancário, sobretudo tendo por referência o panorama jurídico, doutrinário e jurisprudencial português, e delinear os contornos de uma possível proteção na órbita constitucional e do direito internacional ao sigilo bancário;

k) Para finalizar, estamos comprometidos, no presente estudo, em fixar o conteúdo do sigilo bancário na LRB e na atual LRB n.º 4/2008, com especial enfoque nos dilemas do século XXI associados às grandes temáticas mundiais situadas na órbita da evolução eletrónica, da administração fiscal, da administração da justiça, do branqueamento de capitais e vantagens ilícitas e do terrorismo. Quais se esbarram no conteúdo negativo e exceção ao sigilo bancário?

6. Apresentação do plano sumário de investigação. Razão de ordem

A empreitada que propomos desenvolver sobre o tema do sigilo bancário no direito guineense, estrutura-se em três partes, desenvolvidas nos respetivos capítulos, secções, subsecções e respetivos itens que, em síntese, apresentamos.

a) Primeira Parte, relativa à fixação do parâmetro geral, constituída por três capítulos. O capítulo I é dedicado aos aspetos preliminares e essenciais para a nossa exposição, na qual exporemos as motivações e objetivos que nortearam a nossa opção pela temática do sigilo bancário como objeto da nossa tese de doutoramento, bem como a pertinência do tema, a sua delimitação e metodologia do nosso trabalho. Ainda no capítulo II, referente ao enquadramento geral do tema do sigilo bancário no direito guineense, temos por fundamental e indispensável a contextualização histórica do sigilo bancário, sobre o qual procuraremos traçar um breve panorama histórico sobre a sua génese e evolução, para, em seguida, procedermos, já no capítulo III, a uma exploração das diferentes tendências e teorias em voga sobre a temática do sigilo bancário, bem como analisar a problemática da questão da fundamentação e da conformação do sigilo bancário como valor ético-profissional, como tutela do valor da dignidade e de reconhecimento do direito positivo assente sobretudo na tutela jurídico - constitucional do direito fundamental à reserva da intimidade e da vida privada. Por fim traçaremos os sujeitos, o âmbito e os afins do sigilo bancário.

b) Na Segunda Parte, relativa à determinação do parâmetro específico e constituída por dois capítulos, por seu turno, decompostos por secções, subsecções e os respetivos itens. Por considerarmos essencial, dedicaremos nesta parte, a uma análise das perspetivas e das soluções vigentes no âmbito do direito comparado de matriz europeu, americano e africano, às quais constituirão, seguramente, grandes apanágios, contributos e fontes de inspiração para a empreitada que pretendemos desenvolver na presente dissertação.

Depois de reunirmos no capítulo I, acervos de informações quanto ao conteúdo negativo e positivo do sigilo bancário no direito comparado, no capítulo II, secção I, procurar-nos-emos, em gesto do enquadramento específico, identificar e demonstrar a metamorfose e a evolução histórica do sigilo bancário, bem como diversos posicionamentos dos seus conteúdos positivos e negativos no direito guineense. Com efeito, com bastante acuidade, a temática de proteção constitucional do sigilo bancário, em geral, da constitucionalização do direito privado com recorte específico no direito da intimidade sobre a vida privada, dando ênfase e especial enfoque à análise da solução vigente na perspetiva constitucional do direito comparado e no direito interno, bem como estabelecer o alcance da problemática questão da «eficácia horizontal dos direitos fundamentais». Por fim, por uma questão de facilidade na exposição, mais do que simples aspetos da lógica de organização do trabalho, procederemos liminarmente à determinação da natureza do sigilo bancário.

Já, entretanto, a secção II, e os respetivos itens, serão dedicados, exclusivamente, à questão da determinação do regime jurídico do sigilo bancário no direito guineense, com contornos na fixação dos conteúdos positivo e negativo do sigilo bancário. Com especial enfoque às críticas da perspetiva de *jure constituto*, e a desejável perspetiva de *jure condendo*, com a finalidade de densificar a devida e a merecida guarida prática e legal do sigilo bancário. Com efeito, nesta secção, vamos procurar provar as hostilidades de que são vítimas os bancos da praça em face de posturas abusivas dos tribunais, numa autêntica afronta, desrespeito e banalização aos valores éticos profissionais protegidos no âmbito do sigilo bancário.

Ainda, nesta incursão da secção II, iremo-nos deter na análise da violação do sigilo bancário, da sua natureza e determinar o âmbito de responsabilidade e sanções para os casos de divulgações ou aproveitamentos ilícitos das informações objetos de sigilo bancário, bem como as respetivas consequências civil, penal, administrativa e disciplinar.

c) Por último, na Terceira Parte, relativa ao crescente parâmetro específico, e as suas secções e os seus itens, serão dedicados à determinação do conteúdo e do âmbito do sigilo bancário, quanto à sua natureza jurídica, atendendo os seus fundamentos e limites. Portanto, nesta parte, procuraremos, em consideração ao conteúdo positivo e negativo do sigilo bancário, estabelecer o âmbito e o alcance do sigilo bancário, servindo-se e alimentando-se de intermináveis polémicas sobre a questão.

Em seguida, na secção II, centrarmo-nos, em gesto de bosquejo final, não só, em rebater algumas

críticas mas também em deixar um modesto contributo e influenciar positivamente a justa e a merecida proteção ao sigilo bancário, numa perspetiva legal e de *jure condendo*, bem como influenciar a boa prática bancária com o único propósito de reforçar e densificar a devida guarda ao valor protegido pelo sigilo bancário, sem olvidar da necessidade, senão da imperatividade, de proteção de outros interesses e problemas atuais ligados ao combate à lavagem de dinheiro conseguido por via ilícita, ao terrorismo mundial, a evasão ao fisco, etc, que convivem em prejuízo do conteúdo do sigilo bancário. Finalmente procuraremos dar resposta à questão do regime jurídico do sigilo bancário, quanto ao seu conteúdo, extensão e limitações.

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO GERAL

SECÇÃO I

Conceptualização do Sigilo Bancário

1. Significado

Antes de enquadramento histórico e geral do sigilo bancário, afigura-se-nos mister deixar um apontamento sobre os aspetos introdutórios relacionados com a origem etimológica, conceito e objeto do sigilo bancário.

Com efeito, em geral, o significado do sigilo provém do latim na figura de “*sigillu*”, que significava originariamente pequeno sinal, marca, selo e repassando pelo mesmo significado do segredo, no sentido do que não devia ser revelado ou que se devia dele fazer mistério.

De igual modo, significa no vocábulo latino “*secretu*”, para designar o “facto ou coisa que não se deve revelar, coisa oculta, íntima ou do âmago ou seja, facto que deve permanecer escondido, sobre o qual se deve guardar silêncio, discrição”³⁸. Assim o sigilo ou segredo sempre evoluiu com o tempo, estando

³⁸ Em geral, segredo pode assumir várias acepções e significados, como sejam: coisa secreta – coisa que se não deve dizer ou não deve ser do conhecimento de outro. Podendo-lhe ser atribuído ainda o significado de discrição, silêncio, coisa oculta, mistério, lugar oculto, esconderijo, lugar separado, numa prisão, processo apenas conhecido de um ou poucos

hoje consagrado como expressão dotada de polivalência semântica qualificada de palavras polissémicas³⁹.

Neste sentido, a expressão sigilo ou segredo reporta-se originariamente aos factos, coisas ou notícias sobre que se deve guardar rigoroso silêncio, não revelando ou comunicando a outrem. Assim entendido na sua múltipla dimensão como: a coisa que oculta, causa oculta ou sentimento íntimo, confiança, silêncio ou discrição sobre o que nos foi confiado, lugar retirado ou culto, compartimento, cavidade, parte difícil e essencial de uma ciência, arte ou indústria⁴⁰.

Neste sentido, sigilo bancário, enquanto dever de discrição dos bancos, decorrentes de usos, *praxis* e contratos bancários, não é uma criação moderna, antes contém em si uma respeitável tradição histórica, já com expressão na antiga Babilónia, no Código de *Hammurabi* e, assim, em todas as línguas, a título de exemplo *secreto bancario* em espanhol, *banking secrecy/secretcy/secret (ness)* em inglês, *segreto bancario* em italiano, *secret bancaire* em francês, em russo *ceket*, *Geheimnis* em alemão, etc.⁴¹ Com efeito, pretendendo significar, em todas as línguas, apenas a obrigação de discrição que impende os bancos quanto às informações dos clientes colhidas no âmbito de relação de conta, operação e serviço que executa a pedido deste.

O sigilo bancário viria a asseverar-se e a impor-se através dos tempos, não apenas como um dever indelével à atividade e produto da *ars bancária*, mas como uma necessidade de proteção dos interesses, não apenas dos clientes dos bancos, mas também da própria economia e do sistema bancário em geral⁴². Nesta conformidade, podemos dizer que, de um modo geral, sigilo bancário

indivíduos, meio especial de atingir um fim, mola oculta, o íntimo, o âmago, jogo popular, etc... Cf. *Grande Enciclopédia Universal*, op. cit., vol.18, pp. 11977 – 11978. Considera que segredo bancário correspondem os dados relacionados com nomes de clientes, contas de depósitos, conhecidos apenas pelos funcionários das instituições de crédito cuja a revelação lhes é proibida. Já no *Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse Seleções*, op. cit., p. 797, refere-se que o segredo significa o que há mais escondido..., o que a ninguém deve ser dito, que é secreto; confiança, etc...

³⁹ Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, op. cit., vol. 28. p. 98 e 707; *Nova Enciclopédia Larousse*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, Vol.20. p. 6292. *Dicionário Enciclopédico Alfa*, Publicações Alfa, 1992, vol. M-Z, p. 1078.

⁴⁰ Neste sentido, veja-se, *Grande Enciclopédia Universal*, loc. cit.

⁴¹ Cf. *Ibidem*.

⁴² A evolução do tema do sigilo bancário, bem como as complexidades e problemas suscitados, encontram-se intimamente conexos à evolução do Direito Bancário mercê da transformação operada no sistema bancário nos últimos 40 anos, nomeadamente na inovação tecnológica e financeira, da maior oferta e sofisticação dos serviços e produtos bancários e principalmente da internacionalização e supressão de fronteiras das operações e das atividades bancárias, em parte, ditadas pelos grandes avanços registados nas fontes e poderes regulatórios internos e internacionais, sem descurar do desenvolvimento da prática contratual e da maturidade e sedimentação de cada mais vetores de desenvolvimento normativo e científico assente na construção doutrinária e jurisprudencial sobre o assunto Direito Bancário. Entretanto, reconhece-se que, no Direito Guineense, a tarefa de construção de vitalidade do Direito Bancário passa necessariamente pela multiplicação dos fatores atrás enunciados e de sinais concretos, nomeadamente ligados à inserção da disciplina do Direito

consolida-se como um dever ético e jurídico impregnado no sistema financeiro em geral, em particular na profissão bancária, como concretização da confiança, *intuitus personae*, e na salvaguarda da reputação e estabilidade do sector bancário, permitindo a sua solidez, eficiência na captação de fundos destinados a financiar à economia.

Portanto, a manutenção dessa relação fiduciária entre o banco e o cliente implica e pressupõe a lealdade do banqueiro, no sentido de respeitar o dever geral de respeito pela guarda e discrição de informação de natureza pessoal e patrimonial produzida na relação comercial com os seus clientes.

2. Conceptualização e objeto

O sigilo bancário corresponde ao dever de reserva⁴³ ou discrição das instituições financeiras, incluindo os bancos, decorrente da natureza da atividade e da profissão bancária, a deveres acessórios de boa-fé, um dever de *non facere*⁴⁴, contratos, usos e costumes bancários^{45/46} e tem por objeto todas as

Bancário nos currículos e ensinos das Escolas e Faculdades de Direito, seguindo a experiência da Faculdade de Direito de Bissau, que já incluiu no seu plano curricular do 5º Ano, na disciplina de Direito Privado, o Direito Bancário, associado às produções e maturações de doutrinas e jurisprudências nacionais sobre o tema Direito Bancário. Todavia, já em Portugal e na Europa em geral, e no sistema bancário da nossa sub-região, v.g., no Senegal, e nos restantes seis países da UEMOA, o panorama é outro, onde se multiplicam os referidos sinais de sedimentação e de vitalidade do Direito Bancário.

⁴³ Neste sentido, M. Januário Costa Gomes considera que a reserva na atividade bancária encontra-se centrada no regime do sigilo bancário, em geral, nos termos do arts.78º, n.ºs 1 e 2, do RGICSF. Cf. Manuel Januário da Costa Gomes, *Contratos Comerciais. I. Contratos Comerciais em Geral. II. Contratos Bancários*, Coimbra, Almedina, 2012, p. 105.

⁴⁴ Cf. Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5.ª ed, cit., p. 352. Igualmente, veja-se: Daniela Pessoa Tavares, “O Segredo Bancário na Legislação Bancária de Angola, Cabo Verde e Moçambique”, in *Revista de Concorrência e Regulação*, Anos V-VI-N.ºs 20-21, Outubro 2014 – Março 2015, p. 204.

⁴⁵ O conceito de sigilo bancário como dever de discrição, de forma ampla não deixará de convir o conceito de Pereira Sousa, que nos informa que “silêncio naquilo, que se nos disse, ou sabemos, para não comunicar a outrem a coisa, que se quer encoberta, e não sabida de alguém, ou de certas pessoas”. Cf. Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, *op. cit.*, Por seu turno, não seria de excluir a exposição de Paula Barbosa a conferir e explicar a confidencialidade que, igualmente, informa o direito tributário, na qual inspiramos que a confidencialidade no domínio de sigilo bancário, significa ser confidente, discreto, reservado. A comunicação sob ordem de sigilo bancário. Assim sendo, ao dever de respeitar o sigilo bancário, corresponde o dever de guardá-lo. Dever de guardar os dados, que são quaisquer elementos, quaisquer informações relativos, neste caso, à situação da conta do cliente. Cf. Paula Barbosa, «Do valor do sigilo – O sigilo bancário, sua evolução, limites: em especial o sigilo bancário no domínio fiscal – A reforma fiscal», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Vol. XLVI – N.º 2, 2005, p. 1268. No sentido de que o sigilo bancário advém de uma relação de confiança fundada no contrato de depósito bancário, impondo ao banco o dever de guardar a discrição acerca das operações que o cliente lhe confia, vem Savary, em sentido amplo, caracterizar o conceito do sigilo bancário como “Tudo ver, tudo entender e nada dizer”. Cf. Savary, *apud* Carlos Manuel Ferreira de Carvalho, *Prontuário Bancário – Enciclopédia Comercial e Bancária*, 6ª Edição, Lisboa, Paralelo Editora, Lda., 1998. p. 473.

informações confidenciais, em especial as identificações dos clientes, cifras identificadoras das contas, as suas movimentações financeiras, em suma, quaisquer outras operações, serviços e instrumentos de pagamentos ligados às contas⁴⁷.

Assim sendo, o sigilo bancário é um dever indelével conexo ao ofício, que consiste na discrição que os bancos, seus órgãos e funcionários hão-de observar quanto à informação de natureza pessoal e económica sobre os clientes, exclusivamente colhidas no exercício das respetivas funções e nas leis que informam a profissão bancária, no sentido de não revelar a terceiros nem utilizar senão no estrito âmbito do circuito fechado do exercício da profissão e operação bancária⁴⁸. Assim se deduz que o sigilo bancário traduz-se no instituto jurídico normativo que regula a relação entre os bancos e os seus clientes, impondo àqueles a importante obrigação profissional de zelar e guardar o sigilo como uma das obrigações típicas e fundamentais dos bancos, consistindo na observância, por parte dos bancos, através dos dirigentes e colaboradores, de séria discrição de segredo profissional, v.g., relacionada com os contratos de depósitos, contas, créditos, de que tenham conhecimento e compartilham entre si por

⁴⁶ Assim considera Alberto Luís (*op. cit.*, p. 454) que o “*Segredo Bancário consiste na discrição que os bancos, seus órgãos e empregados, devem observar sobre os dados económicos e pessoais dos clientes, que tenham chegado ao seu conhecimento através do exercício das funções bancárias*”. E, José Maria Pires define o sigilo bancário como “*um dever especial, penalmente protegido, a que estão adstritas determinadas pessoas, de não revelar ou utilizar informações legalmente consideradas confidenciais e cujo conhecimento resulte exclusivamente do exercício de funções ou da prestação de serviços em instituição de crédito*” (*Direito Bancário: O sistema bancário português*, Vol.I, Lisboa, Editora Rei dos Livros, 1994. p. 120). Mais adiante, este autor considera que o sigilo bancário corresponde um dever de discrição sobre a vida pessoal e económica do cliente bancário, nas relações deste com a banca, tradicionalmente respeitado nos usos e praxes bancários e eventualmente consagrado na legislação reguladora das instituições (Cf. José Maria Pires, *O Dever de Segredo na Atividade Bancária*, Coleção Temas de Direito Bancário, n.º 1, Lisboa, Editora Rei dos Livros, 1998, p. 15). Ademais, Rodrigo Santiago, na esteira de M. Paul Sieg-Hart e de Lenckner, conceptualiza o sigilo como dever de guardar a discrição, imposto ao “confidente” sempre que este tenha conhecimento de uma circunstância que a parte interessada deseje, expressa ou implicitamente, seja mantida em sigilo, i.e., importando-se, naturalmente, com os factos apenas conhecidos dentro de círculo limitado de pessoas e em cuja discrição a pessoa a quem respeitam tem, da sua perspectiva, um interesse objectivamente fundado. Cf. Rodrigo Santiago, «Anotação ao Acórdão do STJ, de 22 de Junho de 1988», *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 49 – Dezembro, 1989. p. 849 e ss; Juan Carlos Malagarriga encara-o como “*la obligación impuesta a los bancos de no revelar a terceros, sin causa justificada, los datos referentes a sus clientes que llegem a su conocimiento como consecuencia de las relaciones jurídicas que los vinculan*”. Nesta mesma linha Sérgio Carlos Covello toma sigilo bancário como “obrigação que têm os bancos de não revelar, salvo justa causa, as informações que venham a obter em virtude de sua atividade profissional”. Sérgio Carlos Covello, *O Sigilo Bancário*, 2ª ed., São Paulo, Universitária do Direito, 2001.

⁴⁷ Cf. Armindo Saraiva Matias, *Direito Bancário*, *op. cit.* p.25 e ss; No sentido de que o sigilo bancário tem por objeto todas as informações confidenciais que o banco não deva revelar a terceiros, nomeadamente o saldo de conta, crédito concedido a um cliente, etc..., cf. Thierry Bonneau, *Droit Bancaire*, 4ª ed., Paris, Montchrestien, 2001, p. 267 e ss. Cf. Também o Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 26 de Setembro de 2000, Processo n.º JTRC01115, disponível em <http://www.dgsi.pt>.

⁴⁸ Cf. Maria Eduarda Azevedo, «O Segredo Bancário...», *op. cit.*, p. 73 e ss; Telmo José Macedo Alves, «O Sigilo Bancário...», *op. cit.*, p. 16 e ss.

razões puramente profissionais, etc...⁴⁹ Porém, ficando, por isso, vedados de as difundir ou permitir que outros estranhos à conta tenham acesso aos seus dados e informações, senão o próprio titular da conta devidamente identificado, seu mandatário ou procurador e nos casos estritamente previstos nas leis, sob pena de incorrer nas responsabilidades administrativa, disciplinar, cível e até penal.

O sigilo bancário é encarado como a obrigação de discrição dos bancos, os seus órgãos e os seus funcionários, relativa às informações dos dados económicos e pessoais conexos aos seus clientes e de que tenham conhecimentos por causa do exercício das profissões bancárias. Não obstante o nome sugestivo do “sigilo bancário”, o sigilo não se resume apenas à banca, todavia engloba e vincula todas as instituições e agentes que atuem no mercado financeiro, monetário, cambial, abrangendo com isto todos aqueles que praticam as atividades de intermediações financeiras, creditícias, valores mobiliários e outras atividades com elas conexas. Neste sentido, o sigilo bancário respeita a generalidade do sistema financeiro⁵⁰.

As operações e atividades bancárias são desenvolvidas numa lógica de globalização e de abertura dos mercados, possíveis de se subdividirem nos três principais eixos seguintes:

a) Da entrega e recebimento: em regra, mediante o contrato de depósito, do qual emerge a obrigação do cliente garantir a provisão da conta, os bancos recebem fundos destes, que deles possam dispor por conta e risco próprio, todavia com a obrigação de os restituir no todo ou em parte, assim que o cliente o demandasse;

b) As operações de créditos, traduzindo-se no contrato de concessão de crédito por desembolso ou por assinatura;

c) E meios de pagamentos, gestão e serviços bancários colocados à disposição da clientela⁵¹. No entanto, estas atividades bancárias geram, na maioria dos casos, várias relações contratuais entre os bancos e os clientes, nomeadamente contratos de depósito bancário, de conta, de conta corrente

⁴⁹ Devendo-se destacar que o que está em causa na proteção do sigilo bancário não é uma simples posição de técnica jurídica, antes uma atitude ideológica, para significar uma determinada conduta que se exige face à sociedade e ao direito.

⁵⁰ Cf. Luís Guilherme Catarino, «Segredo Bancário e Revelação Jurisdicional», *Revista do Ministério Público*, Ano 19º, nº74, Abril-Junho 1998, p. 62 e ss; Alberto Luís, *op. cit.*, p. 454. Fernando Conceição Nunes, «Os deveres de segredo profissional no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras», *Revista da Banca*, n.º 29 – Jan-Março, 1994, p. 39 e ss. Sobre a definição, as tipologias e as atividades das instituições de crédito em Portugal à luz do RGICSF, veja-se Fernando Conceição Nunes, «As Instituições de Crédito: Conceitos e Tipologia Legais, classificação, atividades legalmente permitidas e exclusivos», *Revista da Banca*, n.º 25 – Jan-Mar., 1993, p.71 e ss.

⁵¹ No estrito termo regulado ao abrigo da Lei n.º 12/97, e do Regulamento 15/2002, relativo aos meios de pagamentos na UMOA.

bancária, de concessão de crédito bancário, de desconto bancário, de financiamento bancário, etc, as quais configuram deveres específicos que informam cada tipo contratual, e outros tantos deveres dos bancos, de entre eles ressaltando os deveres de não se imiscuírem nos negócios dos clientes, o dever de vigilância, de prudência, de não ingerência e, fundamentalmente, o dever de guardar o sigilo, no sentido de que os bancos não devem divulgar as informações relativas aos seus clientes.

Neste sentido, o sigilo bancário constitui um dever para o banco e um direito para o cliente, tutelado pelo direito público, em especial o “direito constitucional”, e pelo direito privado, conferindo-lhe a natureza pública e privada⁵². Assim sendo, o sigilo bancário constitui a proteção dos direitos individuais básicos, que são as intimidades e a esfera de ação que determina a identidade de cada pessoa, que tem de ser preservada da intromissão totalitária dos agentes e entidades estranhas, e que incumbe, principalmente, ao banco defender e guardar, pelo interesse próprio e da clientela⁵³.

Com efeito, o sigilo bancário abrange inequivocamente todos os vínculos jurídicos da atividade económica de intermediação monetária, tanto na vertente de captação como na vertente de investimento e fornecimento. Assim sendo, informa e engloba todo o universo dos serviços e contratos em geral concluídos entre clientes e as instituições financeiras, dentre os quais destacam-se, essencialmente, o depósito bancário, o depósito em conta corrente, a conta poupança, a conta a prazo, o contrato de custódia e guarda de valores, o contrato de abertura de crédito, o de empréstimo, de financiamento, etc..., geralmente firmados através de contratos de adesão por intermédio das cláusulas contratuais gerais standardizadas. Para os quais nascem *ope legis* as obrigações de discricção imposta aos bancos e aos seus funcionários efetivos e eventuais, no sentido de não revelação, salvo disposição legal em contrária, das informações colhidas em virtude de suas atividades profissionais que dizem respeito as operações, contratos e serviços dos seus clientes⁵⁴.

Neste sentido, estabelece Rodrigo Santiago que, para se falar de “*segredo é necessário que se trate de um facto conhecido por um número limitado de pessoas, de algo que não seja, sem mais, acessível a*

⁵² No sentido de que o sigilo bancário apresenta, pois, um duplo carácter: moral e jurídico, que do ponto de vista ético, traduz-se na salvaguarda da reputação das partes envolvidas, que impõe ao banco o dever de não revelar de forma ilícita os dados sujeitos à reserva, no interesse difuso do cliente, da banca e do sistema financeiro, e assumindo, por conseguinte, a boa-fé numa relevância singular no âmbito das relações bancárias – relações jurídicas *uberrime fidei* -, a fidúcia recíproca – banco-cliente *hoc sensu* mas também nas relações negociais prévias tendo em vista à conclusão de um contrato bancário. Veja-se, Maria Eduarda Azevedo, *O Segredo Bancário*, Lisboa, Centro de Estudos Fiscais – Direção Geral das Contribuições e Impostos, 1989, p. 5 e ss.

⁵³ Cf. Geraldo de Camargo Vidigal, «As Centrais de Risco e o Sigilo Bancário», in Diogo Leite de Campos (coord.), *Sigilo Bancário*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, p. 21 e ss.

⁵⁴ Vide o enquadramento legal das operações, serviços e meios de pagamentos à luz da LRB 4/2008, art.2º e ss.

qualquer, numa palavra de conhecimento obtido por força de uma confidência”⁵⁵.

Portanto, do ponto de vista legal, a nossa lei de regulamentação bancária apresenta lacunas preocupantes quanto à necessidade de fixação do objeto e âmbito de sigilo bancário na ordem jurídica guineense, contrariamente ao art. 78º do *Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras* (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, que vem, nomeadamente estabelecer não só a definição, mas o seu próprio objeto, ainda que indicativo, em particular relacionado como o nome dos clientes, as contas de depósitos e seus movimentos e outras operações bancárias consignadas, por exemplo, ao abrigo do art. 4º do RGICSF. Neste sentido, este prevê *numeros apertus* do objeto e âmbito do sigilo bancário na ordem jurídica portuguesa, abrindo assim brecha para a entrada de todas as relações bancárias privadas com os clientes, incluindo os serviços pontuais ou de passagens, nomeadamente depósitos, saques, aplicações financeiras, gastos com cartões de créditos, operações, pagamentos de bens e serviços, débitos, compra de moeda estrangeira, transferência, enfim todo e qualquer tipo de serviço e operação praticada pelo cliente no banco.

SECÇÃO II

Panorama Histórico: Génese e Evolução

1. Introdução. Concepções doutrinárias

Apesar de existir relativo consenso na doutrina sobre a origem da atividade bancária e do sigilo bancário na antiga civilização babilónica, encarado como prática bancária assente na mais antiga tradição bancária, todavia prevalece a crescente dificuldade em precisar o lugar e o momento do seu surgimento⁵⁶.

⁵⁵ Cf. Rodrigo Santiago, «Sobre o Segredo Bancário - Uma Perspectiva Jurídico - Criminal e Processual Penal», *Revista da Banca*, 42, Abril/Junho 1997, p. 36.

⁵⁶ Assim, em síntese, deixamos as seguintes notas sobre as origens da atividade bancária, na esteira de Françoise Dekeuwer-Défossez, segundo a qual a profissão bancária é antiga como a própria moeda e a atividade bancária, pois iniciara, desde os Fenícios, passando pela antiga Grécia e pelo Romanos. Na Europa da idade média, vigência da proibição da usura pela Santa Sê, não constituíam factos impeditivos para que os bancos e as suas atividades se florescessem e se prosperassem pelas mãos dos Judeus e Lombardos. Entretanto, depois do consagrado período renascentista, os protestantes, igualmente, passaram a ombrar e a concorrer com os Judeus e Lombardos nas práticas das atividades bancárias. Assim, mais tarde, começaram a surgir verdadeiras instituições bancárias modernas conexas às grandes praças bancárias como as

Assim sendo, assinala-se que o dealbar desta questão deu azo a muitas explicações não coincidentes e com sensibilidades de mais variadas origens e matrizes ideológicas, senão vejamos.

1.1. Nelson Abrão, com razão, reconhece a crescente dificuldade de localização da origem histórica do sigilo bancário quando admite que “por mais que perscrutemos os horizontes da história, não conseguiremos lobrigar temporariamente determinada época para o surgimento do sigilo bancário”⁵⁷. Advertindo, por isso, que o surgimento do sigilo bancário encontra-se conexo ao dealbar das atividades bancárias, que, por seu turno, ignorou por completo a própria explicação sobre a complexa questão do dealbar da atividade bancária.

1.2. Max Weber assevera que:

*“los templos antiguos funcionaron al principio como cajas de depósito. Esta era su primordial mission como bancos; en cuanto cajas de depósitos de los templos eran bienes sagrados, y quien ponía la mano sobre ellos cometía un sacrilegio. El templo Delfos era un lugar de custodia de tesoros para numerosos particulares y especialmente caja de ahorros típica de los esclavos”*⁵⁸.

1.3. Nesta tentativa de compreender a génese e a origem do sigilo bancário, Sérgio Covello defendeu a ideia de “ancianidade” do sigilo bancário quando afirma a “ideia de que as operações de banco devem revestir carácter de discrição e reserva não é recente na história da humanidade, tendo surgido já nos alvares da atividade bancária, como consequência de circunstâncias especiais em que essa atividade foi praticada desde remota antiguidade”.⁵⁹ Por conseguinte, essa construção não nos parece suficientemente cabal e precisa quanto ao lugar e ao momento do surgimento do sigilo bancário, deixando apenas a ideia de que é uma figura antiga quanto a própria atividade bancária que

de Itália, depois de Amesterdão e por fim de Londres, nas quais se praticavam atividades bancárias clássicas, como a receção de fundos, concessão de crédito, prestação de garantias e os câmbios, que até hoje persistem como principais atividades caracterizadoras e da subsistência da própria banca. Entretanto, cujos resquícios já vinham desde os primórdios da história da banca e da sua atividade, nomeadamente na Idade Média os Cavaleiros da Ordem dos Templários recebiam e guardavam valores, prestavam garantias de empréstimos e transferiam fundos de um Reino para outro, e as grandes famílias da Renascença, v.g., Medici em Florença, igualmente, faziam operações de crédito e de comércio internacional. Sobre este tema, vide a nossa obra, Januário Pedro Correia, *Giro Bancário. Caso particular da ordem de transferência de fundos (aspectos fundamentais do regime, incidentes e natureza jurídica)*, Dissertação do Mestrado, FDUL, Lisboa, 2006/2007, p. 33 e ss.; Françoise Dekeuwer-Défossez, *Droit Bancaire*, 5ª ed., Paris, Dalloz, 1995, p. 1; Eduardo Paz Ferreira, *Da Dívida Pública e as Garantias dos Credores do Estado*, Coimbra, Livraria Almedina, 1995, p. 30 e ss.

⁵⁷ Cf. Nelson Abrão, *Direito Bancário*, 7ª ed., atual. e ampliada, Editora Saraiva, 2001, p. 48.

⁵⁸ Cf. Max Weber, *Historia Economica General*, Madrid, Fondo de Cultura Económica, 1974.

⁵⁹ Cf. Sérgio Covello, *O Sigilo Bancário*, São Paulo, Leud, 1991, p. 50.

acompanha.

- 1.4. Ainda, nesta tentativa de explicação da origem histórica do sigilo bancário, Anselmo Rodrigues reportou a questão para a definição do papel do banqueiro iniciado desde antiga civilização babilónica, em que foi elaborado o primeiro código com referência à figura do segredo bancário⁶⁰. Todavia, este autor não parece seguro na determinação nem do momento nem da consideração da Babilónia como berço do sigilo bancário.
- 1.5. Já Amaral Neto parece defender que o sigilo bancário tem a sua origem embrionária na antiguidade babilónica, hebraica, egípcia e greco-romana. Igualmente, por este caminho andaram muitos autores como Márcia Munoz de Alba Medramo⁶¹, para quem o sigilo foi sempre reconhecido desde a antiguidade como obrigação de discrição conexa à atividade bancária, Floriano Miller Neto⁶², que defende que o sigilo bancário de origem bimilenário, e Edouard Chambost⁶³, vê a antiguidade babilónica como o berço do segredo bancário⁶⁴.
- 1.6. Júlio de Castro Caldas, igualmente, entende que:

“o segredo bancário tem a nosso ver inequívoca origem na ética puritana calvinista. O banqueiro calvinista depositário de um dever de sigilo construído desta base deontológica, aproxima quase ao absoluto existente na Igreja Católica Romana, que é o dever de sigilo de confessar”⁶⁵.

No entanto, foi assim, segundo o autor, que a ética protestante ou calvinista esteve na origem do surgimento do sigilo bancário e do dever de reserva bancário. Com isto, atribuiu ao calvinismo e ao metodismo o mérito de “histórica e geograficamente terem contribuído na origem da utilização do dinheiro de forma sigilosa depositado junto de homens tidos por escrupulosos e honestos, uma vez que “sendo as obras e a reprodução do dinheiro uma graça de Deus, a humildade e o dever de não ostentação impunham que se fizesse a reserva dos meios”. E, mais, lembra este autor que o sigilo tinha

⁶⁰ Cf. Anselmo Rodrigues, «Sigilo Bancário e Direito Constitucional», in Diogo Leite de Campos (coord.), *Sigilo Bancário*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, p. 49.

⁶¹ Cf. Márcia Munoz de Alba Medrano, «Sociedades de Informacion Crediticia, Revelacion del Secreto Bancario» in AA.VV., *Anuario Jurídico*, Nueva série, Instituto de Investigaciones Jurídicas da Universidade Nacional Autónoma de México, 1990, p. 136.

⁶² Cf. Floriano Miller Neto, «O Sigilo das Instituições Financeiras e o Fisco», *Revista da Procuradoria do Estado*, Instituto de Informática Jurídica do Estado do Rio Grande do Sul, Ano 1990, p. 24.

⁶³ Cf. Edouard Chambost, *Guide Mondial des Secrets Bancaires*, Paris, Editions du Seuil, 1980, p. 11.

⁶⁴ Cf. Amaral Neto, «Sigilo Bancário no Direito Brasileiro», in Diogo Leite de Campos (coord.), *Sigilo Bancário*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, p. 66.

⁶⁵ Cf. Júlio de Castro Caldas, «Sigilo Bancário: problemas actuais», in Diogo Leite de Campos (coord.), *Sigilo Bancário*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, p. 36 e ss.

então como imediato benefício e reforçada justificação “acautelar aquilo era considerado reserva da sua própria identidade pessoal: os bens que protegiam do desamparo”⁶⁶.

- 1.7. Luís Guilherme Catarino preferiu desistir da questão da origem, tendo-se preocupado em determinar a evolução posterior do sigilo bancário, ao qual atribui a emancipação do segredo bancário ao dealbar do século XX, sobretudo com o advento dos Estados totalitários e dos Estados nacionalistas⁶⁷.
- 1.8. Por último, Menezes Cordeiro, além de defender que o dealbar do sigilo bancário situa-se no âmbito do uso comercial⁶⁸. Nesta mesma linha seguiu Michelli Spinelli e Giulio Gentile, quando defendem que “o sigilo bancário tem raízes na tradição”⁶⁹. Ainda assevera na sua reflexão que, o mesmo, deve ter origem na dimensão sacra do segredo de confissão dos sacerdotes católicos. Entretanto, a sua dimensão jurídica tem a ver com a situação de certas profissões, como dos médicos ou dos advogados, que penetram nas zonas mais íntimas dos seus pacientes ou clientes, aos quais estão vinculados a guardar⁷⁰.

A partir desta breve incursão histórica e doutrinária, torna-se patente a crescente conflitualidade existente, tendo em vista a determinação da arqueologia do sigilo bancário, sobretudo no que tange ao lugar e o momento. Todavia, parece-nos digno de registo, pelo menos, a ideia presumida e sustentada a partir da tendência dominante, de que o berço do sigilo bancário radica na antiguidade e no contexto histórico conexo à tradição e usos *mercatores*. Pois, tratando-se de mera prática comercial e social, torna-se quase impossível estancar o seu limite temporal.

Com efeito, fica apenas a presunção de que o sigilo bancário corresponde sempre uma prática e um valor conexo aos usos e à tradição do comércio de dinheiro, todavia admite-se que o seu surgimento não é contemporâneo nem simultâneo à monetarização da economia, tendo surgido muito antes, i.e., com o surgimento da atividade e da operação bancária, que se comprova surgir muito antes da moeda, e que desenvolvia-se *in natura*, e que a moeda só veio a surgir mais tarde no ano 268 a.C., cunhada no templo da Deusa Juno, a Conselheira (Moneta)⁷¹.

⁶⁶ Cf. Ibidem, p. 37.

⁶⁷ Cf. Luís Guilherme Catarino, «Segredo Bancário e Revelação Jurisdicional», op. cit., p. 63 e ss.

⁶⁸ Cf. António Menezes Cordeiro, *Manual de Direito Bancário*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2001, p. 344.

⁶⁹ Cf. Michelli Spinelli e Giulio Gentile, *Diritto Bancario*, Padua, Itália, 1984, p. 49.

⁷⁰ Cf. Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 352.

⁷¹ Para uma abordagem mais apurada e profunda da moeda, da economia e suas origens e evoluções, da antiguidade até aos nossos dias, ver Soares Martinez, *Economia Política*, 8ª ed., Coimbra, Almedina, 1998, p. 521 e ss; Paul Samuelson e Will Nordhaus, *Economia*, 16ª ed., McGraw-Hill, 1999, p. 743 e ss. Desde então, a moeda passou a desempenhar um papel fundamental nas transações do setor financeiro privado e no setor público do Estado, aliás como testemunha a passagem bíblica de que os fariseus interrogavam Jesus Cristo se é lícito pagar tributo a César, ao que Jesus respondeu-lhes de quem

Portanto, o recurso ao método de análise histórica com importante cunho dogmático não nos permite ir além da presunção de que o berço do sigilo bancário encontra-se conexo à tradição e usos do comércio bancário radicado na antiguidade e em Babilónia, não sendo possível apurar em concreto a data e o lugar em que o sigilo bancário teve o seu respaldo.

Grosso modo, conseguida a localização do sigilo bancário na antiga civilização babilónica, impõe-se, desde já, a análise de suas evoluções ao longo do tempo e das etapas percorridas pelo sigilo bancário até aos nossos dias. Com isto, propomos desenvolver esta matéria com base nas seguintes fases:

1ª Etapa - Fase embrionária correspondente ao período da antiguidade babilónica, hebraica e greco-romana.

2ª Etapa - Fase intermédia correspondente à massificação e a institucionalização da atividade bancária e do sigilo bancário.

3ª Etapa - Fase de positivação e da internacionalização/ mundialização da problemática do sigilo bancário.

eram a imagem e a inscrição cunhadas na moeda. Os fariseus responderam que era de César. Então – concluiu Jesus Cristo – “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (Cf. São Mateus, 22; São Marcos, 12; São Lucas, 20).

2. Fase embrionária correspondente ao período da antiguidade babilónica, hebraica e greco-romana

2.1. A Babilónia como berço do sigilo bancário

O berço da atividade e da profissão bancária foi sempre associado a antiga Babilónia - no Código de *Hammurabi*⁷², e com ela surge o embrionário dever do sigilo bancário. Com o tempo, sobretudo com o desenvolvimento da atividade bancária, rapidamente o dever de sigilo bancário estendeu-se em proporção da própria atividade bancária um pouco por todo o lado, v.g., palestina, Egipto, Grécia e Roma.⁷³

⁷² Parafraseando o dizer de Bruno Albergaria, o Código de Hammurabi é um dos documentos jurídicos mais antigo do Mundo, antes da Grécia Antiga. Foi descoberto na cidade de Susa, em 1902, e encontra-se em Paris, Museu do Louvre. Em termos característicos, trata-se de um bloco monolítico – estela – de pedra com 2,5 metros de altura por 1,60 metro de circunferência na parte superior de 1,90 metro na base. Compreende várias áreas de regulação, como família, trabalho, contratos civis, obrigações, penais, responsabilidade civil, etc, escritos em 46 colunas, 281 leis em 3.600 linhas, escrita cuneiforme, com numeração que vai de um até 282. Este código resulta, de um lado, da unificação da Mesopotâmia pelo estabelecimento da paz entre os samitas e os sumérios sob auspício do rei Hammurabi – Khammu-rabi, e de outro, da união política e jurídica da cidade de Mesopotâmia, traduzida na consolidação da tradição jurídica e harmonização dos costumes e a extensão do Direito e das Leis a todos os concidadãos. Assim o rei Hammurabi conseguiu concretizar a sua ideia de implantação da união interna do seu reino, do Direito e da Ordem. Assim todos (quer sejam awilum ou homens livres, muskenum – ou da classe intermédia meio livre e meio escravo, e os escravos) poderiam recorrer ao rei em caso de conflito. Poder-se-ia conferir na parte final de epígrafe deste diploma antigo o seguinte: “(...) *Para que o forte não prejudique o mais fraco, a fim de proteger as viúvas e os órfãos, ergui a Babilônia (...) Para falar de justiça a toda a terra, para resolver todas as disputas e sanar todos os ferimentos, elaborei estas palavras preciosas (...)*”. Enfim, nestas poucas palavras sintetiza-se o papel e a finalidade deste código. A base do Código de Hammurabi foi fundamentada na *lex talionis*, i.e., *lex* é igual a lei e *talis* é igual a tal, que significa “tal ou igual”, daí surge a expressão “olho por olho, dente por dente”, estabelecendo assim a equivalência da responsabilidade em relação ao facto praticado. O Código Hammurabi também tinha a preocupação de igualdade e de segurança jurídica, pois o seu texto foi publicado de forma a que todos possam conhecê-lo. Como já se disse, o presente código integrava na sua regulamentação vários assuntos, como sejam: de natureza penal, nomeadamente sobre fraudes processuais e lesões corporais (arts. 1º a 5º, 196º a 214º); propriedade (arts. 6º a 126º); família e sucessões (arts. 127º a 195º); responsabilidade profissional (arts. 215º a 240º), ao qual se inclui a responsabilidade de médicos, veterinários, barbeiros, pedreiros, barqueiros; preços e salários (arts. 241º a 277º), e posse e propriedade dos escravos (arts. 278º a 282º). Para mais desenvolvimento sobre o conteúdo de cada livro e assunto referenciado, veja-se, Jorge Neto, «Sigilo Bancário: Que Futuro», *Fisco*, n.º 107/108, Ano XIV, Março, 2003; Bruno Albergaria, *História do Direito – Evolução das Leis, Factos e Pensamentos*, 2ª ed., São Paulo, Editora Atlas, 2012, p. 29 e ss.

⁷³ Assim, considera José Granado que, até aos anos 50 do séc. XX, a atividade bancária se resumia à compra e venda de dinheiro e o banco mantinha uma relação personalizada e fiduciária com o seu cliente. Já a partir de meados dos anos 60, iniciou-se a verdadeira segmentação do negócio bancário, assim, passando a surgir bancos especializados em determinadas atividades, designadamente, bancos de crédito à habitação, de retalho, grossistas, de negócios, etc..., Todavia, sem perder de vista a atividade de captação de fundos que serão aplicados nas operações de intermediações financeiras, porém, esta atividade é contemporânea e perene. Portanto, é neste período, até década de 80, que surgiu o fenómeno que alguns

Neste sentido escreve A. Dauphin Meunier que a atividade bancária se iniciou na antiga Babilónia e os templos foram os primeiros estabelecimentos bancários⁷⁴. E, acrescenta Nelson Abrão que os estabelecimentos bancários funcionavam nos templos mais importantes, tais como Delfos, Samos e Éfeso⁷⁵.

Assim sendo, o desenvolvimento da atividade bancária e da figura do sigilo bancário passou por dois períodos distintos contados entre século IV A.C..

i. Sendo que, no período anterior a século IV a.C., a atividade bancária era exercida exclusivamente pelo Estado e pela Igreja num regime de monopólio, ficando assim sob a responsabilidade do Clero e da Aristocracia Latifundiária então dominante. É, precisamente neste que teria surgido o sigilo bancário pela primeira vez, ligado à atividade bancária então praticada nos palácios e templos e sempre impregnada de profundo misticismo sigilosidade⁷⁶.

Os templos eram lugares sagrados, por isso impunha que as atividades ali praticadas fossem de absoluta discrição. Assim, o secretismo conexo às atividades desenvolvidas nos templos aponta, naturalmente, para a existência do embrião do sigilo bancário, associado ainda ao misticismo religioso.

O surgimento do primeiro Código de Hammurabi⁷⁷, embora não faça referência expressa e inequívoca

estudiosos costumam designar de “bancarização”, fortemente marcado pela massificação da banca e da expansão da atividade bancária, designadamente, através de prestações de vários serviços financeiros, colocação no mercado de vários produtos financeiros, etc. Mais tarde, depois de meados dos anos 80, pode-se falar do fenómeno de industrialização, da modernização, da internacionalização da atividade bancária, mercê da evolução tecnológica e a informação do sistema bancário, as atividades bancárias tornam-se mais fáceis e eficientes, sobretudo com a facilitação das transacções além fronteiras. Atualmente, parece possível atinar um mercado bancário único, sobretudo, no domínio da CE e, por seu turno, na UEMOA. Cf. José Granado, «O Negócio Financeiro e a Evolução das Tecnologias da Informação», *Revista da Banca*, nº31, Jul/Set., 1994, pp. 48-54. Portanto, historicamente, podemos considerar que o Direito Bancário corresponde, em suma, ao direito das instituições de crédito e da atividade bancária. Por seu turno, considera Colagrosso, que atualmente não existe um monopólio para o exercício da atividade bancária, mas sim, existe uma certa liberdade para o seu exercício, designadamente, pelos profissionais bancários que fazem dos seus propósitos, o exercício das atividades bancárias, quer de ponto de vista pessoal, quer institucional. Cf. Enrido Colagrosso, *Diritto Bancario (Soggetti – Titoli – Negozi Giuridici)*, Roma, Casa Ed. Stamperia Nazionale, 1947, p. 1.

⁷⁴ Cf. Achille Dauphin-Meunier, *Histoire de la Banque*, 3ª ed., Paris, PUF, 1964, p. 64.

⁷⁵ Cf. Nelson Abrão, *Direito Bancário*, 7ª, cit., p. 50.

⁷⁶ Foi assim nos templos da Babilónia que se começou a definir o verdadeiro papel do banqueiro, que são os sacerdotes babilónicos, que recebiam os depósitos, concediam empréstimos, eram notários e intermediários nas cobranças e nos pagamentos, atividades que eram levadas a cabo sempre debaixo de discrição e segredo.

⁷⁷ No entanto, por norma, somente era permitido ao banqueiro, em caso de litígio com um cliente, exibir os seus arquivos à justiça para efeitos de produção de prova, revelando assim as informações que detinha sobre aquele cliente, e que fossem relevantes para a questão em litígio. Com efeito, significa que fora deste quadro de qualquer hipótese de litígio,

ao sigilo bancário, constitui o grande impulso do domínio da sua posituação dado que nele depreende implicitamente a sua consagração.

ii. Já, entretanto, o momento posterior, data nos finais do século VII e seguintes, caracteriza-se pelo progressivo abandono da atividade bancária por parte do poder temporal e espiritual, dando azo a uma vaga de privatização e laicização da atividade bancária na antiga Babilónia. Dando lugar à sua prática pelos simples particulares em estabelecimentos especializados. Neste sentido escreve C. Covello que tais estabelecimentos bancários particulares “possuíam vastas extensões de terra, navios, escravos, e grandes somas pecuniárias. Paralelamente ao comércio, estas instituições recebiam valores em depósito e emprestavam dinheiros a juros, desenvolvendo um efectivo comércio bancário nos moldes dos *merchants bankers* dos nossos dias”⁷⁸.

Sendo de destacar, por isso, novas casas comerciais principais como a Igbi de Suppar e Murashu de Nippur, ambas com a sede na antiga Babilónia, que vieram substituir os antigos estabelecimentos bancários que funcionavam nos templos.

Com o evoluir do tempo, o sigilo bancário lançou raízes profundas nas atividades bancárias, assim observado com grande rigor na prática bancária, justificando depois a intervenção do Rei para estabelecer e regulamentar alguns aspectos face ao absoluto secretismo da atividade bancária. Logo, o Rei procurou aprovar normas restritivas referentes à usura, alguns princípios a observar na operação de empréstimo e depósitos a efectuar mediante contratos, com presença de testemunhas, isto tudo para garantir o mínimo de publicidade à atividade dos banqueiros, que permanecia até então quase sob absoluto sigilo⁷⁹.

O embrião do sigilo bancário foi encontrado na antiga Babilónia, todavia podemos também encontrar os seus registos outros pontos do hemisfério, nomeadamente no povo hebreu.

indiretamente o referido Código de Hammurabi vedava ao banqueiro de divulgar os dados e os registos das operações dos clientes constantes do referido livro de registos, i.e., o banco estaria vinculado ao dever de sigilo bancário relativo às operações e atividades bancárias. Cf. Anselmo Rodrigues, «Sigilo Bancário», *cit.*, p. 50.

⁷⁸ Sérgio Covello, *O Sigilo Bancário*, *op. cit.* p. 50.

⁷⁹ Pelas razões acima apontadas, temos uma certa relutância em acompanhar Gino Cavalli e Mia Callegari (*op. cit.*, p. 2), quando ensinam que “(...) *Che l'attività bancaria ha origini antiche: le prime tracce di deposito e di prestito sarebbero rawisabili già nella Grecia arcaica, se non addirittura nelle più risalenti civiltà mediorientali, mentre è documentato che nel mondo romano esisteva l'argentarius, vale a dire un operatore privato che raccoglieva depositi, concedeva prestiti, svolgeva attività d'intermediazione nei pagamenti e di cambio delle valute*”.

2.2. Sigilo Bancário na tradição Hebraica

Os hebreus eram ligados essencialmente à produção da terra e à agricultura, sendo as atividades bancárias pouco importavam para os seus quotidianos, por uma questão de fé e de credo religioso.⁸⁰ Não obstante as razões invocadas, com o decurso do tempo, os hebreus incrementaram o comércio bancário e cambiário, dando origem a uma nova classe de ofício de entre os comerciantes e banqueiros templários e cambistas.

Assim, os templários assumiam as funções de conservação do tesouro sagrado, administração dos bens das viúvas e dos órfãos, além de puderem receber depósitos e conceder empréstimos; e os cambistas complementavam com as funções de comércio de dinheiro, i.e., troca de moeda. Com isto, não resta dúvida de que foram os templários radicados em Jerusalém que faziam o papel dos primeiros banqueiros⁸¹.

Com efeito, a obrigação de guardar sigilo bancário por parte dos banqueiros e dos cambistas hebreus, não é nenhuma panaceia, antes constituindo-se num dever religioso consignado na Bíblia Sagrada, na qual podemos encontrar exortação expressa ao dever de sigilo negocial (bancário), como por exemplo nos livros dos provérbios, que manda tratar do negócio com o próximo de maneira a “*não revelar segredo do outro*”, o que indicia que o povo hebreu praticava a atividade bancária e cambiária em estrita observância ao sigilo profissional.

⁸⁰ Para os Hebreus a principal fonte do Direito era a “*Torá*” ou “*Antigo Testamento*”. Conforme relata a Sagrada Escritura, Moisés, líder dos judeus no Egito, após a libertação do povo do domínio do Faraó, no Egito, recebeu os 10 mandamentos. Entretanto, já existiam, antes do reinado do rei David, alguns documentos escritos como Código da Aliança, o Decálogo ou o Poema de Débora. Ainda, recentemente, em 2008 foi descoberto, no vale de Elah, perto de Khirbet Queiyafa, em Israel, um artefacto de cerâmica de 15 x 16,5 cm, denominado de “*ostrakon*”, datado do século X a.C., contemporâneo ao período do Rei David.

⁸¹ Vincava na atividade bancária e cambiária a regra de proibição de cobrança de juro aos irmãos senão correlação aos clientes estrangeiros. E, igualmente, imperava a regra de discrição ou segredo para com os mesmos. Neste sentido consta do Capítulo 23, Versículo 19 do Deuteronómio o seguinte: “*não exigirás juro algum de teu irmão, quer se trate de dinheiro ou de grãos ou do que quer que seja se empreste a juros. Poderás exigí-lo do estrangeiro, mas não do teu irmão, para que o Senhor Deus, te abençoe em todas as tuas empresas na terra em que entrarás para possuir*”.

2.3. Antiga Grécia e Egípcia e o Sigilo Bancário

Igualmente, na antiga Grécia, reconhecia-se a atividade bancária então praticada nos estabelecimentos bancários helénicos dos templos Delfos, Atenas, Delos e Olímpia, em que os sacerdotes faziam papel de banqueiros e recebiam depósitos de nacionais e estrangeiros ou peregrinos, concediam créditos agrários, com a finalidade da garantia de confiança na circulação dos bens e capitais, preservando o sacro dever de *sigillu*.

Tornou-se assim possível, o surgimento e o desenvolvimento posterior do papel do banqueiro privado e do cambista com a monetarização da economia, ambos passando a ser designados por trapezistas.

Os trapezistas detinham livros dos registos mercantis próprios de “Deve e Haver”, i.e., dos débitos e créditos ou movimentações passivas e ativas realizadas pelos clientes nas mais variadas operações bancárias, tais como depósitos, intermediações de pagamentos e nas cobranças, e além das funções do notariado. Com efeito, em todas estas operações os trapezistas eram sempre confidentes dos seus clientes, tendo isto possibilitado que o sigilo bancário tenha acompanhado, desde cedo, a atividade bancária na economia helénica da antiguidade, como segredo do sucesso dos negócios, conservando, por conseguinte, a sua dimensão quase sacra, por não se conseguir soltar dos umbrais dos templos. Tanto assim que foram os Gregos que no ano 300 a.C. impulsionaram no Egipto a atividade bancária por intermédio de grandes centros. Assim sendo, igualmente no Egipto, seria de presumir que o sigilo bancário era salvaguardo e venerado pelos cambistas egípcios⁸², que na sua maioria eram gregos⁸³.

⁸² Na época dos faraós conhece-se apenas alguns dos textos jurídicos importantes, como alguns papiros e hieróglifos. Pese embora seja um povo com uma estrutura social, económica e administrativamente organizada, desconhece-se o seu Direito Antigo, o que nos leva a querer que uma das principais fontes do Direito no antigo Egipto são os usos e costumes, traduzidos nas práticas diárias dos atos cíveis, administrativos, judiciais, contratos, fiscais, penais, etc... Cf. Bruno Albergaria, *História do Direito – Evolução das Leis, Fatos e Pensamentos*, op. cit., p. 49.

⁸³ Apesar da Grécia antiga corresponder a uma fase áurea da ciência e do saber humano, em que o homem começou a indagar sobre si próprio e sobre as suas limitações e ignorâncias, incluindo o progresso da matemática graças ao teorema de Pitágoras, e outras áreas como nos desportos, na arquitetura, na literatura, o palco de surgimento de grandes pensadores do mundo antigo, como filósofos Socrates, Platão, Aristóteles, que também deixaram algum contributo filosófico para o pensamento jurídico, ainda assim, a antiga Grécia, não possuía grandes tradições jurídicas, ou seja, tinha grandes filósofos e não tanto bons juristas, salvo algumas exceções, por exemplo, as leis de Zeleucus (662 a.c.) e as leis de Dracón (621 a.c.). Assim, as leis e os processos eram sigilosos, por isso, ninguém podia saber quais eram os direitos gregos e nem quais seriam as decisões do Arconte, o que potenciava decisões cada vez mais favoráveis à classe dominante. As leis de Dracón vieram resolver esta situação com a publicação dos textos jurídicos, em que se dizia no próprio texto da lei, que as leis deveriam ser gravadas em uma estrela de mármore e fixada em local público, na Stoa de Basileia e dando especial atenção à matéria criminal e a respetiva punição. Cf. *Ibidem*, p. 56 e ss.

2.4. A antiga Roma e o sigilo bancário

A antiga Roma esteve ligada à guerra e à conquista do império, acabara por desenvolver somente uma economia agrária. Mais tarde, com evoluir do tempo, sobretudo com a monetarização da economia tardia por razões ligadas às conquistas militares, formação e a expansão do império romano, despertou-se o interesse para uma nova atividade traduzida nos negócios de dinheiros ou intermediações creditícias, dando azo ao surgimento da atividade bancária em Roma. Com isto, consagrou-se um período de transição de uma economia então agrária para uma economia baseada na atividade bancária⁸⁴.

Com efeito, surgiram os primeiros banqueiros (eram templários), então designados na Roma por *argentari* ou *argentarius*, que são argentários ou banqueiros profissionais, que assumiam funções de operadores e profissionais privados da banca e, conseqüentemente, recebiam depósitos, concediam empréstimos, faziam intermediações nas operações de pagamentos e recebimentos e de câmbios, e os cambistas eram designados por *nummularii*. Os *argentarius* eram encarregues de operações de créditos, empréstimos sob garantias, intermediários nas vendas, conta corrente e câmbio, e eram obrigados a ter *Codex*, que são livros de caixa⁸⁵.

Com a existência da obrigatoriedade do *Codex* e a imposição de sua guarda sob absoluta discrição, que só podia ser revelado à justiça nos estritos casos tidos por necessários e ainda associado a *actio injuriarum*, o sigilo bancário ganhou a nova dimensão jurídica, passando a ser consagrado não apenas como uma sacra religiosa mas, igualmente, como um valor digno de tutela jurídica⁸⁶.

⁸⁴ O império Romano é um dos mais antigos e fortes do mundo antigo. Assim, a cidade de Roma foi fundada em 13 de Abril de 753 a.C., igualmente sede da Igreja Católica Apostólica Romana, que é a mais importante igreja do mundo ocidental e da África lusófona. Em matéria do Direito, o império romano deixou um importante legado não apenas para o mundo ocidental, mas para toda a humanidade, “O Direito”. A grande influência da tradição jurídica romana ainda faz eco nos nossos direitos desde conteúdos e expressões, por exemplo, muitos dos textos legislativos atuais, doutrinários e jurisprudenciais, utilizam de forma inevitável as expressões em latim. Portanto, somos assim de parecer favorável de que é justo consagrar o império e a civilização romana como um dos berços do Direito, da cultura e da ciência jurídica. Tinham várias fontes de Direito que variam de épocas para épocas, como as interpretações dos prudentes ou da jurisprudência, os éditos dos magistrados, o plebiscito, *jus non scriptum* ou costumes, *lex* ou lei, etc. Cf. *Ibidem*, p. 84 e ss.

⁸⁵ O *Codex* tinha duas partes, a da *accepta*, destinada ao registo de entradas – ou *haveres* e *expensa*, destinada às saídas – deve. A par deste livro, ainda existia o Diário designado por *Adversarium*, em que se lançava registo diário das operações efetuadas, como sejam os recebimentos, os pagamentos e os empréstimos. Cf. Anselmo Rodrigues, «Sigilo Bancário», *op. cit.*, p. 50; Gino Cavalli e Mia Callegari, *Lezioni Sui Contratti*, *op. cit.*, p. 2.

⁸⁶ Igualmente a consagração no Digesto (designado em latim por *Digesta*, corresponde a mais importante das quatro partes do *Corpus Iuris Civilis*, mandada elaborar ou compilar pelo Imperador Justiniano, e que entrou em vigor a 16 de Dezembro de 529, contendo 50 livros, com lições de 35 juriconsultos vétéres e clássicos), do sigilo dos advogados e do poder judicial, de sancionar as violações ao dever de sigilo, constituía resquícios suficientes para aferir, nesta época, em Roma, a dimensão jurídica do segredo, com implicações profundas nas atividades bancárias.

3. Fase intermédia: a massificação e a institucionalização da atividade bancária

Ao grande contributo prestado pela civilização babilónica relativo à prática da atividade bancária e ao sigilo bancário, enquanto tradição da regra deontológica conexas ao novo ofício, seguiu-se o seu desenvolvimento no período histórico subsequente, sobretudo com a fragmentação do império Romano do Ocidente, e a inauguração do período medieval.

Com efeito, neste período medieval, correspondente à Idade Média, consagrou-se a primeira regra referente ao ofício bancário e à operação bancária, dando origem à formação das regras do Direito Bancário, bem como a solidificação da consciência social relativa à necessidade de asseverar o sigilo bancário como valor e um dever de conduta imposto ao banco.

No período renascentista, conexo à emergência da idade moderna, rapidamente o desenvolvimento da atividade bancária acarretou a massificação e a institucionalização do sigilo bancário.

3.1. Sigilo Bancário no período Medieval

O período medieval ditou a prática e o desenvolvimento da atividade bancária nas duas fases seguintes:

i. A primeira refere-se à fase de declínio e queda do Império Romano do Ocidente conexas à formação do Feudalismo (sociedade feudal).

Esta fase é marcada pela invasão árabe na Europa no século III a.C., com as consequências desastrosas para o Império Romano do Ocidente, conduzindo à sua fragmentação e à formação do Feudalismo, e esta fase conheceu o seu fim entre os séculos VII e VIII d.C.⁸⁷. O progresso registado neste período

⁸⁷ O declínio e o fim do Império Romano e a implementação de um novo sistema, marcaram assim o início de uma nova era que os historiadores designaram por Idade Média. Conforme a história, esta é delimitada pelo período compreendido entre a queda do Império Romano no ocidente em 476 d.C., e a queda do Império Romano no oriente, i.e., do Império Bizantino ou a queda de Constantinopla, atual Istambul, em 1453 d.C., somando um total de cerca de mil anos da história. A queda do Império Romano deveu-se a vários fatores, como sejam: a exagerada expansão do domínio romano e a dimensão do seu território, visto que o império já não tinha condições humanas e nem sócio-económicas para garantir a segurança das suas fronteiras, o que facilitou a entrada a invasões, designadamente dos Mouros, Visigodos, Godos, povos bárbaros e, por último, o fraco desempenho dos últimos governos e a redução e declínio considerável das forças de seguranças romanas que ditaram decididamente a queda do império e a consequente imposição de uma nova era na Idade Média e um novo paradigma.

histórico leva-nos a acreditar que quer a atividade bancária quer o sigilo bancário sofreram um duro golpe motivado pelo exercício quase apagado da atividade bancária por razões ligadas essencialmente à instabilidade social então reinante e à crescente redução da população em consequência da guerra, e sobretudo pela proibição da Igreja da prática de juro e da usura. Com efeito, nesse período registou-se uma desaceleração acentuada do crescimento económico, passando, por conseguinte, a assentar-se em moldes rudimentar, de troca direta, aproximadamente até meados dos séculos VIII e IX d.C.

ii. A segunda está relacionada com a fase de relançamento da atividade comercial conexas à revolução comercial – entre os séculos XII e XIII d.C.

Nesta fase registou-se o efeito inverso da anterior, havendo um relançamento do comércio, da indústria e da atividade bancária, possibilitado pela paz reinante, pelo aumento considerável da densidade populacional e pela construção das grandes cidades, que ditaram então o surgimento dos primeiros estabelecimentos bancários privados, seguindo-se um período marcado pela abolição de proibição de usura, apareceram os bancos cristãos.

Portanto, concluímos que, nesta fase, o sigilo bancário voltou a ganhar forma como regra de conduta enraizada na consciência popular e na tradição da atividade bancária desenvolvida pelos banqueiros medievais particulares e cristãos, sobretudo através de empréstimos remunerados que concediam provisões de fundos por conta de clientes, negócios de letras de câmbios, receção de depósitos de clientes, pagamentos e recebimentos em contas. Com efeito, todas estas atividades eram desenvolvidas mediante técnicas de gestão bancária cada vez mais aperfeiçoadas, nomeadamente com os grémios e a escrituração contabilística, sem olvidar ainda que quase todas as atividades eram desenvolvidas por empresas bancárias constituídas.

4. Fase de positivação e da internacionalização do sigilo bancário

Este período obteve a sua consagração a partir da Idade Moderna, passando pela Renascença, até aos nossos dias.

A renascença é marcada pelo aparecimento da cidade de Florença como foco da atividade bancária, onde se fixaram mais de oitenta estabelecimentos sede com as respetivas filiais abertas em toda a parte da Europa, mesmo durante a vigência da proibição e interdição de juro por se considerar que se trata de usura, e que o juro é o preço do tempo e este pertence a Deus, como defendido por S. Tomás de Aquino e apoiado pela Igreja Católica.

Mais tarde essa proibição foi abandonada pelos Protestantes, mais precisamente em 1545, que através de Calvino, ditaram o fim da proibição de juro, partindo de premissa de que se o proprietário de uma terra pode arrendá-la, pelas mesmas razões, o dono de dinheiro podia emprestá-lo mediante uma remuneração justa. Porém, em todo o caso, refere-se que durante este período, o sigilo bancário sofreu uma regressão e um forte golpe, dado que não constituía uma preocupação para a Igreja, que apenas se preocupava com questões e problemas religiosos, ainda assim, não sendo totalmente ignorado.

Por esta razão, consagramos e atribuímos a este período a responsabilidade pelo surgimento do embrião da massificação e da internacionalização da atividade bancária, fortemente marcada pela valorização e definição de moeda ou dinheiro e da efetiva consagração do sigilo bancário.

Na Idade Moderna, o sigilo bancário desenvolveu-se em proporção da importância e do progresso então verificado na atividade bancária, sobretudo com a formação de empresas bancárias, a internacionalização dessas empresas e de suas atividades e a positivação legal do sigilo bancário nos estatutos dos bancos, permanecendo sempre impregnado à tradição do comércio bancário em geral.

A concepção elaborada e atual do sigilo bancário teve a sua origem genuína no progresso significativo registado na atividade bancária, assente materialmente na sua dimensão internacional e incorporado em textos legislativos. Com efeito, o sigilo bancário passou de estar assente apenas nos usos e costumes bancários, para adquirir uma força vinculativa expressa e densificada ora em leis, regulamentos ou estatutos dos bancos, sobretudo com os primeiros bancos modernos, nomeadamente os bancos de S. Jorge em 1147/1148, S. Marco em 1171 e o Banco de Génova em 1243/1345, que naturalmente impunham o dever de segredo aos funcionários, os quais deviam honrar a defesa e jurar conservar sob discrição todas as informações que coubessem a respeito dos atos e documentos da instituição e dos seus clientes, passando depois pelo Renascimento que ditou o surgimento dos grandes banqueiros, cujas atividades disseminaram-se por todo o mundo, e sobre as quais o sigilo bancário necessariamente afirmou-se como princípio basilar e estruturante da profissão, serviço e operação bancária⁸⁸.

⁸⁸ A antiguidade do sigilo bancário radica nas atividades bancárias e precede logicamente a própria instituição bancária, embora os bancos ou estabelecimentos financeiros que funcionavam nos templos, tenham, igualmente, sido conhecidos na tradição antiga, sobretudo pelos romanos, aperfeiçoando-se nos séculos XI e XII. Não obstante, defende-se, igualmente, que muitas atividades bancárias pareçam radicar nas tradições prestamistas florentinas, conhecidos em toda a Europa, nomeadamente no século XIV. Os primeiros e verdadeiros banqueiros eram, v.g., simples cambistas ou *cambiatores* de dinheiro. Entretanto, com o evoluir do tempo e com o perigo a que o dinheiro se encontra exposto, nomeadamente de roubos e extravios, impingiram os negociantes a entregar os seus dinheiros a estes cambistas, que os recebiam mediante comprovativos de entrega e, desta feita, surgiu a primeira e tradicional atividade bancária relacionada com os depósitos, e os recibos que emitiam faziam papel das letras comerciais, inclusive os comerciantes que detinham os depósitos faziam as respetivas movimentações para diferentes praças comerciais mediante a respetiva ordem ou instrução de transferência bancária. Com efeito, lançou-se sementes para o que hoje consagramos como cerne e núcleo duro da atividade bancária,

Posteriormente veio a consolidar-se através da sua incorporação nos estatutos de vários bancos como, por exemplo, o Banco de Santo Ambrósio em 1593, Banco de Milão em 1593, com o Banco de Hamburgo (*hamburger Bank*), em 1619, em França a consagração data de 1726, e o mesmo ocorreu na Prússia em 1756 fazia-se algumas referências⁸⁹.

traduzida na operação tradicional de depósitos e de concessão de créditos, sem os quais toda a atividade bancária descaracterizaria por completo. Desde então, até aos nossos dias, a função primordial dos bancos tem sido sempre proporcionar um lugar seguro para os depósitos do dinheiro, isto sem olvidar da necessidade imperiosa de salvaguardar a discrição absoluta quanto aos haveres dos depositantes. Num segundo momento, os cambistas procuravam rentabilizar os depósitos recebidos, gerando, com isto, o efeito multiplicador do referido dinheiro, mediante os investimentos e a concessão de crédito sem, no entanto, minar os direitos dos depositantes em reaverem ou exigirem a restituição dos seus depósitos total ou parcialmente, nomeadamente através da ordem de transferência bancária, atualmente possível através dos mais variados mecanismos e serviços que os bancos colocam à disposição dos clientes, nomeadamente *internet banking*, cartões bancários, etc... Sobretudo, porque é pouco provável que todos retirem os seus dinheiros dos bancos, o que viabiliza as operações que os bancos desencadeiam com os fundos depositados, nomeadamente gerando lucros, através de juros, taxas ou comissões, o que estimula a economia, quando os fundos e lucros gerados sejam, por seu turno, aplicados nos financiamentos. Ainda, a função de intermediação de crédito, pelo menos, de forma indireta, pode ser exercida através de compras de valores, bens móveis e de outros títulos negociáveis, como sejam, títulos de tesouros, ou concedendo diretamente crédito de curto, médio e longo prazo, normalmente condicionados a prestação de mais variadas garantias pessoais ou reais, nomeadamente a fiança bancária, hipoteca, contra garantias, depósitos de cauções, penhor bens e direitos de créditos. Grosso-modo, os índices de depósitos e de carteira de créditos concedidos representam o índice global de maior ou menor volume de operações bancárias. Com efeito, não nos parece aconselhável que o aumento dos depósitos bancários pela expansão do crédito se processe de uma forma desregulada ou indefinida, por esta razão a todos os bancos são exigidos uma reserva de caixa equivalente a uma percentagem dos valores em depósitos. Os bancos centrais desempenham grande papel no âmbito da regulação, prudência e supervisão comportamental dos bancos comerciais. Assim, os Estados regulamentam de mais variadas formas as reservas monetárias mínima com que devem contar os bancos emissores, todavia depois da depressão de 1929 todos suspenderam a convertibilidade em ouro e passaram a permitir como reservas, para além de metais preciosos e dívidas, títulos emitidos pelos Estados e outros elementos que possam constituir os ativos dos bancos centrais. Portanto, nos nossos dias, existe ainda esta preocupação de garantia de reservas mínimas correspondentes à circulação monetária, como *conditio sine qua non* de garantia da segurança e da confiança na moeda e no setor bancário.

⁸⁹ Cf. Carsten Peter Claussen, *Bank und Börsenrecht für Studium und Praxis*, 4ª ed., Beck, Munchen, 2008, p. 100; Hans-Peter Schwintowski, *Bankrecht*, 3ª ed., Carl Heymans Verlag, Köln, 2011, p. 55; Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 354. Sobre o caso italiano em especial, relativo à origem e à evolução da banca, da atividade bancária e do sistema bancário em geral e o seu papel na economia, desde a revolução comercial, sua evolução na Europa medieval, o papel então reservado ao Banco de Itália já em 1893 de emissão monetária e de gestão de serviço de tesouraria do Estado, o surgimento e desenvolvimento do conceito da banca especial, da banca plurifuncional e da banca universal em 1990, associada a evolução legal e regulamentar havida na ordem jurídica italiana a partir da Lei Bancária de 1936, Codice di Commercio del 1882, e sem olvidarmos da codificação atual das atividades e dos contratos bancários ao abrigo do Codice Civile italiano em 1942, no Capítulo XVII e art. 1834 e ss. – depositi bancari – arts. 1834-1838, servizio delle cassette di sicurezza – arts. 1839-1841, apertura di credito bancario – arts. 1842-1845, l'anticipazione bancaria – arts. 1846-1851, operazioni bancaria in conto corrente – arts. 1852-1857, e sconto bancario – arts. 1858-1860, bem como a norma bancária Uniforme e a criação e o papel da Associação Bancária Italiana, veja-se, Cf. Gino Cavalli e Mia Callegari, *op. cit.*, p. 2 e ss; Paolo Ferro-Luzzi, *op. cit.*, p. 11 e ss. Ainda, em particular sobre o Direito Bancário e a sua evolução no ordenamento jurídico italiano, de entre meados de 1865 a 1926, e evoluções subsequentes, até a adoção da lei bancária em meados de 1980 e sua evolução até 1992, veja-se, João Luís Zaratin Lotufo e Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffman, «A Responsabilidade», p. 233 e ss.

Podemos afirmar que os contratos em geral, e em particular os contratos financeiros e bancários, constituem grandes

Os descobrimentos do século XV provocaram o surgimento do mercantilismo no século XVII no qual o dinheiro veio a ser encarado como forma e fonte principal da riqueza e que veio a contribuir decisivamente para romper com as concepções religiosas e as barreiras por elas então geradas, que haviam ditado a regressão da expansão económica da Idade Média, lançando fortes indícios para o desenvolvimento do negócio e do crédito nas tradicionais atividades do banco e que arrastaram até hoje, no âmbito do qual o sigilo bancário sempre se mostrou como preocupação e o objetivo fundamental da banca⁹⁰.

Assim sendo, o sigilo bancário consolidou-se e, por conseguinte, conquistou o carácter internacional, sobretudo depois da primeira Guerra Mundial e com o surgimento do verdadeiro nacionalismo e consequente controlo dos câmbios, que veio conferir-lhe esse sentido e alcance.

Neste sentido, assinala-se que o conflito germano - suíço deu um grande impulso ao surgimento de uma nova concepção social, profissional e legal do sigilo bancário, sobretudo, quando em 1933, a Alemanha aprovou uma lei que obrigaria os seus súbditos a declarar os seus haveres no estrangeiro, punindo com a pena de morte quem faltasse a essa obrigação. O agente policial alemão encarregado de zelar pelo cumprimento dessa norma (Gestapo), para obter informação sobre a existência de bens no estrangeiro dos cidadãos alemão, serviu-se de vários métodos, dos quais destacamos um, em que o

invenções e conquistas seculares do espírito jurídico, constantemente em evoluções justificadas pelos novos paradigmas sociais e económicos e até ganhando forma e regime legal nalguns ordenamentos jurídicos, sendo que outros tantos permanecem e vigoram como contratos atípicos e inominados. Neste sentido, deve-se realçar que em alguns sistemas, nomeadamente na ordenação jurídica de alguns países europeus, existe uma consagração legal expressa dos contratos – a par dos contratos civis regulados nos Códigos Civis, ainda dedicam uma parte do Código Comercial à regulação dos contratos comerciais ou financeiros e bancários. Portanto, são muitos países que nos possam servir de exemplos, como sejam, a Espanha – o Código de Comércio espanhol regula a partir do seu art. 50º e ss., os contratos comerciais, na Alemanha – art. 343º e ss. do Handelsgesetzbuch seguiu o mesmo caminho, e igualmente essas experiências vigoram em Portugal, tendo dedicado no Código Comercial extenso conteúdo sobre a referida matéria – Livro II, arts. 96º-484º, e por via de Portugal, a mesma experiência vigora no nosso Código Comercial, que é a mesma versão original do Código Comercial Português de 1888. Entretanto, é fundamental ter presente que na ordem jurídica italiana já não existe o tratamento híbrido e diferencial dos dois contratos a partir do Codice Civile de 1942, i.e., ambos são regulados no mesmo código, neste CC, mesmo assim os contratos comerciais, segundo os comercialistas italianos, nunca deixaram de ostentar a sua natureza comercial, mesmo quando suprimidos do Codice Commerciale de 1882, sobretudo para efeito de sua qualificação como contratos comerciais inseridos na área do Direito Comercial. Com efeito, parece-nos ainda importante deixar a nota de que a descoberta dos contratos, sobretudo dos contratos comerciais, não constitui apenas o apanágio dos sistemas aqui aludidos, alastrando-se para as outras experiências africanas, em grande parte justificadas pelas ligações históricas e coloniais, e sua redescoberta nos ordenamentos jurídicos anglo-saxónicos. Cf. Vincenzo Buonocore, *Contrattazione d'Impresa e Nueve Categorie Contrattuali*, Milano, Giuffrè, 2000; Leopoldo Sambucci, *Il Contratto dell'Impresa*, Milano, Giuffrè, 2002; Oreste Cagnasso e Gastone Cottino, *Contratti Commerciali*, Padova, Cedam, 2000; Roy Goode, *Commercial Law in Nex Millenium*, London, Sweet & Maxwell, 1988; L. Smith e G. Roberson, *Business Law – Uniform Commercial Code*, 5ª ed., St. Paul, West Publishing, 1982.

⁹⁰ Cf. Gino Cavalli e Mia Callegari, *Lezioni Sui Contratti Bancari*, op. cit., p. 2. e ss.

agente apresentava-se num banco para fazer um depósito em nome de um cidadão alemão suspeito. Perante a reação do funcionário do banco, obtinha a informação e a certeza de que havia depósitos com esse nome, o que constituía prova suficiente para exercer pressão sobre esse mesmo cidadão alemão, para depois, desta forma, conseguir que ele emitisse uma ordem de transferência de fundos para o seu país e, eventualmente, ser punido.

Perante a ameaça alemã aos bancos e às suas atividades, e assim para se auto-protegerem e aos seus clientes e empregados, criaram, *ex novo*, um regime e modalidade de contas numeradas ou sob pseudónimos (contas anónimas).

Em 1934, com a execução de três cidadãos alemães, a Suíça resolveu aprovar uma lei sobre o sigilo bancário que até à data permanecia como regra dourada da banca e a sua violação fosse punida com sanção penal⁹¹. Portanto, neste particular, não restam dúvidas que o sigilo surgiu e se afirmou como forma e necessidade de tutela do indivíduo contra a sociedade, sobretudo a sociedade totalitária, como aquela conhecida e vivida no então regime alemão⁹².

Nos EUA, atendendo à necessidade de lutar contra os crimes de branqueamento de bens, infração fiscal e outros delitos económicos, desencadeou-se um violento ataque ao sigilo bancário, tal como vinha configurado no sistema suíço, dado que os bancos suíços se recusaram identificar os verdadeiros titulares dos haveres. Entretanto, para forçá-los a prestar tais informações, procedeu-se bloqueamento dos bens dos bancos suíços depositados nos bancos americanos pelo facto de não aceitarem identificar os titulares dos depósitos.

Depreende-se nesta breve excursão histórica sobre o sigilo bancário que, subjacente a esta temática, encontra-se a montante e a jusante, a preocupação fundamental da defesa dos direitos individuais e outros valores ligados a direitos sociais e económicos conexos, aos quais justificam defender o indivíduo contra a atuação arbitrária do poder e da sociedade que possam violentar esses direitos.

Portanto, apesar destas importantes evoluções registadas, não se afastou a hipótese e o dever do Estado em adotar lei derogatória ao conteúdo do sigilo bancário, impondo assim ao banco a obrigação de adotar procedimentos e normas prudenciais e de condutas que visem, essencialmente, precaver que o

⁹¹ Cf. Ruggero Vigo, «Introduzione e Commento di Convenzione Relativa All'obbligo delle Banche di Agire con Acutezza nell'accettazione di Denaro e nell'uso del Segreto Bancario», in AA.VV., *Banca Borsa e Titoli di Credito*, Anno XLVI, Parte Prima, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 1983, p. 566 e ss; Pietro Nuvolone, «Il Segreto Bancario nella Prospettiva Penale», in AA.VV., *Banca Borsa e Titoli di Credito*, Anno XLVI, Parte Prima, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 1983, p. 433 e ss.

⁹² Cf. Anselmo Rodrigues, «Sigilo Bancário...», *op. cit.*, p. 50 e ss.

dever de guardar o sigilo bancário se converta numa derradeira possibilidade de desenvolver e ocultar crimes económicos de evasão fiscal, branqueamento de capital, terrorismo, crimes organizados ou associações criminosas. Mas, acima de tudo, não nos podemos esquecer que qualquer intervenção legislativa em matéria do sigilo bancário deve atender aos patamares e exigências constitucionais, nos quais se insere, naturalmente, o dever do sigilo bancário.

Em gesto de remate final relativo a gênese e evolução histórica do sigilo bancário, podemos dizer que a sua origem remonta à antiguidade babilónica, obtendo consagração e desenvolvimento no povo hebreu, grego e romano, expandindo-se na Idade Média e progredindo e institucionalizando-se a partir da revolução comercial e o advento do mercantilismo e do capitalismo. Com efeito, o sigilo bancário esteve sempre impregnado de profundo misticismo e caráter sagrado conexo à profissão e atividade bancária.

Por isso mesmo, seguindo as pisadas de Nelson Hungria, acreditamos e somos a asseverar que nos dias de hoje o sigilo

“(...) é geralmente reconhecido que, entre os confidentes necessários, legalmente obrigados à discrição, figuram os banqueiros. Notadamente nas operações de crédito, o sigilo bancário é uma condição imprescindível, não só para a segurança do interesse dos clientes do Banco, se não contassem com a reserva do banqueiro e seus propostos. Assim sendo, em qualquer atividade profissional deve-se atender com mais adequação, a advertência de que a alma do negócio é o segredo”⁹³.

Com efeito, o sigilo afincou profundas raízes com fortes amparos ético-profissionais, jurídico - constitucionais, usos, costumes bancários, perfeitamente alinhados e sem desligar a sua essência da fase embrionária na antiguidade babilónica, hebraica, egípcia e greco-romana, passando depois pela Idade Média. Porém, assentando-se como verdadeiras instituições bancárias modernas com o advento da revolução comercial e do capitalismo, com assento tónico na iniciativa privada, o qual deve alicerçar a sua atuação nos princípios estruturantes próprios dos tempos modernos, baseados, em parte, na subjetividade ou individualismo, todavia comprimido e molestado no seu conteúdo e extensão sob a bandeira e o pretexto, muitas vezes infundadas, da defesa do valor da justiça, do fisco e luta contra branqueamento de capitais, vantagens ilícitas, etc.

Enfim, deve-se sublinhar que a noção e o conteúdo do sigilo bancário assume-se algo multifacetado e díspar, ao longo do tempo e do espaço, no plano social, profissional, institucional, legal, e doutrinário, assumindo múltiplas concepções não coincidentes, todavia têm em comum a tentativa de sua

⁹³ Cf. Nelson Hungria e Heleno Fragoso, *Comentários ao Código Penal*, 5ª ed., São Paulo, Forense, 1981.

delimitação espaço - temporal e do seu enquadramento⁹⁴.

5. A nossa conclusão. Caso particular da evolução do sigilo bancário na Guiné-Bissau

Para a compreensão do sigilo bancário no ordenamento jurídico guineense é fundamental o seu enquadramento histórico⁹⁵. Com efeito, ficou patente na excursão histórica atrás desenvolvida que a origem do sigilo bancário é tão antiga quanto a história do desenvolvimento da atividade bancária e da própria profissão^{96 97}.

Que, desde logo, se assevera na doutrina que a atividade bancária teve a sua origem na antiguidade babilónica, hebraica, greco-romana, generalizou-se na idade média, institucionalizou-se e modernizou-se com advento da revolução industrial, com o liberalismo, capitalismo, sobretudo com o surgimento das modernas instituições financeiras ligadas às intermediações de créditos, v.g., Banco de São Jorge em 1147/1148, Banco de São Marcos em 1171, Banco de Génova em 1345.

Assim, de forma indelével, denota-se que o sigilo bancário foi sempre marcante na atividade e na profissão bancária fundada na natureza histórica do próprio ofício. Com efeito, assinala-se que foi há cerca de quatro mil anos, na antiga Babilónia, através do *Código de Hammurabi*, que podemos encontrar fortes resquícios das primeiras regras, em geral, referentes à atividade bancária e, em particular, às regras respeitantes ao sigilo bancário, mediante a definição do papel do banqueiro e a intensa tradição de guardar segredos, embora não contivesse uma referência direta e inequívoca à

⁹⁴ Cf. José Maria Pires, *Direito Bancário*, Lisboa, Rei dos Livros, vol. II, 1995, p. 78; Raymond Farhat, *Le Secret Bancaire, Étude de Droit Comparé (France, Suisse, Libane)*, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1970, p. 256 e ss.; Floriano Milller Neto, «O Sigilo das Instituições Financeiras e o Fisco», *Revista da Procuradoria Geral do Estado*, Instituto de Informática Jurídica, Rio Grande do Sul, 1990, p. 24 e ss.; Nelson Abrão, *op. cit.*, p. 51 e ss.; por último, veja-se ainda, Miguel Bajo Fernandez, «Limites del Secreto Bancario: aspectos penales», *Papeles de Economía española*, n.º 4, 1980, p. 55 e ss.

⁹⁵ Para o enquadramento histórico e a evolução do sigilo bancário, cf. Raymond Farhat, *op. cit.*, p. 12 e ss.; Rabindranath Capelo de Sousa, «O Segredo Bancário – Em especial, face às alterações fiscais da Lei n.º 30-G/2000, de 19 de Dezembro», in AA.VV., *Estudos em Homenagem ao Professor Inocêncio Galvão Teles*, Volume II, Lisboa, 2002, p.158 e ss.; António Menezes Cordeiro, *Direito Bancário – Relatório*, Coimbra, Almedina, 1997, p. 147 e ss.; Álvaro Melo Filho, «Dimensões do Sigilo Bancário», *Revista do Tribunal Federal de Recursos*, vol. 145, 1987.

⁹⁶ Isto partindo da consagrada premissa de que a atividade bancária precede logicamente a profissão bancária. Por outras palavras, o direito bancário material precede o direito bancário institucional.

⁹⁷ Neste sentido se assevera que o segredo é tão antigo quanto a origem do próprio mundo, não carecendo, por isso, da sua vinculação ao direito à reserva sobre a vida privada para surgir na atividade bancária como uma regra de ouro. Cf. Rabindranath Capelo de Sousa, «Segredo Bancário...», *Ibidem*, p. 157 e ss.

figura do sigilo bancário. No entanto, não é de todo inocente esta realidade, pois este código vedava aos banqueiros, que igualmente faziam as funções de notários, a possibilidade de revelar os seus arquivos nos casos da inexistência de quaisquer litígios com os seus clientes.

O sigilo bancário, igualmente, encontrava respaldo nas outras civilizações e tradições, com destaques para a época romana e no respetivo direito, na figura de "*actio injuriarum*". Com efeito, na antiga Roma, destacam-se como gestores da moeda os *argentarii*, exercendo todas as operações bancárias, a aristocracia financeira dos cavaleiros e os *colletari* – funcionários do fisco e os banqueiros particulares, embora operassem como verdadeiros banqueiros privados subordinados, em parte, a *ad Publicam Causam*. Os seus clientes beneficiavam da tutela de *actio iniuriarum* (L.7 pr. De injur., D. 47, 10), que, com a *hybris* grega, constituía uma das primeiras cláusulas de tutela geral da personalidade do indivíduo, na qual se insere, inequivocamente, a proteção do direito à vida privada e o dever do sigilo bancário e se afasta do religioso, associado ao sagrado e com importantes contornos jurídicos numa perspetiva de resguardar e garantir a devida guarda ao sigilo imposto aos banqueiros que exerciam o nobre ofício de natureza pública. Entretanto, por outro, o rompimento do sigilo bancário, mediante a exibição dos registos bancários – *editio rationum*, apenas podia ter lugar em caso de haver litígio entre o banqueiro e o seu cliente mediante a instância *juditio*, contudo, não podendo revelar parte da informação associada à conta que não seja necessária à constituição de uma prova, ou seja, o referido pedido de *editio* não era arbitrário e quem o solicitava devia prestar juramento de que “non caluminae causa postulare edi sibi”, assim consagrando uma espécie do segredo *partagé* (Ulpiano, Dig. 1, 6 e Par. 2)⁹⁸.

Assim, com os Templários, enquanto verdadeiros banqueiros mentores da conta corrente bancária, o sigilo bancário passou a registar novo impulso e evolução.

Os Templários desempenharam papel de banqueiros dos reis e príncipes, os quais não encontraram outra forma de se exonerar das suas responsabilidades, que não fosse mediante a sua extinção e julgamento dos seus membros. Com isto, os Templários e os banqueiros judeus preservavam o sigilo enquanto costume jurídico e “*alma do comércio*”⁹⁹. Com esta prática, o dever de discrição então imposto aos Templários trouxe consigo o sigilo bancário relativo aos seus clientes.

No período do Templo de Delfos, a atividade bancária e o sigilo que a informa foram sempre encarados como algo sagrado associado aos depósitos efetuados em caixas e que consubstanciava sacrilégio quem o violasse. Foi nestes termos que Max Weber assevera que

⁹⁸ Cf. Ibidem, p. 158 e ss.

⁹⁹ Cf. Ibidem, p. 159,

*“los tempos antiguos funcionaron al principio como cajas de deposito. Esta era su primordial mission como bancos; em cuanto cajás de depósitos de los templos eran bienes sagrados, y quien ponía la mano sobre ellos cometía um sacrilégio. El templo de Delfos era um lugar de custódia de tesoros para numerosos particulares y especialmente caja de ahorros típica de los esclavos”*¹⁰⁰.

A posição expressa do sigilo bancário em estatutos dos bancos, pela primeira vez, surgiu com o Banco de Santo Ambrósio, de Milão, em 1593 e com o Banco de Hamburgo, em 1619¹⁰¹.

Portanto, deve-se assumir que o sigilo bancário agarra-se à tradição bancária assente desde longa data na antiguidade babilónica, tendo repassado por outras experiências, períodos e civilizações, como sejam gregas, egípcias, fenícias. Reconhecido depois por diversos ordenamentos jurídicos internos e transnacionais como resguardo da tutela dos valores ligados à economia, sistema financeiro, e sobretudo a proteção da privacidade individual, de origem na tradição e costumes bancários, depois incorporados nos estatutos dos bancos modernos que, por esta via, não esconderam as suas preocupações e interesses patentes na defesa e preservação das descrições de informações ligadas as contas bancárias dos clientes.

Com efeito, muito rapidamente, sobretudo com o surgimento dos bancos modernos, e a concepção da banca universal, que despoletou, por conseguinte, a crescente evolução da banca motivada pelo desenvolvimento e volume de atividade bancária complexa e diversificada que a banca passa a praticar, no plano interno e nas grandes operações e transações internacionais, o sigilo bancário passou a assumir enormes proporções internas e transnacionais, enquanto resguardo de interesses difusos, nomeadamente de economia, sistema financeiro e na inviolabilidade da vida privada dos indivíduos.

No caso particular da Guiné-Bissau, devemos assinalar que o sigilo bancário é asseverado como uma forte tradição bancária assente desde aprovação da Carta de Lei de 16 de Maio de 1864, que cria o BNU e a posterior autorização de aberturas de sucursais ou filiais nas províncias ultramarinas da Guiné, Cabo-Verde, S. Tomé e Príncipe, Moçambique, Índia, Macau, Timor e Angola.

Assim sendo, as filiais do BNU abertas nas províncias ultramarinas passaram a exercer, *ex novo*, as funções de bancos emissores, de bancos centrais, comerciais, caixa de tesouro, no âmbito do qual eram observados o dever de observância do sigilo bancário nas operações e atividades bancárias então

¹⁰⁰ Max Weber, *História Económica General*, op. cit.

¹⁰¹ Cf. António Menezes Cordeiro, *Manual de Direito Bancário*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2001, p. 344; Idem, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 354 e ss.

desenvolvidas a favor e em benefícios dos seus clientes.

Entretanto, mais tarde, sobretudo com a adoção da primeira lei bancária (Lei sobre exercício da atividade bancária no ultramar), por Decreto n.º 10634, de 20 de Março de 1925, depois alterada pela Lei n.º 2061, publicada no Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau, sob o n.º 12, Ano 1953, de 20 de Outubro, que vem promulgar a nova base para o exercício da atividade bancária na Guiné-Bissau, e com a aprovação dos Estatutos do BNU com alterações introduzidas pelo Decreto n.º 39352, Publicado no BO n.º 54, Ano 1953, de 24 de Dezembro¹⁰², podemos afirmar que o sigilo bancário passou a ganhar outra dimensão conexa às atividades e operações bancárias deferidas por leis aos organismos e estabelecimentos bancários¹⁰³.

Neste sentido, as bases para o exercício da atividade bancária no ultramar compete ao BNU através de suas filiais abertas no ultramar, incluindo a província ultramarina da Guiné, com importantes funções que vão desde bancos emissores, tesouro público e as funções de bancos comerciais, podendo, igualmente, ocupar-se de operações de crédito agrícola e industrial, sob forte presença do Governo de Metrópole na sua autorização, organização, funcionamento, gestão e fiscalização (vide bases I a XXVI).¹⁰⁴

Com efeito, ao abrigo de um acordo então firmado entre o Governo de Metrópole e o BNU, por força do disposto no Decreto-Lei n.º 39221, de 25 de Maio de 1953¹⁰⁵, foi atribuído ao BNU e às suas filiais no ultramar o privilégio exclusivo de emissão, incluindo as atribuições nas operações cambiais sob a direcção e um controlo muito apertado da autoridade monetária portuguesa - Banco de Portugal (vide

¹⁰² Estas alterações aos Estatutos do BNU foram forçadas por virtude de autorização para a conclusão de um novo contrato entre o Estado e o BNU por força do Decreto-Lei n.º 39221, de 25 de Maio de 1953, relativo ao privilégio exclusivo de banco emissor nas províncias ultramarinas, depois concluído e prorrogado até 31 de Dezembro de 1982, o que vem prorrogar até esta data não só o privilégio de emissão de notas ao BNU, mas também a prorrogação do seu exercício na metrópole e nas províncias ultramarinas através de filiais, agências e sucursais. Portanto o referido Contrato assinado entre Governo e o BNU, publicado no BO n.º 42, Ano 1953, de 20 de Outubro.

¹⁰³ Ulteriormente voltaremos a este assunto, sobretudo à luz das legislações adotadas depois da independência nacional.

¹⁰⁴ Neste sentido reza a Base XXVII, do Capítulo III, que os organismos bancários e as suas dependências ou filiais abertas no ultramar devem orientar a sua atividade conforme os interesses gerais da província em que realizem operações, visando especialmente os objetivos de valorização da moeda portuguesa, afetação dos capitais a aplicações úteis da produção e do comércio regular, fixação da riqueza e dos lucros nacionais e equilíbrio social pela justa e prudente distribuição do crédito. Neste sentido, o sigilo bancário, enquanto forma de defesa do interesse geral dos bancos, dos clientes e da própria economia e do sistema bancário, nunca deixou nesta altura de merecer a devida guarida por parte dos organismos bancários ultramarinos.

¹⁰⁵ Vide Diploma Legislativo Colonial n.º 101, publicado no BO n.º 22, da Província da Guiné, de 29 de Maio de 1926, que definia a função do banco emissor, bem como o controlo e fiscalização do BNU em conformidade com o Decreto n.º 5809, de 30 de Maio de 1919, e do contrato assinado entre o Estado e o BNU, de 4 de Agosto de 1919, e o Decreto n.º 10634, de 20 de Maio de 1925.

Cláusula 28º e ss, Secção I).¹⁰⁶

Este acordo também reitera as atribuições do BNU em matérias de operações bancárias em geral, incluindo as operações de empréstimos de títulos excepcionais e gratuitos, bem como a permissão expressa da prática de anatocismo, i.e., de capitalização de juros conforme as regras de usos bancários nos encerramentos das contas devedoras e credoras, art. 52º e 53º e ss.

Por seu turno, o novo Estatutos do BNU e as respectivas filiais, aprovados pelo Decreto n.º 39 352, publicado no BO n.º 54, Ano 1953, de 24 de Dezembro, na sequência do acordo acima referido, reitera importantes regulações dos aspetos institucionais e operacionais dos organismos bancários no ultramar, em alguns casos introduziu importantes novidades que vão desde o capital social e as acções, de fundos de reserva e provisões e, sobretudo, nos aspetos que tangem com o privilégio exclusivo da emissão de notas e de suas circulações fiduciárias nas províncias ultramarinas, bem como as reservas e as funções cambiais, conforme os arts. 4º a 24º dos Estatutos.

Reitera, ainda, a importante missão do banco no domínio das operações de crédito comercial (art. 25º e ss.), na qual foi atribuída, entre outras funções, nomeadamente as de operações de desconto, letras e cheques sobre praças nacionais e estrangeiras, livranças, extratos de facturas, bilhetes e letras do Tesouro, juros e dividendos de quaisquer títulos de créditos, compra e venda, ouro e prata, notas estrangeiras, empréstimos sobre penhoras, *warrants*, géneros, produtos, mercadorias, operações de créditos em conta corrente, empréstimos, operações de cobranças, pagamentos e transferências de fundos e numerários, depósitos bancários, prestar serviços e outras operações bancárias não proibidas por lei, incluindo ainda a faculdade de anatocismo e as funções de banco e caixa do Estado.

Portanto, não resta qualquer dúvida que o então BNU, quer nas suas atribuições como banco emissor, tesouro público do Estado e quer como banco comercial e de crédito, em todos os seus procedimentos, operações e serviços, vincula ao dever do sigilo bancário, que se lhe impunha implicitamente pela própria lei de regulamentação, pelas ars bancárias, as cláusulas contratuais gerais e a prática bancária em geral. Com efeito, deve-se realçar que as primeiras referências expressas ao dever de reserva constam, respetivamente da então lei das instituições financeiras e da LO do BCGB¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Publicado no BO n.º 42, de 20 de Outubro de 1953.

¹⁰⁷ Cf. Decreto n.º 32/89, e Decreto n.º 31/89, ambos de 27 de Dezembro, arts. 37º, n.º 11, e art. 25º.

SECÇÃO III

Interesses Protegidos, Segredo Profissional e Afins

1. Porquê e para quê o sigilo bancário: Interesses protegidos

Com a frustração do Bloco de Leste, i.e., o projeto coletivista de leste, gorada a utopia do comunismo, e a decadência da corrente da filosofia marxista-leninista, a sociedade passou a identificar-se e a erguer-se sobre o indivíduo, patrocinando desta feita um autêntico conceito do individualismo, em que o meio efetivo, económico e a propriedade se ergueu e se acentuou¹⁰⁸. A partir desta altura, necessariamente, reconhece-se nesta sociedade direitos, mormente direitos individuais, devendo, por isso, merecer a tutela do Estado e o respeito de todos. Assim, de entre esses direitos, assumem posição de relevo o direito ao sigilo, devendo merecer a tutela legal contra a ingerência externa arbitrária, incluindo a proibição da ingerência totalitária do próprio Estado na área coberta e reservada à vida e privacidade de cada cidadão¹⁰⁹.

Mas não deixa de ser verdade que o modelo do Estado social (ou pós social), que assume a incumbência de realizar mais e mais despesas com maior encargo social, necessita, em boa verdade, de arrecadar mais receitas face a essas necessidades, o que muitas vezes se justifica passar por cima desses direitos, sobretudo para prevenir e até perseguir aqueles que procuram através desta via legal defraudar ou furtar-se, v.g., ao fisco pelo não pagamento do imposto, evitando com isto que o sigilo bancário venha a servir como forma de ocultação dos factos e informações conexas às evasões fiscais e outras práticas ilícitas. Assim o estabelecimento de um dever de sigilo bancário sujeita-se,

¹⁰⁸ O que levou o filósofo e cientista Jean Jacques Rousseau a censurar, de forma indignada, a primeira pessoa que se teria apropriado e aproveitado da terra, culpando-a pela desigualdade e estrutura social atualmente vigente. A liberdade individual acentuou-se como frontispício basilar de qualquer Estado que se pretende de Direito, neste sentido, veja-se, E. Kaffit Kosta, *Estado de Direito. O Paradigma Zero: Entre Lipoaspiração e Dispensabilidade*, Coimbra, Almedina, 2007, p. 127 e ss.

¹⁰⁹ Fala-se aqui do direito (dever) ao segredo no seu sentido amplo, para abranger direito ao segredo da profissão em geral, a confissão, a crença, médico, etc... Neste sentido, segundo Alberto Luís («O Segredo Bancário em Portugal», *op. cit.*, p. 88), “o dever de descrição quanto à zona de reserva ou vida privada das pessoas reveste-se de especial importância em relação a atividades que se exercem através do conhecimento de factos respeitantes à natureza íntima dos outros: sacerdotes, médicos, advogados, banqueiros, etc... Daí que ao segredo profissional corresponda um tipo de ilícito sempre que se verifique ofensa da privacidade (*privacy*)”.

inquestionavelmente, aos limites restritos e exigentes, possibilitando que desvendem informações quando as exigências do interesse público preponderante o impuserem, como que ocorre de um imperativo da ordem pública suprema, sobretudo visando fins específicos de combate à criminalidade ligada ao tráfico de estupefacientes, branqueamento de capitais, fraude fiscais e terrorismo mundial.

Ademais, a banca, que desempenha uma importante função de natureza pública, precisa cada vez mais da clientela, de captar os depósitos e poupanças, projectar e efetuar financiamentos, gerando assim o efeito multiplicador. Todavia, para que tal aconteça, é preciso que a banca tenha condições e legitimidade para defender os haveres dos seus clientes, atestar a confiança destes e os proteger contra qualquer ingerência arbitrária.

Nesta base, torna-se evidente que muitas razões presidem à necessidade e à legitimação do dever do sigilo bancário, senão vejamos: pode-se afirmar a necessidade da defesa e reconhecimento do dever de sigilo bancário por razões da política económica, com a convicção de que a negação e a abolição do dever do sigilo bancário conduziria à situação de perda de confiança nos bancos e à consequente fuga de capitais, com todas as consequências nefastas que a situação possa arrastar para a economia e, consequentemente, o sector financeiro ficaria descapitalizado, i.e., pura e simplesmente desapareceria. Assim, a defesa do valor subjacente ao sigilo bancário visa, em parte, essencialmente, garantir a proteção da economia, a preservação do crédito, da dignidade e a garantia de solvabilidade do sistema financeiro, o que deverá constituir o propósito de qualquer Estado civilizado e democrático¹¹⁰.

A par desta razão, ainda temos a motivação ligada à defesa dos valores individuais e da privacidade, assente no direito à reserva da intimidade da vida privada, levando ao reconhecimento do sigilo bancário como um dever absoluto, nalguns casos, mesmo contra a demanda e a obrigação de cooperar com as autoridades judiciais¹¹¹.

Neste sentido, o Ac. n.º 442/2007, do Tribunal Constitucional (Sousa Ribeiro), em plenário, estabelece, “que o bem protegido pelo sigilo bancário cabe no âmbito de proteção do direito à reserva da vida privada consagrado no art. 26º da CRP”, e Paulo de Sousa Mendes, seguindo esta pisada, concluiu e bem, que o sigilo bancário não protege apenas interesses conexos ao foro patrimonial e à liberdade de iniciativa económica, antes, porém, nada impede que o sigilo bancário satisfaça outros interesses,

¹¹⁰ Neste sentido, veja-se, Januário Pedro Correia, *Giro Bancário. Caso particular da ordem de transferência de fundos (aspectos fundamentais do regime, incidentes e natureza jurídica)*, Dissertação do Mestrado, FDUL, Lisboa, 2006/2007, p. 31 e ss.

¹¹¹ Aliás, foi neste sentido que Livio Magnani assevera que o sigilo bancário é um instrumento de proteção dos depositantes. Cf. Livio Magnani, «Crepe sempre più larghe nel segreto bancario svizzero», *Bancaria*, Mensile dell'Associazione Bancaria Italiana, Roma, Bancaria Editore, 1988, p. 33 e ss.

desde que compatíveis, particularmente quando ligados à confiança, ao crédito e à reserva da vida privada¹¹².

Portanto, pelo exposto, não resta margem para duvidar que as razões que presidem e justificam a legitimação e a consagração legal do sigilo bancário são as de natureza económica, pública ou coletiva, a defesa da órbita puramente privada, a necessidade de investir no crédito, segurança e confiança na banca. Enfim, o sigilo bancário visa, no essencial, garantir a confiança na banca através da garantia concedida aos clientes, de que todas as situações emergentes de suas relações de contas e outras operações e serviços bancários permaneceriam num circuito restrito de absoluta discrição e que não extravasariam esse circuito, sobretudo ao ponto de serem conhecidas por terceiros estranhos às relações em causa, salvo as exceções legalmente consentidas¹¹³.

Com efeito, há-de convir a concepção de Luiz Roberto Barroso de que o sigilo traduz-se numa “*proteção ao direito individual do cliente, inerente à sua privacidade, de não divulgar seus dados financeiros*”; num dever do profissional (banqueiro) à discrição e, igualmente, de um direito ao segredo comercial que integra o seu fundo de comércio; e para finalizar, trata-se de uma garantia de interesse público, em favor da credibilidade e estabilidade do sistema bancário, assim como de segurança do Estado e da sociedade¹¹⁴.

Enfim, o sigilo bancário tem por objetivo, essencialmente, a defesa dos interesses do cliente do banco¹¹⁵. Para o efeito de beneficiar da tutela de sigilo bancário, sugerimos a interpretação abrangente do termo “cliente do banco”, para incluir além do titular e assinante da conta, o seu cônjuge, casados em regime de comunhão geral de bens, i.e., no fundo, para significar que o sigilo não é oponível

¹¹² Cf. Paulo de Sousa Mendes, «Derrogação do Segredo Bancário no Processo Penal», *Revista de Concorrência e Regulação*, Coimbra, Almedina, 2012, p. 5.

¹¹³ Neste sentido reza o Acórdão do STJ, de 25 de Maio de 1991, Processo n.º 002500, disponível em www.dgsi.pt, que visa defender os interesses dos clientes; já um outro Acórdão mais recente do STJ, de 27 de Janeiro de 2005, Processo n.º 04B700, também disponível no mesmo endereço eletrónico, defende que o bem jurídico tutelado pela proteção do sigilo bancário, em primeira linha, é a confiança dos clientes na banca e na discrição desta relativamente às informações pessoais e patrimoniais, em defesa de vida privada. Já Fernando Conceição Nunes (*op. cit.*, p. 43) concluiu que o sigilo bancário tutela mediatamente o interesse ligado à reserva da intimidade da vida privada.

¹¹⁴ Cf. Luís Roberto Barroso, «Banco Central e Receita Federal: Comunicação ao Ministério Público para fins penais. Obrigatoriedade da conclusão prévia do processo administrativo», *Revista de Direito Bancário*, Mercado de Capitais e da Arbitragem, Editora Revista dos Tribunais, vol. 5, n.º17, 2012, p. 212 e ss.

¹¹⁵ Veja-se neste sentido, Dominique Poncet e Carlo Lombardini, *op. cit.*, p. 488 e ss., segundo os quais maior interessado e beneficiário da proteção dos seus dados pessoais e informações ligadas a conta e operações bancárias, é o cliente bancário. Cf. Acórdão do STJ, de 29 de Maio de 1991, Processo n.º 002500, disponível em www.dgsi.pt.

àquele¹¹⁶.

Em suma, o sigilo corresponde a um crédito de um cliente em relação ao banco, para significar que todos aqueles que tenham ou possam ter acesso às informações ligadas à conta do cliente, dirigentes, funcionários, entidades reguladoras, de supervisão e controlo, e um débito do banco em relação ao cliente, embora seja oponível, em regra, *erga omnes*¹¹⁷. É neste preciso termo que Arnoldo Wald escreve que o sigilo bancário corresponde à obrigação de discrição imposta aos bancos e aos seus funcionários, em todos os negócios dos seus clientes, incluindo o presente e o passado, os cadastros, a abertura e o cancelamento de contas e a sua movimentação¹¹⁸.

No seguimento desta ideia, somos de opinião favorável de que a regra ou a prática consagradora do dever de sigilo bancário deve acautelar a concretização da tutela da confiança que assenta no princípio de confiança depositada nos bancos e nas características *intuitus personae* que impõe o dever actuante da instituição de crédito de guardar sob discrição as informações pessoais e financeiras referentes à vida da instituição e de cada cliente. Com isto, garante a proteção da esfera económica privada de cada cliente contra a intromissão alheia e arbitrária de terceiros e estranhos.¹¹⁹

A guarida requerida pelo dever do sigilo bancário tem como propósito a tutela contra a intromissão injustificada de terceiros na esfera privada patrimonial e pessoal. Com efeito, o sigilo bancário é um bem jurídico que a lei tutela, quer relativamente à pessoa individual quer à pessoa coletiva em razão de cujo interesse o sigilo bancário deve ser protegido. Assim sendo, o principal objeto do sigilo bancário é a privacidade individual, com incidência direta nas zonas pessoal e patrimonial, do titular desse interesse.

Neste sentido, deve-se salientar que a intimidade da vida privada é um bem jurídico protegido, o que tem eco, desde já, no art. 44º/1 da CRGB, correspondente à norma do art. 26º, n.º 1, da CRP, isto sem olvidar ainda o seu fundamento jurídico geral abstraído do art. 143º do Código Penal, a consagrar o tipo incriminador pela violação do sigilo profissional, das normas especiais dos art. 50º da LRB e art. 70º da LRB 4/2008. Insere-se no âmbito desta guarida não apenas os interesses patrimoniais, mas

¹¹⁶ Cf. Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 15 de Setembro de 1992, Processo n.º JTRP00003991, e o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 23 de Novembro de 1993, Processo n.º JTRL00013343, disponíveis em www.dgsi.pt.

¹¹⁷ Thierry Bonneau, *Droit Bancaire*, 4ª, *op. cit.*, p. 267.

¹¹⁸ Cf. Arnoldo Wald, «Sigilo Bancário no Projecto de Lei Complementar de Reforma do Sistema Financeiro e na Lei Complementar n.º 70», *Caderno de Direito Tributário e Finanças Públicas*, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, Vol.I, Out-Dez, 1992, p. 199.

¹¹⁹ Neste sentido, Menezes Cordeiro defende que, enquanto concretização da tutela de confiança, essa “confiança é tanto mais forte quanto maior for a personalização da relação”, que nem àquela que se verifica entre banco e o cliente. (Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 352).

também os interesses puramente pessoais cujo conhecimento pode resultar de uma informação patrimonial ou financeira abstraída da relação de conta bancária¹²⁰.

Neste particular, assume-se que o dever do sigilo bancário vincula o banco, considerando as duas grandes vertentes dessa vinculação. Sendo que a primeira o obriga não apenas a dar a merecida guarda e proteção ao sigilo bancário como o proíbe de prestar informação que contenha elementos sigilosos a terceiros. Por outro lado, vincula o banco a adotar toda a cautela e providência tendo em vista a evitar que o terceiro dele tome conhecimento através dos seus colaboradores, contrariamente à solução preconizada por Fernando Conceição Nunes com respaldo e eco à luz do art. 78º do RGICSF, quando afirma que *“Não existe o dever de evitar o resultado – conhecimento do segredo por terceiro -, mas, apenas, de o não produzir”*. No entanto, da nossa parte, julgamos que consubstancia negligência grave do banco, nos seus serviços de atendimentos, nas suas comunicações e nas suas correspondências, não cuide de atuar no sentido de prevenir e evitar que o acesso por terceiros a informação de carácter sigiloso ocorra nos seus serviços. Com efeito, não seria suficiente a prevenção da informação a transmitir, mas há toda a necessidade e imposição também em promover uma ação conducente a obstar o acesso a essa informação por parte de terceiros, o que pode implicar além de simples resistências dos bancos às interferências infundadas quer dos privados quer das autoridades públicas, nomeadamente administrativas e judiciais, a instalação de um mecanismo e sistema de segurança e de controlo apropriado nos seus registos informáticos e arquivos em papéis.

Portanto, em geral, os interesses subjacentes ao sigilo bancário são suscetíveis de assumir as duas configurações e tendências seguintes: uma em que o comando normativo consagrador do dever do sigilo bancário comporta valores de naturezas públicas e gerais; outra, que toma o dever do sigilo bancário como uma figura de inspiração de interesse genuinamente privado, no qual se configura como único e verdadeiramente tutelado. Em particular, o sigilo bancário visa três finalidades: proteger a atividade bancária, salvaguardar a integridade dos dados pessoais daqueles que se relacionam com o sistema bancário e preservar o interesse público num sistema bancário robusto, idóneo e confiável. Em suma sigilo bancário compreende uma complexidade de interesses concêntricos, como do sector bancário, em cuja atividade assenta no princípio da confiança – clientes, na proteção dos seus dados pessoais e patrimoniais, e de todos os que se relacionam com os clientes nos pagamentos e

¹²⁰ Nomeadamente a informação de natureza patrimonial pode traduzir na movimentação a crédito ou a débito registada em conta mediante cheque, cartão ou caderneta, ou para efetuar pagamento, no caso um débito na conta à ordem ou no giro conta - cartão, e a informação de natureza pessoal traduz-se, no essencial, na revelação dos aspetos puramente pessoais associados aos movimentos havidos em conta, designadamente, revelando comportamento pessoal do titular da conta, tais como o que adquiriu, o que pagou, o que consumiu, os lugares que frequenta e as horas que frequenta esses lugares, os seus caprichos, os seus gostos, os seus vícios, etc...

recebimento de bens e serviços bancários.¹²¹

2. O Sigilo bancário como segredo profissional. Figuras afins

O sigilo profissional corresponde, em geral, à obrigação de discrição sobre os factos de que se tenha acesso ou conhecimento no âmbito do exercício da profissão, e cuja divulgação ilegal ou irregular, traduz-se na sua violação, logo passível de responsabilização¹²².

A concepção de segredo profissional em geral tem assumido ao longo da história constante mutação, mercê da necessária evolução verificada em razão das exigências da vida social e profissional, vista primeiro como simples comando de ordem moral, ética e deontológica, depois repassado para o plano positivo situado na órbita do imperativo normativo, mediante a imposição de normas de condutas de naturezas deontológicas¹²³. O conteúdo do segredo profissional se afigura, por isso, dinâmico e em constante transformação motivado, em parte, pelo surgimento de vários ofícios de cujo dever de sigilo se impõe tendo em vista a salvaguarda da essência, a natureza e crédito da própria profissão. Com efeito, integrado neste quadro evolutivo do segredo profissional, a evolução do comércio em geral e, em particular, do negócio de dinheiro (comércio bancário), ditou o surgimento de uma nova modalidade do segredo associada à profissão, à natureza e à operação bancária – segredo bancário, a partir do qual se passa a assegurar que não haja devassa da privacidade individual. Assim sendo, o segredo bancário, na sua acepção ampla, passou a ser aquilatado como uma modalidade ou espécie dentro do género do segredo profissional de cujo dever de discrição se impôs por força da essência e da natureza do ofício e da concretização dos ditames de boa-fé.

Foi neste âmbito que alguns autores como Christian Gavalda, Jean Stoufflet, Guido Ruta, Astolfo di Amato seguiram a orientação do sigilo bancário como sigilo profissional¹²⁴.

¹²¹ Cf. Paulo Marques, “Sigilo bancário, a Constituição e as garantias dos contribuintes”, p. 287.

¹²² Na sua origem etimológica, o segredo, no latim “*secretu*”, pretende significar “coisa secreta”, i.e., o que não deve ser revelado além daquele circuito fechado circunscrito no âmbito de determinada profissão, bancária, médica, advocacia, etc... Cf. *Grande Enciclopédia Universal*, op. cit., 11977-11978.

¹²³ Cf. Pierre Lambert, *Le secret professionnel*, Paris, Flammarion, 1973; Luís Manuel Alonso González, «Limites al Contenido de la Información Solicitada: Secreto Profesional, Secreto Bancario y Derecho a la Intimidad», *Información Tributaria versus Intimidad Personal y Secreto Profesional*, Madrid, Tecnos, p. 18.

¹²⁴ Cf. Alberto Luís, op. cit., p. 459; Christian Gavalda e Jean Stoufflet, *Le secret bancaire en France*, en *Le secret bancaire dans la C.E.E. et en Suisse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1974, p. 78 ; Guido Ruta, «Le Secret

Porquanto, assim qualificado, sobretudo em França, em que não há uma regulação cabal e específica do regime do sigilo bancário, não existe dúvida porém, que o sigilo bancário é tratado e regido pela prática bancária como uma modalidade do segredo profissional, impondo assim aos bancos o dever de confidência e de discrição¹²⁵. Com efeito, é nesta perspectiva que o sigilo bancário é encarado em vários países, nomeadamente em Portugal e nos países que integram a grande família do direito romano-germânico.

Neste quadro volátil de conteúdo do sigilo profissional, podemos afirmar que o sigilo bancário não é exclusivo dever de reserva da profissão bancária, existe uma diversidade de segredos que os ofícios foram impondo ao longo dos tempos e da história por exigências próprias no crédito e na fedúcia à profissão, que naturalmente não se confundem com o sigilo bancário. Com efeito, passamos, de seguida, a catalogar apenas alguns segredos profissionais mais representativos.

a. Segredo da Justiça

O sigilo corresponde, em geral, a um dever de discrição conexo às informações e dados pessoais de outrem, que uma pessoa possa ter acesso por virtude e natureza de sua profissão ou ocupação, e que a sua divulgação ilícita pode gerar efeito pernicioso relacionado com a credibilidade, fidelidade, confiança, mas fundamentalmente é suscetível de abalar o seu bom nome e frustrar o direito à intimidade da vida privada da pessoa.

Neste ponto procuraremos demonstrar que o dever de sigilo não é exclusivo dos bancos e das instituições financeiras em geral, nos estritos termos definidos pela RGICSF e pela Lei de Regulamentação Bancária da Guiné-Bissau (a LRB e a LRB 4/2008), antes constituem traços característicos das outras profissões, v.g., judiciária, incluindo os tribunais, ministério público, seus órgãos, magistrados, até a um simples funcionário judicial, devendo, por isso, guardar a discrição dos conteúdos dos processos, pelo menos na fase incipiente do inquérito.

No entanto, o segredo da justiça distingue-se do sigilo bancário, primeiro porque impõe-se aos atores e sujeitos processuais nos termos da lei e a todos que tenham ou possam ter acesso aos processos na fase

Bancaire en Droit Italien», in AA. VV., *Le Secret bancaire dans la C.E.E. et en Suisse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1973, p. 119 ; Herbert Schonle, «Le secret bancaire en Suisse», in AA. VV., *Ibidem*, p. 178; Astolfo di Amato, *Il Segreto Bancario*, Edizioni Scientifiche Italiane, Pubblicazioni della Scuola de Aperfezionamento in Diritto Civile dell'Università de Camerino, 1979, p. 113 e ss.

¹²⁵ Cf. Paulo de Sousa Mendes, «Derrogação do Segredo...», *op. cit.*, p. 4; Rodrigo Santiago, «Sobre o Segredo Bancário – Uma Perspectiva Jurídico-Criminal e Processual Penal», *op. cit.* p. 32.

preliminar de inquéritos, e segundo, visa, diversamente do sigilo bancário, acautelar os fins meramente processuais e a salvaguarda do inquérito, o princípio da presunção da inocência do suspeito ou do arguido, o bom nome e a própria eficácia da justiça traduzida na garantia dos aspetos essenciais do processo penal, tais como a eficácia da investigação, a integridade dos meios de prova e proteção de interesses, particularmente do ofendido e das testemunhas, conforme art. 42º, n.º 2, da CRGB¹²⁶. Assim, o segredo de justiça corresponde um marco e a uma das características mais importantes do modelo processual acusatório vigente entre nós¹²⁷.

Os interesses públicos e privados subjacentes ao segredo da justiça constituem reflexos de sua dupla tutela jurídica substantiva e adjectiva no direito guineense e no português¹²⁸.

Ainda o segredo de justiça se distancia do sigilo bancário quanto ao seu âmbito temporal, pois o

¹²⁶ O segredo de justiça não se confunde com o segredo do magistrado judicial. Assim tanto que, em Moçambique, ambos estão sujeitos e merecem regulamentação em diplomas legais diferentes, v.g., o segredo do magistrado judicial vem regulado ao abrigo do art.99º/9 do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado (EGFE) e pela Lei n.º 10/91, de 30 de Julho, que aprova o Estatuto dos Magistrados Judiciais, art. 49º, al. b). De igual modo, entre nós, o segredo do magistrado judicial vem reiterado no art. 5º da “*Carta de Ética dos juízes Guineenses*” adotada em 2015, e o segredo de justiça vem regulado no Código do Processo Penal (CPP), art.80º, que vinculam ao dever de reserva à todos os participantes e intervenientes processuais, bem como todos os que por ofício entrem em contato com o processo.

¹²⁷ Cf. art. 42º, n.º 5 da CRGB; Ainda sobre o segredo da justiça conferir Jorge de Figueiredo Dias, *Direito Processual Penal*, Lições das Aulas do Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias, coligidas por assistente, Maria João Antunes, Coimbra, FDUC, 1988-1989; Sandra Oliveira e Silva, *A Protecção de Testemunhas no Processo Penal*, Coimbra, Coimbra Editora, 2007, e «O Segredo de Justiça No Horizonte da Reforma do Código de processo Penal. Algumas Reflexões», in AA. VV., *Studia Juridica 100 - Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, vol. III, Coimbra Editora, Coimbra, 2010, p. 1155-1204; Frederico de Lacerda da Costa Pinto, «Segredo de Justiça e o Acesso ao Processo», in Maria Fernanda Palma (coord.), *Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais*, Coimbra, Almedina, 2004, p.67 e ss. Sobre a responsabilidade profissional dos médicos em caso de violação das regras e deveres deontológicos à luz do Estatuto disciplinar dos Médicos, aprovado pelo DL n.º 217/94, de 20 de Agosto, e Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, aprovado pelo DL n.º 104/98, de 21 de Abril, veja-se: Filipa Urbano Calvão, «A Responsabilidade Disciplinar dos Profissionais de Saúde», *Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas*, n.º 5, Porto, ISCAP, 2005, p. 255 e ss. Sobre o alcance, limite e quebra do segredo da justiça no atual na nova regulação substantiva e processual português, veja-se: Frederico de Lacerda da Costa Pinto, «Publicidade e segredo na última versão do código de processo penal», *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, 1.º Semestre de 2008, n.º 9 especial, Coimbra, Almedina, 2008, p. 12 e ss. Maria João Antunes, «O segredo da justiça e o direito de defesa do arguido sujeito a medida de coacção», in AA. VV., *Liber Discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias*, Coimbra, 2003, p. 1244 e ss. e nota 10; Pedro Maria Godinho Vaz Pato, «O regime do segredo de justiça no código de processo penal revisto», *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, 1.º Semestre de 2008, n.º 9 especial, Coimbra, Almedina, 2008, p. 45 e ss. Cf. Acórdão do Tribunal da Relação do Porto nº TRP_0814991 de 24-09-2008.

¹²⁸ Vide arts. 86º CPP e 371º CP de Portugal. Cf. Frederico de Lacerda da Costa Pinto, «Segredo de Justiça e o Acesso ao Processo», in Maria Fernanda Palma (coord.), *Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais*, Coimbra, Almedina, 2004, p. 72 e ss. Sobre as várias configurações do segredo de justiça em Portugal, veja-se, Ana Mexia, «Ainda Segredo de Justiça – Uma perspetiva (in) constitucional», *Revista Portuguesa Ciência Criminal*, Ano 24, n.º 3, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, 381 e ss.

segredo de justiça traduz-se na sujeição de determinados atos processuais a um regime de reserva temporariamente balizado em lei, *maxime* na fase de inquérito. Assim sendo, vigora a regra da reserva, também designada por regra do segredo de justiça interno - durante toda a fase do inquérito, na qual o conteúdo do processo não é disponível aos outros sujeitos processuais, senão apenas ao titular do inquérito. Já, entretanto, na fase da instrução vigora o princípio do segredo de justiça externo, onde o contraditório se restringe apenas em relação a certos atos específicos.

No que tange ao objeto, o segredo de justiça abrange situações e comportamentos proibidos conforme a lei processual penal, como sejam: a ocorrência, o teor de ato processual e os termos dos atos processuais praticados durante a vigência do segredo.¹²⁹

Apesar de diferenças estruturais e substanciais que os separam, existe, pelo menos, um traço identificador que aproxima as duas formas de concretização do segredo profissional, traduzido nas contra ofensivas desencadeadas aos seus conteúdos e alcances nas revisões legislativas operadas em Portugal na última década.

b. Segredo Perante o Fisco vs Segredo do Fisco

O segredo fiscal reporta-se a toda a situação de proibição por parte dos membros e funcionários da administração de difundirem dados e informações colhidas sobre situação fiscal do contribuinte a terceiros.

O sigilo bancário contrapõe-se ao sigilo fiscal ou sigilo do fisco, pois este último, traduz-se na situação de confidencialidade imposta pela lei fiscal, relativa ao dever de guardar o sigilo e sob absoluta discrição os dados sobre a situação tributária dos contribuintes, e que a sua violação é passível de punição¹³⁰. Assim, o sigilo fiscal atende, essencialmente, à proteção da relação de confiança entre contribuinte e a administração fiscal; ao passo que o sigilo bancário, atendendo à dinâmica do próprio giro bancário, igualmente tutela a vida privada das pessoas, mas também numa perspectiva essencialmente patrimonial.

Assim, em geral, consubstancia a violação de segredo fiscal quem revelar ou se aproveitar do

¹²⁹ Cf. Medina de Seíça *et al.*, *Comentário Conimbricense do Código Penal*, Tomo III, Coimbra, Coimbra Editora, 2001, p. 650, anot. art. 371.

¹³⁰ Cf. Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho, que veio reformular a redacção do DL n.º 20 – A/90, de 01 de Janeiro. Cf. J. L. Saldanha Sanches, «Segredo Bancário, Segredo Fiscal: Uma perspectiva funcional», *Fiscalidade*, n.º 21, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.

conhecimento da situação contributiva do contribuinte de que tenha conhecimento. Neste sentido, o comportamento violador de segredo fiscal e da segurança social é passível de punição no âmbito do Código Penal (CP), por crime de violação de segredo.

O segredo fiscal e da segurança social apresenta características que o aproxima bastante do segredo bancário, na estrita medida em que, igualmente, constitui uma forma de tutela jurídica da reserva com a incidência direta e imediata na esfera patrimonial, bem como a proteção da confiança dos contribuintes na administração fiscal¹³¹.

Neste sentido, existem pontos comuns entre o sigilo bancário e sigilo fiscal, nomeadamente quanto às suas configurações, pois vinculam os seus destinatários ao dever de reserva, contudo distinguindo-se do ponto de vista finalístico e funcional.

Assim o sigilo bancário impõe dever de reserva quando aos dados dos clientes bancários, com a finalidade de fidelizar a clientela, favorecer afora e a confiança do público na banca bem como o interesse público ligado à economia. Porém, no sentido contrário, situa o interesse da administração tributária na colecta dos dados e informações tributáveis, em rompimento aos dados bancários, à intimidade e a privacidade individual¹³².

Enfim o sigilo fiscal é tido como dever de reserva imposto aos agentes da administração fiscal no sentido de *non facere*, i.e., de não facilitar o acesso aos terceiros e nem aproveitar de forma indevida e ilícita os dados e da situação económica dos contribuintes. No entanto, tal como acontece no dever do sigilo bancário, igualmente, fica fora deste âmbito de proibição, nomeadamente, todos os dados e informações sujeitos, por lei ou *praxis*, ao conhecimento geral obrigatório.

c. Segredo Comercial e Industrial

Traduz-se na obrigação de discrição que informa todos os empregados, gestores, administradores e dirigentes de sociedades comerciais, no sentido de impor-lhe normas de condutas e regras deontológicas do ofício, no sentido de não informar, nem revelar ou tirar proveito pessoal dos processos de venda e das operações da empresa, sem a devida e necessária autorização. Porém, a

¹³¹ Veja-se neste sentido, Carlos Paiva, *Das Infracções Fiscais à sua Perseguição Processual*, Coimbra, Almedina, 2012, p. 119.

¹³² Cf. J. L. Saldanha Sanches, «Segredo Bancário, Segredo Fiscal:...», *op. cit.*, p. 57.

violação desse dever de confidencialidade gera a responsabilidade civil, administrativa e até penal¹³³.

Segredo Industrial, contrariamente ao segredo bancário, impõe-se aos dirigentes, gestores, administradores e empregados industrial ou duma fábrica, no sentido de não revelar nem tirar proveito dos processos de fabrico usados naquela fábrica. Igualmente, importando a responsabilidade civil, administrativo e penal em caso de violação.

d. Segredo Sacramental

O segredo sacramental encontra-se, desde logo, baseado no Direito Eclesiástico, nos cânones 889 e 890 do Código do Direito Canónico. Estes prescrevem o dever de guardar segredo de confissão ou segredo religioso, impondo assim aos sacerdotes (padres/pastores/missionários) e confessores o dever de não revelar os factos e informações que tiverem acesso no âmbito da confissão e do ofício religioso, i.e., importando a obrigação de guardar de forma absoluta e sob “sete chaves” o segredo sobre todos os factos e dados revelados, sob pena de, em caso de violação, tornando o sacramento odioso. Com efeito, em particular, o segredo de sacramento de confissão constitui, igualmente, a obrigação de discrição absoluta imposta ao ministro de culto relativamente ao que os fiéis lhes falam ou declaram no ato e durante a confissão¹³⁴.

No caso da Guiné, a Administração Colonial Português aprovou a Lei n.º 4/71, de 21 de Agosto¹³⁵, sobre a liberdade e da confissão religiosa, que julgamos válida ainda na ordem jurídica guineense por força da Lei n.º 1/73, além de traçar o regime jurídico geral do exercício da liberdade e da confissão religiosa, cuidou-se basicamente de regular, no seu Capítulo IV – Base XIX, alguns aspetos relacionados com o sigilo religioso, a considerar no seu n.º 1 que,

“Os ministros de qualquer religião ou confissão religiosa devem guardar segredo sobre todos os factos que lhes tenham sido confiados ou de que tenham tomado conhecimento em razão e no exercício das suas funções, não podendo ser adquiridos sobre ele por nenhuma autoridade”.

Com feito, e de acordo com o n.º. 2, esta obrigação de discrição continua a existir e impende ao ministro¹³⁶ mesmo depois de deixar de exercer o seu *múnus*.

¹³³ Cf. Sergio Kostoris, *Il Segreto Come Oggetto della Tutela Penale*, Padova, CEDAM, 1964, p. 16 e ss.

¹³⁴ Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, op. cit., p. 707; *Grande Enciclopédia Universal*, op. cit., p. 11978.

¹³⁵ Publicada no BO n.º 5, de 29 de Janeiro de 1974, p. 62 e ss.

¹³⁶ Para o efeito desta obrigação de guardar sigilo religioso, a lei em referência, no Cap. IV, Base IX, n.º. 3, tem por ministros da religião ou da confissão religiosa, todos aqueles que, conforme a organização e a estrutura adotada, “exercam sobre os fiéis qualquer espécie de jurisdição ou cura da alma”.

A violação do sigilo religioso, à luz desta lei, merece, curiosamente, ao abrigo da Base XX do Capítulo IV, a punição severa com sanção penal – pena de prisão de 2 a 8 anos nos casos em que a violação se traduz na revelação não autorizada de factos confidenciais segundo as práticas da religião ou da confissão religiosa.

e. Segredo Médico

O segredo profissional faz-se sentir com uma presença forte no exercício da profissão médica, na maioria dos casos implica, naturalmente, o foro mais íntimo da pessoa e da sua dignidade. Por isso, justifica-se que o dever de guardar segredo na relação médico vs paciente seja equacionado e consagrado no plano normativo ou estatutário como condição indispensável para o exercício da profissão e que, a violação desta regra da ética e de deontologia profissional importa, além de sanção civil e penal, a perda ou retirada da carteira profissional do médico¹³⁷.

Igualmente, o enfermeiro está vinculado ao dever de guardar sigilo profissional sobre o que toma conhecimento no exercício da sua profissão.

Com efeito, o sigilo profissional do médico e dos restantes profissionais de saúde é uma consagração do princípio constitucional do art.º 26º, n.º 1 da CRP do “direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar”.

Portanto, na mesma lógica do sigilo bancário, o dever de guardar sigilo por parte dos técnicos de saúde vigora *ad eternum*, durante todo o tempo, não se extinguindo com a cessação do exercício profissional ou com a morte da pessoa¹³⁸.

¹³⁷ No sistema brasileiro o segredo dos médicos é regulado pela Resolução n.º 1931 de 2009, do Conselho Federal de Medicina, que no art. 73º afirma: “É vedado ao médico revelar facto de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo por motivo justo, dever legal ou consentimento, por escrito do paciente. Permanece essa proibição, a) mesmo que o facto seja de conhecimento público ou o paciente tenha falecido; b) quando de seu depoimento como testemunha; c) na investigação de suspeita de crime, o médico estará impedido de revelar segredo que possa expor o paciente a processo penal”. Ainda, Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 16/4/2015, n.º 20/11.0TBVVC-A.E1. Igualmente, em Moçambique, relativo à questão do segredo médico, o Decreto-Lei n.º 32171 de 29 de Julho de 1942, estabelece no art. 7º que “O médico que revelar em prejuízo de outrem e sem justa causa segredo que vier ao seu conhecimento em razão da sua profissão será condenado em prisão até 6 meses”. Sobre o conceito de *justa causa* vide, Manuel Lopes Maia Gonçalves, *Código Penal Anotado: Na Doutrina e na Jurisprudência*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 1972, anotação ao art. 236º.

¹³⁸ Cf. Neste sentido, Ac. do TRP n.º 217/12.5GAVFR-A.P1 de 03-12-2012. No sentido de que o sigilo profissional não é um valor absoluto, cf. Ac. do TRP n.º 238/12.8YRPRT de 14-11-2012.

f. Segredo Profissional dos Advogados e das demais profissões

Com relação ao dever de discrição imposto aos bancos no sigilo bancário, e ao dever de sigilo imposto ao notário, médico, confissões religiosas, padres, advogado e nas outras profissões, ambos se inserem no âmbito dos segredos profissionais¹³⁹. Porém, distinguem-se, quanto à qualidade do sujeito passivo ou da qualidade do profissional adstrito ao sigilo. Com efeito, impõe-se a todos os que exerçam atividades ligadas a factos respeitantes à privacidade das pessoas e obrigações de guardar sigilo, i.e., absoluta confidencialidade nas informações colhidas no âmbito profissional, como é o caso, por exemplo, dos bancos, médicos, psicólogos, etc...¹⁴⁰

No entanto, no essencial, o problema do sigilo coloca-se em relação a todas as profissões, visando salvaguardar com maior ou menor grau a dignidade humana, impondo um conjunto de obrigações legais e de foro ético e deontológico ao profissional em causa, devendo, por isso, atuar em consonância com as normas oriundas dos respetivos Códigos de Ética e de Deontologia profissional¹⁴¹.

¹³⁹ Os núcleos duros dos deveres profissionais encontram-se regulados nos estatutos que regem a ordem de cada classe profissional, nomeadamente a Ordem dos Advogados de Portugal e da Guiné-Bissau, de estatutos próprios que regulam certas obrigações e condutas éticas e deontológicas ligadas com as profissões dos advogados, devendo ser leal com os clientes, e ser discreto sobre todas as questões e assuntos de que tenham conhecimento por motivos de assistência, patrocínios judiciais e no âmbito da sua profissão, etc, sob pena de procedimento disciplinar e que pode até cominar com a expulsão da classe e do exercício da profissão de advocacia. Em Moçambique, o segredo de advogado vem regulado ao abrigo da Lei n.º 7/94, de 14 de Setembro, que cria a Ordem dos advogados e Integra o respetivo Estatutos, art. 53º, n.º 1 a 6, e art. 290º do Código Penal Moçambicano (CPM). Sobre o dever de sigilo dos advogados à luz dos Estatutos da OA de Portugal, cf. Carlos da Silva Campos, «O Sigilo Profissional do Advogado e seus Limites», *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 48 – Setembro, 1988, p. 471 e ss. Para mais informações sobre o segredo da empresa e as suas limitações, veja-se José Renato Gonçalves, «Protecção dos Segredos da Empresa», *Revista da Banca*, n.º 53, Jan-Jun., 2002, p. 15 e ss e 36 e ss.. Ainda, sobre a consideração do sigilo profissional dos advogados inserido nas disposições estatutárias das Ordens dos Advogados em geral, enquadrados nos deveres éticos e deontológicos dos advogados, veja-se: Vasco Grandão Ramos, «Ética e Deontologia Profissional na Advocacia», *Revista da Ordem dos Advogados de Angola*, Ano I, n.º 1, Luanda, OAA, 1998, p. 237 e ss.; A. F. Neto da Costa, «Deontologia Profissional nos Estatutos da OAA (Notas)», *Revista da Ordem dos Advogados de Angola*, n.º 2, Luanda, OAA, 1999, p. 39 e ss; Fernando Hinestrosa, «La Profesion Juridica», *Dye – Derecho y Empresa*, n.º 11, Junio, Universidad Austral, 2001, p. 141 e ss.; Maria Patrizia de Troia, «Segreto (D'ufficio) Inerente L'attività di Vigilanza e Diritto di Accesso; un Equilibrio Possibile», in AA.VV., *Banca Borsa e Titoli di Credito*, Anno LVIII, n.º 4 – Luglio - Agosto, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 2005, p. 358 e ss.; Fabio Trio, «La Consob e il Segreto D'ufficio», in AA.VV., *Banca Borsa e Titoli di Credito*, Anno LIII, Parte Seconda, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 2000, p. 360 ss.

¹⁴⁰ Acórdão do TRP de 10/03/2015, n.º 3697/12.5TJLSB-A.P1 - equipara o sigilo das portagens ao sigilo profissional para efeitos legais.

¹⁴¹ Assim, no sistema existem uma multiplicidade de Códigos de Ética Profissional conexos, dando, naturalmente, a devida guarida ao sigilo, como é o caso, por exemplo, da Guiné-Bissau, os Estatutos da OAGB protege o sigilo profissional nos termos dos arts.46º e 47º, do Decreto n.º 13/94, de 7 de março, Publicado no BO n.º 34; e da Ordem dos Advogados do

No âmbito específico do sigilo profissional do advogado, deve-se salientar que é um dever de reserva imposto ao advogado para com o seu cliente, sem o qual seria de todo impossível o restabelecimento da relação entre o cliente e o advogado, no qual ainda resulta um forte compromisso da advocacia com a sociedade. Assim, assevera e com razão, a jurisprudência da Ordem dos Advogados portugueses, que o “*segredo profissional é timbre da advocacia*”, pois além de indissociável à sua identidade e profissão, implica que o advogado em todas as circunstâncias deve reconhecer o seu papel do confidente necessário do cliente. Porém, constitui a premissa para um bom desempenho da profissão da advocacia, cimentar a relação de confiança com o cliente de forma a permitir que este revele as informações de foro privado e íntimo que não confiaria a mais ninguém, e que possa ser destinatário destas informações sigilosas transmissíveis no pressuposto do dever de reserva¹⁴².

Neste sentido podemos dizer que o sigilo profissional de advogado tal como das outras profissões, é, pois, reconhecido como direito e dever primordial de qualquer profissional ligado a um ofício, e o dever de reserva que lhe é imposto, na maioria dos casos por leis ou estatutos, visa a garantia de interesse público ligado à vida privada, à intimidade, à administração da justiça e, mais precisamente, aos interesses do cliente¹⁴³.

Portanto, igualmente, o sigilo bancário não se confunde com o segredo de Estado, pois é evidente que, neste último, está presente a proteção de valores situados no plano da defesa de soberania nacional, e a sua violação constituiria uma espécie de lesão dos interesses ou do *brio* da nação, i.e., do poder

Brasil, pela Lei 8906/94, no seu art. 25º, determina que “O Sigilo profissional é inerente à profissão, impondo-se o seu respeito, salvo grave ameaça ao direito à vida, à honra, ou quando o advogado se veja afrontado pelo próprio cliente e, em defesa própria, tenha que revelar segredo, porém sempre restrito ao interesse da causa.”. Com efeito, o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil dispõe no art. 26º que o advogado deve guardar sigilo no sentido de não divulgar quaisquer informações, inclusive as informações sobre facto que tenha autorização para falar. E ainda, no art. 27º, dispõe que as confidências feitas ao advogado pelo cliente podem ser utilizadas nos limites da necessidade da defesa. O segredo dos Psicólogos vem regulado pela Resolução n.º 010/05 do Conselho Federal de Psicologia, que a propósito do sigilo dessa classe profissional estabelece que constitui dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional.

¹⁴² Neste sentido, Ainda, Acórdão do TRL, de 1/10/15 n.º 5 419/12.1TBALM-B.L1-2; Acórdão do TRL de 4/9/2015 n.º 412/14.2TELSB-A.L1-3; Acórdão do TRC de 4/3/2015, n.º 60/10.6TAMGR-A.C1 – Não sendo absoluto, é passível de quebra, art.87º, n.º 4 do EOA; a quebra deve ser em função da tutela do interesse superior, Acórdão do TRE de 5/5/2015, n.º 767/11.0TAOLH-C.E1; vincula também os solicitadores, Acórdão do TRL, de 16/7/2015, n.º 3317/14.3JFLSB-B.L1-5.

¹⁴³ Em Portugal, o sigilo profissional dos advogados encontra conformação em vários diplomas legais e regulamentares, como o art. 208º CRP; o art. 144º, n.º 3 da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (LOFTJ); os arts. 195º e 196º do CP; o art.135º CPP; os arts. 417º, n.º 3, al. c) e 497º do CPC; o art.13º, n.º 2, als. a) e c) da Lei da Organização do Sistema Judiciário; os pontos 2.3.1 a 2.3.4 do Código de Deontologia dos Advogados Europeus; os arts. 87º, 88º e 89º, n.º 1 e 2, al. h) dos Estatutos da Ordem dos Advogados (cf. Fernando Sousa Magalhães, *Estatuto da Ordem dos Advogados. Anotado e Comentado*, 9ª ed., Coimbra, Almedina, 2014, p. 128 e ss.

constituído¹⁴⁴; ao passo que, o sigilo bancário e o sigilo profissional, amplamente considerado, impõem-se ao funcionário, advogados, e nas outras profissões liberais. Com efeito, temos ainda por relevantes as outras modalidades do segredo profissional, nomeadamente ligados aos exercícios das profissões de jornalista (segredo jornalístico)¹⁴⁵, ao segredo de notário e conservador¹⁴⁶, segredo da administração pública em geral¹⁴⁷, segredo do psicólogo e segredo farmacêutico, etc¹⁴⁸.

Em todo o caso, o sigilo bancário distancia-se dos demais sigilos profissionais numa perspectiva puramente subjetiva ou do sujeito ativo e passivo nele implicado, de um lado, e numa perspectiva objetiva, i.e., referente ao objeto e ao interesse adjacente à legitimação e à consagração de sigilo bancário, por outro lado, situado, essencialmente, nas duas acepções seguintes:

- O estabelecimento e a manutenção do valor da confiança na banca, tendente a garantir que as poupanças e as movimentações, os mapas económicos diários, muitas vezes espelhados nos extratos bancários, não extravasam os circuitos fechados da relação puramente bancária, assim garantir que as riquezas e as poupanças sejam movimentadas através dos bancos¹⁴⁹.
- E o interesse relativo à manutenção e atracção da clientela, mediante serviços disponibilizados à altura da satisfação das expectativas e dos interesses dos clientes, garantindo-lhes um serviço fiável, eficaz e seguro¹⁵⁰.

Em caso de violação dos segredos profissionais, sem prejuízo das soluções constantes nos regimes

¹⁴⁴ Cf. Grande Enciclopédia Universal, *op. cit.*, p. 11977; J. Almeida Costa e A. Sampaio e Melo, *op. cit.*, p. 1628, e *Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse Seleções*, *op. cit.*, p. 797. Ora encarado como um valor absoluto (Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 15/10/2015, n.º 12519/15).

¹⁴⁵ Em Moçambique, encontra-se balizado na lei como direito/dever dos jornalistas na Constituição da República de Moçambique, art. 74º/3, na Lei n.º 18/91, de 10 de Agosto, na Lei de Imprensa, art.30º/1 e 3, na Lei do Trabalho – Lei n.º 8/98, de 20 de Julho, art.16º, al.e), e no art.230º do CPM.

¹⁴⁶ Em Moçambique deve-se conformar com as disposições do art.99º/9 do EGFE e do art.290º do CPM.

¹⁴⁷ Em Moçambique, vide Art.99º/9 do EGFE.

¹⁴⁸ No sistema moçambicano a matéria do segredo farmacêutico encontra-se regulada ao abrigo do DL n.º 47749, de 6 de Julho de 1967, e pelo DL n.º 48547, de 27 de Agosto de 1968.

¹⁴⁹ Foi neste sentido que o Acórdão do Tribunal Constitucional Português, n.º 178/95, de 31 de Maio de 1995, defende que a relevância do art.101º da CRP tem subjacente um fundamento de manutenção da confiança do público no sistema bancário. Igualmente, veja-se, Ricardo de Gouvêa Pinto, «Divórcio e Sigilo Bancário», in AA. VV., *Estudos Comemorativos dos 10 Anos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*, Vol. II, Coimbra, Almedina, 2008, p. 461; Maria Célia Ramos, «O Sigilo Bancário em Portugal – Origens, evolução e fundamentos», in Diogo Leite de Campos (coord.), *Sigilo Bancário*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1997, p. 136 e ss.

¹⁵⁰ Cf. Paula Elisabete Henriques Barbosa, «Do Valor do Sigilo: O sigilo bancário, sua evolução, limites: em especial o sigilo bancário no domínio fiscal - a reforma fiscal», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Vol. XLVI – n.º 2, Lisboa, 2005, p. 1229 e ss; José Casalta Nabais, *O Dever Fundamental de Pagar Impostos*, Coimbra, Almedina, 1998, p. 617.

específicos que informam cada profissão, existe um regime unitário geral referente à responsabilidade civil, disciplinar e penal¹⁵¹.

Por outro, com relação aos demais segredos profissionais, parece que o regime jurídico do segredo dos advogados e dos médicos encontram-se suficientemente protegidos nos respectivos Estatutos, já o mesmo não se pode afirmar em relação ao segredo bancário. Mais adiante, procuraremos demonstrar em que medida o regime do sigilo bancário, patenteado na atual lei de regulamentação bancária guineense, além das insuficiências que apresenta, por si só, não constitui a máxima proteção ao sigilo bancário na ordem jurídica guineense, e por isso, abrindo brechas e dúvidas para a sua qualificação, interpretação e aplicação, algo confusa e sem qualquer generosidade para com os clientes bancários por parte, essencialmente, dos tribunais judiciais.

Com efeito, entre nós, o sigilo bancário tem sido encarado como um mero dever ético de discrição do banco, decorrente da relação obrigacional que, em princípio, não carece, portanto, de conformação legal, na mesma senda dos países que integra a família anglo-saxónica, ao passo que nos outros países o sigilo é visto como um dever legal e modalidade do segredo profissional, com um regime próprio positivado em lei ou regulamentação do ofício, como em França.

Neste sentido, podemos concluir que o reconhecimento do sigilo bancário e do sigilo profissional em geral como valor com dignidade e identidade própria, não se deve conformar apenas com a mera consagração prática balizada pelos ditames de boa-fé, antes, porém, deverá passar por um reconhecimento e dignidade legal, com um regime próprio no qual deve ser acentuado a sua proteção, não apenas pela imposição do dever legal expresso de discrição mas pela via da sanção penal, civil, administrativa e disciplinar cominada em caso de sua violação.

Com efeito, inferimos que o sigilo bancário é, pois, uma espécie do género do sigilo profissional que informa a banca e a sua atividade, por isso deve ser considerado como uma espécie e modalidade do sigilo profissional. Assim, o regime geral unitário regulado na lei civil e na lei penal, para os casos da violação do sigilo profissional, aproximam os regimes das várias espécies do sigilo profissional, conduzindo a sua aplicação subsidiária (do regime geral) sempre que a regra especial ou regulamento do ofício não regula qualquer solução para o caso. Portanto, alguns sistemas seguem a via da remissão expressa e outros nem por isso, purgam pela via implícita à regra geral.

¹⁵¹ No sistema brasileiro, o regime unitário geral da responsabilidade penal, para o caso de violação do dever de sigilo, vem regulado ao abrigo do art. 154º do Código Penal Brasileiro, que estabelece que, “Revelar alguém, sem justa causa, segredo, de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem: Pena – detenção, de três meses a um ano, ou multa”.

CAPÍTULO III
JUSTIFICAÇÃO E FUNDAMENTOS
SECÇÃO I
Teorias e Modelos

A construção e afirmação do sigilo bancário como valor impregnado na atividade bancária ao longo da história, bem como a sua legitimação e consagração legal em quase todos os ordenamentos jurídicos, são frutos de conquistas seculares fundados nos postulados dos valores sociais, económicos e éticos.

Com efeito, o estudo do sigilo bancário, referente à construção e à compreensão do regime, bem como os problemas que suscita, quanto à sua extensão, estrutura e função, impõe-se, todavia, o conhecimento prévio das concepções em voga no plano doutrinário, jurisprudencial e no direito comparado relativo à sua justificação e fundamentação. O que constitui controvérsia na doutrina estrangeira, conforme passamos a desenvolver de seguida.

1. Concepções e Modelos

No que tange ao fundamento e à legitimação da figura do sigilo bancário, foram alvitradas várias concepções, suscetíveis de se agrupar, pelo menos, nas seguintes teorias:

1.1. Teoria clássica de base contratualista

Esta teoria sustenta que a legitimação e a justificação jurídica do sigilo bancário reportam-se a relação contratual estabelecida entre os bancos e os seus clientes, no âmbito do qual expressam as suas vontades, que geraria, além da obrigação principal, uma importante vinculação acessória relacionada com o dever de guardar sigilo bancário acerca das informações colhidas no âmbito dessa relação comercial.

A teoria clássica contratual merece adesão e apoio da jurisprudência anglo-saxónica, nomeadamente

no caso “*Tournier vs National Provincial and Union Bank of England*”, decidido em 17 de dezembro de 1923, que além de definir o sigilo bancário como o dever do banqueiro de guardar segredo sobre os dados e informações relativos aos seus clientes que derivassem de forma expressa ou implícita da relação contratual ou das Cláusulas Contratuais Gerais (CCG), o Juiz do Tribunal Superior de Londres considerou o banco como responsável pela violação do sigilo bancário, por ter revelado a terceiros dados relacionados à conta de seu cliente; teve ainda apoio e o fundamento nas jurisprudências do tribunal suíço, proferidas em 1930 e em 1932, bem como na jurisprudência italiana, através da sentença proferida pela Corte de Cassación de 18 de Julho de 1974¹⁵².

Porém, esta teoria clássica não é imune a críticas, nomeadamente, nem sempre aparecem nas cláusulas contratuais gerais menções expressas que impõe aos bancos o dever de discrição quanto às operações e dados do cliente. Não obstante, podemos defender que a relação de confiança que preside e caracteriza o contrato bancário, seria de considerar que o dever de discrição dos bancos encontra-se sempre plasmado nesses contratos, ainda que implicitamente. Aliás, mesmo se entendermos que contrato bancário é omissivo relativamente à cláusula de sigilo bancário, a integração da declaração negocial omissa deve ser efetuada conforme os ditames da boa-fé, segundo o art. 239º do CC, impondo assim o dever de guardar o sigilo bancário a favor do cliente¹⁵³. Para mais, somos ainda de opinião de que, atendendo à natureza da profissão bancária, fortemente marcada pela relação fiduciária, seria de concluir que o dever de sigilo bancário encontra respaldo nos usos ou praxis e costumes bancários, não precisando, por isso, da consagração legal ou contratual expressa.

Neste sentido, a doutrina alemã, representada por Scheerer e Sichterman foi mais longe, ao defender

¹⁵² Cf. Rabindranath Capelo de Sousa, «Segredo Bancário...», *op. cit.*, p.178 e ss; Luis Maria Cazorla Prieto, *El Secreto Bancario*, Madrid, Instituto de Estudios Fiscales, 1978, p. 79 e ss; Azaustre Fernández, *El Secreto Bancario*, Barcelona, Bosch, 2001, p. 151 e ss.

¹⁵³ Parece que António Menezes Cordeiro (*op. cit.*, p.257) é a favor da teoria clássica de base contratual, quando deixou transparecer na sua exposição de que “o segredo bancário tem base contratual: seja no contrato bancário geral, seja nos diversos negócios que venham a ser celebrados”. Ademais, este autor, afirma que “(...) o contrato bancário geral permitiria justificar uma relação de confiança mútua entre partes. Dessa relação adviriam, para o banqueiro, deveres de segredo, de informações, de acompanhamento e prevenção e de acautelamento dos interesses do cliente”. Cf. António Menezes Cordeiro, «O Contrato Bancário Geral», *Estudos de Direito Bancário*, Coimbra, Coimbra Editora, 1999, p. 12 e ss. Assim, a prudência bancária e a manutenção da confiança mútua entre banco e seu cliente integra uma das exigências dos Códigos de Condutas e Boas Práticas dos Bancos. Para mais informações sobre código de conduta financeira aprovado pelo Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) e BCE, veja-se José Simões Patrício, «Em Torno dos Códigos de Conduta Bancária», in AA.VV., *Estudos Jurídicos e Económicos em Homenagem ao Prof. Doutor António de Sousa Franco*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, 769 e ss. No sentido favorável à teoria clássica, José Maria Pires ensina que o sigilo bancário emerge da relação jurídica entre banco e o cliente fundada nos “usos, regulamentos internos e cláusulas de acordos coletivos de trabalhos” inerentes à contratação bancária e, por isso, a sua violação é susceptível de gerar não apenas a responsabilidade disciplinar, mas também a responsabilidade contratual bancária. (Cf. José Maria Pires, *Dever de Segredo na Atividade Bancária*, *op. cit.* p. 19).

que o segredo bancário se fundamenta, igualmente, no dever acessório (decorrente dos ditames de boa fé, art. 762º/2 do CC), a par do dever principal emergente do contrato bancário¹⁵⁴.

Igualmente, neste sentido, Simões Patrício não hesita em concluir que a fonte do sigilo bancário não é a lei, o que podemos constatar, por exemplo, no sistema britânico, que torna visível esta tendência, sobretudo com a refutação da sugestão do *Jack Committee*, no relatório *Banking Services: Law na Practice*, de 1989, a defender que o sigilo bancário fosse legitimado na lei. Entretanto, a legitimação do sigilo bancário passou a conformar-se com o Código Bancário (*Banking Code*), ou código voluntário de conduta em vigor desde 1992.

1.2. Teoria da responsabilidade civil extracontratual

Esta teoria é amplamente defendida pela doutrina italiana, sustentando que o dever de guardar sigilo por parte do banco encontra justificação na responsabilidade civil extracontratual do banco, fundada no ato ilícito praticado, resultando no dever de reparar o dano provocado ao cliente em violação do sigilo bancário. Entretanto, esta teoria não consegue explicar e justificar o conteúdo do sigilo bancário, tendo privilegiado apenas as eventuais consequências que o banco incorre em caso de sua violação. Por esta razão, esta teoria por si só não consegue justificar, nem legitimar a figura do sigilo bancário, não merecendo, por isso, adesão da doutrina em geral, e dela também afastamos.¹⁵⁵

1.3. Teoria dos usos e costumes

Esta teoria sustenta o sigilo bancário como dever colimado nos usos do comércio, sendo ancorado como uma verdadeira tradição de bancos, decorrente da relação de confiança, i.e., de *fiduciary relationship*, que dimana da relação com os clientes, das diretivas interpretativas resultantes de boa-fé, art. 1374º do CC italiano e art. 762º CC português.

Com efeito, deve-se atender que à luz do art. 3º do CC, a relevância jurídica dos usos só é atendível quando resultar da lei expressa, sem o que os usos ficariam desvanecidos de quaisquer conteúdos jurídicos¹⁵⁶.

¹⁵⁴ Cf. José Simões Patrício, *Direito Bancário Privado*, Coimbra, Almedina, 2004, p. 129.

¹⁵⁵ Cf. Tânia Nigri, “O Sigilo Bancário e a Jurisprudência do Supremo Tribunal Superior Federal - STF”, São Paulo, IASP, 2017. P. 29 e ss.

¹⁵⁶ Repare-se que o artigo 704º do CC de Seabra, previa que os contratos obrigavam não só ao que neles era expreso como às respetivas consequências usuais e legais. Cf. Anselmo da Costa Freitas, «O Sigilo Bancário», *Revista da Ordem dos*

Foi neste sentido que Ricardo de Gouvêa Pinto considera que “ (...) o levantamento do sigilo bancário surge no âmbito das relações privadas ... Na base deste juízo de cautela e ponderação está a noção consabida de que o sigilo bancário encontra respaldo em normas costumeiras vigentes, que se fundam, por sua vez, no entendimento do contrato bancário como relação de confiança”¹⁵⁷.

Esta teoria obteve apoio expresso na decisão da Corte de Cassação Italiana, em que determinara que o sigilo bancário é uma prática constante observada, com força vinculante como fonte de Direito.¹⁵⁸ Contudo não se abstraiu da ligação histórica do sigilo bancário à tradição, com a força vinculativa fundada nos usos e costumes bancários, esquecendo, porém que, atualmente, muitos sistemas já se evoluíram do plano *unwriting*, assente na sua legitimação prática e tradição bancária, transpondo para o plano jurídico o conteúdo do sigilo bancário mediante a sua consagração legal expressa.

No entanto, em parte, esta teoria apenas se preocupou parcialmente com as razões e causas, deixando para trás outros aspetos e funções ligadas ao sigilo bancário. Entretanto, por isso, dela nos afastamos liminarmente.

1.4. Teoria do segredo profissional

Foi defendida por um setor importante da doutrina italiana, no qual milita Ruta, Pedrazzi e Battaglia, e por uma secção da doutrina francesa, encimada por Christian Cavaldi, assimilam e identificam o sigilo bancário com o segredo profissional por forma a garantir a proteção de determinados profissionais quanto às informações e dados por eles conhecidos no âmbito do exercício de suas profissões. Assim tanto que a Lei Bancária Francesa, de 24 de Janeiro de 1984, art. 57º, faz essa assimilação do sigilo bancário ao segredo profissional. Deste modo, compreende-se a razão da doutrina francesa. Entretanto, já não conseguimos vislumbrar nem compreender porque razão aquele setor da doutrina italiana

Advogados, n.º 19, Outubro, 1983, p. 5 e ss.; Michel Spinelli, *Diritto Bancario*, Seconda edizione, Padova - Cedam, 1991, p. 61; Mario Casella, «Il Segreto Bancario e il D.P.R. 15, Luglio 1982», in AA. VV., *Banco, borsa e titolo de crédito*, Anno XLVI, Parte Prima, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 1982, p. 348 e ss.

¹⁵⁷ Cf. Ricardo de Gouvêa Pinto, «Divórcio e sigilo bancário», *op. cit.*, p. 450.

¹⁵⁸ Cf. Giacomo Molle, *Il segreto bancario*, in Banca, Borsa e Titoli di Credito, Milano, 1937. P. 169 e ss. Nessa mesma linha, Lauro Muniz mostrou-se favorável à teoria consuetudinária ao defender que “os banqueiros respeitam o segredo bancário não como ato apenas voluntário, mas com a convicção de observância de uso e costume consagrado, e de uma obrigação moral e legal”. Cf. Lauro Muniz, *Direito Bancario*, São Paulo, Livraria Universitária de Direito, 1975. P. 393.

prefere o caminho de assimilação perante a absoluta omissão da lei italiana neste sentido¹⁵⁹.

Corresponde a uma teoria sem sustentação e amparo doutrinário de relevo, ainda assim encontra alguns seguidores na Itália, ao considerar que o sigilo bancário é exercido pelo funcionário público. Neste sentido, vem considerado à luz do art. 326º do CP Italiano, o que vem contrariar a tese do segredo profissional como fundamento do sigilo bancário, ancorado ao abrigo do art. 622 do CP Italiano¹⁶⁰.

Foi neste preciso termo, que Paulo de Sousa Mendes, seguindo a pisada do art. 78º, n.º 1, do RGICSF (correspondente ao art.30º da nossa LRB), defende que o dever de segredo bancário, enquanto obrigação imposto aos membros de administração, fiscalização, empregados, mandatários bancários, é tido como verdadeiro sigilo profissional¹⁶¹.

Com efeito, o sigilo bancário imposto aos que exerciam a função, ministério, ofício, pouco a pouco, foi ampliando-se, tornando-se um imperativo ético-jurídico não só para os médicos e sacerdotes, mas também para todos aqueles que, no desempenho de seus ofícios, se inteirava, de factos pessoais ou patrimoniais de terceiros.

Portanto, esta teoria pretende ilustrar a fraqueza da teoria contratual quando reconduz o fundamento do sigilo bancário à categoria do sigilo profissional, pretendendo, com isto, significar que o dever do sigilo bancário se impõe aos funcionários e dirigentes bancários, não porque firmaram algum contrato com o cliente em causa, mas porque vinculam ao dever de discrição exclusivamente em razão da profissão e enquanto profissionais das instituições financeiras.

¹⁵⁹ Cf. Giacomo Molle, «I Contratti bancari», in AA. VV., *Trattato di Diritto Civile e Commerciale*, vol. XXXV, Tomo I, Milano, 1966, p. 64 e ss; Mario Porzio, «Fondamento Normativo del Segreto Bancario», *Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza*, Anno XLV, Parte Prima, Banca Borsa e Titoli di Credito, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 1982, p. 1018. Cf. Mario Casella, *op. cit.*, p. 347 e ss.; Maria Eduarda Azevedo, *op. cit.*, p. 75; Alberto Luís, *op. cit.*, p. 458 e ss.; Astolfo di Amato é um dos principais mentores deste conceito de segredo profissional. O art. 458 do CP Belga parece expor esta ideia, (cf. R. Henrion, *La secret Professionnel du Banquier*, Bruxelles, Institut de Sociologie, 2ª ed., 1968) e «Le Secret Bancaire et la Puissance Publique», in AA. VV., *Le Secret bancaire dans la C.E.E. et en Suisse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1973, p. 56; ver também art. 262º do CP da Holanda; M. Muller, «Secret Bancaire aux Pays-Bas», in AA. VV., *Le Secret bancaire dans la C.E.E. et en Suisse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1973 p. 99 e ss.; art. 19º da Lei Bancária Francesa e art. 378º do CP Francês, que igualmente qualificam o sigilo como sigilo profissional na senda de Christian Gavalda e Jean Stoufflet (*op. cit.*, p. 77). A realidade é a mesma em Portugal à luz do art.78º do RGICSF.

¹⁶⁰ Cf. Sergio Kostoris, *Il Segreto Come Oggetto della Tutela Penale*, *op. cit.*, p. 20.

¹⁶¹ Cf. Paulo de Sousa Mendes, «Derrogação do Segredo Bancário...», *op. cit.*, p. 4.

1.5. Teoria de base legal e constitucional

A teoria de base legal apoia o fundamento e a justificação do sigilo bancário na lei de base bancária. Assim, considera-se que o sigilo bancário repousa e se justifica na lei, quer seja lei constitucional ou lei ordinária situada no patamar hierárquico inferior, donde provêm os valores e direitos colimados à figura do sigilo bancário, v.g., o direito de personalidade, densificado, em parte, no direito à intimidade da vida privada do cliente, o direito ao bom nome do banco, etc...

A teoria legalista foi inspirada na manifestação legal que o sigilo bancário assumiu num período mais avançado da sua evolução, obtendo, com isso, a efetiva consagração em texto e diplomas legais, sobretudo da lei penal enquanto a tutela do sigilo bancário. Esta experiência foi seguida nos países ultra protetores do sigilo bancário tais como França, Bélgica, Suíça, Luxemburgo, e também em Portugal¹⁶².

Não obstante o mérito conseguido por esta tese, em situar a tutela do sigilo bancário no patamar do direito positivo, sobretudo com a sua criminalização e correspondente sanção, ela não se revela suficiente para pelo facto de não o valor dos usos bancários, das cláusulas contratuais gerais, que são também relevantes na interpretação e na compreensão prática do sigilo bancário.

Esta teoria deixa transparecer a ideia de que, nalguns sistemas, se não mesmo todos, decorre do sigilo bancário a tutela de um direito à intimidade privada, quer seja através de construção doutrinária quer seja legal ou constitucional¹⁶³. Constituindo, por isso, um fundamento filosófico e humanitário da sua proteção¹⁶⁴.

Com efeito, decorre desta qualificação a ideia da liberdade individual, enquanto direito natural, anterior ao próprio Estado, conforme as concepções liberais - iluministas que se expandiram pelo mundo ocidental, a regra de que os indivíduos são livres, podendo tudo fazer, respeitando apenas os limites das liberdades dos outros, bem como a esfera da intimidade de cada pessoa, i.e., aqui vale a velha máxima de que “a minha liberdade começa onde a dos outros terminam, e termina onde dos outros começam”. Neste sentido, a montante e a jusante de toda a proteção que se faz cominar à liberdade individual, i.e., a plena realização humana, decorre da preservação da dignidade da pessoa

¹⁶² Cf. José Ignacio Bonet Sanchez, *Contratos Bancarios cien preguntas claves e sus repuesta*, Madrid, Dykinson, 1997, p. 75. José Miguel Embid Irujo, *Contratos Bancarios*, obra coletiva, Madriz, 1982. p. 105 e ss.

¹⁶³ Mais adiante vamo-nos dedicar de forma desenvolvida ao estudo do enquadramento constitucional do sigilo bancário.

¹⁶⁴ Cf. Gian Franco Campobasso, *Banca, Borsa e Titole di Credit*, Vol. LI, Nuova série, Marzo-Aprile, 1988, p. 228; José Maria Pires, *Direito Bancário*, Lisboa, Rei dos Livros, vol. II, 1995, p. 78.

humana, de cujo reconhecimento se impõe ao Estado, no sentido de não interferir na liberdade e na vida privada dos indivíduos, para além do necessário à plena e necessária realização dos outros fins e interesses públicos relevantes, possibilitando desta feita um convívio social justo, saudável e harmónico.

Neste sentido, a doutrina alemã prefere o seu enquadramento no âmbito lato dos direitos de personalidade¹⁶⁵.

Já, entretanto, Menezes Cordeiro, prefere aproximar o sigilo bancário ao direito à intimidade sobre a vida privada¹⁶⁶.

Porém, em todo o caso, esta teoria padece de grave insuficiência pelo facto de não conseguir explicar e enquadrar a natureza subjacente a proteção do sigilo bancário de que beneficia a pessoa coletiva, pois esta não beneficia da tutela constitucional do direito sobre a intimidade¹⁶⁷.

1.6. Teoria do dever geral de correção

Esta teoria encara o sigilo bancário como uma espécie de manifestação do dever geral de correção, como uma obrigação básica da vida em sociedade. Impõe-se que cada pessoa haja de forma a que a sua atuação na esfera jurídica de outra pessoa seja cautelosa e prudente com a finalidade de manter essa esfera intacta e imaculada.

No entanto, por isso, o dever de guardar sigilo bancário constitui a forma eficaz de tutela de esfera jurídica dos clientes bancários face à possível lesão dos seus interesses por parte dos bancos através de divulgação a terceiros de dados inerentes às relações comerciais firmadas com os mesmos¹⁶⁸.

Logo o dever de correção deve ser corresponsivo, no sentido de que a atuação de cada pessoa deve garantir à outra uma certa segurança e integridade da própria pessoa e dos seus bens com a finalidade de levar ao bom termo a situação jurídica contratual.

¹⁶⁵ Hans-Peter, *Bank...*, *op. cit.*, pp. 53 e 54.

¹⁶⁶ Cf. Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 353.

¹⁶⁷ Mais adiante e na parte final dedicada a natureza jurídica abordamos este assunto com profundidade.

¹⁶⁸ Cf. neste sentido, Anselmo da Costa Freitas, «Sigilo Bancário», *op. cit.*, p. 5. Astolfo di Amato, *Il Segreto Bancario...*, *op. cit.*, p. 149 e ss., e outros seguidores como Oppo, Rodotà, Di Majo Gianquinto e Barcelona.

Numa perspectiva crítica, parece que nos moldes em que a tutela do sigilo bancário foi exposta por esta corrente, no essencial, não conseguimos vislumbrar qualquer dever ou atuação de correção, antes pelo contrário, parece pousar apenas num patamar de simples prevenção da devassa da intimidade e da vida privada.

1.7. Teoria da técnica de captação de poupança como fundamento do sigilo bancário

Esta tese reconduz o fundamento do sigilo bancário a uma perspectiva economicista, na qual o dever do sigilo deve ser encarado e tutelado como forma de garantia de sucesso de boa captação de poupanças.

Constituem exemplos claros, desta tendência, os sistemas ultraprotetores do sigilo bancário que vigoram na Suíça através da Lei Bancária de 8 de Novembro de 1934, e no Líbano, através da Lei de 3 de Setembro de 1956, nos quais existe uma acentuada proteção do sigilo bancário como valor absoluto, visando, naturalmente, a captação de fundos e a capitalização do sistema financeiro face às suas necessidades de intermediações de crédito¹⁶⁹.

Este sistema de proteção rígida e reforçada do sigilo bancário, apesar de ganhar a má reputação de autênticos paraísos fiscais e bastantes facilitismos nos domínios de ocultações de vantagens patrimoniais ilícitas, tem registado resultados apreciáveis e bastantes favoráveis na captação de poupanças.

Do ponto de vista crítico, esta teoria colocou apenas acento tónico naquilo que podia ser uma das possíveis finalidades do sigilo bancário e não tanto a sua fundamentação e legitimação, sobretudo ao ponto de suplantar de forma injusta e injustificada os outros valores ligados ao combate à fraude fiscal, ao tráfico e ao terrorismo mundial, sob pretexto e justificação na necessidade de captação de fundos.

¹⁶⁹ Cf. Nelson Abrão, *Direito Bancário*, 7ª ed., op. cit., p. 51.

1.8. Teoria da soberania e de afirmação dos princípios liberais e democráticos como fundamento do sigilo bancário

Os corifeus desta tese procuraram acentuar e explorar a vertente política do sigilo bancário, o que vem traduzir-se, no plano da soberania interna, na afirmação dos princípios liberais e democráticos de cada Estado, impondo assim o dever de assegurar a proteção da privacidade de cada pessoa. E no plano internacional, essa proteção deve residir na elevação e valorização da soberania do Estado perante outros que têm a pretensão de intervir nos seus assuntos internos.

Esta concepção foi inspirada nos vários casos em que se opõem Estados, *maxime* sucederam durante e depois da segunda Guerra Mundial, em que o governo suíço se opôs às imposições do III Reich e dos Aliados para cederem informações sobre contas tituladas pelos cidadãos alemães nos bancos suíços. No entanto, no caso *subjudice*, a recusa por parte da Suíça em colaborar com as autoridades alemãs baseou-se na preservação do sigilo bancário. Tendo sido, por isso, sujeito à sanção de congelamento dos seus bens na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos de América¹⁷⁰. Com isto, a Suíça, sob pressões externas, e na sequência de várias negociações efetuadas, firmou o acordo de Washington, mediante o qual, a Suíça comprometia-se a revelar apenas o montante dos valores em dinheiro, depositados nos seus bancos, sem, contudo, revelar as identidades dos depositantes. Portanto, não obstante as ameaças e pressões a que estava sujeita, a Suíça mantém-se fiel à tradição e implacável na proteção do sigilo bancário perante ameaças externas, resultando daí a ideia da conexão existente entre a soberania e sigilo bancário, fazendo valer o sigilo bancário mesmo perante um cenário válido de quase porosidade das soberanias e das fronteiras territoriais nas relações de cooperações internacionais.

O mérito desta teoria reduz-se no facto de ser inspirada nos acontecimentos e casos reais, tendo sido o sigilo bancário usado como arma de arremesso face à interferência abusiva e até arbitrária por parte de outro Estado estrangeiro nos assuntos em conexões com territórios de outro Estado diverso. Todavia, não conseguimos vislumbrar o sigilo bancário como afloração e afirmação interna e externa da natureza democrática, dos princípios liberais e dos valores da soberania. Portanto a afirmação da natureza soberana e democrática de um Estado não trouxe nenhuma novidade para os interesses subjacentes ao sigilo bancário, situados, no essencial, na esfera económica e na proteção dos valores individuais ligados à intimidade e a vida privada.

¹⁷⁰ Cf. Ibidem, p. 50.

1.9. Tese de boa fé e da tutela de confiança como fundamento do sigilo bancário

Para os defensores desta tese, o segredo bancário funda-se na relação fiduciária assente, por seu turno, na situação jurídica contratual, fundada na relação de confiança.

A boa-fé integra inelutavelmente a situação jurídica contratual sem a necessidade de sua previsão expressa, servindo-se, nos dizeres de Menezes Cordeiro¹⁷¹, numa perspectiva contratual, como uma norma de correta ligação intersubjectiva, imprimindo princípios e regras que impõem e vinculam as partes a actuarem com lisura, correção, lealdade e máxima responsabilidade, em todas as fases do contrato, inclusive nos preliminares, arts. 227º, 239º, e 762º/2, ambos do CC.

Com efeito, defendendo uma solução próxima, pelo menos, parcialmente favorável a esta tese, ensina Menezes Cordeiro, que a preservação e a proteção do sigilo bancário decorre, igualmente, da necessidade e do dever de cumprimento integral dos contratos, dado que normalmente o sigilo vem previsto nos contratos e nas respectivas CCG e, quando não está, com a exceção expressa e válida previsão em contrário, constitui um dever fundado nos ditames de boa-fé, neste caso de boa-fé objetiva, o qual impende e impede o Estado de neles interferir de forma infundada e arbitrária¹⁷².

Destarte, segundo esta teoria, o sigilo bancário configuraria uma forma de concretização da tutela de confiança e dos ditames de boa-fé.

Entretanto, esta tese parece confundir a realidade interpretativa e a compreensão do conteúdo do sigilo bancário com o respetivo fundamento, para a qual o banco, independentemente da previsão contratual, deve respeitar os ditames de boa-fé na execução do contrato firmado com os clientes, devendo-se, por isso, à luz da boa-fé, dar seguimento a uma boa e correta relação contratual, que os dados e informações resultantes dessa relação não sejam conhecidas por pessoas alheias à mesma.

¹⁷¹ Para uma abordagem mais aprofundada sobre a boa fé objetiva e subjetiva, história, extensão do conteúdo e suas implicações na ordem jurídica, veja-se, António Menezes Cordeiro, *Da Boa Fé no Direito Civil*, Colecção Teses, Reimp., Coimbra, Almedina, 1997 e *Tratado de Direito Civil*, Tomo I, Coimbra, Almedina, 1999, p. 175 e ss.

¹⁷² Cf. Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 252 e ss.

1.10. Teoria dos estatutos bancários e das cláusulas contratuais gerais

Hipoteticamente, da nossa parte, parece defensável, nos nossos dias, a ideia de que o sigilo bancário repousa necessariamente nos contratos sociais dos bancos e reforçado em todas as cláusulas contratuais gerais (*standard*), designadamente de contratos de contas, de créditos bancários, de utilizações de cartões, de serviços bancários, nomeadamente *internet banking*, etc¹⁷³...

Todavia, reconhece-se que o fundamento do sigilo bancário encontra respaldo na própria natureza e na essência da profissão e da atividade bancária, sem a qual ninguém se disponibilizaria, no mínimo, a efetuar depósitos em bancos, ou servir-se dos bancos para pagamentos de bens e serviços. Com efeito, a consagração expressa do sigilo bancário nos estatutos dos bancos e nas CCG dos bancos, constituem, na nossa modéstia opinião, o reforço e o reconhecimento da necessidade de publicidade e do reforço da tutela concedida ao sigilo bancário, nos quais os bancos se comprometem e reiteram perante os clientes as suas vinculações para com as descrições que se impõem quanto às operações e serviços e as informações relacionadas com as mesmas.¹⁷⁴

Concluindo, portanto, de tudo quanto ficou sobejamente exposto, ficou patente que nenhuma das teorias, tomada de per si, conseguiu explicar, enquadrar, fundamentar e legitimar o instituto do sigilo bancário de forma cabal e suficiente. Todavia, não deixaram de desempenhar papel importante na tentativa de explicar o domínio e o setor que representam, o que nos permitiu, em suma, extrair, nomeadamente, a ilação seguinte.

O sigilo, em geral, irrompe de prática reiterada, há muito estabelecida e aceite pela sociedade,

¹⁷³ Em abono desta tese por nós equacionada, veja-se que na Itália, v.g., o sigilo bancário é reconduzido aos usos integrados no contrato por via do art.1374 do CC Italiano, isto sem olvidar ainda da hipótese de consagração indireta à luz da Lei Bancária de 1993. Ainda na Itália, a Associação Bancária Italiana aprova e impõe aos bancos associados o Código de Conduta e de Deontologia Profissional, em última instância salvaguardando o dever do sigilo bancário. Cf Cavalli e Mia, *Lezioni Sui Contratti Bancari*, p. 34. Já no direito alemão passa-se diferente, o sigilo é regulado através de cláusulas contratuais gerais – CCG dos bancos. Em França, lei bancária consagra disposição sobre o sigilo bancário, tendo remetido o aspecto sancionatório, em caso de violação, para o art. 378º do CP francês. Já na Suíça, a proteção do sigilo bancário é elevado igualmente ao nível do direito civil, do direito das obrigações e do direito penal administrativo, com punições severas em casos de violações do dever de sigilo bancário.

¹⁷⁴ Foi, neste sentido, que se assevera no “Halsbury’s Laws of England”, enciclopédia jurídica britânica, citado no Ac. TRP n.º 0656042 de 13-11-2006, que “o contrato firmado entre o banqueiro e seu cliente contém uma cláusula implícita que obriga o banqueiro a não revelar a terceiros, sem consentimento expresso ou tácito do cliente, nem a situação da conta do cliente nem as suas transações com o banco, nem qualquer informação que chegue ao conhecimento do banqueiro em virtude do relacionamento com o cliente”.

nomeadamente no âmbito e por causa do exercício de determinada profissão¹⁷⁵; atendendo à miscigenação dos interesses privados e públicos, patentes no sigilo bancário, este rapidamente se consolidou com profunda acutilância mediante a sua consagração como uma prática obrigatória, neste caso aceite pelo banco, pela sociedade e pelo poder, criando ainda as condições sociais, políticas e normativas para a sua conformação legislativa, ganhando assim um corpo legal, densificando os respetivos conteúdos, limites e consequências em caso de violação, nas leis expressas, estatutos bancários, e nas cláusulas contratuais gerais, sem olvidar do seu dealbar na tradição e do seu *habitat* nos costumes bancários.

2. Modelos de proteções do Sigilo Bancário

Assim, pressupondo esse quadro versátil do sigilo bancário em proporção da evolução da profissão e da atividade bancária, podemos afirmar que, atualmente, muitos sistemas e ordenamentos jurídicos reconhecem e consagram com menor ou maior grau de intensidade a figura do sigilo bancário, suscetível de se agrupar em modelos diferenciados das concepções, conteúdos, limites e conforme as importâncias que dão ao sigilo bancário¹⁷⁶. Assim, temos, designadamente:

2.1. O modelo adotado pelos países anglosaxónicos, embora não legitime a consagração e a aplicação formal do sigilo bancário, todavia reconhece o direito à privacidade, à intimidade da vida privada e o direito e dever de confidencialidade, que quando violado é passível de responsabilidade civil. Neste modelo, no fundo, considera-se que o dever de discrição ou de confidencialidade, decorrem “implicitamente” do próprio contrato de depósito bancário¹⁷⁷.

2.2. O modelo da Europa continental, especialmente representado pela França, onde, já em Outubro de 1726, um regulamento defendia que “*attendu que le secret est absolument nécessaire dans les negociations de banque, change, commerce et finances..., il est convenu que le secret des negociations ne pourra être revelé...*”. Assim sendo, mais tarde, o sigilo passou a ganhar grande importância e

¹⁷⁵ Neste sentido, temos por certo a opinião de José Maria Pires e Rodrigues Santiago, a considerar que o sigilo bancário é fundamentado nos mesmos motivos que fundamentam o sigilo profissional, em geral motivos que se reconduzem, em regra, à tutela não só da saúde e da credibilidade das próprias profissões como também da privacidade dos respetivos clientes e da normalidade funcional das instituições bancárias.

¹⁷⁶ Cf. Maria Célia Ramos, «O Sigilo Bancário...», p. 120 ss..

¹⁷⁷ Nesse sentido, foi adotada nos EUA uma lei em 1970, intitulada “*Bank Secrety Act*”, todavia, esta lei regula muito mais derrogações ao conteúdo do sigilo bancário, sobretudo na perspetiva de lutar contra o branqueamento de capitais, o que não favorecia a proteção do sigilo bancário, antes pelo contrário, o prejudicou.

dimensão através da sua consagração legal, regulamentar, doutrinária e jurisprudencial. Assim, v.g., o então código penal de França garantia a proteção do sigilo bancário, ao prever no seu art. 378º que os bancos são passíveis de responsabilidade criminal em caso violação do sigilo bancário; assim, uma decisão proferida pelo Supremo Tribunal - *cour de cassation* de França, em 1987, concluiu pela inoponibilidade e inexistência do dever do sigilo bancário quando se trata da demanda em matéria fiscal, todavia os mais recentes acórdãos admitem a oponibilidade do dever do sigilo quando se trata da matéria alfandegária¹⁷⁸.

2.3. O Modelo de densificação e do reforço do Sigilo Bancário, que se traduz na intensa proteção ao sigilo bancário, representado pela Suíça, Luxemburgo e Líbano. Sobre tudo a Suíça contribuiu imensamente para a sua consagração e disseminação, a começar, naturalmente, pelo já referido conflito germano suíço, que culminou mais tarde na adoção, por parte da Suíça, de normas relativas ao sigilo bancário, por forma a garantir a discrição e a proteção dos clientes dos bancos face à atuação abusiva e totalitária do regime alemão. Com isso, a Suíça passou a punir com sanções severas, aliás, na expressão do Conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo português, Anselmo Rodrigues, “por vezes exageradas”¹⁷⁹, pela violação do dever de sigilo bancário, com escassas limitações pontuais¹⁸⁰.

Ainda, na Suíça, assinala-se uma “Convenção relativa à obrigação de diligência na aceitação de depósitos e no uso de sigilo bancário”, assinada em 1977, na sequência de um famoso caso designado por “Chiasso”, movido pelo desejo do reforço da proteção do sigilo bancário¹⁸¹.

¹⁷⁸ Sobre a história e evolução do sigilo bancário em França, veja-se, Thierry Bonneau, *op. cit.*, p. 266 e ss; Monique Contamine-Raynaud, «Le Secret Bancaire et le Contrôle de l'État sur les Opérations de Change et sur leurs Effets Délictuels», *Revue internationale de droit comparé*, vol. 46, nº2, 1994, p. 487 e ss. Sobre a consagração legal atual e derrogações do sigilo bancário no direito francês, veja-se Christian Gavalda e Jean Stoufflet, *Droit Bancaire. Institutions – Comptes - Opérations - Services*, 8ª ed., Paris, Lexis Nexis – Litec, 2010, p. 153 e ss. Sobre o sigilo bancário na Austria, veja-se, Bernhard Eccher, «Anonimità e Segreto Bancário in Austria», in AA. VV., *Banca Borsa e Titoli di Credito*, Anno LX, Parte Prima, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 1997, p. 389 e ss.

¹⁷⁹ Cf. Anselmo Rodrigues, «Sigilo Bancário...», *op. cit.*, pp. 47 e ss, 52.

¹⁸⁰ Para um estudo sobre o sistema suíço do sigilo bancário, veja-se, Jérôme Lasserre Capdeville, «Secret Bancaire Suisse et Entraide Internationale», *Revue Européenne de Droit Bancaire & Financier – European Banking & Financial Law Journal - Euredia*, Bruylant, Nov. 2010, p. 337 e ss ; Jérôme Lasserre Capdeville, «Le Secret Bancaire Suisse face au juge penal en droit suisse», *Revue Lamy droit des affaires*, nº 49, 2010, p. 68 e ss. Cf. J. L. Saldanha Sanches, *op. cit.*, n.º 21.

¹⁸¹ “Chiasso” corresponde ao nome da cidade onde se encontrava sediada a sucursal do banco *Credit*, que foi incriminado em 1977 pela violação do dever de sigilo bancário. A Convenção acima referencia corresponde um acordo firmado entre Associação de Bancos Suíços, os Bancos e a banca nacional, com o desejo de conseguir definir, mediante contrato, regras de comportamento ético e moral na celebração do contrato de depósito. No entanto, saliente-se que, em todo o caso, esta Convenção apesar de constituir mais uma conquista importante do instituto de sigilo bancário, consagra obrigação de meio ou de diligência e propriamente a obrigação de resultado, além de consagrar sérias restrições ao conteúdo do sigilo bancário, sobretudo na relação entre a administração tributária e a banca, em que os bancos devem comunicar todos os anos

Entretanto, seria de encarar o modelo suíço do sigilo bancário como valor quase “absoluto”, numa perspectiva crítica, significando um modelo facilitador de ocultação de dados e informações relevantes para a luta e combate aos crimes de corrupções e evasão fiscal em outros países¹⁸², com o propósito único de atrair capitais estrangeiros e capitalizar o sector financeiro suíço¹⁸³.

Ainda, no sistema suíço, a vulgarização de contas bancárias anónimas constitui exemplo típico do reforço à proteção do sigilo bancário, com o propósito único, na nossa modesta opinião, de facilitar que os titulares destas contas furem o fisco e encubram fundos provenientes de atividades ilícitas, mais que simples discrições requeridas aos bancos quanto aos dados e informações ligadas às contas e às operações dos seus clientes, razão para que o sigilo bancário sempre existiu independentemente da sua consagração legal¹⁸⁴.

Em gesto de remate final, cumpre aqui assinalar as várias e diferenciadas concepções acabadas de analisar, nomeadamente a defendida por Carlo Folco e Giacomo Molle, na esteira de uma corrente italiana, quando sustentam que o sigilo bancário se funda nos usos e costumes, enquanto práticas

às autoridades fiscais uma lista dos depósitos efetuados. Ainda, sobre esta Convenção, veja-se: Ruggero Vigo, «Introduzione e Commento...», *op. cit.*, p. 566 e ss.

¹⁸² Particularmente em África, já se conhecem as várias situações dos ditadores e dirigentes africanos corruptos que depositaram os haveres desviados de África nos bancos suíços, com a finalidade de furtar a justiça. Portanto, o que certamente poderia ter contribuído para várias situações de instabilidade política, económica e financeira em África.

¹⁸³ Cf. Neste sentido, Jérôme Lasserre Capdeville, «Secret Bancaire Suisse et Entraide Internationale», *op. cit.*, p. 337 e ss. Ainda, os países como Suíça, no intuito de atrair capitais estrangeiros e capitalizar os bancos locais, recorrem à técnicas dos paraísos fiscais, geralmente entendida como uma técnica utilizada para atribuir benefícios fiscais às pessoas com a finalidade de evitar a tributação no seu país de origem ou no sentido de beneficiar de um regime mais favorável que o desse país. No entanto, associa-se a esta técnica consequências negativas, nomeadamente ligadas a redução de cargas fiscais, ocultação de prejuízos e rendimentos, evasão fiscal, branqueamento de capitais, etc... Cf. Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, «Evasão e Fraude Fiscal Internacional», in AA. VV., *Colóquio sobre a Internacionalização da Economia e a Fiscalidade*, Centro de Estudos Fiscais, Ministério das Finanças, Lisboa, 1993, p. 306 e ss.; José de Campos Amorim, «Algumas Medidas do Combate à Evasão Fiscal», *Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas*, n.º 12, Porto, ISCAP, 2007, p. 7 e ss. Neste estudo, entre outras medidas enunciadas do combate à evasão fiscal, o autor assevera a necessidade da quebra do sigilo bancário para evitar a ocultação de informações relevantes para fins tributários.

¹⁸⁴ Contas anónimas são igualmente designadas por contas numeradas ou inominadas, traduzindo-se nas contas abertas sob pseudónimo, individualizadas apenas por um número, pois a identificação do cliente, nomeadamente o nome, não se figura nos livros de contas do banco, naturalmente que a verdadeira identidade do titular da conta pode e deve ser conhecida por responsável ou director do banco, a quem é atribuída a responsabilidade de a guardar sob discrição. Estas contas têm sido práticas nos países como a Suíça, Áustria, Bélgica, América do Sul, Uruguai, Líbano, e em França esta prática faz-se sentir não com grande intensidade. Entretanto, em Portugal e na Guiné-Bissau, não são possíveis e nem permitidas aberturas de contas anónimas, dado que há obrigatoriedade legal de identificação completa do cliente com a respetiva residência no momento de abertura de conta bancária. Portanto, esta exigência se justifica, entre outras boas razões, às ligadas com os contactos, serviços e operações bancárias, a necessidade de combate à branqueamento de capitais, evasão fiscal, financiamento de terrorismo, etc...

aceites nas bancas e observadas por todos, que integram, na maioria dos casos, o próprio contrato bancário; já Giovanni e Goisis, embora defendam a tese da origem profissional do sigilo bancário, mas ainda assim apoiam o seu *habitat* nos costumes bancários, igualmente, Joaquim Garrigues perfilha a tese de usos e costumes como fonte do sigilo bancário; entretanto, outros autores, como suíços Sichterman e Redeker, situam amplamente o direito bancário no âmbito do direito de personalidade, já o sigilo bancário aparece, segundo estes autores, como um aspeto da liberdade pessoal a preservar, nomeadamente, constitucionalmente.

Portanto, não obstante as posições e concepções doutrinárias e legais com as mais variadas cambiantes sobre o sigilo bancário, quer seja justificado na relação profissional, de fidúcia, liberdades individuais e democráticas, direito de personalidade, direito à reserva da intimidade da vida privada, a natureza da operação bancária e dos serviços bancários, usos e costumes bancários, podemos concluir que, no fundo, inexistem contradições preocupantes nesta matéria, sobretudo, no que toca à legitimação e à prática universal do sigilo bancário. Assim tanto que, para a doutrina que defende o uso e costume como fonte do sigilo bancário procura fundamentar a conclusão no próprio contrato e vice-versa, fundados amplamente no dever profissional, no interesse social, confiança pública nos bancos e a necessidade de preservação do anonimato e da privacidade individual e de cuja violação, na maioria dos casos se cominaria nas sanções fundadas na responsabilidade disciplinar, civil e/ou criminal.

Assim sendo, independentemente da existência de qualquer disposição legal respeitante ao sigilo bancário, a sua fundamentação deve-se conformar, *a priori*, aos usos bancários, implícitos aos contratos bancários e as respetivas CCG, ainda que estes não contivessem expressamente quaisquer cláusulas expressas sobre o sigilo bancário. Neste caso de omissão de cláusulas referentes ao sigilo bancário nos contratos bancários, somos assim de parecer favorável de que se deve proceder à integração da declaração negocial “de harmonia com a vontade que as partes teriam tido se houvessem previsto o ponto omissio, ou de acordo com ditame da boa-fé, quando a outra seja a solução por eles imposta”, art. 239º, CC.

Deste modo, em geral, os modelos e sistemas acima ensaiados são suscetíveis de se agrupar nas três tendências ao nível mundial: a primeira tendência corresponde ao sistema de sigilo bancário anglo-saxónica; a segunda tendência, com o expoente máximo a França, seguido e reforçado na Suíça, Líbano, Luxemburgo e nos outros países como Portugal, Brasil, Argentina, etc...; e a terceira tendência, que equaciona e consagra o sigilo bancário como um valor absoluto, da qual nos afastamos liminarmente por razões justificadas nas apaixonantes discussões sobre as questões de luta contra crimes transnacionais, evasão fiscal, e que constituem consensos generalizados de que as imposições legais das restrições ao sigilo bancário são meios adequados para travar os crimes e evitar que os

bancos e as facilidades que os sistemas financeiros ofereçam possam servir de transações de bens e serviços conseguidos por vias e práticas ilícitas e perversas aos valores e padrões sociais.

Com efeito, a proteção do sigilo bancário, decorre, em todo o mundo, no essencial, destes três modelos e concepções: no direito costumeiro, inclusive em países como a Alemanha e Itália; nas normas e regulamentos das instituições financeiras, nos países como França, Espanha, Portugal, Brasil e Argentina; e no modelo profissional, de que faz parte a Suíça, Líbano, Luxemburgo e a Guiné-Bissau.

Por conseguinte, as diferentes concepções analisadas não ignoram o essencial – a definição da remota origem do sigilo bancário. Assim o mais remoto costume integrado nas contratações bancárias, em que se fundou o dever do sigilo bancário, tem origens profissionais – contudo os textos legais destinados à tutela desse dever de reserva justificaram inspiração imediata no interesse social em que prevalece a confiança pública nos bancos e se preserva a privacidade, para que possa desenvolver-se a atividade económica, projetando-se, muitas vezes, em sanções penais.

SECÇÃO II

Fundamento Constitucional e Legal

1. Razão de ordem

O enquadramento do valor aportado pelo sigilo bancário no âmbito da proteção constitucional do direito à reserva da intimidade da vida privada é recorrente na doutrina portuguesa e estrangeira, tendo assumido várias configurações.

Partindo da premissa de que subjacente à ideia de guardar a discrição das informações e dados ligados às operações dos clientes, temos, além do interesse público da política económica, a defesa do direito à reserva da intimidade da vida privada, enquanto tal reconhecido pela prática, usos, costumes, contratos, leis e a Constituição. Assim sendo, o sigilo bancário representaria apenas uma das formas possíveis de concretização do direito fundamental constitucional da reserva à intimidade da vida privada, impondo e vinculando desta feita aos bancos deveres de conduta e de discrição em relação aos clientes

Com efeito, a inserção do sigilo bancário no perímetro da tutela à reserva da intimidade e da vida privada, justifica elevar esta abordagem, num primeiro momento, do enquadramento da proteção do direito sobre a intimidade da vida privada no âmbito constitucional e legal. Para, em seguida, proceder-se a uma análise e configuração constitucional e legal do conteúdo da reserva da intimidade da vida privada.

Depois da fixação do conteúdo do direito sobre a intimidade da vida privada, na parte final do presente trabalho – referente à fixação da natureza, conteúdo e alcance do sigilo bancário, procuraremos determinar até que ponto a proteção do sigilo bancário é suscetível de integrar no conteúdo da proteção constitucional à reserva sobre a intimidade da vida privada. Por seu turno, inserido no âmbito da tutela geral do direito de personalidade e dos direitos, liberdades e garantias pessoais e, consequentemente, aferir até que ponto as pessoas coletivas participam de tal proteção, pelo menos, de um modo diverso da pessoa singular.

2. O direito à reserva da intimidade da vida privada. Noção geral e algumas perspetivas do direito comparado

2.1. Generalidade

Em geral, o direito de personalidade, enquanto emanção da dignidade da pessoa humana, adquire-se à nascença, com o início da personalidade jurídica, art. 66º, n.º 1¹⁸⁵, como direitos inatos e originários, nos quais se erguem a manifestação e a realização da esfera humana e pessoal na sua múltipla dimensão social, económica e cultural. Requerendo, por isso, um reconhecimento e proteção jurídica e constitucional, designadamente nos termos do art. 70º e ss do CC, art. 26º, n.º 1 da CRP¹⁸⁶ e art. 24º e ss. e art.44º, n.º 1 da CRGB. Assim, o recorte jurídico civil e constitucional do âmbito de proteção dos direitos de personalidade inclui, v.g., o direito ao nome, direito à imagem e direito à reserva sobre a

¹⁸⁵ A configuração do ser humano com dignidade própria foi um processo iniciado desde os primórdios, começando da imprecisa explicação sobre a origem da espécie humana, dos primeiros *australopithecus* bípedes até ao *homo sapiens*. Já na tradição judaico-cristã, mesmo tendo considerado o ser humano à imagem de Deus, ainda assim a dignidade permanecia longe de certos grupos sociais, como os bárbaros, e mais tarde nas sociedades escravagistas, como a grega ou a romana. Porém, graças ao racionalismo, com impulso importante de Christian Thomasius, Kant e outros tantos, a dignidade passaria a radicar no próprio homem, a somar ainda a abolição da escravatura no séc. XIX. Cf. Tiago Viana Barra, «A Responsabilidade dos Poderes Públicos pela Violação de Direitos Fundamentais», *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 71 – Out./Dez, Lisboa, 2011, p. 1161 e ss.

¹⁸⁶ Refere-se à Constituição da República Portuguesa de 1976, a qual foi objeto de várias revisões, nomeadamente em 1982, 1989, 1991, 1997, 2001 e 2004.

intimidade da vida privada¹⁸⁷.

Quer a CRP quer a CRGB, desde logo, nos respetivos preâmbulos, assumem compromissos sérios da proteção dos direitos fundamentais e, por conseguinte, tendo ambos reconhecidos que a soberania popular baseia-se na dignidade da pessoa humana, que todos os cidadãos são iguais perante a lei, e consagram os direitos à vida, à integridade física e moral, à identidade pessoal, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, e à reserva sobre a intimidade da vida privada, etc...

Não existe dúvida de que a garantia da dignidade humana é assegurada no âmbito dos direitos de personalidade e do núcleo duro dos direitos fundamentais, tendo sido, igualmente, equacionado como limite material da revisão de ambas as constituições as chamadas cláusulas pétrias¹⁸⁸. Quer isto significar que a constituição e próprio direito constitucional se justificam na medida da justa proteção que dão aos direitos fundamentais como garantias desses direitos e do apanágio da sua força vinculante¹⁸⁹.

Assim sendo, a CRP dedicou extenso catálogo que integra mais de uma centena de articulados sobre direitos fundamentais, v.g., direitos, liberdades e garantias. Por isso, podemos dizer que se trata de uma constituição sensível e generosa para com os direitos fundamentais. Com efeito, de certa forma, transmitiu este legado e experiência para a CRGB de 1984 e as constituições dos restantes países da CPLP.

¹⁸⁷ Cf. Heinrich Ewald Horster, *A Parte Geral do Código Civil Português – Teoria Geral do Direito Civil*, 2ª Reimp., Coimbra, Almedina, 2003, p. 304; José Joaquim Gomes Canotilho, *Estudos Sobre Direitos Fundamentais*, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, p. 194; Pedro Pais de Vasconcelos, *Teoria Geral do Direito Civil*, 7ª ed., Coimbra, Almedina, 2012, p. 35 e ss. Na Alemanha, atribui-se a responsabilidade da ténue evolução dos direitos de personalidade ao Savigny, por alguns considerado até defensor da tese negativista, porque demonstrou um ceticismo relativo a viabilidade dogmática da dimensão dos direitos de personalidade. Entretanto, já Puchat procurou encontrar uma explicação sobre a origem de um direito geral de personalidade, aquilatado como um poder pleno sobre a total determinação da pessoa humana.

¹⁸⁸ Testemunha Jorg Neuner que os direitos fundamentais apenas se afirmaram como um sistema e mecanismo de referência relevante para o direito privado primeiramente no decurso do séc. XX. Entretanto, no constitucionalismo do séc. XIX não existia esse paralelo e nem vinculação do legislador de direito privado aos direitos fundamentais enquanto direito subjectivo. Com efeito, atualmente, os direitos fundamentais não só situam numa relação de primazia em face do direito privado, servindo-se como complemento, acessório, referência e bitola de elaboração, qualificação, interpretação e aplicação do direito privado. Cf. Jorg Neuner, «A Influência dos Direitos Fundamentais no Direito Privado Alemão», in AA. VV., *Direitos Fundamentais e Direito Privado. Uma Perspectiva de Direito Comparado*, Coimbra, Almedina, 2007, p. 213 e ss.

¹⁸⁹ Cf. Jorge Bacelar Gouveia, *Manual de Direito Constitucional*, vol. II, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2007, p. 1007. Bem como os mecanismos da sua proteção e, neste sentido, defendemos a necessidade de um tribunal constitucional para defender a integridade da constituição e a garantia dos direitos fundamentais (Jorge Reis Novais, *Em Defesa do Tribunal Constitucional – Resposta aos críticos*, Coimbra, Almedina, 2014, p. 187 e ss).

A nova CRP, aprovada na sequência do retorno de Portugal à democracia, a partir de 25 de Abril de 1974, deu razões suficientes para se empreender a reforma substancial do Código Civil de 1966 em 1977¹⁹⁰, por virtude do reconhecimento, reforço e densificação dos direitos fundamentais na CRP, nomeadamente ligados aos direitos laborais, liberdade sindical, direito à greve, direito da família, liberdade da associação¹⁹¹, etc...¹⁹²

Neste sentido, seguindo as pisadas da CRP, o CC, no seu art. 70º, protege os direitos de personalidade quando dispõe que, “a lei protege os indivíduos contra qualquer ofensa ilícita ou ameaça de ofensa à

¹⁹⁰ Salientamos que a partir da reforma do Código Civil de 1966 operada em Portugal em 1977, a versão original do CC de 1966, em vigor até hoje, começou-se a distanciar das soluções constantes na versão original em vigor na ordem jurídica guineense (o Código Civil de 1966, aprovado por Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de Novembro de 1966 – mandado aplicar às províncias ultramarinas mediante a Portaria de extensão n.º 22869, do Ministério do Ultramar, de 4 de Setembro de 1967, Publicado no Suplemento ao Boletim Oficial n.º 38, de 25 de Setembro de 1967), permanecendo em vigor até hoje, no essencial, sem quaisquer alterações substanciais, não obstante as desactualizações das soluções aí consagradas, nomeadamente expressões dos valores pecuniários em escudo português, caducidades e revogações de grande partes de normas e soluções nele consagrados, sobretudo com a aprovação posterior das leis extravagantes e a entrada em vigor do Tratado da OHADA (Sublocado no Suplemento ao Boletim Oficial n.º 3, de 17 de Janeiro de 1994 – que publica a Resolução n.º 1/95, que aprova o Tratado da OHADA) e dos respetivos Actos Uniformes da OHADA (Publicados nos Suplementos ao Boletim Oficial n.º 38, de Setembro de 2005. Incluindo ainda os outros Actos Uniformes (AU), designadamente: AU Relativo à Contabilidade, Publicado no 5º Suplemento ao BO n.º 38, de 23 de Setembro de 2005; AU Relativo as Sociedade Comerciais AIE, Publicado no 2º Suplemento ao BO n.º 38, de 21 de Setembro de 2005; AU Relativo ao Contrato de Transporte de Mercadoria, Publicado no 3º Suplemento ao BO n.º 38, de 21 de Setembro de 2005; AU Relativo ao Direito de Arbitragem, Publicado no 4º Suplemento ao BO n.º 38, de 21 de Setembro de 2005), nomeadamente AU sobre o Direito Comercial Geral, AU sobre Organização das Garantias, AU sobre Direito das Sociedades Comerciais e dos Agrupamentos de Interesse Económico, etc... Cf. Januário Pedro Correia, «*Contributos Para Revisão do Código Civil – Parte Especial das Obrigações*», in AA. VV., *Estudos Comemorativos dos 20 Anos da Faculdade de Direito de Bissau*, vol. I, Faculdade de Direito de Bissau, 2010; Idem, «Plano de Insolvência no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa – CIRE. Concordatas no Acto Uniforme Para Organização dos Processos Colectivos de Apuramento do Passivo – AUOPCAP. Plano de Recuperação na Nova Lei de Falência Brasileira – LFB. Breve Estudo Comparado», in AA. VV., *Estudos sobre a OHADA*, Bissau, AAFDL, 2008, pp. 17-240. Idem, «A OHADA. O Federalismo Jurídico Africano...», *Conferência Proferida no II dia da OHADA*, FDB, Bissau (Texto em Publicação). Ver também Cláudia Alexandre dos Santos Madaleno, *Direito das Obrigações Guineense*, AAFDL, Lisboa, 2009; Idem, *Garantias das Obrigações no Direito Guineense e no Direito da OHADA*, Coimbra, Almedina, 2009. Ainda sobre o Tratado e atos únicos revistos, veja-se, Gaston Kenfack, «Le Traité OHADA Révisé», *Penant – Revue Trimestrielle de Droit African*, n.º 872, Jul/Sept, 2010, p. 305 e ss; Souleymane Toe, «Les Enjeux et les Perspectives du Traité OHADA Révisé», *Penant – Revue Trimestrielle de Droit African*, n.º 872, Jul/Sept, 2010, p. 357 e ss; Roger Masamba, «Avantages Comparatives des Actes Uniformes de L’OHADA», *Penant – Revue Trimestrielle de Droit African*, n.º 869, Oct/Déc, 2009, p. 489 e ss.

¹⁹¹ O exercício da liberdade de associação encontra-se então regulado pelo DL n.º 594/74, de 7 de Novembro, depois reforçado pelo art. 46º da Constituição da República de 1976.

¹⁹² Cf. Jorge Miranda, *Manual de Direito Constitucional*, Vol. IV – Direitos Fundamentais, 3ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 99 e ss.; José Carlos Vieira de Andrade, *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 3ª ed., Coimbra, Almedina, 2004, p. 171 e ss.; José Joaquim Gomes Canotilho, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7ª ed., Coimbra, Almedina, 2003, p. 398 e ss.

sua personalidade física ou moral”; o art. 80º dispõe sobre o direito à reserva da intimidade da vida privada; o art. 71º prevê a necessidade de proteção dos direitos de personalidade depois da morte do respetivo titular, consubstanciada numa espécie de prolongamento excecional da personalidade jurídica além-morte do indivíduo em causa; entretanto, no art. 81º admite a possibilidade de restrição voluntária ou negocial do conteúdo e extensão dos direitos de personalidade, contando que não seja contrária à ordem pública, e as limitações são livremente denunciadas¹⁹³.

Referente à proteção dos direitos de personalidade, na sua vertente de direitos pessoais, o CC mantém uma relação de submissão e de subsidiariedade em relação a CRP, situando-se hierarquicamente num patamar inferior.

Em matéria de consagração e tutela legal dos direitos de personalidade, assinala-se que o legislador fez a enunciação exemplificativa, na qual se insere o direito à reserva sobre a intimidade da vida privada¹⁹⁴, art. 80º CC e art. 26º/1 da CRP. Com efeito, a propósito do art. 26º, n.º 1 da CRP, escreve J.J. Almeida Costa que

“não se afigura que o facto de a Constituição acolher e consagrar a existência de um direito geral de personalidade (... que apela à dignidade da pessoa humana), possa autorizar a conclusão de que todo e qualquer ato praticado pela pessoa deva considerar-se como um direito especial de personalidade cabendo, por isso, no direito geral», ainda enfatiza que, (...) direito a proteger, porque tem de relacionar-se com a dignidade da pessoa humana, tem ele mesmo de possuir um mínimo de dignidade

¹⁹³ Sobre a história e a evolução dos direitos de personalidade e a experiência portuguesa, vide António Menezes Cordeiro, *Tratado de Direito Civil*, Tomo IV, 3ª ed., Coimbra, Almedina, 2011, p. 56 e ss. Contudo, assinala-se que no antigo CC de Seabra de 1867 consagravam-se os direitos originários, enquanto tais, entendidos como direitos que resultam da própria natureza do homem, e que a lei reconhece e protege como fonte e origem dos demais direitos... Todavia, ainda em Portugal, abriu-se aceso debate na primeira metade do século XX sobre a legitimidade dos direitos de personalidades, associados às críticas e inconvenientes trazidos pela consagração dos direitos originários no CC de Seabra, nomeadamente perfilhando a tese negativista dos autores Guilherme Moreira, José Tavares e Cabral de Moncada, por se declinarem à legitimação dos direitos de personalidade, e a tese positivista defendida por autores como Cunha Gonçalves, Manuel de Andrade, Paulo Pitta Cunha e Pires de Lima e Antunes Varela, que vieram a apoiá-la. Igualmente, a jurisprudência portuguesa seguiu os mesmos passos da doutrina, tendo-se interessado mais tarde pelo tema dos direitos de personalidade, das mais recentes às mais antigas, assim refira-se o Ac. do STJ, de 17 de Dezembro de 2009 (Oliveira Rocha) – Proc. 4822/2006, relativo à questão dos direitos à intimidade e à imagem e também o Ac. RLx, de 28 de Novembro de 2001 (Rodrigues Simões), CJ XXVI, 5, 138 - 143 – com voto vencido: Cotrim Mendes, relativo ao direito à intimidade, entendido neste caso não haver a respetiva tutela; e vai até à aferição do direito de personalidade na situação de inclusão do cliente do banqueiro em lista de risco pelo Ac. RLx, de 15 de Março de 2000 (Marcolino de Jesus), CJ XXV, 2, 90-92.

¹⁹⁴ A expressão *direito de privacidade* ou *right privacy* é de origem americana, através de uma identificação com *right to be alone*. Ainda, veja-se sobre distinção entre a vida privada ou a privacidade e a reserva da vida privada, José de Oliveira Ascensão, *Direito Civil - Teoria Geral – Introdução as Pessoas e os Bens*, Vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 1997, pp. 108-112.

(...)»¹⁹⁵.

Enfim, clamam as constituições, nomeadamente portuguesa e guineense, que a existência de um Estado de Direito deve assentar no escopo da preservação e proteção intensa da dignidade da pessoa humana, sobretudo por poderes públicos constituídos, o respeito absoluto às liberdades individuais e à esfera de privacidade individual. Permitindo assim que cada pessoa sinta respeitada na sua liberdade e nos valores a escolher e a pautar a sua vida, bem como desenvolver a sua personalidade. Portanto, neste sentido, a privacidade, tal qual a liberdade, constituem a *conditio sine qua non* para a plena realização e desenvolvimento da pessoa humana na sua múltipla dimensão, nomeadamente social, económica, moral, religiosa, etc...

Uma vez encarado o sigilo bancário como instrumento eficaz de proteção de interesses privados e públicos, nomeadamente ligados à proteção do interesse do desenvolvimento económico e social, e ligado à confiança, garantia de formação e da captação e segurança das poupanças, a sua proteção na nossa ordem jurídico - constitucional imprime, sem dúvida, acentuada dinâmica das relações económicas, circulação de riquezas, favorece o aforro, a expansão e o desenvolvimento da profissão e da atividade bancária¹⁹⁶.

Portanto, os direitos fundamentais correspondem a situações jurídicas ativas que beneficiam pessoas, exercidas por contraposição ao Estado-poder, positivadas no texto constitucional, suscetível de assumir as seguintes vertentes¹⁹⁷:

¹⁹⁵ Cf. J. J. Almeida Costa, *Constituição da República Portuguesa Anotada – Com os Acórdãos do Tribunal Constitucional e Lei do Tribunal Constitucional*, 6ª ed., Coimbra, Almedina, 2005, p. 164.

¹⁹⁶ Assim impulsiona o sistema de crédito como fulcro da vida económica moderna, sem olvidar da acumulação da poupança, à estabilidade monetária, ao financiamento dos investimentos privados, a necessidade de proteção e ao reforço do comércio internacional, de facto, atualmente, incluídos na atividade bancária. A banca moderna, igualmente, constitui um instrumento essencial de propulsão do desenvolvimento, sobretudo pela transformação do aforro individual em utilidade económica e eficiência social, na promoção e incremento das inovações e dos progressos tecnológicos. Cf. Alberto Luís, «O Segredo Bancário em Portugal», *Revista da Ordem dos Advogados*, n.º 41, 1981, p. 463; Anselmo da Costa Freitas, «Sigilo Bancário», *op. cit.*, p. e ss.; Astolfo Di Amato, *Il Segreto Bancario*, Edizioni Scientifiche Italiane, Pubblicazioni della Scuola de Aperfezionamento in Diritto Civile dell'Università de camerino, 1979, p. 11 e ss. Por último, neste sentido, veja-se o Parecer da Procuradoria-Geral da República n.º 138/83, Livro n.º 62, publicado no DR, II Série, n.º 84, de 11 de Abril de 1985.

¹⁹⁷ Para mais informações sobre os direitos fundamentais, seu conceito, evoluções, classificações e a determinação dos seus objetos e conteúdos, veja-se, Jorge Miranda, *op. cit.*, pp. 77 e 137 e ss; Marcelo Rebelo de Sousa, *Direito Constitucional I*, Lisboa, Lex ed., 1999, p. 170 e ss; José Joaquim Gomes Canotilho, *op. cit.*, p. 393 e ss.; José Carlos Vieira de Andrade, *op. cit.*, p. 177 e ss.; José Manuel Sérvulo Correia, *Direitos Fundamentais – Sumários Desenvolvidos*, Lisboa, AAFDL, 2012, p. 43 e ss.; Jorge Bacelar Gouveia, *Os Direitos Fundamentais Atípicos*, Lisboa, Editorial Notícias, 1995, p. 293 e ss. João Caupers, *Direitos Fundamentais dos Trabalhadores e a Constituição*, Coimbra, Almedina, 1985, p. 146 e ss.

1ª Vertente subjetiva – referentes às pessoas titulares desses direitos, que podem opôr e exercê-los contra o Estado.

Por seu turno, a vertente dos direitos fundamentais subjetivos pode assumir várias configurações, em razão da sua contextura, designadamente:

- Dos direitos fundamentais individuais ou institucionais, conforme sejam titulados por sujeitos pessoas físicas (v.g., direito à vida, à integridade, à intimidade, etc...), ou titulados por uma pessoa coletiva (v.g., direitos das associações religiosas, políticas, etc...).
- Direitos fundamentais comuns e particulares, conforme beneficiam todas as pessoas, ou apenas certas categorias de pessoas.

2ª Vertente objetiva – Comporta objetos e conteúdos de direitos fundamentais, que são vantagens ou posições ativas patrimoniais e pessoais conferidas por lei às pessoas.

3ª Vertente formal – importa o reconhecimento e a consagração desses valores e vantagens ao nível da lei fundamental, enquanto escalão máximo da ordenação jurídica interna.

2.2. Na antiga Roma

Na antiga Roma vincava a concepção de uma sociedade individualista, em que a honra pessoal era socialmente considerada. Assim sendo, a personalidade já beneficiava, desde então, de uma intensa proteção da Lei das XII Tábuas, nomeadamente, previa no seu articulado 8, 4, que uma *iniuria* daria azo a pagamento de uma multa de 25 ás, a incluir, segundo os juristas daqueles tempos, o insulto ou a diminuição verbal da contraparte, bem como a ofensa corporal leve, designadamente uma bofetada, como facto causal de ilicitude que integrava a *iniuria a contumelia*¹⁹⁸.

¹⁹⁸ Com o decurso do tempo, o Pretor entendeu por bem prever uma nova *actio iniuriarum*, conferindo ao Juiz o poder de fixar a sanção pecuniária mediante a ponderação que se faça de cada caso em concreto. Com isto, entretanto, procurou resolver o problema da ineficácia e desvalor da norma então prevalecente com o decurso do tempo, sobretudo com a desvalorização de moeda, servindo-nos de um caso curioso, transmitido por Aulus Gellius, que ilustrou a inconveniência da manutenção da então lei que protegia a pessoa, retratando um caso de um certo L. Veratius, que teve o prazer de dar uma bofetada em cada pessoa que encontrasse pelo caminho, em contrapartida oferecia a pagar uma indemnização com o dinheiro que o seu escravo trazia carregado na sua companhia para o efeito, disto para cada bofetada só teria que pagar uma quantia equivalente a centavos. Veja-se, Tiziana Chiusi, «A Dimensão Abrangente do Direito Privado Romano. Observações sistemáticos - teóricas sobre uma ordem jurídica que não conhecia Direitos Fundamentais», in AA. VV., *Direitos Fundamentais e Direito Privado: Uma Perspectiva de Direito Comparado*, Coimbra, Almedina, 2007, p. 25 e ss.

2.3. Nas codificações clássicas. Sistema Francês/Alemão

Constitui um exemplo típico as experiências francesa e alemã, nas quais se faziam sentir a presença dos direitos de personalidade, sobretudo quando o Código de Napoleão, no seu livro I, art. 8º, referente as pessoas, dispunha que todos os cidadãos franceses gozam de direitos civis, já nos princípios do séc. XX os direitos de personalidade foram integrados na proteção do *Code Civil*, embora se centrasse, principalmente, nos aspetos patrimoniais; mais tarde, a partir dos anos setenta do séc. XX, a lei francesa (Lei Nº 70 – 643, de 17 de Julho de 1970, art. 9º)¹⁹⁹ passou a reportar a forma e o conteúdo dos direitos de personalidade na sua múltipla faceta de direito à imagem, à honra, direito à dignidade, e o princípio do respeito pela vida privada das pessoas, oponíveis *erga omnes*, não patrimoniais, inalienáveis, intransmissíveis, imprescritíveis e nem passível de representação²⁰⁰.

A Declaração dos Direitos do Homem saída da Revolução Francesa de 1789, na mesma linha seguida pelo Código de Napoleão, elegeu a pessoa humana como “fim” do Estado, permitindo assim que as pessoas passassem a ser reconhecidas como verdadeiras destinatárias do Direito e da configuração dos direitos da personalidade, que integram direitos à integridade física, moral, intelectual, caracterizados, em conjunto, pela necessidade de proteger a dignidade da pessoa humana e seus atributos essenciais. Assim, podemos considerar que a integridade moral traduz-se na proteção jurídica da pessoa, no tocante à sua honra, liberdade, preservação da intimidade da vida privada e da indiscrição alheia. Assim, o direito de intimidade corresponde o dever de sigilo profissional, e o sigilo bancário constitui, desta forma, uma subespécie dentro do género do dever de sigilo profissional. Neste sentido, ainda no sistema francês, desde cedo, um “*règlement*” previa que: “*attendu que le secret est absolument nécessaire dans les negociations de banque, change, commerce et finances...il est convenu que le secret des negociation ne pourra être revelé...*”.²⁰¹

Na Alemanha a discussão sobre direitos de personalidade já teve a sua fase de maturidade e de reconhecimento pleno. Entretanto, o *Bürgerliches Gesetzbuch* (BGB) – Código Civil Alemão – permanecia tímido na sua consagração, referindo-se apenas o direito ao bom nome.

Não obstante este quase vazio legislativo sobre a matéria dos direitos de personalidade na Alemanha, estes passaram a conhecer grande labor e desenvolvimento *jus* científico, sobretudo depois da entrada em vigor do BGB. Em consequência desta omissão no BGB, deu azo a uma maior discussão e maturidade, nomeadamente através de uma série de decisões do *Bundesgerichtshof* (BGH) – Tribunal

¹⁹⁹ Cf. Jean Carbonnier, *Droit Civil I/Les Personnes*, 21ª ed., Paris, PUF, 2000., pp. 148-150 e 165-167.

²⁰⁰ E. H. Perreau, *Des Droits de La Personnalité*, Paris, L. Larose/L. Tenin, 1909, pp. 501-536.

²⁰¹ Nessa mesma época histórica, em Portugal, um Alvará de 16 de Dezembro de 1756, proclamava, igualmente, que “*o segredo é alma do comércio*”.

de Justiça Federal – e do *Bundesverfassungsgericht* (BVerfG) – Tribunal Constitucional Federal – e, por esta via, estabeleceu-se uma maior proteção do direito de personalidade.

Entretanto, no sistema do direito alemão, os direitos fundamentais passaram a beneficiar de uma forte relevância jurídica privada a partir da Constituição da República de Weimar de 11 de Agosto de 1919, garantindo, por isso, particularmente, a autonomia privada e a propriedade privada, abrindo assim a oportunidade para o reconhecimento dos novos direitos económicos e sociais, entre outros²⁰².

Com efeito, o enquadramento da proteção do sigilo bancário, no âmbito da lei magna alemã, enquanto direito de personalidade, parece galgar espaço no setor importante da doutrina²⁰³.

2.4. No sistema brasileiro

Conforme nos diz Ingo Wolfgang Sarlet, apenas através da promulgação da Constituição Federal Brasileira em 05/10/1988²⁰⁴, depois de aproximadamente vinte anos de regime militar, é que a constituição e os direitos fundamentais passaram a ser novamente levado a sério, como fonte primeira e vinculativa do Direito²⁰⁵. Com efeito, a Constituição Federal consagrou, no seu Título II (Direitos e Garantias Fundamentais), extensas disposições jurídicas relativas à proteção dos direitos fundamentais, entre os quais se destaca a dignidade da pessoa humana, elevada como fundamento, tendo a República

²⁰² Cf. Jorg Neuner, «A Influência dos Direitos...», p. 217. As experiências: alemã, francesa e europeia em geral, deram um enorme impulso ao reconhecimento e à consagração dos direitos de personalidade. Assim, o CCiv austríaco considera que o ser humano tem direitos inatos, evidenciados pela razão, devendo, por isso, ser considerado como pessoa. Igualmente, o CC suíço garante a proteção da personalidade perante terceiros.

²⁰³ Hans-Peter, *op. cit.*, pp. 533 e 54.

²⁰⁴ Cf. Ingo Wolfgang Sarlet, «Anotações ao Título II dos Direitos e Garantias Fundamentais», *Comentários à Constituição do Brasil*, Coimbra, Almedina, 2013, p. 183 e ss; Inocêncio Mártires Coelho, «Evolução do Constitucionalismo Brasileiro Pós-88», *Comentários à Constituição do Brasil*, Coimbra, Almedina, 2013, p. 61 e ss; Paulo Bonavides e Paes de Andrade, *História Constitucional do Brasil*, Brasília, OAB Editora, 2002, p. 37 e ss; Ricardo Lobo Torres, «A Constituição e a Teoria dos Direitos Fundamentais», *20 Anos da Constituição Cidadã de 1988 – Efetivação ou impasse institucional?* Rio de Janeiro, Editora Forense, 2008, p. 271 e ss; e Gilberto Bercovici, «Dignidade da Pessoa Humana e a Constituição Económica de 1988», *20 Anos da Constituição Cidadã de 1988 – Efectivação ou impasse institucional?* Rio de Janeiro, Editora Forense, 2008, p. 319 e ss.

²⁰⁵ Cf. Ingo Wolfgang Sarlet, «A Influência dos Direitos Fundamentais no Privado. O Caso Brasileiro», in AA. VV., *Direitos Fundamentais e Direito Privado: Uma Perspectiva de Direito Comparado*, Coimbra, Almedina, 2007, p. 120 e ss. Ainda sobre a eficácia dos direitos fundamentais em geral, veja-se, Ingo Wolfgang Sarlet, *A Eficácia dos Direitos Fundamentais – Uma Teoria Geral dos Direitos Fundamentais na Perspectiva Constitucional*, 11ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2012, p. 58 e ss.

Federativa do Brasil, consagrado no seu art. 5º, inciso X²⁰⁶, que:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros, e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade”, continuando a estabelecer no seu inciso X que, “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indemnização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

Com efeito, torna-se inequívoco realçar que a Constituição brasileira assegura a inviolabilidade da intimidade da vida privada, da honra e da imagem das pessoas e, por conseguinte, o direito à indemnização por violação destas. Assim o direito fundamental à intimidade e privacidade inclui, no seu núcleo essencial, a esfera económica individual²⁰⁷.

A privacidade nos assuntos económicos impede que outras pessoas, sejam elas privadas ou públicas, tenham acesso às informações do indivíduo. Com efeito, o direito ao sigilo bancário, portanto, deriva dessa proteção constitucional, sendo indiscutível que o cidadão deve ser protegido contra invasões à sua privacidade no que tange às suas operações bancárias e financeiras, direito esse fundamental e que somente sofre limitações quando presente a situações de interesse público (para fins de investigação de ilícitos administrativos e penais, de supervisão do sistema financeiro, de atuação fiscal, entre outros). Estas limitações ao direito individual justificam o acesso do Estado aos dados privados económicos, mas essa interferência deve sempre ser realizada de forma proporcional, pelos meios necessários, adequados e que produzam a menor lesão a esse direito fundamental. O regime de exceções e limitações a esses direitos (intimidade e privacidade) é geralmente amplo e enfático quando se refere a assuntos de segurança e defesa públicas. Razões de segurança e defesa do Estado em regra justificam e legitimam as exceções mais abrangentes ao direito à privacidade dos dados económicos pessoais²⁰⁸.

²⁰⁶ Cf. Cf. José Adércio Leity Sampaio, «Anotações ao Art.5º, X – 6. Direito à Vida Privada, 7. Direito à Intimidade», Comentários à Constituição do Brasil, Coimbra, Almedina, 2013, p.276 e ss. Ao qual defende que o direito à intimidade é um direito de estar só e de manifestação de liberdade.

²⁰⁷ Sobre a constitucionalização do direito privado, veja-se, Marcelo Barbosa Sacramone, «Responsabilidade dos Bancos por Emissão de Cheques sem Fundos», in AA. VV., *Direitos Fundamentais e Direito Privado: Uma Perspectiva de Direito Comparado*, Coimbra, Almedina, 2007, 473 e ss.; Ricardo Felício Scaff, «Responsabilidade das Instituições Bancárias», in AA. VV., *Direitos Fundamentais e Direito Privado: Uma Perspectiva de Direito Comparado*, Coimbra, Almedina, 2007, p. 345 e ss.

²⁰⁸ Por exemplo, na Argentina, os direitos humanos e direitos fundamentais ganharam um novo patamar garantístico com a revisão constitucional de 1994. Com efeito, a lei fundamental da Argentina passou a densificar os direitos fundamentais, bem como o âmbito das suas proteções jurídicas, entre os quais vem reforçar os direitos da saúde, do consumidor, etc... Cf. Christian Courtis, «La Eficacia de los Derechos Humanos en las Relaciones entre Particulares», in AA. VV., *Direitos Fundamentais e Direito Privado: Uma Perspectiva de Direito Comparado*, Coimbra, Almedina, 2007, p. 102.

Enfim, por esta razão, a Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 é denominada na literatura jurídica brasileira de Constituição Cidadã, no sentido de reforçar a proteção dos direitos fundamentais, bem como o mecanismo de suas execuções e a elevação ao mais alto nível do valor da cidadania, v.g., os direitos humanos e a dignidade da pessoa humana, como valores fundamentais da sociedade, de cuja proteção e garantia traduzem na legitimidade e conformação de qualquer Estado de direito e democrático.

Em geral, a proteção do sigilo bancário, enquanto valor amplamente inserido no âmbito da privacidade e intimidade da vida privada do indivíduo, esteve sempre patente nas Constituições brasileiras desde 1824. Todavia, reconhece-se que durante a vigência da ditadura militar, o conteúdo essencial dos direitos fundamentais era praticamente vago e nulo. Com efeito, na Constituição de 1824, o art. 179º, inciso XXVII, previa, “A inviolabilidade dos Direitos Cíveis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte. XXVII. O Segredo das Cartas é inviolável. A Administração do Correio fica rigorosamente responsável por qualquer infração deste Artigo”.

Em 1891, a nova Constituição Federal, no seu art. 71º, parágrafo 18, voltou ao tema, tendo prescrito a proteção e a inviolabilidade dos direitos de liberdades, segurança individual e da propriedade e que o sigilo da correspondência é inviolável.

Já em 1934, a Constituição reitera, mais uma vez, no seu art. 134º, inciso 8º, e art. 113º-A, o compromisso do Estado brasileiro na defesa da inviolabilidade dos direitos da liberdade, da subsistência, da segurança individual e da propriedade e que o sigilo da correspondência é inviolável.

Na mesma linha evolutiva da constituição precedente, a Constituição de 1946 voltou a proteger os direitos fundamentais, bem como reiterar a inviolabilidade do sigilo da correspondência, no seu art. 141º, parágrafo 6º.

A Constituição de 1967, art. 150º, parágrafo 9º, não trouxe grandes novidades em relação às anteriores, senão procurar ampliar um pouco a regra de proibição e da inviolabilidade da correspondência e do sigilo das comunicações telegráficas e telefônicas.

Na mesma linha evolutiva seguiu o atual CC brasileiro de 2002, em que se densificou o tratamento da matéria dos direitos de personalidade no seu Capítulo II, tendo consagrado a partir dos arts. 11º-21º as manifestações dos direitos de personalidade, com destaque para o direito sobre a intimidade da vida privada.

2.5. O sistema da Declaração Universal dos Direitos do Homem – DUDH

A temática da preservação e da proteção da reserva à intimidade da vida privada, inserida amplamente no âmbito da tutela da personalidade individual e da dignidade da pessoa humana, não escapou à *longa manus* da Declaração Universal dos Direitos do Homem – DUDH, no sentido de impor aos Estados a obrigação de respeitarem esse valor como fundamento do próprio Estado que se pretende de Direito, democrático e justo. Com efeito, estabelece no seu art.º 12º que ninguém deve sujeitar-se a “*intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência*”, assim como “*contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a proteção da lei*”²⁰⁹. Portanto, impendem aos próprios Estados respeitarem esses direitos, igualmente impõe-se-lhes as suas proteções contra intromissões arbitrárias de terceiros²¹⁰.

3. Caso particular da reserva sobre a intimidade da vida privada na CRGB

Na ordem jurídica guineense, a constitucionalização do direito privado, no âmbito dos direitos fundamentais, encontra-se espelhada na constituição de 1984, após referência aos princípios e propósitos estruturantes do Estado, entre os quais se destaca a dignidade humana²¹¹, particularmente considerada como fundamento e legitimidade da República da Guiné-Bissau²¹². Em seguida, introduz-se na tipificação formal de alguns direitos fundamentais, bem como nas relações diretas que estabelecem com o direito privado, v.g., do direito à honra, integridade física e moral, à intimidade, à imagem, ao direito de propriedade, ao direito à vida, à herança, à proteção da família, do casamento e

²⁰⁹ Correspondente a norma do art.4º da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Carta de Banjul). Resulta do art.6º do Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos, que “*O direito à vida privada é inerente à pessoa humana (...)*”. Para mais informações sobre os textos internacionais referentes aos direitos humanos na Guiné-Bissau, veja-se: UNOGBIS, Manual dos Direitos Humanos, Bissau, 2003.

²¹⁰ De igual modo, a jurisprudência europeia tem vindo a concretizar os diversos Direitos Fundamentais consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais da UE, tais como a dignidade e a liberdade da pessoa, o respeito pela privacidade, a proteção dos dados pessoais, etc. Cf. António Menezes Cordeiro, *Direito Europeu das Sociedades*, Coimbra, Almedina, 2005, p. 47 e ss.

²¹¹ Sobre o conceito e sentido da dignidade da pessoa humana, veja-se: Maria Celina Bodin de Moraes, «O Conceito de Dignidade Humana: Substrato axiológico e conteúdo normativo», in AA. VV., *Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado*, 3ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 11 e ss.

²¹² Cf. Eugénio Facchini Neto, «Reflexões Histórico-evolutivas sobre Constitucionalização do Direito Privado», in AA. VV., *Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado*, 3ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 37 e ss.

igualdade entre os filhos, etc, conforme arts. 24 e ss. e 44º e ss., da CRGB²¹³.

Com efeito, cada vez mais o poder constituinte alarga o perímetro da regulação e intervenção para o setor do direito privado e neste sentido, o direito constitucional guineense não ignora a preservação da privacidade individual e da prossecução dos valores legais e constitucional. Assim sendo, o art. 44º, n.º 1, da CRGB, afirma que “*a todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, à capacidade civil, à cidadania, ao bom-nome e reputação, à imagem, à palavra e à reserva da intimidade da vida privada e familiar*”.

Assim a norma *subjudice* da nossa CR segue a mesma solução da norma do art. 26º/1 da CRP, a qual apresenta um conteúdo bastante fluído e indeterminado, carecendo, por isso, de determinação, uma vez que não estabelece o conteúdo e alcance do direito à reserva à intimidade, nem define o que se deva entender por intimidade ou privacidade como bem jurídico constitucionalmente protegido²¹⁴.

Para fixação do conteúdo desta norma constitucional, sobretudo na parte que toca “*à reserva da intimidade da vida privada e familiar*”, servimo-nos da feliz interpretação dos autores portugueses,

²¹³ A Constituição instituidora do Estado da Guiné-Bissau foi adotada pelo poder constituinte reunido na Assembleia Nacional Popular em Madina de Boé em 24 de Setembro de 1973, proclamando um novo Estado independente, *de jure*, como Estado soberano e democrático, que procurava combinar modelos de organização socialista, mas sem ignorar e nem fechar as portas aos modelos capitalistas. A primeira constituição guineense de 1973 previa, de entre seus parcos articulados (58 articulados), um capítulo dedicado à proteção dos direitos, liberdades e deveres fundamentais (arts. 11º a 22º). Para mais informações sobre as vicissitudes políticas e constitucionais na República da Guiné-Bissau, em particular a constituição abortada de 1980, a aprovação da CRGB de 1984, a transição constitucional para a CR de 1993 pelas Leis Constitucionais n.ºs 1/91, 2/91, 1/93, 1/95, 1/96 e 1/97, visando a formulação de uma nova constituição material, no entanto, sem prejudicar a vigência oficial e formal da CRGB de 16 de Maio de 1984, bem como Estados de Exceções traduzidas no Acordo de Abuja de 1998, o Pacto de Transição de 1999 e a Carta de Transição de 2004, veja-se: António E. Duarte Silva, *Invenção e Construção da Guiné-Bissau – Administração Colonial, Nacionalismo, Constitucionalismo*, Coimbra, Almedina, 2010; Idem, «O Constitucionalismo da Guiné-Bissau (1973-2005)», in AA. VV., *Estudos em Memória do Conselheiro Luís Nunes de Almeida*, Coimbra, Coimbra Editora, 2007; Juliano Fernandes, «Compatibilização da Carta de Transição Política com a Constituição da República», *Boletim da Faculdade de Direito de Bissau*, n.º 8, Bissau-Lisboa, CEARL/AAF DL, s.d.; Maria de Lurdes Alexandre Ferreira, *Pluripartidarismo e Reemergência no Nacionalismo na Guiné-Bissau*, Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE, 2004; Onofre dos Santos, *Um Soriso para a Democracia na Guiné-Bissau*, Lisboa, Pac - Artes Gráficas, 1996; Raúl Mendes Fernandes, «Processo democrático na Guiné-Bissau», *Soronda – Revista de Estudos Guineense*, n.º 17, Janeiro, 1994; Jorge Carlos da Fonseca, «Do regime de partido único à democracia em Cabo-Verde: as sombras e a presença da Constituição Portuguesa de 1976», *Thémis*, Revista da Faculdade de Direito da UNL, Lisboa, 2006; Filipe Falcão Oliveira, *Direito Público Guineense*, Coimbra, Almedina, 2005; Jorge Reis Novais, *Tópicos de Ciência Política e Direito Constitucional Guineense*, Lisboa, AAF DL, 1996. Para mais informações sobre o quadro jurídico constitucional guineense, veja-se Filipe Falcão Oliveira, *Direito Público Guineense*, Coimbra, Almedina, 2005, p. 112 e ss.

²¹⁴ Neste sentido veja-se Acórdão do Tribunal n.º 355/97, p.7 e ss., Por força do art. 26º da CRP, ainda o TC se pronunciou sobre a inconstitucionalidade orgânica das normas do decreto do Governo sobre a criação de ficheiros de registos oncológicos. Igualmente, neste sentido, veja-se o já citado Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 278/95.

José Joaquim Gomes Canotilho e Vital Moreira²¹⁵, relativa à interpretação da norma do correspondente art. 26º, n.º 1, da CRP. A partir da qual podemos, igualmente, concluir que, a norma do art. 44º, n.º 1, *in fine*, da CRGB, compreende duas aceções fundamentais, como sejam:

- a) do direito a impedir o acesso de estranhos a informações sobre a vida privada e familiar;
- b) do direito a que ninguém divulgue as informações que tenha sobre a vida privada e familiar de outrem.

Podemos configurar e ajustar nesta segunda dimensão, em abstrato, a consagração e enquadramento do dever de guardar o sigilo bancário, enquanto concretização deste valor jurídico e constitucionalmente protegido, atendendo aos fins prosseguidos pelo sistema financeiro, bem como a proteção da privacidade, do valor da dignidade da pessoa humana, à intimidade e salvaguarda da esfera jurídico privada. Visando, igualmente, vedar que esta seja invadida através de intromissão alheia²¹⁶.

No entanto, considera-se complexa a determinação do critério decisivo para se apurar a distinção entre a dimensão da vida privada e familiar - que goza de reserva de intimidade - e a dimensão sujeita a publicidade. Deve-se distinguir entre o que é abrangido na esfera pessoal íntima - absolutamente protegido, que o caracteriza a esfera privada simples - relativamente protegido, apesar de se poder ceder quando se conflitua com outro interesse ou valor público relevante. Deste modo, a determinação da dimensão normativa da reserva relativa à intimidade da vida privada e familiar deverá ser definida com base num conceito de vida privada que tenha em consideração a referência civilizacional face a três aspetos: o respeito pelos comportamentos; o respeito pelo anonimato; e o respeito pela vida relacional²¹⁷.

Neste sentido, os bancos devem zelar pela defesa e discrição dos atos privados ligados às operações dos seus clientes, tendo a finalidade de estabelecer o crédito mas igualmente a confiança. Este fator é muito importante, sobretudo em países como a Guiné-Bissau, em que a população ainda teme a exposição que a aderência a um banco proporciona, demonstrando perante a sociedade o seu poder económico, associado, na maioria dos casos, à corrupção, mas também à sua intranquilidade fundada

²¹⁵ Cf. José Joaquim Gomes Canotilho e Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada I*, Coimbra, Editora Coimbra, 2007, p. 467 (Anotações ao art. 26º da CRP).

²¹⁶ Neste sentido José Maria Pires conclui que alguns outros direitos fundamentais, igualmente, tutelados pela Constituição, fazem papel de garantes, i.e., são direitos fundamentais instrumentais porque visem caucionar a consecução de outros direitos, tais como ao direito de inviolabilidade do domicílio e da correspondência, da proibição de tratamento informático de dados pessoais referentes à vida privada, nas quais se incluem a garantia da proteção do sigilo profissional bancário e o dever geral de reserva das cartas confidenciais e demais papéis pessoais, arts. 75º a 78º, CC. Sem olvidar ainda que a nossa CRGB incumbe a lei ordinária de garantir a efetiva proteção a esse direito, nomeadamente através da proibição e penalização da devassa da vida privada, incriminalização da violação do sigilo profissional, e da colheita de dados sobre ela. José M. Pires, *Dever de Segredo...*, op. cit. p. 23.

²¹⁷ Cf. *Ibidem*, p. 223.

na perseguição dos seus magros rendimentos levados à conta bancária.

O sigilo bancário transmite confiança aos clientes e deste modo estes podem movimentar o seu capital sempre que necessitarem. Num mundo cada vez mais capitalista, esta função dos bancos torna-os gradualmente mais capitalizados, prosperando o sector financeiro e os investimentos, o que justifica o posicionamento jurídico - constitucional sobre a questão do sigilo bancário e o sistema financeiro em geral. Na Guiné-Bissau a organização, funcionamento dos bancos e sistema financeiro em geral está delegado à UMOA e UEMOA. É fundamental que o legislador nacional ou constitucional seja muito cauteloso para não quebrar o tratado, atos e regulamentos da UEMOA já que, neste em particular, a CRGB dedicou poucas normas a este respeito, dado que esta é omissa em relação à matéria do sistema financeiro.

Todavia, a CRGB abre excepcionalmente possíveis restrições do direito à reserva da intimidade da vida privada, quando dispõe no artigo 30º que

“1 - Os preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias são directamente aplicáveis e vinculam as entidades públicas e privadas. 2 - O exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais só poderá ser suspenso ou limitado em caso de estado de emergência, declarados nos termos da Constituição e da lei. 3 - **As leis restritivas de direitos, liberdades e garantias têm carácter geral e abstrato, devem limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos e não podem ter efeitos retroactivos, nem diminuir o conteúdo essencial dos direitos**”.

A restrição e a correspondente derrogação do conteúdo dos direitos fundamentais nela consignada devem obedecer ao princípio de necessidade, proporcionalidade e da adequação para salvaguardar outros direitos ou interesses protegidos. Somente devem ser adotadas na justa medida do necessário para garantir e alcançar o fim desejado sem violentar nem ignorar outros direitos fundamentais situados no mesmo patamar²¹⁸.

Deste modo, uma vez considerados os pressupostos da CRGB, nomeadamente do n.º 3, do art. 30º, sob forma de lei formal da Assembleia Nacional Popular (ANP) - visto que nos termos do art.86º, al. k), da CRGB, a questão do direito fundamental de liberdade e garantia, constitui a matéria de exclusiva competência da ANP -, o dever de sigilo bancário poderá sucumbir em detrimento dos seguintes

²¹⁸ Sobre as concretizações destes princípios à luz da CRP, no seu art. 18º, veja-se Jorge Reis Novais, *As Restrições aos Direitos Fundamentais não Expressamente Autorizadas pela Constituição*, Coimbra, Almedina, 2010, p. 727; Vitalino Canas, «O princípio da proibição do excesso na constituição: arqueologia e aplicações», in Jorge Miranda (org), *Perspectivas Constitucionais – 20 anos da Constituição de 1976*, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, 1997, p. 323 e ss.; Noel Gomes, *Segredo Bancário e Direito Fiscal*, op. cit. p. 340 e ss.

valores que, constituem, por si, pressupostos autónomos para fundamentar e alicerçar a ordem judicial do levantamento e quebra do sigilo bancário pautada nos critérios legais e constitucionais, i.e., da exclusão da ilicitude pela quebra do sigilo bancário, e em consideração ao princípio de proporcionalidade:

- i. Manutenção do regular funcionamento do sistema financeiro e das instituições bancárias, no âmbito do Direito Bancário;
- ii. Descoberta da verdade e da realização da justiça, mediante formas de colaboração com a justiça bem definida e concretizada pela lei;
- iii. Combate ao crime, sobretudo crime transnacional, v.g., branqueamento de capital, tráfico e financiamento ao terrorismo;
- iv. Justiça fiscal ou tributária, assente na luta contra a evasão e fraude fiscal²¹⁹.

Dita ainda o art. 35º da CRGB, que *“Nenhum dos direitos e liberdades garantidas dos cidadãos pode ser exercido contra a independência da Nação, a integridade do território, a unidade nacional, as instituições da República e os princípios e objectivos consagrados na presente Constituição”*, o que constitui mais um importante pressuposto constitucional de limitação e restrição ao sigilo bancário.

Destarte consideramos que a legitimação jurídico - constitucional do sigilo bancário se justifica em razão do valor e interesse prosseguido, sobretudo numa época em que as populações aderem muito facilmente aos bancos, sendo estes, uma necessidade quotidiana, particularmente nos países desenvolvidos. As instituições bancárias vulgarizaram e massificaram as transações mediante movimentações ativas e passivas de contas, bens e serviços, deixando registos e dados importantes que refletem a vida pessoal e patrimonial do titular da conta, como uma biografia da pessoa expressa em números, num simples extrato de conta bancária. Contudo, ao revelar esses dados e informações pessoais, ligadas à conta do cliente, podemos violentar a esfera individual humana, inserida inequivocamente na órbita da ampla guarida conferida pelo direito da personalidade e da privacidade individual, consagrado no art. 26º, n.º 1, da CRP, correspondente ao art. 44º, n.º 1, da CRGB.

A privacidade do cliente fundada no direito à reserva sobre a intimidade da vida privada se identifica predominantemente com a proteção da nossa esfera patrimonial e económica mais do que a nossa esfera estritamente pessoal, inerente ao nosso direito fundamental de personalidade que a CRGB consagra no art. 44º, n.º 1, e a CRP, no art. 26º, n.º 1, a par da necessidade de proteção de segurança e

²¹⁹ No capítulo seguinte analisaremos as repercussões reais das disposições derogatórias difusas à figura do sigilo bancário no atual Direito guineense vigente.

da confiança do sistema de crédito²²⁰.

4. Âmbito de aplicação do direito à intimidade sobre a vida privada

Neste ponto, num primeiro momento, procurar-nos-emos determinar a configuração do conteúdo do direito fundamental da reserva sobre a intimidade da vida privada para, num segundo momento, questionar e procurar dar resposta sobre o beneficiário ou sujeito ativo e titular desse direito fundamental.

4.1. A questão da vida privada vs intimidade. Doutrinária de diferenciação/teorias das esferas

Partindo da premissa de que o sigilo bancário se funda essencialmente na necessidade de acionar o mecanismo e instrumento indispensável à proteção não só da esfera económica e patrimonial, ligada aos dados bancários das pessoas, mas igualmente visando a proteção da esfera pessoal da vida privada ou da intimidade, deve-se precisar e determinar a dimensão desse direito. Com efeito, é recorrente a utilização promíscua da expressão “vida privada” e de “intimidade” ora com autonomia ou como integrantes do amplo direito da privacidade, sem se preocupar dos seus sentidos e das respetivas abrangências que se afigurem na nossa perspectiva de forma diversa²²¹.

Pese embora a dificuldade de conceptualização do direito à intimidade e à vida privada, deve-se encará-los como direitos de carácter eminentemente subjetivos, variáveis de pessoa para pessoa. Esta dificuldade fica evidenciada nas tentativas dos autores em definir tais direitos. Torna-se difícil uma definição precisa do que vem a ser intimidade e vida privada, visto que, a sociedade está em constante mudança, seja cultural ou local. Percebe-se uma grande influência dos valores sociais sobre o comportamento dos seres humanos, influenciando sobremaneira os seus atos. As reações, positivas ou negativas, das pessoas é que são responsáveis por atitudes tomadas, atos praticados, levando a uma maior ou menor exposição a censuras ou críticas alheias. Cada sociedade, em determinada época ou local, aprova ou reprovava determinados atos de acordo com seus valores. Contudo, em geral, deve-se

²²⁰ Cf. Ives Gandra da Silva Martins, «Sigilo Bancário», *Boletim da Faculdade de Direito*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2001, p.449 e ss.

²²¹ Em geral, para uma análise e compreensão da intimidade quanto à sua génese moderna, e a sua consagração e proteção legal enquanto direito fundamental, veja-se, Manuel Januário da Costa Gomes, «O Problema da Salvaguarda da Privacidade Antes e Depois do Computador», *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º. 319, Lisboa, 1982, p. 23 e ss.; Paulo Mota Pinto, «O Direito à Reserva Sobre a Intimidade da Vida Privada», *Boletim da Faculdade de Direito*, n.º 69, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1993, p. 469 e ss.

assinalar a concepção diferenciadora da vida privada vs intimidade nos vários sistemas²²², v.g., Nos Estados Unidos é utilizada a expressão, *right of privacy* ou *right to be let alone*. Na França, *droit a la vie privée* ou *droit a l'intimité*. Na Itália, é estabelecida uma distinção entre *diritto Allá riservatezza e rispetto della vita privata*, sendo esta última significa o direito de impedir que terceiros conheçam ou descubram a intimidade da vida privada da pessoa e o direito *allá segretezza* em momento posterior, como direito de impedir a divulgação de aspetos de intimidade, depois de licitamente conhecida pelo divulgador. Na Espanha a expressão usada é *derecho a la intimidade e derecho a la vida privada*. Em Portugal, direito à proteção da intimidade da vida privada e também direito à zona de intimidade da esfera privada. A doutrina alemã, por sua vez, introduziu a teoria das esferas. Por esta teoria, as esferas individual e privada integram a vida privada. A esfera individual, responsável pela proteção à honra, tem como manifestações mais importantes o direito ao nome e à reputação. A esfera privada tem por objetivo a proteção contra a indiscrição. Na esfera individual o cidadão acha-se relacionado com os seus semelhantes; na esfera privada, ao contrário, o cidadão acha-se na intimidade ou no recato, em seu isolamento moral, convivendo com a própria individualidade. Para Elimar Szaniawski a Constituição Brasileira ao incluir em seu texto a proteção dos direitos à intimidade e à vida privada como dois institutos ou tipificações distintas, manteve corretamente as distinções doutrinárias entre proteção à vida privada e proteção à intimidade²²³. Com efeito, a intimidade corresponde o *status* ou situação daquilo que é íntimo, isolado, só. Segundo o autor há um direito ou liberdade pública de estar só, de não ser importunado, devassado, visto por olhos de estranhos.

Numa postura de reconhecimento da diferença conceptual das duas expressões, escreve Ferraz Jr. que, “a intimidade é o âmbito do exclusivo que alguém reserva para si, sem nenhuma repercussão social, nem mesmo ao alcance de sua vida privada que, por mais isolada que seja, é sempre um viver entre os outros (na família, no trabalho, no lazer em comum)”²²⁴. Com efeito, situa-se na órbita da intimidade, particularmente no diário íntimo, o sigilo sob juramento, as próprias convicções, as situações indevassáveis de pudor de cada pessoa, requerendo introspecção e a vivência. Entretanto, o mesmo autor enfatiza que, por outro lado, «a vida privada envolve a proteção de formas exclusivas de convivência», ainda que se distinga da intimidade, dado que a vida privada comporta, no seu âmbito, situações em que a comunicação é inevitável nas relações estabelecidas com outra pessoa, decorrente

²²² Configura-se a primeira tentativa de provar tal diferenciação em França, no caso Rachel, julgado pelo Tribunal do Sena em 1858 que pela primeira vez se “reconheceu a existência de uma esfera íntima, ou de um círculo mais restrito do direito à vida privada (...), na qual ninguém pode penetrar sem expresse consentimento.

²²³ Cf. Elimar SZANIAWSKI, Direitos de personalidade e sua tutela. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005. p. 259 e ss.

²²⁴ Cf. Tércio Sampaio Ferraz Jr., «Sigilo de Dados: O direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado», *Sigilo Fiscal e Bancário*, São Paulo, Ed. Quartier Latin do Brasil, 2005, p. 20 e ss.

da necessidade entre si de trocas de informações, em que, em regra, os terceiros ficam excluídos.

Neste percurso, de um modo geral, autor procurou explicar que, como a intimidade corresponde ao grau máximo da exclusividade - contendo nomeadamente aqueles dados que a pessoa guarda para si e que dão consistência à sua personalidade - os mesmos estão intimamente ligados ao foro da pessoa, comportando expressões de auto-estima, avaliações com respeito aos outros, pudores que, quando constantes em processos comunicativos, exigem absoluta lealdade e um grau elevadíssimo de confiança. Caso este fosse violado, desnudariam a personalidade da pessoa em causa e, consequentemente, traduzir-se-ia no incumprimento da integridade moral. Por esta razão, não podem e nem devem terceiros - incluindo o próprio Estado - interferir ou aceder a informações cobertas por zona de intimidade, salvo em situações fundadas em leis expressas, nomeadamente quando tais intimidades venham a ameaçar, minar e interferir gravemente na intimidade de outrem.

Todavia, a vida privada não comporta as implicações acima expostas, reportando-se aos dados referentes às opções de convivência - tais como a escolha de amigos, a frequência de lugares, os relacionamentos civis e comerciais - que merecem a proteção da ampla guarida tecida pela figura do sigilo. Deve-se, porém, salientar que a intimidade e a vida privada condicionam a interferência do Estado, ainda que em defesa dos outros interesses, nomeadamente ligados à eficiência política, tributária, criminal, etc. Com isto, a diferença conceptual entre a intimidade e a vida privada constitui um facto assente, dado que a intimidade comporta dados íntimos ligados à pessoa - que esta não compartilha com ninguém ou partilha com alguém que lhe é muito especial ou próximo e de que se nutre uma confiança inigualável -, e a vida privada, complementando algo mais abrangente da vida pessoal, comportando aquelas informações relativas à vida de convivência, as quais, não sendo públicas, acabam sendo conhecidas, sem prejuízos preocupantes à personalidade da pessoa.

Em todo o caso, parece que as constituições acima referenciadas desejam uma solução diferenciadora da vida privada e da intimidade. Nesse sentido, refira-se as construções doutrinárias de diferenciação entre direito à vida privada e direito à intimidade, desde logo surge a tese clássica - designada “teoria das esferas”, que “(...) se funda no fato de que a sociabilidade da pessoa deve servir de limitação à sua liberdade individual, devendo a intensidade da tutela jurídica da personalidade ser inversamente proporcional à sociabilidade do seu comportamento em questão”.

A referida teoria foi desenvolvida pela doutrina alemã, e caracteriza-se por classificar a personalidade humana em esferas concêntricas, dentro das quais ela se desenvolveria. A denominação e a quantidade das referidas esferas variam conforme o autor adotado. Senão vejamos:

➤ Um dos primeiros e principais idealizador da teoria ora analisada é Heinrich Hubmann, que na sua obra *Das Persönlichkeitsrecht*, cuja primeira edição é datada de 1953, compreendeu a personalidade humana em três esferas concêntricas seguintes:

✓ A primeira e mais restrita dessas esferas seria a esfera secreta (*Geheimnisphäre*), a qual englobaria situações restritas à própria pessoa, ou a um círculo limitadíssimo de pessoas próximas.

✓ A segunda seria a esfera privada (*Privatsphäre*), que seria mais ampla que a anterior.

✓ A terceira e última esfera – é a mais ampla esfera na qual se desenvolve a personalidade da pessoa, seria a esfera individual, que abarcaria a pessoa na sua unicidade e identidade.

➤ Henkel, em posicionamento semelhante ao de Hubmann, classifica a personalidade humana em três esferas (em grau decrescente de proteção): esfera do segredo, esfera da intimidade e esfera privada. A diferença entre as propostas dos referidos autores é só de nomenclatura, sendo que a amplitude de cada uma das esferas (da mais restrita até a mais larga), é praticamente a mesma. A segunda das referidas esferas seria a esfera secreta, a qual é mais ampla do que a esfera íntima, fato que ocorre porque na esfera secreta estão inseridos indivíduos que conhecem e participam de determinados segredos da pessoa (como familiares e pessoas “próximas”). A última e mais ampla das esferas dessa sistematização seria a esfera privada. Da esfera privada participam mais pessoas, mais pessoas conhecem da vida privada da pessoa (sem, no entanto, conhecer de seus segredos ou de sua intimidade). Apenas a coletividade que não tenha contacto com a vida da pessoa fica de fora dessa esfera.

➤ Ainda, a respeito das variações de denominação e de quantidade de esferas, Menezes Cordeiro, apresenta-nos um esquema que foge um pouco do padrão de três esferas. Assim, teríamos, em ordem decrescente de amplitude (e, conseqüentemente, em ordem crescente de proteção): (...) uma esfera pública (própria de políticos, actores, desportistas ou outras celebridades, ela implicaria uma área de condutas propositadamente acessível ao público, independentemente de concretas autorizações); uma esfera individual, social (reporta-se ao relacionamento social normal que as pessoas estabelecem com amigos, colegas e conhecidos); uma esfera privada (tem a ver com a vida privada comum da pessoa: apenas acessível ao círculo da família ou dos amigos mais estreitos, equiparáveis a familiares); uma esfera secreta (abrange o âmbito que o próprio tenha decidido não revelar a ninguém; desde o momento em que ele observe a discricção compatível com tal decisão, esta esfera tem absoluta tutela); uma esfera íntima (reporta-se à vida sentimental ou familiar no sentido mais estrito – cônjuge e filhos –; tem uma tutela absoluta, independentemente de quaisquer prévias decisões, nesse sentido, do titular considerado; elas são dispensáveis).

Todas as construções em referência são pautadas por um objetivo comum, qual seja: garantir à pessoa uma esfera mínima inviolável, na qual a pessoa é absolutamente livre e não está sujeita a interferências de qualquer ordem. Neste sentido José Adércio Leite Sampaio propôs uma classificação das esferas da personalidade bastante coerente, sustentando as três camadas da personalidade: *esfera mais interna*, *esfera da vida privada*, e *esferas sociais e públicas*.

A esfera mais interna corresponde a intimidade. Seria a esfera mais restrita, aquela que seria o âmbito do ser isolado; alguns autores, contudo, passaram a estendê-la às relações com um número limitado de pessoas, imediatamente relacionadas. A qual ainda se baseia da jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal Alemão (BVerfGE) para evidenciar o caráter intangível da presente esfera. Por fim, as esferas sociais e públicas são aquelas que englobam tudo aquilo que não faz parte da esfera da vida privada, com destaque para o campo de atuação política e social da pessoa. Szaniawski procurou provar a conformação da concepção diferenciadora no Tribunal Federal Constitucional Alemão (BVerfGE), em que se aplica as referidas teorizações em suas decisões, sendo que a esfera individual das pessoas é dividida pelo referido Tribunal conforme a intensidade da defesa que demanda (quanto mais restrita a esfera, mais intensa deve ser a defesa). Percebemos, portanto, que na esteira do entendimento do Tribunal Federal Constitucional Alemão, a intimidade (ou esfera íntima) gozaria de proteção absoluta, sendo um mínimo intangível garantido à pessoa. A vida privada (ou esfera privada), por outro lado, teria um âmbito de proteção relativo, determinado pela análise do caso concreto. Fixa-se a amplitude da esfera privada através da ponderação *in casu* entre a indisponibilidade da personalidade e o interesse público à informação.

Por seu turno, foi retomada a tentativa de estabelecer o limite entre a vida privada e a intimidade por Manuel da Costa Andrade²²⁵, a qual defende o princípio de que a esfera da intimidade comporta a “área nuclear, inviolável e intangível da vida privada”, opondo-se a qualquer intromissão arbitrária do Estado ou dos particulares. Assim o núcleo da intimidade traduz-se na sua estreita ligação com a dignidade da pessoa humana, possibilitando desta forma o desenvolvimento da personalidade humana. Por esta razão se justifica a proteção jurídica mais intensa da intimidade, sem olvidar, obviamente, da necessidade de proteção da área normal da vida privada, cujo resguardo também não deixa de ser relevante para a plena realização da personalidade de cada pessoa²²⁶.

²²⁵ Cf. Manuel da Costa Andrade, *Sobre as Proibições de Provas em Processo Penal*, reimp., Coimbra, Coimbra Editora, 2006, p. 94 e ss.

²²⁶ Esta temática foi equacionada, igualmente, na jurisprudência portuguesa, sobretudo no Tribunal Constitucional, quando no Acórdão n.º 607/2003, de 5 de Dezembro de 2003, 2ª Secção do TC, Processo n.º 594/03 (Benjamim Rodrigues), p. 38 e ss, admite haver diferenças na intensidade e na extensão da intromissão que o Estado estaria autorizado, quiçá, por lei, a fazer, nomeadamente para fins de prossecução dos autos criminosos, na intimidade dos indivíduos. Todavia, deve-se salientar que embora este acórdão tenha reconhecido a Teoria das Três Esferas, não a assume, ou pelo menos, de forma

Apesar de tudo, contudo, a teoria das esferas tem sido alvo de diversas críticas. A principal delas diz respeito à pouca importância prática que teria a distribuição da personalidade em esferas, sendo que sua desconsideração não implicaria e nem redundaria numa proteção mínima ou diminuta. A intimidade é o âmbito do exclusivo que alguém reserva para si, sem nenhuma repercussão social, nem mesmo ao alcance de sua vida privada que, por mais isolada que seja, é sempre um viver entre os outros (na família, no trabalho, no lazer em comum). Já a vida privada envolve a proteção de formas exclusivas de convivência. Trata-se de situações em que a comunicação é inevitável (em termos de alguém com alguém que, entre si, trocam mensagens), das quais, em princípio, são excluídos terceiros.

Há já um século atrás houve a tentativa de superação desta crescente dificuldade em estabelecer uma diferenciação prática e objetiva entre a vida privada e a intimidade, mediante a construção da teoria de unificação em torno do conceito de “privacy”.

O termo *privacy* (traduzido pela grande maioria dos autores como “privacidade”), enquanto conceito jurídico moderno, tem sua origem na sociedade americana do final do século XIX. Samuel Warren e Louis Brandeis, sensíveis aos efeitos que o avanço tecnológico poderia provocar na vida das pessoas, teriam sido os primeiros a tratar do tema através do artigo “*The right to privacy*”, publicado na *Harvard Law Review* em 1890. O *privacy* (direito à privacidade), ao tempo de sua concepção, era um direito tipicamente burguês: marcado por um individualismo exagerado – próprio do liberalismo clássico –, que poderia ser traduzido no *right to be let alone* (direito a ser deixado só).

Essa primeira ideia de privacidade, como direito a ser deixado sozinho, em paz, tranquilo e etc., evoluiu, assim como evoluiu a sociedade. O direito ao *privacy* fora pensado originalmente para um contexto no qual a maior ameaça que existia à privacidade das pessoas era a mídia escrita, sendo o referido direito destinado a proteger da ‘curiosidade popular’ variadas dimensões da personalidade.

O direito ao *privacy* é um conceito aberto e generalizante, pois abarca todos os aspetos da privacidade da pessoa, não havendo subdivisões ou diferenciações terminológicas como ocorre, por exemplo, na teoria das esferas. Trata-se, portanto, de um direito típico dos países da *Common Law*, cujo contorno deve ser delimitado diante do caso concreto.

expressa não a aceita. Portanto, TC procura estabelecer uma graduação no âmbito da privacidade e a identificação de um núcleo essencial conexo à dignidade da pessoa humana, sustentada nas garras da Teoria das Três Esferas e no entendimento de Ferraz Jr., apontando para uma distinção fundamental relacionada com a privacidade, no sentido de haver necessidade de uma proteção jurídica mais intensa quanto aos aspetos ligados à vida íntima de cada pessoa, em relação aos quais a obrigação de guardar sigilo seria considerado como um valor absoluto, ou pelo menos, quase absoluto, em que a obrigação de guardar a discrição só cede mediante critério apertado de ponderação.

Configura-se o *privacy*, portanto, como um conceito unitário, pois a vida privada, a intimidade e as demais manifestações da privacidade defendida pelas teorias da diferenciação conceitual estariam submetidas a uma base conceitual única. Essa base conceitual única remontaria às possíveis interpretações do direito a ser deixado só (*right to be let alone*), desenvolvido por Warren e Brandeis.

Apesar da ressaltada evolução do conceito de *privacy* ao longo desses 127 anos de desenvolvimento, ao se pensar na base conceitual unitária do referido direito remonta-se, invariavelmente, ao necessário, porém já antiquado e insuficiente, *right to be let alone*. O simples direito a ser deixado só não dá conta do complexo problema que se tornou a proteção da privacidade nos dias atuais.

Com efeito, aconselha-se a necessidade de cautela na interpretação do direito ao *privacy*, então gizado por Warren e Brandeis: O centenário diagnóstico realizado pelos autores, ainda é valioso, tanto que o artigo *The right to be let alone* continua sendo citado com uma certa constância. Para sua interpretação, no entanto, deve-se valer da consciência de que se trata de um trabalho circunstancialmente datado e que respondia às condições específicas do seu tempo. Conseguida esta cautela, há-de surgir, com certeza, uma outra preocupação de que a *privacy*, hoje, compreende algo muito mais complexo do que o isolamento ou a tranquilidade. Nesta conformidade, porque ultrapassa o âmbito do nosso estudo, desafiamos cabe os estudiosos a reflexão profunda sobre qual o modelo mais adequado de se conceber o direito à vida privada e à intimidade em nossos países: se o modelo americano do *privacy*, se o modelo alemão da teoria das esferas, etc.

Os posicionamentos dos autores brasileiros, como veremos a seguir, são os mais variados.

A temática da distinção dogmática entre a intimidade e a vida privada é perfeitamente transponível para a perspectiva constitucional. Assim sendo, a CRGB, art. 44º, n.º 1, na mesma senda da CRP, art. 26º, n.º 1, confere expressamente dignidade aos direitos pessoais fundamentais do indivíduo, sobretudo no que se refere à reserva da intimidade da vida privada e familiar. Neste sentido, a CRGB, reconhece a importância da intensa proteção requerida pela intimidade de cada pessoa, diferente de outros direitos pessoais fundamentais - como da cidadania, a capacidade civil - não se prevendo nenhuma possibilidade expressa da sua limitação²²⁷. Isto significa que tudo o que cabe no âmbito da esfera da intimidade, em princípio, não estaria sujeito à restrição ou ponderação, salvo em circunstâncias excepcionais, dado que a interferência, particularmente do Estado, na intimidade, acaba por violentar e afetar a dignidade da pessoa humana.

²²⁷ Embora, deve-se salientar que a referida ausência ou omissão constitucional expressa, no sentido de permitir e definir situações de restrições do direito à intimidade, não veda a hipótese de, ainda assim, a sua restrição por conta de critérios de ponderação. Cf. Jorge Reis Novais, *As Restrições aos Direitos Fundamentais*, op. cit.

No plano constitucional, tanto a CRGB como a CRP, consideram nula e sem qualquer efeito as provas conseguidas por intermédio de intromissão abusiva na vida privada, transparecendo a ideia de que a intromissão na esfera jurídica, tutelada no âmbito da vida privada, é permitida desde que não seja abusiva. Contudo, a constituição não admite qualquer tipo de interferência - seja esta abusiva ou não - no circuito fechado inserido no âmbito da intimidade de cada pessoa, o que nos remete a mais uma prova de que estamos perante um valor “absoluto”.

Assim sendo, podemos concluir que, com a exceção da CR de Timor Leste – art.36º, seguindo a tese unitária de *privacy*, todas as demais leis fundamentais dos países de língua portuguesa, *maxime* os arts.26º/1 CRP e 44º/1 CRGB, 5º/X CR Federativa Brasileira, 24º CR São Tomé e Príncipe, 41º/1 CR Cabo-Verde, 41º CR Moçambique, embora refere apenas o direito à vida privada, 32º CR Angola prefere um catálogo algo confuso do direito à privacidade e à intimidade, e 30º CR Macau, consagram, do ponto de vista formal, uma solução unificadora propugnada pelos defensores da teoria de *privacy*, e do ponto de vista prático, em termos das consequências dos respetivos regimes, impõe-se sempre uma solução gradativa, requerendo a compreensão da conceção diferenciadora.

Por esta razão, vale a pena uma abordagem diferenciadora entre o direito à vida privada e o direito à intimidade, suscetível de se sintetizar nos moldes que se seguem:

Ambos referem-se ao interior ou mais reservado do indivíduo nas relações interpessoais mas comportam graus de reserva distintos. Assim pode-se identificar o que seria o núcleo essencial insusceptível de limitação e o que poderia ser objeto de auto-limitação através da *teoria das três esferas*. Para tanto, o âmbitos do livre desenvolvimento da personalidade, em relação à dignidade da pessoa²²⁸ e em função das possibilidades de intervenção do Estado em cada uma delas, logo a *esfera íntima ou interna* (área nuclear inviolável – *unantastbarer Kernbereich*), ligada a dignidade, não sendo possibilitada qualquer ingerência pública (estatal) ou privada; a *esfera privada*, em que a pessoa desenvolve livremente sua personalidade, autorizando o Estado intervir quando se devam proteger interesses da coletividade; e, por último, a *esfera pública ou social*, não guardando relação com o desenvolvimento da personalidade, logo, não protegidas como configuração da vida privada. Assim,

²²⁸ A dignidade da pessoa humana constitui fundamento e referência constitucional unificadora de todos os direitos fundamentais, vincula a uma densificação valorativa que tenha em conta o seu amplo sentido normativo constitucional e não uma qualquer ideia apriorística do homem, não podendo reduzir-se o seu sentido à defesa dos direitos pessoais tradicionais, esquecendo-as nos casos de direitos sociais, ou invocá-la para construir teoria do núcleo da personalidade individual, ignorando-a quando se trate de garantir as bases da existência humana.

conclui-se que a intimidade é mais restrita que a vida privada, se relaciona a factos, situações e acontecimentos os quais a pessoa tem sob seu domínio exclusivo, sem dividir com mais ninguém. É algo do interior da pessoa, que o singulariza e deve ser mantido sob reserva “*absoluta*”. E, o direito à vida privada diz respeito o indivíduo, de decidir por si mesmo em que medida partilhará com os outros o seu pensamento, os seus sentimentos e os factos de sua vida privada, ao ambiente familiar, cuja lesão resvala nos outros membros do grupo.

Compreende-se que, resultante dessa ideia de tutela há que associar e equacionar com bastante acuidade a proteção das esferas, *maxime* da propriedade/patrimonial, do sigilo bancário, de correspondência, sigilo telefónico (direitos que se encontram em muitas atuações policiais e judiciais banalizados, desproporcionais, verdadeira afronta às constituições). Isto sem olvidarmos da proteção de dados pessoais informatizados, bem como ao direito a escolha de tratamento, e ao direito de ser deixado só (*right to be let alone*).

Mais deve-se asseverar que os catálogos dos direitos fundamentais propostos pelas constituições em apreço buscam, na verdade, evitar os abusos cometidos pelo autoritarismo estatal, assumindo, “naturalmente, o carácter de direitos contra o Estado, de garantias da autonomia individual contra as invasões do soberano, de direitos a liberdade, definindo o status negativo.

4.2. A fixação preliminar da natureza do sigilo bancário

Depois da conceptualização diferenciadora da vida privada e da intimidade na dogmática e na constituição, vamos abordar agora, preliminarmente, a inserção sistemática do sigilo bancário numa das duas vertentes acabadas de referir, com implicações diretas²²⁹, nomeadamente em casos de restrições e revelações ou interferências arbitrárias, para as quais, desde já, flagramos soluções e argumentos discordantes na doutrina e na jurisprudência, como sejam:²³⁰

- i. Juarez Tavares²³¹, lançando mãos aos conceitos trazidos à luz por Paulo da Costa Júnior que, por

²²⁹ Trata-se apenas da mera introdução ao tema, mais adiante, na ponta final deste estudo, voltaremos a este assunto no âmbito específico de fixação da natureza jurídica do sigilo bancário.

²³⁰ Neste sentido sublinha a dificuldade crescente de delimitação precisa e da distinção da esfera de “vida privada e/ou vida íntima”, i.e., do direito da privacidade e o direito à intimidade, Cf. M. Januário da Costa Gomes, «Protecção dos Dados Pessoais...», *op. cit.*, p. 29 e ss.

²³¹ Cf. Juarez Tavares» A Violação ao Sigilo Bancário em Face da Protecção da Vida Privada», *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n.º 1, 1993, p. 106 e ss.

sua vez, se baseia nas lições de Henkel, sustenta a existência de três círculos no que se refere à proteção da privacidade: o 1º círculo - mais amplo - corresponde ao da vida privada *stricto sensu* (*privatsphäre*); o 2º círculo, comporta a intimidade (*vertraulichkeitssphäre*), no qual se encontram abrangidas as informações partilhadas com pessoas que lhes são próximas e de confiança; e o 3º círculo, importa o segredo, concernente aos dados somente compartilhados com poucas pessoas. Portanto, parece não existir dúvida de que este autor reconduz o sigilo bancário no círculo muito mais restrito, da privacidade, que segundo a classificação e a conceptualização acima exposta, na perspectiva do autor, realmente é de uma intimidade que se trata, e não apenas de uma privacidade.

ii. Já R. Capelo Sousa²³² procura, de forma diversa da orientação supra, integrar o sigilo bancário no âmbito do direito à reserva da intimidade da vida privada, a partir do que poderia ser o conteúdo fundamental do referido direito. Assim sendo, procurou compor o conteúdo essencial do direito, as sequências de movimentações, e a respetiva documentação, das contas das pessoas singulares e os documentos de outras operações bancárias, cambiais e financeiras, protagonizados pelas mesmas pessoas que contenham ou reflitam dados pessoais significativamente relevantes de tal intimidade.

iii. Neste mesmo sentido, a doutrina portuguesa integra o sigilo bancário no âmbito da proteção constitucional do direito à reserva da intimidade da vida privada, nos termos do art. 26º da CRP, sem afastar a possibilidade de suas derrogações, desde que autorizadas e consignadas em leis.²³³

iv. No âmbito jurisprudencial, o Acórdão do TC n.º 278/95, de 31 de Maio de 1995, 2ª Secção, Processo n.º 510/91 (Alves Correia), de forma inequívoca, integra o sigilo bancário na proteção constitucional conferida à intimidade da vida privada, quando considera que a “situação económica do cidadão, espelhada na sua conta bancária, incluindo as operações activas e passivas nela registada, faz parte do domínio da protecção do direito à reserva da intimidade da vida privada, condensado no art.26º, n.º 1, da CRP”.

v. No âmbito jurisprudencial existem soluções discordantes que procuram reconduzir os dados e as informações bancárias à proteção constitucional da privacidade individual. Em alguns casos, a proteção constitucional não funciona da mesma forma, pelo menos, no que refere ao sigilo bancário,

²³² Cf. Rabindranath Capelo de Sousa, «O Segredo Bancário – Em especial, face às alterações fiscais da Lei n.º 30-G/2000, de 19 de Dezembro», in AA.VV., *Estudos em Homenagem ao Professor Inocêncio Galvão Teles*, Volume II, Lisboa, 2002, p. 216 e ss.

²³³ Cf. Paulo de Sousa Mendes, «Derrogação do Segredo Bancário no Processo Penal», *op. cit.* p. 203; Rabindranath Capelo de Sousa, «O Segredo Bancário ...», *op. cit.*, p. 216 e ss.

como a que acontece na intimidade²³⁴.

Como corolário da dignidade da pessoa humana, o direito à vida privada e à intimidade impõe que seja reconhecido a cada pessoa um espaço em que possa sentir tranquila sem qualquer perturbação por outras pessoas, vizinhos, autoridades ou imprensa. Corresponde ao direito de viver em tranquilidade na sua existência familiar, doméstica, social e económica. Neste sentido compreende a esfera da vida mais íntima ou secreta, de que nunca se partilha com ninguém senão com pessoas próximas; a esfera da vida privada, que inclui amplamente aspetos da vida pessoal, fora da intimidade, cujo acesso tolerado é apenas para as pessoas conhecidas e de relações próximas; e a esfera pública, traduzida no que todos possam ter acesso por virtude de pertencer e se relacionar na sociedade. A intimidade e a vida privada são gradativas, não podendo, por isso, serem separadas por fronteiras estanques²³⁵.

O direito à reserva não segue padrões absolutos, cedendo fundadamente perante factos que justificam direitos de outra pessoa, consoante o grau de difusão de dados obtidos e o juízo a fazer das condutas.

Em geral, o Estado pós social, inaugurado no período pós-guerra, com o constitucionalismo moderno, incorporou a dignidade da pessoa humana como premissa e fim último do Estado, que se pretende de direito e democrático moderno. Este Estado, além de assumir grandes compromissos sociais relacionados com a previsão e a concretização dos direitos fundamentais económicos, sociais e culturais, ergue-se sob a consagração, densificação, proteção e reforço dos direitos fundamentais de liberdades e garantias, inserindo-se inegavelmente o direito à reserva sobre a intimidade da vida privada e direito de personalidade. Deve assim, atuar em função e com a finalidade de garantir a plena realização da dignidade da pessoa humana²³⁶.

²³⁴ Cf. Ac. do TC n.º 607/2003, de 05 de Dezembro de 2003, 2ª secção, Processo n.º 594/03, e Ac. TC n.º 42/2007, 2ª secção, de 23 de Janeiro de 2007, Processo n.º 950/06 (Fernanda Palma).

²³⁵ Rita Amaral Cabral, «O Direito à Intimidade da Vida Privada», in AA. VV., *Estudos em Memória do Professor Doutor Paulo Cunha*, Revista da Faculdade de Direito de Lisboa (separata), Lisboa, 1989, pp. 373-406; Pedro Pais de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 38 ess.

²³⁶ Pode-se colocar esta questão de vinculação dos direitos fundamentais nas relações entre particulares numa perspetiva do direito internacional, i.e., esta problemática perpassa o âmbito puramente interno. Neste sentido, seguindo as pisadas de Christian Courtis, as normas consagradoras dos direitos internacionais, sobretudo dos direitos humanos ou humanitários, embora *prima facie* criam obrigações para os Estados, entretanto nada impede que os mesmos possam ser invocados nas relações entre particulares. Neste sentido, o autor acima referenciado considera que a “(...) la idea de que los derechos humanos no pueden invocarse en las relaciones entre particulares me parece exagerada y errónea...”, assim como à luz do diploma internacional, com a vocação mundial e universal da DUDH de 1948, a consagrar uma lista extensa dos direitos inerentes à condição da existência humana. Assim sendo, existem diplomas no plano internacional que servem de exemplo práticos de normas internacionais que obrigam e vinculam os particulares, por exemplo, o Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais, no seu art. 7º, que estabelece o direito do trabalho obrigando os Estados e os empregadores, sobretudo quando se pretende assegurar condições de realização de trabalho, regras de higiene, salário justo, segurança social, descanso, horas de trabalhos, etc... A mesma ilação se retira de “La Corte Interamericana de Derechos

Portanto, entre nós, mesmo que a CR tivesse tomado uma posição clara e inequívoca relativa à questão da eficácia dos direitos fundamentais, sobretudo no que respeita à problemática questão do efeito direto e horizontal dos direitos fundamentais²³⁷, é inevitável o recurso à assaz discussão doutrinária sobre o tema, justificada pela falta de limitações e definições de bitolas dessas vinculações, bem como o tratamento a dar aos direitos económicos, sociais e culturais, de que se inclinam as jurisprudências a qualificar como normas de conteúdos programáticos inexigíveis de imediato, e não como direitos

Humanos”, quando vem confirmar no seu Parecer OC-18/03, de 17 de Setembro de 2003, relativa à condição jurídica e direitos dos migrantes indocumentados, que os direitos humanos são direitos oponíveis *erga omnes*, incluindo as relações entre particulares. Igualmente, podemos apontar como exemplo o art. 14º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, bem como a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Ainda, a Convenção Internacional sobre Direitos das Crianças de 1989, e a respetiva Declaração de 1959, assentam nesta perspectiva de que existem direitos internacionais de cuja execução carecem de conformação dos particulares, tais como direito ao nome, registo, alimento, matrimónio, família, trabalho, contra exploração do trabalho infantil, e outros (ver artigos 2º, 3º, 5º, 11º, 18º, 27º, etc.). A Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, consagra direitos que obrigam os Estados e os particulares a tornarem possível e real a luta contra a discriminação racial. Por último, o mesmo se diz, em boa verdade, do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Cf. Christian Courtis, «La Eficacia de los Derechos Humanos en las Relaciones entre Particulares», in AA. VV., *Direitos Fundamentais e Direito Privado. Uma Perspectiva de Direito Comparado*, Coimbra, Almedina, 2007, p. 81 e ss. Igualmente, na órbita europeia, a questão merece especial atenção por parte do Tratado da Comunidade Europeia e do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias. Com efeito, desde cedo o Tribunal de Justiça da CE tomou consciência sobre a importância e a necessidade de assumir uma posição sobre esta matéria. Tendo, desde logo, decidido vincular diretamente aos particulares a regra da “proibição de diferenciação de remuneração em virtude do sexo”, art. 141º do Tratado da CE; “a proibição de discriminação em virtude da nacionalidade”, decorrente da livre circulação dos trabalhadores no espaço europeu, arts. 12º e 39º, do Tratado da CE. No entanto, a defesa da eficácia direta horizontal defendida pelo Tribunal visava, no essencial, as grandes empresas e associações desportivas que detinham forte poderio económico e uma posição privilegiada no mercado e por isso faz todo sentido que seja reconhecida a eficácia horizontal, v.g., da proibição de discriminação nas regulamentações coletivas efetuadas por privados, em defesa da regra da liberdade de prestação de serviço, art. 49º do Tratado da CE. Foi neste âmbito que o Tribunal da Justiça das Comunidades Europeias, na sua decisão de 3 de Outubro de 2000, Processo n.º C-411/98, Frilini, Colectânea 2000, I-8081, n.º de margem 50, atribuiu à proibição de discriminação regulada pelo art. 39º do Tratado da CE eficácia jurídico - privada direta, ao estender esta proibição às “condições de contratação” na condição de “regulamentações coletivas” de um sujeito de direito privado. Tendo por conseguinte, extraído das liberdades fundamentais a regra da proibição de discriminação direta e indireta aos estrangeiros da CE e as regras de proibições de restrições, no sentido de que as situações protegidas pelas liberdades fundamentais não se sujeitariam às medidas restritivas e nem impedidas pelas normas estaduais internas. Seguindo as mesmas pisadas e argumentos de Carsten Herresthal, diríamos que o posicionamento do Tribunal de Justiça das CE não deve ser acoplado como defesa abrangente da tese da eficácia direta e horizontal da proibição de discriminação ou da proibição de restrição das liberdades fundamentais, art. 12º do Tratado da CE. Assim sendo, a regra de proibição de discriminação vincula diretamente os particulares, enquanto tais, através de uma interpretação mais acurada, amplamente entendidos como empresas fortes, do ponto de vista económico e do mercado, e as agremiações e fortes associações e estruturas desportivas com grandes poderios económicos ou sociais. Cf. Carsten Herresthal, «A Eficácia Jurídico-Privada das Liberdades Fundamentais no Direito Comunitário – para a dissolução de uma figura jurídica unitária», in AA. VV., *Direitos Fundamentais e Direito Privado. Uma Perspectiva de Direito Comparado*, Coimbra, Almedina, 2007, p. 290.

²³⁷ À semelhança de Portugal, art.18º da CRP, reconhece que os preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias são de aplicações diretas e vinculam as entidades públicas e privadas.

subjectivos das pessoas que se fundamentam diretamente nas obrigações exigíveis ao Estado. Entretanto, mesmo com relação à alguns direitos, liberdades e garantias nem sempre existe as exigências diretas, pois carecendo de prestação ou possibilidade suplementar para garantir a exequibilidade, v.g., o direito à segurança, o direito à participação política, o direito à educação, etc, dependem grandemente de políticas públicas e dos recursos financeiros para as suas realizações²³⁸.

4.3. Titularidade do direito da reserva sobre a intimidade da vida privada. Pessoas singulares vs coletivas?

Existe um extenso leque de direitos fundamentais tipificados na Constituição da República Portuguesa, art. 26º e ss, na Constituição da República da Guiné-Bissau, art. 24º e ss,²³⁹ e na Lei Fundamental da República Federal da Alemanha, arts. 1º a 14º²⁴⁰. Na maioria destas situações, a atribuição e titularidade dos direitos fundamentais seguem os mesmos critérios que o Direito Civil, como repositório do direito comum, que concebe a atribuição dos direitos subjetivos privados. Contudo, devemos asseverar e reconhecer a autonomia, senão mesmo, a supremacia do Direito Constitucional no que se refere ao recorte preciso da configuração e atribuição subjetiva de direitos fundamentais, em desvios ao conceito do Direito Civil²⁴¹.

Posto isso, põe-se a questão de saber se *as pessoas coletivas são titulares e gozam dos direitos fundamentais nos termos gerais configurados nas leis magnas?*²⁴²

²³⁸ Voltaremos a este assunto mais adiante.

²³⁹ A referida enumeração, bem como a problemática questão dos direitos fundamentais de natureza análogos e os direitos fundamentais atípicos, cf. J. J. Gomes Canotilho, *op. cit.*, p. 529. José Carlos Vieira de Andrade, *op. cit.*, p.197; Jorge Bacelar Gouveia, *Os Direitos Fundamentais Atípicos*, Lisboa, Editorial Notícias, 1995, p. 435; Idem, *Manual de Direito Constitucional*, vol. II, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2007, p. 1057 e ss.

²⁴⁰ Cf. Claus-Wilhelm Canaris, *Direitos Fundamentais e Direito Privado*, Coimbra, Almedina, 2012, p. 141 e ss.

²⁴¹ Temos um exemplo típico deste desvio no reconhecimento e consagração da personificação jurídica colectiva dos direitos fundamentais das comissões dos trabalhadores nos termos do art. 54º da CRP, que então o Direito do Trabalho desconhecia. Ainda, por exemplo, nada impede que o Direito Constitucional conceda direitos fundamentais aos embriões ou fetos (nascituros), consagrando direito à sua proteção e segurança social bem como na incriminalização e punição do aborto, o que foge, no essencial, ao conceito do Direito Civil, sobre a titularidade dos direitos fundamentais a partir do critério rígido da aquisição da personalidade jurídica e da capacidade de gozo, que se adquire com o nascimento completo e com a vida.

²⁴² Em regra, as normas visam, pois, a conduta dos seres humanos: apenas estes podem obedecer ou desobedecer os comandos normativos, sujeitando-se às respetivas sanções. Entretanto, a configuração da personalidade coletiva constitui uma possibilidade de consignar centros de imputação de normas jurídicas que não se identificam com as pessoas singulares, permitindo assim imputar condutas humanas a entidades abstractas. No entanto, ao longo da história e da sua evolução, a expressão e conceito da “pessoa coletiva” não foram coincidentes entre os doutrinadores. Assim sendo, a expressão “pessoa

A resposta para esta questão deve partir da premissa de que a CRP e a CRGB consagram o princípio da universalidade em matéria dos direitos fundamentais, em que se diz: “Todos os cidadãos gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição”, acrescentando que “As pessoas colectivas gozam dos direitos e estão sujeitas aos deveres compatíveis com a sua natureza”, art.12º/2 CRP²⁴³.

Deste modo, decorre deste princípio de universalidade, a ideia da sua titularidade por parte dos indivíduos e de abertura dos direitos fundamentais às pessoas coletivas, conforme a orientação geral. Com efeito, estas são titulares de direitos fundamentais desde que se harmonizem, na análise que se faça, a razão de ser e da natureza da pessoa coletiva *in casu*, isto sem excluir ainda a existência dos chamados direitos fundamentais institucionais concebidos apenas para as pessoas coletivas²⁴⁴.

Apesar do princípio da universalidade se silenciar neste tópico, a titularidade dos direitos fundamentais por parte das pessoas coletivas impõe a obrigação de separar as pessoas coletivas de direito privado das pessoas coletivas de direito público. Assim, não nos parece correta a ideia de que as pessoas coletivas públicas possam beneficiar de alguns direitos fundamentais típicos de uma sociedade comercial, como sejam aqueles que visem tutelar a liberdade e a autonomia societária.

Por outro lado, existem direitos fundamentais que, por configurar as características próprias e inerentes

jurídicas ou moraes”, mais tarde “pessoa coletiva” por contraposição às “pessoas físicas”, foi introduzida na jurídica portuguesa pela primeira vez por Guilherme Moreira no início do século XX. Savigny, em consequência da terceira sistemática, posicionou-se contra a expressão pessoa moral, pois, segundo o autor, poderia implicar a imoralidade dos seres humanos, preferindo a expressão “pessoa jurídica”, depois adotada por Arnold Heise, presente nas literaturas alemã e italiana. Neste sentido, salienta Menezes Cordeiro que, a pessoa moral resultava do engenho humano por oposição à natureza; já a pessoa jurídica não vai sem reparo, afinal, em direito, todas as pessoas são pessoas jurídicas, e por fim, a designação pessoa coletiva está longe de perfeição, pois, indicia haver uma coletividade ou pluralidade de pessoas, o que nem sempre acontece. O desenvolvimento da personalidade coletiva deve-se aos canonistas e aos glosadores, depois configurada no sentido mais abstrato e como categoria geral pela obra do racionalismo. Para mais informações sobre a dogmática relacionada com a personalidade coletiva, as teses negativistas que reconduziam as pessoas coletivas às meras categorias de ficções abstractas, as que encaravam as pessoas coletivas como um realismo jurídico, e as que encaram as pessoas coletivas como um regime aplicado aos seres humanos, ou como um centro de imputação de normas jurídicas, veja-se: António Menezes Cordeiro, *O Levantamento da Personalidade Colectiva no Direito Civil e Comercial*, Coimbra, Almedina, 2000, p. 9 e ss.

²⁴³ Cf. Art. 12º, n.ºs 1 e 2, da CRP. No caso concreto da República da Guiné-Bissau, em nada altera a nossa conclusão, apesar da CRGB nada dizer sobre a titularidade dos direitos e deveres fundamentais por parte da pessoa coletiva, antes limitando-se no Título II dedicado aos direitos, liberdades, garantias e deveres fundamentais, no art. 24º, dizer que: “Todos os cidadãos são iguais perante lei, gozam de iguais direitos e estão sujeitos aos deveres (...)”. Entretanto, o que não nos impede de concluir que, à luz da nossa CR, deve ser defendida a ideia de que as pessoas coletivas são titulares dos direitos e deveres fundamentais, contando que tais direitos e deveres sejam compatíveis com as suas naturezas e fins que nortearem as suas adoções.

²⁴⁴ Por exemplo, direitos fundamentais das associações religiosas, políticas, etc...; Cf. Jorge Miranda, *op. cit.*, p. 219 e ss.

às pessoas físicas, são insusceptíveis de aplicação às pessoas coletivas, nomeadamente no caso dos direitos fundamentais da reserva sobre a intimidade da vida privada - arts. 26º da CRP, e art. 44º/1 da CRGB - e todos os restantes direitos fundamentais suscetíveis de integrar a defesa da dignidade da pessoa humana²⁴⁵.

Parece que Telmo Alves assevera a possibilidade de os particulares, as organizações com mera subjetividade jurídica e as pessoas coletivas sejam titulares dos interesses subjacentes à proteção do sigilo bancário: a imagem, o crédito, o bom nome, a honra e a dignidade²⁴⁶.

Em todo o caso, não devemos olvidar que a tutela jurídico - constitucional da vida privada e da intimidade é importante no âmbito da proteção dos dados pessoais, no sentido de vedar acesso irrestrito e generalizado de informações que referem à intimidade da vida privada²⁴⁷.

5. A eficácia dos direitos fundamentais. Caso particular da eficácia horizontal

A ampla inserção do sigilo bancário no catálogo da proteção constitucional do direito fundamental da reserva sobre a intimidade da vida privada, impõe, desde logo, a necessidade de abordagem do tema referente à irradiação dos direitos fundamentais, sobretudo na órbita da relação intersubjetiva dos sujeitos privados.

A eficácia dos direitos fundamentais na órbita das autoridades públicas, incluindo o Estado como seu destinatário imediato e primordial, não suscita qualquer dúvida (na chamada eficácia vertical)²⁴⁸. Irei-nos concentrar na questão da eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre sujeitos de direito privado, sendo que a mesma tem suscitado algumas complexidades legais, estruturais e

²⁴⁵ Para uma catalogação dos direitos fundamentais em Portugal desde 1933 e em outras legislações avulsas, ver Jorge Miranda, «Direitos Fundamentais e Ordem Social (na Constituição de 1933)», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa* (separata), Vol. XLVI, n.º 1, Lisboa, Coimbra Editora, 2005, p. 271 e ss.

²⁴⁶ Cf. Telmo José Macedo Alves, «O Sigilo Bancário – Uma Perspectiva Constitucional em Matéria Tributária», in Jorge de Figueiredo Dias *et. al.*, (Org.), *Studia Juridica 92 - Ars Iudicandi. Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves. Vol. III: Direito Público, Direito Penal e História do Direito*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, p. 18 e ss.

²⁴⁷ Cf. Jorge Bacelar Gouveia, *Manual de Direito Constitucional*, vol. II, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2007, p. 1117.

²⁴⁸ Cf. *Ibidem*, p. 1100 e ss. Refere-se que a vinculação das entidades públicas traduz-se na essência de tais direitos fundamentais. No entanto, é de realçar que a irradiação dos direitos de liberdade e garantias não fica acantonada numa estreita relação entre os indivíduos e o Estado, mas deve-se considerar outras entidades públicas, numa perspetiva omnicompreensiva, para abranger como sujeitos passivos, a saber: a legislação/legislador não deve contrariar os preceitos e garantir a conformidade com a Constituição da República; a administração, pelo respeito à legalidade e constitucionalidade dos atos; a jurisdição, traduzida nas atividades dos tribunais, considerando o Juiz, no célebre dizer de Charles Montesquieu, “a boca que pronuncia as palavras da lei...”, no sentido de respeito escrupuloso ao direito aplicável conforme os direitos, liberdades e garantias.

funcionais, sobretudo perante o evidente desequilíbrio de poder entre os sujeitos sociais de direito privado e uma quase verticalidade análoga - por vezes quase idêntica – que se encontra nas relações entre os indivíduos e o Estado.

Deste modo, referimo-nos à eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares – o designado “efeito ou eficácia horizontal” na literatura jurídica portuguesa²⁴⁹.

Com efeito, a resposta para esta preocupação deve ser aquilatada no âmbito constitucional. Neste sentido, a CRGB²⁵⁰ pauta por uma formulação pouco venturosa e próxima da adotada, por exemplo, na CRP, art. 18º e na Lei Fundamental Alemã, art. 1º, relativamente à irradiação dos efeitos dos direitos fundamentais na esfera jurídica privada. Este fundamento é baseado no facto de incluir expressamente os particulares no rol dos sujeitos e das entidades vinculadas aos direitos fundamentais, não excluindo, na nossa apreciação, a possibilidade de vinculação dos direitos fundamentais aos particulares. No mesmo sentido, o art. 5º, 1º parágrafo da Constituição Federal Brasileira, além de reconhecer expressamente a vinculação às entidades estatais, não afasta, segundo a doutrina maioritária, a sua vinculação e eficácia em relação aos particulares. Esta é sustentada por uma construção dogmática elaborada por Claus-Wilhelm Canaris, com fundamento substancial na teoria dos deveres de proteção estatais, e na sustentação da existência - salvo previsão constitucional direta como no caso de Portugal -, de uma eficácia geral indireta.

Contudo, parece indiscutível a defesa da tese de eficácia mediata dos direitos fundamentais nas relações entre particulares, sobretudo na óptica da Lei Fundamental (LF) alemã, dado que esta, no art. 1º, n.º 3, dispõe que “*os direitos fundamentais que se seguem vinculam a legislação, poder executivo e a jurisdição como direito imediatamente vigente*”. Decorre expressamente desta as vinculações das autoridades públicas aos órgãos jurisdicionais nas interpretações e aplicações dos direitos

²⁴⁹ Em regra, irradiação dos direitos, liberdades e garantias não tem a virtualidade de se aplicar nas relações jurídico-privadas, apenas tendo por destinatário possível e original o poder público. Entretanto, a dogmática da eficácia horizontal dos direitos fundamentais é configurada, em geral, conforme as duas tendências seguintes: a de vinculação imediata, que toma em consideração a dimensão objetiva dos direitos fundamentais, como normas e repositórios de valores, não carecendo, por isso, de qualquer interposição, podendo o seu beneficiário, invocá-los aos seus semelhantes como se estivessem a invocá-los a uma entidade pública; já, entretanto, o contrário acontece na vinculação mediata, em que se toma em conta a necessidade de garantia de operacionalidade de tais direitos fundamentais através do Direito Privado, das suas cláusulas gerais de boa-fé, abuso do direito, a ordem pública, os bons costumes, etc... Cf. José Carlos Vieira de Andrade, «Os Direitos Fundamentais nas Relações entre Particulares», *Documentação e Direito Comparado*, n.º 5, 1981, p. 233 e ss. José Carlos Vieira de Andrade, Os Direitos Fundamentais na Constituição portuguesa de 1976, 5ª ed., Coimbra, Almedina, 2012, p. 205 e ss; Vasco Pereira da Silva, «A Vinculação das Entidades Privadas pelos Direitos, Liberdades e Garantias», *Revista de Direito e Estudos Sociais*, ano XIX, II, n.º 2, 1987, p. 259; José João Nunes Abrantes, «Direito de Trabalho e a Constituição», *Estudos de Direito do Trabalho*, Lisboa, AAFDL, 1990, p. 80 e ss.

²⁵⁰ Cf. Nesse sentido os Arts.30º/1 da CRGB, 18º CR Cabo-Verde, 56º/1 CR Moçambique, e 28º/1 CR Angola.

fundamentais, nomeadamente numa perspectiva jurídico-prático - tendo a justa composição de quaisquer litígios - assim como a vinculação do legislador do direito público e de direito privado aos direitos fundamentais²⁵¹. Estes não dependem de quaisquer intermediações, são imediatas, no sentido de vincular os seus atos e procedimentos aos direitos fundamentais²⁵². As autoridades públicas e o legislador ordinário devem tomar os direitos fundamentais como guião e referências às suas atuações, quer abstendo-se de intervir, quer protegendo-os, e os tribunais²⁵³ devem interpretar e aplicar os direitos nos casos concretos, sujeitos à sua jurisdição, de modo a não provocar efeitos nocivos ou ofensivos aos conteúdos dos direitos fundamentais.

Assim sendo, de acordo com o artigo 2º e ss., da LF alemã, apenas os poderes estatais - e não os sujeitos de direito privado - estão vinculados aos direitos fundamentais como direitos imediatamente vigentes. Neste sentido, Canaris, seguido por Jorg Neuner, escreve que a defesa da tese da eficácia direta horizontal dos direitos fundamentais suprimiria a diferenciação categorial entre Estado e sociedade. Com efeito, “uma vinculação abrangente ao enunciado da igualdade do art. 3º da LF seria pura e simplesmente incompatível com uma sociedade pluralista”, devendo-se declinar perante a tese de eficácia horizontal²⁵⁴.

Generalizando, e não obstante registarmos algumas resistências por parte de um setor da doutrina, tem sido aceite a tese da eficácia direta dos direitos fundamentais nas relações entre particulares por parte de setor significativo da doutrina e jurisprudência estrangeira, sobretudo com respaldo e seguimento nas

²⁵¹ Pois a vinculação imediata do legislador ordinário do direito privado aos direitos fundamentais decorre da letra dos arts. 1º, n.º 3, e art. 93º, n.º 1, al. 4ª, da LF alemã, e também da afloração da primazia da lex superior (Constituição) sobre a lei inferior – ordinária. Assim os direitos fundamentais influenciam e vinculam o legislador ordinário do direito privado no âmbito das suas funções normais, como proibições de intervenção e imperativos de proteção.

²⁵² Para mais desenvolvimentos sobre esta matéria na LF alemã, veja-se: Claus-Wilhelm Canaris, *Direitos Fundamentais e Direito Privado*, op. cit., p. 22 e ss.; Idem, «A Influência dos Direitos Fundamentais sobre o Direito Privado na Alemanha», in Ingo Wolfgang Sarlet (org.), *Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado*, 3ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 218.

²⁵³ Igualmente, retira-se do art. 1º, n.º 3º, da LF alemã, que o órgão jurisdicional do Estado, representado pelos tribunais, vinculam de forma imediata aos direitos fundamentais, sobretudo na efetividade ou concretização desses direitos fundamentais, de cujas violações ou errada aplicação constitui o seu titular no direito de petição constitucional com fundamento em violação de seu direito fundamental como violações de proibições de intervenções e de imperativos de proteção.

²⁵⁴ Cf. Jorg Neuner, «A Influência dos Direitos Fundamentais...», op. cit., p. 226. A propósito, o Tribunal de Reich (Reinshsgericht) equacionou esta questão já em 1925, sobre a Lei de Deflação, na qual recorreu, de entre outros critérios, ao do art. 153º da Constituição de Weimar, tendo antecipado, além disso, a tese da eficácia jurídico-privada indireta dos direitos fundamentais de uma associação como violações nos seus direitos fundamentais, em que se concretizou a regra constante do 242 do BGB (138º do BGB) mediante os deveres fundamentais dos artigos 153º, III, e 155º, III, da Constituição da República alemã. Todavia, sem pôr de lado as evidências relativas àquelas normas constitucionais consagradoras de direitos fundamentais de conteúdos e enunciados programáticos, desprovidos de quaisquer eficácia jurídica direta e imediata, nem perante a entidade estatal.

diversas ordens jurídicas, v.g., Portuguesa²⁵⁵, Espanhola²⁵⁶, Argentina, Colombiana, etc.

²⁵⁵ Em Portugal parece existir um consenso relativamente à questão da eficácia direta e imediata dos direitos fundamentais nas relações entre particulares, todavia não é pacífico a questão de fixação de parâmetros e termos em que se processam a vinculação de entidades privadas. Com efeito, a CRP procurou no art. 18º solucionar um problema que a CR da Guiné-Bissau, a CR Federativa do Brasil, a CR Alemã, não resolveram, todavia acabou por dar azo a uma outra margem de dúvida sobre em que medida tal vinculação direta de privadas se deve estabelecer, dado que não faz qualquer sentido a equiparação entre as entidades públicas e as privadas para o efeito da referida vinculação. Perante a declinação da solução formalista, que conduz a uma equiparação da atuação privada em sede do direito privado às das entidades públicas, e na declinação da tese, que se tem vindo a defender, que os direitos fundamentais são dirigidos aos particulares, minando por completo a razão e fim último para o que realmente os direitos fundamentais existem, senão, enquanto direitos subjetivos, de cariz público, se opõem *prima facie* ao poder público, i.e., existem para limitar as atuações do poder público. Para solucionar esta questão, a doutrina portuguesa pugnou por vias diferenciadoras, declinando-se perante a indiferença transposta na “teoria da convergência estatística”, que informa que a atuação dos particulares no exercício da autonomia privada é sempre produto de uma autorização estatal, e todas as ofensas aos direitos fundamentais “partem do Estado”, uma vez que a este incumbe um dever de proteger os direitos fundamentais em geral. Neste sentido, foi mais longe ainda, Paulo Mota Pinto, ao reconhecer a dificuldade em aceitar a referida tese de equiparação que parece resultar formalmente da CRP, tendo, por isso, recusado admissão de uma generalizada eficácia horizontal imediata, “com transformação global da Constituição no estatuto imediato das relações entre particulares”. O que nos conduziria à produção imediata de consequências jurídicas ao nível constitucional, com substituição dos regimes jurídico - privados, v.g., Código Civil, saldando-se, na óptica deste autor, designadamente, “na cominação de nulidade, por inconstitucionalidade, de todos os atos e negócios jurídicos privados celebrados contra direitos, liberdades e garantias, e na ilicitude, para efeito civil, designadamente, a responsabilidade civil, dos atos que ofendessem esses direitos”. Na tentativa de se encontrar soluções diferenciadoras face à margem de dúvidas deixadas pelo art. 18º da CRP, relativo à não precisão de *modus vinculandi*, Gomes Canotilho avançou com a “metódica de diferenciação”, na qual patenteia uma solução diferenciadora que atende à existência de um “poder privado” ou de uma situação de desigualdade. A maioria prefere o critério concreto para a extensão e graduação da referida eficácia, distinguindo relações dentro dos grupos, com os poderes instituídos, relações entre particulares e poderes sociais de facto e relações entre particulares em igualdade. Já Pereira da Silva prefere uma solução de vinculação próxima à do Estado, embora distinga entre uma “vinculação a título principal”, das entidades privadas dotadas de poder, com um dever ativo de cooperação, e uma “vinculação a título secundário” de todo e qualquer indivíduo, como terceiro sobre quem impende um dever geral de respeito. Neste sentido, J. J. Abrantes defende que na vinculação entre entidades em situação de igualdade, a garantia dos direitos fundamentais resumir-se-ia ao núcleo duro, enquanto entre sujeitos desiguais são aplicáveis os mesmos termos que para as entidades públicas. Já para Paulo Mota Pinto, seguindo a solução equacionada por Claus-Wilhelm Canaris, defende que “(...) À perspetiva da eficácia horizontal direta perante poderes sociais é, pois, para lá daquele núcleo essencial, preferível a impositação com base na função dos direitos fundamentais enquanto imperativos de tutela”. Assim “os deveres de proteção destes direitos – e igualmente dos direitos económicos e sociais – obrigarão, pois, as entidades públicas a intervir nas relações entre particulares, evitando-se a rigidificação e inflexibilidade da vida jurídico-privada (...), sem deixar, porém, de obter, com uma conciliação de interesses diferenciadora na situação concreta, níveis de proteção adequados às exigências dos direitos fundamentais”. Cf. Jorge Miranda e Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, Vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 2005, p. 157; José Carlos Vieira de Andrade, *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 3ª ed., Coimbra, Almedina, 2004, p. 259; J. J. Gomes Canotilho, *op. cit.*, p. 448 e ss.; José Joaquim Gomes Canotilho e Vital Moreira, *op. cit.*, p. 147 e ss.; Jorge Miranda, *Manual de Direito Constitucional*, Vol. IV – Direitos Fundamentais, 3ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 320 e ss.; António Menezes Cordeiro, *Tratado de Direito Civil Português, I – Parte Geral*, tomo I, 3ª ed., Coimbra, Almedina, 2007, p. 204 e ss.; Vasco Pereira da Silva, *op. cit.*, p. 259 e ss.; Paulo Mota Pinto, «O direito ao livre desenvolvimento da personalidade», *Studia Juridica*, nº40, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 227 e ss.; Idem, «A Influência dos Direitos Fundamentais sobre o Direito Privado Português», in AA. VV., *Direitos Fundamentais e Direito Privado. Uma Perspectiva de Direito Comparado*, Coimbra, Almedina, 2007, p. 155 e ss.; Idem, «O direito à reserva sobre a intimidade da vida privada», *Boletim da Faculdade de Direito*, nº69, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1993. Marcelo Rebelo de Sousa e José de Melo Alexandrino,

Constituição da República Portuguesa Comentada, Lisboa, Lex, 2000, p. 97 e ss.; Claus-Wilhelm Canaris, *op. cit.*, p. 41 e ss. Acrescentamos que a questão dos efeitos horizontais imediatos dos direitos fundamentais foi equacionada com bastante acuidade do ponto de vista da jurisprudência do Tribunal Constitucional Português, não merecendo por isso um tratamento consentâneo e claro, como podemos ver pelo Acórdão do TC N.º 198/85, Pub. DR, II, Série, N.º 217, de 19 de Setembro de 1992, que além de reconhecer a eficácia entre as partes de certos direitos fundamentais, v.g., do segredo de correspondência, ainda dispõe que “independentemente do significado exato que venha a ser dado, em geral ou por outros direitos fundamentais, ao âmbito da força vinculativa destes direitos também pelas entidades privadas, por exemplo nas relações jurídicas privadas”. Parece seguir este entendimento da eficácia horizontal dos direitos fundamentais o Acórdão do TC n.º 1/84, Pub. DR, I Série, de 17 de Abril de 1984, e o Acórdão do TC n.º 93/92, Pub. DR, I – A Série, 123, de 28 de Maio de 1992. Em boa verdade, a questão do efeito horizontal dos direitos fundamentais aparece no Tribunal Constitucional como uma questão indireta ou incidental, por isso, este tribunal na apreciação da questão de inconstitucionalidade que lhe foi pedida para decidir, acaba por se pronunciar sobre a vinculação das entidades privadas aos direitos fundamentais. Com efeito, o TC nas decisões que toma, muitas vezes se confronta nas situações evidentes de conflitos entre exercícios dos direitos fundamentais de pessoas privadas nas suas relações, v.g., Acórdão do TC n.º 359/91, Pub. DR, I-A, de 9 de Julho de 1991. Por conseguinte, o Acórdão do TC n.º 275/2002, Pub. DR, II, Série, de 14 de Julho de 2002, decretou a inconstitucionalidade da exclusão do direito dos familiares (pelo queixoso não ser casado) de reclamar compensação por danos morais no caso de homicídio doloso de um parente, baseando-se no argumento dos princípios da proteção da família e da proporcionalidade. Ainda, o Acórdão do TC n.º 153/90, Pub. DR, II série, de 3 de Maio de 1991, julgou inconstitucional a norma regulamentar dos Correios que incluía as condições contratuais com os clientes, nos quais os Correios não deviam nenhuma compensação ao consumidor pelo lucro cessante no caso de atraso na entrega de cartas ou de um vale postal, dado que esta norma conflituava com o direito do consumidor previsto no art. 60º da CRP. Recentemente, o Acórdão do TC n.º 657/2006, não julgou inconstitucional a norma que resulta da conjugação do disposto na alínea a) do n.º 1 e do n.º 2 do art. 824º do CPC, na redacção dada pelo DL n.º 180/96, de 25 de Setembro, no entendimento de que permite a “penhora de qualquer percentagem no salário de executados quando tal salário é inferior ao salário mínimo nacional ou quando, sendo superior, o remanescente disponível para os mesmos, após a penhora, fique aquém do salário mínimo nacional”.

²⁵⁶ Na ordem constitucional espanhola, a questão de efeito direto “horizontal” dos direitos fundamentais nas relações entre particulares é profundamente debatida entre os juristas da área pública e privada. Com efeito, uma larga maioria inclina-se pela positiva, i.e., ao admitirem a referida eficácia direta à luz da CR espanhola. Neste sentido, de forma mais explícita e aprofundada veja-se, Juan María Bilbao Ubillos, «La Eficacia Frente a Terceros de los Derechos Humanos en el Ordenamiento Español», in AA. VV., *Direitos Fundamentais e Direito Privado. Uma Perspectiva de Direito Comparado*, Coimbra, Almedina, 2007, p. 165 e ss.; Idem, «En qué medida vinculan a los particulares los derechos fundamentales?», in Ingo Wolfgang Sarlet (org.), *Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado*, 3ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 280 e ss. De igual modo, este autor procura mostrar que a mesma questão foi objeto de discussão na doutrina norte americana, sobretudo a dificuldade crescente gerada com a construção da doutrina de “*state action*”, que estabelece uma espécie de alternativa a “*Drittwirkung*” (a questão da eficácia dos direitos fundamentais na ordem jurídica privada) e limite de atuação do Estado, colocando assim entrave na configuração e defesa da tese de eficácia direta dos direitos fundamentais nas relações entre particulares. Cf. José Joaquim Gomes Canotilho, «Dogmática de Direitos Fundamentais e Direito Privado», in Ingo Wolfgang Sarlet (org.), *Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado*, 3ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 295 e ss. De igual modo, Christian Courtis, adverte que os direitos humanos se dirigem ao Estado enquanto primeiro obrigado aos diplomas legais e normas internacionais positivadoras dos direitos humanos, mas não afasta a possibilidade de vincular os particulares a respeitar os direitos humanos nas suas relações, v.g., respeito requerido aos direitos humanos dos trabalhadores migrantes, e a proibição de discriminação decorrente da norma de *jus cogens*, etc. Cf. Christian Courtis, «La Eficacia de los Derechos Humanos en las Relaciones entre Particulares», in Ingo Wolfgang Sarlet (org.), *Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado*, 3ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 345 e ss.

Neste mesmo sentido, seguindo a orientação de Ingo Sarlet, face à Constituição Federal Brasileira²⁵⁷, podemos dizer que o reconhecimento da eficácia direta ou indireta das normas dos direitos fundamentais na CRGB, art.30º/1, nomeadamente nas relações entre particulares, deve ser entendida e equacionada de forma diferenciada, seguindo o postulado de diversidade de efeitos jurídicos. Com efeito, a garantia de uma eficácia social dos direitos fundamentais, como fenómeno complexo, exige a consideração coordenada de uma multiplicidade de aspetos fácticos e técnico-jurídicos, de tal sorte que somente uma metódica suficientemente diferenciada se revela apta a dar conta das diversas facetas do problema²⁵⁸.

Assim sendo, na nossa CR, seria plausível configurar uma solução legal e constitucional adequada, que visasse reconhecer não apenas a eficácia direta *prima facie* dos direitos fundamentais às entidades públicas, mas também as relações puramente privadas, relegando a questão de determinação de condição, mecanismo e parâmetro dessa eficácia e vinculação dos direitos fundamentais nas relações de foro privado, para posteriores ponderações casuísticas nos termos e em conformidade com o critério atrás enunciado²⁵⁹.

Ainda no domínio da eficácia direta “horizontal” dos direitos fundamentais, acrescentamos que esta

²⁵⁷ Cf. Ingo Wolfgang Sarlet, *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*, 8ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2007, p. 92, 244, 373 e ss. Ainda, o autor acentua do ponto de vista crítica, a qualificação dos direitos fundamentais de cunho notadamente social e programático, de aplicação indireta, i.e., depende da intervenção do legislador ordinário/infraconstitucional, tendo ainda criticado a doutrina brasileira pela insistência nessa qualificação desajustada a realidade constitucional do Brasil desde 1934, naturalmente inspirados nas concepções dos autores italianos, dos juristas contemporâneos à Constituição de Weimar, baseadas no tratamento e na classificação clássica híbrida dos direitos fundamentais de aplicabilidade direta e imediata contra os direitos fundamentais de não aplicabilidade direta ou inexecutáveis por si só, antes carecendo de um pressuposto à posteriori, nomeadamente a intervenção do legislador ordinário. Portanto, o autor concluiu que, todos os direitos fundamentais produzem efeitos, embora reconhece-se a existência de normas de eficácia limitada não tanto quanto apagada, i.e., só por carecer de eficácia normativa suficiente, por isso, impõe uma atuação concretizadora por parte do legislador ordinário. Parece que esta questão da eficácia dos direitos fundamentais na ordem jurídica norte-americana faz-se sentir com grande eco na doutrina e jurisprudência constitucional desse país, sobretudo quando o Arresto da Suprema Corte já em 1958, no caso *Trop v. Dulles*, deixa a seguinte afirmação, “Os preceitos constitucionais não são adágios gastos pelo tempo ou contra-senhas destituídas de sentido. São princípios vitais e vivos, que autorizam e limitam os poderes governamentais em nossa opção. Eles são regras de Governo. Quando a constitucionalidade de um ato do Congresso é questionada perante este Tribunal, devemos aplicar estas regras. Se não o fizermos, as palavras da Constituição nada mais serão do que bons conselhos”. (Ingo Wolfgang Sarlet, *op. cit.*, p. 245).

²⁵⁸ Cf. José Joaquim Gomes Canotilho, «Civilização do Direito Constitucional ou Constitucionalização do Direito Civil?», in Eros Roberto Grau e Willis Santiago Guerra Filho (orgs.), *Direito Constitucional – Estudos em Homenagem a Paulo Bonavides*, Malheiros, São Paulo, 2001; Idem, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7ª ed., Coimbra, Almedina, 2003, p. 398 e ss.

²⁵⁹ A eficácia e vinculação direta às autoridades públicas, incluindo o Estado, administração pública em geral, empresas públicas, os institutos, as autarquias, etc..., impõem que as mesmas não só respeitem os direitos fundamentais como as obrigam, nas suas atuações, a criar condições objetivas que garantam o efetivo exercício dos direitos fundamentais por parte dos seus titulares. Cf. Tiago Viana Barra, «A Responsabilidade...», *cit.*, p. 1180 e ss.

deve ser interpretada e entendida quer à luz da CRP, quer da CRGB - do Brasil, Espanha, Alemanha e dos restantes países lusófonos, entre outras - com limites específicos, em parte provenientes dos princípios estruturais e dos próprios valores do direito privado. Neste sentido, a importância e a polivalência dos direitos fundamentais e os respetivos mecanismos de concretizações não compadecem com uma lógica de transposição mecânica e incondicionada, sobretudo quando implicam as esferas jurídico - privadas. Acreditamos que a tese da eficácia direta “horizontal” dos direitos fundamentais é defensável, excecionalmente, quando não visa minar o outro direito privado fundamental, igualmente reconhecido constitucionalmente, v.g., a liberdade individual ou autonomia privada.

Contudo, admitimos que nem sempre têm o mesmo conteúdo e alcance para a relação entre sujeitos de direito privado e para a relação entre o cidadão e o Estado, sendo que aquela depende, em regra, de uma intermediação legislativa e vinculação na órbita jurídica privada. Ainda que nas relações entre os sujeitos do direito privado, que se encontrem numa situação de supremacia, desnivelamento e até de dependência social e económica - uma vez que um dos sujeitos privados (v.g., grandes empresas) encontra-se numa posição de superioridade e de poder similar ou idêntica à posição de qualquer autoridade pública, nomeadamente do próprio Estado - defendemos a opinião favorável da irradiação automática dos direitos fundamentais na órbita jurídica do sujeito privado dominante, de modo a evitar ou a impor-lhe comandos normativos de proibições de intervenção e de imperativos de tutela. Neste sentido, afirma José Abrantes que existem situações em que tal eficácia horizontal está logo garantida ou, contrariamente, nem fazia qualquer sentido²⁶⁰.

Ainda assim, em gesto de remate final, podemos concluir que ao art. 30º/1 da CRGB de 1984 é possível atribuir o mesmo sentido e conteúdo da norma do art. 18º, n.º 1, da CRP, do art. 1º, inciso III, da Lei Fundamental da Alemanha e art. 5º, 1º, da Constituição Brasileira. Tal quererá significar, subscrevendo a opinião de Jorge Miranda, que cada ou qualquer ato dos poderes públicos deve tomar os direitos fundamentais como “baliza e referencial”²⁶¹. Defendemos também que os destinatários

²⁶⁰ Cf. José João Abrantes, *Contrato de Trabalho e Direitos Fundamentais*, Coimbra, Coimbra Editora, 2005, p. 72 e ss. Este adverte e bem, que existem outros poderes paralelos e inimigos..., e a questão torna-se mais aguda nas relações empregador-trabalhador ou entre o indivíduo e os agrupamentos privados, em que as suas posições de forças se configurem de forma desigual. Cf. Alexandre Reis Siqueira Freire, «Eficácia dos Direitos Fundamentais nas Relações entre Particulares», *O Direito no Século XXI, Estudos em Homenagem ao Ministro Edson Vidigal*, Florianópolis, Editora Obra Jurídica, 2008, p.11 e ss.

²⁶¹ Foi neste mesmo sentido que os autores espanhol María Del Carmen e Barranco Avilés, com razão, afirmam que a legitimidade do poder político, logo do governo, funda-se nos Direitos Fundamentais, porque existe Governo em função e da necessidade de salvaguarda dos valores dos Direitos Fundamentais (Cf. María Del Carmen e Barranco Avilés, *La Teoría Jurídica de los Derechos Fundamentales*, Madrid, Instituto de Derechos Humanos - Universidad Carlos III de Madrid, Dykinson, 2004, p. 69 e ss). Já um Arresto antigo do Tribunal de Geórgia, estabelece que “O direito à intimidade tem as suas razões nos intintos da natureza”. Reconhece-se isso intuitivamente. Qualquer pessoa, em condições normais, deve

imediatos das normas sobre os direitos fundamentais, *ab initio*, são as autoridades públicas - incluindo o próprio legislador do direito privado - proibindo-as de interferências ou excessos. Contudo, não se aplica tal princípio da irradiação direta na esfera jurídico-privada, antes carecendo de uma intermediação legislativa como imperativo de tutela, tratando-se de uma irradiação mediata nas relações horizontais. Excepcionalmente, admitimos a possibilidade de eficácia direta em relação a terceiros na hipótese de direitos fundamentais visarem sujeitos de direito privado como destinatários da norma²⁶², assim como nas situações de assimilação do sujeito do direito privado à posição de autoridade e dominante do Estado. Tais relações entre sujeitos de direito privado são, atualmente, identificadas pelo exercício de poder económico-social e por uma vincada verticalidade fundada no evidente desequilíbrio similar, por circunstâncias mais evidentes do que aquela que se encontra nas relações entre os sujeitos privados e as autoridades públicas.²⁶³

6. Conclusão

Em síntese, cumpre-se assinalar que a matéria da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, v.g., irradiação da eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre os sujeitos de direito privado, não deve ser encarada como uma pura lógica matemática, carecendo de uma pressuposição da realidade *jus* fundamental, suscetível de nos conduzir a aceitar a tese monista. Esta tese defende os direitos fundamentais como direitos imediatamente vigentes também nas relações entre os particulares, nomeadamente nas relações que se configuram de poder económico-social análogas à relação de verticalidade e de desequilíbrio, que se verifica na relação entre particulares e o Estado²⁶⁴. Na nossa perspetiva, configura-se como regra a tese dualista, que defende os direitos fundamentais como direitos vigentes e que vinculam os particulares de forma mediata e mediante a intermediação e

aceitar a premissa de que existem assuntos privados ou íntimos para cada membro da sociedade e que há outros públicos..., cf. Sérgio Covello, *O Sigilo Bancário*, São Paulo, Leud, 1991, p. 27.

²⁶² Cf. art. 9º, n.º 3, 2ª frase, da LF. Sobre este preceito e abordagem do caso Luth, sobre a eficácia da irradiação dos direitos fundamentais nas relações entre privados, bem como a opinião do Tribunal Constitucional Federal alemã sobre o assunto, vide: Claus-Wilhelm Canaris, *op. cit.*, pp. 135 e 138. Ainda acrescenta este autor, que a função dos direitos fundamentais de imperativos de proteção carece, em regra, da efetivação pelo legislador ordinário, devendo este proporcionar uma eficaz proteção a esses direitos. Entretanto, adverte ainda que a proibição da insuficiência não coincide com o dever de proteção, devendo ser encarada como uma função autónoma.

²⁶³ Neste sentido, veja-se Jorge Miranda, e Rui Medeiros, *op. cit.*, p. 157; Ingo Wolfgang Sarlet, *Constituição Direitos Fundamentais e Direito Privado*, ...p.25. e ss. Jorg Neuner, *Privatrecht und Sozialstaat*, Munchen, 1998, p. 150.

²⁶⁴ Contrariamente à posição sufragada pela doutrina maioritária, parece que Nipperdey defende a tese monista, sugerindo assim a relevância direta dos direitos fundamentais também nas relações entre particulares, veja-se: Eugénio Facchini Neto, «Reflexões Histórico – Evolutivas sobre a constitucionalização do Direito PRivado», in Ingo Wolfgang Sarlet (org.), *Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado*, 3ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 60.

regulação legislativa do direito privado, decorrente, em parte, da função do imperativo de tutela²⁶⁵.

Partindo dos argumentos atrás esgrimidos, concluímos que somente a referência expressa da CRP, 18º, n.º 1, e da CRGB, art. 30º, n.º 1, a vinculação imediata dos direitos fundamentais à autoridade pública e aos particulares²⁶⁶, não resolve o problema. Antes a configuração da norma em causa deve ser encarada e interpretada *cum grano salis*.

Assim sendo, na verdade, tal vinculação deve ser configurada em duas perspetivas seguintes:

- Da verticalidade: assenta na relação entre Estado vs Privado – relação do poder, supremacia e de inigualdade.
- Da horizontalidade: contrariamente, verifica-se nas relações intersubjetivas entabuladas entre sujeitos de direito privado, e assenta na ideia da igualdade, subdividindo-se em:

Horizontalidade real ou pura: assente na relação de pura igualdade entre privados ou particulares sem quais supremacia ou posição do poder.

Horizontalidade aparente, que integra e encontra-se subjacente à ideia da verticalidade, da relação do poder social/económico análogo ao que se verifica na relação com o Estado.

Por conseguinte, o poder social/privado configura-se como critério decisivo para aferição da vinculação imediata dos direitos fundamentais na esfera jurídica privada da entidade privada dominante similar ao poder do Estado, para o qual vale aqui a tese monista. Contudo, em todas as situações das relações intersubjetivas dos sujeitos privados iguais e sem qualquer posição de domínio, a vinculação e a irradiação dos efeitos dos direitos fundamentais carece da interposição, i.e., é mediata, e como tal, vale aqui a tese dualista.

Com efeito, a defesa da tese da eficácia dos direitos fundamentais entre sujeitos privados comporta, naturalmente, limites e condicionalismos decorrentes dos princípios estruturais e dos valores que informam o direito privado. A mencionada polivalência dos direitos fundamentais na órbita das relações *jus* privadas constitui um veículo de equilíbrio de tais direitos de liberdades com o princípio da autonomia privada regulado. Assim preservar aqueles direitos sem minar a liberdade contratual e

²⁶⁵ Cf. José Carlos Vieira de Andrade, «Os Direitos Fundamentais e Garantias no âmbito das Relações entre Particulares», in Ingo Wolfgang Sarlet (org.), *Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado*, 3ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 44.

²⁶⁶ Claus-Wilhelm Canaris e Jorgen Neur asseveram que tal possibilidade de irradiação imediata dos direitos fundamentais deve ser reduzida apenas correlação ao núcleo restrito da dignidade da pessoa humana. No sentido diverso, Gomes Canotilho e Paulo Mota Pinto preferem que seja reduzida apenas nas relações do poder social que possam afectar o núcleo essencial dos direitos fundamentais.

sem olvidar da necessidade fundada de vincular os sujeitos privados ao princípio constitucional da igualdade como proibição da atuação arbitrária e a não razoabilidade, incongruência e irracionalidade na atuação do sujeito privado colocado numa posição sócio - económica privilegiada e de poder²⁶⁷.

PARTE II

PARÂMETRO ESPECÍFICO

CAPÍTULO I

DO SIGILO BANCÁRIO NOS ORDENAMENTOS JURÍDICOS ESTRANGEIROS

Temos por essencial e necessário o desenvolvimento do sigilo bancário nas várias ordens jurídicas estrangeiras para compreendermos a forma e o âmbito de sua consagração gizada na vertente *juspositiva* de proteção deste instituto, assim como a utilidade e vantagens que este trabalho possa representar para a concepção e consagração do regime do sigilo bancário na ordem jurídica guineense na perspetiva de *jure constituto* e numa perspetiva de *jure condendo*. Tal resultará da eventual reforma a implementar, visando alcançar novos patamares de proteções do sigilo bancário, aliadas não somente à preservação e compatibilização de interesses inerentes aos bancos e seus clientes, à confiança pública no sistema bancário como igualmente à garantia do funcionamento regular do sistema financeiro.

Neste capítulo vamos efetuar uma análise seletiva do regime do sigilo bancário numa perspetiva *de jure constituto* considerando, essencialmente, as soluções e regimes vigentes nas ordens jurídicas de alguns países e de algumas organizações de integrações económicas regionais/comunitárias, como sejam da UE, da UEMOA e da Southern African Development Community (SADC).

Com efeito, procurar-nos-emos surpreender com análises de comparações sincrónicas, nomeadamente de aspetos que aproximam ou distanciam as ordens jurídicas em causa, em particular, determinar e

²⁶⁷ Aliás, foi neste sentido que Juan Ubillos adverte que a eficácia e a incidência dos direitos fundamentais na esfera jurídica privada são mais intensas sempre que esteja em causa a própria dignidade da pessoa humana, sobretudo quando a afecta. Cf. Juan Maria Bilbao Ubillos, «En qué medida vinculan a los particulares los derechos fundamentales?», in Ingo Wolfgang Sarlet (org.), *Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado*, 3ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 290.

catalogar os quadros jurídicos do sigilo bancário, sem olvidar da necessidade de estabelecimento de um breve panorama histórico: como a extensão, limites ou conteúdos negativos, e as consequências jurídicas em caso de violação e as soluções possíveis para o grande dilema que o sigilo bancário enfrenta atualmente.

Para o presente estudo, temos por essencial, além da eleição da ordem jurídica vigente no sistema de organização da SADC, UE, e especialmente da UMOA, os sistemas vigentes ao nível dos países, nomeadamente: França, Luxemburgo, Suíça, Inglaterra, Portugal, EUA, África de Sul, Moçambique, Angola, Cabo-Verde, S.T. e Príncipe, Timor-Leste, entre outros.

Por motivos de localização geográfica e da integração da Guiné-Bissau, pretendemos no presente estudo, desenvolver a análise e compreensão valorativa sobre o modelo preconizado pela UEMOA, abordando essencialmente a harmonização dos instrumentos de pagamentos e das legislações aplicáveis ao banco central, tendo como referência a exigente experiência da UE.

Com efeito, temos por justificada a escolha do direito da UEMOA por constituir a entidade de regulação e supervisão, por intermédio de sua instituição especializada – BCEAO e a Comissão Bancária da UEMOA - o setor bancário, dado que comporta várias regulamentações sobre esta matéria. A escolha do sistema da UE justifica-se não só por acentuar a política de harmonização legislativa gizada à proteção do sigilo bancário, mas sobretudo por apresentar alguns traços que o distingue dos sistemas de países da família romano-germânica.

À semelhança do que acontece no sistema Francês, Suíço e do Luxemburgo, que não somente integra a família romano-germânica como possuem sólidos mercados financeiros e bancários, ainda caracterizados pela intensa proteção dada ao sigilo bancário, com o objetivo de fazer valer, sobretudo o interesse público ligado à economia e a necessidade de captação de recurso e de capitalização do sistema financeiro. Deste modo, a França e a Suíça, foram assim considerados países pioneiros em matérias de proteções legais do sigilo bancário, assim qualificado como sigilo profissional.²⁶⁸

Debruçamo-nos ainda sobre a experiência vigente no sistema Moçambicano, por se configurar como

²⁶⁸ Nos EUA, enquanto primeira e maior potência mundial, integra uma família de direito anglo-saxónico, com um setor sólido e muito desenvolvido gizado à necessidade de proteção legal do sigilo bancário. Com efeito, a matéria relacionada com a proteção do sigilo bancário foi publicada em 1970, intitulada “Bank Secrecy Act”, que na aparência do título, visava, no essencial, limitar o perimento de aplicação do sigilo bancário no âmbito da luta contra o branqueamento de capitais. Cf. Augusto de Athayde e Duarte de Athayde, *Curso de Direito Bancário*, Vol. I, 2ª Ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2009, p. 395.

um modelo jurídico híbrido, i.e., na sua substância e conteúdo, próximo à família anglo-saxónica por influência da vizinhança e, igualmente, romano-germânico por uma questão histórica, que confere à proteção do sigilo bancário um interesse peculiar.

A Inglaterra, que comporta um mercado financeiro expressivo e em franca expansão, representa no presente estudo países da *common law* que integram a família anglo-saxónica localizada geograficamente no sistema da UE, enquanto os restantes países pertencem à família romano-germânica. O sistema da UMOA, que constituiu um modelo de integração económica e monetária da sub-região africana - a qual integra a Guiné-Bissau - define a política de forma vertical, nomeadamente a gestão da política monetária, económica e bancária, sem olvidar de que a União colocou assento tónico na integração e na uniformização da banca e dos instrumentos de pagamentos no mercado circunscrito na zona. Neste sentido, a obrigatoriedade de dar guarida ao sigilo bancário não escapou à “*longa manus*” desta instituição, sobretudo no âmbito da regulação do setor financeiro e bancário, em especial²⁶⁹.

Por fim, pretendemos dar grande relevo ao sistema de alguns países africanos, designadamente dos PALOP, bem como ao sistema vigente em Portugal, não só por constituir matriz do direito vigente na Guiné-Bissau, mas pela ligação histórica existente entre os dois países. O facto de existir uma infinidade de diplomas em vigor entre nós, entendemos que o regime de proteção do sigilo bancário, nomeadamente no RGICSF, bem como os respetivos conteúdos, extensões e limitações nas outras disposições extravagantes, na construção doutrinária e jurisprudencial, - sem olvidar da sua recente alteração profunda para reforçar, no essencial, o poder de supervisão prudencial - por si só justifica e alimenta a sua preferência. Deste modo, a ordem jurídica guineense ergueu-se face à sua ligação histórica com Portugal, constituindo desta forma o legado deixado pelo direito português²⁷⁰.

Para fechar esta página, devemos salientar que as organizações e países acima referenciados foram todos escolhidos para o estudo que propomos desenvolver, baseando-nos nos critérios comuns que irão facilitar as respetivas análises, nomeadamente: da coordenação legislativa no âmbito da integração regional ou comunitária, como da SADC, UE e UMOA; ligação histórica, a economia e a expressão do mercado financeiro, a distinta inserção nas famílias jurídicas, sem olvidar da existência da família híbrida, da localização geográfica e da intensidade e extensão da proteção do sigilo bancário.

²⁶⁹ Tratando-se da única regulamentação bancária, o regime do sigilo bancário patenteado na Loi Cadre Uniforme de la UMOA configura-se único e idêntico para os oito Estados Membros da UMOA, incluindo a Guiné-Bissau, por isso, não vamos particularizar os estudos dos restantes Estados-Membros.

²⁷⁰ Cf. Lei n.º1/73, de 24 de Setembro de 1973, que acolhe e manda integrar a legislação portuguesa, então vigente na nova ordem jurídica guineense, desde que não contrarie a soberania nacional, a Constituição, às leis ordinárias da república, e aos princípios e objectivos do PAIGC.

Com efeito, deixamos indícios de modo a empreendermos a tarefa de análise e compreensão do sigilo bancário no âmbito das disposições vigentes nas organizações e nos países aqui referenciados nos moldes que se seguem.

SECÇÃO I

Do Sigilo Bancário no Direito da União Europeia

1. Enquadramento geral

O modelo preconizado pela UE²⁷¹ afigura-se-nos como um modelo completo e consistente de

²⁷¹ O processo da integração ergueu-se a partir dos escombros da 2ª Guerra Mundial, permitindo a aproximação entre os vários Estados da Europa, cujo processo culminou com a formação da CEE – Comunidade Económica Europeia, que mais tarde foi substituída pela União Europeia (EU). O Tratado da UE foi aprovado pelo Conselho Europeu de 10 de Dezembro de 1991 e sancionado em Maastricht em 7 de Fevereiro de 1992, que instituiu a União Económica e Monetária (UEM), com a criação de um Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) e de um Banco Central Europeu (BCE) e adotou-se o Protocolo Relativo aos Estatutos do SEBC e do BCE, esse protocolo ainda integra o Tratado de Maastricht. No entanto, o SEBC é composto pelo BCE e pelos bancos centrais nacionais dos países da CE, o qual integra atualmente o BP. O SEBC, ao contrário do BCE e dos bancos centrais nacionais, carece de personalidade jurídica e de órgãos decisórios próprios, porém os seus objetivos são prosseguidos pelo BCE e bancos nacionais. Outrossim, como consequência imediata da integração ao tratado, a UEM, ao SEBC e ao BCE, os países da CE passaram a adotar o euro como moeda, transferindo para o Eurosistema a respetiva soberania monetária, designadamente, Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal. Passando o Eurosistema a prosseguir os fins e objetivos estritamente ligados à moeda e à estabilização dos preços, no quadro de uma economia aberta, livre de concorrência, oferta e procura, nomeadamente, a definição e execução da política monetária na zona euro, bem como a emissão de notas e moedas metálicas; realização de políticas cambiais; promoção do bom funcionamento dos sistemas de pagamentos; colaboração na condução de supervisão prudencial das instituições de crédito e estabilidade do sistema financeiro, etc. O BCE constitui o núcleo do Eurosistema, cabendo-lhe prosseguir os fins do Eurosistema por intermédio dos bancos centrais nacionais. O BCE tem a sua sede em Frankfurt, é dotado de personalidade jurídica de direito internacional público e órgãos próprios (Conselho e a Comissão Executiva), dispondo de poder para concluir acordos internacionais no domínio monetário e financeiro e para tomar parte nos trabalhos de organizações internacionais, designadamente, FMI e Banco de Pagamentos Internacionais. Para se ajustar e adequar às exigências do Tratado de Maastricht e de integração a UEM, SEBC, BCE, etc, em Portugal procedeu-se a várias reformas legislativas, entre as quais

se destacam: a terceira revisão constitucional, através da Lei Constitucional n.º 1/92, de 25 de Novembro, alterando o regime jurídico-constitucional do BP, perdendo o monopólio da emissão de moeda, e das políticas monetária e financeira. Atualmente, cabe-lhe a tarefa que cabia ao Governo, que era a de colaborar na definição e na execução das políticas monetárias e financeiras. Assim, a competência para decidir da emissão de moeda deixa de pertencer ao BP para passar a caber ao BCE. Mais tarde, realizou-se uma nova revisão constitucional em Portugal, através da Lei Constitucional n.º 1/97, de 20 de Setembro e da Lei n.º 5/98, de 31 de Janeiro, que introduziram alterações ao estatuto e à LO do BP, reiterando a competência do BP na colaboração, definição e execução das políticas monetária e financeira. Assim, foi aprovada a nova LO do BP pela Lei n.º 5/98, de 31 de Janeiro, e alterada parcialmente pelo DL n.º 118/2001, de 17 de Abril. Neste sentido e, para mais informações sobre a evolução da UE, mais precisamente do sistema financeiro europeu e português, perspectivas presentes, futuras, regulamentações do sistema financeiro e bancário português, o SME, impacto da integração na UEM, no SEBC e no BCE, Cf. João Costa Pinto, «O Processo de Integração do Espaço Financeiro Europeu e a Evolução do Sistema Financeiro Português», *Revista da Banca*, n.º6, Lisboa, Abril/Junho, 1988, pp. 27 e 29 e ss. Este estudo refere-se essencialmente ao processo de integração financeira mundial e suas implicações no ordenamento jurídico português, as políticas monetárias do SME, etc; sobre o processo da introdução da moeda única, veja-se um estudo e inquérito realizado pela Federação Bancária da UE (esta foi criada em 1960 e integra os bancos da UE e da EFTA através das Associações de Bancos Nacionais Membros e as instituições bancárias portuguesas são representadas na Federação pela respetiva associação), Federação Bancária da UE, “A Introdução da Moeda Única, Inquérito Sobre os Aspectos Práticos da sua Introdução Realizado Pela Federação Bancária da UE”, in RB31 (1994), Jul/Set., Lisboa, pp. 83 e ss; outrossim, veja-se Abel M. Mateus, «O Euro e os Mercados Monetários Interbancários», *Revista da Banca*, n.º37, Lisboa, Jan/Março, 1996, pp. 107; ainda sobre as vantagens da modernização do sistema financeiro português, veja-se Walter Marques, «Modernização Financeira em Portugal», *Revista da Banca*, n.º6, Lisboa, Abril/Junho, 1988, pp. 5 e ss. Neste estudo podemos encontrar o impacto da integração de Portugal ao espaço comunitário, especialmente no SME, a evolução macroeconómica expressa em valores e números; neste sentido e sobre a representação gráfica das evoluções recentes no sector bancário em Portugal, veja-se José Monteiro Barata, «O Sector Bancário em Portugal: Evolução e Análise Estratégica (1986 - 1992)», *Revista da Banca*, n.º33, Lisboa, Jan/Março, 1995, pp. 17 e ss.; José A.Tavares Moreira, «Sistema Monetário Europeu – Situação e Perspectivas», *Revista da Banca*, n.º2, Lisboa, Abril/Junho, 1987, pp. 87 e ss. Aqui vem tratada a história do SME, suas fases e perspectivas futuras; Conrad Oort, “A Perspectiva da Federação Bancária da Comunidade Europeia”, in *Revista da Banca*, n.º7, Lisboa, Julho/Set., 1988, pp. 36 e ss. Neste artigo reiterou-se o objectivo formulado e a mudança radical verificada a partir de 1987. Assim, a adoção do mercado financeiro sem quaisquer restrições permitiu a criação de um “mundo” dos negócios europeu em geral, e dos bancos em particular – no sector bancário, a liberalização de movimentos de capitais constituiu um facto essencial para a implementação e o progresso de um verdadeiro mercado único de serviços bancários, o que permite aos cidadãos da CE terem as contas bancárias nos outros países da CE, de contraírem empréstimos em todos esses países, comprarem e venderem valores mobiliários e, particularmente, efectuarem as transferências bancárias de dinheiro de um país para outro, etc. Sobre a ambiciosa política de integração económica e monetária, vide Francesco Carbonetti, «Il Sistema Monetario Europeo», in AA.VV., *Banca Borsa e Titoli di Credito*, Anno LIV, Giuffrè Editore, 1991, pp. 176-190 e ss.; AAVV, «O Impacto da União Económica e Monetária no Sistema Financeiro», *Revista da Banca*, n.º24, Lisboa, Out/Dezembro, 1992, pp. 7 e ss. Sobre o impacto e o mecanismo de introdução da UEM e a moeda única, cf. Paulo P. e Cunha, «A União Económica e Monetária e o Objectivo da Moeda Única», *Revista da Banca*, n.º37, Lisboa, Jan/Março, 1996, pp. 75 e ss. Sobre as implicações jurídicas de integração no mercado monetário e financeiro, das quais se destacam essencialmente as proibições de restrições relativas aos movimentos de capitais na CE, passando o BCE a ter direito exclusivo de autorizar a emissão das notas no espaço da CE, etc, cf. Pedro F. Malaquias, «Implicações Jurídicas da Adoção da Moeda Única», *Revista da Banca*, n.º39, Lisboa, Jul/Set., 1996, pp. 102 e ss. Outrossim, cf. António J. A. Nunes, «A Institucionalização da União Europeia Económica e Monetária e os Estatutos do Banco de Portugal», *Boletim de Ciências Económicas*, Vol. XLV-A, Coimbra, FDUC, 2002, pp. 65 e ss. Artur Santos Silva, «Sistema Financeiro Português: Evolução Recente e Perspectivas Futuras», *Boletim de Ciências Económicas*, Vol. XLV-A, Coimbra, FDUC, 2002, pp. 1083 e ss. Entretanto, relativo aos inconvenientes do monopólio do sistema financeiro e do mercado financeiro e bancário fechado, sobretudo, na fixação das taxas de câmbios,

integração regional nas vertentes económica, monetária, social, política e jurídica, devendo servir de exemplo para outros modelos económicos que se pretendem sério e sólido, e para o processo de globalização da economia à escala mundial.

Com efeito, o modelo de integração económica da UE, desde cedo acentuou a sua política no domínio bancário, traduzido na adoção e implementação de regras comuns que visem suprir os estrangulamentos das soluções vigentes nas ordens jurídicas internas dos Estados partes e, por conseguinte, possibilitar a devida articulação e a harmonização. Tal é concebido através de uma política de elaboração de quadro jurídico comum assente nas diretivas, regulamentos e outros instrumentos²⁷². Assim sendo, na UE, o mencionado processo de harmonização legislativa - sobretudo na vertente bancária - traduz-se na adoção, nomeadamente das diretivas europeias que visam definir um quadro jurídico comum aplicável na ordem jurídica interna de cada Estado membro mediante um

de juros e de preços administrativamente por um banco central, veja-se Walter Marques, «Mercado de Câmbio: Teorias Elementares e Política Cambial», *Revista da Banca*, nº2, Lisboa, 1987, pp. 32 e ss.

²⁷² Ainda sobre o impacto da integração da UE, veja-se Eliana Maria Filippozzi, *Direito Bancário Internacional (Captação, Securitização e Seguros)*, Observador Legal Editora, São Paulo, 2001, pp. 63 e ss. Esta autora desenvolveu um raciocínio muito interessante nesta matéria, designadamente, sobre o compacto da UME no comércio internacional, assim, segundo ela, estimava-se em 1998 que a UME passará a constituir um bloco económico muito forte, detendo acima de 1/5 do comércio internacional, 1/3 de seguros e 1/4 de activos mundial; falou-se também das fases de implementação do euro, bem como das medidas empreendidas, designadamente, taxas de conversões, paridades entre as várias moedas da zona, taxas de juros e de câmbios, verificando-se ainda que o domínio de pagamentos não escapa às preocupações europeias, já que se estipulou que os pagamentos devem ser efetuados em dias úteis definidos como sendo dias em que os bancos estão abertos na principal praça do país de pagamento. No entanto, para pagamentos não haverá um país específico. Portanto, para pagamentos domésticos, o dia do pagamento deverá ser o dia útil no local do pagamento e, para pagamentos internacionais, o dia útil deverá ser entendido como o dia em que o sistema de compensações TARGET estiver operado. Porém, estas tendências e orientações acabaram por ganhar corpo atualmente nas Diretivas da CE sobre a matéria de pagamentos, nomeadamente, sobre as transferências bancárias de fundos, em que se vê de forma inequívoca esta preocupação da CE na redução dos prazos de pagamentos, v.g., atual Diretiva 2007/64/CE, que vem revogar a Diretiva 97/7/CE, relativa à transferência bancária. Por seu turno, Fabio Merusi refere-se ao BCE, SEBC, TARGET e ao papel do Banco Central Italiano neste processo de integração do sistema único de pagamento na zona e ainda faz referências a algumas regras internas e externas sobre os pagamentos, designadamente, a Diretiva 97/5/CE e o Regulamento n.º 2560/2001, de 19 de Dezembro, sobre o pagamento transfronteiriço e a compensação, respetivamente. Cf. Fabio Merusi, «Profili Giuridici Dell'equipollenza Monetaria dei Sistemi di Pagamento», in AA.VV., *Banca Borsa e Titoli di Credito*, Anno VLIX, Giuffrè Editore, Marzo-Aprile, 2006, pp. 123 e ss. Sobre a Banca italiana e o SEBC, vide Gustavo Minervini, «La Banca D'Italia, Oggi», *Ibidem*, pp. 619 e ss.; Giuseppe Napoletano, «La Riforma Della Banca D'Italia per L'accesso alla Terza Fase Delle`Unione Economica e Monetaria», *Ibidem*, pp. 71 e ss.; Francesco Capriglione, «UEM e riforme del Sistema Banca Central: L'ufficio Italiano dei Cambi Tra Passato e Avvenire», *Ibidem*, pp. 677 e ss. Ainda sobre o BCE e moeda única, vide Francesco Vella, «Banca Centrale Europea, Banche Centrali Nazionali e Vizilanza Bancaria: Verso un Nuovo Assetto dei Contrilli Nell' área dell'euri?», in AA.VV., *Banca Borsa e Titoli di Credito*, Vol. LV, Marzo/Aprile, Giuffrè Editore, 2002, pp. 150 e ss.; Vittorio Santoro, «L'euro Quale Moneta Scriturale», in AA.VV., *Banca Borsa e Titoli di Credito*, Vol. LIV, Giuffrè Editore, 2001, pp. 439 e ss. Para uma análise mais aprofundada sobre o modelo e o regime de supervisão na UE, vide, Luís Paulo Figueiredo Carvalho, *Os Sistemas de Supervisão Prudencial na União Europeia*, Coimbra, Almedina, 2003, p. 31 e ss. Sobre o euro e o sistema bancário europeu, veja-se Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. pp. 953 e 960 e ss.

processo prévio de receção ou de transposição interna. Deste modo, permite e equaciona instrumentos jurídicos comuns com a finalidade de corrigir as assimetrias e aproximar as pluralidades de regimes e das diversidades de soluções adotadas no âmbito interno de cada Estado.

No âmbito da UE foram notórias as evoluções registadas nas adoções de vários instrumentos jurídicos aplicáveis à banca e a respetiva operação, nomeadamente quanto à sua organização, funcionamento, regras prudenciais e de supervisão, operações e serviços bancários, instrumentos financeiros, os quais destacamos:

- i. Supressão das barreiras quanto à liberdade de estabelecimento e livre prestação de serviços em matéria bancária²⁷³.
- ii. A primeira Diretiva de Coordenação Bancária referente ao acesso à atividade bancária e ao seu exercício²⁷⁴, seguindo-se outra posteriormente neste domínio²⁷⁵.
- iii. Sobre crédito ao consumo²⁷⁶.
- iv. Sobre a publicidade dos documentos contabilísticos²⁷⁷.
- v. Relativos aos fundos próprios dos Bancos²⁷⁸.
- vi. Sobre a ratio de solvabilidade dos Bancos²⁷⁹.
- vii. Sobre prevenção da utilização do sistema bancário e de pagamento para efeitos de branqueamento de capitais, importando, por isso, a limitação do conteúdo e da extensão do sigilo bancário²⁸⁰.
- viii. Fiscalização e controlo dos riscos dos bancos²⁸¹.
- ix. Sistemas de garantia de depósito²⁸².

²⁷³ Diretiva 73/183/CEE do Conselho, de 28 de Junho de 1978, Pub. Jornal Oficial da União Europeia (JOCE) L 194, de 16 de Julho de 1973.

²⁷⁴ Diretiva 77/80/CEE do Conselho, de 12 de Dezembro de 1978, com as alterações introduzidas pelas Diretivas do Conselho 85/137/CEE, 86/524/CEE, 89/646/CEE, e 96/13/CE, Publicados, respetivamente, no JOCE L 322, de 17 de Dezembro de 1977; JOCE L 183, de 16 de Julho de 1985; JOCE L 106, de 23 de Abril de 1986; JOCE L 309, de 4 de Novembro de 1986; e JOUE L 66, de 11 de Março de 1996.

²⁷⁵ Diretiva 89/646/CEE, do Conselho, de 15 de Dezembro de 1989, JOCE L 386, de 30 de Dezembro de 1989.

²⁷⁶ Diretiva 87/102/CEE, do Conselho, de 22 de Dezembro de 1986, alterada pela Diretiva 90/88/CEE, de 22 de Fevereiro de 1990, publicadas, respetivamente, no JOCE L 42, de 12 de Fevereiro de 1987 e JOCE L 61, de 10 de Março de 1990.

²⁷⁷ Diretiva 89/177/CEE, do Conselho, de 13 de Fevereiro de 1989, JOCE L 44, de 16 de Fevereiro de 1989.

²⁷⁸ Diretiva 89/299/CEE, do Conselho, de 17 de Abril de 1989, alterada pela Diretiva 91/633/CEE, e Diretiva 92/16/CEE, JOCE L 124, de 5 de Maio de 1989, JOUE de 11 de Dezembro de 1991, e JOCE L 75, de 21 de Março de 1992.

²⁷⁹ Diretiva 89/647/CEE, do Conselho, de 18 de Dezembro de 1989, JOCE L 386, de 30 de Dezembro de 1989, alterada depois pelas Diretivas da Comissão 91/31/CEE, 94/7/CEE, 95/15/CEE, e 95/67/CEE, JOCE L 314, 28 de Dezembro de 1995.

²⁸⁰ Diretiva 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho de 1991, JOCE L 166, de 28 de Junho de 1991.

²⁸¹ Diretiva 92/30/CEE, do Conselho, de 6 de Abril de 1992, JOCE L 110, de 28 de Abril de 1992. Diretiva 92/121/CEE, do Conselho, de 12 de Dezembro de 1992, JOCE L 29, de 5 de Fevereiro de 1993.

x. Transferências transfronteiriças²⁸³.

xi. Serviços de pagamentos e condições de acessos aos serviços de pagamentos e a instituição da moeda eletrónica²⁸⁴.

Ainda no âmbito da UE, é de referir que a harmonização jurídica preconizada assume-se instável e móbil das frequentes transformações e alterações introduzidas aos seus instrumentos jurídicos, sendo justificada, em parte, pela necessidade de corresponder às exigências da frequente mutação verificada na economia, no setor financeiro, na banca e nas operações bancárias da zona. Porém, sobretudo nos tempos de profunda crise que o mundo vive - em especial a Europa - tais alterações foram indispensáveis e traduziam-se nas exigências e necessidades de aprimorar uma harmonização jurídica eficaz, direcionada a dar resposta e proporcionar soluções à crise, nomeadamente no que tange aos aspetos de regulamentação bancária, reforço de medidas e regras prudenciais, a necessidade do reforço da supervisão e da fiscalização bancária²⁸⁵.

²⁸² Diretiva 94/19/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho (PEC), de 30 de Maio de 1994, JOCE L 135, de 31 de Maio de 1994. Atualmente esta matéria vem regida pela Diretiva 2014/49/UE, de 16 de Abril de 2014, adotada pelo PEC, vide art. 21º. Portanto, esta nova diretiva contempla um elenco de informações que os bancos estão adstritos a prestar aos depositantes em conformidade com o disposto nos termos do art. 16º. E a data limite para a transposição desta diretiva é até 3 de Julho de 2015, art. 20º.

²⁸³ Diretiva 97/5/CE, PEC, de 3 de Março de 1997, JOCE L 43, de 14 de Fevereiro de 1997. Foi transposta para a ordem jurídica interna portuguesa p/Decreto-Lei n.º 41/2000, depois revogado pelo Decreto-Lei n.º 317/2009, de 30 de Outubro, que, por seu turno, transpõe para ordem jurídica portuguesa a nova Diretiva 2007/64/CE, do PEC, de 13 de Novembro, relativa a regulamentação dos serviços de pagamento no mercado interno. Para uma análise mais aturada sobre a evolução dos serviços de pagamentos e perspetivas actuais, veja-se, Januário Pedro Correia, *Giro Bancário. Caso particular da ordem de transferência de fundos (aspectos fundamentais do regime, incidentes e natureza jurídica)*, Dissertação do Mestrado, FDUL, Lisboa, 2006/2007, p. 356 e ss.; Devos Diego, «Les Virements transfrontaliers: Analyse de la Directive Européenne 97/5/CE du 27 du Janvier 1997», *Revista da Banca*, 1998, pp. 43 e ss; João Calvão da Silva, «Responsabilidade Bancaria por transferencia de Creditos», Estudos em Homenagem à Professora Doutora Magalhães Collaço, Coimbra, Almedina, 2002, p. 3 e ss.; Catarina G. Anastacio, *A Transferência Bancária*, Coimbra, Almedina, 2004, pp. 168 e ss.; António Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. pp. 953 e 960 e ss, p. 953; José Engrácia Antunes, *Direito dos Contratos Financeiros*, Coimbra, Almedina, s.d., pp. 550 e ss.; José Simões Patrício, *Direito Bancário Privado*, Coimbra, Almedina, 2004, p. 222. Cf. Rita Mafalda Vera-Cruz Pinto Bairros, «A transferência a crédito – Notas caracterizadoras no contexto da SEPA e do Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento», *Temas de Direito Bancário I*, Cadernos o Direito, nº 8, Coimbra, Almedina, 2014, p. 241 e ss.

²⁸⁴ Diretiva 2007/64/CE.

²⁸⁵ Portanto, no âmbito europeu, a evolução da harmonização jurídica passou a dar grandes passos lineares a contar de meados de 90 até aos nossos dias; com efeito, têm sido adotados vários outros instrumentos de relevo para o setor da integração bancária, ora revogando, ora inovando, ou ora substituindo os já existentes, senão vejamos, nomeadamente: Diretiva 93/13/CE do PEC, de 5 de Abril de 1993 (Publicado no JOUE L95, de 21 de Abril de 1993), Relativa às cláusulas abusivas nos contratos celebrados com os consumidores; Directriz n.º 97/5/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro, relativa às transferências transfronteiriças (Pub. JOCE L043 de 14/02/1997); Diretiva 97/7 do PEC, de 20 de Maio de 1997, relativa à proteção dos consumidores em matérias de contratações à distância (Pub. no JOCE L 144, de 14 de Junho de 1997); Diretiva n.º 98/26/CE de 19 de Maio, relativa ao carácter definitivo da liquidação nos sistemas de pagamentos e de liquidação de valores mobiliários (na parte relativa aos sistemas de pagamentos), Pub. No JOCE L166, de

2. A proteção, vinculação e extensão do seu conteúdo

Sem prejuízo de solução adotada por cada Estado da UE em matéria de preservação e proteção do sigilo bancário, esta temática esteve sempre presente nas agendas de integração da União, a contar desde as primeiras harmonizações jurídicas bancárias na UE, pela Diretiva 77/80/CE e pela Diretiva 89/646/CEE²⁸⁶, quer protegendo quer limitando o seu conteúdo.

11 de Junho de 1998; Diretiva n.º 2000/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Setembro, alterou a Diretiva n.º 2000/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Março, relativa à atividade das instituições de crédito e ao seu exercício, incluindo a definição de instituição de crédito, as instituições de moeda eletrónica; Diretiva n.º 2000/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Setembro, que regula o acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica e ao seu exercício, bem como a sua supervisão; Diretiva 2006/48/CE, do parlamento europeu e do conselho, de 14 de Julho, relativo ao acesso às atividades de instituições de créditos e o seu exercício; Diretiva 2007/64/CE, do PEC, de 13 de Novembro de 2007, relativo aos serviços de pagamento no mercado interno, com a entrada em vigor a partir de 1 de Novembro de 2009 (Pub. JOCE L 319, de 5 de Dezembro de 2007). Porém, esta Diretiva 2007/64/CE, vem revogar expressamente a Diretiva 97/5/CE, relativa às transferências bancárias transfronteiriças, art. 93º. Outrossim, altera nos termos prescritos nos arts. 88º, 89º, 90º, 91º, 92º e 93º das Diretivas: 97/7/CE, 2002/65/CE, 2005/60/CE e 2006/48/CE, publicada no JOCE L 319, de 5 de Dezembro de 2007; Diretiva 2009/110/CE, de 16 de Dezembro de 2009, que revogou a Diretiva 2000/46/CE, e altera as Diretivas 2005/60/CE e 2006/48/CE, com efeitos a partir de 30 de Abril de 2011, que veio introduzir profundas alterações ao quadro comunitário em matéria de acesso e à atividade das instituições de moeda eletrónica, ao seu exercício e à respetiva supervisão prudencial; Regulamento CE n.º 1781/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Novembro de 2006, pub. no JOUE de 08/12/06, relativo às informações sobre o ordenante que acompanha as transferências bancárias de fundos; Regulamento (CE) n.º 2560/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Dezembro de 2001, relativo aos pagamentos transfronteiriços em euros (Pub. no JOCE L 344/13, de 28/12/2001); Regulamento 1103/97, do Conselho, de 17 de Junho de 1997 (JOUE, de 19 de Junho de 1997), relativo à introdução do euro; Recomendação da Comissão n.º 97/489/CE, de 30 de Junho de 1997 (pub. JOCE L 208, de 02 de Agosto de 1997), relativa às operações efetuadas por intermédio de um instrumento de pagamento eletrónico; Recomendação 97/489/CE, de 30 de Julho, relativos às regulamentações especiais das relações entre titulares e emitentes de instrumentos de pagamentos eletrónicos, abrangendo, ainda, os pagamentos à distância e moeda eletrónica; Recomendação da Comissão n.º 87/598/CE, de 08 de Dezembro de 1987 (pub. JOCE L 365, de 24 de Dezembro de 1987), relativa ao Código de Boa Conduta nas operações de pagamentos de eletrónicos; Recomendação 88/598/CEE, de 8 de Dezembro, relativos a pagamentos eletrónicos; Recomendação da Comissão n.º 88/590/CE, de 17 de Novembro de 1988 (pub. JOCE L 317, de 24 de Novembro de 1988), relativa às relações entre o titular e o emitente do cartão, e os sistemas de pagamentos; Recomendação da Comissão n.º 87/598/CE, de 08 de Dezembro de 1987 (pub. JOCE L 365, de 24 de Dezembro de 1987), relativa ao Código de Boa Conduta nas operações de pagamentos de eletrónicos; Resolução n.º 1103/97 do CE que veio estabelecer a substituição do ECU pelo Euro à taxa de um ECU por um Euro, ainda consagrou o princípio da continuidade de negócios, a precisão de taxas de conversão e regras para arredondamentos de valores.

²⁸⁶ Sobre esta matéria, veja-se Rabindranath Capelo de Sousa, «Segredo Bncário...», *op. cit.*, p. 199.

2.1. O sigilo bancário na órbita das diretivas sobre serviços de pagamentos e de acessos às instituições de moedas eletrónicas

Devido à natural tendência da evolução do espaço económico e monetário europeu motivada pelas insuficiências do então quadro jurídico dos serviços de pagamentos no espaço europeu incorporado na Diretiva 97/5/CE²⁸⁷, para responder às preocupações suscitadas em matéria de pagamentos na zona euro, a acrescer ainda as complicações e problemas resultantes das coexistências de disposições legais internas díspares e comunitárias incompletas. Tal suscitou confusões, bloqueamento da segurança jurídica e impedimento do desenvolvimento eficaz e harmónico dos serviços de pagamentos efetuados pelas instituições de pagamentos na zona. Por tais motivos, as instâncias europeias (PEC), no intuito de estabelecerem um quadro jurídico-legal completo, moderno, eficaz, compatível, coerente e articulado com as disposições nacionais vigentes, visando criar um ambiente de concorrência saudável e equitativo no mercado financeiro e no sistema bancário europeu e nos respetivos sistemas de pagamentos. O avanço significativo em matéria de proteção do consumidor e da necessária segurança jurídica nas operações de pagamentos, efetuados pelas instituições de pagamentos no espaço económico europeu, asseguravam ao consumidor final a melhor escolha, segurança, eficácia e eficiência dos custos. Neste sentido, mediante o parecer técnico do Conselho Económico e Social Europeu e do BCE, adotou-se a Diretiva 2007/64/CE, do PEC, de 13 de Novembro de 2007, relativa aos serviços de pagamento no mercado interno, com a entrada em vigor a partir de 1 de Novembro de 2009²⁸⁸. Esta Diretiva vem revogar expressamente a Diretiva 97/5/CE, relativa às transferências bancárias transfronteiriças, no seu art. 93º. Outrossim, altera nos termos prescritos nos arts. 88º, 89º, 90º, 91º, 92º e 93º das Diretivas 97/7/CE, 2002/65/CE, 2005/60/CE e 2006/48/CE²⁸⁹. Entretanto, no âmbito específico do reforço do poder de supervisão europeia, adotou-se a Diretiva 2013/36/EU, do PEC, o Regulamento 575/2013, já transposta pelo Decreto-lei n.º 157/14, de 24 de Outubro²⁹⁰.

²⁸⁷ Transposta pelo Decreto-Lei n.º 41/2000.

²⁸⁸ Cf. JOCE L 319, de 5 de Dezembro de 2007. O conteúdo integral desta Diretiva 2007/64/CE está disponível em www.bportugal.pt.

²⁸⁹ Para se adequar à nova Diretiva 2007/64/CE, a matéria relativa à instituição de moeda eletrónica, adotou-se depois a Diretiva 2009/110/CE, de 16 de Dezembro de 2009, que revogará a Diretiva 2000/46/CE, e altera as Diretivas 2005/60/CE e 2006/48/CE.

²⁹⁰ A diretiva em causa tem como principal objetivo e objeto a coordenação das disposições legais nacionais relativas ao acesso à atividade das instituições de crédito e das empresas de investimento, às modalidades do seu governo e ao seu regime de supervisão. As Diretivas 2006/48/CE e 2006/49/CE incluíam igualmente requisitos prudenciais aplicáveis às instituições de crédito e às empresas de investimento, no entanto, esses requisitos passam a ser regulados no Regulamento (UE) n.º 575/2013, que estabelece requisitos prudenciais uniformes e diretamente aplicáveis às instituições de crédito e às empresas de investimento, uma vez que tais requisitos estão estreitamente relacionados com o funcionamento dos mercados financeiros no que diz respeito a uma série de ativos detidos pelas instituições de crédito e pelas empresas de investimento.

O legislador europeu, como de costume, impõe aos Estados da UE um prazo limite injuntivo de 2 anos a contar de sua adoção, i.e., dispõe até 1 de Novembro de 2009 para a transposição desta Diretiva 2007/64/CE, art. 94º, no âmbito da qual ainda obriga a Comissão a elaborar até 1 de Novembro de 2012 um relatório a apresentar ao Parlamento, Comité Económico e Social e BCE, sobre a aplicação e impacto da presente diretiva, art. 87º o que ocasionou esforços positivos, nos diversos países da zona, com vista à sua transposição. Neste sentido, saliente-se que esta diretiva, quiçá, dada a sua importância a nível comunitário e a necessidade da implementação efetiva da *Single Euros Payments Area* (SEPA) e as respetivas fases, obteve uma mais rápida e maior adesão dos países que integram a zona euro. Portugal, não foge à regra, excecionalmente, procurou respeitar o prazo limite para a sua transposição, adotando o Decreto-Lei n.º 317/2009, de 30 de Outubro de 2009, que aprova o regime jurídico relativo ao acesso à atividade das instituições de pagamento e à prestação de serviços de pagamento e, com isto, transpôs para o direito interno português a Diretiva 2007/64/CE, do PEC, relativa aos serviços de pagamento no mercado interno. Prevê ainda um regime transitório aplicável às agências de câmbio e às sociedades emittentes ou gestoras de cartões de crédito, nos termos regulados ao abrigo do art. 10º relativo às disposições transitórias prevista no DL317/2009²⁹¹.

Igualmente, esta diretiva obteve a mesma dignidade em outros ordenamentos jurídicos europeus visados, embora mediante atos legislativos de adesões ou transposições diferenciados, cujo âmbito preciso não nos compete precisar neste estudo. Mas, em geral, em termos informativos, ficam registados da seguinte forma as respetivas transposições nos outros países, assim, mantendo-se incólumes as versões originárias dos textos legislativos das transposições parcelares ou totais da Diretiva 2007/64/CE.

Atualmente, no âmbito da UE, as instituições de moeda eletrónica e a prestação de serviços de emissão de moeda eletrónica estão sujeitas ao novo regime da Diretiva n.º 2009/110/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Setembro relativa ao acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica, ao seu exercício e à sua supervisão prudencial²⁹². Com efeito, depois da sua transposição

²⁹¹ Este DL n.º 317/2009 entrou em vigor em 1 de Novembro de 2009; encontra-se integralmente disponível no site www.bportugal.pt.

²⁹² Já transposta para a ordem jurídica interna pelo DL n.º 242/2012, de 7 de Novembro, que altera o regime anexo ao DL n.º 317/2009 de 30 de Outubro (artigos 1.º a 13.º, 15.º a 21.º, 23.º, 24.º, 26.º, 31.º, 34.º a 38.º, 41.º, 45.º, 46.º, 50.º, 53.º, 55.º, 56.º, 58.º, 59.º, 62.º, 63.º, 64.º, 73.º, 77.º, 85.º a 88.º, 90.º a 96.º do anexo I), que aprova o regime jurídico relativo ao acesso à atividade das instituições de pagamento e à prestação de serviços de pagamento, transpôs assim a respetiva diretiva para a ordem jurídica interna - a Diretiva 2007/64/CE. Entretanto, a vigência plena desta última diretiva no domínio europeu foi prejudicada com a entrada em vigor da nova Diretiva do PEC de 2013, relativa ao novo quadro jurídico dos serviços de pagamento no mercado interno, que visaria alterar as Diretivas 2002/65/CE, 2013/36/CE e 2009/110/CE e a revogação da Diretiva 2007/64/CE.

pelo DL nº342/2012, o novo regime aplica-se a todas as instituições de moeda eletrónica com sede em Portugal ou noutro Estado-membro da União Europeia, bem como às sucursais de instituições de moeda eletrónica com sede fora da União Europeia que sejam abrangidas pelo diploma, em prejuízo da Diretiva 2007/64/UE, art.1º. Por conseguinte, passam a sujeitar-se à supervisão do Banco de Portugal, quer para o início de atividade quer no decorrer desta, em termos semelhantes aos das instituições de pagamento. Deste modo, cabe ao Banco de Portugal, entre outros, conceder ou revogar a autorização de constituição de instituições de moeda eletrónica, fiscalizar e inspecionar o cumprimento das normas comportamentais, bem como apreciar as reclamações apresentadas pelos portadores de moeda eletrónica, arts.6º e 28º e ss²⁹³.

Por força do art. 33-A e ss, as instituições de moeda eletrónica com sede em Portugal devem, tal como as instituições de pagamentos, adotar a forma de sociedade anónima ou por quotas e possuir, a todo o tempo, capital não inferior a € 350.000,00. Por regra, os seus fundos próprios também não devem ser inferiores ao valor do capital mínimo exigido.

Para além da emissão de moeda eletrónica, as instituições de moeda eletrónica estão habilitadas a prestar serviços de pagamento, atendendo à complementaridade dos dois serviços, bem como a prestar outros serviços conexos como a concessão de crédito, acessoriamente e no âmbito exclusivo de execução de operações de pagamento.

O novo regime jurídico regula ainda algumas condições contratuais entre o emitente de moeda eletrónica e o respetivo portador, designadamente as condições de reembolso. O contrato entre o emitente e o portador deve indicar de forma clara e destacada as condições de reembolso, incluindo quaisquer comissões. O reembolso é feito a qualquer momento, a pedido do portador, e pelo valor nominal, isto é, pelo valor monetário da moeda eletrónica detida, art. 91º-A e ss.

Igualmente, o Decreto-Lei 342/2012 altera os artigos 2.º, 3.º, 4.º, 8.º, 13.º, 116.º-D, 117.º-A, 167.º, 198.º, 199.º-I e 212.º do RGICSFSF, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, e alterado pelos DL nºs 246/95, de 14 de setembro, 232/96, de 5 de dezembro, 222/99, de 22 de junho, 250/2000, de 13 de outubro, 285/2001, de 3 de novembro, 201/2002, de 26 de setembro, 319/2002, de 28 de dezembro, 252/2003, de 17 de outubro, 145/2006, de 31 de julho, 104/2007, de 3 de abril, 357-A/2007, de 31 de outubro, 1/2008, de 3 de janeiro, 126/2008, de 21 de julho, e 211-A/2008, de 3 de novembro, pela Lei nº 28/2009, de 19 de junho, pelo DL nº 162/2009, de 20 de julho, pela Lei nº 94/2009, de 1 de setembro, pelos DL nºs 317/2009, de 30 de outubro, 52/2010, de 26 de maio, e 71/2010, de 18 de junho, pela Lei nº 36/2010, de 2 de setembro, pelo DL nº 140-A/2010, de 30 de dezembro, pela Lei nº 46/2011, de 24 de junho, e pelos DL nºs 88/2011, de 20 de julho, 119/2011, de 26 de dezembro, e 31-A/2012, de 10 de fevereiro.

²⁹³ Por força do Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2014, as disposições dos Avisos do Banco de Portugal n.ºs 3/2008, 10/2008 e 8/2009 são extensíveis às instituições de moedas eletrónicas, Publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 140 de 23 de julho de 2014.

É expressamente proibido o pagamento de juros ou a atribuição de qualquer outro benefício relacionado com o período de tempo durante o qual o portador detém moeda eletrónica, conforme o art. 91-D.

Por esta razão, somos de parecer favorável de que o sigilo bancário, ao nível da UE, sobretudo de todos os países membros que já tenham efetuado a transposição da Diretiva em referência em matéria de serviço de pagamentos e de acesso às instituições de moeda eletrónica, quer do ponto vista formal quer substancial, apresenta regimes jurídicos semelhantes²⁹⁴. Senão, vejamos conforme se segue.

No âmbito europeu existem vários diplomas legais relativos às chamadas zonas livres de circulações de informações no domínio da supervisão prudencial, bem como na imposição de obrigação de prestar informação nas operações e serviços bancários, em prejuízo ao conteúdo e a extensão do sigilo bancário. Com efeito, destacamos as Diretiva nº 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro, da Diretiva nº 2005/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro, e de outros diplomas nacionais ou comunitários aplicáveis aos prestadores de serviços de pagamento, tais como os aplicáveis à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais, bem como ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Nesta matéria, destacamos o Regulamento (CE) n.º 924/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho²⁹⁵, relativo aos pagamentos transfronteiriços em euros, que impõe às instituições de crédito a obrigação de informação prévia relativa aos encargos cobrados aos seus clientes pelos pagamentos transfronteiriços e a obrigação de comunicar ao cliente o seu Número Internacional de Conta Bancária (IBAN) e o seu Código de Identificação Bancária (BIC), caso este o solicite, art. 4.º e art. 5.º. Por seu turno, a Diretiva 2002/65/CE do PE e do CE, de 23 de Setembro²⁹⁶, compreendendo a informação que deve ser prestado ao consumidor no âmbito de comercialização à distância de serviços financeiros.

Entretanto a Diretiva 2007/64/CE prevê, no fundo, as mesmas obrigações a cargo dos bancos, mas de forma inovadora, dividindo, de um lado, as informações a prestar nos casos das ordens independentes dos contratos quadros, e de outro, as que correspondem à execução de um contrato quadro, art. 35º e ss

²⁹⁴ Para mais informações sobre a Diretiva acima referenciada e as respetivas transposições em quase todos os países da UE, veja-se, Januário Pedro Correia, *Giro Bancário...*, *op. cit.*, p. 180 e ss.

²⁹⁵ Que revoga o Regulamento da CE n.º 2560/2001. Por seu turno, alterado pelo Regulamento (UE) n.º 260/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de março, que estabelece os requisitos técnicos e de negócio para as transferências a crédito e os débitos diretos.

²⁹⁶ Publicada no J.O. L 271, de 9 de Outubro. Já transpostas para o direito interno português através do Decreto-lei n.º 18/2013, de 02 de Junho.

e art. 40º e ss da Diretiva e correspondentes aos art.40º e ss e art.51º e ss do DL317/2009²⁹⁷. Assim, as instituições e prestadores de serviços de pagamento deverão prestar ao utilizador deste serviço todas as informações de forma clara, facilmente compreensíveis, inteligíveis em língua portuguesa, salvo quando seja acordada outra língua, sendo comunicadas estas informações em suporte de papel ou duradouro, permitindo e tornando fácil a sua leitura e compreensão, art. 42º do DL nº317/2009.

No âmbito da transferência bancária (TB), atualmente, a nível da UE, o ordenante deve prestar informações fiáveis que acompanhem as suas ordens de TB dadas ao seu banco, para que este possa cumprir com as exigências imperativas plasmadas no Regulamento da CE 1781/2006, do PEC, de 15 de Novembro de 2006. A adoção desta exigência no referido regulamento insere-se no âmbito de um conjunto de medidas encetadas, tendo em vista o combate e luta contra os crimes de branqueamento de capitais e obstar o financiamento ao terrorismo²⁹⁸ (*ex vi* do ponto 2, 4, 6, do preâmbulo do regulamento)²⁹⁹. No fundo, este diploma concede às instituições de créditos que intervenham na cadeia de transferência (banco ordenado, instituição intermediária e banco do beneficiário) um poder de fiscalização. No exercício dessas funções, os bancos devem solicitar ao cliente ordenante o fornecimento de todas as informações pessoais e informações que acompanham as ordens de transferências de fundos, designadamente sua denominação, o seu número de identificação de cliente ou de identidade nacional, informações estas baseadas em documentos, dados e fontes fiáveis, conforme os arts. 4.º e 5.º. As instituições intermediárias têm o dever de conservar essas informações do ordenante que acompanham as transferências. Por seu turno, a instituição do beneficiário deve verificar se foram preenchidos todos os campos relativos às informações que o sistema de pagamento exige, art. 12º e art. 8º.

²⁹⁷ Cf. Ruth Wandhofer, «The Payment Services Directive – Support or Challenge for SEPA», *Droit Bancaire & Financier – European Banking & Financial Law Journal*, Trimestrel/Quartely, 1, 2009, p. 21 e ss

²⁹⁸ Assim, o ponto 3 do preâmbulo dispõe que “na sequência dos ataques terroristas nos EUA em 11 de Setembro de 2001, o Conselho Europeu reiterou, na reunião extraordinária de 21 de Setembro de 2001, que a luta contra o terrorismo constitui um objectivo fundamental da UE. O Conselho Europeu aprovou um plano de acção de reforço da cooperação policial e judiciária, de desenvolvimento de instrumentos jurídicos internacionais contra terrorismo, de prevenção do financiamento do terrorismo, de reforço da segurança aérea (...). Este plano de acção foi revisto pelo Conselho Europeu, na sequência dos ataques terroristas de 11 de Março de 2004 em Madrid, tendo agora especificamente em conta a necessidade de assegurar que o quadro legislativo criado pela CE para efeitos de combate ao terrorismo e de melhoria da cooperação judicial seja adaptado às nove Recomendações Especiais em matéria de combate ao financiamento do terrorismo, aprovadas pelo GAFI” (Trata-se do Grupo de Acção Financeira, criada na Cimeira do G7 de Paris de 1989).

²⁹⁹ Este diploma veio reforçar os outros diplomas adotados anteriormente com a finalidade de prevenir a utilização ilícita do sistema financeiro. No que diz respeito ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, estes diplomas não impedem os terroristas de servirem dos sistemas de pagamentos para movimentar os seus fundos, mas impede que eles utilizem os sistemas para movimentar fundos com o objetivo de patrocinar ações terroristas, trata-se da Diretiva 2005/60/CE do PEC, Regulamento CE 2580/2001 do PEC e Regulamento CE 881/2002 do PEC.

Porém, no exercício do controlo, a instituição do beneficiário que detectar anomalias que se prendem com omissões ou informações incompletas sobre o ordenante, ela deve rejeitar executar a ordem e, consequentemente, acionar os mecanismos legais aplicáveis ao branqueamento de capital e ao financiamento de terrorismo, art. 9º.

Em Portugal, em cumprimento do disposto no art. 15º do Regulamento (CE) 1781/2006, que impõe aos Estados Membros a obrigação de adotar medidas adicionais do combate ao branqueamento de capitais e terrorismo internacional, v.g., que sancionem de forma efetiva, proporcional e dissuasiva o infractor, aproveitou-se o DL n.º 125/2008, de 21 de Julho, em matéria das transferências bancárias de fundos. Este introduz um regime de fiscalização e de sanção contra-ordenacional às infrações aos deveres impostos no aludido Regulamento (CE) n.º 1781/2006, do PEC, de 15/11, relativo às informações que acompanham as transferências bancárias de fundos³⁰⁰.

2.2. Sigilo bancário no âmbito das autoridades de supervisão da União Europeia

Atualmente na Europa assiste-se o fenómeno de “banca-ização”, pois todas as transações passam pelo banco, como seu interlocutor ou intermediário, quer nas suas indústrias, nos seus investimentos, habitações e até na simples aquisição de bens do consumo. Tudo isto eleva a importância dos bancos nas reduções dos custos de aquisições, nas reduções dos custos de financiamentos dos investidores, assim como na gestão e generalização dos serviços colocados à disposição dos clientes, v.g., meios de pagamentos eletrónicos, pagamentos de bens e serviços, incluindo processamentos de pagamentos de salários por intermédio da transferência bancária.

O desenvolvimento de todas estas atividades e serviços, acrescidas do fenómeno de massificação ou banalização de alguns serviços bancários e a internacionalização da banca por intermédio de operações desenvolvidas pelas filiais³⁰¹, tornam as instituições de crédito cada vez mais vulneráveis aos riscos associados à titularização, inovação, desregulamentação, internacionalização e vulgarização dos produtos e das atividades bancárias e para bancárias exercidas pelas filiais. Entretanto, é importante realçar que com o fenómeno da internacionalização do mercado financeiro os riscos da atividade

³⁰⁰ Sobre o Decreto-Lei 125/2008, de 21 de Julho, veja-se Gonçalves Pereira e Castelo Branco, *Simplificação e Desformalização de Actos e Processos na Área do Registo Predial e Actos Notariais Conexos*, Gonçalves Pereira, Castelo Branco & Associados, Julho de 2008, p. 4, disponível em www.gpcb.pt.

³⁰¹ Assim, a internacionalização das atividades bancárias surge como reação positiva da internacionalização do mercado financeiro, e que levou as grandes instituições de crédito, antes consagradas nos mercados nacionais, a passassem à operar nos mercados estrangeiros, quer através de sucursais, quer através de filiais. Neste sentido, quer a Diretiva 89/646/CEE, quer o Comité de Basileia - *Principles for the supervision of banques foreign establishments*, definem sucursal ou filial como estabelecimento de uma empresa, sem personalidade jurídica autónoma.

bancária, v.g., do investimento e de concessão de crédito, passou a ganhar uma dimensão internacional de tal modo que qualquer crise bancária que afecte uma grande instituição bancária nacional poderá desembocar numa crise internacional com reflexo negativo à escala da economia mundial³⁰².

Mancomunado nesta política de prevenção e gestão dos riscos das atividades bancárias, a UE dispõe de um sistema³⁰³ e de uma estrutura consistente de supervisão dessas atividades e dos riscos que geram em perfeita sintonia com os bancos centrais dos Estados membros, com o objetivo de garantir a estabilidade do sistema financeiro - prevenindo o risco sistémico, v.g., o receio da insolvência de uma instituição se contaminar a outras no mesmo sistema - a proteção dos depositantes contra eventuais fraudes e operações especulativas das instituições financeiras e garantia do funcionamento eficaz do sistema financeiro³⁰⁴.

³⁰² Alguns casos de crises ilustram o referido fenómeno da internacionalização dos riscos, como sejam à insolvência do Barings Futures (Singapore) Pte. Ltd, no ano de 1995, originando a queda do grupo Barrings. Conforme se justifica no Financial Regulation Report, Outubro de 1995, a crise desta instituição deve-se às perdas originadas por transações ocultas e não autorizadas que foram efetuadas por Nick Leeson, um dos funcionários da instituição, que provocaram grandes riscos correspondentes a valores de 75% a 100% do seu capital, i.e., para além do razoável e prudente.

³⁰³ Em geral, em matéria da organização dos sistemas de supervisão, na esteira de Paulo Câmara, podemos apurar os seguintes: Os sistemas monistas – correspondem àqueles que incumbem a autoridade de supervisão e fiscalização das áreas bancárias, de capitais e de seguradoras, a uma única entidade supervisora; o sistema de especialização – corresponde aquele que separa as três grandes áreas que compõem o sistema financeiro – bancária – capitais – e seguros, e incumbe a autoridade de supervisão aos órgãos especializados em cada uma das áreas referidas; e por último, temos ainda o sistema dualista, como àquele que vigora nos EUA – típico de supervisão de estrutura federal, no qual procura-se conciliar as atividades das autoridades seguradoras dos estados federados e as atividades das autoridades federal, o que impõe uma articulação entre o quadro jurídico da regulação bancária federal e a regulação bancária estadual. No âmbito específico da UE, podemos concluir que a Áustria, Alemanha, Dinamarca, Irlanda, Reino Unido e Suécia, adoptam sistemas monistas puros; já entretanto, Portugal, Espanha, França, Grécia, Holanda, Itália, pertencem a família dos sistemas especializados puros; e os restantes Estados-membros como Bélgica, Finlândia e Luxemburgo, integram os sistemas ecléticos, em que a supervisão da banca e do mercado de capitais compete à mesma autoridade – monista, relegando a supervisão dos seguros a uma autoridade especializada. No âmbito da UEMOA, os sistemas monistas predominam nos Estados-membros, sendo que na Guiné-Bissau existe apenas uma única autoridade (BCEAO) a quem incumbe a supervisão das três áreas que integram os tripés do mercado e do sistema financeiro – mercado bancário que negocia dinheiro, mercado de capitais que transaciona valores e mercado de seguros que se relaciona e gere alheia ou riscos. Cf. Paulo Câmara, «O Governo dos Grupos Bancários», *Estudos de Direito Bancário*, Coimbra, Coimbra Editora, 1999, p. 197 e ss.; Helmut Schieber, *Impact of EMU on the Banking Structure in Europe*, Discurso proferido no Simpósio organizado juntamente pela Câmara de Indústria e de Comércio grego-gremanica e pelo Banco Central Grego, Atenas, 14 e 15 de Novembro, 1998, p. 8 e ss.; Karel Lannoo, *From 1992 to EMU: The Implications for Prudential Supervision*, Brussels, Research Report n.º 23, CESP, May, 1998, p. 42; Luís Carvalho, *Os Sistemas de supervisão Prudencial na União Europeia*, Coimbra, Almedina, 2003, p. 46.

³⁰⁴ Jean-Victor Louis, «Banking Supervision in the European Community: Institutional Aspects», *Études Européennes*, Bruxelas, Edition de l'Université de Bruxelles, 1995, p. 21 e ss., cita-se ainda o relatório da OCDE, de 1992 (Banks Under Stress). Ministério das Finanças/Conselho Para o Sistema Financeiro, Livro Branco sobre Sistema Financeiro: 1992/As Instituições de Crédito – Volume I – Relatório Principal, Lisboa, 1991, pp. 335-336.

Neste sentido, o SEBC comporta uma estrutura de natureza federal, constituída pelo BCE, pelos bancos centrais nacionais e pela Autoridade Bancária Europeia (ABE) instituída pelo Regulamento (UE) n.º 1093/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho³⁰⁵. Tais constituem estruturas de supervisão dos bancos e instâncias através das quais se passam conjuntos de informações ligadas às vidas das instituições de crédito e dos dados e informações relacionadas com os clientes, gerando o dever de guardar sigilo de todas as informações que lhes advenham no âmbito dos seus ofícios, nomeadamente nas atividades de supervisão.³⁰⁶

Em rompimento ao conteúdo do sigilo bancário, a diretiva 2013/36/UE, e o respetivo regulamento, privilegiam o bom funcionamento do mercado interno bancário por intermédio de regras, sendo uma cooperação estreita, regular e ainda uma convergência significativamente reforçada das práticas de regulamentação e de supervisão entre as autoridades competentes dos Estados-Membros. Para o efeito, a análise dos problemas relativos a cada instituição de crédito e o intercâmbio de informações deverão ser efetuados através da *European Banking Authority* (EBA). Este procedimento de informação mútua não deverá substituir a cooperação bilateral, art. 48º e 49º e ss. da Diretiva 2013/36/EU. As autoridades competentes dos Estados-Membros pelo acolhimento deverão sempre poder verificar, em situação de emergência, quer por sua iniciativa, quer por iniciativa das autoridades competentes do Estado-Membro de origem, se a atividade de uma instituição de crédito estabelecida no seu território está de

³⁰⁵ Ainda, vide Diretiva n.º 2010/78/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010 ("Diretiva Omnibus I"), no que se refere às competências da Autoridade Bancária Europeia, da Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma e da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados, bem como a Diretiva n.º 2010/73/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, que altera as Diretivas n.º 2003/71/CE, e n.º 2004/109/CE). Mais, a Diretiva 2013/36/UE, do PEC, e o Regulamento (UE) n.º 575/2013, do PEC, reforçaram as atribuições da ABE no domínio da supervisão bancária. Ao Banco Central Europeu (BCE) cabe as funções de supervisão relativamente a alguns Estados-Membros, devendo ser consentânea com o quadro do Sistema Europeu de Supervisão Financeira, criado em 2010, e com o objetivo que lhe está subjacente, a saber, a elaboração de um conjunto único de regras e o reforço da convergência das práticas de supervisão em toda a União. Assim o BCE exerce as suas atribuições na observância do direito primário e derivado aplicável da União, das decisões da Comissão no domínio dos auxílios estatais, das regras de concorrência e controlo de fusões e do conjunto único de regras aplicável a todos os Estados-Membros. E à EBA é atribuída a missão da elaboração de projetos de normas técnicas, orientações e recomendações destinadas a assegurar a convergência das práticas de supervisão e a coerência dos resultados da supervisão na União, no âmbito das quais podem requerer as informações que julgarem necessárias, sem, no entanto, ser-lhe legítima invocar o dever do sigilo bancário.

³⁰⁶ Para uma abordagem mais aprofundada sobre as supervisões prudenciais no âmbito da UE, veja-se, Paulo de Pitta Cunha, «A Revisão Institucional e a Convergência Económica – Problemas dos Pequenos e Médios Estados-Membros», *Revista da Faculdade de Direito de Lisboa*, Volume XXXVI, Lisboa, FDUL, 1995, p. 216; Mendonça Pinto, *União Monetária Europeia, Portugal e o Euro*, 2ª ed., Lisboa, Universidade Católica Editora, 1997, p. 45 e ss.; Luís Carvalho, *op. cit.*, p. 31 e ss. Veja-se ainda, Francesco Corbello, «Osservatorio: La risposta europea alla crisi del debito sovrano: il rafforzamento dell'unione económica e monetária. Verso l'unione bancaria», *Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza*, Vol. LXV – Nuova série – Novembre – Dicembre, n.º 6, 2012, p. 750 e ss.

acordo com as leis aplicáveis e com os princípios da boa organização administrativa e contabilística e de um adequado controlo interno³⁰⁷.

Permite, igualmente, trocas de informações entre as autoridades competentes e as autoridades ou organismos que, pelas suas funções, contribuam para o reforço da estabilidade do sistema financeiro. Para preservar o carácter confidencial das informações transmitidas, a lista dos respetivos destinatários é restrita.

Neste sentido, o art. 53º da diretiva vincula ao dever do sigilo bancário todas as pessoas que trabalham ou tenham trabalhado para as autoridades competentes em matérias de supervisão prudencial, bem como os revisores de contas e peritos mandatados pelas mesmas autoridades.

Contudo, consente algumas exceções pontuais, nomeadamente nos casos relativos a instituições de crédito que tenham sido declaradas em estado de insolvência ou cuja liquidação compulsiva tenha sido ordenada judicialmente, as informações confidenciais que não respeitantes a terceiros, implicados em tentativas de recuperação da instituição de crédito em causa, podem ser divulgadas no âmbito de processos do foro cível ou comercial. Igualmente, a guarida conferida aos dados sujeitos ao sigilo bancário não obsta a que as autoridades competentes em matérias de supervisão procedam a trocas de informações ou à sua transmissão ao Comité Europeu do Risco Sistémico (ESRB, na sigla inglesa) à EBA ou à Autoridade Europeia de Supervisão (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados – ESMA). Também não obsta a que as autoridades competentes publiquem os resultados dos testes de esforço realizados nos termos do artigo 100º da presente diretiva ou do artigo 32º do Regulamento (UE) nº. 1093/2010 ou que transmitam o resultado dos mesmos à EBA para efeitos de publicação dos resultados de testes de esforço à escala da União.

Por conseguinte, nos termos do art. 54º, dispõe que as autoridades de supervisão que abstenham de tais informações confidenciais ao abrigo do art. 53º apenas podem utilizá-las no exercício das suas funções. E por força da disposição do art. 55º e ss. Na mesma Diretiva, a celebração de acordo de cooperação com países terceiros por parte das autoridades de supervisão, é condicionada pela preservação do sigilo bancário nos mesmos moldes do art. 53º.

³⁰⁷ Para reforçar a supervisão prudencial das instituições e a proteção dos clientes das instituições, a diretiva 2013/36/UE, arts. 48º e 49º e ss., vinculam os revisores de contas a informar prontamente as autoridades competentes sempre que, no exercício das suas funções, tenham conhecimento de determinados factos suscetíveis de afetar gravemente a situação financeira ou a organização administrativa e contabilística de uma instituição. Pelo mesmo motivo, os Estados-Membros deverão também prever que esta obrigação se aplique sempre que esses factos sejam constatados por um revisor no exercício das suas funções numa empresa que tenha relações estreitas com uma instituição. A obrigação imposta aos revisores de contas de comunicar às autoridades competentes, se for caso disso, determinados factos e decisões relativos a uma instituição constatados no exercício das suas funções numa empresa não financeira não deverá alterar, por si só, a natureza das suas funções nessa empresa nem a forma como nela deverão desempenhar as referidas funções, art. 63º e ss.

3. Limites e problemas atuais

Qualquer modelo de integração - nomeadamente da integração económica - deve acentuar-se no reconhecimento da liberdade de circulação de pessoas, bens e serviços, bem como na liberalização de estabelecimentos de prestação de serviços no espaço da zona. A ela se associam e arrastam outras consequências adversas, em particular ligadas aos problemas das movimentações ilícitas de pessoas e de capitais, lavagens ou branqueamentos de vantagens ilícitas, tráfico de drogas, crimes fiscais, nomeadamente a questão da evasão fiscal alimentada no sistema de proteção de sigilo bancário.

No domínio do combate de branqueamento de capitais e do terrorismo internacional, a UE acentua cada vez mais o reforço da sua política e do seu mecanismo de luta contra branqueamento de vantagens de proveniências ilícitas, adotando alguns instrumentos jurídicos comunitários acima referenciados, v.g., as Diretivas 2005/60/CE, do PEC, de 26 de Outubro³⁰⁸, e 2006/70/CE, da Comissão, de 1 de Agosto³⁰⁹, que regulam procedimentos da prevenção, repressão e combate ao branqueamento de capitais, tal como o Regulamento da CE 1781/2006³¹⁰. A implementação de tais medidas requer uma zona de livre circulação de informação, em prejuízo do sigilo bancário, de modo a permitir as entidades implicadas a acederem todas as informações e dados suspeitos³¹¹. Neste sentido, a medida preventiva traduz-se, essencialmente, num conjunto de regras e procedimentos de carácter administrativo que envolva entidades públicas ou privadas com a finalidade de evitar que o crime se

³⁰⁸ Com as novas redacções que lhe foi dada pelas Diretivas 2007/64/CE, 2008/20/CE e 2009/110/CE, e o Regulamento (CE) n.º 1781/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Novembro de 2006, relativo às informações sobre o ordenante que acompanham as transferências de fundos.

³⁰⁹ A Diretiva 2006/70/CE da Comissão, de 1 de Agosto de 2006, que estabelece medidas de execução da Diretiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à definição de "pessoa politicamente exposta" e aos critérios técnicos para os procedimentos simplificados de vigilância da clientela e para efeitos de isenção com base numa atividade financeira desenvolvida de forma ocasional ou muito limitada.

³¹⁰ Igualmente, as instituições de moedas eletrónicas estão sujeitas às disposições da Diretiva europeia sobre a prevenção e repressão de branqueamento de capitais e luta contra terrorismo, devendo identificar os seus clientes bem como as informações que acompanham as suas operações escriturais e participar todas as informações suspeitas. Cf. Marc Vereecken, «Directives Européennes sur la Monnaie Électronique», *Droit Bancaire & Financier – European Banking & Financial Law Journal*, Trimestrel/Quartely, 1, 2004, p. 62 e ss.

³¹¹ As obrigações de informação e de colaboração com as autoridades responsáveis pela luta contra o branqueamento de capitais estão previstas no artigo 6º, nº 1, da Diretiva 91/308/CEE do Conselho, de 10 de Junho de 1991, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais, na redacção dada pela Diretiva 2001/97/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Dezembro de 2001, e impostas aos advogados pelo artigo 2º - A, nº 5, desta diretiva, atendendo ao artigo 6º, nº 3, segundo parágrafo, da mesma, não violam o direito a um processo equitativo garantido pelo artigo 6º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

consoma por este meio. Por outro lado, a medida repressiva corresponde, designadamente, à criminalização e punição do branqueamento e do apoio ao terrorismo. Do ponto de vista preventivo, às instituições de crédito, instituições de pagamento, empresas de investimentos, outras sociedades financeiras, entidades que tenham a seu cargo a gestão ou comercialização de fundos de risco, empresas de seguro, mediadores de seguro, sociedade gestoras de fundos de pensões, sociedade de titularização de crédito, sociedade de investidores de capital de risco, os deveres imputados são: de identificação, diligência, recusa, conservação, exame, comunicação, abstenção, colaboração, segredo, controlo e formação³¹².

Entretanto, a adoção de uma política de combate a este fenómeno e a necessidade de combate ao terrorismo internacional, constituem problemas e fortes ameaças ao conteúdo e a extensão do sigilo bancário ao nível europeu³¹³. Não obstante, o sigilo bancário não deixa de merecer a devida proteção no quadro jurídico da UE, sem descuidar de sua proteção genérica inserida no âmbito dos artigos 2º e 5º do Tratado de Viena, e do art. 8º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem³¹⁴.

No domínio de luta contra a fraude fiscal³¹⁵, a UE dispõe há muito de uma política consistente nesta matéria com vista a proporcionar a boa governação fiscal aos Estados Membros. A UE acentuou a sua política do combate à fraude fiscal nos princípios da transparência, do intercâmbio automático de

³¹² As medidas do intercâmbio de informações sobre transações suspeitas contidas na Diretiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Outubro de 2005, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, foram completadas pelo Regulamento (CE) nº 1889/2005, de 26 de Outubro de 2005, relativo ao controlo das somas em dinheiro líquido que entram ou saem da Comunidade, possa contribuir para a deteção da fraude que afeta os interesses financeiros da Comunidade, devem aplicar-se as presentes disposições relativas à assistência administrativa mútua a título do presente regulamento. Para um estudo desenvolvido sobre estes deveres e demais aspectos jurídicos relacionados com o regime legal de prevenção e repressão de branqueamento de vantagens ilícitas e ao terrorismo, Vitalino Canas, «As Medidas de Natureza Preventiva Contra o Branqueamento e o Financiamento do terrorismo», *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 68, Set./Dez., 2008, pp. 812 e ss.

³¹³ Nomeadamente, a Diretivas 2005/60/CE, do PEC, de 26 de Outubro e 2006/70/CE, da Comissão, de 1 de Agosto, sobre a prevenção, repressão e combate ao branqueamento de capitais, já transposta para a ordem jurídica interna portuguesa pela Lei nº11/2004, de 27 de Março de 2004.

³¹⁴ Igualmente, existe esta preocupação no âmbito da execução do giro bancário internacional, v.g., a Lei Modelo da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional consagra as obrigações de informações ou comunicações a cargo quer do banco ordenado, quer do banco do beneficiário, art. 8.º e 10.º, e, em caso de violações estatui a respetiva responsabilidade, art.17º, n.ºs. 4 e 5.

³¹⁵ A fraude fiscal é entendida como uma forma de evasão fiscal deliberada que, de um modo geral, merece punição severa da lei penal vigente. Traduzindo-se nas falsas declarações ou documentos falsificados intencionalmente. A evasão fiscal designa, geralmente, mecanismos ilícitos através dos quais a responsabilidade fiscal é oculta ou ignorada, ou seja, o contribuinte, paga menos impostos do que devia à face da lei porque esconde das autoridades fiscais rendimentos ou informações passíveis de tributações. Corresponde, igualmente, a sonegação ao fisco e ao princípio da equidade e da justiça fiscal.

informações e da concorrência leal no domínio da fiscalidade com único propósito de assegurar a justiça e equidade fiscal bem como equilíbrio orçamental através de cobrança de mais receitas fiscais.

Face à presente crise mundial, a UE impôs aos Estados-Membros a adoção de instrumentos jurídicos e mecanismos internos de modo a aumentarem as receitas fiscais através de ações sistemáticas destinadas a reduzir a economia paralela, lutar contra a evasão fiscal e assegurar uma maior eficiência das administrações fiscais³¹⁶.

O sistema da UE baseia-se no intercâmbio automático de informações, e como tal a UE assume-se líder mundial neste domínio. Com efeito, este sistema de intercâmbio automático de informações entre os Estados-Membros foi concebido desde 2003 e aplicado no quadro da Diretiva “Tributação da Poupança” em 2005. Por força desta diretiva, os Estados-Membros procedem ao intercâmbio de informações sobre os contribuintes não residentes no valor de 20 mil milhões de euros.

Além disso, a Diretiva “Cooperação Administrativa” prevê o intercâmbio automático de informações sobre uma vasta gama de rendimentos³¹⁷.

No âmbito da regulamentação, são notórias as constantes evoluções dos instrumentos da União Europeia para a luta contra a fraude e a evasão fiscais, como sejam:

- A Diretiva «Tributação da Poupança», entrou em vigor em 2005, estabelecendo o princípio do intercâmbio automático de informações.

³¹⁶ Partindo, assim, da premissa de que os Estados Membros estão a cobrar e a arrecadar receitas fiscais muito aquém do que teria direito, sobretudo as receitas do IVA, situadas ao nível de -50%, em parte, devido aumento dos depósitos nos *offshores* fiscais ou paraísos fiscais e dos grandes depósitos fora da zona.

³¹⁷ Seguindo a mesma pisada da UE, os Estados Unidos também introduziram este princípio de intercâmbio automático de informações nos seus acordos no âmbito do *Foreign Account Tax Compliance Act*. E não só, a UE vem assumindo, igualmente, um papel de liderança na promoção da boa governação fiscal, em especial quanto ao intercâmbio automático de informações a nível mundial. Com efeito, tem liderado os esforços internacionais de luta contra a fraude e a evasão fiscais. A próxima reunião do G8 (17-18 de junho) e as cimeiras do G20 (5-6 de setembro) são oportunidades importantes para a obtenção de progressos na luta contra a evasão fiscal e o branqueamento de capitais a nível internacional. A OCDE desde cedo envolveu-se, mediante um programa de combate à evasão e fuga fiscal, e a montagem de uma estratégia bem planeada por um Grupo de Trabalho da OCDE criado pelo Comité sobre os Assuntos Fiscais em 1977, tendo realizado já em 1987 um estudo denominado “*avoidance*” e fuga fiscal internacional, nomeadamente referente ao uso impróprio de paraísos fiscais, o abuso de taxas de dupla tributação e práticas inadequadas de preços de transferências, bem como a importância de cooperação e troca de informações com único propósito de projectar uma rede abrangente de imposição fiscal da OCDE, com apoio pelo G20 e G8. Com base nos mecanismos da UE e da OCDE, a Europa toma uma posição forte e coordenada mediante alianças multilaterais e bilaterais que contribui para assegurar que o intercâmbio automático de informações se torna a nova regra a nível mundial, e a conjugação de esforços internacionais de anti-evasão fiscal.

- Os acordos da UE em matéria de tributação da poupança celebrados com a Suíça, Liechtenstein, Mónaco, Andorra e São Marinho em vigor desde 2005.³¹⁸
- A Diretiva relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade direta, prevê o intercâmbio automático de informações em cinco novos domínios a partir de 2015.
- Regulamento (UE) n.º 904/2010 do Conselho, de 07.10.2010, em vigor desde 2012, relativo à cooperação administrativa no domínio do IVA. A UE é pioneira neste domínio, que determina a forma como os serviços fiscais e aduaneiros dos Estados-Membros recolhem e partilham informações em matéria de IVA com outros Estados-Membros. Também melhora as bases de dados sobre os sujeitos passivos de IVA e as respetivas operações intracomunitárias, para detectar e reduzir a fraude fiscal neste domínio.
- A Diretiva 2010/24/UE do Conselho, de 16.03.2010, relativa à assistência mútua em matéria de cobrança de impostos, melhora a capacidade dos Estados-Membros em matéria de cobrança transfronteiriça de impostos. Permite as execuções noutro Estado-Membro e reforça a possibilidade de adoção de medidas cautelares noutro Estado-Membro para recuperar os créditos que não são pagos com prontidão pelos contribuintes.
- Adoção de um mecanismo de reação rápida para lutar contra a fraude ao IVA foi proposto pela Comissão em julho de 2012. A fraude «carrossel» (fraude do tipo «operador intracomunitário fictício») é um dos tipos mais frequentes de fraudes transnacionais no domínio do IVA, tendo afectado já vários Estados-Membros.
- As alterações recentemente aprovadas das regras contabilísticas da UE estabelecem um sistema de transmissão de informações por país (*Country-by-Country Reporting*).

No intuito de reforçar a medida do combate à fraude e evasão fiscal, a nova regra recentemente adotada com a entrada deferida para 2017³¹⁹, impôs aos Estados Membros a obrigatoriedade de trocar informações de cidadãos com rendimentos fora do país de residência, o que implica, naturalmente, as informações associadas às contas bancárias, nomeadamente juros havidos, dividendos, saldos, receitas da venda de ativos financeiros.

Conforme a nova regra e no âmbito desta cooperação, um Estado Membro pode aceder a dados das contas bancárias e trocá-los com os outros países, possibilitando que a administração fiscal do país em

³¹⁸ Neste momento, a Comissão Europeia propõe e está a negociar com estes países novos acordos fiscais mais severos.

³¹⁹ A nova regra que acordo sobre a troca automática de informações foi adotada na reunião ministros das Finanças dos 28 Estados – Membros (ECOFIN), de 14 de Outubro de 2014.

que o cidadão reside cobre os impostos que são devidos pelos seus residentes que têm rendimentos no exterior, com maior facilidade³²⁰.

Apesar do inegável mérito destas evoluções registadas no âmbito da UE, com repercussões positivas ao nível internacional no domínio da luta contra fraude e evasão fiscais, concluímos que o progresso significativo ora registado no âmbito da cobrança fiscal e de luta contra a fraude e evasão fiscais, constitui mais uma mitigação do perímetro da proteção do sigilo bancário na UE. Por conseguinte, o sigilo bancário passa a conhecer mais uma derrota e recuo face à administração fiscal, sobretudo em torno da execução da nova regra sobre intercâmbio automático de informações entre países.

No âmbito específico da OCDE, este assunto tem encimado os objetivos desta organização dado que esta define e elege como seus principais standards no domínio da sua envolvência, a transparência e intercâmbio de informações que possibilitem a máxima tributação e justiça fiscal, em prejuízo do sigilo bancário³²¹.

Como referimos anteriormente, as regras da transparência e da cooperação mediante troca de informações foram aceites e consagradas mundialmente, em parte por razões ligadas as políticas direcionadas a fazer face a crise financeira mundial. Inclusive nos Estados ultraprotetores do sigilo bancário como Suíça, Áustria e Luxemburgo, que se opuseram as estas regras, começaram-se a registar sinais de aberturas neste domínio.

A UE e OCDE têm pautado as suas orientações e regras na lógica do reforço da transparência, nomeadamente através de uma progressiva restrição do perímetro de aplicação do sigilo bancário para efeitos fiscais, bem como reforçar a celebração de instrumentos de troca de informações.

³²⁰ Luxemburgo e Austrália, conhecidos como países ultraprotetores do sigilo bancário, inicialmente declinaram-se à adesão a esta nova regra. Entretanto, mais tarde, acabaram por aceitar aderir ao acordo sobre a troca automática de informações.

³²¹ Para mais informações sobre a evasão fiscal e medida do combate no âmbito europeu em geral e da OCDE em particular, sobretudo na OCDE assevera o Diretor Executivo da Política e Administração Fiscal da OCDE, Jeffrey Owens que nos dois últimos meses ocorreram mais progressos neste domínio do que fora conseguido em 20 anos, veja-se: OCDE, «Acordo Sobre a Troca de Informações em Matéria Fiscal», in *Ciência e Técnica Fiscal*, n.º 407, Abril, 2002. José de Campos Amorim, «Algumas Medidas de Combate à Evasão Fiscal», *Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas*, n.º 12, Porto, ISCAP, 2007, p. 9 e ss. João Amaral Tomaz, «A reunião do G20 de 2 de Abril de 2009 e o futuro dos paraísos fiscais», *Finanças Públicas – Direito Fiscal*, 2, Ano II, 07, 2009, p. 33 e ss. Ana Paula Dourado, «O papel do G20: Era uma vez três triliões de dólares ou a acção consequente das autoridades nacionais e supra-nacionais», *Ibidem*, p. 45 e ss. Luís Máximo dos Santos, «O G20 e a reforma da regulação bancária», *Ibidem*, p. 55 e ss.

Neste sentido, em rompimento do sigilo bancário, os Estados membros da UE, incluindo Portugal³²², estão vinculados a proceder troca de informações por força do art. 26º da Convenção Modelo da OCDE, do acordo modelo de troca de informações da OCDE de 2002, dos vários acordos bilaterais, da diretiva da poupança e dos mecanismos de assistência mútua e de cooperação administrativa³²³.

³²² Portugal, em cumprimento das orientações da UE e das regras da OCDE, já desde 2000 e 2001 iniciou processo interno de alterações de diplomas legais e procedimentos tendo em vista a necessidade de permitir acesso às informações bancárias dos contribuintes em prejuízo do sigilo bancário. Entretanto, em 2005 autorizou a administração tributária a aceder aos dados bancários sem necessidade do consentimento do cliente, e em 2009 autoriza-se o levantamento do sigilo bancário por parte da administração tributária sempre que existem sinais de riquezas não declaradas. Cf. Clotilde Celorico Palma e António Carlos dos Santos, «A Derrogação do Sigilo Bancário Para Efeitos Fiscais», in AA. VV., *Coleção de Estudos de Fiscalidade e Contabilidade – 10 anos em memória do Prof. Sousa Franco*, Lisboa, Gabinete de Estudos da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, 2014, p. 173 e ss.

³²³ Já em 11 de Abril de 2000, o Comité dos Assuntos Fiscais da OCDE divulgou um Relatório no qual se mostrou a preocupação então reinante sobre a proteção do sigilo bancário na maioria dos Estados membros da OCDE, embora consentem algumas exceções em matéria da administração da justiça penal e para combater o branqueamento de capitais, ainda geram constrangimentos, sérias limitações e obstáculos à justiça e a capacidade tributária, requerendo, por isso, a melhoria do sistema do acesso à informação confidencial para fins tributários. Ainda o refere relatório conferiu que, na altura, alguns sistemas vigentes de proteção do sigilo bancário consentiam a obrigatoriedade de informação automática à administração tributária, v.g., sucedia em Espanha, França, Holanda, Itália, Reino Unido e países escandinavos, entretanto os outros apenas toleravam pontualmente tal acesso mediante controlo apertado do juiz, v.g., Portugal, Áustria, Bélgica, Alemanha, Luxemburgo e Suíça. No que se refere aos indícios ou suspeitas de fraude fiscal, uma boa parte desses países colocavam limites ao sigilo bancário para investigar este crime, v.g., Reino Unido, Alemanha, Espanha e Itália, e outros não previam essa possibilidade, como acontecia em Portugal, Itália, Luxemburgo, Bélgica, Suécia e Grécia. Tendo em vista à adoção de uma solução que permita conciliar as várias discrepâncias de tratamentos do sigilo bancário versus acessos de informações relevantes para fins tributários, nalguns tais possibilidades eram vedadas, como acontecia em Portugal, Itália, Espanha, Suécia, Suíça e Luxemburgo, e outros abriram às suas portas à tais possibilidades, como sejam a Finlândia, Alemanha, Dinamarca, Noruega e Reino Unido, e muitos desses países da OCDE notificavam a administração fiscal sobre os juros e outros rendimentos tributáveis, aberturas e cancelamentos de contas, adotou, então, as conclusões que não visem banir a proteção do sigilo bancário, antes procura flexibilizar o seu regime por forma a garantir a administração o acesso restrito aos dados relevantes para fins tributários, mediante a identificação dos clientes bancários e dos verdadeiros beneficiários económicos das contas bancárias, bem como a consagração da regra de reciprocidade em matéria das trocas de informações entre os diversos países. Todas estas medidas foram implementadas gradualmente quer no âmbito da OCDE quer no âmbito da UE e nos vários Conselhos de Ministros de Economia e Finanças (ECOFIN), tornando factível tal possibilidade do acesso aos dados bancários por parte da administração para fins tributários e para o combate à evasão fiscal. Para mais informações sobre antecedentes da OCDE, as resoluções das reuniões do ECOFIN, veja-se, Jorge Patrício Paúl, «Sigilo Bancário e a sua Relevância Fiscal», *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 62, Lisboa, Abril de 2002, p. 589 e ss; Luís M. T. Menezes Leitão, *Estudos de Direito Fiscal*, Coimbra, Almedina, 1999, pp. 9 e ss e 163 e ss.

SUBSECÇÃO I

Do Sigilo Bancário no Direito Suíço

1. Enquadramento geral

A evolução da banca e da atividade bancária na Suíça, numa primeira fase, seguiu sempre um rumo diferente da política assumida pela UE, designadamente no domínio bancário, no combate ao branqueamento de capitais e terrorismo internacional, bem como na luta contra evasão e fraude fiscais³²⁴. Entretanto, atualmente, esta tendência tem vindo a ser mitigada e influenciada pela recente evolução registada na Europa neste domínio, permitindo que o sistema suíço, então conhecido como ultraprotetor do sigilo bancário, possa colaborar e permitir acesso às informações bancárias suspeitas de lavagens de dinheiros, terrorismo e fraude fiscais³²⁵.

Pelo menos até a data presente, com exceção dos acordos de cooperações assinados com a UE, que engajam o Estado suíço na luta mundial ferrenha contra branqueamento de capitais, terrorismo internacional, evasão e fraude fiscais, o sistema bancário suíço situa-se, na sua raiz desde 1934³²⁶, na mesma linha do Líbano, do Luxemburgo e da França, na denominada tendência de preservação e de proteção reforçada do sigilo bancário. Neste sentido, afigura-se que a administração fiscal se encontrara vedada de requerer aos bancos informações respeitantes às operações e serviços praticados pelos clientes. Com efeito, o banqueiro não é “*um servidor do fisco e da administração*”. Nesta altura, o sistema suíço tem sido acusado de encobrir crimes de fraudes fiscais e de branquear fundos

³²⁴ Sobre a evolução do direito bancário suíço, veja-se, Anne Hérítier Lachat et Alain Hirsch, «L'évolution du Droit Bancaire et Financier Suisse», in AA. VV., *Synthèses de Droit Bancaire et Financier*, Bruxelles, Bruylant, 2008, p. 593 e ss.

³²⁵ Por exemplo, recentemente, no âmbito da reunião de ECOFIN realizada na primeira quinzena de Outubro de 2014, a Suíça, Áustria e Luxemburgo e a UE assinaram um acordo de cooperação bilateral no domínio do combate ao branqueamento, terrorismo e evasão fiscal.

³²⁶ Trata-se dos arts. 41º e ss. e 49º da Lei Federal aplicáveis aos Bancos e Caixas Económicas de 1934, com alteração que lhe introduzida em 1971, impondo a obrigação de guardar o sigilo bancário por parte de quem trabalhe no banco, sob a cominação de sanções penais, igualmente aplicáveis aos terceiros cúmplices ou instigadores à prática do facto violador do dever do sigilo bancário. Aplica-se a sanção penal em caso do dolo como de pura negligência. Neste mesmo sentido, o art. 273º do Código Penal suíço, em defesa do interesse público da economia face à espionagem ilícita, sancione, igualmente, a violação do segredo industrial ou negocial.

provenientes de atividades ilícitas³²⁷.

No sistema suíço, inicialmente, a proteção do sigilo bancário conformava-se com os usos e costumes bancários e princípio ético e deontológico patente nas regras até então não escritas. Entretanto, depois da ameaça germânica em 1933 aos bancos suíços depositários dos haveres dos cidadãos da Alemanha e as sucessivas arremetidas alemães ao sigilo bancário, aprovou-se em março de 1935³²⁸ a primeira lei de caráter penal que protege expressamente o sigilo bancário e incrimine a respetiva violação³²⁹.

No sistema suíço, a Lei de Regulamentação Bancária não estabelece o regime jurídico completo do sigilo bancário. Com efeito, a sua proteção é complementada com as disposições comuns do código comercial suíço (*code de commerce suízo*), código Civil (*code civil*), *maxime* resultantes de vínculos contratuais³³⁰.

Assim sendo, a preservação e a proteção do sigilo bancário é augurada no âmbito da ampla proteção dada aos direitos de personalidade e consolidada pela jurisprudência suíça³³¹.

Em termos de enquadramento geral, deve-se assinalar que a proteção do sigilo bancário no sistema suíço encontra-se disseminada nos seguintes diplomas³³²:

- i. Direito Civil suíço, sobretudo na parte que toca à proteção do direito geral de personalidade no Código Civil suíço, nomeadamente nos arts. 27º e 28º. Ainda no âmbito específico do Direito da Família, depois da revisão introduzida ao CC em 1984, com entrada em vigor em 1 de Janeiro de

³²⁷ Sobre enquadramento histórico-antropológico e económico da Suíça, veja-se, Edouard Chambost, *op. cit.*, p. 265 e ss.; L. Soares de Oliveira, «Suíça», in AA. VV., *Polis, Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, Vol. V, Lisboa, Verbo, 1995, p. 1088. Com efeito, A Suíça integra o Estado europeu situado entre a França, a Alemanha, Áustria e a Itália, do ponto de vista político-administrativo é uma confederação, estruturada em unidades administrativas designadas por Cantões.

³²⁸ Cf. Sobre a lei bancária suíça e os problemas que o sigilo bancário enfrenta na atualidade, veja-se (François Delachaux, «Le problème du secret bancaire», *Revue économique et sociale: bulletin de la Société d'Etudes Economiques et Sociales*, Band (Jahr): 30 (1972), pp. 331 – 335.

³²⁹ Anne Héritier Lachat et Alain Hirsch, «L'évolution du Droit Bancaire et Financier Suisse», *op. cit.*, p. 611. Cf. António Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 355.

³³⁰ Arts. 28º e 28º-A do CC suíço.

³³¹ Cf. Edouard Chambost, *Guide Mondial des Secrets Bancaires*, *op. cit.*, p. 265 e ss.

³³² Cf. Herbert Schonle, «Le secret bancaire en Suisse», in AA. VV., *Le secret bancaire en France, en Le secret bancaire dans la C.E.E. et em Suisse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1974, p. 177 e ss.; Maurice Aubert, Jean-Philippe Kern e Herbert Schönle, *Le secret bancaire suisse*, 2 ed., Berna, Editions Staempfli & CIE, 1982, p. 31 e ss. Jean Marc Rivier, «Le secret Professionnel du Banquier et ses Limites (étude de droit suisse)», *Juris Classeur Périodique*, La semaine Juridique, année 1974, p. 2613; Daniel Guggenheim, *Les Contrats de la Pratique Bancaire Suisse*, 2ª ed., Revue e Augmentée, Georg, 1982, p. 44. Edouard Chambost, *Guide Mondial des Secrets Bancaires*, *op. cit.*, p. 39 e ss;

1988, consagra a extensão do sigilo bancário na relação entre os cônjuges em consideração ao regime de bens vigente. Assim inexistente o sigilo bancário no regime de comunhão geral de bens, art.221 e ss. CC suíço.

Também o sigilo bancário não é oponível no sistema suíço aos herdeiros, podendo, inclusive, aceder às informações antes e depois da morte do *de cujus* referentes às movimentações bancárias, sem prejuízo da limitação da obrigação de preservação dos registos bancários durante apenas 10 anos³³³.

ii. No Instituto do Direito das Obrigações, parte especial, referente aos contratos, dado que o dever de guardar sigilo bancário é tido, igualmente, como fundamento da tutela de confiança das partes assente nas cláusulas contratuais, arts. 41 e 49 do CC suíço³³⁴.

iii. Lei Bancária Suíça (loi federal sur les banques), consagra a norma de carácter penal protetora dos clientes bancários contra as ingerências ilícitas nos seus dados e informações associadas à conta, suas operações e serviços, art.47³³⁵.

Além das disposições acima referenciadas, que acentua na esfera geral da proteção do sigilo bancário, existe ainda a Convenção Bancária Suíça³³⁶, que estabelece mais um patamar hierárquico da proteção do sigilo bancário, dotando-o de um regime jurídico que atualmente parece servir de modelo para adoção de uma política económica e financeira, a qual visa proteger a banca na captação de recursos, e os clientes nas descrições relativas aos seus dados pessoais ligados às contas bancárias³³⁷.

Para finalizarmos este percurso de enquadramento legal do sigilo bancário no sistema suíço, não devemos olvidar que existe uma forte tradição histórica vigente na banca e na atividade bancária suíça, antes, porém, de quaisquer prescrições legais, referente à preservação do sigilo bancário face às arremetidas intervenções arbitrárias do poder público sob bandeiras e justificações de defesas dos interesses catapultados na órbita superior³³⁸.

³³³ Cf. Rabindranath Capelo de Sousa, «O Segredo Bancário...», *op. cit.*, p. 164.

³³⁴ Cf. Myret Zaki, *Le secret bancaire et mort, vive l'évasion Fiscale*, Lausanne, Favre, 2010, pp. 38 e 131 e ss.

³³⁵ Sobre a referida legislação, veja-se, Anne Héritier Lachat et Alain Hirsch, *op. cit.*, p. 611 e ss.

³³⁶ Esta convenção foi assinada no dia 01 de Janeiro de 1977 entre os bancos suíços, possibilitando um instrumento de grande importância na organização, funcionamento e na estabilização da banca e do sistema financeiro suíço.

³³⁷ Cf. Maurice Aubert, Jean-Philippe Kern e Herbert Schönle, *Le secret bancaire suisse*, *op. cit.*, 2613.

³³⁸ Cf. Menezes Cordeiro, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», *op. cit.* p. 22.

2. A vinculação e extensão do seu conteúdo

No sistema suíço o dever do sigilo bancário impõe-se aos bancos, aos seus dirigentes, gestores bancários, aos mandatários ou representantes dos bancos, aos colaboradores bancários, bem como aos dirigentes e agentes do banco nacional suíço, da Comissão Federal de Bancos (CFB) e respetivo Secretariado³³⁹, os liquidatários das sociedades comerciais, os Comissários, as pessoas indicadas na Lei Bancária suíça, incluindo quaisquer outras pessoas e entidades que tenham relações pessoais e profissionais de carácter temporária ou permanente. Devendo, nesse sentido, guardar segredo bancário ou discrições sobre os dados pessoais referentes aos clientes bancários e de que tenham conhecimento em razão da profissão.³⁴⁰

Com efeito, este dever de segredo imposto, v.g., aos bancos, além de constituir uma forte tradição enraizada nos usos e costumes bancários, enquanto tais, assume a natureza de um dever de origem puramente profissional, ainda traduz-se numa obrigação de base contratual, da qual emergem vinculações acessórias e principais atinentes às partes.

No que se refere aos sujeitos ativos do sigilo bancário, infere-se na Lei Bancária Suíça de que são os bancos, relativos aos dados que lhes estão conexos; aos clientes, referentes aos dados e informações ligadas às contas, operações e serviços praticados no banco; ainda, acrescenta-se neste elenco, no sistema suíço, o próprio Estado, relacionados com o comércio jurídico bancário nacional, bem como no âmbito de trocas de informações com outros Estados e a necessidade de salvaguarda da dignidade e da credibilidade do sistema financeiro com vista a incentivar a captação de fundos para a capitalização da banca e para o investimento na economia do país.

No que tange ao conteúdo do sigilo bancário no sistema suíço, i.e., o *quid* sobre o qual recaí o dever de guardar sigilo bancário, releva no sistema suíço dois critérios para a sua qualificação³⁴¹, como sejam:

- Critério objetivo – que defende a obrigatoriedade dos bancos preservarem sigilo bancário referentes aos factos integrantes das relações internas, i.e., as informações conexas apenas às relações comerciais privadas com os clientes. Entretanto, exclui neste âmbito, todas as informações conhecidas pelo banco através de terceiros e não apresentam conexões com as relações comerciais entabuladas entre o banco e os clientes, v.g., as relações com outros bancos e instituições financeiras e quaisquer outras operações financeiras firmadas com terceiros.

³³⁹ A CFB dispõe, entre outras competências no domínio do controlo da banca e da sua atividade, da bolsa de valores mobiliários e da luta contra branqueamento de capitais. Cf. Anne Héritier Lachat et Alain Hirsch, *op. cit.*, p. 594 e ss.

³⁴⁰ Cf. Maurice Aubert, Jean-Philippe Kernen e Herbert Schönle, *Le secret bancaire suisse*, *op. cit.*, p. 31 e ss.

³⁴¹ Cf. Nelson Abrão, *Direito Bancário*, 7ª, *op. cit.*, p. 54 e ss.

- Critério subjectivo – cabe no âmbito do dever de guarda do sigilo bancário toda a informação conexa a um cliente bancário, incluindo as informações ligadas aos outros bancos.

3. Limites e problemas atuais

Como consequência do sistema suíço ter considerado de forma profunda a blindagem e a proteção do sigilo bancário no plano interno, relativo à defesa contra o poder público, e no plano externo, referente à defesa contra a interferência de outros Estados nos assuntos internos de bancos suíços - nomeadamente celebrizada no famoso conflito suíço-germânico -, o sistema tem sido há muito evidenciado, sobretudo no plano internacional³⁴². De facto, tem vindo a ser considerado como um autêntico paraíso fiscal, com facilidade e favorecimento à evasão e fraude fiscais, encobrimentos e facilidades dos crimes de branqueamentos de capitais e de vantagens ilícitas provenientes do tráfico de drogas, tráficos de seres, corrupções, máfias, terrorismo internacional e tráfico de armas³⁴³.

Não obstante, no sistema suíço, existem algumas restrições ao conteúdo e extensão do sigilo bancário decorrentes da necessidade interna de defesa de outros valores catapultados na esfera superior, que resultam de fortes compromissos assumidos pela Suíça na órbita internacional e provenientes das relações de cooperações entre Estados³⁴⁴.

Deste modo, no plano interno, descrevem-se as escassas restrições consentidas no âmbito da lei bancária suíça:

i. O Direito Falimentar suíço, relacionado com o procedimento de declaração de falência, nomeadamente

³⁴² Depois da crise bancária que afectou a economia numa escala global, com único propósito de se reunirem sinergias para o restabelecimento da economia interna e internacional, numa reunião de G20, os chefes de Estados, v.g., Barak Obama de EUA, Nicolas Sarkozy de França, Gordon Brown de Grã-bretanha, declaram a luta sem trégua aos paraísos fiscais “Tout le monde a conscience de la necessite de les sanctionner”. Mais tarde, o Presidente Francês Nicolas Sarkozy, veio ao público reforçar que, “Les Paradis fiscaux, le secret bancaire, c’est terminé”. Igualmente, na reunião de G20 de Londres, de 2 de Abril de 2009, proclamou-se solenemente que “l’ère du secret bancaire est terminé”. Será verdade? Acreditamos que não, pois admitimos haver alguma evolução neste sentido no sistema suíço, mas não é suficiente para afirmar que o sigilo bancário terminou. Cf. Jérôme Lasserre Capdeville, «Secret Bancaire Suisse et Entraide Internationale», *Revue Européenne de Droit Bancaire & Financier – European Banking & Financial Law Journal - Euredia*, Bruylant, Nov. 2010, p. 339 e ss.

³⁴³ Neste sentido, veja-se: Sylvain Besson, *Le secret bancaire*, 2ª éd., PPUR, 2009; Serge Guertchakoff, *Comprendre le secret bancaire*, Slatkine, 2009; M. Zaki, *Le secret bancaire est mort, vive l’évasion fiscale*, Ed. Favre, 2009; H. Barber, *Les banques suisses. Secret Bancaire et paradis fiscal*, Ed. Music and Entertainment Books, 2009; C. Lombardini, *Droit Bancaire Suisse*, Ed. Schulthess, 2008, p. 965.

³⁴⁴ Como o acordo firmado entre a Suíça e a UE no domínio de trocas de informações financeiras com vista ao combate à fraude e evasão fiscais.

de um banco, não se coloca a questão do sigilo bancário, para que se possa ter acesso às informações que se repute essenciais no âmbito do exercício das suas funções, especialmente para o administrador e liquidatários da massa falida. Mesmo tratando-se da hipótese de falência de um cliente de um banco, além da sua inibição na administração da sua massa falida, o seu banco fica autorizado a fornecer todas as informações relacionadas com a sua conta ao administrador da insolvência, em derrogação do sigilo bancário, e no interesse de boa gestão da massa falida.

- ii. Direito da Família e Sucessório suíço – neste plano, a doutrina e a jurisprudência em vigor na ordem jurídica suíça, defendem a inoponibilidade do dever do sigilo bancário aos herdeiros e aos legatários do cliente (*de cujus*) e, por conseguinte, advogam a sucessão dos herdeiros e legatários na titularidade das contas deste, igualmente, diríamos que sucedem no direito subjectivo conexo à conta, incluindo o direito ao sigilo bancário³⁴⁵, sobretudo a possibilidade de requerer e autorizar o levantamento do sigilo bancário. Portanto, na prática, os direitos aqui referenciados passam a ser exercidos pelo administrador da herança, entre nós, designado por “cabeça-de-casal”, desde que seja legalmente habilitado e autorizado/homologado pelo tribunal para exercer, mediante prévio juramento, as funções para que foi nomeado.

No âmbito do Direito da Família suíço estabeleceu-se igualmente a regra de restrição, senão mesmo da inoponibilidade do dever do sigilo bancário aos representantes legais do menor titular da conta, aos Órgãos de Tutela e Curatela dos Incapazes, nomeadamente do tutor dos interditos, e curador dos inabilitados, o Conselho de Família³⁴⁶.

- iii. Controlo e Supervisão Bancária – a lei bancária estabelece a inoponibilidade do sigilo bancário à entidade de supervisão CFB, o banco nacional da suíça, revisores de contas e todos os que trabalham no domínio do controlo da banca, no âmbito do exercício da supervisão bancária.
- iv. O Consentimento do cliente – segundo a doutrina suíça, desde que conste de um documento escrito, constitui a causa de justificação e de exclusão da culpa do banco pela divulgação dos dados e informações referentes às contas, operações e serviços praticados pelos clientes, contando que as mesmas sejam disponibilizadas às pessoas que os clientes tenham indicado expressamente, sem que o banco incorra em quaisquer responsabilidade civil ou penal, dado que a divulgação nestes termos reputa-se, por isso, lícita³⁴⁷.

³⁴⁵ Significa que o dever do sigilo bancário não cessa com a morte do titular da conta, mas transmite-se para a esfera dos herdeiros e legatários do cliente defunto.

³⁴⁶ Cf. Maurice Aubert, Jean- Philippe Kern e Herbert Schönle, *Le secret bancaire suisse*, 3ª ed., *op. cit.*, p. 31 e ss.

³⁴⁷ Cf. Rabindranath Capelo de Sousa, «Segredo Bancário...», *op. cit.*, p. 163.

- v. Ainda deve-se assinalar importantes restrições ao conteúdo do sigilo bancário no sistema suíço proveniente dos acordos de cooperações internacionais³⁴⁸.
- vi. Por fim, realça-se, no sistema suíço, a situação de quebra pontual do sigilo bancário referente ao enriquecimento sem causa, sobretudo quando se verifica o acréscimo patrimonial na órbita jurídica de uma pessoa sem justificação para tal, em regra, funcionário público. Neste caso autoriza-se o banco a fornecer todos os dados indispensáveis à averiguação da proveniência dos fundos ilicitamente apropriados e depositados em conta do funcionário sob suspeita.

O sistema suíço posicionou-se face aos problemas que se colocam em torno do sigilo bancário, aliado à proteção da privacidade humana em relação à proteção de outros valores relacionados com informática, exigências da administração fiscal, da justiça, e a luta contra branqueamentos de capitais e vantagens ilícitas e contra terrorismo internacional. Procurando relacionar, compatibilizar e sacrificar um dos valores defendidos, sem prejuízos preocupantes ao nível de proteção da privacidade e da reserva da intimidade, nos moldes que se seguem:

- a) A informática: o sistema suíço estabelece a proteção dos dados pessoais contra advento da informatização dos dados, reforçando assim a tutela do sigilo bancário perante a quase total desmaterialização da banca, das suas operações e dos seus serviços de intermediações nos pagamentos.
- b) A administração fiscal: no que se refere às informações bancárias dos contribuintes relacionadas com as contas, operações e serviços, o sistema suíço constitui exceção em comparação com os sistemas vigentes na Europa, nos EUA e alguns países africanos, a consagração do princípio incontestável de que administração fiscal suíça não dispõe de legitimidade para requerer tais informações bancárias.

Assim sendo, a Suíça consagra o princípio da preponderância do sigilo bancário face à administração fiscal. Traduzindo-se, nomeadamente na oponibilidade do sigilo bancário aos agentes e serviços da administração fiscal, ficando vedado aos bancos fornecerem informações e dados ligados às contas, operações e serviços dos clientes à administração fiscal, arts. 73º, al. 3) e 127º da Lei Federal em matéria do imposto directo de 14 de Dezembro de 1990³⁴⁹.

³⁴⁸ Cf. Jean Marc Rivier, «Le secret Professionnel ...», *op. cit.*, p. 2613.

³⁴⁹ Cf. neste Sentido, Rolf H. Weber, «Le secret bancaire à l'Administration fiscale en droit suisse», *Revue lamy droit des affaires*, n.º 49, 2010, p. 76. Jérôme Lasserre Capdeville, «Secret Bancaire Suisse», *op. cit.*, p. 347. Nelson Abrão, *Direito Bancário*, 7ª ed., *op. cit.*, p. 56 e ss. Ainda no sentido de que a prática corrente das ditas contas anónimas ou numeradas vem reforçar a proteção do sigilo bancário no sistema suíço e austríaco, em prejuízo das acções internas e internacionais,

Entretanto, no âmbito da lei federal sobre a tributação direta, art.191º, existe uma possibilidade excepcional de abertura de um inquérito especial sobre evasão fiscal que envolve valores consideráveis, para o qual defende a parte da doutrina suíça que o sigilo bancário não se opõe.³⁵⁰ Por outro, existe a possibilidade da quebra do sigilo bancário quanto ao IVA e aos impostos sobre o rendimento quando preenchidos os pressupostos legais, *maxime* a inexistência de declaração e a inexistência ou falseamento sistemático da escritura contabilística.³⁵¹

Entretanto, deve-se assinalar que o sistema suíço tendo vindo a registar uma notável evolução mediante a ampliação das faculdades da administração fiscal, participando, no combate à evasão fiscal³⁵².

Quanto à gestão e administração da justiça: a solução passa pela distinção da justiça federal e cantonal. A Lei Bancária Suíça, no art. 47º, parágrafo 4, consagra o princípio de obrigatoriedade de colaboração com a justiça em matéria penal e em matéria da justiça federal da cantonal. Ao abrigo desta autorização, as instituições financeiras, em rompimento ao sigilo bancário, podem testemunhar ou fornecer informações ligadas à conta do cliente, quando solicitada. No que se refere à Justiça Cantonal, em matéria criminal³⁵³, vigora o princípio de obrigatoriedade dos cantões colaborarem com a justiça, i.e., são obrigados a fornecer e testemunhar todas as informações que lhes forem requeridas. Entretanto, essa obrigatoriedade já não se aplica, nomeadamente aos cantões Neuchâtel e Valois³⁵⁴.

Relativamente à matéria cível e no plano da Justiça Federal, não existe a obrigatoriedade de colaboração com a justiça, logo os bancos não estão compelidos a divulgar informações de carácter sigiloso ligadas às relações comerciais entabuladas com os seus clientes, salvo se a cláusula contratual dispusesse em sentido contrário³⁵⁵. Neste sentido, afirma Robert Henrion, que o cliente é o dono do

proporcionando desta feita um ambiente favorável à evasão fiscal. Cf. Bernhard Eccher, «Anonimittà e Segreto Bancário...», *op. cit.*, p. 390 e ss.

³⁵⁰ Cf. Anne Héritier Lachat et Alain Hirsch, «L'évolution du Droit Bancaire et ...», *op. cit.*, p. 612.

³⁵¹ Cf. Maria Eduarda Azevedo, «O Segredo Bancário...», *op. cit.*, p. 42.

³⁵² Cf. François Delachaux, «Le problème du secret bancaire», p. 331. Myret Zaki, *Le secret bancaire et mort...*, pp. 17 e ss, 27 e ss, e 75 e ss.

³⁵³ Refere-se o art.173º do Código de Procedimento Penal Suíço de 2007, aprovado em 5 de Outubro, que entrou em vigor em 2010.

³⁵⁴ Cf. Anne Héritier Lachat et Alain Hirsch, «L'évolution du Droit Bancaire et...», *op. cit.*, p. 612.

³⁵⁵ Cf. Jérôme Lasserre Capdeville, *Secret bancaire*, *op. cit.*, p. 68 ; Rabindranath Capelo de Sousa, «Segredo Bancário», *op. cit.*, p. 163; Nelson Abrão, *Direito Bancário*, *op. cit.*, p. 60.

sigilo e pode decidir livremente autorizar a sua quebra³⁵⁶.

- c) Em relação ao branqueamento de capitais, o tratamento desta matéria no sistema suíço, do ponto de vista formal, é semelhante à solução consagrada entre nós e no ordenamento jurídico europeu, nomeadamente português. Desde 1977 que os bancos suíços foram vinculados a efetuar determinados controlos a partir da abertura de contas, identificações dos respetivos titulares, e a penalização deste crime de branqueamento de capitais nos termos dos arts. 305º bis e 305 ter, do CP suíço de 1990³⁵⁷. Portanto, consequentemente, a lei de branqueamento de capitais de 1997³⁵⁸ introduziu importantes novidades nesta luta, obrigando os bancos a fornecer todas informações requeridas no âmbito de investigação deste crime em prejuízo do sigilo bancário³⁵⁹.

Em 2007 o sistema suíço registou mais uma evolução importante neste domínio do combate ao branqueamento de capitais, com a aprovação de um projeto de lei referente ao reconhecimento e transposição das legislações *standards* do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) nesta matéria³⁶⁰.

Neste mesmo sentido, no que se refere à luta contra o terrorismo, no sistema suíço vigora a regra de tolerância zero no combate a este flagelo do século XX, mesmo que para isso o conteúdo do sigilo bancário deva ser prejudicado ou limitado para aceder as informações úteis que visem viabilizar essa luta e enfraquecer o terrorismo internacional.

- d) Existem limitações do perímetro de aplicação do sigilo bancário perante a necessidade de execução de alguns acordos internacionais que vinculam o Estado Suíço, como sejam:
- No âmbito do acordo internacional em matéria penal, conforme a nova lei penal de 1997 e a organização judiciária, o sigilo bancário não é oponível.
 - Em matéria civil, igualmente, o sigilo bancário não é oponível na execução do acordo internacional referente as regras do direito cantonal de procedimento civil aplicável.
 - Entretanto, em matéria tributária, o sigilo bancário que permanece até então oponível à administração fiscal, pode vir a recuar em face da necessidade de execução dos acordos internacionais firmados em

³⁵⁶ Cf. José Castelo, «Em Torno do Segredo Bancário», *Boletim da Ordem dos Advogados*, n.º 19, Outubro de 1983, p. 4 e ss.

³⁵⁷ Cf. Anne Héritier Lachat et Alain Hirsch, «L'évolution du Droit Bancaire et...», *op. cit.*

³⁵⁸ Uma *Ordonnance de la Commission Fédérale des Banques* de 18 de dezembro de 2002, revista em 2007, vem estabelecer as modalidades de aplicações da lei de branqueamento de capitais. Cf. Anne Héritier Lachat et Alain Hirsch, *op. cit.*, p. 611.

³⁵⁹ Cf. *Ibidem*, p. 610 e ss.

³⁶⁰ Cf. *Ibidem*, p. 611. Sobre a versão atual das 34 recomendações do GAFI, (cf. Myret Zaki, *Le secret bancaire et mort*,..., p. 201).

2004 entre UE e a Suíça e acordos bilaterais concluídos com outros Estados, nomeadamente nos domínios de trocas de informações, assistências administrativas e luta contra fraude e evasão fiscais.

- Em matéria do mercado, no âmbito do acordo penal firmado, o sigilo bancário não se opõe³⁶¹.
- A abertura das autoridades suíças na luta sem tréguas contra branqueamento de capitais, terrorismo mundial e corrupção³⁶².

Os acordos celebrados com vista a evitar a dupla tributação e a evasão fiscal, importa, *de jure*, a atenuação do caráter “sagrado” do sigilo bancário no sistema suíço³⁶³. Neste âmbito, na segunda quinzena do mês de maio de 2015, a Comissão Europeia e a Suíça assinaram um acordo que integra medida tendente à prevenção e repressão de fraude fiscal, em prejuízo ao conteúdo do sigilo bancário neste país para os residentes na UE. Deste modo, a UE e a Suíça irão trocar automaticamente informações sobre as contas bancárias a partir de 2018³⁶⁴.

Portanto, as arremetidas alemãs e atual abertura do sistema suíço resultante de um processo demorado de negociação e de assimilação, constituem provas flagrantes da vontade da autoridade suíça em participar de mãos dadas com outras nações europeias e do mundo, no combate aos crimes transnacionais traduzidos na fraude e evasão fiscais, corrupção, tráfico de seres humanos e de estupefacientes, branqueamento de capitais e terrorismo internacional. Com efeito, estas situações que pressupõem e impõem restrições necessárias ao sigilo bancário, conduziram e motivaram sérios questionamentos e evidências quanto ao conteúdo e a extensão do sigilo bancário no atual sistema suíço³⁶⁵. Destarte, constitui caso para dizer, na nossa modesta opinião, que o sigilo bancário no sistema suíço não é *mort*, mas é amputado em defesa de outros interesses que assumem relevância preponderante nas agendas internas dos Estados e da Comunidade Internacional, justificando desta

³⁶¹ Cf. arts. 161º e 161º bis do CP. Anteriormente a matéria referente à violação do sigilo bancário sujeitava-se a sanção penal nos termos do art.320º do CP Suíço, e nos termos do art. 47º da lei bancária – Loi Fédérale sur les Banques et les Caisses d'Épargne, de 8 de Novembro de 1934.

³⁶² Recentemente, o parlamento suíço aprovou uma nova lei com a entrada prevista a partir de Abril de 2015. Conforme notícia da Sky Sport, a presente lei foi aprovada na sequência de sucessivas denúncias de corrupções nos seios das entidades internacionais que regem os desportos, designadamente a FIFA, Comité Olímpico Internacional, União Internacional de Ciclismo, visando os seus dirigentes, os membros de comités executivos e de empregados de federações desportivas. Portanto, esta lei suíça, permitirá, em derrogação ao sigilo bancário, as consultas das operações bancárias dos dirigentes desportivos.

³⁶³ Cf. Jérôme Lasserre Capdeville, *op. cit.*, p. 360. Ao qual faz-se saber que a aludida revisão introduzida na lei bancária suíça foi forçada pelas críticas e sucessivas pressões internacionais ao sistema suíço. Cf. também R. Zondervan, «Le Secret Bancaire Suisse en Crise», *Revue de la Banque*, n.º 4, 1977, p. 235 e ss.

³⁶⁴ Neste sentido, afirmou o Comissário para os Assuntos Económicos e Financeiro da UE, *Pierre Moscovici*, que “É um novo golpe contra os que defraudam o fisco e um passo em frente para uma fiscalidade mais justa na Europa”.

³⁶⁵ Cf. Myret Zaki, *Le secret bancaire et mort*,..., p. 31 e ss. François Delachaux, «Le problème du secret bancaire», pp. 331 – 335.

feita as suas derrogações necessárias, adequadas e proporcionais.

4. Violação e a natureza

A violação do sigilo bancário no sistema suíço importa consequências deveras complexas, nomeadamente ligadas à responsabilidade penal³⁶⁶, responsabilidade civil contratual e extracontratual, e responsabilidade administrativa.

Com efeito, a ilicitude penal decorrente da violação do sigilo bancário justifica-se na importância e proteção penal conferida ao sigilo bancário por força do art. 47º, n.ºs. 1 e 2, da Lei Bancária suíça, podendo ter como consequência, conforme a ponderação dos factos, a pena de multa ou a privação efetiva de liberdade através da pena de prisão. Em consequência da última revisão introduzida neste diploma legal suíço, com a entrada em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2009, além da sanção penal pela violação do sigilo bancário, a negligência passou a ser punida com uma pena de multa de 30000 a 250000 francos suíços³⁶⁷.

Igualmente, a violação do sigilo bancário gera responsabilidade contratual fundada na violação dos termos contratuais, nos quais o banco compromete-se a preservar os dados e informações do cliente no âmbito da relação comercial circunscrita com o mesmo, não devendo, por isso, ser conhecidos e nem divulgados fora deste âmbito, importando a reparação dos danos³⁶⁸.

Por fim, a indiscrição dos bancos pode ter como consequência um procedimento administrativo e disciplinar a cargo da autoridade máxima de gestão, supervisão e de fiscalização bancária, nomeadamente o Banco Central. Tal tem como finalidade apurar a responsabilidade administrativa e disciplinar do banco que não tenha cumprido o seu dever de dar guarida ao sigilo bancário, nos termos definidos pelos estatutos e regras deontológicas e éticas. Os mesmos informam a profissão bancária, nomeadamente sobre sanções administrativas e profissionais, v.g., a expulsão do estatuto do associado da Associação Suíça de Bancos, a caça da licença e da autorização do exercício da atividade bancária,

³⁶⁶ Muito cedo o Congresso tomou a consciência da necessidade de reforçar e blindar a proteção do sigilo bancário com adoção da “Lei do Sigilo Bancário Externo”, que passara a impor pesadas sanções penais (uma multa até \$500.000 ou 5 anos de prisão, podendo ser cumulativos).

³⁶⁷ Cf. Rabindranath Capelo de Sousa, *op. cit.*, p. 163.

³⁶⁸ Assim, correspondem danos causados no objeto da prestação, neste caso em específico do sigilo bancário, o banco assume uma obrigação acessória de guardar sob discrição todos os dados e informações atinentes à relação comercial de conta entabulada com determinado cliente. Cf. Pedro Romano Martinez, *Direito das Obrigações – Programa 2010/2011 e Apontamentos*, 3ª ed., Lisboa, AAFDL, 2011, p. 100 e ss.

e até na dissolução da sociedade³⁶⁹.

SUBSECÇÃO II

Do Sigilo Bancário no Direito do Luxemburgo

1. Enquadramento geral

No sistema de Luxemburgo³⁷⁰, o sigilo bancário é aquilatado como segredo profissional, justificando, por isso, a sua intensa e reforçada proteção à semelhança do que acontece no sistema vigente na Suíça e no Líbano. Com efeito o sigilo bancário é encarado em Luxemburgo como um dever intimamente conexo à profissão bancária, impondo assim os seus órgãos, funcionários e todos os demais que tenham acessos às informações dos clientes ligadas as contas, operações e serviços bancários, a obrigação de discrição quase absoluta.

Desde cedo, no sistema do Luxemburgo, existe a consagração expressa da proteção do sigilo bancário. Destarte, o art. 31º da Lei Bancária de 27 de Novembro de 1984 prevê a guarida ao sigilo bancário na ordenação jurídica luxemburguesa, inclusivamente, por força do art. 1º do Dec. de 24 de Março de 1989, consagra que “as administrações fiscais não são autorizadas a requerer de instituições financeiras qualquer informação individual acerca dos seus clientes, exceto nos casos previstos pela Lei de 28 de Janeiro de 1948, para assegurar uma justa e exata percepção de taxas de registo e de imposto sucessório”, bem como as exceções constantes da Lei de 7 de Julho de 1989 referente à prevenção e repressão de branqueamento de capitais.

Não obstante, a questão da consagração e proteção legal do sigilo bancário na ordem jurídica de Luxemburgo não é pacífica, dando origem a controvérsias entre a corrente negativista, por sua vez contrariada pela corrente positivista, nos termos que se seguem:

- a) Corrente negativista: sustenta a inexistência do sigilo bancário na ordem jurídica de

³⁶⁹ Cf. Rabindranath Capelo de Sousa, «O Segredo Bancário...», *op. cit.*, p. 163; Maurice Aubert, Jean-Philippe Kernen e Herbert Schönle, *Le secret bancaire suisse*, *op. cit.*, p. 44 e ss.

³⁷⁰ Situa-se na Europa, é delimitado ao Norte e Oeste pela Bélgica, ao Sul pela França, e ao Este pela Alemanha. Luxemburgo, na mesma linha da Guiné-Bissau e Portugal, pertence à família de direito romano-germânico.

Luxemburgo, dado que, não existe nenhuma lei, pelo menos, *expressis verbis*, que regula formalmente essa figura, impondo assim aos bancos a obrigação legal de não difundir fora do circuito interno das relações puramente comerciais com os clientes as informações que tenham acessos por causa e em razão do exercício do seu ofício. Esta corrente defende também a negação de consagração legal do sigilo bancário no direito de Luxemburgo com fundamento de que o art. 458º do CP desse país, que impõe segredo profissional aos “*depositaires, par état ou par profession des secrets qu'on leur confie*”. Segundo esta corrente, tal não se aplica aos bancos, pois a atividade bancária é exercida de forma impessoal, subtraindo aos bancos a qualificação de “confidente necessário” do seu cliente, como pressuposto indispensável de aplicação do regime jurídico do preceito em referência³⁷¹.

b) Corrente positivista: contrariamente, os defensores desta corrente acreditam na existência do sigilo bancário no Luxemburgo, uma vez que os bancos convivem e sobrevivem dos haveres recebidos dos clientes, depositados em contas de depósitos, e a pedido dos clientes, executam as mais variadas operações e serviços. Por tal, todas as informações catalogadas devem merecer devido tratamentos com absoluta descrição, sendo o banco confidente necessário dos seus clientes, sendo a qualificação natural decorrente da natureza da profissão bancária, o que coloca o banco no âmbito do art. 458º do CP³⁷².

No sentido de se considerar a consagração do sigilo bancário no Luxemburgo, deve-se assinalar que a qualidade do confidente necessário do cliente por parte do banco encontra-se gizada à tradição ou usos e costumes bancários³⁷³.

Cremos na existência de um quadro legislativo patente na Lei Bancária de 27 de Novembro de 1984 e no art.458º do CP, que vem reforçar a proteção do sigilo bancário³⁷⁴.

³⁷¹ Cf. Claude Scilmit Et Albert Dondelinger, «Le Secret Bancaire em Droit Luxembourgeois», in AA. VV., *Le Secret bancaire dans la C.E.E. et en Suisse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1973, p. 139.

³⁷² Cf. Ibidem.

³⁷³ Pelo menos, foi esse o entendimento defendido pela doutrina dominante e a jurisprudência luxemburguesa, Cf. Ibidem, p. 140.

³⁷⁴ Cf. Rabindranath Capelo de Sousa, «O Segredo Bancário...», *op. cit.*, p.164.

2. A vinculação e extensão do seu conteúdo

O quadro jurídico existente no sistema de proteção do sigilo bancário em Luxemburgo, leva-nos a considerar que o sigilo bancário é equacionado como uma espécie do género segredo profissional. Devendo, por isso, ser tratado como uma modalidade do segredo profissional protegido ao abrigo do art.458º do CP de Luxemburgo.

Foi neste sentido de proteção de segredo profissional ao abrigo do art.458º CP que se surpreende o dever de segredo bancário decorrente dos usos do comércio bancário, impondo assim aos bancos, seus órgãos e funcionários, a obrigação de discrição com relações às informações dos clientes conexas às contas, operações e serviços.

A determinação do âmbito e da extensão do sigilo bancário, na ausência de uma regulamentação expressa e cabal do seu regime jurídico, impõe-se, da nossa parte, recorrer aos subsídios da doutrina e do direito comparado para o efeito.

Parece relativamente consensual, entre os autores, a defesa da existência e consagração do sigilo bancário pela lei ou imposto pelos usos do comércio bancário, aos bancos, seus órgãos, os funcionários, mandatários, bem como quaisquer entidades ou particulares ligados aos bancos de forma permanente ou esporádico.

Ainda, no plano de vinculação, deve-se entender que o dever do sigilo bancário, no sistema do direito de Luxemburgo, se estende, igualmente, a quaisquer outras entidades ligadas aos serviços e operações bancárias, nomeadamente as autoridades de supervisão bancária, de coordenação de serviços de pagamentos, de compensações, de gestão de sistema eletrónico ligados à banca, entre outros.

Quanto ao âmbito material e face à ausência da lei neste sentido - o sigilo bancário no direito de Luxemburgo abrange todas e quaisquer informações que os bancos tenham conhecimentos associados aos dados das contas, as operações e serviços requeridos pelos clientes.

3. Limites e problemas atuais

O sistema de proteção do sigilo bancário no Luxemburgo não é imune nem indiferente quanto aos problemas que afetam outros sistemas, designadamente os problemas com que se debatem sobre a questão de saber como conciliar a proteção da privacidade individual com a informatização, a necessidade de luta contra branqueamento de capitais, tráfico de drogas, contra terrorismo e associação criminosa, e sobretudo em defesa do interesse do fisco bem como no combate à evasão e fuga fiscais³⁷⁵.

Procurou-se equacionar no sistema de direito de Luxemburgo soluções que não visassem minar o dever do sigilo bancário, i.e., baseado na necessidade de proteção da privacidade humana como fim último da própria proteção concedida ao sigilo bancário, nos pontos que se seguem:

a) No que concerne ao sigilo bancário e à informática³⁷⁶. Uma Lei de 31 de Março de 1979 vem regulamentar os dados nominativos nos tratamentos informáticos, protegendo assim a privacidade humana em detrimento da informática.

b) Relativamente ao sigilo bancário e o fisco, no Luxemburgo, a mencionada Lei Bancária consagra a solução de prevalência dos interesses defendidos pelo sigilo bancário aos interesses protegidos pela administração fiscal, contrariamente da situação vigente em Portugal. Todavia, comportando parcas exceções previstas na Lei de 28 de Janeiro de 1948 e na Lei de 7 de Julho de 1989³⁷⁷.

Com efeito, no sistema de direito do Luxemburgo, o sigilo é oponível *erga omnes*, enquanto valor quase absoluto, oponível ao poder público e à administração fiscal. Para reforçar a prevalência do sigilo bancário, o Decreto de 24 de Março de 1989 dispõe no art. 1º que, “as administrações fiscais não são autorizadas a requerer das instituições financeiras qualquer informação individual acerca dos seus clientes, exceto nos casos previstos pela Lei de 28 de Janeiro de 1948 para assegurar uma justa e exata percepção de taxas de registo e de impostos sucessórios”.

³⁷⁵ A questão de evasão fiscal no sistema do Luxemburgo quer através de deturpação de movimentos de capitais, adoção de impostos reduzíssimos despertou enorme preocupação da Europa, passando assim a preocupar na definição de medidas persuasoras ou dissuasoras às práticas de evasão fiscal. Cf. Caroline Doggart, *Paraísos Fiscais – Guia Prático*, 2ª ed., Porto, Vida Económica, 1998, p. 264 e ss.

³⁷⁶ Cf. Manuel Januário da Costa Gomes, «O Problema da Salvaguarda da Privacidade Antes e Depois do Computador», *op. cit.* p. 43.

³⁷⁷ Cf. Rabindranath Capelo de Sousa, «O Segredo Bancário...», *op. cit.*, p. 164.

c) No sistema vigente no Luxemburgo, o princípio da obrigatoriedade de colaboração com a justiça decorrente da regra geral, só tem aplicação perante a matéria qualificada como crime ou nos processos criminais. Entretanto, o que não acontece nos processos ou matérias absolutamente cíveis, o sigilo bancário prevalece, i.e., os bancos não estão compelidos a depor sobre os dados e informações subscritas no âmbito do circuito fechado coberto pelo sigilo bancário, suscetíveis de abalar as relações comerciais com os seus clientes.

d) Relativamente à questão de branqueamento de capitais, a mesma foi qualificada como crime³⁷⁸, o que impõe aos bancos o dever de colaboração nos termos atrás enunciado, dado tratar-se de um processo de natureza criminal.

4. Violação e a natureza

A violação do sigilo bancário no sistema de proteção do Luxemburgo comporta consequências de várias naturezas, nomeadamente as penais, previstas e puníveis ao abrigo do art. 458º do CP de Luxemburgo, consequências civil e contratual.

SUBSECÇÃO III

Do Sigilo Bancário no Direito Francês

1. Enquadramento geral

No sistema francês, o direito financeiro em geral encontra a conformação na órbita da fonte específica de regulamentação bancária (le code monétaire et financier)³⁷⁹ e nas outras fontes de caráter geral e complementar, v.g., como o *code de commerce*, *code civil* nos livros dos contratos, das obrigações e

³⁷⁸ Neste sentido cf. Lei de 7 de Julho de 1989.

³⁷⁹ Cf. art. L 511-33, alterado pela Lei n.º 2008/776, de 4 de Agosto. Nesta matéria, importa referir a codificação do direito bancário e financeiro na Portaria (Ordenance n.º 2000-1223 du 14 décembre 2000). Ainda conferir o texto atualizado do código monetário e financeiro no site: www.ligifrance.gouv.fr.

das garantias, *code de consommation*³⁸⁰, etc.³⁸¹

Em França, face à crescente evolução que se verifica na banca e na sociedade e a consequente desmaterialização dos serviços e meios de pagamentos, precocemente se reconheceu a importância da banca e da conta bancária como contrato geral bancário, com a consagração legal do direito à conta para todas as pessoas coletivas ou físicas nos termos da lei bancária francesa de 14 de Janeiro de 1984³⁸². No âmbito da qual, por força do art. 57º, em caso de violação do sigilo bancário, remetia a responsabilidade criminal para lei penal francesa³⁸³. Porém, anteriormente, haviam prescrições sobre sigilo bancário desde 1726 nos estatutos do Banco³⁸⁴.

A titularização de conta sujeita a este regime comporta que, entre outras funcionalidades relacionadas com o serviço bancário de base ou mínimo, deva ser assegurado por um banco escolhido pelo cliente

³⁸⁰ O dever de informação constitui uma particularidade do direito bancário francês e assume particular relevância na relação dos contratos de consumo. Assim, impõe-se aos bancos por força do Décret n.º 84-708 de 24 juillet 1984 – loi bancaire, article 7, do *Code de la Consommation*, article L 111-1, e pela jurisprudência francesa, o *dever de transparência* no sentido de informar os seus clientes sobre as condições gerais dos bancos, particularmente nas aberturas de contas e outras operações e serviços bancários, para que possam conhecer as características e as vantagens e desvantagens de um dado produto ou serviço bancário, sem esquecer, obviamente, do seu papel de “confidente necessário”.

³⁸¹ Sobre o quadro legal e evolução do direito bancário e financeiro, bem como as transposições do direito comunitário aplicável à banca e ao sistema financeiro para o direito interno francês, v.g., sobre acesso às atividades do estabelecimento de crédito e ao seu exercício (Diretiva 2006/48/CE, de 14 de Junho de 2006), sobre mercados de instrumentos financeiros (Diretiva 2004/39/CE, 21 de Abril de 2004), bem como as insuficiências e críticas ao direito bancário francês, etc..., veja-se, Jean Stoufflet, «L'évolution du Droit Bancaire et Financier», in AA. VV., *Synthèses de Droit Bancaire et Financier*, Bruxelles, Bruylant, 2008, p. 576 e ss.

³⁸² A *loi bancaire française du 24 janvier 1984*, regula um quadro jurídico da profissão e da atividade bancária em França, por forma a garantir a estabilidade do sistema financeiro, tendo sido alterada em razão da sua harmonização às regras e diretivas da UE, tais como: La loi du 2 juillet 1996, dite « de modernisation des activités financières, elle transpose en droit français la directive du 10 mai 1993 concernant les services d'investissement dans le domaine des valeurs mobilières, renouvelle en profondeur les conditions d'exercice des métiers du titre et crée une nouvelle catégorie de prestataires, les « entreprises d'investissement; La loi du 1er août 2003 sur la sécurité financière, modifie de manière substantielle le Code Monétaire et Financier, fusionne les autorités de contrôle des marchés financiers en un régulateur unique, l'Autorité des Marchés Financiers (AMF); L'ordonnance du 12 avril 2007, transpose la directive européenne relative aux marchés d'instruments financiers (MIF); L'ordonnance du 15 juillet 2009, relative aux conditions régissant la fourniture de services de paiement et portant création des établissements de paiement; Le décret du 2 septembre 2009, relatif aux conditions de vigilance et de déclaration pour la prévention de l'utilisation du système financier aux fins de blanchiment de capitaux et de financement du terrorisme; La loi du 19 octobre 2009, tend à favoriser l'accès au crédit de PME et à améliorer le fonctionnement des marchés financiers.

³⁸³ Cf. Rives-Lange, Contamine-Raynaud, *Droit Bancaire*, 6ª ed., Dalloz-Sirey, 1995, p. 160; Thierry Bonneau, *Droit Bancaire*, 4ª ed., Paris, Montchrestien, 2001, p. 266 e ss.; Lembrando, então, que “Ancien art.57 de la loi du 24 janvier 1984 qui renvoyait aux peines prévues par les articles 226-13 et 226-14 du Code Pénal”. Ainda advertiu que “Art. 511-33, Code monétaire et financier, que renvoie aux peines prévues par l'article L 571-4 du même Code dont l'alinéa 2 renvoie lui-même aux aux peines prévues par les articles 226-13 et 226-14 du Code Pénal”.

³⁸⁴ Cf. Geraldo de Camargo Vidigal, *op. cit.*, p. 19 e ss.; António Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 355.

ou indigitado pelo banco central de França, v.g., operação de gestão de conta, operações de pagamentos e recebimentos, utilização de cheques e cartões, etc...³⁸⁵

Em França, à semelhança dos restantes países desenvolvidos, a população adere constantemente ao sistema bancário, possibilitando a robustez do sistema bancário com aumento de quase 100% da população bancária e da taxa de bancarização³⁸⁶.

A robustez do sistema bancário e o sucesso conseguido em França e nos outros países desenvolvidos da Europa, incluindo Portugal e Suíça, entre outros, foi resultado da confiança e crédito que as pessoas e a sociedade em geral depositam nas suas sólidas estruturas bancárias, em parte, ancoradas e justificadas nas contrapartidas que recebem e esperam dos seus bancos, designadamente de serviços de excelência, de transparência³⁸⁷ e dos tratamentos sigilosos que dão aos seus dados e informações bancárias³⁸⁸. Neste sentido, o art. 57º e 57º-1 da Lei n.º 84-46, de 24 de Janeiro de 1984, alterada pela Lei n.º 99-532, de 25 de Junho de 1999, vincula ao sigilo bancário toda a pessoa que, a qualquer título, participe na gestão, vigilância, direção de um banco, recebedora de informações e documentos bancários de natureza sigilosa, e, sujeitando-se, às penas conforme a lei penal.

Atualmente, a corrente maioritária atribui ao sigilo bancário uma natureza pública relacionada com interesses superiores e intangíveis, o qual decorre de uma convenção tácita imposta no relacionamento entre os bancos e os seus clientes, em que àqueles passam a ser confidentes necessários, chamados a partilhar em consequência e por inerência das funções que desempenham, logo investidos em missões de confiança³⁸⁹.

³⁸⁵ Ver conteúdo pormenorizado do serviço mínimo bancário no Code Monétaire e Financier de França, art. D.312-5. Cf. Jean Stoufflet, *op. cit.*, p. 579; Christian Gavalda e Jean Stoufflet, *Droit Bancaire*, 6ª ed., Lexis Lexis Litec, 2005, n.º 368-7.

³⁸⁶ Cf. Jean Stoufflet, *op. cit.*, p. 581, nota n.º 8.

³⁸⁷ Neste sentido, a França segue a política da UE sobre a transparência bancária, com o reforço e melhoramento de informações ao cliente relativamente às operações de créditos e serviços bancários, bem como as taxas e de todos os encargos e riscos, art. 1907, n.º 2, du Code Civil, art. L.313-2 de *Code de la Consommation*, art.L.313-4, du *Code Monétaire et Financier*, bem como a legislação francesa sobre a usura, etc. Cf. Jean Stoufflet, *op. cit.*, p. 581 e ss.

³⁸⁸ Desde o Código Penal de 1810 que a violação do sigilo profissional constituía uma infração penal. O direito civil – art. 1382 do *Code Civil* – protege a discrição devida em certas relações contratuais.

³⁸⁹ Assim, entre outras bibliografias francesas sobre matéria de proteção do sigilo bancário, veja-se, Stoufflet Gavalda, Christian Gavalda e Jean Stoufflet, *Le secret bancaire en France, en Le secret bancaire dans la C.E.E. et em Suisse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1974, p. 77 e ss.; Maurice Aubert *et al.*, *Le secret bancaire suisse*, 3ª ed., Berne, Staempfli, 1995; Pierre Gulphe, «Le secret professionnel du banquier en droit français et en droit comparé», *Revue trimestrielle de droit commercial*, Paris, 1948, p. 12 e ss. ; E. Collomp, *Le secret bancaire*, in AA.VV., *Rapport annuel de la Cour de cassation*, 200, Fasc.141 ; A Bruyneel, «Le secret professionnel (30 ans après)», in AA.VV., *Van alle markten, Liber Amicorum Eddy Wymeersch*, Antwerpen, Éd. Intersentia, 2008, p. 95.

Neste sentido, o sistema francês³⁹⁰ é tido como um dos patriarcas da nova tendência da proteção do sigilo bancário, ao mesmo que qualifica e enquadra o sigilo bancário no âmbito geral de proteção do segredo profissional, i.e., encara o sigilo bancário como uma modalidade do segredo profissional. *Ab initio*, a base e a justificação da proteção do sigilo bancário na ordem jurídica francesa são de cariz doutrinária e jurisprudencial, sobretudo marcada pela ausência de uma regulação expressa desta figura.

Assim sendo, decorrente da concepção prevalecente relativa a qualificação do segredo bancário como segredo profissional, a doutrina e a jurisprudência advogam a existência de uma obrigação de discrição imposta ao banco quanto aos factos de que tenha conhecimento em razão do seu ofício.

Por conseguinte, todo o regime específico do sigilo bancário é aquilatado e ergue-se em função do regime existente do segredo profissional. O art. 378º do Código Penal Francês regula a matéria do segredo profissional, também extensível aos bancos e instituições financeiras, atuando enquanto “confidente necessário do cliente”³⁹¹. A norma do art. 378º do CPF, não só reconhece como protege o sigilo bancário enquanto uma espécie do género do segredo profissional, associado ainda a qualificação necessária do sigilo bancário como um dever que se impõe aos bancos e decorrentes de tradição e usos bancários³⁹².

2. A vinculação e extensão do seu conteúdo

No sistema francês o objeto do sigilo bancário corresponde a todas as informações de natureza confidencial, sendo os bancos sujeitos passivos desse dever do sigilo bancário, enquanto segredo profissional aliado à tradição e costumes bancários³⁹³. Deve-se considerar sujeitos passivos do dever do sigilo bancário por força do art. L511-33 do *Code monétaire et financier* (CMF), além dos bancos, os dirigentes bancários, funcionários e todos aqueles que tenham privado alguma relação de serviço temporário ou de carácter permanente, ainda que já se desvinculou do banco, incluindo as entidades de

³⁹⁰ A República Francesa integra a UE, confrontada ao Norte e Nordeste, pelo mar de norte e Canal da Mancha; ao Oeste pelo Oceano Atlântico; ao Sul, pela Espanha e Mar Mediterrâneo; fazendo fronteira com Alemanha, Suíça e Itália ao Este, e fronteira ao Nordeste com a Bélgica e Luxemburgo.

³⁹¹ Cf. Raymond Farhat, *Le Secret Bancaire*, op. cit., p. 23 e ss; Christian Gavalda e Jean Stoufflet, op. cit., p. 78 e ss. Edouard Chambost, *Guide Mondial des Secrets Bancaires*, op.cit., VI.

³⁹² Cf. Raymond Farhat, *Le Secret Bancaire*, op. cit., p. 33 e ss.

³⁹³ A solução seguida em França quanto ao fundamento do sigilo bancário aproxima-se da orientação da doutrina maioritária, quando defende que a sua legitimidade funda-se nos direitos da personalidade, na fidúcia, profissionalidade, liberdades democráticas, natureza das operações e serviços financeiros, costume, contrato – CCG, assente como prática universal, cuja origem tradicional mergulha no passado remoto. Cf. Geraldo de Camargo Vidigal, «As Centrais de Risco e o Sigilo Bancário», op. cit. p. 26.

controles e de supervisão, articles. L522-19-1, L 612-17-1 e ss, CMF, e Ordinance n.º 2009 – 866, 15 Juil, 2009³⁹⁴.

Neste mesmo sentido, defende a doutrina que os beneficiários do sigilo bancário são os clientes (pessoas físicas ou coletivas) e as próprias instituições bancárias³⁹⁵. A doutrina francesa defende que a consagração do dever de sigilo bancário visa proteger, *prima facie*, o próprio cliente do banco, entretanto este pode, livremente, renunciar total ou parcialmente ao direito do sigilo bancário, autorizando a revelação de informações objeto do sigilo bancário a um terceiro³⁹⁶.

A doutrina e a jurisprudência francesa advogam a oponibilidade do sigilo bancário nas situações de cauções constituídas para a garantia de uma operação em conta, para significar que o garante não pode aceder às informações relacionadas com as escrituras da conta, bem como as movimentações efetuadas, devendo, no entanto, exigir tais informações ao titular da conta ou efectuar a reserva neste sentido, art.313-22 do CMF. Igualmente, a oponibilidade do sigilo bancário é extensível aos familiares que não fazem parte da conta, salvo situação excecional de divórcio, em que o juiz poderá requerer informações referentes ao saldo da conta, *art.259-3 du Code Civil*³⁹⁷.

No âmbito da vinculação subjetiva, coloca-se no sistema francês a questão de saber se o sigilo bancário é oponível aos titulares dos órgãos da pessoa coletiva, designadamente a gerência, presidente, os membros do Conselho de Administração, os sócios, entre outros. A resposta para esta questão divide a doutrina francesa. Contudo, a maioria de doutrina defende que o sigilo bancário não é oponível aos titulares dos órgãos de gestão e do controlo da pessoa coletiva no âmbito do exercício das suas funções. Consideramos que seria oponível o sigilo bancário aos tais titulares quando requerem as informações objeto do sigilo bancário para fins individuais alheios às suas funções³⁹⁸.

³⁹⁴ Cf. Thierry Bonneau, *Droit Bancaire*, 4^a, *op. cit.*, p. 267,320.

³⁹⁵ Cf. Monique Contamine-Raynaud, «Le Secret Bancaire et le Contrôle de l'État sur les Opérations de Change et sur leurs Effets Délictuels», *Revue internationale de droit comparé*, vol. 46, nº2, 1994, p. 488 e ss.; Christian Gavalda e Jean Stoufflet, *op. cit.*, p. 55.

³⁹⁶ Cf. Thierry Bonneau, «Communication de pièces et secret bancaire», *Revue de Droit Bancaire et de la Bourse*, n.º 49, mai/juin, 1995, p. 94. A validade da autorização ou renúncia do cliente fica condicionada a fixação do seu objeto e limite, veja-se, Loi n.º 2008 – 776 de 4 agosto de 2008.

³⁹⁷ Cf. V. Cassation Com., 13 nov. 2003, arrêt n.º 253 FS-P B: JurisData n.º 022391; JCP 2004, IV, 1757. – Aix, 1^a, ch, 20 mars 2000: RD bancaire et financier 2000, p. 347; Crédot et Gérard., Poitiers, 2^a civ. 13 mars 2007, DC/BNP Paribas: JurisData n.º 337497. Aos quais defendem a inoponibilidade do sigilo bancário aos herdeiros ou legatários do *de cuju*, salvo a vontade contrária do cliente.

³⁹⁸ Neste sentido M. Rives-Lange e Contamine-Raynaud, *op. cit.*, p. 162; M. Vasseur, *Droit et Économie Bancaires: Les Opérations de Banque*, I, 4^a ed., Paris, 1987-1988, cit., p. 48. CA Paris, 20 mars 1990: RD bancaire et bourse 1990, p. 202 ; Thierry Bonneau, *Droit Bancaire*, 4^a ed., Paris, Montchrestien, 2001, p. 321 e ss.

Igualmente, o sigilo bancário não é oponível à entidade-mãe na relação com a filial ou sucursal³⁹⁹.

O sigilo bancário continua oponível nas relações comerciais entre bancos, salvo as informações que devem integrar os ficheiros comuns, designadamente dos incidentes de pagamentos e de crédito.

Relativamente ao conteúdo e âmbito material do sigilo bancário no direito francês, a doutrina advoga que o sigilo importa todas as informações referentes aos dados que o banco teve acesso em razão e no âmbito da sua profissão, que integra a relação com os clientes e de cuja publicidade não deve extravasar este circuito contratual, sobretudo ao ponto de ser conhecido por terceiro alheio a esta relação⁴⁰⁰. Deste modo, considera-se inserido no âmbito do dever de reserva, o qual obriga o banco à observância da confidencialidade, maxime os dados ligados ao saldo da conta, a identificação do cliente⁴⁰¹, os movimentos efetuados, os créditos. Ficam fora deste âmbito da proteção todas as informações que os bancos estejam autorizados a revelar aos terceiros, designadamente na situação de insolvência de um cliente.⁴⁰²

3. Limites e problemas atuais

O sigilo bancário consente algumas exceções e derrogações na ordem jurídica francesa, decorrentes da necessidade de proteção de interesses públicos relevantes e superiores aos interesses protegidos pelo sigilo bancário, não obstante ter respaldo na doutrina e na jurisprudência como uma modalidade do segredo profissional⁴⁰³.

Reconhecendo o caráter e o valor relativo do sigilo bancário à luz da lei francesa, Raymond Farhat⁴⁰⁴

³⁹⁹ Cf. Jean Stoufflet, *Internationalité du secret bancaire sur le plan civil et penal*, Comunicação no Colloque de l'Association européenne pour le droit bancaire et financier, Mónaco, 3 Outubro de 2003 ; Idem, «L'application du secret bancaire dans les relations intracommunautaires et internationales» *Gazette de droit bancaire*, n.º 3, 9 junho de 2005, p. 4.

⁴⁰⁰ Cf. Christian Gavalda e Jean Stoufflet, *op. cit.*, p. 88 e ss. Jack Vezian, *La Responsabilité du Banquier en Droit Privé Français*, 2ª ed., Paris, Librairies Techniques, 1977, p. 245.

⁴⁰¹ Cf. Cass. Com. 25 février 2003: JCP 2003, II, 10195.

⁴⁰² Cf. J. P. Bertrel, «Obligation au secret professionnel du banquier», *B.R.D.A.*, n.º14, F. Lefebvre, 1991, p. 2 e ss.; F. J. Crédot, «Le secret bancaire, son étendue et ses limites, la fourniture des renseignements commerciaux par la banque», *Les petits affiches*, n.º 21, 1993, p. 8 e ss. ; Lagelée-Charette, «L'adaptation de la notion de secret bancaire à la législation récente», *Office de Coordination Bancaire et Financière*, n.º 536, 1993. M. Contamine-Raynaud, «Le secret bancaire et le contrôle de l'État sur les opérations de change et sur leurs effets délictuels», *Revue Internationale de Droit Comparé*, 1994, p. 487 e ss. ; A. Teissier, *Le secret professionnel du banquier*, Presses universitaires d'Aix-Marseille, 1999.

⁴⁰³ Cf. Thierry Bonneau, *Droit Bancaire*, 4ª ed., Paris, Montchrestien, 2001, p. 323 e ss.

⁴⁰⁴ Cf. Raymond Farhat, *op. cit.*, p. 28 e ss. Christian Gavalda e Jean Stoufflet, *op. cit.*, p. 83 e ss.

não hesita dividir as referidas limitações reportadas em três acepções, designadamente relacionando-as com a) a qualidade de cliente, b) as resultantes de interesses públicos ou gerais e c) as concernentes à boa administração da justiça.

- a) Qualidade de cliente: nesta acepção, a divulgação da informação e dados cobertos pelo sigilo bancário parte da iniciativa do próprio cliente diretamente ou por intermédio de imposição ou mecanismo previsto na lei. Assim sendo, constituem exemplos típicos os seguintes casos:
 - A autorização expressa ou implícita do cliente;
 - A autorização dos seus mandatários ou representantes legais (Pais, Tutores, Curadores, etc), que tenham poderes específicos para o efeito;
 - Autorização dos cabeças-de-casal;
 - Autorização do mandatário qualificado da sociedade comercial.
- b) As derrogações resultantes de interesses públicos ou gerais: procurou-se catalogar situações conducentes, designadamente à necessidade pública de administração fiscal e da recolha dos elementos com vista à boa gestão da administração da justiça penal.

Neste sentido, insurgem os autores Farhat, Gavalda e Stoufflet, a justificar o sacrifício imposto ao sigilo bancário como consequência da necessidade evidente de interesse público, nomeadamente do fisco e da administração de uma justiça vigorosa. As instituições bancárias constituem canais fáceis de circulações dos haveres provenientes de mais variados tipos de negócios e pagamentos, e a administração fiscal pode servir-se desses canais para certificar e tributar justamente as operações efetuadas pelos contribuintes, para isso, precisa-se, pelo menos, analisar a escrituração ou os documentos bancários que suportam a operação e os serviços. Os referidos autores, ainda numa postura de quase absoluta desconsideração aos elementos nucleares protegidos pelo sigilo bancário, defendem a necessidade e a obrigatoriedade dos bancos comunicarem aos serviços da administração fiscal todas as contas abertas e as que já estão canceladas para facilitar a vida ao fisco⁴⁰⁵.

Por conseguinte, em França, a administração fiscal passou a ter direito de aceder e examinar todos os documentos e livros dos bancos desde 1945, incluindo as instruções e contas de clientes, para as verificações do cumprimento das imposições fiscais, designadamente impostos directos, indirectos, entre outros⁴⁰⁶...

⁴⁰⁵ Cf. Raymond Farhat, *op. cit.*, p. 28 e ss.; Christian Gavalda e Jean Stoufflet, *op. cit.*, p. 88 e ss. Cf. Maria Eduarda Azevedo, *op. cit.*, p. 29 e ss. ; Christian Gavalda e Jean Stoufflet, *Droit du crédit*, T. 1, Paris, LITEC, 1990, p. 388.

⁴⁰⁶ Ainda inserido neste âmbito de limitações do sigilo bancário motivada por necessidade de interesse público, em França, o sigilo bancário não é oponível ao Ministério das Finanças, às autoridades monetárias e financeiras, como sejam a Comissão de Controlo de Bancos, o Conselho Nacional de Crédito e o Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Económicos, bem como ao Banco de França, e a derrogação do sigilo bancário justificada no interesse da supervisão e o

c) Relativamente à necessidade da administração da justiça – Em França veicula a prática que procura compatibilizar o sigilo bancário com o interesse na administração da justiça, impondo assim aos bancos, face à disposição vigente no antigo CP, art.184º, a obrigatoriedade de cooperação com a justiça penal, *vide* article 511-33 *du CMF*. Com efeito, deve-se assinalar que apesar do CP francês, no art.378º, não regular especificamente o sigilo bancário o mesmo estabelece que “quaisquer outras pessoas depositárias por estado ou profissão ou por funções temporárias ou permanentes de segredos que se lhes confiem”, não afasta a possibilidade de sua inclusão⁴⁰⁷. Deste modo, o sigilo bancário não é oponível ao Juiz e ao Magistrado do MP no âmbito do processo penal.⁴⁰⁸

No processo de falência, em França, o banco do cliente em causa, é obrigado a prestar informações ao tribunal relacionado com a situação económica e financeira do cliente em rompimento do sigilo bancário⁴⁰⁹.

Entretanto, no que concerne à colaboração com a justiça cível, o CPC francês estabelece que quando o banco é parte do litígio podem ser analisados os seus livros tribunal para a justa composição do litígio. Mas quando o banco não é parte - admitindo a hipótese de ser parte apenas o seu cliente, neste caso - só existe a obrigatoriedade de cooperação com justiça mediante passagem de informação requerida pelo tribunal em prejuízo do sigilo bancário, caso exista uma lei que determina expressamente esse procedimento, fora deste quadro legal, o banco pode e deve sempre resistir e declinar-se às demandas judiciais⁴¹⁰.

Em França, face aos problemas atuais do sigilo bancário, procurou-se equacionar uma solução que vise compatibilizar a necessidade de tutela dos valores suportados pelo sigilo bancário, nomeadamente a defesa da intimidade privada das pessoas com a emergência de novas questões ligadas à explosão informática, à necessidade do fisco, da realização da justiça e da luta contra branqueamento de capitais

dever de prestar informação comercial, nomeadamente ao Banco de França, ou à entidade de supervisão e de fiscalização em França. Cf. Christian Gavalda e Jean Stoufflet, *Droit Bancaire. Institutions – Comptes - Opérations - Services*, 8ª ed., Paris, Lexis Nexis – Litec, 2010, p. 95, n.º 193. Cf. J.-J. Friboulet, « Secret bancaire et fiscalité de l'épargne », *Banque et droit*, n.º110, nov-déc. 2006, p. 3. Ao asseverar que o privilégio que assiste a administração fiscal francesa em aceder informações bancárias não existe, em regra, para as instituições internacionais senão mediante acordo prévio bilateral de trocas ou intercâmbios de informações fiscais. Cf. Jean-Pierre Chevalier, « Confidentialité et droit fiscal », *Revue internationale de droit comparé*, Paris, A.50, n.2 (Avr.-Juin 1998), pp. 611-628.

⁴⁰⁷ Cf. Vasco Soares Veiga, *Direito Bancário*, Coimbra, Almedina, 1994, p. 164.

⁴⁰⁸ Cf. V. Cass. Crim, 27 avril 1994: D. 1994, jurispr. p. 402. Note Gavalda; Chron, dr. Bancaire: JCP E 1994, I, 376, n.º 3. Christian Gavalda e Jean Stoufflet, *op. cit.*, p. 88 e ss.

⁴⁰⁹ Cf. Nelson Abrão, *Direito Bancário*, 7ª ed., *op. cit.*, p. 60 e ss.

⁴¹⁰ Cf. Christian Gavalda e Jean Stoufflet, *Le secret bancaire en France, en Le secret bancaire dans la C.E.E. et em Suisse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1974, p. 82 e ss.

e contra terrorismo mundial⁴¹¹.

Com efeito, foi adotada a Lei n.º 78-17, de 6 de Janeiro, relativa à necessidade de assegurar a proteção dos dados de natureza pessoais em face da informática, com a finalidade de não minar a proteção da personalidade da pessoa e da privacidade.

Neste país, existe uma clara tendência para dar prevalência ao interesse do fisco em prejuízo do sigilo bancário, o que determina a derrogação do seu conteúdo na medida da necessidade de recurso da administração fiscal aos documentos e suportes bancários que serviram de base a operação do cliente para o efeito de conferência e certificação de regularidade para com o erário público.

Por outro lado, a derrogação do sigilo bancário em benefício da administração da justiça deve ser ponderada e encarada com uma certa acuidade, havendo a quebra do sigilo bancário pela luta contra branqueamento de capital e o terrorismo internacional.

Por último, deve-se acrescentar que o sigilo bancário é inoponível às entidades de controlo e de supervisão, nomeadamente o Banco de França, a Comissão Bancária, as autoridades judiciais no âmbito do processo penal, bem como no âmbito das matérias inseridas nas relações exteriores e de cooperações, article L 511-33, al.2, CMF, e das matérias inseridas na vertente do combate ao branqueamento de capitais e terrorismo mundial⁴¹².

Portanto, esta medida enquadra-se na preocupação encimada pela luta contra o branqueamento de capitais e terrorismo mundial. Neste sentido, já a França se tinha posicionado sobre esta matéria, com a aprovação da Lei de 12 de Julho de 1990, antes mesmo da transposição da solução constante da diretiva n.º 91/308/93/CEE⁴¹³.

⁴¹¹ Cf. art.8º da Lei 90-614, de 12 de Julho de 1990, igualmente, inoponível a Comissão Bancária, a Banque de France, em relação à administração tributária.

⁴¹² Assim existe a obrigação de vigilância imposta aos bancos relativamente à circulação de capitais através do sistema financeiro, devendo, no entanto, identificar as operações, seus sujeitos, bem como transmitir as entidades competentes as informações suspeitas, *vide* Loi du 12 juillet 1990, completada pela Loi du 29 janvier de 1993, art.L 561-1 e ss du CMF. E, mais, o CMF não afasta a possibilidade da derrogação do sigilo bancário para facilitar algumas atividades bancárias, nomeadamente de notações dos produtos e serviços bancários, Loi n.º 2008-776 du 4 août 2008 que veio introduzir a nova redacção ao art. L 511-33 du CMF. Cf. F. Lacroix, «Risques & Réglementation, Réforme du secret bancaire», *Revue Banque*, nº706, Oct. 2008, p. 54. Cf. B. Bouloc, *Les limites du secret bancaire*, Banque Éditeur, 1997, p. 71.

⁴¹³ Cf. Christian Gavalda e Jean Stoufflet, *op. cit.*, p. 171 e ss.

4. Violação e a natureza

No sistema de proteção do sigilo bancário em França, a violação importa para o infrator consequências negativas, v.g., traduzidas na aplicação do regime da responsabilidade civil e da responsabilidade criminal⁴¹⁴. Assim, a violação do dever de qualidade profissional de confidente necessário do cliente constitui ao banco a obrigação de indemnizar o seu cliente pelos prejuízos sofridos. Tal fundamenta-se na responsabilidade civil contratual durante a vigência da relação comercial de conta e extracontratual depois dessa relação. Por seu turno, a violação acarreta a responsabilização criminal proveniente do ilícito penal que o banco consubstanciou com a sua postura indiscreta, conforme o art. 378º do CP francês, podendo ser condenado a uma pena de prisão de um a seis meses ou multa. Portanto, sem olvidar, naturalmente, da responsabilidade a cargo da Comissão Bancária⁴¹⁵.

SUBSECÇÃO IV

Do Sigilo Bancário no Direito Italiano

1. Enquadramento geral

A consagração do dever do sigilo bancário, na expressão de alguns autores, *é uma autêntica “salada italiana”*⁴¹⁶ e um quebra-cabeça para a doutrina e jurisprudência italiana⁴¹⁷. Em regra, o sistema suíço identifica-se com a concepção francesa e com a solução patenteada no aresto do caso *Tourner vs.*

⁴¹⁴ Cf. Yves Chaput, *Code de Commerce*, Paris, Editions Dalloz, 2001, p. 276.

⁴¹⁵ Cf. Christian Gavalda e Jean Stoufflet, *Droit Bancaire. Institutions – Comptes – Opérations – Services*, 8ª ed., p. 95., n.º 193.

⁴¹⁶ Correspondente entre nós na expressão popular, “uma autêntica saladinha russa”.

⁴¹⁷ Outrora, ora se associava o dever do sigilo bancário a um vínculo contratual, art. 1374º do Código Civil, ou extracontratual, art. 2043º do Código Civil, ora se incluía o sigilo bancário no género “sigilo profissional”, art. 622 do Código Penal. Pois, em geral, em matéria de fundamento jurídico, há-de-convir o art. 10-1 da lei bancária italiana, traduzindo-se num suporte legal relevante – todas as informações, elementos ou factos relativos a instituições de crédito sujeitas ao controlo do Banco d'Itália, estão cobertos por sigilo bancário, invocado mesmo face à Administração Pública.

National Provincial and Union Bank of England, Ltd, relativa à proteção reforçada do sigilo bancário.

Deste modo, no direito italiano, até à transposição da nova diretiva sobre serviços de pagamentos, a proteção do sigilo bancário conformava-se com os usos e as práticas bancárias, integradas nas cláusulas contratuais, por via do art. 1374º do CC italiano, e pelos códigos de condutas das instituições financeiras. Neste sentido, escrevem Raffaele Lener-Paola Lucantoni que, a características tipológica de qualquer atividade de prestação de serviços de investimentos impõe a existência de um modelo de proteção centrado nos aspetos subjetivos e materiais, assentes no Código de Conduta⁴¹⁸. O mesmo, deverá acautelar os aspetos do dever de reserva das instituições financeiras, sem olvidar ainda da consagração da Nova Lei Bancária de 1993⁴¹⁹.

Neste sentido, no sistema italiano, a proteção legislativa do sigilo bancário comporta mais do que a finalidade privada, respondendo a preocupações de ordem pública quanto à efetiva proteção do sistema italiano de crédito⁴²⁰.

⁴¹⁸ Cf. Raffaele Lener-Paola Lucantoni, «Regole di condotta nella negoziazione degli strumenti finanziari complessi: disclosure in mérito agli elementi strutturali o sterilizzazione, sul piano funzionale, del rischio come elemento tipológico e/o normativo?», *Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza*, Vol. LXV – Nuova série – Luglio – Agosto, Banca Borsa – Titoli di Credito, 2012, p. 370; Luca Bonzanini, «Problemi Della Pratica – Attività Bancaria e Tutela dei Dati Personali (L.N.675/1996)», *Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza*, Vol. LI – nuova Serie – Parte Prima, Banca Borsa – Titoli di Credito, 1998, p. 212 e ss.; Dominique Poncet e Carlo Lombardini, «Problemi della Pratica: Segreto Bancario e Modifiche Recenti nel Diritto di Cooperazione Penal Elvetica», *Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza*, Vol. LI – nuova Serie – Parte Prima, Banca Borsa – Titoli di Credito, 1998, p. 488 e ss.

⁴¹⁹ Cf. Menezes Cordeiro, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», *op. cit.*, p. 22; Idem, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 355.

⁴²⁰ Cf. Mario Porzio, «Il Fondamento Normativo del Segreto Bancario», *Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza*, Anno XLV, Parte Prima, Banca Borsa – Titoli di Credito, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 1982, p. 1018 e ss.; Guido Ruta, «Il Segreto Bancario Nella Realta Giurida Italiana, in Banca Borsa e Titoli di Credito», *Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza*, Anno XLV, Parte Prima, Banca Borsa – Titoli di Credito, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 1982, p. 1036 e ss.; Gustavo Visentini, «Nuova Prooste Sul Segreto Bancario Nei Rapporti Com Gli Uffici Tributarî», *Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza*, Anno XLV, Parte Prima, Banca Borsa – Titoli di Credito, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 1982, p. 256 e ss.; Mario Casella, «Il Segreto Bancario e Il P.R.15 Lubglio 1982, n.º 463», *Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza*, Anno XLVI, Parte Prima, Banca Borsa – Titoli di Credito, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 1983, p. 346 e ss.; Maria Patrizia de Troia, «Segreto (d'ufficio) Interesse L'attività di vigilanza e diritto di acesso; un equilibrio possibile», *Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza*, Anno LIII – Nuova Serie - Parte Seconda, Banca Borsa – Titoli di Credito, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 2000, p. 358 e ss.

2. A vinculação, limites e problemas atuais

É importante realçar que, no sistema italiano, a proteção do sigilo bancário encontra raiz profunda, com forte pendor na doutrina e jurisprudência marcadas por fundamentos jurídicos nem sempre coincidentes. Tendo esgrimido, para tanto, o argumento do art. 1374 do CC italiano, ao qual integra o contrato, incluindo os usos, consubstanciado assim na obrigação de guardar sigilo bancário fundada na obrigação contratual anexa de que os bancos contraíam com os clientes. Alguns setores importantes fazem apelo aos arts. 326º e 622º do CP italiano, existindo outros que defendem que o sigilo profissional funda-se no direito geral de personalidade e na sua expressão de tutela do livre desenvolvimento da personalidade dos sujeitos do ordenamento das relações bancárias⁴²¹.

Todavia, no sistema italiano, o sigilo bancário, enquanto dever de discrição e confidencialidade imposto aos bancos, é inoponível à administração fiscal⁴²². Assim, entre as primeiras regras que reconheceram de forma implícita a efetividade do sigilo bancário face ao fisco, é importante lembrar o art.16º do Decreto-Lei n.º 134, de 26 de Março de 1946, que não contemplava os bancos nos elencos das pessoas sujeitas ao dever geral de declarar os bens. Entretanto, apenas a devia efetuar nos casos concretos, identificados e mediante o pedido expresso da administração fiscal.

Posteriormente, o sigilo bancário voltou a ganhar espaço face à administração tributária, adotando a

⁴²¹ Já, no sistema espanhol, defende-se a inserção da tutela do sigilo bancário ao abrigo do art. 18º, n.º 1, da Constituição de 1978, no âmbito da proteção ao direito constitucional à privacidade pessoal e familiar, densificada pela Lei de 5 de Maio de 1982, sobre o direito à privacidade. Com efeito, a par do dever de guardar o sigilo bancário, paralelamente, as entidades bancárias estão vinculadas, a pedido da administração fiscal, a disponibilizar os movimentos das contas de depósitos, informações referentes aos empréstimos e as demais operações e serviços bancários de qualquer cliente, isto quando os próprios não se dispuseram a afetá-los mediante apresentação dos extratos bancários necessários a justificar, declarar e provar os seus rendimentos à administração fiscal. Em todo o caso, o referido requerimento, do ponto de vista substancial, deve ser suficientemente motivado e preciso quanto ao sujeito contribuinte, as contas, operações visadas na investigação fiscal bem como os seus limites, arts. 111º, n.ºs. 1, al.c), 2,3 e 5, e 142º, n.º1, da ley General Tributária, na rede da Ley de 25/1995, de 20 de Julho, e do art. 26º do Real Decreto n.º 2.027/85, de 23 de Outubro de 2010. Cf. Ministério das Finanças, *Relatório da Comissão para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal*, Lisboa, Ministério das Finanças, 1996, p. 367 e ss.

⁴²² Neste sentido, para a quebra do sigilo bancário em detrimento do interesse da administração fiscal, em geral, a lei italiana regula condições de autorizações para aceder as cópias das contas existentes tituladas pelos contribuintes em causa (cliente bancários como sujeito passivo perante a administração fiscal italiana), sobretudo no que se refere às demandas relacionadas com os impostos de rendimentos e sobre o valor acrescentando. Veja-se neste sentido, Gustavo Visentini, *Nuova Prooste Sul Segreto Bancario*, op. cit., p. 256 e ss.

legislação fiscal sobre a tributação direta, a qual não obrigava os bancos a indicar a qualidade e o domicílio dos titulares das contas, o montante dos juros dos depósitos e ainda não declarar ao fisco quaisquer informações relacionadas com as relações com a sua clientela.

Na presente data, a legislação, ainda que preserve algumas tendências restritivas da quebra do sigilo bancário, começou a registar notável evolução e ampliação do perímetro inspectivo da administração fiscal e do consequente recuo do perímetro de aplicação do sigilo bancário - quando o assunto é o interesse público ligado ao combate da evasão fiscal. Neste sentido, esta assume-se como primeira limitação do perímetro de aplicação do sigilo bancário face à administração fiscal, a partir da reforma fiscal operada em meados de 1972/1973, que autorizou expressamente o acesso a informações bancárias relativas aos contribuintes contando que fossem alvo de inspecções fiscais e que estejam preenchidos os requisitos formais e substanciais proclamados pela Lei Orçamental de 1992, art. 182º⁴²³.

A integridade do conteúdo do sigilo bancário pode confrontar-se com outros problemas ligados, nomeadamente ao percurso normal das informações e dados tidos por essenciais para a centralização de incidente de crédito e de pagamentos, para a luta contra branqueamento de capitais e terrorismo mundial, para a necessidade de tutela dos dados pessoais⁴²⁴ e a obrigação de cooperação penal e internacional⁴²⁵.

3. Violação e a natureza

No sistema italiano a violação do sigilo bancário gera consequência negativa para o infrator conducente à aplicação das sanções cíveis, disciplinares, administrativas e até penais, conforme os arts. 326º e 622º do CP italiano⁴²⁶.

⁴²³ Cf. Ministério das Finanças, *op. cit.*, p. 369 e ss.

⁴²⁴ Cf. a legislação italiana sobre proteção de dados pessoais, Lei n.º 675/1996; Luca Bonzanini, *op. cit.*, p. 488 e ss.

⁴²⁵ Neste sentido, chamou atenção e bem, Dominique Poncet e Carlo Lombardini, que é perfeitamente compatível uma cooperação internacional com a matéria de proteção do sigilo bancário, ou seja, grosso modo, a obrigatoriedade que impende a instituição de crédito no domínio da cooperação penal não deverá minar ou privar os clientes da almejada proteção dos seus dados pessoais. Veja-se Dominique Poncet e Carlo Lombardini, *op. cit.*, pp. 495 e 496. Livio Magnani, *op. cit.*, p. 33 e ss. Ao qual parece que este autor defende que o acordo firmado com os EUA em matéria de cooperação penal viola a regra referente a proteção do sigilo bancário.

⁴²⁶ Para mais sobre o assunto, sobretudo numa perspectiva penal, veja-se, Pietro Nuvolone, *op. cit.*, p. 432 e ss.

SUBSECÇÃO V

Do Sigilo Bancário no Direito Belga

1. Enquadramento geral

O direito vigente na Bélgica relativamente à concepção e ao conteúdo do sigilo bancário não é muito distante da solução do direito italiano acabado de analisar, no qual a administração fiscal não tem direito de exigir de forma discricionária e arbitrária quaisquer informações à banca, sobretudo as informações conexas com as contas e os dados pessoais dos contribuintes.

Tendo sido entendimento da doutrina clássica de que o Código Penal não contempla de forma expressa a proteção do sigilo, abrindo assim brecha ao intérprete a possibilidade de o incluir, então, na expressão do art. 458º CP, “... *toutes autres personnes dépositaires, par l'état ou par profession, des secrets qu'on leur confie* ...”. Neste sentido, uma *Cour de Cassation*, comentou no sentido de admitir que esta norma apenas se aplicava às pessoas investidas por lei, usos e costumes numa missão de confiança⁴²⁷.

Seguindo esta pisada, a mais recente jurisprudência criminalista concluiu pela existência de um sigilo bancário tutelado pela lei criminal *subjudice*. Com efeito, no sistema belga, o sigilo bancário não é considerado como um verdadeiro dever de reserva profissional e, como tal, possível de tutela penal. No entanto, decorre de um costume enraizado, vinculando aos bancos belgas a não revelar a terceiros elementos relativos às operações efetuadas pelos respetivos clientes.

2. A vinculação, limites e problemas atuais

Na ordem jurídica belga, o sigilo bancário beneficia de uma proteção mais intensa e reforçada correlação ao sistema vigente em França, impondo assim aos bancos e os seus órgãos conjuntos de deveres éticos e deontológicos gizados ao exercício da profissão, quanto à discrição dos dados e informações conexas a conta, operações e serviços de clientes.

Deste modo, o direito belga não é imune nem insensível aos problemas atuais que o instituto do sigilo

⁴²⁷ Cf. Maria Eduarda Azevedo, «O Segredo Bancário...», *op. cit.*, p. 22.

bancário tem enfrentado, nomeadamente aqueles relacionados com evasão fiscal, e, por conseguinte, consagra as limitações ou derrogações referente à administração fiscal, ou seja, consagra como regra, a não oponibilidade do sigilo bancário à administração fiscal com a exceção de alguns impostos, particularmente o imposto sobre o rendimento, em que as informações a exigir aos bancos relativas a esse imposto são bastantes exíguas e limitadas por lei, não justificando prejudicar o conteúdo e a extensão do sigilo bancário, mantendo-se, por isso, incólume neste último caso⁴²⁸.

Em caso de óbito de um cidadão belga ou do seu cônjuge, e antes de realização de qualquer operação com os respetivos herdeiros ou legatários, os bancos belgas estão adstritos, a comunicar à administração fiscal a lista de haveres financeiros e monetários deixados pelo *de cuius* e a existência e conteúdo de eventuais cofres de aluguer⁴²⁹.

3. Violação e a natureza

A violação do sigilo bancário no direito belga consubstancia infrações de natureza cível, disciplinar e penal.

SUBSECÇÃO VI

Do Sigilo Bancário no Direito Alemão

1. Enquadramento geral

Na Alemanha, o sigilo bancário teve grande cunho e impulso da dogmática alemã, fundada na relação de confiança na banca e por força da sua fundamentação na lei magna alemã, obteve a consagração expressa no art. 2º, n.º1 das Cláusulas Contratuais Gerais dos bancos, i.e., em parte, ancorado na

⁴²⁸ Sobre os impostos e especialmente sobre o valor acrescentado em Portugal, Clotilde Celorico Palma, *Introdução ao Imposto Sobre o Valor Acrescentado*, Coimbra, Almedina, 2005.

⁴²⁹ Cf. arts.97 a 101 do *Code des Droit de Succession*, e art. 183 do *Code des Droits d'Enregistrement, d'Hypothèque et de Greffe*.

contratação bancária⁴³⁰.

No sistema alemão, quaisquer relações entre os bancos e os clientes fundam-se na confiança, estando os bancos vinculados a não divulgar informações emergentes da mesma relação. Acresce-se o argumento sociológico de que ninguém depositava os seus haveres no banco se estes pusessem a descoberto os dados que lhes são confiados. Neste sentido, o sigilo bancário é tido como um dos pilares do crédito e garante de uma economia saudável.

O fundamento jurídico e constitucional do sigilo bancário não é coincidente na doutrina e jurisprudência alemã, a qual perfilha a tese contratualista - que vem defender que o dever do sigilo bancário corresponde uma verdadeira obrigação contratual acessória, pelo que a sua violação traduz-se, *ipso facto*, na responsabilidade contratual do banco -, e a segunda tese expandida, a qual procura associar a proteção do sigilo bancário a um direito profissional na titularidade ativa do banco, conferindo-lhe a legitimidade para declinar ao pedido referente aos dados dos seus clientes confiados à sua guarda, em obediência ao interesse público e no proveito da economia.

A maioria da doutrina alemã manifesta-se favorável à tese da constitucionalização do sigilo bancário, a qual invoca o direito do instituto de crédito ao respeito do Estado ao sigilo profissional, por força do art. 12 da Grundgesetz (GG, traduzido por Lei Fundamental, equivalente à Constituição), aplicável às pessoas coletivas face ao art. 19º, n.º 3, GG, particularmente o direito geral de personalidade. Deste modo, a tutela jurídica fundamental do sigilo bancário refere-se, enquanto direito de defesa, ao respeito da esfera sigilosa privada⁴³¹.

Portanto, no sistema alemão, existe, igualmente, a preocupação e as medidas encetadas tendo em vista a prevenção e repressão de branqueamento de capitais, desde transposição da diretiva europeia n.º 91/308/CEE pela Lei de 25 de Outubro de 1993, alterada pela Lei de 4 de Maio de 1998, considerado como uma forma de utilização do sistema financeiro para dissimular o dinheiro de origem ilícita. Tais medidas do combate ao branqueamento de capitais implicam sacrifícios ao sigilo bancário na justa medida do necessário⁴³².

⁴³⁰ Para uma abordagem mais aprofundada sobre o sigilo bancário no direito alemão, quanto a sua extensão e limitação, numa perspetiva individual e institucional, veja-se, Jens Petersen, *Das Bankgeheimnis – Zwischen Individualschutz und Institutionsschutz*, Tübingen, Mohr Siebeck, 2005, p. 7 e ss. Cf. Von Petra Wech, *Das Bankgeheimnis – Struktur, Inhalt und Grenzen Einer Zivilrechtlichen Schutzpflicht*, Berlin, Duncker & Humblot, 2009, p. 563 e ss. Cf. Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 355.

⁴³¹ Cf. Rabindranath Capelo de Sousa, «O Segredo Bancário», *op. cit.*, p. 167.

⁴³² Neste sentido, veja-se, Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., nota n.º 940; Idem, «Sigilo Bancário. Fica a saúde?», *op. cit.* p. 43.

2. A vinculação e extensão do seu conteúdo

A lei e a prática bancária no sistema jurídico alemão protegem informações bancárias de natureza confidente, nomeadamente relacionadas com a vida da instituição bancária e a relação com os clientes - os seus depósitos, movimentações de contas, operações e serviços. As mesmas apenas podem ser reveladas em circunstâncias especiais e justificativas em ordem a proteger o interesse público relevante ligado à economia, à atividade bancária e ao interesse dos sujeitos bancários. Por conseguinte, um setor importante da doutrina alemã aproxima o sigilo bancário aos direitos fundamentais ligados à personalidade⁴³³.

Assim sendo, os arts. 203º e 204º do CP alemão vincula os bancos, dirigentes e colaboradores ao sigilo bancário.

Do mesmo modo, o n.º 11 das Cláusulas Contratuais dos Bancos (*AGB-Banken*), a partir da versão de 1993, consagra expressamente o dever do sigilo bancário aos bancos privados e cooperativos, impondo-os dever de descrição quanto aos factos e valores recebidos do cliente e de que tenham conhecimento, conferindo um cariz contratual de obrigação de guardar sigilo bancário, podendo apenas revelar tais informações a cobertas do sigilo bancário, quando a lei assim o determinar ou mediante a autorização expressa do cliente, n.º 212 da *AGB-Banken*.

3. Limites e problemas atuais

No sistema alemão, tal como no sistema português⁴³⁴ e dos restantes países europeus e norte-americanos, impõe-se aos bancos o dever de guardar o sigilo bancário no âmbito das CCGs, havendo a exceção, por força da lei, de se impor a possibilidade de derrogação desse dever, obrigando deste modo os bancos a acatar o dever de comunicação formal aos serviços fiscais de elementos informativos respeitantes às contas bancárias em geral, desde que requerida pela administração fiscal. Tal obrigação

⁴³³ Cf. Hans-Peter Schwintowski, *Bankrecht*, 3ª ed., Carl Heymanns Verlag, 2011, p. 53 e ss.

⁴³⁴ Em Portugal, veja-se a Lei Tributária aprovada por DL n.º 398/98, de 17 de Dezembro, sujeito à alteração posterior pela Lei n.º 30-G/2000, de 29 de Dezembro, nos seus arts. 63º-A e 63º-B.

para com o agente da administração fiscal encontra fundamentação legal expressa, não sendo suficiente uma simples ordem de uma autoridade administrativa. Com efeito, a administração tributária alemã pode requerer aos bancos informações julgadas necessárias para o efeito de tributação de um cliente bancário, Par. 93º, n.º 1, do *Abgabenordnung* (AO, correspondente ao Código Geral dos Impostos) considerando que tal informação requerida constitui única forma possível para garantir a justa tributação, Par. 93, n.s, 1 e 3, e 30 a, n.º 5, AO.

Realça-se que a referida instrução deve respeitar as condições preceituadas em leis, designadamente a sua necessidade no âmbito de inquérito, da fiscalização e do procedimento criminal e de irregularidade. A estas acrescem ainda algumas outras obrigações legais de informações referentes aos impostos sobre sucessões, operações da bolsa, rendimentos de capitais, prémios de poupança, formação de capital, entre outros.

Os pedidos de informações aos bancos devem ser devidamente formulados, fundamentados em leis vigentes e afigurar-se precisos, sob pena de serem recusados por insuficiências.

A adoção desta posição favorável ao fisco e contra o sigilo bancário, desde novembro de 2002, justifica-se no contexto das dificuldades orçamentais do Estado – isto sobre a realização de operações geradoras de rendimentos (mais-valia), em especial as de valores mobiliários.

No sistema alemão, os bancos estão vinculados a prestarem informações quando preencherem todos os pressupostos legais, nas situações de infrações fiscais, no âmbito do Regulamento Fiscal, sobre o procedimento criminal e o procedimento de multa, bem como as informações requeridas ao abrigo de uma *audition judiciaire*⁴³⁵.

Em rompimento ao dever do sigilo bancário, a obrigação de informação existe face a deveres de informação dos bancos ao *Deutsche Bundesbank* e ao *Bundesaufsichtsrat für das Kreditwesen*, ao qual surge o chamado *secret partagé*. Neste sentido ficam vinculados ao dever do sigilo bancário em relação a todas as informações que lhes advenham no âmbito das suas funções de supervisão e no quadro de trocas de informações.

Por outro, o sigilo bancário cede espaço em detrimento da justiça penal e no âmbito do respetivo processo penal, Par. 53 e 161 a StPO, e nas contravenções fiscais⁴³⁶, isto sem olvidar ainda dos deveres

⁴³⁵ Cf. Maria Eduarda Azevedo, «O Segredo Bancário...», *op. cit.*, p. 37.

⁴³⁶ Cf. Par. 46 e 48 da *Gesetz über Ordnungswidrigkeiten* (OWiG) ou Lei das Contravenções, tradução em português; e par. 93 da AO.

de testemunhar no âmbito do processo penal. Entretanto, neste quadro assistem os dirigentes e os colaboradores dos bancos o poder-dever de escusar depor com fundamento no sigilo bancário.

Ainda, no âmbito da execução da sua política e estratégia do combate e punição à evasão e fraude fiscais, o governo do estado de Rheinland-Pfalz (um dos 16 estados federados da Alemanha), adquiria os chamados “Steuer - CDs”, com informações bancárias suíças referentes aos contribuintes de nacionalidades alemães, que não declaravam nada ao fisco. Assim, permitia que o fisco alemão perseguisse internamente estes contribuintes faltosos. Entretanto, tais informações eram adquiridas através de canais ilegais, ou porque foram compradas dos empregados ou por quem detinha acesso ao banco de dados de bancos suíços, como *Credit Suisse*, sem quaisquer autorizações do banco ou do cliente em causa, em violação do sigilo bancário.

Portanto, mais uma vez, este método e prática de espionagem pouco abonatória para a banca e as relações comerciais entre a Suíça e Alemanha, foi contestada na própria Alemanha. Porém, curiosamente, um arresto do Tribunal Constitucional Federal veio a reconhecer a razão ao fisco, que esta prática alemã da compra dos chamados “Steuer -CDs” é lícita, e por considerar que os fins (a garantia da justiça fiscal, a tributação e punição dos sonegadores fiscais em prejuízo do estado) justificariam os meios (compra dos CDs com informações bancárias dos bancos suíços referentes aos contribuintes/cidadão da Alemanha)⁴³⁷.

4. Violação e a natureza

No sistema alemão, a violação do sigilo bancário gera para o infrator consequências disciplinares, civis (par. 823, n.º 2, BGB) e penais (203 e 204 do CP alemão)⁴³⁸.

⁴³⁷ Cf. Luciano Bernart, «Troca Internacional de Informações Tributárias: Algumas Limitações – Sua Importância para o Desenvolvimento e para a Concorrência», *Tributação Concorrência & Desenvolvimento*, Curitiba, Juruá Editora, 2013, p. 199 e ss.

⁴³⁸ Cf. Rabindranath Capelo de Sousa, «Segredo Bancário», *op. cit.*, p. 167.

SUBSECÇÃO VII

Do Sigilo Bancário no Direito Inglês

1. Enquadramento geral

O sistema inglês, na mesma linha do sistema aplicado no Luxemburgo, não prevê um quadro legal regulador do sigilo bancário, tendo sido justificado e fundamentado no dever de confidencialidade augurado na situação jurídica contratual firmada entre o banco e os clientes.

Em geral, citando José Simões Patrício⁴³⁹, no Reino-Unido o controlo do sistema era informal e não estatutário ou de natureza legislativa – e que, por tal motivo, tornou-se possível, mais adiante, adotar a Lei Bancária de 1979.

Com efeito, o sigilo bancário no direito inglês infere-se na prática negocial.

2. A vinculação e extensão do seu conteúdo

Relativamente à vinculação, os sujeitos passivos são os bancos, os seus órgãos, funcionários e quaisquer outras pessoas ou entidades ao seu serviço, cabendo-lhes o dever de guardar o sigilo bancário.

No que respeita ao seu conteúdo, o sigilo bancário, i.e., a obrigação de discrição dos bancos, comporta todas as informações que os bancos e as pessoas acima identificadas tenham acessos no âmbito do exercício de sua profissão. Deste modo, na ordem jurídica inglesa, a obrigação de discrição ou de confidencialidade, designada “*confidentiality*”, informa toda a atividade bancária como garantia de defesa dos clientes e de direito de privacidade (*privacy*).

⁴³⁹ Cf. José Simões Patrício, *Direito Bancário Privado*, op. cit., p. 53.

3. Limites e problemas atuais

Do mesmo modo que a solução constante do universo do regime jurídico do sigilo bancário, o sistema inglês vivência e qualifica o sigilo bancário como um valor relativo que justifica a intensa proteção na atividade bancário, admitindo-se o seu rompimento com a finalidade de se fazer valer outros interesses, desde que seja por intermédio da lei⁴⁴⁰ ou de cunho judicial devidamente ponderado e fundamentado.

Assim sendo, entre outras, as restrições judiciais integram a Secção 7 do *Bankers Brok Evidiu Act* de 1989, não impedindo que a difusão dos dados bancários protegidos pelo sigilo bancário.

Portanto, a determinação do quadro legal e do conteúdo do sigilo bancário no direito inglês não deixa dúvida de que este não corresponde a um valor absoluto, cedendo por imperativo legal ou motivado por interesse relevante de natureza pública, entre outros.

Em vigor de alguns problemas atuais enfrentado pelo sigilo bancário, a lei inglesa não ignora a complexidade que a questão suscita, especialmente em relação aos interesses de informatização e circulação de informação, administração tributária, branqueamento de capitais e luta contra o terrorismo internacional.

⁴⁴⁰ Assim sendo, no sistema inglês, não faltam fontes legais que tenham por escopo o rompimento e a compressão do conteúdo e da extensão do sigilo bancário, como sejam: *i. taxes management act de 1970*, com efeito, no âmbito do procedimento estabelecido neste diploma, os inspetores fiscais passaram a usufruir de prerrogativas de aceder às informações reservadas, nomeadamente na atividade bancária, no âmbito e para o efeito do exercício de suas atividades de fiscalizações; *ii. Police adn criminal evidence act de 1984*, autoriza os investigadores criminais o poder de, no âmbito de suas investigações de matérias criminais, solicitar e obter informações reservadas em prejuízo do sigilo bancário; *iii. Companies Act de 1985*, consagra uma espécie de obrigatoriedade de colaboração com as autoridades judiciais ou judiciárias no âmbito do processo de inquérito e de investigação criminal; *iv. Financial services act de 1986*, que vinculam os bancos e os seus funcionários à revelação de informação, ainda que ligadas às contas, operações ou serviços de clientes, quando lhes forem solicitadas requeridas pelas autoridades no âmbito das investigações; *v. Insolvences act de 1986*, que autoriza os administradores judiciais de insolvências o acesso as informações bancárias reservadas no âmbito do exercício de suas funções de gestão da massa insolvente; *vi. Building societies act de 1986*, não impede que a Comissão das Investigações tenha acesso as informações referentes as sociedades objeto da investigação, podendo desta forma romper com os dados protegidos pelo sigilo bancário; *vii. Banking act de 1987*, autoriza expressamente o Banco Central da Inglaterra, no âmbito de suas atribuições de autoridade monetária do país, da supervisão e da fiscalização bancária, a obter as informações de quaisquer natureza e as instituições financeiras inglesas são obrigadas a fornecê-las; *viii. Lucome and corporativos taxes act de 1988*, que permite os “*comissioners of Island Reneme*”, acessos às informações e dados dos clientes bancários e de instituições de crédito no âmbito do desempenho de sua missão de investigação e luta contra a exportação de capitais; *ix. Criminal justice act de 1988*, que vem reforçar a obrigação de passar a informação de carácter sigilosa por parte dos bancos no âmbito de investigação criminal.

Na procura de soluções, o sistema inglês estabelece as seguintes limitações ao sigilo bancário:

- a) Relativamente à proteção de dados pessoais face à informática – estabelece a proteção desses dados informatizados, com o objetivo de defender a tutela do direito à reserva da intimidade da vida privada.
- b) No que concerne à administração tributária – os inspetores dos serviços das finanças e assuntos fiscais podem aceder apenas a algumas informações cobertas pelo sigilo bancário desde que se prove que são essenciais e indispensáveis a garantia da justa tributação.
- c) O sigilo bancário é sacrificado em detrimento do interesse da administração da justiça.
- d) O sigilo bancário cede espaço perante a política e a necessidade de luta contra branqueamento de capitais e luta contra terrorismo internacional, implicando assim a restrição e o rompimento do conteúdo do sigilo bancário.

Face ao sobejamente exposto, podemos concluir que o sigilo bancário não obteve uma proteção consistente no sistema inglês, pelo que a lei inglesa não assume uma posição coerente em defesa do interesse subjacente à consagração do sigilo bancário, pois não configura-se exigente quanto aos requisitos e critérios da quebra do sigilo bancário, limitando-se a autorizar a sua quebra, entre outros, em benefício da justiça criminal e da administração fiscal.

4. Violação e a natureza

Perante a ausência absoluta de um quadro legal que institucionalize formalmente o sigilo bancário no sistema inglês, a sua violação não gera consequências gravosas, senão apenas a criação na esfera do violador (banco) o dever de indemnização, e na esfera do cliente bancário, o direito ao ressarcimento do prejuízo sofrido, com fundamento na figura da responsabilidade civil contratual pelo facto ilícito e culposo.

SUBSECÇÃO VIII

Do Sigilo Bancário no Direito Português

1. Enquadramento geral

1.1. Resenha histórica e legal do sigilo bancário

O sigilo profissional na atividade comercial, nomeadamente na atividade bancária, foi desde sempre encarado como um dever de discrição sobre a vida pessoal e económica das pessoas, nomeadamente nas suas relações com os bancos os quais são tradicionalmente regulados pelos usos, *praxis* bancários e pelas disposições legais referentes a regras e códigos de condutas das instituições bancárias⁴⁴¹.

Assim sendo, o sigilo bancário constituía uma prática enraizada na atividade comercial desde meados do séc. XVIII, havendo já, na segunda metade desse século, em 1756, uma referência genérica e implícita à figura do segredo bancário no Alvará de 16 de Dezembro de 1756, quando previa no capítulo XVII, que “*o segredo é a alma do comércio*”⁴⁴².

A primeira referência expressa ao dever do sigilo bancário e a respetiva guarida consta do Regulamento do Banco de Lisboa de 1822, que previa no seu art. LXXIII, o seguinte:

“As operações do Banco, e depósitos dos Particulares são objecto de segredo. O Empregado que o revelar será repreendido, se da sua revelação não resultar dano, resultando será expulso”.

Mais tarde, reitera-se a consagração expressa normativa no Regulamento Administrativo do Banco de

⁴⁴¹ Cf. Menezes Cordeiro, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», cit. p. 24 e ss.; Idem, *Direito Bancário*, 5.^a ed., cit. p. 357 e ss.

⁴⁴² Sobre a evolução, proteção legal e derrogação do sigilo bancário, veja-se Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5.^a ed., p.355 e ss.; Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 6.^a ed., *op. Cit.* P. 369 e ss. Germano Marques da Silva, «Segredo Bancário: Da Tutela Penal na Legislação Portuguesa», *Direito e Justiça*, Vol. XII, tomo 2, 1998, p.31 e ss.; Fernando Conceição Nunes, «Os deveres de segredo profissional no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras», *Revista da Banca*, n.º 29 – Jan-Março, 1994, p. 39 e ss.; José Luís Saldanha Sanches, «A Situação Atual do Sigilo Bancário: A singularidade do regime português», *Estudos de Direito Bancário*, 1999, p. 361 e ss.; Augusto Albuquerque de Athayde e Duarte de Athayde, *Direito Bancário*, *op. cit.*, p. 392 e ss.

Portugal (BP), de 28 de Janeiro de 1847⁴⁴³, no seu art.83º estabelecia que,

“As operações do Banco, e os depósitos particulares, são objecto de segredo”. Por seu turno, previa, de seguida que, “O empregado que o revelar será repreendido, se da revelação não resultar dano; resultando será despedido”.

Assim, podemos assinalar que a guarida ora dada ao sigilo bancário decorria da situação jurídica contratual entre o Banco Central e seus clientes, usos e costumes bancários, bem como o imperativo deontológico que condicionava a normalidade funcional dos bancos e da confiança do público no banco e nas suas atividades.

A violação do sigilo bancário consubstanciava a responsabilidade civil do banco e funcionário, o que importava à obrigação de indemnização ao lesado - desde que dessa violação resultasse prejuízo patrimonial ou não patrimonial - e a responsabilidade disciplinar dos funcionários, que poderia resultar no despedimento por justa causa.

Neste sentido, citando Rodrigo Santiago, coube ao BP - através do seu primeiro ato regulamentar - a responsabilidade e o mérito de, pela primeira vez na ordem jurídica portuguesa, criar um quadro normativo referente à obrigação de discrição requerida no âmbito de preservação e da proteção do sigilo bancário⁴⁴⁴.

Com ligeiras alterações aos conteúdos dos regulamentos precedentes, estabelecera-se na nova versão do Regulamento Administrativo do Banco de Portugal, de 23 de Abril de 1891⁴⁴⁵, o reforço da proteção do sigilo bancário, onde se determinava que:

“As operações do banco e os depósitos dos particulares serão assuntos de segredo para todo o pessoal da sede e das delegações, qualquer que seja a sua categoria. Os empregados que as revelarem serão repreendidos, e da revelação não resultar dano; resultando, serão despedidos”.

⁴⁴³ O referido regulamento dispunha no seu art. 221º que, “as operações do Banco e os depósitos dos particulares serão assuntos de segredo para todo o pessoal da sede e das delegações, qualquer que seja a sua categoria. Os empregados que as revelarem serão repreendidos, se da revelação não resultar dano; resultando serão despedidos”. No entanto, constata-se que este diploma apenas punia, quando muito, com sanções disciplinares quem violasse o dever de sigilo bancário. Cf. Clotilde Celorico Palma e António Carlos dos Santos, *op. cit.*, p. 175. Cf. Rodrigo Santiago, «Sobre o Segredo Bancário – Uma Perspectiva Jurídico-Criminal e Processual Penal», *op. cit.* p. 26 e ss.

⁴⁴⁴ Cf. Rodrigo Santiago, «Sobre o Segredo Bancário – Uma Perspectiva Jurídico-Criminal e Processual Penal», *op. cit.* p. 27 e ss.

⁴⁴⁵ A disposição legal acima referenciada vigorara até a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 29/96, de 11 de Abril, que reestruturara o serviço de Centralização de Riscos de Crédito (vide art.3º).

Neste sentido, punia-se no seu art. 221^{o446} com a sanção máxima de despedimento o empregado bancário que tivesse violado o dever de sigilo bancário conexo às informações sobre as operações e os depósitos dos particulares⁴⁴⁷.

Do ponto de vista subjetivo, material e sancionatório, quer os Regulamentos Administrativos de 1822, no seu art. LXXIII, o de 1947, no seu art. 83º, e o Regulamento Administrativo, de 23 de Abril de 1891, no seu art. 221º, estabeleceram que o dever de segredo bancário impunha-se não somente aos funcionários bancários do BP, aos seus dirigentes como igualmente ao próprio banco. Incluíam no âmbito da proteção do sigilo bancário todas as informações relativas às contas, operações ativas e passivas, com o desígnio de garantir o crédito e a confiança do cliente no banco, assim como a responsabilidade civil e disciplinar⁴⁴⁸.

A par dos Regulamentos Administrativos atrás enunciados, o sigilo bancário obteve a consagração -

⁴⁴⁶ Maria Célia Ramos defende que o art. 221º do Regulamento Administrativo do BP foi tacitamente revogado em 1975 pelos artigos 63º e 64º da Lei Orgânica do BP, aprovada depois pelo DL n.º 644/75, de 15 de Novembro. Segundo a autora, a preservação e a proteção do sigilo bancário passou a situar-se ao nível da preocupação do Banco Central, o BP. Entretanto, parece que Menezes Cordeiro defendia a tese contrária, dando conta que o preceito em causa (art. 221º do Regulamento Administrativo do BP) só deixou de vigorar em meados de 1990, sobretudo com a aprovação e sua revogação pelo DL n.º 337/90, de 30 de Outubro, que veio aprovar a nova LO do BP, revogando, igualmente, o DL n.º 644/75, de 15 de Novembro. Cf. Maria Célia Ramos, «O Sigilo Bancário em Portugal...», *op. cit.*, p. 120.

⁴⁴⁷ Por conseguinte, a Carta Orgânica do Banco de Portugal, de 21 de Dezembro de 1846, definia, nomeadamente as seguintes operações: “descontar, tomar e negociar letras de câmbio e de terra e todos os outros papéis de crédito; fazer empréstimos sobre ouro, prata, jóias e toda a qualidade de géneros, mercadorias e títulos de crédito e outros bens móveis; comprar ouro e prata por conta própria ou alheia; comprar ou vender quaisquer acções de companhias nacionais e fundos públicos estrangeiros; guardar em depósito de dinheiro de particulares, títulos de crédito, barra e moedas de ouro e prata, jóias e outros objectos preciosos; encarregar-se de quaisquer cobranças e pagamentos”, etc... Que, naturalmente, em todas estas operações, o sigilo bancário sempre vincou, Maria C. Ramos, «O Sigilo Bancário em Portugal ...», *op. cit.*, p. 118. Rodrigo Santiago, «Sigilo Bancário...», *op. cit.*, p. 26 e ss.

⁴⁴⁸ Repare que a violação do sigilo bancário não importava, pelo menos, na ótica da doutrina portuguesa, a responsabilidade criminal, por se entender, na altura, de que não havia a profissão de banqueiro e de bancário suscetível de se integrar no grupo de que exigiam título. Logo, por isso, não estariam sujeitos às consequências do art. 290º, e às previstas ao abrigo do CP de 1852 e de 1886. Assim sendo, previa o art. 290º do CP português de 1852 que, “Violação do segredo profissional. Todo o empregado público que revelar segredo de que tenha conhecimento em razão do exercício do seu emprego, ou indevidamente entregar a alguém papéis, ou cópias de papéis, que não devam ter publicidade, existentes na repartição a que pertencer, será punido com pena de suspensão. Esta disposição é aplicável a todos aqueles que, exercendo qualquer profissão, que requeira título, e sendo em razão dela depositários dos segredos que lhe confiarem, revelarem os que ao seu conhecimento vierem no exercício do seu ministério. Já entretanto, verificava-se a consequência perversa quando se trata do dever do sigilo bancário por parte dos funcionários da CGD, em que consubstanciava a responsabilidade penal no âmbito do art. 290º e do art. 327º do CP de 1852.” Cf. Maria Célia Ramos, «O Sigilo Bancário em Portugal ...», *op. cit.*, p. 121. Ainda, deve-se salientar que, até à reforma penal em 1884, o preceito em causa manteve a configuração da sua previsão, com alteração pontual à sua institucionalização. Entretanto, a partir de 1884, sigilo profissional passou-se a circunscrever-se apenas aos funcionários públicos, até que em 1886, o art. 290º voltou a configurar e retomar a redacção de 1852, sem, no entanto, contemplar *expressis verbis*, a proteção jurídico-criminal do sigilo bancário.

ainda que implícita - no Diploma Orgânico de 21 de Maio de 1896 que, por via de remissão, visava aplicar aos empregados da Caixa Geral de Depósitos (CGD) o Estatuto dos Funcionários Públicos, mais exactamente na parte relativa à matéria do sigilo profissional⁴⁴⁹.

Algumas décadas mais tarde, assinala-se que o sigilo bancário passou a comportar uma regulamentação formal e generalizada a partir do Decreto-Lei (DL) 47909, de 7 de Setembro de 1967, instituindo - além do Serviço de Centralização de Riscos de Crédito - uma importante exceção do instituto do sigilo bancário, mediante a previsão de algumas limitações relevantes para o regime do mesmo, nomeadamente, a criação de um sistema de partilha de informações entre bancos em prejuízo do conteúdo e da extensão do sigilo bancário. Passou igualmente a punir de forma severa a violação do sigilo bancário consubstanciada na aplicação de sanção penal⁴⁵⁰. Por conseguinte, Portugal posicionou-se no grupo dos países como a Suíça, Líbano e Luxemburgo, de proteção reforçada do sigilo bancário, tendo como finalidade salvaguardar o interesse privado dos clientes e a necessidade de proteção da economia e da confiança no sistema bancário, permitindo desta forma, o crédito e a confiança na banca e a necessidade de captação de poupança e da capitalização do sistema bancário⁴⁵¹.

⁴⁴⁹ Quase dois séculos depois, a matéria referente ao sigilo bancário passou a ser tratada no art. 93º do Regulamento da CGD, Crédito e Previdência, aprovado pelo Dec. n.º 694/70, de 31 de Dezembro, nos termos seguintes: “1. Considera-se de natureza confidencial e a coberto do sigilo bancário tudo quanto diga respeito a depósitos, empréstimos ou quaisquer outras operações efectuadas na Caixa, só podendo extrair-se certidões ou fotocópias, e bem assim prestar-se informações, a pedido de quem mostre ter interesse directo nas referidas operações, ou mediante requisição de entidades ou serviços públicos, quando os elementos requisitados se destinem a fins de interesse público, ou ainda, em casos especiais autorizados pelo conselho de administração. 2. É, porém, lícito a qualquer pessoa requerer certidões ou fotocópias de registo, instrumentos e documentos análogos arquivados na nota privativa da Caixa”.

⁴⁵⁰ Assim, o art. 3º do DL n.º 47909, de 7 de Setembro de 1967, previa no n.º 1, a obrigatoriedade dos bancos fornecerem, por escrito, elementos informativos constantes do n.º 2 do art. 1º ao BP. Devendo, os elementos fornecidos serem utilizados apenas para fins do Serviço de Centralização de Riscos de Crédito ou os de elaboração estatística, como complemento dos elementos definidos ao abrigo do art. 28º de DL n.º 46492, de 18 de Agosto de 1965. Em todo o caso, veda a possibilidade dos referidos elementos informativos serem divulgados em violação ao dever do sigilo bancário concebido para tutelar a operação de crédito em causa. Para finalizar, este diploma acrescentava que a violação do sigilo bancário, traduzida na difusão dos aludidos elementos informativos disponibilizados pelos Bancos, por parte de administradores, membros do conselho fiscal, diretores, gerentes, empregados e outros servidores de bancos às quais esses elementos tenham sido confiados, importa o cometimento do crime de violação do sigilo profissional, na qual se insere o sigilo bancário, previsto e punível nos termos do art. 290º do CP. Cf. Clotilde Celorico Palma e António Carlos dos Santos, *op. cit.*, p. 176; Maria Eduarda Azevedo, «O Segredo Bancário e a Fiscalidade na Ordem jurídica Portuguesa», in AA.VV., *Estudos em Memória do Prof. Doutor J. L. Saldanha Sanches*, Vol. V, Direito Fiscal: Garantias, Procedimento, Infracções, Gestão Fiscal, *op. cit.* p. 30 e ss.

⁴⁵¹ Não obstante, deve-se assinalar que a determinação do momento exato, bem do diploma legal em Portugal que consagrou expressa e formalmente a figura do sigilo bancário não é pacífica, senão vejamos: Maria Célia Roma parece concluir que a primeira referência legislativa expressa do sigilo bancário em Portugal constava do Primeiro Regulamento Administrativo do BP, de 28 de Janeiro de 1847; entretanto, parece posicionar-se no sentido diverso, António Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 357 e ss. Neste sentido, veja-se ainda Manuel António Lopes Rocha, «Violação do Sigilo Bancário e Exclusão da Ilicitude», in AA.VV., *Direito Penal, Económico e Europeu: Textos Doutrinários*, Vol. VII, Coimbra Editora, 1999, p. 227 e ss.; Jorge Patrício Paúl, «O Sigilo Bancário, sua extensão e limites no direito

A revolução militar de 25 de Abril de 1974 determinara profundas mudanças na sociedade portuguesa em todas as vertentes, nomeadamente política, social, económica e até jurídica, e a banca não constituía exceção. O sigilo bancário sofreu um duro golpe por razões ligadas à perturbação, à estabilidade e à erosão do sistema financeiro, fundamentada na desconfiança então reinante na sociedade portuguesa, conduzindo a consequências negativas traduzidas no entesouramento da moeda e na fuga de investimentos e capitais para instituições financeiras estrangeiras⁴⁵².

Os problemas então suscitados pela revolução de 25 de Abril tiveram reflexo imediato na banca, no intuito de equacionar uma solução que visava devolver a confiança do público e o crédito da banca. O legislador chamara a responsabilidade para regulamentar, entre outros aspectos, a garantia de proteção reforçada do sigilo bancário, com adoção da Lei Orgânica do BP, que integra o DL n.º 644/75, de 15 de Novembro. Mais precisamente, nos seus arts. 63º e 64º, impunha sigilo bancário aos membros do conselho de administração, bem como aos trabalhadores do Banco, aos auditores, aos consultores, ficando deste modo interditados a divulgarem, sem autorização superior, os factos cujo conhecimento lhes advenha do exercício das funções, salvo quando se trata dos factos destinados a divulgação pública.

No decurso do mesmo ano, logo depois da nacionalização da banca, foi adotado o DL n.º 729 – F/75, de 22 de Dezembro, relativo à orgânica de gestão e fiscalização das instituições de crédito, no qual se estabeleceram as bases gerais das instituições bancárias nacionalizadas e a consagração do sigilo bancário ao abrigo dos arts. 7º e 8º de uma forma mais exigente.

Neste sentido, escreve Rodrigo Santiago que o diploma acima referenciado tinha por finalidade, no essencial, estancar o brutal fluxo de capitais para o estrangeiro⁴⁵³, e por isso mesmo se justifica tecer medidas que visassem o restabelecimento da confiança e do crédito na banca portuguesa. Igualmente,

português», *Revista da Banca*, nº 12, 1989, p. 74 e ss.; Maria Eduarda Azevedo, «Segredo Bancário», *op. cit.*, p. 73 e ss. Alberto Luís, *op. cit.*, p. 459. Portanto, esses concluíram que o DL 47909, de 7 de Setembro de 1967, consagrou, então, de forma expressa o instituto do sigilo bancário.

⁴⁵² Neste sentido Maria Célia Ramos testemunha que “passou a ser prática corrente, a partir de finais de 1974 e durante o ano de 1975 a devassa das contas bancárias, vendo-se publicadas em letra de forma, os movimentos bancários de personalidades das áreas financeiras, empresários ou tão só figuras públicas, comentando-se nos órgãos de informação os montantes, a proveniência dos fundos, o seu funcionamento, os pedidos de empréstimos, os motivos da sua concessão ou recusa, etc”. Deste testemunho da autora, conclui-se que a prática da devassa das contas bancárias teria contribuído de forma decisiva para o agravamento, sobretudo nos anos 1974 a 1976, de volumosas fugas de capitais para o estrangeiro e o maior incentivo de circulação de dinheiro de mãos em mãos fora de qualquer sistema e circuito bancário, que desde logo improdutivo por se encontrar entesourado. Maria Célia Ramos, «O Sigilo Bancário...», *op. cit.*, p. 125.

⁴⁵³ Cf. Rodrigo Santiago, «Sobre o Segredo Bancário», *op. cit.*, p. 29.

foi nesta mesma lógica que o então Governo aprovou a Resolução de 19 de Dezembro de 1975, que reitera e reforçara a preservação do sigilo bancário, impondo assim a salvaguarda e a observância do sigilo bancário, incorrendo, por isso em sanções penais quem o violasse⁴⁵⁴.

O reforço da proteção do sigilo bancário não ficara apenas por aí, tendo mais tarde sido aprovado o DL n.º 475/76, de 16 de Junho, que introduzira a nova redacção ao art. 290º do CP, passando a incriminar genericamente a violação do sigilo profissional. Com efeito, o sigilo bancário passara a comportar uma guarida penal idêntica à proteção ao sigilo profissional. Deste modo, a violação do sigilo bancário consubstanciara à luz da nova redacção do art. 290º do CP, um crime punível com pena de prisão até seis meses e multa correspondente, ao funcionário e a todo aquele que violar sigilo profissional, revelando factos de que teve conhecimento por via do exercício da sua profissão. Igualmente, punia com pena de multa todo aquele que reproduzia facto que lhe foi transmitido por quem, sobre esse facto, era obrigado a guardar sigilo profissional.

Por outro lado, partindo da premissa de que a reconstrução económica e financeira de Portugal, depois da inauguração de um Estado novo - que coincidiu com o rompimento ao regime anterior - implica o restabelecimento de um clima de crédito e de confiança do público no sistema financeiro e na banca - com a finalidade de permitir a maior captação dos recursos e recuperação do valor entesourado - assim como a necessidade de imprimir a maior dinâmica ao sistema financeiro, foi adotado o DL n.º 2/78, de 9 de Janeiro, que visava acentuar e elevar o nível de proteção do sigilo bancário. Assim o referido diploma legal regulou o âmbito subjetivo e material da proteção do sigilo bancário a todas as instituições de crédito nacionalizadas ou não e cominavam com sanção penal a violação do sigilo bancário, no art. 3º, que remetia para a norma do parágrafo 1º de CP de 1886⁴⁵⁵. Ainda, cuidou-se dos aspetos referentes ao âmbito do objeto do dever do sigilo bancário quando este previa que estão vinculados os nomes dos clientes, as contas de depósitos e seus movimentos, operações cambiais e financeiras realizadas, licenciamentos de operações e elementos relativos a processos em curso na

⁴⁵⁴ Independentemente do valor jurídico e vinculativo da referida Resolução, somos de parecer favorável que ela desempenhou um grande papel no domínio do posicionamento do Governo quanto a problemática que afetava a sociedade, a banca e o sigilo bancário, permitindo que a banca volte a ganhar a confiança e se lançara na captação de poupanças e na normalização funcional das instituições do crédito e do sistema financeiro. Cf. Maria Célia Ramos, «O Sigilo Bancário...», *op. cit.*, p. 127 e ss.

⁴⁵⁵ Revogado pelo CP de 1982, que, igualmente, punia com sanção penal a violação do sigilo profissional, art. 184º. Manuel Rocha defende que o diploma acima referenciado é ambíguo e impreciso que até constitui razão e a causa das disputas jurisprudenciais, a emergência da legislação derogatória do sigilo bancário em certos processos criminais ou em favor das autoridades não judiciárias, designadamente os serviços de administração fiscal. Cf. Manuel António Lopes Rocha, «Violação do Sigilo Bancário e Exclusão da Ilícitude», *op. cit.*, p. 228.

Inspecção de Crédito do BP, art. 1.^o⁴⁵⁶.

O presente DL n.º 2/78 assume o mérito não só de alargar o âmbito de aplicação do dever do sigilo bancário para todas as instituições de crédito quer nacionalizadas ou não,⁴⁵⁷ de assegurar a defesa da poupança, a crescente confiança e crédito do banco e do sistema financeiro, como, igualmente, aquilatar a formulação do princípio de direito, liberdade e garantia, sobre o qual deve-se alicerçar e fundamentar qualquer proteção do sigilo bancário, dado que visa tutelar esses interesses ligados a realização da dignidade da pessoa humana. O DL n.º 2/78 constituíra diploma de base em matéria do sigilo bancário até a sua revogação pelo DL n.º 298/92, de 31 de Dezembro, que aprovou o RGICSF⁴⁵⁸.

Por fim, do ponto de vista da proteção legal, registou-se uma crescente evolução do sigilo bancário, considerando a sua vertente dogmática e pragmática, defendendo os interesses do combate à evasão fiscal, branqueamento de vantagens ilícitas, luta contra terrorismo internacional, a justiça criminal, entre outros, importando, naturalmente, o rompimento pontual do conteúdo e da extensão do sigilo bancário⁴⁵⁹.

Na ordem jurídica portuguesa, assinala-se que foram já adotadas várias legislações que visam de forma positiva ou negativa a proteção do sigilo bancário, entre as quais, importa referir:⁴⁶⁰

i. Atualmente, o núcleo duro do regime básico do sigilo bancário - mais precisamente, quanto ao seu âmbito subjetivo e material, sua extensão e limitação - encontra-se regido pelo DL 298/92, de 31 de Dezembro, que aprovou o RGICSF⁴⁶¹. Assim, o Título VI do RGICSF, Capítulos I e II, arts.78º-

⁴⁵⁶ Assim, dispunha, n.º 1. “Os membros dos conselhos de administração, gestão ou de direcção ou de quaisquer órgãos, e bem assim todos os trabalhadores de instituições de crédito, não podem revelar ou aproveitar-se de segredo cujo conhecimento lhes advenha exclusivamente por virtude do exercício das suas funções”. E 2. “Estão, designadamente, sujeitos a segredo os nomes dos clientes, contas de depósito e seus movimentos, operações bancárias, cambiais e financeiras realizadas, licenciamentos de operações concedidos e elementos relativos a processos em curso na Inspecção de crédito do Banco de Portugal”. Cf. Patrício Paúl, «Segredo Bancário...», *op. cit.*, pp. 72 e 73.

⁴⁵⁷ O que revoga as disposições constantes dos artigos 63º e 64º da LO do BP, aprovado pelo DL 644/75, de 15 de Novembro e dos artigos 7º e 8º do DL n.º 729-F/75, de 12 de Dezembro, relativo às instituições financeiras.

⁴⁵⁸ Vide arts. 5º, n.º, 78º - 84º, do RGICSF.

⁴⁵⁹ Neste sentido, Menezes Cordeiro reconhece que as legislações posteriores adotadas em matéria do sigilo bancário traduzem no seu enfraquecimento perante o Estado face às exigências, nomeadamente policiais e fiscais (cf. António Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 367 e ss).

⁴⁶⁰ Sobre alguns catálogos de diplomas legais com relevância no domínio do sigilo bancário, veja-se Vasco Soares da Veiga, *Direito Bancário*, 2ª edição, Revista e Atualizada, Coimbra, Almedina, 1997, p. 239 e ss. Cf. Ana Pessoa Pinto, “Sigilo Bancário”, *Temas de Direito Bancário*, Coimbra, Almedina, 1999, p. 223 e ss.

⁴⁶¹ Veio revogar e substituir o DL n.º 2/78, de 9 de Janeiro. Revogou também, em matéria de sigilo bancário, o DL 400/82, que aprovara o CP, e o art. 3º do DL 369/83, relativo à Alta Autoridade Contra a Corrupção criada por esse DL e o regime

84º⁴⁶², contemplam o regime do sigilo bancário no âmbito das regras gerais de conduta aplicáveis aos bancos, às sociedades financeiras, às empresas de investimento e às entidades de supervisão, designadamente BP, arts. 195º e 199º - B, n.º 1, do RGICSF.

ii. O DL n.º 373/78, de 28 de Novembro, que concedia alguns poderes à Administração Fiscal, nomeadamente à Direção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI).

i. A Lei n.º 10/91, de 28 de Abril⁴⁶³, relativa à proteção de dados pessoais face à informática.

ii. O DL n.º 142-A/91, de 10 de Abril, relativo ao regime da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), mais precisamente na parte relativa ao sigilo bancário.

iii. O DL n.º 313/93, de 15 de Setembro⁴⁶⁴, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro com a finalidade de combater o branqueamento de capitais.

iv. O DL n.º 48/95, de 15 de Março, que visa introduzir a nova redacção ao art. 195 do CP, relativo à penalização da violação do sigilo bancário incluído no vasto âmbito do sigilo profissional.

v. O DL n.º 317/95, de 28 de Novembro, que introduziu a nova redacção ao art.135º do CPP.

vi. O DL n.º 325/95, de 2 de Dezembro, que veio punir o crime de branqueamento de capitais provenientes de terrorismo, tráfico de armas, extorsão, tráfico de droga.

vii. A Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, que não ignora a previsão pontual do sigilo bancário⁴⁶⁵.

viii. A Lei n.º 94/2009, de 1 de Setembro, prevê algumas medidas de derrogação do sigilo bancário.

ix. Lei n.º 36/2010, de 2 de Setembro, que altera o art.79º do RGICSF sobre exceção ao sigilo bancário.

x. Lei n.º 37/2010, de 2 de Setembro, que derroga o sigilo bancário em matéria de fiscalização tributária.

xi. Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2011, e altera no art. 30º os arts. 63º-A e 63º - B da LGT, prevendo a possibilidade de obtenção de informação automática.

xii. DL n.º 85/2011, de 29 de Junho, veio aditar um art.8º-A ao DL n.º 105/2004, de 8 de maio, sobre os contratos de garantia financeira. Permitindo, assim, os devedores de créditos sobre terceiros renunciarem as regras do sigilo bancário.

xiii. Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, que aprova Orçamento Intercalar para 2012, e altera os

penal do consumo e tráfico ilícito de drogas. Ainda, sobre comentário do RGICSF a respeito do sigilo bancário, art.78º e ss, da RGICSF, veja-se, Abílio Neto, *Operações Bancárias – legislação, doutrina e jurisprudência*, 1ª ed., Lisboa, Ediforum - Edições Jurídicas, 2008, p. 45 e ss.

⁴⁶² Com alteração que lhe foi introduzida pelo Decreto-lei n.º 157/2014, de 24 de Outubro.

⁴⁶³ Alterada posteriormente pela Lei n.º 28/94, de 28 de Abril, sobre a proteção de dados pessoais informatizados.

⁴⁶⁴ Sobre a referida matéria, transpõe para a ordem jurídica portuguesa, Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho de 1991.

⁴⁶⁵ Transpõe para o direito interno português a Diretiva n.º 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, que no seu art.17º reconheceu o sigilo bancário.

arts.63º-A e 63º-C da LGT, acentuando a vertente de informação automática.

xiv. O DL n.º 342/2012, de 7 de Novembro, que altera o regime anexo ao DL n.º 317/2009 de 30 de Outubro, e aprova o novo regime jurídico relativo ao acesso à atividade das instituições de pagamento e à prestação de serviços de pagamento. Configura-se, no entanto, mais um patamar de conformação à tutela do sigilo bancário nos termos do art. 37º e 38º. Embora não contivesse, o respetivo regime jurídico completo quanto a sua extensão e limitações, tendo-se limitado, por uma questão da economia do texto legislativo, a remeter os restantes aspetos do seu regime ao RGICSF, art. 37º.

No seu todo, os diplomas acima referenciados representam um galgar de vários patamares e níveis diferenciados de proteções do sigilo bancário, ora com relevo bastante acentuado do seu conteúdo e da sua extensão, ora eivado na sua essência, sem olvidar que o seu verdadeiro contorno legal encontra-se, juridicamente amparado, no direito português ao abrigo do RGICSF.

Em conclusão, somos de parecer favorável de que o percurso e a catalogação histórica da evolução legislativa a respeito do sigilo bancário na ordem jurídica portuguesa, serviria, não para demonstrar que o sigilo bancário constitui uma realidade há muito estabelecida na tradição, costumes e nos contratos bancários, reforçados por imposições legislativas portuguesas, mas antes, para transmitir a crescente preocupação de Portugal em acautelar os interesses ligados à economia, poupanças e capitalização do setor financeiro, por intermédio da proteção que dá ao sigilo bancário como forma de restabelecer a confiança e o crédito do público em geral no sistema financeiro português. Portanto, consubstanciado na sua consagração legal implícita ou expressa, com afloração a partir das sementes lançadas pelos Regulamentos Administrativos do BP de 1847 e de 1891, repassado para o DL n.º 47909, de 7 de Setembro de 1967, que visava a reestruturação da atividade bancária em Portugal, na adoção da LO do BP, aprovada pelo DL n.º 664/75, de 15 de Novembro, pela aprovação da orgânica de gestão e fiscalização através do DL n.º 729-Z/75, de 22 de Dezembro e, desta forma, o sigilo bancário galgou historicamente todas essas fases até se encontrar o seu regime jurídico parametrizado ao abrigo do DL n.º 298/92, de 31 de Dezembro, que vem estabelecer base jurídica aplicável às instituições de créditos e sociedades financeiras a operar em Portugal, comumente designado por RGICSF, implicando no seu âmbito de regulamentação, o regime jurídico do sigilo bancário quanto ao seu conteúdo, extensão e limitações.

Como se constata, no último triénio foram aprovados alguns diplomas legais colimados de conteúdos negativos do dever do sigilo bancário subjacente à ideia de que a proteção do sigilo bancário pode potenciar e encobrir fraudes e a injustiça fiscal bem como obstáculos para a realização da justiça.

1.2. Quadro Jurídico Vigente

O enquadramento legal histórico acima desenvolvido constitui prova suficiente de que o sigilo bancário não é uma realidade recente na tradição bancária portuguesa, tendo sido sempre tratado como sigilo profissional, com o objetivo de posteriormente ganhar a sua própria autonomia formal e substancial, designadamente a partir da adoção do DL n.º 729-Z/75, de 22 de Dezembro, DL n.º 2/78, de 9 de Janeiro, pelo Despacho Normativo n.º 357/79, de 20 de Novembro e pelo RGICSF aprovado pelo DL n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

Anteriormente abordámos de forma desenvolvida a questão de constitucionalização do sigilo bancário - sobretudo na ordem jurídica - relevando as normas constantes dos artigos 25º, n.º 1, 26º, n.º 1, e 101º, da CRP, consagrando o direito à inviolabilidade da integridade moral e física dos indivíduos, e reconhecendo que “a todos são reconhecidos os direitos à intimidade pessoal, (...) à reserva da intimidade da vida privada (...)”.

Contudo, o art.101º, dispõe que o sistema financeiro é estruturado por lei, de modo a garantir a formação, a captação e a segurança de poupança, bem como a aplicação de meios financeiros necessários ao desenvolvimento económico e social⁴⁶⁶. Com efeito, deve-se assinalar que a prossecução deste desiderato constitucional, designadamente referente à captação e à segurança de poupança, justifica-se na medida da dignidade e da guarida concedida ao sigilo bancário.

Com o propósito de garantir a densificação da proteção constitucional do sigilo bancário enquanto tutela à reserva e ao resguardo da intimidade da vida privada, foram aprovados vários diplomas ordinários de carácter infraconstitucional sobre a temática do sigilo bancário, nomeadamente:

- i. Lei n.º 10/91, de 29 de Abril, relativa à proteção de dados pessoais⁴⁶⁷.
- ii. DL n.º 298/92, de 31 de Dezembro, relativo ao RGICSF, que vem traçar o núcleo jurídico duro do regime do sigilo bancário⁴⁶⁸.

⁴⁶⁶ Para mais interpretação e explicação do conteúdo da norma do art.101º CRP, veja-se, José Renato Gonçalves, «O Sistema Financeiro e Monetário na Constituição Portuguesa», in AA.VV., *Estudos e Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, Vol.II, Direito Constitucional e Justiça Constitucional, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, p. 342 e ss.

⁴⁶⁷ Alterada depois pela Lei n.º 28/94, de 29 de Agosto.

⁴⁶⁸ Em geral, para a análise e compreensão do regime jurídico consignado no RGICSF, veja-se, José Maria Pires, *Direito Bancário*, Lisboa, Rei dos Livros, vol. I, 1995; António de Jesus Pedro, *Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras*,

- iii. DL 313/93, de 15 de Setembro, relativa ao procedimento sobre a luta contra branqueamento de capitais.
- iv. DL 325/95, de 2 de Dezembro, que incrimina o branqueamento de fundos provenientes de crimes de terrorismo, tráfico de armas, extorsão de fundos, rapto, genocídio, corrupção, entre outros.
- v. Código do Mercado de Valores Imobiliários, no DL n.º 142 - A/91, de 10 de Abril⁴⁶⁹.
- vi. Sem olvidar ainda do regime constante do DL n.º 317/2009, que transpõe para o direito interno português a Diretiva n.º 2007/64/CE relativa aos serviços de pagamento no mercado interno, ao qual iremos, no presente estudo, dedicar uma breve exposição, sobretudo na parte relativa ao sigilo bancário.

Deste modo, todos os diplomas legais acima referenciados relevam para a empreitada que propomos desenvolver sobre o sigilo bancário em Portugal. Todavia, deve-se destacar que a determinação do conteúdo do sigilo bancário quanto à sua extensão e âmbito subjetivo e objetivo, centrar-se-á, no essencial, na análise do regime do RGICSF.

Regime Geral Anotado, Lisboa, Ediforum, 1994; J. J. Veiga Gomes, *Lei Fundamental do Sistema Bancário*, Lisboa, Soc. Adv. Veiga Gomes, Bessa Monteiro, Marques Bom, 1994.

⁴⁶⁹ Por seu turno, parece relevante a norma do art. 137º do Código de SISA e do Imposto das Sucessões e Doações, sobretudo quando impõe que, os donos dos cofres-fortes alugados no banco não poderão permitir a sua abertura sem a presença do Chefe da respetiva repartição ou pessoa que os represente, quando tiverem conhecimento de que os valores neles depositados foram objeto de transmissão gratuita ou de que faleceu qualquer dos titulares. Ainda, o art. 519º do CPC, fez a remissão para o CP a matéria respeitante a violação do sigilo bancário.

2. A vinculação e extensão do seu conteúdo

A matéria relativa ao conteúdo do sigilo bancário, quanto à sua extensão e âmbito de vinculação, encontra-se regulado no RGICSF⁴⁷⁰, no seu Título VI, sob epígrafe “Regras de Conduta”, no Capítulo

⁴⁷⁰ Regime Geral das Instituições de Créditos e Sociedades Financeiras – RGICSF, aprovado pelo decreto - Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, foi sujeita a novas redações e sucessivas alterações do direito europeu e motivadas ainda pela necessidade de transpor Diretivas europeias para o ordenamento jurídico interno português, em particular pelos DL n.º 246/95, de 14 de Setembro, 232/96, de 5 de Dezembro, DL n.º 222/99, de 22 de Junho, DL n.º 250/2000, de 13 de Outubro, DL n.º 285/2001, de 3 de Novembro, DL n.º 201/2002 de 26 de Setembro de 2002, DL n.º 319/2002, de 28 de Dezembro, e DL n.º 104/07, de 3 de Abril, que corresponde a mais uma alteração ao regime geral das instituições de crédito e das sociedades financeiras, e ainda transpõe para o direito interno português a Diretiva 2006/48/CE, de 14 de Julho, relativa ao acesso às atividades financeiras e ao seu exercício, define no seu artigo 2.º que são instituições de crédito as empresas cuja atividade consiste em receber do público depósitos ou outros fundos reembolsáveis, a fim de os aplicarem por conta própria mediante a concessão de crédito. O conceito de fundos reembolsáveis postula essencialmente três elementos seguintes: i. uma entrega de numerários, valores para cobrança; ii. obrigação, por parte do banco, da restituição da quantia recebida; iii. faculdade atribuída ao banco de dispor, por sua conta, dos fundos assim recebidos. Ou seja, o conceito de fundos reembolsáveis para efeito de aferição da noção e operação das instituições de crédito, deverá incluir, não só os depósitos bancários de numerários e valores, mas também abrange a emissão de obrigação e outros títulos de dívida, etc. Nos artigos 3.º e seguintes do RGICSF vêm elencadas espécies das instituições de créditos e as operações que lhes são permitidas realizar por normas legais. Igualmente, no ordenamento jurídico guineense, ao abrigo dos artigos 1.º e seguintes do Decreto n.º 31/89, de 27 de Dezembro, e alterada pelo Decreto n.º 14/94, de 25 de Abril (Lei das Instituições Financeiras da Guiné-Bissau), define a constituição e funcionamento das instituições financeiras no ordenamento jurídico guineense e, ainda veda as instituições financeiras de realizarem as operações que não sejam permitidas pelas normas legais expressas. Ainda no ordenamento jurídico guineense, ao abrigo do Decreto n.º 10/97, de 2 de Dezembro, relativo à regulamentação bancária, prevê no seu artigo 3.º e seguintes sobre o que são os bancos de um lado e o que são estabelecimentos financeiros, do outro, e, ainda define as operações de créditos. No que se refere ainda, ao acesso às atividades das instituições de créditos e ao seu exercício, a Diretiva n.º 2000/28/CE, de 18 de Setembro, que alterou a Diretiva n.º 2000/12/CE, de 20 de Março, n.º 2000/46/CE, de 18 de Setembro, e n.º 2006/48/CE, de 14 de Julho, ambas do parlamento e do conselho europeu, prevê disposições especiais sobre a matéria *subjudice*. Os DL n.º 250/2000, de 13 de Outubro e n.º 42/2002, de 2 de Março, transpõem essas Diretivas para o direito interno português. Entretanto, saliente-se que o DL n.º 42/2002, de 2 de Março, que transpõe a Diretiva n.º 2000/46/CE, criando assim as instituições de moeda eletrónica, poderá ser revogado ou sofrer profundas alterações num futuro breve por virtude da aprovação da Diretiva n.º 2009/110/CE, de 16 de Setembro, que revogou a então Diretiva n.º 2000/46/CE, com efeitos a partir de 30 de Abril de 2011, e que veio introduzir profundas alterações ao quadro comunitário em matéria de acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica, ao seu exercício e à respetiva supervisão prudencial e, por conseguinte, altera a Diretiva 2005/60/CE e Diretiva 2006/48/CE. Estas alterações efetuadas resultam, em grande parte, das necessidades de adaptações e exigências do novo quadro jurídico da SEPA – *Single Euros Payments Area* – *Área Única de Pagamentos em Euros*, e para adequá-las ao quadro jurídico regulador da SEPA incorporado na Diretiva 2007/64/CE (já transposta pelo DL317/2009), relativa aos serviços de pagamento no mercado interno. Portanto, desde já, chamamos atenção para o facto da transposição da Diretiva n.º 2009/110/CE dispor da data limite até 30 de Abril de 2011, dentro da qual a mesma deverá ser transposta para o direito interno. Cf. António Menezes Cordeiro, *Da Compensação no Direito Civil e no Direito Bancário*, Coimbra, Almedina, 2003, p. 159; José Maria Pires, *Direito Bancário: O Sistema Bancário Português*, Vol.I, Lisboa, Rei dos Livros, 1994, pp.

II, relativo ao “Segredo Profissional”, nos artigos 78º (em geral, sobre dever de segredo) e 80º (em especial, sobre dever de segredo das autoridades de supervisão)⁴⁷¹.

Assim, o art. 78º estabelece o âmbito de vinculação subjetiva e objetiva do sigilo bancário nos moldes seguintes⁴⁷²:

“1. Os membros dos órgãos de administração ou de fiscalização das instituições de crédito, os seus empregados, mandatários, cometidos e outras pessoas que lhes prestem serviços a título permanente ou ocasional não podem revelar ou utilizar informações sobre factos ou elementos respeitantes à vida da instituição ou às relações desta com os seus clientes cujo conhecimento lhes advenha exclusivamente do exercício das suas funções ou da prestação dos seus serviços.

2 - Estão, designadamente, sujeitos a segredo os nomes dos clientes, as contas de depósito e seus movimentos e outras operações bancárias. 3 - O dever de segredo não cessa com o termo das funções ou serviços”.

Por sua vez, o art. 80º estabelece que:

“1 - As pessoas que exerçam ou tenham exercido funções no Banco de Portugal, bem como as que lhe prestem ou tenham prestado serviços a título permanente ou ocasional, ficam sujeitas a dever de segredo sobre factos cujo conhecimento lhes advenha exclusivamente do exercício dessas funções ou da prestação desses serviços e não poderão divulgar nem utilizar as informações obtidas.

2 - Os factos e elementos cobertos pelo dever de segredo só podem ser revelados mediante autorização do interessado, transmitida ao Banco de Portugal, ou nos termos previstos na lei penal e de processo penal.

3 - Fica ressalvada a divulgação de informações confidenciais relativas a instituições de crédito no âmbito de providências extraordinárias de saneamento ou de processos de liquidação, excepto tratando-se de informações relativas a pessoas que tenham participado no plano de saneamento financeiro da instituição.

4 - É lícita, designadamente para efeitos estatísticos, a divulgação de informação em forma sumária ou agregada e que não permita a identificação individualizada de pessoas ou instituições”.

11 e ss.; Emílio Kafft Kosta e Ricardo Henriques da Palma Borges, *Legislação Económica da Guiné-Bissau*, Coimbra, Almedina, 2005, pp. 229 e ss.

⁴⁷¹ Igualmente aplicável às instituições de moeda eletrónica por força do art. 37º do DL n.º 342/2012, que altera quer RGICSF quer DL317/2009.

⁴⁷² Redação introduzida pelo DL n.º 1/2008. Cf. neste sentido, José Simões Patrício, *Direito Bancário Privado*, op. cit. p. 129.

Com efeito, o art. 78º do RGICSF preceitua que todos os intervenientes nas instituições de crédito, mesmo que pontualmente ou ocasional, estão adstritos ao dever de sigilo bancário. Porém, devem guardar a discrição dos nomes dos clientes, as contas de depósitos e as movimentações e outras operações bancárias, mesmo depois de cessarem funções.

As disposições legais acima referenciadas visam delimitar o conteúdo do sigilo bancário quanto ao seu âmbito pessoal e material nos moldes que se seguem:

- Quanto ao âmbito pessoal ou subjetivo, i.e., quem vincula ao dever de guardar sigilo bancário

Com efeito, neste ponto, vamos determinar não só as pessoas vinculadas ao dever de sigilo bancário, mas também as que são, por lei, consideradas beneficiárias desse mesmo dever.

Assim sendo, por força dos art. 78º e 80º do RGICSF, devem-se considerar destinatários originários do dever de sigilo bancário todos aqueles que se vinculam *ab initio* ou inicialmente à sua guarida decorrente da própria profissão, nomeadamente, as próprias instituições de créditos, as sociedades financeiras, os intermediários financeiros, entre outros. Contrariamente, existem destinatários derivados - que são todas as pessoas que embora não se vinculam *ab initio* ao dever do sigilo bancário, mas não se lhes opõem, podendo por isso, aceder às informações bancárias de natureza sigilosas no âmbito do exercício da sua função - ficando adstritas ao sigilo bancário, no sentido de lhes limitar a possibilidade de divulgar as informações cobertas pelo sigilo bancário a terceiros, designadamente impõe-se aos dirigentes, membros da administração, às entidades de fiscalização e supervisão, aos colaboradores/bancários efetivos ou ocasionais, aos mandatários, aos agentes do Banco Central⁴⁷³, aos agentes ligados à CMVM, à SIBS, às instâncias judiciais e do MP. Significa que se encontram vinculadas ao dever do sigilo bancário quaisquer outras pessoas ou entidades que, por lei, não sejam oponíveis ao sigilo bancário e que possam aceder aos conteúdos dos documentos e informações bancárias ligadas aos haveres dos clientes, no âmbito das suas atividades, nomeadamente as instituições públicas do Estado - tais como notariado, a conservatória, os serviços do Ministério das Finanças, Direção Geral das Alfândegas - que possam ter acessos aos conteúdos dos contratos bancários, operações e serviços bancários, quer através das respetivas selagens, autenticações, escrituras, registos comerciais, hipotecas, como igualmente, impõe-se às pessoas que prestem serviços pontuais aos bancos, v.g., como as empresas de seguranças, de limpezas, de serviços de assistências e

⁴⁷³ Neste sentido, consta nos arts. 80º e 81º do RGICSF que estão vinculados ao dever de segredo bancário quaisquer pessoas que desempenham as funções no BP, bem como as que lhe prestem ou tenham prestado serviços, ainda que de carácter pontual ou ocasional, as autoridades, os organismos e as pessoas que participem nas trocas de informações ligadas aos bancos.

de manutenções informáticas, eléctricas, de destruição de papéis, da microfilmagem dos documentos destinados à destruição, entre outros.

Neste sentido, o sigilo bancário é imposto aos bancos centrais (BP e BCE), previsto ao nível comunitário para o SEBC/BCE, art. 38º dos respetivos Estatutos, no art.60 da LO BP, consagra o sigilo bancário para a generalidade dos bancos e por força dos art. 80º e 82º do RGICSF, impondo-se o dever do sigilo bancário às autoridades de supervisão no âmbito das suas atividades.

No que se refere ao beneficiário do dever de segredo bancário - como corolário da nossa conclusão subjacente à ideia de tutela do sigilo bancário - temos a necessidade de proteger o interesse privado ligado à proteção da privacidade do cliente, acrescentando ainda a necessidade de proteção do interesse público conexo à economia, à confiança do público e ao crédito no sistema financeiro, com a finalidade de potenciar maior recurso à banca e a consequente captação de fundos bancários. Tal levamos a concluir que as instituições financeiras, as sociedades financeiras e os respetivos clientes⁴⁷⁴ são os únicos e exclusivos beneficiários diretos do dever do sigilo bancário.

- **Determinação do seu âmbito material ou substantivo**

Neste sentido, vamos determinar o objeto e a extensão do conteúdo do sigilo bancário, i.e., no fundo trata-se do *quid* sobre o qual recaia o dever do sigilo bancário, tal como consta regulado ao abrigo do RGICSF (arts. 78º e 80º).

Deste modo, a leitura conjunta dos dois preceitos origina que o objeto do sigilo bancário incide sobre os factos ou elementos respeitantes à vida das instituições e das sociedades financeiras - conexas às relações comerciais entabuladas com os seus clientes de que tenham conhecimentos no âmbito do exercício das suas funções ou da prestação dos seus serviços, que vão desde simples operações bancárias⁴⁷⁵, informações ligadas às contas, depósitos, movimentações, serviços, entre outros.

Assim sendo, o n.º 1 do art. 78º faz uma enumeração exemplificativa dos elementos ou dados

⁴⁷⁴ Aqui toma-se o cliente bancário na sua aceção mais ampla, referindo não só aquele que priva uma relação comercial de conta com as instituições financeiras, mas inclui todas as pessoas ou entidades que estabelecem relações com as instituições financeiras, no âmbito das atividades destas, ainda que tais relações conduzam ou não tenham por base quaisquer relações prévias de contas.

⁴⁷⁵ Em geral, a operação bancária é encarada como quaisquer atos de carácter económico praticados por uma instituição de crédito no âmbito do exercício de sua atividade bancária, com respeito a determinadas regras técnicas específicas e tendentes à realização de lucros sobre numerário, fundos públicos ou títulos negociáveis. Neste sentido, Cf. José Manuel Gameiro Lopes, *Direito Bancário*, 2ª ed., Lisboa, Instituto de Formação Bancária – IFB, 1993, p. 5 e ss.

reconduzidos ao dever do sigilo bancário, pressupondo a entrada de operações não previstas expressamente nesse número, designadamente as constantes do art. 4º do RGICSF⁴⁷⁶.

Portanto, a extensão do conteúdo do sigilo bancário abrange os nomes dos clientes, as informações relacionadas com as contas, depósitos, as movimentações das contas, os saldos, bem como outras operações e serviços requeridos e praticados pelos clientes, ainda que não estejam expressamente previstas nos termos dos arts. 78º, 80º e 4º do RGICSF. Igualmente, o sigilo bancário compreende também as informações conexas às pessoas que tenham participado no plano de saneamento financeiro das instituições financeiras, bem como as informações e dados relativos aos clientes e a terceiros ao abrigo da CMVM⁴⁷⁷. Concluimos que abrange todas as informações e dados ligados aos clientes bancários enquadrados no estrito âmbito de relações bancárias entre os bancos e os seus clientes, desde que sejam, por lei, vedados à publicidade e ao conhecimento geral.

- Limite temporal da obrigação do sigilo bancário

Neste ponto coloca-se a questão de saber quando e até aonde vai o dever de guardar o sigilo bancário, i.e., quando começa e quando termina a vinculação ao dever do sigilo bancário.

É essencial e indispensável encontrar resposta satisfatória para esta questão, sobretudo perante o silêncio da lei face à doutrina e à jurisprudência em geral. Com efeito, partindo da própria premissa legal - segundo a qual a vinculação ao dever de guardar sigilo bancário não cessa com a cessação das funções, nomeadamente do dirigente, gestor, colaborador do banco - somos assim de opinião favorável

⁴⁷⁶ Com efeito, o sigilo bancário informa, ainda, designadamente, as seguintes operações bancárias: Os bancos podem efetuar as operações seguintes: a) receção de depósitos ou outros fundos reembolsáveis; b) operações de crédito, incluindo concessão de garantias e outros compromissos, locação financeira e *factoring*; d) emissão e gestão de outros meios de pagamento, não abrangidos pela alínea anterior, tais como cheques em suporte de papel, cheques de viagem em suporte de papel e cartas de crédito; e) transacções, por conta própria ou da clientela, sobre instrumentos do mercado monetário e cambial, instrumentos financeiros a prazo, opções e operações sobre divisas, taxas de juro, mercadorias e valores mobiliários; f) participações em emissões e colocações de valores mobiliários e prestação de serviços correlativos; g) atuação nos mercados interbancários; h) consultoria, guarda, administração e gestão de carteiras de valores mobiliários; i) gestão e consultoria em gestão de outros patrimónios; j) consultoria das empresas em matéria de estrutura do capital, de estratégia empresarial e de questões conexas, bem como consultoria e serviços no domínio da fusão e compra de empresas; l) operações sobre pedras e metais preciosos; m) tomada de participações no capital de sociedades; n) mediação de seguros; o) prestação de informações comerciais; p) aluguer de cofres e guarda de valores; q) locação de bens móveis, nos termos permitidos às sociedades de locação financeira; r) prestação dos serviços e exercício das atividades de investimento a que se refere o artigo 199.º-A, não abrangidos pelas alíneas anteriores; s) outras operações análogas e que a lei lhes não proíba. E as restantes instituições de crédito só podem efetuar as operações permitidas pelas normas legais e regulamentares que regem a sua atividade.

⁴⁷⁷ Cf. neste sentido, Fernando Conceição Nunes, «Os deveres de segredo profissional no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras», *op. cit.* p. 39 e ss.

de que esse dever tem um carácter *continuum*, duradouro e permanente, não dispondo da data ou prazo do seu término.⁴⁷⁸ Contudo, admite-se a possibilidade do seu afastamento - ainda que pontual ou casuística - mediante o consentimento eficaz do sujeito ativo e beneficiário do sigilo bancário, v.g., cliente bancário, ou, igualmente, a obrigação do sigilo bancário cessar, excecionalmente, a partir do momento em que as informações e dados de que a pessoa tenha conhecimento deixou de beneficiar da guarida do sigilo bancário, i.e., não tem carácter sigiloso, passando a ser de conhecimento ou publicidade generalizada.

Entretanto, relativamente à determinação do momento do início da vinculação ao sigilo bancário, não existe de forma expressa qualquer posicionamento da lei neste sentido, todavia, a leitura conjunta dos artigos 78º e 80º do RGICSF, não deixa qualquer margem para duvidar que esse momento é aferido a partir da altura em que a pessoa ou a entidade em causa possa ou tome conhecimento por si, ou por interposta pessoa, dos dados e informações relacionadas com a relação comercial entre o banco e o cliente, respeitante, nomeadamente às contas, movimentações, saldos, serviços, operações bancárias em geral e todas as outras informações cobertas pelo dever de segredo bancário.

3. A perspetiva do serviço de pagamento no mercado interno

Com efeito, a partir da entrada em vigor do DL n.º 317/2009⁴⁷⁹, o sigilo bancário ganhou mais um patamar quanto ao seu conteúdo e proteção, enriquecendo o regime previsto no RGICSF⁴⁸⁰.

⁴⁷⁸ Cf. Ibidem, p. 51 e ss.; Augusto de Athayde e Duarte de Athayde, *Direito Bancário*, op. cit., p. 518.

⁴⁷⁹ Sobre a SEPA, veja o nosso, *Giro Bancário. Caso particular da ordem de transferência de fundos (aspectos fundamentais do regime, incidentes e natureza jurídica)*, op. cit., e Rita Mafalda Vera-Cruz Pinto Bairros, “A Transferência a crédito – Notas caraterizadoras no contexto da SEPA”, *Temas de Direito Bancário I*, Cadernos o Direito, n.º 8, Coimbra, Almedina, 2014, p. 261 e ss.; Francisco B. F. Rodrigues Rocha, «Do giro bancário: reflexões à luz do novo regime dos serviços de pagamento», *Temas de Direito Bancário II*, Cadernos o Direito, n.º 9, Coimbra, Almedina, 2014, p. 100 e ss.

⁴⁸⁰ Foram assim revogados de forma global, expressa e inequívoca, o DL n.º 41/2000, de 17 de Março, relativo à transferência bancária, art. 9º al. c), (norma revogatória do DL n.º 317/2009) e o DL n.º 18/2007, de 22 de Janeiro, foi revogado parcialmente, i.e., apenas atinge o seu art. 7º, mantendo-se intatos os restantes preceitos deste diploma, art. 9º al. f). Porém, igualmente, o art.6º/1 al.e) do RGICSF (DL n.º298/92, de 31 de Dezembro); art.4º/1 do DL3/94, de 11 de Janeiro, alterado depois pelos DLs n.º 298/95, de 18 de Novembro e n.º 53/2001, de 15 de Fevereiro; art. 10º do DL n.º143/2001, de 26 de Abril; arts. 35º al. j) e 41º do DL n.º95/2006, de 29 de Maio; e o Aviso do BP n.º 3/2001, de 7 de Março, foram todos revogados parcialmente pelo DL n.º317/2009, art.9º als.a), b), d), e) e g). Ainda, impõe alterações pontuais dos conteúdos de vários diplomas aplicáveis às instituições bancárias e as financeiras, bem como as atividades por elas praticadas, entre outras, passando assim a ganhar novas redacções nos termos definidos nos anexos ao DL n.º 317/2009 por forma à adequá-las aos novos conceitos e regimes dos serviços ou operações de pagamentos, instituições de pagamentos e outros aspetos *ex novis* regulados no DL n.º317/2009, quais sejam: DL n.º95/2006, de 29 de Maio, arts.2º e 17º; Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro, alterada depois pela Lei n.º 19/2008, de 21 de Abril, arts.2º,3º,4º,13º e 14º; O anexo I do DL n.º156/2005, de 15 de Setembro, sujeito à alterações dos DL n.º371/2007, de 6 de Novembro e n.º118/2009, de 19

Em termos de arrumação, o DL n.º 317/2009 compreende 103 articulados organizados em 5 títulos, cujo núcleo duro, objeto da transposição consignada nos títulos II e III, dos quais podemos depreender uma transposição absolutamente fiel do conteúdo da Diretiva 2007/64/CE. Em síntese, o título II, regula, entre outras matérias, as respeitantes aos prestadores de serviços de pagamento, às relativas ao acesso à atividade de prestação deste serviço de pagamento, à regulação de uma nova categoria de prestadores de serviços de pagamento, às designadas por instituições de pagamento, um *nomem iures* do DL n.º 317/2009 e da Diretiva 2007/64/CE; às condições de acesso e de atividades das instituições de pagamentos, assim como às matérias relativas aos procedimentos conducentes à autorização, registo, supervisão das instituições de pagamentos.

No título III, o legislador cuidou de regular, entre outros, os aspetos relacionados com as regras de transparência das condições e dos requisitos de informações que regem serviços de pagamento, equiparando as microempresas a consumidores. Deste modo, permitiu que as microempresas possam usufruir das mesmas tutelas legais conferidas aos consumidores, consagrando as obrigações de informações nos preliminares dos contratos e após as execuções dos mesmos, e compreendendo importantes regras relativas às obrigações das partes envolvidas nas operações de pagamento, designadamente os utilizadores dos serviços de pagamento e os respetivos prestadores de serviços de pagamento, as informações a prestar gratuitamente aos consumidores e as obrigações de informações no âmbito dos serviços de pagamento proveniente de um contrato - quadro ou de carácter isolado.

Deste modo, o DL n.º 317/2009 procura delimitar as instituições que possam prestar tais serviços de pagamento aos respetivos utilizadores. O mesmo refere as instituições de crédito, as instituições de moeda eletrónica, a entidade que tenha beneficiado de concessão do serviço postal universal e ainda a nova categoria dos agentes prestadores de serviços denominadas instituições de pagamento. Assim, de forma assaz e incisiva, as instituições de pagamento, serviços de pagamento, sistema e operação de pagamento foram gizadas em sintonia com a Diretiva 2007/64/CE, nas legislações internas dos Estados da CE, que inovam e, em alguns casos, até revogam grandemente as leis aplicáveis à banca e à sua atividade. No que tange às instituições de moeda eletrónica, o DL n.º 342/2012, aprova um novo regime alterando o regime constante do DL n.º 317/2009, dispondo sobre a proteção e a extensão do conteúdo do sigilo bancário nos termos dos arts.37º e 38º, tendo remetido os restantes aspetos para o regime do RGICSF anteriormente analisado.

de Junho; foi aditado ao RGICSF o novo art.117º-B nos termos definidos no anexo do DL n.º317/2009; alteração à Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, arts.3º e 24º; e, por último, ainda, o RGICSF sujeita-se às alterações dos arts.4º,5º,6º,8º117º-Ae 212º.

Por seu turno, no final do ano de 2014, foi adotada uma nova lei de base bancária portuguesa⁴⁸¹, que altera o regime previsto no RGICSF⁴⁸². Tais alterações introduzidas no RGICSF fazem-se sentir no âmbito do regime que regula o conteúdo e âmbito do sigilo bancário no ordenamento jurídico português, *maxime* art.78º, n.º 1; art.79º, n.ºs 1, al. c), e 3 revogado; art.80º, n.º 5; art.81º, n.ºs 1, als. h) a l), n.º als. b) a d), 6, als. d) e f), e 7; e art.82º.

⁴⁸¹ Trata-se do DL n.º 157/2014, de 24 de Outubro, Publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 206 — 24 de outubro de 2014, que transpõe a Diretiva n.º 2013/36/UE, do PEC, de 26 de junho de 2013 (Diretiva n.º 2013/36/UE), bem como o Regulamento (UE) n.º 575/2013, do PEC, de 26 de junho de 2013 (Regulamento (UE) n.º 575/2013), constituem, assim, o enquadramento jurídico que rege o acesso à atividade das instituições de crédito e que estabelece o quadro de supervisão e as regras prudenciais aplicáveis às instituições de crédito e às empresas de investimento. No entanto, desta forma, vem implementar a solução da Diretiva n.º 2013/36/UE e do Regulamento (UE) n.º 575/2013 relativo à implementação da regra adotada pela União Europeia no âmbito do quadro regulamentar de Basileia III, que veio substituir a Diretiva n.º 2006/48/CE, do PEC, de 14 de junho de 2006, relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e ao seu exercício, e a Diretiva n.º 2006/49/CE, do PEC, de 14 de Junho de 2006, relativa à adequação dos fundos próprios das empresas de investimento e das instituições de crédito, que haviam já sido sujeitas, nos últimos anos, a diversas alterações. Com efeito, a Diretiva n.º 2013/36/UE contém normas relativas ao acesso à atividade das instituições de crédito, entre as quais se incluem, nomeadamente, normas relativas ao exercício da liberdade de estabelecimento e da liberdade de prestação de serviços, aos requisitos em matéria de governo societário, incluindo a remuneração dos colaboradores, ao quadro de supervisão, aos poderes das autoridades competentes, ao regime sancionatório e à constituição de reservas de fundos próprios. E o Regulamento (UE) n.º 575/2013, por sua vez, contém os requisitos prudenciais aplicáveis às instituições de crédito e empresas de investimento, nomeadamente as novas regras relativas ao apuramento dos fundos próprios e ao cálculo dos respetivos requisitos, à liquidez e à alavancagem, incluindo as disposições transitórias acordadas a nível internacional para a progressiva convergência para os novos requisitos previstos no quadro regulamentar de Basileia III. Portanto, o presente DL visa proceder à transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 2013/36/UE, introduzindo no ordenamento jurídico português as necessárias alterações à implementação das normas previstas na diretiva em referência. Neste sentido, no intuito de evitar e corrigir a dispersão legislativa nesta matéria e, desse modo, facilitar o acesso e compreensão por parte dos cidadãos das normas aplicáveis à atividade das instituições de crédito e empresas de investimento, optou-se por efetuar a transposição da generalidade das normas para o RGICSF, aprovado pelo DL n.º 298/92, de 31 de dezembro (Regime Geral). A publicação da Diretiva n.º 2013/36/UE, e do Regulamento (UE) n.º 575/2013, aliada à criação do Mecanismo Único de Supervisão, através do qual o Banco Central Europeu passará a assumir efetivas funções de supervisão sobre determinadas instituições de crédito nacionais, veio também colocar a necessidade de ajustar o âmbito das tipologias de entidades abrangidas pelo conceito de “instituição de crédito”. Alterando, igualmente, o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro, as Leis n.º 25/2008, de 5 de junho, e n.º 28/2009, de 19 de junho, e aos DL n.º 260/94, de 22 de outubro, m.º 72/95, de 15 de abril, n.º 171/95, de 18 de julho, n.º 211/98, de 16 de julho, n.º 357-B/2007 e n.º 357-C/2007, de 31 de outubro, n.º 317/2009, de 30 de outubro, e n.º 40/2014, de 18 de março.

⁴⁸² Refere-se às alterações aos artigos 1.º, 3.º, 6.º, 8.º, 9.º, 13.º -A, 14.º, 14.º -A, 16.º a 18.º, 20.º a 23.º, 30.º a 33.º, 36.º, 37.º, 39.º a 0.º -A, 42.º, 43.º, 48.º, 49.º, 52.º, 53.º, 56.º -A a 58.º, 60.º, 61.º, 66.º, 67.º, 69.º a 72.º, 78.º a 82.º, 93.º, 93.º -A, 103.º, 103.º -A, 116.º a 116.º -C, 116.º -G, 117.º, 118.º -A, 120.º a 124.º, 130.º a 132.º -A, 132.º -C, 134.º a 137.º, 137.º -B a 137.º -D, 152.º, 153.º -E, 167.º, 184.º, 188.º, 189.º, 196.º, 199.º -A, 199.º -C a 199.º -E, 199.º -I, 199.º -L, 201.º a 206.º, 208.º a 213.º, 215.º, 217.º a 220.º, 222.º a 224.º, 227.º -A, 227.º -B, 228.º e 230.º do RGISF (Regime Geral), aprovado pelo DL n.º 298/92, de 31 de Dezembro, que passaram a comportar novas redações.

No entanto, deve-se acrescentar que o sigilo bancário vem tutelado pela Lei de Proteção de Dados Pessoais Face à Informática⁴⁸³. Com efeito, os dados protegidos integram ficheiros automatizados, de bases e bancos de dados pessoais, cuja constituição e atualização requerem a apreciação favorável da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd)⁴⁸⁴.

4. Limites e problemas atuais

4.1. Exceções e limitações

A preservação e a tutela do sigilo bancário constituem – ou deveriam constituir – o regime-regra, ao abrigo do RGICSF, art. 78º e ss. Todavia, essa regra, no caso específico de Portugal, consente várias exceções e limitações ou derrogações legais, por força do art. 79º do RGICSF⁴⁸⁵, do art. 37º do DL n.º 342/2012, do art. 2º e ss da Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro, que estabelece medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeiro⁴⁸⁶. Esses diplomas legais consagram situações, condições específicas e excepcionais da quebra do sigilo bancário nos moldes que se seguem:

“1 - Os factos ou elementos das relações do cliente com a instituição podem ser revelados mediante autorização do cliente, transmitida à instituição.”

“2 - Fora do caso previsto no número anterior, os factos e elementos cobertos pelo dever de segredo só podem ser revelados: a) Ao Banco de Portugal, no âmbito das suas atribuições; b) À Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, no âmbito das suas atribuições;⁴⁸⁷ c) Ao Fundo de Garantia de

⁴⁸³ Refere-se à Lei n.º 10/91, de 29 de Abril, alterada pela Lei n.º 28/98, de 26 de Outubro, bem como a Lei n.º 41/2004, de 18 de Agosto, que transpõe para o direito interno português a Diretiva n.º 2002/58/CE, de 12 de Julho, sobre tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no sector das comunicações eletrónicas, atualmente alterada pela Lei n.º 46/2012, de 29 de Agosto, que, igualmente, transpõe a Diretiva 2009/136.

⁴⁸⁴ A CNPD funciona junto da Assembleia da República e regida pela Lei n.º 43/2004, de 18 de Agosto, e alterada pontualmente pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que vem alterar o seu art. 20º por força do art. 184º. Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 6ª ed., *op. cit.* P. 368.

⁴⁸⁵ Foi neste sentido que admite e com razão M. Januário da Costa Gomes (*Contratos Comerciais. I. Contratos Comerciais em Geral. II. Contratos Bancários*, *op. cit.* p. 105) o “progressivo recuo do perímetro de aplicação do segredo bancário, transformado que está num campo de batalha entre filosofias sociais e até políticas (lato sensu) diversas”.

⁴⁸⁶ Alterada pela Lei n.º 19/2008, de 21 de abril, e pelo DL n.º 317/2009, de 30 de Outubro e pelo DL n.º 342/2012.

⁴⁸⁷ Com a aprovação do DL n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro, foi alterado o RGICSF, no seu art. 116º-F, o qual preocupava-se, em rompimento pontual do sigilo bancário, a combinar os deveres de comunicação dos bancos com os deveres de denúncia a cargo de pessoas singulares. Assim sendo, o art. 116º - F, n.º 1, do RGICSF consagra a obrigatoriedade das instituições de crédito de comunicação imediata ao BP quando se encontrem em situação de desequilíbrio financeiro. Por seu turno, o n.º 2 deste mesmo preceito prevê situações que obrigam a comunicação ao BP por parte dos titulares dos órgãos de administração e de fiscalização. Entretanto, assinala-se que em Espanha, por força do art. 6º do Real Decreto-ley 972009, referente às reestruturações dos bancos, a referida obrigação de comunicação é conferida exclusivamente à instituição de crédito em dificuldades. Por outro, os arts. 116-F e 116-G do RGICSF, obrigam a denúncia a BP de

Depósitos, ao Sistema de Indemnização aos Investidores e ao Fundo de Resolução, no âmbito das respetivas atribuições⁴⁸⁸; d) Às autoridades judiciais, no âmbito de um processo penal⁴⁸⁹; e) À administração tributária, no âmbito das suas atribuições⁴⁹⁰; f) Quando exista outra disposição legal que expressamente limite o dever de segredo”⁴⁹¹.

Com efeito, são várias as situações catalogadas ao abrigo do art. 79º do RGICSF, v.g., a autorização do cliente, as demandas do BP, da CMVM, do Fundo de Garantia de Depósitos, da autoridade judiciária no âmbito do processo penal, e outros casos em que a lei expressamente admite o afastamento, suspensão ou exceções ao dever do sigilo bancário⁴⁹². Exemplificamos o art. 2º e ss da Lei n.º 5/2002, segundo os quais não existe sigilo bancário perante os agentes da administração fiscal desde que as informações que requerem às instituições de crédito e de moeda eletrónica sejam úteis para a descoberta da verdade fiscal.

Importa agora analisar a questão a partir da disposição do art. 79º, n.º 1, “Os factos ou elementos das relações do cliente com a instituição podem ser revelados mediante autorização do cliente, transmitida à instituição., e do n.º 2, al.f), Fora do caso previsto no número anterior, os factos e elementos cobertos pelo dever de segredo só podem ser revelados quando exista outra disposição legal que expressamente

irregularidades graves referentes a administração, organização contabilística e fiscalização interna do banco passível de por em risco o equilíbrio financeiro, inclusive aos administradores, membros de órgãos de fiscalização de bancos, bem como denúncia interna aos elementos do controlo interno, como auditoria interna, *compliance* e gestão de riscos. Para garantir a maior segurança ao denunciante, a lei não tolhe que a sua identidade seja mantida sob discrição absoluta. Igualmente, nos EUA, a mesma ilação pode ser retirada da secção 806 da norte-americana sarbanes-Oxley Act, por forma a encorajar às denúncias das irregularidades graves. Sobre este aspeto e mais, cf. Paulo Câmara e Manuel Magalhães (Coord.), *O Novo Direito Bancário*, op. cit. p. 47 e ss.

⁴⁸⁸ Redação introduzida pelo DL n.º 157/2014.

⁴⁸⁹ Redação introduzida pela Lei nº 36/2010 (Entra em vigor a 1 de Março de 2011)

⁴⁹⁰ Redação introduzida pela Lei nº 94/2009.

⁴⁹¹ Com a entrada em vigor do DL n.º 157/2014, que altera o RGICSF, foi revogado o regime constante do n.º 3, do art. 79º do RGICSF, que previa o seguinte conteúdo: “3 - É criada no Banco de Portugal uma base de contas bancárias existentes no sistema bancário na qual constam os titulares de todas as contas, seguindo-se para o efeito o seguinte procedimento: a) No prazo de três meses a contar da entrada em vigor da presente norma todas as entidades autorizadas a abrir contas bancárias seja de que tipo for, enviam ao Banco de Portugal a identificação das respetivas contas e respetivos titulares, bem como das pessoas autorizadas a movimentá-las, incluindo procuradores, indicando ainda a data da respetiva abertura; b) Envia, ainda, ao Banco de Portugal informações sobre a posterior abertura ou encerramento de contas, indicando o respetivo número, a identificação dos seus titulares e das pessoas autorizadas a movimentá-las, incluindo procuradores, a data de abertura ou do encerramento, o que deverá ocorrer mensalmente e até ao dia 15 de cada mês com referência ao mês anterior; c) O Banco de Portugal adota as medidas necessárias para assegurar o acesso reservado a esta base, sendo a informação nela referida apenas respeitante à identificação do número da conta, da respetiva entidade bancária, da data da sua abertura, dos respetivos titulares e das pessoas autorizadas a movimentá-las, incluindo procuradores, e da data do seu encerramento, e apenas podendo ser transmitida às entidades referidas na alínea d) do nº 2 do presente artigo, no âmbito de um processo penal”.

⁴⁹² Cf. Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 364 e ss.

limite o dever de segredo”. Portanto, a determinação do sentido do n.º 2, al. f) do art. 79º, do RGICSF, sobretudo a referência ao termo “expressamente...” torna-se fundamental para a compreensão e fixação do âmbito da quebra pontual do sigilo bancário. Por conseguinte, a exigência do preceito em referência não pretende apenas que a limitação ao sigilo resulte formalmente de uma disposição legal, mas, antes, uma restrição que resulte interpretativamente desse preceito, no sentido de que a intenção do legislador é de autorizar ou impor a revelação de dados e informações cobertos pelo sigilo bancário, o que não se compadece com a mera literalidade da referida restrição no texto legislativo. Ademais, deve-se concluir que o legislador, a consagrar os limites e os respetivos alcances, procedeu a uma prévia ponderação entre valores, interesses, princípios e direitos e, por conseguinte, procurou resolver o conflito em causa, optando pela imposição de um sacrifício ao valor defendido pelo sigilo bancário, presuntivamente acautelando a regra da necessidade, da proporcionalidade, da razoabilidade e da adequação à quebra do sigilo bancário, o que passemos à analisar nos moldes seguintes:

a) Autorização do cliente, art. 79º, n.º 1, do RGICSF.

A autorização do cliente dirigida à sua instituição financeira determina pontualmente a suspensão da obrigação de manter sob discrição a informação e os elementos ligados ao cliente em causa no âmbito da relação comercial de contas com a instituição financeira.

A lei é absolutamente omissa quanto à formalidade e à forma para transmitir essa autorização à instituição. Todavia, na generalidade, seria defensável a aplicabilidade da regra geral consignada ao abrigo do art. 224º do CC, por força da qual, a referida autorização poderia ser transmitida de forma expressa, tácita ou implícita.

Quanto à forma, o art. 219º do CC reclama aplicação no caso vertente, levando, por força da regra geral da liberdade da forma vigente no sistema português - e também guineense -, que a aludida autorização seja validamente transmitida à instituição, quer de forma oral, i.e., por telefone, presencialmente, quer por outra forma de transmissão telemática, ainda que sem qualquer suporte documental, podendo ser suportada por um documento particular assinado pelo próprio cliente ordenante.

Contudo, por uma questão meramente probatória, não tanto quanto da exigência formal, somos de opinião favorável de que o banco deve insistir na formalização da aludida autorização através de um suporte documental ou justificativo da referida autorização, no qual se podia provar o conteúdo, o âmbito e o limite da referida autorização. Por isso mesmo, por uma questão da tutela da própria instituição em causa, a tradição do suporte do documento escrito assinado pelo próprio cliente que sustenta a referida autorização deve ser incrementada em desvio do que parece resultar da solução

legalmente possível e fundada ao abrigo do art. 219º CC.

A autorização do cliente, além de constituir autêntica renúncia voluntária ao direito do sigilo bancário, que a lei concede ao próprio cliente - e ao afastamento da sua ilicitude previsto e punível nos termos do art. 79º, n.º 1, do RGICSF, e do art. 195º do CP⁴⁹³ - ainda se traduz na afloração da figura da legítima limitação voluntária de um direito de personalidade, mais precisamente do direito da reserva sobre a intimidade da vida privada, consentida ao abrigo do art. 80º do CC e amparado, igualmente, ao abrigo do art. 26º, n.º 1, da CRP.

Por esta razão, a autorização em causa - tomada como limitação voluntária do direito de personalidade em geral - deve-se sujeitar às limitações e às injunções previstas nos termos do art. 81º do CC. Neste sentido, explica Menezes Cordeiro que o referido regime implica a nulidade e a revogabilidade da autorização, se este for contrário à ordem pública, i.e., se colide a ponto de colocar em causa os valores injuntivos da ordem pública, ainda que envolva uma obrigação de indemnizar⁴⁹⁴.

Seguindo a mesma ideia deste autor, somos de opinião favorável de que a validade e a eficácia da autorização dependerá da sua conformidade com a ordem pública, da limitação precisa do seu conteúdo sobre as informações e elementos visados, o motivo para que e até aonde vai essa autorização, entre outros.

Menezes Cordeiro considera que o consentimento do cliente, por força do art. 79º, n.º 1, do RGIC e do art. 195º do CP, corresponde a uma restrição voluntária de um direito de personalidade – o direito à reserva sobre a intimidade da vida privada, art. 80º CC, consagrado constitucionalmente nos termos dos arts. 25º, n.º 1, e 26º, n.º 1, da CRP. Por esta razão, acrescenta este autor, que seria de considerar nulo, o consentimento, por contrariar “a ordem pública”, em caso de colidir com os valores injuntivos da ordem jurídica. Portanto, com isto, o autor pretende vedar absolutamente a possibilidade de se admitir a legitimidade de um consentimento irrestrito e não determinado⁴⁹⁵.

b) Demanda do Banco de Portugal – BP.

No âmbito do cumprimento da missão para que foi criado e incumbido, ao abrigo do RGICSF e no âmbito da fiscalização, inspeção, instauração dos processos contra-ordenacionais - nos termos dos arts.

⁴⁹³ Foi neste sentido que J. Malafaia advoga que a autorização do cliente descriminaliza a revelação das informações cobertas pelo sigilo bancário. Cf. Joaquim Malafaia, «O segredo bancário como limite à investigação criminal», *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 59, vol. I, Janeiro 1999, p. 59.

⁴⁹⁴ Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 364 e ss.

⁴⁹⁵ Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 364 e ss.

93º e ss., 120º e ss., e 213º do RGICSF - o BP pode demandar dados e elementos relativos à vida e as operações das instituições de crédito e às relações dessas com os respetivos clientes. Por conseguinte, vinculando, as mesmas instituições de crédito, os seus dirigentes e seus colaboradores a disponibilizarem tais informações requeridas ao BP - sem perder o seu carácter sigiloso em correlação ao próprio BP, instituições de crédito e aos seus colaboradores quanto aos dados bancários que tiverem conhecimentos por força e no âmbito de exercício de suas funções, conforme art. 80º do RGICSF.

c) Demanda da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

No âmbito de exercício de suas atribuições, particularmente ligadas à supervisão do mercado de valor mobiliários, a CMVM pode demandar e requerer determinadas informações às instituições financeiras, conforme os art.12º a 16º do CMVM. Com efeito, as instituições financeiras ficam adstritas a fornecer tais informações à CMVM para o desempenho das suas missões, art. 79º, n.º 2, al. b), do RGICSF.

d) Demanda do Fundo de Garantia de Depósitos, ao Sistema de Indemnização aos Investidores e ao Fundo de Resolução, no âmbito das respetivas atribuições.

Para o cumprimento cabal das suas funções, designadamente sobre o apuramento dos termos e dos limites dos reembolsos a efetuar e a exactidão do valor de contribuições entregues, o Fundo requisita determinadas informações as instituições de créditos e, por conseguinte, estas ficam vinculadas a disponibilizá-las ao referido Fundo, art.79º, n.º 2, al. c), do RGICSF⁴⁹⁶.

e) Ordens e Demandas Judiciais.

A legitimidade da demanda das informações às instituições de créditos por parte das autoridades judiciais deve ser encarada com uma certa acuidade, responsabilizando-se por provocar o dano mínimo necessário ao bancário e à proteção do interesse da administração da justiça. Entretanto, sem olvidar de que esta corresponde a exceção àquela, devendo, por isso, ser expressamente prevista na lei.

A relevância e a legitimidade das informações requeridas aos bancos dependem da natureza do processo em presença, designadamente do processo penal ou do processo civil.

⁴⁹⁶ A matéria relativa aos fundos: próprio, da garantia dos depósitos - tem por objeto garantir o reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito que nele participem), e fundo de resolução - tem por objeto prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução adotadas pelo Banco de Portugal e desempenhar todas as demais funções que lhe sejam conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas, constam dos arts. 96º, 116º e ss., art. 153º B e ss., e art. 154º e ss. do RGICSF.

Assim sendo, no âmbito do processo penal, na ordem jurídica portuguesa, o ponto de partida para a resolução desta questão é o art. 79º, n.º 2, als. d) e f) do RGICSF, balizado pelas disposições dos arts. 184º do CP e 185º do CPP, defendendo que o interesse na realização da justiça criminal se sobrepõe ao interesse defendido pelo sigilo bancário, concedendo aos agentes da investigação criminal a possibilidade de tomarem depoimentos e informações ligadas às instituições financeiras e aos seus clientes.

Esta solução, que nos parece resultar expressamente dos dois preceitos acima citados, deu origem a inúmeros conflitos no plano institucional, nomeadamente entre as instâncias judiciais - que se dedicam a aceder a tais informações, mesmo para justificar e fundamentar as decisões sem importâncias - e nas instituições de créditos, as quais procuram defender os interesses ligados à economia, à confiança do público no sistema financeiro e à privacidade humana.

A resolução deste conflito não tem sido fácil na doutrina e jurisprudência. Contudo, deve-se assinalar o esforço crescente tendo em vista a necessidade de equacionar soluções que visem harmonizar os valores e interesses em presença, considerando a profundidade e a intensidade de acesso requerido pelas instâncias judiciais.

Nesta linha de seguimento, procuraremos distinguir um conjunto de situações, visto que cada uma potencia particularidades próprias e soluções diferenciadas, nos moldes que se seguem:

i. Prestação de depoimentos.

Parece-nos pacífico o entendimento de que o obrigado à guarda do sigilo bancário - a instituição financeira - pode, com base no preceituado nos termos do art. 135º do CPP, escusar-se depor perante a instância judicial sobre os factos ligados ao dever de sigilo bancário.

Com efeito, a instância judicial competente dispõe de facultada para ponderar e apurar se a recusa em causa é ou não legítima. Em caso de que o interesse tutelado pelo sigilo bancário suplante o prosseguido pela realização da justiça, logo a recusa será legítima e, enquanto tal, não será legítima nem a obrigatoriedade de depoimento nem a derrogação do sigilo bancário. Todavia, se a conclusão for negativa, a referida recusa não será legítima e, deste modo, o tribunal ordenará por força do art. 135º, n.º 2, do CPP, o depoimento do sujeito passivo do sigilo bancário em causa. Salienta-se que, se o processo se encontra sob alçada do MP, este órgão de investigação judicial requererá que se ordene a prestação do depoimento, sem olvidar da necessidade de audição prévia da organização sócio profissional, mais precisamente da Associação Portuguesa dos Bancos.

Por uma questão de maior isenção, transparência e equidistância na resolução desta questão, o juízo da ponderação e da aferição da superioridade de um e de outro interesse, deve ser confiado ao tribunal imediatamente superior, no caso de questão se colocar no âmbito do próprio tribunal supremo, a questão deve ser apreciada pelo plenário.

Portanto, somos de parecer favorável de que o depoimento de facto ligado à vida da instituição financeira e dos seus clientes reveste a natureza de suspensão pontual do dever de guardar o sigilo bancário, dado que não é duma derrogação que se trata.

ii. Entrega de documentos ou objeto.

Quanto ao documento - ou objeto - que se encontra na posse da instituição de crédito, nada obste que esta recusa exhibi-lo ou entregá-lo à instância judicial, devendo apenas efetuar e motivar a sua recusa fundada no resguardo do sigilo bancário por escrito, art. 182º CPP.

A par do seguimento que efectuámos a propósito do art. 135º, n.º 2 do CPP quanto ao depoimento, a legitimidade da recusa da entrega do documento e objeto requeridos pelo tribunal, é objeto de apreciação judicial, art. 182º, n.º 2, CPP, nos moldes acima referenciada.

iii. Apreensão de valores ou outros objetos depositados.

Relativamente à apreensão de valores ou bens depositados nas instituições financeiras, a solução vem consagrada ao abrigo do art. 181º, n.º 3, do CPP, atribuindo ao tribunal a faculdade de decretar as referidas apreensões dos valores ou objetos depositados em bancos, em cofres individuais ou entre bancos.

iv. Análise dos dossiers e registos bancários.

O preceituado nos termos do art. 181º, n.º 2 do CPP, permite ao tribunal e aos agentes de polícia criminal, em prejuízo do sigilo bancário, proceder a um exame local da correspondência e qualquer documentação na posse dos bancos ou funcionários bancários.

v. Entrega de documentos referentes a bens, depósitos ou valores pertencentes a um suspeito de crimes ligados ao cultivo ou preparação de estupefacientes, drogas e substâncias psicotrópicas.

Neste caso *subjudice*, além da obrigação especial que impende as instituições financeiras de

informar por força do DL n.º 313/93, de 15 de Setembro, arts. 10º e 11º, ainda estas ficam vinculadas perante o tribunal competente a entregar os respetivos documentos, art. 60º, n.ºs. 1, 2 e 3, do DL n.º 15/93, de 22 de Janeiro.

À semelhança da solução que parece predominar nas disposições de caráter geral do CPP, a impor a obrigatoriedade de colaboração com a justiça criminal às instituições financeiras em prejuízo do sigilo bancário, existem legislações penais especiais ou extravagantes que, igualmente consagraram a referida obrigatoriedade a cargo dos bancos, como sejam:

- A emissão de um cheque sem provisão gera a obrigação dos bancos - em cumprimento do procedimento legal tendo em vista a responsabilização civil, disciplinar e até penal do cliente em causa - em fornecer à instância judicial o nome do cliente, a conta de depósito, os seus movimentos e outros elementos que se repute indispensáveis para a averiguação da veracidade dos factos (vide DL n.º14/84, de 11 de Janeiro).

- Impende aos bancos a obrigação de fornecer informação, em prejuízo do sigilo bancário, desde que a mesma seja relevante para o combate ao tráfico de estupefacientes nos termos do DL n.º430/83, de 13 de Dezembro, e para o combate ao branqueamento de capitais (DL n.º 325/95, de 2 de Dezembro).

vii. Prestação de informações sobre as matérias ligadas à jurisdição cível.

Sobre as matérias não criminais, i.e., de natureza puramente cível, v.g., ligadas à jurisdição cível *tout court*, ao tribunal da família, comercial, contencioso administrativo, de menor, etc, uma vez que estão genericamente inseridas no âmbito do processo civil ou não criminal, por força do art. 79º, n.º 2, als. d) e f) do RGICSF, em regra, vigora o princípio da primazia do interesse defendido pelo sigilo bancário em detrimento da administração da justiça. Tal não vincula ao banco a obrigatoriedade de colaborar com justiça cível, impedindo a quebra ou derrogação do sigilo bancário para o efeito. Por conseguinte, as instituições de créditos podem legitimamente recusar acatar, com fundamento no dever do sigilo bancário, a revelação ou a disponibilidade ou a permissão de acesso à informação bancária. Todavia, podem declinar-se ao depoimento perante a jurisdição cível que possa afetar o dever do sigilo bancário, art. 417º do CPC. Concluímos que o interesse tutelado pelo sigilo bancário supera o mero interesse individual salvaguardado pela administração da justiça cível.

É de realçar que o dever de guardar o sigilo bancário pode, excecionalmente, ceder espaço à outra situação derogatória e de inoponibilidade especificamente regulada por leis, art. 79º, n.º 2, al. f) do

RGICSF, às quais perfilham, designadamente:⁴⁹⁷

- Vincula o testamenteiro e cabeça-de-casal a pagamento de IMI e condiciona a entrega de bens herdados a prova do cumprimento desta obrigação fiscal, arts.52º e 53º. Entretanto, tratando-se de valores ou bens depositados nos bancos, o não cumprimento desta obrigação pode acarretar a possibilidade do agente da administração tributária aceder livremente aos depósitos em causa para apurar a responsabilidade fiscal.⁴⁹⁸ Porém, o antigo Código de SISA previa a indispensabilidade da presença do chefe de Repartição de Finanças na abertura dos cofres-fortes alugados nos bancos no âmbito de doações e sucessões, para o efeito tributário, art. 137º do DL n.º 41969, de 24 de Novembro de 1958, relativo ao SISA e ao imposto sobre as sucessões e doações.

- Ainda vigora na ordem jurídica portuguesa a obrigatoriedade das instituições de crédito - a contar a partir de 6 anos de sua autorização - à apresentação anual da relação de bens ou valores, por lei, considerados abandonados a favor do Estado, devendo ser indicados os nomes e moradas dos respetivos clientes titulares desses haveres (vide DL n.º 187/70, de 30 de Abril)⁴⁹⁹.

- A obrigatoriedade das instituições de crédito sacadas, em prejuízo do sigilo bancário, de fornecer o nome do pagador e o seu domicílio em caso de cheque pagável ao Estado seja devolvido por falta de provisão ou violação de formalidades essenciais, art. 7º A, do DL n.º 157/80, de 24 de Maio, e o DL n.º 481º/82, de 24 de Dezembro.⁵⁰⁰

- A obrigação de comunicação por parte da instituição financeira, o nome e o domicílio ou sede do sacador em caso de devolução do cheque utilizado para pagamento do IVA, art.12º, do DL n.º 504 – M/85, de 30 de Dezembro.

- A consagração generalizada da obrigatoriedade da instituição financeira disponibilizar informações à Inspeção Geral de Finanças e à DGCI, requeridas por estas instituições no âmbito das suas atribuições tributárias.

- O Art. 1678º, n.º 2, als. f) e g), do CC, não afasta a hipótese de um dos cônjuges aceder às

⁴⁹⁷ José Maria Pires, *Dever de Segredo na Atividade Bancária*, op. cit. p. 58 e ss.; Rodrigo Santiago, «Sobre o Segredo Bancário - Uma Perspectiva Jurídico-Criminal e Processual Penal», op. cit. p. 45 e ss. e Vasco Soares da Veiga, *Direito Bancário*, op. cit. p. 261.

⁴⁹⁸ Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro, atualizado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março, que aprova o Código do Imposto Municipal sobre as Transferências Onerosas de Imóveis.

⁴⁹⁹ Sujeita à alteração posterior do DL n.º 542/79, de 31 de Dezembro.

⁵⁰⁰ Um pouco acima, igualmente, afluamos a obrigatoriedade dos bancos fornecerem todos os dados relevantes do cliente, designadamente o nome, a conta, a movimentação, ao tribunal nos casos de emissões de cheques sem provisões para dar seguimento ao procedimento consignado na lei, DL n.º 14/84, de 11 de Janeiro. Com efeito, igual solução vem consignada ao abrigo do DL n.º 430/83, de 13 de Dezembro, relativo ao tráfico de estupefacientes.

informações relacionadas com as relações comerciais do outro, na escassa hipótese da impossibilidade deste assegurar a respetiva gestão ou quando esteja munido de um mandato para o efeito.

- O titular tem poder de assinatura na conta por autorização legal, voluntária ou judicial, ou para apenas requerer e levantar saldos e outras informações conexas às contas do cliente bancário, podendo aceder aos dados ligados à conta, operações bancários e serviços dos clientes dentro dos limites e âmbito fixados pelo respetivo instrumento de habilitação.

- No âmbito das garantias acessórias prestadas por um terceiro para sustentar a operação de crédito bancário, os respetivos garantes, ainda que mediante a mera subscrição de um título, podem aceder informações relacionadas a evolução da operação bancária ligada ao cliente, em prejuízo do sigilo bancário, v.g., a hipoteca ou penhor constituído por terceiro, fiador, avalista. Além do mais, justifica-se a revelação de tal informação neste caso, designadamente na necessidade de defesa dos seus interesses desde que a informação a difundir seja limitada ao mínimo necessário sobre a evolução do crédito.

- Constitui matéria absolutamente assente, a obrigatoriedade dos bancos disponibilizarem informações e conteúdos relacionados com as contas dos clientes falecidos aos seus herdeiros e ao cabeça-de-casal, arts. 2024º a 2030º e 2079º do CC. Para o efeito, devem estar suficientemente habilitados pela instância judicial competente.

- Os representantes legais do menor, interdito ou inabilitado, podem aceder às informações relacionadas com as contas dos incapazes em prejuízo do sigilo bancário, nomeadamente os pais, tutores e curadores no âmbito de exercícios de suas funções de administrações dos bens dos incapazes, arts. 122º, 124º, 138º, 152º e 153º do CC.

- Os mandatários ou representantes das sociedades comerciais e das pessoas coletivas, desde que se encontrem munidos de instrumentos legais específicos para o ato.

- Administrador da massa insolvente. Com efeito, igual poder assiste ao liquidatário judicial por força desse mesmo DL n.º 132/93, arts.141º a 144º⁵⁰¹. O mesmo se diga correlação ao administrador da insolvência no atual regime vigente em matéria da insolvência, art.55º do CIRE, não faz sentido lhe opor sigilo bancário referente à conta do sujeito insolvente ou em recuperação no âmbito de exercício

⁵⁰¹ Trata-se do antigo Código de Processo de Falência e de Recuperação de Empresas, o poder de acesso às contas e informações associadas às operações bancárias do cliente/empresa em processo de falência, era conferido aos gestores judiciais dos processos de recuperação de empresas em situação económica periclitante, art.35º, n.º 2, do DL n.º 132/93, de 23 de Abril, atualmente revogado pelo CIRE, que não afasta essa possibilidade ao administrador da insolvência de aceder as informações bancárias da sociedade insolvente no âmbito da sua atividade.

das suas funções⁵⁰².

- Ainda, por fim, deve-se assinalar a possibilidade de acesso às contas e às informações conexas às mesmas e as operações bancárias nos casos do arresto ou arrolamento e penhora de créditos em contas bancárias, arts.406º, e 780º, ambos do CPC.⁵⁰³ Entretanto, o acesso às contas deve ser suficientemente justificado por documento ou despacho judicial que decrete e ordene o arresto, arrolamento e penhora da conta bancária em causa. As informações a disponibilizar devem cingir apenas ao limite necessário ao cumprimento da providência decretada, não podendo aceder de forma indiscriminada aos dados e histórico do cliente registado em conta.

- O cliente bancário requerente do patrocínio judiciário fica assim obrigado a cumprir, entre outras exigências, além da entrega do atestado de pobreza, a entrega de informações bancárias que comprovem a sua situação de carência face aos pesados encargos judiciais, sobretudo relacionados com a constituição de advogado (vide DL n.º 387 – B/87).

À margem das exceções e derrogações consentidas ao abrigo do art. 79º do RGICSF, este mesmo diploma consagra nos outros lugares, algumas limitações que passemos a indicar nos seguintes moldes:

- Relativa à obrigatoriedade de revelação dos dados por parte dos bancos em derrogação ao sigilo bancário às instituições referenciadas no art.81º, n.º 1, als. a) a l), e n.º 3, do RGICSF⁵⁰⁴, no âmbito de cooperação com as mesmas.

- Ainda, depreende-se a quebra do sigilo bancário no âmbito de cooperação com outros países, nomeadamente traduzida nas trocas de informações ou dados ligados às contas e às operações bancárias em geral desde que haja garantia da contraparte que receber a informação de a preservar e

⁵⁰² CIRE - Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo DL n.º 53/2004, de 18 de Março com as alterações do DL n.º 200/2004, de 18 de Agosto; DL n.º 76-A/2006, de 29 de Março; DL n.º 282/2007, de 07 de Agosto e DL n.º 116/2008, de 04 de Julho e DL n.º 185/2009, de 12 de Agosto, Lei n.º 16/2012, de 20 de Abril, Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, e DL n.º 26/2015, de 06 de Fevereiro. Não obstante essas alterações vertidas pode dizer-se que CIRE beneficia ao longo de 13 anos da sua vigência da relativa estabilidade, pois o seu regime se mantém relativamente estável. Entretanto, a extensão das alterações introduzidas, v.g., a inserção de um novo Capítulo no Título I do CIRE, traduzido na criação do regime do Processo Especial de Revitalização, só por si, interpelam os profissionais que se ocupam destas matérias que têm vindo a ganhar maior proporção em função do aumento significativo do processo da insolvência em Portugal.

⁵⁰³ Refere-se o Código de Processo Civil (CPC 1961) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44.129, de 28 de dezembro de 1961, na redação em vigor a 31 de agosto de 2013, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 36/2013, de 12 de Agosto.

⁵⁰⁴ Alteração introduzida pelo Decreto-lei n.º 157/2014.

guardar sob absoluta discrição contra terceiros, art. 82º do RGICSF⁵⁰⁵.

- Igualmente, ao abrigo do art. 83º do RGICSF, a informação relacionada com os riscos e a garantia das operações bancárias obriga à revelação dos dados bancários em rompimento do sigilo bancário.

4.2. Problemas atuais

Relativamente aos problemas suscitados em torno da proteção do sigilo bancário, Portugal não constitui exceção, sobretudo com o advento da revolução informática e a crescente atualidade cada vez mais assumida nas agendas internas e internacionais face à luta contra o branqueamento de capitais e o terrorismo internacional, sem olvidar da defesa dos interesses da administração fiscal e da administração da justiça, particularmente da justiça criminal.⁵⁰⁶

Estes problemas não são recentes na ordem jurídica portuguesa, cujas resoluções perfilam nas tendências e orientações jurisprudenciais, doutrinárias e legislativas aceites mundialmente.

Com efeito, passamos a referenciar apenas alguns desses problemas correlacionados com a problemática da proteção do sigilo bancário.

a) O domínio da proteção de dados pessoais informatizados

O sistema de proteção foi elevado ao nível da CRP de 1976, art. 33º, colocando Portugal no ranking de países que protegem constitucionalmente a privacidade individual perante a informática, como Espanha, Áustria, Suíça, França, Noruega, Alemanha, Luxemburgo, Brasil⁵⁰⁷.

⁵⁰⁵ A nova redação que lhe foi introduzida pelo Decreto-lei n.º 157/2014, preceitua o seguinte: “Os acordos e cooperação referidos no n.º 3 do artigo 81.º só podem ser celebrados quando as informações a prestar beneficiem de garantias de segredo pelo menos equivalentes às estabelecidas no presente Regime Geral e tenham por objetivo o desempenho de funções de supervisão que estejam cometidas às entidades em causa”.

⁵⁰⁶ No sentido de que não sendo um valor absoluto, deverá ser conciliar e coexistir pacífica e harmoniosamente com outros que compõem a ordem jurídica, de cuja derrogação, dependerá do *jus* que se faça em cada momento mediante a ponderação dos interesses em presença, veja-se: Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 20 de Novembro de 2014, Proc. N.º 17536.07.5YYLSB-AL1-2; Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 17 de Março de 2016, Proc. N.º 06178/12, respetivamente, referentes a obrigação de colaboração com a justiça e com a administração tributária.

⁵⁰⁷ Cf. Sobre este assunto, M. Januário da Costa Gomes, «O Problema da Salvaguarda da Privacidade Antes e Depois do Computador», op. cit. p. 42 e ss.

Entretanto, para além da proteção constitucional, a questão obteve consagração e proteção à luz das seguintes leis ordinárias:

- O próprio CC de 1966, art. 80º referente à proteção dos direitos de personalidade em geral, no qual se deve incluir a proteção à privacidade.
- A Lei n.º 3/73, de 05 de Abril, também sobre a proteção da privacidade.
- Igualmente, o DL n.º 555/73, de 26 de Outubro, assenta na ideia de proteção de dados pessoais, quando cria o ficheiro da população, o ficheiro central e de pessoas coletivas.
- A proteção de dados pessoais informatizados à luz da Lei n.º 10/91, de 29 de Abril⁵⁰⁸. Mais tarde, foi substituída pela Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, que aprova a Lei de Proteção de Dados Pessoais, transpondo para ordem jurídica interna portuguesa a Diretiva n.º 95/46/CE, de 24 de Outubro. Até aqui, cada Estado Membro, por via da transposição da mencionada Directiva 95/46/CE, dispunha das suas regras próprias, em que cada operação de tratamento de dados pessoais, em momento prévio à sua realização, deve ser notificada à autoridade de controlo (em Portugal, a Comissão Nacional de Protecção de Dados, CNPD).

Ainda, neste domínio, releva a informação relativa à constituição de base de dados pessoais objetos do sigilo, não podendo ser atualizado senão mediante a autorização do cliente ou submissão e apreciação da Comissão Nacional de Proteção de Dados⁵⁰⁹.

Neste âmbito, deve-se referenciar a Lei n.º 41/2004, de 18 de Agosto, que transpõe a Diretiva n.º 2002/58/CE, de 12 de Julho, sobre tratamento de dados pessoais e à proteção de privacidade nas comunicações eletrónicas⁵¹⁰.

No âmbito europeu, e particularmente em Portugal, vigorará o novo regime referente a proteção de dados pessoais - previsto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016⁵¹¹, referente a proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, revoga a Diretiva 95/46/CE do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados. O presente regulamento visa harmonizar e estabelecer um regime comum nesta matéria em todos os países da União Europeia, aplicando-se às operações de tratamento que

⁵⁰⁸ Alterada pela Lei n.º 28/94, de 29 de Agosto.

⁵⁰⁹ A CNPD funciona junto da Assembleia da República, aprovada pela Resolução da AR n.º 53/94, de 19 de agosto, cuja organização e funcionamento regido pela Lei n.º 43/2004, de 18 de Agosto, alterada pontualmente pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. Cf. Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 366.

⁵¹⁰ Alterada pela Lei n.º 46/2012, de 29 de Agosto, que transpõe a Diretiva n.º 2009/136/CE.

⁵¹¹ Regulamento passará a ser diretamente aplicável aos 28 Estados-Membros a partir de 25 de Maio de 2018.

incidam sobre titulares de dados pessoais europeus, independentemente de o responsável pelo tratamento (ou o subcontratante) se encontrar ou não localizado na UE.

O novo regulamento introduz novas obrigações que impõem aos responsáveis pelo tratamento de dados um maior cuidado, exigência (nomeadamente quanto à obtenção do consentimento dos titulares) e compromisso de “*compliance*”, reforçando o respeito pelas regras de protecção de dados e privacidade e agravando significativamente as penalidades pelo incumprimento. Por outro consagra mecanismo de reforço da segurança dos dados com a introdução dos deveres de prestação de contas, a realização de avaliações de impacto sobre a Protecção de Dados, a notificação obrigatória às Autoridades de Protecção de Dados em caso de data *breaches* e a nomeação de Encarregados de Protecção de Dados. Além de clarificar o conceito de dados pessoais, daqui resultando novos direitos como o direito à portabilidade dos dados, o direito ao esquecimento e o direito de oposição a *profiling*, isto é, a utilização de dados pessoais para efeitos de definição de perfis. Outra novidade prende-se com a introdução de novos princípios e conceitos que devem nortear o tratamento de dados pessoais, como a *privacy by design and by default*, ou a pseudonimização dos dados.

A administração tributária face ao sigilo bancário.

Esta questão foi muito debatida na doutrina e jurisprudência portuguesa⁵¹², discutindo-se, atualmente, que a solução pressupõe a intervenção política e legislativa que concede maior preponderância aos interesses e exigências do erário público, defendido pela Administração Fiscal, em prejuízo dos interesses defendido pelo sigilo bancário. Desta forma, obriga as instituições financeiras a disponibilizar as informações relacionadas com as contas e as operações bancárias requeridas pela Administração Fiscal, nomeadamente pela Inspeção Geral de Finanças e pela Direção Geral de Contribuições e Impostos.

⁵¹² Para uma análise aprofundada destas controvérsias, posicionando, de um lado, os juristas fiscalistas, e de outro, os juristas bancários, veja-se, Júlio de Castro Caldas, «Sigilo Bancário: problemas actuais», in Diogo Leite de Campos (coord.), *Sigilo Bancário*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997; José Luís Saldanha Sanches, «Segredo Bancário e Tributação do Lucro Real», *Estudo de Direito Contabilístico e Fiscal*, n.º 375, 1995, p. 25 e ss.; Rodrigo Santiago, *op. cit.*, p. 55 e ss.; José Maria Pires, *op. cit.*, p. 90 e ss.; Benjamim Rodrigues, «O Sigilo Bancário e o Direito Fiscal», in Diogo Leite de Campos (coord.), *Sigilo Bancário*, Lisboa, Instituto de Direito Bancário, Edições Cosmos, 1997, p. 109 e ss.; Augusto de Athayde e Duarte de Athayde, *op. cit.*, p. 514; Ministério das Finanças, *op. cit.*, p. 362 e ss. Muito cedo foi apontada a necessidade de atribuir à administração fiscal poder para aceder a informações dos contribuintes por forma a garantir a tributação do lucro real. Cf. José Luís Saldanha Sanches, «Sistema e Reforma Fiscal. Que Evolução», *Fisco*, n.º 82/83, Setembro/Outubro, Ano IX, 1997, p. 1 e ss. Cf. O mais recente estudo sobre o breve panorama legal e histórico do sigilo bancário face à administração fiscal em Portugal, António Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 383 e ss. *Ibidem*, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», cit. p. 48 e ss. Em geral, sobre a origem e evolução do sistema fiscal português (cf. Sérgio Vasques, *Manual de Direito Fiscal*, Coimbra, Almedina, 2012, p. 11 e ss)

Em todo o caso, deve-se assinalar que o percurso e o posicionamento legislativo sobre a problemática questão da relação entre o sigilo bancário e o interesse da administração fiscal não foi recebida da mesma forma⁵¹³.

Com efeito, tudo teria iniciado com a adoção do DL n.º 513-Z/79, de 27 de Dezembro, que consagrava importantes limitações ao sigilo bancário, conferindo à administração fiscal poderes para exigir aos bancos as informações ligadas aos clientes – suas contas, operações e serviços por eles praticados⁵¹⁴.

Tornou-se legítimo questionar se o DL n.º 513-Z/79, de 27 de Dezembro não estaria, deste modo, a por em causa de forma ilegítima o conteúdo do sigilo bancário que, por sua vez, constitui a afloração da reserva à intimidade da vida privada.

Uma vez que ambos correspondem a valores legitimados e protegidos pela Constituição da República Portuguesa, debateu-se a questão de saber se o DL em referência estava conforme a mesma. Em resposta a esta questão, houve pronunciamento sobre a constitucionalidade do DL n.º 513-Z/79 que conferia à administração fiscal – Inspeção Geral de Finanças, no art. 57º, o poder de exigir, por intermédio dos seus inspetores, às instituições bancárias que prestassem as informações ou permitirem exames de elementos de que precisassem no exercício de suas funções, sem quaisquer restrições, podendo, inclusive, efetuar as verificações das contas dos clientes. Assim sendo, o Acórdão do Tribunal Constitucional, de 31 de Maio de 1995⁵¹⁵, julgou o referido diploma legal inconstitucional - na sua modalidade de vício de inconstitucionalidade orgânica - com fundamento de que o sigilo bancário comporta uma dimensão de defesa da intimidade da vida privada inserida no vasto âmbito do direito fundamental plasmado no art. 26º, n.º 1 da CRP⁵¹⁶ (o equivalente ao art. 41º, n.º 1 da CRGB⁵¹⁷).

⁵¹³ Entretanto, no ordenamento jurídico português, muito cedo, consentia-se algumas exceções ao sigilo bancário, sobretudo em 1967 com adoção do DL n.º 47 909, de 7 de Setembro, que instituiu o Serviço de Centralização de Riscos de Crédito, criando assim zonas livres de circulações de informações relevantes, tendo em vista a prevenção dos riscos associados à operação de crédito. Ao mesmo tempo, este diploma legal, além de vincular todos os que participavam destas informações ao sigilo bancário, os proibiam de suas difusões violadoras da regra do sigilo bancário, de cuja violação é passível de punição criminal nos termos do art. 290º do CP de 1886, arts. 3º, n.º 2, e 6º, n.º 1. Cf. Maria Eduarda Azevedo, «O Segredo Bancário...», *op. cit.*, p. 36 e ss.

⁵¹⁴ Para uma análise histórica da evolução do sigilo bancário em Portugal, cf. Maria Célia Ramos, «O Sigilo Bancário em Portugal – Origens, evolução e fundamentos», *op. cit.* p. 117 e ss.

⁵¹⁵ Saliente-se que o tribunal constitucional não se pronunciou sobre a questão de mérito ou de fundo da questão, i.e., a questão de (in)constitucionalidade material do referido diploma, tendo apenas encerrado a questão na apreciação e declaração da inconstitucionalidade orgânica.

⁵¹⁶ Cf. Acórdão n.º 278/95, Processo N.º 510/91.

⁵¹⁷ Referimos materialmente a CRGB aprovada a 16 de Maio de 1984, alterada pela Lei Constitucional n.º 1/91, de 9 de Maio (Publicada no Suplemento ao BO n.º 18, de 9 de Maio de 1991), pela Lei Constitucional n.º 2/91, de 4 de Dezembro (Publicada no Suplemento ao BO n.º 48, de 04 de Dezembro de 1991 e 3º Suplemento ao BO n.º 48, de 6 de Dezembro de

Para o efeito, serviu-se dos ensinamentos dos preclaros Vital Moreira e Gomes Canotilho, quanto a fixação do alcance e conteúdo do art. 26º, n.º 1 da CRP, em suas anotações, segundo as quais,

“o Direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar, n.º 1, *in fine*, e n.º 2, analisa-se principalmente em dois direitos menores: a) o direito a impedir o acesso de estranhos a informações sobre a vida privada e familiar, e b) o direito a que ninguém divulgue as informações que tenha sobre a vida privada e familiar de outrem”⁵¹⁸.

Neste sentido, podemos abstrair e subscrever essa interpretação a partir do art. 44º, n.º 1, *in fine*, da CRGB.

A julgar inconstitucional o DL n.º 513-Z/79, não seria de concluir que apenas foi violado o art. 26º, n.º 1, da CRP, mas conjuntamente com esse preceito, foram postos em causa os outros preceitos, v.g., art. 16º da CRP relativo à cláusula de receção plena e automática e a interpretação dos preceitos constitucionais conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o art. 12º deste diploma internacional de carácter geral, o art. 17º do Pacto Internacional Relativo aos Direitos Civis e Políticos e o art. 8º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, que dispõe que,

“qualquer pessoa tem o direito ao respeito da sua vida privada; que não pode haver ingerência da autoridade pública no exercício deste direito senão quando esta ingerência estiver prevista na lei e constituir uma providência que, numa sociedade democrática, seja necessária para a segurança pública, para o bem-estar económico do país, a defesa da ordem e prevenção das infracções penais a protecção da saúde ou da moral, ou a protecção dos direitos liberdades de terceiros”⁵¹⁹.

De igual modo, os arts. 108º do CIRC e 125º do CRIS autorizavam aos agentes da administração tributária o livre acesso aos diversos locais para efeito de fiscalização, incluindo, naturalmente os

1991), pela Lei Constitucional n.º 1/93, de 21 de Fevereiro de 1993 (Publicada no 2º Suplemento ao BO n.º 8, de 21 de Fevereiro de 1993), pela Lei Constitucional n.º 1/95, de 1 de Dezembro de 1995 (Publicada no Suplemento ao BO n.º 49, de 4 de Dezembro de 1995) e pela Lei Constitucional n.º 1/96, de 16 de Dezembro de 1996 (Publicada no BO n.º 50, de 16 de Dezembro de 1996).

⁵¹⁸ Cf. José Joaquim Gomes Canotilho e Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada I*, Coimbra, Editora Coimbra, 2007, p. 467 (Anotações ao art. 26º da CRP).

⁵¹⁹ Na tentativa de fixar o conteúdo e o âmbito da norma do art. 8º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, de forma incompreensível, o Acórdão Niemietz, de 16 de Dezembro de 1992, proferido pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, considera que “o respeito da vida privada engloba, numa certa medida, o direito de o indivíduo criar e desenvolver relações com os seus semelhantes, incluindo as atividades profissionais ou comerciais”. Porém, não se trata de simples questão de sigilo bancário. Cf. Anselmo Rodrigues, «Sigilo Bancário e Direito Constitucional», in Diogo Leite de Campos (coord.), *Sigilo Bancário*, op. cit. p. 59.

bancos.

Apesar da lei geral tributária (LGT) - Lei n.º 30-G/2000, de 29 de Dezembro - reconhecer o sigilo bancário como valor, não sendo absoluto, numa perspetiva evolutiva, prevê mecanismos administrativos da sua derrogação, alargados depois pela Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, que aprovara então Orçamento Geral de Estado (OGE)⁵²⁰. O seu art.30º veio alterar as normas da LGT referente a matéria do sigilo bancário, sujeitando aos bancos a mecanismos de informações automáticas, arts.63º-A/1 e 63-A/3. Facilitando, por conseguinte, a devassa da vida privada dos clientes por parte do fisco⁵²¹.

Nesta mesma linha, segue-se adoção da Lei n.º 20/2012, de 14 de Maio, que alterou a Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro⁵²², relativo a orçamento “intercalar”, art.11º, a reiterar por força dos arts.63º-A e 63º-C, da LGT, a obrigatoriedade dos bancos fornecerem, a qualquer momento que lhes forem demandados pela administração tributária, os dados referentes aos fluxos de pagamentos com cartões.

Em derrogação expressa à regra geral de que o sigilo bancário só pode ceder mediante decisão judicial, a LGT (art. 63º-B) prevê situações em que a administração tributária pode aceder a informações ou documentos bancários dos contribuintes sem consentimentos destes, nomeadamente nas situações com indícios de crime fiscal, de existência de acréscimos patrimoniais não declarados - quando se trate da verificação de conformidade de documentos de suporte de registos contabilísticos dos sujeitos passivos de IRS e IRC que se encontrem sujeitos a contabilidade organizada -, de necessidade de controlar os regimes fiscais privilegiados - quando se verifique a impossibilidade de comprovação e qualificação direta e exata da matéria tributável ou quando se verifique a existência comprovada de dívida à administração fiscal ou à segurança social, assim como um conjunto de obrigações de comunicação à administração tributária relativas as informações sobre aberturas e manutenções de contas, operações

⁵²⁰ Para mais desenvolvimento sobre nova redação e o conteúdo do art.63º-B, veja-se, Meneses Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 386; Idem, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», cit. p. 55 e ss.; Noel Gomes, *Segredo Bancário e Direito Fiscal*, op. cit. p. 265 e ss.; e Ana Isabel Gomes Marques Casalta Nabais, *A Derrogação do Sigilo Bancário pela Administração Tributária*, Tese, FDUL, Lisboa, 2010, p. 30 e ss.

⁵²¹ Cf. neste sentido, Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 392; Idem, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», op. cit. op. cit., p. 55.

⁵²² Pelo menos até então a LGT vem reforçar as garantias dos contribuintes, mediante a delimitação rigorosa da atuação da administração tributária no art.63º, sobretudo no que concerne a esfera de informação bancária sujeita ao dever de reserva, e a impugnação judicial das decisões da AT. Cf. Luís M.T. Menezes Leitão, *Estudos Sobre Direito Fiscal*, Vol II, Coimbra, Almedina, 2007, p. 13 e ss.

financeiras, aos quais devem comunicar até final de Julho de todos os anos⁵²³.

Para prevenir a arbitrariedade e proporcionar uma certa garantia aos contribuintes, a LGT obriga os agentes da administração tributária a motivar e justificar o recurso à quebra do sigilo bancário, e a garantia do recurso para atacar a decisão da administração fiscal, embora com efeito devolutivo.

Na ordem jurídica portuguesa, atualmente, a disputa em causa configura-se perdida a favor da administração fiscal, sobretudo com a adoção de pacotes de legislações que atribuem aos agentes da administração fiscal poderes para vasculharem documentos e informações bancárias referentes às operações e serviços dos clientes para efeito unicamente tributário⁵²⁴.

Foi publicada em 1 de Setembro de 2009, a Lei n.º 94/2009, que vem fixar novo critério de tributação à taxa especial de 60% dos acréscimos patrimoniais injustificados de valor superior a 100.000 euros, justificando, por conseguinte, o alargamento e a legitimação de acesso pelo agente da administração fiscal a informações e documentos bancários sem a necessidade de audição ou autorização prévia do cliente/contribuinte, sendo suficiente a constatação de factos concretamente identificados que indiciem a existência de acréscimos patrimoniais não justificados⁵²⁵.

Nesta linha de pensamento, o referido diploma legal consagra inequivocamente situações excepcionais em que a administração fiscal pode, *ex officio*, proceder à derrogação e levantamento do sigilo bancário sem autorização do cliente titular da conta, designadamente para a verificação da conformidade de documentos de suporte dos registos contabilísticos dos contribuintes que se encontram sujeitos ao regime da contabilidade organizada, quer quando estiverem verificados os pressupostos para o recurso a uma avaliação indireta da matéria tributável. Ademais, parece que este diploma consagra a nova obrigação das instituições de crédito e as sociedades financeiras transmitirem à DGCI, até final de Julho de cada ano, as transferências financeiras que tenham como destinatários entidades localizadas em países de tributação privilegiada, igualmente os sujeitos passivos de IRS passam a ter que declarar

⁵²³ Cf. Clotilde Celorico Palma e António Carlos dos Santos, «A Derrogação do Sigilo Bancário Para Efeitos Fiscais», in AA. VV., *Colectânea de Estudos de Fiscalidade e Contabilidade – 10 anos em memória do Prof. Sousa Franco*, Lisboa, Gabinete de Estudos da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, 2014, p. 179 e ss.; J. L. Saldanha Sanches, «Segredo Bancário, Segredo Fiscal: Uma perspectiva funcional», *Fiscalidade*, n.º 21, Coimbra, Coimbra Editora, 2005, p. 35 e ss.; Vieira de Almeida & Associados, «Sigilo Bancário – Comentário ao ACSTA» *Fiscalidade – Revista de Direito e Gestão Fiscal*, n.º 21, Jan/Mar., 2005, p. 117 e ss.

⁵²⁴ Cf. neste sentido, Luís Máximo dos Santos, «Derrogação do Segredo Bancário no Âmbito do Procedimento de Reclamação Graciosa e do Processo de Impugnação Judicial: Anotação ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 442/2007, de 14 de Agosto», *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Ano 1, Coimbra, Almedina, 2008, p. 271 e ss.

⁵²⁵ Acórdão do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, de 31/10/2013 justifica e defere a quebra do sigilo bancário no registo do acréscimo patrimonial e falta de conformidade da declaração ao fisco.

a existência e a identificação de contas de depósitos ou títulos abertas em instituições financeiras localizadas fora do território português.

Esta nova medida contida no referido diploma legal, em prejuízo ao conteúdo do sigilo bancário, impõe uma certa ponderação e maior responsabilidade por parte dos agentes da administração fiscal, no sentido de recorrerem a esta prerrogativa legal apenas nos casos evidentes e de extremo abuso de confidencialidade de dados, ou quando a proteção do sigilo bancário possa servir como um baluarte para encobrir atividade ilícitas, designadamente a evasão fiscal grave. Caso contrário, corre-se o risco de afugentar importantes investidores estrangeiros provenientes de países em cujos sistemas não existe esta prática liberalizada de quebra do sigilo bancário⁵²⁶.

Apesar da decisão da administração fiscal ser imediatamente exequível, o referido diploma legal consente uma importante garantia ao contribuinte no sentido de poder atacá-la judicialmente, impedindo que o efeito pretendido pela decisão (quebra do sigilo bancário e acesso ao registo e dados bancários do contribuinte) seja desencadeado. Entretanto, o referido recurso judicial produz efeito meramente devolutivo, podendo, excecionalmente, ser atribuído efeito suspensivo nas decisões justificadas pela recusa da exibição dos dados bancários ou falta de autorização para a sua consulta, de familiares ou de terceiros, ou que se encontrem numa relação especial com o contribuinte visado, casos em que fica salvaguardado o direito de audição prévia.

Por outro, a Lei n.º 5/2002, afasta o sigilo bancário face aos interesses da administração fiscal, conforme art. 2º e ss., na nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 342/2012⁵²⁷.

Entretanto, da nossa parte, importa referir que, independentemente do seu mérito ou demérito, o princípio da liberdade de acesso da administração fiscal aos dados e informações bancárias, hoje consagrado nos diplomas legais acima referenciados, não foi e nem deve ser bem recebido por parte de setor da doutrina e da jurisprudência, por atentar contra a privacidade e a intimidade das pessoas, e

⁵²⁶ Cf. Rogério M. Fernandes Ferreira e Marta Machado de Almeida, «Derrogação Fiscal do Sigilo Bancário», *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, n.º 4 – Ano II, Coimbra, Almedina, 2009, p. 385.

⁵²⁷ O DL n.º 321/97, de 26 de Novembro, revogado pelo art. 13.º do DL n.º 476/99, de 9 de Novembro, institui e define o estatuto jurídico da Unidade de Coordenação da Luta contra a Evasão e a Fraude Fiscal e Aduaneira (UCLEFA), que tem como objetivo fundamental a coordenação da prevenção e repressão da fraude fiscal e aduaneira. Neste domínio, foi conferido à UCLEFA, entre outras atribuições, as de cooperar com as outras entidades internas e internacionais, para recolher e centralizar as informações, art.3º, als. b) e c). Isto sem olvidar ainda, no âmbito europeu, um novo modelo adotado de trocas efetivas de informações que visa proteger os regimes fiscais dos Estados da Residência. Cf. Tiago Frada, «Controlo Fiscais e Restrição das Liberdades Fundamentais na Tributação Directa», *Fiscalidade*, n.º 43, Lisboa, Instituto Superior de Gestão, 2010, p. 59. Sobre evasão e fraude fiscais, veja-se, Ana Paula Dourado, *Lições de Direito Fiscal Europeu – Tributação Directa*, Coimbra, Coimbra Editora, 2010, pp. 128 e 131 – 133.

pior, sem direito de audição prévia do contribuinte⁵²⁸ e sem um controlo judicial prévio⁵²⁹.

Neste sentido, existem vozes mais radicais, as quais aderimos, que defendem a inconstitucionalidade do diploma em causa⁵³⁰. Destarte, procurar inibir tentativas anticonstitucionais da quebra do sigilo bancário.

Numa outra perspetiva, foram defendidas soluções mais moderadas e ao mesmo tempo exigentes, no sentido de garantir, ainda assim, um certo controlo das atuações da administração tributária, exigindo,

Por um lado: Existência de indícios da prática de crime doloso, fundamentação em razões adequadas e credíveis, mediante indicação de factos indiciadores concretos nos termos dos arts.63º, n.º 2, 63º-A, e 63º-B, aditados pela Lei n.º 30-G/2000, 22/11, provas de tais factos, aos quais cabe a administração fiscal o ónus *probandi*, indicação do montante preciso de acréscimo patrimonial em caso de distorção e da manifestação da vantagem patrimonial não declarada, e atribuição do efeito suspensivo aos recursos judiciais de oposição a quebra do sigilo bancário⁵³¹;

Por outro lado, dependência da autorização judicial expressa para o acesso das contas dos administradores da sociedade, dos membros da família ou de terceiros, art.63º - B/7 da LGT, prática de crime dolosa, a ponderação à luz do princípio da proporcionalidade, da adequação e da necessidade da derrogação do sigilo bancário, exigência da autorização judicial quando está em causa outro sigilo profissional, art.61º, n.º 5 da LTG, mesmo perante a vigência da Lei n.º 94/2009, exige-se que as decisões da administração tributária sejam precisas e devidamente fundamentadas, direta ou por

⁵²⁸ Não obstante a nova redacção do art.63º-B introduzida por força da Lei n.º 94/2009 não consagrar a exigência de audição prévia, entretanto o Acórdão do TCAS, de 10/7/2014, n.º 07606/14 defende a obrigatoriedade da audição prévia do contribuinte por parte da AT com fundamentos na própria LGT (arts.60º e 63-B).

⁵²⁹ Curiosamente, controlo esse exigido ao próprio Juiz nos termos do art.135º, n.º 3, CPP e do art. 335º CPC, e não à administração tributária. Neste sentido, veja-se, Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 394. Ibidem, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», *cit.* p. 56.

⁵³⁰ Cf. Neste sentido, Capelo de Sousa, O segredo bancário, *ob. cit.*, p. 222 e ss. Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., p. 385. *Ibidem*, Sigilo bancário, p. 55 e ss. E Ac. Tribunal Constitucional nº 442/2007 de 14-08-2007. Ainda. questionando a constitucionalidade do art.63º-B da LGT, sobretudo com a entrada em vigor da Lei n.º 94/2009, de 1/9 que altera o art.63.º - B da LGT, e a adoção do princípio de inquisitório - a não exigência da audição prévia do contribuinte, não isenta a AT do dever da devida fundamentação e da observância dos outros pressupostos para a derrogação do sigilo bancário, tais como a sua necessidade, adequação e idoneidade (Acórdão do TCAS, de 16/10/2014, n.º 07945/14, e Acórdão do STA, de 25/2/2015, 01398/14).

⁵³¹ Cf. Neste sentido, Acórdãos: TCAS, 21/05/2013, Proc.06309/13, TCAS, 20/12/2006, Proc. 01480/06, TCAS, 30/10/2006, Proc. 01371/06, TCAS, 20/5/2008, Proc. 02401/08, TCAS, 11/03/2008, Proc. 02265/08, TCAS, 16/10/08, Proc. 02036/07, TCAS, 7/6/2007, Proc. 01930/07, TCAS, 23/01/2007, Proc. 01585/07, TCAS, 5/12/2006, Proc. 01485/06, STA, de 14/10/2015, n.º 0901/15, TCAN, de 27/3/2014, n.º 00493/13.6BEVIS.

remissão⁵³².

Perante todo este cenário vigente em Portugal e em países da OCDE, da desjudicialização e facilidade do acesso aos dados bancários, não estranharia, se consagassem ou generalizassem, no futuro próximo, a monitorização automática e constante da vida económica das pessoas⁵³³, num cenário autêntico de resvalar do desvalor da pessoa humana e do extermínio da sua privacidade e intimidade, sob pretexto infundado, ilegítimo e desproporcional da defesa do erário público e da justiça tributária.

Portanto, em todo o caso, no ordenamento jurídico português, a configuração da inoponibilidade do sigilo bancário perante a administração fiscal distancia-se da solução vigente na nossa ordem jurídica, obrigando o banco a colaborar com a administração tributária no âmbito das suas funções, fornecendo-lhe dados e informações ligadas às contas do cliente bancário, art. 79º, n.º 2, al.e), do RGICSF⁵³⁴.

b) Administração da Justiça Criminal dos delitos económicos específicos correlacionados com o dever de sigilo bancário.

Em matéria da necessidade de administração da justiça penal, existe uma consagração genérica da obrigatoriedade de colaboração com a justiça em matéria da emissão de cheques sem provisão, DL n.º 14/84, de 11 de Janeiro, na luta contra tráfico de estupefacientes, DL n.º 430/83, de 13 de Dezembro⁵³⁵, e a informação inserida no âmbito de luta contra branqueamento de capitais⁵³⁶.

⁵³² Cf. Neste sentido. Acórdãos: STA, 26/04/2007, Proc.0187/07, STA, 2/5/2007, Proc. 0292/07, STA, 14/5/2007, Proc. 0189/07, STA, 3/10/2007, Proc. 0630/07, STA, 9/1/2008, Proc. 01022/07, STA, 20/8/2008, Proc. 0715/08, STA, 19/3/2009, Proc. 0135/09, e TCAN, 15/2/2013, Proc. 00145/12, Acórdão do STA, de 18/6/2015, n.º 0213/15, e Acórdão do TCAN, de 27/3/2014, n.º 01287/13.4BEPRT, este último assevera que havendo a oposição, a AT deve recorrer ao tribunal competente por força dos arts. 135º/3 CPP e 417º/4 CPC.

⁵³³ Cenário que Menezes Cordeiro identifica com George Orwell (pseudónimo do escritor britânico, Eric Arthur Blair – 1903-1950, que nas suas obras, designadamente o imortal *1984*, falava-se duma sociedade totalitária, onde tudo era vigiado pelo “Big Brother”). Cf. Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 393, Ibidem, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», cit. p. 56.

⁵³⁴ A solução consagrada no RGICSF e no RGT português enquadra-se no âmbito da recente medida adotada pela UE relativa a necessidade de adoção da ação interna e do acordo bilateral para combater a fraude e a evasão fiscais, desta feita assegurar o sucesso dos esforços de consolidação orçamental e a equidade dos sistemas fiscais. Entretanto, concretizou-se o receio expresso relativo à permissão do acesso aos dados bancários de forma livre, veja-se, Jorge Neto, «Sigilo Bancário: Que Futuro», *Fisco*, n.º 107/108, Ano XIV, Março, 2003.

⁵³⁵ Já, entretanto, no que se refere às matérias não penais, ou de caráter civil, inexistem, pelo menos, do ponto de vista legal, qualquer obrigatoriedade das instituições financeiras de fornecerem aos tribunais

as informações relacionadas com as contas e operações bancárias. Podendo, por isso, recusar prestar as informações requeridas pelas instâncias judiciais no âmbito do processo cível. Logo, a sua recusa é legítima, segundo o art. 519º, n.º 3, do CPC. Cf. Augusto de Athayde e Duarte de Athayde, *op. cit.*, p. 508; José Maria Pires, *op. cit.*, p. 87 e ss.; António de

Mais precisamente, no que se refere à política de combate sem trégua ao branqueamento de capitais e vantagens ilícitas, sobretudo através de canais e sistemas de pagamentos bancários, Portugal, no plano interno e no âmbito mundial, alinha - em prejuízo e derrogação do conteúdo do sigilo bancário - dos seguintes instrumentos jurídicos internos e internacionais que passamos a indicar:

i. No Plano Interno:

- Protocolo da APB rubricado pelas Instituições de Crédito autorizadas e que operam em Portugal, relativas às regras respeitantes à prevenção da utilização do sistema bancário na reciclagem de capitais de origem criminosa.

- O anteriormente referenciado DL n.º 15/93, de 22 de Janeiro⁵³⁷, sobre a criminalização do branqueamento de capitais e a suspensão do dever do sigilo bancário nos procedimentos judiciais tendo em vista o apuramento dos factos subsumíveis ao crime de subjuíce⁵³⁸. Neste âmbito releva o DL n.º 313/93, 15/9, que transpõe a diretiva n.º 91/308/CEE, 10/6, alterada pela diretiva n.º 2001/97/CEE, 4/12, transposta pela Lei n.º 11/2004, 27/3⁵³⁹.

Jesus Pedro, *Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras – Regime Geral Anotado*, Lisboa, Ediforum, Edições Jurídicas, 1996, p. 130.

⁵³⁶ Sobre a matéria de luta contra branqueamento de capitais, veja-se, António Campos, «Luta contra a "lavagem do dinheiro": participação do sistema financeiro nessa luta», *Revista da Banca*, nº15, Julho/Setembro, 1990. Ainda sobre a Legislação Portuguesa Sobre Branqueamento de Capitais e as suas Repercussões no Exercício da Atividade Bancária, veja-se, José de Oliveira Ascensão, «Branqueamento de Capitais: Reacção Criminal», *Estudo de Direito Bancário*, Coimbra, Coimbra Editora, 1997, p. 327 e ss.; Eduardo Paz Ferreira, «O Branqueamento de Capitais», *Estudo de Direito Bancário*, Coimbra, Coimbra Editora, 1997, p. 303 e ss.; Jorge Patrício Paúl, «A Legislação Portuguesa Sobre Branqueamento de Capitais e as suas Repercussões no Exercício da Atividade Bancária», *Estudo de Direito Bancário*, Coimbra, Coimbra Editora, 1997, 321 e ss.; Idem, «A Banca Perante o Branqueamento de Capitais», *Revista da Banca*, nº26, Jun/Jul., 1993; José Luís Leitão et al., *Produtos Bancários e Financeiros: descrição, enquadramento jurídico e fiscal*, 2ª ed., Europa-América, 2011, p. 37 e ss.

⁵³⁷ Sujeito à alteração da Lei n.º 45/96, de 3 de Setembro, sobre a repressão do tráfico e consumo de estupefacientes.

⁵³⁸ A lei de autorização legislativa (Lei n.º 16/93, de 3 de Junho), que autorizou o Governo de Portugal a legislar em matéria de prevenção de branqueamento de capitais através do sistema financeiro. Nesse mesmo ano, aprovou-se em Portugal o DL n.º 313/93, de 15 de Setembro, que veio transpor para a ordem jurídica interna portuguesa a Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho de 1991, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para conseguir branquear capitais.

⁵³⁹ Atualmente, em Portugal, existem outras tantas legislações ordinárias que militam nesta árdua luta contra o branqueamento, tráfico de estupefacientes e outros delitos económicos, como sejam: Lei n.º 32/95, 18/8, Lei n.º 325/95, 2/12, Lei n.º 65/98, 2/12, DL 323/2001, 17/12, Lei n.º 5/2002, 11/1, sobre medidas do combate à criminalidade organizada e económico-financeira, prevendo o regime especial da quebra do sigilo bancário para efeito de provas e de perda de bens a favor do Estado (cf. comentários sobre este diploma legal, Jorge Dias Duarte, «Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro/Breve comentário aos novos regimes de segredo profissional e de perda de bens a favor do Estado», *Revista do Ministério Público*, 2003, p. 141 e ss.), Lei n.º 10/2002, 11/2, Lei n.º 11/2002, 27/3, DL n.º 148/2003, 11/7, Lei n.º 11/2004, 27/3, Lei n.º 27/2004, 16/7, DL n.º 120/2005, 26/7, e até o atual quadro legal que estabelece o novo regime na Lei n.º 25/2008, revogando a Lei n.º 11/2004.

- Tendo em vista o aprimoramento do combate ao crime de branqueamento de capitais conseguidos nas atividades ilícitas, v.g., tráfico de droga, bem como a definição de competência para a respetiva investigação, foi adotado o DL n.º 25/2008, que se aplica a entidades financeiras e não financeiras como casinos e pagadoras de apostas⁵⁴⁰. Neste domínio não devemos olvidar ainda do DL n.º 317/2009, de 30 de Outubro, que altera os arts. 3º e 24º da Lei n.º 25/2008, incluindo nela as instituições de pagamentos, a Lei n.º 46/2011, de 24 de junho, que altera o art. 57º desta lei, instituindo os tribunais especializados; altera a Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto, e revoga a Lei n.º 11/2004, de 27 de março⁵⁴¹.

Neste particular assinala-se que branqueamento de capitais compreende a fase de circulação traduzida na movimentação contínua das riquezas obtidas com as atividades ilícitas, recorrendo às sucessivas camadas de transações financeiras para dissimular a origem ilícita, nomeadamente entre contas numeradas, anónimas ou secretas, investimento em aplicações financeiras, aquisições de acções ou obrigações, investimentos em seguros e aberturas de cartas de crédito. De seguida, procura-se a reintrodução dos fundos e capitais já branqueados, conforme os circuitos económicos e financeiros atrás enunciados, nos quais aqueles passam a beneficiar de uma aparência de origem lícita. No entanto, nesta fase é comum recorrer-se a empréstimos sob garantias, falsa facturação, realização de mais-valias mobiliárias e imobiliárias.

Entre outras medidas adotadas no âmbito de prevenção e repressão do branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo, militam o postulado da obrigatoriedade de cooperação com as entidades vocacionadas nesta matéria, v.g., Unidade de Informação Financeira (UIF), os tribunais, bem como a obrigatoriedade de comunicação da informação suspeita, em rompimento ao conteúdo do sigilo bancário⁵⁴². As quais, estão sujeitas aos seguintes deveres, conforme os arts. 3º, 6º, 30º, 35º: identificação, diligência, recusa, conservação, exame, comunicação, abstenção, colaboração, sigilo, controlo e formação.

Estes casos envolvem os chamados crimes financeiros e transnacionais graves, enquadráveis no âmbito do subsistema de Direito Penal Financeiro, os quais merecem a preocupação de todos e, por esta razão,

⁵⁴⁰ Transpôs para o direito interno português as diretivas 2005/60/CE e 2006/70/CE.

⁵⁴¹ Cf. catálogo histórico dos diplomas legais internos e internacionais aplicáveis a branqueamento de capitais em Portugal, em: António Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. pp. 378-383; Ibidem, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», cit. pp. 43-47.

⁵⁴² Cf. Patrícia Teixeira Lopes, «O Regime Jurídico do Branqueamento de Capitais – Contributo para Alteração do Direito Positivo Português», *Revista de Ciências Criminais, Empresariais e Jurídicas*, n.º 13, Porto, Instituto Politécnico do Porto, 2008, p. 172 e ss.

entendemos justificada e legítima a quebra do sigilo bancário tendo em vista viabilizar a prevenção e a perseguição dos sinais dos crimes destes portes e naturezas⁵⁴³.

ii. No plano internacional.

Igualmente, alinham nessa assaz luta os seguintes documentos legais de carácter internacional vigentes em Portugal:

- A Convenção de Viena, contra o tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, de 20 de Dezembro de 1988, assinado por Portugal em 13 de Dezembro de 1989, e ratificado em 6 de Setembro de 1991.
- A Declaração de Basileia I, de 12 de Dezembro de 1988, que barra a possibilidade de se servir do sistema financeiro para possibilitar a reciclagem de capitais⁵⁴⁴.
- A Convenção do Conselho da Europa, rubricada em Estrasburgo, relativa ao branqueamento de capitais, depois rubricado por Portugal em 8 de Novembro de 1990.
- Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho de 1991, sobre prevenção da utilização do

⁵⁴³ Neste sentido, defendendo a quebra do sigilo bancário, veja-se: Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 383, *Ibidem*, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», cit. p. 47.

⁵⁴⁴ Com o processo de globalização, associado a uma livre troca de capitais, pessoas e bens e à existência de uma economia comum baseada na lógica dos mercados financeiros abertos e a operar em larga escala, tendo por base uma informatização maciça, o branqueamento ganha, de uma forma rápida, contornos de criminalidade organizada e transnacional, sendo assim encarado como o lado obscuro da globalização, ao qual a comunidade internacional viu-se investida no papel fundamental da definição das diretivas e procedimentos que vinculam os Estados e Territórios visados, quer adotando diplomas específicos, quer criando instituições internas e internacionais nesta matéria, como por exemplo o Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI), ou o *Financial Action Task Force on Money Laundering* (FATF), instituído na cimeira dos sete países mais desenvolvidos, tendo descrito processo de branqueamento em três fases: Colocação (*placement stage*) traduzida na introdução de dinheiro líquido de origem ilícita no circuito financeiro e económico legal através de depósitos, transferências eletrónicas, aquisições de participações e aplicações financeiras, aquisição de bens de luxos como casas, carros, barcos, artigos de ourivesaria; circulação (*layering stage*) caracterizada pela movimentação contínua desses proveitos, recorrendo a sucessivas camadas (*layers*) de transações financeiras; e integração (*integration stage*) cominada com a reintrodução efetivas desses fundos branqueados nos circuitos financeiros e económicos legais, como se fossem legais, através do recurso aos empréstimos garantidos, realização de mais-valias mobiliárias e imobiliárias, assim gerando uma economia paralela conseguida por esta via fácil, dinheiro sujo, provocando a disfunção do sistema económico e financeiro do Estado e da economia à escala global. Cf. Jorge Dias Duarte, *Branqueamento de Capitais. O Regime do D.L. 15/93, de 22 de Janeiro, e a Normativa Internacional*, Porto, Universidade Católica, 2002, p. 15 e ss.; Nuno Brandão, *Branqueamento de Capitais: O sistema Comunitário de Prevenção*, Coimbra, Coimbra Editora, 2002, p. 15 e ss.; Vitalino Canas, *O Crime de Branqueamento de Capitais: Regime de Prevenção e de Repressão*, Coimbra, Almedina, 2004, p. 7 e ss.; Mariluz Gutiérrez Francés, «Las altas tecnologías de la información al servicio del blanqueo de capitales transnacional», in AA.VV., *Blanqueo de dinero y corrupción en el sistema bancario*, Vol. II, Salamanca, 2004, p. 193 e ss.

sistema financeiro para branqueamento de capitais.

- Assim podemos dizer que o conteúdo do sigilo bancário só pode ser limitado nos casos e nas situações previstas nas leis, art. 79º, n.º 2, als. d) e f) do RGICSF, designadamente como o DL n.º 29/96, de 11 de Abril, que reafirma o sigilo bancário a propósito das informações fornecidas pelos bancos e as conseguidas por estes por intermédio da Central de Riscos de Crédito (CRC), que normalmente funciona no BP; a Lei n.º 11/2004, de 27 de Março, no seu art.10º, além de impor a quebra do sigilo bancário no âmbito de luta contra branqueamento de capital, obriga o banco a guardar sob discrição essa quebra perante o próprio cliente suspeito desse crime; ainda no âmbito da cooperação internacional, em ordem à tributação da poupança, assume particular importância a Diretiva 2003/4/CE, do Conselho, de 3 de Junho⁵⁴⁵.

- Nessa conformidade, em cumprimento da Convenção entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América (EUA), adotou-se a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro⁵⁴⁶, por força do art.239º, que aprova o regime de comunicação de informações financeiras. O regime em causa estabelece as obrigações das instituições financeiras em matéria de identificação de determinadas contas e de comunicação dessas informações à Autoridade Tributária e Aduaneira, reforçando e assegurando as condições necessárias para a aplicação dos mecanismos de cooperação internacional e de combate à evasão fiscal previstos na Convenção entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América (EUA) para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e no *Foreign Account Tax Compliance Act* (FATCA), através da assistência mútua baseada na troca automática e recíproca de informações (art.1º). Os arts.2º, 6º e 7 vinculam as instituições financeiras a identificar e comunicar as informações das contas financeiras abrangidas pelo art.4º, em derrogação expressa ao sigilo bancário, art.14º.

Com efeito, as instituições financeiras são obrigadas a comunicar, por via eletrónica, à Autoridade Tributária e Aduaneira, até ao dia 31 de julho de cada ano, arts.9º e 10º. Por seu turno, a Autoridade Tributária e Aduaneira as enviam às autoridades competentes dos EUA, nos termos e condições do acordo para a troca recíproca de informações, transmitidas e recebidas conforme o regime de reciprocidade e às regras de confidencialidade, e sem olvidar do tratamento de dados pessoais, art.15º.⁵⁴⁷

⁵⁴⁵ Publicada no JO L 157, de 26 de Junho de 2003.

⁵⁴⁶ Atualizada pela Portarias n.ºs 302-A e 302-D, ambas de 2 de dezembro de 2016.

⁵⁴⁷ Em gesto de complemento foi aprovado o Decreto-Lei n.º 64/2016, de 11 de Outubro, que regula a troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade e prevê regras de comunicação e de diligência pelas instituições financeiras relativamente a contas financeiras, transpondo a Diretiva n.º 2014/107/UE, do Conselho, de 9 de dezembro de 2014, que altera a Diretiva n.º 2011/16/UE. (Anexo I - regulamentação complementar prevista no art.º 16.º do RCIF), Portaria n.º 302-A/2016, de 2 de dezembro, que regula a estrutura e conteúdo do ficheiro a utilizar para efeitos do cumprimento das obrigações de comunicação previstas nas alíneas b) e c) do art.º 17.º do Anexo I ao Decreto-Lei n.º

- Mesmo perante as matérias criminais, em termos processuais, tem-se defendido, e bem, a vinculação da quebra do sigilo bancário à prévia ponderação dos interesses em presença, não justificando, por isso, a quebra quando esteja em causa crimes não dolosos, nem quando esteja em causa crimes de pequeno porte, devendo a quebra ser uma medida excecional e subsidiária e daí a possibilidade de escusa nos termos do art. 135º CPP, sem legitimar imediatamente a busca, senão mediante a ordem do tribunal superior por força do art. 135º, n.º 3 do CPP. Portanto, pelo exposto, não existe dúvida que a dogmática portuguesa tem assumido uma postura favorável à proteção do sigilo bancário mediante o controlo que exercem⁵⁴⁸.

4.3. Conclusão

Não obstante, concluímos que a ordem jurídica portuguesa reconhece a legitimidade e a forma legal ao sigilo bancário, como valor e direito fundamental de personalidade densificada e protegida amplamente no instituto do direito à reserva da intimidade da vida privada, tutelada, nomeadamente, pela CRP. Todavia, nunca foi reconhecido como um valor fundamental absoluto, quer no âmbito internacional, quer interno, i.e., admite-se que, por força da lei, seja quebrado ou limitado o conteúdo do dever legal de sigilo bancário, v.g., o tráfico ilícito de drogas⁵⁴⁹. Para tal, deve-se requerer as informações concretas, suficientes e individualizadas, de modo a precaver maiores danos ao direito à intimidade da vida privada e, em relação às autoridades judiciais, à ordem e instrução do juiz, proceder à busca, apreensão e exame da documentação bancária no âmbito do processo em curso, se suficientemente precisa e fundamentada na lei.

Em geral, a exposição atrás desenvolvida no direito comparado não deixa qualquer dúvida da crescente proteção ao sigilo bancário, da qual alinham tendências distintas, designadamente a anglo-saxónica, a romano-germânica e a do sigilo profissional reforçado, atualmente vigente na Suíça, Luxemburgo, Portugal, Líbano. Todavia, na tendência anglo-saxónica o sigilo é encarado como um dever de discrição dos bancos mas sem qualquer dignidade legal, sendo amparado apenas por costumes e tradição bancária e nalguns casos assentes nos contratos bancários e nas respetivas CCG.

64/2016, de 11 de outubro, no âmbito do Regime de Comunicação de Informações Financeiras (RCIF), aprovado pelo art.º 239.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro. Portaria n.º 302-D/2016, de 2 de Dezembro, que estabelece a lista das jurisdições participantes, prevista no n.º 6 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 64/2016, de 11 de outubro de 2016. Portaria 169/2017, de 25 de maio - Alteração ao anexo à Portaria n.º 302-A/2016, de 2 de dezembro.

⁵⁴⁸ Cf. Neste sentido, entre outros, Acórdãos: TRL, 6/3/2008, CJ XXXIII (2008) 2, 13 e ss, TRE, 21/2/2013, Proc. 3033/09, RC, 20/3/2012, Proc. 137-08.08TBAGN, STJ, 13/3/2008, DR I, Série 63, de 31/3/08, p. 1879 e ss, TRP, 21/3/2007, CJ XXXII (2007) 2, 201-203, TRL, 21/9/2005, CJ XXX (2005) 4, 137-139, TRL, 9/7/2008, CJ XXXIII (2008) 3 – 143-145.

⁵⁴⁹ Cf. sobre a luta contra o branqueamento de capital, Thierry Bonneau, *Droit Bancaire*, 4ª., *op. cit.*, p. 147 e ss.

Relativamente às limitações e os problemas atuais do sigilo bancário - sem grandes constelações doutrinárias - revela-se uma crescente tendência dominante, nomeadamente do ponto de vista legal, para o enfraquecimento do conteúdo e da extensão do sigilo bancário em benefício aos valores e interesses defendidos pela administração tributária e administração da justiça criminal, para a averiguação e perseguição dos crimes associados aos tráficos de drogas, estupefacientes e na prevenção e no combate ao branqueamento de capitais através de canais e sistemas bancários, sem olvidar da necessidade de luta sem trégua contra o terrorismo mundial.

Neste sentido, em quase todas as ordenações jurídicas atrás referenciadas deixam uma ideia clara e inequívoca de uma proliferação incontrolada de normas especiais que constituem, em conjunto, exceções ao dever de guardar o sigilo bancário. Assim sendo, são inúmeras as exceções ao conteúdo do sigilo bancário, que nos levam a questionar se verdadeiramente a proteção do sigilo bancário continua a ser regra, e as respetivas derrogações ou limitações e exceções. Porém parece que as exceções superam a própria regra relacionada com a proteção do sigilo bancária, ou pelo contrário, deve-se tomar, agora, a regra por exceção e a exceção por regra geral.

5. Violação e a natureza

A violação do sigilo bancário gera na ordem jurídica portuguesa consequências de natureza diversa, como seja:

5.1. Consequência Penal

Fundada na previsão do tipo legal do crime de violação ou de revelação indevida das informações sujeitas ao sigilo bancário, art. 195º CP, e do crime do aproveitamento indevido do sigilo bancário, art. 196º CP, ambos aplicáveis por força do art. 84º do RGICSF⁵⁵⁰, de cuja infração constitui o infrator no suspeito da prática de crime de violação/revelação indevida e de crime de aproveitamento indevido de informação sujeito ao sigilo bancário, bem como as sanções penais, quer num, quer noutro caso, pode implicar, designadamente a punição com a pena de prisão de um ano ou multa de 240 dias. Neste sentido, o crime de violação do sigilo profissional (bancário) é considerado por lei um crime de natureza pública cujo procedimento não depende de queixa, i.e., de conhecimento *ex officio*. Com

⁵⁵⁰ O RGICSF criminaliza a violação do sigilo bancário nos termos da norma remissiva do art. 84º, quando remete para o CP a violação das disposições legais protetoras do sigilo bancário enquanto modalidade do sigilo profissional, i.e., mediante a divulgação ilícita ou não autorizada de dados e informações cobertas pelo sigilo bancário colhida tão-somente no âmbito do exercício da profissão, gera responsabilidade criminal independentemente de geração de qualquer prejuízo para o banco ou para o cliente.

efeito, tratando-se de um crime essencialmente doloso, a tentativa é punível, art. 23º CP.

Cumulativamente, por força do art. 210º, al. g) do RGICSF, pode ser sancionado ainda com coima que varia de entre 3000 euros a 1.500.000 euros e de 1000 euros a 500.000 euros, agravado nos termos do art. 211º do RGICSF e a tentativa e negligência são puníveis nos termos do art. 205º do RGICSF.

No entanto, no que se refere ao regime das instituições de moeda eletrónica, o art. 38º do DL n.º 342/2012 faz uma remissão incompleta apenas para o art. 195º do CP, tendo excluído do seu âmbito a ilicitude e a penalização do aproveitamento indevido do sigilo bancário. Pelas dificuldades que esta situação possa gerar no futuro, existindo outra alternativa - para não deixar escapar impune e a elevada censura jurídica e social associada ao típico comportamento traduzido no aproveitamento da informação e dados dos clientes bancários por parte de quem deveria zelar pelas suas guaridas apenas - sugerimos a reformulação do referido preceito para incluir a punição consubstanciada na lei penal vigente em Portugal, designadamente nos termos dos arts. 195º e 196º do CP.

5.2. Consequência civil

A violação do sigilo bancário importa, igualmente, a responsabilidade civil contratual ou extracontratual, art. 798º e ss. e art. 483º e ss., ambos do CC, e a respetiva obrigação de indemnizar, *in dano*, i.e., no prejuízo, a somar à responsabilidade criminal.

5.3. Consequência Laboral ou disciplinar

Em caso de violação ilícita, ao infrator colaborador ou empregado bancário, cumulativamente à responsabilidade criminal e civil, ser-lhe-á aplicável o regime da responsabilidade disciplinar pela violação dolosa dos seus deveres laborais, designadamente consignados nas normas de trabalho e do Acordo Colectivo aplicável ao sector da banca na ordem jurídica portuguesa, v.g., no seu art. 34º, n.º 1, al. c), obriga o trabalhador a guardar sigilo profissional (bancário).

5.4. Consequências administrativas e acessórias

São as previstas no RGICSF, art. 212º, aplicáveis pelo Banco de Portugal.

SECÇÃO II

Do Sigilo Bancário no Direito Brasileiro

1. Enquadramento geral e vinculações

O sigilo bancário não passou despercebido quer nas leis que regem a banca, quer na própria Constituição de 1988. Cedo a lei Federal 4.595, no art. 38º, em seu “*caput*”, rezava que “*As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados*”. Deste modo, a violação desse dever de discrição pelas instituições financeiras cominava-se a pena de reclusão de um a quatro anos. Neste sentido, Carvalho de Mendonça defendia que seria recomendado aos banqueiros e aos seus funcionários a observância do dever de discrição, uma vez que a sua violação seria passível de responsabilidade penal por força do art. 192º, do Código Penal brasileiro⁵⁵¹.

Sobre o sigilo bancário no direito brasileiro, o art. 144, do CC brasileiro regula amplamente o dever do segredo profissional. Conforme Clóvis Bevilacqua, “A lei permite que essas pessoas se escusem de depor, mas deixa ao seu critério resolver se devem fazê-lo. É uma questão de foro íntimo”. Por último, depreende-se que, no direito brasileiro, o sigilo bancário foi legitimado e consagrado há séculos, v.g., na legislação comercial (art. 17º a 20º), na lei civil (art. 144º), na legislação penal (art. 153º e 154º), no processual penal, e no processo civil, art. 241º. No CPC dispõe expressamente que “... Ninguém pode ser obrigado a depor de factos a cujo respeito, por estado ou profissão, deve guardar segredo”⁵⁵². Deste modo, quis que as pessoas vinculadas ao sigilo bancário se escusassem de depor, deixando ao seu critério decidir se o devem fazer, sendo uma questão de foro íntimo⁵⁵³.

Com efeito, conforme a doutrina e a jurisprudência brasileira, no sistema jurídico brasileiro, a proteção do sigilo bancário encontra-se assegurada constitucionalmente. Nesta linha de pensamento, Demócrito

⁵⁵¹ Na Argentina, o sigilo bancário foi enquadrado no âmbito dos direitos e garantias legais e constitucionalmente protegidos, constituindo assim um instrumento eficaz de tutela à liberdade individual. Tendo sido protegido o sigilo bancário em razão do interesse público e económico por forma a assegurar a confiança nas instituições financeiras.

⁵⁵² Geraldo de Camargo Vidigal, «As Centrais de Risco e o Sigilo Bancário», *op. cit.*, p. 26 e ss.

⁵⁵³ Cf. *Ibidem*, p. 27.

Reinaldo assevera que a Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso X⁵⁵⁴, garante aos brasileiros a inviolabilidade da intimidade da vida privada, da honra e imagem das pessoas e, por conseguinte, assegura que o direito de indenização pelos danos patrimoniais e morais resultantes das suas violações.

A doutrina brasileira defende que o direito ao sigilo bancário encontra dupla consagração e fundamento constitucional na Constituição Federal, nos termos do art. 5º, incisos X e XII, que regulam, respetivamente, a proteção da vida privada e o sigilo de dados. Com efeito, René Areil Dotti assevera que a vida privada inclui todos os aspetos que não se gostaria de ver no âmbito do conhecimento público⁵⁵⁵, o qual cita o dizer da decisão do Tribunal da Instância de Grasse, em França, de que “O campo da vida privada de um homem estende-se indubitavelmente a tudo que se refere à sua vida amorosa, sua vida familiar, seus recursos e os aspetos não públicos de sua vida privada”. Nesta mesma linha, cita Franco Bricola que considera que as atuações do individuo - por si, ou agindo no âmbito da sociedade - se reconduzem a duas esferas: “inognuma di esse si pone un problema di tutela della personalità”, havendo a esfera confidencial, que abrange os comportamentos que se colocam no âmbito do domicílio, sendo todos os demais comportamentos que se dão fora deste circuito familiar ou do domicílio pertencentes à vida privada tutelada pela esfera do sigilo⁵⁵⁶.

Em especial, a Lei Complementar 105, de 10 de janeiro de 2001, dispõe sobre a proteção do sigilo bancário das operações de instituições financeiras e das outras providências. Esta consente importantes exceções, em prejuízo ao conteúdo e extensão do sigilo bancário relacionado com as partilhas de informações bancárias no âmbito da Centralização de Risco de Crédito, envolvendo trocas de informações cadastrais dos clientes (consumidores de serviços bancários) e sobre operações financeiras entre o Banco Central e os bancos privados, artigo 1º, § 3º, inc. I⁵⁵⁷.

⁵⁵⁴ Cf. José Edécio Leite Sampaio, «Anotações ao Art.5º, X – 6. Direito à Vida Privada, 7. Direito à Intimidade», Comentários à Constituição do Brasil, Coimbra, Almedina, 2013, p. 281 e ss. Tânia Nigri, O Sigilo Bancário e a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF, Editora IASP, São Paulo, 2017. P. 48 e ss.

⁵⁵⁵ Cf. René Ariel Dotti, *Proteção da Vida Privada e Liberdade de Informação*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1980, p.71 e ss.

⁵⁵⁶ Cf. Franco Bricola, «Tutela penale della riservatezza», in AA.VV., *Coletânea il Diritto alla Riservatezza e la sua Tutela Penale*, Milão, 1970, p. 71 e ss.

⁵⁵⁷ Para mais informações sobre a Central de Risco de Crédito do Banco Central do Brasil, veja-se Demócrito Reinaldo, «Brazil: considerações sobre sua natureza e os riscos à proteção dos dados pessoais dos clientes bancários», *Revista de Derecho Informático*, nº77, 2004. E sobre a chamada zona livre de circulação de informações, v.g., no âmbito de trocas de informações entre instituições financeiras, da supervisão financeira, e na defesa judicial da União, arts.2º e 3º, da Lei Complementar n.º 105/2001, a qual sujeita ao BCB – Banco Central ao dever de sigilo bancário, art.2º. Cf. Tânia Nigri, O Sigilo Bancário e a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF, cit. P. 60 e ss.

2. Extensão do seu conteúdo, limites, problemas atuais e violação

No sistema brasileiro, advoga a corrente majoritária da doutrina brasileira em que é constitucional a possibilidade de quebra do sigilo bancário mediante autorização judicial. Pois, não havendo direitos absolutos⁵⁵⁸, todo e qualquer direito cede diante do interesse público relevante, do interesse social, do interesse da justiça⁵⁵⁹. A defesa de entendimento contrário seria favorecer a corrupção, a sonegação e a impunidade, além de afastar a possibilidade de uma tributação mais justa, de modo que continua a pagar cada vez mais quem já cumpre, corretamente, as suas obrigações tributárias os que recolhem na fonte os tributos diretos ou os que pagam, como contribuintes de facto, os tributos indiretos⁵⁶⁰.

Com efeito, o sigilo bancário sempre marcou o sistema financeiro brasileiro desde a criação do primeiro banco brasileiro em 1808, com especial enfoque no âmbito da proteção dos direitos fundamentais pela Constituição Federal⁵⁶¹ e na sua proteção direta e inequívoca por intermédio da Lei

⁵⁵⁸ Ao contrário do que parece resultar da conceção de Frederico da Costa Carvalho Neto, segundo a qual “Sigilo é o segredo absoluto que não se revela ou não se deve revelar a outrem. É uma informação confidencial decorrente de relação jurídica profissional que diz respeito a factos e direitos que integram a privacidade e intimidade das pessoas”. (Frederico da Costa Carvalho Neto, «Responsabilidade Civil dos Bancos e Dever de Sigilo», in AA.VV., *Responsabilidade Civil Bancária*, São Paulo, Editora Quartier Latin do Brasil, 2012, p. 652).

⁵⁵⁹ Entretanto, sobre a quebra do sigilo bancário, defende o Supremo Tribunal Federal (STF), ECR 215301/CE, DJ 28 de Maio de 1999, relator, Ministro Carlos Velloso, que “Se se tem presente que o sigilo bancário é espécie de direito à privacidade, que a Constituição Federal consagra, art.5º, inciso X, somente autorização expressa da Constituição Legitimaria o Ministério Público a promover, diretamente, e sem a intervenção da autoridade judiciária a quebra do sigilo bancário de qualquer pessoa”. Seguindo a mesma pisada, defende outra decisão do STF, MS 21.729-4, DJ, de 30 de Maio de 1995, que o Estado deve respeitar a esfera privada das pessoas, pois “a natureza eminentemente constitucional do direito à privacidade impõe, no sistema normativo consagrado no texto da Constituição da República, a necessidade da intervenção jurisdicional no processo de revelação de dados pertencentes às operações financeiras, ativa e passiva, de qualquer pessoa, eventualmente sujeita à ação investigatória do Poder Público”.

⁵⁶⁰ É de realçar que, no Mandado de Segurança nº 21.729-DF impetrado pelo Banco do Brasil contra o Exmo. Sr. Procurador-Geral da República em relação à requisição de informações sobre empréstimos de dois biliões de dólares concedidos a usineiros, o Excelso Supremo Tribunal Federal, denegando a ordem, decidiu ser inoponível, no caso, a exceção de sigilo bancário pela instituição financeira, tendo em vista que, do montante do dinheiro mutuado, parcela tinha origem pública e o princípio da publicidade da Administração pública, previsto no *caput* do artigo 37º da Constituição da República (acórdão pendente de publicação).

⁵⁶¹ O Banco do Brasil surgiu com o asilo da família real em 1808 no Brasil, tendo exercido as suas atividades há um pouco mais de dois séculos, todavia, na prática, acaba por funcionar menos tempo visto que fechou as suas portas em 1829. Reaberta em 1833 através da Lei n.º 59/1833, sem integralização do capital. Efetivamente, o Banco do Brasil voltou-se a operar em 1851, tendo privilegiado o fomento da economia, regras prudenciais de funcionamento, fiscalização e superintendência do sistema financeiro e das instituições financeiras. Todavia, mais tarde, com a criação da Inspectoria Geral dos Bancos em 1920, delegou para esta instituição a competência relativa a fiscalização das instituições financeiras. Mais tarde, em 1945, foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (posteriormente foi transformada em Autarquia Federal, no atual Banco Central do Brasil, art. 8º da Lei n.º 4595/64) – passando esta a assumir a função de controlar o

n.º 4595/64, que cria o Banco Central do Brasil. Esta lei estabelece no seu art. 38º que “As instituições financeiras conservarão sigilo bancário em suas operações ativas e passivas e serviços prestados”, repassando pela Lei Federal n.º 8625/93, de 12 de Fevereiro de 1993, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de Maio de 1993, sem olvidarmos da Lei n.º 7492, de 16 de Junho de 1986, da já citada Lei Complementar n.º 105/2001, entre outras. Entretanto, este diploma legal, pelo facto de estabelecer no art. 6º, que os agentes da administração tributária, da União, Estados e Municípios poderão examinar livros, registos, contas de depósitos de instituições de crédito quando houver procedimento fiscal e se tais exames forem considerados indispensáveis pela própria autoridade que os examinará, como juíza de si mesma, legitima no sistema brasileiro a derrogação do sigilo bancário a favor da administração fiscal⁵⁶².

Assim sendo, o sistema de protecção do sigilo bancário não é imune aos problemas atuais que traduzem nas suas limitações ou suspensões excepcionais em face de prevenção e repressão de evasão e fraude fiscais, branqueamento de capitais e terrorismo internacional⁵⁶³.

mercado monetário até então assumida pelo Banco do Brasil. Não obstante a criação destas instituições especializadas na fiscalização e superintendência das instituições financeiras, o Banco do Brasil continua a desempenhar uma grande função no domínio de comando, definindo a política monetária e a coordenação das actividades das instituições financeiras em geral. Entretanto, o Banco do Brasil deixou de beneficiar de importância e grande protagonismo no domínio da política monetária e na coordenação e controlo das actividades das instituições financeiras com a criação do Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional por intermédio da Lei n.º 4.595 de 31 de Dezembro de 1964. Com efeito, esta lei passou a constituir base jurídica, quiçá, até hoje, de todo o sistema financeiro brasileiro.

⁵⁶² Assaz criticada a Lei Complementar n.º 105/2001, pela doutrina brasileira, sobretudo pela sua ineficácia em face da protecção do consumidor e a sua afronta e consequente inconstitucionalidade por força do art. 1º, inciso V, Parágrafo 3º, pela violação do princípio da defesa do consumidor, art. 51º, inciso I do Código de Defesa do Consumidor, e a possível violação da privacidade do cidadão merecidamente protegida ao abrigo do art. 5º, inciso X, da Constituição da República Federativa do Brasil. Neste sentido, veja-se, Miguel Reale Junior, «A Inconstitucionalidade da Quebra de Sigilo Bancário Estabelecido pelas Leis Complementares 104/2001 e 105/2001», *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, Ano 10, n.º 39, Jul/Set., Revista dos Tribunais, 2002, p. 351 e ss.; Frederico da Costa Carvalho Neto, «Sigilo Bancário no Direito Brasileiro», *op. cit.*, p. 664; Josemar Moreira, *A Defesa Constitucional da Inviolabilidade do Sigilo Bancário*, FDL, Tese n.º 3562, 2003, p. 18 e ss.; Ives G. S. Martins, *Sigilo Bancário*, *op. cit.*, p. 451. Ao qual duvida da constitucionalidade da Lei Complementar n.º 104/2001.

⁵⁶³ A doutrina e jurisprudência brasileira são ricas em matérias do sigilo bancário, nas quais se encontram consolidadas e cristalizadas o entendimento de que o sigilo bancário, apesar de coberto pela protecção dos incisos X e XII do art. 5º da CF, é um direito individual relativo, apenas podendo ser afastado em casos especiais, v.g., onde há prevalência do interesse público e, mesmo assim, por determinação judicial. Assim, veja-se: RHC n.º 31.611, Rel. Designado Min. Afrânio Costa, j. em 25/7/51, in DJU de 28/9/53, p. 2.880. AGRINQ n.º 897, Rel. Min. Francisco Rezek, j. 23/11/94, in DJU de 24/10/95, MS 21.729-4-DF, Revista Dialética, n.º 1, 1995. p. 21 e ss. Igualmente, Carlos Alberto Hagstrom, «O Sigilo Bancário e o Poder Público», *Revista de Direito Mercantil*, n.º 79, p. 37 e ss., assevera que o sigilo bancário não é um direito absoluto, devendo ceder diante do interesse público preponderante. Neste sentido, o sigilo bancário há de ceder apenas na forma e com a observância de procedimento legal, Ary Brandão de Oliveira, «Considerações Acerca do Segredo Bancário», *Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial*, vol. 23, 1983, p. 114, 119. Sérgio Carlos Covello, “O Sigilo Bancário como Protecção à Intimidade”, in *Revista dos Tribunais*, nº648, 1989, p. 27. Sobre as perspectivas da jurisprudência do STF

Existem alguns diplomas legais extravagantes cujos perímetros de aplicações importam o afastamento do sigilo bancário, designadamente da Lei n.º 9311/96, referentes às derrogações e quebras do sigilo bancário pela administração fiscal brasileira para fins tributários, etc⁵⁶⁴.

Igualmente, o sigilo bancário não é oponível no âmbito da lavagem de dinheiro, sendo tal entendida como um processo pelo qual a pessoa transforma recursos obtidos mediante práticas ilícitas exercidas por si ou um terceiro, em recursos “lícitos”, com único propósito de tirar proveito e conseguir a sua justificação e integração no sistema da economia.

No sistema brasileiro, no intuito de acautelar e reprimir esta prática, que cada vez mais assume proporções incontroláveis⁵⁶⁵, adotou-se medidas internas e internacionais. Assim em 1998, o Brasil adotou a sua regra cimeira com aprovação da Lei n.º 9613/98⁵⁶⁶, embora tenha sido tarde em comparação com outros países da zona. Este diploma legal definia e punia crime de lavagem e de auto lavagem de dinheiro no seu art.1º.⁵⁶⁷

Mais tarde, aprovou-se a nova lei sobre esta matéria - a Lei n.º 12683, de 9 de Julho de 2012 - que veio ampliar o objeto material de branqueamento de capitais em sintonia com as normas internacionais sobre este assunto⁵⁶⁸. A importância prática deste novo diploma foi conhecido no célebre julgamento

referente à proteção do sigilo bancário perante administração tributária, veja-se: Tânia Nigri, O Sigilo Bancário e a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF, pp.248 e ss e 266 e ss.

⁵⁶⁴ Para maior enquadramento sobre sistema tributário brasileiro (cf. Demetrius Nichele Macei, *A Verdade Material no Direito Tributário – a cidadania fiscal administrativa e judicial*, Av. Brasil, Malheiros Editores, 2013, p. 87 e ss).

⁵⁶⁵ O Brasil rubricou vários tratados e convenções internacionais sobre a prevenção e repressão de lavagem de dinheiro, nomeadamente a Convenção de Viena de 20 de Dezembro de 1988, a Convenção do Palermo de 15 de Novembro de 2000, a Convenção de Mérida, aprovada pela ONU em 2003.

⁵⁶⁶ Cf. Sobre a evolução da legislação do combate à lavagem de dinheiro no Brasil, Hermann Herschander, «A nova lei Brasileira da lavagem de Dinheiro (Lei 12.683 de 9/7/2012)», I Congresso Luso-Brasileiro de Direito, Coimbra, Almedina, 2014, p. 261 e ss. Ainda sobre a luta contra terrorismo mundial (cf. Artur de Brito Guerreiros Souza, «A Cooperação Penal Internacional na luta contra o terrorismo – Uma visão brasileira acerca dos desafios jurídicos frente aos atos terroristas», *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano 24, n.º 3, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, 371 e ss).

⁵⁶⁷ Cf. Eduardo Salomão Neto, *Direito Bancário*, 2ª ed., Rev., Amp., São Paulo, Editora Atlas Sa, 2014, p. 532 e ss. Ao qual considera que a lavagem de dinheiro é um termo genérico usado para descrever o processo de emprego de capitais provenientes da prática de crimes em atividades ou finalidades lícitas, bem como a etapa prévia de ocultação da origem espúria dos recursos. Igualmente, no sistema brasileiro, a lavagem de dinheiro compreende três fases, como sejam: a primeira coincide com a introdução no sistema lícito, v.g., depositando os haveres em contas de depósitos; a segunda, procura-se demarcar-se da origem ilícita, v.g., utilização de valores depositados para constituição de capital da sociedade; e a terceira, procura-se consolidar tais fundos na efetiva reaplicação financeira,

⁵⁶⁸ Disponível em <http://justicativ.pt/index.php?=2252>.

histórico do Supremo Tribunal Federal do Brasil em 2012, no qual foram julgados e condenados algumas pessoas ligadas ao mais alto escalão do anterior Governo do Brasil por corrupção e branqueamento de dinheiro e testemunhado pela imprensa. Na opinião do autor brasileiro Hermann Herschander, este acontecimento consagrou o Brasil como um país que integra concerto das nações no combate feroz ao crime de branqueamento de capitais⁵⁶⁹.

Hermann Herschander defende que é impossível o Estado prevenir, apurar e punir o crime de branqueamento de capitais sem apoios das instituições privadas, designadamente dos bancos que normalmente são utilizados como instrumentos para consolidar o fim último deste crime. Nesta linha de pensamento, a lei brasileira de luta contra a lavagem de dinheiro, art. 9º, obriga estas instituições, v.g., instituições financeiras, casas de câmbio, bolsas de valores, seguradoras, corretores de imóveis, juntas comerciais, comerciantes de jóias ou obras artísticas, pessoas que tratem de transferências de atletas, artistas, etc, a colaborarem com o Estado nesta luta. Realçamos que, apesar das instituições financeiras estarem sujeitas ao sigilo bancário, as mesmas cedem perante a necessidade de prevenção e repressão do branqueamento de dinheiro ou outras vantagens ilícitas⁵⁷⁰.

Estas instituições - em rompimento ao dever de guardar sigilo bancário - são obrigadas, por força dos arts. 10º e 11º da lei em referência, a reunirem acervos de dados e cadastro de informações sobre clientes identificados nos termos do art. 9º e suas operações e, conseqüentemente, a participar à entidade reguladora ou ao Conselho de Controlo de Atividades Financeiras (COAF)⁵⁷¹ sobre todas as informações relacionadas com as operações suspeitas, importando a responsabilidade destas instituições em caso da falta do cumprimento destas obrigações, art. 12º⁵⁷².

Por outro lado, no sistema brasileiro, existe a possibilidade do poder judiciário requerer os dados

⁵⁶⁹ Cf. Hermann Herschander, «A Nova Lei Brasileira da Lavagem de Dinheiro (Lei 12683, de 9/07/2012)», in AA.VV., *I Congresso Luso-Brasileiro de Direito*, Coimbra, Almedina, 2014, p. 264.

⁵⁷⁰ Ibidem, p. 270.

⁵⁷¹ É um Órgão do Ministério da Fazenda, dirigido por um Presidente indigitado pelo Presidente da República, que integra elementos designados pelo Ministério da Fazenda, como do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários, da Superintendência de Seguros Privados, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, da Agência Brasileira de Inteligência, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça, do Departamento de Polícia Federal, do Ministério da Previdência Social e da Controladoria - Geral da União, arts. 14º e 16º, da Lei n.º 9613/98. O COAF tem atribuições públicas executivas, valorativas e investigativas, art. 15º. Assim, em suma, a sua missão resume-se na receção de comunicações e organização de cadastros sobre as informações suspeitas, imposição de penas administrativas em caso de violação das obrigações administrativas previstas na lei de lavagem de dinheiro, que vão desde simples advertências, multa pecuniária, até à inabilitação temporária bem como a cassação ou suspensão da autorização para o exercício da atividade. As suas competências investigativas resumem-se nas averiguações e apuramentos dos factos e dados que lhe for participado.

⁵⁷² Cf. Eduardo Salomão Neto, *Direito Bancário*, 2ª ed., op. cit., p. 602 e ss.

sujeitos ao dever de descrição dos bancos, ordenando quer ao Banco Central do Brasil quer as instituições financeiras a apresentação dos seus livros e documentos em juízo⁵⁷³.

Igualmente, a Lei 4595/64, art. 38º, 2.º e 3.º, atribui ao poder legislativo e às Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), em rompimento ao sigilo bancário, o poder de requererem informações bancárias de que precisam para o exercício das suas funções ao Banco Central do Brasil e aos bancos sem prévia autorização do tribunal.

Conforme a lei em referência, a quebra do sigilo bancário apenas pode ter lugar mediante a ordem expressa do poder judiciário, do poder legislativo e da CPI⁵⁷⁴, embora neste último caso, o levantamento do sigilo bancário pelo poder legislativo requer que o Plenário da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal aprove tal medida, reforçando que, quando se trata da CPI, a proposta deve ser aprovada pela maioria absoluta dos seus membros, art.58º/3 da Constituição da República Federal Brasileira e art.4º, Parágrafo 1º da Lei Complementar n.º 105, de 10 de Janeiro de 2001⁵⁷⁵.

No entanto, o acesso da administração fiscal às informações sujeitas ao dever de reserva é admitido apenas como incidente de um processo em curso, i.e., quando houver instaurado um processo contra algum contribuinte, requerendo a autoridade judicial que as informações em causa sejam prestadas⁵⁷⁶. No mesmo sentido, dispõe o art. 29º da Lei 7492, de 16 de Junho de 1986, que o Ministério Público pode requisitar tais informações, determinando assim a quebra do sigilo bancário. Contudo, adverte a doutrina brasileira de que a norma em referência deve ser conjugada com o disposto ao abrigo do art. 129º da Lei Federal, e também o art. 5º, LIV, em que se exige, previamente, processo judicial⁵⁷⁷. Por

⁵⁷³ Neste sentido a doutrina brasileira entende que tais dados requeridos pela justiça devem servir exclusivamente para esse fim, não podendo extrasavar este âmbito, e acessíveis apenas às partes legítimas na causa, que dele não poderão servir para fins alheios. A causa em referência pode ser acoplada à demanda, de natureza civil, criminal ou laboral. Cf. Helios Nogués Moyano e Adriano Salles Vanni, «Sigilo bancário: por quem e quando pode ser violado», *Revista brasileira de ciências criminais*, São Paulo, (Jul.-Set.) 1997, p. 19 e ss. Cf. Tânia Nigri, O Sigilo Bancário e a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF, pp. 71 e ss, 131 e ss e 220 e ss.

⁵⁷⁴ Cf. Rogério Lauria Tucci, «Comissão Parlamentar de Inquérito (Atuação-Competência-Caráter Investigatório)», *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, Ano 6, Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 175.

⁵⁷⁵ A quebra do sigilo bancário a favor do poder de investigação das CPIs, não obstante atender mais um desígnio constitucional, mas não deixa de ser questionada a sua constitucionalidade em face do direito à reserva da intimidade da vida privada subjacente ao sigilo bancário, consagrado ao abrigo do art.5º da CRFB. Cf. Neste sentido, Nuno Piçara, “Os Poderes das Comissões Parlamentares de Inquérito no Direito Brasileiro e no Direito Português”, p. 211. Nota.32.

⁵⁷⁶ Cf. Eliud José Pinto da Costa, «Competência Tributária Brasileira», O Direito no Século XXI, Estudos em Homenagem ao Ministro Edson Vidigal, Florianópolis, Editora Obra Jurídica, 2008, p 138 e ss.

⁵⁷⁷ Cf. Miguel Reale Junior, «A Inconstitucionalidade da Quebra de Sigilo Bancário Estabelecido pelas Leis Complementares 104/2001 e 105/2001», *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, Ano 10, n.º 39, Jul/Set., Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 351 e ss. Ao qual concluiu este autor pela ilegalidade senão inconstitucionalidade do procedimento

seu turno, admite Juarez Tavares que não é concebível atribuir ao órgão do Estado poder sem limites - incluindo o próprio tribunal - em que o combate à criminalidade e à defesa do interesse público não justifica atribuir tal poder ao MP, sendo violador da dignidade humana e da constituição⁵⁷⁸.

Em todo o caso, realçamos que no sistema brasileiro - como consequência inequívoca da tutela legal e constitucional do sigilo bancário ao abrigo do art. 5º, incisos X e XII, da CF, equivalente à tutela do direito da privacidade e da intimidade de cada pessoa, a sua quebra tendente a possibilitar o acesso aos dados, informações e movimentações financeiras do sujeito no banco - deve ser pautada por critérios legais e constitucionais, passando pela acusação da suspeita da prática de factos que sustentem a imaginária possibilidade de sonegação fiscal, cominado com procedimento sério instaurado e com a autorização judicial devidamente fundamentada⁵⁷⁹.

Ainda no âmbito fiscal, sobretudo no âmbito da fiscalidade internacional, Salomão Neto adverte que

“O carácter remoto dos paraísos fiscais, a inexistência de ónus fiscal relevante em seus territórios e a persistência de sigilo em relação aos sócios de sociedades neles constituídas levam à possibilidade de seu uso como instrumento de crimes de lavagem de dinheiro (...). Ao que se seguiria eventual integração deles na atividade económica e financeira, completando o ciclo da lavagem”⁵⁸⁰.

Para contrariar esta tendência, o Senado brasileiro aprovou por Decreto 8.003, de 15/5/2013, acordo

fiscal, em busca de indícios referentes às movimentações financeiras no banco, sem qualquer indicativo de infração tributária, flagrante constatação de contrabando, etc..., assim pondo em causa as disposições legais e constitucional brasileira que protegem a privacidade e a intimidade de cada pessoa contra a ingerência arbitrária, art. 5º, incisos X e XII da CF. No sentido contrário, veja-se, Denise Lucena Cavalcante, «Sigilo Bancário no Brasil», in AA.VV., *Estudos em Memória do Prof. Doutor J. L. Saldanha Sanches*, Vol. V, Direito Fiscal: Garantias, Procedimento, Infracções, Gestão Fiscal, Internacional e Europeu, Coimbra, Coimbra Editora, 2011, p. 9 e ss.

⁵⁷⁸ Cf. Juarez Tavares, «A Violação do Sigilo Bancário em Face da Protecção da Vida Privada», *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, (Jan.-Mar.), Editora Revista dos Tribunais, 1993, p. 47 e ss. e 106 e ss. Este autor defende que subjacente ao sigilo bancário, temos a protecção da intimidade individual e da dignidade humana.

⁵⁷⁹ Neste caso a doutrina e a jurisprudência dominante advogam que, a quebra do sigilo bancário, sem a prévia autorização de uma entidade imparcial – tribunal, violaria o art. 5º da Constituição Federal. Além do mais, entendem que, sendo o sigilo bancário um direito fundamental, seria ele uma cláusula pétrea, logo a supressão da ordem judicial da quebra do sigilo bancário não poderia conformar-se com a lei de natureza complementar, antes, deveria corresponder uma emenda constitucional, que consagra a inviolabilidade do sigilo bancário ao abrigo do art. 5º. Cf. Luiz Rodolfo Cabral, «Argumentos contra a quebra do sigilo», *Jus Navigandi*, Teresina, a.5, n.º 50, 2001. Disponível em <http://www.jus.com.br>. Ives Gandra da Silva Martins (coord.), *Direitos Fundamentais do Contribuinte*, Pesquisas Tributárias, Nova Série, - 6, São Paulo, Centro de Extensão Universitária, Revista dos Tribunais, 2000; Lucas Calmon Faria, *O Tratamento do Sigilo Bancário no Brasil Face às Recomendações da OCDE*, Tese, FDUL, 2009, p. 14 e ss.; Recurso Extraordinário n.º 215.301/CE, (DJ de 28 de Maio de 1999); Josemar Moreira, *A Defesa Constitucional da Inviolabilidade do sigilo Bancário*, Tese, FDUL, Lisboa, 2003, p. 15 e ss.

⁵⁸⁰ Cf. Eduardo Salomão Neto, *Direito Bancário*, 2ª ed., op. cit., p. 561.

para trocas de informações tributárias entre Brasil e EUA, o que pode implicar informações bancárias em prejuízo do conteúdo positivo do sigilo bancário. Destarte, este acordo coloca a República Brasileira na tendência mundial, e atualmente seguida na UE e na OCDE, traduzida na criação de mecanismo que visa viabilizar intercâmbios internacionais de informações tributárias, mediante adoção de um modelo da OCDE denominado TIEAS (Tax Information Exchange Agreements)⁵⁸¹.

Também não se coloca a questão do sigilo bancário relativamente à alimentação e à manutenção da Central de Risco de Crédito no Brasil. O banco de dados que compõe o BIC integra arquivos - enviados mensalmente pelas instituições financeiras - sobre suas carteiras de crédito. O Banco Central é o gestor do sistema com a responsabilidade de armazenar as informações realçando que as instituições integrantes do Sistema Financeiro do Brasil podem incluí-las na CRC. Assim, a elas estão vinculadas informar todas as operações de crédito acima de 5000 reais⁵⁸².

A violação do sigilo bancário no sistema brasileiro compreende contorno criminal anunciado ao abrigo do art. 10º da Lei Complementar n.º 105/2001, o qual reza que: “*A quebra do sigilo bancário, fora das hipóteses autorizadas nesta Lei Complementar, constitui crime e sujeita os responsáveis à pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa, aplicando-se, no que couber, o Código Penal, sem prejuízo de outras sanções cabíveis*”. Afirma ainda que incorre nas mesmas penas quem omitir, retardar injustificadamente ou prestar falsamente as informações requeridas nos termos desta Lei Complementar.⁵⁸³

No sistema brasileiro, o crime de violação do sigilo bancário é um crime doloso e de natureza pública, contudo, não punindo o funcionário que involuntariamente deixou escapar a informação, exemplificando com o caso de ter deixado sobre o balcão o extrato bancário da conta corrente do cliente, que acaba sendo acessível a um terceiro.

A responsabilidade criminal prevista nos termos do art. 10º da Lei Complementar é suscetível de ser acumulada com a responsabilidade civil por dolo ou mera culpa nos termos do art. 927º do CC brasileiro, importando a obrigação de reparar o dano – *in dano*, ainda que não houvesse a culpa.

⁵⁸¹ Cf. Sobre os parâmetros do referido acordo e as limitações das trocas internacionais das informações tributárias (Luciano Bernart, ob. cit., p. 201 e ss).

⁵⁸² Cf. Demócrito Reinaldo, *Considerações Sobre Sua Natureza e os Riscos à Protecção dos dados Pessoais dos Clientes Bancários*, Publicação Alfa Redi (1998-2005), 2004.

⁵⁸³ Cf. Tânia Nigri, *O Sigilo Bancário e a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF*, p. 125 e ss.

Em jeito de conclusão, no sistema brasileiro, a proteção do sigilo bancário é fundamentada na lei e na constituição federal brasileira como direito de reserva sobre a intimidade da vida privada. No entanto, a sua proteção não é encarada como um valor absoluto, consentindo importantes exceções previstas na Lei Complementar e nas outras legislações, como sejam:

- i. Autorização judicial de quebra do sigilo bancário nos termos legais, sobretudo em matéria criminal, art. 3º da LC.
- ii. A requerimento e em benefício da Comissão Parlamentar de Inquérito, ao qual se requer a prévia aprovação da quebra do sigilo bancário pelo plenário da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, ou pelo plenário das respetivas comissões parlamentares de inquérito.

Em todo o caso, a doutrina brasileira assevera, e bem, que a quebra do sigilo bancário deve ser configurada e aquilatada de forma restrita e sem olvidar da necessidade de preservar a vida privada e a intimidade do seu beneficiário, enquanto valor jurídico e constitucionalmente tutelado⁵⁸⁴.

Além destas exceções, existem outras consentidas em leis, como sejam:

- iii. Livre circulação de informações entre instituições financeiras - no âmbito de centralização de riscos -, as informações requeridas e repassadas ao Conselho Monetário Nacional e ao Banco Central do Brasil - no âmbito das suas funções de supervisões bem como para efeito de centralização de incidentes de pagamentos.
- iv. Informações às autoridades tributárias relacionadas com a identificação dos titulares das operações e o montante global que implicam, Decreto n.º 4489, de 28 de novembro de 2002.
- v. Informação ao MP, pelo BCB e pela Comissão de Valores Mobiliários, relativos aos crimes de natureza pública.
- vi. Autorização expressa e precisa do titular da operação e da conta. Entretanto, o que afasta, igualmente, no sistema brasileiro, seja porque regime de bens se casaram, a possibilidade do cônjuge não titular da conta requerer a informação sobre a sua movimentação ou saldo, senão mediante a autorização do cônjuge titular⁵⁸⁵.

⁵⁸⁴ Cf. Eduardo Salomão Neto, *Direito Bancário*, 2ª ed., *op. cit.*, p. 649 e ss. Tânia Nigri, O Sigilo Bancário e a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF, pp. 85-89 e ss, e 140-145 e ss.

⁵⁸⁵ Cf. *Ibidem*, p. 654 e ss.

SECÇÃO III

DO SIGILO BANCÁRIO NOS ESTADOS INTEGRANTES DA SADC

1. Enquadramento geral

Configura-se-nos importante, desde já, chamar atenção de que não vamos estudar nesta secção nenhum regime uniforme do sigilo bancário no quadro da SADC⁵⁸⁶, propondo efetuar referências legais vigentes sobre esta matéria nas ordens jurídicas internas dos Estados integrantes desta organização, incluindo os dois países de expressão portuguesa - Angola e Moçambique. Assim sendo, os países da SADC consagram soluções díspares e sem quaisquer uniformizações, por razões ligadas, em parte, às fortes identificações dos diplomas legais que regem o setor bancário com então países e potências colonizadoras, e sobretudo estimulada pela ausência de política consistente da comunidade SADC na vertente de integração bancária, sobretudo no domínio da regulamentação uniforme da atividade bancária e do regime do sigilo bancário.

Com efeito, até a criação da SADC, todos os países membros preservavam os seus diplomas legais, positivando soluções essencialmente em matéria do sigilo bancário, próximas dos regimes jurídicos aplicáveis nos países então dominantes. Assim sendo, não havia dúvida de que à data da integração do Moçambique e Angola, estes países continuaram a apresentar legislações similares adotadas à imagem e semelhança da lei portuguesa chegando, por vezes, a fazer uma transposição *tout court* e a críticas dessas legislações para a ordem jurídica interna, que ainda hoje continuam em vigor⁵⁸⁷. No entanto,

⁵⁸⁶ Trata-se da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, criada em 1994, em substituição da *South African Development Coordination Conference*, criada em 1979, e que integrava nove países da África Austral, com objetivo claro de lutar contra a dependência económica relativa à economia da África do Sul. Entretanto, o projecto da nova SADC foi reerguida depois da queda do regime do *apartheid*, permitiu que a África do Sul e mais a Tanzânia, Zimbabué, Malawi, Moçambique, Angola, Botswana, Leshoto, Suazilândia, República Democrática do Congo, Namíbia, Maurícias e Seychelles, uniram-se, atualmente, em torno desta organização – SADC, com a finalidade de reunir as suas forças e sinergias que garantam o sucesso e o progresso das suas economias. Porém, deve-se assinalar que a SADC não é única e exclusiva organização de integração da África Austral, a par dela existem outras, como sejam: a COMESA – *Common Market for Eastern and South African*, e a SACU – *Southern African Customs Union*. O surgimento da SADC justifica-se na necessidade de garantir a concretização de um processo de regionalização, algo próximo ao fenómeno de globalização, face as vulnerabilidades económicas dos países integrantes desta comunidade.

⁵⁸⁷ Na República da Guiné-Bissau, temos a Lei n.º 1/73, que determinara a validade e a aplicabilidade de todas as leis portuguesas não contrários aos objectivos e ao espírito da independência e da soberania nacional. Esta legislação, do nosso ponto de vista, constitui apenas um começo *sine die* do fim, daquilo que designaríamos de “portuguesamento” da legislação e do direito guineense.

outros países africanos de expressão inglesa, na sua maioria, dispunham de suas fontes internas, quiçá, consagradoras do sigilo bancário.

Neste sentido, somos de parecer favorável de que, as situações acima retratadas mantêm-se incólumes e vigentes até aos nossos dias, estando longe de se conseguir um quadro legal comum e uniforme adotado no âmbito da SADC e que vise possibilitar uma política de integração económica e jurídica uniforme ou harmonizada na região. Pois, depois de mais de duas décadas de existência, a SADC ainda revela a insensibilidade face aos problemas que a região enfrenta, designadamente no que se refere às soluções diferenciadas e contrastantes consagradas e amparadas ao nível dos diplomas legais nacionais, com obstáculos que essa situação tem vindo a gerar no âmbito de implementação duma verdadeira integração económica que se pretende.

Contudo, admite-se que esta tendência de conflitualidade tem vindo a perder espaço, sobretudo quando se tornou visível o novo rumo que os países da SADC estão a adotar, nomeadamente através de inspiração por parte de membro da organização da solução e da legislação vigente nos outros Estados membros, lançando desta feita semente para a futura uniformização ou harmonização jurídica, essencialmente em matéria bancária, que tanto desejam.

2. A vinculação, extensão e limites

Na ausência de um Direito Comunitário da SADC que garanta a efetiva integração jurídica comunitária através de comandos normativos uniformes, não seria razoável nem compreensível o sigilo bancário da SADC, mas sim os sigilos bancários vigentes em tornos e no âmbito da SADC, comportando, deste modo, um conjunto de ordens jurídicas autónomas que reconheçam e protejam o sigilo bancário, com maior ou menor intensidade, pertencentes aos Estados membros da SADC. Respetivamente, são catorze Estados da África Austral e membros da SADC, com regimes próprios referentes ao sigilo bancário, ora consagrados na Lei Orgânica do Banco Central ou Banco Nacional - ou Banco do Estado ou Reservas Federais, como regras e princípios éticos e deontológicos que informam à profissão bancária - ora consagrados nas regras injuntivas que integram as Leis de Regulamentações Bancárias ou Leis de Instituições de Crédito, e nos Códigos de Condutas dos Bancos, conforme se seguem:

2.1. Na ordem jurídica Angolana, temos a Lei n.º 6/97, relativa a LO do Banco Nacional de Angola.

Com efeito, este diploma reza, em termos injuntivos, numa postura favorável à proteção do sigilo bancário, que a informação sobre relações entre bancos e os clientes apenas pode ser divulgada a pedido da parte interessada nas operações, por ordem do tribunal ou por ordem do Banco Nacional de Angola⁵⁸⁸.

2.2. Em Moçambique, a experiência de preservação e proteção interna do sigilo bancário data desde adoção da LO do Banco de Moçambique Act. N.º 1/92, que veda a qualquer pessoa que se encontra ao serviço do banco a título permanente ou temporário, incluindo os directores e gestores bancários, divulgar a informação referente aos dados e assuntos dos bancos, clientes, accionistas, de que tenha conhecimento no âmbito do exercício de sua profissão.

2.3. O Bank of Zâmbia vigora na Zâmbia, ao abrigo do qual, qualquer indivíduo, empregado, dirigente bancário, deverá fazer e subscrever perante um comissário, de juramento, um juramento de sigilo bancário no estrito termo consagrado ao abrigo da Acta Oficial de Juramento.

2.4. No Zimbabwé, com a entrada em vigor do Bank of Zimbabwe Act Cap 22 – 10, a divulgação da informação referente aos dados bancários e dos clientes passaram a ser vedada, dando guarida ao sigilo bancário, que só poderá ceder perante o Ministro devendo ainda ser efetuada mediante juramento na forma e nos modos.

2.5. Igual proteção do sigilo bancário faz-se sentir no Lesotho, com a entrada em vigor da Central Bank of Lesotho Act n.º 13/1978, que vedam todos os que estejam ao serviço do banco de divulgarem aos terceiros quaisquer informações referentes aos dados bancários ou de quaisquer instituições financeiras conseguidas ou conhecidas no âmbito do desempenho das suas funções, exceto nas situações que a lei consente as suas divulgações ou derrogações, ou por instrução do tribunal. Portanto, no caso em apreço, a limitação ou derrogação do sigilo bancário por intermédio da divulgação de informação, requer que a pessoa que a faça subscreva perante o Comissário de Juramentos ou conforme o procedimento previsto no regulamento.

2.6. Na África do Sul, com a vigência de Reserve Bank Act 1989, o sigilo bancário passou a ganhar uma proteção genérica quando dispõe que ninguém ao serviço do Banco ou do Departamento Financeiro deverá divulgar a qualquer pessoa qualquer informação referente aos assuntos do banco, um accionista ou cliente de um banco. Consideram-se exceção os casos do Ministro ou Director-Geral da área que tutela o sector bancário, e todas aquelas que concernem a utilizações das referidas informações no âmbito apenas do circuito fechado do exercício de suas funções - nomeadamente de gestão, supervisão, controlo e de fiscalização bancária - ou quando as mesmas forem requeridas pelas instâncias judiciais ou por determinação legal derogatória ou limitadora do conteúdo e da extensão do

⁵⁸⁸ Mais adiante desenvolvemos o tema sigilo bancário no direito angolano e moçambicano.

sigilo bancário⁵⁸⁹.

2.7. Com a entrada em vigor do Bank of Botswana, Act n.º 19/1996, no Botswana, na mesma linha dos restantes países membros da SADC, adotou-se o cuidado de blindar as informações referentes aos bancos, seus clientes e accionistas, garantindo deste modo a proteção do sigilo bancário sobretudo quando estabelece que tal informação poderá apenas ser divulgada para fins de desempenho ou no exercício de deveres ou funções bancárias quando legalmente forem requeridas pela instância judicial competente, mediante a autorização do Ministério ou da Direcção relacionado com os assuntos da atividade bancária, ou por determinação da lei.

2.8. Na República Democrática do Congo estabelece-se no Banque Nationale de Congo n.º 93 – 002, com a emenda introduzida pelo Decret Law n.º 079 de 17 Junho de 1998, a obrigação de proteção do sigilo bancário enquanto modalidade do sigilo profissional, conseguida a partir da lei laboral e Estatuto ou LO do Banco Central do Congo.

2.9. A Tanzânia não se mostrou indiferente para com a necessidade de preservação e da proteção do sigilo bancário, tendo estabelecido ao abrigo do Bank of Tanzania n.º 1 de 1995 que ninguém - ainda que seja empregado bancário ou membro da Direcção - deverá difundir qualquer informação atinente ao banco, exceto se a mesma fosse utilizada para fins de desempenho das suas funções ou quando determinadas por lei escrita.

2.10. Na ordenação jurídica vigente no Malawi, designadamente patente na Reserve Bank of Malawi Act Cap 44:02, existe a preservação e a proteção do sigilo bancário quando dispõe que ninguém ao serviço do banco - incluindo dirigentes bancários - deve divulgar a terceiro qualquer informação referente aos assuntos do banco de que tenha conhecimento no âmbito de suas funções.

2.11. Nas Maurícias, o resguardo do dever do sigilo bancário como essência e baluarte do exercício da profissão bancária é uma realidade sobretudo quando The Bank of Mauritius – RL 1/229 estabelece que ninguém ao serviço de um banco deve divulgar informação relacionada com os dados bancários e dos respetivos clientes. Porém, admite-se que a mesma seja difundida, excecionalmente, apenas nas situações previstas nas leis quando determinadas por instruções judiciais ou quando utilizadas no âmbito do exercício da função bancária. Portanto, estas situações constituem, em conjunto, limitações ou derrogações do conteúdo do sigilo bancário.

2.12. A Namíbia segue as mesmas pisadas dos outros Estados membros da SADC, com a entrada em vigor do Bank of Namíbia Act. 15 of 97, no qual obsta que os funcionários e dirigentes ao

⁵⁸⁹ Deve-se assinalar que quando a informação referente a um cliente bancário, só poderá ser divulgada mediante consentimento por escrito do Ministro ou Governador, sobretudo depois de consulta prévia ao cliente em causa.

serviço do Banco divulguem informações relacionadas aos dados bancários e dos seus clientes, conseguidas no exercício de suas funções, a terceiros. Todavia, admite-se situações derogatórias, nomeadamente referentes às informações requeridas pelas instâncias judiciais, quando determinadas por lei, ou requeridas pela Autoridade da Direcção, Supervisão, Fiscalização Bancária, e Secção 64 da Acta das Instituições Bancárias, 1998.

2.13. Com a entrada em vigor do Central Bank of da Suazilândia Order n.º 6 of 1974, na Suazilândia, ao abrigo do qual veda que as informações ligadas aos bancos e aos seus clientes sejam colocadas à disposições e conhecimentos de terceiros, salvo se a lei determinar neste sentido ou se assim vier a determinar as instruções do tribunal. Assim sendo, qualquer pessoa que divulgue a informação ligada ao banco, subscreve perante um Comissário de Juramento ou Justiça da Paz.

2.14. As Seychelles constituem assim, nesta exposição, o décimo quarto país da SADC, tendo mostrado o interesse e a preocupação na preservação e na protecção do sigilo bancário através do Central Bank of Seychelles Act Cap 26 of 1996 edition, quando dispõe que os funcionários e os dirigentes bancários ficam vedados de difundir informação ligada aos assuntos do Banco a terceiros, de que tenham acesso no exercício de suas funções. Entretanto, o sistema de protecção do sigilo bancário nas Seischelles consente derrogações, designadamente relacionadas com a imposição legal de prestar a referida informação, nomeadamente à entidade de supervisão e fiscalização do Banco, ou através de instrução judicial neste sentido.

3. Violação e natureza

Com propósito de reforçar a eficácia de protecção do sigilo bancário, os países que integram a SADC, reprimem a violação do sigilo bancário com sanções disciplinar, cível e até penal.

Portanto, em gesto de remate final sobre o sistema de protecção do sigilo bancário na SADC, somos de parecer favorável de que a consolidação da integração económica, visada pela comunidade SADC face aos problemas económicos que os países da África Austral enfrentam, passa necessariamente por uma política de integração jurídica com a finalidade última de suprir estrangulamentos vigentes nas ordens jurídicas internas dos Estados membros, através de uma harmonização, ou se preferir a via mais fácil e exigente de integração jurídica similar à da OHADA⁵⁹⁰ – uniformização jurídica, sem olvidar,

⁵⁹⁰ A OHADA é a Organization par la Harmonization de Droit de Affair en Afrique, ou organização para harmonização dos direitos de negócios em África. Trata-se de uma organização de integração jurídica da região africana, que a Guiné-Bissau

naturalmente, do sector bancário, e do regime uniformizado relativo ao tratamento do sigilo bancário gizado, mais ou menos concretizados nas diversas ordens jurídicas dos Estados Membros, sobretudo, à necessidade de sua proteção na SADC e sem desprimir dos problemas atuais que enfrenta, v.g. relacionados com o combate à evasão tributária, branqueamento de vantagens ilícitas, tráficos de drogas e financiamentos de terrorismo internacional.

Não obstante, deve-se assinalar que, no âmbito da SADC, temos vários sistemas vigentes da preservação e da proteção do sigilo bancário, com todas as suas incongruências e desarticulações, através de leis internas que regem a banca e as suas operações, designadamente as LO dos Bancos Centrais e das Leis de Regulamentações Bancárias ou Leis das Instituições de Créditos e das Sociedades Financeiras. Todavia, parece que a ausência da política de regulamentação harmonizada e uniformizada da SADC - sobretudo em matéria da atividade bancária e do sigilo bancário - tendo vindo a ser compensada, ainda que a título subsidiário ou pontual, com a inspiração e transposição da solução na legislação vigente dos outros Estados membros da SADC e na adoção da legislação interna aplicável a um dos Estados da SADC, o que permitiu a configuração prática de um regime uniforme quanto a proteção do conteúdo do sigilo bancário e as respetivas derrogações nas situações excecionais e necessárias de requerer informações e abster-se de dados e documentos relevantes para prevenção de crimes de branqueamento de capitais, evasão fiscal, terrorismo internacional, e quando necessárias para produções de provas sob a jurisdição criminal.

Neste sentido vamos, de seguida, abordar o sistema de proteção do sigilo bancário no direito sul-africano, por constituir um dos países mais fortes e representativos da zona, e nos direitos moçambicano e angolano, por serem únicos países dos PALOP que integram a comunidade SADC.

integra desde 17 de Janeiro de 1994 e ratificada pela Resolução N.º 1/94 do Conselho de Estado. Criada por Tratado Constitutivo de 17 de Outubro de 1993, rubricado em Port-Louis (Ilha de Maurícia) e entrou em vigor a 18 de Setembro de 1995. Todavia, o processo de sua criação iniciara desde 1991, e surgiu numa lógica evolutiva, de inovação e complementaridade da ordenação jurídica vigente na região africana antes e depois da independência, com a finalidade de facilitar fluxo de negócios em África, circulação de bens e serviços, etc... Atualmente dezasseis Estados ratificaram a adesão ao Tratado da OHADA. Para catalogar mais informações sobre a OHADA, em particular relacionada com o ideal subjacente à sua adoção, evolução e perspectivas para o futuro, sobretudo sem olvidar da integração jurídica em matéria das operações bancárias, ao abrigo da qual o sigilo bancário poderá vir a merecer um tratamento especial. Veja-se, Januário Pedro Correia, «A OHADA. O Federalismo Jurídico Africano...», *Conferência Proferida no II dia da OHADA*, FDB, Bissau (Texto em Publicação); Idem, «Plano de Insolvência no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa – CIRE. Concordatas no Acto Uniforme Para Organização dos Processos Colectivos de Apuramento do Passivo – AUOPCAP. Plano de Recuperação na Nova Lei de Falência Brasileira – LFB. Breve Estudo Comparado», in AA. VV., *Estudos sobre a OHADA*, Bissau, AAFDL, 2008; Salvatore Mancuso, «A OHADA e a Harmonização do Direito Comercial em África», in AA. VV., *Estudos sobre a OHADA*, Bissau, AAFDL, 2008, p.17 e ss.

SUBSECÇÃO I

Do Sigilo Bancário no Direito Sul-Africano

1. Enquadramento geral

A ordenação jurídica Sul-Africano não é insensível para com a questão do sigilo do bancário, embora desconheçamos a regulamentação da matéria referente à proteção do sigilo bancário. Todavia parece de aferir, em geral, a sua preservação à luz do Reserve Bank Act 1989.

2. A vinculação e extensão do seu conteúdo

O Reserve Bank Act 1989 veda o serviço do banco e o respetivo Departamento, em regra, à possibilidade de divulgar os dados bancários referentes aos clientes, bem como quaisquer informações conexas aos bancos e aos acionistas.

3. Limites e problemas atuais

O Reserve Bank Act 1989 consente algumas exceções relacionadas, nomeadamente com:

- A Reserva Federal Sul-Africano;
- Ministro ou Governador e Director-Geral ligados à área económica e financeira;
- Bancos com relações aos dados dos seus clientes;
- Acionistas do banco;
- Consentimento por escrito do cliente.

Em todas as situações acima catalogadas, a inoponibilidade e quebra ou derrogação do sigilo bancário apresentam como pressuposto prévio, nomeadamente o âmbito do exercício das funções, e já quanto às derrogações por parte do Ministro ou Governador, deve-se consultar o cliente bancário de cujos dados estariam sujeitos à divulgação.

Quanto aos problemas atuais, o sistema jurídico Sul-Africano segue a mesma pisada quase

mundialmente consagrada e aceite, fundada na necessidade de proteção dos interesses do Fisco, da administração da justiça, da luta contra os flagelos de branqueamentos de capitais e da luta contra o terrorismo mundial, em prejuízo do conteúdo do conteúdo e da extensão do sigilo bancário. Com efeito, deve-se assinalar que, na vertente da administração da justiça, arece prevalecer a tendência que favorece cada vez mais a cultura de obrigatoriedade de cooperação com a justiça, mormente com a justiça criminal.

4. Violação e a natureza

A violação do sigilo bancário importa naturalmente consequências de várias naturezas, sobretudo as consequências cíveis relacionadas com a obrigação de indemnização por parte do banco ao cliente prejudicado, fundada na responsabilidade civil obrigacional.

SUBSECÇÃO II

Do Sigilo Bancário no Direito Angolano

1. Enquadramento geral

A ordenação jurídica angolana, igualmente, na senda dos restantes países da SADC, consagra proteção genérica do sigilo bancário nos mais variados diplomas legais de conteúdos diferenciados, que vão desde cível, processual civil, comercial, bancário, até penal, o que passamos a demonstrar nos moldes que se seguem:

1.1. Na Lei Magna da República de Angola, de um modo geral, a matéria encontra-se configurada amplamente no capítulo dedicado à proteção constitucional dos direitos fundamentais, mais precisamente, à reserva da vida privada e da intimidade pessoal, arts. 31º e 32º da Constituição da República de Angola (CRA)⁵⁹¹. No âmbito específico da banca e da atividade bancária, a CRA dedica

⁵⁹¹ Sobre a CRA e referências aos direitos fundamentais na CRA, veja-se, Onofre dos Santos, «Direito Constitucional», in AA.VV., *Direito de Angola*, Luanda, FDUAN, 2014, p. 163 e ss; Raúl Carlos Vasques Araújo e Elisa Rangel Nunes, *Constituição da República de Angola, Anotada*, Tomo I, Luanda, Gráfica Maiadouro, 2014. P. 283 e ss; Jorge Bacelar

dois preceitos (vide arts. 99º e 100º)⁵⁹², nos quais estabelecem parâmetros do sistema financeiro angolano, relativos à importância da captação de poupanças para a economia e a sociedade angolana, bem como das instituições que intervenham nesta atividade, no âmbito das quais o sigilo bancário deve servir como suporte, impondo regras de condutas, no sentido de as vincular a discrição quanto aos dados e informações colhidas no âmbito da captação de poupança.⁵⁹³ Neste sentido podemos dizer que a CRA reconhece e consagra nos arts. 89º, 99º e 100º, a chamada constituição financeira e económica, como valor fundamental do Estado angolano⁵⁹⁴.

1.2. O sigilo bancário encontra a conformação na Lei n.º 16/2010, de 15 de Julho, que aprova a nova Lei Orgânica do Banco Nacional de Angola (BNA)⁵⁹⁵, que vem revogar e substituir a antiga Lei

Gouveia, *Direito Constitucional de Angola*, Lisboa, FDUNL/IDILP, 2014, pp. 109 e ss e 340 e ss; e Carlos Teixeira, «A Constituição Angolana e a Consolidação do Estado Democrático de Direito», Estudos em Comemoração do XX Aniversário da Constituição da República de Cabo Verde, Praia, Edições do ISCJS, 2013, p. 291 e ss.

⁵⁹² Breve referência sobre os arts. 99º e 100º da CRA, veja-se, Elisa Rangel Nunes, «Direito Bancário», in AA.VV., *Direito de Angola*, Luanda, FDUAN, 2014, p. 60. Além destes preceitos constitucionais, esta autora angolana cita ainda outras fontes relevantes no domínio da atividade bancária, como sejam: as leis do sistema de pagamentos, dos valores mobiliários, da atividade seguradora, das cláusulas gerais dos contratos, do consumidor, das sociedades comerciais, o Decreto-Lei n.º 29833, de 17 de Agosto de 1939, sobre penhor de créditos bancários, Decreto-Lei n.º 32765, de 29 de Março de 1943, sobre mútuo bancário, sem olvidar ainda das normas do CC, do Ccom, das convenções internacionais relativas à letra e ao uso de cheques, bem como as normas e costumes da Câmara de Comércio Internacional e seus *Incoterms*, regras uniformes sobre os créditos documentários e as relativas às cobranças.

⁵⁹³ Sobre setor bancário em Angola, bem como a função do BNA de, entre outras, assegurar a preservação do valor da moeda angolana, supervisionar e zelar pela solvabilidade e liquidez dos bancos comerciais (cf. Francisco Mário, “*Supervisão Bancária no Sistema Financeiro Angolano*”, in Revista de Concorrência e Regulação, Anos V-VI-N.ºs 20-21, Outubro 2014 – Março 2015. P.261 e ss. Cf. Ovidio Pahula, *A Evolução da Constituição Económica Angolana*, Angola, Casa das Ideias – Divisão Editorial, Lda, 2010, p. 170 e ss).

⁵⁹⁴ Cf. Francisco Mário, “*Supervisão Bancária no Sistema Financeiro Angolano*”, p. 267.

⁵⁹⁵ A Lei n.º 16/2010, de 15 de Julho, do BNA, foi publicada no DR, I Série, n.º 132. Segundo o preâmbulo justificativo desta nova LO do BNA, a sua adoção advém da necessidade de adequá-la à Constituição da República de Angola, no que respeita à definição das responsabilidades do Banco Nacional de Angola, designadamente no domínio da participação, da definição, da condução e da execução da política monetária e cambial do país ao novo quadro jurídico-constitucional, bem como a necessidade de se clarificar a autonomia operacional do Banco Nacional de Angola para, deste modo, melhor assegurar a preservação da moeda nacional e garantir a estabilidade dos preços e do sistema financeiro nacional. Neste domínio da supervisão e controlo das instituições bancárias e parabancárias, ainda relevam os Avisos n.ºs: 1 e 2, respetivamente de 19 e 22 de Abril de 2013, que estabelecem os deveres das instituições financeiras referentes à governação corporativa quanto à estrutura de capital, estratégia de actuação e de gestão de risco, modelo de organização societária, transparência e divulgação de informação que possa entroncar com a matéria do sigilo bancário, adoção de código de conduta, entre outros, e que regulam o dever de criação de sistemas de controlo interno pelas instituições de crédito, e o âmbito da supervisão em base consolidada, para efeitos prudenciais, aplicável às empresas – mãe dos grupos financeiros –, sem prejuízo da sua sujeição à supervisão em base individual.

n.º 6/97, de 11 de Julho, que aprovara a antiga LO do BNA⁵⁹⁶, art. 104º.

Deste modo, a nova LO do BNA define, no essencial, a natureza, os objetivos e missões do BNA como Banco Central da República de Angola, cabendo-lhe as atribuições no domínio da emissão, e participação na definição, execução, acompanhamento e controlo das políticas monetárias, cambial e de crédito, a gestão do sistema de pagamentos e administração do meio circulante no âmbito da política económica de Angola, supervisão e fiscalização monetária, conforme os arts. 3º e ss., 16º e ss., 59º e ss., da LO do BNA⁵⁹⁷.

Comete ainda ao BNA, no âmbito da supervisão às instituições de crédito, atribuições específicas para acompanhar as atividades destas, zelar pela observância das normas de condutas e de procedimentos, recomendações sobre a irregularidades verificadas e as regularizações, providências de saneamentos, sancionar as infrações cometidas pelas instituições de crédito, requerer todas e quaisquer informações relevantes para o desempenho das suas atribuições, bem como autorizar e licenciar as instituições financeiras, receber os seus depósitos, supervisioná-las, conforme os arts. 17º, 20º e ss. e 90º, da LO do BNA; do banco central do Estado, a quem cabe o papel do banqueiro, controlador das políticas financeiras, monetárias e cambial do Estado, de caixa do Tesouro, etc⁵⁹⁸.

É da responsabilidade do BNA todas as funções inerentes ao banco central, nomeadamente a gestão das operações do banco, de desconto, redesconto, letras, livranças, faturas, warrants e outros títulos, concessão de crédito às instituições de crédito, empréstimos, receber depósitos do Estado e das instituições de crédito, emissão de títulos, operações sobre ouro e divisas estrangeiras, por conta própria ou de outrem, efetuar cobranças, pagamentos e transferências, a gestão, supervisão e

⁵⁹⁶ Que revogara a antiga Lei n.º 4/91, de 20 de Abril, vide art. 97º, que por seu turno revogara a primeira Lei n.º 69/76, de 11 de Novembro, que aprovara a lei do BNA.

⁵⁹⁷ Vide as disposições correspondentes dos arts. 6º e ss., 16º e ss., 59º e ss. da Lei das Instituições Financeiras (LIF).

⁵⁹⁸ Logo depois da independência da Angola, o setor bancário caracterizava-se por “um sistema único”, em que o BNA assumia cumulativamente as funções do banco central, banco emissor, tesouro público do Estado novo, e funções de banco comercial de intermediações nos pagamentos e nos créditos. Assim foi, então, confiscado o Banco Comercial de Angola, que passou a funcionar como um balcão do banco central de Angola. No final de 1980 iniciou-se a implementação de um pacote de reformas no sector económico angolano com reflexo imediato no setor bancário, acarretando assim uma viragem de inspiração socialista para uma conceção da economia do mercado. Mais precisamente, no domínio bancário, começou-se a sentir tais mudanças, em particular com a adoção das Leis n.ºs. 4 e 5/91, de 20 de Abril, que vieram instituir, em rompimento do então prevalecente sistema bancário único e concentrado, um sistema dualista, em que, no primeiro nível definiu-se a posição do BNA apenas como um banco central e emissor e, no segundo nível, situou-se as instituições de crédito habilitadas a desenvolver as atividades de intermediações, mediante olhar e supervisão apertada do BNA. Cf. Elisa Rangel Nunes, *op. cit.*, p. 64.

fiscalização da banca angolana, e mais consignadas na referida, art. 22º e ss, da LO do BNA⁵⁹⁹.

No caso específico da proteção do sigilo bancário, a nova LO do BNA trouxe importantes novidades relacionadas com o regime do sigilo bancário, sobretudo quando vincula os órgãos sociais do BNA - os dirigentes, administradores, auditores, e demais funcionários ligados ao BNA, ainda que a título ocasional -, ao sigilo bancário face às informações relacionadas com as atividades do BNA e suas relações com exterior, conforme arts. 96º e 97º, ambos da LO do BNA.

1.3. No caso específico da atividade bancária e financeira em Angola⁶⁰⁰, existem conjuntos das disposições legais consagradoras do dever do sigilo bancário, tendo sido configurado como “*uma regra de ouro*”⁶⁰¹, como sejam:

i. A Lei n.º 12/2015, de 17 de Junho, que aprova a nova “Lei de Bases do Sistema Financeiro de Angola - LBSFA”, que revoga a Lei n.º 13/2005, de 30 de Setembro, que aprovara o regime jurídico das Instituições Financeiras, e revogara expressamente a antiga Lei n.º 1/99, de 23 de Abril, que regia o regime geral das instituições financeiras angolanas – art. 156º, da LIF⁶⁰².

A então LIF 13/05 representara uma certa evolução em relação a antiga LIF 1/99 (art. 48º e ss.) em matéria de consagração do regime de proteção do sigilo bancário, conferindo especial atenção ao conteúdo, extensão e limites ao sigilo bancário nos termos dos arts. 59º a 65º, da LIF 13/05, sem cuidar de todos os aspetos peculiares e específicos referentes ao conteúdo do sigilo bancário.

O regime-regra da proteção do sigilo bancário no art.76º/1 da nova LBSFA, no âmbito da qual regula a vinculação subjetiva e objetiva da proteção do sigilo bancário.⁶⁰³

⁵⁹⁹ Para mais pormenor sobre a LO do BNA e outras legislações bancárias e financeiras, veja-se, Elisa Rangel Nunes, *Atividade Bancária e Financeira – Legislação*, 1º Volume, Angola, Caxinde, 2002, p. 15 e ss. Elisa Rangel Nunes, *op.cit.*, p. 65.

⁶⁰⁰ Sobre as atividades típicas e atípicas exercidas pelas instituições de crédito em Angola, veja-se, Ibidem, p. 85 e ss.

⁶⁰¹ Cf. Ibidem, p. 80.

⁶⁰² Contrariamente da antiga LIF que visava, segundo se proclama no próprio preâmbulo, responder as exigências relacionada com a transformação estrutural associada ao surgimento de novos produtos, instituições, a nova política económica, bem como as reformas havidas no BNA, enquanto orientador e fiscalizador das políticas monetárias, financeiras, cambiais e de supervisor das instituições de crédito em Angola, sobretudo com adoção das Leis n.ºs 5/97 e 6/97, ambas publicadas em 27 de Junho de 1997. Este diploma legal revoga e substitui a antiga LIF angolana, Lei n.º 5/91, de 20 de Abril, vide o seu art. 141º. Entretanto, a nova LIF visa alterar alguns princípios e procedimentos da antiga LIF com o único propósito de adequar as atividades financeiras em Angola à profunda transformação que implica, não só uma maior operacionalidade do sistema, como também maior diversidade de operações a serem desenvolvidas pela instituição financeira, procurando-se assim dar resposta aos desafios de uma economia em mutação permanente.

⁶⁰³ Cf. Daniela Pessoa Tavares, “*O Segredo Bancário na Legislação Bancária de Angola, Cabo Verde e Moçambique*”, p. 211.

ii. A Lei n.º 34/11 de 12 de Dezembro de 2011, que aprova a lei contra branqueamento de capitais e luta contra financiamento ao terrorismo mundial⁶⁰⁴. Entretanto, este diploma compreende um conjunto de procedimento e deveres imputados às instituições financeiras angolanas em rompimento ao dever do sigilo bancário, tendo em vista a salvaguarda dos outros interesses relevantes ligados à prevenção e repressão de branqueamento de capitais, outras vantagens obtidas de formas ilícitas e contra financiamento do terrorismo mundial através dos canais e sistemas bancários. Importando, por isso, a exceção fundada ao dever de reserva e da proteção do sigilo bancário.⁶⁰⁵

iii. Lei n.º 05/2005, de 29 de Julho, que aprovara o regime jurídico do sistema de pagamentos em Angola releva, sobretudo na parte relativa à Câmara de Compensação, teleprocessamento de informações bancárias e nas compensações interbancárias, sem olvidar da regulamentação dos incidentes de pagamentos e do regime da centralização desses incidentes. Cabe ao BNA a competência neste domínio assim como no acompanhamento e na definição dos direitos, obrigações e das penalizações dos intervenientes diretos ou indiretos nos sistemas de pagamentos, das compensações interbancárias e do sistema da compensação interbancária, art. 5º e ss. Entretanto, todos os participantes, nomeadamente as instituições financeiras, têm o dever de participar do dever de reserva quanto às informações obtidas neste âmbito.

iv. Código de Conduta dos Mercados Monetários Interbancários e dos Mercados Cambial Interbancários, aprovado pelo BNA por força do art. 58º da nova LIF, que compreende a proteção do sigilo bancário ao abrigo do seu art. 8º, impondo dever de reserva a todos os gestores e intervenientes nos mercados monetário e cambial.

⁶⁰⁴ Este diploma legal traduz a vontade inequívoca do Governo angolano em fazer parte no concerto das nações no âmbito da luta sem trégua contra branqueamento de capitais e de outras vantagens ilícitas e contra o financiamento do terrorismo mundial através dos sistemas financeiros, manifestada desde a aprovação da Resolução n.º 19/99, de 30 de Julho, publicada no DR I.ª Série n.º 31, a Resolução n.º 21/10, de 22 de Junho publicada no DR I.ª Série n.º 115 e a Resolução n.º 38/10, de 17 de Dezembro, publicada no DR I.ª Série n.º 239, que ratificam as Convenções das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas, a criminalidade transnacional e a supressão do financiamento ao terrorismo, respetivamente, com vista a garantir a segurança territorial e do sistema financeiro angolano. Visando a adoção e a implementação das disposições legais constantes nas mencionadas Convenções, a República de Angola publicou em Diário da República, a Lei n.º 12/10 de 9 de Julho, sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo. Considerando ainda a premente necessidade de revisão do sistema de prevenção e repressão do Combate ao Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo, no sentido de fortalecer o seu nível de conformidade com os padrões internacionais, bem como a necessidade de aditar alguns aspectos imprescindíveis ao referido sistema e de complementar outros referidos na Lei n.º 12/10, de 9 de Julho, que representam uma considerável alteração à estrutura da referida lei, e que serão fundamentais no reforço do exercício das funções das autoridades angolanas na prevenção e repressão do branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo.

⁶⁰⁵ Para breve análise do regime jurídico geral das instituições bancárias angolana quanto ao procedimento de abertura e funcionamento das instituições financeiras bancárias, procedimentos de autorização de funcionamento, processo de saneamento, veja-se, Elisa Rangel Nunes, «Direito Bancário...», *p. cit.*, p. 66 e ss.

v. O Aviso n.º 2/10, de 18 de Novembro, do BNA, e o respetivo Anexo I, relativo ao Regulamento do Subsistema de Operações Ativas da Central de Informações e risco de Crédito - CIRC. Tal reporta as novas regras relacionadas com as passagens de informações atualizadas relacionadas com as operações de créditos e dos respetivos riscos, em rompimento ao conteúdo do sigilo bancário. Prevê nos arts.8º/1 e 10º da CIRC o dever de guardar a confidencialidade sobre as informações recolhidas no âmbito das suas atividades.

vi. O Aviso n.º 1/00, de 11 de Fevereiro, do BNA, estabelece o regime geral do sistema de pagamentos, que por seu turno, regula as operações de transferências de fundos, a compensação nas operações de pagamentos interbancários, a câmara de compensação, e outros canais de informações e de centralização de informações relacionadas com os riscos de liquidez e de crédito em prejuízo ao conteúdo do sigilo bancário⁶⁰⁶.

vii. O Aviso 05/2012, de 29 de Março, relativo a proteção de consumidor dos produtos e serviços financeiros, consagra a vinculação ao sigilo bancário nos termos dos arts.3º e 9º.

viii. A Convenção de Genebra relativa a Lei Uniforme sobre Cheque, os seus anexos e protocolos, e a Lei Uniforme Relativa ao Cheque sobretudo na parte relativa aos incidentes de pagamentos⁶⁰⁷.

2. A vinculação e extensão do sigilo bancário.

Quanto ao âmbito de vinculação subjetiva e objetiva ao dever do sigilo bancário, a atual LO do BNA consagra a vinculação objetiva ao sigilo bancário nos termos do art. 96º e a subjetiva nos termos do art. 97º. Deste modo, o BNA e qualquer pessoa afeta ao BNA, quer a título permanente, quer ocasional,

⁶⁰⁶ Neste domínio das fontes do sigilo bancário, pode relevar os Estatutos dos Bancos. Mas no caso angolano, os Estatutos dos Bancos e das sociedades financeiras, como sejam: Estatutos do Banco de Comércio e Indústria, SARL (Decreto n.º 8-A/91, de 16 de Março), Estatutos do Banco de Poupança e Crédito, SARL (Decreto n.º 47/91, de 16 de Agosto), Estatutos do Banco do Banco Africano de Investimentos, SARL, Estatutos do Banco Comercial Angolano (Decreto n.º 37/01, 15 de Junho), Estatutos do Banco Sol, SARL, autorização de abertura do Banco Espírito Santo, SARL – BES (Decreto n.º 36/01, de 15 de Junho) e os Estatutos do BES, e mais, não prevêm quaisquer disposições específicas referentes à proteção e à vinculação ao sigilo bancário. O que não parece necessário e nem indispensável, dado que as regras atinentes ao sigilo bancário já estão reguladas à luz da LIF, da LO do BNA e das outras legislações especiais aplicáveis ao setor bancário angolano.

⁶⁰⁷ Vide Decreto Executivo n.º 30/97, de 25 de Junho, referente aos meios de pagamentos em geral, e o Decreto Executivo n.º 31/97, de 25 de Junho, regula o regime das letras e livranças.

por força do art. 97º, vinculam-se ao dever do sigilo bancário em tudo quanto relacionado com o BNA (sigilo de supervisão), designadamente relacionada com a atividade do banco, os depósitos, empréstimos, operações de crédito, garantias, relações com exterior e em quaisquer outras operações e serviços desenvolvidos no BNA, incluindo as medidas de política monetária e segurança do BNA, art. 96º, n.ºs 1 e 2.

Seguindo a orientação da LO do BNA, a então LIF reitera, nos termos do art. 59º, a vinculação subjetiva e objetiva, e na atual LBSFA rege essa matéria nos termos do art.76º/1, tendo vinculado ao dever de proteção do sigilo bancário, v.g. os órgãos de supervisão das instituições financeiras, órgãos de administração, funcionários, comissários ou mandatários ainda que a título de passagem, em tudo que se relaciona com a vida das instituições de crédito, bem como as suas relações com a clientela, incluindo neste âmbito os nomes dos clientes, as suas contas de depósito, os seus movimentos e demais operações bancárias, cujo conhecimento lhes advenham exclusivamente do exercício das suas funções ou da prestação de serviços⁶⁰⁸.

Por fim, a então LIF dispõe nos termos do seu art. 59º, n.º 3, e atual LBSFA no art.76º/3⁶⁰⁹, que o referido dever de reserva não cessará nem com o termo das funções ou serviços nas instituições de crédito ou nas autoridades de supervisão.

3. Limites e problemas atuais

Entretanto, no que se respeita às exceções e delimitações ao conteúdo do sigilo bancário, a LO do BNA consente nos termos do art. 96º, n.ºs 1, *in fine*, 4 e 5, excecionalmente, as seguintes restrições ao conteúdo do sigilo bancário:

- i. Pedido do interessado nas operações.
- ii. Despacho do Juiz de Direito ou Ministério Público no âmbito de instruções de processos.
- iii. Despacho do Governador que determina a quebra do sigilo bancário.
- iv. Quando esteja em causa assuntos ligados ao branqueamento de capitais e terrorismo mundial.

⁶⁰⁸ Sobre o âmbito pessoal e material do sigilo bancário à luz da LIF, veja-se, Elisa Rangel Nunes, *op. cit.*, pp. 80 e 81.

⁶⁰⁹ O mesmo se diga em relação a Lei 15/99 de Moçambique – art.48º/3, e LBSF-CV – art.32º/3.

Por outro os arts. 77º/2 e 96º/2 da atual LBSFA consagram algumas exceções ao dever do sigilo bancário, traduzidas nas situações de inoponibilidades do sigilo bancário, nas chamadas zonas livres de circulações de informações, em que o sigilo bancário não se opõe às autoridades de supervisão - incluindo o BNA - no âmbito do exercício das suas funções, devendo as instituições de crédito fornecer todas as informações ao BNA, podendo este trocar as referidas informações com outras entidades de cooperação estrangeira⁶¹⁰; sua revelação a Comissão de Mercado de Capitais⁶¹¹, a Agência de Regulação e Supervisão de Seguros de Angola - ARSEG⁶¹², no âmbito exclusivo das suas atribuições, bem como a revelação de informação bancária para instrução do processo mediante despacho do Juiz de direito ou do MP; e nas demais situações expressamente previstas na lei⁶¹³.

Por outro, o sigilo bancário regista mais um recuo do perímetro de sua aplicação mediante a autorização escrita do cliente e por despacho do Juiz de Direito ou do Ministério Público que ordena a quebra do sigilo bancário para prosseguir os fins da realização da justiça.

Entretanto, quer a LO do BNA, quer a LIF, não distinguem a natureza do processo judicial que poderá determinar a quebra do sigilo bancário. Com efeito, o sistema angolano coloca a possibilidade da quebra arbitrária do sigilo bancário em todos os tipos de processos, quer seja de natureza cível ou penal, apenas condicionado à autorização judiciária mediante competente despacho do Juiz de direito ou do MP.⁶¹⁴

Neste caso, o sistema angolano transmite uma certa insegurança e não toma o sigilo bancário como uma regra de ouro, que informa a banca e a atividade bancária e, por conseguinte, confere maior preponderância à administração da justiça em relação ao sigilo bancário.

Ainda a al. e) do n.º 2 do art. 60º da LIF e 96º/2 da LBSFA, consagram a possibilidade de derrogação ao sigilo bancário nos outros casos previstos na lei. Entretanto, mais uma vez, sem distinguir a natureza da lei em causa, o que nos leva a concluir que qualquer lei, quer seja de natureza cível quer

⁶¹⁰ Tais informações recebidas pelo BNA podem ser utilizadas apenas no âmbito exclusivo das suas atividades, designadamente para análise das condições de acesso às atividades das instituições de crédito; para as supervisões das instituições de crédito, referente à sua liquidez, solvabilidade, riscos e demais condições de conformidades exigidas por lei, como garantias de fundos próprios, organização administrativa, contabilística, e controlo interno; para aplicação de sanções; no âmbito do recurso interpostos de decisões proferidas pelo BNA; e para efeitos da política monetária e do funcionamento ou supervisão do sistema de pagamento.

⁶¹¹ Vide Código de Valores Mobiliários de Angola, aprovado pela Lei n.º 22/2015, de 31 de Agosto.

⁶¹² Cf. Francisco Mário, *op.cit.* p. 271 e ss.

⁶¹³ Cf. Adilson Sequeira, *Planeamento e gestão fiscal em Angola, Reforma Tributária, Angola, Escolar Editora, 2014. P. 29 e ss.* Cf. Elisa Rangel Nunes, «Direito Bancário...», *op. cit.*, p. 81 e ss.

⁶¹⁴ A antiga LO do BNA apenas admitia a quebra do sigilo bancário pelos tribunais ou Juiz de Direito ou Ministério Público quando esteja em causa processo de natureza criminal.

seja penal, poderá importar a limitação e a quebra ao dever do sigilo bancário no sistema angolano.

Por outro lado, o sistema angolano dispõe de um mecanismo de circulação de informação bancária entre bancos, nomeadamente com a finalidade de preservar a carteira de crédito e a gestão eficaz do risco de crédito cuja operacionalização poderá entroncar e conflitar com o dever de reserva a que as instituições de crédito se encontram adstritas por força do capítulo VI da LIF, relativa às regras de conduta. No entanto, a resolução dos conflitos em causa - de um lado a recolha e livre circulação de informações entre bancos, e de outro, o dever de preservação da descrição sobre os dados dos seus clientes - passam pela ponderação concreta sobre quais dos interesses deve prevalecer e em que medida⁶¹⁵.

O sistema consente um recuo ao dever do sigilo bancário referente à remessa de informações à autoridade de supervisão – que tais informações que esta detenha se encontram sujeitas ao sigilo bancário. Contudo, a lei permite à autoridade de supervisão - no âmbito das suas atividades - a troca das referidas informações com outras entidades, conforme o art. 50º e ss da LIF. Para além disso, a par da existência de um serviço de centralização de riscos de crédito mediante a institucionalização da Central de Informação de Riscos de Crédito no âmbito do BNA⁶¹⁶, ainda as instituições de crédito dispõem de um sistema de troca direta de informações sem ter que passar por aquela, contando que organizem os seus ficheiros de informações recíprocas de modo a garantir a segurança das operações e a preservação do sigilo bancário nas suas relações.

Quanto aos problemas atuais, no direito angolano - na LO do BNA, na então LIF e na LBSFA, e principalmente na Lei n.º 34/11, de 12 de Dezembro⁶¹⁷ - impõem-se as instituições financeiras em prejuízo do conteúdo e da extensão do sigilo bancário, a tomada de medidas preventivas e repressivas de forma a evitar que sejam utilizadas para branqueamentos e para fins terroristas, organizações terroristas ou por pessoas ou entidades que financiem terroristas ou organizações terroristas. As referidas obrigações incluem o dever de conhecer os seus clientes - e, se aplicável, os seus

⁶¹⁵ Cf. Elisa Rangel Nunes, «A Banca e o Risco de Crédito – ideias preliminares», *Revista da Ordem dos Advogados de Angola*, n.º 3, Luanda, Centro de Documentação e Informação, 2005, p. 61 e ss.

⁶¹⁶ Neste sentido, ensina a doutrina sobre os dados fornecidos por centrais de risco, que “Essa implantação pode fazer-se com a preservação daquele poder-dever, mediante técnicas de criptografia, em mensagens, que na sede da globalização de riscos são electronicamente processadas, gerando ali a cifra do risco total do sistema, sem que se identifiquem valores específicos de qualquer operação, ou mesmo valores globais de riscos em um banco”(Geraldo Camargo Vidigal, «As Centrais de Risco e o Sigilo Bancário», *op.cit.*, p. 2). Cf. Germano Marques da Silva e Isabel Cristina M. Marques da Silva, «Sobre a Admissibilidade de Empresas Privadas de Centralização de Informações Sobre Riscos de Crédito», *Revista da Banca*, n.º 44, Outubro/Dezembro, 1997, p. 37 e ss.

⁶¹⁷ Revoga a Lei n.º 12/10, de 09 de Junho.

representantes e beneficiários efetivos - de forma a identificar e verificar a respetiva identidade, assim como aplicar as devidas medidas de diligência relativamente às pessoas e entidades com quem ou para quem a instituição financeira estabelece relações de negócio ou efectua transações.

Com efeito, sempre que as instituições financeiras tenham conhecimento, suspeitem ou tenham razões suficientes para suspeitar, que a identidade do cliente, efetivo ou potencial, ou qualquer outra pessoa, grupo ou entidade envolvida numa relação de negócio ou transação corresponde a uma pessoa, grupo ou entidade designada, devem comunicar imediatamente este facto à Unidade de Informação Financeira, utilizando para esse efeito o formulário da Declaração de Identificação de Pessoas Designadas anexo à Diretiva n.º 03/DSI/2012, de 24 de Julho, arts. 4º e ss., 13º e ss.

Ainda, conforme a Lei n.º 1/12, de 12 de Janeiro, Lei da Designação e Execução de Atos Jurídicos Internacionais, as instituições financeiras - para além da obrigação de comunicação acima referida - encontram-se proibidas de colocar à disposição fundos ou recursos económicos ou outros serviços conexos, direta ou indiretamente, em benefício de pessoas, grupos e entidades designadas pelo Comité de Sanções das Nações Unidas conforme a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1267.

Foi instituído por Decreto Presidencial n.º 35/11, de 15 de Fevereiro, a Unidade de Informação Financeira – UIF, e nos termos dos arts.4º, al. h) e 17º da lei de prevenção e repressão de branqueamento em Angola, reconhece-se a proteção do sigilo bancário, vinculando essa entidade de supervisão financeira - UIF e a todos os agentes e dirigentes ligados às estruturas do combate ao branqueamento de capitais e terrorismo, ao dever de reserva quanto as informações colhidas no âmbito das suas funções.

Nesta linha de seguimento, todas as condutas e atividades enquadradas no âmbito da Lei n.º 34/11, ficam cobertas de instrução de um processo-crime que, para efeito, justifica-se a quebra do sigilo bancário. Encimada por esta preocupação, prevenção, pelo combate às atividades criminosas, pelas suas proporções e perigos que transportam à escala mundial, fazendo com que, no sistema angolano, se adotassem regras de condutas aplicáveis aos mercados interbancários através do Código de Conduta para os Mercados Monetários e Cambial ou simplesmente denominado por Código de Conduta dos Mercados Interbancários.

O referido código compreende uma vinculação pessoal no sentido de obrigar a todos os operadores das instituições de crédito que de forma direta ou indireta se envolvam na negociação, transação e gestão de produtos financeiros, no âmbito das suas funções ou fora delas, e vinculação substantiva, no que se refere às operações realizadas nos referidos mercados. Todos os que vinculam as regras contidas no

código, designadamente os gestores e operadores por sujeitarem a um conjunto de obrigações, são passíveis de responsabilidades em caso de infrações dessas regras⁶¹⁸.

Para mais, em gesto de complementaridade e da execução da Lei n.º 34/2011, adotou-se os Avisos n.ºs 21 e 22/2012, de 25 de Abril, que vêm estabelecer as obrigações de identificação e diligência, e incrementar um sistema de prevenção de branqueamento de capitais e do terrorismo, impondo a criação do *compliance office* (serviço de controlo de conformidade) na estrutura organizacional dos bancos.

Por seu turno, no sistema angolano, por força do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/2011, de 9 de Junho, sobre o regime simplificado das execuções fiscais⁶¹⁹, vem legitimar a administração fiscal angolana a obter os dados e informações ligadas às contas bancárias de clientes das instituições de crédito incumpridores para com o fisco angolano, para efeitos de cobranças coercivas. Assistindo-lhe, por isso, a prerrogativa de penhorar as contas bancárias dos clientes devedores, em prejuízo do sigilo bancário. Tal constitui, no sistema angolano, a defesa de que os interesses subjacentes à administração fiscal angolano bem como a luta contra a fraude e evasão fiscal, sobrepõem-se aos interesses e valores resguardados no perímetro de proteção e de aplicação do sigilo bancário.

Portanto, por um lado, deve-se assinalar que, na vertente da administração da justiça, parece prevalecer, na ordem jurídica angolana, a tendência que favorece cada vez mais a cultura de obrigatoriedade de cooperação com a justiça, quer seja cível ou penal, em prejuízo do sigilo bancário. Por outro, denota-se no sistema tributário angolano, à semelhança dos sistemas vigentes nos outros países do PALOP, um certo afastamento do modelo tributário de matriz colonial, e adoção de um modelo próximo da UE, de Portugal e da OCDE⁶²⁰.

⁶¹⁸ Para mais informação sobre o Código de Conduta dos Mercados Interbancários, veja-se, Elisa Rangel Nunes, «Direito Bancário», in AA.VV., *Direito de Angola*, Luanda, FDUAN, 2014, p. 82 e ss.

⁶¹⁹ Revoga o vetusto Código das Execuções Fiscais, aprovado pelo Decreto n.º 38088/50, de 12 de Dezembro. Ainda sobre este assunto vide, Hermenegildo F. M. Kosi, «Direito Fiscal», *Direito de Angola*, Luanda, FDUAN, 2014, p. 309 e ss. Para uma ideia geral sobre o sistema fiscal angolano, veja-se: Sociedade de Advogados – Rogério Fernandes Ferreira & Associados, Um Olhar sobre: O sistema fiscal angolano, Tax & Business, www.rffadvogados.pt.

⁶²⁰ Cf. Neste sentido e ideia geral sobre o sistema e a Lei Geral Tributária angolana, Jónatas E. M. Machadi, Paulo Nogueira da Costa e Osvaldo Macaia, *Direito Fiscal Angolano – segundo a reforma de 2014*, Coimbra, Coimbra Editora, 2015, pp.102 e ss e 126 e ss.

4. Violação e a natureza

O sistema de proteção do sigilo bancário em Angola é semelhante aos demais sistemas aqui estudados, importando a violação do dever do sigilo bancário e as consequências negativas de várias naturezas, sobretudo as consequências cíveis relacionadas com a obrigação de indemnização por parte do banco ao cliente prejudicado, fundada na responsabilidade civil obrigacional ou extra obrigacional, disciplinar, administrativa e penal.

Com efeito, numa leitura conjunta das disposições dos arts. 96º, n.º 3, da LO do BNA, e art. 65º da então LIF e art.82º da LBSFA, admite-se que a violação do sigilo bancário gera, na ordem jurídica angolana, as consequências disciplinares, relacionadas com eventual despedimento de quem viola o dever do sigilo bancário, e penal, traduzida na aplicação da eventual pena de multa e/ou efetiva à luz do código penal de Angola, art.290º CP⁶²¹. Não obstante, não nos parece desajustado e ilegítimo admitir para além destas, outras consequências legais, nomeadamente as administrativas - traduzidas nos processos da autoridade de supervisão contra a instituição de crédito em causa e as cíveis - traduzidas nas obrigações de indemnização de quem viola, com fundamento no regime da responsabilidade cível contratual e extracontratual, arts. 483º e ss., e art. 798º e ss., ambos do CC.

SUBSECÇÃO III

Do Sigilo Bancário no Direito Moçambicano

1. Enquadramento geral

No sistema jurídico moçambicano, o sigilo bancário está na sua fase de maturação, sobretudo com o primeiro estudo e contributo de Boaventura Gune relativo ao tema⁶²². Neste estudo, deixa transparecer a ideia de que sigilo bancário no direito moçambicano deve ser encarado em dois grandes momentos distintos, que por si só representam duas fases de evolução do sigilo bancário no plano legislativo, sem

⁶²¹ O núcleo duro do direito penal angolano vem regulado no CP de 1886. Sobre este código e legislações extravagantes, veja-se, Grandão Ramos, «Direito Penal», *Direito de Angola*, Luanda, FDUAN, 2014, p. 364 e ss.

⁶²² Cf. Boaventura Salomão Mahuaie Gune, *O Sigilo Bancário na Ordem Jurídica Moçambicana: Extensão e limites*, Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas-Empresariais, FDUL, 2003, p. 140 e ss..

descurar do facto de que a própria génese e evolução do sigilo no sistema moçambicano está intimamente conexa à evolução da banca e da atividade bancária em Moçambique.

No período que antecedeu a ascensão da independência de Moçambique em 1975, deve-se assinalar que não existia qualquer regulamentação legal específica que prevísse o regime jurídico do sigilo bancário. Todavia, constavam referências genéricas do género e modalidade do sigilo profissional e, neste sentido, a sua proteção se insere nesta órbita geral, *maxime* do art. 290º do Código Penal de 1886, dos arts. 80º, 81º, 122º, 123º, 124º, 138º, 152º, 153º, 154º, 483º e 2079º, ambos do Código Civil, do art. 217º, n.º 3 do Código de Processo Penal, dos arts. 519º, n.º 3, 535º e 837º, n.º 5, do CPC, do art. 142º, do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino⁶²³, e sem afastar que o sigilo bancário encontrava-se enraizado nesse período nos usos do comércio bancário, impondo assim deveres de discrição aos dirigentes e funcionários bancários quanto à vida das instituições de crédito e das suas relações com os seus clientes, quer através do acordo coletivo de trabalho ou contratos individuais às instituições bancárias⁶²⁴ que operavam na então província ultramarina⁶²⁵.

No período posterior à declaração de independência, começaram a surgir as primeiras referências legais específicas ao sigilo bancário no direito moçambicano, nomeadamente o Decreto n.º 2/75, de 17 de Maio de 1975, que cria o Banco de Moçambique (BM) em substituição da então filial do Banco

⁶²³ Aprovado por DL n.º 46982, Publicado no BO n.º 20 I Série, de 19 de Maio de 1966.

⁶²⁴ Tal como se configurava na Guiné-Bissau, antes da independência, em Moçambique, o BNU exercia a função de banco comercial e de banco emissor, mas foi tolerada a existência de outras instituições de crédito, como o Banco de Crédito Comercial e Industrial (BCCI), Banco Comercial de Angola (BCA), Banco Santander Totta de Moçambique (BSTM), Montepio de Moçambique (MM) e o Instituto de crédito de Moçambique (ICM). Todas as instituições pontuavam as suas ações e operações na salvaguarda das regras de condutas, neste caso em específico dando a devida guarida ao sigilo bancário como modalidade do sigilo profissional que os seus deveres de ofícios e ars bancárias os impunham. No entanto, deve-se realçar, na nossa modesta opinião, que o Banco de Moçambique (BM) e a banca de Moçambique iniciou a sua própria história depois da independência, a partir do *Acordo de Lusaka*, celebrado entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique, através de uma reunião realizada entre 5 a 7 de Setembro de 1974 (Publicado no BO n.º 117, I Série), que visava, no essencial, assentar um acordo conducente à independência total e plena de Moçambique. Ao qual permitiu a criação do Banco Central de Moçambique e a nacionalização do Departamento do BNU em Moçambique pelo Governo Transitório por intermédio do DL n.º 451/74, de 13 de Setembro, Publicado no BO n.º 113, I Série, e que Estado Português compromete-se a transferir para o novo Banco Central todas as atribuições, o ativo e passivo do Departamento do BNU em Moçambique, por intermédio do BM. Em 1992, foi concretizada a separação entre o papel do banco central e as atividades do banco comercial, com a aprovação da Lei 1/92, de 3 de Janeiro - Lei Orgânica do Banco - que define a natureza, objetivos e funções do Banco Moçambique como Banco Central e as funções comerciais passaram para uma nova entidade, o ex - Banco Comercial de Moçambique, criado através do Decreto n.º 3/92, de 25 de Fevereiro.

⁶²⁵ Todo este cenário do quadro evolutivo do sigilo, no período anterior à declaração da independência, corresponde a um cenário idêntico verificado na Guiné-Bissau nesse período e, igualmente, em todos os países da então colónia portuguesa, com a exceção do Brasil, nomeadamente, Cabo-Verde, Angola, São-Tomé e Príncipe e o próprio Moçambique. Por isso, mais adiante, na abordagem do sigilo bancário no direito guineense vamos limitar esta abordagem e centrarmos essencialmente na evolução história e legislativo do sigilo bancário.

Nacional Ultramarino – BNU e aprovou a respetiva LO do BM, configurando-se como diploma legal pioneiro em matéria de consagração legal do sigilo bancário, no qual encontrava-se plasmado, no seu art. 78º, o dever de guardar a discrição referente às informações relacionadas com os depósitos, empréstimos ou quaisquer outras operações efetuadas no BM.⁶²⁶

Este diploma legal apresentava limitações e insuficiências graves relativo ao regime do sigilo bancário, não só restringindo a sua aplicação às operações do BM, deixando de fora do seu âmbito de aplicação os outros bancos comerciais que estiveram, então, a operar em Moçambique, e nem cuidou em clarificar o conceito do sigilo bancário, nem o seu âmbito pessoal, i.e., relativamente à vinculação ao sigilo bancário aos trabalhadores, Governador e o Vice-Governador do BM, etc...

Ainda, a LO do BM não se preocupou em regular aspetos essenciais que tangem com o regime do sigilo bancário - que na opinião de Boaventura Gune - não deviam ficar de fora, particularmente: a questão do direito ao sigilo bancário, competência para decretar a derrogação ao sigilo bancário, a cessação do sigilo bancário por solicitação do Governo, a questão da possibilidade de inoponibilidade do sigilo bancário perante a administração fiscal, administração da justiça, branqueamento de capital, terrorismo internacional, e perante mandatários e procuradores do titular da conta, duração e a cessação do sigilo bancário, a respetiva violação e a consequência que mesma postulava.

Portanto, neste sentido, corroboramos absolutamente o dizer de Boaventura Gune de que a

“LOBM limitava-se a definir princípio geral de proibição da revelação não autorizada de informações sobre operações bancárias, mas não continha um critério rigoroso que permitisse identificar com precisão, não só o âmbito pessoal como também o material do dever de sigilo bancário e a sua extensão e limites”⁶²⁷.

Não obstante as insuficiências que apresentava, deve-se assinalar que a LO do BM constituía não apenas um diploma legal, pioneiro em matéria de consagração específica do sigilo bancário na ordem jurídica moçambicana, mas um avanço significativo nesta matéria, atribuindo-lhe, por tal, um grande mérito ligado à consagração legal expressa, genérica e autónoma do sigilo bancário. A mesma deixou um importante legado que serviu de base para questionar e equacionar novas soluções legais relacionadas com o regime do sigilo bancário, sobretudo tendo em vista a necessidade de defesa de

⁶²⁶ . Sobre a supervisão bancária e o sistema bancário moçambicano, veja-se: Raluca Tabita Gbiurco, “*As Instituições de Supervisão Bancária em Moçambique*”, in Revista de Concorrência e Regulação, Anos V-VI-N.ºs 20-21, Outubro 2014 – Março 2015. P.238 e ss.

⁶²⁷ Boaventura Gune, *O Sigilo Bancário*, op. cit., p. 143.

outros valores ligados ao fisco, a justiça, branqueamentos de capitais, terrorismo, estes incompatíveis com a defesa integral do sigilo bancário. Ademais, a referida LO do BM constitui um certo avanço ao nível de proteção da privacidade individual, assim como a defesa do interesse da economia, do sistema financeiro e da confiança do público.

Posteriormente, a LO do BM foi revogada pelo Conselho de Ministro da República Popular de Moçambique com a adoção da Resolução n.º 3/76, de 17 de Agosto, visando, com esta resolução, adotar medidas direcionadas a inverter a tendência de movimento dos capitais e da atividade bancária face à crescente fuga de capitais e redução de depósitos nos bancos, relançar a captação de depósitos dos públicos, e dar a devida guarida ao sigilo bancário – salvaguardando, desta forma, os interesses dos depositantes e clientes bancários, garantir a segurança e o sigilo nas suas contas e intensificar atividade bancária em Moçambique na base de crédito e confiança do público no sistema bancário, etc⁶²⁸.

Entretanto, este diploma legal não resolveu os problemas relacionados com a extensão e os limites do sigilo bancário no direito moçambicano⁶²⁹.

A atual LO do BM⁶³⁰, seguiu as mesmas pisadas da primeira lei orgânica do BM (Decreto n.º 2/75, de 17 de Maio, então aprovada pelo Governo de Transição)⁶³¹.

⁶²⁸ Igualmente, o Decreto n.º 16/78, de 21 de Outubro (Publicado no Boletim da República (BR) n.º 126, I Série de 21 de Outubro, anexo 8), sobre as Normas e Disciplina no Aparelho do Estado, fazia referência à salvaguarda do sigilo profissional, art.3º, n.º 3, al. s).

⁶²⁹ Vide Boaventura Gune, *O Sigilo Bancário*, op. cit., p. 150 e ss., relativamente à justificação da consagração legal e histórica do sigilo bancário no sistema jurídico moçambicano.

⁶³⁰ A Lei n.º 1/92, de 03 de Janeiro, Publicada no Boletim da República n.º 001, I Série, 2º Suplemento ao Boletim Oficial de 03 de Janeiro de 1992, que revogou e substituiu expressamente o Decreto n.º 2/75, de 17 de Maio. A nova LO do BM, segundo clama o seu preâmbulo, visa, no essencial, imprimir a nova dinâmica na atividade do BM com vista a corresponder à conjuntura atual da política económica e a necessidade do desenvolvimento. Acelerar a operacionalidade do BM no seu papel de formulador, gestor e controlador da política monetária, de crédito e supervisor do sistema financeiro nacional e a necessidade de implementação do Programa de Reabilitação Económica e Social em perfeita sintonia com os parceiros de cooperações internacionais, visando, igualmente, separar de forma clara as funções do BM como Banco Central, e as dos bancos comerciais, alargar espaço e meio de competitividade aos bancos comerciais.

⁶³¹ Consultar o endereço eletrónico <http://www.bancomoc.mz>, que contém várias informações pertinentes sobre este banco, que vão desde a sua estrutura, organização, quadro jurídico, bem como acesso às ligações referentes às instituições de crédito e sociedades financeiras de Moçambique, organismos do Estado e parceiros de cooperações no domínio económico e financeiro, designadamente sobre os Bancos Centrais dos Estados da SADC, a Comunidade de Desenvolvimento de África Austral.

2. Quadro legal vigente

No sistema jurídico moçambicano existe, atualmente, a consagração legal difusa de regras e princípios referentes à proteção do sigilo bancário nos vários domínios e matérias jurídicas, como sejam:

2.1. Nos arts. 41º e 71º da Constituição Política de Moçambique, a proteção do sigilo bancário é suscetível de ser inserido no âmbito genérico de proteção constitucional à reserva da vida privada e da intimidade e em face da tutela dos dados individuais face a informática⁶³².

2.2. A Lei n.º 1/92, de 03 de Janeiro, que aprova a nova LO do BM, que define, no essencial, a natureza, os objetivos e missões do BM como Banco Central da República de Moçambique, art. 1º e ss., cabendo-lhe as atribuições no domínio da emissão, da definição da política, supervisão e fiscalização monetária, arts. 7º e ss; do banco central do Estado - a quem cabe o papel do banqueiro, consultor financeiro, orientador e controlador das políticas financeiras, monetárias e cambial do Estado, arts. 16º e ss.; de caixa do Tesouro, art. 40º; da gestão das operações do banco de desconto, redesconto, letras, livranças, faturas, *warrants* e outros títulos, concessão de crédito às instituições de crédito, empréstimos, receber depósitos do Estado e das instituições de crédito, emissão de títulos, operações sobre ouro e divisas estrangeiras, por conta própria ou de outrem, efetuar cobranças, pagamentos e transferências, entre outros, art.41º; da gestão, supervisão e fiscalização da banca moçambicana, arts. 44º e ss., e mais consignadas na referida LO do BM.

Este diploma legal faz referência expressa relativa à vinculação objetiva e subjetiva ao sigilo bancário, nos artigos 73º e 74º. Portanto, devendo, por isso, considerar que o BM e qualquer pessoa ligada ao BM, mesmo a título ocasional, vinculam-se ao dever do sigilo bancário em tudo quanto diga respeito a vida do BM, os depósitos, operações de crédito, garantias, relações com exterior e em quaisquer outras operações e serviços desenvolvidos no BM, incluindo as medidas de política monetária e segurança do BM.

O mesmo apenas pode prestar informações nos casos restritos das autorizações do titular das referidas operações ou perante o Despacho do Juiz de direito que ordena a quebra do sigilo bancário depois de ouvido, por ofício, o Governador do BM.

⁶³² Proteção essa densificada no plano ordinário, nomeadamente no CC, nos arts. 80º e 81º, e arts. 122º-124º, 138º, 152º - 154º, 483º e 2079º, e no CPC, arts. 519º, n.º 3, 535º, 837º, n.º 5; no plano criminal, art. 290º do CP criminaliza a violação do sigilo profissional e mais precisamente o art. 102º da Lei Bancária Moçambicana (LBM) criminaliza a violação do sigilo profissional bancário, e no âmbito processual penal, art. 217º do CPP vem disciplinar o sigilo bancário; no âmbito laboral, Lei n.º 8, de 20 de Julho, art.16º, al.e), que obriga os trabalhadores a guardar sigilo profissional.

2.3. No âmbito do Direito Bancário

i. O núcleo duro do regime do sigilo bancário na atividade bancária em Moçambique vem regulado pela Lei-Quadro referente ao regime geral das instituições de crédito e sociedades financeiras, a designada Lei de Regulamentação Bancária Moçambicana (LRBM), aprovada pela Lei n.º 15/99, de 1 de Novembro⁶³³. Vem conferir especial atenção ao conteúdo, extensão e limites ao sigilo bancário (vide art. 48º e ss.), sem, no entanto, cuidar de todos os aspetos peculiares que informam o sigilo bancário.

Este diploma legal foi alterado com a finalidade de se atualizar algumas das suas disposições, nomeadamente dos arts. 1º-24º, 32º, 40º, 41º, 49º, 51º-52º, 55º, 59º, 66º, 68º, 73º, 77º, 78º-79, 81º, 82-83, 106-108º, 110º, 116º-120º, pela Lei n.º 9/2004, de 21 de Julho⁶³⁴.

Por conseguinte, a LBM foi complementada pelo Regulamento da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto n.º 56/2004, de 10 de Dezembro⁶³⁵, e pelo Regulamento de micro finanças, aprovado pelo Decreto n.º 57/2004, de 10 de Dezembro⁶³⁶. Embora os dois regulamentos não contenham quaisquer referências expressas ao sigilo bancário, todavia nada nos impede de deduzir, dos seus conteúdos em geral, a consagração implícita e prática do sigilo bancário enraizada nas regras que informam *ars* bancárias e a regulamentação de algumas operações dos bancos e das sociedades financeiras, bem como os respetivos procedimentos atinentes à organização e ao funcionamento das instituições de crédito, serviços e operações de contas, depósitos, *leasing*, *factoring*, operações cambiais, etc...

⁶³³ A LBM foi publicada no BR n.º 43, I Série, de 1 de Novembro de 1999, que veio revogar a Lei n.º 28/91, de 31 de Dezembro, sobre as instituições de crédito, Decreto n.º 34/92, de 26 de Outubro, que previa a base das instituições de crédito, e o Decreto n.º 42/89, de 28 de Dezembro, que determinava a fixação em diploma o quadro normativo do exercício da atividade das instituições de intermediação financeira e as demais legislação que contrariava aquela lei.

⁶³⁴ Publicada no Boletim da República n.º 29, I Série, de 21 de Julho de 2004, pág. 274 a 282. Ainda, segundo Anselmo Samussone, em anotação à referida lei, defende, igualmente que o art. 47º da Lei 15/99 se encontrando alterado com a entrada vigor da Lei n.º 9/2004. Cf. Anselmo Samussone, *Legislação Bancária de Moçambique*, Anotada, Angola, Escolar Editora, 2013, p. 61.

⁶³⁵ Publicado no BR n.º 048, I Série, 2º Suplemento, de 10 de Dezembro de 2004, págs. 528-554. Que revoga o anterior regulamento da lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras moçambicana, aprovado pelo Decreto n.º 11/2001, de 20 de Março que visava a regulamentação da versão original da LRBM, a Lei n.º 15/99, de 1 de Novembro, com o propósito de ajustar o presente regulamento às alterações substanciais operadas na regulamentação da banca e das suas atividades com a aprovação da Lei n.º 9/2004, de 21 de Julho. Para mais informações sobre este aspeto, veja-se, Anselmo Samussone, *op. cit.*, p. 129 e ss.

⁶³⁶ Publicado no BR n.º 048, I, Série, 2º Suplemento, de 10 de Dezembro de 2004, pp. 554-563. Aprovado com os mesmos propósitos anunciados na anotação anterior.

ii. A Lei N.º 5/98, de 15 de Junho, vem consagrar no seu art. 2º a derrogação especial ao sigilo bancário decorrente da obrigação de comunicar ao BM a identidade dos clientes do risco na utilização de cheque.

iii. O Decreto n.º 34/2000, de 17 de Outubro, art.17º, vincula os intermediários financeiros e os seus funcionários ao dever do sigilo bancário referente a conta de registo de titularidade e documentação que lhe serve de base, e prevê a respetiva sanção penal em caso de violação.

iv. No âmbito do Regulamento do Mercado de Valores Mobiliários (RMVM), os arts. 6º e 107º, prevêm a vinculação ao sigilo bancário aos intermediários financeiros, seus órgãos, pessoal, mandatários e a respetiva penalização em caso de violação.

v. Sobre a luta contra o branqueamento de capitais, Lei n.º 7/2002, de 15 de Fevereiro estabelecia o regime jurídico aplicável às instituições de crédito e as sociedades financeiras, relativa à necessidade de prevenção e repressão da utilização do sistema financeiro para a prática de atos de branqueamento de capitais⁶³⁷. Além de consagrar a quebra do sigilo bancário justificada na necessidade de obter informações bancárias necessárias ao combate ao crime de branqueamento de capitais, ainda fixa o regime do sigilo bancário partilhado ou derivado, i.e., as entidades ou pessoas, seus funcionários e dirigentes que obtenham as informações bancárias neste quadro e no âmbito das suas funções, devem zelar pela sua guarda sob a discrição, devendo ser utilizada e disponibilizada apenas neste âmbito, arts.16º-18º.

Este diploma legal, bem como a Lei n.º 3/97, de 13 de Março, que estabelece o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas em Moçambique, foram, igualmente, complementadas por outros diplomas e regulamentos, como sejam:

- A Lei n.º 14/2007, de 27 de Junho⁶³⁸, que cria o Gabinete de Informação Financeira de Moçambique (GIFM), com atribuições idênticas às da Célula Nacional de Tratamento de Informações Financeiras (CENTIF) na Guiné-Bissau e da UIF da Angola, no domínio de prevenção e repressão de branqueamento de capitais e outras vantagens ilícitas através dos sistemas bancários. A esta é atribuída a função de recolher, centralizar, analisar e difundir às entidades competentes, as informações respeitantes às operações económicas e financeiras subsumíveis ao tipo do crime de branqueamento de capitais. Neste sentido, todas as instituições de crédito e as sociedades financeiras devem, por lei, colaborar com esta instituição do Estado, fornecendo-lhe todas as informações suspeitas, em rompimento ao conteúdo do sigilo bancário, arts. 2º e 3º.

⁶³⁷ Publicada no BR n.º 007, I Série, de 13 de Fevereiro de 2002, pp. 95-101.

⁶³⁸ Publicada no BR n.º 026, I, Série, de 27 de Junho de 2007, pp. 237-238.

Entretanto, o GIFM e os titulares dos seus órgãos estão adstritos, pela presente lei, ao dever de discrição quanto aos dados conhecidos no âmbito das suas atividades, conforme o art. 9º. Portanto, estão sujeitos assim ao dever do sigilo bancário derivado ou em segunda linha.

- O Decreto n.º 37/2004, de 08 de Setembro⁶³⁹, que aprova o regulamento da Lei n.º 7/2002, de 5 de Fevereiro, relativa à prevenção e repressão de branqueamento de capitais, alterado pelo Decreto n.º 1/2006, de 28 de Fevereiro⁶⁴⁰.

vi. Na atualidade, em Moçambique, a matéria de prevenção e repressão de branqueamento de capitais e do terrorismo é regida pela Lei n.º 14/2013, de 12 de Agosto, na qual consagra o dever de discrição quanto as informações bancárias suspeitas recolhidas e armazenadas no âmbito das suas atividades, art.25º.

vii. Aviso n.º 008/GGBM/96, referente a institucionalização da Central de Risco de Crédito - CRC, determinando que as informações fornecidas a CRC não podem ser utilizadas fora deste âmbito, arts.6º e 25º.

3. A vinculação e extensão

O núcleo duro do regime do sigilo bancário na ordem jurídica moçambicana encontra-se regulado ao abrigo da Lei n.º 15/99, de 1 de Novembro⁶⁴¹, a chamada Lei-Quadro do Sistema Financeiro, ou por simplesmente a Lei de Regulamentação Bancária Moçambicana (LRBM), que regula o regime geral do estabelecimento e do exercício da atividade de instituições de crédito e das sociedades financeiras⁶⁴².

A filosofia que preside a esta nova LRBM vem patenteada no seu preâmbulo, visando imprimir a nova dinâmica que o próprio sistema financeiro moçambicano reclamava, introduzindo uma nova classificação das instituições financeiras e procurando disciplinar melhor a atividade financeira, com a finalidade de garantir uma adequada gestão de fundos recebidos de públicos, assim como proporcionar aos clientes bancários a máxima confiança e segurança.

⁶³⁹ Publicado no BR n.º 036, I, Série, de 08 de Setembro de 2004, pp. 350-354.

⁶⁴⁰ Publicado no BR n.º 008, I, Série, 2º Suplemento de 28 de Fevereiro de 2006, p. 36.

⁶⁴¹ Foi publicada no Boletim da República – BR n.º 43, 1ª série de 1 de Novembro de 1999. Esta lei veio revogar e substituir a então Lei 28/91, de 31 de Dezembro, relativa as instituições de crédito, o Decreto n.º 34/92, de 26 de Outubro, igualmente sobre as regulamentações das instituições de crédito, o Decreto n.º 48/89, de 28 de Dezembro, relativo ao exercício de atividade de intermediação financeira.

⁶⁴² Cf. neste sentido, Boaventura Gune, *O Sigilo Bancário*, op. cit., p. 166. A fixação do conceito da instituição de crédito e da sociedade financeira deve ser aferida na doutrina geral vigente no direito comparado. Cf. Fernando Conceição Nunes, «Instituições de crédito: Conceito e Tipologias legais», p. 155 e ss 238 e ss.

Prevê no seu art. 48º e ss um dever do sigilo profissional bancário a observar pelas instituições de crédito e sociedades financeiras no âmbito do exercício da sua atividade⁶⁴³.

Deste modo, na ordem jurídica moçambicana, o dever do sigilo bancário vem amparado na secção II do Capítulo VI da LRBM, referente às regras de condutas, e como tal, o dever do sigilo bancário é consagrado como regra de conduta na LRBM, imposta às instituições de crédito, às sociedades financeiras, às autoridades de supervisão, como Banco de Moçambique, os respetivos dirigentes, funcionários, mandatários no âmbito do exercício de suas funções, art. 74º da LO do BM.

Em matéria bancária, a fonte reguladora do sigilo bancário não é exclusiva da LRBM - que encara e consagra sigilo bancário não só como regra de conduta associada a imposição ética e deontológica, mas como regra jurídica traduzida na vinculação legal ao sigilo bancário, que a própria lei confere carácter de coercibilidade, de cuja violação importa consequência de natureza diversa traduzida nas sanções administrativa, cível e até penal, art. 102º LRBM, que remete para o art. 290º do CP moçambicano, relativo ao tipo do crime de violação do sigilo bancário e a respetiva punição. Porém, antes deriva de outras fontes exclusivamente concebidas no domínio bancário, como seja da LOBM, art.74º, os Avisos do Banco de Moçambique – BM, art.47º, n.º 1, da LRBM; os Códigos de Condutas elaborados pelas Associações Representativas dos bancos e das sociedades financeiras em Moçambique, art. 47º, n.º 2, da LRBM; e das próprias regras de condutas constantes da Secção II da LRBM, importando conjunto de deveres situados na órbita da exegética perfeição técnica, organizacional e da eficiência, no sentido de proceder com a máxima diligência, neutralidade, lealdade, discrição, acautelar os legítimos interesses da clientela com a máxima segurança, protegendo, sobretudo, o dever do sigilo profissional bancário.

4. Âmbito pessoal

Conforme o preceituado ao abrigo do art. 74º da LO do BM e do art.48º, n.º 1, da LRBM, do ponto de vista de vinculação subjetiva, estão sujeitas ao dever de sigilo bancário todas as pessoas e entidades que prestam serviços às instituições bancárias e às sociedades financeiras, as quais se destacam as seguintes:

- O Governador e o Vice-Governador do BM, os funcionários e inspetores do BM - no que

⁶⁴³ Neste sentido, adverte Boaventura Gune que a expressão “sigilo profissional” na LRBM deve ser acoplada ao sigilo profissional bancário. Boaventura Gune, *O Sigilo Bancário*, op. cit., 167.

concerne aos elementos e factos ligados a vida das instituições de crédito e dos seus clientes de que tenham acessos no âmbito do exercício de suas funções.

- O Conselho de Administração, os respetivos administradores e o seu presidente.
- Todos os colaboradores bancários, ou qualquer outra pessoa ou entidade que tenha com a instituição de crédito relação de prestação de serviços de forma pontual ou ocasional.
- Estão vinculados ao dever do sigilo bancário os mandatários e os representantes ou procuradores dos bancos.
- Os agentes comerciais que estejam ligados à instituição de crédito por contrato de comissão ou de agência, bem como os intermediários financeiros e o seu pessoal no âmbito das atividades do Mercado de Valores Mobiliários nos termos do RMVM e de seguros⁶⁴⁴.
- Ainda ao abrigo dos arts. 56º, n.º 1, e 57, n.º 3, estão vinculados ao sigilo bancário todas as autoridades, os organismos e as pessoas que participam na troca de informações no âmbito da atividade bancária.

Entretanto, deve-se assinalar que apesar dos arts. 48º e 56º da LRBM não referirem as vinculações das instituições de crédito, nada impede que elas sejam incluídas neste catálogo de vinculação ao sigilo bancário nas suas relações com os seus clientes. Pretendendo, por isso, significar a vinculação dos órgãos que expressam a vontade e a conduta da pessoa coletiva, a quem os seus atos são juridicamente atribuídos. Portanto, em última instância, o sujeito passivo dessa vinculação é a própria instituição de crédito, podendo, assim, ser-lhe imputada, na qualidade do comitente, todos os atos imputados em violação do sigilo bancário pelos seus órgãos ou representantes, na qualidade do comissário, art. 500º e 800º, CC.

Por conseguinte, decorre que os sujeitos ativos e beneficiários do sigilo bancário são, nomeadamente, os clientes bancários⁶⁴⁵, o Estado, as instituições de crédito e as sociedades financeiras.

⁶⁴⁴ Decreto – Lei n.º 1/2010, de 31 de Dezembro, que aprova o regime jurídico dos seguros; Decreto n.º 29/2012, de 26 de Julho, refere o Estatuto Orgânico do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique; Diploma Ministerial n.º 300/2012, de 14 de Novembro, sobre regulamento interno do Instituto de Supervisão de Seguros; Decreto n.º 30/2011, de 11 de Agosto, estabelece condições de acesso e de exercício da atividade seguradora e da respetiva mediação.

⁶⁴⁵ No direito comparado, cliente bancário é considerado qualquer pessoa que estabeleça uma ou mais relações de negócio ou operações ou serviços quer mediante relação prévia de conta, quer sem qualquer relação de conta. Ainda, podemos definir o cliente bancário como aquele que estabelece relações no âmbito da sua atividade, ainda que tais relações não se traduzam na celebração ou concretização de operação económica e material ou na celebração de qualquer contrato.

Todos os sujeitos acima referenciados estão vinculados a guardarem o sigilo bancário, no sentido de não revelar a outra pessoa estranha, senão nas condições e circunstâncias definidas na lei, as informações sobre os factos e elementos da vida da instituição e suas relações com os clientes, desde que tais informações sejam colhidas, única e exclusivamente, no âmbito do exercício de suas funções de prestadores de serviços e de supervisão bancária, arts. 48º, n.º 1, 56º, 56º, e 57º, ambos da LRBM. Com efeito, estão vinculados a não *revelação e utilização*.

Neste sentido, deve-se precisar o alcance dos termos não revelar ou não utilizar, visto que a LRBM nada diz a este respeito. Assim sendo, “revelar é naturalmente, divulgar um facto, transmitindo-o a outrem, seja qual for a forma porque se opere essa transmissão, desde que o resultado seja de fazer chegar a informação a quem não a tinha profissionalmente acesso a ela”⁶⁴⁶.

Contudo, diferente se passa na utilização, situada num prisma que não se compadece com a mera transmissão das informações a outra pessoa, mas traduz-se no facto de o sujeito do dever, servir-se ou apropriar-se das informações conhecidas, ainda que não as revele a outra pessoa.

Portanto, decorrem do dever de sigilo bancário, dois grandes princípios complementares, traduzidos no princípio geral de proibição da revelação a outra pessoa estranha das informações relativas à vida da instituição de crédito e suas relações com os clientes; e o princípio geral de proibição da utilização dessas mesmas informações fora do âmbito jurídico e contratual, sobretudo para proveito próprio do sujeito passivo dessa vinculação.

Portanto, todas as pessoas acima referenciadas, estão vinculadas *ad eternum* ao dever do sigilo bancário, i.e., estão adstritos a guardar sob “sete chaves” todas as informações e dados ligados aos bancos e as suas relações com os clientes para além das suas funções e vinculações jurídicas às instituições de crédito, art. 48º, n.º 3, da LRBM.

5. Âmbito material

Neste ponto vamos, de acordo com a LRBM, abordar as matérias respeitantes aos factos sigilosos. Deste modo, preceitua o art. 48º, n.º 1, da LRBM que as “informações sobre factos ou elementos respeitantes à vida da instituição ou sociedade financeira ou relativas às relações desta com os seus clientes cujo conhecimento advenha exclusivamente do exercício das funções ou da prestação de

⁶⁴⁶ J. Patrício Paúl, «Sigilo Bancário...», *op. cit.*, p. 76.

serviços”. Por seu turno, refere o art. 56º, n.º1 da LRBM, que reporta-se às informações sobre factos colhidos em razão da função no BM, como sendo matéria coberta pelo sigilo bancário. Estão cobertas pelo dever do sigilo bancário os elementos ou factos relacionados com as contas bancárias, os nomes dos clientes, suas movimentações ativas e passivas, operações e serviços praticados, com a exceção das informações de conhecimento público ou sujeito a publicidade obrigatória.

Os factos relativos à vida da instituição e às suas relações com os seus clientes abrangem todos os factos ou atos materiais ou jurídicos conexos aos negócios praticados com os clientes, bem como operações financeiras executadas nas instituições financeiras, art.48º, n.º 2, LRBM.

6. Limites e problemas atuais

As informações referentes à vida da instituição de crédito e suas relações com os clientes - colhidas, exclusivamente, no âmbito do exercício de suas profissões - podem por imposição legal, ser conhecidas por terceiros alheios a estas relações, constituindo-se nas derrogações ou limitações ao conteúdo e a extensão do sigilo bancário. Com efeito, as limitações impostas ao sigilo bancário não constituem oposição ou antítese ao dever do sigilo bancário, dado que as mesmas decorrem da própria existência do sigilo bancário da qual constituem-se apenas como exceções pontuais toleradas no âmbito estrito da lei.

Assim sendo, na ordem jurídica moçambicana existem, entre outras, as seguintes situações de limitações ao conteúdo e a extensão do sigilo bancário:

- i. A LRBM prevê nos seus arts. 49º, 1, *in fine*, e 56º, n.º 2, a possibilidade de autorização do cliente, transmitida por escrito ao seu banco, para que os dados referentes às suas contas, operações e serviços sejam conhecidos por terceiros.

A exigência de autorização, por escrito, decorre da necessidade de compreender melhor o alcance e o conteúdo da referida autorização, e protege a própria instituição em causa, sobretudo referente ao ónus de prova que lhes competem no caso de haver eventual conflito com o cliente em causa referente à divulgação, revelação e utilização das suas informações.

Entretanto, contrariamente ao entendimento de Boaventura Gune, não somos de opinião favorável que a referida autorização do cliente constitui a cessação do dever do sigilo bancário por parte do banco, antes constituindo apenas uma espécie rompimento ou suspensão pontual e específica ao dever do

sigilo bancário.

A pessoa estranha à relação em causa, ao aceder a tais informações, mediante a prévia autorização - a partir dos bancos - passa - tal como os bancos - a vincular-se ao dever do sigilo bancário, i.e., se transmitir a referida informação a um terceiro, estaria desta forma a violar esse dever.

- ii. No âmbito do exercício das suas funções de definição, orientação, fiscalização, inspeção, supervisão, cooperação com outras entidades e Estados, autorização e liquidação das instituições de crédito, centralização de riscos, a LO do BM confere ao BM o direito de requerer informações ligadas à vida das instituições e os dados relacionados com os seus clientes, em prejuízo ao conteúdo do sigilo bancário, arts.45º, 47º, 50º e 49º⁶⁴⁷.
- iii. Igualmente, na ordem jurídica moçambicana, no âmbito penal e do processo penal, a LRBM consagra no seu art. 49º, n.º 2, al. c), importante exceção ao sigilo bancário, permitindo assim que os bancos, em cumprimento do dever legal de colaboração com a justiça criminal no âmbito de investigação dos factos, tendo como objetivo a descoberta da verdade material, toma ciência dos dados e informações referentes à instituição e aos seus clientes, sem que para tal incorram em quaisquer responsabilidades pela disponibilização de tais informações. Contudo deve-se atender os procedimentos consagrados no âmbito da lei penal e do processo penal para efeito. Em regra, podendo, inclusive escusar-se depor ou prestar informações com fundamento no sigilo bancário.

Com efeito, as prestações das referidas informações nos processos penais vão desde prestação de depoimentos, entrega de documentos ou objetos, apreensão de valores ou outros objetos depositados, análise local de documento, entrega de documento sobre bens depositados, valores, etc.

Contudo, correlação aos processos cíveis ou não criminais, a LRBM, na mesma senda da LRB guineense, consagra a regra geral de proibição de colaboração com a justiça por parte dos bancos, no sentido de proibir a disponibilização de informações referentes aos bancos e as suas relações com os clientes, sob pena de incorrer na responsabilidade penal, art. 290º do CP e art. 217º, n.º 3, do CPP.

Todavia, Boaventura Gune defende a opinião absolutamente desfavorável ao conteúdo do sigilo bancário, traduzindo-se na sua absoluta desvalorização em face da necessidade de administração da justiça, por advogar a prevalência da administração da justiça face ao sigilo bancário. Solução esta, segundo o autor, a considerar na perspetiva de *jure condendo*⁶⁴⁸. Na nossa apreciação, independentemente da solução que resulta *expressis verbis* da LRBM, dando prevalência do sigilo bancária face à administração da justiça não criminal - não nos parece legítimo nem legal defender

⁶⁴⁷ Cf. arts.54º, 55º, 57º, 74º e 75º da Lei Orgânica do Banco de Moçambique.

⁶⁴⁸ Cf. Boaventura Gune, *O Sigilo Bancário*, op. cit., p. 191.

entre as concorrências dos dois valores - prevalecendo o que defende a justiça - dado que temos subjacente ao sigilo bancário, além da proteção do interesse público ligado à economia e ao sistema financeiro, a proteção dos interesses ligados à intimidade individual jurídico -constitucionalmente tutelados.

Ainda temos por força de outras disposições legais extravagantes, importantes exceções pontuais ao conteúdo do sigilo bancário no sistema bancário de Moçambique, as quais podemos destacar, nomeadamente:

- i. Referente à certificação dos impostos, art. 137º do DL n.º 41969, de 24 de Novembro de 1958, relativo ao Código de SISA e do Imposto sobre Sucessões e Doações, permitindo assim abertura dos cofres alugados por parte do Chefe de Repartição de Finanças, em derrogação ao sigilo bancário;
- ii. A obrigatoriedade de declaração dos bens abandonados a favor do Estado, a partir do 6º ano da constituição do banco, devendo, no entanto, indicar nomes e a última morada dos respetivos titulares, DL n.º 187/70, de 30 de Abril;
- iii. O art. 2º da Lei n.º 5/98, de 15 de Julho, constitui assim a derrogação do sigilo bancário em caso de rescisão do contrato de convenção de cheque;
- iv. A Lei n.º 7/2002, de 5 de Fevereiro, referente à luta contra branqueamento de capitais, consagra a obrigatoriedade de prestação de informações às autoridades judiciais referentes a esta matéria por parte da instituição bancária em causa, em prejuízo do sigilo bancário, art.17º;
- v. Decorre também na ordem jurídica moçambicana, que o sigilo bancário é inoponível aos mandatários, representantes, fiadores, avalistas, descontários, tutor, curador, dentro dos limites estritamente previstos nos instrumentos que os habilitam a aceder a tais informações cobertas pelo sigilo bancário;
- vi. E arts. 57º e 58º da LO do BM referem que, no âmbito de colaboração com outros Estados ou entidades, cessa o dever de se opor o sigilo bancário.

7. Violação e a natureza

No sistema jurídico moçambicano, a violação do sigilo do sigilo bancário - através da divulgação ou apropriação ilícita e ilegítima dos dados e informações ligadas à vida das instituições de crédito ou atinentes às relações comerciais com as clientelas - consubstanciam-se ilícitos de naturezas diversas,

como sejam cíveis subsumíveis nos termos dos arts. 483º e ss., 500º e ss., 798º e ss., e 800º e ss.⁶⁴⁹, do CC; sanções disciplinares nos termos regulados nas leis laborais moçambicana; sanções administrativas aplicáveis por parte do BM; e as sanções penais previstas e puníveis nos termos do art. 290º do CP, aplicável por força da remissão expressa do art. 102º da LRBM.

SECÇÃO IV

DO SIGILO BANCÁRIO NO QUADRO DA UMOA

1. Enquadramento geral

A UMOA é uma organização comunitária de integração monetária criada pelo Tratado constitutivo de 14 de Novembro de 1973⁶⁵⁰. Porém, mais tarde, os Estados membros desta organização foram compelidos a reunir de emergência para proceder ao alargamento de vocação da UMOA mediante alteração do Tratado constitutivo, passando também a integrar a vertente económica: desta forma

⁶⁴⁹ Cf. A Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, que estabelece o Regime de Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Instituições Públicas.

⁶⁵⁰ O processo da criação da UMOA iniciou muito cedo, particularmente em 4 de Abril de 1959, com a *Transformation de l'Institut d'Emission de l'Afrique Occidentale Française et du Togo en Banque Centrale des Etats de l'Afrique de l'Ouest*, tendo culminado com assinatura do tratado institutivo da UMOA em 12 de Maio de 1962, que entrara em vigor a 1 de Novembro de 1962. Inicialmente integrava 6 Estados da África Francófona, designadamente – Costa de Marfim, Burkina Fasso, Benim, Mauritânia, Niger e o Senegal. Entretanto, mais tarde, com assinatura de novo tratado em 14 de Novembro de 1973, passou a integrar 8 Estados africanos: Burkina Fasso, Senegal, Costa de Marfim, Niger, Benim, Togo, Mali, Guiné-Bissau. A GB veio a integrar por adesão através de acordo da adesão concluído em 29 de Janeiro de 1997 entre os Estados Membros da União e a República da GB, que entrou em vigor a partir de 2 de Maio de 1997. Todavia, deve-se realçar que a adesão da GB à União constitui um processo iniciado nos meados da década de 1980, altura em que se começou a encetar contatos e negociações conducentes à integração, nos quais a União Europeia teve um grande papel, que consistia, numa primeira fase, na adoção de um programa de apoio regional à integração dos países da UEMOA. Para mais informações sobre a UMOA/UEMOA, suas instituições, uniformização da profissão e dos instrumentos bancários, Cf. Joseph Issa-Sayegh e Jacqueline Lohues-Oble, *Harmonisation du Droit des Affaires*, Bruxelles, Juriscope, 2002, pp. 64 e ss.; Etienne Carexhe, *op. cit.*, p. 169 e ss. Sobre a UEMOA e sua dinâmica, veja-se: José Gonzaga Rosa, “União Económica e Monetária da África Ocidental: Uma boa ideia, com uma pobre execução”, in *Revista de Concorrência e Regulação*, Anos V-VI-N.ºs 20-21, Outubro 2014 – Março 2015. P. 309 e ss. Por seu turno, sobre a UMOA e a política da moeda comum, veja-se: Tiago Larsen, “Regulação Bancária na Guiné-Bissau”, in *Revista de Concorrência e Regulação*, Anos V-VI-N.ºs 20-21, Outubro 2014 – Março 2015. P. 335 e ss. Sobre a estrutura, política económica e monetária da união, veja-se: João Mendes Pereira, *Direito Comunitário Material e Integração Sub-Regional. Contributo para o Estudo das Mutações no Processo de Integração Económica e Monetária em África*, Coimbra, Almedina, 2017. p. 89 e ss.

surgiu a UEMOA⁶⁵¹, com o propósito único de resolver os graves problemas económicos que a união enfrentava, maxime provenientes das assimetrias económicas dos Estados partes e da desvalorização da moeda da união, em 1994, pelo FMI⁶⁵².

Assim a UMOA/UEMOA permitiu a criação entre os Estados Membros duma zona monetária dotada - entre outras instituições⁶⁵³ - de uma instituição com competência para emissão e supervisão da moeda única, o franco da comunidade financeira africana (FCFA). Segundo reza o Tratado, trata-se de uma moeda única convertível, estável e com curso legal (no sentido de ser aceite como instrumento de pagamento) em todos os Estados membros⁶⁵⁴.

Para prossecução do fim para que foi adotada a UMOA, ao abrigo do art. 4.º e ss do Tratado da União, vêm consagrados, entre outros, os objetivos e princípios seguintes: adoção de uma tarifa externa comum; política comercial comum; harmonização de legislações dos Estados membros em matéria económica e financeira; crescimento sustentado do rendimento médio das populações; melhor repartição dos recursos; competitividade externa e interna das economias dos Estados da União; estabilidade de preços.

⁶⁵¹ O novo tratado constitutivo da UEMOA foi rubricado em 10 de Janeiro de 1994, em Dakar, e entrou em vigor a 1 de Agosto do mesmo ano. Assim, resulta de forma inequívoca, no preâmbulo do tratado, o compromisso dos Estados Membros em construir um espaço económico sólido que irá sustentar e garantir a credibilidade da moeda de zona. Entre outros objetivos traçados para se alcançar este novo patamar da integração económica, reiterou no referido tratado, o princípio da livre circulação de pessoas, bens, capitais, etc; criação do mercado financeiro, comercial comum e adoção da política aduaneira única. Este novo modelo de integração económica da África de Oeste engloba cerca de 67 milhões de habitantes e compreende mais ou menos um espaço físico de 3.509.125 km². Para mais informações detalhadas sobre o modelo de integração regional da África, em geral, e particularmente o modelo de integração da África Oriental e da África Ocidental ou de Oeste, génese, evolução, críticas e comparação com outros modelos de integração regional, designadamente, o modelo da América Latina, modelo Europeu, etc., Cf. José Carlos Fernández Rozas, *Sistema del Comercio Internacional*, Madrid, CIVITAS, 2001, pp. 240 e ss.; Joseph Issa-Sayegh e Jacqueline Lohues-Oble, *Harmonisation du Droit des Affaires*, *op. cit.*, pp. 64 e ss.

⁶⁵² Com isto, desde logo, fica evidente que a união iniciou a integração através de um processo (pirâmide) invertido, contrário às regras que informam quaisquer integrações económicas e monetárias sólidas e eficazes que se pretende implementar⁶⁵², i.e., iniciou-se da moeda para a vertente económica e financeira, a partir do tratado de Dakar, tendo sido, mais tarde, corrigido essa irregularidade com a criação da UEMOA; a partir daí, passou a integrar também a vertente económica, que veio a associar-se e a sustentar a vertente monetária. Entretanto, a sua efetiva implementação ainda está muito aquém do ambicionado e da desejada política económica da união.

⁶⁵³ Em termos de estrutura, a UEMOA dispõe da Conferência de Chefes dos Estados e do Governo, autoridade máxima da União; do Conselho de Ministros, que dirige a política da União; da Comissão; Tribunal de Justiça; Tribunal de Conta; Comité Interparlamentar; e das instituições especializadas, designadamente, a Comissão Bancária, com importantes competências ao nível económico e financeiro; e BCEAO, como entidade emissora e supervisora da Moeda única, com filiais ou agências repartidas em todos os Estados Membros, sob a coordenação da agência central. Neste sentido, cf. José Carlos Fernández Rozas, *op. cit.*, pp. 240 e ss.

⁶⁵⁴ Sobre os fundamentos da UMOA e o sistema financeiro da zona (UEMOA), veja-se Aguinaldo Embalo, «As Perspectivas de Desenvolvimento do Sistema Financeiro Guineense», *Boletim da Faculdade de Direito de Bissau*, nº8, Lisboa, AAFDL, 2008, p. 137 e ss.

Por seu turno, a União assenta as suas missões nos seguintes princípios basilares:

- O princípio da liberdade absoluta de transferência de capitais no interior da zona do franco, que visa facilitar a movimentação de capitais dentro dos Estados da União;
- O princípio da convertibilidade ilimitada que torna o FCFA convertível sem quaisquer limitações pelo tesouro francês⁶⁵⁵;
- A paridade fixa, portanto, a paridade do FCFA é fixada em relação ao então franco francês.

Como consequência da integração na UMOA, a Guiné-Bissau passou também a integrar o sistema de moeda única da União, tendo sido substituído o Banco Central da Guiné-Bissau por uma agência do BCEAO na Guiné-Bissau, detendo agora o privilégio de emissão e de supervisão da moeda única em todo o território nacional.

A este propósito, colocamos a questão de saber se estamos perante uma transferência ou delegação da soberania monetária para a União. Contrariamente à posição assumida por alguns juristas guineenses, entendemos que não se trata de uma transferência de soberania monetária, porque transferir significa, neste contexto, perder o domínio e a titularidade sobre algo de forma definitivo, i.e., neste âmbito, significa perder decisão sobre a moeda. Porém, a Guiné-Bissau não perdeu, pelo menos, absolutamente, o domínio de opinar sobre a moeda e as políticas monetárias e cambiais, apesar de ter delegado esse domínio a uma entidade supra estadual, continuando a ter assento nas importantes decisões que a organização tome sobre a moeda única da União. Por isso, defendemos de que se trata de uma simples delegação de soberania monetária⁶⁵⁶. Podendo, inclusive, a qualquer momento, avocar a plenitude do seu poder de decisão soberana sobre a sua moeda e a respetiva política monetária mediante a renúncia ao tratado da UMOA.

Neste seguimento, a adoção da moeda única - o FCFA ou CFA⁶⁵⁷ da zona - facilitou o encetamento de relações comerciais entre os Estados Membros, devido à livre transferência de capitais que impera no interior da União. A atual moeda da União goza de certas prerrogativas e privilégios que o então Peso

⁶⁵⁵ Para se assegurar tal convertibilidade ilimitada, dispõe-se de uma conta de operações, aberta pelo BCEAO junto dos livros de contabilidade do tesouro francês.

⁶⁵⁶ Parece que a teoria da delegação por nós defendida vem sufragada pelo 2.º parágrafo do preâmbulo da Lei n.º 7/97, de 02 de Dezembro (Pub. no Supl. ao BO n.º 48, de 2 de Dezembro.), relativa à repressão da contrafação e falsificação da Moeda da União.

⁶⁵⁷ Cf. Lei n.º 1/97, de 13 de Março de 1997 (Publicada no Supl. ao BO n.º 12, de 24 de Março de 1997), que estabeleceu como unidade monetária da GB o Franco da Comunidade Financeira Africana (FCFA ou CFA), outrossim, a taxa de conversão automática de todos os valores expressos com base no então Peso (PG) para a nova moeda da União, sendo que são calculados à razão de 65 PG por 1 FCFA.

da Guiné-Bissau não gozava, designadamente, trata-se de uma moeda convertível, credível, estável e segura.

2. Uniformização de regras sobre a banca, operações, serviços e instrumentos de pagamentos na zona

A uniformização do direito bancário e, particularmente, do regime uniforme dos instrumentos de pagamentos, cartões de pagamentos, cheque, bem como os incidentes relacionados com os meios pagamentos, são garantidos e assegurados progressivamente no quadro da UMOA. Na prossecução deste objetivo, a UMOA dispõe do BCEAO e da Comissão Bancária, que são as duas instituições especializadas da UMOA, com as competências específicas no domínio de tratamento de dinheiro da União, regulamentação e controlo do exercício da atividade bancária na zona. Salientamos a função do Estado, que, através do Ministério das Finanças, exerce as suas atribuições no domínio da superintendência e fiscalização do sistema financeiro guineense, concretamente, o subsistema financeiro de intermediação creditícia.

Entretanto, a UMOA reforça a uniformização do direito bancário institucional na zona, passando, atualmente, a reger a organização e funcionamento da profissão bancária nos países da zona através dos seguintes instrumentos jurídicos: a lei-quadro bancária, um decreto-quadro bancário, a forma jurídica de operações dos estabelecimentos financeiros e a lei relativa à regulamentação das instituições mutualistas ou cooperativas de créditos e sistema descentralizado⁶⁵⁸. Assim, a criação da

⁶⁵⁸ Veja-se a este respeito: Loi portant réglementation des systèmes financiers décentralisés; Décret d'application de la loi portant réglementation des systèmes financiers décentralisés; Instruction n° 025-02-2009 instituant un référentiel comptable spécifique des systèmes financiers décentralisés de l'Union Monétaire Ouest Africaine; Instruction n° 026-02-2009 relative aux conditions de mise en œuvre du plan de comptes prévu par le référentiel comptable spécifique des systèmes financiers décentralisés de l'Union Monétaire Ouest Africaine; Instruction n° 030-02-2009 fixant les modalités d'établissement et de conservation des états financiers des systèmes financiers décentralisés de l'Union Monétaire Ouest Africaine; Instruction n° 004-06-2010 relative au retrait de la reconnaissance des groupements d'épargne et de crédit en activité dans les Etats membres de l'Union Monétaire Ouest Africaine (UMOA); Instruction n° 005-06-2010 déterminant les éléments constitutifs du dossier de demande d'agrément des systèmes financiers décentralisés dans les Etats membres de l'Union Monétaire Ouest Africaine (UMOA); Instruction n° 006-06-2010 relative au commissariat aux comptes au sein des systèmes financiers décentralisés des Etats membres de l'Union Monétaire Ouest Africaine (UMOA); Instruction n° 007-06-2010 relative aux modalités de contrôle et de sanction des systèmes financiers décentralisés par la Banque Centrale des Etats de l'Afrique de l'Ouest et la Commission Bancaire de l'Union Monétaire Ouest Africaine (UMOA); Instruction n° 010-08-2010 relative aux règles prudentielles applicables aux systèmes financiers décentralisés des Etats membres de l'Union Monétaire Ouest Africaine (UMOA); Instruction n° 016-12-2010 relative au financement des immobilisations et des participations par les systèmes financiers décentralisés; Instruction n° 017-12-2010 relative à l'organisation du contrôle interne au sein des systèmes financiers décentralisés; Instruction n° 018-12-2010 relative à l'obligation pour les systèmes financiers décentralisés de produire un rapport annuel; Instruction n° 019-12-2010 relative à la mise en place d'un

Comissão Bancária⁶⁵⁹ da zona veio proporcionar maior controlo da política da União no domínio da profissão e da operação bancária⁶⁶⁰. Por seu turno, é função do BCEAO, essencialmente, a missão de

fonds de sécurité ou de solidarité au sein des réseaux d'institutions mutualistes ou coopératives d'épargne et de crédit; Instruction n° 020-12-2010 relative aux indicateurs périodiques à transmettre par les systèmes financiers décentralisés au Ministre chargé des Finances, à la Banque Centrale et à la Commission Bancaire de l'Union Monétaire Ouest Africaine (UMOA); Instruction n° 021-12-2010 déterminant la catégorie de systèmes financiers décentralisés autorisée à appliquer la version allégée du référentiel comptable; Décision n° 061-03-2011 relative aux critères d'admissibilité des crédits bancaires octroyés aux systèmes financiers décentralisés en support des refinancements de la BCEAO.

⁶⁵⁹ O projeto da Convenção que cria a Comissão bancária da UMOA foi adotado pelo Conselho de Ministros da UMOA, de 24 de Fevereiro de 1990, tendo sido consolidado na reunião de Dakar de 22 a 30 de Janeiro de 1991. Não obstante, a Comissão bancária não tem uma personalidade jurídica que a autonomize da estrutura da UEMOA; ela assume a importante tarefa de supervisão da profissão bancária e do estabelecimento financeiro e, sobretudo, é dotada de competência específica para a elaboração de medidas administrativas e legais que facilitem a execução da política da União no domínio bancário, bem como definir sanções aplicáveis aos Estados membros que não cumpram com as medidas e regulamentações bancárias da União. Sabe-se que, neste momento, a Convenção que cria a comissão bancária já foi ratificada por todos os Estados membros da União, designadamente: pelo Benin – através do Decreto 90/194, de 20 de Outubro 1990; pelo Burkina Fasso – através de Kiti na VI/0365/FP/MF, de 12 de Julho de 1990; Côte d'Ivoire: através de Decreto 90/592, de 25 de Julho de 1990; pelo Mali – através de Decreto 90/369IP-RM, de 4 de Setembro de 1990; pelo Niger - através de Lei 90/17, de 6 de Outubro de 1990; pelo Senegal - através de Lei 90/19, de 20 de Junho de 1990; Togo - Lei 90/11, de 5 de Novembro de 1990; e pela Guiné-Bissau, em 1997. Sobre os objetivos da criação da comissão bancária da UMOA, Cf. Joseph Issa-Sayegh e Jacqueline Lohues-Oble, *op. cit.*, pp. 64 e ss. Sobre os instrumentos de pagamentos e, especialmente, a lei uniforme sobre o cheque em França, veja-se Jean-Michel Jacquet e Philippe Delebecque, *Droit Du Commerce International*, 2.^a ed., Dalloz, Paris, 2000, pp. 234 e ss.

⁶⁶⁰ Neste domínio, foram já vários atos e regulamentos de aplicações aprovados pelas instâncias da UMOA, como sejam: Instruction n° 2000/01/rb du 1^{er} janvier 2000, dispositif prudentiel applicable aux banques et aux établissements financiers de l'union monétaire ouest africaine (umoa), alterado depois por decisão do Conseil des Ministres n° CM/UMOA/022/12/2012 portant révision de la norme du coefficient de couverture des empris à moyen et long terme par des ressources stables et abrogation du ratio de structure du portefeuille applicables aux établissements de crédit de l'UMOA et Décision du Conseil des Ministres de l'UMOA du 17 septembre 2007 relative au relèvement du capital social minimum des établissements de crédit; Instruction n° 002-04-2010 relative aux conditions de désignation de deux (02) commissaires aux comptes par les établissements financiers à caractère bancaire ne faisant pas appel public à l'épargne ; Instruction n° 003-04-2010 relative aux modalités de retrait de l'agrément des établissements financiers de vente à crédit ; Avis n° 001-05-2010 relatif au mandat des commissaires aux comptes des établissements de crédit de l'UMOA ; Instruction n° 011-12/2010/rb relative au classement, aux opérations et à la forme juridique des établissements financiers à caractère bancaire; Instruction n° 012-12/2010/rb fixant les modalités d'obtention de l'agrément en qualité de banque ou d'établissement financier à caractère bancaire, par les filiales d'un établissement de crédit ayant fait l'objet de retrait d'agrément; Instruction n° 013-12/2010/rb fixant les montants des pénalités de retard en matière de transmission de documents et renseignements à la Banque Centrale des Etats de l'Afrique de l'Ouest et à la commission bancaire de l'Union Monétaire Ouest Africaine; Instruction n° 014-12/2010/rb fixant le montant des sanctions pécuniaires applicables aux établissements de crédit par la commission bancaire de l'Union Monétaire Ouest Africaine; Instruction n° 015-12/2010/rb fixant les conditions d'exercice des activités d'intermédiaire en opérations de banque; Instruction n° 017-04/2011 établissant la liste des documents et informations constitutifs du dossier d'agrément en qualité d'établissement de crédit; Instruction n° 018-04/2011 établissant la liste des documents et informations constitutifs du dossier de déclaration d'intention d'installation dans le cadre de l'agrément unique; Décision N°CM/UMOA/021/12/2012 portant adoption du projet de décret uniforme relatif à l'autorisation des établissements financiers à caractère bancaire à recevoir des dépôts de fonds du public. Ainda, no âmbito das relações exteriores, configuram-se relevantes, com particular importância no domínio de trocas e circulações de informações bancárias com incidências diretas no conteúdo do sigilo bancário, os

executar e controlar a execução de regulamentação bancária e financeira por parte dos Estados da União, designadamente, o controlo do franco CFA nas transações internas e internacionais, controlo dos estabelecimentos bancários e financeiros, bem como do funcionamento das respetivas contas, sobretudo nas suas relações comerciais externas, etc.

Particularmente, no domínio da uniformização dos instrumentos de pagamentos na zona, desde 1995, que a UEMOA reforçou a regulamentação única dos instrumentos de pagamentos, designadamente, cheques, cartão de pagamento, letra de câmbio, etc⁶⁶¹. Neste particular, os regimes e conteúdos desses

seguintes textos complementares à lei–quadro de regulamentação bancária vigente: Règlement n°09/2010/CM/UEMOA/ relatif aux relations financières extérieures des Etats membres de l'(UEMOA); Instruction n°01/07/2011/rfe relative à l'exécution des règlements avec l'étranger ou avec les non-résidents; Instruction n°02/07/2011/rfe relative à la domiciliation et au règlement des importations; Instruction n°03/07/2011/rfe relative à la constitution des dossiers de domiciliation des exportations et à leur apurement; Instruction n°04/07/2011/rfe relative à la couverture du risque de change et du risque de prix par les résidents sur les opérations commerciales et financières avec l'extérieur; Instruction n°05/07/2011/rfe relative à la délivrance des allocations en devises aux voyageurs résidents; Instruction n°06/07/2011/rfe relative aux conditions d'exercice de l'activité d'agree de change manuel; Instruction n°07/07/2011/rfe relative aux opérations de reprise de devises à la clientèle par des sous-délégataires; Instruction n°08/07/2011/rfe relative aux conditions d'ouverture et aux modalités de fonctionnement des comptes étrangers de non-résidents, des comptes intérieurs en devises de résidents et des comptes de résidents à l'étranger; Instruction n°09/07/2011/rfe relative à la délivrance de l'autorisation de l'autorité en charge de la réglementation des relations financières extérieures des États membres de l'UEMOA, aux entités non-résidentes désireuses de faire appel public à l'épargne dans l'UEMOA; Instruction n°10/07/2011/rfe relative aux avoirs détenus auprès des banques installées hors de l'UEMOA au titre des besoins courants des établissements de crédit; Instruction n°11/07/2011/rfe relative aux comptes rendus périodiques à adresser aux autorités chargées de veiller au respect des dispositions de la réglementation des relations financières extérieures des États membres de l'UEMOA.

⁶⁶¹ Reglement n° 15/2002/CM/Uemoa relatif aux systemes de paiement dans les etats membres de l'union economique et monetaire ouest africaine (uemoa), aprovado por imposição dos artigos 6°, 7°, 16°, 21°, 42°, 43°, 44°, 45°, 95°, 96°, 98°, 112° e 113° do Tratado da UEMOA; e do art. 22° do tratado da UMOA. Completado pela Diretiva 08/2002/CM/UEMOA, sobre medidas promoções de bancarisações e utilização de moedas de pagamentos escriturais; e outros textos e atos relevantes nesta matéria, como Instruction du 8 mai 2003 relative à la promotion des moyens de paiements scripturaux et à la détermination des intérêts exigées en cas de défaut de paiement; Instruction N ° 01 - 2006 - SP DU 31 JUILLET 2006 relative à l'émission de monnaie électronique et aux établissement de monnaie électronique; Instruction N ° 141 - 04 - 07 du 30 avril 2007 relative à la procédure d'accréditation des organisme de qualification et à la procédure d'évaluation et de qualification des prestataires de services de certification électronique dans les Systèmes de Paiements de l'UEMOA ; e Instruction N°009-07-RSP-2010 du 26 juillet 2010 relative au dispositif de centralisation et de diffusion des incidents de paiement de l'UEMOA. Ainda, veja-se, La Concertation regionale sur l'evaluation du plan d'actions, 2007-2012, pour la promotion de la bancarisation et de l'utilisation des moyens de paiement scripturaux dans l'uemoa (dakar, 21 au 23 novembre 12) dans le cadre de la promotion de la bancarisation dans l'uemoa, la banque centrale des etats de l'afrique de l'ouest (bceao) organise, à son siège du 21 au 23 novembre 2012, une (...); le système interbancaire de compensation automatisé dans l'uemoa (sica-uemoa) est un outil automatisé d'échange et de règlement des opérations de paiement de masse c'est à dire de petits montants, sous forme de virements, de chèques ou d'effets de commerce, entre établissements participants aux niveaux national et régional. Sica-uemoa se compose de neuf systèmes de compensation, un système national pour chacun des etats membres de l'umoa et un système de compensation régional. Les participants à sica-uemoa sont les banques, la bceao, la poste et le trésor. No geral, entre nós, a matéria referente aos instrumentos de pagamentos encontra conformação à luz da Lei n.º 12/97, entretanto, permanecendo assim longe de refletir os conteúdos dos textos acima referenciados e os desejos da integração nesta matéria, nomeadamente no âmbito do sistema de pagamento

instrumentos de pagamentos da União aparecem fortemente inspirados no Decreto-Lei Francês de 30 de Outubro de 1935, que introduziu no direito interno francês as convenções internacionais de Genebra de 7 de Junho de 1930, relativa à regulamentação uniforme de letra de câmbio; e de 11 de Março de 1931, relativa à regra uniforme em matéria de cheque⁶⁶².

3. Condicionalismo jurídico da integração da Guiné-Bissau à UMOA

Entre outras medidas e exigências de carácter jurídico que a Guiné-Bissau deve observar para efeito de admissão e para a efetiva consumação da integração à UMOA/UEMOA, destacam-se as seguintes:

- Renúncia do acordo monetário com Portugal;
- Lei de desmonetização do peso;
- Ratificação da convenção relativa à criação da Comissão Bancária;
- Adoção de diplomas legais sobre as modalidades de saneamento dos bancos, estabelecimentos financeiros, etc;
- Denúncia do Acordo com a Agência Monetária da África Ocidental (AMAO);
- Adoção de uma lei-quadro relativa à regulamentação de instituições mutualistas e cooperativas de poupança;
- Adoção de uma lei sobre a usura da moeda;
- Adoção de uma lei uniforme sobre instrumentos de pagamentos;
- Adoção de uma lei de regulamentação bancária, que, no fundo, corresponde ao abandono do então regime interno relativo aos bancos e instituições financeiras, e à adoção do regime da regulamentação bancária da União.

Como se constata nestes itens, a integração da Guiné-Bissau à UEMOA teve grande impacto na banca guineense, quer em matéria de organizações quer na distribuição de crédito e exercício da profissão bancária. Em resposta a estas mutações na banca e, sobretudo, à imposição do art. 22.º do Tratado

eletrónico. Cf. Rapport (2012) du fonctionnement du système de transfert automatisé et de règlement dans l'uemoa (star-uemoa).

⁶⁶² Sobre algumas inovações introduzidas pela União, designadamente, relativas à letra de câmbio, cheque, cartão de pagamento, bem como ao tratamento dos incidentes relacionados com os pagamentos, veja-se Joseph Issa-Sayegh e Jacqueline Lohues-Oble, *op. cit.*, p. 75.

Constitutivo da União, os Estados Membros foram obrigados a adotarem medidas e legislações harmonizadas nestas matérias, designadamente a harmonização das legislações em matéria da organização e distribuição do crédito e do exercício da profissão bancária. Neste sentido, a Guiné-Bissau, à semelhança dos outros setes países da união⁶⁶³, nos meados de 1997, adotou um pacote de legislações no domínio bancário e do tratamento de dinheiro em geral, nomeadamente adotou uma importante legislação relativa à regulamentação bancária, pela Lei n.º 10/97, de 2 de Dezembro⁶⁶⁴, que veio revogar a então lei das instituições financeiras da GB, aprovada pelo Decreto n.º 31/89, de 27 de Dezembro⁶⁶⁵.

O referido diploma sobre a regulamentação bancária dispõe, entre outros, do conceito dos bancos, de um lado, e do outro, dos estabelecimentos financeiros, das suas constituições, operações, etc...

Assim o art. 3.º define os bancos como “as empresas cuja função habitual é receber fundos através de cheques ou transferências, fundos que utilizam para fins próprios ou em nome de outrem, em operações de crédito ou de investimento”⁶⁶⁶. Por seu turno, ao abrigo do art 4.º define os estabelecimentos financeiros como “pessoas singulares ou colectivas, exceptuando os Bancos, cuja função habitual é efectuar em seu próprio nome operações de crédito, de venda a crédito ou de câmbio, ou que recebem habitualmente fundos que utilizam em seu nome em operações de investimento de capitais, ou que servem habitualmente de intermediários como comissionistas, corretores, ou outros, na totalidade ou em parte destas operações”.

No que concerne às operações das diversas categorias dos estabelecimentos financeiros, este diploma resolve remeter a sua regulamentação para um decreto, considerando a natureza da sua atividade, depois do parecer do BCEAO e realçando a importante função do Conselho de Ministros da UEMOA neste tema – decisão da política da União em matéria de crédito e investimento, art. 37º. Não obstante, o legislador procurou - ainda que de forma incompleta mas compreensível - prever algumas operações

⁶⁶³ Assim, os primeiros atos internos das transposições da *loi uniform portant reglementation bancaire* e da ratificação da convenção que crie a Comissão Bancária da UEMOA nos sete Estados-Membros, consistem: BENIN, Loi n° 90-018 du 27 juillet 1990 e Décret n° 90-194 du 20 août 1990; BURKINA, Zatu n° AN II 0042 FP/PRES Kiti n° AN VII-365/FP/MF du 25 juillet 1990 du 12 juillet 1990; COTE D'IVOIRE, Loi n° 90-589 du 25 juillet 1990 Loi n° 90-592, Décret n° 90-592 et Décret n° 90-593 du 25 juillet 1990; MALI, Loi n° 90-74 /AN-RM Décret n° 90-369 P-RM du 4 septembre 1990 du 4 octobre 1990; NIGER, Loi n° 90-18 du 6 août 1990 Loi n° 90-17 du 6 août 1990; SENEGAL, Loi n° 90-06 du 26 juin 1990 Loi n° 90-19 du 26 juin 1990; TOGO, Loi n° 90-17 du 5 novembre 1990 Loi n° 90-11 du 5 juillet 1990.

⁶⁶⁴ Pub. no Supl. ao BO n.º 48, de 02 de Dezembro, atualmente revogada e substituída pela Lei n.º 4/2008 – LRB4/2008.

⁶⁶⁵ Neste quadro ainda foi adotada a Lei n.º 12/97, de 2 de Dezembro de 1997, relativa à uniformização dos instrumentos de pagamentos (Cartões de pagamentos, Letras e Livranças), Lei n.º 11/97, de 2 de Dezembro, relativa ao Regime Geral das Instituições Mutualistas ou Cooperativas de Crédito e Poupança; Lei n.º 13/97, de 2 de Dezembro sobre a Usura; Lei n.º 7/97, de 2 de Dezembro, relativa ao crime de contrafação de moeda da União. Os diplomas referenciados foram publicados no Supl. ao BO n.º 48, de 2 de Dezembro.

⁶⁶⁶ Conceito análogo ao que vem previsto no art. 2.º do RGICSF sobre as instituições financeiras.

dos estabelecimentos financeiros, que se prendem com a possibilidade de receberem depósitos de fundos públicos no âmbito da sua atividade e se tiver sido autorizada por legislação complementar e nas condições fixadas pela mesma, art. 38⁶⁶⁷.

Foi ainda aprovada a Lei n.º 11/97, de 2 de Dezembro⁶⁶⁸, que estabelece o regime geral das instituições mutualistas ou cooperativas de crédito e poupança. Outrossim, muito recentemente foi aprovada a nova lei sobre regulamentação dos sistemas financeiros descentralizados pela Lei n.º 9/2008, de 26 de Agosto⁶⁶⁹, que, entre outras, regula as operações de depósitos, empréstimos e de créditos por assinaturas, bem como os respetivos tetos, que podem ser desenvolvidas no âmbito dos sistemas financeiros descentralizados⁶⁷⁰.

O BCEAO, no desempenho das suas funções, dispõe de um conjunto de ficheiros, designadamente, os ficheiros relacionados com as contas bancárias; dos sinistros relacionados com os incidentes de pagamentos com cheque ou cartão, letra, etc. A organização destes ficheiros permite ao BCEAO centralizar todas as informações relacionadas com as operações e serviços bancários.

À semelhança do que acontece na zona euro - com a adoção da moeda única e um mercado único monetário - a política monetária foi confiada ao Eurosistema, constituído por Sistema Europeu dos Bancos Centrais (SEBC), Banco Central Europeu (BCE) e os correspondentes Bancos Nacionais; entre nós, na zona UMOA/UEMAO, desde 1973 na qual a Guiné-Bissau passou a se integrar em 1994, e tendo consequentemente adotado a moeda única, o Banco Central da Guiné-Bissau foi adaptado e transformado à estrutura da zona franco, passando a designar-se por Banco Central Oeste Africano, que é uma espécie da Sucursal do BCEAO – Instituição especializada da UEMOA, a quem cabe executar e supervisionar a política da união no domínio monetário e financeiro, política definida pela UEMOA.

⁶⁶⁷ No entanto, a legislação complementar a que se refere só se torna exequível mediante um parecer favorável prévio do BCEAO.

⁶⁶⁸ Publicado no Suplemento ao Boletim Oficial n.º 48/97, de 2 de Dezembro de 1997.

⁶⁶⁹ Publicado no Suplemento ao Boletim Oficial n.º 34/2008, de 26 de Agosto de 2008.

⁶⁷⁰ Quanto ao impacto económico da integração da Guiné-Bissau à UEMOA, consta que, nos primeiros dois anos depois da integração da GB à União, registaram-se resultados positivos, em termos reais e um nível de crescimento do PIB na ordem dos 5%, devido ao aumento da produção agrícola, arroz, castanha de caju, exportação de madeira e registou-se uma descida acentuada da taxa de inflação que se previa para 27% e que passou para 16.7%. Em suma, poder-se-á afirmar que nos primeiros anos, a integração foi positiva. Entretanto, as sucessivas instabilidades políticas, económicas e financeiras aceleradas a partir dos sucessivos conflitos político e militar que têm vindo a assolar o país fez gorar este ideal de integração e, consequentemente, a GB continua a ser o país mais débil e fragilizado da zona e com sérios problemas ao nível micro, meso e macro económico e financeiro, o que a torna praticamente incapaz e impotente para cumprir a política da União, doravante proclamada como uma questão de “interesse comum” e não de uma sociedade de interesses isolados dos países francófonos.

O BCEAO (autoridade monetária e de regulação do sistema financeiro), a Comissão Bancária da UEMOA (da supervisão bancária), o Conselho Regional da Poupança Pública e dos Mercados Financeiros (da supervisão do mercado financeiro regional), a Associação de Defesa dos Consumidores e a Associação dos Profissionais dos Bancos e o Estabelecimento Financeiro, nas suas qualidades de autoridades de supervisão, gozam de prerrogativas legais para acederem, no exercício das suas atividades de gestão e de fiscalização da banca, a informações relevantes sobre a vida da instituição de crédito e os dados referentes as suas relações comerciais com os clientes, como exceção ao conteúdo do sigilo bancário⁶⁷¹. Por conseguinte, para caucionar uma gestão eficaz e responsável dos bancos e das suas operações, além dos regulamentos da UEMOA, consagra a obrigatoriedade de colaboração dos bancos com as autoridades de supervisão, ainda reconhece o compromisso sério e inequívoco de proteção do sigilo bancário por intermédio destas instâncias de fiscalizações da zona, traduzidas na consagração genérica do dever do sigilo bancário nos referidos regulamentos da união.

Portanto, atualmente, os oito Estados-Membros da união, em consequência da transposição da nova lei uniforme e do regulamento da União aplicável à banca e às suas operações e serviços, dispõem, nesta matéria, de um quadro jurídico uniformizado interno, a Lei de Regulamentação Bancária. Este diploma legal interno regula, na senda do regulamento da união, entre outras, as matérias referentes à organização, estrutura, funcionamento da banca, as operações e serviços bancários, as regras de condutas aplicáveis às instituições de crédito, com especial incidência em sede da proteção generalizada do sigilo bancário nas atividades bancárias nos seus arts. 30º, 53º e 70º. Temos como exemplo:

- BENIN - Loi n° 2012-24 du 24 juillet 2012, *Portant Règlementation bancaire en République du Bénin* (LRB-B)⁶⁷².
- BURKINA FASO - Loi n° 058-2008/an, *portant reglementation bancaire au Burkina Faso*, JO n°02 du 08 janvier 2009 (LRB-BF)⁶⁷³.
- COTE D'IVOIRE – Ordonnance n.º 2009-385 Du 1 Décembre 2009, *portant reglementation bancaire* (LRB-CI)⁶⁷⁴.

⁶⁷¹ Entretando, existem várias entidades que intervêm neste setor, designadamente, BCE, BP, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), Associação Portuguesa para a Defesa de Consumidores, a Federação Nacional das Cooperativas de Consumidores, Associação dos Bancos de Portugal, Associação dos Consumidores da Região de Açores; no Brasi, estas instituições são partilhadas pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central Brasileiro e pela Comissão de Valores Mobiliários.

⁶⁷² Revoga por força do seu art. 114º a então Lei n° 90-018 du 27 juillet 1990.

⁶⁷³ Revoga por força do seu art. 114º a então Lei n° 012/96/ADP du 02 mai 1996; disponível em http://www.legiburkina.bf/jo/jo2009/no_02/loi_2008_00058.htm.

⁶⁷⁴ Revoga por força do seu art. 114º a então Lei n° 90-589 du 25 juillet 1990 Lei n° 90-592.

- MALI - Loi n 08 043 Du 1 Decembre 2008, *Portant Reglementation bancaire* (LRB-Ma)⁶⁷⁵.
- NIGER - Loi n° 2008-33 du 3 juillet 2008, *portant réglementation bancaire* (LRB-N)⁶⁷⁶.
- SENEGAL - Loi n° 2008-26 du 28 juillet 2008, *portant règlement bancaire*, JO n° 6437 du samedi 8 novembre 2008 (LRB-S)⁶⁷⁷.
- TOGO - *Loi no 2009 - 019 du 07/09/ 09 portant reglementation bancaire*, JO 07 Setp. 2009 (LRB-T)⁶⁷⁸.
- GUINÉ-BISSAU - Lei n.º 4/2008, *relativa à regulamentação bancária* (LRB4/2008)⁶⁷⁹.

4. Sigilo Bancário à luz da Lei-Quadro da Regulamentação Bancária da UMOA. A nova perspectiva de Basileia II e III

O quadro jurídico regulador do regime jurídico das instituições de crédito da União bem como das atividades que desenvolvam, não cuida de regular o regime jurídico completo do sigilo bancário, quanto à sua extensão e os seus limites. Entretanto, limitando-se, apenas a prever alguns dos seus aspectos genéricos respeitantes às vinculações pessoais e materiais ao dever do sigilo bancário nos termos do art. 30º, quando reza que,

“Les personnes qui concourent à la direction, à l'administration, à la gérance, au contrôle ou au fonctionnement des établissements de crédit, sont tenues au secret professionnel, sous réserve des dispositions de l'article 53, dernier alinéa.” Ainda, preceitua que “Il est interdit aux mêmes personnes d'utiliser les informations confidentielles dont elles ont connaissance dans le cadre de leur activité, pour réaliser directement ou indirectement des opérations pour leur propre compte ou en faire bénéficier d'autres personnes”⁶⁸⁰.

Com efeito, a Lei-Quadro da Regulamentação Bancária protege e sanciona quer a divulgação, quer a utilização ilícita da informação objeto do sigilo bancário, a qual a lei impôs o dever de descrição e de

⁶⁷⁵ Revoga a então Lei n° 90-74 /AN-RM Décret n° 90-369 P-RM du 4 septembre 1990 du 4 octobre 1990.

⁶⁷⁶ Revoga por força do seu art. 114º a então Lei n° 90-18 du 6 août 1990.

⁶⁷⁷ Revoga por força do seu art. 114º a então Lei n° 90-06 du 26 juin 1990. Neste sentido, sobre a evolução da banca e da atividade bancária no Senegal, veja-se, Abdoulaye Sakho, *Droit Bancaire, cours de droit bancaire*, Senegal, fsjp -master 1 prive, 2012/2013.

⁶⁷⁸ Revoga por força do seu art.114º a então Lei n° 90-17 du 5 novembre 1990.

⁶⁷⁹ Revoga por força do seu art.114º a então Lei n.º 10/97.

⁶⁸⁰ O conteúdo do art. 30º vigora integralmente nos oito Estados Membros da UMOA, incluindo a Guiné-Bissau por virtude da transposição fiel que se fizeram da *Loi Uniforme Portant Reglementation Bancaire* (vide art. 30º da LRB-B, da LRB-BF, da LRB-T, LRB-Ma, LRB-CI, LRB-S, da LRB-N e da LRB4/2008).

não utilização indevida às pessoas que possuem essas informações no âmbito dos seus ofícios, tais como dirigentes, colaboradores, prestadores de serviços, membros do conselho de administração, entidade de supervisão e do controlo da atividade bancária. Ademais, constituem objetos do sigilo bancário as informações referentes à relação comercial entre o cliente e o banco.

De acordo com a presente lei, são legítimas e lícitas as informações transmitidas às entidades de controlo e supervisão, como o BCEAO e a Comissão Bancária, bem como as informações requeridas e transmitidas aos tribunais no âmbito do processo-crime, nem mais, art. 53^{o681}.

No âmbito da regulação e supervisão prudencial, as instituições de crédito da União estão vinculadas a desenvolver esforços, nalguns casos quase impossíveis, para reforçar os capitais e fundos próprios com único propósito de garantir a desejada estabilidade financeira, por imposição dos Acordos de Basileia II e Basileia III. Com efeito, *grosso modo*, os bancos da União estão neste preciso momento a preparar a transição para os requisitos e as exigências da Basileia II, referente a necessidade de mudança de paradigmas de regulação e supervisão bancária, e a assimilar e integrar conjunto de medidas adicionais de reforma contidas na Basileia III, visando fortalecer a regulação, supervisão e gestão do risco. As patenteadas medidas da Basileia III dirigem-se à regulação micro prudencial, que viabilizará a elasticidade dos bancos em períodos de tensão, bem como a regulação macro prudencial, referente a prevenção de riscos sistémicos na zona.⁶⁸²

⁶⁸¹ Cf. arts. 30º e 53º da nossa atual Lei de Regulamentação Bancária – Lei 4/2008, e arts. 19º e 42º da então LRB – Lei 10/97. Igualmente, vide o mesmo conteúdo no art. 53º da LRB-Benin, da LRB-Burkina Faso, da LRB-Togo, LRB-Mali, LRB-Costa de Marfim, LRB-Senegal e da LRB-Niger.

⁶⁸². Alguns estudiosos apontaram as falhas do sistema financeiro no epicentro da crise de 2007, por esta razão, logo após a crise, a comunidade internacional procurou definir regras e medidas para garantir a estabilidade financeira à escala mundial, mediante a introdução de reformas financeiras desde 2009. Em consequência da crise que atingira o seu ponto alto em 2008 e 2009, o Comité publicou em 12 de Setembro de 2010, o Acordo de Basileia III, onde estabeleceu novas regras de capital mínimo em relação à sua qualidade, liquidez e absorção de prejuízos, com o objetivo de reforçar a estabilidade e o crescimento do sistema financeiro a nível mundial. Este acordo é formado essencialmente por dois documentos “*Basel III: A global regulatory Framework for more resilient banks and banking systems*” e “*Basel III: International Framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring*”, do BIS (Junho 2011 e Dezembro 2010, respetivamente), que vem complementar e integrar alterações relevantes nos domínios de capital, liquidez e rácio de alavancagem, do Acordo de Basileia II, que por seu turno, adotado pelo BSBC (*Basel Committee on Banking Supervision*) publicado em 26 de Junho de 2004 - *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standard: a Revised Framework*, que só foi implementado na sua plenitude em 31 de Dezembro de 2007, visando superar as limitações do primeiro acordo de Basileia, o aumento da volatilidade dos mercados, o colapso de grandes empresas que tiveram impacto nas instituições financeiras e as crises monetárias na Ásia e na Rússia, entre outros factores, cujos objetivos foram essencialmente ajustar os requisitos de capital dos bancos aos riscos a que estão expostos, acabando por melhorar as práticas de mitigação de risco e gestão do mesmo nas instituições, com o fim de preservar a solidez e solvabilidade do sistema financeiro. Com efeito saliente-se que Comité de Basileia adotou em Julho de 1988, na cidade Suíça de Basileia Acordo de Basileia I, ao publicar o “*International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards*”. Este acordo veio a ser implementado na totalidade em 1992. www.bis.org/publ/bcbs107.pdf.

Assim sendo, aos oito Estados integrantes da União, incluindo a Guiné-Bissau, estão lançados os desafios da implementação da política de convergência de capitais de Basileia, e as metas traçadas visam premiar e fortalecer os bancos mais sólidos e robustos mediante extermínios dos pequenos bancos que operam nas fracas economias e sistemas financeiros, no âmbito dos quais podemos integrar a Guiné-Bissau.⁶⁸³

Portanto, de um modo geral, os acordos de Basileia II e III⁶⁸⁴ são delineados para prover segurança e solidez às instituições bancárias, aos seus clientes e à economia. Sua adoção pela autoridade de regulação visa atribuir maior transparência, liquidez e credibilidade ao sistema financeiro, de cuja correspondente execução prática e o respetivo mérito em benefício da economia e do sistema financeiro, preferimos protelar às nossas conclusões, com a presunção de que o futuro fará o seu papel e melhor juízo. Contudo, há uma questão que não se quer calar, sobretudo no sistema bancário como nosso mercado por um fraco sector empresarial e uma perene instabilidade política, económica e social, muito dinheiro para investir aonde? Pois, a filosofia da Basileia é de gerar uma almofada que permita construir um sistema bancário sólido e solvente face aos desafios de investimento na economia e resistente à situação de crise micro ou macroeconómica. Porém, ignorou o essencial – a reabilitação e o relançamento do sector empresarial, enquanto baluarte de qualquer sistema económico.

⁶⁸³ Neste sentido admite e bem José Rosa a existência de algumas desvantagens da implementação de Basileia III nos países menos desenvolvidos e com défice de inclusão social, v.g., dificuldade de acesso das empresas e famílias ao crédito bancário, e mais..., veja-se José Gonzaga Rosa, “União Económica e Monetária da África Ocidental: Uma boa ideia, com uma pobre execução”. P. 309.

⁶⁸⁴ De um modo geral, Basileia I concentrava-se no risco de crédito e na ponderação de risco de ativos, referente ao capital regulatório, Índice Mínimo de Capital para Cobertura do Risco de Crédito e Factores de Ponderação de Risco dos Ativos; Basileia II visara corrigir falhas encontradas no primeiro documento, com propósito de criar um padrão internacional para os reguladores bancários para controlar quantos recursos os bancos precisavam resguardar para protegê-los contra riscos financeiros e operacionais e garantir sua liquidez, esse acordo conferiu maior transparência de informações sobre os bancos e trouxe maior liberdade de gestão de riscos das instituições através de três pilares: i. Capital mínimo, ii. fortalecimento do processo de supervisão, e iii. Disciplina de mercado; por fim, Basileia III, impulsionado pela crise, entretanto constitui postulado diferente dos acordos anteriores, que assentavam na reserva de capital dos bancos em função dos riscos dos empréstimos e investimentos, Basileia III está relacionado ao risco de liquidez, exigindo diferentes níveis de reserva para diferentes formas de depósitos bancários e outros empréstimos. Com o novo acordo, os bancos terão de triplicar as reservas de capital para se protegerem de uma crise, com a introdução de índice de alavancagem e exigência de liquidez.

5. Problemas atuais e limitações ao sigilo bancário

A UEMOA procura em sede de regulações da banca e das respetivas atividades, vincular, de um lado, os Estados Membros a adotarem diplomas legais que definam procedimentos que visem a proteção do sigilo bancário, no sentido de se manter sob absoluta discrição, os dados e informações ligadas à vida dos bancos, bem como as suas relações com os clientes, de outro lado, reitera o compromisso internacional que vincula a união e, conseqüentemente, aos Estados-Membros a adotarem diplomas legais e procedimentos dirigidos à prevenção e repressão de branqueamentos de capitais e das vantagens ilícitas através do uso do sistema bancário, bem como a prevenção e repressão do terrorismo internacional⁶⁸⁵. O que funciona através das estruturas internacionais vocacionadas e no domínio da união, v.g., *Groupe d'Action Financière sur le blanchiment de capitaux* (GAFI), e *Groupe Intergouvernemental d'Action contre le Blanchiment d'Argent et le financement du terrorisme en Afrique de l'Ouest* (GIABA)⁶⁸⁶, e das estruturas existentes em cada Estados Membros da união, como por exemplo, entre nós, a CENTIF, que assegurem a eficácia e o mecanismo de circulação e de centralização de informações de caráter financeiro, em rompimento ao conteúdo do sigilo bancário. Entretanto, sem olvidar de que essas mesmas estruturas ficam vinculadas ao dever do sigilo bancário quanto às informações que lhes advenham no cumprimento das suas missões.

No sentido de vincular Estados Membros a adotarem procedimentos internos de luta contra branqueamento de dinheiro e de outras vantagens ilícitas por intermédio do sistema bancário, o art. 22º do Tratado constitutivo da UMOA, aprovado pelo Conselho dos Ministros da UMOA, em 14 de Novembro de 1973, e as disposições dos artigos 36º a 43º, ambos da Diretiva n.º 07/CM/UEMOA, de 19 de Setembro de 2002, adotam um quadro jurídico uniforme sobre as medidas de prevenções e de

⁶⁸⁵ A par da *Loi n° 2004-09 du 6 février 2004 relative à la lutte contre le blanchiment de capitaux ci-après, la loi uniforme relative à la lutte contre le blanchiment de capitaux* do Senegal, no domínio específico das medidas tendentes à prevenção e repressão do terrorismo internacional no espaço comunitário, pode-se ler no preâmbulo da *Loi Uniforme 2009-16 relative à la lutte contre le financement du terrorisme* o seguinte: “Au titre de la lutte contre le financement du terrorisme, les initiatives menées ont permis de doter les Etats membres de l'UEMOA d'une base légale permettant de rendre exécutoires, sur le territoire communautaire, les décisions de gel de fonds prises par le Comité des sanctions du Conseil de Sécurité des Nations Unies. A cet effet, le Conseil des Ministres de l'Union a adopté le 19 septembre 2002, le Règlement n°14/2002/CM/UEMOA sur le gel des fonds des personnes, organismes et entités terroristes”. Igualmente, define nos arts. 3º e 4º e ss., o âmbito de aplicação bem como conceito e o objeto e a configuração do financiamento de terrorismo internacional, entre as quais, os organismos financeiros encontram-se entre os sujeitos vinculados a adotarem internamente procedimentos tendentes ao combate do terrorismo. Cf. Abdoulaye Sakho, *op. cit.*.

⁶⁸⁶ Para mais informação sobre a origem e as operações do GIABA, veja-se, GIABA, *Síntese das Operações do GIABA – uma crónica da evolução de uma instituição Africana promissora desde seus primórdios*, 2004-2013, disponível em www.giaba.org. Assim, trata-se de uma organização comunitária gerada em torno da CEDEAO em 2000, em Lomé, com único propósito de dar corpo comunitário aos objetivos traçados pela Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo, 1999, New-York, a Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional, 2000, Palermo, e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, 2003, Mérida, mais precisamente, no âmbito de prevenção e repressão de branqueamento de capitais e luta contra terrorismo mundial.

repressões do branqueamento de capitais nos Estados membros da UEMOA⁶⁸⁷, bem como a necessidade de luta contra o financiamento do terrorismo mundial por força do “Conseil des Ministres de l’UEMOA a adopté, lors de sa session du 04 juillet 2007 à Dakar, la Directive n°04/2007/CM/UEMOA relative à la lutte contre le financement du terrorisme dans les Etats membres de l’UEMOA. Cette Directive, en son article 27⁶⁸⁸, fait obligation aux Etats de transposer ses dispositions dans leur droit interne. L’accomplissement de cette obligation suppose l’adoption, au niveau communautaire, d’une loi uniforme”⁶⁸⁹.

6. Violação e a natureza

A Lei-Quadro da RB, por força do seu art. 66º, prevê a possibilidade de aplicação de sanção disciplinar a quem tenha violado o sigilo bancário, e nos termos do art. 70º, pune com sanção cumulativa de pena de prisão de 1 a 2 anos, e multa de FCFA: 10.000.000 a FCFA: 100.000.000. Entretanto, elevam-se os respetivos limites máximos para 5 anos e FCFA: 300.000.000, em casos de reincidências⁶⁹⁰.

⁶⁸⁷ Transposta por Lei n.º 04/2004 de 2 de Novembro relativa à prevenção e repressão do branqueamento de capitais.

⁶⁸⁸ Transposta para ordem jurídica da Guiné-Bissau através da Lei n.º 1/2012 de 2 de Novembro, relativo à luta contra o financiamento do terrorismo.

⁶⁸⁹ Além da diretiva acima referenciada, em gesto de complementaridade, o sistema da União apresenta um certo traço evolutivo neste domínio do combate ao branqueamento de capitais e ao terrorismo internacional, inserido no âmbito das preocupações mundiais e dos concertos das nações, com adoções de vários outros diplomas legais que vão desde regulamentações das estruturas que funcionam na união, os procedimentos, medidas preventivas e repressivas relacionadas com as informações suspeitas, como sejam: *Loi uniforme relative à la lutte contre le blanchiment de capitaux dans les Etats membres de l’Union Economique et Monétaire Ouest Africaine (UEMOA)*; *Décret-cadre portant création, organisation et fonctionnement d’une cellule nationale de traitement des informations financières*; *Règlement n° 14/2002/CM/UEMOA relatif au gel des fonds et autres ressources financières dans le cadre de la lutte contre le financement du terrorisme dans les Etats membres de l’Union Economique et Monétaire Ouest Africaine (UEMOA)*; *Décision n° 06/2003/CM/UEMOA relative à la liste des personnes, entités ou organismes visés par le gel des fonds et autres ressources financières dans le cadre de la lutte contre le financement du terrorisme dans les Etats membres de l’Union Economique et Monétaire Ouest Africaine (UEMOA)*; *Décision N° 04/2004/CM/UEMOA portant modification de la Décision N° 06/2003/CM/UEMOA du 26 juin 2003 relative à la liste des personnes, entités ou organismes visés par le gel des fonds et autres ressources financières, dans le cadre de la lutte contre le financement du terrorisme dans les Etats membres de l’UEMOA, signée le 5 juillet 2004.*

⁶⁹⁰ Correspondentes aos conteúdos dos arts. 66º e 70º da LRB-Benin, da LRB-Burkina Faso, da LRB-Togo, da LRB-Mali, da LRB-Costa de Marfim, LRB-Senegal, da LRB-Niger e da nossa LRB4/2008.

SECÇÃO V

Outras Experiências Africanas de Proteção do Sigilo Bancário

Nesta secção vamos passar em revista o enquadramento jurídico - constitucional do regime da proteção do sigilo bancário em Cabo Verde, em São Tomé e Príncipe e em Timor Leste pelo facto de não integrarem nenhum dos modelos e sistemas de integrações acima analisados, nomeadamente da UE, SADC e nem da UEMOA.

Realcemos que a nossa preferência pelos países em referências de entre outros tantos, advém do facto de se constituírem países lusófonos ou de língua portuguesa e os seus percursos históricos se identificarem em tudo com a história da banca e da atividade bancária Guiné-Bissau, pelo menos, até a integração à UEMOA e ao seu sistema e política monetária e bancária e, fundamentalmente, por integrarem e participarem da CPLP ao lado do Brasil, Portugal, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

SUBSECÇÃO I

Do Sigilo Bancário no Direito de Cabo Verde

1. Enquadramento legal

O sigilo bancário encontra a conformação expressa, e nalguns casos implícitos, nos mais variados diplomas legais em vigor no ordenamento jurídico cabo-verdiano, como sejam:

1.1. A Constituição da República de Cabo-Verde (CRCV)⁶⁹¹

A CRCV dedicou na sua Parte III, sob epígrafe “Organização Económica e Financeira”, apenas uma disposição (art. 92º) que estabelece de forma insuficiente a matéria bancária, quando dispõe que, “O Banco de Cabo Verde é o banco central, detém a exclusividade da emissão de moeda”.

Ainda assim, a proteção do sigilo bancário é suscetível de aferir no âmbito das mais variadas disposições constitucionais, como sejam do art. 1º, n.º 1, em que o Estado assume a função de garantir o respeito pela dignidade da pessoa humana e reconhece a inviolabilidade e inalienabilidade dos direitos humanos como fundamento de toda a comunidade humana, da paz, da justiça e da respetiva tutela. O art. 15º, n.º 1, art. 20º, art.17, n.º 5, relevam neste âmbito, sobretudo quando dispõe que “As leis restritivas dos direitos, liberdades e garantias serão obrigatoriamente de carácter geral e abstrato, não terão efeitos retroactivos, não poderão diminuir a extensão e o conteúdo essencial das normas constitucionais e deverão limitar-se ao necessário para a salvaguarda de outros direitos constitucionalmente protegidos”⁶⁹².

À semelhança da solução consagrada na CRGB, a CRCV dispõe, no seu art. 18º, que “As normas constitucionais relativas aos direitos, liberdades e garantias vinculam todas as entidades públicas e privadas e são directamente aplicáveis”.

Deste modo, nos termos do art. 28º e ss. da CRCV, entre outros direitos fundamentais, reconhecem-se aos cidadãos cabo-verdianos direitos fundamentais à inviolabilidade da sua pessoa, à proteção face aos dados e sistemas informáticos, o direito de personalidade em geral e, mais precisamente, a proteção do

⁶⁹¹ Refere-se à Constituição da República de Cabo-Verde de 1992, aprovada pela Lei Constitucional nº 1/IV/92, de 25 de Setembro, alterada pelas Leis Constitucionais n.ºs 1/IV/95, de 13 de Novembro, 1/V/99, de 23 de Novembro e por último revista e alterada na segunda revisão ordinária de 2010 efetivada pela Lei Constitucional nº 1/VII/2010, de 03 de Maio, Publicada no Boletim Oficial da República de Cabo-Verde, I Série, n.º 17, de 03 de Maio, página 394 e ss. Sobre a configuração da proteção dos direitos fundamentais na Constituição da República de Cabo Verde, veja-se, Jorge Carlos Fonseca, *Cabo Verde. Constituição – Democracia – Cidadania*, Praia/Lisboa, ISCJS/Almedina, 2011. Felisberto Vieira Lopes, «Direitos Fundamentais e Democracia. A Constituição e a Garantia dos Direitos Fundamentais», *Direito e Cidadania*, nº3, Praia, 1999, p. 23 e ss. Ainda enfatiza-se que, num sistema jurídico como o cabo-verdiano e o guineense, a Constituição deve ser encarada como fundamento básico da legitimidade do sistema político, organização do Estado e, essencialmente, da legitimação da proteção dos direitos fundamentais, em perfeita sintonia com as normas internacionais e a declaração universal dos direitos humanos. Cf. José Pina Delgado e Liriam Tiujo-Delgado (org.), *Textos de Direitos Fundamentais e Direito Internacional da Protecção da Pessoa Humana*. Praia, Lex - Edições ISCJS, 2014, p. 3 e ss.

⁶⁹² Cf. Mário Ramos Pereira Silva, *As Constituições de Cabo Verde e Textos Históricos de Direito Constitucional Cabo-verdiano*, 2ª ed., Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde, 2010, p. 15 e ss; José Pina Delgado, «Constituição de Cabo Verde de 1992 – Fundação de uma República Liberal de Direito, Democrática e Social», Estudos em Comemoração do XX Aniversário da Constituição da República de Cabo Verde, Praia, Edições do ISCJS, 2013, p. 113 ess; e Fernando Menezes Almeida, «20 Anos da Constituição de Cabo Verde», Estudos em Comemoração do XX Aniversário da Constituição da República de Cabo Verde, Praia, Edições do ISCJS, 2013, p. 254 e ss.

direito à reserva da vida privada e da sua intimidade, art. 41º, n.º 2.

1.2. A Lei Orgânica do Banco de Cabo-Verde (LOBCV)

Por força da Lei nº 25/75 de 29 Setembro, foi criado o Banco de Cabo Verde (BCV) à semelhança do que sucedera nos restantes países da então colónia portuguesa - incluindo a Guiné-Bissau, atribuindo-se-lhe, em regime de exclusividade, as funções de banco central e emissor, de autoridade cambial, Caixa de Tesouro e de Banco Comercial⁶⁹³.

⁶⁹³ A história do BCV, da banca e da atividade bancária em CV, sobretudo depois da ascensão à independência, grosso-modo, identifica-se com o percurso histórico dos restantes países da então colónia portuguesa, mais precisamente da Guiné-Bissau. Assim, o posicionamento histórico da banca e da atividade bancária em CV, à semelhança da Guiné-Bissau, é contemporâneo à independência de Cabo-Verde em 5 de Julho de 1975. Entretanto, muito antes desta data histórica, várias décadas precedentes marcaram a história da banca e da atividade bancária em Cabo-Verde, senão vejamos. O Reino de Portugal, pela Carta de Lei de 16 de Maio de 1864, concedeu ao BNU o privilégio de emissão de notas de banco sobre todo o território das colónias, em regime de exclusividade. Ainda, no parágrafo primeiro do artigo segundo da aludida carta determinou, além do mais, que a agência do BNU de Cabo Verde seria estabelecida dentro de um ano. Assim sendo, o BNU iniciou o exercício da atividade bancária com a Filial da Praia, aberta em Outubro de 1865, tendo ficado a cargo de Clarimundo Martins, conforme a Portaria de 4 de Outubro de 1865 comunicada pelo Ministério da Marinha e Ultramar ao governo da colónia. A referida Filial começou modestamente as suas operações com um capital de 30 contos, recebendo depósitos a juros variando de 3% a 5%, conforme os prazos, tomava letras, vendia saques sobre o país com prémios também variáveis em harmonia com os prazos de pagamentos. Progressivamente foi alargando as suas operações. Além da cidade da Praia, o BNU implantou em 1894, a Agência de S. Vicente, e em 1948 a Delegação do Sal, além de correspondências em todas as sedes dos concelhos. Em 1973, em ordem a suprir o vazio derivado do facto de o BNU não realizar operações de crédito a médio e longo prazo, designadamente de operações de crédito agrícola e pecuário, de crédito industrial e crédito predial, e da reduzida acção da Caixa de Crédito de Cabo Verde, o Banco de Fomento Nacional, no intuito de dinamizar as atividades produtivas, instalou uma representação em Cabo Verde. Além das citadas instituições de crédito com sede em Portugal, funcionavam ainda a Caixa Económica Postal, criada em 1928 mas integrada na orgânica dos Serviços dos Correios e Telecomunicações, com objetivo de financiar crédito ao consumo e de captar pequenos aforros, e a Caixa de Crédito de Cabo Verde, criada em Agosto de 1962, com o objectivo de concessão de crédito agrícola, pecuário, industrial e imobiliário, com vista ao desenvolvimento de Cabo Verde. No âmbito da execução política e administrativa da integração económica nacional e foi criada, nos finais do ano de 1963, a Inspeção do Comércio Bancário, com a finalidade de assegurar o regular funcionamento do mercado de câmbios; de estabelecer as taxas de câmbio que as representações do Banco Nacional Ultramarino deviam observar; de fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares sobre o exercício do comércio de câmbios, etc. Com efeito, pelo menos, até 5 de julho de 1975, data em que Cabo-Verde deixara de ser colónia de Portugal, o Banco Nacional Ultramarino foi durante 111 anos a principal instituição bancária, tendo marcado indelévelmente a atividade bancária em Cabo-Verde. Portanto, em todas as suas operações e serviços prestados, quer o BNU e as filiais abertas em CV e as respetivas instituições bancárias e de supervisão das atividades bancárias e parabancárias então a operar em CV preservavam o dever do sigilo bancário. Cf. Endereço eletrónico <http://www.bcv.cv>. Para mais informação sobre a banca e atividade bancária em CV, Catarina Anjo Balona/João Pedro Russo, “O Banco de Cabo Verde – Principais aspetos orgânico e funcionais”, in Revista de Concorrência e Regulação, Anos V-VI-N.ºs 20-21, Outubro 2014 – Março 2015. P.283 e ss

A atual LOBCV foi adotada pela Lei n.º 10/VI/2002, de 15 de Julho⁶⁹⁴, que revoga e substitui a antiga LOBCV de 1990, que revogara a Lei n.º 13/76, de 26 de Junho, que aprovara a primeira LOBCV⁶⁹⁵.

⁶⁹⁴ Publicada no Boletim Oficial da República de Cabo-Verde, I Série, n.º 21, de 15 de Julho de 2002, p. 606 e ss.

⁶⁹⁵ A partir da Independência Nacional, a República de Cabo Verde, à semelhança do que aconteceu na Guiné-Bissau, assumiu a plenitude dos atributos da sua soberania territorial, política, popular, administrativa, económica e financeira. Assim, pela Decisão com Força de Lei n.º 25/75 de 29 Setembro, foi criado o Banco de Cabo Verde, permitindo o exercício, através de um instituto de emissão, exclusivamente nacional, do seu direito inalienável de emissão de moeda. Mais tarde, a 30 de Junho de 1976, através da Decisão com Força de Lei n.º 13/76, de 26 de Junho, foi aprovada a primeira Lei Orgânica do BCV, mantendo-se o objeto inicial da instituição definido no diploma de criação e sendo-lhe fixado um capital de cem milhões de escudos, capital esse que foi elevado em 1981 a quatrocentos milhões de escudos. No dia 1 de Julho de 1976, com a transferência para o BCV das atribuições, do ativo e do passivo dos Departamentos do BNU e do Banco de Fomento Nacional em Cabo Verde, acordada em negociações bilaterais entre os dois Governos, o BCV deu início público das suas atividades enquanto banco de múltiplas funções, desta feita sucedia o BNU e do Banco de Fomento Nacional, inclusive os respetivos ativos, por intermédio do referido acordo bilateral. No dia 1 de Março de 1977, na sequência de uma acentuada desvalorização do escudo português, decretado pelas autoridades portuguesas, o Governo de Cabo Verde decidiu pela desvinculação do Escudo de Cabo Verde (CVE) do Escudo de Portugal (PTE). A 1 Julho de 1977, no âmbito da celebração do primeiro aniversário do arranque efetivo das suas atividades do BCV, pôs-se a circular as suas primeiras notas de banco, o CVE, com uma paridade igual ao do PTE, substituindo assim as notas do BNU que então circulavam. Até Março de 1981, a gestão do Banco de Cabo Verde vinha sendo feita apenas pelo Governador do Banco, o que violava flagrantemente a sua Lei Orgânica que atribuía ao Conselho de Administração a competência em geral para a prática dos atos necessários à prossecução dos fins do Banco. Entretanto, com o propósito melhorar e de reforçar a capacidade de gestão do BCV, em Março de 1981, foi nomeado o primeiro Conselho de Administração deste banco. Ainda, nesta década de 80, a estrutura da banca em CV, sobretudo do BCV conheceu várias transformações, em especial relacionadas com a aprovação de um Estatuto de Pessoal do Banco de Cabo Verde, com o início da informatização dos vários serviços, com o processo de bancarização de CV, através da criação de uma rede de agências em quase todas as sedes de concelho, melhorando assim, substancialmente, a cobertura bancária do território nacional, e com o desenvolvimento de programas de apoio ao sector produtivo, através da criação de incentivos especiais para os emigrantes, bem como para os diversos setores de atividade considerados prioritários pelo Governo (sendo criado para o efeito o Departamento de Investimento para gerir esses programas bem como os que eram da responsabilidade da Caixa de Crédito de Cabo Verde, extinta em 1984). Todas estas transformações acarretaram, em Agosto de 1985, uma revisão pontual da LOBCV, em ordem a melhorar o seu funcionamento, tendo sido extinto o cargo de Vice-Governador, o qual viria a ser recuperado na Lei Orgânica de 1993. Mais tarde, em 1990, procedeu-se à aprovação de uma nova Lei Orgânica do Banco, em regime transitório, em ordem ao reforço da vertente banco central do BCV, que atribuiu ao BCV a função principal da gestão das políticas monetária e cambial e de banqueiro do Estado, embora continuasse a exercer, a título transitório, as funções de banco comercial e de desenvolvimento.

No entanto, a evolução não pára por aqui, o BCV conhecera até aos dias de hoje outras importantes transformações. Com efeito, em Agosto de 1993, no quadro de um amplo programa de reformas económicas e financeiras iniciado pelo Governo saído das eleições democráticas de 1991, foi aprovada uma nova Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde, passando este a exercer exclusivamente as funções de banco central, criando assim condições para que, em 1 de Setembro do mesmo ano, se procedesse à efetiva desafetação da vertente comercial e de desenvolvimento do Banco de Cabo Verde, o que se traduziu na criação do Banco Comercial do Atlântico, Sarl, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pondo-se assim termo a 17 anos de um sistema da banca e da atividade bancária então exercida por um único banco – BCV, que assumia o papel do banco central do Estado, banco emissor, tesouraria e da banca comercial. Com esta transformação, desde então, sobretudo com a desafetação da sua vertente comercial e de desenvolvimento, a atividade do BCV passou-se a centrar na capacitação e no reforço das suas funções de banco central, nomeadamente de banco emissor, regulador e de supervisão. Assim adotou-se o sistema monista de supervisão em CV, em que toda a ação de supervisão sobre todo o

Com efeito, o BCV passou a assumir o papel do banco central de CV, com atribuições específicas no domínio de emissão, regulação e da supervisão da atividade bancária em CV, art.3º e ss. A par destas atribuições, ainda nos termos do art.17º, n.º 4, als. a) a c), e n.º 5, cabe ao BCV as funções de Colaborador do Governo na definição da política monetária e cambial, visando alcançar e manter a estabilidade dos preços; execução autónoma da política monetária e cambial de Cabo Verde; detenção e a gestão das reservas de câmbio oficiais de Cabo Verde e agir como intermediário nas relações monetárias internacionais do Estado; e de consultor conselheiro financeiro do Governo. Podendo, inclusive, exercer as atividades de emissão de títulos com prazo não superior a um ano; compra e venda de títulos no mercado secundário; celebração de acordos de compra e de recompra de títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde e pelo Banco, com as instituições bancárias e outras instituições sujeitas à sua supervisão, não podendo a duração destas operações exceder os 3 meses; empréstimo às instituições de crédito e para bancária, por prazo que não exceda um ano, nas modalidades que considerar adequadas, caucionadas por títulos de dívida pública ou outros facilmente negociáveis; abertura de crédito em conta corrente a favor de instituições de crédito ou para bancárias, com garantia de títulos do Estado de Cabo Verde; depósitos à ordem do Estado; depósitos à ordem ou a prazo das instituições de crédito e para bancárias; depósitos de títulos do Estado pertencentes às instituições de crédito e para bancárias; quaisquer operações sobre ouro e divisas; bem como outras operações bancárias não proibidas por lei, arts. 28º a 30º da LOBCV.

É o BCV - enquanto banco central da República de Cabo Verde - quem assegura, nesta qualidade, a regular criação, a circulação e o valor da moeda nacional, cabendo-lhe, no essencial, a missão de manutenção da estabilidade dos preços. Como objetivo secundário, compete ao banco promover no país, a liquidez, a solvência e o funcionamento adequado de um sistema financeiro assente na estabilidade do mercado e nunca de forma incompatível com o objetivo principal da manutenção da estabilidade de preços. Sem prejuízo do objetivo principal da manutenção da estabilidade dos preços, cabe ao Banco colaborar na execução da política económica global do Governo.

No âmbito do exercício das suas atribuições, v.g., no domínio de supervisão das atividades bancárias e para bancárias em CV⁶⁹⁶, o BCV pode requerer quaisquer informações conexas à vida das instituições

sistema financeiro foi assim atribuído ao BCV, inclusivé cabendo-lhe a supervisão e controlo das instituições que actuam nos mercados monetário e financeiro, em particular as instituições de crédito e parabancárias, do setor segurador, assim como do mercado de capitais.

No âmbito do Acordo de Cooperação Cambial e do respetivo Protocolo Adicional, celebrado entre os Governo Português e caboverdiano, o CVE passou a estar ligado, a partir de 1 de Abril de 1998, numa relação de paridade fixa ao PTE, e, consequentemente, ao EURO. Cf. endereço eletrónico <http://www.bcv.cv>.

⁶⁹⁶ Em CV, a supervisão comportamental e prudencial tem por objetivo, v.g., preservação da estabilidade do sistema financeiro, prevenção de risco, proteção dos adquirentes de serviços financeiros, promoção da livre concorrência, prevenção do sistema financeiro face a problemática de branqueamento de capitais e luta contra terrorismo internacional,

financeiras e dos seus clientes, sem que para tal lhe seja legítimo opor o dever do sigilo bancário (vide, inclusive arts. 49º e ss. e 55º e ss., ambos da LICP-CV).

Por conseguinte, impõe-se o referido dever do sigilo bancário, digo derivado ou em segunda linha, nos precisos termos do art. 62º, quando dispõe que “Os membros dos órgãos do Banco, os empregados deste e bem assim quaisquer pessoas que lhe prestem directa ou indirectamente serviços estão sujeitos ao dever de sigilo nos termos aplicáveis às instituições de crédito e para bancárias”. Com efeito, por força desta disposição legal, para se apurar o âmbito subjetivo e objetivo do dever do sigilo bancário imposto às autoridades de supervisão em CV, v.g., o BCV, seus titulares de órgãos sociais, administradores, gestores e seus funcionários, bem como às matérias que abrangem, remete-se para as disposições legais constantes da Lei das instituições de crédito e para bancárias em CV, arts. 39º, 40º e 40º A, da LICP - CV.

Assim sendo, a LICP – CV, à semelhança dos outros sistemas acima analisados, insere a proteção do sigilo bancário na secção referente às regras de condutas.

1.3. No domínio da atividade bancária e para bancária em CV

A banca e a atividade bancária em CV encontram-se regulamentadas nos vários diplomas legais específicos de conteúdos diferenciados, como sejam:

i. Na Lei de Bases do Sistema Financeiro – LBSF-CV.

Referimo-nos à Lei n.º 61/VIII/2014, de 23 de Abril, que aprova a nova LBSF-CV⁶⁹⁷, que revoga

etc..., art.11º da LBSF-CV. Para mais informações sobre a estrutura, funcionamento e competências do BCV, veja-se: Catarina Anjo Balona/João Pedro Russo, “O Banco de Cabo Verde – Principais aspetos orgânico e funcionais”, p. 291 e ss. Conferindo que, em CV, tem-se assistido um esforço considerável no sentido de implementar Acordo de Basileia, com adoção de Avisos: n.º 2/13, de 18 de Abril (sobre sistema de gestão do risco de crédito), n.ºs 4 e 5/11, de 26 de Outubro (estabilidade de sistema financeiro CV), n.º 3/07, de 19 de 19 de Novembro (sobre fundos próprios dos bancos em CV), e n.ºs 4., 5 e 7/05, de 12 de Setembro (referentes às provisões, rácio de solvabilidade e limites à concentração de risco e afins).

⁶⁹⁷ Ainda revogou as seguintes leis: Lei n.º 43/III/88, de 27/12, referente a Lei de Bases de Instituições Financeiras Internacionais, DL 12/2005, de 7/02, sobre direito de estabelecimento dessas Instituições Financeiras Internacionais em CV, e o DL 1/2005, de 2/05, que autorizara Correios de CV, SARL a prestar serviços financeiros específicos de instituições de crédito.

a Lei das Instituições de crédito e parabancárias de CV – LICP-CV - Lei n.º 3/V/96, de 1 de julho⁶⁹⁸, então revista pontualmente pela Lei n.º 4/VIII/2011, de 29 de Agosto, a qual regula a constituição, o funcionamento e as atividades das instituições de crédito e para bancárias⁶⁹⁹. O então aditamento introduzido pela Lei n.º 4/VIII/2011 à LICP-CV trazia importantes novidades no domínio específico do regime do sigilo bancário na atividade bancária e para bancária em CV. Com efeito, nos termos do artigo 40º-A - no âmbito específico de cooperação com outras entidades - dispõe no seu n.º 1, que o disposto nos artigos anteriores não obsta a que o Banco de Cabo Verde troque informações, no âmbito de acordos de cooperação que haja celebrado, com autoridades de supervisão de outros Estados, em regime de reciprocidade, quanto às informações necessárias à supervisão, em base individual ou consolidada, das instituições de crédito e para bancárias com sede em Cabo Verde e das instituições de natureza equivalente com sede naqueles Estados. Ainda, no seu n.º 2, vincula ao dever do sigilo bancário todas as autoridades e pessoas que participem na troca de informações referida no número anterior. Assim, nos termos do n.º 3., als. a) a d), as informações recebidas pelo Banco de Cabo Verde nos termos deste artigo só podem ser utilizadas: para exame das condições de acesso à atividade das instituições de crédito e para bancárias; para supervisão, em base individual ou consolidada, da atividade das instituições de crédito e para bancárias, nomeadamente quanto a liquidez, solvabilidade, grandes riscos e demais requisitos de adequação de fundos próprios, organização administrativa e contabilística e controlo interno; para a instrução de processo de contra-ordenação e aplicação de sanções; no âmbito de recursos interpostos de decisões do membro do Governo responsável pela área das Finanças ou do Banco de Cabo Verde, tomadas nos termos das disposições aplicáveis às entidades sujeitas à supervisão deste.

Por fim, este diploma legal vem reforçar a proteção do sigilo bancário no seu n.º 4, v.g., quando prevê que os acordos de cooperação referidos no n.º 1 só podem ser celebrados quando as informações a prestar beneficiem de garantias de sigilo pelo menos equivalentes às estabelecidas na presente Lei e tenham por objectivo o desempenho de funções de supervisão que estejam cometidas às entidades em causa⁷⁰⁰.

⁶⁹⁸ Publicada no BO da República de CV, I Série, n.º 20, de 1 de Julho de 1996, p. 227 e ss.

⁶⁹⁹ Publicada no BO da República de CV, I Série, n.º 29, de 29 de Agosto de 2011, p. 1012 e ss.

⁷⁰⁰ LICP-CV, na mesma linha das leis bancárias da GB, Moçambique, Angola. Portugal e mais países, define, de um lado, as instituições de crédito como as empresas cuja atividade consiste em receber do público depósitos ou outros fundos reembolsáveis e em conceder crédito por sua própria conta, art. 2º. Assim, classifica os bancos e as instituições de crédito especiais (as cooperativas de crédito e as caixas económicas, art.3º, n.º 2º) como instituições de espécies das instituições de crédito, com atribuições específicas e exclusivas no âmbito da receção do público de depósitos ou outros fundos reembolsáveis, arts. 2º e 6º, n.º 1. Tendo, por conseguinte, definido as instituições parabancárias como empresas, não sendo instituições de crédito, exerçam profissionalmente alguma função de crédito ou outra atividade que possa afetar o funcionamento dos mercados, monetário, financeiro ou cambial, art. 4º, n.º 1. Assim, correspondem às instituições

Com efeito, o núcleo duro do regime do sigilo bancário em CV vinha então consagrado ao abrigo dos arts. 39º, 40º e 40ºA, da LICP-CV, ao qual vincula ao dever do sigilo bancário todas as entidades de fiscalização da banca e as próprias instituições de crédito e para bancárias, bem como aos respetivos dirigentes e funcionários, quanto às informações relacionadas com vida das instituições em causa e dos seus clientes.

Entretanto, na atualidade, a matéria encontra conformação nos termos do art.32º/1 da LBSF-CV.

ii. Aviso 3/2014, de 17/10, sobre o exercício da supervisão comportamental das Instituições financeiras na comercialização de produtos e serviços bancários, bem como deveres de prestação de informação, e a preservação dos dados dos clientes e das suas operações no âmbito discreto ou confidencial, arts.2º. al. f) e 10º.

iii. Lei n.º 38/VII/2009, de 27/04, consagra dever de colaboração das instituições financeiras em rompimento ao sigilo bancário. Nesta conformidade, no âmbito de prevenção e repressão de branqueamento de capitais, institui-se por DL n.º 9/2012, de 20/03, a Unidade de Informação Financeira – UIF – que funciona junto do Banco de CV, vinculando a UIF a manter em segredo as informações suspeitas que lhe advenha, art.14º/2.

iv. Portaria n.º 19/2005, de 14 de março, alterada e aditada pontualmente pela Portaria n.º 14/2013, de 22 de Fevereiro⁷⁰¹ (na parte respeitante ao montante mínimo de capital social das Sociedades de Garantia Mútua), ambas do Ministério das Finanças e de Planeamento de CV, em complemento ao preceituado ao abrigo do art. 29º, n.º 1, da LICP – CV, define o montante mínimo do capital social que devem possuir as instituições de crédito e para bancárias elencadas na presente⁷⁰².

parabancárias à luz do art. 4º. n.º 2, as seguintes sociedades: de investimentos, de capital de risco, de *leasing*, de desenvolvimento regional, de agências de câmbios, de gestão de fundos de investimentos, *factoring*, de financiamentos de vendas a crédito, de emissões e gestões dos cartões de crédito, e mais que a lei vier a determinar. Impõe-se, nos termos do art. 7º, a adoção de firmas e denominações específicas conforme a natureza da atividade e espécie da instituição financeira a constituir, a par das outras condições e menções legais obrigatórias exigidas nos termos do art. 8º e ss. Para efeito da apreciação e autorização da instituição de crédito por intermédio da competente portaria do Ministro titular da pasta das Finanças de CV, mediante parecer prévio e favorável do BCV e as instituições parabancárias são autorizadas pelo Aviso do BCV. Igualmente, cabe a portaria do titular da pasta das finanças de CV a fixação do capital social mínimo exigido para as instituições de crédito e para as instituições parabancárias, art. 29º, n.º 1, da LICP-CV, ao qual neste momento se encontra fixado pela Portaria n.º 14/2013, de 22 de Fevereiro, que vem alterar e aditar a Portaria n.º 19/2005, de 14 de março.

⁷⁰¹ Publicada no BO da República de CV, I Série, n.º 11, de 22 de Fevereiro de 2013, p. 270 e ss.

⁷⁰² Publicada no BO da República de CV, I Série, n.º 11, de 14 de Março de 2005, p. 310 e ss. Que estabelece atualmente os seguintes capitais sociais mínimos para as várias espécies das instituições de crédito e para bancárias reguladas na lei, conforme os graus e as propensões de riscos a que estejam sujeitas no âmbito das atividades, assim: Bancos: 300 milhões de escudos; b) Instituições especiais de crédito com a natureza de caixas económicas: 70 milhões de escudos; c) Sociedades de investimento: 100 milhões de escudos; d) Sociedades de capital de risco: 60 milhões de escudos; e) Sociedades de locação financeira: capital de 40, 50 ou 60 milhões de escudos, conforme a sociedade tenha por objeto a locação financeira mobiliária, a imobiliária ou ambas; f) Sociedades de desenvolvimento regional: 60 milhões de escudos; g) Agências de

v. Releva ainda neste domínio a Lei n.º 78/V/98, de 7 de Dezembro, relativa aos ativos e passivos financeiros⁷⁰³.

vi. Decreto - Legislativo n.º 12/95, de 26 de Dezembro, alterado pelo Decreto - Legislativo n.º 12/2010, de 8 de Novembro, sobre restrição do uso de cheque⁷⁰⁴.

vii. Neste âmbito da proteção do sigilo bancário em CV, podemos integrar ainda as disposições do Código Penal e do Código Processual Penal de CV, referentes aos procedimentos e sanções penais por violações do dever do sigilo profissional bancário, e ainda a sua proteção - ainda que ténue por razões obviamente ligadas às medidas contra as lavagens de dinheiros - à luz da Lei sobre a prevenção e repressão de branqueamentos de capitais e de outras vantagens ilícitas através do sistema bancário (Lei n.º 7/VI/2002).

viii. Resolução n.º 44/2014, de 02/06, que aprova o Plano Nacional Integrado de Luta contra a Droga e Crime (Banco de CV), que vincula o sector financeiro, em derrogação ao sigilo bancário, a colaborar na luta contra tráfico de droga e crimes transnacionais, em cumprimento de compromissos internacionais assumidos no combate à criminalidade, fraude e branqueamento.

2. Âmbito pessoal e material do sigilo bancário

Nesta linha de seguimento, criamos condições para precisar à luz do quadro jurídico vigente na ordem jurídica cabo-verdiana o regime do sigilo bancário quanto a sua extensão pessoal e material.

Deste modo, quanto à sua extensão pessoal, o art. 62 da LOBCV, art. 39º, n.º 1, da então LICP – CV, e art.32º/1 da atual **LBSF-CV**, vinculam as entidades de supervisão, BCV, as instituições de crédito e para bancárias, as sucursais das instituições estrangeiras, seus órgãos sociais, dirigentes, diretores, gerentes, mandatários, colaboradores, e todos os que estiverem ligados às instituições em causas, ainda que a título ocasional ou de passagem, ao dever do sigilo bancário, no sentido de não revelarem e nem

câmbios: 5 milhões de escudos para as que tenham por objeto exclusivo a compra e a venda de moeda estrangeira, de cheques de viagem e a venda da numismática, e 20 milhões de escudos para as que prestem serviços de transferência de dinheiro de e para o exterior; *h*) Sociedades de gestão financeira: 4 milhões de escudos; *i*) Sociedades de cessão financeira (*Factoring*): 40 milhões de escudos; *j*) Sociedades emitentes e gestoras de cartões de crédito: 30 milhões de escudos; *k*) Sociedades gestoras de fundos de pensões: 40 milhões de escudos; *l*) Sociedades de financiamento de vendas a crédito: 70 milhões de escudos; *m*) Sociedades corretoras: 10 milhões de escudos; *n*) Sociedades financeiras de corretagem: 50 milhões de escudos; *o*) Sociedades mediadoras do mercado monetário e cambial: 10 milhões de escudos. Entretanto, a nova Portaria n.º 14/2013, de 22 de Fevereiro vem aditar a anterior, no seu art. 1º, o capital social mínimo das Sociedades de Garantia Mútua: 100 milhões de escudos.

⁷⁰³ Os arts. 10º, als. *g*), *h*) e *i*), n.º 1, e 18º, da Lei n.º 78/V/98, de 7 de Dezembro, foram alterados pela Lei n.º 5/VIII/2011, de 29 de Agosto, publicada no BO da República de CV, I Série, n.º 29, de 29 de Agosto de 2011, p. 1012 e ss.

⁷⁰⁴ Publicada no BO da República de CV, I Série, n.º 43, de 08 de Novembro de 2010, p. 1710 e ss.

utilizarem de forma ilícita ou indevida as informações a que tiverem acessos no âmbito das suas atividades.

No que se refere ao âmbito material, alusivo ao conteúdo que informa o referido dever do sigilo bancário aos sujeitos acima referenciados - quer art. 62º da LOBCV quer art. 39º, n.º 2, da LICP – CV -, dispõe que estão sujeitas à obrigação de discrição, as informações relacionadas com os nomes dos clientes, contas de depósitos, seus movimentos e demais operações bancárias e financeiras, omitindo as informações relativas à vida da própria instituição em causa enquanto beneficiária do sigilo bancário.

Seguindo a mesma linha de conduta dos outros sistemas, nomeadamente o angolano e moçambicano, dispõe no n.º 3, do art. 39º, da LICP-CV, que o dever do sigilo bancário perdura para além do exercício das funções ou prestação de serviços nas instituições de supervisões, de crédito e para bancárias.

3. Limitações e problemas atuais

À semelhança dos outros sistemas, a PICP-CV consente algumas exceções e derrogações pontuais ao conteúdo do dever do sigilo bancário inserido no âmbito tendo em vista a prossecução dos outros interesses legítimos que justificam a quebra proporcional e adequada do sigilo bancário.

Assim sendo, o sigilo deixa de existir quando o próprio cliente autoriza a difusão da informação em concreta a uma dada pessoa ou seu representante legal ou voluntário, ou quando autorizada pela própria instituição ou sucursal, quando a informação em causa refere ao funcionamento da mesma, ou ao BCV no âmbito do exercício das suas atividades de supervisão, e no âmbito do processo penal, art.40º da então LICP-CV. No âmbito da atual LBSF – CV, preceitua as seguintes exceções no art.33º: Revelação ao Banco de CV, no âmbito das suas atribuições; revelação à Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários, no quadro das suas funções; Para assegurar mecanismos de garantias previstos na lei; Autorização da instituição financeira em causa quando as informações requeridas dizem respeito exclusivamente a essa instituição, caso contrário seria suficiente apenas autorização do cliente; no âmbito penal e do processo penal; e nos termos expressamente previstos na lei.⁷⁰⁵

Nos mesmos moldes, vem o art. 40º A, restringir o conteúdo do sigilo bancário no âmbito da

⁷⁰⁵ Cf. Acórdão do STJ de CV, n.º 71/2007, de 19 de Dezembro, proferido ao abrigo da antiga lei de prevenção e repressão de branqueamento de capitais, tendo-se pronunciado pela derrogação do sigilo bancário com fundamento de que “há pois um conjunto indiciário que justifica as medidas requeridas pelo MP que são indispensáveis à investigação criminal. Face ao exposto e nos termos referidos decide-se (...) deferir o requerimento do MP, ordenando o levantamento do sigilo bancário e o congelamento de quaisquer saldos de contas bancárias”.

cooperação com outras entidades, permitindo assim a criação de um canal ou de uma zona livre e segura de circulação de informação bancária, em derrogação ao dever do sigilo bancário. Entretanto, esta disposição quis preservar, em segunda linha, o dever do sigilo bancário por parte dessas entidades cooperantes.

No âmbito da luta contra lavagens de dinheiro e terrorismo mundial, foi então aprovada a Lei n.º 17/VI/2002, revogada pela Lei n.º 38/VII/2009, de 20 de Abril, referente às medidas de prevenção e repressões de branqueamentos de capitais e de outras vantagens ilícitas através do sistema financeiro. Este diploma legal comporta uma estrutura e regime que constituem exceções ao dever do sigilo bancário, impondo às instituições em causa, conjuntos de deveres éticos e jurídicos de informação, identificação e participação dos factos que constituem indícios de branqueamentos às entidades competentes, incluindo o Ministério Público.

Por outro, a Lei de Segurança Interna e Prevenção da Criminalidade de Cabo Verde vincula todas as pessoas - incluindo as instituições de crédito - a colaborarem na prossecução da garantia da segurança interna, o que pode entrecruzar e colidir com a proteção do sigilo bancário, art. 5º.

Portanto, em matéria tributária, o novo Código Geral Tributário de CV parece conferir administração tributária a possibilidade do acesso às contas em casos de indícios da prática de crimes fiscais ou na falta de veracidade de declaração ao fisco, arts.122º e 123º^{706/707}.

4. Violação e Natureza

No sistema jurídico cabo-verdiano, a revelação ou aproveitamento ilícito das informações relacionadas com a vida da instituição de crédito ou para bancárias, os nomes dos clientes, suas contas de depósito, bem como as suas movimentações e demais operações e serviços, em violação do disposto ao abrigo do art. 39º e ss. Da então LICP-CV e 230º da LBSF-CV, gera consequências negativas das mais variadas naturezas, como sejam disciplinares contra o funcionário em causa, administrativas contra a instituição de crédito ou parabancárias em causa, civis e penais. Portanto, foi nesta perspetiva que o art.230º da LBSF - CV, reconhece a ilicitude da violação dos dados e informações inseridas e protegidas no âmbito do dever do sigilo bancário, remetendo as respetivas consequências para os

⁷⁰⁶ Referem-se às disposições do anteprojecto do Código Geral Tributário de CV.

⁷⁰⁷ Cf. Ana Paula Dourado, *Reformas Fiscais na CPLP – Anteprojectos para Cabo Verde e Moçambique*, Coimbra, Almedina, 2008, pp. 8 e ss e 65 e ss.

diplomas legais em especial, v.g., o crime de violação do sigilo profissional e as respetivas sanções no 192º do CP cabo-verdiano, punida com pena de prisão entre 6 meses e 3 anos, ou pena de multa entre 80 e 200 dias. Igualmente, passível de outras sanções cível nos termos previstos nos arts.483º e 998º do CC e disciplinar nos termos da lei laboral de Cabo-Verde e do art.230º da LBSF-CV.⁷⁰⁸

SUBSECÇÃO II

Do Sigilo Bancário no Direito de São Tomé e Príncipe

1. Enquadramento legal

No sistema jurídico da República de São Tomé e Príncipe (STP), à semelhança do que já vimos nos outros sistemas anteriormente estudados, a proteção do sigilo bancário é suscetível de enquadrar nos vários diplomas legais, como sejam:

1.1. Constituição da República de STP, na parte relativa à proteção dos direitos fundamentais, dos direitos de liberdades e garantias – concretizados através da proteção aos direitos de personalidade, na sua vertente da proteção à reserva e à intimidade da vida privada contra a eventual intromissão alheia.

1.2. Lei Orgânica do Banco Central da República Democrática de São Tomé e Príncipe (LOBCSTP).

A atual LOBCSTP foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 8/92 3 De Agosto de 1992, que cria, inclusive, o novo Banco Central no quadro das reformas que se impunham ao sistema financeiro Santomense, atribuindo-lhe, o papel do banco emissor e banqueiro do Estado, tendo a função de administrar e executar a política monetária e política cambial, com o propósito de garantir a estabilidade interna e externa da moeda nacional de STP – Dobras, arts. 1º a 3º e 8º e ss, da LOBCSTP⁷⁰⁹.

⁷⁰⁸ Cf. Estes diplomas legais em <http://www.bcv.cv>.

⁷⁰⁹ Por razões óbvias, ligadas aos percursos históricos que identificaram os quadros evolutivos, quer dos bancos centrais, quer dos respetivos quadros jurídicos regulamentares e das atividades bancárias de todos os Estados do PALOP, a República Democrática de STP não constitui exceção. Assim, igualmente, as atividades bancárias conexas a um Banco

É função do BCSTP o controlo e a supervisão das instituições financeiras de STP. Enquanto autoridade supervisora do sistema financeiro, o Banco Central tem por finalidade orientar, acompanhar e fiscalizar o funcionamento das instituições de crédito, e de intermediação financeira não monetária, com vista a promover a solidez e a eficiência do sistema financeiro nacional e a manutenção da confiança e a concorrência em prol da defesa dos interesses dos intervenientes, art. 3º, da LOBCSTP⁷¹⁰.

Nesta matéria, a LOBCSTP, Artigo 80.º, dispõe que,

“1. Os membros dos órgãos de administração, fiscalização, gestão e consulta e, bem assim, todos os trabalhadores do Banco, estão sujeitos ao dever de confidencialidade e de sigilo bancário zelando pela ética profissional, em tudo quanto respeite aos atos e operações do Banco. 2. A extracção de certidões ou a prestação de informações sobre atos ou operações em que o Banco tenha intervenção só são autorizadas nos seguintes casos: a) A pedido por escrito do titular dos atos ou operações em causa; b)

Central em STP, viram as primeiras luzes no ano de 1864, mais precisamente através da abertura nesta década de 60 do século XIX, pela Carta do Reino de Portugal, da primeira filial do BNU. Passando esta agência a exercer as funções inerentes de banco central, banco emissor e de banqueiro da província. Depois da ascensão à sua independência em 1974, a República Democrática de STP assume a plenitude da sua soberania. Assim, em 1975, por força do Decreto-Lei n.º.16/76, de 24 de Maio, a agência do BNU foi nacionalizada e passou a denominar-se Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe (BNSTP), passando a substituir o BNU e acumular as funções de banco central, banco comercial e de desenvolvimento. Entretanto, nos meados da década de 80 do século XX, em consequência de uma forte crise que abalou a economia Santomense e o seu sistema bancário, com repercussão imediata na persistência de grandes desequilíbrios económicos, problemas ligados às dificuldades, nomeadamente ao nível de créditos mal parados, escassez de liquidez, falta de confiança no sistema bancário e na moeda nacional, impunha-se, tomadas de medidas imediatas com a finalidade de garantir a estabilização macroeconómica e para tal, tornou-se imperativo a criação de uma nova instituição coesa, independente e dinâmica, capaz de implementar políticas financeiras e supervisionar as atividades de bancos comerciais. Assim surge, a Lei n.º 8/92, o Banco Central de S. Tome e Príncipe (BCSTP) e a respetiva LO, que vem substituir o então BNSTP, começando assim a funcionar a partir de 26 de Agosto de 1992. A quem compete, designadamente: Formular, executar e acompanhar política monetária; formular, administrar e executar e a política cambial, assegurando a estabilidade interna e externa da moeda nacional - Dobra. Portanto, o novo BCSTP e a respetiva LO, foram adaptados aos imperativos de modernização económica do país vêm impondo ao Banco Central uma nova dinâmica, levando-o à adoptar importantes medidas tanto de política macroeconómica como de reorganização e reestruturação interna da instituição, com vista a implementação de um clima de transparência, confiança, estabilidade, consolidação e crescimento do sistema financeiro nacional no seu todo. No âmbito das reformas do sistema financeiro, logo após a criação do BCSTP, também foram criadas oportunidades para surgimento de bancos comerciais (Lei n.º 9/92), matérias relacionadas com a problemática cambial e a sua liberalização (Lei cambial 32/99), legislação sobre o exercício da atividade seguradora e as condições de acesso a mesma, aposta continua na modernização de meios de pagamentos, implementação de uma política monetária em estrita coordenação com a política orçamental e fiscal, estabilidade de preços em particular e a estabilidade macroeconómica em geral conducentes a consolidação do sistema financeiro então embrionário, visando a criação de um ambiente favorável ao investimento e desenvolvimento socioeconómico do País. Assim, entre outras instituições financeiras que estão à operar no mercado financeiro são-tomense e sujeitas ao controlo e supervisão do BCSTP, existem cerca de sete bancos comerciais: Afriland First Bank STP; Banco Equador, Banco Internacional STP – BISTP, Commercial Bank STP, Ecobank STP, Island Bank S.A, e Energy Bank STP.

⁷¹⁰ Cf. www.bcstp.st.

Por determinação judicial escrita, com prévia audição por ofício, do Governador do Banco; c) Por determinação do Governo, mediante despacho do Chefe do Governo.”

1.3. A Lei das Instituições Financeiras de STP (LIFSTP)

A LIFSTP foi adotada através da Lei n.º 9/92, de 3 de Agosto, constituindo assim um quadro jurídico único modelador de todas as atividades desenvolvidas pelos bancos comerciais e pelas sociedades financeiras⁷¹¹.

No sistema são-tomense, à semelhança do que se passa na nossa LRB 4/2008, apenas as instituições que recebem depósitos, à exceção daquela prevista na alínea e) do art. 3º, são consideradas bancárias, e só a elas é permitida o uso da denominação "Banco" e as práticas das atividades consignadas exclusivamente aos bancos comerciais.

Ao BCSTP, agindo nesta qualidade do banco central, cabe-lhe aprovar as autorizações das Instituições Financeiras em São Tomé, art. 5º e ss., da LIFSTP. Assim nenhuma instituição poderá exercer quaisquer atividades financeiras no território são-tomense sem a obtenção da prévia autorização do BCSTP, que aprova inclusive a respetiva atividade, art. 7º e ss., da LIFSTP.

Em geral, interessa-se para o âmbito da proteção do sigilo bancário neste diploma legal, as disposições do art. 40º, que impõe a obrigatoriedade de informação periódica às instituições financeiras, v.g., referentes aos balancetes e relatórios periódicos nos moldes estabelecidos pelo Banco Central, contendo informações sobre a situação administrativa e operacional, liquidez, solvência e rentabilidade, que permitam avaliar a estabilidade e as tendências da evolução da sua situação financeira; do art. 41º que sujeita todas as instituições financeiras às inspeções determinadas pelo

⁷¹¹ A LIFSTP, classifica e define as seguintes instituições financeiras: art.3º, als. **b)** Bancos Comerciais, aquele que tenha como atividade principal é o exercício das operações bancárias correntes, nomeadamente, a concessão de créditos e a captação de depósitos à ordem, movimentáveis por meio de cheques, bem como depósitos a prazo fixo inferior a um ano, e ainda à prática de outras operações de curto prazo previstas no respetivo estatuto; **c)** Bancos de Investimento ou de Desenvolvimento, limita-se apenas na atividade de recebimento de depósitos a prazo fixo, superior a um ano e à prática de operações de financiamento de capital fixo e circulante por prazos compatíveis com os praticados na captação de recursos, incluindo os fundos atribuídos pelo Governo; **d)** Sociedade de Financiamento, com a atividade principal de financiamento para aquisição de bens móveis ou serviços, com recursos provenientes de aceites de letras e livranças e de outras fontes, tais como depósitos do público, segundo os condicionalismos que forem definidos pelo Banco Central; **e)** Cooperativa de Crédito, cuja atividade principal é a concessão de financiamento a pessoas físicas nomeadamente para associados, para efeito de aquisição de bens; **f)** Sociedade ou instituições de Poupança ou de Crédito Imobiliário, cuja atividade é o financiamento, para aquisição, construção ou reforma de imóveis, concedido à pessoas físicas ou jurídicas, mediante a utilização de recursos captados através de contas de poupança. Assim, por força do n.º 2, do art.3º da LIFSTP, entende-se por contas de poupança as contas de depósito mantidas nas sociedades referidas na alínea f) movimentáveis sem pré-aviso, e recursos a cheques, às quais serão abonados juros, sempre que nos períodos fixados pelo Banco Central, não forem efetuados saques.

Banco Central e aos respetivos auditores, em rompimento ao dever do sigilo bancário. Por fim, a LIFSTP regula de forma deslocada o dever de sigilo no capítulo vi, dedicado às proibições de celebração negócios das instituições financeiras com as pessoas que estejam ligadas a elas, art.35º e ss.

Assim, dispõe no art. 39º que estão vinculados ao sigilo bancário:

- Os administradores, diretores, funcionários e auditores externos das instituições financeiras têm o dever de guardar o sigilo bancário sobre factos de que tenham conhecimento no exercício das suas atividades financeiras e dos serviços relacionados com as instituições.
- As referidas informações apenas podem ser divulgadas ao Banco Central ou a outras autoridades administrativas ou judiciais mediante procedimento estabelecido pela lei. E com as consequências negativas previstas ao abrigo do n.º 3, i.e., em caso de violação do dever do sigilo bancário passível de ser punido com prisão até 5 anos.

A Regulamentação de Intervenção do BCSTP nas instituições financeiras, do BCSTP n.º 20/2009, de 31 de Dezembro de 2009, prevê condições, requisitos e fundamentos da intervenção do BCSTP, sobretudo no que se refere ao procedimento da insolvência. Deste modo, todas as informações obtidas neste âmbito sujeitam-se ao dever do sigilo bancário.

E o Regulamento referente às regras do funcionamento para os bancos de investimentos, aprovado pelo BCSTP, por força dos arts. 8º, al.c) e 38º, da sua Lei Orgânica; e arts. 2º, 7º e 8º da LIFSTP, n.º 06/2004, de 5 de Julho de 2004, que visa as operações ativas e passivas dos bancos de investimentos.

Neste sentido - e no âmbito das suas operações -os bancos de investimentos, os seus dirigentes, os funcionários e mais pessoas aos mesmos ainda que a título ocasional, estão vinculados ao sigilo bancário quanto às informações referentes à vida da própria instituição em causa e a sua relação comercial com a clientela.

2. Âmbito pessoal e material do sigilo bancário. Limitações e problemas atuais

No que se refere à vinculação pessoal ou subjetiva ao dever do sigilo bancário, tanto a LOBCSTP, art. 80º, n.º 1, como a LIFSTP, art. 39º, n.º 1, vinculam ao sigilo bancário as entidades de supervisão, os auditores, diretores, administradores, e demais colaboradores quer a títulos permanentes ou de passagens, nomeadamente os membros dos órgãos de administração, fiscalização, gestão e consulta e todos os trabalhadores do Banco.

No âmbito material, os diplomas acima referenciados não previnem, de forma suficiente, as matérias inseridas no quadro da proteção ao sigilo bancário. Contudo, nada nos impede de incluir neles, designadamente ao abrigo do art. 80º, n.º 1, *in fine*, da LOBCSTP, e n.º 2, do art. 39º, da LIFSTP, tudo quanto respeite aos atos e operações ou sobre factos que tenham conhecido no exercício das suas atividades financeiras e dos serviços relacionados com as instituições financeiras, v.g., contas de depósitos dos clientes, as respetivas operações e serviços nelas inscritas, os nomes e outras informações privilegiadas no âmbito da relação comercial de conta, bem como quaisquer outras informações inerentes à vida da instituição de crédito ou do próprio BCSTP.

Os diplomas legais consentem algumas exceções e derrogações ao dever do sigilo bancário. Neste sentido, o art. 80º, n.º 2, da LOBCSTP e n.º 2, do art. 39º, da LIFSTP, refere que as informações cobertas pelo sigilo bancário poderão ser reveladas:

“i. pelo BCSTP; ao ii. por autorização escrita do titular dos atos ou operações em causa; iii. por determinação judicial escrita, sem especificar a natureza do ato judicial, se é cível ou criminal, o que abre brecha no sistema são-tomense para a quebra do sigilo bancário em benefício da administração da justiça cível, contando que seja respeitada a prévia audição, por ofício, do Governador do BCSTP; e por fim, a iv. por determinação do Governo, mediante despacho do Chefe do Governo.”

Entretanto, a lei são-tomense trouxe uma importante novidade relacionada com a possibilidade do chefe de Governo poder mandar quebrar sigilo bancário sem delimitar para que interesse ou finalidade em prejuízo sério e infundado aos valores e interesses tutelados pelo dever do sigilo bancário.

O sigilo bancário confronta-se com outros dilemas e interesses conexos, importando a compressão do seu conteúdo no sistema são-tomense, fundado na necessidade de luta contra evasão fiscal para a qual o Chefe do Governo manda quebrar o sigilo bancário, luta contra tráfico de estupefacientes, luta mundial contra terrorismo e a prevenção e repressão de branqueamento de capitais através de canais e sistemas financeiros. Foi neste mesmo quadro que um “Relatório de Gestão 2011 do Banco Central de São Tomé e Príncipe”, dava conta, no âmbito da supervisão e fiscalização do sistema financeiro, sobre as atividades de supervisão e fiscalização do sistema financeiro que além de garantir por um lado, a estabilidade monetária e financeira e, por outro, a proteção dos interesses dos consumidores dos serviços financeiros, conferir atenção especial as ações que visam promover a confiança e credibilidade do sistema financeiro nacional no plano internacional, com especial destaque para a implementação das normas estabelecidas pelo Grupo de Ação contra o Branqueamento de capitais. Nesta perspetiva, segundo o referido relatório, tanto a supervisão prudencial como a comportamental assumem um papel de relevo.

3. Violação e Natureza

Na ordem jurídica são-tomense, a violação do sigilo bancário, regulado nos termos dos arts. 80º da LOBCSTP e 39º da LIFSTP, gera consequências negativas traduzidas - segundo o n.º 3 deste último diploma legal - na aplicação de uma punição severa que poderá levar à aplicação da pena de prisão efetiva de até 5 anos. A par desta consequência prevista expressamente na LIFSTP poderão concorrer outras tantas consequências não criminais como sejam as disciplinares, administrativas, segundo o art. 42º da LIFSTP, e igualmente cíveis.

SUBSECÇÃO III

Do Sigilo Bancário no Direito de Timor-Leste

1. Enquadramento legal

Apesar de se tratar de um Estado novo, em Timor-Leste, a banca, atividade bancária e o sector financeiro em geral, constituem uma forte aposta do executivo timorense. Deste modo, já se notou uma certa evolução legislativa em matéria de regulação deste sector, nomeadamente:

1.1. O Banco Central de Timor-Leste (BCTL)

Foi formalmente instituído em 13 de Setembro de 2011 pela Lei n.º 5/2011, promulgado em 14 de Junho de 2011, e por força do artigo 143.º da Constituição de Timor Leste CTL⁷¹² (que reconhece ao

⁷¹² Sobre a Constituição de Timor – Leste e os Direitos Fundamentais, art.15º da CTL, (cf. Jorge Bacelar Gouveia, *Direito Constitucional de Timor – Leste*, Lisboa, Edição FDUNL, 2012, p. 95 e ss, e 313 e ss.

BCTL as funções inerentes ao banco central, banco emissor e tesouro do Estado timorense) e que aprova, inclusive, a Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste (LOBCTL)⁷¹³.

O BCTL corresponde à autoridade monetária de Timor-Leste e goza de autonomia jurídica, operacional, administrativa e financeira, pelos arts. 2º e 3º da LOBCTL⁷¹⁴. Foi criado com os seguintes objetivos:

- i. Aspirar elevados padrões de Transparência, Estabilidade e Prosperidade económica e financeira de Timor-Leste;
- ii. Conduzir políticas económicas e financeiras com vista a alcançar e manter a estabilidade interna dos preços, fomentar a liquidez e solvência de um sistema bancário e financeiro estável baseado no mercado;
- iii. Executar a política cambial de Timor-Leste;
- iv. Promover um sistema de pagamentos seguro, válido e eficiente;
- v. Apoiar as políticas económicas gerais do governo de Timor-Leste.
- vi. Tem ainda as funções de autoridade máxima no controlo e da supervisão bancária, de pagamentos, de licenciamento e fiscalização das companhias de seguros, a publicação de estatísticas monetárias e bancárias e outras informações económicas, a gestão operacional do Fundo Petrolífero, a emissão de moedas de centavos, gestão de sistemas de pagamentos interbancários (câmara de compensação) e de operações bancárias, gestão do sistema centralização de informação e de registo de crédito e de pagamentos, e o sistema de transferência de grandes valores, arts. 4º e 5º, 12º e 28º e ss., da LOBCTL.

No domínio da proteção do sigilo bancário, a LOBCTL consagra nos termos do seu art. 74º sob o título *confidentiality*⁷¹⁵, o dever do sigilo bancário por parte da autoridade de supervisão, administradores,

⁷¹³ Revoga e substitui o Regulamento 2001/30, que institui autoridade bancária e de supervisão da República de TL. Consultar mais informações em www.bancocentral.tl.

⁷¹⁴ Tratando-se de um novo país, a história da banca e da atividade bancária em Timor-Leste, inclusivé do BCTL e do sistema financeiro, alinha-se com a história do próprio surgimento do Timor-Leste. Assim, antes da criação do primeiro BCTL, as funções do Banco Central foram anteriormente assumidas em Timor-Leste pela Autoridade Bancária e de Pagamentos (2001-2011) e pelo Gabinete Central de Pagamentos (2000-2001), que são instituições criadas pela então Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET), que administrou Timor-Leste de Outubro de 1999 a Maio de 2002, a conta do Governo. O Gabinete Central de Pagamentos sediava a conta do Governo de transição, i.e., fazia papel da caixa do tesouro, entidade que era igualmente responsável pelo licenciamento e supervisão bancária e onde operava a câmara de compensação, concretamente em Dili.

⁷¹⁵ No texto original da LOBCTL, pode-se ler, em inglês, art. 74º (confidentiality): 1. “No person who serves or has served as a member of the Governing Board or staff shall, except when necessary for the fulfillment of a function or duty imposed by law, allow access to, disclose or publicize non-public information which has been obtained in the performance of their

funcionários, auditores e mais afetos ao BCTL, correlação às informações que lhes advenham no âmbito do exercício das suas funções no sentido de não as divulgar nem em proveitos próprios ou de terceiros, salvo se as mesmas estão sujeitas ao regime de publicidade obrigatória.

1.2. Atividade bancária e parabancária em Timor-Leste

O quadro jurídico-legal que regula, licencia e garante a plena supervisão das instituições financeiras em Timor-Leste, por parte do BCTL, são os Regulamentos da UNTAET/REG/8, de 25 de Fevereiro de 2000, que aprova o Regulamento n.º 8/2000, sobre o Licenciamento e Supervisão Bancárias, e da UNTAET/REG/2000/5, de 20 de Janeiro de 2000, que aprova o Regulamento n.º 5/2000, sobre licenciamento e a abertura de Casas de Câmbio⁷¹⁶.

O BCTL encontra-se investido de poder e legitimidade para licenciar, regular e supervisionar o mercado nacional do sector dos Seguros através da Lei n.º 6/2005 da RDTL sobre Companhias de seguros e Intermediários, que completam assim o sistema financeiro no Timor-Leste.

O Regulamento da UNTAET/REG/8, art. 20º, n.º 1, vincula ao dever do sigilo bancário todos os atuais ou antigos administradores, funcionários e agentes ligados às instituições financeiras, referentes a toda informação relacionada com o exercício das suas funções. E nos termos do seu n.º 2º, e no seu art. 21º, consagra exceções pontuais referentes às situações de publicidades obrigatórias.

1.3. Por último temos o Código de Conduta adotado pelo BCTL

Nas alíneas j) e m) do Código de Conduta dos colaboradores do BCTL, em complemento do preceituado ao abrigo do art. 74º e ss. da LOBCTL, consagra conjuntos de obrigações de natureza

duties or use such information, or permit such information to be used, for benefit either for the person or a third party. 2. Notwithstanding the previous paragraph, such persons may disclose non public information outside the Bank, in accordance with procedures established by the Bank, but only if: a). With the consent or acquiescence of the person to whom the information relates; b). To fulfill a duty required by law to disclose information, including assisting law enforcement or on the order of a court; c). Given to the Bank's external auditors; d). Given to regulatory and supervisory authorities or to public international financial institutions, in the performance of their official duties; e). If the Bank's own interests in legal proceedings require disclosure. 3. The Governing Board shall determine the classification and accessibility of documents held by or produced by the Bank."

⁷¹⁶ O Decreto-Lei n.º 20/2003, de 28 de Outubro de 2003, regula a moeda e poder liberatório pleno da moeda timorense. Revoga parcialmente o Regulamento UNTAET/2001/14, sobre a moeda legal em Timor_Leste, ressalva as disposições dos Regulamentos UNTAET/2000/2 e UNTAET/2000/7.

puramente éticas e deontológicas que impõem aos colaboradores das instituições de créditos, nomeadamente o dever de absterem-se do uso de qualquer informação confidencial para proveito próprio ou qualquer outro de forma ilegal ou contrário aos interesses da BCTL, e de abster-se de retirar informação das instalações da BCTL excepto quando especialmente autorizados por lei ou autorização legítima e precisa.

2. Âmbito pessoal e material. Limitações e problemas atuais

Nos diplomas acima citados, nomeadamente os Regulamentos da UNTAET/REG/8, art. 20º, n.º 1, em conjugação com art. 74º da LOBCTL e as als. j) e m) do Código de Conduta do BCTL, encontramos um leque extenso das pessoas vinculadas ao dever do sigilo bancário, que vão desde administradores, diretores, auditores, funcionários, até às simples pessoas que tiveram contactos ocasionais com o BCTL ou com as instituições financeiras, no sentido de vedar o uso, para benefício próprio ou de terceiro, as informações conhecidas no âmbito do exercício das suas funções no BCTL ou nas instituições financeiras.

No que tange ao objeto do sigilo bancário no âmbito destes diplomas legais, é importante referir que existe uma evidente preocupação do legislador de precaver a enumeração até exaustão das matérias referentes ao âmbito da proteção do sigilo bancário. Assim, o sigilo bancário abrange todas as matérias ligadas à vida do BCTL, das Instituições Financeiras, nomeadamente as operações e serviços ligados à conta de depósito de um cliente - incluindo saldos das contas dos clientes e montantes -, condições e uso dos proventos dos empréstimos do banco, relações comerciais dos clientes e destinatários dos pagamentos bancários e os montantes envolvidos.

Nos termos do n.º 2, do art. 74º da LOBCTL, do n.º 2, do art. 20º do Regulamento UNTAET/8, existem exceções e limitações pontuais ao dever do sigilo bancário, nomeadamente quando falharem informações de publicidades obrigatórias conforme os procedimentos estabelecidos pelo BCTL, quando haja consentimento expresso ou tácito da pessoa a quem as informações digam respeito, no caso do desempenho de um dever estabelecido por lei de revelar informações, incluindo o de colaborar nos termos da lei ou mediante ordem de um tribunal (sem distinguir a natureza da instrução judicial, podendo, inclusive ser de natureza do foro cível ou não criminal); nos fiscais e auditores externos do Banco no âmbito do exercício das suas funções de auditorias; nas autoridades de regulação ou supervisão ou às instituições financeiras internacionais públicas no desempenho dos seus deveres oficiais; ao Gabinete Central de Pagamentos; e quando estejam em causa os interesses próprios do

BCTL e ações legais que exijam a sua divulgação. Por último, ainda conselho de administração poderá determinar a classificação e a acessibilidade dos documentos detidos ou elaborados pelo BCTL para efeito de divulgações.

Relativamente aos problemas atuais, o sistema jurídico timorense reconhece a necessidade de proteção de outros valores legais e constitucionais ligados nomeadamente ao combate de fuga ao fisco, impunidade, terrorismo mundial, prevenção e repressão de branqueamento de capitais, em prejuízo ao dever de proteção do sigilo bancário. Foi neste sentido que se consagrou nos termos do art. 21º do Regulamento UNTAET/8, relativa ao licenciamento e supervisão das instituições financeiras em Timor-Leste, quando dispõe que é vedado aos bancos ocultar, converter ou transferir dinheiro ou outros bens se tiverem conhecimento de que tais bens provêm de atividade criminosa, destinando-se a ocultar ou disfarçar a origem ilícita dos bens ou ajudar a qualquer pessoa envolvida em tais atividades a fugir às consequências legais de seus atos. Ainda prevê que, o conhecimento mencionado anteriormente, pode ser inferido de circunstâncias factuais objetivas. Não obstante, as instituições financeiras, por iniciativa própria, apresentarão às autoridades de Timor-Leste responsáveis pela luta contra a lavagem de dinheiro, quaisquer indícios de que os bens se originam em atividade criminosa e, mediante solicitação das autoridades, fornecerão todas as informações relacionadas com esses factos em conformidade com os procedimentos estabelecidos pela legislação aplicável.

3. A violação e a natureza

No sistema de proteção do sigilo bancário no direito timorense, a violação do sigilo bancário gera, designadamente nos termos do art. 36º do Regulamento UNTAET/8, entre outras sanções possíveis como penais e cíveis, as sanções administrativas e disciplinares, nomeadamente, desde advertências até penas de multas e de cancelamento de licença da instituição em causa.

CAPÍTULO II

DO SIGILO BANCÁRIO NA ORDEM JURÍDICA GUINEENSE

SECÇÃO I

DO ENQUADRAMENTO E PROTEÇÃO EM GERAL

1. Posicionamento histórico do sigilo bancário. Justificação e consagração

O enquadramento e justificação do sigilo bancário na ordem jurídica guineense deve ser configurado e analisado em cinco momentos distintos e interligados, conforme se segue:

1.1. Antes da Independência

No geral, a justificação e a consagração histórica e legal do sigilo bancário na ordem jurídica guineense agarra-se à história do surgimento da banca e da atividade bancária e, concomitantemente, à institucionalização posterior da banca e da profissão bancária na Guiné-Bissau.

Assim sendo, deve-se assinalar que, à semelhança do que sucedera nas antigas colónias portuguesas - designadamente em Moçambique, Angola, Cabo-Verde - o Reino de Portugal autorizou a primeira agência bancária para a província ultramarina da Guiné através da Carta de Lei de 16 de Maio de 1864, que instituíra o BNU⁷¹⁷. O que constitui, nesta perspetiva, um marco indelével da história da banca e

⁷¹⁷ O BNU foi fundado por um banqueiro particular, Sr. Francisco de Oliveira Chamiço, tendo sido criado através da referida Carta Régia que instituíra o BNU em 1864, assinada pelo Rei D. Luís e referendada por Mendes Leal, Ministro da Marinha e do Ultramar e João Crisóstomo de Abreu e Sousa, então Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Assim, institui-se um banco privado emissor para todo o Ultramar, que ao mesmo tempo, praticava na Metrópole, todas as operações permitidas por lei, designadamente a que se não opusesse o privilégio do Banco de Portugal. Surgiu o BNU para fazer o papel de uma espécie de esteio de ligação económica e financeira entre o Metrópole e Ultramar, por intermédio da sua política do banco emissor, de fomento, e do banco comercial. A preclara Carta Régia que instituíra o BNU compreende uma política de expansão interna e no estrangeiro, cumprida a partir da instalação da sua primeira Sede no Largo das duas Igrejas, atual Largo do Chiado, seguida das instalações das sedes na Rua Augusta, em 1889 na Av. De 5 de Outubro. No estrangeiro, designadamente, nas ex-colónias, instalaram-se sucessivamente sucursais e filiais do BNU - na Angola, Cabo-Verde e Índia em 1865, São Tomé e Príncipe em 1868, Moçambique em 1877, Macau e Guiné em 1902 (em 1917 foi aberta a Agência do BNU em Bissau, tornava-se a mais importante e com movimentos em relação a Bolama) e Timor em

dos estabelecimentos financeiros, bem como as atividades bancárias que exerçam.

A referida carta de lei atribuiu ao BNU o privilégio de emissão através da sua filial na Guiné bem como o papel da caixa do tesouro da fazenda e do banco comercial⁷¹⁸.

1912. Numa segunda fase da sua expansão, o BNU implementou uma rede de Agências no Continente, Madeira e Açores, convertendo-se numa das redes bancárias mais importante de Portugal nesta altura. A partir de 1974, o BNU cessou as suas funções nas ex-colónias, com a proclamação da independência total e assinatura de um acordo que permitiu que os novos bancos nacionais criados herdassem legados deixados por aquele banco, os ativos. Porém, desde então, o BNU passou a assumir novos rumos, tendo pontuado a sua missão na atividade comercial até à sua conversão em BNU, SA, de capitais públicos, a fusão Caixa Geral de Depósitos (CGD), por Decreto-Lei n.º 232/88, de 5 de Julho, transformou assim BNU numa empresa anónima de capital exclusivamente – ECP subscrito 99% pela CGD. O BNU efetivamente cessa a sua atividade em 23 de Julho de 2001, quando o Conselho de Administração da CGD delibera, em 28 de março de 2001, fundir, por incorporação, mediante a transferência global do património do BNU para a CGD. Cf. Marcelo Caetano, *Estudos Ultramarinos (Os Sistemas Monetários e o Crédito)*, África Lda, 1953; consultar mais informações em <http://bancario.pt/história-do-banco-macinal-ultramarino> e <http://banconacionalultramarino.blogspot.pt>.

⁷¹⁸ Existem registos que provam efetivamente o papel do BNU como banco emissor nas ex-colónias, em particular na Guiné, conforme se constata pela adoção em 28 de Outubro de 1911, de um DL que determinava o Escudo como unidade monetária das colónias portuguesas em substituição da antiga moeda (Reis e de outras tantas moedas como portuguesa, francesa, mexicana, inglesa, americana, brasileira que então circulavam na Guiné). Em 18 de Setembro de 1913 foi aprovado um Decreto que começara a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 1914, que obrigava que as contabilidades públicas das ex-colónias fossem efetuadas conforme o sistema monetário estabelecido pelo decreto acima referenciado. Emitiam notas e moedas diferentes que se identificavam com cada ex-colónia, assim a circulação fiduciária para uma das ex-colónias era então limitada por um *plafond* aprovado e com a possibilidade de sua elevação mediante autorização expressa do Governo por forma a corresponder às necessidades monetárias de cada colónia, sendo que na Guiné o limite foi de 17.000 contos, depois elevado para 50.000 em 1951, face à campanha de mancarra o limite ascendia 80.000 contos. Mas, antes, o Governador da Guiné, Joaquim Júdice Biker, por uma Portaria, determinava que as notas do BNU fossem recebidas como moeda. Entretanto, apesar de todos os progressos então registados na expansão do BNU, a primeira gama de moedas metálicas começaria a circular na Guiné apenas a partir de 1933, precedida de emissão de notas no valor de 10 e 100 escudos da primeira emissão Teixeira Pinto em 1928, seguida da emissão de notas de 500 escudos em 20 de Novembro de 1958. Curiosamente, as imagens constantes destas notas eram alteradas nestas “Emissões Teixeira Pinto” muitas vezes para destacar as diversas personalidades que se notabilizou como militar nas suas campanhas de pacificação. Ainda, até às vésperas da Independência da Guiné, existem registos das emissões, v.g., a Portaria n.º 14/74, de 12 de Abril (Publicado no BO n.º 14 de 2 de Abril), autoriza a entrada em circulação da moeda metálica de 10 escudos na província ultramarina da Guiné; a Portaria n.º 67/73, de 18 de Setembro, relativa à autorização do filial do BNU na província ultramarina da Guiné e criar condições para a exequibilidade do Decreto n.º 293/72 (Pub. No BO n.º 38 de 18 de Setembro); o Decreto n.º 293/71, de 12 de Agosto, relativo à autorização de emissão e circulação de moedas metálicas na província ultramarina da Guiné (publicado no BO n.º 35 de 29 de Agosto de 1971). Por seu turno, o BNU notabilizou-se nas ultramarinas pelo seu papel do banco comercial, além de exercer gratuitamente as funções do Tesoureiro do Estado no Ultramar. Porém, inicialmente conhecera dificuldades enormes neste domínio, devido as difíceis condições em que funcionava, por isso não apostava nas intermediações. Já, entretanto, a partir de 1909, a gerência encarava este problema e fomentava, por conseguinte, a ação do banco neste domínio de crédito, aumentando assim, de forma substancial, o movimento de caixa, depósitos, descontos, saques, letras à cobrança, etc... A partir de 1910 notava-se um aumento importante dos fluxos comerciais do BNU na Ultramar, assim o movimento comercial que era de 2.460 contos em 1910, passou para 3.328 contos em 1923. Em 1920, o BNU criou, na Guiné, a Companhia de Fomento Nacional. O BNU procedia à venda dos produtos. Em 1948, a Metrópole autorizou a Guiné a celebrar contrato com o BNU que se destinava à abertura de um crédito em conta corrente até ao limite de 40.000 contos para pagamentos de encargos com obras de fomento. Em 1953, o BNU concedeu um empréstimo de

Neste sentido, o reino de Portugal autorizara aberturas posteriores das sucursais ou filiais nas principais cidades das províncias ultramarinas da Guiné (como Bolama e Bissau), Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Estado da Índia, Macau, Timor e Angola.

Todas as filiais do BNU abertas nestas grandes cidades das províncias ultramarinas foram autorizadas a exercerem as funções de bancos emissores, as de bancos centrais, comercial, caixa de tesouro ou da fazenda.

Entretanto, posteriormente, adotou-se a primeira lei bancária (Lei sobre exercício da atividade bancária no ultramar), por Decreto n.º 10634, de 20 de Março de 1925, depois alterada pela Lei n.º 2061, Publicada no Boletim Oficial da Guiné, sob o n.º 12, Ano 1953, de 20 de Outubro, que vem promulgar a nova base para o exercício da atividade bancária na Guiné, e a aprovação dos Estatutos do BNU com alterações introduzidas pelo Decreto n.º 39352, Publicado no BO da Guiné N.º 54, Ano 1953, de 24 de Dezembro⁷¹⁹.

A Carta de Lei que criara e instituía a agência do BNU e das leis que aprovaram as bases para o exercício da atividade bancária no ultramar e os Estatutos do BNU - apesar de se silenciarem sobre o tema sigilo bancário - nada nos impede de concluir que, o BNU e as suas agências, que representavam os seus legítimos interesses nas províncias ultramarinas e as instituições de créditos autorizadas a exercerem nas províncias ultramarinas, observem absolutas discrições nas operações, atividades e serviços bancários que executem a pedido e a favor dos seus clientes. Pois, nesta altura, o sigilo bancário tinha, então, uma base puramente contratual que decorria imediatamente dos contratos e dos usos do comércio bancário⁷²⁰.

1.000.000 de contos à Junta de Báfata para a montagem de uma rede elétrica local. Para incrementar a atividade económica, o BNU voltou a conceder um empréstimo à Guiné, às Câmaras Municipais de Bissau e de Bafata. Em 1967 concedeu um novo empréstimo a Guiné para espezivar a economia. Assim, o BNU exerceu as suas atribuições, designadamente no domínio do banco emissor, tesouro do Estado, comercial, crédito e de fomento ao desenvolvimento da economia local (ex-colónias) até meados de 1975. Cf. Marcelo Caetano, *Estudos Ultramarinos (Os Sistemas Monetários e o Crédito)*, África Lda, 1953; Vicente Ferreira, *Estudos Ultramarinos*, Editora, Divisão de Publicação e Biblioteca, Vol.I, 1953.

⁷¹⁹ Estas alterações aos Estatutos do BNU foram forçadas por virtude de autorização para a conclusão de um novo contrato entre o Estado e o BNU por força do DL n.º 39221, de 25 de Maio de 1953, relativo ao privilégio exclusivo de banco emissor nas províncias ultramarinas, depois concluído e prorrogado até 31 de Dezembro de 1982, o que vem prorrogar, até esta data, não só o privilégio de emissão de notas ao BNU, mas também a prorrogação do seu exercício na metrópole e nas províncias ultramarinas através de filiais, agências e sucursais, veja-se, o referido contrato assinado entre o governo e o BNU, Publicado no BO n.º 42, Ano 1953, de 20 de Outubro.

⁷²⁰ O tema foi afluorado anteriormente.

1.2. A partir da independência. Evoluções posteriores

Em consequência da Guiné-Bissau declarar a sua independência em 24 de Setembro de 1973, as filiais do BNU abertas nas cidades de Bolama e de Bissau fecharam as suas instalações, terminado as suas operações na Guiné, depois de 111 anos a operar. De seguida, a Guiné-Bissau assumiu de forma plena os atributos da sua soberania, v.g., popular, territorial, política, administrativa, económica e financeira, mais precisamente a partir do Acordo de Argel firmado entre o Governo da Guiné e representantes de Portugal em Agosto de 1974⁷²¹.

Para assumir o então papel desempenhado pelas filiais do BNU na jovem República da Guiné-Bissau, criou-se em 1975 o Banco Nacional da Guiné-Bissau (BNGB), pelas Decisões com forças dos Decretos ns.º 8/75 e 9-A/75, atribuindo ao BNGB o privilégio exclusivo do banco emissor, do tesouro do Estado e da banca comercial.

Pela Decisão n.º 2/76, de 28 de Fevereiro Publicada no BO n.º 9, de 28 de Fevereiro de 1976, se estabeleceu como unidade monetária da Guiné-Bissau o Peso Guineense (PG), em substituição, do então, escudo guineense, que vigorara até à aprovação e entrada em vigor do PG em 1976.

Em gesto de complementaridade e sobretudo para imprimir maior dinâmica e operacionalidade às estruturas do BNGB, foi adotada a Decisão com a força do Decreto n.º 13-A/83, que aprovara a primeira Lei Orgânica do Banco Nacional da Guiné-Bissau.

1.3. Abertura económica e reflexo imediato na banca e na atividade bancária

Mais tarde, depois da adoção e da entrada em vigor da nova Constituição da República da Guiné-Bissau (CRGB) de 1984⁷²², passou-se a consagrar a regra da economia do mercado com a implementação, sob auspício das instituições internacionais de Breeton Wood, v.g., FMI, do programa

⁷²¹ Assim sendo, Portugal firmou um outro acordo com a Guiné, ratificado pela Decisão n.º 13/76, nos termos do qual se transferiu todos os ativos, incluindo os próprios edifícios das filiais do BNU na Guiné.

⁷²² Cf. Constituição da República da Guiné-Bissau aprovada a 16 de Maio de 1984, alterada pela Lei Constitucional n.º 1/91, de 09 de Maio (Publicada no Suplemento ao BO n.º 18, de 09 de Maio de 1991), pela Lei Constitucional n.º 2/91, de 04 de Dezembro (Publicada no Suplemento ao BO n.º 48, de 04 de Dezembro de 1991 e 3º Suplemento ao BO n.º 48, de 06 de Dezembro de 1991), pela Lei Constitucional n.º 1/93, de 21 de Fevereiro de 1993 (Publicada no 2º Suplemento ao BO n.º 8, de 21 de Fevereiro de 1993), pela Lei Constitucional n.º 1/95, de 01 de Dezembro de 1995 (Publicada no Suplemento ao BO n.º 49, de 04 de Dezembro de 1995) e pela Lei Constitucional n.º 1/96, de 16 de Dezembro de 1996 (Publicada no BO n.º 50, de 16 de Dezembro de 1996).

de reforma e reajustamento estrutural, com repercussão direta no setor económico em geral e que marcou indelevelmente uma viragem na banca e na atividade bancária na Guiné-Bissau. Com efeito, permitiu o redimensionamento da iniciativa económica privada, do setor empresarial do Estado, a privatização da banca, a autorização de um banco comercial sob forma jurídica de uma sociedade anónima⁷²³ e criação do Banco de Crédito Nacional, autorizado a operar como instituição financeira com funções específicas de banco comercial e de banco de desenvolvimento económico⁷²⁴. Mais tarde, com a cessação e liquidação do Banco de Crédito Nacional⁷²⁵, surgiu Banco Internacional da Guiné-Bissau (BIGB), seguido de surgimento de novas instituições de créditos e estabelecimentos financeiros na Guiné-Bissau.

O relançamento e a projeção da economia, da banca e da atividade bancária, sobretudo com a abertura económica, reconhecimento da propriedade e da iniciativa privada, vieram a revitalizar o tema sigilo bancário, com a adoção da primeira lei bancária denominada “Lei das Instituições Financeiras” em 1989 pelo Decreto n.º 31/89, de 27 de Dezembro, relativo à lei das instituições financeiras da Guiné-Bissau que previa um quadro das estruturas e operações das instituições financeiras⁷²⁶. E, mais tarde, revogada pela Lei n.º 10/97, de 2 de Dezembro, aprovada na sequência da integração da Guiné-Bissau à UMOA; Decreto n.º 32/89, de 27 de Dezembro, que aprovara a Lei Orgânica do Banco Central da Guiné-Bissau (LOBC-GB)⁷²⁷, que deixou de vigorar em consequência da adesão à UMOA e ao seu sistema de regulamentação institucional e material da atividade bancária na união.

A então LOBC-GB cometia ao BCGB o papel do banco emissor, de fiscalização e de banco comercial. Neste sentido cabia-lhe as competências no domínio da emissão monetária, regulamentação do crédito, administração dos recursos monetários do Estado e as funções típicas de um banqueiro, em conformidade com os objetivos definidos no domínio da política económica, da moeda, do crédito, dos câmbios, etc, arts. 5º e 28º.

No âmbito da sua função de fiscalização, este antigo diploma legal obrigava as instituições financeiras a transmitir ao Banco Central e aos seus inspetores todas as informações requeridas, arts. 23º, 37º e 38º, para as quais não se lhes opõem o sigilo bancário.

⁷²³ Cf. DL n.º 7/89, Publicado no Suplemento ao BO n.º 45, de 10 de Novembro de 1989.

⁷²⁴ Cf. DL n.º 12/90, Publicado no BO n.º 31, de 30 de Julho de 1990.

⁷²⁵ Cf. Decreto n.º 14/91, publicado no Suplemento ao BO N.º 30, de 31 de Julho de 1991.

⁷²⁶ A então lei das instituições financeiras – Decreto n.º 31/89, foi alterada depois pelo Decreto n.º 14/94, de 25 de Abril, que visava reforçar o poder de supervisão do Banco Central, nomeadamente em matéria da fiscalização preventiva, e assim colocar à disposição do BCGB, os meios adequados e indispensáveis ao desempenho da sua missão.

⁷²⁷ Revogara expressamente, o então Decreto n.º 27/83, de 8 de Outubro, que por seu turno revogara a primeira LOBNGB aprovada em 1976.

Entretanto, através da menos conseguida proteção, o art. 25º dispõe que, “Qualquer concorrente, mesmo a título ocasional às atividades do Banco está ligada ao segredo profissional”. Tal significa que todos os dirigentes, Governador, administradores, inspectores, até simples colaboradores - ainda que a título de prestação de serviços ocasionais - estão vinculados a dar a devida guarida ao sigilo bancário quanto às informações que lhes advenham no âmbito do desempenho das suas atribuições.

Por outro, a então lei das instituições financeiras de 1989, não é de todo inocente em matéria de proteção do sigilo bancário, nomeadamente quando dispunha no seu art. 37º, n.º 11, que “As informações e dados respeitantes a uma instituição financeira, obtidos nos termos dos arts. 34º e 35º⁷²⁸, são sigilosos e só podem ser divulgados mediante autorização por escrito da instituição em causa e sujeito ao interesse público em preservar a confidencialidade em relação as informações financeiras”. Curiosamente, este diploma legal vinculava ao sigilo bancário os dirigentes, colaboradores, inspectores e toda e qualquer pessoa ligada ao Banco Central. Todavia não fez qualquer previsão legal, pelo menos expressa, que obrigava os administradores, diretores, membros dos órgãos sociais, advogados, consultores, auditores, inspectores, gerentes e até um simples colaborador, ainda que a título ocasional, de uma instituição de crédito, a guardar sob absoluta descrição as informações colhidas no âmbito das suas atividades. Portanto, o que nos leva a concluir que a cabal proteção do sigilo bancário, no âmbito das atividades das instituições de crédito, conformava-se com a prática e os usos bancários, art. 407º Ccom.

1.4. O reflexo da integração na UMOA

A partir da integração da Guiné-Bissau à UMOA, os bancos e o estabelecimento financeiro que exerçam a sua atividade no território nacional, passaram a sujeitar-se à política e medidas de regulações institucional e material, num primeiro momento transposta para o direito interno pela Lei n.º 10/97, referente à regulamentação bancária.

Com efeito, o sigilo bancário voltou a ganhar uma nova dinâmica na atividade bancária sobretudo a partir da integração da Guiné-Bissau à UMOA em 1994, como forma de impulsionar o desenvolvimento económico de forma integrada. Assim, em cumprimento das condições prévias assumidas no ato da adesão, adotou-se a lei bancária, Lei n.º 10/97, a Lei de Regulamentação Bancária⁷²⁹, que passara a dedicar algumas referências genéricas ao sigilo bancário no seu arts. 19º,

⁷²⁸ Consagravam a obrigatoriedade dos bancos comerciais fornecerem ao Banco Central quaisquer informações necessárias, bem como as demonstrações financeiras referentes às suas atividades.

⁷²⁹ Doravante designada por LRB, que revogara e substituiu a lei das instituições de crédito e parabancárias de 1989.

conferindo-o um tratamento autónomo genérico e, mais tarde, reiterado e reconfigurado com a aprovação da atual Lei de Regulamentação Bancária n.º 4/2008, de 31 de Março de 2008^{730 731}.

1.5. Ressurgir do Sigilo bancário face aos problemas atuais

O reaparecimento do tema sigilo bancário, na ordem jurídica guineense, viu-se confrontado e inserido num contexto relacionado com novos problemas ligados à informática, luta contra branqueamento de capitais, terrorismo mundial, evasão fiscal e outros crimes transnacionais. Com efeito, põe-se a questão de saber como relacionar e articular a proteção do sigilo bancário com esses problemas bem como os valores que defendem. A força e a importância assumida pela informática em todos os domínios da vida pública e privada impõe que a Guiné-Bissau - na senda da tendência universal e de qualquer Estado moderno e de direito - adote a importante legislação sobre a matéria da proteção da privacidade e da intimidade das pessoas face à informática.

Desde a sua origem – em finais do Século XIV e nos princípios do Século XV - as instituições de crédito surgem para prestar serviços a particulares, comerciantes, empresas e até às instituições públicas, traduzida na receção de depósitos em contas previamente disponibilizadas, serviços de caixa fortes, guarda de valores, guarda de títulos, alienação e aquisição de títulos na bolsa, operações de pagamentos, operações de intermediações de crédito, nomeadamente através aberturas de créditos a curto, médio e longo prazo, obtenção de divisas, emissão de cartas de crédito, cobranças de letras, antecipações, transferências bancárias, cessão de capitais, operações de recebimento e de pagamentos em geral, compensações sobre cheques inter-praças, visagens de cheques, cheques de viagem, operações de câmbios, cartas de câmbio, títulos à ordem, títulos públicos, regularizações de títulos, e quaisquer outras operações de intermediações financeiras que as instituições de crédito executam à ordem e por conta do seu cliente.

O aumento considerável da população bancária, sobretudo nos países desenvolvidos, associado ao fenómeno de globalização, da mundialização económica e da diluição das fronteiras bancárias e das suas operações - sobretudo nas operações *cross border* - tem valorizado o papel e as funções dos bancos, não só como meros depositários dos haveres dos seus clientes, mas, fundamentalmente, como

⁷³⁰ Doravante designada apenas por LRB 4/2008, publicada no BO n.º 13/2008, de 31 de Março de 2008, p. 281 e ss.

⁷³¹ Sobre a regulação e atividade bancária na Guiné-Bissau, embora não acompanhamos na íntegra a sua vertente de abordagem baseada em Lei n.º 10/97, já revogada pela Lei n.º 04/2008, vela-se: Tiago Larsen, “Regulação Bancária na Guiné-Bissau”, in Revista de Concorrência e Regulação, Anos V-VI-N.ºs 20-21, Outubro 2014 – Março 2015. Pp. 335 e ss e 340 e ss.

verdadeiros gestores e intermediários de todos os interesses dos seus clientes - desde simples operações de cobranças e recebimentos, até ao seu papel de investidor, financiador, credor, prestador de serviços. No entanto, em todas estas operações e serviços, executados por conta dos clientes, os bancos, no âmbito das suas funções, tomam conhecimentos e dispõem de dados e registos relativos às informações e elementos ligados aos seus clientes quanto às contas, operações bancárias e serviços, para os quais devem assumir o seu papel de “confidente necessário”⁷³² dos seus clientes referentes às suas relações contratuais.

Com efeito, o exercício da profissão bancária implica a penetração das instituições financeiras nas zonas económicas e também nas esferas íntimas e da vida privada dos seus clientes - de natureza privada, pelo que ficam vinculados ao dever de atuações prudentes e com discrições de dados e informações obtidas a partir das operações e serviços dos seus clientes, como forma de preservar os interesses patrimoniais, e nalguns casos pode implicar a intimidade e a dignidade dos seus clientes, sem olvidar ainda da necessidade de preservação, por esta via, dos interesses públicos ligados à economia e ao sistema financeiro em geral.

Deste modo, a fim de evitar a devassa da vida privada dos seus clientes quanto às suas contas, às operações que praticam e os serviços requeridos, o dever de reserva bancária requer que os bancos sejam autênticos “confidentes necessários”, no sentido de ser prudente, discreto e bons gestores dos negócios e dos interesses dos seus clientes. A prudência e discrição exigida aos bancos traduzem, no dever específico dos seus dirigentes e empregados, decorrente da tradição bancária, contratos, costumes, e dos ditames de boa-fé, com relação às informações armazenadas no âmbito do exercício de suas atribuições. Importando, desde logo, os seguintes deveres essenciais⁷³³:

- Dever de guardar as informações e dados bancários dos clientes.
- Não intromissão, de forma injustificada, nos assuntos e negócios dos clientes.
- Dever de abster de divulgar, pelo menos, sem prévio consentimento dos clientes, as informações ligadas às contas, operações e serviços dos mesmos.

⁷³² Cf. Neste sentido, Bon Thierry Bonneau, *op. cit.*, pp. 28 e 221; José Xavier Carvalho de Mendonça, *Tratado de Direito Comercial Brasileiro*, 7ª ed., vol. VI, 3ª Parte, Rio de Janeiro, Livraria Bastos, 1970, p. 7 e ss.; Astolfo di Mato, *op.cit.*, pp. 19 a 20.

⁷³³ Neste sentido, escreve Menezes Cordeiro, que a relação bancária complexa entre o banqueiro e os seus clientes, permite aos bancos acederem a informações diversas e por vezes extensas sobre a situação pessoal e/ou patrimonial dos clientes. Assim sendo, à boa fé cominaria um dever de sigilo bancário imposto ao banco, traduzido num dever extensivo aos empregados, representantes ou mandatários e auxiliares do banco, de cuja violação gera, em geral, a obrigação de indemnização por parte do banco ao cliente em causa, fundados nos danos causados com o ilícito praticado. Cf. António Menezes Cordeiro, «Concessão de Crédito e Responsabilidade Bancária», *Boletim do Ministério da Justiça*, nº357, Lisboa, 1987, p. 52 e ss.

- Dever de não permitir que os terceiros tomem conhecimento dos conteúdos e informações relacionadas com as contas e operações bancárias dos seus clientes.

Neste particular, o dever de dar a devida guarida ao sigilo bancário, por parte do banco, tem-se por justificado, pela necessidade de garantir a tutela da individual do cliente e da própria dignidade da pessoa humana, devendo o banco manter, sob discrição, os dados e as informações dos clientes, ligados às suas contas e as suas operações bancárias e preservá-los fora do circuito e do conhecimento público em geral.

Com efeito, o dever de segredo bancário produz efeito no âmbito da relação entre as instituições financeiras e os seus clientes, cominando conjuntos de deveres e situações passivas típicas, inseridas no âmbito de operações bancárias, para aquelas. Por isso, o sigilo bancário configura-se como um dever colimado de garantia e da preservação de discrição resultante da profissão, ao qual a instituição financeira fica adstrita, bem como os seus gestores, dirigentes, empregados, mandatários, no sentido de dar a devida guarida, i.e., não revelar e nem utilizar, fora de suas relações comerciais, os dados e informações obtidas, exclusivamente, por causa do exercício da profissão bancária. Neste sentido, o sigilo bancário visa a proteção dos clientes de instituições financeiras contra as intromissões arbitrárias e divulgações ilegítimas e infundadas dos seus dados e informações de natureza confidencial a respeito das suas contas, operações e serviços executados.

Porém, nesta empreitada, julgamos pertinente, para a construção de um regime jurídico do sigilo bancário - sobretudo no tocante ao sistema guineense -, a crescente preocupação relacionada com a questão de saber que informações em concreto se deve aquilatar e equacionar como merecedoras da guarida na esfera jurídica do sigilo bancário. Assim, assume relevância singular, a opinião de Menezes Cordeiro, quando enfatiza que “À primeira vista, esta fórmula poderia parecer eivada de dificuldades práticas, no tocante à sua concretização nos casos a decidir”⁷³⁴. Em todo o caso, deve-se assinalar que existe uma sensação automática, relativamente ao que deve ser considerada matéria e objeto integrante ao conteúdo e âmbito de proteção do sigilo bancário. Com efeito, deve-se considerar de forma inevitável as exigências da proteção da vida económica, do sistema bancário, e da privacidade individual, como *prius* e a finalidade de proteção do sigilo bancário, v.g., a tutela de discrição e da privacidade.

A antiga LRB de 1997 e a LRB 4/2008 guineense, porque não fixaram suficientemente o conceito do

⁷³⁴ Cf. Menezes Cordeiro, *Manual de Direito Bancário*, 3ª ed., cit. p. 309 e ss. Não obstante, defende a sua indispensabilidade e a sua necessária preservação, Ibidem, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 363, Ibidem, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», cit. p. 29.

sigilo bancário, podemos encará-lo, à luz da ordem jurídica guineense, como um dever imposto, designadamente às instituições financeiras e aos bancos, seus gestores, dirigentes, empregados efetivos ou a título ocasional, mandatários ou representantes permanentes ou pontuais, com o dever de preservar e de não revelar a terceiros nem utilizar para proveito próprio, dentro ou fora do circuito fechado da relação comercial de conta bancária fora do âmbito legal ou do consentimento do cliente em causa, e que tenha por objeto as informações colhidas exclusivamente no âmbito dessas relações e do exercício da função, de cuja indiscrição ilícita gera a violação e a respetiva responsabilidade civil e penal.

Neste sentido, deve-se assinalar que a preservação da confiança do público e, consequentemente, a proteção da privacidade, constituem o apanágio e a principal razão da tutela jurídico-legal e constitucional do sigilo bancário. É importante observarmos as regras prudenciais, a obrigação de discrição - sem olvidar dos ditames de boa-fé no âmbito da atividade bancária, transportando e alargando a confiança dos clientes, em torno do qual decorre o desenvolvimento e o florescimento do comércio jurídico bancário - bem como a crescente consolidação dessa confiança do público no sistema bancário, e proporcionar a estabilidade, o normal funcionamento das instituições financeiras e a captação de fundos públicos.

A ausência de observância do sigilo bancário mediante a indiscrição do banqueiro importa consequência negativa com repercussão grave no âmbito do exercício da atividade bancária, traduzida, designadamente, na quebra fundada de confiança do público no sistema bancário, a perda da clientela, de captação de recursos, a instabilidade e o descrédito do público no sistema bancário, aliados ainda às consequências nefastas traduzidas na marginalização desta atividade económica.

Entretanto, para contrariar esta tendência, deve-se assegurar que todo o fluxo da relação jurídico-bancária, entre o banco e o cliente, assenta no pressuposto da salvaguarda do sigilo bancário, como forma de alimentar, cada vez mais, o crédito, a confiança, o curso saudável, a fé pública no sistema e na atividade bancária e a tranquilidade da população, sobretudo num sistema frágil como o nosso, fortemente marcado pela fraca taxa de população bancária. Deste modo, a *ratio* que preside à consagração e à tutela do sigilo bancário na ordem jurídica guineense, concretamente através da então LRB de 1997 e da atual LRB 4/2008, tem a ver com a necessidade de proteção dos interesses e valores do sistema financeiro e da privacidade individual dos clientes bancários.

Portanto, contrariamente ao parece resultar da prática, a questão da proteção do sigilo bancário é levada a sério na vertente *jus* positivo e formal.

2. Quadro legal vigente. O âmbito legal, extensão e o conteúdo do sigilo bancário

A empreitada atrás desenvolvida - sobretudo na perspetiva da solução vigente no ordenamento jurídico estrangeiro, v.g., em Portugal e nos outros países da CPLP - deixa patente de que, subjacente à ideia de guardar a discrição das informações e dados pessoais ligados às operações e serviços dos clientes, está a tutela de interesse patrimonial da clientela, de interesse público ligado à política económica, à possibilidade da defesa da privacidade e à reserva da intimidade da vida privada e, enquanto tal, reconhecido e preservado pela prática, usos, costumes, contratos bancários, bem como pelas leis internas ordinárias e pelas constituições. Todavia, sem olvidar do seu conteúdo negativo em razão de proteção de outros valores de igual dignidade constitucional.

Nesta linha de seguimento, não existe nenhum sistema vigente que desconhece ou ignora a proteção do sigilo bancário, assumindo menor ou maior grau de tutela, consoante o modelo adotado do ponto de vista dos contratos bancários, usos, costumes e outros interesses conexos às políticas do combate à evasão fiscal, ao branqueamento de capitais provenientes de atividades ilícitas, nomeadamente o tráfico de droga e de estupefaciente, luta contra o financiamento do terrorismo através do sistema financeiro, têm contribuído para derrogar ou mitigar a importância prática e necessária do dever de sigilo bancário, isto sem olvidarmos das ameaças à sua integridade e à sua proteção pelas concepções sociais e até políticas prevalecentes em cada momento.

A fixação do regime bem como do conteúdo positivo e negativo do sigilo bancário na ordem jurídica guineense requer, numa primeira fase, análise e compreensão das várias instâncias e níveis legais de abordagens, o que passa, também, pela análise detalhada de várias perspetivas legais sobre o sigilo bancário e as suas relevâncias jurídicas e normativas – conteúdos e limitações, essencialmente, no direito guineense.

Em gesto de catalogação sumária de vários diplomas legais vigentes na Guiné-Bissau, temos por essencial os seguintes diplomas que integram conteúdos positivos e negativos do sigilo bancário na ordem jurídica guineense.

2.1. A inserção da tutela do sigilo bancário no quadro constitucional: A questão do direito à reserva da intimidade da vida privada

O direito constitucional guineense consagra, de forma indireta e implícita, poderá traduzir a garantia de proteção do instituto do sigilo bancário, como instrumento de preservação da intimidade individual e da prossecução dos valores legais e constitucional. Com efeito, o art. 44º, n.º 1, da CRGB, reza que “A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, à capacidade civil, à cidadania, ao bom-nome e reputação, à imagem, à palavra e à reserva da intimidade da vida privada e familiar”⁷³⁵.

O conteúdo da norma do art. 44º, n.º 1, da CRGB, não se configura suficientemente preciso quanto à concretização do alcance e conteúdo do sigilo bancário, como corolário e manifestação do direito à reserva da intimidade da vida privada, enquanto bem jurídico constitucionalmente tutelado.

Para fixação do conteúdo desta norma constitucional, sobretudo na parte que toca “à reserva da intimidade da vida privada e familiar”, servimo-nos da já citada feliz interpretação dos autores portugueses, J. J. Gomes Canotilho e Vital Moreira⁷³⁶, relativa à fixação do conteúdo e alcance da norma do correspondente art. 26º da CRP⁷³⁷, na qual podemos concluir que a norma do art. 44º, n.º1, *in fine*, da CRGB, compreende duas acepções fundamentais, como sejam:

- Primeiro, a do direito a impedir o acesso de estranhos a informações sobre a vida privada e familiar;
- Segundo, a do direito a que ninguém divulgue as informações que tenha sobre a vida privada e familiar de outrem. É nesta segunda perspetiva e no alcance desta norma que nós podemos surpreender a consagração constitucional implícita do dever de guardar o sigilo bancário, enquanto concretização deste valor jurídico e constitucionalmente protegido, atendendo aos fins prosseguidos pelo sistema financeiro, a proteção da privacidade, o valor e a dignidade da pessoa humana, à intimidade e salvaguarda da esfera privada, impedir e blindar que esta seja invadida através de intromissão alheia.

⁷³⁵ Sublinhado nosso. A mesma solução consta dos arts. 26º/1 CRP, 41º/2 CRCabo Verde, 5º/X CF Brasileira, 24º CR São Tomé e Príncipe, 36º CR Timor Leste, 41º CR Moçambique, 32º CR Angola, e 30º CR Macau.

⁷³⁶ Cf. J. J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada I*, op. cit., p. 467.

⁷³⁷ No sentido de considerar que a norma do art. 26º da CRP apresenta um conteúdo fluido e indeterminado, carecendo, por isso, de determinação, vem um Acórdão do Tribunal n.º 355/97, p.7 e ss., concluir que o art. 26º da CRP “(...) não estabelece o conteúdo e alcance do direito à reserva e intimidade, nem define o que deva entender-se por intimidade como bem jurídico constitucionalmente protegido (...)”, no qual, ainda o TC se pronunciou sobre a inconstitucionalidade orgânica das normas do decreto do Governo sobre a criação de ficheiros de registos oncológicos. Igualmente, neste sentido, veja-se o já citado Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 278/95.

Neste sentido, configura-se absolutamente útil e, como tal, transponível para a ordem jurídica guineense, a solução equacionada na doutrina e na jurisprudência estrangeira - nem sempre coincidente

- para melhor compreensão em que medida o sigilo bancário é aprovado constitucionalmente como corolário do direito à reserva e intimidade da vida privada e familiar. Com efeito, antecipemos⁷³⁸ que foram equacionadas algumas soluções, designadamente:

- A tendência que defende uma concepção mais estrita do direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar, na nossa modéstia opinião, encimada por Diogo Leite de Campos, a concluir que ao dever de sigilo bancário corresponde um dever de garantia da proteção à intimidade das pessoas, que “uma parte da vida pessoal do cidadão está espelhada na sua conta bancária (...), conhecer a conta bancária é conhecer os traços fundamentais da vida privada de cada um (...)”.

Com efeito Noel Gomes considera que o acesso aos elementos tutelados pelo sigilo bancário constitui uma “penetração na zona mais estrita da vida privada”, e Menezes Cordeiro o aproxima ao direito à reserva da intimidade da vida privada, que surgiria sempre como concretização do dever acessório de boa-fé. Assim “tem a ver com direitos de personalidade e com a inerente tutela constitucional”. Ainda neste sentido, Alberto Luís afirma que legislar sobre a matéria de sigilo bancário, não é apenas prover a necessidade administrativa de captação de poupança privada, mas sim formular princípios sobre direitos, liberdades e garantias das pessoas, v.g., direito à reserva da sua vida privada decorrente de direito de personalidade, consagrada constitucionalmente, entre nós, nos termos do art. 44º, n.º1, da CRGB, e no Acórdão supra do TC n.º 278/95, e vem enfatizar que, na atual sociedade moderna, uma conta-corrente constitui um género de “biografia pessoal em número”. Portanto, esta concepção reduz e defende a vertente puramente pessoal do direito à reserva da intimidade da vida privada no qual o sigilo bancário funcionaria como um instrumento indireto de garantia do direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar⁷³⁹.

- A tendência que defende uma concepção mais ampla do direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar - influenciada pela doutrina alemã das três dimensões do direito à vida privada - quais sejam a 1ª da esfera individual – *individualsphäre*, a 2ª da esfera da intimidade – *geheimsphäre* - e a 3ª a da esfera do privado – *privatsphäre*, correspondendo cada uma das esferas a um nível diferente de proteção constitucional na Alemanha. Referimos ainda que a 3ª esfera congrega os dados e

⁷³⁸ Voltaremos a este assunto mais adiante, na fixação da natureza do sigilo bancário.

⁷³⁹ Cf. Diogo Campos, *Direito Tributário*, 2ª ed., op. cit. p. 252; Noel Gomes, «Segredo Bancário», op. cit. p. 99 ss.; Alberto Luís, *Direito Bancário: Temas Críticos e Legislação Conexa*, Coimbra, Almedina, 1985; Joaquim Malafaia, *op. cit.*, p. 417 e ss.; Ives Gandra da Silva Martins, «Sigilo Bancário e Tributário», *Scientia Iuridica*, nº290, 2001, p.49 e ss. Segue ainda esta orientação, Augusto de Athayde e Duarte de Athayde, *Curso de Direito Bancário*, Vol. I., 2ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2009, p. 395 e ss.

informações de natureza patrimonial ou profissional, incluindo o vasto âmbito de proteção ao sigilo bancário, embora não seja merecedor duma proteção legal e constitucional absoluta⁷⁴⁰.

Entre outros acórdãos citados neste estudo e do ponto de vista jurisprudencial - existem outros que já se posicionaram sobre a matéria do direito à reserva da intimidade correlação ao sigilo bancário pelo já citado Acórdão do TC n.º 278/95, de 31 de Maio de 1995⁷⁴¹. Este contribuiu para uma discussão sobre

⁷⁴⁰ Sobre esta questão, veja-se Paulo Mota Pinto, «O Direito à Reserva Sobre a Intimidade da Vida Privada», *Boletim da Faculdade de Direito*, n.º 69, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1993, p.517; Rita Amaral Cabral, «O direito à reserva da vida privada - breve reflexão acerca do art. 80º do Código Civil», in AA. VV., *Estudos em Memória do Professor Doutor Paulo Cunha*, Revista da Faculdade de Direito de Lisboa (separata), Lisboa, 1989, p. 398; Costa Andrade, *Liberdade de imprensa e inviolabilidade pessoal – uma perspectiva jurídico-criminal*, Coimbra, Coimbra Editora, 1996, p. 95; Noel Gomes, *op. cit.*, p. 100 e ss. Porém, entre os seguidores desta dimensão e da teoria alemã, parece-nos digno de registo os seguintes: José Casalta Nabais, considera que a aceitação de uma concepção ampla tem como efeito a consideração da distinção que se estabelece de duas esferas no âmbito do direito à intimidade, “uma construída pela intimidade privada, que podemos considerar mais polarizada em torno do valor da liberdade”, integrando ainda, “as manifestações mais profundas da subjectividade de cada cidadão”, e outra esfera “(...) formada pela reserva da vida privada, erigida mais em torno do valor de propriedade”, sendo de se verificar a proteção mais intensa na esfera pessoal do que na esfera patrimonial; Parece que a Comissão para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal, no seu Relatório, p. 346, defendeu a tendência próxima à dimensão ampla do direito à reserva da intimidade. Cf. José Casalta Nabais, «Estado Fiscal, cidadania fiscal e alguns dos seus problemas», *Boletim de Ciências Económicas*, Volume XLV-A, 2002, p.608 e ss. Neste sentido de que a proteção do sigilo bancário se insere no âmbito da intimidade da vida privada, veja-se: Germano Marques da Silva, *op. cit.*, p. 419; no entanto, este autor defende que a divulgação da conta bancária revela a violação do sigilo bancário, inserindo-se, esta violação, no âmbito da violação “do direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar”. A par destas duas dimensões que encaram com menor ou maior a proteção do sigilo bancário como corolário do direito à reserva da intimidade, entretanto, existe outra corrente, que pugna para uma dimensão e orientação mais radical sobre o tema, enfim, refutando a tese do sigilo bancário como corolário e concretização do direito fundamental à reserva da intimidade. Assim, perfilham deste entendimento, entre outros autores, Paula Barbosa, Benjamim Rodrigues e, particularmente, Saldanha Sanches, que propugna que o conteúdo do sigilo bancário “(...) não é, não pode ser, uma concretização do princípio constitucional do direito à intimidade”, para mais, “este princípio tem como função consagrar uma zona de reserva pessoal para factos, opções e circunstâncias que, só de forma indireta e de todo secundária, podem ter aspectos ou reflexos de natureza patrimonial. Constituindo, por isso, o princípio da reserva absoluta da intimidade um limite para a extensão e abrangência das atividades que as entidades bancárias conduzem na busca de informação para a defesa dos seus interesses legítimos”. Segundo este autor, há que distinguir bem a violação da intimidade relacionada com o acesso à informação sobre as contas bancárias, na hipótese de não colaboração do contribuinte, e a mera análise de movimentos bancário, não poderia desembocar numa violação direta da intimidade privada. Cf. Benjamim Rodrigues, *op. cit.*, p. 104 e ss.; Paula Barbosa, «Do valor do sigilo – O sigilo bancário, sua evolução, limites:...», *op. cit.*, p.1230 e ss.; J. L. Saldanha Sanches, «Segredo Bancário e a Tributação do Lucro Real»; Idem, «A Situação Atual do Sigilo Bancário: A singularidade do Regime Português», *Estudos de Direito Contabilístico e Fiscal*, Coimbra, 2000. Entretanto, a tese da refutação, pelo menos da ligação direta do sigilo bancário ao direito à reserva da intimidade privada, consubstancia uma tese redutora do âmbito, conteúdo e do patamar garantístico do dever de sigilo bancário, como valor jurídico e constitucionalmente consagrado e, enquanto tal, as suas limitações ou restrições deveriam sujeitar-se aos parâmetros e exigências constitucionais. Neste sentido, veja-se Noel Gomes, *op. cit.*, p.106 e ss. que, ainda questionando a primeira tendência, parece mais inclinado para a segunda tendência; veja-se, Luís Máximo dos Santos, «Derrogação do Segredo Bancário», *op. cit.*, p. 259 e ss.; Idem, «Derrogação por razões fiscais do segredo bancário», JANUS, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 2004, p.176 e ss.

⁷⁴¹ Publicado no DR, II Série, de 28 de Julho de 1995.

o tema na jurisprudência portuguesa na qual se espelha e tornou patente que o sigilo bancário constitui uma dimensão fundamental do direito à reserva da intimidade da vida privada, consagrado nos termos do art. 26º, n.º 1, da CRP. É-lhe reconhecida a dignidade constitucional pois pronunciou-se pela inconstitucionalidade orgânica da norma do art. 57º, n.º 1, al. e), do DL 513-Z/79, que confere poder aos inspectores da IGF - no âmbito de inquérito - a consultar elementos em poder de estabelecimentos bancários e financeiros sujeitos ao dever de sigilo bancário, o que corresponde a uma restrição ao direito fundamental da reserva da intimidade da vida privada, por violação dos art. 18º, n.º 2, e 165º, n.º 1, al. b), da CRP. Ainda, assume um lugar particular a nível de tutela jurisprudencial do sigilo bancário, o Acórdão do TC n.º 278/95, que menciona “a situação económica do cidadão, espelhada na sua conta bancária, incluindo as operações activas e passivas nela registada, faz parte do âmbito de protecção do direito à reserva da intimidade da vida privada, condensado no art. 26º, n.º 1, da CRP, surgindo o segredo bancário como um instrumento de garantia desse direito”. Este Acórdão do TC, procurou fundamentar a sua posição na importância que a conta bancária assume na actual sociedade moderna, em que, constituindo uma espécie de “biografia pessoal em números” respeitantes a vários elementos e informações confiados aos bancos, v.g., as contas de depósitos, os movimentos, as operações bancárias, cambiais e financeiras, etc..., constituem, segundo TC, “uma dimensão essencial do direito à reserva da intimidade da vida privada constitucionalmente garantido”. A par destes, existem outros acórdãos do TC que enveredaram pelo mesmo caminho, nomeadamente o Acórdão n.º 128/92, a defender que “a vida privada engloba a vida pessoal, a vida familiar, a relação com as outras esferas de privacidade, o lugar próprio da vida pessoal e familiar e os meios de expressão e comunicação”.

Neste sentido, o banco zela pela defesa e discrição dos factos íntimos e privados ligados às operações dos clientes, com a finalidade de estabelecer o crédito e a confiança, especialmente num país como a Guiné-Bissau em que as pessoas têm receio dos bancos, no sentido de expor a sua pessoa e a sua situação económica – riquezas, na maioria dos casos, de proveniências duvidosas, corrupções, e as suas pobreza fundadas nos fracos rendimentos e no elevado índice de desemprego, típico de um país subdesenvolvido.

Com efeito, chamamos atenção para o facto da Guiné-Bissau ter-se alienado ou delegado a sua soberania monetária à UMOA, no que toca à organização e funcionamento dos bancos e sistema financeiro em geral. O legislador nacional deve ser muito cauteloso para não ferir o Tratado, atos e regulamentos da UMOA. Assim, a CRGB dedicou poucas normas a este respeito, deixando assim um amplo espaço para o legislador comunitário, dado que a CRGB é omissa em relação à matéria do sistema bancário ou financeiro em geral.

Todavia, em abstrato, a CRGB não fecha as portas a possibilidade de derrogação do dever de sigilo

bancário, enquanto direito à reserva da intimidade da vida privada, quando dispõe no artigo 30º que⁷⁴²:

“1 - Os preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias são directamente aplicáveis e vinculam as entidades públicas e privadas. 2 - O exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais só poderá ser suspenso ou limitado em caso de estado de emergência, declarados nos termos da Constituição e da lei. 3 - As leis restritivas de direitos, liberdades e garantias têm carácter geral e abstrato, devem limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos e não podem ter efeitos retroactivos, nem diminuir o conteúdo essencial dos direitos.”

Decorre da CRGB, que a restrição e derrogação do conteúdo dos direitos fundamentais nela consignada, devem obedecer ao princípio de necessidade, proporcionalidade e da razoabilidade ou adequação para salvaguardar outro direito ou interesse protegido. No sentido de proibição de excessos, deve garantir que as medidas e as restrições impostas - ao conteúdo do sigilo bancário - não sejam excessivas, devendo ser suficiente para garantir e alcançar o fim pretendido⁷⁴³.

Assim sendo, uma vez preenchido os pressupostos, nomeadamente do n.º 3, do art. 30º, da CRGB, sob forma de lei formal, neste caso da competência exclusiva, entre nós, da ANP, visto que nos termos do art. 86º, al. k), da CRGB, a matéria referente ao direito fundamental de liberdade e garantia é da exclusiva competência da ANP, sendo que o dever de sigilo bancário poderá sucumbir em detrimento dos valores que constituem, por si, pressupostos autónomos para fundamentar e alicerçar qualquer investida administrativa ou judicial do levantamento e quebra do sigilo bancário, i.e., da exclusão da ilicitude pela quebra do sigilo bancário, apenas nos moldes que se seguem:

- i.** A manutenção do regular funcionamento do sistema financeiro e das instituições bancárias, no âmbito do Direito Bancário;
- ii.** A necessidade da descoberta da verdade e da realização da justiça, mediante formas de colaboração com a justiça bem definida e concretizada pela lei;
- iii.** A necessidade imperiosa do combate ao crime, sobretudo crime transnacional, v.g., branqueamento de capital, tráfico e financiamento ao terrorismo;

⁷⁴² Aliás, neste sentido, alinham a doutrina, no sentido de que não existem direitos fundamentais absolutos, incluindo o próprio sigilo bancário, devendo, no entanto, ceder por razões públicas ou privadas nos termos estritamente autorizadas por leis. Cf. Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. pp. 367 e 394. Ibidem, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», cit. pp. 33 e 56.

⁷⁴³ Sobre as concretizações destes princípios à luz da CRP, art.18º, veja-se Jorge Reis Novais, *op. cit.*, p. 727; Vitalino Canas, «O princípio da proibição do excesso na constituição: arqueologia e aplicações», in Jorge Miranda (org), *Perspectivas Constitucionais – 20 anos da Constituição de 1976*, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, 1997, p. 323 e ss.; Noel Gomes, *Segredo Bancário...*, *op. cit.*, p. 340 e ss.

iv. A justiça fiscal ou tributária, assente na luta contra a evasão e fraude fiscal⁷⁴⁴;

v. A derrogação do sigilo bancário deve-se alinhar com o interesse visado.

Ainda, reza o art. 35º, da CRGB, que “nenhum dos direitos e liberdades garantidos aos cidadãos podem ser exercido contra a independência da Nação, a integridade do território, a unidade nacional, as instituições da República e os princípios e objectivos consagrados na presente Constituição”. Que, por sua vez, constitui afloração de mais um importante limite e restrição ao conteúdo do sigilo bancário.

Podemos dizer que a legitimação constitucional do sigilo bancário se justifica em razão do valor e do interesse prosseguido, sobretudo numa época em que as pessoas são dependentes dos bancos - particularmente nos países industrializados, dos quais faz parte Portugal - estando a Guiné-Bissau a revelar uma evolução positiva neste sentido, com incremento dos serviços bancários modernizados e próprios dos tempos da evolução eletrónica, particularmente com a disponibilização por parte dos bancos comerciais da praça dos serviços ATM, TPAs, *Internet Banking*, a bancarização do salário e operações de pagamentos e recebimentos, entre outros. Deste modo, vulgarizou e massificou as transações mediante movimentações ativas e passivas de contas, bens e serviços, deixando registos e dados importantes que revelam a vida pessoal e patrimonial do titular da conta. Ao revelar esses dados e informações pessoais ligadas à conta, está-se a questionar a esfera individual humana, inserida inequivocamente na órbita da ampla guarida conferida pelo direito da personalidade e da intimidade individual, consagrado no art. 44º, n.º 1, da CRGB.

Assim sendo, é recorrente da dignidade da pessoa humana - extraída da própria concepção e vivência da sociedade atual, estruturada e identificada numa perspetiva patrimonial e económica - que se alguém nos interrogasse se a nossa saúde vai bem, ficávamos profundamente gratos porque a pessoa foi gentil e se preocupou connosco, ficando chateados se nos questionassem sobre a nossa situação económica e financeira, considerando que a pessoa se estaria a intrometer na nossa privacidade⁷⁴⁵. Neste caso *subjudice* não existe dúvida que a proteção da nossa privacidade, fundada no direito à reserva sobre a intimidade da vida privada, se identifica, predominantemente, com a proteção da nossa esfera patrimonial e económica, mais do que a nossa esfera estritamente pessoal inerente ao nosso direito fundamental de personalidade que a CRGB consagra no art. 44º, n.º 1, e a CRP, no art. 26º, a par da

⁷⁴⁴ No capítulo seguinte analisaremos as repercussões reais das disposições derogatórias difusas à figura do sigilo bancário no atual Direito guineense vigente.

⁷⁴⁵ Cf. Neste sentido a frase “Aquele que pergunta pela nossa saúde não nos parece indiscreto. Nós vemos nisso uma prova de interesse, mais do que indiscrição. Pelo contrário, não passará pela ideia de ninguém perguntar a uma pessoa se ela tem um depósito de títulos no banco”, (F. Delachaux, «Le problème du secret bancaire», p.335 ss).

necessidade de proteção de segurança e da confiança no sistema de crédito⁷⁴⁶. Neste âmbito, a disposição constitucional impõe aos bancos e às instituições financeiras em geral, a obrigação de guardar segredo relativo às informações que têm dos seus clientes e que foram obtidas no âmbito restrito da relação comercial de conta, operações e serviços bancários.

2.2. O sigilo bancário no âmbito da lei orgânica do Banco Central (BCEAO)

A matéria referente à proteção do sigilo bancário encontra a conformação ao abrigo dos Estatutos do BCEAO, no seu art. 5º⁷⁴⁷, o qual tutela o sigilo bancário de supervisão, quando afirma que os titulares de órgãos e o pessoal do banco central estão adstritos ao sigilo profissional bancário e que esse deve persistir mesmo depois da cessação das funções no BCEAO⁷⁴⁸.

Muito antes da integração à UMOA e dos estatutos do BCEAO, havia referência expressa e a preocupação de garantir o dever de reserva ao abrigo do Decreto n.º 32/89, Publicado no 2º Suplemento ao BO n.º 52, de 27 de Dezembro de 1989, que aprovara a então LO do BCGB, no seu art. 25º, a qual dispunha que qualquer pessoa “concorrente”, mesmo a título ocasional às atividades do banco deve guardar o sigilo bancário.

⁷⁴⁶ Cf. Ives Gandra da Silva Martins, «Sigilo Bancário», op. cit. p.449 e ss.

⁷⁴⁷ Foi aprovado conjuntamente com o Tratado e o Protocolo sobre os privilégios e imunidades do BCEAO pela Resolução n.º 07/2007, de 29 de Fevereiro de 2008, publicado no 4º Suplemento ao BO n.º 08.

⁷⁴⁸ O atual banco central da GB (BCEAO) e a sua respetiva lei orgânica, são frutos de várias vicissitudes e sucessões de diplomas legais ocorridas, nomeadamente como consequência inequívoca da ascensão à independência por parte da GB, a dinâmica e a sedimentação de uma forte estrutura económica virada à competitividade comunitária e regional, a necessidade de implementação de reformas económicas e estruturais, bem como à garantia da efetiva integração monetária e económica na zona, v.g., UEMOA, logo após a decretação da independência, entre os anos de 1975 a 1997. Assim, foi aprovado o Decreto n.º 8/75, publicado no BO n.º 8, de 22 de Fevereiro de 1975, que cria o Banco Nacional da Guiné-Bissau, substituído depois pelo Decreto n.º 9 – A/75, publicado no Suplemento ao BO n.º 8, de 22 de Fevereiro de 1975, e pela Decisão n.º 1/75, publicada no BO n.º 9, de 1 de Março de 1975, que além de recriar o BNGB, ainda lhe confere atribuições, para exercer no país, as funções de Banco Emissor e Comercial e de Caixa de Tesouro, em substituição do então filial do Banco Nacional Ultramarino aberta na Guiné-Bissau, que cessou as suas funções a partir das 11:30h do dia 28 de Fevereiro de 1976, bem como as suas funções nos domínios das atividades de Banco Emissor e Comercial em todo o território Nacional, em parte, fundada no Acordo relativo à transferência do Departamento do BNU, com anexo relativo aos trabalhadores, ratificado pela Decisão n.º 13/76. Mais tarde, aprovou-se a LO do BNGB através da Decisão n.º 13-A/83, publicada no Suplemento do BO n.º 33, de 16 de Agosto de 1983, e o Decreto n.º 27/83, publicado no Suplemento ao BO n.º 41, de 8 de Outubro de 83, que autoriza o BNGB a efetuar novas emissões. Depois a LO do BNGB/BCGB foi revista em meados de 1989 pelo Decreto n.º 32/89, publicado no 2º Suplemento ao BO n.º 52, de 27 de Dezembro de 1989) e definitivamente foi revogada e substituída pela Lei n.º 1/97, publicada no Suplemento ao BO n.º 12, de 24 de Março de 1997, que institui o Banco Central dos Estados da África Ocidental, o BCEAO, determinando a cessação das funções do BCGB como Banco Emissor, Comercial e Tesouro Público.

2.3. A proteção do sigilo bancário no âmbito da Lei de Regulamentação Bancária - LRB 4/2008

Em matéria bancária, o núcleo duro do “regime” do sigilo bancário vinha regulado ao abrigo do art. 19º, art. 42º e 50º⁷⁴⁹, ambos da então LRB guineense, aprovada no quadro e em cumprimento de séries exigências em consequência da integração da Guiné-Bissau à UEMOA⁷⁵⁰, pela Lei n.º 10/97, de 2 de Dezembro de 1997⁷⁵¹.

Com efeito, a LRB constituía a nossa Lei-Quadro dos bancos, das instituições e das sociedades financeiras, aplicável ao setor e sistema financeiro ligado à intermediação de crédito, traduzido no negócio de dinheiro em geral (vide art. 1º e ss.).⁷⁵²

⁷⁴⁹ Em Portugal, temos o regime dos art. 78º e ss. da RGICSF, aprovado pelo DL n.º 298/92, de 31 de Dezembro. Cf. Fernando Conceição Nunes, «Os deveres de segredo profissional no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras», op. cit. p. 40 e ss. Veja-se o sistema então vigente em Portugal, Jorge Patrício Paúl, «O Segredo Bancário: Sua Extensão e Limites...», op. cit. p. 75 e ss.

⁷⁵⁰ A par da Lei n.º 10/97, que aprovara a LRB, neste quadro ainda foi adotada a Lei n.º 12/97, de 2 de Dezembro de 1997, relativa à uniformização dos instrumentos de pagamentos (Cartões de pagamentos, Letras e Livranças), Lei n.º 11/97, de 2 de Dezembro, relativa ao Regime Geral das Instituições Mutualistas ou Cooperativas de Crédito e Poupança; Lei n.º 13/97, de 2 de Dezembro sobre a Usura; Lei n.º 7/97, de 2 de Dezembro, relativa ao crime de contrafação de moeda da União. Os diplomas referenciados foram publicados no Supl. ao BO n.º 48, de 2 de Dezembro. Foi ainda aprovada a Lei n.º 11/97, de 2 de Dezembro, que estabelece o regime geral das instituições mutualistas ou cooperativas de crédito e poupança (publicado no Suplemento ao Boletim Oficial número 48/97, de 2 de Dezembro de 1997). Outrossim, muito recentemente, foi aprovada a nova lei sobre regulamentação dos sistemas financeiros descentralizados pela Lei n.º 9/2008, de 26 de Agosto (publicada no Suplemento ao Boletim Oficial n.º 34/2008, de 26 de Agosto de 2008), que, entre outras, regula as operações de depósitos, empréstimos e de créditos por assinaturas, bem como os respetivos tetos, que podem ser desenvolvidas no âmbito dos sistemas financeiros descentralizados.

⁷⁵¹ Publicada no Suplemento ao BO n.º 48, de 02 de Dezembro de 1997, p. 28 e ss.

⁷⁵² Foi neste sentido, que se defende que o sigilo bancário serve como mecanismo de captação de fundos e de concorrência desleal entre instituições de crédito, veja-se, Jesus Maria Silvia Sánchez, *Tiempos de Derecho Penal. Escritos breves sobre teoría y práctica, vida social y economía*, Madrid, Motevideo-Buenos Aires, 2009, p. 174. Como se constata, a integração da Guiné-Bissau à UEMOA teve grande impacto na banca guineense, quer em matéria de organização quer na distribuição de crédito e exercício da profissão bancária no ordenamento jurídico guineense. Em resposta a estas mutações na banca e, sobretudo, com a imposição do art. 22.º do Tratado Constitutivo da União, os Estados Membros ficam obrigados a adotarem medidas e legislações harmonizadas nestas matérias, designadamente a harmonização das legislações em matéria da organização e distribuição do crédito e do exercício da profissão bancária. Neste sentido, a GB, nos meados de 1997, adotou um pacote de legislações no domínio bancário e do tratamento de dinheiro em geral, nomeadamente adotou uma importante legislação relativa à regulamentação bancária, pela Lei n.º 10/97, de 2 de Dezembro, que veio revogar a então lei das instituições financeiras da GB, aprovada pelo Decreto n.º 31/89, de 27 de Dezembro. O referido diploma sobre a regulamentação bancária dispõe, entre outros, do conceito dos bancos de um lado, e do outro, dos estabelecimentos financeiros, das suas constituições, operações, etc, arts. 3º e ss. Assim, no art. 3º definem-se os bancos como “as empresas cuja função habitual é receber fundos através de cheques ou transferências, fundos que utilizam para fins próprios ou em nome de outrem, em operações de crédito ou de investimento”. Este conceito é análogo ao que vem previsto ao abrigo do art. 2º do RGICSF sobre as instituições financeiras. Por seu turno, ao abrigo do art. 4º definem-se os estabelecimentos

A LRB revoga, na sua generalidade, o quadro jurídico então vigente relativo às instituições financeiras e a LO do Banco Central da Guiné-Bissau⁷⁵³, dado que mostravam-se totalmente obsoleto face às novas exigências, decorrentes da dinâmica da integração preconizada pela UEMOA, na sua vertente da integração monetária e bancária, sem olvidar da sua desatualização face à transformação requerida no sistema monetário e financeiro nacional. Em geral, caracterizado não só pela necessidade de adoção de novas estruturas e regras de organização e funcionamento do BCEAO – banco central da união, os bancos comerciais nacionais a funcionar nos Estados da União, mas também, por outro lado, pela complexidade cada vez mais assumida com os desafios da integração comunitária da união e o

financeiros como “pessoas singulares ou colectivas, exceptuando os Bancos, cuja função habitual é efectuar em seu próprio nome operações de crédito, de venda a crédito ou de câmbio, ou que recebem habitualmente fundos que utilizam em seu nome em operações de investimento de capitais, ou que servem habitualmente de intermediários como comissionistas, corretorcorretores, ou outros, na totalidade ou em parte destas operações”. Em geral, toda a operação bancária encontra-se gizada em torno da intermediação de crédito e de investimento, de onde os bancos e as sociedades financeiras lucram grandemente. Por esta razão, o legislador preocupou-se em estabelecer o conceito de crédito nos termos seguintes: “São consideradas como operações de crédito as operações de empréstimos, desconto, pensão, aquisição de créditos, de garantia de financiamento de vendas a crédito e de locação financeira” (art. 5º/1); e define a operação de investimento como “aquisição de participações em empresas existentes ou em informação e todas as aquisições de valores mobiliários efectuadas por pessoas públicas ou privadas” (art.5º/2), ambos da Lei n.º10/97. Este diploma, contrariamente do RGICSF de Portugal, não fez uma enumeração expressa e taxativa das tipologias das instituições financeiras (os bancos e os estabelecimentos financeiros) que são permitidas a exercer a profissão bancária no ordenamento bancário guineense; apenas se limitou, no seu art. 5.º, a descrever as operações de crédito e as operações de investimento que caracterizam as atividades dos estabelecimentos financeiros. Os art. 6.º, art. 7.º, art. 33.º, art. 37.º e art. 38.º consagram uma delimitação negativa e, por exclusão das instituições financeiras que não são consideradas como bancos, entre as quais se destacam: as empresas seguradoras – que intervêm na área financeira de gestão de risco ou álea; os organismos de reforma; os notários; os funcionários ministeriais no exercício das suas funções; e as agências ou casas de câmbios. A Lei n.º 10/97, ao abrigo do seu art. 7º e ss., consagra o importante princípio da exclusividade das operações típicas de crédito e da própria designação dos bancos, respetivamente, apenas reservadas às entidades constituídas, habilitadas e autorizadas a exercer a profissão bancária nos termos definidos nos artigos. 2º, 3º, art.8º e ss. Porém, no sentido de que apenas os bancos e os estabelecimentos financeiros autorizados por lei podem praticar as operações previstas na lei, não se deve utilizar a designação banco, banqueiro ou bancário sem que para tal esteja autorizado. Curiosamente, repare-se que o legislador, quicá, por equívoco, reforçou no Capítulo IV – Operações, 1ª Secção – esta ideia com epígrafe de “Operações dos Bancos”. Porém, nos termos do art. 33º da Lei n.º 10/97, nesta aparência, não se chegou a prever nenhuma operação bancária, nem tão-pouco se fez uma enumeração exemplificativa ou taxativa das operações que os bancos estão habilitados a exercer. Limita-se apenas a estabelecer números *apertus* das operações que os bancos estão vedados de praticar, i.e., as inibições ou interdições para praticar certas operações tendo em consideração a sua natureza e a qualidade do sujeito que intervém nesta operação. Assim, em princípio, os bancos estão vedados de efetuarem, quer por conta própria, quer por conta de outrem, as atividades comerciais, industriais, agrícolas ou de serviço, ressalvando apenas quando sejam indispensáveis ao desempenho da profissão bancária, ou seja, relevantes para a recuperação ou cobrança dos seus créditos, art. 33º; os bancos não podem comprar as suas próprias ações ou consentir em créditos contra afetação como garantias das suas próprias ações, art. 34º. Igual interdição é extensível às empresas privadas nas quais as pessoas acima elencadas exercem funções ou cargos de direção, administração ou gestão, ou seja detentores de mais de que ¼ do capital social da sociedade que pretenda contrair crédito, art. 35º. Cf. Samora Ilídio Delgado Sampa, *Os Negócios entre a Sociedade e os Sócios no Direito da OHADA*, Coimbra, Almedina, 2014, p. 218.

⁷⁵³ Trata-se da então lei das instituições financeiras da GB, aprovada pelo Decreto n.º 31/89, de 27 de Dezembro, pub. no Supl. ao BO n.º 48, de 02 de Dezembro.

surgimento de novos produtos financeiros, nomeadamente, dos produtos financeiros complexos.

A então LRB, surge numa lógica de integração bancária operada ao nível da união - sobretudo comprometida com a nova dinâmica que se pretende imprimir ao sistema financeiro da união - que procurou introduzir uma nova classificação das instituições de crédito e das sociedades financeiras, em atenção à natureza do sujeito e do objeto ou da atividade, adotando medidas prudenciais, normas de condutas e de supervisão para melhor enquadrar e disciplinar a atividade bancária, com a finalidade de assegurar uma maior responsabilidade na gestão adequada de fundos percebidos dos públicos e garantir o crédito, a confiança e a segurança aos clientes no sistema financeiro (vide art. 7º e ss. e art. 46º e ss., ambos da LRB).

A Lei n.º 10/97 (LRB) cuidava de estatuir o regime aplicável às instituições de crédito e às sociedades financeiras, sem se preocupar em prever o regime do sigilo bancário, limitando-se apenas a efetuar referência genérica ao sigilo profissional. Todavia, considerando a natureza e o âmbito da LRB, concebida para se aplicar exclusivamente à profissão bancária e às operações por ela praticada, não temos dúvidas que a alusão ao género sigilo profissional pretende-se aferir à espécie sigilo profissional bancário, a incluir, para além das atividades dos bancos, as das sociedades financeiras⁷⁵⁴.

Do ponto de vista sistemático, a então LRB regulava o dever de sigilo bancário, no Título II, dedicado às regras aplicáveis à aprovação, autorização, conduta, controlo, supervisão e interdição da instituição bancária e de estabelecimento financeiro. Nesse âmbito - sobretudo referente às regras de condutas dos bancos - efetuava breves alusões ao dever de sigilo profissional bancário, mais concretamente ao abrigo do art. 19º, art. 42º, 4º parágrafo, e art. 50º, ambos da LRB⁷⁵⁵.

⁷⁵⁴ Cf. Júlio de Castro Caldas, «Sigilo Bancário: problemas actuais», *op. cit.*, p. 39 e ss.

⁷⁵⁵ Assim, somos de parecer favorável que o título da LRB, onde vem referenciada a matéria concernente à proteção do sigilo profissional bancário, em geral, refere as regras de conduta dos bancos e dos estabelecimentos financeiros da Guiné-Bissau, não se trata, porém, de códigos de conduta, também designado por Código de Boas Práticas, ou Código de Ética, Guia de Procedimento, traduzindo no conjunto de princípios e regras dimanadas pelas associações profissionais representativas dos bancos, nomeadamente, entre nós, a Associação Profissional de Bancos e Estabelecimentos Financeiros da Guiné-Bissau (APBEFGB), movido pela necessidade de reger as boas relações entre os bancos e, principalmente, entre estes e os seus clientes. Implicando as modelações de comportamentos na base de critério fundamentais de ética e moral bancária, como guião ou *organon* de procedimentos bancários em consonância com simples critérios de eficiência económica. Em geral, o denominado Código de Conduta caracteriza-se estruturalmente, no essencial, como uma espécie de autoregulação e de origem independente do Estado, i.e., das associações profissionais. Nas práticas e no giro bancário, abundam a tradição bancária de Códigos Conduta, desde logo, em termos de direito comparado, assinala-se que, desde cedo, a Europa tomou a consciência desta prática e atualmente está enraizada em quase todos os países, permitindo assim a adoção generalizada de formas de auto-regulação, na maioria dos casos, envolvendo os clientes ou consumidores. Com efeito, já em 1992 haviam algumas práticas a assinalar na Europa, a título de exemplo: no Reino Unido, havia já o “Código de Bancário” britânico; Em França, a “Carta de Serviços de Bases”; Na Itália, em 1996, foi aprovado o “Código de Comportamento”. Em Portugal, pelo menos, até a data presente, não vislumbramos adoção de um Código de Conduta

Com efeito, o enquadramento sistemático acima referenciado equaciona e consagra o sigilo bancário como regra de conduta, ética e deontológica das instituições de crédito e das sociedades financeiras, incluindo os respetivos dirigentes, empregados e mandatários, no âmbito do exercício das suas atividades e no relacionamento com os clientes.

É de realçar que havia uma ténue proteção do sigilo bancário no âmbito da então lei das instituições financeiras da Guiné-Bissau, aprovada pelo Decreto n.º 31/89, de 27 de Dezembro, nomeadamente quando neste diploma legal transparecia a preocupação em blindar as informações armazenadas pelas instituições financeiras obtidas pelas instituições de supervisões - nomeadamente o BCGB - os inspetores e os agentes ou prestadores de serviços, ainda que a título ocasional, face a eventual devassa

especialmente aplicável aos bancos, com a exceção de alguns “Princípios de Boa Prática a Observar pelos Bancos Portugueses inserido no âmbito de transição para o euro”, adoptado pela Associação Portuguesa de Bancos, em 1998, por determinação da Comissão Europeia. Não obstante, parece possível concluir que já havia uma iniciativa da APB no período anterior à adoção da Lei n.º 298/92, que aprova RGICSF, pondo assim em circulação, entre os respetivos membros, uma espécie de recomendação sob a epígrafe “princípios gerais a observar nas operações bancárias com o consumidor privado”, nos quais se destacam, no essencial, disposições relativas às informações a disponibilizar sobre condições gerais de prestação de serviços bancários, prevendo que a “documentação, as brochuras, etc., facultadas neste quadro não são susceptíveis de produzir efeitos jurídicos, produzindo efeitos meramente informativos”; na outra vertente, previa-se que “os bancos devem examinar, num prazo razoável, as queixas que tenham fundamento e relativas a qualquer assunto que diga respeito à relação banco-cliente”. Igualmente, no âmbito supra-estatal coloca-se a questão dos códigos de conduta ou de boas práticas que visem o setor bancário. Com efeito, assinala-se a existência de códigos de conduta que merece aderência da Federação Bancária Europeia e as suas parceiras, nomeadamente do setor de bancos cooperativos e de caixas económicas, nomeadamente o código de conduta de 14 de Novembro de 1990 relativa aos pagamentos com cartões, ou Código Europeu de Conduta, com a entrada em vigor prevista a 30 de Setembro de 2002, contando, assim, nesta data, com aderência de 3600 bancos. Assim sendo, o presente código tinha, como propósito, não só conseguir a verdadeira co-regulação, mas, acima de tudo, criar condições para a transposição da solução constante das Recomendações da Comissão Europeia de 1997, que veio substituir a de 1988, e a Recomendação de 1 de Março de 2001. Outrossim, ainda, sobre este assunto, o BP emitiu uma Carta-Circular 20/2001, de 2 de Agosto. Entretanto, mais tarde transformada numa disposição de carácter vinculativo, por intermédio da Instrução 27/2003 do BP, de 17 de Novembro, para obrigar e vincular os bancos ao seu cumprimento. Em Portugal, com a entrada em vigor do RGICSF, o BP, pelo menos, nos usos de suas competências nesta matéria consignada no art. 77º-3, a aprovar a Instrução 11/2001, de 15 de Julho, sobre promotores de operações financeiras, cujas atividades devem ser reguladas, igualmente, por códigos de condutas a submeter à aprovação do BP. Com efeito, esta instrução curiosamente atribui a responsabilidade para a elaboração dos códigos de conduta não à associação representativa do setor bancário português, mas aos próprios promotores de operações financeiras ou os bancos. Portanto, na perante a ausência de um código de conduta elaborada pela APB, o sistema e o setor bancário português, conforma apenas com algumas regras legais de condutas, que não devem ser confundidas com os códigos de conduta bancária consignadas no RGICSF. Para finalizar, deve-se assinalar que os códigos de conduta podem servir de um importante coadjuvante na interpretação e compreensão dos contratos bancários, no sentido de se traduzirem como padrões de conduta correta e deontológica imposta pelos ditames de boa-fé. Neste âmbito, a doutrina inglesa, na voz de R. Cranston, encara os códigos de conduta como uma espécie reveladores de princípios jurídicos ora extraídos da jurisprudência, independente dos usos e das CCGs. Já, entretanto, na doutrina espanhola, representada pelo J.M. Cuesta Rute e Sanchez Calero, reconhece-se a autonomia da vontade, i.e., no poder dirigido à produção de normas propriamente jurídicas, e a auto-regulação, no caso vertente, esboçada nos códigos “éticos” ou de conduta.

ou divulgação ilícita, art.37º, n.º 11⁷⁵⁶.

Atualmente, no âmbito específico do setor bancário, foi adotada a Lei n.º 4/2008, de 31 de Março – LRB 4/2008, referente à definição de um novo quadro regulador do estabelecimento de crédito, às operações e serviços bancários, decorrentes da necessidade de transposição de novas regras e medidas aprovadas no domínio da UMOA/UEMOA⁷⁵⁷, especialmente no domínio da integração monetária, com a incidência prática e específica na banca e na nova forma de gestão de suas operações e serviços, implicando algumas alterações, até na forma de estruturação, organização e funcionamento da banca e das suas operações e serviços⁷⁵⁸.

Com a entrada da nova LRB 4/2008, põe-se a questão de saber qual é a sorte da então LRB de 1997?

A solução para esta questão deve partir da premissa do art. 114º, 2º parágrafo, da LRB 4/2008, na qual se infere a revogação expressa de todas as disposições contrárias da Lei n.º 10/97 – LRB, relativa à regulamentação bancária.

Neste sentido, somos de opinião favorável de que com relação à regulamentação das matérias atinentes à banca e às operações bancárias na Guiné-Bissau, a nova LRB 4/2008 revoga e substitui a então LRB de 1997 na sua generalidade.

Deste modo, a nova LRB 4/2008 constitui a nova lei-quadro jurídico regulador do regime dos estabelecimentos de crédito, em particular quanto à sua constituição, autorização, funcionamento, controlo e supervisão, assim como as operações e gestão de serviços e meios de pagamentos⁷⁵⁹. Com efeito, derroga na totalidade a então LRB, no que tange à regulação do regime jurídico dos bancos e

⁷⁵⁶ Nos termos dos artigos 34º e 35º do Decreto n.º 31/89, de 27 de Dezembro, vinham consagradas, em moldes idênticas à solução atualmente vigente à luz da LRB 4/2008, a obrigatoriedade das instituições de crédito prestarem todas as informações requeridas pelo BCGB no âmbito do exercício da sua atividade de supervisão. Tanto assim que, mais tarde, alterou-se aquele regimento da instituição bancária e da sua atividade, com único propósito de reforçar o poder de supervisão do BCEAO, sobretudo em matéria da fiscalização preventiva da banca e da atividade bancária por Decreto n.º 14/94, de 25 de Abril.

⁷⁵⁷ Corresponde, quase na sua intragalidade, à transposição fiel da *Loi-Cadre Portant Reglementation Bancaire da UEMOA*.

⁷⁵⁸ O art. 1º da LRB 4/2008 define o âmbito de sua aplicação, deixando transparecer que apenas visa os bancos ou estabelecimentos de crédito. Por conseguinte, no seu art. 2º, define os estabelecimentos de crédito como pessoas coletivas, que praticam operações bancárias como modo habitual e profissional. Tendo, de seguida, precisado que as operações bancárias correspondem a atividade de receção de fundos do público, as operações de intermediação de crédito, a gestão de meios de pagamentos e a sua colocação à disposição da clientela. Para, a partir das premissas do art. 5º da referida LRB 4/2008, passarmos a depreender que os fundos recebidos do público são todos os fundos que os bancos recebam de terceiros, em particular, traduzidos nos depósitos, incluindo a faculdade de os bancos poderem dispor desses fundos, por sua própria conta e risco, todavia com a responsabilidade de os restituir, bem como os fundos provenientes de emissão de títulos de caixa, etc...

⁷⁵⁹ Vide arts. 2º a 8º, arts. 13º a 24º da LRB 4/2008.

suas operações na República da Guiné-Bissau⁷⁶⁰.

Em todo o caso, deve-se assinalar que existem muitas aproximações dos conteúdos dos dois diplomas, pontuadas apenas com algumas diferenças conceptuais, sobretudo no domínio da fixação do conceito dos bancos, as suas operações e serviços⁷⁶¹.

Assinala-se ainda que, quer na LRB de 1997, quer na LRB 4/2008, existe um défice notório de regulamentação do regime jurídico do sigilo bancário no direito guineense, perdendo assim, a Guiné-Bissau, duas grandes oportunidades para, numa perspetiva evolutiva e inovadora, cuidar de regular e introduzir o regime jurídico respeitante ao conteúdo, extensão e limites do sigilo bancário, a enquadrar numa secção autónoma dedicada às regras de conduta referente ao sigilo profissional bancário.^{762/763}

⁷⁶⁰ A atual LRB 4/2008 compreende nove títulos, sendo o I título dedicado apenas ao âmbito de aplicação, no qual deixa patente, no seu art. 1º, que a presente lei aplica-se apenas aos estabelecimentos de crédito que exerçam a sua atividade na República da Guiné-Bissau, tendo definido o estabelecimento de crédito, no seu art. 2º, como pessoas coletivas que efetuam operações bancárias como profissão e com habitualidade, e ainda traçou no 2º parágrafo desse preceito, o conceito das operações bancárias como a receção de fundos do público, as operações de crédito, assim como a gestão de meios de pagamento e a sua colocação à disposição dos clientes bancários. Mais adiante, nomeadamente nos termos do art. 5º, procura precisar que os fundos recebidos de públicos são aqueles que uma entidade bancária receba de terceiros, nomeadamente, através de depósitos, com direito de deles dispor por sua própria conta, todavia com o dever de os restituir, bem como os fundos percebidos de emissão de títulos de caixa, nos quais se excluem os fundos discriminados nos números 1 a 4 deste preceito; art. 6º, por conseguinte, define operação de crédito como um ato pelo qual o banco, a título oneroso, coloca (na operação de crédito por desembolso) ou promete colocar (no segmento de crédito por assinatura) fundos à disposição de outra pessoa – cliente, ou em que assume, no interesse do cliente, um crédito por assinatura, nomeadamente, garantias bancárias, crédito documentário, aval, fiança e outras garantias, e ainda, procura equiparar às operações de crédito à operação de leasing, e todas as operações de locação que estejam associadas uma opção de compra; o art. 7º vem definir meios de pagamentos, como todos os instrumentos, independentemente do seu suporte ou procedimentos técnicos utilizados, que permitem às pessoas a transferências de fundos através, designadamente, dos cheques bancários, *traiveller checks*, os cartões de pagamento de débito e de crédito, transferência bancária, débito direto, aviso de levantamento, cheques avulsos, cadernetas, etc.; e no art. 8º e ss vem nos dizer em que consiste a operação de locação financeira e o respetivo âmbito de aplicação na nossa ordem jurídica. O II título é dedicado à constituição, autorização e cancelamento dos estabelecimentos de crédito na Guiné-Bissau, ao abrigo do qual consagra, no seu art. 13º, o princípio de exclusividade para exercício da atividade bancária definida nos termos do art. 2º e ss., reservado apenas aos bancos autorizados e inscritos como tais, na lista dos bancos ou de estabelecimentos financeiros de natureza bancária, proibindo desta forma a quem esteja nem autorizado e nem inscrito nesta lista a prevalecer da qualidade de banco, nem criar aparência de gozar dessa qualidade, utilizando a expressão de banco, banqueiro, bancário na sua denominação ou atividade comercial, sem qualquer novidade em relação a LRB (sobre a regulamentação da LRB 4/2008 no que tange, entre outros, a natureza jurídica e as operações e serviços, veja-se *Instruction n° 011-12/2010/rb relative au classement, aux opérations et a la forme juridique des établissements financiers a caractere bancaire*).

⁷⁶¹ Vide arts. 3º e 5º da LRB e arts. 2º a 5º da LRB 4/2008.

⁷⁶² Então, pelo menos, operava, o Banco Comercial autorizado na República da GB, a exercer atividade comercial, sob forma jurídica de uma Sociedade Anónima por DL n.º 7/89, publicado no Suplemento ao BO n.º 45, de 10 de Novembro de 1989; o Banco de Crédito Nacional autorizado a operar como instituição financeira com funções de Banco Comercial e de Banco de desenvolvimento económico por intermédio de Decreto n.º 12/90, publicado no BO n.º 31, de 30 de Julho de 1990 e, extinto, por conseguinte, por Decreto n.º 14/91, publicado no Suplemento ao BO n.º 30, de 31 de Julho de 1991. Mais tarde, precisamente um ano depois, por intermédio do Decreto n.º 31/91, de 31 de Dezembro, art. 3º, a Sucursal do

Banco Totta & Açores foi autorizada a operar no território da GB, por força do Despacho publicado no BO n.º 14, de 6 de Abril de 1992, sendo depois foi criado o Banco Internacional da Guiné-Bissau.

⁷⁶³ Com efeito, prevê no art. 15º que o pedido da referida autorização deve ser dirigido ao Ministro das Finanças e entregues no BCEAO, e aí seguem os trâmites para verificar as condições e menções obrigatórias referidas nos termos dos arts. 25º, 26º, 29º, 34º e 36º, e mediante parecer prévio favorável da Comissão Bancária da UEMOA, a autorização é conferida mediante Despacho do Ministro das Finanças, art. 16º. Já, entretanto, para abrir nova sucursal ou filial, bastava uma declaração de intenção dirigida à Comissão Bancária e entregue ao BCEAO, que deve, por seu turno, enviar uma cópia ao Ministro das Finanças para dar conhecimento apenas, art. 18º. Igualmente, o cancelamento segue o mesmo trâmite da autorização, conforme os dispostos ao abrigo do art. 20º e ss. (vide *Instruction n° 012-12/2010/rb fixant les modalités d'obtention de l'agrement en qualite de banque ou d'etablissement financier a caractere bancaire, par les filiales d'un etablissement de credit ayant fait l'objet de retrait d'agrement, Instruction n° 015-12/2010/rb fixant les conditions d'exercice des activites d'intermediaire en operations de banque, Instruction n° 017-04/2011 etablissant la liste des documents et informations constitutifs du dossier d'agrement en qualite d'etablissement de credit, Instruction n° 018-04/2011 etablissant la liste des documents et informations constitutifs du dossier de declaration d'intention d'installation dans le cadre de l'agrement unique*, e outros atos complementares relativos às exigências dos documentos e informações que devem integrar o dossier de alteração da estrutura dos acionistas do banco, sobre fusão e cisão, sobre as alterações referentes a natureza jurídica, denominação social ou comercial do banco, bem como sobre pedido de autorização para extensão das atividades dos estabelecimentos financeiros às atividades de caráter bancário, respetivamente pela *Instruções BCEAO n.ºs 19 a 22, de Dezembro de 2011*). Quanto à natureza e capital social, prevê-se que revistam a natureza jurídica da sociedade anónima SA, a constituir conforme os procedimentos do AUSCAIE da OHADA, e a fixação do capital social mínimo deve-se conformar com a resolução do Conselho de Ministro da UEMOA, em derrogação da regra geral do capital social mínimo de FCFA: 10.000.000 (dez milhões) previsto no AUSCAIE da OHADA para SA. Entretanto, neste preciso momento, o referido Conselho de Ministros resolve fixar para mínimo de FCFA: 10.000.000.000 (dez biliões), a subscrever efetivamente em duas fases, sendo a primeira fase fixada para FCFA: 5.000.000.000 (cinco biliões) que os bancos da Guiné-Bissau já cumpriram sem incidentes, e a data limite para a concretização da segunda fase ainda não foi estabelecido pelo Conselho de Ministros da UEMOA (veja-se *Décision du Conseil des Ministres du 17 septembre 2007 et Avis N° 01/2007/RB du 2 novembre 2007 aux banques et établissements financiers relatif au relèvement du capital social minimum des établissements de crédit de l'UMOA et 7. Le capital social minimum est porté, dans une première phase, à cinq (5) milliards pour les banques et à un (1) milliard pour les établissements financiers*). O III título é dedicado aos perfis e regras de condutas dos dirigentes dos bancos, em que no art. 25º vem traçar o perfil de quem pode dirigir, administrar ou gerir um banco, devendo ter a nacionalidade guineense ou de um dos estados da união, e as pessoas que tenham antecedentes criminais sobretudo nas matérias de delitos económicos, fraudes, furtos, burlas, peculato, corrupção, falência fraudulenta, branqueamento de capital, etc, estão interditas a exercer essas funções, art. 26º e ss., e neste título, existe ainda uma importante novidade relacionada com o preceituado ao abrigo do art. 29º, que obriga os bancos a depositarem e manterem atualizadas lista das pessoas que exerçam funções de direção, administração e gerência dos bancos e das suas agências, na Comissão Bancária e na Conservatória do Registo das Sociedades Comerciais, que por seu turno se vincula, no prazo de oito dias, a remeter essa lista ao Procurador-Geral da República, art. 29º (Neste sentido, vide *Comission Bancaire – Circulaire n.º 005-2011/CB/C/CB, relative a la gouvernance des établissements de credit de UMOA*, na qual se destaca a obrigatoriedade da integração na estrutura orgânica dos bancos dos seguintes órgãos: da Assembleia geral como instância que reúne todos os acionistas e detentor dos assuntos ligados às ações do banco, art. 516º e ss. e do AUSCAIE da OHADA; do Conselho de Administração como órgão deliberativo e conceção do banco dentro do limite do objeto social do banco, art. 416º e ss. do AUSCAIE da OHADA; os mandatários nomeados conforme a AUSCAIE da OHADA, v.g, art. 436º e ss. do AUSCAIE da OHADA; órgão de direção geral e executivo do banco, com orgânica própria aprovada, assegurado por um Director Geral/Presidente Director Geral, pessoa singular nomeada por CA, art. 462º e ss. e 485º e ss. do AUSCAIE da OHADA, e um órgão de controlo denominado Comité de Auditoria, que integra sistema e mecanismo de controlo interno do banco. Assim, em especial, um instrumento regula a competência desses órgãos nos termos do art. 4º e ss. Com efeito, a *Comission Bancaire*, por intermédio de *Circulaire n.º 002-2011/CB/C*, vem precisar as condições de exercício das funções dos administradores e dos dirigentes dos bancos, art. 1º e ss., e para garantir maior cumprimento da lei bancária, os bancos

A LRB 1997 e a LRB 4/2008 padecem de gravíssimas insuficiências, ligadas à falta de delimitação do conceito e à ausência de delimitação do seu conteúdo e extensão, nomeadamente em consideração aos problemas atuais que o sigilo bancário enfrenta, nem se preocupando em regularizar com precisão os aspetos atinentes à determinação do âmbito pessoal ou subjetivo e do âmbito material ou objetivo do sigilo bancário.

Neste sentido, quer a LRB 1997, quer a LRB 4/2008 não trouxeram inovações com relação à antiga lei das instituições financeiras e a lei orgânica do Banco Central da Guiné-Bissau, na estrita medida em que estes diplomas limitavam-se a considerar salvaguardado pelo dever do sigilo bancário, as operações ligadas aos depósitos, empréstimos e outras operações desenvolvidas no BNGB. Tal não abrangia suficientemente as outras instituições de crédito a operar no país, deixando-as - assim como as operações por elas praticadas e o sistema financeiro em geral - sem proteções jurídicas.

Estes estados de coisas, aliados sobretudo às situações desfocadas atinentes às graves insuficiências do regime jurídico que a nossa então LRB e a atual LRB 4/2008 apresentam, tornam estimulante e premente a presente empreitada direcionada à construção de um verdadeiro regime jurídico do sigilo bancário quanto ao seu conteúdo e à sua extensão na ordem jurídica guineense.⁷⁶⁴

são obrigados a comunicar a lista dos dirigentes ao *Registre du Commerce et du Crédit Mobilier* (RCCM), Comissão Bancária e a Direção Nacional do BCEAO, devendo conter informações referentes às identidades completas de cada dirigente, sua nacionalidade, eventual derrogação, a sua função, se é ou não acionista e a data do início da sua função, arts. 6º e 7º. Igualmente, qualquer modificação havida neste âmbito, posteriormente, deverá ser comunicada à Comissão Bancária e à Direção Nacional do BCEAO, art. 8º). E no art. 30º consagra a importante regra de conduta dos dirigentes, administração, e gerência dos bancos, e aos respetivos colaboradores.

⁷⁶⁴ Já o IV título da nova LRB guineense - referente ao regime jurídico - compreende VI capítulos, sendo os I e II capítulos referentes à forma jurídica e capital social e reserva requeridas aos bancos, art. 31º e ssº, já os III e IV capítulos são dedicados a autorizações diversas respeitantes designadamente a alterações da natureza, nome ou firma comercial, mudanças da sede social, fusão, dissolução e cisão, art. 39º e ss., bem como as operações interditas aos bancos e aos seus dirigentes, art. 43º e ss., já, entretanto, os V e VI capítulos referem a contabilidade e a informação do BCEAO e da Comissão Bancária, a destacar, entre outras, a obrigatoriedade dos bancos prestarem informações às autoridades de supervisão e do controlo, v.g., o BCEAO e a Comissão Bancária, art. 50º e ss., e com destaque para último parágrafo do art. 53º relativo a inoponibilidade do sigilo bancário em relação ao BCEAO, à Comissão Bancário e à autoridade judiciária no âmbito exclusivo do processo-crime, e a obrigatoriedade de adesão à APBEFGB. Já o V título é dedicado às imposições da UEMOA, art. 56º e ss., com destaque para a vinculação dos bancos às decisões da UEMOA, do BCEAO e da Comissão Bancária, e que tais decisões, pelo menos, no domínio da matéria bancária, são de vinculação e de execução automática na GB, arts. 57º e 58º. O VI título dedica-se a matéria do controlo dos estabelecimentos de crédito e proteção dos depositantes densificados nos capítulos I e II, tais como adoções das medidas de saneamentos dos bancos, arts. 59º e ss.. O VII título é dedicado às sanções disciplinares e penais, nos seus capítulos I, II e III, arts. 66º e ss., e com especial enfoque para incriminações e sanções penais para os casos de violações do dever do sigilo bancário plasmado ao abrigo do art. 30º, último parágrafo, art. 70º, último parágrafo. Ainda, a presente LRB 4/2008 trouxe importante novidade com a previsão no seu VIII título das disposições relativas aos processos coletivos de apuramento de passivo, art. 84º e ss., em gesto repetitivo das soluções já constantes do *Acto Uniforme relativo ao Processo Colectivo de Apuramento do Passivo* da OHADA,

Contudo, não devemos olvidar da propensa tendência atual de compressão do seu conteúdo em face da necessidade de enfrentar e combater os problemas ligados à administração tributária, interesse da realização da justiça, combate ao tráfico de drogas, branqueamento de capitais e terrorismo internacional, para as quais temos as diversas perspectivas comparatísticas, anteriormente analisadas, com referência particular ao regime jurídico e à solução vigente no Direito estrangeiro, v.g., nos PALOP e Portugal. Mais precisamente, à luz do RGICSF, art. 78º e ss., não só pelos laços históricos e culturais que unem os dois países - dado que o Direito Português constitui matriz e apanágio de quase todo universo da ordem jurídica guineense - e porque o RGICSF comporta uma regulamentação, embora não assume total perfeição, mas muito mais evoluída em comparação com os demais diplomas e sistemas acima analisados, designadamente no que se refere aos aspetos nucleares do regime jurídico do sigilo bancário, tais como o seu âmbito pessoal e substancial, assim como a extensão e delimitação do seu conteúdo e um contributo político, doutrinário e jurisprudencial riquíssimo sobre o tema sigilo bancário.

De facto, além de se tratar de matéria inserida no âmbito da competência de regulamentação bancária legal da UEMOA, sem olvidar das soluções vigentes nas regras de carácter geral, tais como Código Civil - CC, Código de Processo Civil - CPC, Código Penal - CP, Código de Processo Penal, e outras disposições legais relativas as protecções do sigilo profissional. No seu âmbito a guarida conferida ao sigilo bancário encontra-se largamente inserida como modalidade do sigilo profissional.

Todavia, a então LRB de 1997 e a LRB 4/2008, dado que existem aspetos nucleares conformadores do regime jurídico do sigilo bancário que não deveriam ser ignorados e nem passar despercebidos, por isso, não satisfazem:

i. A fixação do âmbito pessoal e substancial do sigilo bancário: neste ponto, entendemos que a então LRB, art. 19º, e a LRB 4/2008, art. 30º⁷⁶⁵, não precisaram o conteúdo do sigilo bancário, i.e., o *quid* sobre o qual recaia o dever de guardar informação, bem como a sua insuficiência na determinação dos sujeitos passivos e ativos do sigilo bancário, ou seja, não compreenderam a importância de determinação dos sujeitos titulares de direitos e as suas obrigações no âmbito do resguardo do sigilo bancário.

permitindo assim, em caso de falência dos bancos, a sua recuperação, nomeadamente através processos preventivos, de recuperação judicial e de liquidação de bens nos termos definidos no art. 84º e ss. E, por fim, o IX e último título é dedicado às disposições diversas e transitórias, nos seus capítulos I e II, referem as outras sanções penais, os regulamentos internos de execução da presente devem passar pelo parecer prévio do BCEAO, bem como as normas revogatórias, designadamente das disposições contrárias da Lei n.º 10/97, LRB, relativa à regulamentação bancária, art. 112º e 114º.

⁷⁶⁵ Veja-se a mesma solução no art. 30º da LRB-Benin, da LRB-Burkina Faso, da LRB-Togo, da LRB-Mali, da LRB-Costa de Marfim, I, da LRB-Senegal, e da LRB-Niger. As críticas acima são extensíveis a estas legislações.

ii. A anterior LRB e a LRB 4/2008 ignoram absolutamente a questão dos limites e as necessárias derrogações ao conteúdo e a extensão do sigilo bancário. Mais precisamente, demonstraram uma certa insensibilidade para com a questão do sigilo bancário face aos problemas que enfrenta, sua preponderância ou não, face às exigências da administração fiscal e luta contra a evasão fiscal ou ao interesse da administração da justiça, do branqueamento de capitais e a luta contra terrorismo internacional, etc⁷⁶⁶.

A anterior LRB e a LRB 4/2008 não fixaram nem clarificaram, suficientemente, a questão da competência e da legitimidade, para requerer e para decretar a quebra ou derrogação do sigilo bancário. A esta insuficiência, acresce-se a complexidade, gerada com a entrada em vigor da nova LRB4/2008, sobretudo quando dispõe que o sigilo bancário é inoponível não só ao BCEAO, à Comissão Bancária, mas também às autoridades judiciais no âmbito do processo-crime, conforme art. 53º, último parágrafo, contrariamente da solução constante do art. 42º da LRB, em que se previa que o sigilo bancário é inoponível às autoridades judiciais no âmbito⁷⁶⁷ do processo-crime.

iii. A partir da breve referência da LRB, às situações de inoponibilidade do dever do sigilo bancário ao abrigo do art. 42, 4º parágrafo, na qual apenas se destacam o Banco Central – BCEAO, a Comissão Bancária, e a autoridade judicial no âmbito do processo criminal, não se consegue vislumbrar qualquer possibilidade de inoponibilidade do sigilo bancário aos dirigentes bancários, empregados, empregados a título temporário, estagiário ou sujeitos ao período experimental, mandatários e representantes dos clientes bancários e dos bancos.

A LRB, no seu art.43º, deixa subentender, de que existe a possibilidade de inoponibilidade do sigilo bancário aos Correios da Guiné-Bissau e Telecomunicação, quanto às operações dos serviços financeiros e de cheques postais. Com efeito, caucionou questões e dúvidas intermináveis sobre a sua necessidade e a justificação. De igual modo, resulta da atual lei LRB 4/2008, aplicável aos bancos, que o sigilo bancário não é oponível nem ao BCEAO, nem à Comissão Bancária e nem à autoridade “judiciária” no âmbito do processo-crime, conforme art. 53º⁷⁶⁸, última alínea, e também aos Correios e Telecomunicação, no art. 54º.

iv. Tanto a anterior LRB como a LRB 4/2008 não se preocupam em fixar a importante questão, relativa à duração do sigilo bancário, i.e., quando começa e cessa o dever do sigilo bancário, mais

⁷⁶⁶ Cf. Júlio de Castro Caldas, «Sigilo Bancário: problemas actuais», *op. cit.*, p. 39.

⁷⁶⁷ Correspondente ao conteúdo do art. 53º da LRB-Benin, da LRB-Burkina Faso, da LRB-Togo, da LRB-Mali, da LRB-Costa de Marfim, I, da LRB-Senegal, e da LRB-Niger.

⁷⁶⁸ Por esta razão, liminarmente, somos de parecer favorável, de que a referência e a ressalva que o art. 30º, 2º parágrafo faz relativamente ao art. 58º da LRB 4/2008 está deslocada, e por conseguinte, torna-se necessária a sua interpretação corretiva, por forma a corresponder a remissão ou a ressalva da situação excepcional de inoponibilidade do sigilo bancário, prevista ao abrigo do art. 53º, último parágrafo. Voltaremos a este tema ulteriormente.

precisamente a determinação do *timing* durante o qual os bancos e os seus empregados estão vinculados ao dever do sigilo bancário.

v. Com a punição da violação do sigilo bancário, por pena de multa e de prisão à luz do art. 50º da então LRB e do art. 70º da LRB 4/2008, estes diplomas legais vêm caucionar dúvidas existentes relativas à possibilidade de duplicação de sanções penais para os casos de violações do dever do sigilo bancário e das respetivas naturezas, sobretudo perante concurso de norma com a previsão e estatuição do CP, art. 142º e 143º, sendo àquelas especiais em relação a estas.

vi. Não precisaram e nem diferenciaram a questão da violação do sigilo bancário por revelação e por aproveitamento.

vii. Ambas as LRB silenciaram-se sobre a questão de equiparação ou não das pessoas coletivas às pessoas singulares para efeito de imputação do benefício ou direito de proteção do sigilo bancário.

viii. Ambas as LRB não cuidaram de regular aspetos tangentes à possibilidade do consentimento ou da autorização legal ou do próprio cliente para permitir o acesso às informações e dados pessoais ligados à conta e operação bancária.

ix. Enfim, a anterior LRB limita-se apenas a fixar nos termos do art. 19º aspetos gerais de proibição de revelação não autorizada pela lei ou cliente bancário, de informações relativas à conta e operações bancárias, e não contém um critério exigente que possibilitasse a determinação do seu âmbito subjetivo nem do seu objeto, etc... A mesma conclusão se retira das injunções do art. 30º da LRB 4/2008.

Assim sendo, as limitações, reservas e interrogações que ambas as LRB apresentam, quanto ao regime jurídico do sigilo bancário na ordem jurídica guineense, constituem apenas um ponto de partida para o desenvolvimento de estudos direcionados a equacionar soluções que visem, no essencial, a construção *ex novo*, de um regime jurídico do sigilo bancário na ordem jurídica guineense ancorado nas legislações legais aplicáveis e na boa prática bancária.

De facto, existem vantagens e desvantagens na anterior e na nova LRB, sendo que ambos os diplomas legais representam um tímido avanço e mérito em relação ao quadro jurídico anteriormente vigente, efetuando, pela primeira vez, referência expressa e genérica ao dever do sigilo profissional bancário; traçando um esquema sinóptico, como ponto de partida, para aquilatarmos questões e problemas e, por conseguinte, equacionarmos as respetivas soluções no âmbito da prática, do giro bancário em geral e das operações bancárias em concreto; contribuem, desta forma, para granjear mecanismos de tutela das pessoas, de confiança e o crédito do público nas instituições e nos serviços bancários, mesmo apesar de

apresentarem, ambos, lacunas nos diplomas legais, não deixando de fixar - ainda que de forma diminuta - o âmbito pessoal e objeto do sigilo bancário, bem como a possibilidade de sua derrogação apenas em matéria de processo judicial/judiciário referente à matéria criminal. Assim como algumas situações de sua inoponibilidade e as correspondentes sanções em caso de violação do sigilo bancário, art. 19º, art. 42º, 4º parágrafo, e art. 50º da LRB de 1997, e arts. 30º, 53º e 70º da LRB 4/2008.⁷⁶⁹

Em todo o caso, deve-se realçar que o regime jurídico do sigilo bancário não é exclusivo dos dois diplomas legais de regulamentação bancária, informando todas as disposições de caracteres legais e regulamentares provenientes das autoridades legislativas nacional ou internacionais, da autoridade administrativa e executiva, da autoridade de supervisão bancária ou BCEAO, das Associações dos Bancos, entre nós, a APBEFGB. Estas devem atender, para o exercício e operações bancárias, às regras respeitantes às competências técnicas, às diligências, às lealdades e discrições, ao dever de informação, à necessidade da defesa de concorrência, mais precisamente as regras de condutas. Tais correspondem a exigências situadas nas órbitas da ética, da moralidade e da deontologia profissional, passando para o plano legal e normativo, sobretudo quando a esfera legal lhes confere caráter coactivo, em caso da sua violação e, conseqüentemente, leva aplicação de várias sanções possíveis, como sejam as administrativas, disciplinares, civil, e até penal.

3. A vinculação e extensão

Ao abrigo da LRB, estão vinculados ao dever de sigilo bancário os dirigentes e funcionários dos bancos e estabelecimentos financeiros, as autoridades de supervisão e de controlo, relativamente aos dados e informações que tiverem conhecimento no exercício das suas funções, art. 19º.

Entretanto, já no art. 42º da LRB, a par da regra geral derogatória ao sigilo bancário, decorrente do consentimento expresso ou tácito⁷⁷⁰ do cliente bancário para que os seus dados sejam utilizados e difundidos a terceiros, desde que, tal autorização tácita revele conteúdo suficiente que permita ao banco determinar o seu fim e o limite, estabelecendo assim várias situações derogatórias ao dever de sigilo bancário, nomeadamente quando estejam em causa as instituições financeiras, funcionários, BCEAO – enquanto banco central e autoridade de regulação e de supervisão bancária - a Comissão

⁷⁶⁹ Vide arts. 30, 53º e 70º da LRB-B, da LRB-BF, da LRB-T, da LRB-Ma, da LRB-CI, da LRB-S, e da LRB-N.

⁷⁷⁰ Contra o nosso entendimento, sublinha Paula Barbosa, que o consentimento em causa deve ser expresso e inequívoco, quanto aos limites da quebra de sigilo bancário que pretende autorizar. Cf. Paula Barbosa, «Do valor do sigilo – O sigilo bancário...», *op. cit.*, p.1239.

Bancária e a autoridade judicial no âmbito de processo-crime⁷⁷¹.

As regras dos artigos 19º, 42º e 50º da acima LRB guineense, referentes a matéria de sigilo bancário, são igualmente extensíveis às Instituições Mutualistas ou Cooperativas de Crédito e Poupança, por força dos artigos 6º e 8º, da Lei n.º 11/97, de 2 de Dezembro de 1997, que aprovam os seus respetivos regimes gerais⁷⁷².

Por seu turno, dispõe o art. 58º da Regulamentação dos Sistemas Financeiros Descentralizados, aprovado pela Lei n.º 9/2008, de 26 de Agosto de 2008⁷⁷³, que o sigilo profissional é inoponível ao Ministro das Finanças, ao BCEAO, à Comissão Bancária e ao tribunal no âmbito de processo penal. Porém, ao contrário *sensu*, conforme esta lei, a regra continua a ser a de oponibilidade de sigilo bancário a todos, com a exceção das que vêm expressamente mencionadas neste preceito. Em caso de infração à regra, constante nos termos do art. 58º, o infrator sujeita-se às punições de aviso, censura, suspensão ou até a destituição, art. 70º e ss.

Igualmente, existe a proteção ao sigilo bancário ao abrigo da Convenção que cria a Comissão Bancária e o respetivo anexo, quando dispõe no seu art. 7º, que os Membros da Comissão Bancária e as pessoas que contribuem para o seu funcionamento - nomeadamente os dirigentes, seus funcionários e auditores - estão vinculados ao sigilo profissional bancário.

A então LRB guineense - diferentemente do RGICSF em Portugal - regulou de forma incompleta o regime do sigilo bancário nos termos do art. 19º, devendo, o legislador comunitário e interno equacionarem uma proteção do sigilo bancário enquanto valor mediante a densificação do seu regime jurídico numa perspetiva de *jure condendo*⁷⁷⁴.

⁷⁷¹ O RGICSF contém ainda outras situações derogatórias ao sigilo bancário respeitantes a necessidade e o dever de colaboração com outras entidades ou outros países, arts. 81º a 83º.

⁷⁷² Publicada no Suplemento ao BO n.º 48, de 02 de Dezembro de 1997, p. 38 e ss.

⁷⁷³ Publicada no Suplemento ao BO n.º 34, de 26 de Agosto de 2008.

⁷⁷⁴ Salvo melhor opinião, somos assim de parecer favorável de que, em Portugal, o núcleo duro do regime jurídico do sigilo bancário continua a ser regulamentado pelo RGICSF, não obstante a entrada em vigor do DL n.º 317/2009, de 30 de Outubro, que transpôs para o direito interno português a Diretiva 2007/64/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Novembro de 2007 (Pub. no JO da EU de 5/12/2007), relativo aos serviços de pagamento no mercado interno, que altera a Diretiva 97/7/CE; a Diretiva 2002/65/CE; a Diretiva 2006/48/CE e revoga a Diretiva 97/5/CE, que corresponde ao atual regime jurídico da implementação de SEPA (*single euros payments area*) ou Área Única de Pagamentos em Euros. Pois, o DL n.º 317/2009, dedicou apenas dois preceitos à questão do sigilo bancário, artigos 37º sobre o sigilo profissional e cooperação, e o art. 38º, relativo à sanção aplicável em caso de violação do dever do sigilo bancário. Assim sendo, o regime do sigilo bancário deve conformar-se com as soluções constantes no RGICSF, mas também observar o disposto nos termos do art. 37º do DL n.º 317/2009, impondo assim algumas adaptações do regime do sigilo bancário previsto no RGICSF ao regime do DL n.º 317/2009, assim manda aplicar ao BP o regime dos artigos 80º a 82º do RGICSF. Entretanto, o RGICSF

Contudo, tal oportunidade não foi utilizada pelo legislador comunitário e nacional, devido à aprovação da nova LRB 4/2008, aplicável aos bancos e às suas operações, tendo reiterado o conteúdo e o âmbito pessoal e material do sigilo bancário, art. 30º, as situações de inoponibilidades, art. 53º, último parágrafo, e as respetivas sanções penais, art. 70º, em moldes idênticos à então LRB, não representando, por isso, nenhuma evolução significativa quanto ao regime e a proteção do sigilo bancário no setor bancário.

Não obstante, procuremos estabelecer, à luz da configuração geral do sigilo bancário na ordem jurídica bancária, mais precisamente à luz da então LRB de 1997 e da LRB 4/2008, usos do comércio jurídico bancário e dos contratos bancários, da estrutura e do regime jurídico do sigilo bancário quanto à sua dimensão subjetiva e substantiva, nos moldes que se seguem.

4. A dimensão subjetiva do sigilo bancário

Procuraremos determinar, tendo por base ambas as LRB, o alcance e o âmbito subjetivo ou pessoal, bem como da vinculação do sujeito passivo ao dever do sigilo bancário⁷⁷⁵.

Assim sendo, o preceituado ao abrigo do art. 19º da LRB 1997 rezava que “Os candidatos à direcção, gestão ao controlo ou funcionamento dos bancos e dos estabelecimentos financeiros são obrigados ao

consagra a regra de inoponibilidade de sigilo bancário ao BP justificada na necessidade de cooperação e partilha de informações com as autoridades de supervisão dos Estados Membros da UE, BCE, bancos nacionais, outras entidades de supervisão mencionada prevista na lei comunitária, as autoridades públicas encarregues de supervisão dos sistemas de pagamento e de liquidação, bem como as entidades referidas nos termos da Diretiva n.º 95/46/CE, do PEC, de 24 de Outubro, e da Diretiva n.º 2005/60/CE, do PEC, de 26 de Outubro, e as entidades referidas nos diplomas nacionais e comunitários aos prestadores de serviços de pagamentos, à proteção das pessoas singulares quanto ao tratamento dos dados pessoais e as que se inserem no âmbito de luta contra branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, art. 37º, n.º 2, 3 e 4, als. a) e b), do DL n.º 317/2009. No âmbito do RGICSF, infere-se que a evolução subsequente foi sempre marcada por um recuo progressivo do perímetro de proteção do conteúdo positivo do sigilo, perante quem devia protegê-lo - o Estado, por alegadas necessidades policiais e de fiscalidade. Cf. Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 361. Ibidem, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», cit. p. 28.

⁷⁷⁵ Augusto de Athayde e Duarte de Athayde, preferem a qualificação destinatária inicial do dever do sigilo bancário, como sejam pessoas indicadas ao abrigo do art.30º da nossa LRB, órgãos de gestão, colaboradores, mandatários, prestadores de serviços ainda que ocasional. E os destinatários subsequentes, como sejam autoridades de supervisão e controlo, BCEAO e demais entidades que trocam informações com os bancos. Cf. Augusto de Athayde e Duarte de Athayde, *Curso de Direito Bancário*, Vol. I., 2ª ed., p. 397 e ss.

sigilo profissional, sob reserva das disposições do art. 24º, último parágrafo”⁷⁷⁶.

Por seu turno, numa redação menos conseguida, comparativamente com a então LRB, reza o art. 30º da LRB 4/2008, o seguinte: “As pessoas que fazem parte da direcção, administração, gerência, controlo ou funcionamento dos estabelecimentos de crédito estão obrigadas pelo segredo profissional, salvo disposto na última alínea do art. 58º”⁷⁷⁷.

Por esta via, ambos os diplomas legais definem, de forma diminuta, vaga e até embaraçosa, a estrutura e a dimensão subjetiva e pessoal do sigilo bancário na ordem jurídica guineense. Porém, em todo o caso, deve-se indagar sobre os conteúdos deslocados das últimas partes de ambos os diplomas legais referentes às ressalvas previstas ao abrigo dos arts. 19º da LRB e art. 30º da LRB 4/2008, i.e., quando o art. 19º preceitua que, “(...) sob reserva das disposições do art. 24º, último parágrafo”. Com efeito, essa última parte não poderia ter outro conteúdo e alcance senão no sentido de ressaltar as situações de inoponibilidades do sigilo bancário correlação às entidades previstas ao abrigo do art. 42º. Por esta razão, somos de opinião favorável de que se deve efetuar a interpretação ab-rogante do preceito em referência, por forma a corresponder com o seguinte conteúdo do art. 19º, *in fine*, “(...) sob reserva das disposições do art.42º, último parágrafo, da LRB”⁷⁷⁸.

De igual modo, sugerimos a interpretação ab-rogante do art. 30º, 1º parágrafo, *in fine* –“... salvo disposto na última alínea do art.58º”, referente à ressalva efetuada ao abrigo do art. 58º da LRB 4/2008, por não corresponder à real intenção no legislador nem a finalidade da referida ressalva. Temos, por essencial, que a referida ressalva deveria corresponder ao preceituado ao abrigo do art. 53º referente à situação excecional de inoponibilidade do sigilo bancário, passando assim a comportar o seguinte

⁷⁷⁶ A remissão efetuada na parte final do primeiro parágrafo do art.19º (sublinhado nosso) para o último parágrafo do art.24º configura-se deslocado, por isso sugerimos a sua interpretação correctiva, no sentido de corresponder a remissão para o art.42º.

⁷⁷⁷ Neste sentido, afirma Mr. Sakho, “La loi bancaire, art. 30al 1 oblige les dirigeants et les employés à ne point dénoncer les secrets qu’on leur confie en ces termes : «direction, à l’administration, à la gérance, au contrôle ou Les personnes qui concourent à la direction au fonctionnement des banques et des établissements financiers, sont tenus au secret professionnel, sous réserve des dispositions de l’art. 53, dernier paragraphe” (*Cours sur le droit bancaire pour découvrir l’origine, les fonctions et le droit qui régit les banques, in Justice-droit*, publicado em 10 abril de 2014). Os referidos órgãos dos bancos, bem como os respetivos administradores e dirigentes e as suas funções e competências vêm definidos na *Circulaire n.º 005-2011/CB/C/CB, relative a la gouvernance des établissements de credit de UMOA*, na qual se destaca Assembleia-geral, art. 1º e art. 516º e ss do AUSCAIE da OHADA; Conselho de Administração, art. 1º e art. 416º e ss. do AUSCAIE da OHADA; os mandatários nomeados conforme AUSCAIE da OHADA, v.g, art. 436º e ss. do AUSCAIE da OHADA; órgão de direcção geral e executivo do banco, Director Geral/Presidente Director Geral, art. 1º, art. 462º e ss. e 485º e ss. do AUSCAIE da OHADA, e um órgão de controlo denominado Comité de Auditoria, que integra controlo interno do banco.

⁷⁷⁸ Ulteriormente, voltaremos a esta questão.

conteúdo: art. 30º “(...) salvo disposto na última alínea do art.53”⁷⁷⁹.

Voltamos agora à questão de fixação da estrutura e da dimensão subjetiva e pessoal do sigilo bancário na ordem jurídica guineense. Não obstante a exiguidade do conteúdo de ambos os diplomas legais nesta matéria, nada impede, que a partir de suas referências genéricas possamos vislumbrar que, quer a LRB de 1997, quer a LRB 4/2008 sejam interpretadas, complementadas e densificadas por outras disposições internas de carácter administrativo e regulamentar, tais como usos, estatutos, regulamentos, circulares, instruções, avisos e convenções bancárias. Com efeito, somos de opinião favorável de que devemos interpretar, ambos os diplomas legais, no sentido de admitir que o sigilo bancário vincula e se impõe, além do órgão de gestão, os gerentes, dirigentes, a autoridade de controlo, fiscalização e supervisão bancária, todas as demais pessoas ou entidades que prestam serviços com carácter permanente ou temporário ou experimental ou em regime de estagiário às instituições de crédito e as sociedades financeiras, mais precisamente abrange:

i. As autoridades de supervisão, controlo e de fiscalização bancária, nomeadamente:

- Os dirigentes, Diretor Nacional e funcionários ou pessoas contratadas que exercem funções ou missões no âmbito do BCEAO, a título permanente ou temporário ou ocasional, no âmbito de suas missões de regulação, fiscalização e supervisão permanente do exercício da profissão e da operação bancária. Com efeito, todas as informações obtidas no âmbito das suas funções respeitantes à vida das instituições de crédito e relações com os seus clientes devem ser mantidas sob absoluta discrição e fora do alcance de pessoas estranhas ou de terceiros, conforme art. 5º dos Estatutos do BCEAO e art. 19º da então LRB e art. 30º da LRB4/2008;

- A Comissão Bancária da UEMOA⁷⁸⁰, os respetivos auditores, os dirigentes e os seus funcionários, referentes às informações obtidas no âmbito das suas responsabilidades do controlo, inspecções, de auditoria e da supervisão bancária e das suas operações e serviços. Neste sentido, reza o art. 7º do Anexo à Convenção que cria a Comissão Bancária, que os Membros⁷⁸¹, os dirigentes e os funcionários da Comissão Bancária estão vinculados ao sigilo profissional bancário⁷⁸².

⁷⁷⁹ Vide arts.30º e 53º da LRB-B, da LRB-BF, da LRB-T, da LRB-Ma, da LRB-CI, da LRB-S, e da LRB-N.

⁷⁸⁰ Pelas Resoluções n.º 27 e 28/2007, aprovou-se a Convenção que regula a Comissão Bancária da UMOA e o respetivo anexo (ambos publicados no 4º Suplemento ao BO n.º 8, de 29 de Fevereiro de 2008).

⁷⁸¹ Os Membros da Comissão Bancária estão regulados ao abrigo do art. 2º e ss. do Anexo à Convenção que cria a Comissão Bancária, composta pelo Governador do Banco Central, que preside à mesma, um representante designado por cada Estado Membro da União, devendo ser de preferência o Diretor do Tesouro ou responsável da direção de tutela dos estabelecimentos de crédito, um representante do Estado que assegura a garantia da convertibilidade da moeda comum, e membros nomeados pelo Conselho de Ministros da UMOA.

⁷⁸² Vide arts. 19º da então LRB e 30º da LRB 4/2008.

- A APBEFGB⁷⁸³, pelas informações privilegiadas, obtidas no desempenho das suas funções, inseridas no âmbito das concertações e resoluções dos eventuais litígios entre os seus membros. De facto, impõe-se a todas as instituições que intervenham, v.g., no domínio de fiscalização do cumprimento e da conformidade dos atos dos órgãos dos bancos às regras da administração, gestão, legais, estatutárias, deliberações da Assembleia Geral, procedimentos de créditos e de outras operações, bem como conformidades das regras técnicas, contabilísticas e deontológicas. Com efeito, todos sem exceção estão vinculados a dar a devida guarida ao sigilo bancário quanto às informações e dados dos clientes bancários que lhes advenham a título e no âmbito de exercício das suas funções.

ii. Aos acionistas e membros do Conselho de Administração dos bancos, incluindo o seu Administrador-geral, o Presidente, os Administradores do banco e das sociedades financeiras.

A vinculação do sigilo bancário ao CA, Administrador-Geral e aos Administradores, justifica-se no peso deste órgão de gestão bancária, sobretudo nas tomadas de grandes decisões relativas à gestão do banco, sobretudo nas operações de intermediações de crédito, a partir das quais obtenham informações relativas à vida da instituição e dados pessoais dos clientes ligados às contas e às operações. Foi nesta base que a OHADA, por intermédio do seu ato jurídico único denominado Ato Uniforme Relativo ao Direito das Sociedades Comerciais e ao Agrupamento de Interesse Económico (AUSCAIE)⁷⁸⁴, dispõe, no art. 455º que os membros do CA - bem como quaisquer pessoas convidada a participar nas reuniões do CA - devem guardar sigilo profissional relativamente às informações de carácter confidencial colhidas na referida reunião.

Como tal, a referida guarida ao dever do sigilo bancário estende-se, designadamente, para outras pessoas que participam das reuniões do CA, como o Director- Geral, os revisores de contas, o síndico,

⁷⁸³ A APBEF-GB é uma pessoa coletiva dotada de personalidade jurídica de direito privado e de utilidade pública, sem fins lucrativos, e goza de autonomia administrativa e financeira. Foi criada em 2006, mas começou a funcionar em 2008, com o propósito de estimular e promover a poupança e o crédito, como instrumento de expansão económica e desenvolvimento do país; elaborar estudos e pareceres sobre assuntos relativos ao exercício da profissão bancária e apresentar ao governo sugestões de interesse geral neste domínio; colaborar com outras associações empresariais nacionais e estrangeiras; promover a formação e o aperfeiçoamento do pessoal bancário; promover a racionalização e coordenar as ações no âmbito da proteção do sistema bancário; arbitrar os diferendos que possam eventualmente surgir entre os membros, intervindo ou designando árbitros ou peritos, quando para tal for solicitada; prestar outros serviços e quaisquer informações aos associados nas áreas do seu objeto; participar na gestão dos organismos que os bancos e estabelecimentos financeiros venham a constituir. Neste preciso momento a APBEF-GB congrega e representa os seguintes associados: Banco da África Ocidental, o Banco Regional da Solidariedade, o Banco Panafricano – Ecobank e o Banco da União. E compreende no âmbito das suas atribuições, os seguintes parceiros internos e internacionais: BCEAO, CCIAS, as instituições financeiras públicas e privadas, instituições congéneres do sistema da UEMOA, as APBEFs de Costa do Marfim, do Senegal, do Mali, do Burkina Faso, do Benin, do Niger e do Togo. Cf. Informação disponibilizada em <http://www.apbefgb.com>.

⁷⁸⁴ Aprovado em 17 de Abril de 1997, publicado no Jornal Oficial da OHADA n.º 2, de 1 de Outubro de 1997.

o secretário, etc... conforme os arts. 717º - 722º e 460º do AUSCAIE⁷⁸⁵.

iii. Aos administradores e dirigentes dos bancos.

Neste sentido, a Comissão Bancária da UEMOA, por intermédio de *Circulaire n.º 002-2011/CB/C*, art. 1º, define que os administradores dos bancos são todas as pessoas singulares membros do CA, pessoas singulares representantes das pessoas coletivas administradoras. Ainda, este diploma regulamentar, toma como dirigentes dos bancos, designadamente o Presidente, Director-geral, Director-geral adjunto, administrador provisório, secretário-geral, responsável de auditoria interna, os conselheiros/assessores, os diretores ou quaisquer outras pessoas que tenham influências notáveis na gestão do banco, responsáveis dos departamentos ou de serviços, responsáveis de agências, da parte de agência, da sede social do banco, etc...

iv. As entidades e pessoas que participam nas verificações, certificações e validações das contas e dos relatórios de contas dos estabelecimentos de crédito, como sejam os revisores de contas e auditores.

No caso particular dos revisores de contas dos bancos, a par da obrigatoriedade das suas convocatórias para participar quer nas reuniões do CA, quer nas reuniões das assembleias-gerais, bem como de acessos às informações e dados relativos ao desempenho das suas funções de verificações e certificações das contas e regularidades de exercícios económicos e sociais das instituições de crédito, para as quais o sigilo bancário não se lhes opõem, art. 694º e ss., e art. 720º, último parágrafo, ambos do AUSCAIE⁷⁸⁶. Por conseguinte, vincula aos revisores de contas ao dever de guardar, sob absoluta discrição, esses dados e informações colhidas no âmbito do exercício das suas funções, art. 717º, do AUSCAIE. Entretanto, cuja violação através de suas divulgações ilícitas, gera a responsabilidade penal e cível dos revisores de contas infratores, art. 725º e ss do AUSCAIE⁷⁸⁷.

⁷⁸⁵ Neste sentido, veja-se Ana Cristina Coimbra (coord.), *OHADA - Tratado e Actos Uniformes - Comentados e Anotados*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, Junho de 2010; ver também o comentário ao art. 455º de Paul-Gérard Pougoué, Josette Nguebou-Toukam e François Anoukha, «Commentaire Acte Uniforme du 17 Avril 1997 relatif droit des sociétés commerciales et du groupement d'intérêt économique», in AA.VV., *OHADA – Traité et actes uniformes commentés et annotés*, 4ª ed., Juriscope, 2012, p. 365 e ss.

⁷⁸⁶ Assim, os revisores exercem as suas atribuições em conformidade com a circular da Comissão Bancária e regras relativas às contas, como o plano contabilístico da SYSCOA e da SYSCO OHADA, este último aprovado por *Acte Uniforme du 24 Mars 2000 Portant Organisation et Harmonisation des Comptabilités des Entreprises*, JO OHADA n.º 10, 20711/2000, p.1 e ss. Vide comentários desse ato uniforme nas vozes de Souleymane Sere e Filiga Michel Sawadogo, «Commentaire de l'Acte uniforme portant organisation et harmonisation des comptabilités des entreprises» in AA.VV., *OHADA – Traité et actes uniformes commentés et annotés*, 4ª ed., Juriscope, 2012, p. 767 e ss.

⁷⁸⁷ Cf. Paul-Gérard Pougoué, *et al*, «Commentaire Acte Uniforme...», *op. cit.*, p.594 e ss.

Constituem limites ao dever do sigilo bancário dos revisores de contas, as informações devidas e transmitidas, por imposição legal, às instâncias judiciárias, como Ministério Público, relativas às irregularidades e inexactidões de contas de exercícios dos bancos colhidas no âmbito das suas funções, art.716º do AUSCAIE.

O Dever do sigilo bancário torna assim extensível aos colaboradores dos revisores de contas, art. 717º do AUSCAIE.⁷⁸⁸

vi. Os representantes e os mandatários dos bancos e das sociedades financeiras

Correspondem as pessoas a quem o banco tenha conferido poderes, à luz do direito permitido, para praticar em seus nomes ou não, por suas contas, podendo importar, a celebração de escritura de compra e venda, dação em pagamento, constituição da sociedade, para assinatura de contrato de empréstimo, para efeito de patrocínio judiciário nos processos judiciais referentes aos bancos, nomeadamente sobre as cobranças e execuções de clientes em incumprimentos e a representação em corpos sociais de outras sociedades participadas pelos bancos em causa. A estes acrescentam-se os comissários, que apesar de não terem contrato de trabalho nem vínculos laborais com os bancos, todavia prestam serviços aos bancos, por força de contrato de mandato comercial, através do qual o mandatário do banco transaciona por conta do banco/mandante, mas em seu próprio nome, i.e., mandato sem representação, em que o mandatário executa assim o mandato, sem a necessidade de menção ao nome do banco/mandante, firmando o negócio em causa em seu próprio nome enquanto principal e única parte do contrato⁷⁸⁹.

vii. Os prestadores de serviços ocasionais, designadamente os empregados de limpeza, os seguranças contratadas em nome individual, de agências ou empresas de seguranças, os responsáveis pela microfilmagem dos documentos e arquivos mortos destinados à destruição, as pessoas incumbidas

⁷⁸⁸ Cf. Sobre revisores de contas, nomeação, condição de exercício, atribuições, mandato e suas articulações com os bancos, Comissão Bancária e BCEAO, *Instruction n° 002-04-2010 relative aux conditions de designation de deux (02) commissaires aux comptes par les établissements financiers a caractere bancaire ne faisant pas appel public a l'epargne*, *Circulaire n.º 004-2011/CB/C, relative aux conditions d'exercice du commissariat aux comptes aupres des etablisements de credit de L'UEMOA*, e *Avis n° 001-05-2010 relatif au mandat des commissaires aux comptes des établissements de crédit de l'UMOA*. Ainda, *Circulaire n.º 003-2011/CB/C, relative a l'organisation du systeme de controle interne des etablisements de credit de L'UEMOA*, regula a organização do sistema de controlo interno, designadamente quanto a evolução dos riscos, riscos de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, riscos operacionais, risco de não conformidade, etc..., art.18º e ss.

⁷⁸⁹ Inclui-se neste âmbito, igualmente, os agentes comerciais vinculados a uma instituição por intermédio de um contrato de comissão ou de agência.

de os destruir, os operadores que instalam, assistem ou reorganizam o sistema informático de gestão bancária e as que trabalham nas áreas de eletrónicas e eletricidades, tais como da instalação e concerto do sistema de frio, o sistema elétrico, o sistema de água, etc...

viii. Os colaboradores e empregados bancários que se encontram em regime do efetivo ou de contrato de trabalho permanente, ou em regime experimental, temporário, a termo certo, vinculam sem exceções ao dever de guardar o sigilo bancário quanto às informações e dados relacionados com os bancos e as relações dos bancos com os seus clientes.

ix. Todas as pessoas, autoridades e entidades que participam nas trocas de informações no âmbito da atividade bancária, tais como distribuidores de valores mobiliários, corretores, sociedades financeiras de notações financeiras, de valores mobiliários, de *factoring e de leasing*, bolsa regional de valores, Serviço de Informação Bancário, Câmara de Compensação interbancária, etc...

x. Todos as pessoas dos serviços dos cartórios notariais e das conservatórias dos registos prediais, sociedades e dos automóveis, incluindo os notários e os conservadores, bem como os serviços matriciais do Ministério das Finanças e demais serviços públicos ou privados que possam aceder as informações bancárias privilegiadas, intimamente ligadas às relações entre os bancos e os seus clientes, no âmbito do desempenho das suas funções, nomeadamente ligados aos impostos de selos, às contribuições industriais, aos reconhecimentos das assinaturas, escrituras públicas das hipotecas e dos respetivos registos, etc. Ademais, além das informações e do conhecimento do conservador e do notário, designadamente relacionadas com as formalizações das operações e serviços bancários, de contratos de créditos, as garantias de operações bancárias. Ainda, a LRB 4/2008 obriga os estabelecimentos de crédito a depositar e manter atualizado junto ao conservador encarregue do registo predial e das sociedades a lista das pessoas que exerçam funções de direção, administração ou gerência do estabelecimento de crédito e das suas agências, conforme art. 29º.

xi. Aos juízes, delegados do MP, no âmbito do processo judicial sob as suas responsabilidades, nomeadamente de cobranças e execuções judiciais, a partir dos quais possam aceder informações privilegiadas ligadas às operações bancárias e aos respetivos serviços bancários, bem como quaisquer outras entidades que participem nas trocas de informações de carácter secreto, integradas no âmbito do tráfico jurídico bancário interno e internacional⁷⁹⁰. Assim sendo, no caso das autoridades judiciais e

⁷⁹⁰ Existem deveres de colaboração e de trocas de informações que possam comportar informações relevantes sobre a vida do estabelecimento financeiro bem como das relações com as suas clientelas, em especial ao abrigo do art. 7º e ss. da Convenção Judiciária entre a República da Guiné-Bissau e a República do Senegal, aprovada pela Decisão n.º 1/79, publicada no Suplemento ao BO n.º 08, de 28 de Fevereiro de 1979; ao art.6º do Acordo de Parceria para a Cooperação Jurídica e Judiciária entre a República da Guiné-Bissau e a República do Senegal, publicado no BO n.º 12, de 22 de Março de 2004; art.1º e ss do Acordo de Cooperação Judiciária entre a República Popular de Angola, República de Cabo-Verde,

judiciárias, correlação as informações e dados bancários e que tenham conhecimentos *ex officio* ou participados no âmbito do processo de inquérito e de investigação de algum crime, vinculam-se ao sigilo bancário, no sentido de guardar sob absoluta discrição, i.e., não divulgar nem utilizar tais informações ou dados bancários, fora dos estritos e necessários atos de investigação, que passam a ser blindados com uma segunda proteção, reclamada pelo segredo da justiça, art. 80º do CPP. Tal proíbe todos os participantes - seja por que título - tomarem conhecimentos de quaisquer elementos do processo e de os divulgar. Entretanto, o segredo de justiça defere-se do sigilo bancário, pois comporta um importante limite temporal previsto ao abrigo do art. 78º do CPP, tornando-se público a partir da acusação definitiva.

xii. As pessoas a quem o banco ou o cliente bancário tenha autorizado a aceder às suas contas e a partir das quais tomem conhecimento de informação e dos dados ligados às relações de contas e contratuais firmados entre bancos e seus clientes.

xiii. No âmbito dos conteúdos exíguos de ambos os diplomas legais, cabem ainda a vinculação ao sigilo bancário de todas as pessoas e entidades que tenham ou possam abster as informações e dados bancários ligados à vida da instituição de crédito e as contas, operações e serviços praticados pelos clientes, no âmbito das suas funções, como sejam: a CENTIF, Ministro das Finanças, Direção Geral de Contribuições e Impostos – DGCI, o Tribunal de Contas, etc...

xiv. Coloca-se ainda a questão de saber se a interposta pessoa, das que a lei visa, *prima facie*, vincular ao dever do sigilo bancário, ou seja, também devem ser exigidas esse dever de guardar sigilo bancário.

Trata-se duma questão pertinente, se considerarmos, por exemplo, um director de um banco - que por descuido ou intencionalmente - deixa escapar uma informação ligada à vida do banco que gere ou relacionada com a movimentação de um cliente, imediatamente acedida pelo cônjuge, filho, irmão, pai, que acede a tal informação em razão de proximidade ou vida em comum com quem se vincula à sua guarda.

Quid iuris? Será de punir, neste caso, a interposta pessoa como esposa ou qualquer família próxima, que haja divulgado ao terceiro a informação protegida nos termos da LRB nº 4/2008, arts. 30º e 70º?

República da Guiné-Bissau, República Popular de Moçambique e República Democrática de São Tomé e Príncipe, aprovado pela Resolução n.º 7/88, de 17 de Junho, publicado no Suplemento ao BO n.º 24, de 17 de Junho de 1988; e ao art. 1º e ss. do Acordo de Cooperação entre a República de Angola e a República da Guiné-Bissau. Entretanto, todas as autoridades judiciais ou judiciárias que abstenham tais informações ligadas à vida da instituição de crédito ou das operações e serviços dos seus clientes, no âmbito dos acordos de cooperações e de trocas de informações jurídicas e judiciárias, ficam adstritas ao dever de reserva, no sentido de não as divulgar nem as aproveitar fora do estrito domínio para o qual a mesma fora requerida e obtida.

As legislações bancárias, incluindo a nossa LRB 4/2008, são omissas sobre a questão em referência. Porém, *a priori*, parece de excluir do seu âmbito pessoal ou subjetivo, a vinculação das interpostas pessoas ao dever do sigilo bancário, e como tal, não haveria como violar um dever de que nunca esteve vinculado previamente⁷⁹¹.

Tal conclusão é aparente e não nos parece justo responsabilizar unicamente o director de um banco, por violação do sigilo bancário, pelo facto de se confidenciar, por exemplo, com a sua esposa, assuntos ligados à vida do banco ou da operação de um cliente, de que esta não consegue guardar a discrição. Antes, a responsabilidade pela violação do sigilo bancário deverá ser extensível a interposta pessoa, v.g., à esposa ou filho, autor da prática do facto, pela extensão do regime da vinculação subjetiva ao dever do sigilo bancário à tais pessoas, v.g., à esposa, filho, irmão, pais, amigos próximos e confidentes íntimos da pessoa originariamente obrigada ao sigilo bancário. Faz todo sentido defender as suas vinculações porque são pessoas mais próximas do titular originário do dever do sigilo bancário e participam dos seus segredos, e por isso, é legítimo sacar-lhes a igual responsabilidade.

No entanto, deve-se assinalar que a intenção do art. 19º da então LRB e do art. 30º da LRB 04/2008 visa consagrar a obrigação de sigilo bancário, designadamente, aos dirigentes bancários, membros do CA, administradores, funcionários e não propriamente aos bancos, i.e, pessoas imputadas à responsabilidade legal ou estatutária ou das deliberações sociais, a exprimir a vontade e a conduta da pessoa coletiva, no caso em apreço, os bancos. Todavia, podemos chegar à conclusão de que, os sujeitos mediatos dessa obrigação são os bancos, aos quais as suas condutas configuram-se como comitentes a quem deve ser atribuído juridicamente os efeitos dos atos praticados pelos seus órgãos, representantes nas qualidades de comissários que são. Com efeito, nesta qualidade do comitente, o banco pode sujeitar ao regime da responsabilidade civil objetiva ou independente da culpa do comitente ou pelos atos praticados pelos seus auxiliares nos termos gerais dos artigos 483º, n.º 2, 500º e ss., e 800º do CC, isto sem afastar a possibilidade de aplicação do art.496º CC em caso de se importar dados pessoais ligados à intimidade, além das sanções penais que a violação possa acarretar para o infrator, pela revelação não autorizada ou ilegal e injustificada dos dados e informações relacionadas com as relações comerciais de contas, operações e serviços entre os bancos e os clientes.

Depois da determinação dos sujeitos ou pessoas sujeitas ao dever de guardar o sigilo bancário, por possuírem direta ou indiretamente, no âmbito fechado de exercícios das suas funções ou missões, as informações e dados privilegiados ligados às relações de contas, operações e serviços entre bancos e os clientes.

⁷⁹¹ Nesta perspetiva, temos por divulgação da informação por interposta pessoa, quando esta fora difundida por uma pessoa que não seja a própria pessoa vinculada, *ab initio*, ao sigilo bancário, mas que apresenta uma ligação estreita conjugal, familiar e até social com esta pessoa vinculada, que aproveitando-se desta relação e facilidade, acedeu e divulgou ilicitamente a referida informação, em violação ao sigilo bancário.

Entretanto, entre outras inquietações e insuficiências que a nossa LRB 4/2008 apresenta, assumem relevância particular, as seguintes questões:

- Quem são os sujeitos passivos do sigilo bancário, i.e., as pessoas que estão vinculadas ao dever do sigilo bancário possam ou devam opor tal dever?
- Quem são os verdadeiros beneficiários ou titulares do direito ao sigilo bancário?
- E quem são pessoas que o dever do sigilo bancário não se lhes opõe, importando situação de inoponibilidade do sigilo bancário?

Procuraremos, em seguida, encontrar respostas satisfatórias para estas questões à luz da LRB de 1997 e da LRB 4/2008 e das outras legislações extravagantes.

4.1. Credor e beneficiário do sigilo bancário

No ponto anterior procurámos situar e posicionar - à luz da então LRB e da LRB 4/2008 - os sujeitos passivos e o âmbito das suas vinculações ao sigilo bancário. Entretanto, neste ponto, inversamente, vamos centrar na determinação do sujeito ativo ou do beneficiário da proteção de sigilo bancário.

Com efeito, mais uma vez, a então LRB e LRB 4/2008 suscitam crescentes dificuldades quanto à possibilidade de determinação do sujeito ativo, tornando-se inevitável o recurso ao estudo do direito estrangeiro atrás desenvolvido, no qual constatamos que a doutrina, sem grande esforço interpretativo, conclua que o principal titular ou beneficiário do direito ao sigilo bancário é o cliente, relativo aos factos ou elementos encobertos pelo dever de sigilo bancário no âmbito restrito de suas relações comerciais com o banco.

Todavia, embora admitamos que a então LRB e a LRB 4/2008 não refiram expressamente esta questão, entendemos que nos termos dos arts. 19º, 42º e 50º da então LRB, e dos arts. 30º, 53º e 70º da LRB 4/2008, não ignoram e nem afastam a conclusão de que o titular do direito ao sigilo bancário é o cliente bancário⁷⁹². Deste modo, assume uma posição ativa, conferindo-lhe, não apenas o direito de

⁷⁹² Mas afinal, para efeito de beneficiação da tutela concedida ao sigilo bancário, quem é o cliente? Em resposta a esta questão, a LRB não é suficientemente precisa, implicando, por isso, um recurso à doutrina para determinar o conceito de cliente bancário. Com efeito, somos a concluir que o cliente de uma instituição financeira e de um estabelecimento financeiro corresponde a uma qualquer pessoa física ou coletiva, que estabelece com os bancos, uma ou mais relações comerciais, inseridas no âmbito da atividade bancária, nomeadamente ligada à intermediação de crédito, com a finalidade

exigir a conformação da atuação bancária à guarda do sigilo bancário relativo aos seus dados e informações bancárias, mas de exigir a responsabilidade e a respetiva reparação por parte de quem, de forma infundada e ilícita, viola esse dever.

Somos de opinião favorável que a então LRB e a LRB 4/2008 v.g., as instituições financeiras, o próprio Estado e o BCEAO, beneficiam da ampla proteção concedida ao sigilo bancário na nossa ordem jurídica. Enquanto tal, também constituem titulares do direito ao sigilo bancário, sobretudo quanto aos factos e elementos relativos à vida do próprio Estado, relativamente a terceiros e no âmbito de relação com os outros Estados e organismos de integrações comunitárias, regionais e mundiais, das instituições financeiras, justificada na necessidade de concretização da política económica e financeira ligada à expansão, à captação de fundos e poupanças, e ao BCEAO. Tal, é justificado na necessidade do desempenho das suas atribuições ligadas à defesa do interesse público, ligado à economia e à própria política bancária, gizadas numa estreita colaboração exigida aos bancos e na confiança do público em geral no sistema financeiro.

Portanto, ocorre que os clientes, bancos comerciais, o Estado e o banco central, constituem na nossa ordem jurídica bancária os verdadeiros beneficiários ou titulares do direito ao sigilo bancário, designadamente quanto aos factos e informações ligadas aos seus dados, às suas vidas e intimidades associadas às suas movimentações ativas e passivas no banco.

Trata-se de uma posição jurídica, sustentada num direito subjetivo de carácter absoluto, que integra o âmbito de proteção do sigilo bancário, quanto aos seus dados pessoais e informações íntimas ligadas às suas contas, operações e serviços bancários, implicando a sua oponibilidade a todos, i.e., *erga omnes*, salvo situações específicas, excecionais e pontuais de inoponibilidades decorrentes *expressis verbis* das leis, da autorização do próprio cliente, da própria instituição financeira, ou nas situações referentes aos factos, informações e dados concretos de conhecimentos generalizados ou públicos obrigatórios, o que tornam praticamente inviável a possibilidade de apurar e provar que a difusão dos dados sobre a discricção deve-se a um funcionário no âmbito exclusivo do exercício de suas funções.

Assim sendo podemos dizer que o principal beneficiário do direito ao sigilo bancário é o cliente bancário, pessoa singular ou coletiva, em razão de cujo interesse o sigilo é protegido.

de realização de um ou mais operações bancárias. Assim sendo, deve-se aquilatar e equacionar o cliente bancário como qualquer pessoa que estabelece relações comerciais de contas ou não com os bancos, desde que tais relações insiram no âmbito das atividades deferidas aos bancos, ainda que tais relações não fundam nas relações de contas permanentes, ou ocasionais, não importam a concretização de qualquer operação material mediante a celebração de um contrato. Portanto, deve-se inserir na categoria de cliente bancário todos aqueles que tenham efetuado qualquer operação bancária, particularmente traduzida no depósito, no levantamento, no câmbio, na transferência, etc.

Mas, afinal, quem é o terceiro para o efeito da oposição do sigilo bancário?

A resposta para esta questão constitui um ponto de partida importante para a delimitação do âmbito pessoal da vinculação e oposição do sigilo bancário. Assim sendo, não seria oponível o sigilo bancário a quem não deva ser considerado terceiro, por isso mesmo se torna relevante determinar, afinal, quem é o terceiro.

Nem a então LRB, nem a LRB 4/2008 cuidam em fixar o conceito de terceiro e, por esta razão, tomamos por essencial e como referência a visão do preclaro Fernando Conceição Nunes quando, por exclusão, assevera que, « não o são as pessoas que tenham um interesse direto, pessoal e legítimo na relação jurídica coberta pelo sigilo bancário ou a entidades públicas sob cuja jurisdição a mesma se encontre e, bem assim, todos aqueles que disponham de poderes de administração ou disposição do património do titular do sigilo»⁷⁹³. No âmbito do qual inclui o cônjuge não titular de conta, desde que a situação em causa faça parte da meação, cabeça-de-casal, divórcio, etc.

Com efeito, é de nossa opinião que são terceiros, todos aqueles que não fazem parte da conta em referência e nem tenham quaisquer interesses diretos, pessoais e nem legítimos. Por conseguinte, não são terceiros, além do titular da conta, designadamente os mandatários, procuradores, administradores, os representantes legais, os cônjuges, aos quais rigorosamente o sigilo bancário não lhes seria oponível. Mas, em quaisquer dos casos aqui invocados, o acesso aos dados bancários, que de outra forma estaria coberto pelo sigilo bancário em relação às pessoas que não devem ser aqui consideradas terceiros, não é absoluto, no sentido de não poderem aceder a todos os dados das contas, mas apenas a alguns dados suficientes, necessários e adequados aos fins que concretamente visem concretizar, em função dos quais, o sigilo bancário deve ser considerado pontualmente inexistente. É o caso, por exemplo, de um avalista ou fiador de uma operação de crédito, em que não é razoável nem é legítimo admitir que se informe sobre a situação geral da conta de crédito, podendo, todavia, apenas aceder as informações restritas relativas às posições ativas e passivas relacionadas com a situação do crédito em causa, nem mais.

Portanto constituem sujeitos ativos do sigilo bancário, aos quais correspondem os principais interessados na sua tutela, as próprias instituições de crédito e sociedades financeiras, por um lado, e os clientes ou consumidores, por outro, nacionais ou estrangeiros, sejam pessoas singulares, organizações (privadas) despersonalizadas (com a mera subjetividade jurídica) ou pessoas coletivas, públicas e privadas, incluindo nestas as concessionárias e pessoas coletivas de utilidade pública.

⁷⁹³ Cf. Fernando Conceição Nunes, «Os deveres de segredo profissional no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras», *op. cit.*, p.49.

4.2. A questão do “direito” das pessoas coletivas ao sigilo bancário

Na ordem jurídica guineense, à semelhança da solução vigente no direito comparado, a configuração e a proteção do sigilo bancário relativas às pessoas singulares não suscitam quaisquer dúvidas, sobretudo no que se diz respeito aos seus direitos, seja a discrição e a reserva relativa à relação económica e comercial de contas e serviços com os estabelecimentos bancários e ainda todos os factos e dados respeitantes à própria vida e operações das instituições de crédito.

Entretanto, coloca-se a dúvida sobre a beneficiação das pessoas coletivas relativa à proteção ou do direito ao sigilo bancário, quanto aos dados e elementos inseridos no domínio de suas relações comerciais com os estabelecimentos de crédito.

Com efeito, em resposta a esta questão, somos assim, de parecer favorável, de que a natureza da pessoa coletiva não tolhe a compatibilização e a invocação do direito do sigilo bancário em seu benefício. Além do mais, o próprio art. 160º CC constitui grande reforço à nossa tese, quando dispõe que “a capacidade das pessoas colectivas abrange todos os direitos e obrigações necessários ou convenientes à prossecução dos seus fins”. Neste âmbito, o sigilo bancário irrompe, desde os aspetos organizacionais das pessoas coletivas, às suas atividades, dos seus métodos de trabalhos, das suas técnicas de produções, processos de fabricos, qualidades, etc... Ambos, constituem, em conjunto, meios indispensáveis e até convenientes à prossecução dos fins para que existam essas pessoas coletivas, isto sem olvidar de obrigações de discrições requeridas, não só no âmbito interno mas, especialmente, situada na órbita das relações comerciais entabuladas com as instituições de crédito, devendo estas guardar todos os dados e elementos advenientes destas operações sobre absoluta discrição e fora do alcance de terceiros alheios as suas relações⁷⁹⁴.

Conclui-se, assim, que as pessoas coletivas são, em regra, equiparadas às pessoas físicas, quanto à beneficiação da proteção do sigilo bancário. Assim, põe-se a questão de saber qual é a sua natureza dessa proteção. Por outras palavras, coloca-se a questão de saber se o conteúdo do sigilo bancário, de que se beneficia a pessoa coletiva, reveste a natureza do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada tutelada à luz da CRP, art. 26º, n.º 1, e da CRGB, art. 44º/1?

Sem pretender reintroduzir ao assunto acima desenvolvido, deve-se equacionar a possibilidade de se decompor o conteúdo do direito sobre a intimidade da vida privada nas esferas seguintes:

⁷⁹⁴ Cf. Neste sentido José Maria Pires, *Dever de Segredo...*, op. cit., p. 22.

- A esfera da intimidade, que comporta conteúdos não patrimoniais, aspetos pessoais e mais íntimos, ligados à pessoa e à dignidade humana.
- A esfera da privacidade, que integra outros aspetos mais amplos, ligados à pessoa, com forte pendor patrimonial e económico.

Posto isso, de forma hipotética, podemos dizer que, a natureza do sigilo bancário referente à pessoa coletiva comerciante ou não comerciante é algo próxima e tendencialmente ajustada e configurada à esfera mais ampla da privacidade económica, pois comporta aspetos ligados à sua vida patrimonial e económica, excluído do âmbito pessoal da intimidade, por ser exclusivo e intrinsecamente ligada à pessoa singular.

5. A dimensão objetiva e da vinculação material. Do conteúdo

No ponto anterior procurámos determinar essencialmente, à luz da LRB 4/2008, a dimensão da vinculação pessoal ao sigilo bancário, i.e., pessoas ou entidades que normalmente colhem no âmbito de suas funções, as informações e dados pessoais dos clientes ligados às contas, operações e serviços bancários, ficando vinculadas a mantê-las sob absoluta discrição, dentro do circuito fechado da relação comercial de conta.

À luz da LRB 4/2008 procuraremos construir, com base nas experiências vigentes no direito comparado e na mais requisitada construção doutrinária sobre a matéria, a dimensão substantiva ou material do sigilo bancário no direito guineense. Todavia, julgamos pertinente proceder à análise da questão do alcance e do conteúdo do “dever de segredo” ou de “dever de sigilo profissional bancário”, como questão prévia, para depois determinar quais são matérias compreendidas no âmbito restrito de proteção do sigilo bancário.

Devemos assinalar que, em geral, o dever de segredo traduz-se na obrigação de não revelação e nem utilização de informações sobre os dados pessoais ligados à vida da instituição financeira, bem como as relações desta com os seus clientes, cujo conhecimento lhes advenham exclusivamente do exercício das suas funções ou da mera prestação de serviços pontuais ou ocasionais.

Com efeito, as pessoas expressamente enumeradas ao abrigo dos arts. 19º e 42º, ambos da então LRB, e arts. 30º e 53º da atual LRB 4/2008, a somar às que mencionamos anteriormente, suscetíveis de incluir nas disposições abertas, nomeadamente dos arts. 19º da LRB e 30º da LRB 4/2008, estão assim

vedadas de revelar, a uma outra pessoa estranha à relação, senão nas condições e situações expressamente previstas nessas leis e nas outras legislações especiais, as informações relativas aos elementos da vida dos bancos e as relativas às relações destes com os seus clientes.

Neste sentido, constitui pedra de toque, para aferição da eficácia da proteção do sigilo bancário, as informações colhidas no âmbito de exercício exclusivamente da função ou prestação de serviços pontuais ou ocasionais. Entretanto, a lei pretende afastar, do âmbito da proteção do sigilo bancário, todo o conhecimento do segredo que tenha sido obtido fora do exercício da função, nomeadamente as informações ligadas ao segredo bancário colhidas via imprensa, família, amigos, tribunais, etc... não se incluem no vasto âmbito de tutela do sigilo bancário e que vincula à instituição de crédito, aos seus dirigentes, gestores, funcionários, representantes, mandatários, prestadores de serviços.

Ainda, é importante assinalar, que a proteção do sigilo bancário não se encerra apenas no âmbito da revelação indevida das informações cobertas pelo dever do sigilo bancário, porém estendendo-se na proibição de utilização não autorizada e fora do âmbito do exercício de suas funções, i.e., fora do contexto e para a finalidade contrária aos objetivos e razões para as quais, tais informações ligadas a vida da instituição e sua relação comercial com seus clientes, foram disponibilizadas e conhecidas, conforme arts. 19º e 42º da então LRB, e arts. 30º e 53º da LRB 4/2008⁷⁹⁵. Portanto, a configuração da proteção do sigilo bancário, em ambas as LRB, afigurem-se como proibição de revelação e da não utilização de forma indevida e não autorizada das informações associadas à vida dos bancos, bem como as suas relações negociais com os seus clientes.

Deste modo, a revelação e utilização, constituem elementos típicos característicos da proteção, do âmbito e integrante do conteúdo do sigilo bancário, por esta razão, torna-se importante indagarmos sobre qual é o real sentido e alcance das expressões “revelação” e “não utilização” previstas ao abrigo do art. 19º da LRB de 1997 e 30º da LRB 4/2004, último parágrafo. Sobretudo, porque ambas não nos dizem, em termos exemplificativos, qual é o real sentido e o alcance dos termos “revelação” e “não utilização”. Coube-nos a responsabilidade de procurar determiná-lo. O que passamos a efetuar, a partir da concepção vigente no direito comparado sobre o assunto, a doutrinária e a jurisprudencial.

Assim, entende-se que “revelar” é, naturalmente, divulgar um facto, transmitindo-o a outrem, seja qual for a forma porque se opere essa transmissão, desde que o resultado seja de fazer chegar a informação a quem não tinha ou poderia e nem deveria profissionalmente ter acesso a ela⁷⁹⁶.

Contudo, a “utilização” situa-se num outro prisma, e acentua-se, não no pressuposto de simples

⁷⁹⁵ Cf. A mesma solução nos arts. 30º e 53º da LRB-B, da LRB-BF, da LRB-T, da LRB-Ma, da LRB-CI, da LRB-S, e da LRB-N.

⁷⁹⁶ Cf. Patrício Paúl, «O Segredo Bancário...», *op. cit.*, p. 76.

transmissão de informação a outrem, mas sim, a pessoa vinculada ao dever serve-se ou aproveita-se das informações conhecidas, ainda que não as revele a ninguém, servindo-se dessas informações, sobre factos ou elementos, para fim totalmente diverso do que esteve na base da sua disponibilização pelo titular ou beneficiário, independentemente de conseguir ou não qualquer proveito ou vantagem por parte do utilizador, ou em prejuízo ou não para o titular.

Com efeito, a quebra ilícita da *regra de ouro* - sigilo bancário, quer por revelação quer por utilização ilícita, importam a quebra da legítima expectativa, do crédito e da confiança do titular do direito ao sigilo bancário na sua instituição de crédito. Por esta razão, no sistema bancário, esses termos estão sempre aliados ao princípio geral de proibição, como seja:

- Proibição da revelação (*non facere*) a outrem, das informações da vida privada da instituição de crédito e das sociedades financeiras e/ou das suas relações com os clientes;
- Proibição da utilização, no sentido de que, as informações conhecidas, não devem ser utilizadas fora do âmbito jurídico e negocial do contexto para o qual foram conseguidas.

Assim sendo, a proibição de revelação não se reduz apenas na transmissão de informação de carácter sigiloso a outra pessoa totalmente alheia profissionalmente a ela, mas abrange, igualmente, a sua utilização indevida, i.e., a sua utilização fora do quadro jurídico apropriado e legítimo. A revelação não passa da indevida divulgação das informações de natureza sigilosas sem qualquer autorização legal ou voluntária⁷⁹⁷, e a utilização assenta na ideia de suas aplicações ou aproveitamentos fora do quadro jurídico e âmbito para as quais foram obtidas.

Não obstante, põe-se a questão de saber se existe a possibilidade de aferir ou não a violação do sigilo bancário na situação em que a revelação ou a utilização da informação coberta pelo sigilo bancário não tenha causado qualquer prejuízo ao titular desse direito?

Sem qualquer hesitação, parece-nos legítimo, admitir que sim, ainda que não tenha provocado em concreto qualquer prejuízo ao seu beneficiário - cliente bancário, dado que a proibição visa a conduta e, não tanto, o resultado positivo ou negativo que finalisticamente esta conduta venha a causar.

Quanto às suas configurações, parece ser mais fácil, a provação e demonstração da conduta – revelação, dado que bastaria que a pessoa, que recebesse de forma indevida a informação, denunciasses a sua fonte. Contudo, a utilização levanta a crescente dificuldade ao nível de prova, o que talvez possa

⁷⁹⁷ Considera-se excluída da obrigação de confidencialidade e do princípio geral de proibição de revelação toda a informação acessível ao público, ou que tenha carácter de publicidade e conhecida por todos, e que deva ser revelada para dar cumprimento a uma ordem de natureza judicial ou administrativa, ou cuja divulgação seja autorizada expressamente pela parte a que a informação diga respeito.

ser conseguido, por intermédio da difícil tarefa de prova do nexo de causalidade entre a sigilosa e o benefício ou proveito obtido, no sentido de que, conforme o critério do homem médio, art. 487º, n.º 2, do CC, seria razoável concluir que as informações obtidas por uma pessoa no âmbito restrito do exercício de suas profissões, geram ou possam gerar aqueles proveitos ou benefícios em concretos para essa pessoa.

Demonstradas que sejam as duas formas possíveis de dar a devida guarida ao sigilo bancário, através de consagração do princípio geral da proibição de revelação de informações de carácter confidencial, obtida no âmbito de exercício das atividades profissionais decorrente do 1º parágrafo da LRB de 1997, e da consagração no 2º parágrafo da LRB e do art. 30º da LRB 4/2008, do princípio geral da proibição de utilização de dados e informações de natureza confidencial, obtida no exercício de suas funções destinados a conseguir resultados, benefícios e a realização de operações “direta” ou “indiretamente” em nome próprio ou em benefício de outrem. Precedida, igualmente, da determinação e construção do regime quadro e regime jurídico referente ao âmbito e à dimensão subjetiva do sigilo bancário, ao abrigo da então LRB e da LRB 4/2008.

Com esta abordagem preliminar, criamos as condições para desenvolver a matéria relativa à determinação da dimensão material e substantiva do sigilo bancário à luz de ambas as LRB.

Com efeito, como ponto de partida, devemos realçar que, nem a então LRB nem a LRB 4/2008, foram suficientemente precisas nem claras quanto à determinação do conteúdo do dever do sigilo bancário, fazendo apenas umas referências indeterminada e insuficiente relativa às proibições de “revelações” e de “utilizações” de “(...) de informações confidenciais de que tenham conhecimento no exercício da sua atividade (...)”. Sem, no entanto, se preocupar em determinar, afinal, o que seriam as informações confidenciais ou sigilosas, e pelos dados, elementos e situações abrangidas pelas informações confidenciais ou sigilosas que a LRB 4/2008 quis dar a devida guarida. Levanta-se a questão de saber, quais as informações que não possam nem devem ser divulgadas às pessoas alheias ou estranhas, quais as informações que não devem ser utilizadas de forma indevida ou de saber se pretende proibir todas as informações colhidas, exclusivamente em razão e no âmbito do exercício das funções ou, pelo contrário, pretende-se proibir apenas aquelas possíveis de gerar danos e prejuízos à instituição, aos clientes e à economia, caso fossem divulgadas ou reveladas ou utilizadas de forma indevida.

Todas estas questões e inquietações são legítimas e requerem uma resposta satisfatória no presente estudo, i.e., no sentido de procurar determinar o conceito vago e impreciso utilizado na então LRB e na LRB 4/2008.

Referimos anteriormente que a então LRB e a LRB4/2008 não estabelecem e nem reconhecem qualquer relevância quanto à distinção entre as informações suscetíveis de causar prejuízos ou não,

como critério decisivo para a aferição da efetiva consumação da proteção ao sigilo bancário, assim como a respetiva delimitação. Por esta razão, somos de opinião favorável, de que o princípio de proibição de revelação e da utilização abrangem todas e quaisquer informações obtidas seja por que via ou forma, relativas aos factos, dados e elementos conexos à vida da instituição, suas relações com os clientes, e os dados respeitantes aos clientes. Todavia, contando que as informações em causa não estejam sujeitas, excecionalmente, ao princípio da publicidade obrigatória⁷⁹⁸.

Assim sendo, ambos os diplomas legais devem ser interpretados, sobretudo no sentido de precisar o seu conteúdo indeterminado, com o recurso à vontade expressa ou tácita patente nas cláusulas do contrato, nas Cláusulas Contratuais Gerais utilizadas pelos bancos nas diversas contratações com os seus clientes, a natureza e a essência do ofício e das operações e as imposições decorrentes dos ditames de boa-fé, com a finalidade de não deixar de fora, nomeadamente os dados ou elementos colhidos no âmbito do exercício da função, quer sejam de natureza pessoal, como por exemplo, a filiação partidária, estado civil, o credo religioso, a saúde, entre outros, quer seja de natureza patrimonial, v.g., a conta, depósitos, saldos, transferências, pagamentos, recebimentos, entre outros, independentemente da pessoa vinculada ter acesso a tais informações diretamente de algum cliente ou indiretamente de terceiros, antes, durante ou depois da relação comercial ou negocial.

Com isto, em geral, determinamos quais as informações que possam ser relevantes no âmbito de proteção ao sigilo bancário, à luz da LRB de 1997 e da LRB 4/2008, importando esclarecer as seguintes questões, que a nossa lei de regulamentação bancária não cuida em determinar:

- *O que são dados, factos ou elementos ligados à vida da instituição?*
- *O que são dados, factos ou elementos sobre relações entre a instituição e os seus clientes?*
- *O que são dados, factos ou elementos relativos aos clientes bancários?*
- *Quando começam as relações entre a instituição e os seus clientes?*

No sentido de dar respostas a estas questões, deve-se assinalar que, o sigilo bancário, abrange no seu âmbito os atos materiais, factos e atos jurídicos que informam o quotidiano da banca e do giro bancário em geral, desde a constituição, autorização e o início da atividade bancária.

O art. 19º da então LRB e o art. 30º da LRB 4/2008 não nos dizem quais são as informações relativas às relações das instituições com os seus clientes e nem os elementos, factos e dados que constituem

⁷⁹⁸ Assim, deve-se considerar como exceção das informações sigilosas para efeito da proteção ao sigilo bancário, todas as informações baseadas em dados ou elementos publicitados, ou apesar de se destinarem à publicidade, mas ainda não chegam ao conhecimento do público e não devem ser revelados por ser esta a vontade, nomeadamente, do cliente beneficiário do sigilo. Cf. Maria Eduarda Azevedo, «O Segredo Bancário», *Ciência e Técnica Fiscal*, n.º 346-348, Out-Dez 1987, p. 73.

matéria objeto dessas relações.

Porém, numa leitura atenta do art. 19º, conjugado com os arts. 3º a 5º⁷⁹⁹, ambos da então LRB, e do art. 30º conjugado com os arts. 2º, 2º parágrafo e 3º e ss., da LRB 4/2008, permitem-nos inferir que, o objeto do sigilo bancário, compreende todas as matérias, operações e atividades bancárias em geral e as que vêm referenciadas nesses preceitos. Aos quais devem-se entender incluídos, não apenas os dados patrimoniais ou financeiras, mas também as informações de natureza pessoal⁸⁰⁰.

Com efeito, à luz da então LRB e da LRB 4/2008, além das matérias acima referenciadas, deve-se incluir, no âmbito da proteção do sigilo bancário, todas as matérias compreendidas e circunscritas no âmbito das relações comerciais permanentes ou passageiras ou quaisquer vínculos negociais estabelecidos entre as instituições de créditos e os seus clientes. Neste sentido, entre outras, constituem matérias objeto do sigilo bancário, nomeadamente:

- as identificações dos clientes⁸⁰¹;
- as respetivas contas de depósitos⁸⁰²;
- os depósitos de valores monetários e dos títulos, os seus movimentos⁸⁰³;
- o giro bancário em geral⁸⁰⁴;

⁷⁹⁹ Além das operações de créditos, de investimentos e pagamentos, expressamente referenciados ao abrigo dos art.3º a 5º da LRB, estas disposições não impedem que os bancos exerçam outras funções e operações, designadamente as prestações de serviços, maxime serviços de caixas, de cofres-fortes, etc. Já, entretanto, ao abrigo da LRB4/2008, as operações e serviços bancários vêm definidos nos termos do art.2º, 2º parágrafo e ss, incluindo as operações de investimentos.

⁸⁰⁰ Fora deste âmbito, existem informações que não se inserem no conteúdo da proteção do sigilo bancário, como sejam: os factos de que o banco tome ciência, não na sua qualidade de banqueiro e nem no exercício da sua profissão, mas em posição diversa, v.g., como amigo ou parente próximo; e os factos que o banqueiro conheceu, não diretamente a partir dum cliente, mas incidentalmente dum terceiro alheio às relações entre banco e cliente. Cf. Anselmo da Costa Freitas, *op. cit.*, p. 4 e ss.

⁸⁰¹ Neste sentido, veja-se, o Acórdão do STJ, de 24 de Abril de 2002, referindo-se aos nomes e números das contas bancárias. Já, entretanto, somos de parecer favorável de que a revelação, por uma instituição de crédito, da residência de um cliente, a pedido do tribunal, não configuraria a violação do sigilo bancário, mas tão-somente de um dever de cooperação, nos termos do art. 417 CPCº. Neste sentido, veja-se, o Acórdão do TRLx, de 4 de Outubro de 2001.

⁸⁰² Assim, a nova LRB 4/2008 define o depósito como atividade de receção de fundos públicos, com o direito de deles dispor por conta própria nas operações de crédito, contudo vinculando-se às suas restituições, integral ou parcial, na medida que o cliente/depositante o exigir.

⁸⁰³ Sobre o depósito, veja-se, Maria João Rodrigues, «Depósito Bancário», *Temas de Direito Bancário II*, Cadenos de Direito, n.º 9, Coimbra, Almedina, 2014, p. 263 e ss.; Manuel José Resende Cardoso Siqueira, «Depósito escrow – um contributo para o seu estudo», *Temas de Direito Bancário II*, Cadenos de Direito, n.º 9, Coimbra, Almedina, 2014, p. 182 e ss.

⁸⁰⁴ Sobre o giro bancário, veja-se, a nossa dissertação, *op. cit.*

- as operações bancárias⁸⁰⁵;
- as operações de crédito, incluindo as operações de empréstimos, descontos, redescontos, pensão, aquisição de crédito ou *factoring*, locação financeira⁸⁰⁶, art. 6º e ss. da LRB 4/2008;
- as operações de investimento, incluindo as operações de investimento, a aquisição de participações em empresas existentes ou em formação, todas as aquisições de valores mobiliários, as aplicações financeiras, instrumentos financeiros transacionados no mercado financeiro, entre outros⁸⁰⁷;
- operações de pagamentos, incluindo movimentações ativas e passivas de contas de depósitos mediante cheques, transferências, etc. Assim, neste sentido, a nova LRB 4/2008, define no seu art. 7º que são “meios de pagamentos todos os instrumentos que, qualquer que seja o suporte ou o procedimento técnico utilizado, permitem às pessoas a transferência de fundos”. Que, por intermédio de cheques bancários, os cheques de viagem, os cartões de pagamento e de levantamento, transferência a crédito e a débito (débito direto), aviso de pagamento, cartões de crédito;
- a relação comercial com a clientela;
- enfim, quaisquer operações e serviços requeridos à instituição de crédito;
- todas e quaisquer informações que não são suscetíveis de publicidade obrigatória.

Portanto, o dever de reserva, resultante do art. 30º da nossa LRB, igual à disposição do art. 78º do RGICSF, vincula aos bancos de forma concomitante, de um lado, ao dever de *non facere* – no sentido de não revelar ou impedir que terceiros tenham acesso indevido e nem aproveitar a informação objeto do sigilo, por outro ao dever de *facere* – no sentido de tudo fazer para evitar o resultado, embora não resulta expressamente da disposição da LRB 4/2008⁸⁰⁸.

⁸⁰⁵ Vide art. 2º, 2º parágrafo da LRB 4/2008, na qual a operação bancária é acoplada, nomeadamente à atividade de receção de fundos do público, operações de crédito, bem como a gestão de serviços e meios de pagamentos.

⁸⁰⁶ Cf. Ac. Tribunal da Relação do Porto nº TRP_436-D/2001.P1 de 11-05-2009. Cf. Ricardo Alexandre de Carvalho, «Da locação financeira em geral. Da resolução do contrato de locação financeira em especial», *Temas de Direito Bancário II*, Cadernos o Direito, Coimbra, Almedina, 2014, p. 323 e ss.

⁸⁰⁷ Sobre os instrumentos financeiros, veja-se, José Engrácia Antunes, *Instrumentos Financeiros*, 2.ª ed., p. 7 e ss.

⁸⁰⁸ Neste sentido, veja-se, Ricardo de Gouvêa Pinto, «Divórcio e Sigilo Bancário», in AA. VV., *Estudos Comemorativos dos 10 Anos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*, Vol. II, Coimbra, Almedina, 2008, p. 451. Em sentido contrário, veja-se, Fernando Conceição Nunes, «Os deveres de segredo ...», *op. cit.*, p. 48.

6. Início e cessação do dever/direito do sigilo bancário

No que se refere ao momento do início e da cessação do dever de sigilo bancário a então LRB e a LRB 4/2008 silenciam-se. Todavia, somos de opinião favorável de que a determinação do momento do início e da cessação do dever do sigilo bancário, deve tomar em consideração as formas e as naturezas das entidades que vinculam ao dever do sigilo bancário, nas condições que se seguem:

i. Quanto aos bancos comerciais, neste particular, saliente-se que, em geral, a questão do início da relação comercial entre a instituição bancária e o seu cliente tem suscitado interesse especial por parte de alguma doutrina e jurisprudência estrangeira, como por exemplo:

- A Jurisprudência britânica considera que a relação entre o banco e o seu cliente começa no exato momento da abertura de conta bancária, a partir do qual o banco passa a honrar os seus compromissos perante o cliente, v.g., compromissos relacionados com os pagamentos dos cheques sacados sobre si. Esta conclusão, da jurisprudência britânica, foi colocada e motivada por um caso interessante, que envolvia um jovem que acabara de herdar uma fortuna considerável e que, por ser inexperiente, decide aceitar e seguir os conselhos profissionais do gerente de uma agência bancária, pertencente a um banco, com quem não mantinha qualquer relação comercial de conta. Em gesto do cumprimento das sugestões do gerente, o jovem decidiu organizar e ordenar que o saldo que detinha noutro banco fosse utilizado na execução do sugerido para que, com isto, efectuasse o investimento que lhe foi sugerido, sendo que este saldo seria aprovisionado e utilizado numa nova conta a abrir na agência do banco em causa. Porém, este investimento, revelou-se ruinoso para o jovem e, por conseguinte, perdeu todo o capital investido. Inconformado, levou o caso a tribunal, exigindo a responsabilidade do banco em referência e a consequente indemnização. Na decisão do caso, levanta-se a questão de saber a partir de que momento pode considerar que o jovem adquiriu a qualidade de cliente de um banco. Será de atribuir-lhe esta qualidade a partir do momento em que o conselho foi dado pelo gerente da agência bancária? Ficou decidido que, neste caso, a relação entre cliente e banco se tinha iniciado no preciso momento em que o gerente da agência bancária aceitara a instrução do jovem no sentido de proceder à abertura de uma conta bancária em seu nome⁸⁰⁹. Neste sentido, o tribunal britânico deu por provado e procedente o pedido do jovem e, consequentemente, condenou o

⁸⁰⁹ . Trata-se do caso *Woods v. Martins Bank Ltd* (1959); confere António Ferreira que já havia uma decisão do tribunal britânico neste sentido em *Ladbroke & Co.v.Todd* (1914). Veja-se António Ferreira, *A Relação Negocial Bancária*, ob. cit., P. 644. Este autor salienta que a duração não constitui elemento essencial da relação bancária, uma vez que é um elemento natural implícito na titularidade da conta bancária.

banco a indemnizá-lo por incumprimento do seu dever contratual. Entretanto, foi analisada a possibilidade do enquadramento desta questão na responsabilidade contratual, i.e., que se baseia numa relação negocial entre o banco e o cliente, quiçá, na altura, parece que no ordenamento britânico não havia a possibilidade de responsabilidade extracontratual ou aquiliana ou a própria figura da responsabilidade pré-contratual ou a culpa *in contrahendo*, hoje regulado entre nós ao abrigo do art. 227º CC.

- Na Inglaterra, segundo a lei bancária, *Financial Services and Markets Act de 2000 – 138-7*, para haver atividade bancária devem concorrer cumulativamente os seguintes elementos: gestão de conta corrente, pagamento de cheques e cobrança a favor do cliente. Naturalmente, resulta desta exigência no direito britânico, uma relação jurídica bancária, relação de clientela, sempre que haja uma conta, o que pressupõe a sua abertura.

- Nos EUA – UCC (4-104 – a - 5), consagra-se uma definição, na qual se deduz, que o relevante para distinguir a existência da relação de conta ou estatuto do cliente e não cliente ou terceiro reside, exclusivamente, na titularidade de uma conta ou na prestação esporádica de um qualquer serviço. Tendo ainda avançado com a noção jurídica do cliente bancário.

- A doutrina e a jurisprudência espanhola assumem de forma expressa que a relação bancária deve ser aferida a partir do momento da abertura da conta bancária, que a celebração do contrato de conta corrente traduz-se, essencialmente, na obrigação de prestar serviço de caixa, pelo qual o banco procede com operação de pagamento e cobrança em conta, fulcro essencial de toda a operação de intermediação a efetuar mediante acordo e ordem do cliente. Neste sentido considera um acórdão do tribunal de Barcelona de 2001 que a abertura e a relação de conta é o “centro de la relación” entre banco e cliente⁸¹⁰.

- Na Alemanha, apesar de autores como Larenz e Claus Canaris terem reconhecido a importante função da conta corrente na relação entre o banco e cliente, existe a possibilidade de, antes da abertura de conta bancária, estabelecer uma relação jurídico -bancária, qualificada e sustentada na base da confiança prévia ao contrato que se pode vir a celebrar. Ou, então, surgida no contexto duma relação continuada de clientela, que se caracteriza pela circunstância de uma das partes poder exercer influência danosa, na posição jurídica da outra, v.g., divulgar informação que lhe tenha sido revelada, mas não se afasta que, em regra, a relação comercial bancária deve sustentar uma conta prévia, naturalmente precedida da abertura de conta bancária⁸¹¹.

⁸¹⁰ Cf. António Ferreira, *A Relação Negocial Bancária*, op. cit., p. 645 e ss.

⁸¹¹ Cf. Ibidem, p. 625 e ss.

- Em Portugal, entre várias doutrinas neste domínio, Menezes Cordeiro vê no contrato de abertura de conta o “contrato que marca o início de uma relação bancária complexa e duradoura, fixando as margens fundamentais em que ela se irá desenrolar. A abertura de conta não deve ser tomada como um simples contrato bancário, a ordenar entre diversos outros contratos dessa natureza: trata-se de um ato nuclear cujo conteúdo constitui, na prática, o tronco comum dos diversos atos bancários subsequentes. Abertura de conta: é um contrato nuclear do Direito Bancário; dá azo à relação bancária duradoura complexa e integra diversos elementos, eventuais – como depósito bancário – ou necessário, como conta a corrente bancária”. Esta noção deixa patente que a abertura de conta se apresenta como um negócio materialmente bancário, por excelência, ou, na expressão do autor, “o negócio bancário nuclear”, que se distingue genética e funcionalmente da conta corrente bancária⁸¹².

Ainda em Portugal, existe a nova concepção, que nos parece original, defendida por Engrácia Antunes, que prefere a expressão ou designação “contrato de conta bancária”, para significar e abranger o contrato de abertura de conta bancária – *bank-costumer agreement*, *kontovertrag*, *convention de compte ou cuenta bancaria*, tendo-o definido como: “o contrato celebrado entre um banco e um cliente através do qual usualmente se constitui, disciplina e baliza a respetiva relação jurídica bancária”. Constituindo, assim, na perspetiva do autor, um “*contrato bancário primogénito*” e *multifacetado*⁸¹³.

Pois representa o primeiro contrato bancário que institui a relação bancária, que se caracteriza por ser uma relação económico-social e jurídica duradoura, protela-se ao longo de tempo prolongado, possibilitando desta forma uma pluralidade de negócios e operações em conta. Este autor reconhece que, na prática, existe uso promíscuo e até algo confuso da realidade do contrato de conta bancária como contratos de conta corrente bancária e o contrato de depósito bancário, tendo considerado que a razão subjacente a esta confusão prende-se com o facto de o contrato de conta bancária – enquanto contrato matriz, possui um tronco comum instituinte e sobre o qual os outros contratos repousarão e encontrarão as suas bases de justificação, fundamentação e sobrevivência. Entretanto, mesmo assim, o contrato de conta bancária não perde a sua identidade e autonomia em face dos demais e nem faz minar as autonomias dos outros contratos, apesar das fortes ligações existentes entre eles, designadamente: a conta corrente – convenção cujo objeto é de permitir o registo contabilístico das operações reciprocamente realizadas entre os contraentes e o respectivo saldo; contrato de depósito - acordo que tem por finalidade as entregas de dinheiro que serão depositadas em conta por parte do titular da conta bancária ou qualquer outra pessoa mandatada por este. Compreende-se a posição deste autor, quando refere apenas a questão do contrato de conta, em parte, para abranger a própria abertura

⁸¹² Cf. António Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 278 e ss. e 532 e ss.

⁸¹³ Cf. Engrácia Antunes, *Direito dos Contratos Comerciais*, op. cit., p. 485 e ss.

de conta, dado esta abertura de conta ser uma operação instantânea e pontual, é uma espécie de contrato que nasce e morre ao mesmo tempo, contudo deixando raízes e efeitos importantes, enraizado no próprio contrato de conta bancária.

Portanto pelo exposto, somos de opinião favorável de que o dever do sigilo bancário nasce a partir do momento de estabelecimento da relação comercial estável de conta e serviços bancários, ou partir do contacto negocial ou comercial, quer seja duradoura ou ocasional, estabelecido entre as instituições de crédito e os clientes.

- ii. Quanto às entidades de controlo e de supervisão, designadamente o BCEAO e a Comissão Bancária, começa a partir do momento em que os respetivos dirigentes, os funcionários, inspetores e auditores tomem a informações ligadas à instituição e suas relações com os clientes no âmbito das suas atividades de supervisões programadas ou ocasionais.
- iii. Quanto às autoridades judiciais e judiciárias, impõe-se o dever de dar a devida guarida a todos os dados e informações bancárias conseguidas no âmbito de suas atividades, a partir do momento que as tenham acesso, e por conseguinte, passando estas a beneficiarem de dupla proteção, i.e., do segredo da justiça e do sigilo bancário, de cuja violação acarretariam o cúmulo efetivo e real da responsabilidade civil e criminal.
- iv. Para finalizar, quanto às outras entidades que, ao abrigo da prevenção e repressão de branqueamento de capitais, da luta contra terrorismo internacional e contra o tráfico de estupefaciente, nomeadamente a GIABA, a CENTIF, os agentes do Estado encarregues de investigação (da Polícia Judiciária e do Ministério do Interior), etc..., vinculam ao sigilo bancário a partir do momento em que tenham acessos a estas informações bancárias no âmbito das suas atividades.

Porém, quanto à determinação da baliza temporal da cessação do dever do sigilo bancário, uma vez que a LRB de 1997 e a atual LRB 4/2008, não prevêm nenhum limite nem expreso nem implícito, devemos considerar, à semelhança do que acontece nos outros sistemas acima analisados, sobretudo os sistemas africano de proteção do sigilo bancário – vigente na Angola, Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique –, que o referido dever de sigilo perdura *ad eternum*, i.e., que o sigilo é sempre sigiloso, mesmo depois da cessação da relação negocial, da cessação das funções, do contrato de trabalho na instituição de crédito, cessação ou cancelamento da atividade do banco, etc... Ou seja, desde que importem elementos, dados, factos e informações relativas à vida das instituições de crédito e suas relações comerciais com os seus clientes, obtidas exclusivamente no âmbito do exercício de suas funções.

Neste sentido, dispõe o art. 5º, 2º parágrafo, dos Estatutos do BCEAO, que mantém-se o dever do sigilo profissional bancário, por parte dos dirigentes e do pessoal desta instituição de supervisão, mesmo depois da cessação das suas funções e do contrato de trabalho na instituição. Portanto, podendo ser interpretada, esta norma, como afloração da regra geral nesta matéria, uma vez que a então LRB e a LRB 4/2008 são absolutamente omissas quanto a esta questão, no sentido de aferir que os dirigentes, os funcionários e todos aqueles que tenham acesso às informações ligadas à banca e suas relações com os clientes, em razão do seu ofício, permanente ou ocasional, continuam vinculados ao sigilo bancário, ainda que tenha cessado a relação jurídica laboral e a prestação de serviços em geral.

Contudo, excecionalmente, o dever do sigilo bancário pode cessar ou caducar a partir do momento em que passa a existir a obrigatoriedade de publicidade ou de difusão de tais informações, ligadas às instituições de crédito e às relações com os seus clientes, desde que seja nos termos definidos por lei. Nomeadamente, constituem exemplos típicos da cessação do dever de sigilo bancário, em geral, as situações derogatórias plasmadas em leis, ligadas à necessidade de colaboração com a justiça criminal, à necessidade de luta contra evasão tributária, combate ao branqueamento de capital, luta contra terrorismo internacional, etc...

Embora tal disposição não exista na nossa lei de regulamentação bancária, somos de opinião favorável de que o sigilo bancário, regulado ao abrigo do art. 30º, apenas deixará de existir se, nas situações que a lei imponha a sua revelação, logo em regime de publicidade obrigatória, i.e., deixa de ser objeto sigiloso⁸¹⁴. Mas, em todo o caso, vigora a regra que informa que *quando é sigilo é sempre sigilo* para quem se encontra vinculado ao mesmo.

7. Proteção do sigilo bancário noutros patamares de direito vigente. Da sua extensão e limitação

Passamos, em seguida, à análise da dimensão objetiva e às limitações do sigilo bancário à luz do direito vigente na ordem jurídica guineense, v.g., de natureza cível, comercial, penal, processual penal, laboral, transnacional, etc...

7.1. Sigilo bancário no Direito Penal

No que tange ao dever do sigilo bancário e o direito penal, com a fonte no Código Penal guineense, aprovado pelo DL n.º 4/93, de 13 de Outubro⁸¹⁵, o CP não se mostrou insensível para com o valor e a

⁸¹⁴ Cf. Acórdão do STJ de 21 de Maio de 1980.

⁸¹⁵ Publicado no Suplemento ao BO n.º 41, de 13 de Outubro de 1993, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 2/2002, publicada no Boletim oficial n.º 21, de 27 de Maio de 2002 e pelo art. 13º de Lei n.º 7/97, de 2 de Dezembro, publicada no

realidade sigilo bancário, e nesta base, o protege quando prevê e estatui no art. 142º que

“1. Quem, sem consentimento, revelar segredo alheio de que tenha tomado conhecimento em razão do seu estado, ofício, emprego, profissão ou arte, é punido com pena de prisão até um ano ou pena de multa. 2. O procedimento criminal depende de queixa”⁸¹⁶.

No entanto, a lei pretende punir a quebra ilícita do sigilo profissional, no qual se insere inegavelmente o sigilo bancário, com sanção criminal, prevendo ainda que o impulso do processo-crime contra o infrator suspeito - banco ou seu funcionário - depende da participação ou queixa do cliente vítima ou lesado, estando sujeito, assim, às causas gerais da exclusão da ilicitude e da culpa, nomeadamente, dos artigos. 32º e ss. do CP. Mais precisamente, a situação de conflito de deveres e do consentimento do cliente lesado - enquanto beneficiário e titular do principal interesse protegido - nos termos atrás analisados.

Ademais, temos outra possibilidade genérica da quebra e exclusão da ilicitude, fundada na ordem e instrução judicial, mediante um despacho prévio do juiz, devidamente fundamentado em lei, no qual se deverá contrapor e ponderar o valor do sigilo bancário, a importância e a necessidade de prosseguir o interesse do processo penal, em prevalência e em prejuízo fundado, do valor defendido pelo sigilo bancário. Assim sendo, seria de concluir que a quebra do sigilo bancário representaria um instrumento necessário para a prossecução dos fins da investigação e da verdade material no âmbito do processo-crime. Nesta perspetiva, em abstrato, a justiça criminal assume-se como um valor primordial relativamente ao sigilo bancário^{817 818}.

Ainda, no âmbito de direito penal, e no que toca à violação do dever de sigilo bancário e, por conseguinte, à violação do direito à reserva da intimidade da vida privada, temos a previsão e a estatuição do art. 143º do CP, sobre devassa da vida privada. Porém, embora não seja tipificação do crime-base de violação de segredo, pode ser chamado à colação numa relação de especialidade ao crime do art. 142º do CP, sobretudo para quem tenha aproveitado ou utilizado a informação

Suplemento ao BO n.º 48, de 2 de Dezembro de 1997. Cf. João Pedro C. Alves de Campo (org.), *Colectânea de Legislação Fundamental de Direito Penal*, Bissau, Centro de Estudos e Apoio às Reformas Legislativas, Faculdade de Direito de Bissau, 2007.

⁸¹⁶ Em Portugal, com a exceção do art. 6º do DL n.º 47 909, de 7 de Setembro de 1967, que instituiu o Serviço de Centralização de Riscos de Crédito, por conseguinte, previa que a violação do dever de sigilo bancário, por parte de administradores, membros do Conselho Fiscal, Diretores, Gerentes, Empregados e outros Serviços dos bancos, constituía crime de violação de segredo profissional, pelo menos, até meados de 1974 não existiam outros diplomas legais de proteção penal de sigilo bancário.

⁸¹⁷ Podemos abstrair a mesma ilação ao abrigo dos artigos 195º, 198º, 36º e 38º, ambos do Código Penal português.

⁸¹⁸ Entre nós, em conformidade com a Lei Orgânica dos Tribunais, aprovada pela Lei n.º 3/2002 – publicado no Suplemento ao BO n.º 47, de 20 de Novembro de 2002, os tribunais regionais são tribunais da primeira instância, os dos círculos são da segunda instância, e o STJ é a última instância de recurso interno, art. 12º e ss.

conseguida mediante a quebra do sigilo bancário, em prejuízo do cliente do banco, ainda que legalmente.

7.2. Sigilo bancário face à cooperação com a justiça cível e criminal

Mais precisamente, vamos agora abordar o tema sobre o valor do sigilo bancário, perante a necessidade de salvaguarda do princípio de colaboração com a justiça, entendido como um marco fundamental do direito processual (cível e penal), em ordem a impor a todos a obrigação de cooperar com a justiça, tendo em vista a descoberta da verdade e justa composição do litígio, com inferência às principais fontes e bases, respetivamente, no Código Processual Civil (CPC) e no Código Processual Penal (CPP).

Em geral e abstrato, o dever de colaboração com a justiça opõe-se ao dever de honrar e de guardar o sigilo bancário, quer no direito processual civil, quer no direito processual penal. *Mas porquê?*

Para melhor responder a esta preocupação, devemos considerar o princípio da colaboração com a justiça em duas situações distintas.

i. Ao nível da colaboração com a justiça cível.

No direito processual civil e no código de processo civil, encontram-se consagrados nos termos do art. 266º do CPC, aparentemente, a norma derogatória ao dever de sigilo bancário, a consagrar o dever de cooperação das partes, dos seus mandatários e dos próprios magistrados para a busca da verdade, a justa composição do litígio e, com isto, alcançar uma boa decisão sobre a questão de fundo, conforme o art. 519º CPC.

Não obstante, salvo melhor opinião, não nos parece que a norma, acima referenciada, revele conteúdo suficiente para sustentar e fundamentar qualquer pretensão em ordenar e instruir, *ex officio*, a quebra do sigilo bancário, antes carecendo do consentimento prévio do cliente, parte no processo em causa. Aliás, a obrigação de cooperar com a justiça, em matéria cível, compete, essencialmente, aos agentes acima referenciados, sujeitos processuais.

Para mais, o art. 519º, n.º 3 do CPC, consciente do peso e da relevância do valor do sigilo profissional, no qual se inclui, particularmente, o sigilo bancário, a par da consagração do dever de cooperação com a justiça para a justa composição da causa, vem dar a importante guarida ao sigilo bancário, sobretudo quando dispõe que “A recusa é, porém, legítima, se a obediência importar violação do sigilo profissional ou causar grave dano à honra e consideração da própria pessoa, de um seu ascendente,

descendente, irmão, cônjuge, ou grave prejuízo de natureza patrimonial a algumas pessoas”.

Em abonação à posição acima defendida por nós, o Acórdão do STJ, de 8 de Fevereiro de 1990⁸¹⁹, dispõe que “o art. 519º, n.º 1 do CPC, estabelece que todas as pessoas, sejam ou não partes na causa, têm o dever de prestar a sua colaboração para a descoberta da verdade. Contudo, a recusa de colaboração é legítima, se a obediência importar violação de segredo bancário – art. 519º, n.º 3 do CPC; o sigilo bancário impõe a todos os gestores e funcionários das instituições de crédito, sendo oponível a todas as entidades, inclusive tribunais”⁸²⁰.

Entretanto, a concretizar o dever genérico previsto no art. 266º, o CPC português prevê nos termos do art. 861º - A, n.ºs 2, 4 e 6⁸²¹ que, para o efeito de efetivação da penhora de depósito bancário, esta norma impõe ao banco o dever de fornecimento da informação ligada apenas ao saldo do depósito objeto da penhora. Entretanto, contrariamente ao que tem sido a prática (ilegal) na ordem jurídica guineense por parte dos tribunais - nos processos cíveis - antes de formalizar a penhora do depósito em causa - o que equivale dizer, antes do cativo da conta, à ordem do juiz da causa - o tribunal não teria qualquer legitimidade para exigir ao banco o fornecimento da informação ligada à conta de depósito penhorada, no âmbito de processo executivo, dado que, ainda a conta de depósito em referência, não se encontra à ordem do tribunal por força do cativo e penhora da mesma. Aliás, ainda que encontrasse, sob a ordem do tribunal e formalizada, penhora sobre parte ou a totalidade do saldo credor da conta de depósito bancário, o tribunal não teria direito a exigir quaisquer informações sobre a mesma, mas podendo fazê-la apenas ao valor/saldo credor sujeito ao cativo.

Destarte existe igual procedimento, por remissão legal, em sede da providência cautelar de arrolamento e de arresto, art. 424º, n.º 5 e 406º, n.º 2, ambos do CPC, com a finalidade de tutelar interesses urgentes e suscetíveis de serem molestados, caso não sejam acautelados atempadamente, pretendendo atender os valores da justiça e respeito por outros direitos que possam justificar as restrições ou quebras do sigilo bancário.

A encerrar esta questão, em matéria do processo cível, chamamos atenção pelo facto do atual Ato Uniforme da OHADA, relativo à Organização das Garantias, depois da última alteração introduzida recentemente - entre outros aspetos inovadores - prevê a possibilidade de penhora da conta de depósito bancário. No entanto, não afastamos a possibilidade de, nos termos e procedimentos atrás enunciados,

⁸¹⁹ Cf. BMJ, n.º394, 1990, p.417.

⁸²⁰ Numa postura de reconhecimento e respeito ao sigilo bancário, o Acórdão da Relação de Lisboa, 17 de Fevereiro de 2000, defende a possibilidade de o tribunal requerer ao banco a informação referente apenas ao saldo da conta do cliente, nem mais.

⁸²¹ Cf. O art.861º - A foi alterado pelo DL n.º 375/99, de 20 de Setembro, referente à penhora de depósitos bancários, em sede de processo executivo.

o tribunal poder requerer apenas a certificação do saldo da conta do depósito do cliente executado. Contudo, tal acontece apenas depois de formalização judicial do processo de penhora poderá pedir ou requerer informações detalhadas sobre a conta embora creiamos que não seria necessária dado que ao tribunal interessa apenas apurar o valor de crédito disponível em conta e não tanto quanto a necessidade de conhecer o historial ou biografia bancária da conta de depósito espelhado no extrato bancário do cliente em causa⁸²².

Portanto, em matéria dos processos cíveis, a obrigatoriedade de cooperação com a justiça. cede e rende perante o sigilo bancário. Por tal, somos forçados a corroborar e transpor para o nosso sistema, a “teoria de paralelismo” defendida nos Pareceres da Procuradoria-Geral da República de Portugal, n.º 204/78, de 30 de Novembro⁸²³, n.º 138/83, de 5 de Abril de 1984⁸²⁴ e n.º 183/93, em suma, segundo os quais, “onde há dever de sigilo bancário não há dever de cooperação”, acrescente-se, com a justiça⁸²⁵.

Já no âmbito da resolução dos litígios, por parte do Juiz, art. 535º CPC, este pode *ex officio* ou mediante requerimento prévio das partes, requisitar as entidades oficiais, partes ou terceiros, informações, pareceres técnicos, plantas, fotografias, desenhos, objetos ou quaisquer outros meios de prova destinados à descoberta da verdade material para a justa composição do litígio, o que pode ser requerido, igualmente, às instituições de crédito, com incidência negativa no âmbito do conteúdo do sigilo bancário.

⁸²² As novas alterações relativas aos atos uniformes sobre as sociedades cooperativas, a organização da garantia e no direito comercial geral foram adotadas em Lomé, no dia 15 de Dezembro de 2010, publicado no Jornal da OHADA, n.º 15º, ano n.º 22 e 23, de 15 de Fevereiro de 2011. Para aceder aos conteúdos das alterações introduzidas, Droit & Lois, OHADA – Actes Uniformes, adoptés à Lomé le 15 décembre 2010 et publiés au J.O. OHADA 15 ème année n.º 22 et 23 du 15 de Février 2011 (Sociétés Cooperatives, Sûretés e Droit Commercial Général), les éditions sokemi – Année 2011. Cf. Gaston Kenfack, *op. cit.*, p. 305 e ss.; Souleymane Toe, *op. cit.*, p. 357 e ss.; Roger Masamba, *op. cit.*, p. 489 e ss. E o novo Acto Uniforme da OHADA, relativo às Garantias, foi adotado em 15 de Dezembro de 2010, publicado no JO OHADA N.º 22, de 15 de Fevereiro de 2011. Veja-se, neste sentido, as anotações ao referido ato por Joseph Issa Sayegh, «Commentaires de l’AU du 15 décembre 2010 portant organisation des sûretés», in AA.VV., *OHADA – Traité et actes uniformes commentés et annotés*, 4ª ed., Juriscope, 2012, p. 847 e ss.

⁸²³ Trata-se de parecer do Conselho Consultivo da PGR, homologado em 11 de Janeiro de 1979, mediante Despacho do Ministro da Justiça, publicado no DR, II Série, de 24 de Fevereiro de 1979, no BMJ, n.º 286, 1979, p. 156.

⁸²⁴ Contrária à solução defendida pelo Conselho Consultivo da PGR no n.º 138/84, de que não existe qualquer disposição normativa que derroga o dever de sigilo bancário, Telmo Alves acompanha a fundamentação do voto de vencido de José Joaquim de Oliveira Branquinho. Cf. Telmo José Macedo Alves, «O Sigilo Bancário – Uma Perspectiva Constitucional em Matéria Tributária», in Jorge de Figueiredo Dias *et al.*, (Org.), *Studia Juridica 92 - Ars Iudicandi. Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves. Vol. III: Direito Público, Direito Penal e História do Direito*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, p.53. Enfim, o parecer em causa exerceu grande papel na consolidação do sigilo bancário na prática social, na sua “constitucionalização” na praxis e na “realidade jurídica”.

⁸²⁵ Opondo aos pareceres acima citados da PGR, o Acórdão do STJ, de 10 de Dezembro de 1997, defendendo a justa causa da quebra necessária, adequada e proporcional do sigilo bancário em favor do interesse da realização do valor justiça, que se sobrepõe plenamente ao valor sigilo bancário.

ii. Da colaboração com a justiça penal.

No âmbito do direito e do Código Processual Penal guineense, relevam as disposições dos arts. 6º e 120º do CPP, aprovado pelo DL n.º 5/93, de 13 de Outubro⁸²⁶, e do art. 14º e ss. da Lei n.º 8/2011⁸²⁷, art. 6º e ss. do DL n.º 14/2010⁸²⁸, pressupondo a quebra do sigilo bancário, nomeadamente, sempre que esteja em causa um processo-crime em curso, movido pela necessidade fundada de comprovação de um facto criminoso à luz do direito e princípios plasmados no código penal. Traduzindo-se nas ordens e instruções dirigidas aos bancos ou outras instituições de crédito para o fornecimento de dados, informações e até apreensões de elementos ligados aos clientes, sempre que existam razões fundadas para crer que esses elementos possam ter relevâncias para apurar os factos e a descoberta da verdade⁸²⁹.

Entretanto, com esta medida de ordem geral sobre o dever de colaboração com a justiça criminal, traduzindo-se, no fundo, na quebra necessária, adequada, proporcional e fundada do sigilo bancário. Pretendendo, com isto, evitar que a legitimação e a consagração expressa do dever de reserva dos bancos com relação aos haveres dos seus clientes possa ser baluarte da impunidade, bem como encobrir crimes e fazer prosperar dinheiros conseguidos por vias ilícitas e criminosas, v.g., evasão, fuga ao fisco, tráfico de estupefaciente, corrupção, branqueamento de capitais, tráfico de armas e de seres humanos, etc⁸³⁰.

Entre nós, mais uma vez, o CPP, na mesma senda do CPC, art. 519º, n.º 3, assume uma autêntica postura de reconhecimento do peso e do valor jurídico subjacente ao sigilo bancário, dando assim guarida à sua tutela, nos termos do art. 120º CPP, quando dispõe que, “as pessoas estatutariamente

⁸²⁶ Publicado no Suplemento ao BO n.º 41, de 13 de Outubro de 1993. Para mais informações ver João Pedro C. Alves de Campo (org.), *Colectânea*, *op.cit.*

⁸²⁷ Que aprova a lei de investigação criminal.

⁸²⁸ Que aprova Estatutos da Polícia Judiciária.

⁸²⁹ Podemos retirar o mesmo entendimento da norma do art. 135, n.º 3 e do art. 181º, ambos do CPP de Portugal (DL n.º 317/95, de 28 de Novembro). Ainda, em Portugal, em matéria processual e colaboração com a justiça, ver-se-ão reforçadas em prejuízo do sigilo bancário, quando a Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro, aprovada no âmbito da luta contra tráfico de armas, estupefacientes, corrupção, peculato, branqueamento de capitais, associação criminosa, contrabando, terrorismo, etc., inseridas, igualmente, de entre conjuntos de medidas encetadas a nível internacional, cuja necessidade se faz sentir com maior acuidade a partir do atentado de 11 de Setembro de 2001, nos EUA, às duas Torres Gémeas, que vitimou inúmeras pessoas de várias nacionalidades. Entretanto, esta medida pretende conseguir, através dos bancos, as informações e dados ligados aos depósitos e movimentações, que forneçam pistas para perseguir e detetar associações criminosas, grupos terroristas e crimes de branqueamentos de capitais. Germano Marques da Silva, *op. cit.*, p. 43 e ss.

⁸³⁰ Cf. Neste sentido, Júlio de Castro Caldas, «Sigilo Bancário: problemas actuais», *op. cit.*, p. 35 e ss.; Dominique Poncet e Carlo Lombardini, «Problemi della Pratica: Segreto Bancario...», *op. cit.*, p. 494 e ss.

abrangidas pelo segredo profissional podem escusar-se a responder às perguntas que respeitarem a factos protegidos por aquele segredo”. Assim sendo, mais adiante, ao abrigo do n.º 3 do mesmo preceito do CPP guineense, em termos de procedimento de quebra de sigilo bancário, na expectativa de blindar a sua quebra, estabelece que, “quebra do sigilo profissional pode ser determinada pelo Supremo Tribunal de Justiça – STJ verificados certos pressupostos de que a lei penal faz depender a exclusão da ilicitude”⁸³¹. Neste sentido, Germano Marques da Silva advoga que, “sempre que a instituição bancária invoque legitimamente a escusa só pela via da quebra do segredo lhes pode ser imposto o dever de colaboração”⁸³².

Uma vez invocada a escusa, a autoridade judicial (entre nós, apenas STJ, art.120º CPP) poderá ter uma das seguintes posturas, na decisão do incidente suscitado:

- Aceita como legítima a escusa, e aí o recusante deve silenciar sobre os factos sigilosos de que tiver conhecimento, sob pena de se sujeitar às penas correspondentes ao crime de violação de sigilo;
- Neste caso, i.e., da escusa legítima, apenas através do tribunal poderá ser suscitado e ordenado a prestação do depoimento, se tiver que ser quebrado o segredo profissional (art.º 135.º, n.ºs 2 e 5)⁸³³. Entretanto, entre nós, quebra compete exclusivamente ao STJ, art.120º/3, CPP.

O n.º 3 do art. 135º debruça sobre uma segunda fase do incidente de prestação de depoimento em casos de sigilo bancário e que surge num momento posterior, ou seja, quando a autoridade judiciária, aceitando que a escusa de depor é legítima, pretende, contudo, que dado o interesse da investigação, se quebre o segredo profissional, obrigando-se o recusante a depor⁸³⁴.

⁸³¹ Mais adiante voltaremos a este preceito. Ainda, sobre a proteção penal do sigilo bancário, no direito suíço, vide, Jérôme Lasserre Capdeville, «Le Secret Bancaire Suisse face au juge penal en droit suisse», *Revue Lamy droit des affaires*, n.º 49, 2010. p. 68 e ss.

⁸³² Cf. Germano Marques da Silva, *Curso de Processo Penal*, II, 3.ª ed. revista e actualizada, Coimbra, Almedina, 2002, p. 157. Ac.STJ de 12 de Abril de 2007, disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj>. Ac.STJ de 06/02/2003, processo n.º 03P159, publicado em <http://www.dgsi.pt>, sumário - n.º III. Ac. TRP n.º _0743746 de 14/11/2007, 4ª Secção. É da competência exclusiva do Tribunal Superior, Ac. TRC n.º TRC_1434/07.TAAVR de 09-04-2008, Ac. Tribunal da Relação do Porto n.º TRP_0656042 de 13-11-2006, Acórdão do STA, de 18/6/2015, n.º 0213/15, Acórdão do TRG de 10/10/2014, n.º 01026/12.7BEBRG-B, e Acórdão do TRG, de 4/12/2014, n.º 572/09.4TBFAF.G1.

⁸³³ Cf. Neste sentido parece que Fernando Olavo Cunha admite apenas a possibilidade da quebra via judicial – do tribunal competente, deixando de fora desta prerrogativa o M.º P.º, Fernando Olavo Cunha, *Cheque e Convenção de Cheque*, op. cit. p. 501.

⁸³⁴ O órgão decisor do tribunal superior, perante os factos probandos na ação e o fim do segredo bancário, deverá ponderar sobre a adequação e proporcionalidade da sua dispensa. Cf. Neste sentido, Ac. STJ de 27-1-2005, Proc. 04B4700, disponível em www.dgsi.pt/jstj, Ac. TRP n.º TRP_0623992 de 19-09-2006, Ac. STJ n.º 07P1232 de 12-04-2007, Ac. TRC n.º 333/06.8PBLRA-A.C1 de 28-11-2007, Ac. TRP de 15-5-2008, proc. 0832244, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp>, Ac. TRG n.º TRG_1910/08-2 de 16-10-2008, Ac. STJ n.º 2/2008, D.R., 1.ªs, de 31/3/08 (uniformizador de jurisprudência

O disposto ao abrigo do art. 120º do nosso CPP, próximo ao conteúdo da norma do art. 135º do CPP português, pretende que, nalguns casos, com a invocação do interesse na boa gestão da justiça, bem como do *ius puniendi* do Estado, do dever de colaboração com a justiça, da salvaguarda do interesse público, na ação contra a ofensa da ordem jurídica, ao qual suscita conflito com interesse subjacente ao sigilo bancário, impondo assim a sua resolução mediante o recurso ao tribunal, mediante a ponderação que se faça dos valores em presenças⁸³⁵.

Por tudo isso, somos de opinião que, salvo raras exceções, a nossa posição coincide, no essencial, relativamente à questão de sigilo bancário com relação ao princípio geral de cooperação com a justiça, em matéria cível, com a doutrina e a jurisprudência portuguesa, ao defender a preponderância, superioridade do interesse, valor de confiança e da privacidade subjacentes à figura de sigilo bancário, traduzindo-se na obrigação da instituição de crédito recusar fornecer as informações ligadas às contas e operações de seus clientes. Isto por força dos artigos 261 da CRP, 265º, n.º 3, e 519º, do CPC, 79º do RGICSF, correspondentes às normas dos artigos 44º, n.º 1, da CRGB, 266º e 519º do CPC e do art. 30º da LRB 4/2008⁸³⁶.

referente ao art.º 135.º CPP), Ac. TRC nº TRC_421/08.0YRCBR de 21-01-2009, Ac.. TRL nº TRL_2061/08.5PFLRS-A.L1-3 de 19-10-2011. E, mais, incidente da quebra do sigilo bancário requer a ponderação de interesses em conflitos, conforme princípio da proporcionalidade, da necessidade e idoneidade e adequação, dando prevalência ao valor preponderante (Acórdão do TCAN, de 31/11/2014, n.º 00020/10.7BECBR-A, e Acórdão do TCAN, de 13/3/2014, n.º 00039/10.8BECBR-A); igualmente, Endossam a tese de que o sigilo bancário pode ser derogado apenas a favor de um interesse preponderante (Acórdão do TRC de 28/4/2015, n.º 46/14.1TBMBR-A.C1, Acórdão do TRL nº 356/11.0TVLSB.L1-6, 8/10/2015 e Acórdão do TRC de 17/12/2014, n.º 464/12.0TBTND-C.C1).

⁸³⁵ Veja-se, António de Campos, «Notas de Doutrina e de Jurisprudência – Quebra de Sigilo Bancário em Processo Penal», *Revista da Banca*, n.º 16, Outubro/Dezembro, 1990, p. 195 e ss.

⁸³⁶ Dos mais antigos aos mais recentes, os Acórdãos (disponíveis em www.dgsi.pt) defendem a prevalência do sigilo bancário em relação ao interesse na administração da justiça cível, v.g., Acórdão do STJ, de 21 de Maio de 1980; Acórdão do TRLs, de 05 de Julho de 2000, Acórdão do STJ, de 27 de Janeiro de 2005, Processo n.º 04B700, que defende a prevalência do valor defendido pelo sigilo bancário em prejuízo do valor de descoberta da verdade defendido pelo princípio geral de cooperação com a justiça; Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 06 de Dezembro de 2004, Processo n.º JTRP00037450. Já outro Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 29 de Maio de 1995, Processo n.º JTRP00014883, defende a prevalência do direito ao sigilo bancário para recusar fornecer informação do cliente, com fundamento de que o sigilo corresponde emanção do direito à personalidade moral do cliente e, enquanto tal, deverá prevalecer sobre o dever de colaboração com a justiça; igualmente, na ideia de prevalência de sigilo bancário, entre outros tantos, vem o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 21 de Outubro de 1996, Processo n.º JTRP00019448, que embora reconheça o valor relativo do sigilo bancário, mas defende a sua prevalência em relação ao dever de cooperar com a justiça, vem o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 27 de Janeiro de 2003, Processo n.º JTRP00035462, etc... Situados nos patamares totalmente diversos, temos os seguintes acórdãos: Acórdão da Relação de Lisboa, de 2 de Dezembro de 2004, Processo n.º 10178/2004-6; que o direito de acesso à justiça prevalece sobre o sigilo bancário, vem o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 28 de Janeiro de 2003, Processo n.º JTRP00035066, neste mesmo sentido, a considerar que o sigilo não é um valor absoluto, e por isso deve ceder perante a necessidade da procura da verdade e da realização da justiça, vem o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 6 de Novembro de 2000, Processo n.º JTRP30580, etc... Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 22, de Junho de 1995, BMJ, 448, p.421, CJ, 1995, 3º, p. 134, defende que as informações requeridas

Entretanto, passa-se de forma diversa na nossa ordem jurídica em matéria de colaboração com a justiça criminal, o sigilo bancário apenas poderá ser prejudicado mediante a derrogação ou quebra, expressamente autorizada por uma decisão do STJ, devendo, no entanto, fixar o conteúdo e âmbito preciso da referida derrogação.

Assim nos termos do art. 120 do CPP, encontra-se consagrado uma espécie de poder-dever de escusar prestar o depoimento, que alguns doutrinadores, na esteira de Rodrigo Santiago, advogam que “se trata de uma regra contendo uma verdadeira proibição de prova”⁸³⁷. Entretanto, a instância judicial pode, em última análise, determinar a ilegitimidade da recusa de depoimento, bem como determinar a quebra do sigilo bancário, decidindo que o depoimento seja prestado em derrogação do sigilo bancário⁸³⁸.

7.3. Sigilo bancário no Direito civil

O direito civil dispõe no art. 80º CC do Direito à reserva sobre a intimidade da vida privada, que “1. Todos devem guardar reserva quanto à intimidade da vida privada de outrem. 2. A extensão da reserva é definida conforme a natureza do caso e a condição das pessoas”⁸³⁹.

Assim, na mesma linha da CRGB, o art. 80º do CC protege o sigilo bancário, latamente inserido no âmbito da preservação da integridade da reserva à intimidade da vida privada de outrem e, por conseguinte, estabelece o princípio que informa que a extensão dessa reserva deve ser aferida em conformidade com a natureza do caso e a condição das pessoas. Com efeito, devendo, por isso, as instituições de crédito guardar reserva relativamente aos dados e informações dos clientes ligadas às contas, operações e serviços bancários.

Já no seu art. 81º (Limitação voluntária dos direitos de personalidade) do CC, consta: “1. Toda a limitação voluntária ao exercício dos direitos de personalidade é nula, se for contrária aos princípios da ordem pública. 2. A limitação voluntária, quando legal, é sempre revogável, ainda que com obrigação de indemnizar os prejuízos causados às legítimas expectativas da outra parte”.

Este preceito consagra a possibilidade de renúncia do direito e crédito ao sigilo bancário, por parte do seu titular (cliente bancário), através de sua limitação voluntária por este, dando o respetivo

por força do art. 856º, n.º 2, CPC, na penhora, não estão cobertas pelo dever de guardar sigilo bancário, devendo este ceder ao dever de cooperação com a justiça.

⁸³⁷ Cf. Joaquim Malafaia, «O segredo bancário como limite à investigação criminal», *op. cit.*, p. 58.

⁸³⁸ Cf. Germano Marques da Silva, *Curso de Processo Penal*, Vol. II, *op.cit.* p. 127 e ss.

⁸³⁹ Cf. Maria do Rosário Palma Ramalho, «Direitos de Personalidade e Direitos Fundamentais em Matéria Laboral», in AA.VV., *Estudos e Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, Vol.II, Direito Constitucional e Justiça Constitucional, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, p. 620 e ss.

consentimento às instituições de crédito a autorizá-las utilizar ou revelar fora do circuito comercial no âmbito do qual as mesmas informações foram geradas. Todavia, a referida limitação não é inócua nem ilimitada ou infinita, no sentido de despojar e esvaziar, por completo, o conteúdo e a extensão do sigilo bancário. Ademais, o art. 81º CC vem cominar, com vício de nulidade, a situação da limitação voluntária, que contrarie a ordem pública, o que significa que o cliente não pode, por imposição de ordem pública, moral e outras injunções legais, consentir a devassa total da sua vida privada.

Assim sendo, o CC regula a ampla categoria dos direitos de personalidade e protege-os contra ingerências, violações e ameaças ilícitas, conforme o art. 70º, n.º 1, incluindo o sigilo bancário como uma das formas de manifestação da tutela do direito à intimidade da vida privada, no art. 80º.

A par destas disposições legais, ainda no âmbito do direito civil substantivo, mais precisamente do CC, relevam para o enquadramento jurídico da temática do sigilo bancário, designadamente os artigos 122º a 124º, 138º, 152º a 154º, 483º e ss., 798º e ss., 1649º e 2079º:

- i. Artigos 122º a 124º, CC⁸⁴⁰, em decorrência da incapacidade de exercício natural, de que padece o menor que ainda não tenha completado dezoito anos de idade, os pais, no âmbito do exercício do poder paternal (poder parental) ou por parte da tutela ou tutor, em substituição dos pais nos termos legais, atuando em representação do menor, podem administrar os bens deste, com implicações diretas e inequívocas no âmbito do regime jurídico da proteção do sigilo bancário, dado que, em regra, o sigilo bancário é inoponível aos representantes legais do menor, podendo estes, inclusive, abrir, movimentar a conta bancária do menor, bem como aceder aos dados e informações associadas às contas, operações e serviços bancários.
- ii. Vale a consideração do ponto anterior, para as situações de incapacidades jurídicas de exercícios, motivadas por interdição ou inabilitação nos termos regulados nos artigos 38º e ss., 152º a 154º, ambos do CC, em que a lei confere, ao tutor do interdito e curador do inabilitado, poder para gerir o seu património, no qual se encontra inserido inegavelmente as contas bancárias, suas movimentações, obtenções de informações bancárias dos clientes interditos ou inabilitados, em derrogação ao conteúdo do sigilo bancário.
- iii. No âmbito dos laços parentescos, deve-se assinalar que, igualmente, a emancipação restrita, i.e, por casamento do menor de 16 anos, sem consentimento dos pais ou representantes legais, gera uma consequência relevante em torno da temática de administração dos seus bens, com implicações sérias no âmbito do regime e da proteção do sigilo bancário, acarretando, por isso, o seu rompimento para

⁸⁴⁰ Considerar a nova redação introduzida pela Lei n.º 05/76, de 3 de Março, publicada no Suplemento ao BO n.º 18, de 4 de Março de 1976, que fixa a idade de maioridade nos dezoito anos.

permitir o acesso a informação coberta pelo sigilo bancário por parte de quem passa a deter a administração do menor em causa, art. 1649º do CC.

iv. Ainda, por força do preceituado nos termos do art. 2079º do CC, o sigilo bancário é inoponível ao cabeça-de-casal, enquanto pessoa suficientemente habilitada para gerir e administrar os bens do *de cujus*, importando o acesso à conta, suas movimentações e obtenções de dados e informações ligadas às operações, e serviços bancários.

v. Por fim, em geral, o sigilo bancário não pode ser oponível ao cônjuge não titular da conta, casado em regime de comunhão geral de bens, ou comunhão de adquiridos. Todavia, sem olvidar da possibilidade da instituição de crédito em causa oferecer a resistência de devassa à conta e de acesso a mesma, por parte de outro cônjuge, até que se faça prova bastante de sua condição e direito de acesso à informação associada à conta e operação de outro cônjuge cliente.

Torna-se, por isso, patente e inquestionável, a consagração no CC do dever de guardar o sigilo bancário, inserido amplamente no âmbito de tutela do direito da personalidade - à reserva sobre a intimidade da vida privada, valor protegido civil e constitucionalmente, e que a sua violação arbitrária é passível de responsabilidade civil obrigacional ou extracontratual, fundado nos termos geral do art. 798º e ss e art. 483º e ss. do CC.

Todavia, o direito civil, através do código civil, art. 81º, consagra a possibilidade legal ou voluntária e as condições derogatórias do sigilo bancário; ainda, igualmente, consagra no art. 340º a possibilidade de afastar a responsabilidade dos bancos pela difusão das informações e dados ligados às operações e contas do cliente, quando estas sejam consentidas pelo cliente, constituindo assim uma causa de exclusão da ilicitude.

Assim, caso um cliente autorize a divulgação dos seus dados e registos das operações, prescinde da tutela que a lei lhe confere nos termos atrás enunciados, em manter sob discrição, em nome do sigilo bancário, a informação respeitante a ele, importando-se a quebra do dever de sigilo bancário. O que vem ilustrar que o dever de sigilo bancário corresponde a um direito disponível do cliente, que o dever em causa, protege e beneficia o cliente, podendo dispensá-lo ou provocar a sua cessação ou suspensão pontual e precisa⁸⁴¹.

⁸⁴¹ Voltaremos a esta questão ulteriormente.

7.4. Sigilo bancário no âmbito da prevenção e repressão de branqueamento de capitais

A lei uniforme de luta contra o branqueamento de capitais foi adotada pela Guiné-Bissau no dia 1 de Julho de 2004⁸⁴², por imposição do art. 22º do Tratado constitutivo da UMOA, aprovado pelo Conselho dos Ministros da UMOA, em 14 de Novembro de 1973, transpondo para o direito, os artigos 36º a 43º, ambos da Diretiva n.º 07/CM/UEMOA, de 19 de Setembro de 2002, relativa à luta contra branqueamento de capitais nos Estados membros da UMOA⁸⁴³.

Por outro lado, adotou-se a Lei n.º 1/2012 de 2 de Novembro relativo à luta contra o financiamento do terrorismo.

Os diplomas legais internos, referentes à luta contra o branqueamento de capitais e contra o terrorismo mundial integram conjuntos de procedimentos e medidas estabelecidas no âmbito da união e também internacional, que se impõe, nomeadamente, ao sistema bancário, em derrogação ao sigilo bancário, como sejam:

- Instrução n.º 01/2007/RB de 2 de Julho, relativo à luta contra o branqueamento de capitais no seio dos organismos financeiros da UEMOA;
- Diretiva n.º 07/2002/CM/UEMOA de 19 de Setembro relativo à luta contra o branqueamento de capitais nos Estados Membros da UEMOA;

⁸⁴² Publicada no BO n.º 44, de 2 de Novembro de 2004, cujo texto original na língua francesa se encontra disponível em www.uemoa.int, tendo sido transposta para a nossa ordem jurídica interna pela Lei n.º 04/2004 de 2 de Novembro, relativa à prevenção e repressão do branqueamento de capitais.

⁸⁴³ A expressão “branqueamento” tem a sua origem na língua inglesa – *money laundering*, utilizada nos EUA a propósito das estratégias das máfias americanas de empreender, nas décadas de 1920 e 1930, negócios lícitos, sobretudo, redes de lavandarias, como forma de legitimação dos lucros provenientes de atividades ilícitas, e em 1982, nos EUA, registou-se a primeira aplicação judicial da expressão “branqueamento” com a apreensão de dinheiro alegadamente branqueado proveniente do tráfico de cocaína colombiana. Esta expressão não é utilizada de forma coincidente nos diferentes países, assim, v.g., na Guiné-Bissau e em todos os países do PALOP, as doutrinas e as legislações preferem a expressão “branqueamento de capitais”; em Espanha – *blanqueo*, tal como em França – *blanchiment*, para significar, igualmente, branqueamento; em Itália – *riciclaggio del denaro sporco*, i.e., reciclagem de dinheiro; Alemanha – *gelwasche*, tal como na América Latina – *lavado*, para significar a lavagem de dinheiro, etc... Para mais informações sobre o conceito e a origem do branqueamento de capitais, veja-se, Jorge Godinho, *Do Crime de Branqueamento de Capitais. Introdução e Tipicidade*, Coimbra, Almedina, 2001, p. 26 e ss.; Maria José Meincke, «Blanqueo de Capitales, desde la Represión del Delito a la Prevención», *Prudentia Iuris*, n.º 57, Universidad Católica Argentina, 2003, p. 30 e ss.; Rodrigo Santiago, «O branqueamento de capitais e outros produtos do crime», *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano 4, n.º 4, 1994, p. 497 e ss.; Eduardo Paz Correia, «O branqueamento de capitais», in AA.VV., *Estudos de Direito Bancário*, FDUL, Coimbra, Coimbra Editora, 1999, p. 304 e ss.

- Regulamento n.º 14/2002/CM/UEMOA de 19 de Setembro relativo o congelamento de fundos no quadro de luta contra o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo no seio da UEMOA;

- Decisão n.º 04/2004/CM/UEMOA de 5 de Julho relativo á lista de pessoas, entidades ou organismos visados pelo congelamento de fundos e outros recursos financeiros no quadro da luta contra o financiamento do terrorismo nos Estados Membros da UEMOA.

- 40 Recomendações do GAFI;
- Guia de referência anti-branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo do Banco Mundial.

Assim, o branqueamento de capitais compreende três dimensões:

- 1ª Colocação: referente ao engenho com o numerário de origem criminosa, ao qual procura-se introduzi-lo no sistema financeiro, designadamente através de depósitos bancários.

- 2ª Acumulação: destina-se a ocultar e/ou confundir o rasto contabilístico que conduz ao depósito inicial e, assim, dificultar a ligação dos fundos à atividade criminosa. Com efeito envolve a transferência de uma conta para outra ou de um investimento.

- 3ª Integração: aqui o dinheiro configura-se, na aparência, como um bem legítimo. Passando a ser utilizado, livremente, como se de um fundo lícito se tratasse, deixando poucos rastros e sinais de sua origem ilícita.

Por seu turno, o financiamento do terrorismo (*Terrorism Financing*) traduz-se no financiamento de atos terroristas, de terroristas e de organizações terroristas. Com efeito, as pessoas envolvidas em atividades terroristas procuram exercer fortes influências e mudanças políticas ou sociais através da intimidação. Assim o financiamento do terrorismo pode assumir as seguintes configurações:

- Financiamento de organizações terroristas: trata-se de donativos e ofertas de fundos e outros ativos a organizações terroristas. Os fundos e ativos concedidos por ter origem de uma fonte lícita ou ilícita. A angariação de fundos, na maior parte dos casos, a recolha de pequenos montantes, difíceis de detectar. Normalmente os financiadores de organizações terroristas escolhem as Organizações Não Governamentais (ONG) e organizações sem fins lucrativos para conceder os seus apoios a estas organizações criminosas.

- Financiamento de atos terroristas: consiste em prestar apoios financeiros e assistência técnica aos terroristas nas fases de planeamento e execução de atos criminosos.

No intuito de se desenvolver a luta, em matéria do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, foram definidos, entre outros deveres impostos ao sistema bancário, os seguintes:

- Prover a segurança financeira, v.g., impedir que o banco seja utilizado como plataforma para prosperar fundos ilícitos provenientes de branqueamento de capitais e outros crimes relacionados;
- Adoção de mecanismos internos que se impõem a todos os colaboradores, sobre a necessidade de agirem em conformidade e no sentido de adotarem uma postura de vigilância permanente face à utilização de produtos e serviços financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.

Neste sentido, entre outras medidas que se impõem ao sistema financeiro, destaca-se a obrigação de recusar o estabelecimento de qualquer tipo de relação com as seguintes pessoas e entidades:

- Pessoas comprovadamente associadas a atividades criminosas;
- Pessoas que fazem parte da lista negra das Nações Unidas, OFAC, do GIABA ou de outra organização;
- Pessoas que se declinam em prestar informações sobre as suas atividades e proveniência de fundos;
- Bancos de fachada e instituições financeiras sediadas em países não-cooperantes e “*offshore*”;
- Casinos, ou casas de jogos, que não se encontrem devidamente autorizados.

Entretanto, para além da recusa, existem outras situações em que o banco está vinculado a estabelecer relações, mediante uma autorização prévia superior, sem prejuízo duma vigilância reforçada, nomeadamente para as seguintes pessoas e entidades:

- Pessoas sobre as quais existem informações de envolvimento em atividades criminosas;
- Pessoas que exerçam atividades em países não cooperantes;
- Pessoas classificadas com um nível de risco elevado;
- Pessoas politicamente expostas (PPEs);⁸⁴⁴
- Casas de câmbio;
- Casinos, ou casas de jogos, que estejam autorizados.

⁸⁴⁴ Assim, enetende-se por Pessoas Politicamente Expostas (PPEs), pessoas singulares titulares de cargos públicos, ou que tenham exercido nos últimos doze meses altos cargos de natureza política ou pública, residentes no país ou no estrangeiro, como por exemplo: Presidente da República, Presidente da Assembleia, Primeiro-Ministro, Membros do Governo, Deputados, Líderes de Partidos Políticos, Altas Patentes Militares, Diplomatas, Membros dos órgãos de empresas públicas, Juizes dos Tribunais, Membros de Representações Internacionais. A definição de PPE's não é aplicável a indivíduos em posições ou categorias intermédias ou mais baixas que as anteriormente referidas. Por membros próximos da família das PPEs entendem-se o cônjuge (ou unido de facto), os pais, os filhos e respetivos cônjuges.

A estas medidas, conjugam-se uma forte componente de identificações dos clientes bancários, seus procuradores, e dos chamados clientes de passagens que efetuarem operações pontuais de valor igual ou superior a cinco milhões de francos, sem, no entanto, qualquer possibilidade de se invocar o sigilo bancário para eximir-se desta obrigação; e uma outra componente relacionada com a obrigatoriedade de comunicação às autoridades máximas implicadas, como sejam a CENTIF, todas as operações suspeitas através de um formulário normalizado adotado, bem como à APBEF-GB e às autoridades judiciárias do país.

Há-de convir que, por definição prática e na própria concepção legal, a luta interna e mundial contra branqueamento de capitais prossegue e suporta valores e se opõem aos valores protegidos pelo sigilo bancário. Daí a necessidade fundada da derrogação e quebra do sigilo bancário. No entanto, o sigilo bancário não pode e nem deve, neste caso em espécie, servir de instrumento para encobrir e fortalecer os meios e fundos conseguidos por intermédio de atividades criminosas, sobretudo os crimes ligados aos tráficos.

Assim sendo, aprovou-se este diploma consagradora do regime de prevenção e repressão do branqueamento de vantagens provenientes de atividades ilícitas, como resposta e combate à existência de uma economia paralela, ao nível internacional, que se alimenta de receitas ilícitas e que se procura, v.g., através de sistema financeiro, transformar em atividades geradoras de receitas lícitas⁸⁴⁵.

O crime de branqueamento é definido como infração subjacente a um ou vários crimes cometidos dolosamente, v.g., conversão, transferência, movimentos, etc..., dos bens e objetos desses crimes. Com efeito, o branqueamento de capitais pressupõe sempre, por detrás de si, outro/s crime/s, nomeadamente, crimes de tráficos de estupefacientes, de armas, seres humanos, financiamento ao terrorismo, associação criminosa, corrupções, etc..., que tomados por si, são instrumentais em relação ao crime de branqueamento de capitais.

⁸⁴⁵ Em Portugal, a matéria de prevenção e repressão do branqueamento de capitais encontra-se regulado ao abrigo da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, que estabelece, em cumprimento das Diretivas 2005/60/CE, do PEC, de 26 de Outubro e 2006/70/CE, da Comissão, de 1 de Agosto, e do Regulamento CE n.º 1781/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Novembro de 2006, pub. no JO da EU de 08/12/06, relativo às informações sobre o ordenante que acompanha as transferências bancárias de fundos, regime das medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniências ilícitas e ao financiamento do terrorismo. Entretanto, atualmente, o conteúdo da Lei n.º 25/2008 encontra-se prejudicado, em parte, pelo DL n.º 317/2009, de 30 de Outubro, que regula nos termos do art.40º e ss., o regime das transparências das condições e as informações dos serviços de pagamentos, inserido no âmbito de luta contra o branqueamento de capitais e contra o financiamento de terrorismo. Todavia, as soluções constantes das diretivas e da aludida lei, embora de forma mais restritiva, segundo a doutrina portuguesa, já vinham equacionadas na Lei n.º 11/2004, de 27 de Março, relativa à medida preventivas e repressivas de luta contra branqueamento de capitais, dirigidas, essencialmente, aos serviços de pagamentos. Veja-se, neste sentido, Vitalino Canas, «*Branqueamento de Capitais:...*», *op. cit.*, p. 812 e ss.

Assim resulta do exposto que o ilícito do branqueamento de capitais configura-se uma prática composta por operações complexas, que vislumbram legitimar os proventos resultantes das atividades criminosas, designadamente de tráficos de estupefacientes, corrupção, e de outros crimes dolosos, mediante atividades que possibilitem branqueamentos, como sejam as movimentações financeiras e, em última instância, tais proventos já branqueados, serão aplicados, em parte, e voltam a ser utilizados sucessivamente para patrocinar novas atividades ilícitas⁸⁴⁶.

Entretanto, daí decorre a ideia e a necessidade, de tomada de medida e definição de ação concreta e procedimento direcionado a travar esses males e crimes que ensombram os nossos países, em prejuízo e derrogação do sigilo bancário.

O regime jurídico da prevenção e da repressão do branqueamento de capitais no nosso país sempre andou a reboque das iniciativas internacionais⁸⁴⁷ e comunitárias, aos quais assumiram relevância singular a partir da ponta final do séc. XX, nos anos 80, que correspondem, no fundo, à adoção de medidas legais de prevenções e de repressões internacionais de branqueamento das atividades ilícitas, nomeadamente com maior destaque à atividade de narcotráfico⁸⁴⁸.

⁸⁴⁶ Foi neste sentido, que Blanco Cordeiro defende, que numa primeira fase denominada de *money laundering*, o objetivo é afastar rapidamente a origem ilícita dos proventos obtidos através de práticas ilícitas; uma segunda fase denominada *recycling*, que é constituída por operações de médio e longo prazo, através das quais os proventos acima mencionados, já lavados, vão ser objeto de tratamento até que seja impossível conectá-los com a sua proveniência criminosa, atribuindo-lhe uma aparência legal e integrados no circuito económico e financeiro. Blanco Cordero, *El Delito de Blanqueo de Capitales*, Aranzi Editorial, 1997, p. 60 e ss.

⁸⁴⁷ O mesmo se diga relativamente à regulação jurídica do branqueamento de capitais em Portugal, ao qual assevera Oliveira Ascensão que, neste sentido, a legislação portuguesa andou a reboque de movimentos internacionais. Cf. José de Oliveira Ascensão, «Branqueamento de Capitais: Reacção Criminal», *Estudos de Direito Bancário*, FDUL, Coimbra, Coimbra Editora, 1999, p. 338.

⁸⁴⁸ Assim, a título exemplificativo, em 12 de Dezembro de 1988, o Comité para as Regulamentações Bancárias e as Práticas de Vigilância, que integra os representantes dos Bancos Centrais e das Entidades de Supervisões dos G10, v.g., Alemanha, Bélgica, Canadá, EUA, França, Itália, Japão, Holanda, Luxemburgo, Reino Unido, Suécia e Suíça, e a CE, emitiram uma declaração de princípios – *Declaração de Basileia* – sem carácter vinculativo, com único propósito de obstar à utilização do sistema bancário para fins de branqueamento de fundos com origens criminosas, mais tarde reforçado em 6 de Julho de 1992, reiterando a valência de código voluntário de conduta, com a finalidade prevenir fraudes bancárias internacionais. Igualmente, em 1988, foi rubricada, em Viena, a 19 de Dezembro, a Convenção das Nações Unidas relativa a prevenção e repressão do tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas (ratificada por Portugal e promulgada pelo Decreto n.º 45/91, de 6 de Setembro, do Presidente da República, Publicado no DR, I-A, n.º 205, de 6 de Setembro de 1991, e na Guiné-Bissau, pelo menos, indiretamente pela transposição para direito interno da Diretiva da UEMOA sobre a matéria pela Lei Uniforme acima referenciada), que obrigara os Estados a considerarem, nas suas legislações penais, um regime jurídico referente à repressão penal de branqueamento de capitais provenientes de atividades ilícitas, determinando ainda a cooperação internacional nas áreas da investigação e de entajuda judiciária, com reflexo imediato nas restrições ao conteúdo do sigilo bancário tendentes a prossecução deste fim. Posto isso, em Julho de 1989, foi criado o GAFI, conferindo a esta organização supranacional, atribuições no âmbito específico do combate ao branqueamento de capitais, assim em Abril de 1990, elaborou um extenso Relatório com 40 recomendações sucessivamente revistas até a data presente, as quais se acrescem mais 8 novas recomendações a partir de 2001 contra o financiamento do terrorismo,

Foi nesta base que nos termos do art. 5º da Lei Uniforme de luta contra branqueamento de capitais⁸⁴⁹, entre outros, dispõe que as disposições desta lei “são aplicáveis a qualquer pessoa singular ou colectiva, no quadro da sua profissão, realiza, controla ou aconselha operações que conduzem a depósitos, câmbios, financiamentos, conversões ou quaisquer outros movimentos de capitais ou quaisquer bens”. Visando, com isto, mais precisamente, os organismos financeiros, incluindo os bancos, bem como as instituições vocacionadas no âmbito da abertura ou gestão de contas bancárias, de poupanças ou de títulos, realização de outras operações financeiras ..., conforme as als. c) e d), do art.5º da LU.

Com relação aos bancos, esta LU visa, no essencial, as operações dos bancos, impondo, nomeadamente, um conjunto de obrigações e medidas preventiva e repressiva, normas de condutas e de atuações prudenciais, que vão desde prevenções de branqueamento de capitais nos procedimentos, condições, requisitos de identificações detalhadas, às informações que acompanham os clientes nas aberturas de contas e os respetivos acompanhamentos, art. 7º e ss da LU, e a implementação de um regime de vigia e plantão de determinadas contas e operações de clientes suspeitos⁸⁵⁰.

Ainda, a LU impõe aos bancos a obrigação de preparar e adotar um programa interno de luta contra branqueamento de capitais, para facilitar as recolhas e centralizações de dados e informações ligadas aos clientes sob suspeita de branqueamento de capitais, conforme o art. 13º da LU.

Além desse conjunto de dever preventivo e normas de atuações prudenciais para os bancos, a LU quis que os bancos façam parte deste processo de luta contra branqueamento de capitais, dado que o sistema financeiro e de gestão bancária oferecem condições propícias para as transações e movimentações de haveres relacionados com os crimes acima referenciados, bem como os crimes transnacionais, designadamente ligados ao financiamento do terrorismo internacional. Assim, justifica-se as

contendo ações de aplicação geral, dando ênfase às áreas de justiça criminal, direito penal, sistema financeiro, e cooperação internacional. É importante referir ainda a publicação por parte de GAFI de uma lista de territórios e países não cooperantes nesta luta contra branqueamento de capitais, dos quais se destacavam vários “paraísos fiscais” ou *zonas offshore*, na listagem de 2001 e 2001, constavam desta lista negra 23 jurisdições, em que faziam parte, v.g., Bermudas, as Ilhas de Caimão, o Chipre, as Filipinas, Israel, o Panamá, a Rússia, etc... Ainda veio a integrar a referida lista a Nigéria e o Mianmar, em 2006. Entretanto, a lista dos países não cooperantes vai-se reduzindo na medida em que se retira, da mesma, os países que teriam registado progressos significativos na luta contra branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. Para mais informações sobre GAFI, os seus membros, os objectivos, organização e funcionamento, veja-se, www.fatf-gafi.org.

⁸⁴⁹ *Brevitatis causa*, passa-se a designar por LU.

⁸⁵⁰ A obrigatoriedade de identificação dos clientes visa impedir práticas conhecidas, em alguns sistemas, das chamadas contas numeradas, favorecendo o branqueamento e outros delitos económicos, que são as contas identificadas por um número, de tal forma que, teoricamente, nem o próprio banco conhece os seus titulares. Eram realidades no sistema então vigente na Suíça, Alemanha, e na Áustria.

implicações dos bancos nesta luta, para imprimir maior rigor e controlo aos seus clientes suspeitos e reunir acervos de informações retratadas nas contas e movimentações dos clientes, ou por interpostas pessoas, e os acompanhamentos e fiscalizações de certas operações, em concreto, justificadas nos volumes de dinheiros que envolvem e fortes indícios de branqueamento de capitais que representam, artigos 7º, 10º, 13º e 14º, da LU⁸⁵¹.

Posto isso, a par das medidas gerais providenciais *supra* referenciadas, ainda a LU consagra, em prejuízo do dever de sigilo bancário, as normas derogatórias ou restritivas, impondo assim ao banco a obrigação de comunicar, por iniciativa própria, às autoridades judiciais, incluindo a Polícia Judiciária, MP e os Tribunais, as peças e documentações relativas às identificações e as informações suspeições de branqueamento de capitais, artigos 12º, 7º a 10º e 15º, ambos da LU⁸⁵².

As informações enviadas às autoridades judiciais visam, essencialmente, participar ou denunciar o facto suspeito e dar impulso ao processo de inquérito com único propósito de apuramento do facto subsumível ao tipo do crime de branqueamento e a respetiva punição nos termos definidos pela LU, CP e CPP⁸⁵³.

⁸⁵¹ Obriga os bancos a conservar todas as informações, peças e documentos dos clientes durante um prazo de 10 anos, art.11º da LU.

⁸⁵² Aliás, a matéria referente à investigação deste crime e demais crimes referenciados ao abrigo do art. 9º, da Lei n.º 8/2011, sobre a organização de investigação criminal, são da competência reservada da Polícia Judiciária, neste âmbito, o sigilo bancário não se lhe opõe.

⁸⁵³ Neste sentido, em Portugal, a Lei n.º 25/2008, que transpõe as Diretivas n.º 2005/60, de 26 de Outubro, e n.º 2006/70, de 1 de agosto, alterada pela Diretiva 2008/20, de 11 de março, que estabelece o novo regime e revoga a Lei n.º 11/2011, depois alterada nos seus arts. 3º e 24º pelo Decreto-Lei 317/2009, de 30 de novembro, e art. 57º pela Lei n.º 46/2011, de 24 de Junho, referente à criação de tribunais especializados. Com efeito, estamos perante normas graves derogatórias das regras de deontologia de várias profissões, justificadas na luta ferrenha contra perigos graves, traduzidos nos crimes transnacionais que ameaçam a paz mundial e o equilíbrio económico e financeiro, pelo menos, enquanto mantiverem - tendo em vista prevenir e reprimir que o sistema financeiro seja utilizado para dissimular a origem ilícita de fundos -, mediante seguimento rigoroso das medidas de alerta e de vigilância nas operações com a clientela. Assim sendo, a lei portuguesa, na mesma linha da nossa lei uniforme sobre a prevenção e repressão de branqueamento de capitais, prefere uma formulação mais genérica, impondo dever de sigilo dos atos e factos praticados e conhecidos pela entidade no âmbito do cumprimento das suas obrigações de “comunicações legalmente devidas” por força desta lei, em derrogação justificada da regra do sigilo bancário, artigos. 16º a 18º, 27º a 29º, 32º e 19º. Assim, podemos dizer que o sigilo em causa incide sobre o conteúdo das informações e sobre quem foram as pessoas que as prestaram. E o sujeito do dever não deve dizer que houve a informação e nem revelar o que foi informado sob pena de violar este preceito com as consequências legais que faz cominar. Por isso, com razão, Jorge Patrício Paul, em gesto de questionar a solução legal, levanta a seguinte hipótese: “se um cliente acciona uma entidade financeira por ter sabido, por qualquer meio, que esta quebrara o sigilo bancário, obrigando-a a defender em tribunal, pode ou não a entidade financeira, com vista a prevalecer-se da exclusão de responsabilidade do (atual) art. 20º, revelar no processo o motivo por que quebrou sigilo bancário foi o cumprimento de um dever legal (de comunicação, colaboração ou abstenção)?” No entanto, em resposta a esta questão, somos assim a acompanhar a opinião deste autor e de Vitalino Canas, a possibilidade do banco se defender deste modo, invocando, obviamente, o cumprimento do dever legal, sem ferir o teor e o sentido do art. 20º. Cf. Vitalino Canas, «As Medidas de

Outrossim, as informações suspeitas colhidas deverão ser enviadas ainda:

- Aos agentes do Estado com competência para as investigações de branqueamento de capitais no quadro de um mandado judiciário;
- Às autoridades de Controlo;
- À Célula Nacional de Tratamento de Informações Financeiras (CENTIF), criada por esta LU, dotada de autonomia administrativa, financeira e com a competência fundamental de recolha e tratamento de informações financeiras relacionadas com o branqueamento de capitais, art. 16º e ss. da LU⁸⁵⁴.

Conforme a LU, o sigilo bancário não seria oponível em relação às entidades acima referenciadas. Tanto assim que, ao abrigo do art.9º, n.º 3, dispõe que, “*Nenhum cliente pode invocar o segredo profissional para não comunicar a identidade do titular de direito económico*”. Com isto, não pode furtar a obrigação de fornecer as informações requeridas com base no dever de sigilo bancário, que a LU excetua aqui.

Ainda, em termos processuais, a profissão bancária e as suas operações não escaparam as rédeas da LU, a prever, além das medidas cautelares que possam conduzir ao congelamento de contas e depósitos efetuados em bancos pelos clientes sob investigação das autoridades judiciárias, ainda estabelece, em prejuízo do dever de guardar sigilo bancário, um conjunto de medidas legais derogatórias respeitantes às informações e às obrigações dos bancos declararem as operações suspeitas à CENTIF para o efeito de dar o devido tratamento e encaminhamento, artigos 26º a 29º da LU.

Igualmente, visando a inequívoca quebra do dever de guardar sigilo bancário, a LU estabelece, no art. 34º que, em prejuízo de quaisquer disposições em contrário, nomeadamente art.30º da Lei de Regulamentação Bancária, “o segredo profissional não pode ser invocado pelas pessoas visadas no art. 5º (...)”, incluindo neste rol, obviamente, os bancos. Não podendo, por isso, declinar-se ao pedido de fornecimento de informações às autoridades de controlo, à CENTIF, agentes do Estado encarregues de investigar o caso e mediante a ordem judicial, desde que relacionadas com as informações requeridas, no quadro de inquérito, para apurar os factos relacionados aos fortes indícios do cometimento do crime de branqueamento de capitais.

Natureza Preventiva Contra o Branqueamento e o Financiamento do terrorismo», *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 68, Set./Dez., 2008, p. 878. Cf. Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 378 e ss, Ibidem, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», cit. p. 45 e ss.

⁸⁵⁴ Cf. As atribuições, organização, composição e funcionamento da CENTIF nos termos dos Artigos 17º e 18 e ss. da LU.

Em caso do incumprimento, o banco pode incorrer numa sanção e responsabilização administrativa e disciplinar⁸⁵⁵, e sanções penais, ao abrigo dos artigos 35º e 42º e ss da LU.

Nos termos do n.º 4, do art. 9º da LU, vem consagrada a restrição das restrições ao sigilo bancário, visando reconhecer e repor o valor defendido pelo sigilo bancário, à estabelecer que os “organismos financeiros não são sujeitos às obrigações de identificação (...) e de informações caso o cliente em causa for um outro organismo financeiro (...)”.

Por último, resulta do art. 30º da LU, que o legislador comunitário ainda tem uma preocupação encimada pela necessidade de luta contra branqueamento de capitais, essencialmente, focalizada nos controlos efetivos das identificações de informações relacionadas com as contas dos clientes e nas operações que realizam através dos bancos e pelo sistema financeiro em geral, através dos próprios bancos e outras entidades alheias às relações bancárias.

Todavia pretende que os prejuízos e danos a provocar ao sigilo bancário sejam mínimos, concretos e objetivamente fundados, para que, v.g., o banco que as tenha disponibilizado à CENTIF ou outras entidades como judiciárias, em rompimento ao sigilo bancário, exime e seja ilibado de qualquer responsabilidade, pois a lei afasta a sua ilicitude. Caso a informação em causa seja difundida de ânimo - leve e de forma infundada, equivaleria, aos olhos da LU, art. 30º, a violação do dever de sigilo bancário por parte do banco, com todas as consequências cíveis e penais a ela inerente, nos termos da lei vigente na ordem jurídica guineense.

Pelo exposto, torna-se evidente a razão subjacente à consagração da norma derogatória e à quebra do sigilo bancário, em suma, traduzida no valor supremo da luta contra branqueamento de benefícios e de bens conseguidos mediante atividades ilícitas e do interesse público direcionado ao bem-estar social. Assim sendo, a queda do véu do sigilo bancário nos casos e situações acima discriminadas, constituem um mecanismo eficaz, nomeadamente no combate ao crime de branqueamento de capital, na maioria dos casos, conseguido através dos mais variados tipos de atividades criminosas, que vão desde crimes económicos, fiscais, de associações criminosas, de terrorismo, tráficos de estupefacientes, etc..., contrários aos bens e aos valores jurídicos fundamentais que regem a sociedade.

Assim, as restrições e derrogações impostas ao sigilo bancário servem os fins superiores destinados a garantia do cumprimento das normas e valores sobre os quais a sociedade se rege, se ergue e se identifica, no respeito pelos direitos, liberdades fundamentais e bem-estar. Por isso, justificam, por si só, o afastamento do dever do sigilo bancário, exclusão de responsabilidade do banco que tenha fornecido tais dados e informações dos clientes.

⁸⁵⁵ As sanções administrativas e disciplinares à aplicar aos bancos são da competência do BCEAO, enquanto entidade reguladora e coordenadora das ações da CENTIF, art. 25º da LU.

Aliás, o nosso direito constitucional institui outro patamar de possível limitação ao conteúdo do sigilo bancário, o facto do art. 35º, da CRGB, veta qualquer possibilidade de exercício “dos direitos e liberdades garantidos aos cidadãos (...) contra a independência da Nação, a integridade do território, a unidade nacional, as instituições da República e os princípios e objetivos consagrados na presente Constituição”.

Porém, neste aspecto, a nossa lei, contrariamente à portuguesa (Lei n.º 25/2008), apresenta uma lacuna relativamente à necessidade de consagração da garantia de discrição das entidades, nomeadamente os tribunais, MP, polícias, agentes do Estado, CENTIF e demais, que tenham ou possam ter acessos às informações e dados fornecidos pelos bancos, no âmbito do cumprimento do seu dever de comunicação legal. Assim sendo, justifica-se a consagração legal da obrigação do sigilo bancário, partilhado ou derivado por parte dessas entidades, assim garantir que as informações que lhes são fornecidas não extravasam o circuito e o fim necessário para que foram fornecidas, ademais constituiria importante garantia para o banco, no sentido de permitir que seja ocultada a sua identidade, evitar efeito pernicioso para a banca, e que não seja “crucificado” pelo seu cliente, suscetível de abalar a confiança do cliente no banco.

Com efeito, perante a ausência de disposição específica que regule a garantia de discrição das entidades que tenham acessos às informações ao abrigo do cumprimento da LU, podemos contentar com a garantia constante da disposição genérica do art. 143º, do CP guineense e do art. 30º da LRB 4/2008.

Ainda, em ordem a seguir os mesmos desígnios e a política da lei uniforme relativa à luta contra o branqueamento de capitais, a LRB 4/2008, no seu art. 68º, reitera a possibilidade de responsabilizar criminalmente qualquer estabelecimento de crédito que não tenha cumprido seu dever de colaboração com as entidades e instâncias legítimas no domínio de luta contra branqueamento de capitais, designadamente repassando todas as informações relevantes neste âmbito, nomeadamente à CENTIF. Conferindo, ainda, as autoridades judiciais no âmbito do processo-crime referente às infrações à lei de luta contra o branqueamento de capitais, o poder para requerer pareceres e as informações relevantes ao BCEAO e à Comissão Bancária, art. 73º da LRB 4/2008.

Portanto, as medidas preventivas e repressivas do combate do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, foram condensadas mediante a cristalização, em geral, das obrigações que as preditas entidades, incluindo as instituições financeiras, se encontram adstritas, como sejam: as obrigações de identificações, de recusas e abstenções de realizações de operações suspeita, de conservação de documentos, de exame, de colaboração, de comunicação, de abstenção ou *non facere*, dever de sigilo bancário quanto aos dados conseguidos neste âmbito, de criação de mecanismos de

controle, de formação e de justiça penal tendente a reprimir a infração relacionada com crime de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo⁸⁵⁶.

7.5. Sigilo Bancário no âmbito da lei relativa ao combate dos estupefacientes (do combate à produção, tráfico e consumo de droga)

Trata-se do DL n.º 2-B/93, de 28 de Outubro⁸⁵⁷, aprovado pela Guiné-Bissau e movido por desejo de fazer parte ativa no concerto internacional, na luta contra esse flagelo de tráfico de estupefacientes. Com isto, a Guiné-Bissau procurou fazer a transposição para a lei interna, as exigências, ações e métodos em concertações com a Comunidade Internacional na luta contra os tráficos de estupefacientes⁸⁵⁸.

No entanto, neste sentido, o sigilo bancário não escapou às rédeas deste diploma interno que, pela negativa, consagra algumas derrogações e restrições ao conteúdo do sigilo bancário, designadamente, visando diretamente o sistema financeiro, no qual se inserem os bancos. Assim, o art. 30º dispõe, em suma, que o sigilo bancário não seria oponível às autoridades judiciais, sempre que estejam em causa indícios fortes ou sérios, de que alguém tenha utilizado o sistema financeiro ou bancário, para práticas de atos relacionados com tráficos de estupefacientes e de drogas⁸⁵⁹.

Quiçá, o estabelecimento financeiro poderá ser passível de crime de desobediência qualificada, caso negasse cumprir as obrigações de fornecer as documentações relacionadas com os indícios de tráficos

⁸⁵⁶ Quanto ao bem jurídico subjacente ao crime do branqueamento de capitais, salientamos que adoção, pelo nosso legislador, de uma tese monista, que defende a proteção do bem jurídico da administração da justiça. Porém, em Portugal, existem teses que preferem que a tipificação e a punição do branqueamento de capitais não visam salvaguardar sempre o mesmo bem jurídico, pois estando em causa a tutela de uma multiplicidade de bens jurídicos, ou que prefere de forma simplista que o bem jurídico tutelado seria a prevenção do tráfico e do consumo de drogas, em consideração de que este crime está conexionado, em princípio, com tráfico de drogas, porquanto esta atividade ilícita é uma das que mais lucros geram, ligadas de outras fontes rendosas, bem como as perturbações e desgaste sociais associadas a estas práticas. Cf. Faria Costa, «O Branqueamento de Capitais (Algumas reflexões à luz da lei penal e da política criminal)», *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, Vol. LCVIII, Coimbra, Coimbra Editora, 1992, p. 59 e ss.; Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., p. 379 e ss, *Ibidem*, Sigilo bancário, p. 47 e ss.

⁸⁵⁷ Publicado no 1º Suplemento ao BO n.º 43, de 28 de Outubro de 1993, que revogou e substituiu o então DL n.º 1/76, de 21 de Abril, que aprovara a “Lei de Combate à Droga”.

⁸⁵⁸ Para completar a estrutura e o quadro regulamentar para luta contra tráfico de estupefacientes, a GB aprovou o Decreto n.º 11/94, de 14 de Fevereiro – publicado no BO n.º 7, de 14 de Fevereiro de 1994, que cria a Comissão Interministerial de Combate à Droga, com estrutura e competência própria a nível de definição, coordenação de ação e seguimento de luta contra tráfico de estupefacientes.

⁸⁵⁹ O Papel do banco na luta contra tráfico de estupefacientes e lavagem de dinheiro, veja-se António de Campos, «Luta Contra Lavagem do Dinheiro», *op. cit.* p. 138 e ss.

de estupefacientes às autoridades judiciais da república⁸⁶⁰.

Portanto, este diploma, assume relevo particular para o nosso país no combate ao narcotráfico, com o qual o país se viu confrontado de alguns tempos para cá, devido, em parte, às fragilidades económicas do país para controlar as suas fronteiras terrestre e marítima e até aérea, facilitando assim a utilização da Guiné-Bissau como trampolim ou palco de grandes transações de drogas, desencadeadas a partir de transatlânticos e nas águas interiores e territórios internos. Neste sentido, os bancos comerciais da Guiné-Bissau têm, no mínimo, as obrigações morais, éticas e prudenciais de colaborarem nesta luta, ainda que em prejuízo fundado ao sigilo bancário.

7.6. Proteção do sigilo bancário perante o direito fiscal

Nesta parte, em termos geral, vamos apurar a concepção e solução do ponto de vista das legislações tributárias vigentes nos ordenamentos jurídicos português e guineense, mais precisamente, procurar determinar com base naquilo que foi a experiência vivenciada, nomeadamente em Portugal e no estrangeiro em geral, em que medida a administração tributária guineense pode ou não aceder aos documentos e às informações bancárias dos clientes no âmbito de suas atribuições fiscais.

À semelhança do que vimos um pouco acima, mais uma vez, a proteção do sigilo bancário equivale, em termos pragmáticos, à delimitação, de um lado, da esfera fechada, i.e., o que deve permanecer fora do âmbito do conhecimento do público; que, entretanto, convive, por outro lado, com a esfera que defina o que e como deve estar sujeito ao acesso restrito mediante critérios e condições que se quer definidos especificamente.

Neste sentido, a preocupação suscitada em torno do fisco, sobretudo da necessidade do acesso aos dados colectáveis dos contribuintes, enquadram-se, inequivocamente, nesta última esfera. Neste domínio, no âmbito da fiscalização tributária, por parte da administração tributária, procuram-se densificar as competências quer das inspeções tributárias, quer da DGCI, suscetíveis de ampliar os seus poderes para acederem os dados bancários dos contribuintes, em rompimento ao dever do sigilo bancário. Para os quais as respostas políticas e legislativas para responder a tais questões não foram

⁸⁶⁰ No âmbito da UE, o sigilo bancário foi derogado para a prossecução de uma investigação criminal sobre branqueamento de capitais. Assim sendo, os bancos dos Estados membros deixam de poder invocar o sigilo bancário, diante da demanda conexas à investigação e luta contra o branqueamento de capitais. Cf. Sobre o assunto António Vitorino, in *Diário Digital*, de 26 de Dezembro de 2001. Sobre o quê e o porquê da luta contra o branqueamento de capitais, veja-se, Jorge Patrício Paúl, «A Banca Perante o Branqueamento de Capitais», *Revista da Banca*, n.º26, Abril-Jun, 1993, p. 45 e ss. Em França, veja-se, Christian Gavalda e Jean Stoufflet, *Droit Bancaire. Institutions - Comptes - Opérations - Services*, 8ª ed., Paris, Lexis Nexis – Litec, 2010, p. 171 e ss.

coincidentes e nem uniformes, antes variando-se as concepções políticas, sociais, económicas e culturais de cada país e zonas de integrações.

Assim sendo, é digno de registo, no presente trabalho, um breve bosquejo sobre a preocupação e discussão que o tema do sigilo bancário tem suscitado há muito e nos mais variados quadrantes doutrinários, políticos e jurisprudenciais, sobretudo com relação à sua preservação em face do interesse público da administração tributária⁸⁶¹.

No entanto, o que nos impõe a revitalização e a transposição de algumas dessas controvérsias, nomeadamente de contornos político, económico e social, às quais denotam-se as tendências da defesa de conteúdo negativo do sigilo bancário, face à administração tributária, traduzindo na subversão e negação do valor absoluto do sigilo bancário, particularmente em defesa do interesse ligado ao erário público e para fins tributários.

7.6.1. Síntese da solução no direito comparado, relativo à situação do sigilo bancário perante a Administração Fiscal

Assinala-se que esta questão extravasou o âmbito interno, tendo sido, há muito, equacionado na doutrina e jurisprudência estrangeira, entre as quais parecem-nos dignas de registo as seguintes experiências⁸⁶²:

A. Em Portugal.

A matéria assume também contorno político e social, no âmbito do qual destacamos, designadamente a vincada doutrina de Marques Mendes, como ponto de partida, ao afirmar que “mais cedo ou mais tarde, haverá que quebrar o tabu do sigilo bancário em Portugal. Uma medida que defende deverá ser acompanhada pela necessária garantia judicial e que será aplicada não contra ninguém, mas a favor da cidadania, do Estado e das pessoas de bem”⁸⁶³.

⁸⁶¹ O Acórdão do TC n.º 278/95, deixa claro, na vigência da antiga lei tributária, o valor absoluto do sigilo bancário perante administração fiscal, a concluir que “o dever de sigilo bancário não sofreu qualquer derrogação imediata, por força dos poderes de fiscalização e exame conferidos à administração fiscal”. Ainda, em Itália, esta questão já foi objeto de grande controvérsia, veja-se: Gustavo Visentini, *op. cit.*, p. 256 e ss.; Maria Patrizia de Troia, *op. cit.*, 358 e ss.; Alfonso Palmieri, *Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza*, Anno XLIV – Nuova Serie - Parte Prima, Banca Borsa – Titoli di Credito, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 1981, p. 77 e ss.

⁸⁶² Sobre o sigilo bancário e o direito fiscal no direito comparado, veja-se, Maria Eduarda Azevedo, *op. cit.*, p. 13 e ss.

⁸⁶³ Cf. Marques Mendes, em Diário Digital, de 13 de Julho de 2002.

Com isto, creio não existir qualquer dúvida de que, este político português defende o fim do sigilo bancário em benefício dos fins e interesses tributários.

Ainda, na sequência da proposta e discussão em relação à alteração da lei fiscal, com a finalidade de agilizar o acesso às informações dos contribuintes em prejuízo do sigilo bancário, tal como defendia Marques Mendes, apareceram outras tantas opiniões convergentes e ora divergentes.

João Salgueiro⁸⁶⁴ afirmou, numa conferência sobre a reforma fiscal, que havia toda a necessidade de derrogação do sigilo bancário, por forma a que as pessoas que não querem pagar impostos, vão deixar de utilizar os bancos para as operações em que não pretendem deixar registos;

Igualmente, o presidente da Confederação da Indústria Portuguesa, vem sufragar a posição de Marques Mendes, ao defender a necessidade de levantamento do sigilo bancário para combater a fuga ao fisco, dado que o atual esquema legal montado de sigilo bancário apenas serve o interesse de quem pretende prevaricar.

Neste mesmo sentido, defende Francisco Van Zeller, embora de forma mais moderada que, para evitar tal prevaricação, pelo menos, deve haver limitação parcial do sigilo bancário como uma das principais medidas para combater a fuga ao fisco.

Francisco Mota Ferreira⁸⁶⁵ defendeu, no congresso do PSD, a inevitabilidade de, em Portugal, se caminhar para o fim do sigilo bancário⁸⁶⁶.

De salientar ainda a posição do então executivo chefiado por António Guterres, em exterminar por completo o sigilo bancário, sobretudo quando o assunto é a tributação ou administração tributária, como uma medida eficaz de luta contra evasão e fuga ao fisco.

Já nesta mesma linha, o preclaro Saldanha Sanches deixou transparecer a opinião favorável ao princípio de garantia dos direitos dos contribuintes, o princípio da igualdade e justiça fiscal contra o sigilo bancário perante o fisco, ao defender o reforço do poder da administração fiscal para controlar e aceder os documentos e informações dos contribuintes relacionados com as contas bancárias, em prejuízo do sigilo bancário. Assim, segundo este autor, não colocaria em causa a reserva de intimidade dos contribuintes⁸⁶⁷.

⁸⁶⁴ Então presidente de Associação Portuguesa de Bancos.

⁸⁶⁵ Então Ministro dos Assuntos Parlamentares de Portugal.

⁸⁶⁶ Cf. Diários Digitais, de 29 de Janeiro de 2001, de 28 de Junho de 2002, de 04 de Julho de 2002, sobre o desenvolvimento desta questão de derrogações ao sigilo bancário e outras opiniões políticas.

⁸⁶⁷ Cf. J. L. Saldanha Sanches, «Segredo Bancário, Segredo Fiscal: Uma perspectiva funcional», op. cit. p. 3 e ss.

Entretanto, mais adiante, este autor numa postura favorável ao reforço do poder da administração fiscal, em prejuízo do sigilo bancário, advogara a necessidade do avanço no sentido do alargamento dos poderes da administração fiscal, quando sustenta que as “ (...) alterações legislativas constantes do Orçamento do Estado para 2005 representam um tímido avanço” neste sentido. Ainda, segundo este autor, o acesso da administração fiscal às contas bancárias dos contribuintes não põe em causa a intimidade deste, mas admite, eventualmente, que possa pôr em causa a privacidade do contribuinte, em defesa do princípio da justiça e da capacidade fiscal⁸⁶⁸.

Com efeito é importante referir que as razões subjacentes às consagrações das normas derogatórias e à quebra do sigilo bancário prendem-se, nomeadamente, com a defesa dos valores supremo da justiça fiscal e do bem-estar coletivo. Assim sendo, a queda do véu do sigilo bancário, nas situações acima discriminadas, constituem, por si só, um mecanismo eficaz no combate ao crime de natureza económica, financeira e fiscal.

Neste sentido, vendo as coisas apenas numa perspetiva da defesa do fisco, o sigilo deixaria de ser um valor absoluto, i.e., há casos limites em que deve ceder, particularmente, em matéria tributária⁸⁶⁹. Porém, tais discussões deveriam centrar-se em torno da consagração legal desses casos e do alargamento das áreas, como a fiscal, sem olvidarmos de que a sua quebra pode oferecer riscos para os domínios da reserva da intimidade da vida privada⁸⁷⁰.

Do ponto de vista jurisprudencial, e no sentido de recusar a natureza absoluta do sigilo bancário e a necessidade da sua quebra, face ao interesse da boa e devida realização da justiça fiscal, assim prevenir e punir a prevaricação fiscal, numa perspetiva evolutiva, avultam jurisprudências dos tribunais portugueses, entre as quais elegemos, nomeadamente: Acórdãos do Tribunal da Relação de Lisboa, de 4 de Outubro de 2001, e de 5 de Março de 2002, defendem que o sigilo bancário não é um valor absoluto, podendo sucumbir face aos outros valores constitucionalmente consagrados, superiores aos interesses particulares salvaguardados pelo dever de sigilo bancário⁸⁷¹.

Consciente da existência dessa tensão indisfarçável entre o valor protegido pelo fisco e o sigilo

⁸⁶⁸ Cf. Ibidem, p. 21 e ss. Ver também, Anselmo da Costa Freitas, «O Sigilo Bancário», op. cit. p. 4 e ss.; Rogério Fernandes Ferreira, «Sigilo Bancário – É necessário estabelecer um quadro judiciário específico», *Boletim da Ordem dos Advogados*, n.º 4, 1977, p. 4 e ss.

⁸⁶⁹ Cf. Diogo Leite de Campos (coord.), *Sigilo Bancário*, Lisboa, p. 120 e ss.

⁸⁷⁰ Justamente, neste sentido, ainda, vem um Acórdão da Relação de 17 de Março de 1982, CJ, 2, 201, que “o sigilo bancário cessa (...) para salvaguardar interesses manifestamente superiores”. Neste mesmo sentido, veja-se, Acórdão do TRLx, de 7 de Novembro de 1995, e TRLx, de 1 de Setembro de 1998, ambos defendem a prevalência do interesse da administração fiscal na fiscalização, determinação, avaliação ou controlo da matéria coletável ou apuramento de um crime de fraude fiscal.

⁸⁷¹ Cf. CJ. Ano XXVI, T.4, 2001 disponível em www.dgsi.pt.

bancário, com razão, Castro Caldas chama atenção que “o facto de existir em Portugal uma cultura pouco favorável ao fisco e à intolerância face às infrações fiscais, não legitima que se teorize e se recomende fazer tábua rasa de princípios civilizacionais, enveredando por caminhos que podem levar a soluções totalitárias que violam o art. 26º/1 da CRP”, correspondente ao art. 44º, n.º 1, da CRGB⁸⁷².

Portanto, partindo desta premissa, somos a concluir, parafraseando o ditado popular, que *não se deve apagar um mal com outro mal maior*.

Do ponto de vista jurídico, questionamos, em que medida as concepções sobre as matérias de restrições do sigilo bancário face ao direito fiscal e à administração tributária, foram absorvidas nas reformas fiscais em Portugal.

Entre outras reformas e aditamentos introduzidos na Lei Geral Tributária (LGT)⁸⁷³, realçamos, nomeadamente, as que foram introduzidas pelas seguintes legislações:

i. A Lei n.º 30-G/2000, de 29 de Dezembro de 2000⁸⁷⁴, que teve como escopo principal o combate à evasão fiscal, mediante o acesso, por parte da administração tributária, aos dados e informações do contribuinte objetos do sigilo bancário. Esta reforma pretendia não só permitir, mas sobretudo facilitar e flexibilizar o acesso aos referidos dados relativos às informações relacionadas com operações financeiras, por parte dos agentes e inspetores da administração tributária, para efeito de atuação administrativa na cobrança dos impostos⁸⁷⁵.

ii. Mais tarde adotou-se a Lei n.º 94/2009, de 1 de Dezembro de 2009, que no fundo, apesar da lógica de permissão e flexibilidade defendida pela Lei supra, trouxe importante novidade relacionada com a elasticidade de várias situações aditadas em que a administração tributária possa aceder às

⁸⁷² Cf. Júlio de Castro Caldas, «Sigilo Bancário: problemas actuais», *op. cit.*, p. 35 e ss e p.44.

⁸⁷³ Refere-se à Lei Geral Tributária, de 17 de Dezembro de 1998, publicada no Diário da República Série I – A, n.º 290, mais precisamente à reforma introduzida ao art. 63º (inspeção).

⁸⁷⁴ Trata-se de uma proposta de Lei n.º 36/VIII, de 30 de Junho de 2000, que depois foi aprovada pela AR sob forma da Lei n.º 30-G/2000, de 29 de Dezembro, que veio a entrar em vigor no 1º dia de Janeiro de 2001, publicada no DR I-A N299. Ainda, sobre esta lei e os antecedentes ligados às reformas fiscais, relatório da Comissão para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal, também designado relatório Silva Lopes, de 1996, sobre a permissão de acesso da administração fiscal às informações cobertas por sigilo bancário, Cimeira de Santa Maria da Feira de Junho de 2000, sobre a questão da derrogação do sigilo bancário, numa perspetiva evolutiva e crítica do sigilo bancário vs administração fiscal, em que esta ganhou terreno àquele nas sucessivas reformas fiscais ocorridas em Portugal a partir de 2000, veja-se Paula Barbosa, «Do valor do sigilo – O sigilo bancário, sua evolução, limites: em especial o sigilo bancário no domínio fiscal – A reforma fiscal», *op. cit.* p. 1254 e ss.; Rabindranath Capelo de Sousa, «Segredo Bancário», *op. cit.*, p.210 e ss. Ainda, sobre os vários níveis de acessos às informações e documentos bancários para fins tributárias, à luz da Lei n.º 30-G/2000, de 29 de Dezembro, nomeadamente relativa às operações financeiras, conflitos de dever jurídico do banco de respeito e de derrogação do sigilo bancário, veja-se Jorge Patrício Paúl, «O Regime de Acesso da Administração Fiscal às Informações e Documentos Bancários», *Revista da Banca*, n.º 58, Jul-Dez., 2004, p. 25 e ss.

⁸⁷⁵ Sobre o assunto, veja-se Noel Gomes, *Segredo Bancário*, *op. cit.*, p. 265 e ss.; Paula Barbosa, *op. cit.*, p. 1247 e ss.

informações financeiras do contribuinte cobertas pelo sigilo bancário (vide art. 63-A).

iii. Entretanto, com as facilidades propugnadas pela Lei n.º 30-G/2000 e com a elasticidade introduzida pela Lei n.º 94/2009, ainda a administração tributária não se viu completamente livre das burocracias judiciais inerentes ao princípio da reserva do Juiz, tendentes a conseguir autorização para a quebra de sigilo bancário e, consequentemente, por esta via judicial, aceder às informações de que precisam para fins da administração fiscal.

iv. Assim sendo, para livrar da necessidade de recurso a instância judicial, a burocracia e morosidade associada, para aceder às informações financeiras, ligadas às contas e operações do contribuinte, no âmbito do processo administrativo de cobrança de impostos, aprovou a Lei n.º 37/2010, de 2 de Dezembro de 2010. No entanto, esta lei vem introduzir o princípio da reserva da administração, entre outras, que visa permitir livre acesso da administração fiscal aos dados e informações bancárias do contribuinte sem a necessidade de recorrer ao tribunal para as conseguir, com os procedimentos burocráticos e morosidades inerentes (vide artigos 63º-A, 63º-B e 63º-C da LGT alterados por esta lei)⁸⁷⁶.

v. Com efeito, a solução do acesso de informação automática em prejuízo do sigilo bancário foi reiterada e reforçada na Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que aprovou o OGE para 2011, no novo art. 63-A/1e 3 sujeitaram as instituições de crédito a um mecanismo de informação automática sobre abertura, a manutenção de contas, transferências transfronteiriças, fluxos de pagamentos por cartão de débito ou de crédito dos clientes, cuja situação não se encontra regularizada, e na Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, vulgo orçamento intercalar, que alterou a Lei n.º 64 –B/2011, que voltou a insistir na obrigatoriedade de informação automática referente aos fluxos de pagamentos, arts. 63º-A/4 e 63º-C/3⁸⁷⁷.

⁸⁷⁶ A par das já citadas legislações, ainda assumem particular relevâncias no âmbito de acessos da administração fiscal aos dados e informações do contribuinte ligadas com as bancárias e as operações, em prejuízo da regra do sigilo bancário, DL n.º 29-A/2011, de 1 de Março de 2011, a Lei n.º 55-A/2010, 31 de Dezembro de 2010, a Lei n.º 35/2010, de 2 de Setembro de 2010, a Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro de 2008, a Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro de 2004, DL n.º 320-A/2002, de 30 de Dezembro de 2002 e Lei n.º 8/2001, de 13 de Março de 2001, que introduziram profundas alterações e novas redações ao art. 63º-A, da LGT, respetivamente, aos números 4, 11, 1, 3, 6, 9, 10, e ao art. 63º-B e art. 63º-C, números 3 a 5, ambos da LGT. Ainda, sobre o novo regime jurídico de acesso às contas bancária pela administração fiscal, veja: J. L. Saldanha Sanches, *op. cit.*, p. 41 e ss.; E, para melhor perceção do conteúdo do art. 63º-B da LGT, com a nova redação, que lhe foi introduzida pelo Orçamento do Estado para 2005, aprovado pela Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, veja-se: Vieira de Almeida & Associados, *op. cit.*, p. 117 e ss.; Cf. Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 48 e ss.

⁸⁷⁷ Neste sentido, enfatiza e bem, Menezes Cordeiro de que, de seguida, “será o da monitorização automática e permanente de todas as despesas de cada um”. Por isso, retornamos ao George Orwell: não em 1984, mas em 2012/2014. Cf. Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 393-394, Ibidem, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», *cit.* pp. 56-57. Aderindo

Porém, em todo o caso, numa perspetiva crítica, esta lei abre uma vaga de crise, sem precedente, à proteção e controlo judicial da quebra do sigilo bancário na ordem jurídica portuguesa, abrindo brecha para as intervenções arbitrárias e insignificantes na esfera individual. Por isso, para tornear e minimizar esta tendência, a doutrina portuguesa tem defendido a necessidade de se lançar mãos à facilidade e livre acesso da administração tributária às informações e documentos bancários dos contribuintes apenas nas situações de infrações fiscais graves^{878 879}.

Por tudo quanto ficou exposto, sobretudo com aprovação da reforma fiscal em Portugal, que parece

ainda à conclusão deste autor, de que a maior segurança, passa sempre, pela quebra do sigilo bancário em defesa do interesse do fisco, mediante a prévia sindicância e autorização da autoridade judicial.

⁸⁷⁸ Cf. Diogo Leite de Campos et al., *Lei Geral Tributária - Anotada e comentada*, Vislis Editores, 1999, p. 314 e ss.; António Lima Guerreiro, «Segredo Bancário e Administração Fiscal: ao Novos pressupostos de acesso», *Guia do Contribuinte*, Seminário Económico, Ano I, I, n.º 22, 2005, p. 885 e ss., que defende a perspetiva crítica de que a possibilidade conferida por leis, à administração tributária, para aceder às informações e documentos bancários, em prejuízo e quebra do dever de sigilo bancário, não fazia qualquer sentido nas situações de infrações fiscais de pequeno porte ou relevância. Cf. Telmo Alves, «O Sigilo Bancário», *op. cit.*, p. 29 e ss.; Cf. Luís Guilherme Catarino, «Segredo Bancário», *op. cit.*, p.67 e ss. Ainda, vide, Paula Elizabete Henriques Barbosa, *op. cit.*, p. 1247 e ss. Sobre as infrações fiscais e caracterizações de bens jurídicos tutelados pelas leis penais fiscais, veja-se Augusto Silva Dias, «Os Crimes de Fraude Fiscal e de Abuso de Confiança Fiscal: Alguns Aspectos Dogmáticos e Político-criminais», *Ciência e Técnica Fiscal*, n.º 349, Abril-Junho, Lisboa, Centro de Estudos Fiscais, 1999, p.45 e ss. Sobre o direito de acesso às informações, por parte da administração tributária e o direito ao silêncio, por parte do contribuinte, vide Hugo de Brito Machado, «Algumas Questões Relativas aos Crimes Contra a Ordem Tributária», *Ciência e Técnica Fiscal*, n.º 394, Abril-Junho, Lisboa, Centro de Estudos Fiscais, 1999, p. 93 e ss.

⁸⁷⁹ Entretanto, mesmo perante a consagração do livre acesso às informações bancárias dos contribuintes por parte da administração tributária portuguesa, a dogmática portuguesa, nas decisões de incidentes referentes às derrogações administrativas do sigilo bancário, tem pautada pelas soluções poucas generosas para o fisco, como forma de controlar o resvalar da tendência arbitrária de ingerências nas contas dos contribuintes, exigindo, por isso, a devida fundamentação legal, nomeadamente por força do disposto ao abrigo do art. 63º - B, n.º 1, da LGT, o preenchimento rigoroso dos pressupostos legais e fácticos, nomeadamente as provas suficientes, quer da gravidade dos indícios, suscetíveis de subsumir à infração fiscal grave e dolosa, quer dos factos subsumíveis à disformidade da riqueza ou falta de veracidade da declaração ao fisco, a impossibilidade de comprovação e quantificação direta e exata da matéria tributável, e a justificação que se faça uso de uma medida de "*ultima ratio*", como é a derrogação do sigilo bancário, tendo em conta a ponderação que se faça da sua razoabilidade, idoneidade e eficácia. Salvo raras exceções, cf. Ac. TCAN n.º 00762/06.1BEVIS de 07-09-2006, Ac. STA n.º 0866/06 de 13-09-2006, Ac. STA n.º 0468/06 de 28-06-2006, Ac. TCAS n.º 01187/06 de 11-07-2006, Ac. STA n.º 0665/06 de 26-07-2006, Ac. TCAN n.º 00633/06.1BEVIS de 11-08-2006, Ac. TRL n.º 11186/2005-8 de 21-09-2006, Ac. TCAN n.º 01026/06.6BEVIS de 19-10-2006, Ac. TCAS n.º 01371/06 de 31-10-2006, Ac. TCAS n.º 01410/06 de 07-11-2006, Ac. TCAS n.º 01564/07 de 23-01-2007, Ac. TCAS n.º 01585/07 de 23-01-2007, Ac. TCAS n.º 01930/07 de 03-07-2007, Ac. TCAN n.º 00812/07.4BEVIS de 04-10-2007, Ac. TCAS n.º 02036/07 de 16-10-2007, Ac. STA n.º 01022/07 de 09-01-2008, Ac. TCAN n.º 00641/07.5BEVIS de 17-01-2008, Ac. TCAS n.º 02265/08 de 11-03-2008, Ac. TCAN n.º 00423/08.7BEVIS-A de 04-09-2008, Ac. STA n.º 0715/08 de 20-08-2008, Ac. TCAN n.º 01384/08.8BEVRG de 15-01-2009, Ac. STA n.º 01106/08 de 21-01-2009, Ac. STA n.º 0965/08 de 18-02-2009, Ac. STA n.º 0135/09 de 19-03-2009, Ac. STA n.º 01116/09 de 02-12-2009, Ac. STA n.º 0897/09 de 28-04-2010, Ac. TCAN n.º 00145/12.4BEMDL de 15-02-2013, Ac. TCAN de 13/3/2014, Ac. TCAN de 16/10/2014, n.º 00224/14.3BEPNF, Ac. STA de 16/9/2015, n.º 099/15, Ac. STA de 14/10/2015, n.º 0901/15, e Ac. TCAN de 27/3/2014, n.º 00493/13.6BEVIS.

resolver este diferendo entre os publicistas/fiscalistas e os civilistas, a favor do fisco, ficamos assim com a seguinte ideia geral⁸⁸⁰:

- A derrogação de sigilo bancário, face à necessidade de administração tributária visa, no essencial, fugir às burocracias e morosidades então prevaletentes para se conseguir a quebra de sigilo bancário nos tribunais para fins tributários. Porém, com isto, facilita o acesso às informações e contas bancárias dos contribuintes, mediante a introdução, na referida reforma, de novos modelos e vias de acesso às contas, a garantia da justiça tributária e o combate à evasão fiscal⁸⁸¹.

- Que a tributação deverá pautar-se por fins constitucionais e que servem interesses superiores tutelados pela lei fundamental, o que justifica a derrogação de sigilo bancário. Contudo, ainda assim, a reforma em causa não foge às duras críticas⁸⁸², que alguns consideram bastantes severas, por isso, consideram que pecou por excesso, traduzindo-se na quebra e aniquilação do sigilo bancário, e na violação do art.26º, n.º 1 da CRP. Para outros, a derrogação de sigilo bancário é feita, por intermédio da reforma fiscal aprovada pela Assembleia da República, de forma prudente e muito limitada, traduzindo-se numa ligeira quebra de sigilo bancário, que já era permitida, embora de forma mais rígida, mediante autorização judicial, para permitir acesso às informações e evitar a fuga ilegal ao

⁸⁸⁰ O sigilo bancário não escapou, igualmente, à intervenção ao nível da UE e da OCDE, fundada na globalização e internacionalização das relações tributárias, da concorrência fiscal prejudicial, nomeadamente, o regime de assistência relativa à cobrança de créditos fiscais em matéria de impostos sobre o valor acrescentado, pelas Diretivas n.º 76/308/CEE, de 15 de Março, n.º 79/1071/CEE, de 6 de Dezembro, n.º 2001/44/CE, de 15 de Junho, e n.º 2002/94/CE, a mesma solução também foi adotada a nível das Convenções da OCDE, sobretudo com a revisão de 2002 introduzida ao art. 27º da Convenção Modelo da OCDE, relativa à troca de informações fiscais. Porém, antes foram ensaiadas várias medidas, em parte, traduzidas nas derrogações e flexibilizações das regras de sigilo bancário para prossecuções de fins tributários, luta contra evasão fiscal, branqueamento de capital, etc..., permitindo assim aos Estados partes da Convenção da OCDE às trocas de informações e dados bancários, em prejuízo do sigilo bancário, bem como as medidas tomadas de aniquilar as práticas das ditas contas bancárias anónimas, que impossibilitavam o acesso às informações e às cobranças de créditos fiscais. Práticas, então seguidas por alguns países ultraprotetores do sigilo bancário como Áustria, República Checa, a Hungria, e a Polónia, que não aceitavam subscrever estas medidas da OCDE. Cf. Relatórios da Comissão da OCDE para os Assuntos Fiscais, OCDE, *Improving Access to Bank Information for Tax Purpose: The 2003 progress Report*, 2003, disponível em www.oecd.org; OCDE, *Improving Access to Bank Information for Tax Purpose: The 2007 progress Report*, 2007, também disponível em <http://www.oecd.org>. Cf. OCDE, *Modelo de Convenção Fiscal sobre Rendimento e o Património da OCDE* (tradução de Teresa Curvelo) CCTF, n.º 192, Centro de Estudos Fiscais – DGI, Ministério das Finanças, Lisboa, 2003.

⁸⁸¹ Para termos noção sobre as implicações práticas do acesso aos dados bancários das pessoas, veja-se o *Relatório do Combate à Fraude e Evasão Fiscais de 2010*, do Ministério das Finanças, que apresenta um gráfico que integra, entre outras questões, os seguintes dados estatísticos: de 2007 a 2009 foram instaurados 2802 processos que desembocaram em 145 decisões de levantamento do sigilo bancário e 2591 com autorização voluntária dos sujeitos contribuintes. Em 2009, foram 646 processos de levantamentos do sigilo bancário de que resultaram 46 decisões administrativas de levantamento de sigilo bancário e 599 por autorização voluntário do cliente, e neste mesmo ano de 2009 foram instaurados 140 processos de levantamento do sigilo bancário no âmbito de inquérito judiciais. Cf. Clotilde Celorico Palma e António Carlos dos Santos, «A Derrogação do Sigilo ...», *op. cit.*, p. 184.

⁸⁸² Cf. Noel Gomes, *Segredo Bancário...*, *op. cit.*, p.283 e ss.

fisco, acautelando e provendo com a sua quebra o mínimo dano ao valor fundamental de direito à reserva da intimidade de vida privada.

- Em todo o caso, não se deve perder de vista, que a própria fiscalidade promovida pelo fisco, compreende limitações intrínsecas e extrínsecas, devendo, no entanto, conformar-se a tais limites como garantia da sua legitimidade e eficácia⁸⁸³.

B. Na Alemanha

À semelhança dos outros países, na Alemanha, quaisquer relações profissionais entre o banco e a sua clientela, devem-se fundar na confiança, o que impõe ao banco o dever de abster de divulgar informações emergentes desse relacionamento. Contudo, a questão foi suscitada desde 1988, referente à tributação dos juros de empréstimos bancários, perante a existência de uma disposição legal sobre o sigilo bancário que impedia e limitava o acesso a estas informações bancárias por parte do fisco. Para resolver este impasse, o Tribunal Constitucional declarou a inconstitucionalidade da referida norma, alegando, no essencial, que a norma em causa constituía obstáculo estrutural ao cumprimento da lei tributária, que a mesma violava o princípio da igualdade entre os contribuintes. Entretanto, em todo o caso, no sistema alemão a obrigação de informar deve ser fundamentada numa lei, devendo passar por um controlo rigoroso por parte das autoridades judiciais – reserva do juiz.

C. Na Bélgica

Neste país, o dever do sigilo bancário traduz-se num verdadeiro imperativo do exercício da profissão bancária ao qual requer a observância rigorosa desse dever de raiz profunda nas *traditions* e costumes bancários belgas, nomeadamente relativo à confidência sobre os dados relativos às operações e serviços dos clientes.

Não obstante, o sistema belga não deixa de reconhecer a legitimidade aos agentes da administração tributária a possibilidade do acesso a tais informações colectáveis no âmbito das suas atribuições de investigação de impostos directos e indirectos.

Destarte, no regime belga, admite-se a possibilidade de associar a contestação administrativa de atos tributários ao necessário acesso à informação protegida pelo sigilo bancário, na exata medida em que

⁸⁸³ Cf. Meneses Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 395.

seja essencial para a decisão administrativa⁸⁸⁴.

D. No sistema Francês

A doutrina e a jurisprudência dominante coincidem em determinar que o banco visado deve ser “confidente necessário”, obrigado assim a guardar segredo em consequência e por inerência das suas funções, daí que é comum afirmar que o sigilo tem a sua raiz na confiança. Contudo, em geral, as razões ligadas ao interesse público ditaram, progressivamente, o afastamento do sigilo bancário em detrimento do fisco, permitindo assim a administração fiscal controlar as declarações de rendimento dos contribuintes.

E. Na Itália

Igualmente, no sistema italiano, aceita-se a obrigação de reserva que impende os bancos relativo aos dados provenientes das suas relações com a clientela, que a doutrina e a jurisprudência francesa nunca se opuseram. No entanto, colocaram a questão e a respetiva solução no âmbito constitucional, em que procuraram encontrar a compatibilidade entre o poder atribuído pela lei ordinária à administração tributária para aceder as informações bancárias e o direito à privacidade, em que se concluiu que a norma em referência não restringia de forma desajustada a intimidade do contribuinte, enquanto núcleo duro dessa privacidade⁸⁸⁵.

F. Reino Unido

O sigilo bancário é considerado um dever necessário e implícito nos contratos bancários. Todavia, a justificação no *public interest* constitui a administração fiscal no direito de convidar formalmente os

⁸⁸⁴ Cf. Relatório da proposta de lei n.º 85/X, Diário da Assembleia da República, 2.ª série-A, n.º 5, de 6 de Outubro de 2006, p. 22.

⁸⁸⁵ Cf. Ruiz Garcia, *Secreto Bancario Y Hacienda Publica (el deber de Colaboration de las Entidades Bancarias e el Procedimiento de Gestion Publica)*, Madrid, 1988. Ainda, para uma análise mais aprofundada da Lei Geral Tributária espanhola (Ley 58/2003, de 17 de diciembre de 2003), bem como os poderes dos agentes tributários e a injunção de que no sistema financeiro e tributário vigente em Espanha, a justiça tributária deve vincular-se à Constituição da República Espanhola, veja-se, Luís María Cazorla Prieto, *Derecho Financiero y Tributario*, Parte Geral, 6ª ed., Navarra, Thomson Aranzadi, 2005, pp. 72 e ss., e 111 e ss.

bancos a comunicar-lhes os dados requisitados para o apuramento da situação fiscal dos contribuintes.

G. Na Suíça

O modelo de blindagem e ultraprotetor do sigilo bancário tem-se conformado com algumas críticas, nomeadamente relacionada com o favorecimento da evasão fiscal, um autêntico paraíso fiscal, de facilitar e encobrir factos e dados ligados aos crimes de natureza económica, de capitais de origens ocultas e fundos obtidos ilegalmente. Contrariamente ao que acontecia nos primórdios da tutela do sigilo bancário, então configurada como que de um valor absoluto se tratasse, atualmente, tem-se assistido uma certa mitigação desta tendência então prevalecente, sobretudo depois de várias críticas e o empenho das autoridades europeias, começou-se a registar sinais visíveis da melhoria do funcionamento do sistema suíço, permitindo o acesso progressivo às informações bancárias com único propósito de combater o crime de evasão fiscal.

H. Espanha

O dever do sigilo bancário encontra-se respaldado e fundamentado ao abrigo do art. 49º do Código de Comércio, no próprio Estatutos do Banco de Espanha e no forte apoio jurisprudencial. A obediência dos bancos às demandas das autoridades administrativas sempre foi questionada pela doutrina e jurisprudência espanhola. Ao qual se exige procedimento específico conducente à quebra do sigilo bancário.

I. No âmbito internacional, particularmente na UE e na OCDE.

Tem-se assistido uma certa tendência progressiva, no sentido de favorecer a equidade e eficácia na perceção do imposto. Assim, no âmbito específico da OCDE, desde 21 de Setembro de 1977, os países membros adotaram uma recomendação relativa à evasão e fraude fiscais, com incidência em matéria do sigilo bancário e no reforço da cooperação internacional.

Entretanto, um estudo preliminar então desenvolvido realçou, entre outras preocupações, nomeadamente, que a operacionalização das referidas medidas tendentes ao favorecimento do aforo e combate à evasão fiscais iriam afrontar a regra de proteção do sigilo bancário que existe em todos os Estados membros, reconhecendo, contudo, que os operadores económicos tendem a transferir a sua

atividade para países que protegem as informações bancárias, por um lado. E, por outro, observa-se que os países com balança de pagamentos deficitária e a necessidade de capitais importados, o sigilo bancário favorecia o repatriamento de rendimentos e a sua colocação junto de bancos estrangeiros. Com efeito, o sigilo bancário serviria de um importante suporte ao novo modelo do crime organizado, económico e financeiro, mediante dissimulação de fundos de origens ilegais, como válvula de escape ao controlo cambial e de divisas. Os Estados membros deveriam conjugar todos os esforços para combater, quer abdicando, quer mitigando as regras relativas à proteção do sigilo bancário, quando se trata da matéria de luta contra crimes de evasão fiscais, corrupções e crimes económicos como branqueamento de capitais e luta contra terrorismo mundial, sem, no entanto, olvidar da necessidade de se intensificar os procedimentos de trocas de informações baseadas no princípio da reciprocidade.

7.6.2. Nível de acesso à informação e documentos bancários

O modelo de integração de mercado e de serviços de pagamentos vigente na UE, e especialmente, o modelo vigente nos Estados membros, *maxime* em Portugal, visa, em parte, resolver a vincada concepção do sistema bancário de obstinada e abusiva proteção e absoluto controlo e domínio sobre as contas bancárias dos clientes, aos quais constituem uma grande e séria ameaça à concretização plena de um mercado integrado de meios de pagamento, v.g., no âmbito das operações desenvolvidas através do sistema eletrónico internet - *e-payments*, sobretudo com as barreiras criadas de acesso às mesmas contas por parte de novos prestadores de serviços mais dinâmicos e de portadores de inovação⁸⁸⁶.

Em primeiro lugar, a questão centrou-se na ideia subjacente à existência de conjuntos das contas bancárias, também designadas numa perspetiva, algo redutora, de “contas de pagamentos”, art. 4º, n.º 14º da Diretiva 2007/64/CE (DSP), que constituem, em parte, elementos de um esquema de pagamentos dos componentes das infraestruturas com suporte físico, v.g., redes de distribuição de energia, de telecomunicações, de transportes ferroviários, etc...

Em segundo lugar, aventa-se a ideia, por vezes, da vincada discussão e argumentação a defesa do direito à “portabilidade da conta bancária”, que sustenta a conclusão de que as contas bancárias são “propriedades” dos respetivos titulares, aos quais devem ser reconhecidos a possibilidade de, quando, nas condições e a quem entenderem, permitirem o acesso às mesmas sem que os bancos possam opor a tais autorizações dos clientes.

⁸⁸⁶ Cf. Estudo publicado pelo *Comitee on Payment and Settlement Systems do Bank for International Settlements*, relativo a *Innovations in retail payments*, Maio, 2012.

Entretanto, chamemos atenção que diante destas demandas, os bancos confrontam com várias situações, por vezes, conflitantes, decorrentes das legislações especiais aplicáveis aos bancos e às relações de contratos duradouros de contas bancárias, v.g., ligadas às proteções de dados pessoais, prevenção de branqueamento de capitais, dos interesses do sistema financeiro, da proteção da economia, da intimidade individual, etc. Aos quais a lei faz cominar conjunto de deveres de condutas ética e deontológica aos bancos, de cujas violações importam severas punições da instituição bancária em causa.

Partindo da vincada ideia da defesa de propriedade e da portabilidade da conta bancária nos moldes acima expostos, foram aventadas várias modalidades de acesso às contas no âmbito da integração preconizada pela UE relativo ao mercado e serviço de pagamento, como sejam:

- Mero acesso à informação sobre a existência e o estado da conta bancária, mormente a conta de pagamento, que importam as meras informações sobre se a conta se encontra ativa, bloqueada, cativa, cancelada, sobre a identidade do respetivo titular, o saldo da conta, etc.
 - Acesso a conta bancária como garantia de pagamento, sobretudo nas operações *cross-borders*, não basta a mera informação sobre o saldo, por vezes, a celeridade e a facilidade de uma operação à distância deve compaginar-se com a prestação da garantia relativa a certeza do pagamento do montante contratado nesta transação internacional.
 - Acesso por parte de terceiros dos meios de acesso à conta. Neste caso, admite a hipótese do titular da conta disponibilizar aos terceiros o seu código de acesso PIN⁸⁸⁷, bem como instrumento de acesso a mesma como NIP, i.e, código pessoal - número de identificação pessoal.

Em todos os casos acima referenciados, porque os bancos continuam ainda adstritos, por leis e acordos firmados com os seus clientes, ao dever de confidencialidade e de absoluta discrição relativos as contas e operações, arts. 56º e 61º da DSP, os clientes devem instruir uma autorização expressa aos bancos. No caso específico de Portugal, em obediência às exigências do preceituado ao abrigo do art. 79º, n.º 1, do RGICSF, que exige que a autorização do cliente, para a quebra do sigilo bancário, seja transmitida, no mínimo por escrito, ao banco em causa. Igualmente, a proposta do novo Regulamento sobre processamento de dados pessoais, impõe no art. 7º a necessidade da autorização do titular dos dados em causa⁸⁸⁸.

⁸⁸⁷ Número de identificação da conta bancária, progressivamente substituído pelo número internacional IBAN.

⁸⁸⁸ Sobre estes aspectos, bem como o beneficiário dos acessos acima referenciados, veja-se José Manuel Faria, «Acesso a contas bancárias por terceiros no âmbito de operações de pagamentos», Revista da Banca, n.º71, Jan/Jun, 2011, p. 25 e ss.

7.6.3. A necessária garantia de confidencialidade – sigilo do fisco

Em consequência do acesso livre e generalizado às informações sobre a situação financeira e patrimonial dos contribuintes, nomeadamente o acesso a informações e documentos bancários, art. 63º - B, da LGT – a lei reconhece, como garantia de segurança, o direito do contribuinte à confidencialidade fiscal, o qual vincula o agente da administração tributária ao dever de reserva relativo aos dados recolhidos sobre a situação tributária dos contribuintes e os elementos de natureza pessoal que eventualmente integrem. Entretanto, podendo apenas utilizar tais dados e informações no âmbito restrito do exercício da sua atividade e dentro das bitolas legais⁸⁸⁹.

No intuito de provar a importância do sigilo do fisco, quiçá, em substituição do sigilo bancário, assevera Saldanha Sanches a necessidade do reforço do poder da administração, permitindo, assim, o acesso às informações e dados bancários dos contribuintes⁸⁹⁰. Neste âmbito acentua a importância e a suficiência do sigilo fiscal como garantia da maior tutela dos dados das pessoas contra a intromissão alheia. Que a desnecessidade do sigilo bancário perante o fisco se justifica no legítimo interesse digno de cobertura legal, nomeadamente conexo à política fiscal, sobretudo porque os contribuintes, por imperativo legal são obrigados a declarar regulamente o seu haver perante o fisco, caso não a faça, este pode livremente exigir-lo. Portanto, o que não seria possível caso o sigilo bancário fosse oponível perante o fisco. Ademais, neste particular, o foro de privacidade individual que se pretende tutelar no sigilo bancário já encontra guarida no âmbito de sigilo fiscal conferido aos contribuintes⁸⁹¹.

Assinala-se que, à luz do RGIT portuguesa, art. 91º, incorre na prática do crime de violação do rotulado segredo fiscal, o funcionário da administração fiscal que tenha revelado segredo de que teve acesso no âmbito e através da quebra e derrogação excecional do dever de sigilo bancário, podendo ser punido com a pena de multa ou prisão até 360 dias⁸⁹². Portanto, as informações colhidas únicas e exclusivamente no âmbito de derrogação ou inoponibilidade do sigilo bancário perante a administração fiscal e o respetivo funcionário, continuam protegidas na órbita do segredo fiscal, devendo apenas ser

⁸⁸⁹ Cf. Manuel Henrique de Freitas Pereira, *Fiscalidade*, 5ª ed., Coimbra, Almedina, 2014, pp. 342 – 343.

⁸⁹⁰ O sigilo fiscal constitui uma das importantes garantias dos contribuintes, impondo assim aos dirigentes, funcionários e agentes da administração tributária, o dever de confidencialidade, no sentido de guardar a reserva sobre os dados recolhidos sobre a situação tributária dos contribuintes, bem como os elementos de natureza pessoal. A sua violação importa consequência penal e disciplinar. Cf. Sofia Tomé D'Alte, «O Sigilo Fiscal: Um direito da administração tributária e uma garantia dos administrados», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Vol.XLIII, n.º 1, Almedina, 2002, p. 492 e ss.

⁸⁹¹ Cf. José Luís Saldanha Sanches, «Segredo Bancário, Segredo Fiscal: Uma perspectiva funcional», op. cit. p. 39.

⁸⁹² Carlos Paiva, *Das Infracções Fiscais à sua Perseguição Processual*, Coimbra, Almedina, 2012, p. 118.

circunscritas e partilhadas apenas dentro e no preciso âmbito da administração. Porém, não podendo, em caso algum, extravasar o âmbito e a necessidade da administração fiscal para qual foi requerida e conseguida a referida informação em derrogação do sigilo bancário, sob pena de responsabilidade civil e penal do autor do facto⁸⁹³.

7.6.4. A solução vigente na Guiné-Bissau

Na Guiné-Bissau, perante a ausência total de qualquer disposição legal expressa, que regule a matéria de limitação do sigilo bancário em face da administração tributária guineense, nomeadamente o Código Tributário guineense⁸⁹⁴, o Regulamento dos Serviços de Justiça Fiscal⁸⁹⁵, que confere à administração tributária, quer funções administrativas, quer jurisdicionais, para proceder às cobranças administrativas e jurisdicional ou coercivas dos impostos, art.5º, nem o Código do Processo Tributário (CPT) prevêm essa possibilidade⁸⁹⁶. Por isso, podemos admitir que, ao contrário da atual realidade vigente em Portugal e em quase todos os Estados membros da OCDE, entre nós, o dever de guardar sigilo bancário assume-se como um valor quase absoluto perante a administração tributária guineense. Assim, na altura da conclusão deste trabalho, não existe, no entanto, qualquer disposição legal expressa que consagre de forma precisa e inequívoca a matéria referente à inoponibilidade ou às condições de quebra de sigilo bancário por parte do agente da administração tributária guineense, traduzida, essencialmente, no livre acesso e imediato da administração tributária guineense aos dados das contas dos contribuintes, às informações e documentos cobertos pelo dever do sigilo bancário.⁸⁹⁷

Com efeito, entre nós, prevalece o princípio geral de sigilo bancário perante administração tributária. Assim sendo, os bancos, em regra, não estão vinculados a prestar aos agentes da administração fiscal

⁸⁹³ Veja-se os artigos 195º-197º do CP Português. Entre nós, sobre as garantias gerais dos contribuintes, fiscalização e as infrações tributárias, veja-se Eugénio Carlos da Conceição Moreira, *Repartição dos Recursos...*, cit. pp. 326-328.

⁸⁹⁴ Incluindo Código do Imposto Profissional, aprovado pelo Decreto n.º 23/83, de 6 de Agosto; Código do Imposto Complementar, aprovado pelo Decreto n.º 7/84, de 3 de Março, alterado pela Lei n.º 11/95, de 6 de Outubro de 1995; Código do Imposto de Capitais, aprovado pelo Decreto n.º 8/84, de 3 de Março. Cf. A Colectânea de Legislação Fiscal, Ministério das Finanças – DGCI, Bissau, 1996.

⁸⁹⁵ Aprovado por Decreto n.º 9/84, de 3 de Outubro. Os Serviços de Justiça Fiscal é composto por repartições das finanças e o tribunal da 1ª instância das contribuições e impostos, art.4º. No entanto, os Juízes e os agentes do MP, são nomeados por um despacho do Ministro das Finanças, i.e., são, no fundo, agentes do Ministério das Finanças, titulares deste serviço público inserido no Ministério das Finanças e na DGCI, nomeados para desempenharem as funções dos juízes e do delegado do MP nas cobranças coercivas dos impostos, art. 10º e ss.

⁸⁹⁶ Aprovado pelo Decreto n.º 10/84, de 8 de Março, incluindo de Despachos que aprovam modelos de mapas e verbete conforme os artigos 15º e 17º deste diploma legal.

⁸⁹⁷ Cf. Sobre a evolução e reformas fiscais guineense, veja-se Eugénio Carlos da Conceição Moreira, *A Repartição dos Recursos Públicos entre o Estado e as Autarquias Locais no Ordenamento Jurídico Guineense*, op. cit. p. 44 e ss.

guineense informações de que careçam para o exercício das suas funções e, por conseguinte, não assistem aos agentes da administração tributária guineense o direito de verificação da situação fiscal dos contribuintes através do acesso direto e livre aos dados e informações bancárias dos clientes.

Entretanto, deve-se lembrar que, a regra da oponibilidade do sigilo bancário, perante o agente da nossa administração fiscal, convive com rara exceção traduzida na possibilidade restrita da inspeção às contas e do resultado do banco, que acaba por permitir que a inspeção da administração fiscal tome ciência sobre este aspeto restrito referente à vida particular da instituição bancária, sem a necessidade de vasculhar os detalhes das suas relações comerciais com a clientela.

Por seu turno, a Lei n.º 3/2015, de 21 de Abril⁸⁹⁸, que aprova o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano económico de 2015, embora não assuma expressamente, mas deixa implícita a escassa possibilidade do acesso muito restrito de algumas informações referentes aos depósitos e à vida da instituição bancária, nas seguintes situações:

i. No âmbito das alterações introduzidas pela LOGE ao Código do Imposto de Capitais aprovado pelo Decreto n.º 8/84, de 3 de Março, relativamente a tributação dos rendimentos de capitais, nomeadamente referentes aos juros resultantes de depósitos bancários e das aplicações financeiras (vide art. 22º). Para os quais a nossa administração fiscal poderá requerer as informações relacionadas com os depósitos a prazos constituídos, os períodos de maturidades e os respetivos juros.

ii. Relativamente à política de prevenção e repressão de fraude e evasão fiscais, a LOGE deu a carta-branca ao executivo guineense, liderado por então Primeiro - Ministro Eng.º Domingos Simões Pereira, para aprovar um plano estratégico sobre esta matéria, mediante a coordenação do Ministério das Finanças. O que poderá vir a colidir com o conteúdo positivo do sigilo bancário, ao qual advogamos, na mesma linha da doutrina portuguesa, a possibilidade da quebra do sigilo bancário apenas nas situações em que as informações requeridas sejam consideradas indispensáveis ao combate do crime de fraude e evasão fiscais grave.

iii. O art. 35º da LOGE consagra a obrigatoriedade de trocas de informações e dados entre a DGCI e o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), com único propósito de viabilizar a justa tributação do imposto profissional e a contribuição ao INSS.

iv. O art. 39º da LOGE, referente às conversões dos rendimentos de depósitos e aplicações financeiras dos serviços e fundos autónomos em receitas do Estado. Entretanto, para os quais não existem o sigilo bancário.

⁸⁹⁸ Publicada no Suplemento ao Boletim Oficial N.º 16.

v. Por último a LOGE, no art. 52º, relativo à tributação do incremento patrimonial na situação de se verificar uma desproporção entre o rendimento declarado nas autoridades tributárias e a manifestação de riqueza. Relegando, mais uma vez, à DGCI a competência para aferição e avaliação da referida desproporção para o efeito tributário, o que pode colidir com a regra do sigilo bancário, sobretudo no que tange as riquezas depositadas ou movimentadas nos bancos.

Ademais, em termos de garantias dos contribuintes perante o fisco, o CPT, nos termos do art. 86º, e a Lei n.º 3/95, de 24 de Maio, art. 8º, n.º 5, consagram a regra geral de “sigilo do fisco”, i.e., as garantias de confidencialidade, traduzindo-se na obrigação dos dirigentes, funcionários e agentes da administração tributária guardarem as discrições ou sigilos sobre as informações e os dados de que tenham acesso e conhecimento sobre as situações dos contribuintes, salvo a exceção do n.º 6⁸⁹⁹. Com efeito, as informações conseguidas por parte dos agentes e inspetores da nossa administração tributária, relativa à vida da instituição e dos seus clientes, passam a beneficiar de uma segunda linha de proteção dada pela vinculação ao dever de reserva do fisco, a par do já consagrado dever de sigilo bancário ao abrigo do art. 30º da LRB 4/2008.

Todavia, chamemos atenção de que o CPT, em matéria de execuções, além de remeter parte do regime de execução fiscal para o CPC, ainda confere ao serviço de justiça fiscal, nomeadamente o tribunal fiscal, a competência para efetuar penhora de bens móveis e imóveis, incluindo bens e depósitos disponíveis em bancos, no âmbito do processo de cobrança coerciva dos impostos, artigos 124º e ss., 143º e ss., 157º e 158º, ambos do CPT, art. 861º e ss do CPC. Portanto, o que poderá culminar com a notificação ao banco para consignar um crédito representado por um saldo de depósito em conta de um contribuinte executado por incumprimento para com o erário público, sem, no entanto, requerer quaisquer informações adicionais relacionadas, por exemplo, com o histórico do cliente ou suas operações, que merecem tutela de sigilo bancário.

O que dizer sobre a previsão e a estatuição do crime de “fraude fiscal”, art. 174º, do CP, quando dispõe que “1. Quem, para não pagar ou permitir a terceiros que não pague, total ou parcialmente, qualquer imposto, taxa ou outra obrigação pecuniária fiscal devida ao Estado: (...) c. Impedir por qualquer meio ou sonegar os elementos necessários a uma correcta fiscalização da atividade ou factos sujeitos à tributação”.

Será possível indiciar e acusar o banco da Guiné-Bissau por este crime, em caso de se recusar fornecer

⁸⁹⁹ Em Portugal, a matéria de garantia de confidencialidade, encontra guarida na regra do sigilo fiscal consagrada ao abrigo do art. 64º, e assim a violação do dever do sigilo fiscal implica sanção disciplinar, civil, contra-ordenacional e até criminal, art. 64º, n.º 2, da LGT, artigos 115º e 91º do RGIT. Cf. Sofia Tomé D’Alte, «O Sigilo Fiscal...», *op. cit.*, p. 491 e ss.; J. L. Saldanha Sanches, *op. cit.*, n.º 21 (no âmbito da intervenção proferida em Coimbra num simpósio realizado pelo CEJ, em Junho de 2003); Noel Gomes, *Segredo Bancário...*, *op. cit.*, p. 325 e ss.

as informações e documentos dos contribuintes seus clientes com fundamento no dever de guardar sigilo bancário?

Perante a recusa do banco, à demanda da administração fiscal, aparentemente preencheram-se os pressupostos do n.º 1, al. a), do art. 174º, do CP, mas a ilicitude da conduta do banco é justificada e afastada nos termos gerais do direito, mais precisamente, nos termos do art. 32º e 37º, n.º 1, ambos do CP. Portanto, uma vez afastada a ilicitude, o banco não seria acusado, nem punido pela sua actuação “lícita”, fundada no cumprimento de um dever legal de guardar sigilo bancário, decorrente do art. 30º da LRB 4/2008.

7.6.5. Conclusão

Numa perspectiva evolutiva, entretanto, na nossa ordem jurídica, no futuro, a mesma polémica poderá vir a fazer parte da agenda da nossa administração tributária, que já tem, em mãos, um projeto de reforma fiscal para o qual requereram apoio técnico da administração fiscal portuguesa. Por isso, não nos surpreenderá, no futuro, eventuais tentativas de ataques e extermínios ao conteúdo e a extensão do sigilo bancário em benefício do fisco na reforma fiscal na Guiné-Bissau. Contudo, é importante realçar que neste momento, a possibilidade de restrição e quebra do dever de sigilo bancário por parte da administração fiscal guineense, em geral, por mais que perscrutemos, desde as mais vetustas e recônditas legislações fiscais guineenses, em defesa de interesse do fisco, a tendência vigente entre nós, deverá ser configurada de forma inversa da praticada em Portugal. Porém, a nossa administração fiscal, em regra, não pode, ao seu livre arbítrio, requerer diretamente aos bancos, informações e dados dos clientes.

Querendo, tais informações, para efeito tributário, deverá passar por lei e por uma ordem emitida pelo tribunal competente, devendo ainda passar por mecanismo que possibilite maior rigor e isenção na ponderação dos factos e tomada de decisão, com vista a garantir que os direitos pessoais e patrimoniais das pessoas não sejam invadidos de forma infundada e arbitrária, com a finalidade de se interferir e se inteirar sobre informação e dados ligados à conta do contribuinte numa instituição de crédito.

Numa perspectiva evolutiva, em Portugal, sobretudo com a reforma fiscal, com repercussões diretas nas jurisprudências, registaram-se avanços significativos, com tendências flagrantes, em favorecer, do ponto de vista legal, doutrinário e jurisprudencial, o fisco e a administração da justiça, mediante a

consagração e a defesa do conteúdo negativo do sigilo bancário⁹⁰⁰.

Neste âmbito cumprimos chamar a atenção de que, entre nós, numa perspectiva de *jure condendo*, a possibilidade da nossa administração tributária aceder aos dados bancários dos clientes, não deverá ser ilimitada e nem arbitrária, i.e., deverá ser restrito apenas às suas necessidades económicas ou patrimoniais, referentes a um rotineiro pontual de consulta de uma conta bancária suspeita de informações indiciárias de graves crimes de sonegação fiscal, em geral de crimes de corrupções, lavagens de dinheiro, terrorismo mundial e bem como a obrigatoriedade de declaração ao fisco dos dados tributários, sem devassar, no essencial, a vertente pessoal ligada à intimidade de cada contribuinte. E para permitir um maior controlo e rigor nas decisões da quebra do sigilo bancário para as necessidades do fisco, requererá, como condição *sine qua non*, a consagração do *princípio da reserva do juiz*, no sentido de conferir, ao tribunal competente, poderes para ponderar os interesses em causa, bem como a adequação e a necessidade da quebra do sigilo bancário como único meio ou instrumento eficaz para conseguir tal efeito útil, especialmente no combate à evasão fiscal e de outros delitos de natureza económica.

7.7. Proteção do sigilo bancário no âmbito da Legislação Laboral

O núcleo duro do regime jurídico, referente à situação jurídica laboral e da respetiva subordinação jurídica, encontra-se ancorado ao abrigo da Lei n.º 2/86, de 5 de Abril, denominada Lei Geral de Trabalho (LGT), igualmente aplicável às relações jurídicas contratuais entre as instituições financeiras e os seus colaboradores a títulos permanentes, temporário ou a termo certo.

Com efeito, no âmbito desta relação jurídica laboral, a LGT constitui mais um *plus* na vertente do reforço da proteção ao sigilo bancário, sobretudo quando ao abrigo do art.25º, impõe, entre outros deveres legais acessórios de condutas do trabalhador, na sua al. g), n.ºs. 1 e 2, do art.25º, o dever de “guardar sigilo profissional sobre (...), os negócios e as atividades (...)” da empresa (neste caso das instituições financeiras), em conformidade com as instruções existentes.

⁹⁰⁰ Assim, entre outras jurisprudências, militam deste entendimento, o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 04 de Outubro de 2001, que admite a possibilidade da quebra de sigilo bancário em detrimento de obrigação de colaboração com a justiça, art. 519º CPC⁹⁰⁰. Já na mesma senda, o Acórdão da Relação de Lisboa, de 1 de Julho de 1999, defende a rendição de sigilo bancário a favor do dever geral de cooperação com a justiça, por considerar que este valor é necessário para a salvaguarda de interesse manifestamente superior ao valor protegido pelo sigilo bancário. Entretanto, o Acórdão da Relação de Lisboa de 22 de Setembro de 1998 concluiu que o dever de sigilo termina perante justa causa, neste caso, o interesse de administração fiscal na fiscalização, determinação, avaliação e controlo da matéria coletável, bem como averiguação de possível indício de crime fiscal.

Assim sendo, importa realçar que, no âmbito da relação laboral específica entre os bancos e os seus empregados, é obrigação destes guardar sigilo profissional bancário conforme referido nos termos do art. 25º, n.º 2, al. g), da LGT, à que o trabalhador ou colaborador do banco se encontra vinculado.

No que se refere à relação interna entre os bancos e os seus colaboradores, na mesma linha da solução de António Menezes Cordeiro, assevera-se que não existe o sigilo bancário nas relações internas entre os bancos e os seus colaboradores, no sentido de permitir que os colaboradores possam acedem a tais informações e até invocá-las perante o seu banco, nomeadamente para produzir as provas e sua defesa. Contudo, importa salientar, que a prática bancária tem sido orientada no sentido de limitar tais acessos, muito justificada na necessidade de reforçar a tutela de alguns clientes privilegiados do banco, sobre a imposição de proteção das contas dos chamados clientes politicamente expostos, com a criação do regime e sistema de gestão das chamadas contas VIP, acessíveis, apenas, v.g., aos responsáveis máximos das estruturas do banco, como sejam Director Geral, gerentes, diretores, controladores, administradores, entre outros. Portanto, a adoção da técnica e do procedimento interno de criação e limitação de perfil do acesso às contas por parte dos colaboradores constituem medidas preventivas e eficazes do combate à eventual violação do sigilo bancário.

7.8. Tribunal de Contas e sigilo bancário

A Lei n.º 7/92, de 27 de Novembro, Publicada no Suplemento ao BO n.º 47, institui o Tribunal de Contas - TC, aprova a respetiva Lei Orgânica – LO, as normas relativas a fiscalização prévia, prestação de contas e tramitação processual.

Compete ao TC, entre outras, a fiscalização prévia das contas, atos e contratos, julgar contas, conceder visto, inquéritos, auditorias, aplicar multas, arts.12º e 13º.

Estão sujeitas à jurisdição do TC, nomeadamente o Estado (Administração central), Institutos e Empresas de Capitais Públicas, as Autarquias locais, bem como todas as entidades que utilizem ou beneficiem dos fundos públicos provenientes dessas instituições, art.2º.

O TC é constituído por três juízes e funciona em plenário⁹⁰¹, com a exceção do processo de visto em que funciona como tribunal singular, arts.8º e 15º. Os juízes do TC são independentes e inamovíveis, equiparados para todos os efeitos legais, direitos e regalias aos juízes conselheiros do STJ, arts.9º, 10º e 11º. Entretanto, estranhamente, o Presidente do TC é equiparado ao Secretário de Estado.

⁹⁰¹. Na prática já funcionou com 7 Juízes, e atualmente funciona com 4 Juízes, em violação da lei.

No âmbito das suas funções, v.g., de organização, instrução e decisão do processo de visto, art.60º e s, processo de contas, arts.67º e 68º, processo de multa: art.69º e ss e outros processos, art.79º, assiste ao TC a prerrogativa legal de requerer a colaboração das entidades públicas e privadas, art.5º. Porém, neste particular, coloca-se a questão de saber se as instituições de crédito estão vinculadas ao dever de colaboração?

Em resposta, podemos concluir que não existe nenhum dever de colaboração para os bancos, além do mais, os arts.30º e 53º da LRB vedam a possibilidade da quebra do sigilo bancário em benefício do TC, e o art.5º/2 vincula apenas às entidades públicas ao dever de comunicar ao TC as irregularidades registadas no exercício das funções.

A preservação do sigilo bancário continua imaculada mesmo em face da jurisdição do TC da UMOA, criado para assegurar a certificação das contas da União. Inclusive o TC da União poderá auxiliar os Parlamentos e os Governos dos Estados-Membros na fiscalização das contas.⁹⁰²

8. Proteção do sigilo bancário no âmbito de outras legislações internacionais

Constituem princípios estruturantes do direito internacional do homem, aquilatados e densificados nos mais variados diplomas internacionais, nomeadamente a Declaração Universal dos Direitos do Homem⁹⁰³, a Carta Africana sobre Direitos do Homem e dos Povos⁹⁰⁴, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, etc⁹⁰⁵..., a defesa da dignidade da pessoa humana e ancorada na consagração expressa dos direitos fundamentais de liberdades, garantias, económicos, sociais, culturais e da solidariedade social, protegidos através de suas vinculações e oposições aos Estados, às instituições e aos particulares, e na criação de mecanismos legais e institucionais que garantam a sua execução e repressões ou punições em casos de violações. Assim sendo, partindo da concepção defendida por alguns autores e jurisprudência portuguesa, designadamente do Acórdão n.º 278/95, de 31 de Maio de 1995 (Proc. n.º 510/91, do Tribunal Constitucional), segundo a qual, a proteção do sigilo bancário comporta uma dimensão de defesa da intimidade da vida privada e, enquanto tal, insere-se no domínio dos direitos de liberdades e garantias constitucionalmente consagrados e protegidos. Sendo assim, os

⁹⁰² Cf. Neste sentido, João Mendes Pereira, Direito Comunitário Material, *op. cit.* p. 104.

⁹⁰³ Vigente entre nós por força da consagração no art. 29º e art. 30º, n.º 1, da CRGB, da cláusula de receção automática ou plena de normas de carácter internacional portadoras de conteúdos do direito fundamental – direito de liberdades e garantias gerais, e a interpretação das normas constitucionais conformes esses direitos internacionais.

⁹⁰⁴ Ratificada para a adesão da GB pela Resolução da ANP n.º 20/85 – publicada no Suplemento ao BO n.º 49, de 7 de Dezembro de 1985.

⁹⁰⁵ Ratificada para adesão da GB através da Resolução da ANP n.º 3/89 – publicada no BO n.º 0, de 3 de Março de 1989. Já em Dezembro de 2000 a GB assinou o 1º Protocolo adicional a este Pacto.

elementos e dados associados à conta bancária dos clientes, integram a esfera pessoal íntima de cada pessoa, entretanto, cujo conhecimento ilegítimo por terceiros, em regra, constituem violação do direito à reserva da intimidade reprimida e protegida nos textos de direito internacional geral e convencional, como o art. 12º da DUDH, o art. 17º do Pacto Internacional Relativo aos Direitos Civis e Políticos, e o art. 8º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, que assentam na premissa de que a vida privada deve ser protegida contra todas as ilegais e arbitrárias, para significar que qualquer pessoa tem o direito ao respeito da sua vida privada; que não pode haver ingerência da autoridade pública no exercício desse direito senão quando esta ingerência estiver prevista na lei e constituir uma providência que, numa sociedade democrática, seja necessária para a segurança pública, para o bem-estar económico do país, a defesa da ordem e prevenção das infrações penais, a proteção da saúde ou da moral, ou a proteção dos direitos liberdades de terceiros. Portanto, as limitações do exercício de direito da vida privada devem basear-se em leis da república de carácter restritivo, visando, no essencial, limitar-se ao necessário, adequado e proporcional, tendo em vista a salvaguarda de outros direitos ou interesses situados no mesmo patamar constitucional⁹⁰⁶.

9. Rotulada Zona de conflitualidades. Critério de ponderação rumo à construção e determinação do justo limite do conteúdo negativo do sigilo bancário

Entre nós, Portugal, Alemanha, e nos demais países onde vigora o sistema de consagração e proteção direta ou indireta do sigilo bancário, enquanto valor de interesse, simultaneamente público e privado, é quase pacífico o entendimento de que pode existir tensão e conflito indisfarçável entre o valor protegido pelo direito ao sigilo bancário e outros interesses e valores axiológicos de carácter público e privado situado no mesmo perímetro de proteção constitucional.

A solução para o caso de haver um conflito entre sigilo bancário e outros direitos merecedores de tutela jurídico-constitucional implica, na sua totalidade, o sacrifício ou a cedência de um dos direitos em causa. Neste sentido, o sigilo bancário tem sido, em algumas situações e de forma infundada, sacrificado sob pretexto de luta contra a fraude e evasão fiscais, a impunidade, branqueamento de capitais e de vantagens ilícitas, terrorismo internacional, da realização da justiça, entre outros.

No entanto, esta forma de se encarar e limitar arbitrariamente o direito ao sigilo bancário, tem suscitado discussão e polémica inesgotável em torno da derrogação ou limitação do sigilo bancário, sobretudo nos Estados constitucionais, caracterizados por constituições erigidas sob fortes pilares

⁹⁰⁶ Cf. Maria José Rangel de Mesquita, «Reflexões breves sobre a adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem à Luz do Tratado de Lisboa», in AA.VV., *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia*, FDUL, Coimbra, Coimbra Editora, 2010, p. 676 e ss. Diogo Leite de Campos «Sigilo Bancário», *op. cit.*, p. 16 e ss.; Anselmo Rodrigues, «Sigilo Bancário...», *op. cit.*, p. 49 e ss.

ancorados nos direitos fundamentais e assunção do compromisso de tutela dos respetivos valores e interesses subjacente.

Assim sendo, põe-se a questão de saber quais são os limites e as cedências das limitações do sigilo bancário, sobretudo em presença da necessidade imperiosa de salvaguarda de outros direitos ou interesses, relativamente aos quais se conflituam.

Na nossa opinião, a resposta para esta preocupação deve passar, grosso-modo, pela ponderação e resolução do conflito de norma ou de princípios em causa. No caso de se considerar, que estamos perante a situação de conflito de norma, a equação de uma solução correta, não passa apenas por aquilatar a solução de declaração de ineficácia e da invalidade de uma das normas em conflito ou eliminando uma das normas. Todavia deve-se determinar qual ou quais das normas são as válidas e prevalecentes. Com efeito, deve-se lançar mão da técnica comum para resolver o conflito entre as normas, mediante a respetiva enumeração e o estabelecimento de uma hierarquia entre as normas em conflito, naturalmente concluindo pela prevalência da norma aquilatada e escalonada na órbita superior, em prejuízo da norma considerada inferior e de interesse menos preponderante⁹⁰⁷.

O contrário acontece, se considerarmos e aferirmos o conflito em causa, como conflito de princípios, que Robert Alexy prefere designar de “Lei de Colisão”, sendo que a solução passa-se ao nível de determinação do princípio a dar maior preponderância, ficando assim numa relação de prevalência ou precedência em relação aos demais. Com efeito, neste caso, um dos princípios tem de ceder o espaço ao outro, contudo permanece válido e eficaz para todos os efeitos. Em todo o caso, parece suscetível de concluir que não é de todo fundado e nem ajustado aferir no caso *subjudice* conflito entre normas, dado que, em bom rigor, não se trata de conflito de norma constitucional em consequência de inconsistências lógicas ou incompatibilidades estruturais do sistema normativo, bem se podia concluir pela resolução desse conflito através do clássico método de *lex posterior, lex superior*⁹⁰⁸. Assim sendo, a questão deve ser equacionada à luz do conflito entre princípios não tanto quanto entre normas.

Neste sentido, constitui a principal função do direito, a equação e promoção da resolução dos conflitos de interesses numa dada comunidade. Todavia, procura, antes, prevenir os conflitos mediante a qualificação na ordenação jurídica de determinados comportamentos, especialmente obrigatórios, proibidos, admitidos, garantindo as situações e pressupostos de aplicações coercivas de normas. Entretanto, no Estado de direito, quaisquer decisões que se pretenda tomar e impor, deve ser justificada

⁹⁰⁷ Cf. E. Bulygin e D. Mendonça, *Normas y Sistemas Normativos*, Madrid, Marcial Pons, 2005, p. 78; David Martinez Zorrilla, *Conflictos Constitucionales, Ponderación e Indeterminación Normativa*, Madrid, Marcial Pons, 2007, p. 29.

⁹⁰⁸ Cf. Ibidem, p. 142. Ainda sobre esta matéria e a crítica à ponderação sobretudo na lógica de Habermas e Robert Alexy, veja-se Luiz António Freitas de Almeida, *Direitos Fundamentais Sociais e Ponderação – activismo irreflectido e controlo jurídico racional*, Porto Alegre, Sérgio Antonio Fabris Editor, 2014, p. 72 e ss.

e fundada em leis da república.

Nesta ordem de ideia, encontra-se subjacente na nossa ordem jurídica e na ordem jurídica portuguesa, de que os conflitos devem ser resolvidos através da ponderação de interesses conflitantes, baseada em critério formulado pelo princípio da proporcionalidade, art.30º/3 CRGB⁹⁰⁹. Com efeito, a requerida ponderação deve ser encarada como metodologia judicial objetiva de interpretação e concretização de princípios *jus* fundamentais, não pode, por isso, resvalar do papel e do contexto da lei fundamental consagradora dos direitos fundamentais⁹¹⁰.

Numa perspetiva de transposição da solução do Ac. N.º 634/93, do Tribunal Constitucional⁹¹¹, no seguimento da doutrina de Gomes Canotilho e Vital Moreira, perfilhamos a tese de que a concepção do princípio da proporcionalidade comporta analiticamente três exigências da relação entre medidas e os fins prosseguidos: a adequação das medidas aos fins; a necessidade ou exigibilidade das medidas e a proporcionalidade estrito senso, ou justa medida, passível de decomposição nos seguintes subprincípios: o da adequação – comportando medidas restritivas de direitos, liberdades e garantias, devendo-se traduzir num meio adequado para a prossecução dos fins visados, com salvaguarda de outros direitos ou bens constitucionalmente tutelados⁹¹²; o de exigibilidade – a informar que essas medidas restritivas têm de ser menos restritivos para alcançar os fins em vista, por o legislador não dispor de outros meios menos restritivos para conseguir o mesmo objetivo; e o da justa medida ou da proporcionalidade em sentido estrito – impedindo a adoção de medidas desproporcionais ou excessivas, para conseguir os fins visados.

Para reforçar este entendimento, Pereira Coutinho considera justificada as restrições, aos direitos fundamentais, apenas quando ao bem em causa se contrapõe um outro bem que, face a dadas circunstâncias, se verifica ser prevalecente⁹¹³. Por exemplo, dependendo da ponderação que se faça de momento, o bem *jus* fundamental da liberdade de imprensa poderá ser sacrificado em defesa do bem *jus* fundamental da reserva à intimidade da vida privada que se revele prevalecente em determinadas

⁹⁰⁹ Vide art. 135º, n.º 3, do CPP, e art. 519º, n.º 4, do CPC.

⁹¹⁰ Cf. Neste sentido, sobre juízo de ponderação em geral, e mais, Paulo Gustavo Gonet Branco, *Juízo de Ponderação – Na Jursidicção Constitucional*, São Paulo, Editora Saraiva, 2009, pp. 11 e ss e 309.

⁹¹¹ Proc. N.º 53/09.6YRCBR, disponível em www.gde.mj.pt. Ainda, Vide Ac. TC. N.º 187/01, acessível em <http://www.tribunal.coenstitucional.pt/acordaos/acordaos/01/101-18701.htm>.

⁹¹² Neste sentido afirma-se, no Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 159/07, que o princípio de adequação exige que as medidas restritivas sejam aptas ao fim visado com a restrição ou contribuam para a alcançar. No entanto, o controlo de aptidão impõe que seja decretada como inidóneas todas as medidas restritivas cujos efeitos sejam “indiferentes, inócuos ou negativos, tomando como referência a aproximação do fim prosseguido com a restrição”. Cf. Jorge Reis Novais, *As Restrições aos Direitos Fundamentais...*, *op. cit.*, p. 731.

⁹¹³ Cf. Luís P. Pereira Coutinho, «Sobre a Justificação das Restrições aos Direitos Fundamentais», in AA.VV., *Estudo em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia*, Vol. I, Coimbra Editora, FDUL, 2010, p. 558 e ss.

circunstâncias, v.g., não divulgação, sem autorização, os dados pessoais e as fotos de uma pessoa, etc. No entanto, em circunstâncias adversas, o bem *jus* fundamental da liberdade da imprensa poderá pesar e sobrepor-se ao direito à intimidade da vida privada.

De igual modo, assevera Jorge Bacelar Gouveia que, em caso de colisão de direitos fundamentais deve-se efetuar uma avaliação valorativa, a mediante ponderação de bens protegidos pelos direitos fundamentais em causa. Neste sentido, este autor concluiu, particularmente, em caso de colisão entre a honra e a privacidade, este deve-se prevalecer contra o direito à informação⁹¹⁴.

Entretanto, parece que Vieira Andrade e J. J. Gomes Canotilho afastaram tal possibilidade de ponderação e hierarquização dos valores ou direitos fundamentais para resoluções dos conflitos dos direitos em colisões, pois deve-se lançar mãos à teoria de ponderação dos bens, para uma apreciação concreta, com a finalidade de conseguir uma solução harmoniosa, é só em último recurso se deve lançar mãos ao expediente da prevalência⁹¹⁵.

Com efeito, quaisquer restrições de um bem *jus* fundamental devem basear-se na ponderação criteriosa, sobretudo, em consideração dos bens articulados e não articulados bem como a garantia da sua adequação e proporcionalidade⁹¹⁶ do meio restritivo⁹¹⁷.

Neste sentido, há-de convir, que no âmbito de proteção do direito, núcleos mais ou menos fortes de reserva de privacidade, sendo que, uma tal variação de força não poderá ser tida em conta sempre que se quer proceder a juízos de ponderação de bens jurídicos em causas. Com efeito, constitui sempre uma tarefa de ponderação a intromissão e restrição da reserva do direito em causa, não será indiferente a configuração e conceptualização dos interesses em conflitos, uma vez que, não se tratando o sigilo bancário de valor e nem de um direito absoluto, mas sim relativo, haverá que efetuar uma articulação casuística, e sempre ponderada e harmoniosa, do sigilo bancário com o interesse constitucionalmente protegido, nomeadamente de investigação criminal⁹¹⁸, do fisco, e outros.

Para análise e compreensão da questão em causa, Alexy procurou demonstrar que a ponderação é uma investida e um procedimento racional, com o propósito de conceptualizar o princípio da proporcionalidade conexo à concepção de princípio, como mandato de optimização e com a sua noção

⁹¹⁴ Cf. Jorge Bacelar Gouveia, *Manual de Direito Constitucional*, Vol. II, 2ª ed., *op. cit.*, p. 1087.

⁹¹⁵ Cf. José Carlos Vieira de Andrade, *op. cit.*, p. 321; José Joaquim Gomes Canotilho, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7ª ed., Coimbra, Almedina, 2003, p. 646 e ss.

⁹¹⁶ Cf. Vitalino Canas, «Princípio da Proporcionalidade», in AA.VV., *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, Vol. VI, Lisboa, Almedina, 1994, p. 621 e ss.

⁹¹⁷ Parece que Pereira Coutinho defende apenas os bens articulados, contrariamente ao que parece sugerir Jorge Novais com fundamento de que a elencação dos bens e valores é artificiosa. Cf. Coutinho Pereira, «Sobre a Justificação das Restrições *op. cit.*, p. 562; Jorge Reis Novais, *As Restrições aos Direitos Fundamentais...*, p. 615.

⁹¹⁸ Vide Ac. TC n.º 230/2008, Proc. N.º 396/2007, Ac. TC n.º 42/07.

de ponderação como estabelecimento de uma relação de precedência condicionada. Assim sendo, segundo este autor, domina a “lei de ponderação”, com efeito, quanto maior for o grau da não satisfação ou de afetação de um princípio, tanto maior tem de ser a importância da satisfação do outro. Assim, este critério informa que, o sacrifício a impor a um princípio, com a finalidade de satisfação de um outro, só seria tolerado e justificado na medida em que não seja excessivo, devendo traduzir-se, no mínimo indispensável, para não minar ou impedir a concretização do princípio considerado como mais importante no caso em concreto.

A concepção do quadro axiológico do princípio de ponderação e do princípio de proporcionalidade obteve várias outras consagrações e explicações. Com efeito, questiona-se, *o que seria a ponderação e em que consiste?*

Desde logo, dir-se-ia que a ponderação não é uma atividade intuitiva discricionária, devendo, por isso, considerar aspetos substantivos fundados na moral, a permitir-nos ponderar e apurar a bondade ou maldade intrínseca de certos atos⁹¹⁹. Com efeito, a ponderação é concebida como procedimento com vista à resolução de conflitos normativos, a partir da atribuição de um peso ou grau de importância a cada uma das alternativas, em conflito, nas circunstâncias do caso em concreto, sendo este resolvido de acordo com o elemento de maior peso.

Numa clara postura de defesa da concepção intuicionista, Alexander encara a concepção como algo inerente a uma atividade intuitiva do ser humano, que teria uma capacidade intrínseca para ponderar logo⁹²⁰. Todavia, esta solução parece-nos insuficiente pelo facto de não entender como corrigir os juízos morais do agente actuante.

Por este caminho, andou também Susan Hurley, procurando estabelecer uma concepção universalista da ponderação, com a satisfação das exigências formais, mediante um sistema de conflito completo e consistente, e exigências substantivas ou materiais, importando regras do sistema, que se encontram justificadas em conformidade com uma certa teoria normativa⁹²¹.

Joaquín Camazano concebeu uma solução próxima da defendida pela doutrina e jurisprudência alemã e

⁹¹⁹ Foi neste sentido que se assevera, no âmbito específico da atuação da administração tributária, que a mesma deve submeter-se ao princípio constitucional da proporcionalidade e aos outros princípios extras constitucionais, v.g., princípios da moralidade e da ética (cf. Juliano Lirani, «Construindo a Teoria do Princípio da Moralidade Tributária», Estudos Sobre Direito Tributário e Moralidade, Curitiba, Instituto Memória Editora, 2015, p. 46 e ss; e Manoel Regis Berigo de Andrade Neto, «Moral e Direito nas Concepções de Alexy e Dworkin», Estudos Sobre Direito Tributário e Moralidade, Curitiba, Instituto Memória Editora, 2015, p. 65 e ss);

⁹²⁰ Cf. Alexander Peczenik, «Conocimiento Jurídico, Sobre Qué?», *Cuadernos de Filosofía del Derecho*, Universidad de Alicante, n.º 22, 1999, p. 25 e ss.

⁹²¹ Cf. David Martínez Zorrilla, *op. cit.*, p. 161.

espanhola, ao considerar que o alcance dos direitos fundamentais deve ser determinado casuisticamente através do método “escalonado”. Com efeito, devendo-se, primeiro, determinar qual o âmbito de proteção do direito fundamental que infere as condutas, bens e situações em princípios protegidos pela norma constitucional. Para de seguida, em segundo lugar, precisar a conformação ou não da ação ou omissão à proteção constitucional do direito fundamental.⁹²²

Por último, acrescenta Alexy, a compreensão dos direitos fundamentais deverá ser feita a partir de três dimensões: a dimensão analítica, que importa com a construção sistemático - conceitual do direito positivo, como condição para análise e compreensão dos conceitos fundamentais, v.g., conceito de regra, princípio, direito subjetivo, etc... , depois a construção jurídica, v.g., restrição dos direitos fundamentais, concorrência dos direitos fundamentais, configuração e conflitos dos direitos fundamentais, pela investigação das estruturas do sistema jurídico, v.g., dimensão objetiva dos direitos fundamentais, e até à respetiva fundamentação, v.g., regra da proporcionalidade; a dimensão empírica, traduzindo-se no conhecimento que se tem da ordem jurídica objetiva, leis e decisões judiciais, compreendendo a eficácia do direito, uma vez que consiste na condição de validade positiva da lei e da jurisprudência; e a dimensão normativa, que assume, por seu turno, um papel preponderante no âmbito da aplicação dos direitos fundamentais.

Neste sentido, conclui Robert Alexy, que as normas são restrições dos direitos fundamentais só quando forem constitucionais, caso contrário tratar-se-ia não de uma restrição, mas sim de uma arbitrariedade. Assim, o procedimento de ponderação de bens, deve partir do facto de que, o exercício dos direitos a restringir, o bem constitucional, aparecem em conflitos; o princípio da proporcionalidade funciona como restrição a todas as restrições dos direitos fundamentais⁹²³.

Por último, em termos de concretização prática, o princípio de ponderação e o princípio de proporcionalidade desempenham um papel de destaque na decisão judicial. Com efeito, o tribunal é uma instituição de conformação e de concretização de direito, de cuja tarefa fundamental reservado por lei de, nomeadamente, dirimir os litígios em conformidade com o direito e, por fim, justificar e motivar as suas decisões. Com efeito, toda e qualquer decisão judicial, deve partir de um raciocínio fundado na conformação e concretização do direito vigente. Assim, impõe-se que a decisão judicial seja tomada de acordo com o direito, da qual decorre a ideia do julgador motivar e justificar a sua decisão com a

⁹²² Cf. Joaquín Brage Camazano, *Los Límites a los Derechos Fundamentales*, Madrid, Marcial Pons, Dykinson, 2004; Cf. Maria Silvina Valente, *op. cit.*, p. 72.

⁹²³ Cf. Robert Alexy, *Teoría de los Derechos Fundamentales*, Madrid, Marcial Pons, 2008, p. 498. Carla Huerta Ochoa, «Conflictos Normativos», *Serie Doctrina Jurídica*, n.º 142, Mexico, 2003, p. 47 e ss.; Luís Fernando Castillo Córdova, «Existen los Llamados Conflictos entre Derechos Fundamentales?», *Revista Mexicana de Derecho Constitucional*, n.º 12, p. 19. Mais informações consultar <http://www.juridicas.unam.mx/publica/rev/ccons/cont/12/ard/ard4.htm>.

finalidade de convencer partes.

A ponderação de interesses conflitantes, na óptica da decisão judicial, ou do intérprete aplicador de lei, na nossa modesta opinião, deve passar, no essencial, necessariamente, pela conformação e justificação da decisão tomada ao direito, i.e., devendo aplicar o direito enquanto enunciado jurídico, ou princípios e regras, pois cabe ao legislador a tarefa de criação do direito, e ao julgador a função essencial de qualificação e concretização do direito, para se concluir que a sua decisão é legítima porque funda no direito⁹²⁴.

Entretanto, coisa diversa prende-se com a decisão judicial, fundada na discricionariedade e na arbitrariedade. Assim sendo, deve-se distinguir três tipos de decisões: a que se funda na discricionariedade própria, que ainda assim, corresponde aquela fundada no direito, dado que visa a aplicação de direito; a de discricionariedade imprópria, em que ficamos numa situação céptica relativa à aplicação ou não do direito; e por fim, a de arbitrariedade, que implica decisão judicial ilegítima que

⁹²⁴ Repare que, nem sempre o julgador faz o seu papel de conformação com o direito associado a uma justa ponderação fundada dos interesses em conflitos; para ilustrar servimo-nos de um Ac. Do STA, de 9 de Janeiro de 2008, Proc. n.º 01022/07, em que se dispõe, “As decisões da administração tributária de acesso a informações e documentos bancários com expressa menção dos motivos concretos que a justificam, podendo essa fundamentação em face do disposto n art. 77º do mesmo diploma, consistir em mera declaração de concordância com os fundamentos de anteriores pareceres, informações ou propostas, incluindo os que integrem o relatório de fiscalização tributária”; a acrescer ainda, a doutrina defendida no Ac. TCA do Sul, de 11 de Março de 2008, Proc. n.º 02265/08, onde se expõe que “(...) tal despacho deve fundamentar em concreto, ainda que por remissão”. Quanto ao primeiro acórdão, julgamos procedente e, por conseguinte, subscrevemos, na íntegra, as críticas e os argumentos do voto vencido de Jorge de Sousa, parecendo que o acórdão em causa confunde o dever de fundamentação da decisão judicial com o de fundamentação do ato administrativo, praticado no âmbito de um simples inquérito. Com efeito, “a expressa menção é a indicação expressa, e não é a mera declaração de concordância com propostas ou pareceres. Por outro lado, sendo consabido que a prática habitual dos órgãos superiores da Administração Pública é utilizarem a fundamentação por remissão, a exigência de menção expressa dos fundamentos não poder ter outro alcance útil que não seja afastar a possibilidade de remissão”. Entretanto, não respeitando o que E. Bulygin e D. Mendonça dizem, sobre a necessidade de conformação da decisão judicial ao direito, quando dispõem que “Antes de decidir un litigio, el juez debe averiguar cuáles son las normas jurídicas que se refieren al caso en cuestión. Por lo tanto debe formular una proposición jurídica de este tenor: «Conforme al derecho D, a acción A es obligatoria (prohibida o permitida) en la que circunstancia C». Esta proposición puede ver verdadera o falsa. El hecho de que la proposición sea formulada por el juez no influye para nada en su valor de verdad, aunque puede tener – normalmente tiene – cierta relevancia para las consecuencias jurídicas que la formulación de tal proposición por parte del juez suele tener. Una sentencia judicial fundada en una proposición falsa normalmente puede ser anulada por un tribunal de instancia superior” (*op. cit.*, p. 54). Já numa perspectiva crítica, neste sentido, chama atenção Ronald Dworkin que “Nadie piensa que los jueces puedan o deban decidir los casos mediante um algo-ritmo que se pretende guie a los jueces a la única decisión correcta através de um processo lógico o de cualquier outro modo formal, mediante lá única ayuda de los materiales canónicos de la decisión judicial, como texto de la ley o la constitución o las sentencias anteriores. Esta descripción de la aplicación judicial del derecho es un hombre de paja y sempre lo fue. Los jueces deben tener un cuenta las consecuencias de sus decisiones, por supuesto, pero solo pueden hacerlo en la forma indicada por los principios enraizados en el derecho como un todo, principios que dictaminan qué consecuencias de son relevantes y qué peso debe asignárseles. Tienen que decidir conforme a estos principios, y no uniforme a sus próprias preferências políticas o personales” (*La Justicia com Toga*, Madrid, Marcial Pons, 2007, p. 122).

simplesmente se afasta e nem se conforma com o direito.

Merece a nossa plena adesão, a teoria da “Argumentação Jurídica” de Alexy, relativa à questão de conformação da decisão judicial ao direito, a explicar que a atividade judicial visa a obtenção de resultados *jus* fundamentais corretos, logo, deverá estar estruturada racionalmente. A justificação de uma decisão, tomada com base em determinadas normas, que são invocadas pelo julgador requer, necessariamente, que exista uma relação dedutiva entre a conclusão e certas premissas normativas e factuais, de tal modo que a decisão não possa ser sustentada doutro modo⁹²⁵.

A lúcida explicação extraída da doutrina do Parecer n.º 138/83, da Procuradoria-Geral da República, relativa ao dever de colaboração com a administração fiscal, merecendo, por isso, a nossa plena adesão, quando expõe que “a intervenção do tribunal (...) não se destina a conceder eventuais dispensas de observância do dever de sigilo bancário mas sim a delimitar o campo do exercício do direito excecional de que é titular a administração, ótica esta que tem repercussões imediatas no seu modo de agir quotidiano”.

Ainda, infere-se no Ac. do STJ, de 27 de Janeiro de 2005, Proc. n.º 044700, que conforme o art. 135º do CPP, o incidente da quebra do sigilo está reservado, por lei, ao tribunal superior, dispondo que “(...) perante os factos probandos na ação e a natureza e o relevo dos interesses da parte que afirmou para tema de prova e o fim do segredo bancário, deverá ponderar sobre a adequação de proporcionalidade da sua dispensa”⁹²⁶. Com efeito, cabe ao legislador determinar o quê e quando é que estamos, ou não, perante o sigilo bancário, relevando e reservando para o tribunal a nobre responsabilidade de concretizá-lo mediante a determinação do âmbito da licitude de eventual derrogação ou quebra do sigilo bancário, a determinação concreta dos limites e medidas restritivas e dos sacrifícios impostos. Destarte, sem se olvidar da necessidade de interpretação e ponderação dos interesses em conflitos, tendo em vista aprimorar o fim último da tutela jurídico-constitucional dos direitos fundamentais, como concretização da dignidade da pessoa humana e fundamento da convivência pacífica, a paz e a justiça.

Neste sentido, podemos dizer que o patamar mínimo exigível para a conceção e a manutenção de um Estado, que se pretende de direito, é a absoluta vinculação à lei e ao sistema de fontes de direito nele

⁹²⁵ Cf. E. Bulygin e D. Mendonça, *Normas y Sistemas Normativos*, op. cit., p. 54.

⁹²⁶ Neste sentido, requerendo razões adequadas e credíveis para a quebra do sigilo bancário pelo fisco, veja-se, Ac. TCAS 20/5/2008, Proc. 12401/08, bem como a necessidade de fundamentação e ponderação à luz da proporcionalidade, da adequação e da necessidade, veja-se, Ac. STA 3/10/2007, Proc. 0 630/07, Ac. STA 9/1/2008, Proc. 01022/07, Ac. TCAN de 13/3/2014, n.º 00039/10.8BECBR-A, Ac. TCAN de 16/10/2014, n.º 00224/14.3BEPNF, Ac. STA de 14/10/2015, n.º 0901/15, Ac. TCAN de 27/3/2014, n.º 00493/13.6BEVIS, Ac. TRC de 28/4/2015, n.º 46/14.1TBMBR-A.C1, Ac. TRL n.º 356/11.0TVLSB.L1-6, de 8/10/2015, Ac. TRC de 17/12/2014, n.º 464/12.0TBTND-C.C1, Ac. STA de 16/9/2015, n.º 099/15, Ac. TCAN de 31/11/2014, n.º 00020/10.7BECBR-A.

vigentes, daí falar-se da sujeição ao princípio de legalidade ou de jurisdição por parte dos seus órgãos, v.g., executivos, legislativos e judiciais. Com efeito, constitui a pedra angular e a missão principal do tribunal ou da decisão judicial, a realização do direito, por isso mesmo, as suas decisões devem ser ponderadas e fundadas essencialmente no direito vigente, resolvendo conflitos de interesses. Assim proceder-se-á a ponderação de interesses em conflitos mediante critérios de proporcionalidade e de razoabilidade e com base numa orientação consolidada numa disposição normativa concreta.

Em última análise, a tarefa de ponderação, numa primeira escala, é da responsabilidade do legislador, a quem compete ponderar situações e medidas de restrições aos direitos fundamentais, nomeadamente o direito ao sigilo bancário inserido no âmbito do direito de reserva à intimidade da vida privada, com a finalidade de resolver eventuais litígios de interesses. No entanto, relegando para o segundo escalão, a responsabilidade de ponderação judicial, que não passa, igualmente, de uma missão vinculada à primeira escala e ao direito. Com efeito, primar, sobretudo, na ponderação entre o fim, medida e o mecanismo de legitimação da restrição dos direitos fundamentais, bem como o rompimento dos direitos fundamentais a título excecional ao mínimo necessário à realização de outros interesses constitucionalmente protegidos⁹²⁷.

É recorrente o entendimento de que o exercício dos direitos, mormente dos direitos fundamentais, não podem ser limitados ou restringidos por disposições regulamentares ou análogas, antes, porém, carecendo de uma ponderação e previsão constitucional, na qual se funda e se justifica a necessidade de proteção de outros interesses e direitos fundamentais em detrimento ou sacrifício de outros direitos e interesses, bem como a sua conformação legal necessária⁹²⁸.

Precisamente, é neste contexto de análise e estado de coisas, em termos práticos, e no direito positivo guineense, que vamos procurar equacionar, com grande acuidade, determinadas situações possíveis, quando, como e por quem pode ou deve determinar a inexistência, limitações, e derrogações do sigilo bancário, considerando, sobretudo a sua necessidade, adequação e a razoabilidade com a finalidade de garantia de concretização de outros direitos ou valores e interesses constitucionais situados numa órbita “superior”.

Com efeito, atender à limitação ou restrição do conteúdo e exercício do direito ao sigilo bancário,

⁹²⁷ No sentido próximo, adverte Ronald Dworkin que os juristas não tentam decidir grandes questões conceituais da teoria ética ou política porque nas Escolas de Direito que frequentarem, com certeza, foram ensinados a pensar como juristas e não como filósofos. Cf. Ronald Dworkin, *La Justicia com Toga*, op. cit., p. 122.

⁹²⁸ Neste sentido José Gomes Canotilho, «Sobre restringibilidade e restrição de direitos fundamentais: notas sobre questionamentos recentes», *Direito Civil Constitucional e outros estudos em homenagem ao Prof. Zeno Veloso – Uma visão brasileira*, São Paulo, Editora Método, 2014, pp. 901 e ss, 915 e ss, acrescenta a idoneidade como garantia de verificação e do controlo de prova da aptidão da medida restritiva.

enquanto manifestação do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada, amplamente inserido no catálogo do direito de personalidade e direitos fundamentais, com recortes e amparos constitucionais suficientemente precisos, sobretudo quando se encontra em conflito com outros interesses e direitos situados em iguais patamares constitucionais, nomeadamente com a obrigatoriedade de colaboração com a justiça, com a administração fiscal, as limitações ou restrições do sigilo bancário devem vincular-se a um controlo judicial apertado; devendo ser interpretada de forma restritiva (restrição da restrição) com a finalidade de se favorecer a essência e eficácia do direito; que seja uma limitação mínima e necessária para conseguir o fim visado; e sem prejudicar o núcleo duro e o conteúdo fundamental do direito do sigilo bancário.

Inferindo-se, entre os princípios acima expostos, sobretudo o princípio de proporcionalidade nas suas múltiplas exigências de adequação, exigibilidade e justa medida, atém-se duma concretização mais precisa, tecida na doutrina do Ac. RLx, de 20 de Janeiro de 2009 (Proc. n.º 7806/2008-1 que, a propósito do sigilo bancário, dispõe que

“Na aplicação do princípio da prevalência do interesse preponderante há que ter em consideração os dois particulares interesses concretamente em conflito, e, sopesando-os, apurar qual deles deve prevalecer”.

Por seu turno, seguindo as mesmas pisadas, o Ac. RLx, de 29 de Junho de 2006 (Pro. n.º 4949/2006 - 6), prescreve que

“Estando em causa dois deveres em confronto - o da cooperação com a administração da justiça e o dever de sigilo – deve prevalecer o interesse fundamental subjacente ao dever de cooperação com a administração da justiça, de que o dever de colaboração consagrado no art. 519º do CPC é expressão, e os valores que determinam o sigilo profissional, tem-se entendido que, embora o sigilo não seja um direito absoluto, a quebra do sigilo não deverá ir além do necessário”.

Ainda, nesta mesma linha, o Ac. RLx, de 27 de Março de 2007 – 5, defende a doutrina de que

“O conflito entre aqueles dois deveres há-de resolver-se pela ponderação dos interesses tutelados, função da sua natureza e relevância jurídica, segundo um critério de proporcionalidade na restrição de interesses constitucionalmente protegidos, como impõe o n.º 2 do art. 18º da CRP, tendo em atenção o caso concreto”.

No mesmo sentido, Ac. RC, de 5 de Dezembro de 2006, Proc. N.º 2294/06. 9YRCBR, defendeu que “a medida dessa cedência, porém, deve ser aferida com base numa lógica de indispensabilidade e limitar-se ao *minimum* imprescindível à concretização desses valores”⁹²⁹.

⁹²⁹ Ainda, vide Ac. RG, de 19 de Dezembro de 2008, Proc. n.º 2730/08 – 2 e o Ac. RC, Proc. n.º 421/08.0YRCBR.

Nessa mesma linha, sucederam as mais recentes jurisprudências dos tribunais portugueses, no sentido de que a quebra do sigilo bancário para a descoberta da verdade material, deve ser ponderada conforme a prova que se faça da sua necessidade, adequação e em proporção ao fim visado, como única via de assegurar a concretização do valor constitucional da realização da justiça.⁹³⁰

Seguindo a mesma pisada, na jurisprudência vigora a cultura favorável e de defesa do interesse na administração da justiça, em prejuízo do sigilo bancário e do direito da personalidade em geral. Entretanto, Claus Roxin critica as sucessivas decisões dos tribunais relativamente à consideração de prevalência do interesse na realização da justiça perante o direito de personalidade, tendo defendido uma posição favorável ao princípio de ponderação, enfatizando que o Tribunal Constitucional alemão, veda a valoração de diários quando esteja em causa o domínio nuclear intocável da personalidade e, inerentemente, a dignidade do homem, admitindo, fora de tais circunstâncias e em casos de criminalidade grave, a razoabilidade de uma ponderação da proteção da personalidade do arguido e dos interesses subjacentes à prossecução da justiça penal⁹³¹.

Assim os exemplos acabados de ensaiar relativamente as implicações jurisprudências da questão em análise, não deixam quaisquer dúvidas de que os arrestos dos tribunais deixam transparecer a ideia de uma clara inclinação para considerar, ainda que em abstrato, a preponderância e a superioridade do interesse na realização da justiça e descoberta da verdade correlação ao conflito com o sigilo bancário e a reserva sobre a intimidade da vida privada em geral⁹³². Assim, concomitantemente, tem-se registado importante evolução na dogmática, no sentido de se fazer depender a derrogação do sigilo bancário à prévia ponderação que se faça dos interesses em conflito à luz do princípio da proporcionalidade, que se desdobra em três critérios⁹³³: da adequação - as medidas restritivas de direitos, liberdades e

⁹³⁰ Cf. Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 28/04/2015, Proc. n.º 46/14.1TBMBR-A.C1. Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 09/02/2017, Proc. n.º 19498/2016.9T8LSB-A-L1-2.

⁹³¹ Veja-se, Ac. Do TC n.º 607/2003, Proc. N.º 594/03, <http://w3.tribunalconstitucional.pt/acordaos/acordaos/03/601-700/60703.htm>.

⁹³² Cf. o referido acórdão acima indicado, apreciando a decisão do TRx, em que se entendeu, que este havia adotado “um critério de ponderação geral, segundo o qual, uma vez justificada formalmente a legalidade do acesso aos diários do arguido, o interesse da realização da justiça penal subjugaria a tutela da intimidade da vida privada do arguido, independentemente do concreto conteúdo das descrições deles constantes e da diferenciada densidade de tutela que lhes há-de ser reservada. Por seu turno, A Unidade Orgânica de Lisboa, da Procuradoria-geral da República, num Parecer emitido no âmbito do Processo n.º 9791/06, 3ª Secção da TRx, concluiu que “O interesse público da protecção da investigação criminal faz ceder o interesse do sigilo bancário, enquanto protecção da confiança na banca, com rompimento do segredo bancário”.

⁹³³ Cf. neste sentido, Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 375. Ac. TRP 6/6/1993, CJ XVIII (1993) 3, p. 195 e ss, Ac. STJ, 8/2/1990, BMJ 394 (1990), p. 417 e ss, Ac. TRL, 17/2/2000, CJ XXV (2000) 1, p. 121 e ss, Ac. TCAN de 13/3/2014, n.º 00039/10.8BECBR-A, e Ac. TCAN, de 31/11/2014, n.º 00020/10.7BECBR-A.

garantias devem revelar-se como um meio adequado para a prossecução dos fins visados, com salvaguarda de outros direitos ou bens constitucionalmente protegidos; da exigibilidade - essas medidas restritivas têm de ser exigidas para alcançar os fins em vista, por o legislador não dispor de outros meios menos restritivos para alcançar o mesmo desiderato; e da justa medida - ou proporcionalidade em sentido estrito - não poderão adotar-se medidas excessivas ou desproporcionadas para alcançar os fins pretendidos.

SECÇÃO II

Do Regime Jurídico em Especial

1. Regime jurídico. Determinação

Depois de análise e enquadramento geral do sigilo bancário no direito guineense, nas suas múltiplas configurações e dimensões positivas e negativas, bem como as suas insuficiências e os seus defeitos *vis-a-vis* com as soluções vigentes nos vários sistemas consagrados no direito comparado, neste capítulo procuraremos, através de uma abordagem prática e legal, inferir e situar, à luz do direito positivo vigente na Guiné-Bissau, o regime jurídico do sigilo bancário quanto à sua extensão, as respetivas exceções, os agentes e pressupostos legais para o efeito da quebra de sigilo bancário.

No entanto, o estudo levado a cabo, permitiu-nos constatar que a atual Lei de Regulamentação Bancária – LRB 4/2008 configura-se eivada de graves insuficiências, nomeadamente por não cuidar de regular o conteúdo e o regime jurídico do sigilo bancário, limitando-se apenas a efetuar algumas referências e previsão genérica relativa à questão de vinculação subjetiva ou pessoal, traduzida no regime da oponibilidade e inoponibilidade. Porém, ignorando, por isso, outros aspetos intangíveis do regime jurídico, tais como o conteúdo, pressupostos, condições e as situações derogatórias ou limitações do conteúdo e da extensão do sigilo bancário.

Partindo destas premissas e conscientes de tais limitações, vamos, de seguida, proporcionar alguns contributos direcionados à construção e determinação de um regime jurídico do sigilo bancário, baseado, em parte, nas legislações difusas, acima referenciadas sobre esta matéria, nas *praxes*, doutrina e jurisprudência e, principalmente, ancorado com importante subsídio colhido no estudo do direito comparado, tomando como referência e nossa matriz, a solução vigente no direito português e nos

outros países da CPLP.

1.1. Oponibilidade vs inoponibilidade: Obrigação legal de prestar informação bancária

i. Quanto à oponibilidade

Por lei, o sigilo bancário, em regra, impõe dever de discrição, constituindo o banco o seu principal guardião e sujeito passivo, ancorado, sobretudo, no dever de o guardar e opô-lo a todos – *erga omnes*. Contudo, o dever de discrição impôs-se, igualmente, em face de outras entidades que possam, em razão da sua função ou missão, aceder às informações protegidas pelo sigilo bancário e armazenadas nas instituições de crédito, nomeadamente o próprio Estado, BCEAO, Comissão Bancária da UEMOA, Tribunais, Administração Fiscal, auditores, revisores de contas, à informática, à CENTIF, etc...

Por razões sobejamente afloradas, o sigilo bancário beneficia e protege o cliente, mas interessa ao banco e ao próprio Estado, enquanto guardião do interesse público, neste caso em espécie, ligado ao sistema bancário e à economia. Por isso, mais do que simples dever de guardá-lo, o banco zela pela sua defesa, perante eventuais intromissões e ataques infundados e arbitrários de terceiros ao seu conteúdo, em razão da natureza e em consequência de sua profissão.

Assim sendo, todos os pedidos de quebra de sigilo bancário são dirigidos ao banco, enquanto detentor dos dados pessoais e de informações ligadas à conta, serviços e a operação titulada pelo cliente visado, devendo, por isso, ceder aos pedidos apenas e só nos casos previstos na lei e devidamente fundamentados, e assim elidir as suas responsabilidades pelas informações disponibilizadas em derrogações às regras de sigilo bancário⁹³⁴.

Sendo os bancos, os dirigentes e os seus colaboradores a títulos permanentes ou ocasionais, detentores e agentes passivos de oponibilidade, todos os demais sujeitos, incluindo os outros clientes, correspondem a terceiros e agentes sujeitos às oposições ao sigilo bancário, devendo, por isso, opô-lo a

⁹³⁴ Contrariamente à solução que parece resultar do Acórdão do STJ, de 10 de Abril de 1980, BMJ (296), 1980, 190, que defendera a natureza absoluta de sigilo bancário, sendo certo que na altura em que foi exarado este acórdão, segundo o relator, o sigilo estava regulado no DL n.º 02/78, de 9 de Janeiro, e que não havia nenhuma norma em concreto que lhe impunha restrição. Portanto, a oponibilidade do sigilo bancário era absoluta. No sentido contrário, Ac.TR_53/09.6YRCBR de 10-03-2009, defendeu a quebra do sigilo bancário a favor da administração da justiça, e Ac. STA, de 4/6/2014, n.º 0515/14, favorece a derrogação do sigilo bancário em processo penal, mas veda que a AT sirva de tal para fins tributários.

todos, art. 30º da LRB 4/2008, excepcionando apenas as situações especificamente previstas na lei, *maxime* art.53º, último parágrafo da LRB 4/2008.

A justificada necessidade de utilização de informações bancária, nomeadamente para o efeito de centralização de riscos de crédito ou de incidente de pagamento, por parte do banco ou da entidade reguladora, de supervisão e do controlo, não deve fazer minar o essencial, traduzida na devida guarida ao sigilo bancário, i.e., deve-se aprimorar e adequar os procedimentos de acessos a tais informações, com propósito de preservar e fazer vincar o crédito e a confiança do público em geral no sistema bancário como o nosso, marcado por uma taxa baixíssima de bancarização, que se estima, nesta altura, abaixo de 4%⁹³⁵.

Isto requer e exige de todos um esforço adicional para que o público e o cliente se sintam protegidos pelo sistema, caso contrário, a continuar a tendência e a postura atual, pouco favorável ao sigilo bancário, sobretudo das nossas autoridades judiciais, que por tudo ou nada, recorrem à quebra do sigilo bancário, e assim encarando as instituições bancárias como se de agências de informações se tratassem ou como prestadores dos serviços dos tribunais, obviamente que os bancos seriam forçados a fechar as suas portas e o sector bancário condenado a desaparecer, pois ninguém confiaria os seus haveres aos bancos.

A sobrevivência do direito e da nossa ciência jurídica, concebida para facilitar a nossa sã convivência social, depende e exige respeito de cada um e de todos, v.g, aos cultores de direito, magistrados, o legislador, governantes, políticos, e até a um simples cidadão. Neste sentido, o direito ao sigilo bancário não foge à regra, de cuja efetiva tutela requer a sua transposição do plano jurídico e constitucional para uma vertente social, a qual a consciencialização da sociedade em geral sobre a sua necessidade e a justificação.

Assim, à luz da LRB 4/2008, vigora na nossa ordem jurídica, à semelhança do que se passa no direito comparado, a regra geral de oponibilidade *erga omnes* do sigilo bancário relativamente a terceiros, sendo o banco o seu principal guardião e sujeito passivo, a exigir essa vinculação e responsabilidade, art. 30º da LRB 4/2008⁹³⁶. Entretanto pontuado de alguns desvios e exceções traduzidas nas situações de inoponibilidades e das derrogações, sem, no entanto, fazer minar o seu conteúdo essencial.

⁹³⁵ Em Portugal, além das soluções constantes do RGICSF, artigos 78º a 82º, o DL n.º 317/2009, vem densificar situações de inoponibilidade do sigilo bancário, art. 37º, n.º 2, 3 e 4, als. a) e b).

⁹³⁶ Correspondente à norma do art. 19º da antiga LRB de 1997.

ii. Zona livre de circulação de informação: A inoponibilidade e a obrigação legal de prestação de informação. O rotulado sigilo bancário *partagé*

No âmbito das suas atividades em geral, especialmente de prestação de serviços e de intermediações de crédito, financeira e cambial, as instituições de crédito e as sociedades financeiras produzem, tomam e armazenam acervos de informações e dados ligados aos seus clientes, bem como as operações e serviços praticados. Com efeito, sujeita-se, por lei ou por autorização do cliente, a fornecer ou prestar essas informações comerciais armazenadas em virtude das suas atividades aos outros agentes económicos, entidades públicas que a lei confere legitimidade bastante para as requerer no âmbito do exercício das suas funções. Tais informações podem ser requeridas para as diversas finalidades consignadas em leis, particularmente por parte das autoridades de supervisão e controlo, para apurar a situação financeira, a situação patrimonial, as regularidades e conformidades legais e procedimentais das operações e serviços bancários, permitindo assim maior controlo, rigor e exigência no desenvolvimento das atividades económicas e financeiras com uma certa segurança.

Em geral, no sistema guineense, as instituições de crédito devem fornecer apenas as informações necessárias e requeridas para acautelar o mínimo dano necessário ao conteúdo do sigilo bancário. Com efeito, o cumprimento desse dever legal de informação por parte das instituições de crédito, deve compaginar-se com a estrita observância à merecida guarida devida ao conteúdo do sigilo bancário, uma vez que esse dever impõe ao banco a obrigação de, além de evitar que as pessoas estranhas tomem conhecimento dos dados relativos à instituição de crédito, bem como às suas relações com os seus clientes, implica ainda a vinculação dos bancos em não transmitir, seja por que forma ou vias e situações e nem utilizar de forma indevida, a referida informação em prejuízo do cliente, art. 30º da LRB4/2008⁹³⁷.

Assim sendo, no que tange à inoponibilidade do sigilo bancário, decorre, da então Lei de Regulamentação Bancária, art.42º, 4º parágrafo, que **“O sigilo bancário não é oponível nem à Comissão Bancária, nem ao Banco Central – BCEAO⁹³⁸, nem à autoridade judicial no âmbito de**

⁹³⁷ Vide art. 19º da antiga LRB de 1997.

⁹³⁸ BCEAO é uma instituição pública e internacional especializada da UMOA/UEMOA constituída ao abrigo do Tratado, art.27º com capital integralmente subscrito pelos Estados Partes, dotada de personalidade jurídica, autonomia financeira e da respetiva imunidade e privilégios próprios de uma instituição internacional perante o poder e a jurisdição interna. Reza o art. 8º dos Estatutos que rege a organização e o funcionamento do BCEAO que o seu principal objetivo traduz-se na definição e coordenação da política monetária da União, mediante a estabilidade de preços e a assistência à política económica da União com a finalidade de garantir um crescimento sã e durável na zona. E, entre outras atribuições, os Estatutos lhe atribui ao abrigo do art. 9º, e ss., as seguintes: a definição e execução da política monetária da União; garantir

processo penal”.

A atual LRB 4/2008 regula a inoponibilidade do sigilo bancário nos termos do art. 53º, último parágrafo⁹³⁹, no qual dispõe que **“O segredo profissional não é oponível nem à Comissão Bancária, nem ao Banco Central, nem à autoridade judiciária que atue no âmbito de um processo-crime”**.

Em comparação com o art. 42º, 4º parágrafo da então LRB, salvo as referências das ressalvas, na parte final, as autoridades judiciais e judiciárias, respetivamente, o conteúdo do art. 53º, parte final, da LRB 4/2008, configura-se idêntico, não constituindo, por isso, qualquer evolução em relação a então LRB.

A disposição legal acima citada, parece clara, mas nunca é demais torná-la mais clara (*in claris fit interpretatio*). Assim, se justifica a consagração legal da não oposição ou inexistência de sigilo bancário em razão e no âmbito do exercício de suas funções, que em conjunto constituem rigorosamente exceções ao dever do sigilo bancário.

Assim sendo, correspondem situações em que, apesar de haver efetivamente a revelação da informação de um cliente a um “terceiro” alheio à relação comercial da conta, mas não deixa de ser um ato lícito porque justificado, porquanto assiste à entidade em causa, por determinação legal ou do ofício, a legitimidade de partilhar a referida informação e do concomitante dever de reserva que daí se exige. Não existe, por isso, qualquer restrição ao conteúdo do sigilo, antes duma exceção a esse dever se trata. Pois, como havíamos anunciado um pouco atrás, as entidades e pessoas que requerem tais informações em razões dos ofícios e por interesses diretos e fundados, para todos os efeitos do regime, não são aquilatados como terceiros, pelo menos, relativamente às informações requeridas e que lhes

a estabilidade do sistema financeiro, incluindo o sistema bancário da União; promover o bom funcionamento e assegurar a supervisão e a segurança dos sistemas de pagamentos no âmbito da União; execução da política cambial; gerir as reservas cambiais; privilégio de emissão de signos monetários, notas e moedas com curso legal e poder liberatório pleno na União; realização de operações sobre ouro, divisas, meios de pagamentos e títulos em moedas estrangeiras; emprestar ou pedir emprestados somas em moeda por ele emitidas aos bancos estrangeiros, instituições monetárias internacionais ou estrangeiras; prestar as respetivas garantias; intervir no mercado de capitais, através da operação de *open market*, quer comprando ou vendendo firme, à vista ou a prazo, etc; a imposição aos estabelecimentos financeiros da União à constituição de reservas obrigatórias, e os respetivos fundos de garantias. Mais precisamente, ainda, no domínio de pagamentos, zela pelo bom funcionamento e segurança dos sistemas de pagamentos, bem como adoção de medidas para assegurar a eficácia e a solidez de pagamentos mediante a compensação interbancária e de outros sistemas de pagamento na União e com estrangeiro; tratamentos dos incidentes de pagamentos; abrir e gerir contas em nomes de instituições de créditos e das instituições públicas (Tesouro Público) nos seus livros de contas, efectuar cobranças e recebimentos em nome próprio e destes, bem como executar as operações de transferências a favor dos titulares de contas nos seus livros de contas, nomeadamente o Tesouro Público e as instituições de créditos; podendo, ainda, ao abrigo do art. 22º do Tratado deter participações no capital do Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD), e nos outros estabelecimentos comuns de financiamentos. E no domínio do controlo e da supervisão bancária e financeira, o BCEAO deve assegurar o cumprimento cabal das disposições e regulamentos aprovados conforme o art. 34º do Tratado da UMOA e das regras relativas ao exercício da profissão bancária, etc.

⁹³⁹ A solução próxima constava da antiga LRB de 1997, art. 42º.

são disponibilizadas efetivamente. Uma vez que não são terceiros, o conteúdo da informação a que tenham acesso não lhes são alheios, e os próprios passam a ser guardiões e sujeitos passivos do dever de reserva referente a tais informações, no sentido de guardarem, sob absoluta discricção, e fora de alcance de terceiros, os dados e informações de que disponham. Assim, dando azo à justificação do que a doutrina francesa prefere rotular por “*secret partagé*”, e parafraseando o dizer de José Maria Pires, “segredo partilhado”, também designado por alguns por segredo coletivo⁹⁴⁰, que preferimos aqui designar por *segredo derivado ou em segunda linha*.

Assim sendo, o sigilo derivado, ou em segunda linha, deve ser encarado na perspetiva do confidente originário poder vir a repassar informações e dados objetos do sigilo bancário, ao conhecimento das mais diversas pessoas que, igualmente, passam a ser, consequentemente, confidentes necessários em segunda linha. Desta feita, constituem exemplos típicos do sigilo derivado ou em segunda linha, todas as situações possíveis no âmbito da chamada zona livre de partilha e de circulação de informações, nomeadamente comerciais e bancárias, quer por razões da disciplina, do enquadramento legal da atividade, controlo e supervisão da atividade e da vida económica, e quer por razões puramente patrimoniais ou ligadas à proteção de outros interesses públicos relevantes.

Assim passemos a desenvolver, nos moldes que se seguem, as várias situações de inoponibilidades do sigilo bancário e, consequentemente, do emergir de um novo dever de reserva, traduzido no sigilo bancário derivado ou em segunda linha (sigilo *partagé*):

- **Da entidade de supervisão e controlo.**

Atendendo à natureza da sua atividade, o fim prosseguido e, sobretudo, a necessidade de salvaguardar o legítimo interesse público da economia, a solidez dos serviços e das instituições bancárias e do interesse privado, ligado à poupança e os haveres dos clientes depositados em bancos, à semelhança do que acontece em todos os sistemas bancários, o sistema vigente na Guiné-Bissau e nos restantes sete países da UEMOA, condiciona de forma rígida o exercício da profissão e da atividade bancária, por intermédio das diretivas e regulamentos da UEMOA, a lei orgânica, atos e regulamentos do BCEAO, bem como através dos vários instrumentos jurídicos vigentes na ordem jurídica guineense aplicáveis à banca e a respetiva atividade, designadamente a LRB 4/2008.

Assim, em geral, o sistema de supervisão e controlo da profissão e da atividade bancária na Guiné-Bissau atende, no essencial, aos seguintes aspetos:

⁹⁴⁰ Cf. José Maria Pires, *Dever de Segredo...*, *op. cit.*, p. 54; Rodrigo Santiago, «Sobre Segredo», *op. cit.*, p. 149.

- a) Procedimentos rígidos de constituição, estruturação, organização e autorização das instituições bancárias;
- b) O *nomem juris* e enumerações exaustivas das tipologias das instituições permitidas a atuar na banca guineense;
- c) Previsão de um número *apertus ou não taxativos* e nem exaustivos das atividades e serviços que as instituições autorizadas são permitidas a praticar;
- d) A garantia da estabilidade do sistema financeiro mediante a exigência de capital social mínimo efetivo, suficiente e adequado ao funcionamento da banca, atualmente fixado pelo Conselho de Ministro da UMOA em cinco bilhões de francos CFA, ao qual projeta-se, o seu aumento efetivo para dez bilhões de francos CFA, bem como a demonstração de indicadores de solvabilidade e liquidez mediante reforço de fundos conforme regras de Basileia II e III;
- e) A determinação e a imposição de procedimentos e critérios uniformes através de atos únicos orientadores das atuações dos bancos, nomeadamente referentes à política nacional de captação e mobilização de fundos provenientes de públicos através de depósitos e poupanças, a política de crédito, carteira de crédito, distribuição do crédito, rácio de crédito, riscos, centralização de incidentes de créditos e de pagamentos, serviços, regras e código de condutas, etc...;
- f) Ainda a eficácia de fiscalização da banca e das operações bancárias impõe, nomeadamente a conformidade das regras éticas e deontológicas, definições de perfis dos acionistas e dirigentes do banco, bem como suas relações comerciais com os bancos que dirigem, referentes às condições de acesso ao crédito, por parte dos acionistas e dirigentes, etc...⁹⁴¹

Existe, entre nós, a consagração legal das competências difusas no domínio da supervisão e da fiscalização da banca e da atividade bancária, cujo núcleo essencial, plasmado, quer na lei orgânica do BCEAO, quer na convenção que cria a Comissão Bancária e o respetivo ato adicional (anexo), quer na convenção e regulamento, que instituí o Fundo de Garantia e a respetiva estrutura no âmbito da UEMOA

Neste sentido, quer o Banco Central, quer a Comissão Bancária da UEMOA, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e o Fundo de Garantia, no âmbito das suas atribuições, participam (*e só nesse âmbito*), do sigilo bancário, constituindo-se, por isso, na vinculação jurídica de guardar e de não difundir os elementos e factos conhecidos e relacionados a essas atribuições.

E, mais, a constatação do sigilo bancário derivado, ou em segunda linha, está condicionada à partilha

⁹⁴¹ Além das instâncias de controlo e supervisão europeia, tais como o BCE, Autoridade Bancária Europeia, etc..., em Portugal existem vários diplomas legais que cometem as competências difusas para a supervisão e a fiscalização da banca e das suas atividades, nomeadamente ao Banco de Portugal, à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao Fundo de Garantia de Depósitos, etc...

de informações no âmbito específico das atribuições concedidas por lei às instituições em causa. No entanto, dentro deste condicionalismo legal, o sigilo bancário não é alheio, porquanto, igualmente, passa a pertencer e vincular legalmente a essas instituições.

Assim a vinculação ao sigilo bancário em segunda linha dessas instituições, advém e se justifica nas normas legais que consagram a obrigatoriedade de livre circulação da informação e de acesso à mesma, bem como na relação estabelecida com a instituição de crédito, detentora originária dessa informação abtida na relação direta com os seus clientes.

Mais precisamente, no âmbito da LRB 4/2008, dos Estatutos e Regulamentos do BCEAO, são cometidas, em especial, ao BCEAO através das suas agências abertas em todos os Estados Membros da União, as seguintes atribuições:

- a) Autorizar e acompanhar a vida e a atividade das instituições de crédito;
- b) Zelar pela observância das normas e regras que disciplinam a banca e as suas atividades;
- c) Emitir as instruções e recomendações sobre as irregularidades constatadas bem como a obrigatoriedade de suas correções e sanções;
- d) Adotar providências extraordinárias de saneamento da banca e da atividade bancária;
- e) Centralizar os riscos operacionais, de pagamentos e de crédito;
- f) Sancionar as infrações cometidas.

Tecidas estas constatações gerais, vamos, de seguida, proceder ao enquadramento normativo, ao abrigo da LRB 4/2008, dos Estatutos do BCEAO e da Convenção que cria a Comissão Bancária e do respetivo ato adicional – anexo, referentes à justificação e ao regime específico da inoponibilidade do sigilo bancário derivado, ou em segunda linha, relativamente à entidade de supervisão e de fiscalização da banca e das suas atividades, nos moldes que se seguem:

➤ **Inoponibilidade ao BCEAO**

Ao BCEAO, o sigilo bancário é inoponível no âmbito do exercício de suas funções por força dos arts. 30º e 53º da LRB 4/2008, e do art. 34º dos Estatutos do BCEAO,⁹⁴² por se tratar de entidade reguladora e de supervisão da profissão bancária e suas operações. Com efeito, no âmbito do cumprimento de suas atribuições consignadas nos Estatutos, art. 9º e ss., mais precisamente as constantes do art. 30º e ss., designadamente as relacionadas com as recolhas juntos dos estabelecimentos financeiros e de créditos de informações estatísticas e quaisquer documentos e informações necessárias e úteis ao próprio banco central, ao Conselho de Ministros e dos Estados Membros relativa à situação económica, financeira e monetária, art. 31º dos Estatutos; em

⁹⁴² Vide arts.19º e 42º da antiga LRB de 1997.

cumprimento do disposto ao abrigo do art. 32º do Tratado da União, assegura a recolha e compilação de informações e dados para fins que o Tratado indica, em rompimento ao sigilo bancário. O que, por conseguinte, poderá ditar que o BCEAO proceda à recolha de forma imediata ou por intermédio dos estabelecimentos de crédito, das informações sobre as transações efetuadas com o exterior, pela administração pública, pessoas privadas ou públicas, art. 33º dos Estatutos.

Ainda, além de dispor nos seus livros de contas, das contas abertas e tituladas pelo Tesouro Público e estabelecimentos de créditos, no âmbito de gestão dessas contas, recebe depósitos e pagamentos sobre as mesmas, transferências, cobranças, e apoios à execução de operações, etc, art. 35º e art. 38º, ambos dos Estatutos.

Nestes domínios e vasto âmbito das suas atribuições, missões e funções cometidas, por força dos Estatutos e LRB 4/2008, o sigilo bancário não existe ou não se opõe perante ao BCEAO, relativamente às informações colhidas e de que dispõe quanto à vida e operações dos estabelecimentos de crédito e suas relações com os clientes. Com efeito, foi nesta base que outras disposições constantes da lei de regulamentação bancária guineense, os arts. 53º e 59º da LRB 4/2008, em rompimento ao sigilo bancário, consagram a regra de obrigatoriedade das instituições de crédito em fornecer, a pedido do BCEAO ou da Comissão Bancária da UEMOA, no âmbito do exercício de suas funções, todas as informações requeridas, particularmente relacionadas com as informações, esclarecimentos, justificações e documentos julgados úteis para análise da sua situação, apreciação dos riscos, estabelecimento da lista de cheques de clientes que oferecem risco para o sistema, incidentes de pagamentos, centralização de informações relacionadas com os incidentes de créditos, no âmbito de execução do acordo *classement*, dos envios diários ao BCEAO acompanhados das respetivas informações e documentos de suportes, etc...

Todavia, deve-se advertir e reiterar que tais informações e dados obtidos, no desempenho de suas funções, devem permanecer sob absoluta discrição e guardados sob “sete chaves” de forma a não extravasar o circuito fechado para os quais foram obtidos e conhecidos, i.e., longe do alcance de terceiros (vide neste sentido, art.5º dos Estatutos). Com efeito, relativamente aos dados ligados à vida das instituições financeiras e dos bancos e dos respetivos clientes a que o BCEAO tenha acesso, em razão da sua missão, este sujeita-se, ao que preferimos designar por, sigilo bancário derivado ou em segunda linha (também designado por sigilo de supervisão, ou coletivo, ou derivado, ou partilhado), no sentido de se vincular o BCEAO a guardar, sob discrição, os referidos dados, i.e., mantê-los inacessíveis aos terceiros estranhos, senão apenas e exclusivamente conhecidos no âmbito do circuito restrito do desempenho das funções para que foram requeridas e disponibilizadas.

➤ **Inoponibilidade à Comissão Bancária da UEMOA**

Com relação à Comissão Bancária da UEMOA, igualmente, o sigilo bancário é inoponível, art. 22º da Convenção e do Anexo à Convenção que regula regime da Comissão Bancária da União Monetária Oeste Africana⁹⁴³, justificada na necessidade de facilitar os trabalhos e a obtenção da informação por parte desta instituição especializada da UEMOA, com vista a controlar o cumprimento das normas, regulamentos e regras prudenciais e comportamentais de gestão bancária reguladas pelas Diretivas, LRB 4/2008 e Regulamentos da União. Mais precisamente, controlar o cumprimento do disposto ao abrigo do art. 56º da LRB 4/2008, e do art. 57º dessa lei bancária, que obriga os bancos a conformarem as suas operações e serviços às decisões do Conselho de Ministro da UEMOA, as decisões e instruções do BCEAO e da Comissão Bancária da UEMOA, os Estatutos do BCEAO, da Convenção e os Anexos que regulam a Comissão Bancária, da LRB 4/2008, e dos respetivos Estatutos e regulamentos interno.

Com efeito, as instituições de créditos estão vinculadas por lei, em rompimento ao conteúdo do sigilo bancário, a facultar à Comissão Bancária, no âmbito do desempenho das suas funções de controlos e inspeções, mediante a requisição desta, todos os documentos, informações, esclarecimentos e justificações requeridos, art. 20º. Podendo, igualmente, proceder a audição dos dirigentes das instituições de crédito, nomeadamente o Diretor Geral, os Diretores de Serviços, os Chefes de Departamentos, e o próprio Presidente do Conselho de Administração, para prestarem devidos esclarecimentos e justificações, sem que para tais lhe seja legítimo invocar e opor o sigilo bancário, art. 21º, porque não existe perante a Comissão Bancária.

Igualmente, à luz da LRB 4/2008 guineense, ao abrigo do art. 53º, existe imposição aos bancos e estabelecimentos financeiros em geral, em rompimento ao conteúdo do sigilo bancário, para fornecer, a pedido, quer do BCEAO, quer da Comissão Bancária, todas as informações, esclarecimentos, justificações e documentos considerados úteis para a análise sobre as suas situações, bem como para apreciação dos riscos, lista de cheques, título de crédito em falta, incidentes de pagamentos, e todos os documentos respeitantes ao exercício das suas atribuições. Enfim, existe a consagração legal da

⁹⁴³ Criada através da Convenção assinada em 24 de Abril de 1990, sujeita à alteração posterior por virtude da integração da Guiné-Bissau à UMOA, sujeita a nova alteração assinada a 6 de Abril de 2007, em Lomé, com o propósito de assegurar a organização e o controlo dos estabelecimentos de crédito, bem como o cumprimento das leis que regem a banca e suas atividades, designadamente a Lei de Regulamentação Bancária; de garantir uma fiscalização uniforme e mais eficaz da atividade bancária e uma integração do espaço bancário da União Monetária Oeste Africana. No desempenho das suas atividades, o Anexo à Convenção comete-lhe várias atribuições, de entre as quais, deve-se destacar a sua função no domínio da autorização e de cancelamento das instituições de crédito; art. 13º e ss.; controlos e inspeções às instituições de créditos, incluindo os sistemas financeiros descentralizados, bem como apurar as infrações cometidas pelas instituições de créditos pelo não cumprimento da LRB, regulamentos aplicáveis, e a violação das regras de boa conduta da profissão e de todas as anomalias relacionadas com a gestão dos estabelecimentos de crédito, art. 18º e ss., e art. 26º, e as sanções a aplicar nos termos do art. 27º e ss.

obrigação das instituições de crédito que operam na GB e na zona da união, em derrogação ao sigilo bancário, de prestarem todas as informações necessárias requeridas pela Comissão Bancária da UEMOA para facilitar o desempenho das suas funções.

Esta obrigação é extensível aos dados e informações requeridas aos auditores e revisores de contas de um banco ou de estabelecimento financeiro, no sentido de fornecer à Comissão Bancária todos os relatórios, documentos, todas as peças e todos os instrumentos que se repute indispensáveis ao cumprimento da missão da Comissão Bancária, art. 53º, 2º e 3º parágrafo.

Vem ainda reforçada ao abrigo da LRB 4/2008, art. 59º, a ideia de inoponibilidade do sigilo bancário a Comissão Bancária e ao BCEAO, no sentido de que os estabelecimentos de crédito não podem opor-se aos controlos efetuados pela Comissão Bancária e pelo Banco Central em conformidade com as disposições legais vigentes na ordem jurídica guineense.

➤ **A Demanda do BCEAO e da Comissão Bancária da UEMOA. Forma, formalidade e sua eficácia**

No desempenho das suas atribuições, em regra, nos termos acima exposto, o sigilo bancário não se opõe, quer ao BCEAO, quer à Comissão Bancária, sobretudo quanto às informações relacionadas com a vida e atividades das instituições de crédito obtidas no âmbito de suas funções.

Todavia, além destas informações, obtidas no exercício de suas atribuições, podem carecer e requerer aos bancos, em rompimento ao conteúdo do sigilo bancário, nomeadamente as informações inseridas no âmbito da sua missão de orientação e do controlo do mercado bancário, como sejam: as ligadas com as suas atribuições de inspeção e supervisão do setor bancário; movida pela necessidade de cumprimento do acordo de cooperação com outras entidades com fins análogos, internas ou internacionais; a necessidade da liquidação das instituições de crédito; para a organização e centralização dos riscos.

A demanda destas e de outras informações aos bancos, em derrogação ao dever do sigilo bancário, apenas os vinculam quando efetuada através de um documento escrito, assinado por quem vincula a este nível, o BCEAO ou a Comissão Bancária, no qual deve ser espelhado de forma precisa o seu conteúdo e o respetivo alcance.

Nestas condições, as instituições de crédito ficam vinculadas, através do seu serviço ou colaborador mandatado para o efeito, a fornecer tais informações nos termos e condições requeridas pelo BCEAO ou a Comissão Bancária e aos respetivos inspetores ou auditores.

➤ **Inoponibilidade limitada ao Ministério das Finanças/Secretaria de Estado do Tesouro**

A mesma ilação pode ser extraída do art. 58º da Regulamentação dos Sistemas Financeiros Descentralizados, com a única exceção, traduzida no alargamento da inoponibilidade de sigilo bancário ao Ministro das Finanças (Secretaria de Estado do Tesouro), no âmbito das matérias e operações abrangidas por esta regulamentação, art. 2º e art. 4º e ss. Igualmente, neste sentido, implicitamente a LRB 4/2008 admite algumas situações escassas e precisas da inoponibilidade do sigilo bancário relativo ao Ministro do setor, entre nós, Ministro das Finanças. Sobretudo quando lhe concede, expressamente, algumas competências, quer no domínio de criação, organização e funcionamento das instituições de crédito, art. 9º e ss da então LRB. Ainda, ao abrigo dos arts. 14º, 2º parágrafo, 29º e ss., 35 e 36º, ambos da então LRB, o Ministro das Finanças além de poder autorizar a cessão dos ativos superiores a 20% de um banco, exploração ou cessação, abertura, encerramento, transformações, transferências, cessões, explorações de balcões ou agências, pode ainda aprovar derrogações as interdições consentidas na então LRB, bem como as derrogações respeitantes a proibição do negócio consigo próprio por parte dos dirigentes ou interposta pessoa de se acederem, nomeadamente ao crédito bancário na própria instituição que dirige. Com esta proibição ou impedimento, a LRB quis impor regras de condutas e éticas na gestão responsável das instituições de crédito. Todavia, o Ministro das Finanças, mediante a ponderação concreta de cada situação, poderá decretar a exceção pontual, autorizando o crédito a um dirigente da instituição de crédito que, para o efeito, toma conhecimento e informação em relação à operação em causa.

Seguindo a mesma pisada da então LRB, a atual LRB 4/2008, aplicável ao estabelecimento de crédito, confere, igualmente, ao Ministro das Finanças alguns poderes, designadamente no domínio de constituição e autorização para abertura de estabelecimento de crédito, art. 15º da LRB 4/2008. A referida autorização é efetuada mediante um Despacho favorável do Ministro das Finanças, art. 16º da LRB4/2008, contando que seja previamente assegurada o preenchimento das menções obrigatórias previstas nos termos dos arts. 25º, 26º, 29º, 34º e 36º, ambos da LRB 4/2008, mediante parecer prévio favorável da Comissão Bancária da UEMOA, art. 16º, 1º parágrafo, e art. 31º, ambos da LRB 4/2008.

De igual modo, a cassação da autorização, conferida para abertura de estabelecimento de crédito, segue a mesma formalidade, ou seja, faz-se mediante o parecer favorável da Comissão Bancária e o Despacho do Ministro das Finanças, art. 17º, e último parágrafo, e art. 19º e ss., ambos da LRB 4/2008.

As autorizações e aberturas das sucursais ou filiais dos bancos e as respetivas declarações de intenções são dirigidas à Comissão Bancária da UEMOA, mas entregues no BCEAO, que fixa, por conseguinte,

através da instrução, as informações que devam ser respeitadas na declaração de intenção, contando que o Ministro das Finanças seja previamente prevenido da eventual autorização ou recusa, art. 18º da LRB 4/2008.

Ainda, ao Ministro das Finanças, assiste, à luz da LRB 4/2008, alguns poderes para aprovar derrogações pontuais às proibições e algumas exigências integradas no domínio da regra de condutas, ética e deontologia profissional prevista na LRB 4/2008. Assim o Ministro das Finanças pode, mediante parecer prévio favorável da Comissão Bancária da UEMOA, aprovar derrogações respeitantes ao perfil dos dirigentes, administradores ou gestores de estabelecimento de crédito, v.g., no sentido de permitir que, quem não tem a nacionalidade guineense ou de um dos países de zona, seja director ou administrador e dirigente de um estabelecimento de crédito, art. 25º da LRB 4/2008.

Entre outros poderes, ainda a LRB 4/2008, confere ao Ministro das Finanças poderes para conceder autorização, bem como para as alterações da forma jurídica, da denominação social ou firma, transferência da sede, fusão, cisão, transformação e da dissolução da instituição de crédito, art. 39º da LRB 4/2008.

No domínio operacional, a LRB 4/2008 confere ainda ao Ministro das Finanças, o poder de, mediante um Despacho, aprovar a autorização de cessão por parte de um estabelecimento de crédito de mais de 20% do seu ativo, correspondente às suas operações no país, bem como a cedência de gestão ou cessação do conjunto de atividades no país, arts. 40º-42º, ambos da LRB 4/2008, bem como poder para aprovar derrogações às interdições e proibições relativas, consignadas ao abrigo dos arts. 43º- 45º, contando que as derrogações em causa, referentes às proibições dos bancos praticarem certas operações, nomeadamente as atividades comerciais, industriais e agrícolas, caso estas não tenham quaisquer conexões necessárias com as operações bancárias ou se repute essenciais para a recuperação do seu crédito. E, bem assim, as interdições dos bancos adquirirem as suas próprias ações ou concederem créditos garantidos com as suas próprias ações, e as interdições relativas ao acesso direto ou indireto ao crédito, por parte de quem participa na direção ou gestão, administração e controlo dos bancos, quando o empréstimo requerido exceda uma percentagem dos seus fundos próprios efetivos, e aos acionistas dos bancos desde que tenham direta ou indiretamente, no mínimo 10% do direito de voto, sejam aprovadas pelo Ministro das Finanças após um parecer prévio favorável da Comissão Bancária da UEMOA, de forma individuais e temporárias, art. n46º, da LRB 4/2008. Igual ilação pode ser extraída do art. 48º da LRB 4/2008 relativa ao estabelecimento financeiro em geral.

Por seu turno, o Anexo à Convenção, que cria a Comissão Bancária, não fecha as portas à possibilidade de inoponibilidade do sigilo bancário ao Ministro das Finanças, nas situações pontuais,

nomeadamente relacionadas com o Despacho do Ministro das Finanças que autoriza a abertura e a instalação de uma instituição de crédito ou a sua sucursal, mediante o parecer prévio favorável da Comissão Bancária, art. 13º e ss. Ainda, a Comissão Bancária, por imposição dos arts. 23º e 24º do Anexo à Convenção, obriga-se a dar conhecimento ao Ministro das Finanças, sobre o conteúdo e o resultado da inspeção à instituição de crédito e do respetivo relatório. Entretanto, na eventualidade de constatar qualquer indício ou suspeita da infração penal, deve, igualmente, informar as autoridades judiciais da Guiné-Bissau, designadamente o Ministério Público, enquanto detentor da acção penal, o BCEAO e ao Ministro das Finanças.

Portanto, o sigilo bancário apenas é inoponível ao Ministro das Finanças no âmbito do desempenho das suas atribuições cometidas por leis, especialmente a LRB de 1997 e a LRB 4/2008, relacionadas com a banca e as suas operações. Com efeito, fora deste âmbito, o sigilo bancário continua oponível ao Ministro das Finanças tal como quaisquer Membros do Governo e, em consequência disso, não possam aceder aos dados e às informações ligadas à vida das instituições de crédito e suas relações com os seus clientes.

Assim sendo, neste caso, a inoponibilidade do sigilo bancário ao Ministro das Finanças se resume apenas às informações constantes da operação de crédito que envolve dirigentes bancários e dos relatórios de inspecções às instituições de crédito, respeitantes à vida das instituições de créditos e suas relações com os clientes. Embora nem a LRB 4/2008 nem o Anexo se dignarem referir, podemos concluir que o Ministro das Finanças e os elementos integrantes ao seu Gabinete, igualmente, estão vinculados a observar a obrigação de guardar, sob absoluta discrição, os dados e as informações obtidas no âmbito das atividades de co-supervisão do sector bancário.

Ainda, põe-se a questão de saber se o Ministro das Finanças pode requerer, junto dos bancos, as informações relacionadas com as movimentações ativas e passivas, registadas em conta titulada única e exclusivamente por outro Ministério?

Tem-se colocado recorrentemente esta preocupação na relação entre a administração e a banca, tendo a resposta negativa e que, desde já, a reiteramos com fundamento, de que o Ministério, cuja conta se requer a informação é tanto quanto ministério como Ministério das Finanças, beneficiando de atribuições, a gestão e responsabilidade autónoma, que não devem ser confundidas com as dos demais ministérios.

Por força desta autonomia, abre e gere a sua conta bancária com total independência, por isso, não é legítimo admitir a intromissão da entidade que não participa da movimentação e nem das suas informações. Portanto, por força da função normativa da conta, o Ministério das Finanças não é titular,

e enquanto terceiro, não pode participar nem aceder às suas informações. Querendo, o Ministro das Finanças deve requerer a referida informação ao outro Ministro e não através da instituição de crédito⁹⁴⁴. Com efeito, este procedimento deverá ser observado mesmo em face da função inspectiva do Ministério das Finanças através do respetivo serviço de Inspeção Geral.

➤ **Inoponibilidade aos bancos**

Ainda, não existe, e nem faz qualquer sentido, falar de oponibilidade de sigilo bancário ao próprio banco, para significar que os dirigentes e os colaboradores não possam aceder às informações ligadas à conta e operação de clientes. Entretanto, não é que tenham direito de as conhecer, antes as conhecem ou podem conhecer por razões puramente profissionais, e por isso mesmo, estão vedados por lei, a divulgar ou permitir que os terceiros tenham acesso às mesmas, mesmo depois de se desvincularem da profissão bancária, enquanto dirigentes ou colaboradores. Neste mesmo sentido, Acórdão do STJ, de 24 de Fevereiro de 2002, citando Menezes Cordeiro, acertadamente dispõe que o sigilo bancário, na sua dimensão de proibição de revelação de factos ou elementos respeitantes à vida da instituição bancária, não se opõe aos colaboradores da instituição de crédito⁹⁴⁵.

➤ **Cooperação com outros países e instituições internacionais**

Além das limitações acima analisadas, é possível vislumbrar outras situações de inoponibilidade do sigilo bancário, designadamente relacionadas com o cumprimento do acordo de cooperação firmado com outros países, sobretudo no âmbito da União e internacional. Contudo, assumindo sempre um compromisso sério e inequívoco, de dar guarida, em segunda linha ou derivada, ao conteúdo do sigilo bancário. Neste sentido, reza o art. 40º dos Estatutos do BCEAO, que assiste a esta instituição, as atribuições para concluir acordos de cooperação financeiros internacionais, assistindo-lhe, ainda, o direito de ser informado dos acordos concluídos neste domínio por parte dos bancos, bem como da sua

⁹⁴⁴ *Mutatis mutandis*, a solução acima exposta é válida relativamente às informações requeridas pelo Primeiro-ministro enquanto chefe do Governo.

⁹⁴⁵ Cf. Neste sentido o Acórdão da Relação do Porto, de 22 de Maio de 2000 - (CJ, Ano XXV, T.3, 2001). Ainda, defende-se a solução de inoponibilidade ou da possibilidade de quebra do sigilo bancário pela necessidade de trocas de informações relevantes entre bancos, no âmbito de formação de dossier de crédito, sobre clientes e riscos ligados à operação em causa e, sobretudo, para efeito de centralização de informações e riscos de créditos, sob a égide do Banco Central, ou uma instituição tutelada por ele, nomeadamente, Central de Informação e Riscos de Crédito. Porém, cuja a implantação, como afirma Geraldo Camargo Vidigal “(...) pode fazer-se com a preservação daquele poder-dever, mediante técnicas de criptografia, em mensagens (...), gerando ali cifras do risco total do sistema, sem que se identifiquem valores específicos de qualquer operação, ou mesmo valores globais de riscos em um banco”. (*op. cit.*, p. 2 e ss.). Cf. Elisa Rangel, «A Banca e o Risco de Crédito: Ideias Preliminares», Revista da Ordem dos Advogados de Angola, n.º 3, Luanda, OAA, Centro de Documentação e Informação, 2005, p. 51 e ss.

execução⁹⁴⁶.

Ainda, neste domínio, o BCEAO pode firmar acordos de cooperação com as instituições congéneres, no âmbito da região africana e internacional, a partir dos quais podem trocar informações relevantes e respeitantes à vida das instituições de crédito e suas relações com os seus clientes, art. 48º, arts. 46º a 47º, ambos dos Estatutos do BCEAO.

Por seu turno, no âmbito de cooperação, sobretudo em execuções dos acordos concluídos, quer pelo BCEAO, quer pela Comissão Bancária, esta última pode, em derrogação ao conteúdo do sigilo bancário, remeter as informações ligadas às instituições de crédito a operar no âmbito da União, nomeadamente, às autoridades do controlo de instituições de crédito de outros países, contando que estas autoridades observem, previamente, as seguintes condições: a regra de reciprocidade no tratamento de informações destas naturezas e a necessidade de salvaguardar o sigilo bancário referente às informações transmitidas, art. 42º, 1º parágrafo, da Convenção da Comissão Bancária.

Os bancos e os estabelecimentos financeiros, por si, ou por intermédio do BCEAO, podem firmar acordos de cooperação que viabilizem as execuções de operações bancárias nas suas relações com as instituições homólogas estrangeiras, isto sem olvidar ainda da necessidade de remessas estrangeiras e de outras operações sobre estrangeiros que pela sua natureza impõe uma estreita relação comercial entre as instituições em causa, nomeadamente dos cheques sobre estrangeiros submetidos à cobrança, remessas documentárias (créditos documentários de importação e de exportação), movimentações escriturais internacionais, e todas as demais operações bancárias internacionais⁹⁴⁷.

⁹⁴⁶ V.g., Acordos de cooperação concluídos pela Comissão Bancária com outras autoridades encarregues do controlo dos estabelecimentos de crédito, sociedades seguradoras, instituições de previdência social e mercados financeiros, art. 42º, 2º parágrafo, da Convenção que cria a “Comissão Bancária”.

⁹⁴⁷ Já no âmbito da União e do BCEAO foram adotadas muitas regras aplicáveis neste domínio, veja-se, nomeadamente, as regras relativas às relações financeiras entre os Estados da União adotadas por *Règlement* N.º R09/98/CM/UEMOA, de 20 de dezembro 1998, depois *Règlement* N.º 09/2010/CM/UEMOA, de 1 de outubro 2010, e os respetivos Anexos I – VIII-4, e instruções do banco central para garantir a sua execução, referimo-nos, nomeadamente, à *Instruction* N.º 01/07/2011/RFE, de 13 de julho 2011, *relative à l'exécution des réflexions avec l'étranger ou avec les non-résidents*, *Instruction* N.º 02/07/2011/RFE, de 13 de julho 2011, *relative à la domiciliation et au règlement des importations*, *Instruction* N.º 03/07/2011/RFE *relative à la constitution des dossiers de domiciliation des exportations et à leur apurement*, *Instruction* N.º 04/07/2011/RFE, de 13 de julho 2011, *relative à la couverture du risque de change et du risque de prix par les résidents sur les opérations commerciales et financières avec l'étranger*, *Instruction* N.º 05/07/2011/RFE, de 13 de julho 2011, *relative à la délivrance des allocations en devises aux voyageurs résidents*, *Instruction* N.º 06/07/2011/RFE, de 13 de julho 2011, *relative aux conditions d'exercice de l'activité d'agréé de change Manuel*, *Instruction* N.º 07/07/2011/RFE, de 13 de julho 2011, *relative aux opérations de reprise de devises à la clientèle par des sous-délégués*, *Instruction* N.º 08/07/2011/RFE, de 13 de julho 2011, *relative aux conditions d'ouverture et aux modalités de fonctionnement des comptes étrangers de non-résidents, des comptes intérieurs en devises de résidents et des comptes de résidents à l'étranger*, *Instruction* N.º 09/07/2011/RFE, de 13 de julho 2011, *relative à la délivrance de l'autorisation de l'Autorité en charge de la*

iii. Central de Incidentes de Pagamentos (CIP) do BCEAO. Os ficheiros e a proteção dos dados pessoais face a informática

A Central de Incidentes de Pagamentos (CIP), encontra-se na sua fase de implementação efetiva na Guiné-Bissau, funcionando sob a dependência direta do BCEAO, requerendo todas as informações relacionadas com os incidentes de pagamentos, direcionadas a constituir ficheiros próprios e catálogos de informações sobre riscos dos incidentes de pagamentos, com a finalidade de garantir maior segurança, conforto e a confiança nos instrumentos de pagamentos, art. 127º e ss do Regulamento n.º 15/2002⁹⁴⁸.

Nesta base, a instituída CIP trouxe consigo importantes novidades relativamente à organização, declaração, tratamento e catálogo dos incidentes de pagamentos ao nível da UEMOA, permitindo assim, nomeadamente:⁹⁴⁹

- A restauração da confiança do público nos instrumentos de pagamentos, nomeadamente, na circulação fiduciária da moeda escritural;
- Reforço da confiança e do crédito da função de intermediação de crédito exercida pelos bancos;
- Consecução de um quadro jurídico com vista a garantia de saneamento das transações correntes e comerciais;
- Fomento à bancarização através de modernização e uniformização dos meios de pagamentos, etc...

Assim sendo, o espírito que preside à adoção da LU, sobre instrumentos de pagamentos (Lei N.º 12/97) bem como do novo Regulamento n.º 15/2002, assenta na premissa e na necessidade notada de

réglementation des relations financières extérieures des états membres de l'Union Economique et Monétaire Ouest Africaine (UEMOA), aux entités non-résidents désireuses de faire appel public à l'épargne dans UEMOA, Instruction N.º 10/07/2011/RFE, du 13 Juillet 2011, relative aux avoirs détenus auprès des banques installées hors de UEMOA au titre des besoins courants des établissements de crédit, e Instruction N.º 11/07/2011/RFE, du 13 Juillet 2011, relative aux comptes rendus périodiques à adresser aux autorités chargées de veiller au respect des dispositifs de la réglementation des relations financières extérieures des états membres de l'UEMOA.

⁹⁴⁸ Em regra, a necessidade de serviço de centralização de informações ligadas aos riscos de crédito visa aglutinar conjuntos de informações ligadas aos riscos operacionais e que proporcionam aos bancos instrumentos que os permitissem analisar e avaliar o grau de risco das suas operações ativas, em especial conexas com concessões de crédito. Cf. Germano Marques da Silva *et al* «Sobre a Admissibilidade de Empresas Privadas», *op. cit.*, p. 32. Sobre a oponibilidade do sigilo bancário ao curador, no âmbito do processo de falência ou insolvência no direito italiano, vide Francesco Messineo e Giacomo Molle, «Segreto Bancario», *Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza*, Anno LIII, Parte Seconda, Banca Borsa – Titoli di Credito, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 1990, p. 374 e ss.

⁹⁴⁹ Vide neste sentido, BCEAO – Departamento dos Projectos e das Missões, Missão pela Reforma dos Sistemas e Meios de Pagamentos – MRSMP0178J01, de 22 de Março de 2001.

garantir a confiança na utilização e circulação dos meios de pagamentos, como o cheque, a letra de câmbio, a livrança e o cartão de pagamento, art. 42º e ss. Entretanto, neste sentido, sob a responsabilidade e instrução do BCEAO, institui-se a centralização e a difusão de informações relativas aos incidentes de pagamento através dos respetivos ficheiros, em rompimento ao conteúdo do sigilo bancário.

Assim, as missões atribuídas ao CIP se assentam nos três pilares essenciais seguintes:

- Da prevenção dos incidentes de pagamentos;
- Da proteção dos beneficiários;
- E da repressão e sanção do emitente de um cheque sem provisão. Traduzindo-se, no essencial, na inibição temporária do emitente de cheques sem coberturas de emissão de cheque sobre contas, e na sua obrigação de restituir aos bancos os impressos e livros de cheques em seu poder ou em poder do seu representante ou mandatário, art. 113º e ss do Regulamento n.º 15/2002⁹⁵⁰.

Entre outras inovações introduzidas neste domínio, devem-se destacar as seguintes:

- No domínio do cheque – as inovações vão, desde medidas de proibição, relativas aos emitentes de cheques sem cobertura, com injunção de restituir os impressos de cheques, permitindo a regularização dum incidente de pagamento, sob reserva de pagamento do cheque, até ao restabelecimento da confiança do público relativa a circulação da moeda escritural através do reforço da proteção do beneficiário dum cheque, permitindo assim que o beneficiário de um cheque faça consulta, antes, em derrogação ao sigilo bancário, no servidor CIP do BCEAO, para depois, o banco sacado, na falta de pagamento do cheque, é obrigado a entregar-lhe um atestado de falta de pagamento, e o aviso do atestado de falta de pagamento ao sacador por cuidados dum oficial de diligências vale como injunção de pagamento. Isto sem descuidar da possibilidade de aplicação de além das sanções administrativas de inibições de usos dos cheques, ainda existe sanção penal visto que o nosso sistema ainda conserva o carácter incriminador de cheque sem provisão⁹⁵¹.

⁹⁵⁰ Entretanto, chamamos atenção de que a sanção de proibição de emissão de cheque, sobre contas não implica o cancelamento de conta sobre a qual o cheque foi sacado. O cliente sancionado continua a manter a sua relação comercial de conta com a instituição de crédito em causa, podendo, inclusive, movimentar a sua conta através de outros mecanismos que lei, giro bancário e a prática bancária coloca à sua disposição, designadamente através de transferência bancária à crédito e a débito, débito directo, cheques por saque, cheques certificados ou de banco, cheques visados, *internet banking*, levantamento direto nas caixas do banco, etc.

⁹⁵¹ Foi neste sentido que o Acórdão do TRLx, de 07 de Novembro de 1995, defende que “O interesse do Estado na Administração da justiça e na segurança da comunidade, deve prevalecer sobre o dever da Caixa Geral de Depósitos em não revelar elementos referentes à conta bancária de um cliente, eventual agente de um crime de emissão de cheque sem provisão. O dever de informar, por banda da CGD sobrepõe-se ao dever de sigilo; não podendo admitir-se que seja o próprio sigilo bancário a garantir a impunidade de um crime”.

- Já no domínio do cartão de pagamento, a LU não foi feliz, dedicando apenas brevíssimas referências sobre o assunto, o que não deixa de constituir preocupações relativas às repressões e sanções sobre as infrações graves como as de contrafações de falsificações dos cartões. Entretanto, o novo quadro jurídico, aplicável aos meios de pagamentos na zona, preocupou-se em dar resposta favorável às limitações que a Lei n.º 12/97 apresentava, visando, no essencial, promover a utilização da moeda eletrónica na união, bem como a prevenção e repressão de eventuais fraudes na utilização dos cartões de pagamentos, arts. 131º e ss., 137º e ss do Regulamento n.º 15/2002.

Ainda assim, apesar de uma notável evolução, em matéria do quadro jurídico regulador do regime dos cartões de pagamentos com adoção do Regulamento n.º 15/2002, a prática tem vindo a condicionar a sua eficácia e a sua segurança relativamente à efetiva institucionalização e promoção que se pretende da circulação da moeda escritural, através dos cartões de pagamentos, em substituição de uso de cheque na zona, sobretudo na base duma relação fiduciária.

- No domínio da letra de câmbio – a inovação traduz-se na introdução, no domínio da institucionalização de uma centralização informativa, dos incidentes de pagamento verificados nas utilizações das letras de câmbio e nas livranças domiciliadas, por insuficiência ou falta de cobertura, encerramento e oposição de conta⁹⁵².

Com efeito, a eficácia das inovações acima identificadas nos mais diversos domínios e espécies de pagamentos dependem da vinculação aos bancos de declararem ao BCEAO todos os incidentes de pagamentos colhidos nas operações de pagamentos, e ao seu cargo. Por seu turno, o BCEAO cuidará de centralizar e difundir todas as informações neste domínio dos incidentes de pagamentos, importando, por isso, importante quebra e derrogação ao conteúdo do sigilo bancário, visto que, o próprio servidor do CIP do BCEAO, pode vir a ser consultado pelo beneficiário de um cheque, em rompimento ao sigilo bancário.

Para o efeito, o BCEAO, no intuito de favorecer a interbancariedade, instituiu, além de impressos normalizados de cheques emitidos, normalizou a letra de câmbio, a livrança domiciliada num banco e o cartão de pagamento, a que devem conformar-se os bancos em causa. Ainda, cuidou-se de instituir, por um lado, o sistema de identificação, quer das pessoas singulares, quer das pessoas coletivas, bem como o catálogo dos diversos ficheiros da CIP para, com isto, procurar reduzir a incidência dos riscos de homonímia, art. 2º e ss do Regulamento n.º 15/2002.

⁹⁵² Para uma breve introdução sobre o momento de vinculação do subscritor à obrigação cambiária, veja-se, Manuel Januário da Costa Gomes, «O (in) sustentável peso do aval em livrança em branco prestado por sócio de sociedade para garantia de crédito bancário *resolving*», *Temas de Direito Bancário II*, Cadernos o Direito, Coimbra, Almedina, 2014, p. 21.

Portanto, no seu todo, foram assim adotados quadro ficheiros seguintes:

- Ficheiro das contas bancárias - FICOB⁹⁵³;
- Ficheiro Central dos Incidentes de Pagamentos por cheque e dos cancelamentos de cartões bancários – FCC⁹⁵⁴;
- Ficheiro de Centralização dos Cartões e dos Cheque Irregulares – FCCI⁹⁵⁵;
- Ficheiro Central das Livranças e Letras de Câmbio não pagas – FIBOL⁹⁵⁶.

Entretanto, em rompimento ao conteúdo do sigilo bancário, todo e qualquer interessado pode, logo que estiver na sua disponibilidade, algum título, instrumento ou meio de pagamento, para a sua proteção, verificar a sua regularidade a partir da consulta aos ficheiros do BCEAO em referência⁹⁵⁷.

Em geral, cabe-nos agora, tecer breves considerações relativas aos incidentes de pagamentos que envolvam essencialmente os cheques, sobretudo, destacar o papel das instituições de crédito na aplicação da LU sobre os cheques⁹⁵⁸.

⁹⁵³ Reúne acervo de informações relacionadas com as contas de depósitos à ordem e os cartões de pagamentos associados a estas contas. Apenas acessível para eventuais consultas dos bancos sobre as contas que requerem as correções de eventuais erros.

⁹⁵⁴ Congrega um conjunto de informações relativas aos incidentes de pagamentos por cheques e as decisões de cancelamentos de cartões de pagamento. Fica assim disponível, para consulta no ficheiro de base nacional, na agência principal, na base regional e na sede do BCEAO.

⁹⁵⁵ Responsável pelo recenseamento das coordenadas bancárias e postais sobre as proibições bancárias e judiciais, às contas canceladas, aos cheques furtados ou perdidos, aos cartões furtados ou perdidos, aos cheques falsificados, cartões contrafeitos. O FCCI encontra-se acessível, para consulta de qualquer pessoa, que recebe um título de pagamento para efeito de verificação da sua regularidade.

⁹⁵⁶ O FIBOL comporta todas as informações relativas às letras de câmbio aceite e as livranças domiciliadas e recusadas por insuficiências ou falta de cobertura, bem como as domiciliadas em contas de depósitos canceladas ou sujeito ao cativo ou oposição de pagamento. O FIBOL encontra-se disponível para consulta, em derrogação ao sigilo bancário, dos bancos e de todos os interessados.

⁹⁵⁷ No nosso sistema, contrariamente do sistema português, não existe a lei de proteção de dados pessoais. Para mais informações sobre a proteção dos dados em Portugal, veja-se, Catarina Sarmento e Castro, «Os Ficheiros de Crédito e a Protecção de Dados Pessoais», *op. cit.* p. 475 e ss.

⁹⁵⁸ A par do papel que a LU confere as instituições de crédito no domínio do incidente de pagamento, ainda ao abrigo da mesma LU existem outras tantas instituições públicas do Estado com papel preponderante neste domínio, nalguns casos até em derrogação ao conteúdo do sigilo bancário, designadamente o papel do Ministério Público na comunicação ao BCEAO das proibições de emissões de cheques aplicadas pelas instâncias judiciais, art. 85º, alínea 1, na comunicação das suspensões e dos levantamentos da proibição de emitir cheques declaradas pelo tribunal, art. 79º, e a comunicação sobre julgamento definitivo havido relativo a matéria de falsificação e utilização de cartões de pagamentos, art. 107º e 108º da LU. Igualmente, a LU confere, nos termos do seu art. 81º, ao oficial de diligência e ao escrivão do tribunal, um importante papel neste domínio, particularmente no que respeita ao procedimento de cobrança do cheque sem cobertura, através da entrega do atestado de falta de pagamento; relativamente ao papel do escrivão do tribunal, prescreve o art. 64º e ss., designadamente que este é obrigado a atualizar, por ordem alfabética todas as denúncias recebidas do oficial de diligência e por um sacador, dos protestos por falta de pagamento, das letras de câmbios aceites; ao BCEAO, ainda a LU comete-lhe,

Nesta matéria, temos por essencial o estudo de ponta, porque, mesmo depois da entrada em funcionamento do CIP - BCEAO, os bancos não têm observado, na íntegra, as formalidades e trâmites exigidos pela LU sobre cheques, em caso de incidentes ocorridos na sua emissão e utilização. Por esta razão, procurar-nos-emos, mostrar, de seguida, o *quantum* a observância da LU depende da vontade da própria instituição de crédito em causa, visando, igualmente, a garantia do crédito e da segurança na utilização deste instrumento de pagamento.

Com efeito, a LU confere, a par das outras instituições envolvidas no processo de incidentes de pagamentos, um papel de relevo aos bancos. Assim, estabelece no art. 2º que “Ao proceder à abertura duma conta de cheques, o banqueiro deve verificar previamente a identidade e o endereço do requerente, mediante apresentação dum documento oficial ainda colectiva”. Além destas diligências prévias à abertura da conta, a LU obriga o banco a fornecer todas as informações da sua clientela, no âmbito do processo de abertura de conta, a entrega de caderneta e impressos de cheques⁹⁵⁹, durante a manutenção da relação e o funcionamento da conta e até ao cancelamento da mesma. Devendo, no entanto, informar os seus clientes que beneficiem de livros de cheques, das sanções que decorre da proibição de pagamentos que, eventualmente, incorram em caso de violação do preceituado ao abrigo do art. 43º, alínea 3, que dispõe que

“Não é permitida uma oposição ao pagamento do cheque pelo sacador, salvo nos casos de perda, furto, utilização fraudulenta do cheque ou início de um procedimento coletivo contra o portador. Este sacado deve, imediatamente confirmar a sua oposição, indicando, por escrito, o motivo, qualquer que seja o suporte dessa escrita. Esta proibição de pagamento só cessa por levantamento judicial ou por prescrição”.

em especial nos termos do art. 93º, o seguinte papel no domínio de centralização e difusão das informações sobre às proibições bancárias e judiciais de emissões de cheques e as sanções aplicáveis, o levantamento da proibição, os impressos de cheques falsificados e das contas canceladas, o cancelamento dos cartões de pagamento e dos cartões falsificados, e dos incidentes relacionados com a livrança e a letra de câmbio aceitas, domiciliadas e recusadas por inexistência ou insuficiência de cobertura, e ainda, a LU comete, em especial, ao BCEAO, a obrigação de comunicar regularmente aos estabelecimentos financeiros, todas as proibições de emissões de cheques, a proibição judicial, cancelamento de proibição, cancelamento da retirada do cartão de pagamento, informação ao MP sobre as inibições bancárias e judiciais, comunicação da relação de incidente verificado, etc.

⁹⁵⁹ Assim, dispõe o art. 4º da LU que, “antes de qualquer entrega de impressos de cheques, o banqueiro deve inteirar-se da situação do requerente consultando o ficheiro dos incidentes de pagamento, previsto no art.93º da presente lei”. Com isto, o banqueiro deve antes, consultar o ficheiro do BCEAO antes da entrega dos impressos de cheques a um novo titular da conta ou a um titular da conta, anteriormente inibido de utilização de cheques pelo banco central. Podendo, inclusive, o banqueiro, recusar a entrega dos impressos de cheques ao seu cliente, ainda que não tenha sido inibido formalmente da sua utilização por via de proibição administrativa ou judicial. Os impressos de cheques a entregar aos clientes devem submeter-se a um padrão mínimo normalizado e séries de exigências relacionadas as menções obrigatórias do endereço da agência bancária junto a qual o cheque é pagável, o nome, o endereço do titular da conta, bem como o respetivo número de conta aberta nos livros de conta da instituição de crédito sacado.

Porém, as informações a transmitir devem revestir a forma escrita, nomeadamente através de cartas, coberturas de livros de cheques, etc.

O banco que remete o impresso de cheques a um cliente, objeto de medida administrativa de inibição ou proibição bancária de utilização de cheques e sem tomar as devidas precauções que a LU prescreve, nomeadamente, a falta de consulta prévia do ficheiro do BCEAO, pode incorrer na responsabilidade administrativa, civil e até penal prescrita na LU (art. 89º e ss.).

Por seu turno, no âmbito do registo do incidente de pagamento, relacionado com a recusa, por parte do banco, de pagamento de um cheque por falta ou insuficiência de provisão, o art. 73º da LU obriga o banco, concomitantemente, a observar os seguintes procedimentos:

- Entrega de um atestado de recusa ao beneficiário⁹⁶⁰, devendo ser mediante o modelo normalizado adotado para o efeito e precisar a razão da recusa.
- Registo nos seus livros do incidente de pagamento ocorrido, no máximo no segundo dia útil contados da recusa do pagamento.
- Remessa de uma carta de advertência (igualmente em impresso normalizado aprovado) ao titular da conta em causa⁹⁶¹.
- Na falta de regularização, já advertida, num prazo nunca superior a um mês contados a partir da data de envio da carta de advertência, por força do art. 74º da LU, o banco deve comunicar o facto ao BCEAO no quarto dia útil, contados a partir de vencimento do prazo de 30 dias e informar o titular da conta sobre a sua interdição durante cinco anos de utilização de cheques, essa proibição abrange a

⁹⁶⁰ Neste sentido preceitua o art. 81º da LU que “Na falta de pagamento do cheque, no prazo de trinta dias a contar a partir da primeira apresentação ou da constituição da cobertura do mesmo prazo, o sacado entrega um atestado de falta de pagamento ao portador do cheque nas condições fixadas por despacho ministerial”. Existe um modelo normalizado aprovado do atestado. A notificação ou o aviso de falta de pagamento ao sacador, pelo oficial de diligência, equivale a uma injunção de pagamento. Assim, o oficial de diligência, que não recebeu a justificação de pagamento da importância do cheque e das despesas, em derrogação ao sigilo bancário, no prazo de quinze dias a contar da notificação ou do aviso, é obrigado a constatar a falta de pagamento, redige uma ata que será depois remetida ao escrivão do tribunal competente, entre nós, tribunal de comércio que, sem mais delongas quantos aos procedimentos, entrega um título executivo ao beneficiário do cheque em causa.

⁹⁶¹ O banco obriga-se a enviar a carta de advertência, apenas quando o titular da conta em causa, não tenha registado nenhum incidente de pagamento nos 6 meses anteriores. O registo constante do atestado e da carta de advertência, devem conter o número da conta em causa, indicação da qualidade e perfil da conta, i.e., conta individual ou coletiva, consoante titulada por uma pessoa singular ou coletiva, a identificação precisa do sacado de cheque, nome ou denominação social, o respetivo endereço, o número do cheque, a importância que o cheque comporta, a data de emissão, a data da recusa de pagamento ou do incidente, o motivo da recusa de pagamento e a importância da falta ou da insuficiência da cobertura.

proibição de emissão de cheques, salvo os que permitam exclusivamente o saque de fundos pelo sacador junto ao sacado ou aqueles que certificados. Porém, constituindo-se o titular da conta na obrigação de devolver ao banco sacado os impressos e livros de cheques⁹⁶².

- O incidente do cheque sem provisão comporta, ainda, outra consequência relacionada com a rescisão da convenção de cheque, traduzindo quer na possibilidade, de o cliente em causa, movimentar a conta por intermédio do cheque, quer na proibição do banco emitir ou pagar qualquer cheque emitido, pelo menos, até a regularização do incidente em causa e o levantamento da inibição pelo BCEAO.

Nas contas conjuntas ou contitúladas, ainda que seja em regime de movimentação solidária, a responsabilidade pela emissão de cheque sem cobertura atinge apenas o emitente do cheque em causa e não os outros titulares da conta. Todavia, a inibição atinge a conta conjunta, sobre a qual, foi sacada o cheque em causa, e não pode, por isso, ser emitido nenhum cheque sobre a mesma, pelo menos, durante o período de duração da proibição, o que acaba por afetar, indiretamente, os outros titulares da conta conjunta não emitente do cheque sem cobertura⁹⁶³.

⁹⁶² Ainda, a LU confere ao emitente sancionado, com a proibição de 5 anos de emissão de cheques, a possibilidade de reclamar o direito de voltar a emitir os cheques a partir do momento de regularização do incidente de pagamento nos termos prescritos ao abrigo do art. 76º e ss. O que pode levar ao cancelamento da inibição aplicada nos termos do art. 74º.

⁹⁶³ Em Portugal, o núcleo duro do regime jurídico do cheque sem provisão, encontra-se regulado ao abrigo do DL n.º 23 721, de 29 de março 1934, que aprova a Lei Uniforme Relativa ao Cheque, ratificada pela carta de 10 de maio de 1934, do DL n.º 454/91, de 28 de Setembro, alterado depois pelo DL n.º 316/97, de 19 de Novembro, DL n.º 323/2001, de 17 de dezembro, DL n.º 83/2003, de 24 de abril, e pela Lei n.º 48/2005, de 29 de agosto), que regulam, entre outras, a obrigatoriedade de informação, em rompimento ao conteúdo do sigilo bancário, em particular, a obrigação de comunicar ao BP todas as situações, nomeadamente (art. 2º), de rescisão da convenção de cheque; apresentação a pagamento, nos termos da LU relativa ao cheque, de que não seja integralmente pago, por falta de provisão, ou por qualquer dos factos previstos no art. 11º, sem a rescisão da convenção de cheque; recusa de pagamento de cheque com inobservância do disposto no art. 9º, n.º 1; emissão de cheque sobre ele sacado, em data posterior à notificação referida no art. 4º, n.º 1, etc. Com efeito, no sistema português, à semelhança do que acontece no sistema guineense, a utilização de cheque sem provisão importa restrições importantes bem como as consequências negativas. Assim: as instituições de crédito são obrigadas, por lei, a rescindir a convenção do uso de cheque com as pessoas que o utilizem indevidamente e a comunicá-lo ao Banco de Portugal. Tendo em vista a prevenção do mau uso do cheque, na sequência da comunicação das instituições de crédito, o Banco de Portugal inclui o nome ou denominação daquelas entidades, na Listagem de Utilizadores de cheque que oferecem Risco (LUR). Esta listagem é difundida diariamente pelo sistema bancário, ficando todas as instituições de crédito impedidas de fornecer módulos de cheque a essas entidades pelo prazo de dois anos. Todas as instituições de crédito, que tenham celebrado a convenção de cheque, com as pessoas cujo nome esteja incluído na LUR, devem proceder à sua imediata rescisão e devem exigir a devolução de todos os impressos de cheque fornecidos e não utilizados. A utilização de cheques, após a decisão de rescisão não é permitida e pode ser igualmente motivo para inclusão na LUR, independentemente de estes serem devolvidos ou pagos. As instituições de crédito, que tenham em seu poder uma proposta de concessão de crédito, com data inferior a seis meses, estão autorizadas a consultar se a entidade subscritora se encontra ou não inibida do uso de cheque e desde quando, para apreciação do risco na concessão de crédito. Entretanto, a prática do crime de “emissão de cheque sem provisão” dá direito a pena de prisão ou multa, podendo os tribunais aplicar, ainda, a sanção de interdição do uso de cheque e determinar a publicidade da decisão condenatória. Neste caso, as entidades devem

Entretanto, querendo, o contitular não emitente do cheque sem provisão, pode efetuar abertura da nova conta para passar a movimentar também com os cheques.

A proibição aplicada ao emitente do cheque sem provisão atinge, igualmente, aos seus mandatários ou representantes, devendo estes devolverem todos os impressos de cheques sacados sobre a conta do mandante ou do representado que estiveram nas suas posses.

Igualmente, caso o incidente de pagamento deva-se ao mandatário, vale a mesma sanção para o titular da conta em causa, que passa a ser inibido de emissão de cheques sobre a conta em causa, conjuntamente com o seu mandatário emitente de um cheque sem cobertura.

Na falta de envio da carta de advertência em cumprimento do disposto no art. 73º, alínea 2, o banco sacado deve prevenir o BCEAO o mais tardar até segundo dia útil seguinte ao registo do incidente de pagamento. Obrigando-se ainda a proceder o registo imediato do incidente, ainda que a conta tenha sido cancelada.

Em todas as situações, o banco obriga-se a informar ao BCEAO sobre a recusa de pagamento por falta ou insuficiência de provisão, a recusa de pagamento de cheque emitido sobre conta cancelada, recusa de pagamento de cheque emitido à revelia e em violação da proibição bancária ou judicial, as regularizações de incidentes de pagamento, aberturas e cancelamento de contas, oposição por perda ou furto, os cheques ou cartões falsificados, as decisões de cancelamentos e retiradas de cartões, bem como os incidentes relacionados com as livranças e as letras de câmbio aceitas e registadas nos seus livros. As despesas resultantes da devolução ou da recusa de um cheque sem cobertura ficam exclusivamente a cargo e sob a responsabilidade do sacador.

Portanto, a então LU, sobre instrumentos de pagamentos (Lei n.º 12/97), estabelece um regime jurídico respeitante, nomeadamente, ao cheque sem provisão, o qual contempla deveres específicos de informação e o regime dos ficheiros dos incidentes de pagamentos disponíveis para as consultas sobre matérias que, em regra, seriam objeto do sigilo bancário, acarretando, por isso, o seu conteúdo negativo e as suas limitações face aos incidentes de pagamentos⁹⁶⁴.

restituir aos bancos todos os impressos de cheque que tenham em seu poder e abster-se de emití-los, sob pena de praticarem os crimes de desobediência e desobediência qualificada, respetivamente. O Banco de Portugal é responsável por divulgar pelo sistema bancário as sentenças que lhe são transmitidas pelos tribunais, em caso de condenação por aquele crime, ficando as instituições de crédito impedidas de fornecer módulos de cheque às entidades em causa, durante o período determinado pelo tribunal (de 6 meses a 6 anos).

⁹⁶⁴ Entretanto, importa realçar que a nossa LU 12/97 sobre meios de pagamentos, que transpõe para o direito interno a solução constante da *Loi uniforme relative aux instruments de paiement: chèque, carte de paiement et de retrait, lettre de change et billet à ordre* então aprovada pelo *Conseil des Ministres de l'Union Monétaire Ouest Africaine* (UMOA) reunida

Além destas consequências administrativas e disciplinares, decorrentes da emissão de um cheque sem provisão, quer na nossa LU quer no código penal, diversamente do sistema português, a emissão de um

em sessão ordinária de 29 de setembro de 1995 em Bamako, por força da disposição do art. 22º do Tratado da UMOA, de 14 de Novembro de 1973. Porém, sucede que, a nossa LU não acompanha as últimas evoluções e modernizações registadas no domínio dos meios de pagamentos, sobretudo adaptada às exigências próprias dos meios eletrónicos e as infrações penais. No âmbito da União, tal evolução e modernização comearam desde 1999 sob a égide do BCEAO, em particular através da *adoption par le Conseil des Ministres de l'UEMOA, le 19 septembre 2002, du Règlement n° 15/2002/CM/UEMOA relatif aux systèmes de paiement dans les Etats membres de l'Union Economique et Monétaire Ouest Africaine*, passando a reger os tradicionais instrumentos de pagamentos como cheque, letras, livranças, etc, e modernos meios de pagamentos eletrónicos como cartões bancários, terminais de pagamentos, moedas escriturais/eletrónicas, bem como o regime dos incidentes de pagamentos eletrónicos traduzidos nas contrações, falsificações, fraudes em geral dos cartões de pagamentos, etc. Tendente a dar resposta a esta preocupação, em particular, relativamente à necessidade de uniformização do regime da infração penal relacionada com os meios de pagamentos, contrariamente da solução constante dos arts. 83º a 90º, 143º à 148º do Regulamento 15/2002 que, além de dispersa, não se afigura ajustada ao novo quadro jurídico que os negócios eletrónicos exigem, sobretudo no que se refere às infrações penais, adotou-se a *Loi Uniforme relative a la repression des infractions en matiere de cheque, de carte bancaire et d'autres instruments et procedes electroniques de paiement*, que, em gesto de complementaridade ao regulamento em referência, prevê um quadro jurídico específico aplicável às infrações penais que envolvam meios de pagamentos de cheques e os sistemas de pagamentos escriturais (*la présente Loi uniforme renforce les sanctions pénales en instaurant la fixité des peines 'emprisonnement qui sont encourues en cas d'infraction et les assortissant d'une amende. Cette - 8 - fixité qui est la tendance au niveau international dans ce domaine permet également une répression uniforme des infractions en matière de chèques, carte bancaire et autres instruments et procédés électroniques de paiement dans tous les Etats membres de l'Union. Le caractère plus répressif de la nouvelle Loi est dicté par l'importance des dommages susceptibles d'être causés par les faits réprimés. L'aggravation des sanctions se justifie, en outre, par le caractère peu dissuasif des peines prévues par la précédente Loi uniforme, qui vont de 1 à 5 ans d'emprisonnement, le montant des amendes étant de 100.000 FCFA à 5.000.000 FCFA ou de l'une de ces deux peines seulement*, art. 3º e ss.). Em matéria do sigilo bancário, *elle organise la protection de la confidentialité des informations centralisées par la Banque Centrale, en application des articles 127 à 130 du Règlement n° 15/2002/CM/UEMOA, par l'adoption de nouvelles incriminations pénales inscrites en ses articles 12 à 14. Il s'agit du détournement de ces informations de leur finalité, de la centralisation des informations à la place de la BCEAO, sauf autorisation expresse, et de la diffusion sans autorisation préalable des informations centralisées obtenues de la Banque Centrale*. Não obstante, a disposição expressa da norma revogatória contida no art. 24º da Lei Uniforme, que revoga e substitui os arts. 83º a 90º, e 106º a 108 do Regulamento 15/2002, por um lado, e, por outro, manda aplicar este dispositivo nos Estados membros da União, como se de direito interno tratasse, com consequências imediatas nas imposições às alterações legislativas que decorre das legislações gerais como sejam: *articles 277 et suivants du Code pénal du Burkina, articles 416 à 419 du Code pénal de la Côte d'Ivoire, articles 275 et suivants du Code pénal du Mali, articles 152 à 161 du Code pénal du Niger, article 135 du Code pénal du Sénégal, article 172 du Code pénal du Togo et article 199 et suivants du Code Pénal de la Guinée - Bissau*, e bem assim, alterações requeridas ou até as substituições das legislações especiais aplicáveis às repressões das infrações penais que envolvam a utilização ilícita e fraudulenta dos instrumentos de pagamentos, como seja as legislações: *du Bénin, loi n°2000-12 du 15 janvier 2000; du Burkina, loi n°073/97/2/AN/ du 17 décembre 1997; de la Côte d'Ivoire, loi n°97-518 du 4 septembre 1997; de la Guinée-Bissau, loi n°12 du 02 décembre 1997; du Mali, loi n°97-021 du 14 mars 1997; du Niger, ordonnance n°96-013 du 04 avril 1996; du Sénégal, loi n°96-13 du 28 août 1997; du Togo, loi n°98-007 du 18 mars 1998*, o legislador nacional, até à data presente, não se ajustou o código penal às exigências do Regulamento 15/2002 e da Lei Uniforme de 2012, continuando insensível às mudanças operacionais e legais operadas nos domínios dos meios de pagamentos, sobretudo com a introdução da moeda eletrónica e do sistema eletrónico de pagamento, bem como do regime específico dos incidentes, incluindo as tipologias das fraudes e das respetivas penalizações.

cheque sem provisão comporta, igualmente, contornos criminais⁹⁶⁵. Neste quadro, a instituição de crédito em causa, além de se vincular a participar do facto ao BCEAO, ainda deverá denunciá-lo, em rompimento ao sigilo bancário, às autoridades judiciais do país, designadamente ao Ministério Público, enquanto detentor da ação penal, para instaurar competente processo de inquérito que poderá culminar com a acusação do cliente suspeito e o respetivo julgamento⁹⁶⁶.

Com efeito, podemos dizer que a proteção do sigilo bancário deve ser conciliada com a matéria da emissão de cheque sem provisão. Porém, mais precisamente no que tange a necessidade de colaboração com a justiça no âmbito da investigação criminal, sem prejuízo do disposto nos termos do art.120º do CPP (correspondente a art.135º do CPP de Portugal). E, por outro lado, a obrigatoriedade de informação requerida e devida nesse quadro de cheque sem provisão e da respetiva convenção.⁹⁶⁷

Por último, importa realçar que as consultas dos ficheiros informáticos, referentes aos incidentes de pagamentos e também de crédito, devem compaginar-se com a necessidade de proteção de dados pessoais, no sentido de que o dever do sigilo bancário continua válido e oponível face à informática, garantindo assim a proteção dos dados informáticos ligados às operações e dados pessoais do cliente. Contudo, reconhece-se que, o tratamento desta questão exija técnica e configuração de programa de gestão bancária eficiente que vede qualquer possibilidade de intromissão alheia e arbitrária ou não autorizada às informações cobertas pelo sigilo bancário⁹⁶⁸.

⁹⁶⁵ Cf. Grumecindo Dinis Bairradas, *A Protecção Penal do Cheque – regime atual*, Coimbra, Almedina, 1998, p. 69 e ss.

⁹⁶⁶ Cf. Neste sentido, Germano Marques da Silva, *Crimes de Emissão de Cheque Sem Provisão*, Lisboa, UCP, 1996. p. 104 e ss.; Idem, *Regime Jurídico-Penal dos Cheques Sem Provisão*, Lisboa, Principia, 1997, p. 111 e ss. Ao se asseverar que o sigilo bancário deve ceder perante o interesse manifestamente superior da investigação de crime de emissão de cheque sem provisão.

⁹⁶⁷ Cf. Referência sobre a colaboração com a justiça criminal e informação a Central de Incidentes de Pagamentos e clientes que impendem os bancos no âmbito de crime de emissão de cheque sem provisão, bem como a situação jurisprudencial sobre o assunto, veja-se: Fernando Olavo Cunha, *Cheque e Convenção de Cheque – Acerca da preponderância da subscrição cambiária sobre a relação contratual existente entre o banqueiro e o seu cliente*, Coimbra, Almedina, 2009. Pp. 486 e ss, 491 e ss e 497 e ss.

⁹⁶⁸ Assim, em Portugal, o sigilo bancário insere-se, inegavelmente, no âmbito da proteção dada pela Lei de Proteção de Dados Pessoais Face à Informática, Lei n.º 10/91, de 29 de Abril, com modificações introduzidas pela Lei n.º 28/94, de 29 de Agosto, depois substituídas pela Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, que transpõe para o direito interno português a Diretiva n.º 95/46/CE, do PEC, de 24 de Outubro, e também a Lei n.º 41/2004, de 18 de Agosto, que transpõe para o direito interno português a Diretiva n.º 2002/58/CE, 12 de Julho, sobre o tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas. Ainda, sobre a forma de oponibilidade de sigilo bancário e a proteção de dados pessoais face à informática, veja-se Dimitilde Gomes, «Protecção dos Dados Pessoais e o Exercício da Atividade Bancária», *Revista da Banca*, n.º 25 – Jan-Mar., 1993, p.11 e ss.; Amadeu Guerra, «Privacidade de Tratamento Automatizado de Dados Pessoais no Sector Bancários», *Revista da Banca*, n.º32, Out-Dez., 1994, p. 79 e ss. A valência da necessidade de proteção do sigilo bancário, face aos ficheiros de crédito, veja-se, Catarina Sarmento e Castro, *op. cit.*, p.475 e ss.; e Rafael Velázquez Bautista, *Protección Jurídica de Datos Personales Automatizados*, Espanha, Colex, 1993,

iv. Inoponibilidade do sigilo bancário no domínio de luta contra branqueamento de capitais e terrorismo internacional

A LU relativa à luta contra o branqueamento de capitais dispõe que o sigilo bancário é inoponível em relação às autoridades de controlo e à CENTIF, no que se refere às matérias incluídas no âmbito das suas atribuições de luta contra branqueamento de capitais, para fins meramente administrativos, i.e., de centralizações de informações, seguimentos e participações dos processos de branqueamento de capitais, art. 34º da LU⁹⁶⁹.

Entretanto, ainda no âmbito da LU, pretende-se que a não oponibilidade do sigilo bancário, em matéria dos factos que indiciem crime de branqueamento de capitais, através de canais e sistemas bancários, se estenda também às autoridades judiciais e aos “agentes do Estado”, encarregues da detecção e da repressão das infrações ligadas ao branqueamento de capitais. Assim, fora do âmbito das competências que lhes estão reservadas por esta e outra legislação, em matéria de investigação criminal, somos de parecer favorável de que, em matéria de processo configurado à suspeição do crime de branqueamento de capitais por canais e sistemas bancários, a norma em causa deve ser interpretada no sentido de que o sigilo bancário é inoponível apenas à autoridade judiciária, continuando assim oponível aos “agentes do Estado”, nomeadamente aos agentes e inspetores da PJ e da Polícia de Ordem Pública. Entretanto, querendo, uma vez preenchidos os pressupostos legais, estes devem requerer ao M.P. ou Tribunal/STJ⁹⁷⁰, o levantamento de sigilo bancário, art. 34º, 2ª parte, da LU, para permitir a maior segurança, ponderação e evitar as decisões administrativas arbitrárias de acessos infundados aos dados pessoais dos clientes bancários em flagrante violação do sigilo bancário⁹⁷¹.

p. 147 e ss. No entanto, saliente-se que este ficheiro existe em Portugal, visando, essencialmente, aglutinar informações, através de bases de dados, relativas aos que vulgarmente são designados por devedores “maus pagadores”, contendo informações relevantes sobre situações de incumprimento resultantes de operações de créditos vencidos, facilitando assim aos bancos elementos para avaliar as condições de solvabilidade do devedor. Ainda, neste sentido de proteção de dados pessoais e a informática, veja-se, Niccoló Salinitro, «Privacy e Segreto Bancario», *Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza*, Anno LI, Parte Seconda, Banca Borsa – Titoli di Credito, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 1990, p. 228 e ss; Cf. Luca Bonzanini, *op.cit.*, p. 213 e ss.

⁹⁶⁹ Esta matéria encontra-se desenvolvida no enquadramento legal do tema sigilo bancário efectado acima neste capítulo.

⁹⁷⁰ Mais adiante voltaremos a este assunto.

⁹⁷¹ O cliente suspeito da prática deste crime de branqueamento de capitais pode sujeitar-se a sanções penais severas. Vide neste sentido, Jorge A. F. Godinho, «Sobre a Punibilidade do Autor de um Crime pelo Branqueamento das Vantagens dele Resultantes», *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 71-Jan./Mar., Lisboa, 2011, 71 e ss.

v. Inoponibilidade do sigilo bancário às outras entidades atendendo aos fins prosseguidos

As inoponibilidades pontuais e limitadas do sigilo bancário, designadamente à APBEFGB e ao SIB⁹⁷², bem como à GIM-UEMOA, prendem-se com o âmbito restrito das suas atribuições e funções, no domínio do sistema bancário, no que tange à sua estrutura organizacional, funcionamento, gestão de conflitos, definições de regras, organização e gestão do sistema de pagamentos e as suas liquidações, etc. Podendo, assim, neste âmbito, colherem e acederem às informações bancárias restritamente necessárias ao desempenho estatutário das suas atribuições, em rompimento ao sigilo bancário.

Igualmente, pode-se inserir a relação contratual de franquia (*franchising*), em que o franquiado (banco) fica adstrito a disponibilizar a sua escritura contabilística ao franqueador, para o efeito do controlo e balanço, relativamente aos bens e serviços vendidos. Para os quais, não se lhe opõe o sigilo bancário, relativamente às informações ligadas exclusivamente aos bens e serviços objeto da franquia.

vi. Inoponibilidade do sigilo bancário à administração dos correios e telecomunicações

Ainda o art. 54º da LRB 4/2008⁹⁷³, deixa transparecer que o sigilo bancário é, igualmente, inoponível em relação à Administração dos Correios e Telecomunicações em relação às informações e documentos ligados às operações dos serviços financeiros e de cheques postais. Contando, obviamente, que a partir do momento, em que passam a obter tais informações, irrompe o dever de reserva e de guardá-las, sob absoluta discrição, e fora do alcance e conhecimento de terceiros estranhos⁹⁷⁴. Todavia, devendo apenas sucumbir-se mediante as exigências das mesmas informações, por parte do BCEAO, da Comissão Bancária e dos Tribunais no âmbito da matéria crime, visto que o sigilo bancário é inoponível a estas entidades, art. 53º da LRB 4/2008.

⁹⁷² O Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 24 de Janeiro de 2001, defende a inoponibilidade de sigilo bancário ao SIBS (SIB, entre nós).

⁹⁷³ Correspondente a norma do art. 43º da antiga LRB de 1997.

⁹⁷⁴ Cf. Neste sentido, Ac. TRL de 28/4/2015, n.º 1008/14.4PBBRR- A.L1 -5, vincula CTT de Portugal ao dever de sigilo bancário.

vii. Da autorização do titular da conta. Do mandato e procuração em especial. Forma, formalidade e sua eficácia

O dever do sigilo bancário pode ser afastado, de forma expressa ou tácita, mediante a autorização do cliente, i.e., importando, por isso, dentro dos limites e condições definidas previamente, a cessação da obrigação de não revelação ou de não utilização indevida dos dados ou elementos ligados às relações comerciais entre os bancos e os seus clientes.

Com efeito, apenas faz sentido referirmos da autorização do cliente ao seu banco, para revelar a determinadas pessoas ou permitir a utilização das informações e dados ligados às relações comerciais entre os bancos e os seus clientes, quando se destinam a fins distintos para os quais se justificaram a obtenção das informações em causa.

Diferentemente do que se passa no direito comparado, designadamente no RGICSF⁹⁷⁵ e na LB Moçambique, art. 49º, a nossa LRB 4/2008 não prevê a figura de autorização do cliente. Todavia, admitimos a sua legitimidade à luz do princípio geral do direito, nomeadamente do princípio da autonomia privada, consignado ao abrigo do art. 405º do CC, dos usos e práticas assentes no comércio bancário, art.407º Ccom, bem como a regra constante ao abrigo do Artigo 81º CC⁹⁷⁶, relativa à limitação voluntária dos direitos de personalidade.

Com efeito, assume-se praticável no giro bancário, a referida autorização em moldes idênticos do art. 79º, n.º 1, do RGICSF. Assim sendo, o referido consentimento do cliente reveste a natureza de “limitação voluntária de um direito de personalidade – direito à reserva sobre intimidade da vida privada, art.80º CC” – igualmente consagrado constitucionalmente, art. 26º, n.º 1 da CRP, equivalente ao art. 44º, n.º 1, da CRGB. Mas somos de entendimento que, tal renúncia, deve condizer-se com os princípios gerais da ordem jurídica, nomeadamente a regra do art. 81º do CC que, além de admitir a revogabilidade da declaração do consentimento ou da renúncia, ainda consagra o dever de indemnização, e a possibilidade de nulidade do referido consentimento, caso contrarie a ordem pública, ou atente aos valores injuntivos da ordem jurídica considerada no seu todo, ou seja ilimitado

⁹⁷⁵ Assim sendo, reza o art. 79º, n.º 1, do RGICSF que, “Os factos ou elementos das relações do cliente com a instituição podem ser revelados mediante autorização do cliente, transmitida à instituição”.

⁹⁷⁶ Reza o seu n.º 1 que “Toda a limitação voluntária ao exercício dos direitos de personalidade é nula, se for contrária aos princípios da ordem pública”; e o n.º 2, “A limitação voluntária, quando legal, é sempre revogável, ainda que com obrigação de indemnizar os prejuízos causados às legítimas expectativas da outra parte”.

quanto ao tempo e objeto, sem prejuízo da possibilidade da sua retirada mediante a revogação⁹⁷⁷.

Neste sentido, igualmente, a prática bancária constitui o reforço da legitimidade da autorização do cliente, para a revelação ou utilização das informações respeitantes às contas e às operações bancárias, contando que seja transmitida à instituição de crédito de forma eficaz, precisa e determinada.

Entretanto, na mesma linha da posição defendida pela doutrina em geral, relativa à questão da forma que a referida autorização deve revestir, ancoramos e temos por essencial, a necessidade da instituição de crédito exigir sempre, por uma questão *ad probatione* e também *ad substantia*, que a autorização seja transmitida a instituição de crédito de forma escrita. Pois, apenas a autorização transmitida de forma solene protege e habilita melhor a instituição de crédito a atuar dentro dos seus limites e condições estabelecidas. Podendo, inclusive, constituir o ónus de prova que lhe impende para elidir ou excluir a sua eventual responsabilidade perante o seu cliente, em caso de eventual litígio decorrente da revelação ou utilização dos dados e informações para fins diversos para que foram obtidas.

Além do mais, a transmissão solene/escrita da autorização do acesso ou utilizações das informações dos clientes permite fixar e precisar melhor o seu conteúdo e o seu alcance, evitando, assim, arbitrariedade e caucionando maior rigor e o seu controlo temporal e objetiva. No entanto, nesta perspetiva, a autorização escrita protege o cliente e a instituição de crédito.

Assim sendo, podemos considerar que a autorização do cliente bancário não constitui nenhuma renúncia ao seu direito de segredo bancário, i.e., de manter, sob discrição, os seus dados e informações ligadas às contas e às relações comerciais com a sua instituição de crédito. Porém, antes, configura-se uma espécie de limitação voluntária do conteúdo do direito ao sigilo bancário e, consequentemente, traduz-se numa limitação voluntária do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada e do próprio direito de personalidade. Importando, por isso, a suspensão pontual do dever da instituição de crédito em dar a merecida guarida ao sigilo bancário no estrito termo exarado na referida autorização.

Portanto, uma vez concebida a referida autorização do cliente, como limitação voluntária e pontual do sigilo bancário e o direito à reserva sobre a intimidade da vida privada, a mesma deve sujeitar-se ao regime do art. 81º CC, por força da qual, a lei vem conferir caráter restritivo a esta restrição voluntária, vedando a possibilidade de autorização ilimitada ou genérica, de acesso ao conteúdo dos dados e informações cobertos pelo sigilo bancário, isto, por razões fundadas no caráter subjetivo, público, fundamental, indisponível, irrenunciável, imprescritível e eficácia *erga omnes* do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada.

Com efeito, neste caso, a instituição de crédito apenas deve aceitar a autorização eficaz⁹⁷⁸,

⁹⁷⁷ Cf. Menezes Cordeiro, Direito Bancário, 5.ª ed., p. 364.

suficientemente individualizada, escrita e não contrária à regra injuntiva constante dos arts. 280º e 294º do CC, designadamente, à ordem pública, aos usos e costumes dominantes na prática e no giro bancário. Significa, também, que a referida autorização deve ser precisa quanto aos factos e dados a revelar ou a utilizar, bem como o seu âmbito, i.e., o período a que respeita, isto porque a lei veda a autorização prévia, genérica, imprecisa e *intempore*, ou seja, veda a sua duração indeterminada, em violação do disposto ao abrigo do art. 809º do CC, art. 81º do CC. Ainda, a referida autorização do cliente, quando eficazmente transmitida a instituição de crédito, importa repercussão na órbita penal, implicando, em regra, por consentimento previsto ao abrigo do art. 29º, n.º 5, CP, do qual resulta, *ipso jure*, a descriminalização ou a exclusão da ilicitude da conduta da instituição de crédito pela revelação ou utilização dos dados e informações dos clientes fora do âmbito de suas relações comerciais⁹⁷⁹.

No essencial, é usual as duas formas negociais que incorporam a autorização do cliente, aceite pela instituição de crédito, o mandato e a procuração, sem olvidarmos de outras formas próprias e normalizadas disponíveis nos balcões dos bancos.

Neste sentido, o mandato traduz-se num acordo firmado entre um cliente e um terceiro, alheio à relação comercial de conta (mandatário), em que, por força do mandato, este passa em nome próprio ou em nome do cliente mandante, mas agindo sempre por conta e no interesse deste, pratique atos jurídicos e materiais no âmbito do objeto restrito do mandato perante uma instituição de crédito. Podendo, inclusive, aceder a todas as informações ligadas à conta, necessárias ao cumprimento do mandato. Assim, no mandato existe a obrigação do mandatário praticar, em regra, um ou vários atos jurídicos e alguns atos materiais indispensáveis por conta do mandante, art. 1157º e ss CC, por isso o mandatário tem o direito de conhecer todos os elementos referentes ao cumprimento integral das suas obrigações subjacentes ao mandato.

Para melhor controlo da justificação e do âmbito do mandato e dos poderes funcionais dele decorrente, as instituições de crédito devem sempre exigir, se possível, por escrito, as condições gerais clausuladas no referido mandato, arquivando as respetivas cópias.

Entretanto, no mandato sem representação (contrato de comissão, conforme o nosso Ccom) o mandatário, em regra, atua em nome próprio, sendo ele quem adquire direitos e vincula às obrigações dentro do âmbito restrito do mandato, sem, no entanto, mencionar o mandante, arts. 1180º CC e 266º Ccom. Assim, este último preceito dispõe que o comissário, i.e, o mandatário comercial sem

⁹⁷⁸ Entretanto, a falta de autorização eficaz equivale a revelação ou a utilização indevida dos dados e informações bancárias do cliente em violação do sigilo bancário por parte da instituição de crédito, que incorre, por conseguinte, às consequências de várias ordens, como sejam: cível, disciplinar e até penal, à luz da nossa ordem jurídica.

⁹⁷⁹ Neste sentido, veja-se, Joaquim Malafaia, «O segredo bancário como limite ...», *op. cit.*, 1999. p.

representação, celebra negócio, em cumprimento das suas obrigações previstas no mandato, *por si e em seu nome, como principal e único contraente*.

Já, entretanto, o contrário acontece no mandato com representação, em que o mandatário age, logo invocando o nome do mandante, em que os efeitos jurídicos dos atos praticados pelo mandatário repercutem-se, de imediato, na órbita jurídica do mandante. Neste caso, as instituições de crédito devem sempre exigir a exibição, por escrito, do instrumento do mandato, não podendo, por isso, opor-lhe o sigilo bancário relativamente aos objetos e informações constantes expressamente das instruções do mandante e integrantes do referido mandato. E não poderá opor-lhe, igualmente, as instruções que houvesse recebido em separado do mandante, salvo se provar que tinham conhecimento delas ao tempo da celebração do mandato, art. 242º Ccom.

Por força do preceituado ao abrigo do art. 1178º CC que remete para o art. 260º CC, as instituições de crédito, com quem o mandatário contrata, podem exigir que este faça prova dos seus poderes dentro de prazo razoável, inclusive, podendo exigir a entrega da cópia do documento escrito, se houver, sob pena de não contratar e nem facultar-lhe as informações necessárias.

Igualmente, nos casos em que o mandante, titular da conta ou operação e serviços bancários autorizar, de forma expressa ou implícita, o mandatário, na execução do mandato, poder fazer-se substituir por um ou vários mandatários (sub mandatários) ou auxiliares, quer o primeiro mandatário, quer os sub mandatários ou auxiliares têm direito de aceder a todas as informações necessárias e adequadas ao cumprimento das suas obrigações, no âmbito dos quais o sigilo bancário não se lhes opõem. Mas, em todos os casos, aconselha-se as instituições de crédito a aceitarem apenas os mandatos específicos, contendo informações e elementos precisos e suficientemente delimitados quanto ao seu objeto principal e os respetivos atos acessórios.

A segunda forma de autorização, refere-se à procuração, em que o representado, diversamente do mandatário, por ato unilateral, denominado de *procuração*, confere a outrem – procurador, voluntariamente, poderes representativos, art. 262º CC. Portanto, para todos os efeitos, o regime e as atuações do procurador, sobretudo relativas à inoponibilidade do sigilo bancário, deve compaginar-se com o que ficou atrás exposto, a respeito das atuações e os direitos do mandatário no mandato, quanto ao seu âmbito, e apenas neste âmbito, do objeto e dos poderes específicos consignados, quer no instrumento do mandato, quer no da procuração. A autorização pode ser revogada sempre pelo seu autor – cliente do banco.

Entretanto, a questão da autorização do cliente como exceção, suspensão ou derrogação do sigilo bancário, seja porque forma emitida, pode suscitar algumas preocupações, cujas soluções não

aparecem equacionadas nem do ponto de vista legal e nem doutrinária, senão vejamos os seguintes casos:

Nas situações das contas ou serviços ou operações bancárias conjuntas ou contituidas?

Na situação das contas conjuntas ou contituidas, por duas ou mais pessoas, o regime da autorização válida para a revelação dos elementos e dados sobre as referidas contas, cobertas pela proteção do sigilo bancário, foge à regra geral relativa às movimentações da conta, i.e., não temos que ver se estamos perante uma conta sujeita ao regime de conjunção perfeita, i.e., válida apenas com a assinatura conjunta de ambos os titulares; ou perante uma conta conjunta solidária, cuja movimentação depende de assinatura de qualquer dos titulares da conta. Antes, porém, a finalidade para que foi aquilatada a proteção do sigilo bancário, leva-nos a concluir que a referida autorização para a revelação dos elementos ligados à conta ou operação bancária co-titulada carece sempre das assinaturas de ambos ou de todos os signatários da conta ou de operação bancária em causa, ainda que, por documento individualizado, sem a qual, a referida autorização ou consentimento, careceria de qualquer eficácia e deve ser considerada violadora do direito ao sigilo bancário com relação aos titulares que não subscreveram a referida autorização⁹⁸⁰.

Tratando-se da conta titulada por uma pessoa colectiva, como se deve proceder a referida autorização?

A validade e a eficácia da autorização, que traduza na revelação de dados e elementos relacionados com as contas, serviços, e operações bancárias em geral, das pessoas coletivas, devem ser aferidas nos termos gerais regulados nos Estatutos ou Pacto Social das mesmas.

No âmbito dos quais, deve-se apurar, no essencial, quem vincula e represente a referida pessoa coletiva. Entretanto, em caso de omissões, a mesma autorização deve provir expressamente da deliberação social do órgão social representativo da pessoa coletiva em causa, ou da Assembleia-geral, ou do Conselho de Administração, ou da Direcção-Geral, expressa em ata devidamente assinada, selada, reconhecida e autenticada.

viii. Autorização de revelação de informação que possa ferir seriamente os interesses da instituição de crédito

⁹⁸⁰ Esta solução é extensiva aos serviços e operações bancárias conjuntas ou cotituidas, sobretudo decorrente da complexidade estrutural e substancial, que algumas operações bancárias apresentam, v.g., dois ou mais clientes que beneficiaram de crédito bancário, ou efetuam transferências bancárias, ou efetuam câmbios ou compras de divisas no banco, etc.

Mais uma vez, a lei não prevê qualquer solução expressa para esta questão, em todo o caso, parece-nos defensável a ideia da supremacia dos interesses ligados à economia e ao sistema financeiro, com relação aos interesses isolados ou particulares, devendo, por isso, a referida autorização requerer, igualmente, a co-autorização ou consentimento da instituição bancária em causa, sem a qual não existe qualquer vinculação do banco para a sua execução⁹⁸¹.

Entretanto, a solução deve ser configurada, de forma diversa, da situação em que os clientes tornam pública as informações referentes às suas contas, v.g., extratos bancários, pondo assim em causa a vida e a imagem do banco. Com efeito, neste caso, podemos cair na situação de violação da regra de lealdade, de concorrência, conduta comercial, e em última instância dos ditames da boa-fé, art. 762º do CC que devem pontuar a relação comercial entre a instituição de crédito e o seu cliente, sobretudo quando estejam em causa as pessoas coletivas.

Quanto a autorização que diz respeito exclusivamente à instituição financeira?

Por seu turno, quando a autorização implica a revelação ou a disponibilidade dos dados e informações concernentes exclusivamente à vida e situação da instituição financeira, mais uma vez, a lei não consagra nenhuma solução satisfatória, devendo, por isso, recorrer à solução que parece resultar da interpretação lógica, na qual se infere que, o dever do sigilo bancário, neste caso em espécie de autorização, só ficaria suspenso ou limitado, com a autorização expressa de quem vincula a referida instituição, nos termos dos Estatutos, v.g., o CA, a Direcção Geral, ou Assembleia de Acionistas, sem prejuízo da referida autorização provir de órgão de fiscalização ou de supervisão bancária.

Pesa embora admitimos que nada resulta da nossa LRB 4/2008, todavia tal possibilidade é legitimada à luz do princípio geral do direito civil, desde que não contrarie as regras injuntivas da ordem jurídica, como as disposições dos arts. 80º, 280º, 294º e 400º do CC, devendo o banco aceitar como legítima, apenas as autorizações precisas, lícitas e delimitadas do ponto de vista temporal e substantiva.

Portanto, em todo o caso, por razões ligadas à gestão bancária e à existência de política e nível de permissão de acesso às informações privilegiadas, relacionadas com a vida das instituições e as suas relações com alguns clientes, nomeadamente os grandes clientes, o Director Geral ou o Conselho de Administração do Banco, munido, naturalmente, de um mandato para o efeito, pode decretar a quebra interna do sigilo bancário, permitindo, assim, a cessação do dever do sigilo bancário relativamente aos factos e dados ligados a vida da instituição. Porém, embora não haja nenhuma imposição legal mas é aconselhável que seja formalizada por um documento escrito devidamente assinado para facilitar o

⁹⁸¹ Cf. Vasco Soares da Veiga, *Direito Bancário*, 2ª edição, *op. cit.*, p. 239 e ss, 261 e ss.

controlo de eventual fuga de informação fora do âmbito para a qual foi, então, concebida.

Quando se trata da quebra externa do sigilo bancário, respeitante à matéria puramente relacionada com a vida da instituição de crédito, permitindo desta forma, a revelação ou a utilização das informações relacionadas com a instituição por parte de terceiros, a instituição, através do seu órgão de administração competente, pode autorizar, sozinha, o acesso às informações.

Já, entretanto, tratando-se, simultaneamente, de matérias respeitantes às informações ligadas à vida da instituição e suas relações com os seus clientes, ou as matérias exclusivamente respeitantes às informações ligadas às contas, operações e serviços dos seus clientes, a autorização requerida carece da subscrição válida e eficaz do cliente em causa *mutatis mutandis* nos termos anteriormente definidos.

ix. A nova perspetiva dos *bureaux d'information sur le crédit* - BIC na UMOA. O consentimento da instituição de crédito e autorização do cliente em especial

A criação, institucionalização, regulamentação, operacionalização, articulação dos *bureaux d'information sur le crédit* ou Gabinetes de informação sobre crédito (BIC) no âmbito da UEMOA, desde logo, pressupõe a sua articulação com a lei bancária e outras legislações internas, *maxime* referente a proteção do sigilo bancário.⁹⁸²

➤ Enquadramento geral

Os BIC surgem no âmbito da integração da UEMOA para fazer face a necessidade justificada, em parte, no Relatório "Doing Business" publicado anualmente pelo Grupo do Banco Mundial, Société Financière Internationale (IFC), na sua edição de 2013, que considera que as economias dos Estados membros da UEMOA situam entre as que ofereçam menos eficiência em matéria de clima de negócios. Com efeito, entre os vários critérios utilizados para a aferição desta classificação dos países, consideram a performance e a extensão da informação sobre o crédito, no âmbito do qual os países da união obtiveram uma classificação deficitária ou negativa. Ao qual atribui-se o péssimo resultado obtido pelos países da união no referido relatório anual à ausência de *Bureaux d'information sur le credit* - BIC.

No entanto, para contrariar esta tendência negativa à economia da zona tendo em vista a proporcionar a melhoria do clima de negócios como um dos eixos prioritários da política económica da união, bem

⁹⁸² Cf. Para mais desenvolvimento sobre o assunto, veja-se: Januário Pedro Correia, A Nova Perspetiva dos BIC e o Sigilo Bancário. Algumas considerações, in Jornadas Jurídicas da FDB – Consolidação do Estado de Direito e Democrático, Bissau, 2016.

como as principais recomendações do Relatório do **Alto Comité *Ad Hoc* dos Chefes de Estado sobre o financiamento das economias dos mencionados Estados, o Conselho de Ministro da UEMOA criou e institucionalizou no dia 28 de Junho de 2013 os Gabinetes (Bureaux) de informação sobre crédito (BIC)⁹⁸³, e a consequente adoção da Lei Uniforme sobre a regulamentação do BIC na UEMOA de 03 de Julho de 2013)⁹⁸⁴.**

BIC é uma instituição que coleta, a partir das instituições financeiras, das fontes públicas e das empresas com grandes faturas (como empresas de abastecimento de água, da energia elétrica, gás, de telefonia, etc.) os dados sobre histórico de crédito e a situação de solvabilidade de um cliente. Estas informações são disponibilizadas às instituições de créditos, aos sistemas descentralizados e empresas financeiras, como relatórios de crédito detalhados.

Em suma, pretende-se com a criação do BIC facilitar as instituições financeiras condições eficientes de análise, de avaliação e de gestão dos riscos, que permite antecipar o endividamento excessivo dos mutuários, tomar melhores decisões na concessão dos créditos, reduzir a assimetria da informação e aumentar o volume das aplicações com uma melhoria da qualidade da carteira, aumentar o financiamento à economia da zona UEMOA, e uma melhoria do acesso ao crédito com uma taxa baseada nos riscos individuais que podem induzir uma redução do custo do crédito e das garantias exigidas. Assim, geralmente, criar condições favoráveis para que cada país da zona obtenha melhor desempenho e performance em matéria de informação relativa à obtenção de crédito e, consequentemente, uma melhoria significativa da classificação no relatório anual "Doing Business " nos anos subsequentes.

Para assegurar a sua operacionalidade, o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) confia a gestão do BIC a Créditinfo VoLo⁹⁸⁵, nos Estados-Membros da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)⁹⁸⁶.

⁹⁸³ O BIC à constituer, deverá revestir a natureza de uma sociedade anónima (SA) conforme o AUSCAIE da OHADA, devendo fixar a sua sede social num dos Estados da União, e o capital social é fixado pelo Conselho de Ministros da UEMOA, arts.16º -18º da LU. Sobre acreditação e a retirada, bem como dirigentes e pessoal do BIC, veja-se arts.4º-15º da LU.

⁹⁸⁴ O sistema de intercâmbio de informações de crédito fora incrementado na América Latina e na Ásia, tendo verificado impacto positivo, o que constitui, por si só, um facto encorajador para a criação e implementação do BIC no âmbito da UEMOA.

⁹⁸⁵ Trata-se de uma société implantée au Sénégal et en Gambie et joint-venture de Créditinfo Group et VoLo Africa.

⁹⁸⁶ Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo.

O início da operação do BIC esteve previsto para junho de 2015. Entretanto, pese embora notável atraso registado, neste momento a sua implementação está numa fase bastante avançada.

O BIC integra todas as instituições financeiras controladas pelo BCEAO e a Comissão Bancária da UMOA, bem como a todos os outros fornecedores de serviços não controlados pelas entidades mencionadas acima que possam dispor de importantes históricos sobre a situação de pagamento dos agentes económicos.

Em gesto do reconhecimento ao carácter sensível e delicado das informações recolhidas e tratadas pelos BIC e da sua procedência, essencialmente, a partir dos estabelecimentos de crédito e dos SFD, a LU impõe que todas atividades do BIC sejam desenvolvidas com base nos princípios de reciprocidade, de confidencialidade e do consentimento explícito e prévio das pessoas singulares e coletivas envolvidas.

Pretende-se com a base de dados BIC conceder uma importância notável à proteção dos direitos dos consumidores, ressaltando nomeadamente o princípio do consentimento prévio do consumidor antes de qualquer recolha e difusão de informações. Com efeito, a sua certeza e a garantia da sua eficácia e operacionalização nos 8 Estados Membros da UEMOA deverá passar, necessariamente, pela sua articulação e compatibilização com alguns procedimentos e regras internos aplicáveis às instituições financeiras, como as regras de condutas, a questão dos dados pessoais e da proteção do sigilo bancário.

➤ Enquadramento legal

Apesar de ser recente, o BIC conta com um quadro jurídico extenso que rege a sua organização, funcionamento e a sua atividade⁹⁸⁷, de entre os quais destacamos a Lei Uniforme sobre a Regulamentação dos BIC, de 03 de julho de 2013⁹⁸⁸, constituída por 76 artigos, e 11 títulos⁹⁸⁹.

⁹⁸⁷ Cf. Entre outros, os seguintes **existem vários textos de aplicação da referida lei, traduzidos nas instruções do BCEAO**: Instruction n° 001-01-2015 établissant la liste des documents et informations constitutifs du dossier de demande d'agrement en qualité De bureau d'information sur le credit (**lista de documentos e informações que integram pedido de creditação e qualidade do BIC**); Instruction n° 002-01-2015 relative aux modalités d'obtention du Consentement du client par les fournisseurs de données aux bureaux D'information sur le credit (bic) dans le cadre du système de partage D'information sur le credit dans les états membres de l'umoa (**Modalidade de consentimento**); Instruction n° 003-01-2015 établissant la liste des documents et informations constitutifs du dossier de déclaration d'intention D'installation d'un bureau d'information sur le credit (**lista de documentos e informações que integram dossier de declaração de intenção de instalação de um BIC**); Instruction n° 005-05-2015 fixant les modalités de transmission des Informations sur le credit aux bureaux d'information sur le credit (**modalidade de transmissão de informações**); Instruction n° 006-05-2015 relative à l'homologation des grilles tarifaires Des bureaux d'information sur le credit (**homologação de grelhas tarifários praticados no âmbito do BIC**); Instruction n° 007-05-2015 relative aux modalités de reception et de Traitement des réclamations des clients par les bureaux d'information Sur le credit (**modalidade de receção e tratamento de reclamações dos clientes dos BIC**); Instruction n° 009-06-2015 relative aux dispositifs de securite des systemes D'information des bureaux d'information sur le credit (**sobre dispositivo de segurança dos sistemas de informações do BIC**); Instruction n° 010-06-2015 relative au plan de continuité d'activité des Bureaux d'information sur le credit (**sobre plano de continuidade**

➤ Os propósitos e funcionamento dos BIC

A institucionalização do BIC na UMOA vem proporcionar aos estabelecimentos de crédito que operam nos oito Estados membros da zona, um acervo de sistema de informações prévias dos clientes interessados nos seus produtos, designadamente o crédito, facilitando-lhes uma base de dados, para efetuarem as consultas sobre o cliente, a situação atual do cliente, seus engajamentos nos outros bancos da zona, bem como os riscos que oferecem, contribuindo de forma significativa, por esta via, no controlo e na mitigação do risco de crédito na zona.

Neste particular, os BIC foram instituídos com os propósitos bem definidos de reduzir a assimetria de informação sobre a situação creditícia e a capacidade financeira (solvência) dos clientes de empréstimos, o que irá contribuir significativamente para maior segurança de crédito, bem como melhorar o acesso ao crédito mediante a redução do tempo médio de duração do dossier de crédito, a redução de custo de operação e da exigência da garantia, preservando ao mesmo tempo a qualidade da carteira dos bancos, e a melhoria de clima de negócio nos Estados-Membros da União. Por outro constitui uma importante ferramenta eficaz de análise, avaliação e gestão de riscos sistémicos que possam influenciar de forma positiva ou negativa a decisão de crédito, por intermédio da qualidade das informações fornecidas pelo BIC, antecipar e evitar o endividamento dos mutuários, o risco de insolvência, o reforço da reputação e da solidez e robustez do seu sistema financeiro.

Do ponto de vista de operacionalidade, os BIC funcionam mediante os relatórios de crédito que integram diferentes secções de dados e informações detalhadas sobre histórico de crédito do mutuário. E o modelo de *scoring* visa, no essencial, atribuir *ratings* aos mutuários ou pontuações específicas dadas aos clientes pelos BIC. Com efeito, o BIC disponibiliza além dos dados, um *software* de gerenciamento de empréstimo automatizado, sem intervenção humana, para certas categorias de

da atividade do BIC), Instructions n°s 14/15-12-2015, respetivamente sobre as modalidades de contas e de transferências de dados em caso da cessação da atividade do banco, **e os anexos ao contrato de prestação de serviços**, sobre condições gerais de utilização de BIC, sobre a estrutura e formato dos dados que o BIC integra, e sobre código de conduta e da ética dos fornecedores e usuários da base de dados BIC.

⁹⁸⁸ Trata-se da “*Loi Uniforme portant réglementation des bureaux d’information sur le crédit dans les Etats membres de l’Union Monétaire Ouest Africaine (UMOA)*”, de 3 Juin 2013, designadamente nos termos dos arts. 1º, 41º-46º, 53º, 54º, 57º e 76º. Disponíveis no www.bceao.int.

⁹⁸⁹ I. Referentes as disposições gerais; II. Creditação e a sua retirada; III. Dirigentes e pessoais de BIC; IV. Regulamentação dos BIC; V. Supervisão dos BIC; VI. Atividades autorizadas, obrigações e direitos de partes; VII. Proteção dos dados pessoais; VIII. Troca de informações do crédito; IX. Sanções; X. Disposições relativas à organização dos procedimentos de apuramentos de passivos; XI. Disposições transitórias e finais

empréstimos ou clientes, bem como as ferramentas utilizadas para verificar certos dados e detectar fraude, em especial, a partir da informação disponível na base de dados⁹⁹⁰.

O relatório de crédito (*rapport de solvabilité*) contém, igualmente, informações e históricos pormenorizados do mutuário sobre a sua situação de crédito, e sua eventual falência, bem como a lista das entidades que solicitaram informações sobre o seu relatório de crédito, taxas de juros sobre empréstimos que lhes foram concedidos e várias outras informações que podem interessar a uma instituição financeira na análise e decisão de crédito.

O relatório de crédito deverá ser fornecido pelo BIC apenas para as seguintes finalidades, art.59º LU: a avaliação da solvabilidade de um cliente no quadro da concessão de um crédito ou da cobrança de uma dívida; a requisição da justiça; a aplicação de um tratado internacional ratificado por um Estado membro da UMOA, sob reserva de reciprocidade; o seguimento dos riscos e as necessidades da supervisão das instituições financeiras pelos organismos habilitados; qualquer outro motivo aprovado pelo Banco Central, e a pedido do cliente.

Em particular, Por força dos arts.33º e 38º da LU, entre outras, cabem aos BIC, as atividades de recolha, armazenamento de informações sobre os créditos; tratamento das mesmas; disponibilizá-las aos usuários por intermédios dos relatórios de crédito a título oneroso; divulgação de informações de crédito e relatórios para os usuários; disponibilizar serviços aos usuários depois autorização do BCEAO; bem como qualquer outra atividade conexa autorizada pelo BCEAO.

A difusão de informações por parte do BIC poderá ser efetuada por qualquer meio tecnológico, aparelho eletrónico ou sistema informatizado de tratamento da informação, via uma rede pública ou privada de telecomunicações, desde que preencham critérios mínimos de segurança, de confidencialidade, de proteção de dados, incluindo dados pessoais e de integridade previstos na LU.

Ainda, no domínio dos dados, o BIC pode recolher, conservar, tratar e divulgar nos relatórios de crédito e nos serviços, as seguintes informações: o registo civil; os dados sobre as decisões relativas às dívidas, dossiês de procedimento de insolvabilidade, liquidações de empresas que figuram nos registos dos escrivães de Tribunais; os dados que figuram no Registo Comercial e do Crédito Mobiliário, o registo predial e qualquer outro registo ou repertório público que existem; os dados contidos na Central dos Riscos bancários da UMOA; os dados que figuram na Central dos Incidentes de Pagamento do

⁹⁹⁰ “**Scoring**” no âmbito do BIC deve ser encarado como um procedimento de avaliação do risco de incumprimento de um beneficiário de crédito com base em elementos como idade, ocupação, renda ou rendimento, nível de endividamento, etc... Esta técnica vem simplificar o processamento de análise e arquivos de crédito.

Banco Central; os dados contidos na Central dos Riscos dos Sistemas Financeiros Descentralizados; as informações conservadas na Central dos Balanços do Banco Central; os dados relativos aos Acordos de classificação ou a qualquer outro sistema público de notação da qualidade de assinatura dos beneficiários de crédito; qualquer outra informação de caráter público.

Com efeito, todas as informações constantes do BIC são acessíveis às instituições financeiras aderentes, fazendo com que a base de dados fosse acessível e utilizada por estas. Assim, o BIC tem, pois, dupla finalidade:

- a) Uma primeira e originariamente prioritária, de facilitar a supervisão bancária pelo Banco Central, ao identificar com precisão as instituições financeiras com problemas em suas carteiras de crédito;
- b) Uma segunda, e não menos importante, que é a de registar informações para auxiliar as instituições bancárias no processo de avaliação da concessão de crédito a seus clientes.

Grande número de instituições da união, que são obrigadas a alimentar o BIC, com informações variadas, aliado ao aperfeiçoamento tecnológico do sistema, faz dela a maior base eletrónica sobre operações financeiras existente no espaço UMOA. Assim, a enorme gama de informações que devem ser (e estão sendo) armazenadas, revela que sua “implantação criará um banco de dados sem precedentes, com a capacidade de fornecer grande volume de informações, na medida em que contém as mais diversas informações heterogêneas acerca do beneficiário de crédito.

A amplitude e a forma de gestão privada dessa base de dados desperta preocupação do mesmo porte em relação aos riscos à proteção dos dados pessoais dos clientes bancários face a proteção do sigilo bancário.⁹⁹¹ Assim sendo, a operacionalização do BIC na zona importa, necessariamente, mais um importante recuo do perímetro de aplicação da regra do sigilo bancário, dado que a disponibilização de informação, de um dado cliente, na referida base de dados do BIC, implica que a mesma passa a ser partilhada e acessível a todos os bancos da zona aderentes.

No entanto, para o efeito de disponibilização e de partilha da informação de crédito do cliente, não

⁹⁹¹ O que pode gerar problemas complexos que vão, desde a responsabilidade da entidade gestora da base de dados, à questão da proteção da intimidade individual dos clientes; veja-se, neste sentido, Rodrigo Borges Carneiro e Luiz Henrique del Amaral. «As informações pessoais em banco de dados e sua utilização em ações de marketing na internet», *Revista da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual*, v. 49, nov/dez/2000. p.36. António Joaquim Fernandes Netto, «Responsabilidade do provedor “internet”». *Revista Ajuris*, ed. especial, março, 1998; Tércio Sampaio Ferraz Jr., *op. cit.*, p. 141; Carlos Daniel Vaz de Lima Jr., «O sigilo do cadastro de clientes dos provedores de acesso à internet», *Revista da Associação Paulista do Ministério Público do Estado de São Paulo*, 1999; Ernesto Lippmann, «Privacidade eletrônica: sigilo dos e-mails de funcionários deve ser respeitado», *Revista Consultor Jurídico*, setembro, 2000; Renato de Castro Moreira, «O direito à liberdade de informática», *Revista dos Tribunais*, v. 778, agosto, 2000, p. 17; José Adércio Leyte Sampaio, *Direito à intimidade e à vida privada*. Belo Horizonte, Del Rey, 1998.

basta a simples autorização da instituição de crédito em causa, antes, porém, a referida LU e a instrução do BCEAO privilegiam o consentimento do cliente em causa, arts.38º-44º.

Assim sendo, o consentimento ou a autorização do cliente, deve ser expressa, mediante a assinatura de um formulário normalizado, contendo um conjunto de informações que serão partilhadas no sistema integrado do BIC, nomeadamente a identificação completa do cliente, informação de crédito, histórico creditício, etc, que as mesmas informações possam ser partilhadas na plataforma BIC cinco anos depois da cessação do contrato geral com o estabelecimento de crédito⁹⁹².

A instrução em causa consagra duas modalidades do consentimento, art. 2º:

- Preenchimento do formulário disponível nos balcões dos bancos da zona de celebração do contrato geral de conta ou na demanda da operação de crédito.
- Excecionalmente, tratando-se de um pedido de crédito por internet, o referido consentimento deve ser expresso e obtido através da plataforma electrónica na *internet*, devendo conter a identificação do estabelecimento, a integridade, a autenticação e a confidencialidade do seu conteúdo.

O formulário preenchido, no qual o cliente expressa a sua autorização, é arquivado no processo de abertura de conta ou no *dossier* de crédito, art. 3º da instrução.

➤ **Confidencialidade**

A LU reitera nos termos do art.15º o dever de reserva, vinculando os dirigentes e pessoais do BIC ao dever de sigilo quanto aos dados dos mutuários que integram a plataforma BIC. Consubstanciando, desta feita, o chamado na doutrina francesa por “*Secret Partagé*”, ou seja, segredo partilhado.

O dever do sigilo bancário é definido assim pela negativa, obrigando-os a não revelação e nem aproveitamento dos dados do BIC fora do âmbito e contextos para os quais foram disponibilizados. Igualmente, encontram-se sujeitos ao dever do sigilo bancário, além dos colaboradores do BIC, todos os participantes e utilizadores da plataforma BIC (ex vi art.15º, 3º parágrafo da LU).

Excecionalmente a LU consagra a obrigação do BIC fornecer essas informações ao BCEAO, bem assim o sigilo bancário não lhe seria oponível, e nem às autoridades judiciais no âmbito do procedimento penal.

⁹⁹² *Formulaire type d'obtention du consentement dans le cadre du systema de partage d'information sur le credit das L'UMOA.*

A violação do dever do sigilo bancário por parte dos dirigentes e colaboradores do BIC, e pelos participantes e utilizadores da plataforma BIC, consubstancia infração penal grave punível nos termos do art.67º da LU, com pena de prisão de 1 a 2 anos e cumulativamente com a pena de multa de 10 a 100 milhões de FCFA.

Em caso de reincidência, as respetivas molduras penais máximas passam para 5 anos de prisão e 300 milhões de FCFA de multa.

O referido consentimento do cliente poderá traduzir importante “limitação voluntária de um direito de personalidade – direito à reserva sobre intimidade da vida privada, art. 80º CC” – igualmente protegido nos termos do art. 26º, n.º 1 da CRP, equivalente ao art.44º, n.º 1, da CRGB. Mas, advertimos que essa renúncia, por isso, deve condizer com os princípios gerais da ordem jurídica, nomeadamente a regra do art. 81º do CC que, além de admitir a revogabilidade da declaração do consentimento ou da renúncia, ainda consagra o dever de indemnização, e a possibilidade da nulidade do referido consentimento, caso contrarie a ordem pública, ou atenta aos valores injuntivos da ordem jurídica considerada na sua generalidade⁹⁹³.

Por outro, uma vez encarado o sigilo bancário como um direito de crédito do cliente, entretanto a sua renúncia deveria sujeitar-se às exigências consignadas ao abrigo dos art.809º e 800º/2, CC, sob pena da sua nulidade nos termos gerais dos arts.81º/2, 294º, e 280º do CC.

Portanto, apesar de alguns méritos e problemas pontuais acima referenciados, ao BIC, ainda, é possível apontar algumas insuficiências, como sejam a total insensibilidade demonstrada em matéria de luta contra branqueamento de capitais e terrorismo mundial.

Mas, em todo o caso, podemos concluir que, por força da disposição do art.24º *in fine* da LU, e arts. 30º e 53º *in fine* da LRB, Os BIC não deverão se opor o sigilo bancário às demandas de informações para investigação dos indícios de crimes de branqueamento de capitais e terrorismo internacional.

A LU consagra o princípio geral de consentimento, tendo dispensado o mesmo quando esteja em causa os dados requeridos pelo BCEAO, pela Comissão Bancária, pela Administração Fiscal⁹⁹⁴, e pela autoridade judiciária no âmbito do processo-crime, art.53º da LU. Contudo, não se ocupa do regime da retirada ou denúncia do consentimento.

⁹⁹³ Cf. Menezes Cordeiro, Direito Bancário, 5.ª ed., p. 364.

⁹⁹⁴ Repare que a solução constante do art.53º da LU, constitui um tímido avanço no sentido de consagração expressa da inoponibilidade do sigilo bancário perante a administração tributária no âmbito comunitário. Contudo não dispõe nem do regime e nem dos pressupostos ou condições que a lei deverá fazer-se depender, necessariamente, para requerer tais informações, em regime de inoponibilidade do sigilo bancário.

x. A cessão de crédito e sigilo bancário

A cessão de crédito vem regulada nos termos do art.577º e ss do CC, que consiste no negócio translativo da posição jurídica ativa ou credora para terceiro. Com efeito, a cessão de crédito tem por objeto o crédito, i.e., o comércio jurídico de crédito.

Entretanto, conforme Menezes Leitão, “O esquema negocial da cessão de créditos é construído em torno de dois paradigmas contraditórios: a dispensa do consentimento do devedor e a protecção a esse devedor. Efectivamente, por um lado, assegura-se a dispensa do consentimento do devedor para a transmissão do crédito, mesmo quando constituído por contrato, o que só por si representa uma quebra do princípio da autonomia privada, nos termos do qual qualquer modificação contratual necessita do consentimento de ambos os contraentes, art.406º/1. Mas, por outro, e em via de compensação, procura-se assegurar que a cessão de créditos em nada possa afectar a posição desse mesmo devedor, estabelecendo – se por isso normas de protecção da confiança e conservação de exceções em termos que extravasam do que exige o princípio da identidade do crédito”.⁹⁹⁵

Tal confiança poderá ser prejudicada no negócio de cessão de créditos bancários, por envolver informações e dados sujeitos à tutela do sigilo bancário.

Na atualidade, a cessão de créditos constitui uma prática onnipresente na atividade bancária, de forma a refinanciar-se mediante recuperação dessa carteira cedida e retomas de eventuais provisões ora constituídas e garantir uma certa liquidez, bem como limpar do seu portefólio de crédito os créditos malparado que muito constrange e limita a qualidade da carteira e capacidade de financiamento dos bancos.

A cessão de créditos comporta a obrigação do cedente/banco de transmitir informações em relação ao crédito cedido ao terceiro/cessionário que pode colidir, na maioria dos casos colide com o sigilo bancário, acarretando, desta feita, a sua violação ou derrogação. Por esta razão, tem sido questionada sua legitimidade ou a sua validade em face dos dados objetos do sigilo bancário.

Em geral, a doutrina tem oscilado entre negar ou aceitar a sua validade, mais precisamente na Suíça e na Alemanha.

⁹⁹⁵ Cf. Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, *Cessão de Créditos*, Coimbra Almedina, 2005. p. 16.

A corrente negativista veda a possibilidade da cessão de créditos por considerar que é nula por violação do disposto ao abrigo dos arts.280º ou 294º do CC, ou por violação do sigilo bancário.

A propósito da cessão de créditos referente aos dados sujeitos ao sigilo profissional, v.g., de médicos, advogados, Menezes Leitão propugna a opinião favorável à sua proibição, dado que, segundo autor, a cessão neste caso importa a violação desse segredo profissional.⁹⁹⁶

Nesse mesmo sentido, atendendo que a cessão de crédito bancário implica, naturalmente, por parte do cedente banco, a obrigação de entregar documentos, informações e dados do cliente de crédito cedido ao cessionário/terceiro, art.586º CC, a conduta do banco cedente consubstancia uma afronta ao dever de guardar sigilo bancário. Por esse motivo, podemos defender que a vinculação ao sigilo bancário configuraria para o banco cedente com relação ao cliente cedido, uma espécie de *pactum de non cedendo* implícito, vedando a cessão.

Portanto, a legitimidade da cessão de crédito dependerá do consentimento ou da adesão do cliente cedido ao negócio de cessão, devendo ser preciso e atual quanto as informações e dados que comporta, sob pena de violação do sigilo bancário, com as consequências inerentes da responsabilidade civil ou penal, bem como da eventual aplicação da regra do art.280º ou 294º CC.

xi. Outras situações da inoponibilidade do sigilo bancário decorrentes da ligação especial entre titular da conta com a pessoa

- Dos representantes legais de menor, de interditos e inabilitados

Em regra, os menores de 18 anos de idade carecem de capacidade de exercício genérica, arts. 122º e 123º CC. Assim, para suprir essa incapacidade natural, em razão da idade, por não ter completado dezoito anos ou não ser emancipado plenamente⁹⁹⁷, o art. 124º CC, prevê o mecanismo e formas de

⁹⁹⁶ Cf. Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, *op. cit.* p. 304.

⁹⁹⁷ Entre nós, pelo menos, até a data da conclusão da presente tese, a emancipação plena dos menores faz-se através do casamento, admitido apenas aos menores que tenham completado dezasseis anos e mediante a autorização prévia dos pais, art. 1649º CC. Entretanto, na falta de autorização dos pais ou tutor para o casamento do menor (emancipação restrita), para todos os efeitos jurídicos, ele continuará a ser considerado menor quanto a administração dos seus bens, incluindo as suas relações comerciais de contas, bem como os bens que posteriormente lhe advenha por título gratuito até completar os dezoito anos.

suprimento e da representação dos interesses do menor/incapaz, em regra, por intermédio dos representantes legais do menor/incapaz, através do poder paternal ou parental que assiste aos progenitores e, subsidiariamente, pela tutela e curatela. Aos quais são atribuídos, entre outros, poderes de representações nos atos puramente pessoais, e administração dos bens do menor, art. 1878º e ss CC⁹⁹⁸.

Com efeito, o exercício do poder parental vincula os progenitores a várias responsabilidades parentais para com o filho menor, que integram conteúdos pessoais e patrimoniais, poderes e deveres perfeitamente concatenados no intuito de salvaguardar e defender os interesses e direitos do menor.

Assim, além desses poderes e deveres parentais de conteúdos pessoais, nomeadamente: dever de guarda, art. 36º da CRP, arts. 1887º e 1883º CC, de educação, 1885º CC, de sustento, 1879º CC, e de representação, arts. 1878º, n.º 1 e 1881º, n.º 2, ambos CC⁹⁹⁹, no âmbito do presente estudo, sobre o regime do sigilo bancário, configuram-se relevantes os poderes e devedores de conteúdos patrimoniais, nomeadamente o poder e dever de administração dos bens.

Assim sendo, com exceção do disposto no art. 1881º, n.º 1, CC, os progenitores, no âmbito do exercício do poder parental, dispõem do poder de livre administração dos bens do filho menor até este completar a maioridade ou emancipar plenamente.

Entretanto, existem conjuntos de atos de cariz patrimoniais que os pais não podem praticar livremente, carecendo, por isso, de uma autorização expressa do Tribunal, neste caso do Ministério Público, arts. 1889º e 1892º conjugados com os arts. 2º, n.º 1, al. b), e 3º do DL n.º 272/2001, de 13 de Outubro. Neste sentido, por exemplo: os pais não podem, sem prévia autorização do MP, alienar ou onerar bens, salvo quando se trata de alienação onerosa de coisas suscetíveis de perda ou depreciação, também não pode contrair livremente empréstimos, e nem efetuar transações ou negociações¹⁰⁰⁰.

⁹⁹⁸ No âmbito pessoal, o poder do representante legal do incapaz compreende a obrigação de zelar pela segurança e saúde do menor, a educação, formação religiosa, respeito, auxílio, assistência, escolher o nome do filho, de exigir obediência do menor, ouvir os filhos, adoção da residência da família, enfim defender todos os interesses pessoais do menor, arts. 1878º, 1885º, 1886º, 1874º, 1875º, 1887º, ambos do CC. Entretanto, no âmbito patrimonial, assistem aos representantes legais, designadamente: a representação dos interesses dos filhos, administração geral dos bens do menor, sustentar os filhos e assegurar outras despesas com a segurança, saúde e educação, direito de propriedade sobre certos bens produzidos pelos filhos, direito de utilizar parte dos bens do filho menor para a satisfação de necessidade familiar, arts. 1881º, 1878º, 1888º, 1879º, 1880º, 1895º, 1896º, ambos do CC. Cf. Fernando A. Carvalho Fernandes, *Teoria Geral do Direito Civil*, Vol. I., Introdução, pressupostos da relação jurídica, 5ª ed., Revista e Atualizada, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2009, p. 274 e ss.

⁹⁹⁹ Cf. Jorge Duarte Pinheiro, *Direito da Família Contemporâneo*, 2ª ed., Lisboa, AAFDL, 2009, p. 306 e ss.

¹⁰⁰⁰ Os atos de administração de bens, para os quais, a lei exige a autorização do MP para as suas práticas, sendo praticados pelos pais sem a devida autorização, acarretam a anulabilidade dos negócios praticados nos termos do art. 1893º a requerimento do MP, e do menor quando atingir a maioridade, etc. Jorge Duarte Pinheiro, *op. cit.*, p. 314.

Por seu turno, existe possibilidade de responsabilidades parentais, nas situações em que os progenitores não possam exercer ou forem inibidos do poder parental total ou parcialmente, serem supridas através de meios alternativos de suprimentos tendo em vista a cautela e prossecução dos interesses do menor por intermédio da tutela ou administração dos bens, arts. 1918º e 1920º e ss., ambos CC.

A tutela, constituída por um tutor e pelo conselho da família, visa, no essencial, substituir os progenitores, para todos os efeitos legais, na regência e administração da pessoa e dos bens do menor, por morte dos pais, ou porque foram inibidos do exercício do poder paternal, ou a filiação não foi constituída, art. 1921º, n.º 1, CC¹⁰⁰¹.

Entretanto, a administração de bens só pode ser instituída quando os progenitores tenham sido impedidos ou inibidos ou suspensos da administração de todos ou apenas alguns bens do menor, ou se o administrador não tiver sido designado ou quando a entidade, que designar o tutor, tiver conferido a outrem, no seu todo ou em parte, a administração dos bens do menor, art. 1922º CC. Portanto, a administração de bens, enquanto uma das formas de suprimento da incapacidade de menor, impõe sempre a coexistência com o poder parental ou com a tutela, i.e., não existe sozinho.

Depois desta análise preliminar do regime jurídico dos bens do incapaz e das respetivas administrações, e por considerarmos essencial para a determinação do regime jurídico da inoponibilidade do sigilo bancário, focamo-nos nos casos das informações e dados ligados às contas tituladas por um incapaz.

Considerando que a conta titulada, por um menor, nos livros de contas de uma instituição de crédito integra, para todos os efeitos, o conceito dos bens pertencentes ao incapaz e sujeito à administração dos seus representantes legais, a determinação do regime jurídico da inoponibilidade do sigilo bancário ao representante legal do incapaz dependerá da configuração genérica do regime da administração dos bens do menor, conforme as seguintes situações:

¹⁰⁰¹ Para mais informações sobre o poder parental, suas limitações quanto à regência dos filhos e dos seus bens, meios de suprimentos dos impedimentos do exercício do poder parental, tutela, forma de nomeação da tutela e do conselho de família, organização e funcionamento, bem como da administração de bens, etc..., cf. Pamplona Corte-Real, *Direito da Família e das Sucessões (Relatório)*, LEX, Lisboa, 1996; Pires de Lima e Antunes Varela, *Código Civil Anotado*, Coimbra Editora, Coimbra, Vol.IV, anotações dos arts. 1576º a 1795º, e 2ª ed., 1992, Vol. V., anotações dos arts. 1796º a 2023º, 1995; Antunes Varela, *Direito da Família*, Vol. I, 5ª ed., Livraria Petrony, Lisboa, 1999; António Menezes Cordeiro, *Tratado de Direito Civil Português*, Vol.I, Parte Geral, Tomo I, 3ª ed., Coimbra, Almedina, 2005; Jorge Duarte Pinheiro, *O Direito da Família...*, op. cit., p. 294 e ss. Carla Sottomayor, *Temas de Direito das Crianças*, Coimbra, Almedina, 2014, p. 69 e ss.

1ª Ato em que o incapaz dispõe de plena capacidade de exercício para administrar e dispor dos seus bens

Trata-se da situação em que o menor/incapaz, excecionalmente, é equiparado ao maior de idade, para todos efeitos legais, quanto a prática de atos de administração e de disposição dos seus bens, nomeadamente, traduzindo-se na situação do alargamento da sua capacidade de gozo nos termos do art. 1641º e ss. CC¹⁰⁰² e do alargamento da capacidade do exercício do menor, definida nos termos do

¹⁰⁰² O nosso sistema jurídico consagra importantes consequências jurídicas da capacidade do menor, traduzindo-se nas limitações, de um lado, da sua capacidade de gozo, com incidência nas zonas não patrimoniais, e de outro lado, da capacidade de exercício, com incidência direta nas zonas patrimoniais. Assim sendo, no plano da capacidade de gozo, conforme o art. 1641º e ss. do CC, ao menor de 16 anos não é reconhecido direito de contrair matrimónio, nem de perflhar, art. 1850º do CC, nem de testar, art. 2189º CC, nem assumir a responsabilidade parental e nem administrar os bens dos filhos, art. 1913º do CC. Mas, excecionalmente, essa incapacidade pode extinguir-se, pela emancipação plena, pelo casamento regular do menor, que tenha completado nesta data 16 anos, mediante a autorização prévia dos progetores que exerçam poder parental, ou na falta desta, mediante suprimto dessa autorização pelo conservador do registo civil, ponderadas as razões justificativas do casamento e do menor ter suficiente maturidade física e psíquica, arts. 133º, 1601º, 1649º, 149º e ss do CRC. Neste caso da emancipação plena pelo casamento do menor, este é equiparado ao maior de idade quanto à sua capacidade de gozo e de exercício, no que se refere à administração da sua pessoa e dos seus bens, embora não seja maior de idade, e acarreta assim a extinção da sua incapacidade e do seu suprimto. Na falta de verificação dos pressupostos atrás enunciados, designadamente da idade de 16 anos, da autorização dos progenitores, e suprimto da falta dessa autorização, o casamento do menor, neste sentido, é irregular, como tal não será considerado e nem beneficiará do regime da emancipação regular ou plena, pois trata-se de uma emancipação restrita, com importantes consequências no plano patrimonial. Assim sendo, ao abrigo do art. 1649º CC, sanciona o menor que case e se coloca nesta condição de emancipação restrita, impedindo-o de administrar os seus bens. Entretanto, repare-se que este preceito de carácter sancionatório apenas prevê a limitação da capacidade do menor quanto aos atos de administração dos seus bens, para os quais considera, que o menor emancipado, restritamente continua a ser incapaz, não incluindo os atos de disposição. Numa leitura literal do preceito, na esteira das breves referências de Oliveira Ascensão, Mota Pinto e Pires de Lima e Antunes Varela, parece de admitir, que ao menor em causa fica apenas vedado de praticar os atos de administração dos seus bens, podendo, contudo, praticar os atos de disposições, para os quais adquire a plena capacidade de exercício. No entanto, para contornar esta incongruência, merece plena adesão, a chamada de atenção e a conclusão de Carvalho Fernandes, quando considera que não faz sentido proibir, neste caso, o menor de praticar atos de menor importância, e permitir-lhe a prática de atos de maior responsabilidade, que é a disposição ou alienação dos seus bens. Assim, o recurso às regras de interpretação, conduz-nos à descoberta de normas implícitas, em conformidade com a regra, segundo a qual, a lei que proíbe o menos proíbe o mais, poderia-nos levar à conclusão de que a referida norma sancionatória, configurada nos termos do art. 1649º, igualmente, pretende proibir, ao menor em causa, a prática de atos de administração extraordinária ou de disposição. Por conseguinte, o art. 1649º, levanta ainda um outro problema, relacionada com a proibição da prática dos atos de administração e de disposição do menor sem, no entanto, ressaltar as situações do art. 127º CC. O que nos conduz a pensar que o menor de 16 anos, que tinha a capacidade plena de exercícios quanto à administração e disposição dos bens frutos dos seus ofícios, com a sua emancipação restrita pelo casamento irregular, será que perde essa capacidade. Para resolver esta questão, somos de opinião de que apesar do art. 1649º CC não ressaltar a norma do art. 127º CC, deve-se considerá-la ressaltada, pois a restrição da capacidade do menor não o prejudica quanto à capacidade já adquirida, antes, visa impedir que o menor adquira ou reforça a sua capacidade por virtude de um casamento irregular, voltando, por isso, ao *status quo*, como se não casasse ou emancipasse. Cf. José de Oliveira Ascensão, *Direito Civil - Teoria Geral – Introdução as Pessoas e os Bens*, Vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 1997, p. 181 e ss.; Pires de Lima e Antunes Varela, *op. cit.*, p. 291 e ss.; Fernando A. Carvalho Fernandes, *Teoria Geral do Direito Civil*, I, 5ª ed. cit., p. 254 e ss.

art. 127º CC¹⁰⁰³.

Nos casos excepcionais, dos atos previstos nos termos do art. 127º CC, e da emancipação plena, pelo casamento regular de menor, este passa a assumir a plena capacidade para administrar a sua pessoa e os seus bens, incluindo a gerência da sua própria conta bancária. Entretanto, nestes casos, os representantes legais – pais não podem aceder às informações da conta do cliente/menor. Assim sendo, a instituição de crédito deve opor o sigilo bancário aos pais ou tutor do menor.

2ª Situação da emancipação restrita por motivo do casamento irregular de menor, art. 1649º CC.

Portanto, esta situação não levanta grandes preocupações, pois, para todos os efeitos legais, o menor/incapaz que se colocou nesta situação continua a sujeitar-se ao regime geral da incapacidade e da forma do seu suprimento, art. 123º e 124º CC. Enquanto tal, cabem aos representantes legais, a plenitude de poderes, para administrar a pessoa do incapaz e dos seus bens, incluindo a sua conta bancária. Portanto, neste caso, não faz sentido falar do sigilo bancário relativamente aos representantes legais, pois estes gerem e participam dessas informações.

¹⁰⁰³ Por outro lado, no âmbito da capacidade de exercício, resulta do art. 123º CC, que o menor de 18 anos, carece da capacidade de exercício genérica, embora não seja incapacidade absoluta. Pois, nos termos do art. 127º CC, prevê-se um leque de exceções a esta regra da incapacidade de exercício genérica, permitindo que o menor, excepcionalmente, pratique determinados atos de administração e de disposição inseridos nos chamados “negócios jurídicos próprios da vida corrente do menor”. Aos quais, são entendidos, todos aqueles negócios que, pela sua importância e dimensão, não justificam a intervenção dos pais. E, aqueles negócios que todas as pessoas celebram com frequência, para satisfação da sua necessidade quotidiana em sociedade, nomeadamente contratos dos transportes, aquisição de bilhetes de cinema, comidas, e demais negócios que estejam ao alcance da capacidade natural do menor e que envolvam despesas, administração e disposição de bens de pouca envergadura. Com efeito, o Código de Trabalho de Portugal, aprovado pela Lei n.º 07/2007, prevê um limite de idade igual ou superior a 16 anos para o menor assinar contrato de trabalho, ou se tiver menos de 16 anos quando haja completado o nível da escolaridade obrigatória (9º ano), na falta deste, por autorização dos representantes legais, que podem deduzir sua oposição ao trabalho de menor, contando que a faça dentro dos 30 dias. Nestes últimos casos, são permitidos apenas trabalhos leves aos menores de 16 anos, como tais entendidos como trabalhos que não afetem o desenvolvimento físico e psicológico do menor. Portanto, em regra, por força do art. 127º, n.º 1, als. a) e b), deve-se entender que o menor com mais de 16 anos adquira a capacidade para praticar atos de administração e de disposição dos bens, que haja adquirido pelo seu trabalho, incluindo, por maioria da razão, os bens provenientes do seu trabalho – remuneração, aos quais exclui a intervenção dos pais na prática deste ato. Cf. Oliveira Ascensão, *op. cit.*, p. 181 e ss.; Pires de Lima e Antunes Varela, *op. cit.*, p. 291 e ss.; Fernando A. Carvalho Fernandes, *op. cit.*, p. 254 e ss.; Abílio Neto, *Código Civil Anotado*, 17ª Ed., Revista e Atualizada, Lisboa, Ediforum, 2010, p. 75, anotação art. 127º do CC.

3ª Situação da inibição total ou parcial dos representantes legais do exercício do poder parental ou da administração dos bens do incapaz¹⁰⁰⁴.

Por um lado, a inibição total dos pais, do exercício do poder parental, impõe o acionamento imediato da tutela e a consequente indigitação do tutor. No entanto, o tutor do incapaz passa a assumir a gestão da vida e dos bens do incapaz.

Assim sendo, durante o período da vigência do impedimento dos pais, por inibição, estes ficam inibidos de requerer quaisquer informações e dados ligados à gestão e à conta do incapaz. O sigilo bancário passa a ser oponível aos pais e não ao tutor que participa da gestão e da informação ligada a conta do incapaz em substituição dos pais.

Por outro, pode acontecer que os pais ou tutor serem impedidos apenas de administrar no todo ou certos bens do incapaz. Trata-se da situação em que se deve nomear um curador ou administrar desses bens do incapaz de que os representantes legais foram impedidos de administrar, coexistindo assim com o exercício do poder parental ou tutela. Partindo da premissa, que a conta do incapaz integra os bens de que os representantes legais – poder parental ou tutor foram inibidos de administrar no seu todo ou em parte, para os quais foi designado um curador ou administrador em substituição dos pais ou do tutor. No entanto, no caso em apreço, parece legítimo impedir que os representantes legais acedam a informações ligadas à conta colocada neste regime, pois encontram-se impedidos de participarem na sua gestão, logo não podem dela sacar quaisquer dados ou informações.

Portanto, por esta razão, defendemos oponibilidade do sigilo bancário nas situações em que os pais se encontrem inibidos do exercício do poder parental ou de administração de todos ou de certos bens do incapaz. Entretanto, a inoponibilidade do sigilo bancário passa a competir a pessoa (novo curador ou administrador de bens instituído por afastamentos ou inibições dos pais ou tutor), por ser a pessoa que gere a conta do menor, logo participa da sua informação e dos seus dados.

4ª. Situação de administração de certos bens que dependem da autorização do tribunal.

Com efeito, quando a prática de atos de administração e de disposição de certos bens dependem da autorização prévia dos tribunais/MP, i.e., os representantes legais não dispõem de liberdades e nem de autonomias para praticar tais atos.

¹⁰⁰⁴ Sobre o exercício e inibição do poder parental bem como os seus deveres, veja-se, Gérard Cornu, *Droit Civil – La Famille*, 8^a ed., Paris, Montchrestien, 2003, p. 149 e ss.

Neste caso, admitindo uma situação hipotética da conta de um menor sujeita a este regime de administração de bens, sujeita a autorização prévia do MP. Os pais, atuando na sua qualidade de representantes legais, não podem isoladamente, ter acesso à referida conta, antes, querendo, devem requerer a autorização do MP. Portanto, neste caso, não existe a inoponibilidade relativamente à conta bancária do incapaz, sujeita a este regime da autorização prévia. Contudo, os representantes legais, embora não as possam aceder *ope legis*, poderão requerer ao tribunal a autorização para administração de tais bens, incluindo a possibilidade de se participarem e se inteirarem dos dados ligados a mesma - logo é de uma quebra do sigilo bancário se trata, e não propriamente da inoponibilidade.

5ª Situação do poder parental e da administração dos bens competente exclusivamente aos progenitores e de cuja administração e disposição não dependem da autorização do MP.

Já, entretanto, a situação diferente ocorre no regime de administração dos bens do incapaz, em que os representantes são permitidos livremente à prática de certos atos de administração e de disposição, sem ter que recorrer a autorização do tribunal. Nestes casos, todas as informações e dados ligados a esta administração não se lhe opõe, como se não existisse o sigilo bancário, para os representantes legais no caso *subjudice* – trata-se da inoponibilidade do sigilo bancário relativamente aos pais *tout court*.

Considerando esta última situação da liberdade das práticas de atos de administração e de disposição dos bens do incapaz, por parte dos representantes legais, nas suas relações comerciais de contas bancárias, nomeadamente nos depósitos, saques de cheques, movimentações de contas bancárias, nos demais negócios e serviços bancários que o giro coloca à sua disposição, os menores são representados pelos pais ou tutor. Nestes termos, os pais ou tutor, atuando nas qualidades de representantes e interesse do menor, participam das informações adequadas ao exercício das suas funções e em benefício exclusivo do menor em causa, em relação aos quais não existem sigilo bancário.

Participam, igualmente, da vinculação ao dever do sigilo bancário, relativamente às informações colhidas no desempenho das suas funções, por isso não se lhes opõem o sigilo bancário, em geral, no relacionamento comercial e de todos os factos e informações ligadas à conta titulada por um menor/incapaz numa instituição de crédito.

Nesta mesma linha, igual ilação é suscetível de se retirar, em relação aos representantes legais dos incapazes interditos e inabilitados, respetivamente o tutor de interdito, art. 138º CC¹⁰⁰⁵, e o curador de

¹⁰⁰⁵ Assim, os tribunais poderão decretar, mediante o requerimento do interessado, a interdição do exercício dos seus direitos, por parte de uma pessoa maior de idade, com fundamento em anomalia psíquica, surdez-mudez ou cegueira, caso se mostrem incapazes, absolutamente, de governar as suas pessoas e seus bens (incluindo, naturalmente, as contas bancárias). Porém, contrariamente da interdição, os tribunais podem decretar a inabilitação, com os mesmos fundamentos e causas da interdição, ainda que sejam de carácter permanente, mas que não sejam, de tal forma graves, que justifiquem a sua

inabilitado, art. 152º CC.

Assim sendo, quer o tutor dos interditos, quer o curador dos inabilitados, nas relações comerciais de contas tituladas por incapaz interdito ou inabilitado, dispõem de iguais direitos de aceder às informações e elementos ligados à conta do incapaz. Neste particular, o sigilo bancário não se lhes opõe, inclusive ao conselho de família, protutor ou vogal ou sub curador na interdição e na inabilitação.

Em todos os casos, as instituições de crédito devem sempre comprovar e certificar a legitimidade e a qualidade do tutor ou curador mediante a exigência de apresentação de uma certidão emitida pelo tribunal de família e menor.

- **Dos titulares dos órgãos sociais de pessoas coletivas:**

Quaisquer pessoas coletivas, empresariais ou civis, dispõem de estruturas e órgãos próprios, com competências funcionais, para representar os seus fins e seus interesses, sendo como que os “braços” e “pernas” da pessoa coletiva em causa.

No âmbito definido nos respetivos estatutos e dentro dos limites dos seus poderes funcionais, estes titulares dos órgãos sociais da pessoa coletiva têm direitos de acessos às atividades bancárias das pessoas coletivas e das respetivas informações, associadas às contas e às relações comerciais das pessoas coletivas (em geral veja-se os arts. 214º e 288 C. S. Comerciais, arts. 195º e 987º CC).

A Assembleia-geral, o Conselho Fiscal e os restantes dirigentes das pessoas coletivas, como sejam o Conselho de Administração, os seus membros - Administradores, o Director-geral, o gerente, em geral, no âmbito restrito das suas funções, dispõem de direito de acesso, nalguns casos de movimentar as contas bancárias e de praticar demais atos jurídicos e materiais juridicamente imputáveis às pessoas coletivas, que representam nos termos da lei e dos estatutos. Por isso, o sigilo bancário não se coloca neste domínio, mais porque, os titulares dos órgãos sociais, não representam a vontade própria, antes, tudo quanto fazem, fazem-no por dever legal ou estatutário, senão em representação da vontade da

interdição, assim para aquela situação que, pela sua habitual prodigalidade, ou pelo uso excessivo de bebidas alcoólicas ou de estupefacientes, se mostrem incapazes de gerir adequadamente os seus bens. Todas as ações do tutor são acompanhadas e fiscalizadas pelo próprio tribunal – curadoria do menor, por um Conselho de Família – mais precisamente um membro do conselho de família indigitado para exercer formalmente a fiscalização da ação do tutor, designado por protutor, arts. 139º e 1951º e ss. CC. Em regra, cabe ao curador as funções de autorizar a prática de determinados atos pelo próprio inabilitado, nomeadamente os atos de disposição de bens intres vivos e demais atos especificados na sentença que decreta a inabilitação, art. 153º CC. Mas pode suceder que, excecionalmente, o tribunal entregue, parte ou todo, o património do inabilitado ao curador para administrar, neste caso torna-se necessário e indispensável a existência de um Conselho de Família à semelhança do que acontece na interdição, ao qual é designado o vogal que como subcurador, exerce as funções análogas as do protutor no regime da interdição, art. 154º, n.º 2, CC.

pessoa coletiva, como se fosse a própria a atuar.

Neste particular, deve-se destacar ainda, o papel relevante do revisor oficial de contas, nalguns casos, assistidos por adjuntos ou suplementes, obrigatório por lei e estatutos das pessoas coletivas – empresas.

Em geral, entre nós, quer os estatutos, quer as outras leis aplicáveis, designadamente o plano de contabilidade da UEMOA – SYSCOA e a denominada SYSCO OHADA aprovado pelo Ato Uniforme da OHADA relativo à organização da contabilidade, determinam e conferem a legitimidade, aos revisores de contas, no âmbito do exercício das suas funções, nomeadamente de interesse público, a requerer às instituições de crédito, informações e elementos relacionados com os contratos e movimentos de contas, bem como os elementos relacionados com as compras, vendas, depósitos, responsabilidades por aceites e avals ou quaisquer outras operações e serviços em que a empresa em causa tenha intervenção principal ou acessória.

Portanto, no âmbito das suas atribuições, as pessoas coletivas ou empresas auditadas, não podem invocar o sigilo bancário, antes pelo contrário, devendo apenas exigir a certificação prévia da qualidade do auditor em causa, bem como as precisões das informações, contas e objetos da auditoria em causa.¹⁰⁰⁶

xii. Inoponibilidade do sigilo bancário aos herdeiros e legatários devidamente habilitados

Por força do preceituado ao abrigo do art. 2024º do CC, a sucessão traduz-se no chamamento de uma ou mais pessoas à titularidade das relações jurídicas patrimoniais de uma pessoa falecida e a consequente devolução dos bens, que a esta cabia de direito, no qual se inserem os depósitos e todos os ativos e haveres da pessoa falecida e depositada nas instituições de crédito

Assim, quer herdeiros, quer legatários do *de cujus*, a partir das suas habilitações nestas qualidades, em regra, gozam dos mesmos direitos e deveres de que aquele dispunha para com a sua instituição de

¹⁰⁰⁶ O mesmo se diga correlação ao administrador da massa insolvente, inexistente sigilo bancário no âmbito das suas atribuições de gestão da massa insolvente quanto aos dados e as informações bancárias da sociedade insolvente, arts.46º, 1, 36º, 1, al. g), 52º, 1, e 81º, 1, ambos do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas – CIRE. Sobre este código da insolvência e funções do administrador da insolvência, veja-se, entre outras obras, Luís M. T. Menezes Leitão, *Direito da Insolvência*, 4ª ed., Coimbra, Almedina, 2012, p. 75 e ss; Mária do Rosário Epifânio, *Manual de Direito da Insolvência*, 6ª ed., Coimbra, Almedina, 2014, p. 59 e ss; e Alexandre de Soveral Martins, *Um Curso de Direito da Insolvência*, Coimbra, Almedina, 2015, p. 309 e ss. Devendo o administrador agir de forma criteriosa, cuidada e diligente sob pena de ser responsabilizado (cf. Pedro Pais Vasconcelos, «Responsabilidade civil do administrador de insolvência», II Congresso de Direito da Insolvência, Coimbra, Almedina, 2014, p. 189 e ss).

crédito¹⁰⁰⁷. Neste particular, dispõem de direito de informações necessárias para o exercício pleno dos seus direitos sucessórios, a que a instituição de crédito em causa se vincula a fornecer, sem, no entanto, lhe assistir a possibilidade de invocar o sigilo bancário, simplesmente porque tal dever de reserva não existe aqui.

Todavia, assiste à instituição de crédito, o poder de controlar e assegurar que as informações a disponibilizar aos herdeiros e legatários, não abrangem órbitas da vida íntima e privada do *de cujus*, tão-somente vincula-se a fornecer todas as informações patrimoniais relevantes para o exercício dos seus direitos sucessórios.

xiii. A questão de inoponibilidade do sigilo bancário ao testamenteiro

Em resposta a esta questão, devemos apenas dizer que o art. 2320º CC dispõe que “o testador pode nomear uma ou mais pessoas que fiquem encarregadas de vigiar o cumprimento do seu testamento ou de executar, no todo ou em parte: é o que se chama testamentária”. Neste sentido, dentro dos limites dos poderes, que lhe vem consignado no testamento e das disposições legais, nomeadamente dos arts. 2325º e 2326, CC, não faz sentido falar, e nem opor, o sigilo bancário relativamente ao testamenteiro, que assume e executa a vontade juridicamente imputável ao *de cujus*, que representa. Por isso, assiste-lhe o direito de aceder a todas as informações relacionadas com o objeto do testamento, no qual se inclui as informações sobre todos os ativos e haveres disponíveis nas instituições de crédito.

xiv. A inoponibilidade do sigilo bancário aos curadores provisórios ou definitivos de pessoas ausentes

Igualmente, têm direito a exigir informações bancárias relacionadas com os haveres depositados em contas de depósitos bancários, desde que, tais informações se encontrem inseridas dentro do âmbito da administração dos bens pessoa que desapareceu, sem que se saiba do seu paradeiro e sem deixar representante legal ou procuração, art. 89º e ss. Portanto, neste domínio o sigilo bancário é inoponível ao curador da pessoa ausente.

¹⁰⁰⁷ Neste sentido, defende o Acórdão do TRL, de 14 de Novembro de 2000 (CJ, Ano XXV, T.5, 2000), que o sigilo bancário é inoponível em relação aos herdeiros do *de cujus* titular da conta ¹⁰⁰⁷ Porém, contando que sejam suficientemente habilitados ou nomeados cabeça-do-casal. Igualmente, Acórdão do TRE de 30/4/2015, n.º 272/14.3TBPTG.E1, defende a quebra do sigilo bancário no âmbito do processo de inventário.

xv. A inoponibilidade do sigilo bancário ao gestor no âmbito da gestão de negócio

Parece-nos pertinente, a questão de saber se o gestor, i.e., partindo da pressuposição do art. 464º e ss do CC, que assume a direção do negócio alheio, na impossibilidade a autorização do *domini* ou dono de negócio, atuando no interesse e por conta deste, pode requerer informações bancárias concernentes ao património do *domini*.

A resposta para esta questão, deve ser encarada e apurada de forma isolada, i.e., considerando caso a caso e sobretudo o domínio da intervenção do gestor. Com efeito, em regra, o sigilo bancário continua oponível a todo e qualquer gestor, mas excecionalmente, ponderadas as circunstâncias em concretas e o ato em particular, que o gestor pretende praticar por conta e no interesse do *domini*.

Assim sendo, vamos tentar, por via de dois exemplos, procurar apurar as possibilidades ou não, em abstrato, de o gestor exigir informação bancária relacionada com a conta de depósito do *domini*:

- Caso 1: O gestor pretende fazer obras no prédio do *domini* preste a desabar, mas quer certificar se o *domini* dispõe de valores, depositados na sua conta aberta num dos bancos da praça, para realizar a referida obra.

- Caso 2: O gestor pretende liquidar uma dívida do *domini* num dos bancos da praça, para resgatar um prédio deste prestes a ser vendido judicialmente, mas para isso precisa saber *quantum* é a dívida de capital e dos respetivos acessórios.

No primeiro caso, não vimos qualquer possibilidade de admitir que a instituição de crédito possa ou deva disponibilizar a informação requerida pelo gestor, pois não se encontra inserida no âmbito da sua atividade do exercício da gestão de negócio, a referida informação bancária como condição necessária e indispensável. No entanto, neste caso, o sigilo bancário continua a valer e se opõe ao gestor. Mas, em todo o caso, nada impede que o gestor, através de bons ofícios, possa expor e solicitar à instituição em causa, o saque do valor preciso para realizar a referida obra em casa do *domini*, contando que a instituição de crédito, a aceitar, estaria, igualmente, a fazer, ela própria, também o papel do gestor do legítimo interesse do *domini*, seu cliente, o que não requer, portanto, qualquer informação bancária relacionada com os depósitos e contas do *domini*.

Já, entretanto, no segundo caso, a nossa conclusão seria positiva, no sentido de admitir o acesso à informação bancária, ainda que muito restrita, por parte do gestor, em rompimento ao conteúdo do sigilo bancário. Portanto, uma vez ponderadas as circunstâncias em concreto, no caso em apreço,

somos de parecer favorável de que a instituição de crédito demandada, com fundamento nos ditames de boa fé, enquanto normas de correções que imprimam a correção e a maior perfeição possível na relação intersubjetiva, art. 762º, n.º 2, do CC, e a própria necessidade de recuperação do seu crédito, a instituição demandada constitui-se, na possibilidade, senão mesmo, no dever, de disponibilizar a referida informação ao gestor.

xvi. Garantes das operações bancárias

Por uma questão da gestão da operação em causa, aos fiadores, avalistas e todos os garantes em geral e em especial, nomeadamente, quer nas situações das garantias reais - penhor (*gage* ou *nantissement*), quer nas hipotecas de terceiros, não é oponível o sigilo bancário nas operações de créditos em especial, em que intervenham na qualidade de garantes. Assim, assiste-lhes¹⁰⁰⁸, inclusive, o direito e a possibilidade de requererem, apenas, as informações relevantes relacionadas com a conta de crédito e débito do devedor principal, particularmente relacionadas com a evolução do cumprimento, valores em dívidas, com a finalidade de se prevenirem sobre eventuais incumprimentos do devedor e execuções a que estariam forçados, por falta de cumprimento do devedor principal.

xvii. A possibilidade de inoponibilidade do sigilo bancário entre os cônjuges casados em regime de comunhão geral de bens

Importa, desde logo, salientar, que esta questão coloca-se quando a conta de depósito se encontra apenas aberta e titulada por um dos cônjuges.

Com efeito, constitui importante subsídio para a resolução desta questão, o disposto ao abrigo do art. 1680º CC¹⁰⁰⁹, quando preceitua que, “qualquer que seja o regime de bens, pode cada um dos cônjuges fazer depósitos bancários em seu nome exclusivo e movimentá-los livremente”. O que deixa transparecer a ideia de que qualquer cônjuge pode isoladamente abrir e movimentar, sozinho, a conta bancária, seja porque regime de bens se casou¹⁰¹⁰. Assim dado que o cônjuge não titular da conta, não

¹⁰⁰⁸ Para mais informações sobre as garantias pessoais e reais mobiliária e imobiliária à luz do novo ato uniforme relativo a organização das garantias da OHADA, veja-se Pierre Crocq (Coord.), «Le nouvel acte uniforme portant organisation des sûretés – la réforme du droit des sûretés de l’OHADA», France, Éditions Lamy, 2012, p. 73 e ss.

¹⁰⁰⁹ Corresponde a norma do art. 1688º do CC Português.

¹⁰¹⁰ No nosso sistema e em Portugal, o regime de bens vem regulado ao abrigo dos arts. 1721º-1736º CC. Consagra regime de comunhão de adquiridos, comunhão geral e separação de bens. Consagra como regime regra ou supletivo de comunhão de adquiridos, art. 1717º CC e o regime imperativo tem lugar nas situações definidas nos termos do art. 1720º CC. Assim, no regime da comunhão de adquiridos, vigora a regra de que são bens comuns, o produto do trabalho dos cônjuges e os

faz parte dela e nem participa da sua gestão, em regra, o dever do sigilo bancário existe para com o cônjuge titular da conta e se opõe ao cônjuge não titular, ainda que casassem em regime de comunhão geral de bens, pois a instituição de crédito em causa, apenas contraiu a relação comercial de conta com o cônjuge titular da conta e não com o outro não titular, e por isso o sigilo se lhe opõe de igual forma ao que se opõe aos terceiros.

A liberdade do cônjuge celebrar, sozinho, contrato geral e de conta de depósito, com as instituições de crédito, ao abrigo do art. 1680º CC visa, em parte, facilitar o comércio bancário, assim dispensando o banco do ónus da confirmação se a titularidade e a movimentação da conta conforma-se ou não com o regime de casamento.

Entretanto, adverte e bem Duarte Pinheiro, que a conta bancária não pode ser encarada como uma micro-zona franca, na qual se exclua absolutamente a aplicação da regra patrimonial do casamento. Com isto, quis este autor chamar atenção, de que um dos cônjuges não se poderá servir da conta bancária titulada num banco para fugir ou defraudar a regra da administração e da disposição consignada em lei. Foi neste mesmo sentido, que alguns doutrinadores entenderam que a regulação jurídica especial destas operações bancárias, face às regras do direito matrimonial, sobre os regimes de bens e de dívidas na constância do matrimónio, em nada altera o regime jurídico geral imposto pelas regras de administração e alienação dos bens do casal, da titularidade dos bens e do regime das dívidas conjugais em comum, em parte justificado no regime de suprimimento judicial previsto ao abrigo do art. 1684, n.º 3, do CC¹⁰¹¹.

Em todo o caso, salvo melhor entendimento, somos de opinião favorável, de que o banco pode, sempre, invocar a oponibilidade da situação patrimonial em relação ao cônjuge não titular da conta bancária com fundamento na abstracção que caracteriza a operação e serviços bancários e no próprio sigilo bancário¹⁰¹².

Mas, excecionalmente, o cônjuge não titular da conta poderá aceder a informações bancárias, sobre

bens adquiridos na constância do matrimónio a título oneroso, arts. 1724º e 1722º, n.º 1, als. a) e b), CC. Entretanto, todo o resto tende a ser próprio. No regime da comunhão geral, são bens comuns todos os que, por lei, não se consideram incomunicáveis, art. 1732º CC. O contrário, acontece no regime da separação de bens, não existem bens comuns, todos os bens são próprios de um ou de outro cônjuge, art. 1735º CC. Cf. Jorge Duarte Pinheiro, *O Direito da Família Contemporâneo*, 2ª ed., *op. cit.*, p. 526 e ss.

¹⁰¹¹ Cf. Rabindranath Capelo de Sousa, *op. cit.*, p. 184. Pereira Coelho e Guilherme de Oliveira, *Curso de Direito da Família*, I, Coimbra, Coimbra Editora, 2001, p. 386. Entretanto, parece que José Maria Pires admite que “Trata-se de uma situação em que a lei confere só a este – o cônjuge que abriu a conta, a administração dos valores depositados na conta” (*Dever do Segredo...*, *op. cit.*, p. 64).

¹⁰¹² Para um entendimento contrário, veja-se, Cf. Jorge Duarte Pinheiro, *Direito da Família...*, *op. cit.*, p. 576 e ss. Por seu turno, a requerer uma ponderação entre os dois valores, diante da colisão das regras que informam direito bancário e direito matrimonial.

contas tituladas por outro cônjuge titular, na escassa hipótese de ser administrador dos bens dos cônjuges ou dos bens próprios do cônjuge, titular da conta por autorização, mandato ou procuração deste, contando, que a conta em causa, integra os bens sujeitos à administração do cônjuge não titular, art. 1678º, n.º 2, al. f), CC. Neste sentido, saliente-se que cada um dos cônjuges pode praticar sozinho o ato de administração ordinária, mas o ato de administração extraordinária ou de disposição, requer a intervenção de ambos ou de mão comum. Entretanto, pode ser praticado, igualmente, por um dos cônjuges com a autorização do outro¹⁰¹³.

Portanto, nas outras situações, em regra, a instituição de crédito deve opor o sigilo bancário relativamente ao outro cônjuge não titular da conta, assistindo a este, em caso de litígio, de falta de autorização e até no âmbito do processo de dissolução de casamento, lançar mãos a um conjunto de mecanismos jurídico civil e processual, que a lei coloca à sua disposição, para fazer valer o seu direito, nomeadamente requerer o suprimento judicial do consentimento do cônjuge titular da conta, bem como a respetiva quebra judicial e fundada do sigilo bancário, art. 1684º¹⁰¹⁴.

xviii. A inoponibilidade do sigilo bancário nas contas paradas

As contas paradas são todas aquelas que não tiveram qualquer intervenção dos respetivos titulares, nomeadamente movimentações ativas nem passivas, durante algum período de tempo, permanecendo, ainda assim, com o saldo credor, representando crédito do titular da referida conta em relação ao banco em causa.

Neste sentido, no âmbito da UEMOA, a matéria encontra conformação a partir da *Loi Uniforme n.º 2014-01, relative au traitement des comptes dormants des les livre des organismes financiers des Etats membres de UMOA*¹⁰¹⁵, na qual se estabelece um limite temporal de 10 anos para aferição da rotulada “contas paradas” (*dormants*).

A lei e a prática bancária dispõem dos procedimentos próprios para o tratamento das contas sujeitas a este regime, o que pode variar de banco para banco e de país para país.

Assim, entre nós, e no sistema vigente na UMOA, foram adotadas várias medidas de natureza regulamentar, da lei uniforme sobre as contas paradas, referentes às condições e modalidades das

¹⁰¹³ Cf. Ibidem, p. 557 e ss.

¹⁰¹⁴ Mais adiante voltaremos a esta questão de quebra do sigilo bancário na relação entre os cônjuges.

¹⁰¹⁵ Adotada por força da Decision n.º CM/UMOA/005/05/2012, de 20 de maio de 2012, do Conselho dos Ministros da UMOA, que aprovou algumas linhas mestras bem como projeto do quadro jurídico específico, referente ao tratamento das contas paradas nos livros de contas, no âmbito do espaço da integração UMOA.

contas paradas, sobre as modalidades de suas transferências para o BCEAO, e sobre as modalidades de reclamações¹⁰¹⁶. Com efeito, as contas paradas durante 10 anos são catapultadas para uma conta especial, a criar pelo próprio banco, onde passam a estar inscritos o crédito, então registado na referida conta. Contudo, depois de 8 anos, o banco é obrigado a contactar o titular da conta e a inscrição na lista das contas inactivas, conforme os procedimentos e formalidades, consignados ao abrigo do art. 4º da Lei Uniforme e da Instrução n.º 005/6/2014.

De seguida, no entanto, depois de vencido os 10 anos, o banco fica adstrito a cancelar a conta parada nos seus livros de contas e, conseqüentemente, transferir o respetivo saldo para os livros de contas do BCEAO em conformidade com os arts. 6 e 7º da Lei Uniforme e procedido de trâmite definido pela Instrução n.º 006/6/2014.

A partir desta data, começa-se a contar o prazo de prescrição do crédito do cliente sobre o banco inscrito nos livros de contas do BCEAO, findo o qual, o crédito em causa deve ser considerado perdido a favor do Estado depois dos 30 anos, contados desde ultima intervenção do cliente na conta em referência. Não obstante, os arts. 9 a 12 da Lei Uniforme conferem ao titular da conta a possibilidade de reclamação do saldo credor junto ao BCEAO ao fim de 20 anos, conforme a formalidade estabelecida ao abrigo da Instrução n.º 007/6/2014¹⁰¹⁷.

Portanto, entre nós, até à data presente, não existe nenhum ato legislativo interno que vise um regime específico das contas paradas, nem ao regime geral aplicável aos bens considerados perdidos a favor do Estado, e por esta razão, somos de parecer favorável, de que a esta última situação, devemo-nos contentar com as disposições de carácter geral, aplicáveis à prescrição, nomeadamente as regras referentes à prescrição ordinária de vinte anos, art. 309º e ss. do CC. E quanto à primeira situação, os bancos devem obediência à Lei Uniforme e às instruções do BCEAO aplicáveis às contas paradas¹⁰¹⁸.

¹⁰¹⁶ Por Instruções do BCEAO, n.ºs. 005/006/007/, de Junho de 2014, respetivamente, “*relative aux conditions et modalités de recherche des titulaires de comptes demeurés sans intervention depuis huit ans*”, “*relative aux modalités de transfert à la BCEAO des avoirs dormants dans les livres des organismes financiers des Etats membres de UMOA*”, e “*fixant les modalités de réclamation par les titulaires ou leurs ayants droit des avoirs dormants conservés par la BCEAO*”. Disponíveis em www.bceao.int.

¹⁰¹⁷ A mesma solução consta da Lei Senegalesa aplicável às contas paradas, aprovada em Dakar de 6 de Janeiro de 2014.

¹⁰¹⁸ Em Portugal a regulamentação originária da matéria, referente aos bens abandonados, encontra-se no DL n.º 187/70, de 30 de Abril, o qual considera abandonados, a favor do Estado, bens ou valores depositados ou guardados em bancos ou nas instituições parabancárias, quando, durante o prazo de quinze anos, não haja sido movimentada a respetiva conta, não tenham sido pagas taxas de custódia ou cobrados ou satisfeitos dividendos, juros ou outras importâncias devidas, ou os titulares não tenham manifestado, por qualquer outro modo legítimo e inequívoco, o seu direito sobre os bens ou valores, art. 1º, al. c). E o prazo de quinze anos começa-se a contar a partir da prática, pelos titulares, do último ato pelo qual tenham manifestado o seu direito e domínio sobre bens ou valores depositados, art. 2º, al. b). Para garantir o cumprimento desta norma, impõe-se aos bancos a obrigatoriedade de apresentar, na repartição de Finanças da respetiva sede, pelo menos até ao último dia do mês de Fevereiro de cada ano, a informação de todos os depósitos ou valores dos clientes depositados

Assim sendo, não existe sigilo bancário aos intervenientes no procedimento do tratamento das contas paradas, tais como os bancos, BCEAO e a CENTIF.

xix. Conclusão

Neste ponto, em gesto de remate final, procuraremos determinar, com base na exposição atrás desenvolvida e sobretudo com fundamento na LRB e nas leis especiais aplicáveis, quais as pessoas ou entidades que, em razão dos seus *status* social, profissional, o sigilo bancário não se lhes opõem.

Com efeito, deduz-se, de todos os diplomas aqui analisados, dos procedimentos e regras que informam as gestões das operações e do giro bancário em geral, que o dever de invocação do sigilo bancário, por parte da instituição de crédito em causa (enquanto principal sujeito passivo do sigilo bancário na sua relação com o seu cliente), deve ser absolutamente dispensado, principalmente, perante as autoridades judiciais, isto quando as contas bancárias estão sujeitas ao regime do cativo judicial, arrestada ou penhorada, no âmbito de um processo executivo ou providência cautelar; aos representantes legais ou voluntários do titular da conta ou operação em causa com poderes específicos; aos herdeiros e legatários quantos aos haveres do *de cujus* depositados em bancos; aos co-titulares das contas bancárias; aos co-mutuários; aos garantes de operações bancárias, como sejam fiadores, avalistas; por garante das garantias hipotecárias concedidas por terceiros; aos notários e conservadores quantos aos processos de créditos que lhes foram submetidos no âmbito do exercício de suas profissões; ao BCEAO; à Comissão Bancária, seus auditores e supervisores bancários, no âmbito do desempenho de suas funções; o cônjuge não titular da conta, contando que a situação jurídica configurada na conta, designadamente o crédito registado, encontra-se sujeito ao regime de meação de ambos os cônjuges; à Central do Incidente de Pagamento e ao BIC, relativamente à obrigatoriedade de fornecer todas as informações relacionadas com os incidentes de pagamentos e com informação sobre o crédito, etc...

Com isto, acabamos assim de analisar, em resumo, as várias situações catapultadas como inoponibilidade geral do sigilo bancário, no sentido de significar que o sigilo bancário, pura e simplesmente não existe, perante as entidades acima referenciadas em razão dos seus ofícios, objeto e relação especial. Porém, a par destes catálogos, avultam, outras tantas situações isoladas, passíveis de

nos seus livros de contas possíveis, à luz do presente DL, de serem declarados a favor do Estado, inclusive, a referida informação, deve conter a última residência conhecida do titular da conta. Portanto, a revelação destas informações associadas à conta de depósito aberta nas instituições de crédito em nada colocaria em causa a devida proteção ao dever do sigilo bancário, pois, neste caso específico, ele não existe pura e simplesmente. O DL n.º 187/70, de 30 de Abril foi estendido às províncias ultramarinas, portanto aplica-se em Angola, e provavelmente nos restantes países africanos que integravam as antigas colónias portuguesas, como Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe. Vide neste sentido, Elisa Rangel Nunes, *Atividade Bancária e Financeira – Legislação*, 1º Volume, Angola, Caxinde, 2002, p. 620 e ss.

reconduzir e enquadrar neste regime de inoponibilidade. Assim, neste âmbito, podemos recensear todas as situações, que embora possam não se enquadrar no rompimento do sigilo bancário em razão do ofício à semelhança do que vimos anteriormente, mas traduz-se nas situações pontuais e isoladas direta ou indiretamente decorrentes da lei, para as quais, igualmente, o dever do sigilo não existe, em razão da autorização do cliente por procuração, mandato, representação, meação de bens de casais, administração de bens, administração de bens *de cujo*, divórcio com efeito na partilha de bens e, particularmente, a possibilidade de um dos cônjuges não titular de conta poder não só movimentá-la como requerer e aceder informações sigilosas, relativas a conta de outro cônjuge titular da referida conta bancária¹⁰¹⁹. Com efeito, em todas estas situações pontuais, apenas existe a inoponibilidade do sigilo bancário em razão da sua autorização, necessidade, proporcionalidade e adequação. Pelo que, nunca devem ser encaradas como regime regra ou rompimento genérico do conteúdo do sigilo bancário. Antes, porém, constituem apenas exceções pontuais, necessárias, proporcionais e adequadas ao sigilo bancário com o propósito de assegurar a concretização de um dado interesse legítimo, nomeadamente, traduzido no funcionamento eficaz de uma zona livre de circulação de informação bancária, em parte, fundada na necessidade excecional de assegurar uma maior eficácia da fiscalização e do funcionamento da banca e da economia em geral, etc...

Assim sendo, somos a concluir que, afinal, todas as situações concretas da inoponibilidade do sigilo bancário, acabadas de analisar acima, traduzem-se numa espécie de inoponibilidade limitada e necessária do sigilo bancário. Pois, o banco, enquanto principal entidade, adstrita ao dever do sigilo bancário, i.e., no sentido de possuir e de armazenar todos os dados ligados às operações e serviços dos seus clientes, seja obrigado a fornecer e disponibilizar apenas as informações necessárias e pontualmente requeridas por certas entidades habilitadas por lei, como BCEAO, Comissão Bancária da UEMOA, a CENTIF, etc...

Por conseguinte, nasce em segundo grau, o que rotularia o dever do sigilo bancário como derivado ou em segunda linha, que se impõe a todos aqueles que acedam às referidas informações pontuais e isoladas em razão da sua missão e relação, por seu turno, no sentido de se vincularem a não permitirem que os terceiros tomem conhecimentos sobre os seus conteúdos, sob pena desse dever faltar com todas as consequências penais e cíveis cominadas em leis.

¹⁰¹⁹ Mais adiante voltaremos a esta última questão.

1.2. Exceções: Derrogação e limitação

As regras sobre as derrogações e limitações legais impostas, constituem exceções legais ou voluntárias à regra geral, relativa à proteção do sigilo bancário, importando, por isso, conteúdo negativo restrito ao seu conteúdo¹⁰²⁰.

Com efeito, as derrogações situam-se num prisma diverso da inoponibilidade, antes reportando-se às situações em que o sigilo bancário, normalmente, valia e se opunha. Assim sendo, deve-se equacionar as limitações ou derrogações ao sigilo bancário nas três dimensões seguintes:

- i. **Dimensão extrínseca** - que provenha de conflitos de interesses e de direitos, visando, assim, granjear a necessária e adequada proteção aos terceiros de boa fé;
- ii. **Dimensão intrínseca** - decorre da configuração e da natureza do próprio sigilo bancário, enquanto valor relativo, merecedor de tutela jurídico, legal e constitucional;
- iii. **Dimensão legal** - decorrente das disposições legais de caráter injuntivo, visando, igualmente, os interesses com iguais valores.

Neste sentido, considerando as três dimensões acima referenciadas, sobre as limitações ao conteúdo do sigilo bancário, com realce particular, para a dimensão legal, procuraremos, mais adiante, em conformidade com a LRB 4/2008 e restantes diplomas legais vigentes na ordem jurídica guineense e dos contributos da doutrina estrangeira, determinar quais as exceções “legais” que o sigilo bancário consente, importando as suas derrogações.

- **Quebra do sigilo bancário como exceção à regra de garantia de confidencialidade**

A quebra do dever de sigilo bancário constitui as restrições impostas ao conteúdo do sigilo bancário, permitindo que as informações e dados pessoais, ligados à conta e as operações, possam ser conhecidos por um terceiro alheio à relação bancária, excluindo qualquer responsabilidade do

¹⁰²⁰ Neste sentido, advoga o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 2 de Fevereiro de 1995 que, “A quebra de sigilo bancário por instituição de crédito deve ser solicitada por autoridade judiciária – Juiz ou MP – no decurso de inquérito, e não por órgão de polícia criminal”.

banco¹⁰²¹.

As restrições impostas ao sigilo bancário, antes de mais, correspondem a importantes restrições ao direito de personalidade, na sua vertente de direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar, ancorado amplamente na vertente do direito fundamental, previsto no art. 24º e ss da CRGB, visando, nomeadamente, a tutela da privacidade e da intimidade individual face a intromissão alheia.

Nesta perspetiva, em geral, as restrições ao conteúdo do sigilo bancário deverão, conforme a imposição do art. 30º, n.º 3, da CRGB, respeitar as seguintes exigências:

- Revestir a forma de lei – com carácter geral e abstrato, de competência exclusiva da ANP. Devendo ainda a lei restritiva de sigilo bancário, enquanto lei restritiva de direito, liberdade e garantias fundamentais;
- Ser necessária – no sentido de pressupor um bem jurídico protegido e de circunstância, que impõe a intervenção do legislador ou a decisão do tribunal neste sentido;
- Ser adequada – para significar que a providência de quebra de sigilo bancário deve mostrar-se a única alternativa e meio suficiente para atingir o objetivo traçado;
- E proporcional – Para significar que a providência de quebra de sigilo bancário deve corresponder a justa medida, que não deve ficar aquém, nem além, do que importa para conseguir o fim pretendido¹⁰²².

Assim sendo, na ponderação dos factos e pressupostos legais, deve-se considerar e atender, que as restrições ao sigilo bancário, sejam no mínimo necessárias e adequadas à garantia, defesa e prevalência dos outros interesses e valores jurídicos superiores e constitucionalmente protegidos.

Põe-se a questão da quebra ou derrogação do sigilo bancário, porque o interesse por ele defendido colide-se com outro (s) interesse (s), pressupondo, desta feita, a equação do art. 335º do CC, referente à composição equilibrada do conflito em causa. Para o efeito, impõe-se a intervenção do Juiz,

¹⁰²¹ Tal como enfatizámos atrás, o cliente pode autorizar o levantamento de sigilo bancário, por procuração, mandato ou modelo de impresso normalizado adotado pelo banco. Neste sentido, defende Fernando Conceição, que a vontade do cliente pode ser expressa ou tacitamente manifestada, já José Pires defende a necessidade de revestir a forma escrita, por uma questão de facilidade probatória, ainda que a lei nada exija, veja-se Fernando Conceição Nunes, Os deveres de segredo profissional..., *op. cit.*, p. 121.

¹⁰²² Admitindo que o sigilo bancário, nalguns casos, possa ser qualificado como um direito instrumental de garantia, mas recusando a natureza de direito fundamental, previsto ao abrigo do art. 26º da CRP, veja-se, Benjamim Rodrigues, «Segredo Bancário...», *op. cit.*, p. 104 e ss.

decidindo a providência da quebra ou não, conforme a ponderação precisa que se faça da sua proporcionalidade, adequação e necessidade, salvaguardando o núcleo essencial protegido por este ou aquele direito fundamental¹⁰²³.

- Levantamento do Sigilo bancário. Legitimidade ativa e passiva, pressuposto, forma e formalidade

Nesta alínea, relativamente a legitimidade activa, coloca-se a questão de saber sobre quem impende a responsabilidade para requerer a quebra do sigilo bancário e a quem compete decidir e ordenar efetivamente a quebra de sigilo bancário nos termos definidos por leis vigentes na ordem jurídica da GB?

Em abstrato, os interesses prosseguidos, os valores fundamentais subjacentes e a tutela jurídico-constitucional, conferida ao sigilo bancário, e atendendo à necessidade de reforçar e operacionalizar a sua tutela adjectiva, como garantia das leis internas e internacionais que protejam os direitos fundamentais de liberdades e garantias - neste caso *subjudice*, o direito de personalidade e o direito à privacidade e à intimidade individual, existe toda uma necessidade de criar mecanismos que garantam um maior rigor, disciplina e controlo, no levantamento e quebra do sigilo bancário em termos processual, estrutural e orgânico.

No entanto, pressupondo a perspetiva e abordagem dogmática, procuraremos, à luz das concepções legais vigentes na ordem jurídica guineense, nomeadamente na CRGB, enquanto lei fundamental, CPP e CP, enquanto regras gerais, e as leis especiais com relações a estas, a construção de um regime jurídico uniforme do levantamento de sigilo bancário.

Assim sendo, a partir de uma análise exaustiva da CRGB, CPP, CP e as leis especiais, nomeadamente as Leis de Regulamentação Bancária, de estupefacientes, de luta contra branqueamento de capitais, etc..., consagradoras dos conteúdos positivos e negativos de sigilo bancário, somos a concluir o seguinte:

i. Quanto aos pressupostos: por força dos artigos 6º e 120º do CPP, art. 30º, *in fine*, da atual LRB, art. 58º, *in fine*, da RSFD, art. 34º da LU sobre branqueamento de capitais, art. 30º da Lei de estupefacientes, o levantamento e a quebra do sigilo bancário pode ser requerido apenas e tão-somente quando esteja em causa um processo-crime, quer seja de natureza público ou semi-público, quer seja

¹⁰²³ Cf. Neste sentido, Meneses Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 394.

de delito económico, político, etc...¹⁰²⁴

Cabe ao intérprete aplicador, antes de decidir e ordenar a quebra do sigilo bancário, apreciar, ponderar e verificar o preenchimento dos pressupostos da necessidade, adequação e da proporcionalidade, para deferir, ou não, a providência requerida de quebra do sigilo bancário, conforme impõe a constituição e as leis ordinárias.

Posto isso, podemos dizer que, mesmo sobre a matéria crime, o Juiz não deverá decretar o deferimento da quebra do sigilo bancário, quando esteja em causa crime público ou semipúblico, sobretudo este último, de porte e natureza insignificante face ao valor de sigilo bancário. Com efeito, o Juiz deverá ter presente, que a quebra e o dano a provocar ao sigilo bancário, deverá configurar-se como mínimo necessário, em face de outros valores e interesses de natureza pública relevante e preponderante. Neste sentido, enfatiza-se e bem, na anotação ao Acórdão do TC, n.º 442/2007, de 14 de Agosto que, apesar de reconhecer diversos interesses de natureza pública, que possam justificar a derrogação do sigilo bancário, adverte que “nos seus pressupostos, na sua forma processual e procedimental de exercício, a derrogação do sigilo bancário deve obedecer a critérios que evitem uma excessiva intromissão, para além do necessário à satisfação dos fins constitucionais que a ela presidem”.

Portanto, a decisão da quebra do sigilo bancário deve ser precedida duma prévia ponderação da sua utilidade pública, necessidade e adequação, e configurada numa lógica do mínimo dano.

ii. Quanto à matéria, órgãos e estruturas.

A competência e a iniciativa para requerer a quebra do sigilo bancário, são dos magistrados titulares do processo-crime em causa, para os processos em cursos no Ministério Público e nos Tribunais; o Diretor Nacional ou Inspector da PJ encarregue do processo do inquérito, para os processos na fase do inquérito policial; dos agentes de polícia do Ministério de Interior e do Estado encarregues de investigações e repressões de branqueamento de capitais; Inspeção-Geral das Finanças – Administração Fiscal; Conselho Superior de Luta Contra a Corrupção.

E as competências para apreciar, ponderar e decidir com a maior equidistância, isenção, transparência possível e conforme as leis, são exclusivamente do Supremo Tribunal de Justiça, excluindo neste

¹⁰²⁴ Sobre os pressupostos e fundamentos de derrogações ao sigilo bancário, veja-se Maria Silvina Valente, *op. cit.*, p. 60 e ss.

âmbito os Tribunais da Relação, Regional e o Ministério Público, art.120º/3 CPP¹⁰²⁵.

Mas porquê só os tribunais, e nem mais ninguém?

Na nossa modesta opinião, justifica-se atribuir, única e exclusivamente, a competência para deferir a providência de levantamento e quebra do sigilo bancário, apenas aos tribunais, pelas razões seguintes:

- Nos termos do art. 59º, n.º 1, da CRGB, o tribunal é aquilatado como um órgão de soberania, com competência para administração da justiça em nome do povo. Com efeito, por força do art. 119º, CRGB e do art.1º, da Lei Orgânica dos Tribunais - LOT¹⁰²⁶, os tribunais administram a justiça com a independência fundada, primeiro, em relação aos outros órgãos da soberania, segundo às eleições e promoções de carreiras dos juízes não dependerem de atos políticos e o presidente do STJ e do Conselho Superior da Magistratura é eleito entre os pares. E, por último, as decisões que tomam, conforme as suas consciências e leis, por intermédio das sentenças e acórdãos, são de carateres definitivos e obrigatórios, art. 120º, CRGB e artigos 2º, 3º e 6º, da LOT.

- Ademais, reza o art. 2º da LOT que “compete aos tribunais a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos, reprimir a violação da legalidade... e dirimir conflitos de interesses...”. E o sigilo bancário é aquilatado, por muitos, como resguarda do valor ligado à intimidade e à vida privada com guarida constitucional. Constituindo assim, que o Juiz ou JIC é um verdadeiro “guardião dos nossos direitos e das nossas liberdades”.

- Ainda, reza o art. 38º da CRGB que, “1 -Todo o cidadão goza da inviolabilidade da sua pessoa. (...) 2 - Ninguém pode ser total ou parcialmente privado de liberdade, a não ser em consequência de sentença judicial condenatória pela prática de ato punido pela lei com pena de prisão ou de aplicação judicial de medida de segurança”;

- Por seu turno, o art. 42º da CRGB dispõe que, “1 - O processo criminal assegurará todas as

¹⁰²⁵ Assim tanto que a Lei Orgânica do Ministério Público guineense, aprovada pela Lei n.º 7/95, e os Estatutos dos Magistrados do Ministério Público guineense, aprovado pela Lei n.º 8/95, ambas publicadas no Suplemento ao BO n.º30, de 25 de Julho de 1995, p. 25 e ss., diz, no seu preâmbulo, que o MP “é a instituição encarregue de defender intransigentemente os direitos e garantias fundamentais do cidadão, de promover empenhadamente os valores do Estado que espelhem a justiça social, de lutar (...)”, e a “defesa da legalidade democrática”, para mais adiante, no seu art. 9º, regular o dever de sigilo profissional dos Magistrados do MP, no sentido de fazer declarações sobre processos e assuntos de natureza confidencial e reservada. Assim sendo, somos em crer, que a defesa dos valores, acima referenciados, passa pela defesa intransigente do valor de privacidade individual e do direito à reserva da intimidade da vida privada, pelo MP.

¹⁰²⁶ Aprovada pela Lei n.º 3/2002 – publicado no Suplemento ao BO n.º 47, de 20 de Novembro de 2002. Alterada em 2008, com a finalidade de clarificar o conteúdo do art. 29º desta lei relativa à capacidade eleitoral passiva do Presidente do STJ, depois se concluiu na atual lei, que a eleição do presidente do STJ deve ser entre os seus pares, i.e., apenas entre os juízes conselheiros.

garantias de defesa; (...) 4 - A instrução é da competência do juiz, o qual pode, nos termos da lei, delegar noutras entidades a prática dos atos de instrução que não se prendam diretamente com os direitos fundamentais”.

- Que o STJ, quer reunido em Pleno, quer através das Câmaras, e os Tribunais de Círculos e Regionais, exercem as competências expressamente previstas na LOT, art. 25º e as demais conferidas por lei, v.g., o art. 120º, n.º 3, do CPP, art. 30º LRB 4/2008, art. 30º da lei de estupefacientes, art. 34º, da LU de branqueamento de capitais, etc...

Pelo exposto, numa perspetiva futura, podemos defender a solução que visasse diluir a competência para apreciar e decidir, v.g., sobre a quebra do sigilo bancário, no âmbito do processo-crime, única e exclusivamente, ao Juiz, em matéria de inquérito e produção de provas criminais, em conformidade com as seguintes propostas:

- Assim seria da competência do Juiz de Instrução Criminal (JIC) todos os pedidos ou incidentes de levantamento e quebra de sigilo bancário, requeridos no âmbito dos processos sob inquérito e investigações do MP, da PJ, do Ministério de Interior, Inspeções das finanças, Tribunal Fiscal, Conselho Superior de Luta Contra Corrupções, Tribunal de Contas e os Agentes do Estado encarregues de investigar e reprimir o crime de branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes, art. 30º da lei de estupefaciente e art. 34º da LU de branqueamento de capitais.

- Entretanto, para os processos em curso no JIC, seria competente, para apreciar e ordenar, ou não, a providência requerida da quebra de sigilo bancário, o Tribunal da Relação (com competência para todo o território nacional, ainda que transitoriamente, art. 75º da LOT);

- E para os processos em cursos no Tribunal da Relação, seria competente o STJ, neste caso, a Câmara Penal do STJ, art. 120º, n.º 3, do CPP, e art. 26º, al. b) e art. 27 e ss., da LOT¹⁰²⁷.

¹⁰²⁷ Assinala-se, entretanto, que a quebra de sigilo bancário é uma questão recorrente na doutrina e jurisprudência portuguesa e mundial, suscitando assaz polémica e interesse no estudo sobre a questão da iniciativa para decretar o levantamento e a quebra de sigilo bancário. Assim, a título de exemplo, Fabiano Ferreira Furlan, numa tentativa de defesa da tese de facilitação e do alargamento das entidades competentes para decretar a quebra de sigilo bancário, algo diferente da nossa realidade, defende a possibilidade de quebra direta de sigilo bancário independentemente de autorização judicial por autoridades públicas integrantes de órgãos públicos, tais como o Ministério Público, o Tribunal de Contas, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, o TCE, as CPI’s, a Fazenda Pública, o Poder Legislativo, etc... Com isto, no fundo, o autor faz minar o instituto do sigilo bancário face aos órgãos públicos brasileiros. Cf. Fabiano Ferreira Furlan, *Sigilo Bancário*, Belo Horizonte, Editora Fórum, 2008, p.282 e ss.; e Marcelo Pedroso Goulart, «Os Princípios Institucionais do MP: A necessária revisão conceitual da unidade institucional e da independência funcional», *Revista Jurídica do Ministério Público*, n.º 14, Publicação da Procuradoria – Geral de Justiça do MP do Estado de Minas Gerais, Out./ Nov./Dez. de 2008, p. 26 e ss.

Agora passemos à questão da legitimidade passiva, i.e., a questão de saber sobre quem recai a obrigação de dar seguimento à ordem judicial referente à quebra de sigilo bancário.

Obviamente, tratando-se do sigilo bancário, porque a sua guarida compete, essencialmente, ao banco, enquanto detentor original de suportes e dados do cliente, o despacho do Juiz devidamente fundamentado, que ordena a quebra de sigilo bancário, deverá ser dirigido ao estabelecimento de crédito detentor de conta e das informações ligadas ao cliente, constituído suspeito e sob inquérito e investigação, no âmbito de um processo-crime.

Entretanto, não seria razoável nem legítima, que as informações requeridas sejam interceptadas e obtidas por intermédio de outras entidades ou pessoas individuais, como BCEAO ou a Comissão Bancária, Revisores, Auditores, que as possuem em razão do ofício, e daí a importância e a necessidade de distinguirmos por um lado, o dever do sigilo bancário originário, e por outro, o dever do sigilo bancário derivado ou em segunda linha¹⁰²⁸.

Como já se concluiu, um pouco acima, a par das condições específicas derogatórias ou suspensivas do dever do sigilo bancário, previstas nas leis, ainda o titular da conta e beneficiário direto do sigilo bancário, pode provocar, por sua livre e espontânea vontade, a quebra do sigilo bancário e, consequentemente, permitir que outras entidades ou terceiros tenham conhecimento de informações conexas à sua “biografia numérica”, expressa na sua conta bancária, elidindo, por isso, qualquer responsabilidade do banco pela sua disponibilização.

O exercício e a solução em referência visam, no essencial, aligeirar, *de jure condendo*, pesadas exigências procedimentais e estruturais para requerer a quebra do sigilo bancário consignados no CPP, art. 120º, quando dispõe que “A quebra do segredo profissional pode ser determinada pelo STJ verificados os pressupostos de que a lei penal faz depender a exclusão da ilicitude”. Essas causas da exclusão da ilicitude são, nomeadamente, a legítima defesa, art. 33º CP, estado de necessidade justificante e desculpante, arts. 35º e 36º da CP, conflito de deveres, art. 37º CP, etc. Sobretudo nesta última causa, que impõe, primeiro, ao STJ, a obrigatoriedade de ponderar os interesses em conflitos e, consequentemente, dar preferência à proteção do interesse superior em prejuízo do interesse de menor valor que a lei protege. Assim, preenchendo e concretizando, caso a caso, o conceito indeterminado, com base no princípio da proporcionalidade¹⁰²⁹.

¹⁰²⁸ Em Portugal, na senda do que ficou sobejamente aflorado acima, com as reformas introduzidas às legislações tributárias, em particular, pelas Leis n.º 94/2009 e 37/2010, passou a consagrar mais do que situações precisas quebras de sigilo bancário, situações de inoponibilidade de sigilo bancário, perante a administração tributária, quando admite o livre acesso dos inspetores às informações e documentos bancários ligados ao contribuinte.

¹⁰²⁹ Cf. neste sentido, Meneses Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 368, Ibidem, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», cit. p. 33.

Em todo o caso, a procedência da quebra do sigilo bancário, independentemente da iniciativa do MP ou dos Tribunais, deve corresponder a uma diligência necessária para satisfazer a necessidade preponderante, como a tutela da segurança pública, da defesa da ordem e prevenção do crime ou proteção dos direitos e liberdades, contando que respeite os critérios da idoneidade, necessidade e proporcionalidade. O critério da idoneidade, impõe a adequação da medida ao fim pretendido. O critério da necessidade, infere-se como sendo a única medida para acautelar aquele fim. E o critério da proporcionalidade, faz papel da balança dos valores em presença, corrigindo os eventuais abusos, mediante a ponderação dos valores, na qual, deve relevar o elemento da suspeita gravidade da infração cometida, e a verosimilhança do sucesso da investigação bem como da eventual punição¹⁰³⁰.

No entanto, a solução vigente na nossa ordem jurídica, art. 120º CPP, impõe que seja o STJ a decidir sobre a matéria da quebra do sigilo bancário, requerendo, por isso, a necessidade de revisão desta disposição para permitir que a matéria seja de conformação do Juiz do Tribunal imediatamente superior, considerando o excesso de formalismo e a extrema morosidade dos processos em curso na suprema corte da judicatura que, muito, poderá prejudicar o percurso normal de investigação¹⁰³¹.

No nosso sistema, na prática, tem-se assistido em sede da ação penal, o MP, requerer diretamente, a um banco, informações e dados ligados à conta de um cliente, no âmbito de um processo de investigação. Entretanto, assiste ao banco requerido, o direito de recusa, com fundamento de que tais factos e informações estão relacionados com o dever do sigilo bancário, sem cominação de qualquer crime de desobediência. Perante esta situação do impasse, cabe ao MP requerer junto ao STJ incidente da quebra do sigilo bancário para aceder a tais informações, mediante a competente e justificada quebra do sigilo bancário.

Por conseguinte, cabe ao STJ apreciar e decidir nos termos do art.120º CPP correspondente a norma do art.135º do CPP português, nomeadamente quer pela recusa ilegítima e quer pela decretação da providência da quebra do sigilo bancário, quando preenchidos os critérios da sua adequação, necessidade e proporcionalidade, mediante a ponderação que faz dos valores em conflitos, uma vez que o dever do sigilo bancário beneficia da superlativa resiliência que informam os direitos, liberdades

¹⁰³⁰ Próxima da solução sufragada pela jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH), relativa à questão do levantamento do sigilo bancário no âmbito do processo penal. Esta instância internacional da judicatura europeia faz depender a legitimidade de restrição ao respeito devido pela vida privada dos indivíduos, mediante definição do seu *standard* mínimo da reserva da lei e do juiz, da sua adequação, necessidade e proporcionalidade, art. 8º, n.ºs. 1 e 2. Cf. Paulo Sousa Mendes, «Derrogação do Sigilo Bancário ...», *op. cit.*, p. 381 e ss.

¹⁰³¹ Em Portugal, corresponde a matéria da reserva do Juiz do Tribunal Superior, art. 135º CPP, na sua nova versão conforme o DL n.º 317/95, 28/11, Lei n.º 48/2007, 29/8, e art. 417º, n.º 4, do CPC de 2013, equivalente à norma do art. 519º, n.º 4, do CPC de 1961, a qual remete a quebra do sigilo bancário para o regime do art. 135º CPP. Cf. Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 368, Ibidem, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», *cit.* p. 33.

e garantias constitucionalmente tutelado¹⁰³².

Com efeito, o regime da quebra do sigilo bancário no CPP guineense é assaz, complexo e suscita enorme contrariedade entre os bancos, os tribunais e o MP, que procuram a via mais fácil e arbitrária para impor as suas decisões, mediante ameaças de processos por desobediência, aos bancos. Neste sentido, percebe-se que a quebra do sigilo bancário corresponde a um procedimento complexo, que pode durar, por certo, vários meses, mas acautela de certa forma a eficácia e a segurança, dado que constitui a matéria da reserva exclusiva do STJ.

A guisa, neste sentido, por muito que se queira apressar nas investigações, o MP não pode fazer *bypass* à quebra do sigilo bancário, servindo-se de buscas ou apreensões nos bancos que hajam recusado a entregar os documentos ou depor acerca de dados objetos do sigilo bancário senão mediante a autorização do STJ, sob pena do seu procedimento consubstanciar a prática de crime de abuso de autoridade¹⁰³³.

Entretanto, na nossa ordem jurídica, o regime geral da quebra do sigilo bancário, no âmbito específico do processo penal, previsto no art. 120º CPP consagra de forma inequívoca a regra da reserva do STJ. Contudo, esta regra, parece consentir aparente exceção à luz da nossa lei de regulamentação bancária, art.53º, *in fine*, quando prevê que o sigilo bancário é inoponível às autoridades judiciais, que incluem os tribunais e o MP no âmbito do processo-crime¹⁰³⁴. Com efeito, o direito das autoridades judiciais acederem a informações bancárias em derrogação ao sigilo bancário, não é e nem deveria ser isenta da necessidade de prévia autorização ou controlo do juiz, no caso em apreço do STJ. Assim, cabe ao tribunal ou MP, dirigir diretamente tais pedidos de quebra do sigilo bancário ao STJ.

Portanto, em todo o caso, a decisão da quebra do sigilo bancário, não deve ser discricionária nem arbitrária, antes, deve respeitar e vincular a fundamentação da sua adequação, necessidade e proporcionalidade e suficientemente justificada em função do privilégio do interesse que se pretende acautelar na investigação, sob pena do banco, embora não recusando, podendo exprimir reserva quanto

¹⁰³² Cf. Paulo de Sousa Mendes, «Derrogação...», *cit.*, p. 383º e ss. Filipe Hochscheid Kreutz, «O Segredo Bancário no Processo Penal», *Revista de Concorrência e Regulação*, Ano II, n.º 7/8, Coimbra, Almedina, 2012, p. 401 e ss.

¹⁰³³ Neste aspecto há-de-convir a solução do Ac. STJ, de 13 de Fevereiro de 2008, DR, I Série, n.º 63, de 31 de Março de 2008, de fixação de jurisprudência sobre o sigilo bancário.

¹⁰³⁴ A mesma solução vigora nos PALOP, e em Portugal, art. 79º, n.º 2, al. d), do RGICSF. Cf. Paulo de Sousa Mendes, «Derrogação do Sigilo Bancário ...», *op. cit.*, p. 384 e ss.. Pois, igualmente, assevera o Acórdão do TRLx, de 02 de Maio de 1995, que “A quebra de sigilo bancário por instituição de crédito deve ser solicitada por autoridade judiciária – Juiz ou MP – no decurso de inquérito, e não por órgão de polícia criminal”.

à sua legitimidade e execução¹⁰³⁵.

Todavia, perante atual procedimento assente na prática contrário à lei, referente a liberdade do acesso a informação e dados bancários sem controlo prévio do Juiz, coloca-se a questão de saber se o banco demandado pelo MP, para enviar os dados de um cliente, deve apenas enviá-lo sem a necessidade de análise e reação ao despacho.

A solução para esta questão não é linear. Aliás, foi neste sentido que Paulo de Sousa Mendes, de forma lúcida, adverte e bem, que o banco continua vinculado ao sigilo bancário, não devendo, por isso, obediência a crítica à instrução do MP, sobretudo porque não tem como conhecer o processo, que se encontra protegido pelo segredo de justiça. Por esta razão, os bancos, através dos seus serviços jurídicos, ao invés da simples recusa de envios de dados, depois de prévia análise dos pedidos do MP, poderão requerer eventuais reclamações dirigidas ao órgão superior daquele que dirigiu o ofício, nas quais exprimirão reservas e eventuais dúvidas e esclarecimentos devidamente fundamentados¹⁰³⁶.

À guisa de conclusão, acima exposta, contrariamente da solução defendida por Paulo de Sousa Mendes¹⁰³⁷, sobre o beneficiário económico efetivo ou final, no sentido de que o banco conhece sempre a sua identidade, importa frisar que os bancos apenas estão vinculados a responder questões relacionados aos seus clientes, não podendo ser coagidos a responder a demandas relacionadas com os destinatários ou beneficiários económicos finais que não são clientes, pois a relação bancária é marcada pela forte presença de abstracção, logo o banco não é obrigado a conhecer o destinatário ou beneficiário económico final da operação.

¹⁰³⁵ A jurisprudência posterior à alteração introduzida pela Lei n.º 36/2010 (integra pacote legislativo anticorrupção, determinando uma mudança de paradigma pela extensão da desjudicialização e desjudicialização para o campo da obrigatoriedade de colaboração com a justiça criminal, a par do que acontece nos assuntos referentes à administração tributária), designadamente o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 14 de Setembro de 2011, Proc. N.º 1214, assume inequivocamente, ao abrigo desta lei, que a administração da justiça criminal comporta interesse manifestamente superior ao interesse defendido pelo sigilo bancário e, em caso de conflito, este deve ceder, permitindo o acesso às informações úteis para uma investigação criminal. Neste mesmo sentido, existem vários outros acórdãos, como Ac. TRC, 19/10/211, Proc. N.º 1688/09, Ac. TRC, de 02/11/2011, Proc. N.º 262, Ac. TRC, de 02/11/2011, Proc. N.º 614.

¹⁰³⁶ Cf. Neste sentido, veja-se, Paulo de Sousa Mendes, *op. cit.*, p. 391 e ss. Filipe Hochscheid Kreutz, *op. cit.*, p. 435 e ss. Mais, este autor, defende mesmo, após a entrada em vigor da Lei n.º 36/2010, continuar a existir a fiscalização da quebra do sigilo bancário por parte do MP, sobretudo para o momento posterior, i.e., da avaliação da legitimidade da prova, concluindo que a quebra do sigilo bancário, sem prévio preenchimento do critério de ponderação, pode dar azo a proibição dessa prova, em consideração de que se trata de uma interferência indevida na esfera pessoal e íntima da pessoa, art. 126º, n.º3, da CRP. Entretanto, contra esses entendimentos, parece que algumas jurisprudências portuguesas se contentam apenas com a fundamentação do despacho do MP, mediante simples invocação formal dos normativos legais aplicáveis, dispensando qualquer juízo de ponderação de interesse em concreto, conforme podemos ler no Ac. TRC, de 19/10/2011, n.º 1688, e Ac. TRC, de 14/09/2011, n.º 40.

¹⁰³⁷ Paulo de Sousa Mendes, «Derrogação do Sigilo Bancário ...», *op. cit.*, p. 395 e ss.

1.3. Conclusão

O direito penal¹⁰³⁸ e processual penal guineense, à semelhança da solução vigente no direito comparado, não só protegem o sigilo bancário, com a penalização da conduta violadora, todavia consentem em algumas situações de quebras e derrogações ao seu conteúdo, movida pela necessidade de tutela de outros valores, nomeadamente da justiça criminal, tendo em vista a produção de provas com a finalidade da justa responsabilização criminal¹⁰³⁹.

No âmbito do processo penal, nos termos dos artigos 120º, n.º 3, e 182, n.º 2, do CPP¹⁰⁴⁰, reforçado pela disposição especial dos arts. 30º, 42º, art. 53º LRB 4/2008, os tribunais e o MP podem aceder às informações e aos dados ligados à vida da instituição bancária, suas relações comerciais com os clientes, bem como as operações, dados ligados às contas e serviços, em derrogação ao sigilo bancário, apenas mediante controlo prévio e autorização do Juiz¹⁰⁴¹.

Importa referir que a referência da LRB 4/2008 à inoponibilidade do sigilo bancário ao tribunal em matéria penal, art. 53º, último parágrafo da LRB 4/2008, e art. 7º, *in fine*, do Anexo à Convenção que cria a Comissão Bancária da UMOA, entretanto, na nossa modesta opinião, é aparente, significando que não é plena, nem deve ser encarada de forma automática, antes,

¹⁰³⁸ O art. 142º CP e igualmente o art. 50º da LRB, estabelecem o princípio de proibição da revelação de factos e dados, conhecidos no âmbito do exercício da profissão ou emprego, por conseguinte, mais precisamente, estabelecem a regra de que a revelação, pelo banco, seu representante, mandatário ou empregado, de informações conseguidas, em razão da função, a uma pessoa estranha, cometem um ilícito criminal, constituindo-se o infrator na prática do crime e na respetiva penalização.

¹⁰³⁹ Assim, a quebra do sigilo bancário deve corresponder a um instrumento indispensável para o desenvolvimento e apetrechamento das autoridades judiciais, v.g., para investigação de crime e combate de crimes de delitos económicos mediante obtenções de meios de provas e a consequente responsabilização criminal dos suspeitos. Cf. Magistrados do Ministério Público do DIAP distrital de Coimbra, «Sigilo Bancário e Sigilo Fiscal no Domínio da Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro», in AA.VV., *Medidas de Combate à Criminalidade Organizada e Económico-Financeira*, CEF, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, p. 69 e ss. Para mais informações sobre os crimes desta natureza e sanções cominadas, designadamente da perda de bens objetos destes crimes a favor do Estado, veja-se, José M. Damião da Cunha, «Perda de Bens a Favor do Estado – arts.7º-12º da Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro (Medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira)», in AA.VV., *Medidas de Combate à Criminalidade Organizada e Económico-Financeira* CEF, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, p. 78 e ss. Ainda, na Europa foram adotadas medidas de cooperação com vista ao combate ao terrorismo, sobretudo depois do atentado terrorista de Madril de 11 de Março, adotou-se a convenção da cibercriminalidade, permitindo assim a retenção dos dados de tráfego em serviços de comunicações eletrónicas. Cf. Pedro Ferreira, «A Retenção de Dados Pessoais nas Comunicações Eletrónicas», in AA.VV., *Estudos Comemorativos dos 10 Anos da FDUNL*, Coimbra, Almedina, 2008. p. 416 e ss.

¹⁰⁴⁰ Correspondentes aos artigos 6º e 120º do CPP guineense.

¹⁰⁴¹ Sobre a insconstitucionalidade material da norma do art. 79º, n.º 2, al. d), análoga à norma dos arts. 30º e 53º da nossa LRB, no sentido de que a matéria em causa corresponde a reserva de competência do juiz, art. 32º, n.º 4, da CRP, i.e., inferindo que o sigilo bancário está relacionado com a proteção dos dados ligados a intimidade e à vida privada, tutelados por força do art. 26º CRP, e art. 41º da nossa CR, veja-se Filipe Hochscheid Kreutz, *op. cit.*, p. 435 e ss.

porém, carecendo de preenchimento dos pressupostos legais, previstos nos termos dos artigos 6º e 120º, do CPP. Logo, é de uma derrogação ou quebra do sigilo bancário que se trata e não propriamente da inoponibilidade.

Foi neste sentido, que o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 6 de Março de 2001, defendeu que a quebra de sigilo bancário impõe, antes, a ponderação dos interesses em conflito, com vista a determinar se a salvaguarda do sigilo bancário deve ou não ceder perante os outros valores em jogo; tendo concluído que, estando em causa o crime de furto de elevado valor, a instituição bancária deverá colaborar com a justiça, em prevalência de interesse público na repressão criminal, em prejuízo do interesse privado defendido pelo sigilo bancário¹⁰⁴². Por seu turno, reza o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 2 de Dezembro de 2004, que o respeito pela privacidade do cliente bancário tem de compaginar-se com a realização dos direitos subjectivos, devendo, por isso, ceder na medida necessária à realização do interesse público e na boa administração da justiça¹⁰⁴³.

Porém, põe-se a questão de saber se o sigilo bancário é inoponível (no sentido de poder requerer ou decretar o seu levantamento ou a sua quebra) apenas às autoridades judiciais, como prefere o art. 42º da então LRB ou, igualmente, é inoponível às autoridades judiciárias no seu todo, como pretende a nova LRB 4/2008, art. 53º.

A resposta para esta questão impõe, desde logo, a clarificação do que são autoridades judiciais de um lado, e por outro, o que seriam autoridades judiciárias. Com efeito, o conceito da autoridade judiciária nos configura mais abrangente do que o da autoridade judicial, pois implica, em regra, todas as entidades encarregues de investigar os factos subsumíveis no tipo legal e as respectivas punições, nomeadamente, os tribunais (juízes) e o Ministério Público (os seus magistrados). Aliás, foi neste sentido que a lei de investigação criminal, dispõe no seu art. 1º que, “a investigação criminal compreende o conjunto de diligências realizadas com a finalidade de descobrir e recolher os indícios de um crime e determinar os seus agentes e a respetiva responsabilidade e, ainda, recolher e assegurar os meios de prova no âmbito de um processo criminal”.

À luz deste diploma legal, de investigação criminal, compete à autoridade judiciária a direção desta

¹⁰⁴² Neste sentido, veja-se, Acórdão do STJ, de 10 de Dezembro de 1997, Acórdão do TRLx, de 01 de Julho de 1999, Acórdão do TRLx, de 17 de Fevereiro de 2000, Acórdão do TRPorto, de 24 de Janeiro de 2001, Acórdão do TRLx, de 06 de Março de 2001, Acórdão do TRLx, de 4 de Outubro de 2001, e Acórdão do TRLx, de 5 de Março de 2002, em geral, defendem que, diante do conflito entre os dois valores consagrados constitucionalmente, baseando-se numa prévia ponderação, o direito fundamental de acesso à justiça e o valor fundamental do Estado na realização da justiça, paz social e o combate a impunidade, prevalecem perante o interesse particular do sigilo bancário. Entretanto, afastamo-nos dessa solução, pois o sigilo bancário comporta mais do que um simples interesse privado, antes configura a defesa de outros interesses ligados à economia, à vida privada e à intimidade.

¹⁰⁴³ Processo n.º 10178/2004 – 6, ambos disponíveis em www.dgsi.pt.

investigação, considerando, para o efeito, que são autoridades judiciárias, relativamente aos atos processuais da sua competência, o Ministério Público, os Juízes dos Tribunais no âmbito da investigação criminal, art. 2º da Lei n.º 8/2011. No entanto, são estas autoridades que a nova LRB 4/2008, em derrogação do disposto ao abrigo do art. 53º da LRB, pretende que o sigilo bancário não seja oposto, designadamente aos Magistrados do Ministério Público, ao JIC e aos Juízes dos Tribunais, no âmbito das suas funções de investigação criminal, art. 1º Lei n.º 8/2011, nem mais.

Já, entretanto, quanto às autoridades da polícia criminal ou cognominados agentes do Estado¹⁰⁴⁴, em regra, o sigilo bancário continua oponível, visto que não integram, *ab initio*, o conceito nem a composição das autoridades judiciárias, ao abrigo, quer da Lei n.º 8/2011 relativa à investigação criminal, quer da LRB4/2008, ressalvando apenas as matérias de investigações que lhe estão reservadas nos termos do art. 9º.

Com efeito, salvo as matérias constantes do art. 9º da Lei n.º 8/2011, as autoridades e os órgãos da polícia criminal não têm, pelo menos, de forma direta e imediata, o direito a aceder às informações bancárias privilegiadas dos bancos e dos seus clientes, sob pretextos de uma investigação criminal, antes, querendo aceder a tais dados e informações, devem participar do facto e requerer às autoridades judiciárias, nomeadamente, os magistrados do MP¹⁰⁴⁵, o JIC, e aos Juízes, para obter as derrogações necessárias e aceder aos dados e informações bancárias. Isto porque, como já vimos anteriormente, nem os agentes da POP e nem as autoridades da polícia judiciária¹⁰⁴⁶ ou criminal e os respetivos órgãos, integram nem o conceito, nem a composição original das autoridades judiciárias, arts. 1º e 2º da Lei n.º 8/2011.

Ainda, decorre que o titular da ação penal, no nosso sistema, é o Ministério Público, conforme arts. 5º, 47º e 48º do CPP; ademais, reza o art. 5º, n.º 1, da Lei n.º 8/2011, referente à organização da investigação criminal, que os órgãos de polícia criminal actuam sob a dependência e direção da autoridade judiciária, i.e., dos magistrados do MP, dos juízes, e do JIC. Por conseguinte, podendo, estes, sempre que entenderem conveniente ou necessário, a qualquer momento, avocar os processos

¹⁰⁴⁴ A Lei n.º 8/2011 relativa a investigação criminal, dispõe no art. 3º, que são autoridades de polícia judiciária: os diretores, oficiais, inspetores e sub-inspetores de polícia, e por força do art.7º constituem órgãos de polícia criminal, nomeadamente: a Polícia Judiciária, os graduados e agentes da polícia de ordem pública, certificados para o exercício da investigação criminal.

¹⁰⁴⁵ Para mais informações sobre os magistrados do MP vide, a Lei n.º 7/95 e a Lei n.º 8/95, publicadas no Suplemento ao BO n.º 30, de 25 de Junho de 1995, que aprovam respetivamente a Lei Orgânica e os Estatutos dos Magistrados do MP.

¹⁰⁴⁶ A Polícia Judiciária foi criada pelo Decreto n.º 8/83, de 12 de Maio, Publicado BO n.11, de 12 de Maio de 1993, com alterações que lhe foi introduzida pelo Decreto n.º 1/93, de 9 de Março, publicado no BO n.º 10, de 9 de Março. A Lei Orgânica da PJ integra o Decreto n.º 1/95, de 3 de Abril, publicado no BO n.º 14, de 3 de Abril de 1995, e agora alterados pela Lei n.º 8/2011, referente à organização da investigação criminal.

sob a investigação da PJ e dos agentes da POP, art. 2º, n.º 5, da Lei n.º 8/2011; os órgãos e polícia de investigação criminal coadjuvam as autoridades judiciais no âmbito da investigação criminal, devendo, ainda, comunicar ao MP, logo que tomem conhecimento de um facto, ou comunicá-lo no prazo máximo de 5 dias, art. 6º, n.º 1, al. a), e n.ºs. 2 e 3, da Lei n.º 8/2011.

Relativamente às matérias que lhes são cometidas à luz do art. 6º, e do art. 9º da Lei n.º 8/2011, referente às competências reservadas apenas à PJ, nomeadamente, sobre a investigação criminal relativa à luta contra terrorismo internacional, contra a segurança do Estado, branqueamento de capitais, crimes cibernéticos, tráficos de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, a polícia de investigação criminal e os respetivos órgãos, podem requerer os dados e informações bancários julgados úteis para as suas atividades de investigação criminal às autoridades judiciais, nomeadamente a sua quebra.

Assim sendo, a quebra do sigilo e obtenção de informações no âmbito de processo exclusivamente criminal comporta as seguintes situações:

- Prestação de depoimento;
- Entrega ou apreensão de documentos ou objetos;
- Apreensão de valores ou outros objetos depositados nos bancos;
- Peritagens e análises dos dossiers bancários;
- Entrega dos documentos sobre os bens depositados ou valores em causas.

Portanto, a nossa lei bancária, art. 53º, na mesma linha do RGICSF, art. 79º, n.º 2, al. d), consagra, em matéria da quebra do sigilo bancário, uma espécie de jurisdicionalização da quebra do sigilo bancário, senão mesmo de judicialização do procedimento, dado que requer a intervenção do Tribunal, enquanto Juiz e guardião da liberdade, na decisão da quebra do sigilo bancário.

Neste particular, a antiga LRB de 1997, configura-se mais garantística ao sigilo bancário, garantindo uma certa dignidade na sua quebra, pois previa de forma expressa a sua inoponibilidade apenas às autoridades judiciais (arts. 19º e 42º). Com efeito, consagra expressamente o princípio da reserva do Juiz, mesmo em matéria criminal, ou seja, qualquer diligência que se queira encetar, para a quebra do sigilo bancário, no âmbito da investigação criminal por parte do MP, dos polícias e dos agentes do Estado Encarregue da investigação criminal, devia requerer-se a autorização prévia do Juiz¹⁰⁴⁷.

¹⁰⁴⁷ Na Guiné-Bissau, mesmo perante a vigência da antiga LRB de 1997, os Magistrados do MP, os Juizes e os polícias, usavam e abusavam das providências de quebras do sigilo bancário. Por tudo e por nada recorriam à quebra do sigilo bancário, mesmo para justificar a investigação de um suspeito de furto de galinha, em violação da lei e dos direitos elementares das pessoas. Contrariamente a situação portuguesa, aliás, como já se justificou neste estudo, num primeiro

2. Situações concretas da quebra do sigilo bancário por determinação específica da lei e procedimento

Apesar da nossa LRB não prever de forma expressa a possibilidade de quebra do sigilo bancário por determinação específica da lei, contrariamente ao que constatamos na generalidade do sistema estrangeiro analisado no presente estudo, podemos concluir que tal não é excluída.

Com efeito, deve-se conformar a admissibilidade da quebra do sigilo bancário com uma disposição legal expressa e inequívoca, tendo em vista a necessidade de salvaguarda de outros valores e interesses social, económico ou patrimonial e da efetiva garantia da realização da justiça, que naquele momento e naquele em concreto, são catapultados num patamar superior mediante a prévia ponderação que se faça da sua justificação, necessidade e adequação.

Neste seguimento, vamos analisar as várias situações consubstanciadas, na nossa modéstia opinião, nas verdadeiras quebras do sigilo bancário, nos moldes seguintes:

2.1. Quebra do sigilo bancário e a demanda de informações relacionadas com processos cíveis, familiar e administrativos

Nestas matérias, vigoram a regra que informa de que “onde há sigilo bancário não existe dever de colaboração com a justiça cível”. Neste sentido, a instituição de crédito demandada para fornecer

momento, a jurisprudência portuguesa tem assumido uma postura e feição absolutamente favorável ao sigilo bancário como valor supremo, mesmo perante os processos crimes, com fundamento no DL n.º 2/78 (cf. Acórdãos do STJ, de 10/4/1980, BMJ 296, p. 190 e ss, e de 20/10/1988, BMJ 380, p. 492 e ss); mais tarde começou a surgir posturas desfavoráveis ao sigilo bancário e a favor da quebra do sigilo bancário no âmbito do processo-crime, defendendo a superioridade do *ius puniendi do Estado*, (cf. Acórdãos do STJ, 12/11/1986, BMJ, 361, p. 253 e ss, e TRE, 6/2/1990, CJ XV, 1, p. 314 e ss), a justificação da quebra fundada noutras situações ou interesses (cf. Acórdãos do TRP, 11/11/1991, CJ, XVI, 3, p. 215 e ss, TRE, 12/5/1992, CJ XVII, 3, p. 353 e ss, TRC, 6/7/1994, CJ XIX, 4, p. 46 e ss, TRP, 13/1994, CJ XIX, 4, p. 228 e ss, TRP, 29/3/1995, CJ XX, 3, p. 230 e ss), e com a entrada em vigor do art. 135º, n.º 3, CPP a quebra vem sendo associada ao dever de fundamentação e ao critério de razoabilidade (cf. Acórdãos do TRL, 5/7/2000, CJ XXV, 4, p. 90 e ss, TRL, 8/7/2004, CJ, 4, p. 71 e ss), e no sentido de que a recusa legítima da instituição de crédito apenas pode ser superada mediante o recurso ao tribunal superior (cf. Acórdão do TRG, 19/2/2007, CJ XXXI, 1, p. 290 e ss e TRL, 28/3/2007, CJXXXII, 2, 128 e ss), e nas outras situações de interesses públicos relevantes, como fiscal, quer exigindo a ponderação (cf. Acórdãos TRP, 26/3/2008, CJ XXXIII, 2, p. 226 e ss, TRL, 14/10/2008, CJ XXXIII, 4, p. 106 e ss, TRL, 9/1/2002, CJ XXVIII, 1, p. 132 e ss), as soluções foram oscilando, ora contra, ora a favor, até hoje, sobretudo com a decretação do princípio do livre acesso aos dados bancários para prossecução dos fins tributários (cf. Acórdãos do TRC, 19/10/2011, Proc. 1688/09, TRP, 19/10/2011, Proc. 10228/08, TRE, 25/10/11, Proc.756/10, TRC, 2/11/2011, Proc. 262/10, TRG, 14/11/2011, Proc. 344/10, e TRL, 20/12/2011, Proc.828/11).

informações, dados e factos ligados à vida da instituição e relativas às suas relações comerciais com os seus clientes, podem e devem com toda a legitimidade, declinar-se à demanda.

Não obstante, entre nós, os bancos da praça têm vindo a confrontar-se com ofícios dos tribunais, a requererem envios de diversos tipos de informações sobre contas bancárias, nomeadamente no âmbito do processo cível em geral, processo de inventário e partilha de bens, bem como no âmbito de penhora de bens, etc...¹⁰⁴⁸ Por esta razão, cumpre-nos agora indagar sobre estas situações, situadas na órbita cível, sobretudo procurar determinar em que medida possam espelhar a exceção à regra geral de oponibilidade do sigilo bancário, importando, por conseguinte, a sua quebra e o seu desvio pontual. O que passemos a desenvolver de seguinte forma:

2.2. A quebra do sigilo bancário e acesso à conta e a sua informação pelo cônjuge não titular

Na ordem jurídica guineense, o ponto de partida, para a análise desta questão, é o art. 1680º, ao qual dispõe no seu n.º 1, o seguinte “No exercício do governo doméstico, ou como administradora de parte ou da totalidade dos bens do casal, a mulher pode livremente movimentar, em seu nome exclusivo, depósitos bancários, qualquer que seja o regime de bens”. E n.º 2, dispõe que “estabelecimento bancário não responde em face do marido, nem perante terceiro, pelos pagamentos feitos à mulher, ou à sua ordem, por conta de depósitos efectuados em nome exclusivo dela, salvo se for notificado de diligência judicial que afecte esses depósitos”¹⁰⁴⁹.

Como questão prévia, devemos salientar e assumir que a versão originária do art. 1680º CC cai por terra, pois contraria o art. 25º da CRGB, que preceitua a igualdade entre os cônjuges. Por força deste princípio da igualdade, decorrente da norma constitucional subjacente, somos de parecer favorável que são revogados. Com efeito, todos os preceitos, referentes ao governo doméstico e administração dos bens dos cônjuges, devem ser lidos no sentido de atribuírem a ambos os cônjuges, quer o governo doméstico, quer administração dos bens, decretando desta feita a queda dos seus conteúdos referentes à atribuição da qualidade do chefe e administrador dos bens de família ao marido, e a de governo

¹⁰⁴⁸ Neste âmbito, o tribunal, ao proceder à notificação dos bancos, reconhece, desta forma, a qualidade de interessado direto na partilha ao requerente, pela consideração da sua legitimidade processual, art. 1327º, n.º 1, al. a) do CPC. Entretanto, na maioria dos casos, não é oponível ao banco notificado, porque tal raramente consta do ofício, recebido do tribunal, apurar que parte no processo é o interessado no pedido. Pelo que, o banco, não consegue vislumbrar a existência, ou não, da autorização expressa ou implícita do cliente titular da conta, sobre a qual o tribunal requer a informação, sujeitando-se, estas informações requeridas pelo tribunal, ao regime geral do sigilo bancário, genericamente previsto à luz do art. 19º da LRB, 30º da LRB 4/2008, em Portugal nos termos dos arts. 78º e 79º do RGICSF. Visando, assim, a proteção do titular da conta contra a ingerência de terceiro na sua esfera privada e na sua intimidade.

¹⁰⁴⁹ Veja-se neste sentido o art. 53º do Acto Uniforme da OHADA Relativo à Organização do Processo Simplificado de Cobrança e de Execução, que nela seja depositado os salários de cônjuges casados em regime de comunhão de bens.

doméstico à esposa, art. 1677º e ss. do CC¹⁰⁵⁰.

Assim sendo, a interpretação do regime jurídico referente ao governo doméstico e à administração de bens dos cônjuges, devem ser efetuados no sentido, não apenas de acautelar o princípio de igualdade, mas para facilitar a vida do casal, numa perspetiva de operacionalização prática da gestão dos bens. Porém, além disso, sem olvidar e nem obnubilar das circunstâncias históricas da origem da interpretação atual e do conteúdo legítimo do preceito em causa, fortemente marcado por uma viragem da, então, concepção social e legal dominante, da reduzida capacidade jurídica da cônjuge – esposa, que se reduzia apenas aos afazeres domésticos, entretanto com a aniquilação da posição de supremacia do cônjuge – esposo, designadamente na administração dos bens do casal¹⁰⁵¹. Permitindo que qualquer cônjuge possa abrir e movimentar a conta bancária sozinha e sem consentimento do outro, como condição essencial da sua autonomia, sobretudo para a gestão da própria vida, fundada na igualdade entre ambos condescendente da dimensão do princípio da igualdade entre homem e mulher e da dignidade da pessoa humana.

Porém, partindo do pressuposto, de que qualquer um dos cônjuges, pode assumir, quer o governo doméstico, quer a administração de bens, nesta qualidade, independentemente do regime de bens porque se casou, assiste-lhe o direito de abrir e gerir a conta ou contas bancárias, nela efetuar depósitos e os respetivos levantamentos isoladamente. Isto é, sem que para o efeito, seja preciso o suprimento ou a intervenção do outro cônjuge. Podendo, ainda, inclusive, efetuar, na mesma conta, operações passivas, traduzidas nos empréstimos e adiantamentos em contas bancárias de forma isolada.

Com efeito, resulta inequivocamente deste preceito, que o sigilo bancário continua plenamente oponível nas contas abertas nessas condições, i.e., mesmo relativamente ao outro cônjuge não titular da conta. Pois, esta conclusão advém do facto de que, por força do contrato de conta bancária, independentemente do regime de bens do casamento, o banco apenas contrata com o cônjuge titular da conta e só vincula perante este e não ao outro cônjuge não titular da conta bancária. Mais que isto, o banco não deve averiguar a legitimidade do cônjuge-cliente para efetuar contrato de conta bancária e nem para a movimentar sozinho, sem, no entanto, incorrer sobre o banco qualquer responsabilidade pelo facto de se ter contratado apenas com um dos cônjuges. Por conseguinte, apenas o cônjuge titular da conta é credor e beneficiário do direito do sigilo bancário perante o banco, que se obriga, no âmbito das suas funções, não apenas a manter os dados e informações atinentes à conta em causa, fora de conhecimento e ingerência de terceiro, mas de tudo fazer no intuito de proibir que essas informações

¹⁰⁵⁰ Em Portugal, igualmente, pela mesma razão de tratamento discriminatório, o art. 1680º CC foi revogado, passando, por conseguinte, a beneficiar de uma nova redação, que lhe foi dada pelo art. 72º, do DL n.º 496/77, de 25 de Novembro, ao qual ocorre que “qualquer que seja o regime de bens, pode cada um dos cônjuges fazer depósitos bancários em seu nome exclusivo e movimentá-los livremente”.

¹⁰⁵¹ Cf. Ricardo de Gouvêa Pinto, «Divórcio e sigilo bancário», *op. cit.*, p. 455.

sejam conhecidas ou violadas por parte dos seus serviços ou colaboradores.

Pelo exposto, sobre a conta titulada apenas por um dos cônjuges, além de simples operações ativas, traduzidas nas entregas de valores levados à conta, não há nada que tolhe o cônjuge em causa, de fazer sozinho um universo e pluralidade de outras operações e serviços bancários de diversas naturezas, que o sistema bancário põe à sua disposição, tais como a operação de crédito em geral, aval, fiança, etc...

¹⁰⁵² Para as quais, ocorre a regra geral de oponibilidade de sigilo bancário, igualmente, correlação ao outro cônjuge não titular de conta, independentemente do regime patrimonial de casamento.

Todavia, excepcionalmente, pode-se apurar situações pontuais, previstas especificamente na lei, referentes aos desvios e levantamentos à regra do sigilo bancário relativo ao outro cônjuge não titular de conta bancária, permitindo, por conseguinte, que este acede às informações bancárias associadas à conta em referência, como sejam:

- A autorização expressa do cônjuge titular de conta bancária a outro cônjuge não titular, para aceder às informações e documentos bancários associados à sua conta¹⁰⁵³. Por conseguinte, o cônjuge titular do direito de administração de bens dos cônjuges pode, nos termos do art. 1678, n.º 2, al. f) do CC, aceder às informações bancárias sobre a conta titulada apenas pelo outro cônjuge. E, ainda, tem direito à informação sobre a referida conta bancária, para efeito de tomadas das providências previstas nos termos do art. 1679º CC, em prejuízo do sigilo bancário.

- O regime de suprimento judicial do consentimento conjugal, regulado ao abrigo do art. 1684º, n.º 3, do CC¹⁰⁵⁴, pode traduzir na derrogação ao conteúdo do sigilo bancário, importando o acesso à informação bancária por parte do cônjuge não titular da conta, sobretudo porque o cônjuge titular de conta pode estar sujeito a prestar contas em face das regras que informam o direito matrimonial, nomeadamente referentes aos regimes de patrimónios, as dívidas, regras de administração e alienação de bens durante a constância do matrimónio. No entanto, o que pode acontecer, sempre que o cônjuge

¹⁰⁵² Neste caso, por uma questão de segurança da operação de crédito, os bancos da praça têm exigido, em caso de necessidade, as assinaturas de ambos os cônjuges, ainda que vivam maritalmente, no contrato de abertura de crédito ou de mútuo bancário, sobretudo nos contratos de crédito para habitação, e nos termos e contratos particulares, para constituição de uma garantia real que envolve algum bem da família, nomeadamente a constituição da hipoteca. Nestes casos, em que a prática bancária obriga às assinaturas de ambos os cônjuges, designadamente nos contratos de mútuo ou de abertura de crédito e de hipotecas ou constituição de aval ou fiança para a garantia do crédito de terceiros, ainda que a conta seja apenas titulada por um dos cônjuges, não nos parece que exista sigilo bancário relativamente ao cônjuge não titular da conta, sobre a qual a operação em causa foi requerida e efetuada, sobretudo no que se diz respeito a própria operação e serviço requerido ao banco.

¹⁰⁵³ Entre nós a LRB de 1997 e a LRB 4/2008 são omissas quanto à autorização, por isso deve sujeitar-se à regra geral do art. 217º e ss. e do CC.

¹⁰⁵⁴ Igualmente, deve-se interpretar o preceituado naquela disposição conforme a norma do art. 25º da CRGB, tendo em vista a assegurar a igualdade entre os cônjuges.

titular de conta não aceitar, de forma injusta e infundada, autorizar expressamente à instituição bancária a fornecer a informação referente aos dados e elementos requeridos na sua conta, em cumprimento do seu dever de prestar contas ao outro cônjuge não titular da conta, este pode recorrer a instância judicial, requerendo o suprimimento da referida falta de autorização ou da sua impossibilidade, em derrogação à regra do sigilo bancário¹⁰⁵⁵.

- A par das situações acabadas de analisar, refere-se o direito de informação do cônjuge não titular da conta bancária em relação à conta titulada apenas por outro cônjuge titular de conta, em rompimento ao sigilo bancário, durante a constância do matrimónio, sobretudo, quando o referido cônjuge seja o proprietário, titular ou administrador dos valores levados à conta, quanto aos bens comuns ou objeto de compropriedade, art. 1684º, n.º 3, CC¹⁰⁵⁶. Ainda, o código civil guineense, consagra outros casos possíveis de catalogar, como clara exceção e restrição direta ao conteúdo do sigilo bancário, importando, por isso, igualmente, o suprimimento da declaração do consentimento, mediante a autorização do cônjuge titular da conta, particularmente nas situações que parecem resultar expressamente dos arts. 573º, 1305º e 1404º, ambos do CC. Com efeito, delas decorrem a consequência de que a propriedade e as situações de titularidade ou de administração importam direito à informação, podendo o exercício desse direito colidir com o direito e integridade do conteúdo do sigilo bancário, logo, prejudicando-o¹⁰⁵⁷.

Portanto, neste âmbito, mais do que simples inoponibilidade do sigilo bancário relativamente ao cônjuge não titular, nomeadamente referentes aos depósitos dos valores integrantes aos bens comuns ou quando a administração dos bens compete ao cônjuge não titular, o tribunal pode decretar a quebra do sigilo bancário ligado à contas, pelo menos, contado a partir da constância do casamento. Com efeito, podendo, inclusive, à luz da lei civil vigente, requerer todas as informações ligadas aos bens adquiridos a título oneroso, durante a constância do matrimónio e aos que fazem parte da comunhão ou bens comuns dos cônjuges, nomeadamente as informações relacionadas com as existências das contas, seus números, os depósitos efetuados em numerários ou títulos, a nota discriminativa, das movimentações, evoluções dos depósitos e bens ou valores depositados, todos os documentos e suportes que sustentam as movimentações das contas bancárias, as operações de créditos e os

¹⁰⁵⁵ Em Portugal, a regra decorre do art. 79º, n.º 1, do RGICSF, referente a exceção à regra do sigilo bancário.

¹⁰⁵⁶ Justifica-se a injunção da disposição do art. 1684º, n.º 3, CC, sobretudo na necessidade de suprimimento judicial, de um lado, dado o reflexo que o ato, objeto de suprimimento, pode trazer na situação económica conjugal e pelo interesse que a lei visa acautelar, neste caso o património da família. Veja-se, neste sentido, Pires de Lima e Antunes Varela, *op. cit.*, p. 310. Ainda, assim, Acórdão do STJ, de 19 de Abril de 1995, CJ, Supremo III, 1995 – 2, p. 37 e ss., defendeu que o sigilo bancário do marido cede perante o interesse da mulher em conhecer os bens existentes, em ação de partilha dos bens do casal. Por seu turno, embora reconhecendo o relevante peso do sigilo bancário, o Ac. Tribunal da Relação do Porto n.º 0624755 de 17/10/2006, entendeu que, quando esteja em causa o apuramento de bens patrimoniais do obrigado a alimentos, como o que vincula os ex-cônjuges, a dispensa de confidencialidade deve sobrepor-se àquele direito de sigilo.

¹⁰⁵⁷ Assim mesmo, Rabindranath Capelo de Sousa, «O Segredo Bancário», *op. cit.*, p. 185.

empréstimos.

- Entretanto, a propósito da questão de suprimimento judicial da declaração de vontade do cônjuge titular de conta, sobretudo quando os valores depositados nesta conta pertencem apenas e exclusivamente ao próprio cônjuge titular, põe-se a questão de saber se o outro cônjuge não titular terá, ou não, direito de informação sobre a mesma conta em derrogação ao conteúdo do sigilo bancário.

Em resposta a esta questão, somos de parecer favorável de que não tem qualquer cabimento nem fundamento e interesse patrimonial de ambos os cônjuges, acautelar o suprimimento judicial do consentimento ou declaração da vontade do cônjuge titular da conta, por parte do cônjuge não titular da conta, quando vigora o regime patrimonial de separação de bens, e que os valores depositados nessa conta pertence apenas e exclusivamente ao próprio cônjuge titular da conta, detendo, por isso, exclusivo direito de os gerir e administrar livremente¹⁰⁵⁸.

Em abonação à solução propugnada por nós, reza o art. 573º, CC, que, “A obrigação de informação existe, sempre que o titular de um direito tenha dúvida fundada acerca da sua existência ou do seu conteúdo e outrem esteja em condições de prestar as informações necessárias”¹⁰⁵⁹. Portanto, o cônjuge não titular, não sendo nem titular de direito dos valores levados à conta e nem administrador dos bens e dos referidos valores, não pode aceder às informações relativas à mesma, valendo, por isso, neste caso subjudice, o direito integral do sigilo bancário relativamente ao cônjuge não titular dessa conta¹⁰⁶⁰.

¹⁰⁵⁸ Neste sentido, parece que Pires de Lima e Antunes Varela (*op. cit.*, p. 310), defendem que justifica-se o referido suprimimento, nomeadamente, quando esteja em causa a disponibilidade de bens que não pertencem, ou não pertencem na sua totalidade, ao cônjuge participante no ato.

¹⁰⁵⁹ Neste sentido, igualmente, resultam das disposições dos arts. 1305º e 1404º do CC, que a propriedade e demais formas de titularidade ou a administração dos bens comportam um direito à informação, incluindo também o direito ao sigilo bancário.

¹⁰⁶⁰ A determinação da propriedade dos valores depositados em conta, traduzidos no crédito ou saldo credor disponível em conta, não se compadece e nem se confunde com a mera figuração em conta do titular da conta e nem nos meros depósitos levados à conta, nem tão-pouco resulta desse facto, que ao titular da conta caiba o direito de administrar os bens e valores nela depositada. Entretanto, nem compete ao banco apurar essa natureza e a situação da conta e dos valores nela depositada, não sendo responsabilizado por isso.

2.3. A quebra do sigilo bancário e acesso à informação bancária de um dos cônjuges, no âmbito do processo de divórcio e partilha de bens

No nosso sistema, os bancos, amiúde, são confrontados com instruções judiciais de envio de dados referentes aos saldos e extratos sobre contas bancárias no âmbito de processos cíveis de inventário, de divórcio e partilha de bens em especial. Neste caso, em regra, sem qualquer autorização expressa ou implícita do titular da conta visada.

Entretanto, considerando que a regra do sigilo bancário imposta ao banco visa, no essencial, proteger o titular da conta da ingerência arbitrária de terceiros na sua esfera jurídico-privada, em geral, os bancos demandados devem oferecer a resistência, sobretudo quando tais instruções carecem de fundamentos e justificações bastantes, pois o sigilo bancário é oponível à administração da justiça civil, arts. 30º e 53º da nossa lei de regulamentação bancária.

Contudo, importa, desde logo, precisar que nos interessa, neste ponto, analisar a possibilidade de aplicação de restrições do direito ao sigilo bancário, nas situações de extinção do vínculo matrimonial, i.e., do divórcio e até a decretação judicial da partilha dos bens. Pois, porque depois do divórcio e da partilha dos bens, cada ex-cônjuge passa a dispor de bens próprios, nomeadamente a sua própria conta bancária, logo não fazendo qualquer sentido falar da possibilidade do ex-cônjuge não titular da conta, aceder às informações relacionadas com a conta titulada apenas por outro ex-cônjuge, mantendo-se, por isso, incólume a integridade do sigilo bancário¹⁰⁶¹.

Com efeito, põe-se a questão de saber se há lugar à restrição ou afastamento do sigilo bancário no processo de divórcio e partilha de bens com a finalidade de permitir o acesso, no mínimo, ao saldo da conta bancária titulada apenas e exclusivamente por um dos cônjuges?

Antes de mais, resultam desta situação, flagrantes conflitos de interesses e de direitos, aos quais cabe ao Juiz a sua resolução por força da lei substantiva e da lei processual.

Em resposta a esta questão, com a finalidade de resolução do presente litígio, Rabindranath Capelo de Sousa defende a necessidade de intervenção do tribunal, sem a qual não há a possibilidade de acesso a quaisquer dados referentes à conta de depósito bancário, sob pretexto de apurar o *quantum* dos valores depositados nessa conta, senão apenas e tão-somente, mediante a autorização prévia do cônjuge titular

¹⁰⁶¹ Neste sentido, reza o art. 1688º CC que “as relações pessoais e patrimoniais entre os cônjuges cessam pela declaração de nulidade ou anulação do casamento”. Vide, igualmente, o art. 1795º CC.

da conta em questão, isto por força da injunção do art. 79º do RGICSF.

Já entretanto, Gouvêa Pinto, apesar de reconhecer e enquadrar o sigilo bancário na órbita dos princípios e valores jurídicos e constitucionalmente tutelados, ao qual assume uma dimensão do direito à intimidade da vida privada ancorado no pressuposto fundamental da dignidade da pessoa humana, consubstanciando, por isso, um direito subjetivo privado de natureza absoluta, i.e., oponível *erga omnes*, que vincula, quer aos particulares, quer as empresas e as autoridades, impondo-lhes o dever de respeitar o sigilo bancário, salvo nos casos excepcionais previstos na lei, sobretudo de manifesto interesse público relevante, parecendo defensável a inexistência do sigilo bancário nas situações subjudice. Por isso, concluiu o autor, que não está em causa a derrogação do sigilo bancário porque ele não existe no âmbito da relação conjugal e do processo de divórcio, pois o casamento não só implica importantes restrições voluntárias da privacidade e da intimidade da vida privada, como impõe aos cônjuges deveres conjugais que possam fazer minar liberdades e direitos individuais de cada um deles, para os quais invoca, igualmente, além dos argumentos constitucionais, relacionados com os princípios e regras constitucionais respeitantes à proteção dos direitos, liberdades e garantias consagradas ao abrigo da CRP, designadamente sobre as liberdades, igualdades e as capacidades dos cônjuges, arts. 13º, n.º 2, 16º, n.º 1, 18º, n.º 1, 26º, n.º 1, 36º, n.º 3, e outras tantas disposições constitucionais¹⁰⁶².

Da nossa parte, discordamos dessa solução, pois ela não atende à natureza do sigilo bancário, acentuada como direito à reserva da vida privada e da intimidade que pode integrar, por sua vez, zonas pessoais, previsto e protegido na CRP, art. 26º/1, e na CRGB, art. 44º/1. Ainda viola os dispostos quer à luz do art. 1680º CC, quer à luz do art. 79º do RGICSF, isto sem descurar ainda do preceituado ao abrigo do art. 519º, n.º 3, do CPC, e do art. 135º, n.º 3, do CPP¹⁰⁶³, nos quais ocorrem que o dever de colaboração com a justiça cessa quando a obediência importa a violação do sigilo bancário. Portanto, tudo isso e mais nos levariam a concluir que o sigilo bancário existe, mesmo relativamente ao outro cônjuge, sobretudo na vigência do regime de separação de bens, podendo ceder apenas nas situações

¹⁰⁶² Para mais desenvolvimento sobre o assunto, veja-se Ricardo de Gouvêa Pinto, «Divórcio e Sigilo Bancário», *op. cit.*, p. 461 e ss.

¹⁰⁶³ Para facilitar a compreensão do art. 135º do CPP, o Pleno das Secções Criminais do STJ Português, por força do Acórdão do STJ, de 13/02/2008, DR I série, n.º 63, de 31 de Março de 2008, procurou uniformizar a seguinte jurisprudência: 1. (...) a instituição bancária apenas poderá legitimamente escusar-se prestar as informações requeridas referentes as contas e os depósitos com fundamento no dever do sigilo bancário bancário; 2. Entretanto, sendo ilegítima a recusa, por informação não estar abrangida pelo sigilo bancário, ou por exigir o consentimento do titular da conta, o próprio tribunal em que a escusa for invocada, depois de ultrapassada eventuais dúvidas sobre a ilegitimidade da escusa, ordena a prestação da informação, nos termos do art.135º, n.º 2, do CPP; e 3. Caso a escusa seja legítima, compete ao tribunal imediatamente superior àquele em que o incidente se tiver suscitado ou, no caso de o incidente se suscitar perante o STJ, ao Pleno das Secções Criminais, decidir sobre a quebra do sigilo bancário nos termos do art. 135º, n.º 3, do CPP.

previstas na lei¹⁰⁶⁴.

No caso em apreço, admitimos a possibilidade de o Juiz poder, mediante a ponderação de interesses e direitos em conflitos, decretar a quebra pontual do sigilo bancário, dado que ele existe, e só pode ser afastado porque existe. Para o qual, dispõe de fortes argumentos legais previstos nas disposições do art. 1684, n.º 3, do CC¹⁰⁶⁵ e dos arts. 1327º, n.º 1, al. a), e 1404º, ambos do CPC. Inclusive, podendo, o Juiz, decretar diligências referentes, nomeadamente aos procedimentos cautelares, ou requerimentos de partes ou proceder às diligências oficiosas nos processos judiciais. Assim sendo, autorizar judicialmente o acesso às informações sobre conta titulada apenas por um dos cônjuges para o efeito único e exclusivo do processo de divórcio e de partilha de bens, no intuito de apuramento de *quantum* existe, a qualidade de bens comuns ou próprios e qual é o seu estado¹⁰⁶⁶.

Portanto, existe essa possibilidade do afastamento do sigilo bancário, não é pois da sua inexistência que se trata¹⁰⁶⁷, pelo menos, até a conclusão do processo judicial de partilha, determinando, a medida do acesso às informações¹⁰⁶⁸.

2.4. A quebra do sigilo bancário para obtenção de informação útil do *de cujus* destinada a composição da massa de herança

Aos herdeiros, assistem o direito de requerer as informações relacionadas com as movimentações das contas do *de cujus*, mas apenas as relevantes, pelo menos, contados a partir da data da morte do *de cujus*¹⁰⁶⁹.

¹⁰⁶⁴ Neste sentido, admite Rabindranath Capelo de Sousa, que sem a mediação do juiz, a resolver tal conflito de interesse, apenas pode autorizar a divulgação de elementos de um depósito bancário, feito em nome exclusivo de um dos cônjuges. Contrariamente, defende Rodrigo Gouvêa Pinto, a possibilidade de aplicação do regime do art. 519º, n.ºs. 3 e 4, do CPC, no sentido de afastar o dever de colaboração com a justiça, quando importar a violação do sigilo bancário, bem como a possibilidade de dispensa do sigilo bancário, por força da norma remissiva do art. 519º, n.º 4, CPC, art.135º, n.º 3, CPP. Abrindo a hipótese de se afastar o sigilo bancário. Cf. Rabindranath Capelo de Sousa, «Segredo Bancário...», *op. cit.*, p. 186; Gouvêa Pinto, «Divórcio e Sigilo Bancário», *op. cit.*, p. 460.

¹⁰⁶⁵ Como forma do suprimento judicial da falta do consentimento do cônjuge, quebrando o sigilo bancário, veja-se, Acórdãos do STJ, 19/4/1995, CJ/Supremo III, 2, p. 37 e ss, TRL, 5/3/2002, CJXXVI, p. 71 e ss, TRL, 16/11/2006, CJXXXI, 5, p. 86 e ss, TRG, 10/11/2011, Proc. 855/10.

¹⁰⁶⁶ Cf. *Ibidem*, p. 458 e ss.

¹⁰⁶⁷ Cf. *Ibidem*, p. 472 e ss.

¹⁰⁶⁸ Cf. Neste sentido, equacionando a derrogação do sigilo bancário no âmbito da partilha dos bens entre os cônjuges, veja-se (Acórdãos do TRE de 29/1/2015, 4330/07.2TBSTB-A.E1, e TRE de 15/1/2015, n.º 426/12.7TBPTG-C.E1).

¹⁰⁶⁹ O Acórdão do TRLx, de 14 de Novembro de 2000, defende que o sigilo bancário não é oponível aos herdeiros do titular ou de um dos titulares da conta falecido, pois os herdeiros não são terceiros na óptica deste acórdão. E mais, acrescenta o Acórdão do TRLx, de 28 de Fevereiro de 2002, que qualquer herdeiro do *de cujus* não é, pois, terceiro, é sim uma parte interessada. Ainda, neste sentido, veja-se, Acórdãos do STJ, 28/6/1994, CJ/Supremo II, 2, p. 163 e ss, TRC, 21/11/1995, CJ

Com efeito, somos de parecer favorável de que os herdeiros, no caso representados por um cabeça-de-casal, suficientemente habilitados pelo tribunal, podem aceder à informação bancária respeitante aos bens que integram a massa da herança. Todavia, admitimos que a informação a aceder deve ser aferida e permitida apenas na medida do suficiente, necessária e adequada à determinação do *quantum* vale ou custa a massa da herança e das respetivas vicissitudes relevantes que sobre ela incidiram, antes e após o óbito do *de cuius*. Assim sendo, o sigilo bancário continua oponível aos herdeiros e ao seu representante – cabeça-de-casal, em tudo o que não sirva o real interesse para a determinação do atual valor da massa de herança ou para efeito do regime de colação ou outra vicissitude relevante no âmbito da fixação da massa da herança, nomeadamente para a redução das liberalidades inoficiosas.

Destarte, neste sentido, não assiste aos herdeiros o direito de consultar todas e quaisquer movimentações ativas e passivas ilimitadas que o *de cuius* fez em vida, o que pagou, porque pagou, e o que recebeu, porque recebeu, lugares que frequenta, suas fantasias, etc... Mas, excecionalmente, podem fazê-lo, apenas na medida da necessidade pontual de apurar a informação relacionada com eventuais doações em vidas que o *de cuius* efetuou para efeito do regime de colação e das reduções das liberalidades inoficiosas.¹⁰⁷⁰ Caso contrário a permitir que os herdeiros tomem de forma ilimitada e indiscriminada às informações bancárias do *de cuius*, consubstancia-se numa devassa da vida privada do *de cuius* e tolerar, de forma infundada, a violação do sigilo bancário, que deve merecer a tutela de direito, ainda que *pós mortem*, v.g., art. 71º CC.¹⁰⁷¹

Portanto, neste sentido, deve-se falar da possibilidade da quebra específica e restrita do sigilo bancário em relação ao cabeça-de-casal, no sentido dos bancos permitirem acesso aos dados e informações bancárias, limitadas às necessidades prementes de tutela da integridade da massa da herança. Entretanto, os bancos não devem disponibilizar as contas para permitir que os herdeiros tomem de forma discricionária e ilimitada os dados ligados à mesma.

XX, 5, p. 36 e ss, TRP, 7/3/1996, CJ XXI, 2, p. 179 e ss, TRL, 9/11/1999, CJXXIV, 5, p. 78 e ss, STJ, 21/3/2000, CJ/Supremo VI, 1, p. 130 e ss, e TRG, 15/11/2011, Proc. 134/09, e TRL, 4/12/2012, Proc. 1555/09.

¹⁰⁷⁰ Cf. Ac. Tribunal da Relação de Coimbra nº TRC_294/04 de 02-10-2007, Ac. Tribunal da Relação de Lisboa nº TRL_5900/2006-7 de 19-09-2006.

¹⁰⁷¹ Indo mais longe, o Ac. TRC_2294/06.9YRCBR de 05/12/2006 defende a quebra do sigilo a favor da massa da herança, relativamente às contas das quais seja titular única ou conjunta a cabeça-de-casal, outro tanto não sucede com as contas das quais só seja titular o seu familiar. Para tanto, alega que o que está em causa, relativamente à informação contida nas contas bancárias dos cabeças-de-casal, a privacidade patrimonial desta, que, integrando o direito à reserva da sua vida particular, não implica, à partida, o círculo mais restrito e insondável da chamada “intimidade da vida privada”, tendo assente este entendimento na chamada teoria das esferas, caracterizada por contrapor aqui as esferas pública, individual-social, privada, secreta e íntima. Entretanto, não acompanhamos esta solução, pois a conta do cabeça-de-casal quer seja titulada ou co-titulada pode integrar a informação do que tem e do que é, enquadrada no âmbito das esferas secreta e íntima. No sentido contrário, posicionou bem o Ac. Tribunal da Relação de Lisboa nº TRL-4324/07.8TBCSC-A.L1-1 de 02-06-2009, quando indeferiu o incidente da quebra do sigilo bancário no âmbito do processo de anulação de casamento, por não vislumbrar nenhum interesse preponderante que a justifique.

2.5. A quebra do sigilo bancário e acesso à informação bancária no âmbito do processo executivo. Penhora da conta bancária à luz do AUPSC-OHADA e CPC

Distingue-se o penhor da conta do crédito consignado em conta de depósito bancário. Com efeito, este corresponde a uma garantia real específica acessória, que implique uma conta bancária com um saldo credor bloqueado, na sua totalidade ou parcialmente., importando a responsabilidade do cliente bancário titular, pelo menos até ao limite do saldo credor bloqueado, por certa dívida¹⁰⁷².

Nos termos gerais e na estrita observância dos procedimentos legais fixados pela lei processual civil vigente, os créditos registados e disponíveis em contas de depósitos do cliente, bem como os bens, títulos e valores depositados em bancos, e demais créditos do cliente executado depositado em bancos, são suscetíveis de penhora judicial no âmbito do processo executivo. Por conseguinte, como havíamos concluído, os bancos estão vinculados a proceder à respetiva nomeação, sem, no entanto, ter que fornecer aos tribunais informações e dados detalhados ligados às contas e operações dos clientes em causa, sob pena de consubstanciar a violação do sigilo bancário.

Todavia, a partir da decretação do penhor do crédito registado em conta de depósito, normalmente, a mesma fica bloqueada ou cativa, indisponível e à ordem do tribunal no total ou apenas em parte. Podendo, nesta altura, o tribunal que decretar a referida providência de penhora, mandar requerer as informações apenas respeitantes ao saldo da conta em referência objeto de penhora.

Entretanto, a irregularidade de nomeação do crédito em conta à penhora, nomeadamente por falta do cumprimento dos procedimentos legais, designadamente dos arts. 856º e 860º, ambos do CPC, bem como em todas as situações da nomeação deficiente do crédito à penhora¹⁰⁷³, sobretudo em violação do disposto ao abrigo do art. 837º CPC, constitui o banco na obrigação de declinar-se ao cumprimento à penhora, ordenada judicialmente nestas condições, com fundamento de que além da deficiente nomeação, encontra-se impossibilitado de dar seguimento à instrução de penhora judicial, sobretudo, por razões ligadas ao cumprimento do dever do sigilo bancário a que se encontra vinculado, por isso estando vedado a prestar ainda as declarações consignadas ao abrigo do art. 856 CPC.

¹⁰⁷² No regime jurídico do penhor bancário, de objeto ou coisa, assume importância particular a suscetibilidade de aplicação do regime da proibição de pactos comissórios.

¹⁰⁷³ A prática bancária tem vindo a confrontar-se com várias situações de nomeação absolutamente deficientes de crédito registado em conta à penhora, nomeadamente através da indicação no despacho que ordena a penhora e o respetivo ofício de execução de apenas os nomes dos clientes, nalguns casos incompletos e até errados, sem indicações da identidade, residência, filiação do cliente executado, e nalguns casos, sem a indicação do valor a penhorar, e nem número da conta, etc... Em todas estas situações, os bancos devem declinar ao cumprimento da decretação da penhora, nos termos requeridos, antes requerendo a compleição ou precisão dos dados em faltas.

Perante esta situação da legítima recusa do banco, assiste ao tribunal em causa, três possibilidades seguintes:

- Sanar a irregularidade ou a deficiência havida na nomeação do crédito à penhora;
- Proceder à notificação do executado para, nos termos legais, proceder à nomeação dos bens à penhora em substituição do executado, art. 837º CPC. Contando que o exequente proceda a nomeação precisa do crédito depositado em conta objeto da penhora.
- Por fim, o tribunal pode mandar suprir a falta do consentimento do cliente, visado por força do art. 1684º CC, e art. 1425º e ss., do CPC.

Entretanto, temos vindo a ensaiar, em geral, conjuntos de soluções possíveis de se retirar da leitura e interpretação do nosso direito processual tradicional, patenteado ao abrigo do CPC, o que não afasta a hipótese de equacionarmos a nova solução desejada pela nova ordem jurídica da OHADA em matéria do processo simplificado de cobrança e vias de execução, maxime através do AUPCE.

Neste sentido põe-se a questão, de saber até que ponto o AUPCE da OHADA, confere aos Juízes, o poder e a legitimidade para requerer as informações bancárias ligadas às contas, no âmbito de um processo simplificado de cobrança e de execução.

Em resposta a esta questão, o art. 161º do AUPCE prevê que: “Na penhora de depósito em instituição bancária ou em instituição financeira similar, esta deve comunicar a natureza da conta ou contas do devedor, bem como o respetivo saldo à data da penhora”¹⁰⁷⁴.

A injunção desta norma da OHADA pretende, ainda assim, acautelar e salvaguardar a proteção do sigilo bancário, patrocinado por uma possível interpretação conciliada com a Lei de Regulamentação Bancária da UEMOA e Interna, na parte relativa à proteção do sigilo bancário, o que passemos a desenvolver em seguida.

Numa leitura literal e finalística, não parece existir qualquer razão para duvidar que o preceito *in casu* reduz para o mínimo possível, adequado e necessário o dano a provocar ao sigilo bancário, em obediência ao princípio da proporcionalidade e da adequação, e com o propósito único de assegurar que a execução judicial chegue ao bom termo e, por conseguinte, prevenir que o devedor, cliente bancário inadimplente, venha a ser injustamente beneficiado pelo direito ao sigilo bancário que o assiste, possibilitando assim a sua fuga e frustração às diligências judiciais de execuções.

¹⁰⁷⁴ Em rigor, contrariamente ao disposto no preceito supra, a penhora visa o crédito representado pelo saldo credor registado em conta de depósito bancário, e não propriamente o depósito ou a conta bancário, antes visando o respetivo saldo positivo.

Foi a partir desta premissa que o art. 161º autoriza ao Juiz, no âmbito do processo de cobrança e execução em curso, nomeadamente na fase da penhora, proceder, mediante o requerimento prévio do exequente, a penhora do saldo da conta/contas bancárias do devedor/executado. Que, para tanto, assiste-lhe ainda a possibilidade de aceder às respetivas informações.

A prática corrente na nossa jurisprudência cível e comercial, que frequentemente colocam os bancos numa situação de tensões e contradições com os tribunais, em que muitas vezes se sentem compelidos a se posicionarem a favor do sigilo bancário e da sua proteção à luz da LRB 4/2008, em prejuízos das diligências judiciais de cobranças e execuções, faz despoletar a questão de saber se estas declinações e recusas dos bancos são legítimas à luz do AUPCE? Ou seja, questiona-se, no âmbito do processo de cobrança e execução, se o tribunal pode, a qualquer momento, requerer toda e qualquer informação da conta do executado, sediada num dos bancos.

As respostas para estas questões devem ser equacionadas da seguinte forma:

- *Quando o tribunal pode aceder às informações das contas bancárias?*
- *Quais as informações que o tribunal pode aceder no âmbito da penhora e execução do devedor/cliente bancário?*

Relativamente à primeira questão, devemos salientar que o AUPCE aponta para a solução de delimitação do *timing* para aceder às respetivas informações, nomeadamente quando refere que “Na penhora de depósito em instituição bancária (...)” e na parte final refere “(...) bem como o respetivo saldo à data da penhora”. No entanto, por força deste preceito, em obediência à LRB 4/2008 e proteção ao sigilo bancário, no âmbito do processo simplificado de cobrança e execução, os tribunais não têm legitimidade de, pelo menos, até antes da decretação da penhora bancária e do respetivo saldo credor, requerer quaisquer informações sobre a mesma. Mas porquê?

A conclusão, possível de extrair da letra do referido preceito, parte da premissa de que apenas a partir da nomeação e decretação judicial de penhora da conta/saldo bancário em causa, mediante despacho favorável notificado ao banco, é que o tribunal passa a ter acesso sobre as informações da referida conta. Pois a partir da data da decretação da penhora judicial da conta bancária, esta passa a ficar sob o domínio e à ordem do tribunal, o banco passa a ser, *in natura*, fiel depositário independentemente de qualquer nomeação visto que a conta em causa encontra-se aberta e registada nos seus livros de contas.

Uma vez tecida a resposta em relação à primeira questão, temos ainda, por essencial, precisar quais as

informações que o tribunal tem a legitimidade para aceder depois de decretação da penhora.

Mais uma vez, a resposta para esta questão encontra respaldo no art. 161º do AUPCE, nomeadamente quando obriga o banco em causa a fornecer apenas as informações ligadas à natureza da conta ou contas bancárias¹⁰⁷⁵ e o saldo da conta à data da penhora.

Entretanto, o preceituado ao abrigo do art. 161º do AUPCE, em consonância com o art. 30º da LRB 4/2008, barra ao tribunal, no âmbito da cobrança e execução judicial, qualquer possibilidade de requerer outras informações associadas à conta em causa, como sejam, por exemplo, extractos bancários, serviços e operações associadas à conta em causa, que não sejam apenas as que refiram a natureza da conta e do respetivo saldo. Aliás, a própria execução visa apenas o saldo credor, i.e., crédito representativo do cliente bancário inscrito em conta de depósito. Todavia, não interessa, no âmbito da cobrança e da execução, a ingerência na esfera íntima do cliente/devedor, patenteado no histórico da sua relação bancária suscetível de se resumir em extrato bancário¹⁰⁷⁶.

Uma vez decretada e efetivada a penhora da conta bancária, o respetivo saldo fica cativo ou bloqueado, total ou parcialmente, pelo menos, até justo limite do valor constante da instrução e do despacho do Juiz, até a sua execução, mediante a instrução de transferência para a conta bancária da respetiva vara do tribunal ou do levantamento da penhora e do respetivo cativo.

Entretanto, durante a pendência da penhora do saldo da conta bancária, podem existir vários interesses ou direitos anteriores, que concorrem e reclamam a justa tutela legal. Foi neste âmbito que o art. 161º, 2º parágrafo, do AUPCE, estipula que, no prazo de 15 dias úteis, a seguir à formalização da penhora, sobretudo durante o período em que o saldo se encontra cativo, o saldo em causa poderá se afectado

¹⁰⁷⁵ V.g., em que o banco deve informar se a conta em causa é plural ou singular, conjunta ou solidária, propriedade do crédito nela depositada, se são contas á odem, a prazo, poupanças, padece de outras anomalias ou incidentes que impeçam ou requerem processos extras para garantir as respetivas execuções. Repare-se que os arts. 162º e 163º, ambos do AUPCE prevêm formalidades para execuções de contas, nomeadamente quando se trata de situações de várias, i.e, conta à ordem, a prazo, poupanças e outras, dá-se prioridade à penhora e pagamento através da conta à ordem, salvo se cliente/executado indicasse outra conta, e tratando-se da conta co-titulada, obriga que seja notificada todos e cada um dos contitulares da referida com a finalidade de se deduzirem, caso justifique, total ou parcialmente, o em bargo de terceiros, mediante prova que se faça de que o saldo não pentence na sua totalidade ou parcialmente o executado. Ainda, o art.163º foi muito mais, quiçá, em derrogação ao conteúdo do sigilo bancário, a impor os bancos a obrigação de fornecer ao agente da execução as informações que permitam a identificação dos outros contitulares da conta em causa, v.g., os nomes e os respetivos endereços, ainda o agente pode pedir que os bancos informem de imediato os contitulares da conta da penhora e do montante de crédito exequendo.

¹⁰⁷⁶ Em abonação a nossa tese, veja-se a solução jurisprudencial defendida à propósito da providência do arrolamento, assim no entender do Acórdão do STJ, de 31 de Outubro de 1995, Processo n.º 604/94, providência cautelar de arrolamento decretada sobre arrolamento não obriga, necessariamente, a explicação ou informação sobre o conteúdo ocasional concreto da conta em causa, em prejuízo do conteúdo do sigilo bancário.

dentro desse prazo, em benefício ou em prejuízo do exequente, nas seguintes operações e serviços, desde que os mesmos foram anteriores à data da penhora:

- crédito, que compreende todos os lançamentos e tratamentos pendentes e anteriores, v.g., de depósitos, cheques ou outros valores e serviços, de cujos saldos ainda não se refletem na conta penhorada;
- débito, traduzido no desconto e pagamento de cheques depositados (v.g., cheques emitidos à cobrança sobre praça e estrangeiro), ou apresentados a pagamento em datas anteriores a penhora, cheques devolvidos por falta de provisão, operações de levantamentos via Monéticas e cartões bancários anteriores à penhora.

Já, entretanto, no 3º parágrafo, procede-se à dilatação do prazo de 15 dias para um mês, nos casos das livranças e outros efeitos de comércio depositados para desconto e que não foram pagos na data de apresentação ou de vencimento. Quando sejam anteriores à penhora, podem ser de novo apresentados nesse prazo de um mês.

No 4º parágrafo, prevê que o saldo penhorado só é afectado em termos subsidiários, nas operações acima referenciadas de débitos e de crédito, em caso do respetivo saldo acumulado for negativo e superior às somas não cativadas pela penhora no dia do seu pagamento.

Ainda obriga os bancos no seu 5º parágrafo, em caso de diminuição das somas tornadas indisponíveis (cativas ou penhoradas), a enviarem, por uma carta registada, com aviso de receção ou por qualquer meio escrito, ao exequente e no prazo de máximo de 8 dias, a contar do fim do prazo de anulação da operação, um extrato de todas as operações que afectaram as contas desde o dia da penhora, inclusive.

Por seu turno, ao abrigo dos arts. 57º e 58º, ambos do AUPCE, relativas as regras específicas sobre os procedimentos cautelares traduzidos nas apreensões cautelares de saldos ou créditos depósitos em contas abertas nas instituições de crédito, tornando-os, por conseguinte, indisponíveis ao devedor e até terceiros mediante bloqueios ou cativos.

O procedimento, para a decretação desta medida cautelar, sujeita-se às formalidades do art. 161º para o qual remete expressamente o art. 58º do AUPCE.

Portanto, em gesto de remate final, devemos concluir, que as injunções dos arts. 57º, 58º, 161º-163º, do AUPCE, assentam no pressuposto da provocação do dano mínimo ao sigilo bancário, por isso, constituem derrogações e quebras limitadas ao sigilo bancário, fundadas e justificadas nas suas

razoabilidades, adequações e nas suas necessidades, sem prejuízos maléficos à razão e ao fim para que o sigilo bancário existe e protegido por lei, entre nós a LRB 4/2008.

Com as interpretações supra, procuramos conciliar os dois diplomas legais, ou seja, as soluções constantes da Regulamentação Bancária da UEMOA e interna, que protegem o sigilo bancário, com as soluções constantes da OHADA – AUPCE, que afasta e tolera a quebra e o levantamento pontual, limitado, vinculado e restrito do sigilo bancário, no âmbito do processo de cobrança, execução e penhora de conta bancária¹⁰⁷⁷.

Para finalizar, devemos ainda enfatizar, que a solução ora preconizada, torna desnecessária a difícil e ingrata tarefa de fixar a hierarquia entre as duas fontes de natureza de tratado internacional patente na OHADA e na UEMOA. Todavia, somos de parecer favorável de que, em todo o caso, em caso de contradições das duas fontes, devemos dar prevalência ao direito e regras da fonte comunitária da UEMOA, quando esteja em causa as matérias de operações e serviços bancários, em defesa do princípio da especialidade e pela simples razão de que, em matéria da regulamentação bancária, a UEMOA é uma instituição especializada, por isso, os seus atos normativos são especiais relativamente aos atos normativos oriundos da OHADA, nomeadamente, em matérias bancárias e das respetivas operações e serviços.

2.6. Quebra do sigilo bancário e acesso à informação de natureza comercial em geral

Sobre as matérias de natureza mercantis, nas quais se incluem as operações e atividades bancárias, o Ccom guineense (art. 41º) consagra a regra da proibição do varejo ou da diligência ou exame dos livros de escrituração mercantil do comerciante, no caso em apreço, o banqueiro. Igualmente designado por sigilo da escritura mercantil, art.41º Ccom¹⁰⁷⁸.

Entretanto, o sigilo previsto ao abrigo do art. 41º Ccom não é absoluto, pois consente importante desvio no âmbito do Ccom e nas outras leis especiais, permitindo, assim, a revelação ou a examinação

¹⁰⁷⁷ Contrariamente, resulta da jurisprudência portuguesa, a possibilidade da quebra do sigilo bancário perante o arrolamento e penhora, nomeadamente da conta bancária, bastando, para o efeito, a indicação do estabelecimento e o nome do titular, vide: Acórdãos: do TRC, 7/11/11/1989, CJ XIV, 5, p. 45 e ss., STJ de 31/10/1995, CJ/Supremo III, 1995 – 3, 88 e ss, da Relação do Porto, de 10/01/2012, Processo n.º 5336/10, e da Relação de Lisboa, de 13/05/1999, CJ XXIV, 1999 – 3, 99 e ss, da Relação de Lisboa, de 18/12/2002, CJ XXVII, 2002, 5, 115 e ss, da Relação de Lisboa, de 05/07/2003, CJ XXVII, 2003, 3, 105 e ss, e da Relação do Porto, de 15/05/2012, Processo n.º 1911/08.

¹⁰⁷⁸ O Acórdão do STJ, de 21 de Fevereiro de 1991, entendeu que existe a violação do sigilo bancário quando os résu revelam factos de que tivessem tido conhecimento apenas por virtude da sua atividade comercial.

das informações constantes dos registos dos livros mercantis, nos moldes que se seguem.

- Vem previsto o direito dos sócios examinarem a escrituração e os documentos que suportam às operações sociais sempre que desejarem, art. 119º, n.º 3;
- O inquérito judicial nos livros, documentos, contas e papéis das sociedades, desde que tal fosse requerido pelos acionistas que detenham, no mínimo, 1/5 de acções, art. 149º Ccom;
- A fiscalização das sociedades comerciais por agentes do governo, podendo inclusive, assistir todas as sessões da Assembleia-geral da sociedade, art. 178º Ccom;
- As autenticações das atas das reuniões da AG dos acionistas e do Conselho de Administração da sociedade, no Tribunal de Comércio;
- O art. 194º Ccom consagra a regra da obrigatoriedade de publicação de balanço e relatório de contas e parecer do Conselho Fiscal – depósito obrigatório de cópias no Tribunal de Comércio;
- Em geral, a lei consente outro desvio ao sigilo bancário, nomeadamente relacionado com a auditoria, controlo e fiscalização de atividades bancárias, cambiais, seguros, etc...

Portanto, não obstante estas situações derogatórias, consignadas de forma expressa no direito comercial, permitindo assim, que as pessoas ou entidades estranhas às relações comerciais, tenham acesso excecionalmente às informações e aos dados privilegiados, salvaguardados e protegidos pelo sigilo bancário, sem no entanto, prejudicar o regime regra de proibição, ainda que relativa, da revelação ou examinação, de informações ou dados referentes aos controlos dos comerciantes quanto à arrumação e os registos nos livros de escrituração mercantil., arts. 41º-43º Ccom^{1079 1080}.

2.7. A possibilidade da quebra do sigilo bancário e acesso à informação bancária no âmbito das Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs)

As Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) estão consagradas indiretamente nos termos do art.88º da CRGB¹⁰⁸¹, uma vez que legitima a constituição das comissões eventuais para assuntos

¹⁰⁷⁹ Os registos dos livros de escriturações mercantis têm força probatória em sede judicial, i.e., em caso de haver litígio.

¹⁰⁸⁰ Embora não concordemos, a jurisprudência portuguesa admite outras situações de afastamento do sigilo bancário, como sejam: para averiguar a validade de um negócio jurídico, cf. Ac. TRG, 26/4/2007, CJ XXXII, 2, 9. 276 e ss.; para fixação da obrigação de prestar alimentos, cf. Ac. TRP, 7/4/2005, CJ XXX, 2, p. 177 e ss, Ac. TRG, 10/11/2011, Proc. 460/11; e para a identificação dos sócios da sociedade, cf. Ac. TRE, 22/3/2012, Proc. 194/09.

¹⁰⁸¹ Existem iguais referências implícitas no art.193º da CR Moçambique, art.102º da CR Timor Leste, art.180º da CR Cabo Verde, e 107º da CR São Tomé e Príncipe.

específicos, coadjuvando a Assembleia Nacional Popular – ANP e as suas Comissões Especializadas Permanentes no desempenho das suas funções políticas.¹⁰⁸²

O núcleo duro do regime das CPIs na GB consta dos arts.38º e ss da Lei n.º 8/94, de 5/12/94, que aprova a Lei Orgânica da ANO, 41º/2, 146º-152º da Lei n.º 7/94, de 5/12/94, que aprova o Regimento da ANP.

As CPIs exercem as funções gerais de fiscalização e controlo do Governo e da Administração Pública, zelando pelo cumprimento da constituição e das leis da república.

A possibilidade do acesso às informações bancárias objeto do sigilo bancário por parte das CPIs deve ser analisada e aferida em conformidade com os poderes conferidos às mesmas.

Com efeito, resulta do art.152º/1 do Regimento da ANP, que as CPIs “*gozam dos poderes de instrução próprios das autoridades judiciais*”¹⁰⁸³.

O preceito em causa deve ser interpretado e compreendido no âmbito exclusivo do cumprimento das funções políticas subjacentes a criação das eventuais CPIs, no sentido de que a mencionada equiparação aos poderes de investigação das autoridades judiciais, consubstanciam poderes das CPIs de solicitar, por escrito, ao Governo, às autoridades judiciais, às outras entidades públicas e privadas,

¹⁰⁸² Militam entre sistemas de consagração constitucional e regimental expressa das CPIs, v.g., **Portugal**, art.178º/5 da CRP, arts.233º - 237º do Regimento da AR, e Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares - RJIP, Lei n.º 5/93, de 1 de março, alteradas pela Lei n.º 126/97, de 10 de dezembro, e Lei n.º 15/2007, de 3 de Abril; **Brasil**, art.58º/3 da Constituição da República Federal Brasileira e art.4º, Parágrafo 1º da Lei Complementar n.º 105, de 10 de Janeiro de 2001; **Áustria** – art. 53º da CR e o Regulamento do Parlamento, secção 33; **Bélgica** – art.56º da Constituição, os arts.145º e 147º do Regulamento da Câmara dos Representantes e a Lei nº 3/1880 de 3 de Maio; **Dinamarca** – art.51º da CR e a lei nº 357/1999 de 2 de Junho; **Espanha** – art.76º CR, o Regimento do Congresso dos Deputados, arts.52º e 53º, o Regimento do Senado, arts.59º e 60º e legislação ordinária, Lei orgânica 5/1984, de 24 de Maio, Decreto-lei 5/1994, de 29 de Abril e Lei 25/1995 de 20 de Julho); **Finlândia** - Secção 35 da CR e capítulo II – Secção 7, 8 e 17 e capítulo IV do Regulamento do Parlamento; França, Regimento: arts.140º a 144º do Regulamento da Assembleia Nacional e o artigo 6º da Portaria nº 58-1100 de 17 de Novembro de 1958; **Grécia** - art.68º, §2 e 3 da CR e o Regimento arts.144 a 149); **Holanda** - art. 70 da CR, o Regimento (Capítulo XII) e legislação ordinária; **Itália** - art.82º CR e no Regulamento do Parlamento arts.162º e 163º; **Reino Unido** - Câmara dos Comuns não tem a CPI, mas a Câmara dos Lordes contempla a figura da CPI; **Suíça** - Regimento do Parlamento, arts.163 a 171); e por último, **Parlamento Europeu** - base legal para a constituição das CPIs constam dos arts.151º e 152º do Regimento e a Decisão do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão de 19 de Abril de 1995. Existem dois traços característicos dos mencionados sistemas consagradores das CPIs traduzidos, *maxime* as equiparações das CPIs às autoridades judiciais/judiciárias no âmbito de investigação, com ressalva dos poderes exclusivos das autoridades judiciais, e ambas são reconhecidas missões de fiscalizar e controlar os actos do Governo e da Administração em geral.

¹⁰⁸³ Vide as normas correspondentes da CRP, art.178º/5, e dos arts.237º do Regimento da AR e 13º do RJIP. Maria de Fátima Carvalho da Costa Figueira Abrantes Mendes, As Comissões Parlamentares de Inquérito no Portugal Democrático, 1976-2015, Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, UNL, Outubro de 2015. P. 92 e ss.

incluindo as instituições financeiras, as informações ou documentos que julguem úteis, bem como poder de convocar qualquer cidadão para depor e de comunicar ao MP sobre eventual situação recalcitrante para efeito penal e do respetivo procedimento, e de ser coadjuvada pelos órgãos de polícia criminal, art.152º/2 do Regimento da ANP.

Desta feita, são excluídos no âmbito dos poderes conferidos à CPIs por força da equiparação, os poderes que estão reservados exclusivamente aos tribunais – de administrar a justiça em nome do povo, em cumprimento da sua função jurisdicional, art.119º e ss da CRGB, bem como poderes de instrução em processo penal, antes cumpram estritamente missões políticas. Ficam também ressalvados poderes de conformação de direitos subjetivos, detenção para interrogatório, entrada no domicílio, ingerência em comunicação ou correspondência, os poderes de julgamento e de derrogação e ingerência ilícita nas esferas da vida privada e da intimidade das pessoas.

Com efeito, a equiparação dos poderes das CPIs aos das autoridades judiciárias visa, no essencial, facilitar o cumprimento das suas funções políticas mediante acesso a informações de natureza pública ou privada, ainda que esbarram com as que estão tuteladas pelo sigilo profissional, sigilo bancário, a reserva da intimidade da vida privada.

Entretanto, uma vez confrontada com as solicitações das CPIs, referentes às informações, documentos e depoimentos objetos do sigilo bancário, as instituições de crédito têm poder-dever de se recusar depor, testemunhar ou fornecer os documentos solicitados, com fundamento nos arts.30º e 53º, último parágrafo, da LRB, e 120º do CPP.

Invocada a escusa, entre nós, por força do disposto ao abrigo do art.120º/2 e 3, CPP, apenas assistem às CPIs a possibilidade de recorrerem ao Supremo Tribunal de Justiça da Guiné-Bissau, justificando e requerendo a quebra do sigilo bancário ora invocado. Esta instância suprema da judicatura guineense, sopesando e ponderando os interesses em causa, determinará ou não a quebra do sigilo bancário, considerando que estamos perante valores constitucionalmente consagrados nos termos do art.44º/1 da CRGB (correspondente ao art.26º/1 da CRP), atendendo o juízo que se faça da sua proporcionalidade, adequação e da sua necessidade, art.30º/3 da CRGB.¹⁰⁸⁴

¹⁰⁸⁴ Em Portugal, a questão de in/oponibilidade do sigilo bancário às CPIs, tem sido equacionada de forma não coincidente na doutrina e na jurisprudência portuguesa. Assim sendo, parece que a maioria de doutrina e jurisprudência encimadas por Jónatas Machado/Sérgio Mota e Parecer n.º 4/2015, de 12/03/15, do Conselho Consultivo da PGR, sustentam o poder-dever de oponibilidade do sigilo bancário às CPIs por força do art.135º do CPP português (correspondente ao art.120º do nosso CPP), e a solução contrária de inoponibilidade foi defendida por Nuno Piçara. Cf. Para mais desenvolvimento sobre o assunto, Jónatas Machado/Sérgio Mota, “*As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) – Poderes de investigação, reserva de Juiz e Direitos Fundamentais*”, in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Rogério Soares, Coimbra, Coimbra Editora, 2001. Ponto 2; 2.1; 3.2 e 3.2.1; Nuno Piçara, “*Os Poderes das Comissões Parlamentares de Inquérito no Direito Brasileiro e no Direito Português*”, in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Carlos Ferreira de Almeida, Coimbra,

Portanto, por outro lado, os membros que integram as CPIs estão sujeitos ao sigilo quanto as informações que lhes são disponibilizadas no âmbito das suas atividades, e as reuniões ou audiências, em regra, não são públicas, art.41º/2¹⁰⁸⁵. Com efeito, as matérias que envolvam o sigilo bancário não devem sujeitar-se ao princípio de publicidade e nem devem constar dos relatórios das CPIs, arts.41º/1 e 151º/2 do Regimento da ANP.

3. Conclusão. Problemas atuais

As soluções acima equacionadas na ordem jurídica guineense, referentes às obrigações de prestações de informações, por imposições legais que limitem ou derroguem o conteúdo do sigilo bancário, deixam patente a indiferença, com que a Guiné-Bissau, considerou e integrou, no contexto mundial, os problemas e dilemas que o sigilo bancário tem vindo a enfrentar, importando, por isso, o rompimento e a compressão pontual do seu conteúdo, nomeadamente a salvaguarda de outros interesses e valores relacionados, v.g., com a administração da justiça penal, com os interesses do fisco no combate ao crime de evasão fiscal, do combate ao branqueamento de capitais e outras vantagens ilícitas e luta contra o terrorismo internacional.

Porém, denotam-se, que na ordem jurídica guineense, a questão merece, igualmente, uma atenção especial, todavia as exceções legais e voluntárias cominadas e toleradas, não prejudicam substancialmente o conteúdo do sigilo bancário, e visam, no essencial, escassas situações e condições

Almedina, 2011. P. 201 e ss. Entretanto, no sistema brasileiro, a questão não se coloca nestes moldes, uma vez que a Lei Complementar n.º 105, de 10 de Janeiro de 2001, art.4º, Parágrafo 1º, autoriza de forma expressa as CPIs para aceder diretamente os dados bancários no âmbito das suas funções. Bem como a oponibilidade do sigilo bancário perante as CPIs defendida no caso concreto pelos Professores Doutores Sérvulo Correia e Germano Marques da Silva nos pareceres que integram os Anexos II e III do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída em 2008 sobre a nacionalização do BPN e a inerente supervisão bancária. Pp. 48 e ss e 209 e ss. Recentemente, o BdP exerceu o poder-dever de escusa de fornecer certos documentos à CPI referente a CGD, e a CPI recorreu a via da quebra judicial, em que foi proferido o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 17/01/2017, decidindo o levantamento do segredo de supervisão em relação a um vasto conjunto de informação constante de requerimento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Caixa Geral de Depósitos (CGD). A decisão da quebra dirige-se a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários e o Banco de Portugal, duas entidades abrangidas pelo acórdão que impõe a entrega de documentos e informação protegida pelo segredo sobre a Caixa Geral de Depósitos. Entretanto, em sede da reclamação perante STJ, o BdP alega que a presente decisão de divulgação dos nomes dos grandes devedores da CGD tem efeitos extremamente perniciosos para a instituição, para o sistema financeiro em geral e para os seus clientes.

¹⁰⁸⁵. Contrariamente, em Portugal, resultam dos arts.7º e 15º do RJIP que, em regra, as reuniões, os trabalhos e os relatórios das CPIs são públicos.

pontuais destinadas a salvaguardar os aludidos interesses ligados ao controlo da atividade bancária, à administração da justiça criminal, ao combate ao branqueamento de capitais, tráfico de estupefacientes e de vantagens ilícitas, e nas situações apertadas e exíguas, que os inspetores das finanças possam aceder a algumas informações bancárias no âmbito do exercício das suas funções. De entre as quais destacamos, essencialmente, as seguintes situações derogatórias, sobretudo as impostas por razões ligadas à obrigatoriedade de prestação de informações que impende as instituições financeiras em derrogação pontual ao conteúdo do sigilo bancário:

- A obrigatoriedade de prestação de informação no âmbito da LU relativa à luta contra o branqueamento de capitais, no caso em apreço, através do sistema bancário¹⁰⁸⁶;
- Da luta contra tráfico de droga e de estupefacientes¹⁰⁸⁷;
- O art. 53º, último parágrafo, da LRB 4/2008, estabelece o princípio de obrigatoriedade de colaboração com a justiça criminal, prestando, por isso, as informações requeridas por esta no âmbito da lei processual penal e processual civil subsidiariamente, sempre por via do incidente da quebra do sigilo bancário, art.120º, CPP, e 519º CC. Foi, neste sentido, que os mais recentes acórdãos dos tribunais portugueses advogam, por um lado, que o direito à intimidade, protegido pelo sigilo bancário cede perante o *ius puniendi*¹⁰⁸⁸, bem como a desnecessidade do recurso ao tribunal superior para obter a autorização da quebra do sigilo bancário, para o efeito, basta a intervenção de um Juiz ou do JIC.
- Vislumbra-se, ao abrigo do art. 519º do CPC (art.417º/3, al.c) do CPC de Portugal), a regra de cooperação com a justiça, todavia, consente a legitimidade da recusa do banco em prestar a referida colaboração, com fundamento da vinculação ao sigilo bancário, n.º 3. Podendo, tal recusa, ser superada por força da remissão que faz do n.º 3, do art.519º, CPC, para o art. 120º, n.º 3, do CPP (art.135º CPP de Portugal), sendo que, atualmente, a jurisprudência exige que a restrição ou quebra do sigilo bancário seja traduzida no mínimo necessário mediante a ponderação que se faça em conforme o

¹⁰⁸⁶ Cf. Lei Uniforme n.º 1/2003/CM/UEMOA, relativa à luta contra o branqueamento de capitais, publicada no BO n.º 44, de 2 de Novembro de 2004, que transpõe para o direito interno o art. 22º do Tratado constitutivo da UMOA, aprovado pelo Conselho dos Ministros da UMOA em 14 de Novembro de 1973 e as transposições dos artigos 36º a 43º, ambos da Diretiva n.º 07/CM/UEMOA, de 19 de Setembro de 2002, relativa à luta contra o branqueamento de capitais nos Estados membros da UEMOA.

¹⁰⁸⁷ DL n.º 2-B/93, de 28 de Outubro - publicado no 1º Suplemento ao BO n.º 43, de 28 de Outubro de 1993, legislação relativa a estupefacientes, que revogara e substituiu o então DL n.º 1/76, de 21 de Abril, que aprovara a “Lei de Combate à Droga”. Decreto n.º 11/94, de 14 de Fevereiro – publicado no BO n.º 7, de 14 de Fevereiro de 1994, que cria a Comissão Interministerial de Combate à Droga.

¹⁰⁸⁸ Acórdãos: da Relação de Lisboa, de 20/12/2011, Processo n.º 828/11, da Relação de Coimbra, de 02/11/11, Processo n.º 262/10, e da Relação do Porto, de 19/10/2011, Processo n.º 10228/08.

princípio de proporcionalidade¹⁰⁸⁹.

Portanto, constitui assim, caso para dizer, que ao longo do tempo, tem-se assumido no âmbito interno e internacional uma feição mais favorável à quebra do sigilo bancário para prossecução do interesse ligado à investigação dos crimes internos e transnacionais, no âmbito do combate ao branqueamento de capitais, terrorismo mundial, ao tráfico e ao consumo de estupefacientes, substâncias psicotrópicas, à criminalidade organizada e à criminalidade económica e financeira, etc...¹⁰⁹⁰ Mas, em todo o caso, deve-se apelar à máxima prudência e ponderação, no sentido de admitir, no caso em apreço de investigação criminal, a quebra do sigilo bancário apenas nas situações dos crimes graves e dolosos, como única via disponível e eficaz para assegurar e *ius puniendi* do Estado¹⁰⁹¹.

4. Violação do Sigilo Bancário. Conceptualização e a natureza

Entende-se por violação do sigilo bancário, em geral, toda a situação em que, quem, sem justa causa e nem consentimento do cliente bancário titular da conta de depósito, revelar¹⁰⁹² ou se aproveitar¹⁰⁹³ do conhecimento dos dados e situação ligada à conta, operação e serviço do cliente, a um terceiro. Igualmente, incorre na violação de sigilo bancário, o funcionário que, sem qualquer autorização do cliente, revele segredo de que teve acesso ou que lhe foi confiado, no âmbito do exercício das suas

¹⁰⁸⁹ Cf. Neste sentido, Acórdãos do STJ, 8/2/1990, BMJ 394, 1990, p. 417 e ss, e TRP, 6/5/1993, CJ XVIII, 3, p. 1995 e ss. Cf. Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. pp. 375 e 376 e ss, Ibidem, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», cit. pp. 40 e 41 e ss.

¹⁰⁹⁰ No mesmo sentido, do ponto de vista jurisprudencial, perfilarão várias jurisprudências portuguesas, como sejam: Acórdão do STJ, de 12/11/86, BMJ 361, 253 e ss., no qual se defendeu a prossecução da investigação de um crime público, ainda que em violação do sigilo bancário; ainda, defendendo a prevalência do “interesse na boa administração da justiça” (*ius puniendi*), existem outros tantos acórdãos, v.g., Acórdãos da Relação de Coimbra, de 06/07/1994, CJ XIX, 1994 – 4, 353 e ss., Relação de Évora, de 14/02/1995, CJ XX, 1995 -1, 286 e ss., Relação do Porto, 14/05/1997, CJ XXII, 1997 – 3, p. 229 e ss., etc. Por outro, advoga-se a recusa legítima de um banco revelar informações cobertas pelo sigilo bancário, entretanto, a referida recusa, pode ser ultrapassada apenas nas condicionalidades previstas ao abrigo do art. 135º, n.º 3 do CPP, no Acórdão de Relação de Guimarães, de 19/02/2007, CJ XXXI, 2007 – 1, 290 e ss.; sobre a necessidade da quebra do sigilo bancário para investigação dos crimes fiscais, vide Acórdão 26/03/2008, CJ XXXIII, 2008 – 2, 226 e ss.

¹⁰⁹¹ Cf. Menezes Cordeiro, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», *op. cit.*, pp. 34, 37 e ss. De igual modo, assevera-se no Acórdão da Relação do Porto, de 26 de Setembro de 2007, CJ XXXII, 2007 – 4, 218 e ss., que, “a quebra do sigilo bancário é excepcional, não se justificando para apurar uma burla que não chega aos 50 euros”.

¹⁰⁹² Traduz-se na divulgação de um facto, transmitindo-o a outrem, seja qual for a forma que se opere essa transmissão, desde que o seu resultado seja fazer chegar a informação a quem não tinha profissionalmente acesso a ela.

¹⁰⁹³ Assente num prisma diverso, pois consiste em utilizar ou servir-se, em proveito próprio, do facto conhecido, ainda que não o revelando a ninguém. Entretanto, neste sentido, importa realçar a dificuldade acrescida na efetiva prova e demonstração do resultado do aproveitamento, pressupondo, naturalmente, a prova de um nexo de causalidade entre o facto sigiloso e o provento conseguindo. Cf. Costa Freitas, «Sigilo Bancário...», *op. cit.*, p. 10.

profissões ou, por causa delas, com a intenção de obter para si ou para terceiro certas vantagens.

Mas afinal como e quando é que se considera violado o dever de guardar sigilo bancário?

Em resposta a esta questão, podemos dizer que, consubstancia a violação de sigilo bancário, todas as situações em que os bancos, bem como a autoridade de supervisão, seus dirigentes e funcionários efetivos e os prestadores de serviços ocasionais¹⁰⁹⁴, permitam ou facilitam a intromissão alheia, forneçam ou difundam ou aproveitam das informações e documentos conexos à conta ou operações de cliente, sejam porque meio for, a um terceiro, fora dos casos previstos nas leis referenciadas neste estudo e sem qualquer consentimento do titular da conta¹⁰⁹⁵. Com isto, o banco, ao ceder à quebra do sigilo bancário fora das situações especiais previstas nas leis, viola o seu dever fundamental, oriundo da relação básica de contrato de conta, depósito, da confiança depositada na profissão bancária, do dever acessório de boa-fé, art. 762º, n.º 2, CC, do giro bancário em geral, entre outros.

Assim sendo, mais precisamente, refira-se que o banco viola o dever do sigilo bancário caso preencha cumulativamente os seguintes pressupostos:

- **Conduta:** atuação ou omissão do banco, traduzida no comportamento dos titulares dos órgãos do banco e seus funcionários, que tornem público e ou aproveitam ou permitam que terceiros tenham acesso às informações e documentos da conta de cliente¹⁰⁹⁶;

¹⁰⁹⁴ Cf. Art. 19º, 2º parágrafo, da LRB. Neste sentido, reza o Acórdão da Relação do Porto, de 29 de Fevereiro de 1996, Processo n.º JTRP00015362, que “A violação de sigilo bancário” é extensivo aos trabalhadores da instituição de crédito, implicando a inerente responsabilidade civil pelos danos provocados, igualmente respondem nestes termos os auxiliares e instigadores. Ainda, são passíveis deste crime de violação, os órgãos da administração e do controlo do banco, vide Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 14 de Abril de 1997, Processo n.º JTRP00020821. Sobre os tipos de violação do sigilo bancário, veja-se: José Maria Pires, *Dever de Segredo...*, op. cit., p. 134 e ss.

¹⁰⁹⁵ No sentido de que, subjacente ao sigilo bancário, temos um dever, e a violação deste dever, conexa à profissão bancária, que possa consubstanciar a violação do segredo bancário, vide Ubaldo Perrucci, «Segreto Bancario: è la fine?», *Commercio Internazionale*, n.º 22, 1991, p. 1275; Pietro Nuvolone, «Il Segreto...», op. cit., p. 433 e ss.

¹⁰⁹⁶ Não são quaisquer informações, mas apenas ligadas às contas e operações dos clientes, entretanto, assim, não seria de considerar, na esteira do Acórdão do STJ, de 21 de Fevereiro de 1991, Processo n.º 078313, violação de sigilo bancário outras informações ligadas ao cliente, v.g., a informação passada no Jornal pelo banco de que acionou judicialmente um cliente para pagamento de quantia X; quando o banco, imbuído da vontade de querer colaborar com a justiça, indica apenas a morada ou a residência de um cliente, vide Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 4 de Abril de 2001, Processo n.º 0082196. Portanto, todas estas situações não podem ser consideradas de violações de sigilo bancário, porque não são difundidas as informações e factos de que o banco tenha conhecimento apenas e exclusivamente por virtude da sua profissão. Igualmente, não constituem quaisquer violações do sigilo bancário, a requisição, confiança e a junção de cheque para efeito probatório de um pagamento ou não, vide, neste sentido, Acórdãos do Tribunal da Relação do Porto, de 13 de Maio de 1999, Processo n.º JTRP00026049, do Tribunal da Relação do Porto, de 22 de Maio de 2000, processo n.º JTRP00028649. Ainda, concluiu-se e bem, no Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 25 de Setembro de 2000,

- **Objeto:** as informações difundidas ou aproveitadas têm que visar a conta do cliente em causa objeto do sigilo bancário, podendo traduzir apenas no fornecimento de extrato de conta, seu saldo e outras operações e serviços ligados à conta ou balcão, etc... Assim, de forma mais exigente, o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 20 de Dezembro de 1993, Processo n.º JTRP00007801, concluiu que há violação de sigilo bancário quando o banco revela nome de cliente, e a revelação de elementos que permitissem conhecer a existência da conta em nome de cliente, v.g., cartão de débito. Porém, sem difundir o conteúdo da conta e operação de cliente.

Igualmente, consubstancia a violação do sigilo bancário, a difusão ilícita da informação das movimentações ativas e passivas (crédito ou depósito e débito ou levantamento) efetuadas em conta de depósito à ordem, bem como a informação do saldo da conta prestada por um funcionário do banco, a um terceiro não autorizado pelo cliente titular da conta, no âmbito da sua função bancária¹⁰⁹⁷. Todavia, na nossa modéstia opinião, não constitui a violação, quando o banco fornece ao tribunal apenas o saldo de conta inventariada, ao abrigo de um processo de inventário em curso, porque o sigilo bancário, neste caso, não é oponível aos herdeiros e à cabeça-de-casal¹⁰⁹⁸;

Ainda, as informações difundidas a terceiros relativas à conta do cliente, para consubstanciar a violação ilícita do banco, devem ser fornecidas à margem de quaisquer disposições legais derogatórias do sigilo bancário e sem a devida autorização do Tribunal ou do cliente, apenas e tão-somente nos casos expressamente previstos na lei, nomeadamente dos art. 30º e 70º, da LRB, a LU de luta contra branqueamento de capitais, art. 34º, Lei de Estupefacientes, art. 30º, e artigos 6º e 120º, do CPP.

Portanto, uma vez que a atuação do banco lesa o dever de sigilo bancário, por não se conformar com as disposições da lei de regulamentação bancária, regras, usos e costumes profissionais decorrentes dos contratos bancários, comete ilícito bancário¹⁰⁹⁹, que pode assumir a natureza de contra-ordenarção ou de crime. Ainda a conduta do banco é passível da responsabilidade disciplinar e civil.

Processo n.º JTRP00029369, que não constitui nenhuma violação de sigilo bancário a junção de extrato e movimento da conta de um cliente funcionário para fundamentar a instauração de um processo disciplinar.

¹⁰⁹⁷ Cf. Neste sentido, Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 15 de Novembro de 2001, Processo n.º JTRP00032963, disponível em www.dgsi.pt.

¹⁰⁹⁸ Cf. neste sentido, Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 12 de Junho de 1997, Processo n.º JTRP00021610, disponível em www.dgsi.pt.

¹⁰⁹⁹ Assim entende-se por ilícito bancário o ato praticado por um sujeito banco, no âmbito das suas atividades, em violação da lei bancária. Podendo assumir a configuração de contraordenação como tipo e sanção regra, e a configuração de um crime como exceção, tolerado para os casos mais graves. Cf. Armindo Saraiva Matias, «Regime Sancionatório em Direito Bancário», *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 62, Lisboa, 2002, p. 605 e ss.

4.1. Consequência cível: Responsabilidade civil contratual vs extracontratual

A violação do sigilo bancário gera consequências negativas, como resultado da reprovação da conduta do colaborador ou dirigente do banco. A violação em causa é suscetível de assumir várias configurações, naturezas e contornos jurídicos e social, nomeadamente:¹¹⁰⁰

- Situada na órbita da responsabilidade contratual, fundada na violação dos termos contratuais, ao abrigo dos quais o banco vincula a preservar os dados e informações, que o cliente lhe confiou no âmbito da relação comercial circunscrita, não devendo, por isso, ser conhecidos nem divulgados, em regra, fora deste âmbito, importando a reparação dos danos *circa rem*, art. 798º e ss do CC¹¹⁰¹.

- Porém, podendo, também assumir contornos e natureza da responsabilidade civil extracontratual, por se traduzir na violação do direito de personalidade do cliente, mais precisamente do seu direito à reserva da vida privada, i.e., à privacidade, importando o direito a indemnização e de reparação dos danos *extra rem*, art. 483º e ss. do CC¹¹⁰². Sem, no entanto, olvidar da possibilidade de

¹¹⁰⁰ Para quem defende, que o sigilo bancário é uma das formas possíveis de manifestação da tutela constitucional do direito fundamental à reserva da intimidade da vida privada, naturalmente que a sua violação corresponde à violação desse direito fundamental, da qual emergem consequências, no âmbito das responsabilidades civil, disciplinar e criminal. Tratando da infração cometida por poderes públicos, acresce-se, ainda, a responsabilidade pelo exercício político. Vide Tiago Viana Barra, «A Responsabilidade dos Poderes Públicos ...», *op. cit.*, p. 1184.

¹¹⁰¹ Assim, *danos circa rem* correspondem a danos causados no objeto da prestação, neste caso em específico do sigilo bancário, o banco assume uma obrigação acessória de guardar sob discrição todos os dados e informações atinentes à relação comercial de conta entabulada com determinado cliente. Cf. Pedro Romano Martinez, *Direito das Obrigações*, *op. cit.*, p. 100 e ss.

¹¹⁰² Já, entretanto, *danos extra rem* traduzem-se nos danos que extravasam o âmbito do objeto da prestação, i.e. correspondem a prejuízos, que tanto podiam ser causados à contraparte, como a qualquer terceiro. Com efeito, no caso em apreço, a violação do sigilo bancário consubstancia, igualmente, a lesão pelo valor preservado e protegido por esta figura, nomeadamente o direito de personalidade e o direito à reserva sobre a intimidade da vida privada. Cf. Pedro Romano Martinez, *op. cit.*, p. 100 e ss. Entretanto, chamamos atenção, que esta qualificação dos danos, para efeito de determinação do regime jurídico (art. 483º e ss., e art. 798º e ss., CC) da obrigação de indemnização, não deve ser confundida com a qualificação dos danos diretos vs danos indiretos, consoante os danos ou prejuízos resultam de forma imediata do facto ou atuação do agente, ou quando resultam mediadamente do facto ou atuação do agente. Em todo o caso, no caso em apreço, parece que, quer os *danos circa rem* quer os *danos extra rem*, correspondem à qualificação de danos diretos, resultantes da atuação direta e imediata do agente violador do sigilo bancário, embora de consequências diversas ao nível de enquadramento jurídico. Foi neste mesmo sentido, que se equacionou o concurso real da responsabilidade civil contratual, traduzida na violação do contrato firmado com o cliente, através de divulgação ilegítima e ilegal dos dados do cliente, protegido nos termos contratuais; e a extracontratual, reportada à situação do direito subjetivo absoluto de outrem, v.g., o direito à reserva da intimidade da vida privada, tutelada de forma direta e imediatamente ao abrigo do contrato e das leis vigentes, designadamente a CRGB, CC, etc. A solução para esta questão não é pacífica do ponto de vista doutrinário, tendo, por isso, dado azo à construção de duas teorias, como sejam: i. a teoria ou sistema de cúmulo; e a teoria ou sistema de consunção. Com efeito, a primeira consagra uma das três vias de soluções, como de o lesado se recorrer, numa única ação, das normas da responsabilidade civil contratual e da extracontratual, amparando-se nas que entenda mais favoráveis, ou a possibilidade de lançar mãos entre procedimentos fundados apenas numa ou noutra dessas responsabilidades; e, por fim, admite-se, em ações autónomas, a par da responsabilidade contratual, a responsabilidade extracontratual. Já,

responsabilidade pré-contratual, fundada na culpa *in contrahendo*, art. 227º do CC.

Portanto existe uma mera possibilidade de concurso das responsabilidades, nomeadamente da responsabilidade civil extracontratual pelo facto ilícito e culposo, fundada nos termos gerais do art. 483º, n.º 1, do CC, em como a responsabilidade civil extracontratual objetiva do comitente – banco pelo facto cometido pelo comitido pelo comissário/colaborador do banco, arts. 483º/2 e 500º CC, e pela violação dos deveres acessórios decorrentes dos usos, costumes e da lei¹¹⁰³; e a responsabilidade civil contratual, nos termos do art. 798º e ss. do CC, fundada no incumprimento da obrigação decorrente do contrato de conta bancária, conta-corrente bancária, depósito e do contrato de giro bancário em geral, sobretudo para quem defende a teoria clássica de base contratual¹¹⁰⁴.

Na fixação da indemnização, igualmente, deve-se atender os danos morais ou não patrimoniais, sobretudo quando a violação importar os dados de natureza pessoal e íntima, arts. 484º e 496º CC¹¹⁰⁵.

E, mais, a conduta violadora do dever do sigilo bancário importa outras consequências jurídicas administrativa, disciplinar e até social, como sejam:

- Pode ainda assumir a importante configuração da responsabilidade administrativa da instituição de crédito em causa perante o banco central, traduzida na aplicação de coima no âmbito do

entretanto, a teoria ou sistema de consunção, visa, no essencial, excluir a possibilidade de cumulos de aplicações dos dois regimes de responsabilidades civis, nomeadamente contratual e extracontratual e, conseqüentemente, a aplicação do regime da responsabilidade civil contratual ou obrigacional, em virtude de um sistema de consunção. Portanto, no caso concreto da ordem jurídica guineense, estamos em querer que, no caso em apreço da violação do sigilo bancário, postulamos situações diversas, ainda que ambos os danos, nomeadamente de crédito resultado do contrato firmado com cliente, de direito subjetivo absoluto, resultante da violação do direito da reserva sobre a intimidade da vida privada protegido por lei, resultam imediatamente da mesma atuação do agente/banco subsumíveis aos regimes jurídicos totalmente diversos, em concurso real. Portanto, salvo melhor entendimento, somos de opinião favorável, que no contexto em que a questão foi exposta, v.g., na ordem jurídica guineense, implicam adoção de um sistema ou teoria de cúmulo, importando assim uma ação híbrida, mediante a duplicação de ações ou de pretensões, de um lado, entre nós, fundada na responsabilidade contratual, art. 798º e ss., CC, ao qual se presume a culpa do banco; e da responsabilidade extracontratual, art. 483º e ss. do CC, em que se deve provar a culpa e as responsabilidades pressupostas no art. 483º, a cargo de quem deu azo à ação, o cliente, art. 487º, ambos do CC. Cf. Mário Júlio de Almeida Costa, *Direito das Obrigações*, 9ª ed., Rev. Act. Aum., Coimbra, Almedina, 2006, p. 499 e ss.; João de Matos Antunes Varela, *Das Obrigações em Geral*, Vol. I., 10ª ed., Coimbra, Almedina, 2003, p. 601 e ss.

¹¹⁰³ Para mais admite Menezes Cordeiro que “O dever de sigilo é, à partida, um dever acessório, cominado, como se viu, pela boa-fé. Todas as informações ou conhecimentos que um co-contratante obtenha, por via do contrato, não devem ser usados, fora do âmbito do contrato, para prejudicar a outra parte ou fora das expectativas dela...” (*Direito Bancário – Relatório*, cit., p. 147). Cf. Jorge Patrício Paúl, «Segredo Bancário...», *op. cit.*, p. 576.

¹¹⁰⁴ No entanto, a tendência evolutiva, atualmente vigente, no sentido de conceção de uma teoria unitária das duas responsabilidades (extracontratual e contratual), fundada, em parte, no próprio regime jurídico dos pressupostos gerais da aferição da responsabilidade civil pelo facto ilícito do art. 483º, n.º 1, CC, a imputação e o valor de indemnização, art. 460 e ss. CC, aplicáveis também na responsabilidade contratual, poupou-nos a tarefa de procurar distinguir as duas situações.

¹¹⁰⁵ Cf. Neste sentido, Acórdão da RP, 15.11.2001.

regime sancionatório contra-ordenacional previsto na lei bancária¹¹⁰⁶.

- Por último, a violação do sigilo bancário pode assumir a natureza e o contorno disciplinar, traduzida na aplicação da sanção disciplinar ao colaborador e dirigente em causa, em conformidade com as disposições da lei laboral¹¹⁰⁷.

- Caso a violação provenha do agente da administração fiscal, somos de parecer favorável de que estaríamos perante o concurso efetivo de crimes de violação de segredos bancário e fiscal, pois, a partir de momento em que as informações passam para a administração tributária, por conseguinte, a beneficiam de dupla proteção legal¹¹⁰⁸.

4.2. Consequência penal. Do tipo-base ao tipo específico de violação do sigilo bancário

Sem prejuízo de outras consequências negativas, traduzidas nas reprovações e sanções civil, administrativa, disciplinar e até social aplicáveis, cumulativamente, a violação do sigilo bancário consubstancia, igualmente, sanção penal prevista na lei penal vigente.

O Código Penal guineense não prevê qualquer previsão nem sanção específica para a violação do sigilo bancário, todavia a sua tutela é suscetível de inserir no âmbito abrangente da tutela penal do sigilo profissional, nos termos do art. 142º CP. Por esta via, consegue-se a tutela penal do sigilo bancário, sancionando a sua violação nos moldes seguintes:

“Quem, sem consentimento, revelar segredo alheio de que tenha tomado conhecimento em razão do seu estado, ofício, emprego, profissão ou arte, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa”¹¹⁰⁹.

A consequência penal, cominada para o caso de violação do sigilo bancário, é leve, além de que o procedimento criminal depende de queixa do cliente ofendido, na sua qualidade do titular do direito ao sigilo bancário, contudo a incriminação vem dar corpo, no mínimo, os fins de prevenção do direito penal.

¹¹⁰⁶ Cf. Armindo Saraiva Matias, *Regime Sancionatório em Direito Bancário*, *op. cit.*, p. 608 e ss.

¹¹⁰⁷ Nas sociedades como a nossa, onde as pessoas encaram os bancos com uma certa desconfiança, não seria exagerado se defendessemos que a violação do sigilo bancário, seguramente, assume a configuração e contorno social, no sentido da perda de crédito e de confiança no banco. Pois, ninguém confiaria a um banco os seus haveres e importantes dados e informações deles emergentes, sabendo, de antemão, que os mesmos possam vir parar em mãos alheias.

¹¹⁰⁸ Em Portugal a violação do segredo fiscal é punida nos termos do art. 91º e 115º do RGIT, e a violação do segredo bancário é punida nos termos do CC por força do art. 84º do RGICSF.

¹¹⁰⁹ Tem por base o art. 195º CP português.

Em particular, o crime de violação do sigilo bancário consubstancia um crime vinculado quanto à forma de sua prática, praticado pelas pessoas vinculadas à sua guarda, v.g., profissionais, dirigentes e colaboradores da banca, e enquanto tal, é considerado como um crime que viola a reserva da intimidade da vida privada¹¹¹⁰.

4.2.1. Previsão e elementos típicos objetivo e subjetivo

Constituem elementos típicos do crime de violação do sigilo bancário à luz do art. 142º CP:

- i. A existência de um dever de segredo sobre dados e informações de que se tenha conhecimento em razão do seu estado, ofício, emprego, profissão ou arte. Tratando-se de atividades exercidas a título permanente ou ocasionais, com objetivo de proporcionar serviços pessoais a favor de quem delas careça;
- ii. a revelação desses dados e informações a terceiro;
- iii. sem autorização legal ou voluntária para a sua difusão ou revelação¹¹¹¹;

O sigilo bancário constitui um facto ou notícia de que se tem conhecimento e se deve conservar oculto ou guardar sob “sete chaves”, sendo que o sigilo profissional corresponde à proibição de revelar factos de que se teve acesso, em razão e no âmbito restrito de uma atividade profissional, não devendo escapar e nem utilizar tais informações fora deste domínio¹¹¹².

Por conseguinte, a revelação corresponde ao ato de passar o conhecimento de um facto, objeto de sigilo, para o conhecimento de terceiro e constitui elemento positivo do crime, enquanto a falta de consentimento do titular do direito – aquele a quem o sigilo diz respeito – constitui elemento negativo deste tipo-base.

Enfim, trata-se de um crime próprio, de sujeito passivo indeterminado, formal, doloso e semipúblico.¹¹¹³

O tipo-base prevê a punição de violação do sigilo bancário com pena até um ano ou com pena de multa.

¹¹¹⁰ Cf. José Maria Pires, *Dever de Segredo...*, op. cit., p. 220.

¹¹¹¹ Cf. Rodrigo Santiago, *Do Crime de Violação de Segredo Profissional no Código Penal de 1982*, Coimbra, Almedina, 1992, p. 113 e ss.

¹¹¹² Cf. Ibidem, p. 114; Nelson Hungria, «Comentários ao Código Penal», *Revista Forense*, VI, Rio de Janeiro, 1945, p. 241.

¹¹¹³ Cf. Miguel Pedrosa Machado, «Sigilo Bancário e Direito Penal – Dois Tópicos: Caracterização de tipos legais de crimes e significado da extensão às contra-ordenações», in Diogo de Leite Campos (coord.), *Sigilo Bancário*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, p. 73 e ss.

Contrariamente da solução prevista no Código Penal português, em que as penas são elevadas em um terço nos seus limites mínimo e máximo, se o crime for cometido por meio de comunicação social ou para obter recompensa ou enriquecimento, para o agente ou para outra pessoa, ou para causar prejuízo a outra pessoa ou ao Estado, o nosso Código Penal silencia sobre o assunto.

Entretanto, à semelhança do sistema português, justifica-se a consagração de tal qualificação, numa perspetiva de *jure condendo*, do crime-base de violação do sigilo profissional em razão do meio utilizado, bem como a enorme abrangência do prejuízo que este possa provocar, e a reprodução mais severa da conduta dolosa do agente, traduzida na intenção de com a revelação ilícita do sigilo obter recompensa ou enriquecimento ou causar prejuízo.

4.2.2. O bem jurídico tutelado

O crime-base de violação do sigilo profissional, vem regulado no Capítulo VI do CP, dedicado aos crimes contra a vida privada. Assim sendo, deixa transparecer a ideia de que trata-se de proteção penal das informações ligadas à vida privada, partindo do princípio de que os registos bancários constituem verdadeiras *biografias em números*, pois a partir das relações comerciais com os clientes, os bancos tornam-se fiéis depositários de informações sobre a situação económica e patrimonial dos seus clientes, sobre as suas atividades económicas e sobre os mais estranhos e recônditos aspetos das suas intimidades e das suas vidas privadas. Por esta razão, não nos parece suficiente afirmar, que o bem jurídico seria apenas de ordem económica e patrimonial, dado que as informações recolhidas pelas instituições de crédito são suscetíveis de penetrar no foro mais íntimo ligado à privacidade dos clientes bancários.

Contudo, deve-se salientar que a justificação da tutela penal do sigilo bancário em particular, nem sempre foi coincidente. Com efeito, perfilham várias teses, como sejam: a da relação fiduciária, que encontra tal justificação na necessidade da tutela da confiança em certos ofícios;¹¹¹⁴ a tese que prefere a sua justificação na necessidade de tutela da atividade económica e do património dos clientes; à mais moderna tese acentua a fundamentação da incriminação da violação do sigilo bancário no dever de tutela de valores e bens relacionados com a personalidade e à reserva da vida privada.

¹¹¹⁴ Neste sentido, veja-se, Leal-Henrique e Simas Santos, *Código Penal*, 2º Vol, Lisboa, Rei dos Livros, 1996, p. 399; Carlo Folco, *Il Sistema del Diritto Della Banca*, Milão, Giuffrè, 1968, p. 238 e ss.; «Acta das Sessões da Comissão Revisora do Projecto da Parte Especial do Código Penal», Boletim do Ministério da Justiça, nº287, 7ª Sessão, na qual se assume que a “a punição da violação do segredo profissional é o correlativo indispensável de todas as profissões que assentam numa relação de confiança”.

Partindo da premissa sufragada pela maioria de doutrina de que o sigilo bancário participa e compreende uma dimensão pessoal (não apenas económica ou patrimonial), ligada à tutela da intimidade da vida privada, de cuja penalização da sua violação corresponde, igualmente, um instrumento indispensável da proteção do direito fundamental à reserva da intimidade.¹¹¹⁵

Entretanto, contrariamente da solução consagrada nos arts.195º e 196º do CP português, mais uma vez, a nossa lei não se mostra sensível com a proteção do crime – base do aproveitamento do sigilo bancário, limitando-se apenas a incriminar e penalizar o crime-base de violação do sigilo bancário pela sua revelação ilícita.

A responsabilidade penal da instituição de crédito, decorrente da violação do dever de guardar sigilo bancário, assume relevância particular, e enquanto tal, é aquilatada e densificada em face do CP guineense de forma insuficiente, em parte, por não considerar a elevada censura penal que possa assistir à violação do sigilo bancário, por aproveitamento dados pessoais dos clientes por parte de quem deles dispõem em razão do seu ofício ou *ars*.

Entretanto, tal insuficiência é minimizada no tipo especial de violação do sigilo bancário, nos termos da lei de regulamentação bancária guineense. Assim, o dever do sigilo bancário, de cuja violação se trata, é definido, pela positiva, nos termos dos arts. 30º e 70º da LRB 4/2008, no qual se justificam a previsão e estatuição das sanções penais para a violação do sigilo bancário por revelação ou aproveitamento ilícito, nos moldes seguintes:

- A pena de prisão de um mês a dois anos;
- Cumulativamente, ser-lhe-á aplicado ainda uma multa que vai de um valor de 10 a 100 milhões de FCFA;
- Por conseguinte, ainda, no 2º parágrafo, dispõe que, em caso de reincidência, as molduras penais máximas da pena de prisão passa para 5 anos, e de multa passam para 300 milhões de FCFA.

Assim sendo, resulta de forma clara, da previsão e estatuição do crime de violação do sigilo bancário por revelação ou por aproveitamento ilícito, do art. 70º da atual LRB, quando remete para o art. 30º da mesma LRB, que é passível deste crime, os dirigentes dos bancos, funcionários, entidades de controlo e supervisão, v.g., BCEAO, a Comissão Bancária, e seus funcionários, bem como os colaboradores

¹¹¹⁵ Cf. Rodrigo Santiago, «Sobre o Segredo Bancário - Uma Perspectiva Jurídico-Criminal e Processual Penal», *op. cit.* pp. 40, 43 e ss.; Não teve dúvidas em afirmar que o bem jurídico, subjacente à incriminação do sigilo bancário, é a intimidade.

ocasionais dos bancos, etc...¹¹¹⁶

Para mais, retira-se da nova LRB, em comparação com a antiga LRB¹¹¹⁷, a ideia de punição mais severa do crime da violação do sigilo bancário, quer por aproveitamento, quer por revelação ilícita.

Contrariamente da solução constante da norma especial do art. 70º da LRB, o CP guineense fez referência expressa, apenas às molduras penais máximas de prisão e de multa, em alternativa, o que supõe a incidência das previsões gerais para determinar as molduras penais mínimas, previstas nos termos dos artigos 41º, n.º 1, e 44º, n.º 1, do CP, a pena de prisão e de multa têm a duração mínima de 10 dias.

De igual modo, o crime de devassa da vida privada, previsto e punível nos termos do art. 143º, CP, embora não seja crime-base de violação de segredo, admitimos que possa acarretar concurso aparente ou de norma, em caso de violação de sigilo bancário. Com efeito, consideram-se preenchidos os pressupostos deste tipo criminal, sempre que alguém tome conhecimento, ainda que, de forma legal, dos factos e os tenham divulgado publicamente, em violação à intimidade da vida privada. Entretanto, esta norma, consubstancia mais uma importante garantia do cliente bancário contra o próprio banco e contra todos que, quer por via ilegal ou autorização judicial, tenham acesso às informações e documentos relacionados com a conta bancária. Visando, igualmente, quanto ao crime-base do art. 142º, CP e o crime do art. 70º da LRB, a proteção do bem jurídico ligado ao direito da privacidade, como corolário do direito à reserva da intimidade da vida privada.

Voltando ao art. 142º, do CP, em síntese, podemos caracterizar o crime-base de violação de segredo como crime próprio, de sujeito passivo indeterminado, formal e semipúblico¹¹¹⁸.

¹¹¹⁶ Cf. art. 78º e ss. da RGICSF e art. 70º da LOBP, neste sentido, Miguel Pedrosa Machado, *op. cit.*, p. 71 e ss. Ainda, sobre o crime de violação de segredo, os tipos objetivos e subjetivos, veja-se: Germano Marques da Silva, «Segredo Bancário: Da Tutela Penal na Legislação Portuguesa», *Direito e Justiça*, Vol. XII, tomo 2, 1998, p. 51 e ss.; Rodrigo Santiago, «Sobre os Crimes de Revelação e Aproveitamento de Segredos», *Sociedade e Justiça*, n.º 11, Jan.-Jun., 1996, p. 59 e ss.; Idem, *Do Crime de Violação do Segredo Profissional no Código Penal de 1982*, Coimbra, Almedina, 1992, p. 106 e ss.; Idem, «Sobre o Segredo Bancário - Uma Perspectiva Jurídico-Criminal e Processual Penal», *Revista da Banca*, 42, Abril/Junho 1997, p.45 e ss.; Ainda em Portugal, quanto à sanção, em caso de violação do sigilo bancário, o DL n.º 317/2009, limita-se a remeter de forma genérica e expressa para a solução constante do RGICSF e do CP português, art. 38º.

¹¹¹⁷ Antiga LRB n.º 10/97, arts.19º e 50º, previa pena de prisão de 1 mês a 2 anos, e cumulativamente uma pena de multa de 2 a 20 milhões de francos CFA, e em caso de reincidência, as molduras penais máximas seriam elevadas até 5 anos e 50 milhões de francos CFA.

¹¹¹⁸ Paralelamente à norma do art. 195º do CP português, com conteúdo quase idêntico do CP guineense, Pedrosa Machado procurou traçar o objeto, qualificações, bem jurídico protegido e a caracterização do crime de violação de segredo, veja-se Pedrosa Machado, «*Sigilo Bancário...*», *op. cit.*, p.85 e ss.; As características do crime de violação de sigilo apresentam algumas afinidades com os crimes de iguais categorias, i.e., são várias as incriminações de violações de segredos, mas que se distinguem, porém se destinam à proteção de outros bens jurídicos distintos, v.g., crime de violação do segredo do

Em termos de conteúdo, as normas do art. 70º LRB e do art. 142º CP, afiguram-se distintas, numa autêntica relação de especialidade. Assim, além das disparidades das sanções penais, consagradas nas duas disposições penais, nas quais resulta do art. 70º LRB, a ideia de punição mais severa, traduzida na aplicação cumulativa da pena de prisão e da multa elevadas¹¹¹⁹, devido ao elevado grau de censura da conduta do agente, justificada, em parte, pela violação do dever profissional e no âmbito da mesma profissão; ainda, no art. 142º, n.º 2, resulta que o crime de violação de segredo, quanto à procedibilidade processual, é um crime semipúblico ou quase público, logo o procedimento depende do impulso processual do cliente bancário lesado, mediante registo de queixa-crime, i.e., a acção do MP ficaria condicionada à iniciativa e à acção de queixa do cliente lesado. Entretanto, o art. 70º LRB, atendendo o valor do bem jurídico protegido, ligado à preservação da confiança, o crédito no banco e a privacidade individual, e a elevada censura relacionada com a prática deste crime pelos profissionais da banca, qualifica, com razão, o crime da violação do sigilo bancário como um crime público, podendo o MP interferir na sua investigação *ex officio* e independentemente de qualquer queixa ou impulso exterior¹¹²⁰.

O crime de violação do sigilo bancário, por revelação ilícita, previsto no art. 30º, 1ª parte da LRB, não é diferente nem autonomizado do crime-base previsto no art. 142º do CP, quando resultam dos mesmos que, comete este crime, todo aquele que, sem autorização, revela segredo alheio, de que tenha acesso em razão do seu ofício.

Contudo, a nossa lei penal ignora e silencia sobre a questão do crime de violação do sigilo bancário por aproveitamento indevido¹¹²¹. Neste sentido, a lei de regulamentação bancária representa uma certa evolução, adicionando o crime de violação do sigilo bancário por aproveitamento indevido, previsto e punido nos termos dos arts. 70º e 30º, com total autonomia, constituindo assim, na nossa modéstia opinião, um ilícito bancário típico, embora com a moldura igual à do crime de violação do sigilo bancário por revelação ilícita.

Portanto, com isto, podemos concluir, que o direito penal guineense regula, pelo menos, as três vias de imputações criminais aos agentes bancários, que tenham violado o dever de sigilo bancário, a prevista nos termos geral do art. 142º, do CP – crime-base, sem olvidar ainda do art. 143º, CP, e a prevista ao

escrutínio, previsto e punível nos termos do art. 192º, crime de violação de segredo do Estado, art. 219º, e o crime de violação do segredo da justiça, art. 237º, ambos do Código Penal guineense.

¹¹¹⁹ Com todas as consequências e dúvidas suscitadas em face da regra do n.º 4, do art. 41º, da CRGB, que dispõe que, “Ninguém pode ser julgado mais de uma vez pela prática do mesmo crime”.

¹¹²⁰ Sobre a distinção entre os crimes semipúblico, particulares e públicos nesta matéria de sigilo bancário e direito penal, Pedrosa Machado, «*Sigilo Bancário...*», *op. cit.*, p.92.

¹¹²¹ Contrariamente, a lei penal portuguesa bem resolveu autonomizar este tipo ao abrigo do art. 196º.

abrigo do art. 70º, da LRB. Neste caso importa configurar a relação de especialidade desta norma especial da LRB em relação à norma geral do art. 142º, CP. Logo, por força da regra geral do art. 7º, n.º 3, àquela derroga esta norma geral.

Por outro, não devemos olvidar que a violação ilícita do sigilo bancário postula outra importante consequência negativa no domínio das provas, sobretudo quando tal violação seja promovida no âmbito dos processos cíveis ou criminais em curso nas instâncias judiciais ou judiciárias. Entretanto, neste sentido, somos de opinião favorável de que as provas conseguidas em violação do sigilo bancário, porque são ilícitas e nulas, não devem produzir quaisquer efeitos¹¹²².

5. Exclusão da ilicitude da violação do sigilo bancário em razão da prevalência de deveres de valor igual ou superior

A lei não regula qualquer causa específica de justificação do crime de violação do sigilo bancário¹¹²³.

Nesta matéria, em geral, assume grande importância, a problemática questão da justificação por violação do sigilo bancário, relacionada com os conflitos de deveres e de estado de necessidade.

Na situação de conflito de deveres, ou seja, entre um dever positivo e um dever negativo, entre revelar e abster de revelar, o conflito resolve-se mediante o recurso à regra geral prevista nos termos dos arts. 35º e 37º CP, referente ao direito de necessidade como causa geral de exclusão da ilicitude, segundo o qual, “prevalece o dever que tutele interesse sensivelmente superior, desde que seja razoável impor ao lesado o sacrifício do seu direito ao segredo em atenção à natureza e ao valor do interesse prosseguido com a revelação”.

¹¹²² Cf. Neste sentido, o Acórdão do TRG de 7/5/2015, n.º 329/13.8TBAMR.G1, além de integrar o sigilo bancário no âmbito da reserva à intimidade da vida privada, ainda concluiu que é nula qualquer prova obtida em sua violação. De igual modo, atendendo aos fins prosseguidos, defendera que são ilícitas e como tais nulas todas as provas obtidas em violação ao sigilo bancário (Acórdão do TCAS, de 13/3/2014, n.º 02274/08).

¹¹²³ Contrariamente ao que resultava do art. 185º do antigo CP português, que dispunha que o facto de revelação de segredo não seria punível se praticado no cumprimento de um dever jurídico, sensivelmente superior ou visasse um interesse público ou privado legítimo, quando, considerados os interesses em conflito e os deveres de informação que, segundo as circunstâncias se impusessem ao agente, se pudesse considerar meio adequado para alcançar esse fim. Este preceito foi, então, criticado, por restringir a justificação pelo regime geral do conflito de deveres e do estado de necessidade e por não consagrar solução razoável e, em consequência, foi expurgado do CP. Cf. *Actas das Sessões da Comissão Revisora do Código Penal*, Parte Especial, 7ª Sessão.

O art. 35º CP dispõe de critérios de ponderação prévia, dos valores em presença, para autorizar eventual derrogação do dever do sigilo bancário nos termos do art. 120º CPP¹¹²⁴. Contudo, a decisão que decreta a derrogação do sigilo bancário não significa a sua despena, por parte da pessoa a ele adstrita, significa a definição concreta, que o interesse em conflito com o interesse protegido, pela incriminação da violação do sigilo bancário, deve obedecer a imposição decorrente do dever prevalecente, em derrogação pontual do sigilo bancário. Neste sentido, o critério que o tribunal há de adotar para decidir a derrogação do sigilo bancário é o mesmo que o depositário do sigilo deve ponderar, no caso de optar pelo depoimento voluntário¹¹²⁵.

Assim sendo, a defesa da natureza pessoal da proteção penal do sigilo bancário, ligada à necessidade de proteção da intimidade da vida privada, não nos deve deixar cair no esquecimento de que existem outros valores, cujas concretizações possam conflitar com o sigilo bancário, nomeadamente impondo, assim, aos bancos, deveres de atuações positivas, logo o sigilo bancário cede perante tais valores superiores, v.g., ligados à realização da justiça criminal, luta contra branqueamento de capitais e terrorismo mundial, etc...

Com efeito, a preferência pelo interesse em conflito com o sigilo bancário, e em “violação” ao dever do sigilo bancário que, no caso, se torne e se justifique ser mais preponderante, desculpabiliza a violação do sigilo bancário que, à partida, teria de ser cumprido.

Portanto, neste sentido, em caso de conflito entre o dever do sigilo bancário e o dever de fornecer informações no âmbito de colaboração com a justiça criminal, mais precisamente, com a necessidade de luta contra tráfico de estupefacientes, branqueamento de capitais, combate à corrupção, criminalidade económica e financeira, crime de fuga e evasão fiscal, crimes de cheques sem provisão e luta contra o terrorismo mundial, o sigilo bancário cede, importando a obrigação legal dos bancos em prestar informações, e apresentar documentos respeitantes a bens, depósitos ou quaisquer outros valores ou informações referentes aos indivíduos suspeitos, o que constitui o estado de necessidade como causa de justificação da ilicitude da violação do sigilo bancário, arts. 35º e 37º CP. Entretanto, não constituem estado de necessidade, como causa legítima da justificação da ilicitude, nos casos da administração da justiça cível, e a prossecução do interesse da administração fiscal que não constitui

¹¹²⁴ Repare que o nosso CPP, art. 120º, n.º 3, impõe que a derrogação do dever do sigilo bancário seja autorizada pelo Supremo Tribunal de Justiça, em caso das pessoas vinculadas ao sigilo bancário escusarem de prestar declarações sobre factos objetos do sigilo bancário, devendo, no entanto, respeitar os pressupostos dos arts. 35º e 37º do CP.

¹¹²⁵ Para mais informações e interpretação do direito de necessidade como causa de exclusão da ilicitude e do art. 34º CP português, correspondentes às normas dos arts. 35º e 37º do CP, veja-se, Jorge de Figueiredo Dias, «Pressupostos da Punição e Causas que Excluem a Ilcitude e a Culpa», in Centro de Estudos Judiciários (org.), *Jornadas de Direito Criminal*, I, 1983, p. 63; Manuel Cavaleiro de Ferreira, *Lições de Direito Penal*, Lisboa, Verbo, 1992, p. 134 e ss.; Parecer n.º 56/94 do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, *Pareceres*, Vol. VI, p. 260.

crime. Perante os conflitos, entre esses valores e o sigilo bancário, o banco deve dar prevalência ao sigilo bancário, por transportar o interesse preponderante ligado a intimidade da vida privada.

PARTE III

CRESCENTE PARÂMETRO ESPECÍFICO

SECÇÃO I

Da Natureza

1. A inserção do sigilo bancário no direito à reserva sobre a intimidade da vida privada. Tendências e orientações

Como questão prévia para aferição do conteúdo e alcance do sigilo bancário, devemos retomar e arrematar a questão da inserção do sigilo bancário no âmbito da tutela jurídico-legal e constitucional do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada, que passa, necessariamente, por uma análise do recorte jurídico e constitucional desse direito, bem como a sua dimensão. O que não se configura uma tarefa fácil, nem pacífica, aliás, como procurámos provar anteriormente no capítulo referente ao fundamento e enquadramento constitucional do sigilo bancário.

Perante o referido enquadramento, na sua generalidade, a proteção do sigilo bancário sai reforçada pela aplicação do regime dos direitos, liberdades e garantias consagrados na constituição. Esse regime implica, como nota saliente, a vinculação das entidades públicas e privadas aos preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias, bem como a salvaguarda de certos limites a respeitar nas intervenções que os restrinjam (arts.18.º CRP e 30º CRGB).

Partindo da premissa de que o enquadramento doutrinário e jurisprudencial do sigilo bancário às normas do art. 26º/1 CRP, e do art. 44º/1 CRGB, não se configuram suficientemente precisas quanto à concretização do alcance subjetivo e do conteúdo do sigilo bancário como corolário e manifestação do

direito à reserva da intimidade da vida privada¹¹²⁶. Neste âmbito, devemos atender as três manifestações em que se fracciona o conteúdo do direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar - direito à solidão, direito ao anonimato e autodeterminação informativa - é esta última a sua expressão cimeira e mais relevante, e aquela que particularmente nos interessa quando está em causa a defesa da dignidade constitucional do sigilo bancário¹¹²⁷.

Com efeito, a autodeterminação informativa é encarada como o direito de subtrair ao conhecimento público factos e comportamentos reveladores do modo de ser do sujeito na condução da sua vida privada.

¹¹²⁶ V.g., em geral, veja-se: Menezes Cordeiro – aproxima a tutela do SB à protecção constitucional dos direitos fundamentais da intimidade da vida privada, art.26º/1, e sem descuidar da sua vertente de dever acessório de boa-fé, como concretização da tutela de confiança; Noel Gomes - acesso a conta corresponde a penetração na zona mais restrita da vida privada para efeito do art.26º/1 CRP; Alberto Luís – legislar em matéria de SB, não é apenas prover as necessidades administrativas de captação de poupanças, antes, porém, traduz-se nos princípios da reserva da intimidade da vida privada; endossa Paulo Olavo Cunha, que SB é garantia do direito constitucional à reserva da intimidade da vida privada, art.26º/1, desenvolvido no plano de direito da personalidade, art.80º e ss; Hans Peter – enquadra a protecção do SB no âmbito da tutela constitucional do direito de personalidade; para José Maria Pires – equivale instrumento da defesa da intimidade da vida privada, art.26º/1; Diogo Leite de Campo – diz que SB corresponde garantia da protecção da intimidade, pois "uma parte da vida pessoal do cidadão está espelhada na sua conta". Pois, endossamos esta conclusão, uma vez que temos uma sociedade na atualidade bancarizada, tudo o que fazemos, faze-lo senão através da banca, o que pode deixar traços fundamentais relacionados com a nossa vida privada, entretanto que não dizem respeito apenas a nossa privacidade económica ou patrimonial; Germano Marques da Silva/Joaquim Malafaia - defendem que a "escrituração bancária" representa a nossa biografia em número, que decorre da protecção da reserva da intimidade da vida privada; Casalta Nabais - reconhece que a protecção do SB tem por fundamento a esfera pessoal da intimidade e patrimonial, que requerem protecção diferenciada. No sentido contrário, Saldanha Sanchez - defende que SB não é, e não pode ser, a forma de manifestação dos direitos fundamentais para efeito do art.26º/1 CRP, pois esta disposição visa uma zona pessoal e não zona de natureza patrimonial que se encontra tutelado no sigilo bancário. Concluindo que visa a privacidade económica e não vida privada íntima, pois nele não podemos vislumbrar traços e comportamentos característicos e de natureza pessoal, como sexual, familiar, etc... Portanto, concluiu que o segredo protege dados patrimoniais, que se justificam na tutela do segredo comercial imposto aos bancos; e Canaris - igualmente, nega tal enquadramento com fundamento de que a interferência do Estado no segredo bancário não se aproxima do de médico, por isso, não tem como integrá-lo na intimidade, pois encerra apenas aspectos económicos e patrimoniais.

¹¹²⁷ Esta ideia é baseada na teoria das esferas, classificada por Menezes Cordeiro na precisa definição da privacidade. Com efeito, faz todo o sentido contrapor aqui a esfera pública, individual-social, privada, secreta e íntima. Na concretização do direito, haverá que lidar com estas esferas: elas concitam uma tutela diversificada”. Cf. Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 206. Como tal, entendida como “domínio mais particular que seria o que normalmente se exclui de todo o conhecimento alheio. Paulo Mota Pinto, *op. cit.*, p. 565. Círculo aquele – o da privacidade patrimonial –, que pode ser posicionado face a outros interesses legítimos e, numa ponderação equilibrada dos valores em jogo, ceder face a esses valores. Cf. José Luís Saldanha Sanches, *op. cit.* pp. 363/365. Portanto, segundo Menezes Cordeiro, a medida dessa cedência, porém, deve ser aferida com base numa lógica de indispensabilidade e limitar-se ao “*minimum*” imprescindível à concretização desses valores. Cf. Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 368.

Contudo a determinação do domínio de reserva do sujeito, como objeto desse direito, não é tarefa fácil, dada a dificuldade de delimitação precisa do que seja a «vida privada». Destarte podemos dizer que o conceito cobre a esfera de vida de cada um, que deve ser resguardada do «público», como condição de plena realização da identidade própria e de salvaguarda da integridade e da dignidade pessoal. Neste particular, em consideração às várias esferas concêntricas da vida privada, aderimos à posição de que, quer no art.26.º, n.º 1, da CRP, art.44º, n.º 1 CRGB, quer no art.80.º do CC, se consagra um direito genérico à reserva, cobrindo todo o âmbito da vida privada. A fórmula «reserva sobre a intimidade da vida privada», em ambas as normas utilizadas, não pode, pois, ser interpretada no sentido de circunscrever o domínio de proteção a uma certa parte da vida privada - a vida íntima, como núcleo central da vida privada.

Tal é, a assumida dificuldade crescente, enquanto bem jurídico, constitucionalmente tutelado, a doutrina e a jurisprudência não coincidem na tentativa de fixação do referido conteúdo, sobretudo, no intuito de compreender em que medida o sigilo bancário vem consagrado como corolário do direito à reserva e intimidade da vida privada e familiar. Neste sentido, porém, como ponto de partida desta temática, equacionam-se duas tendências, como sejam:

1.1. Tendência restrita:

i. **Positivista:** Os corifeus desta tendência apoiam uma concepção mais estrita do direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar, na nossa modéstia opinião, encimada por Diogo Leite de Campos, ao concluir que, o dever de sigilo bancário corresponde um dever de garantia da proteção à intimidade das pessoas e que “uma parte da vida pessoal do cidadão está espelhada na sua conta bancária (...), conhecer a conta bancária é conhecer os traços fundamentais da vida privada de cada um (...)”. Igualmente, neste sentido, considera Noel Gomes, que o acesso aos elementos tutelados pelo sigilo bancário constitui uma “penetração na zona mais estrita da vida privada”. Por seu turno, Menezes Cordeiro concluiu que o sigilo bancário aproxima-se do direito à reserva da intimidade da vida privada, que surgiria, sempre, como concretização do dever acessório de boa-fé. Assim, o sigilo bancário, segundo este autor, “tem a ver com direitos de personalidade e com a inerente tutela constitucional”¹¹²⁸. Ainda, neste sentido, Alberto Luís afirma que legislar sobre a matéria de sigilo bancário, não é apenas prover à necessidade administrativa de captação de poupança privada, antes é formular princípios sobre direitos, liberdades e garantias das pessoas, v.g., direito à reserva da sua vida privada – decorrente de direito de personalidade, consagrada constitucionalmente, entre nós, nos termos do art. 44º, n.º1, da CRGB. Portanto, esta concepção reduz e defende a vertente

¹¹²⁸ Cf. Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 353; Ibidem, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», op. cit. p. 20. Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 6ª ed., op. cit., pp. 354 e ss e 365 e ss.

puramente pessoal do direito à reserva da intimidade da vida privada, no qual, o sigilo bancário funcionaria como um mecanismo eficaz de garantia do direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar¹¹²⁹.

Tal é, igualmente, a posição de Germano Marques da Silva, quando defende, que a proteção do sigilo bancário se insere no âmbito da intimidade da vida privada, e Joaquim Malafaia, no entanto, vem, na mesma linha, defender que a divulgação da conta bancária revela a violação do sigilo bancário, inserindo-se, esta violação, no âmbito da violação “do direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar”. Acrescentando que a escrituração bancária relativa a cada um dos seus clientes pode constituir, uma verdadeira “biografia em número”, e que, através dela, se pode penetrar no mais íntimo da intimidade da pessoa, pelo que, na decisão sobre a quebra do sigilo bancário, importa ponderar não só a necessidade e utilidade da obtenção dos elementos objetos do sigilo, mas restringir a quebra ao que seja estritamente necessário, desde que “o necessário” seja para a prossecução de interesses superiores aos que o sigilo bancário acautela¹¹³⁰.

Neste mesmo sentido, J. A. Santamaria Pastor assevera, de forma precisa, que os dados que refletem as operações bancárias de uma pessoa integram a âmbito da intimidade, jurídico e constitucionalmente tutelado, e acrescenta J. M. Serrano Alberca, que a interferência ilegítima da conta corrente de um particular, no âmbito da investigação, pode violentar de forma grave a intimidade da sua vida privada¹¹³¹.

Igualmente, no sistema jurídico brasileiro, a dogmática discute sobre esta questão, todavia parece-nos prevalecer, no meio jurídico brasileiro, o entendimento predominante, no sentido de admitir que o sigilo bancário é uma espécie ou uma das facetas do amplo direito à privacidade, que a Constituição da República Federativa do Brasil consagra no artigo 5º, inciso X. (1 e 2). Sendo o chamado *right of privacy*, por sua vez, um dos direitos individuais fundamentais, amparados pela denominada cláusula pétrea do artigo 60º, parágrafo 4º inciso IV, da Constituição brasileira, de 1988, o sigilo bancário

¹¹²⁹ Cf. Diogo Leite de Campos, *Direito Tributário*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2000, p. 252; Noel Gomes, *Segredo Bancário*, op. cit., p. 99 e ss.; Joaquim Malafaia, «O Segredo Bancário Como Limites à Investigação Criminal», op. cit. p. 417 e ss.; Ives Gandra da Silva Martins, «Sigilo Bancário e Tributário», *Scientia Iuridica*, nº290, 2001, p. 49 e ss. Segue ainda esta orientação, Augusto Albuquerque de Athayde e Duarte de Athayde, *Direito Bancário*, op. cit., p. 395 e ss.

¹¹³⁰ Cf. Maria Silvina Valente, «Da Lícitude da Intervenção do Estado na Limitação ao Exercício do Direito ao Segredo Bancário», op. cit., p. 64. No sentido de que deve-se incluir, no âmbito da proteção do segredo bancário, os aspetos fundamentais diretamente patrimoniais a que uma informação respeita e também os aspetos puramente pessoais, cujo conhecimento pode resultar de uma informação patrimonial ou financeira.

¹¹³¹ J. A. Santamaria Pastor, «Sobre Derecho de la Intimidad, Secretos y Otras Cuestiones Innombrables», *Revista Espanhola de Derecho Constitucional*, n.º 15, 1985, p. 170.

recebe um certo “respingo” conservador¹¹³².

Entretanto, a propósito, não pode ser olvidado que, no sistema jurídico brasileiro, o verdadeiro direito ao sigilo bancário, espécie do direito à privacidade, não tem caráter absoluto e imutável, pois as exceções a tal direito são consentidas e disciplinadas por normas infraconstitucionais de *status de lei complementar* (Lei nº 4595, de 31.12.64, art. 38)¹¹³³.

ii. **Negativista:** Entretanto, contrariamente da dimensão positivista, que encara com intensidade a proteção do sigilo bancário no âmbito do direito à reserva da intimidade, existe outra corrente, a negativista, que pugna para uma dimensão e orientação mais radical sobre o tema, enfim, refutando a tese do sigilo bancário como corolário e concretização do direito fundamental à reserva da intimidade¹¹³⁴.

Destarte perfilham este entendimento, entre outros autores, Paula Barbosa, Benjamin Rodrigues e, particularmente, Saldanha Sanches, sustentando que o conteúdo do sigilo bancário “(...) não é, não pode ser, uma concretização do princípio constitucional do direito à intimidade”, para mais, segundo o autor,

“este princípio tem como função consagrar uma zona de reserva pessoal para factos, opções e circunstâncias que, só de forma indireta e de todo secundária, podem ter aspetos ou reflexos de natureza patrimonial. Constituindo, por isso, o princípio da reserva absoluta da intimidade um limite para a extensão e abrangência das atividades que as entidades bancárias conduzem na busca de informação para a defesa dos seus interesses legítimos”.

Na perspetiva do autor, há que distinguir bem, a violação da intimidade relacionada com o acesso à informação sobre as contas bancárias, na hipótese de não colaboração do contribuinte, e a mera análise

¹¹³² Todavia, a este respeito, parece-nos digno de registo ao sigilo bancário, a lúcida ponderação do Excelentíssimo Senhor Ministro Moreira Alves, concernente ao significado das cláusulas pétreas da Constituição da República, em voto proferido por ocasião do exame do pedido de medida liminar na ADIn 939-7/DF, requerida contra preceitos da Emenda Constitucional nº 3/93 e da Lei Complementar nº 77/93, que, respetivamente, o Direito do contribuinte ao sigilo bancário discriminara e instituíra o I.P.M.F., quando Sua Excelência ressaltou que a Constituição não pretende que as instituições arroladas, no seu inciso IV do § 4º do artigo 60, sejam insusceptíveis de alterações, pois, quando há exigência de tendência a abolir significa que pode, ainda, haver alterações toleráveis até, imediatamente, antes do ponto em que se caracteriza a tendência à abolição (3 y 4).

¹¹³³ Neste sentido, veja-se, Eduardo Salomão Neto, *Direito Bancário*, 2ª ed, *op. cit.*, p. 647. Na mesma senda de Sérgio Covello, defende que a proteção do sigilo bancário está fundamentada no direito à intimidade e vida privada, previsto no art. 5º, inciso X da Constituição Federal.

¹¹³⁴ Cf. Germano Marques da Silva, «Segredo Bancário: Da Tutela Penal na Legislação Portuguesa», *op. cit.* p. 37 e ss.; Joaquim Malafaia, «O segredo bancário como limite à investigação criminal», *op. cit.* p. 419.

de movimentos bancários, que não poderia desembocar numa violação direta da intimidade privada¹¹³⁵. Todavia, ainda em defesa da inoponibilidade do sigilo bancário perante o fisco, além de considerar que o fisco defende interesse público relevante, por esta razão, as pessoas se encontrarem vinculadas a fornecerem, periodicamente, dados à administração fiscal e sempre que esta as exija, nomeadamente dados de natureza patrimonial que possam respeitar a privacidade económica, mas não de intimidade de quem, por lei, foi obrigado a fornecê-los. Mais adiante, não hesita, em aproximar este conceito do sigilo bancário, considerando como uma espécie do género de segredo profissional, que se baseia e se funda “na esfera da privacidade” e “não da intimidade” da vida privada e familiar, que abrange, *in natura*, na perspectiva do autor, apenas a situação patrimonial e a vida económica dos cidadãos¹¹³⁶. Assim sendo, segundo este autor, a tutela do sigilo bancário não se encontra inserido na proteção da CRP, art. 26º, como reserva da intimidade da vida privada e familiar, que integra aquele núcleo de comportamento de natureza íntima e pessoal, v.g., sexual e familiar, que a lei protege como garantia efetiva contra a intromissão alheia abusiva ou contrária à dignidade humana¹¹³⁷.

Nesta mesma direção, Claus-Wilhelm Canaris, numa comparação pouca generosa, para o sigilo bancário, relativamente ao sigilo profissional do médico, salienta que, contrariamente à intromissão do Estado no segredo do médico, a ingerência do Estado no segredo bancário não põe em causa a intimidade¹¹³⁸. Assim as informações que pertencem à esfera da sua vida privada e que ela própria não deseja tornar público, diz respeito, predominantemente, à esfera privada de ordem económica, merecedora da tutela legal.

Por seu turno, foi nesta mesma perspectiva que Saldanha Sanches concluiu, defendendo que, os dados cobertos pelo sigilo bancário não fazem parte “daquele núcleo central de características e comportamentos de natureza pessoal, *maxime* sexual e familiar, que a lei deverá proteger para proporcionar garantia efetiva contra a utilização abusiva ou contrária à dignidade humana, n.º 1, art.26º, da CRP »¹¹³⁹. Por esta razão, tais informações, embora mereçam proteções jurídicas, todavia

¹¹³⁵ Cf. Benjamim Rodrigues, «O Sigilo Bancário e o Direito Fiscal», *op. cit.* p. 104 e ss. Paula Barbosa, «Segredo Bancário...», *op. cit.*, p. 1230 e ss. Ainda, questionando a primeira tendência e a defesa da segunda, temos a solução de Luís Máximo dos Santos, «Derrogação do Segredo Bancário...», *op. cit.*, p. 259 e ss.; Idem, «Derrogação por razões fiscais do segredo bancário», JANUS, Anuário de Relações Exteriores, Público/UAL, 2004, Lisboa, p. 176 e ss.

¹¹³⁶ J. L. Saldanha Sanches, «Segredo Bancário, Segredo Fiscal: Uma perspectiva funcional», *op. cit.* p. 33-42.

¹¹³⁷ Neste sentido, Denise Lucena Cavalcante, «Sigilo Bancário no Brasil», *op. cit.*, p. 10. Embora admite que no sigilo bancário podem estar envolvidas questões de privacidade, mas necessariamente.

¹¹³⁸ Cf. Claus-Wilhelm Canaris, *Bankvertragsrecht*, Berlin, 1988, p. 26.

¹¹³⁹ Cf. J. L. Saldanha Sanches, «Segredo Bancário, Segredo Fiscal: Uma perspectiva funcional», *op. cit.* p. 35.

No sentido de que a importância constitucional do segredo bancário está ligada a uma esfera patrimonial da pessoa, que não integra e nem diz respeito à intimidade ou foro íntimo de cada pessoa, mas diz respeito à preservação do que na vida patrimonial, tal como no direito de propriedade, reflete a organização pessoal de nossa esfera de liberdade, logo coberta pela nossa privacidade ou vida privada, veja-se, Maria Fernanda Palma, «Perspectivas Constitucionais em Matéria de

não gozam da mesma prerrogativa quanto à intensidade de proteção requerida à intimidade.

Por outro, recentemente, parece que Paulo Marques, defende que o sigilo bancário não seria enquadrável no âmbito do direito de personalidade pelo facto de não se ajustar às categorias e particulares características próprias das pessoas coletivas, porque incompatíveis... Disse ainda que no direito da reserva da intimidade da vida privada para efeito do art.26º, não funciona equiparação... Pois, o autor não acredita que uma análise dos dados bancários possa despoletar informações de natureza pessoal.¹¹⁴⁰

1.2. Tendência ampla/eclética

Contrariamente da anterior, a segunda tendência defende uma concepção mais ampla ou eclética do direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar, em parte, influenciada pela doutrina alemã das três dimensões do direito à vida privada, quais sejam: 1ª da esfera individual – *individualsphere*, 2ª da esfera da intimidade – *geheimsphere*, e 3ª a da esfera do privado – *privatsphere*. Por seu turno, cada uma das esferas ou dimensões corresponde a um nível diferenciado abordagem e de proteção jurídico e constitucional na Alemanha. No entanto, a 3ª esfera congrega os dados e informações de natureza patrimonial ou profissional, incluindo o vasto âmbito de proteção conferido pelo dever do sigilo bancário, embora não seja merecedor duma proteção constitucional absoluta¹¹⁴¹. Porém, entre os seguidores desta dimensão e da teoria alemã, parece-nos digno de registo, *maxime* a solução defendida por José Casalta Nabais, quando considera que a aceitação de uma concepção ampla tem como efeito a consideração da distinção que se estabelece de duas esferas no âmbito do direito à intimidade, “uma construída pela intimidade privada, que podemos considerar mais polarizada em torno do valor da liberdade”, integrando ainda, “as manifestações mais profundas da subjetividade de cada cidadão”, e outra esfera “... formada pela reserva da vida privada, erigida em torno do valor de propriedade”, sendo de se verificar a proteção mais intensa na esfera pessoal do que na esfera patrimonial¹¹⁴².

Com efeito, parece-nos inequívoco a defesa da tese da natureza eclética do sigilo bancário na feliz

Segredo Bancário», in Maria Fernanda Palma et al. (coord.), *2º Congresso de Investigação Criminal*, ASFIC/PJ e IDPCC/FDUL, Coimbra, Almedina, 2010, p. 189.

¹¹⁴⁰ Cf. Paulo Marques, *Sigilo bancário*, *op. cit.* p. 293 e ss.

¹¹⁴¹ Sobre esta questão, veja-se Paulo Mota Pinto, «O Direito à Reserva Sobre a Intimidade da Vida Privada», *op. cit.*, p. 517; Rita Amaral Cabral, «O direito à reserva da vida privada...», *op. cit.*, p. 398; Costa Andrade, *Liberdade de Imprensa*..., *op. cit.*, p. 95; Noel Gomes, *Segredo Bancário*..., *op. cit.*, p. 100 e ss.

¹¹⁴² Cf. José Casalta Nabais, *op. cit.*, p. 608 e ss. Igualmente, parece que a Comissão para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal – CDRF, no seu Relatório, p. 346, defendeu a tendência próxima à dimensão ampla.

doutrina assumida no Parecer n.º 4231/08, da 5ª Secção da Procuradoria Geral, quando considera, no visto emitido no recurso de uniformização de jurisprudência, que a recusa a prestar informação é legítima, uma vez que está abrangida pelo sigilo bancário previsto no art. 78º do RGICSF. Que, enquanto interesse público, ligado à confiança do público, em geral, no sistema bancário, o segredo reflete-se na vida de todos, assim tanto, que o giro bancário está atualmente ligado intrinsecamente à vida e à reserva da vida privada dos clientes bancários.

2. Orientação jurisprudencial

A controversa sobre o enquadramento e fundamentação constitucional do sigilo bancário, como resguardo do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada assume, igualmente, contorno jurisprudencial, sobretudo debatido e tratado nos arrestos, baseado no direito comparado. Assim sendo, entre outros acórdãos citados neste estudo, existem tantos outros que já se posicionaram sobre a matéria de inserção do sigilo bancário no âmbito do direito à reserva da intimidade. A começar pelo *leading case*, já citado Acórdão do TC n.º 278/95, de 31 de Maio de 1995¹¹⁴³, que lançou sementes para a acesa discussão sobre o tema, na jurisprudência e na doutrina portuguesa, na qual se espelha que o sigilo bancário constitui uma dimensão fundamental do direito à reserva da intimidade da vida privada, consagrado nos termos do art. 26º, n.º 1, da CRP, enquanto tal, é-lhe reconhecido a dignidade constitucional, pois pronunciou-se pela inconstitucionalidade orgânica da norma do art. 57º, n.º 1, al. e), do então DL 513-Z/79, que conferia poder aos inspetores da Inspeção-geral das Finanças, no âmbito de inquérito, a consultar elementos em poder de estabelecimentos bancários e financeiros sujeitos ao dever de sigilo bancário, o que corresponde a restrição ao direito fundamental à reserva da intimidade da vida privada, por violação dos artigos 18º, n.º 2, e 165º, n.º 1, al. b), da CRP. Ainda, assume um lugar particular a nível de tutela jurisprudencial do sigilo bancário, o Acórdão do TC n.º 278/95 (Alves Correia), a mencionar que

“a situação económica do cidadão, espelhada na sua conta bancária, incluindo as operações activas e passivas nela registada, faz parte do âmbito de protecção do direito à reserva da intimidade da vida privada, condensado no art. 26º, n.º 1, da CRP, surgindo o segredo bancário como um instrumento de garantia desse direito”¹¹⁴⁴.

Com efeito, este Acórdão do TC ancora e fundamenta a sua decisão na importância que a conta bancária assume, na atual sociedade moderna, em que, constituindo uma espécie de “biografia pessoal

¹¹⁴³ Publicado no DR, II Série, de 28 de Julho de 1995.

¹¹⁴⁴ Cf. Paulo de Sousa Mendes, «Derrogação do Segredo Bancário no Processo Penal», *op. cit.* p. 5. Entretanto, pelo menos, assim não entendeu a judicatura brasileira, veja-se, Denise Lucena Cavalcante, «Sigilo Bancário no Brasil», *op. cit.*, p. 11 e ss.

em números”, respeitantes a vários elementos e informações confiados aos bancos, v.g., às contas de depósitos, os movimentos, às operações bancárias, cambiais e financeiras, etc..., constituem, segundo o TC, “uma dimensão essencial do direito à reserva da intimidade da vida privada constitucionalmente garantido”¹¹⁴⁵. Ainda, existem outros acórdãos do TC, que enveredaram pelo mesmo caminho, nomeadamente, o Acórdão n.º 128/92, ao defender, em suma, que “a vida privada engloba a vida pessoal, a vida familiar, a relação com as outras esferas de privacidade, o lugar próprio da vida pessoal e familiar e os meios de expressão e comunicação”¹¹⁴⁶.

Foi neste mesmo sentido que o AC. N.º 110/1984, de 26 de Novembro, do Tribunal Constitucional Espanhol¹¹⁴⁷, parafraseado pelo TC português, dispõe que, na sociedade moderna, “uma conta-corrente pode constituir a biografia pessoal em números do contribuinte”. Ainda, no mesmo sentido, informa o Ac. N.º 442/2007, do TC, em plenário, “que o bem protegido pelo sigilo bancário cabe no âmbito de proteção do direito à reserva da vida privada consagrado no art. 26º da CRP”^{1148 1149}.

Ainda, aquilatando e concebendo o segredo bancário como proteção do direito fundamental à reserva da vida privada, o Acórdão de Uniformização de Jurisprudência professa a doutrina de que “O segredo bancário pretende salvaguardar uma dupla ordem de interesses. Por um lado, de ordem pública: o regular funcionamento da atividade bancária, baseada num clima generalizado de confiança, e

¹¹⁴⁵ Foi neste sentido, que Ives Martins defende que o sigilo bancário diz respeito à intimidade e à privacidade das pessoas, protegido nos termos do art. 5º, incisos X e XII da CF. Cf. Ives Gandra da Silva Martins, «*Sigilo Bancário*», *op. cit.*, p. 449; Sérgio Carlos Covello, «O Sigilo Bancário...», *op. cit.*, p. 114 e ss.

¹¹⁴⁶ Cf. Noel Gomes, *Segredo Bancário...*, *op. cit.*, p.87 e ss.

¹¹⁴⁷ Neste mesmo sentido, embora a Sentença do Tribunal Constitucional Espanhola n.º 110/84, de 26 de Novembro, não o tenha reconhecido explicitamente, mas não deixou de acentuar que “o segredo bancário não pode ter outro fundamento que não seja o direito à intimidade do cliente reconhecido”.

¹¹⁴⁸ Cf. Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 442/2007 de 14/08/2007. No sentido contrário, na fundamentação e motivação de voto vencido deste acórdão, o votante recusa a inserção do sigilo bancário no âmbito da proteção constitucional, alegando que tal direito não consta de disposição expressa da Constituição, mas também porque considera que o sigilo bancário resultante do dever de segredo imposto às instituições financeiras se não encontra coberto pela reserva de intimidade da vida privada consagrada no artigo 26.º, n.º 1, da Constituição. Na verdade, os elementos constantes dos ficheiros e documentos sujeitos ao dever de segredo por parte das instituições financeiras, além de dizerem respeito a transacções em que a própria instituição financeira é parte, não fazem naturalmente parte da esfera íntima do cliente e, em última instância, contêm apenas informação voluntariamente cedida às instituições financeiras, no decurso de transacções financeiras comuns, sem que daí decorra que, de cada vez que uma tal transacção acontece, o cliente esteja a expor a intimidade da sua vida privada a todos os empregados bancários com acesso às respectivas contas ou ao tratamento dos elementos da respectiva transacção. Não sendo o sigilo bancário um direito fundamental dos clientes das instituições financeiras, estamos fora do âmbito de direitos, liberdades e garantias, o que implica que a liberdade de conformação do legislador não está necessariamente sujeita aos estritos limites constantes dos n.ºs 2 e 3 do artigo 18.º da CRP.

¹¹⁴⁹ As mais recentes jurisprudências portuguesas assumem a tendência restrita positivista de inserção do sigilo bancário no âmbito da reserva à intimidade da vida privada tutelada pela lei magna, art.26º, n.º 1, CRP, e art.41º, n.º 1, CRGB (Acórdão do TCAS, de 13/3/2014, n.º 02274/08 e Acórdão do TRG de 7/5/2015, n.º 329/13.8TBAMR.G1).

indiretamente para o bom funcionamento da economia, (...). Por outro, o segredo visa também a proteção dos interesses dos clientes da banca, para quem o segredo constitui a defesa da discricção da sua vida privada, tendo em conta a relevância que a utilização de contas bancárias assume na vida moderna, em termos de refletir aproximadamente a biografia de cada sujeito, de forma que o direito ao sigilo bancário se pode ancorar no direito à reserva da intimidade da vida privada, previsto no art. 26º, n.º 1, da CRP. (...)”. O bem jurídico protegido pelo sigilo bancário cabe no âmbito de proteção do direito à reserva da vida privada consagrado no art. 26º, n.º 1, da CRP.¹¹⁵⁰

3. Tomada de posição. A defesa da dimensão eclética

A concepção restrita positiva impregnada na interpretação do Gomes Canotilho e Vital Moreira, quanto à fixação do conteúdo do art. 26º/1 da CRP, equivalente ao art. 44º, n.º 1, da CRGB, peca por excesso pelo facto de se incluir as esferas que não tenham quaisquer enquadramentos legais e constitucionais, sobretudo no que toca aos níveis diferenciados de abordagens e proteções legais e constitucionais que dão a cada esfera. Assim, excluindo no âmbito da tutela constitucional do direito à intimidade outras realidades de cariz exclusivamente económicas e patrimoniais assentes nos dados bancários merecedores de tutela jurídico à propriedade e iniciativa económica. E mais, esta concepção não considera e nem compreende as particularidades próprias das pessoas coletivas, que são também titulares e beneficiários de sigilo bancário, mas cuja configuração e a natureza parece incompatível com a inserção no âmbito do direito à intimidade, reservado apenas aos indivíduos (vide art.12º/2 CRP).

Contudo, a concepção em causa defende com todo mérito, na mesma linha da conclusão do Acórdão do TC n.º 278/95, sobre o alcance e o conteúdo do art. 26º, n.º1, da CRP, correspondente à norma do art. 44º, n.º 1 da CRGB, a inserção e a tutela jurídico-constitucional do dever de sigilo bancário, por seu turno, amplamente integrado no âmbito da tutela constitucional do direito da reserva sobre a intimidade da vida privada. Atendendo que, na atual sociedade moderna, com um sistema económico e financeiro estruturado, em que praticamente ninguém faz nada sem os bancos, a conta e serviços bancários, traduzem mais que uma espécie de “biografia pessoal em número”, representam informações e currículos de vida económica, social e pessoal, podendo comportar informação íntima ligada a uma pessoa, que se encontra inequivocamente circunscrito no âmbito da intimidade.

¹¹⁵⁰ Cf. Neste sentido acórdãos recentes: Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 17/01/2017; Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 09/02/2017, n.º 19498/2016.9T8LSB-A-L1-2 e Ac. Relação de Lisboa de 07/03/17, Proc.48/16.3T8LSB-L1-7.

Neste particular, acrescenta-se ainda que a revelação, mediante uma consulta perspicaz de uma conta bancária, pode conduzir à penetração nas áreas sensíveis da vida de cada um, i.e., conhecer os traços fundamentais ligados à vida humana, até conhecer os aspetos ligados com o que se veste, o que come, o que oferece aos outros, as viagens que efetua, as aventuras, os lugares que frequenta, as fantasias sexuais, etc... Foi neste preciso termo, que se assevera que o banco pode seguir e penetrar na parte mais íntima da vida de um cliente através de análise dos seus movimentos a crédito e a débito, destarte vasculhar e constatar o que a pessoa tem (segredo de ter) e o que é (segredo de ser). Além disso, ainda o sigilo bancário pode aproximar-se da integridade moral dos clientes, pois as revelações ilícitas e não autorizadas de informações, referentes aos depósitos, movimentos e despesas, podem constituir fontes de pressões e de suspeições, sobretudo para uma sociedade tão pequena como a nossa (guineense)¹¹⁵¹.

Com efeito, segundo esta concepção, o direito ao sigilo bancário, a reserva da intimidade da vida privada, o direito de personalidade, estão fortemente vinculados à proteção constitucional dos direitos fundamentais. Atendendo que a proteção e a concretização dos direitos fundamentais fundam-se, igualmente, nos próprios valores da dignidade da pessoa humana¹¹⁵². Assim sendo, o sigilo bancário visa a sua preservação e a garantia da sua inviolabilidade.

A corrente negativista da dimensão restrita, por seu turno, defende uma concepção limitadora do conteúdo do sigilo bancário, importando apenas a proteção da sua dimensão económica e patrimonial não ajustável e nem compatível à tutela intensa e mais forte da constituição no âmbito do direito à intimidade. Entretanto, salta à vista a grave insuficiência não negligenciável que esta dimensão apresenta, por isso, neste particular, não a acompanhamos.

Assim sendo, a tese da refutação da natureza pessoal e íntima do sigilo bancário, ou pelo menos, da ligação direta do sigilo bancário ao direito à reserva da intimidade da vida privada, desmerecendo, por isso, a sua guarida imediata e automática na constituição, consubstancia uma tendência redutora do âmbito, conteúdo e do patamar garantístico do sigilo bancário, como valor jurídico e constitucionalmente consagrado.¹¹⁵³

Pois, em qualquer Estado, que se pretende de Direito e Democrático, exige-se, no mínimo, para a sua manutenção enquanto tal, a resguarda de uma esfera individual de cada pessoa, mediante mecanismo de proteção e da garantia de tranquilidade concedida às informações produzidas nas relações comerciais bancárias. Assim sendo, a preservação do sigilo bancário está intimamente conexas ao

¹¹⁵¹ Cf. Menezes Cordeiro, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», *cit.* p. 30.

¹¹⁵² Cf. César Landa, «Dignidad de la Persona Humana», *Revista Mexicana de Derecho Constitucional*, n.º 7, Jul.-Dez., 2002, disponível em <http://www.juridica.unam.mx/publica/ver/cconst/cont/7/ard/ard4.htm>.

¹¹⁵³ Neste sentido, veja-se Noel Gomes, *Segredo Bancário...*, *op. cit.*, p.106 e ss.

imperativo constitucional da defesa do direito à intimidade, atualmente vivenciado num Estado novo e moderno, aliados à evolução social e dos serviços bancários impõem que sejam assim, em que, uma grande parte de vida de todos encontra-se ancorada e espelhada nas contas bancárias.

Destarte, por outro lado, partindo da dimensão ampla, podemos defender que os dados abrangidos pelo sigilo bancário, traduzem, *in natura*, os dados ligados à esfera económica ou patrimonial que, por vezes, apresentam ou podem apresentar uma conotação subjetiva ou pessoal. Logo, não são, em princípio, suscetíveis de enquadramento na órbita fechada e exclusiva da intimidade, i.e., não integram, *a priori*, a esfera de valor da vida íntima, mas podem integrá-la.

Com efeito, admitimos que, a par dos dados económicos e patrimoniais inerentes às contas bancárias, possamos haver situações, ainda que melindrosas de associar direta ou indiretamente aos dados íntimos de clientes bancários, nomeadamente relacionadas com os lugares que frequentam, prendas que dão, artigos e fantasias eróticas que adquiriu, etc..., mas que extravasam o simples *habitat* da ténue preservação da simples vida económica e patrimonial, colocando-se, indubitavelmente, na esfera do foro mais íntimo da pessoa, e beneficiando, por isso, da merecida proteção constitucional garantida à intimidade.

Por ser melindrosa, aliada à crescente dificuldade de estabelecer balizas entre as duas realidades, pelo menos, em termos práticos, se justifica condensar quer no art. 44º, n.º 1 da CRGB quer no art. 26º, n.º 1, da CRP, a proteção do sigilo bancário no âmbito da intimidade da vida privada, sem, no entanto, afastar a possibilidade de sua restrição fundada em lei expressa, baseada em critério de ponderação bastante rígida e apertada. Porém, sem olvidar que a base de legitimação, consagração e da proteção do sigilo bancário, na ordem jurídica, assenta, *prima facie*, no direito de personalidade à reserva da vida privada e familiar dos clientes dos bancos, com eco no art. 44º, n.º 1 da CRGB, correspondente à norma do art. 26º, n.º 1, da CRP. Assim sendo, em regra, o sigilo bancário integra zonas económicas, patrimoniais e poderá integrar também zonas pessoais e íntimas, que não se identificam apenas com simples reportagens dos traços económicos ou patrimoniais inerentes aos dados e informações bancárias.

Portanto, equivale dizer que a integração no imperativo constitucional de proteção do direito à reserva da intimidade da vida privada dos dados relativos à situação económica de uma pessoa é melindrosa e perplexa, considerando a natureza e o sentido da tutela dos direitos personalidade. Destarte, conduzindo, na verdade, a pensar-se que, estando em causa a protecção dos atributos pessoais, dos bens constitutivos e expressivos da sua personalidade, à partida, se excluiria aspetos patrimoniais. Entretanto, tal perspetiva é, desde logo, de se excluir, pois na atualidade não é fácil estabelecer uma

separação rígida entre as duas esferas - pessoal e a patrimonial, atuando ou podendo atuar, ambos, conjuntamente. A situação económica e patrimonial de cada pessoa pode espelhar a pessoa, constituindo um dado individualizador da sua identidade¹¹⁵⁴.

Com efeito, em geral, podemos, assim, concluir que o bem aportado no âmbito do sigilo bancário é suscetível de integrar, também, na proteção do direito à reserva da intimidade da vida privada consagrado no artigo 26.º, n.º 1, da CRP, art.44º, n.º 1, da CRGB.

4. Natureza complexa do sigilo bancário.

Cumprimos nos pontos anteriores, por uma questão de facilidade, a determinação, em geral, da inserção jurídico e constitucional do sigilo bancário, enquanto resguardar, também, da esfera da intimidade individual, e da esfera económica e patrimonial, partindo de premissa do seu cabimento legal e constitucional. Ao qual afigura-se-nos, da análise atrás desenvolvida, que o sigilo bancário visa proteger, no essencial, o interesse ligado à economia, sistema bancário, através de captação e mobilização de fundos e a confiança dos clientes no sistema bancário, garantindo-os um certo conforto e tranquilidade nas operações e serviços que realizam sob absoluta descrição dos bancos¹¹⁵⁵. Com efeito, o direito atinente ao sigilo bancário visa proteger os interesses públicos de ordem económico-financeira relacionados com a profissão e atividade bancária, com os quais alinham os interesses privados dos clientes¹¹⁵⁶.

Assim sendo, a determinação da natureza do sigilo bancário deve partir dessa premissa, sobretudo do interesse protegido. Neste sentido, na esteira da feliz posição defendida por Capelo de Sousa¹¹⁵⁷, igualmente, podemos dizer que o sigilo bancário ostenta um conteúdo misto e, por isso, não deixa de

¹¹⁵⁴ Parece que foi nesta direção que, no caso particular do alegado sigilo bancário do cabeça-de-casal, o Ac. TRC n.º 2294/06.9YRCBR de 05-12-2006, defendeu que está em causa, relativamente à informação contida nas contas bancárias do cabeça-de-casal, a privacidade patrimonial deste, que, integrando o direito à reserva da sua vida particular, não implica, à partida, o círculo mais restrito e insondável da chamada “intimidade da vida privada”.

¹¹⁵⁵ Neste sentido, diz-se que o verdadeiro objetivo do segredo bancário, é a proteção da confiança no sistema financeiro visando, naturalmente, a sua viabilidade. Todavia, esse objetivo, não deve fazer minar o papel e a importância do banco, na luta contra a impunidade de prática de ilícitos económicos, sociais e fiscais, através de ocultação de informação ligados aos clientes bancários. Cf. Nahim Eduardo Emen Kalil, *Segredo Bancário, Información y Derecho*, Guayaquil, Ecuador, Editorial Jurídica Miguez & Mosquera, 2005. Cf. Maria Silvina Valente, *op. cit.*, p. 60.

¹¹⁵⁶ Cf. Neste sentido, Ac. STA n.º 0665/06 de 26-07-2006.

¹¹⁵⁷ Cf. Rabindranath Capelo de Sousa, «O Segredo Bancário – Em especial, face às alterações fiscais da Lei n.º 30-G/2000, de 19 de Dezembro», *op. cit.* p.179.

apresentar uma natureza mista, quanto ao seu conteúdo e alcance. Por um lado, corresponde um direito subjetivo privado¹¹⁵⁸, na estrita medida em que o cliente bancário beneficia de uma posição jurídica ativa, que lhe confere direito, a que as informações associadas à sua conta e operações no banco, não sejam divulgadas ou conhecidas por terceiros, sem a sua autorização. É um direito subjetivo “absoluto”, oponível *erga omnes* em relação aos terceiros¹¹⁵⁹, que todos devem sujeitar e respeitar. Destarte corresponde um direito subjetivo cimentado na manutenção da situação jurídica contratual entre o cliente e o banco, na qual surge uma relação de confidencialidade expressa ou tácita. Merecendo, por isso, ampla tutela jurídica conferida pelo contrato, direito civil nos termos do art. 70º e ss do CC, mais precisamente do art. 80º e 82º do CC, e pela lei e regulamentos bancários.

Por outro, o sigilo bancário pode traduzir a densificação e concretização da norma e do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, consagrada ao nível da proteção da lei magna dos direitos fundamentais¹¹⁶⁰, nomeadamente dos direitos, liberdades e garantias¹¹⁶¹. Por isso, ostenta, por seu turno, um direito de cariz e de natureza pública, porquanto o Estado e outras entidades públicas estão, igualmente, vinculados ao sigilo bancário, não podendo comprimir, violar e derrogar o seu conteúdo de forma arbitrária e infundada, senão nos termos da lei expressa.

O sigilo bancário destina-se, igualmente, a tutela da segurança, o bom nome dos utilizadores dos serviços, a proteção do normal funcionamento das instituições, evitando desta feita a degradação da sua imagem e descrédito ou a desconfiança entre o público¹¹⁶². E, por conseguinte, o sigilo bancário seria mais do que um simples instrumento concebido e posto ao serviço de proteção da intimidade

¹¹⁵⁸ No sentido de que o sigilo bancário protege interesse meramente individual, cedendo-se perante o interesse público da proteção da investigação criminal, a Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, no Processo N.º 9791/06 – 3ª Secção da RLx, defende a doutrina de que “em causa a possibilidade de autorização da revelação do segredo bancário que abrange os documentos solicitados, em ordem à identificação do autor dos crimes. Estão, assim, em conflito, a protecção da confiança nas instituições bancárias e do interesse público na perseguição do crime (...)”. Acabando, assim, por dar primazia ao interesse público na investigação criminal em relação ao sigilo bancário.

¹¹⁵⁹ Cf. neste sentido, Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., op. cit. p. 353; Ibidem, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», *Temas de Direito Bancário I*, p. 20.

¹¹⁶⁰ Shneider encara os direitos constitucionais como direitos de natureza subjetivos, mas também com implicações objetivas, e que constituem *conditio sine qua non* do Estado Constitucional Democrático. Cf. Humberto Nogueira Alcalá, *Teoría y Dogmática de los Derechos Fundamentales*, Mexico, Instituto de Investigaciones Jurídicas, Serie Doctrina Jurídica, n.º 156, Universidad Autónoma de México, Mexico, 2003, p. 84.

¹¹⁶¹ A doutrina do Parecer n.º 648/43, da Procuradoria-Geral da República, a propósito do segredo profissional do médico e em geral, defende a tese da natureza iminentemente pública do sigilo bancário, quando dispõe que “obrigação de guardar em segredo os factos de que se tenha tomado conhecimento no exercício de uma determinada profissão foi imposta e assegurada, com sanções penais e disciplinares, por motivos de interesse público evidente. O segredo profissional não é, assim, protegido em razão de um interesse puramente particular ou mesmo de classe, quando estritamente considerado, mas sim em virtude de um interesse geral ou público, pela susceptibilidade de poder respeitar, ou por respeitar, com efeito, à totalidade dos cidadãos”.

¹¹⁶² Neste sentido vide, Ac. Da RLx, de 29 de Junho de 2006, Proc. n.º 4949/2006-06, disponível em www.gde.mj.pt.

individual, mas tal é uma forma de manifestação deste direito, que também pode integrar dados pessoais ou íntimos que reclamam uma proteção mais forte do direito à intimidade nos termos dos arts. 26º, n.º 1, da CRP, 44º, n.º 1, da CRGB¹¹⁶³ ¹¹⁶⁴.

Com efeito, a defesa, de carácter instrumental, do direito ao sigilo bancário, não lhe retira valor nem a dignidade constitucional, pois participa da concretização do direito constitucional fundamental relacionado com a reserva à intimidade individual, enquanto direito subjetivo, a sua violação equivale à negação de um direito subjetivo do seu titular e postula consequência legal e constitucional^{1165/1166} ¹¹⁶⁷.

Assim, importa realçar, que o direito à reserva da intimidade da vida privada comporta um círculo de bens ligados à tranquilidade e segurança da vida íntima de cada pessoa¹¹⁶⁸, permitindo a plena realização da sua personalidade e dignidade humana, o que passa pela concretização dos seguintes direitos elementares:

- O de impedir que as outras tenham acessos infundados ou arbitrários às informações que se

¹¹⁶³ Ver neste sentido, Astolfo di Mato, «Sul Fondamento e Ilimit el Segredo Bancario», *Economia e Credito*, 1975, p. 139 e ss.; Idem, *Il Segredo Bancario*, Edizione Scinetifiche Italiene, Pubblicazioni della Scuola de Aperfezionamento in Diritto Civile dell'Università de camerino.

¹¹⁶⁴ Entretanto, contrariamente, assevera José Maria Pires, à luz da CRP, que o direito à reserva na atividade bancária constitui um “direito fundamental de natureza análoga ao direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar previsto no n.º 1 do art. 26º”, abrindo assim brechas para aplicação analógica do regime dos direitos, liberdades e garantias regulados no título II (art. 17º) da CRP à proteção do sigilo bancário, no essencial, traduzindo-se na proteção de um sector da economia - o sector financeiro em geral, em particular o sistema bancário. A conclusão deste autor, justifica-se no facto de se entender que o direito fundamental de sigilo bancário, não consta do catálogo previsto na CRP, mas que o art. 16º, n.º 1, não afasta, sobretudo, quando admite “outros direitos fundamentais constantes das leis”, para significar leis em sentido formal e nominal, decreto e decreto-lei. Assim, para mais desenvolvimentos sobre a matéria dos direitos fundamentais atípicos à lua da CRP, veja-se os constitucionalistas Vital Moreira e Jorge Miranda, J. J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa*, *op. cit.*, p. 504, e sobretudo, Jorge Reis Novais, e Jorge Bacelar Gouveia. Neste sentido, este último autor defende que, não obstante, os direitos fundamentais à reserva do sigilo na atividade bancária, devem beneficiar de um regime totalmente idêntico ao dos direitos fundamentais típicos. José Maria Pires, *Dever de Segredo na Atividade Bancária*, *op. cit.* pp. 39-42.

¹¹⁶⁵ Cf. Filipe Hochscheidt Kreutz, «O Segredo Bancário no Processo Penal», *op. cit.*, p. 29 e ss.

¹¹⁶⁶ No sentido contrário, parece declinar-se ao carácter do direito fundamental do sigilo bancário, defendendo o carácter de direito instrumental do sigilo bancário, na medida em que é um instrumento de garantia de um direito fundamental, que é o direito à reserva da vida privada, desempenhando, assim, uma função meramente instrumental, dado que, visa assegurar a concretização do direito à reserva da vida privada, a par dos outros direitos, como sejam da inviolabilidade do domicílio e do sigilo de correspondência. José Maria Pires, *Dever de Segredo...*, *op. cit.*, p. 39. Entretanto, no sentido contrário, defende Fernando Conceição Nunes («Os deveres de segredo profissional ...», *op. cit.*, p. 43), que subjacente ao sigilo bancário temos a defesa imediata da privacidade pessoal ou patrimonial e mediante a defesa da intimidade da vida privada.

¹¹⁶⁷ Rabindranath Capelo de Sousa, «Segredo Bancário...», *op. cit.*, p. 176; Maria Clélia Ramos, «Segredo Bancário...», *op. cit.*, p. 136 e ss.

¹¹⁶⁸ Cf. Anselmo da Costa Freitas, «Sigilo Bancário», *op. cit.*, p. 5.

integram no seu circuito fechado de vida privada.

- O de impedir, igualmente, a divulgação, por qualquer outra pessoa, designadamente, o banco, que tenha conhecimento, de informações integradas no âmbito de sua vida privada.

Tal é, no contexto constitucional, uma espécie de limitações do âmbito do exercício de alguns direitos fundamentais, parcialmente sobrepostos, que vem limitar a utilização de dados pessoais referente à pessoa e à família, pela consagração dos direitos fundamentais à proteção dos dados pessoais informatizados, art. 35º da CRP.¹¹⁶⁹ Bem assim, veda, igualmente, acesso generalizado a informações administrativas, bem como os dados ligados à banca e à sua relação com a clientela, que revelam aspetos da intimidade.

Entretanto, a conclusão acima exposta (da inserção do sigilo bancário no âmbito do direito à intimidade da vida privada e familiar) é ajustada apenas às pessoas físicas, enquanto únicas titulares dos direitos fundamentais, mais precisamente do direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar. Entretanto, sendo, por isso, inconciliável com a natureza da pessoa coletiva, art.12º/2 CRP.

Por esta razão, torna-se legítimo questionarmos, afinal, qual é a natureza do sigilo bancário quando esteja em causa informações intrinsecamente ligadas às pessoas coletivas, nomeadamente às sociedades comerciais?

Em resposta, procurar-nos-emos, em seguida, refletir sobre esta questão.

4.1. Caso particular das pessoas coletivas. Personalidade e capacidade

A inserção do conteúdo (objetos – dados bancários) do sigilo bancário no âmbito da tutela constitucional do direito à intimidade da vida privada é delicada e problemática em relação às pessoas coletivas, muito particularmente às sociedades comerciais¹¹⁷⁰, pelo facto de não valer, ou pelo menos, de não valer de igual modo, em relação a elas, as considerações fundamentadoras acima aduzidas, que se apoiam na premissa de acesso e penetração à esfera mais pessoal e íntima, intrinsecamente ligada aos indivíduos¹¹⁷¹.

¹¹⁶⁹ Cf. J. J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa*, op. cit., p. 215 e ss.

¹¹⁷⁰ Incluindo outras pessoas coletivas ou morais de direito privado, como as associações, ONG's, fundações, etc. Entretanto, para excluir deste âmbito as pessoas coletivas de direito público, como Estado, as Autarquias Locais, os Institutos, as Empresas Públicas, aos quais exigem a obrigação de transparência na gestão de coisa pública e de prestação de contas, no âmbito das quais, em regra, não deve haver reservas, pois as suas contas devem ser tornadas públicas.

¹¹⁷¹ Cf. Neste sentido, Ac. TC n.º 442/07, Proc. N.º 815/07, Ac. Do STJ n.º 2/2008, Proc. N.º 891/07 – 3, DR 1ª Série, n.º 63, de 31 de Março de 2008.

Destarte, aqui chegados, estamos em condições para afirmar que é melindrosa a conclusão, de que o âmbito e o conteúdo da situação patrimonial e económica, espelhada na conta bancária duma pessoa coletiva, incluindo as operações bancárias ativas e passivas nela registada, fazem parte do âmbito de proteção do direito à reserva da intimidade da vida privada condensado ao abrigo do art. 44º, n.º 1, da CRGB.¹¹⁷² Pois esta questão deve ser encarada, de forma distinta, conforme estamos perante a titularidade da conta por parte da pessoa singular ou por parte da pessoa coletiva.

Com efeito, em geral, para as pessoas singulares, todos os elementos em poder e disponibilidade de estabelecimentos bancários, tais como as contas de depósito e os respetivos movimentos e operações bancárias, cambiais e financeiras, podem comportar uma dimensão do direito à reserva da intimidade da vida privada, e se esbarram com outros valores constitucionalmente protegidos^{1173 1174}.

¹¹⁷² Foi neste sentido que, no Brasil, no âmbito do recurso extraordinário n.219780-PE, julgado em 13 de abril de 1999, pela 2ª Turma do STF, entendeu-se que o sigilo bancário: " (...) espécie de direito à privacidade, que a Constituição protege" (art. 5º, X). De igual modo, a maioria da doutrina brasileira apoia a tese de que encontra-se subjacente ao sigilo bancário, o direito à intimidade, sendo uma espécie dos direitos de personalidade, por meio dos quais se exterioriza e se realiza a personalidade humana. Daí, o tratamento protetivo que se dá à intimidade, que pode ser entendida como a esfera na qual se manifestam as idiosincrasias, o temperamento, as aspirações e condutas do indivíduo, relacionadas com sua vida particular. Nesse sentido, percebe-se que o direito ao sigilo bancário é uma das facetas do direito à preservação da intimidade e da vida privada, consistindo no poder de manter, no âmbito privado, qualquer ato ou acontecimento que o titular deseje que permaneça como tal, afastando a curiosidade de terceiros e impedindo a atividade investigativa do Poder Público. Cf. Sérgio Carlos Covello, *O Sigilo Bancário*, op. cit., p. 160;

¹¹⁷³ Foi nesta perspetiva que asseveramos na senda da conclusão do Acórdão 278/95, Proc. N.º 510791, de 31 de Maio de 1995, de que sigilo bancário comporta uma dimensão de defesa da intimidade da vida privada, por considerar que é fácil verificar a vida do titular da conta através dos seus elementos, constituindo assim a conta "uma verdadeira biografia em números", na qual se possa aferir ou revelar aspetos íntimos de cada pessoa. Neste sentido, acrescenta Diogo Leite de Campos que "conhecer a conta bancária é conhecer os traços fundamentais da vida privada de cada um; é ter o ponto de partida para conhecer o outro. Uma compra de livros revelará as ideias religiosas e políticas", mais refere autor que "não admito que interesses patrimoniais, seja de quem for, façam limitar o sigilo bancário. A proteção da pessoa que subjaz ao direito à privacidade - sigilo bancário, não pode ser afastada pela proteção dos patrimónios. Mesmo que esse interesse seja o interesse patrimonial do Estado em cobrar impostos. Se assim não for, o sigilo perderá quase todo o significado pode ser afastado perante interesse de qualquer credor". Cf. Diogo Leite de Campos, *«Sigilo Bancário...»*, op. cit., p. 16 e ss. Neste mesmo sentido, defende a maioria dos autores portugueses, aceitando que o sigilo bancário protege a intimidade da vida privada. Cf. Fernando Conceição Nunes, *«Os deveres de segredo...»*, op. cit., p. 39 e ss.; Germano Marques da Silva, *«Segredo Bancário...»*, op. cit., p. 38 e ss. Considerando que o sigilo bancário abarca a proteção a direitos individuais fundamentais, no caso a intimidade e a identidade individual, que tem de se resguardar da ingerência abusiva, vem Jorge Neto, *«Sigilo Bancário: Que Futuro»*, *Fisco*, n.º 107/108, Ano XIV, Março, 2003.

¹¹⁷⁴ Neste sentido não existem direitos fundamentais absolutos, antes as suas restrições devem ser balizadas em leis e conforme a regra de proporcionalidade, Cf. Abade Sieyès (Org. Trad. Emerson Garcia), *Exposição Refletida dos Direitos do Homem e do Cidadão*, Vol. 1, São Paulo, Atlas, 2015, p. 43 e ss. Emerson Garcia, *Interpretação Constitucional – A resolução das conflitualidades intrínsecas da norma constitucional*, São Paulo, Atlas, 2015, p. 357 e ss. Tal proporcionalidade constitui prerrogativa conferida ao julgador para exercer o controlo em relação aos atos da administração que visem restringir algum direito fundamental, e ainda constitui um poderoso instrumento de garantia à proteção dos

Neste mesmo sentido, aderimos na íntegra à conclusão de Telmo Alves quando sustenta que, relativamente às pessoas coletivas, não é de uma situação de privacidade que se trata, para justificar a aplicação do regime da tutela jurídico-constitucional. Antes, porém, trata-se da tutela dos elementos de natureza patrimonial e económica, respeitante às pessoas coletivas – empresas¹¹⁷⁵. Já, entretanto, para as pessoas físicas, além da dimensão individual ligada a informação patrimonial ou financeira, dela participa ainda uma dimensão pessoal ligada à intimidade¹¹⁷⁶.

Mas, afinal, tratando-se da pessoa coletiva, qual seria o fundamento e a natureza do conteúdo dos dados bancários circunscritos no âmbito do sigilo bancário?

Antes, cumprimos, em gesto de prévio enquadramento, dedicar breves linhas relativamente a concepção, a personalização, a capacidade e a atividade da pessoa coletiva.

Em todo o caso, deve-se encarar a pessoa coletiva como conjunto de pessoas ou complexos patrimoniais estruturados em vista de um fim comum ou coletivo, a que a ordem jurídica confere a qualidade de sujeitos de direitos.¹¹⁷⁷

A concepção e personalização da pessoa coletiva (sociedade comercial) pressupõem sempre a realidade humana. Destarte, a Sociedade e o Direito regem a atividade humana na prossecução de

direitos fundamentais. Cf. Rúben Ramião, «O princípio da proporcionalidade como instrumento de proteção jusfundamental», *O Direito*, Ano 147.º, II, Coimbra, Almedina, 2015, pp.431 e ss e 456 e ss.

¹¹⁷⁵ Entretanto, Telmo Alves, reconhece a existência de núcleo excecional de privacidade às pessoas coletivas, veja-se, Telmo José Macedo Alves, *op. cit.*, p. 89. Igualmente, assevera Maria Valente, que o direito ao sigilo bancário comporta um núcleo essencial, fundado na dignidade da pessoa humana e na reserva da intimidade da vida privada. Cf. Maria Silvina Valente, «Da Licitude da Intervenção do Estado na Limitação ao Exercício do Direito ao Segredo Bancário», *op. cit.* p. 87. Neste mesmo sentido, advoga Joaquim Malafaia («O segredo bancário como limite à investigação criminal», *op. cit.* p. 439) que “estão a coberto do disposto no art. 26º da CRP todos os dados existentes num banco que estejam diretamente abarcados pelo direito ou bem constitucionalmente protegido que é o direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar”.

¹¹⁷⁶ Cf. Ricardo de Pinto, «Divórcio e sigilo bancário», *op.cit.*, p. 450 e ss. Assim assevera e bem que, “por exemplo, a informação bancária sobre um movimento efetuado em conta bancária mediante uma operação concretizada com a utilização de um cartão de débito ou de crédito, contém não apenas informação sobre a natureza do movimento de pagamento, no caso um débito na conta à ordem ou na designada giro “conta-cartão”, ma também pode revelar aspectos puramente pessoais inerentes a esse movimento, revelando o comportamento pessoal do titular, o que consumiu, onde consumiu, a que horas consumiu”.

¹¹⁷⁷ Cf. Maria Ana Azevedo, “A problemática da extensão dos direitos de personalidade às pessoas colectivas, *maxime*, às sociedades comerciais”, in *Revista de Direito das Sociedades*, Ano II (2010), 1/2. p. 125.

determinados interesses, nas realizações de fins¹¹⁷⁸. Pois, os fins a que se propõe desenvolver podem ser de cariz individual ou coletivo. Ou seja, podem respeitar a pessoa individualmente considerada, ou ser comuns aos de uma coletividade ou sociedade. Assim, contrariamente de interesses individuais e isolados, prosseguir interesses comuns a uma coletividade de pessoas.

A prossecução de interesses da coletividade requer a associação ou comunhão da atividade ou de esforço para atingir um dado fim. Para a realização desse interesse coletivo de forma duradoura e disciplinada, mostra-se indispensável coordenar as atividades individuais e afetar à prossecução desse interesse os meios necessários. Assim, surge, a pessoa coletiva, pressupondo quer na sua génese quer no seu fundamento, imediata ou mediatamente, pessoas físicas, interesses e fins humanos¹¹⁷⁹.

Para o efeito, a ordem jurídica legitima a personalização da atividade conjunta das pessoas singulares na realização de interesses coletivos e unifica os meios que servem esses fins. Assim conferindo direitos e obrigações já não às pessoas humanas, mas a agrupamentos de pessoas ou a complexos ou substratos patrimoniais tendo em vista a prosseguir certos fins.

Assim, surgem as várias tipologias das pessoas coletivas, medidas através dos seus substratos pessoais, patrimoniais e fins prosseguidos, podendo assumir várias naturezas, como das associações, das fundações, das sociedades civis, das sociedades comerciais¹¹⁸⁰, etc...

¹¹⁷⁸ Com efeito, o homem, cada vez mais, foi sendo pontuado como origem e fundamento do Direito e não já como um mero destinatário, contribuindo para uma consolidação dos direitos naturais, dos direitos fundamentais e dos direitos subjetivos, bem como as suas garantias de defesa, e sua eficácia em face do Estado (vertical) e particulares (horizontal). Nesse quadro evolutivo foi decisivo o contributo da Escola Jusnaturalista, dos filósofos iluministas e percursos da Revolução Francesa de 1789 – Montesquieu, Voltaire e Rousseau, associado aos imperativos ético-morais de Kant, com repercussão no plano jurídico – formal com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789, que proclama no art.1º “*os homens nascem e são livres e iguais em direitos*”. Assim os valores da liberdade, da propriedade, da segurança e da resistência à opressão assumiam-se agora como “*direitos naturais e imprescritíveis do homem*”. Cf. Rabindranath Capelo de Sousa, *Direito Geral de Personalidade*, Dissertação de Doutoramento, Coimbra, Coimbra Editora, 1995. p. 69. Rabindranath Capelo de Sousa, *Direito Geral de Personalidade*, Coimbra. Almedina, 2011. Foi neste mesmo sentido que se assevera que todo o direito existe por causa dos homens. E para mais desenvolvimento sobre as origens do homem, da humanidade, e evoluções do direito de personalidade na civilística portuguesa, (cf. Menezes Cordeiro, *Os Direitos de Personalidade na Civilística Portuguesa...*, Menezes Cordeiro, *Tratado de Direito Civil Português*, Vol.I, Parte Geral, Tomo III - Pessoas, Coimbra, Livraria Almedina, 2004, p. 9 e ss.

¹¹⁷⁹ Cf. Pedro Pais de Vasconcelos, *Teoria Geral do Direito Civil*, Vol. I, Lisboa, LEX, 1999, p. 99.

¹¹⁸⁰ Cf. Sobre as pessoas coletivas, suas caracterizações, modalidades e regime sjurídicos, Luís A. Carvalho Fernandes, *Teoria Geral do Direito Civil*, I – Introdução, Pressupostos da Relação Jurídica, 5ª ed., revista e atualizada, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2009, p. 429 e ss. Menezes Cordeiro, *Tratado de Direito Civil Português*, Vol.I, T.3, p. 16.

A ordem jurídica atribui a essas coletividades ou entidades uma posição de sujeitos titulares de direitos e obrigações, i.e., a personalidade jurídica. Haverá, assim, a pessoa coletiva com a suscetibilidade de ser titular de direitos e obrigações mediante atribuição da personalidade jurídica (art.157º CC)¹¹⁸¹.

Os interesses prosseguidos pelas pessoas coletivas podem inserir no âmbito público ou privado. E, por isso, temos pessoas coletivas de direito público ou pessoas coletivas de direito privado.

Assim sendo, as pessoas coletivas são centros autónomos de imputação de direitos e vinculações, como conjunto de pessoas ou de património próprio e distinto das pessoas singulares. Logo, a personalidade jurídica das pessoas coletivas é uma realidade que direito reconhece, entretanto não se trata de uma mera engenharia jurídica para facilitar a consecução de um fim coletivo. Porém, já a personalidade jurídica da pessoa singular resulta, *in natura*, forçosamente da condição e da dignidade da pessoa humana, art.60º CC.

Possibilitando a distinção das seguintes modalidades de pessoas coletivas: a) as associações – comportam coletividades de pessoas tendo em vista fins de interesse comum; b) fundações – integram subscritos ou patrimónios suficientes à prossecução do fim previsto; e c) sociedades – traduzem-se nas contribuições com bens e serviços para o exercício de uma atividade económica dirigida à realização de lucros e ganhos aos sócios.

Os arts.157º a 194º CC regulam a matéria relativa as pessoas coletivas em sentido restrito. As regras gerais previstas nos arts. 157º - 166º CC, as referentes às associações (arts.167º-184º CC), e as regras relativas às fundações, arts.185º-194º CC.

Com efeito, em geral, as pessoas coletivas adquirem a personalidade jurídica e a capacidade, pelo reconhecimento ou escritura pública notarial, conforme os pressupostos e as modalidades consignados nos termos dos arts.158º, 1, e 167º, 1, CC.

Entretanto, para dar resposta a nossa questão, vamos deixar de fora as pessoas coletivas de direito público, v.g., como o Estado, as Autarquias Locais, Serviços Personalizados e as Empresas Públicas. E, mesmo correlação às pessoas coletivas de direito privado, vamos dar maior importância às sociedades comerciais, enquanto titulares de direitos e obrigações de foro privado, nas relações comerciais estabelecidas com os bancos e as outras entidades no âmbito das suas atividades.

¹¹⁸¹ Cf. Sobre a constituição, menções obrigatórias e facultativas, personalidade e capacidade, Paulo Olavo Cunha, Direito das Sociedades Comerciais, 6ª ed., Almedina, 2016. pp. 117 e ss, 121 e ss, 143 e ss e 80.

Mas, antes, infere-se que, em geral, as pessoas coletivas, contrariamente das pessoas singulares,¹¹⁸² possuem a capacidade a partir da aquisição da personalidade jurídica nos termos do art.158º CC. Neste particular, preceitua art.160º CC que as suas capacidades abrangem direitos e deveres adequados aos fins que se propõem prosseguir (n.º 1). No entanto, estão impedidas de exercerem direitos e deveres proibidos por lei ou que sejam inseparáveis da personalidade singular (n.º 2).

Nesta matéria da capacidade jurídica das pessoas coletivas, contrariamente da CRGB, a CRP fez ainda a referência no art.12º/2, dispondo, assim, que “*As pessoas coletivas gozam dos direitos e estão sujeitas aos deveres compatíveis com a sua natureza*”. Nesse mesmo sentido, num plano infra constitucional defende Heinrich Horster, que o art.160º CC consagra a regra referente a capacidade de gozo, respeitante à titularidade dos direitos e obrigações¹¹⁸³. Ainda, sustenta, em consequência do disposto ao abrigo do art.160º CC, “o princípio da especialidade do fim, embora com larga atenuação do seu rigor”, atribuindo à pessoa coletiva uma capacidade funcional tendo em conta o escopo e a sua razão de ser, e atribuição de uma capacidade geral vinculada à sua finalidade.¹¹⁸⁴

Assim, dado que a regra de especialidade não é plena, a capacidade do gozo de uma pessoa coletiva deve ser medida tendo em conta os seguintes limites¹¹⁸⁵:

- ✓ No sentido de que compreende os direitos e deveres necessários à prossecução dos seus fins.
- ✓ Apenas comporta direitos e deveres não vedados por lei, v.g., direito de uso e habitação, art.1484º CC, capacidade ativa para testar, art.2182º CC e
- ✓ e comporta direitos e deveres que não sejam inseparáveis da personalidade singular como as relações familiares, casamento, filiação, parentesco, afinidade, nos seus efeitos pessoais e

¹¹⁸² Sobre o princípio da especialidade, veja-se (Domingos Pereira de Sousa, *Noções Fundamentais de Direito*, Coimbra, Coimbra Editora, 2013, p. 165). Jose Manuel Coutinho de Abreu, *Curso de Direito Comercial*, Volume II – Das Sociedades Comerciais, 2ª ed., Almedina, 2007, p. 184 e ss.

¹¹⁸³ Cf. Heinrich Ewald Horster, *A Parte Geral do Código Civil Português – Teoria Geral do Direito Civil*, Coimbra, Almedina, 2003, p. 391.

¹¹⁸⁴ Aliás, deve-se encarar o princípio da especialidade de forma ampla, pois integra todas as situações jurídicas que sejam oportunas à prossecução dos fins da pessoa coletiva, v.g., uma sociedade import./Export pode efetuar beneficência para uma questão de marketing e melhorar a sua imagem comercial, e uma associação desportiva pode praticar comércio para apoiar a sua atividade. Cf. Maria Azevedo, *op. cit.* p. 127.

¹¹⁸⁵ Foi neste sentido que se admite que a capacidade de gozo das pessoas coletivas em geral, em particular das sociedades comerciais não é idêntica à das pessoas singulares, pois limita-se aos seus objetos sociais. Cf. Paulo Olavo Cunha, *Direito das Sociedades Comerciais*, 6ª ed., *op. cit.*, p. 82.

patrimoniais.

No caso particular das sociedades comerciais, será que esta regra vale ou, pelo menos, vale da mesma forma?

Esta questão pressupõe análise prévia do regime específico previsto no Código das Sociedades Comerciais (CSC) referente a personalidade e a capacidade da sociedade comercial¹¹⁸⁶.

i. Personalidade e capacidade

A personalidade jurídica da sociedade comercial é aferida a partir da sua matrícula no registo comercial (art.5º CSC). Assim, a constituição de sociedade comercial pressupõe sempre a obrigatoriedade do registo, arts.3º, 1, a), e 15º, 1, Código Registo Comercial.

No âmbito da OHADA – AUSCAIE, na Guiné-Bissau, Senegal, Mali e Gabão, a personalidade jurídica das sociedades comerciais é aferida a partir da matrícula no Registo do Comércio e do Crédito Mobiliário – RCCM, art.96 e ss do Ato Uniforme Relativo ao Direito Comercial Geral – AUDCG¹¹⁸⁷.

A personalidade jurídica da sociedade comercial importa, entre outras consequências¹¹⁸⁸, a suscetibilidade de ser titular de direitos e deveres. Neste âmbito, a lei reconhece às sociedades comerciais alguns direitos de personalidade, como proteção da sua honra, o direito ao nome – à firma, etc...

¹¹⁸⁶ Referente ao CSC, suas evoluções e as alterações subsequentes, veja-se Fernando Olavo, «Alguns Apontamentos para a reforma da legislação comercial», BMJ (293), 1980, p. 5 e ss. Paulo Olavo Cunha, *Direito das Sociedades Comerciais*, 5ª ed., Coimbra, Almedina, 2012, p. 29 e ss. António Menezes Cordeiro, *Manual de Direito das Sociedades*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2007, p. 143 e ss. António Menezes Cordeiro (Coord.), *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2014, p. 37 e ss.

¹¹⁸⁷ Cf. Neste sentido, AA.VV., *OHADA – Sociétés Commerciales et GIE*, Bruylant Bruxelles, Juriscope, 2002, pp. 128 e 129.

¹¹⁸⁸ Menezes Cordeiro elenca seis consequências: a) Direitos e deveres próprios, irrepercutíveis nos sócios; b) a imputação à sociedade dos atos dos seus administradores; c) Respondem os bens das sociedades comerciais pelas suas dívidas; d) os credores pessoais dos sócios apenas podem atacar as participações destes e não os bens das sociedades comerciais; e) os sócios apenas podem alientar a sua parte social e não os bens das sociedades comerciais; f) os credores da sociedade têm direito de preferência sobre os bens sociais em relação aos credores dos sócios (Cf. Menezes Cordeiro, (Coord.), *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, 2ª ed., cit., p.87).

A capacidade situa-se num prisma diferente da personalidade, constitui medida de direitos e obrigações que as sociedades comerciais podem ser titulares (do gozo) ou podem exercer através dos seus competentes órgãos (do exercício), e é essencialmente quantitativa, ao passo que a personalidade é qualitativa.

A matéria da capacidade de sociedades comerciais vem regulada no art.6º CSC.

ii. O alcance atual do princípio da especialidade no direito português e no direito da OHADA (AUSCAIE)

Por influência da orientação clássica, o art.6º, 1, 1ª parte do CSC, consagra a solução prevista no art.160º CC, segundo a qual, contrariamente ao que acontece às pessoas singulares (art.67º CC), a capacidade das pessoas coletivas seria de se aferir em função dos fins prosseguidos¹¹⁸⁹.

Entretanto, na atualidade portuguesa, sobretudo com a recente evolução registada no âmbito europeu - adoção da Diretiva de Direito das Sociedades e a sua transposição para direito interno português¹¹⁹⁰, permitindo a vinculação da sociedade ainda que atue fora do seu objeto social ou do âmbito e poderes conferidos aos seus órgãos de gestão e de administração, art.9º, 1, da Diretiva, existe a necessária e justificada superação e o abandono prático do princípio da especialidade¹¹⁹¹.

No âmbito da OHADA - Ato Uniforme Relativo ao Direito das Sociedades Comerciais e ao Agrupamento de Interesse Económico – AUSCAIE, assume-se, entre nós, a tendência de superação do princípio da especialidade consignado ao abrigo do art.160º CC.

Destarte, por um lado, além de consagrar no art.3º, a liberdade de escolha de qualquer tipo da sociedade prevista no AUSCAIE para desenvolver alguma atividade económica e profissional, ainda

¹¹⁸⁹ Cf. Sobre o princípio da especialidade previsto no art.160º CC, e articulação com o art.6º CSC, veja-se (Pedro Pais de Vasconcelos, *Teoria Geral do Direito Civil*, I, cit., p. 110 e ss.). No sentido de que os arts.6º, n.º 1, CSC, e 160º, 1, CC, permite muito, mas nem tudo pode ser feito pela sociedade. Cf. José de Oliveira Ascensão, *Direito Civil. Teoria Geral*, Vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 1997, p. 233.

¹¹⁹⁰ Cf. Sobre tais evoluções, Menezes Cordeiro, (Coord.), *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, 2ª ed., cit. pp.92 e 93. António Menezes - *Direito Europeu das Sociedades*, cit., p. 170 e ss.

¹¹⁹¹ Dando nota que alguns sistemas, por não justificar a sua defesa plena, baniram o referido princípio nas suas legislações, veja-se (Menezes Cordeiro, (Coord.), *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, 2ª ed, cit., p. 94).

regula nos termos do art. 4º, a definição das sociedades comerciais em derrogação do disposto no art.980º CC^{1192 1193}.

Por outro, igualmente, decorrem dos arts.121º, 122º, 123º, 135º e 136º, ambos do AUSCAIE, que as sociedades comerciais (de responsabilidade limitada – SARL e anónima - SA), através dos respetivos órgãos de gestão, direção e de administração, têm a faculdade de atuar e vincular perante terceiros fora do âmbito do seu objeto social¹¹⁹⁴. Entretanto, salvo se provar que o terceiro sabia ou devia saber do excesso do ato praticado. Para a produção desta prova, não basta a mera publicidade da sociedade no Registo do Comércio e do Crédito Mobiliário – RCCM, arts.122º, 2ª parte, e 136º, do AUSCAIE^{1195 1196}.

Portanto, à semelhança do disposto no art.6º, n.º 4, do CSC português¹¹⁹⁷, no AUSCAIE da OHADA, o objeto social não limita a capacidade da sociedade, antes a sua capacidade encontra-se balizada pelo fim da sociedade (lucrativo)¹¹⁹⁸. E, assim, colocando em crise na ordem jurídica guineense, o princípio da especialidade previsto no art.160º CC – deve-se encará-lo de forma ampla.

¹¹⁹² Cf. Neste sentido, Tiago Soares da Fonseca, *Acto Uniforme Relativo ao Direito das Sociedades Comerciais e do Agrupamento Complementar de Empresas*, Lisboa, LEX, 2002, p. 26.

¹¹⁹³ No sentido de que a remissão do art.2º CSC para a lei civil, como lei subsidiário, relativamente a matéria do contrato de sociedade, não deve restringir-se ao regime do art.980º e ss CC, antes pressupõe a possibilidade de aplicação do regime geral do negócio jurídico, veja-se (António Pinto Monteiro, «Negócio Jurídico e Contrato de Sociedade Comercial», Nos 20 Anos do Código das Sociedades Comerciais, Homenagem aos Profs. Doutores A Ferrer Correia, Orlando de Carvalho e Vasco Lobo Xavier, Coimbra, Coimbra Editora, 2007, p. 94 e ss; Rui Pinto Duarte, *Escritos Sobre Direito das Sociedades*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, p. 23 e ss.

¹¹⁹⁴ Cf. AA.VV., *OHADA – Sociétés Commerciales et GIE*, cit. p. 149 e ss

¹¹⁹⁵ Cf. OHADA e AUSCAIE, M. Januário da Costa Gomes e Rui Ataíde (Coord), *OHADA – Tratado, Regulamento e Actos Uniformes*, p. 127 e ss. Tiago Soares da Fonseca, *O Tratado da OHADA (contexto, história, finalidade, âmbito de aplicação, organização e actos uniformes)*, Lisboa, LEX, 2002, p. 17 e ss.

¹¹⁹⁶ No sentido de que a matrícula no RCCM também confere a capacidade de exercício à sociedade comercial, veja-se (AA.VV., *OHADA – Sociétés Commerciales et GIE*, cit. p.129. AA.VV., *Droits des Sociétés*, 16ª ed., Paris, Litec – Group Lexis Nexis, 2003, p. 56 e 57, 93 e 94).

¹¹⁹⁷ A redação do art.6º, 4, CSC, no sentido de que o objeto social não limita a capacidade da sociedade, aproxima-se das exigências consignadas no art.9º, 1, da Primeira Diretiva sobre sociedades (Diretiva 68/151/CEE). Cf Alexandre Soveral Martins, «Capacidade e Representação das Sociedades Comerciais», *Problemas do Direito das Sociedades*, Coimbra, Almedina, 2002, p. 472 e ss. Jose Manuel Coutinho de Abreu (Coord.), *Curso de Direito das Sociedades*, 9ª ed., Coimbra, Almedina, 2008, p. 114.

¹¹⁹⁸ Cf. Neste sentido, Jose Manuel Coutinho de Abreu, *Curso de Direito Comercial*, II, cit., p. 189. Jose Manuel Coutinho de Abreu (Coord.), *Curso de Direito das Sociedades*, 9ª ed., p.112 e ss

Por conseguinte, são nulos por força dos arts.294º e 280º do CC, todos os atos praticados em nome da sociedade, contrários ao seu fim lucrativo, por violação do art.6º, n.º 1, CSC¹¹⁹⁹.

iii. As limitações à capacidade

O reconhecimento às pessoas coletivas dos direitos e deveres compatíveis com a sua natureza, arts.160º CC, 6º CSC e 12º/2 CRP, postula, *ab initio*, duas ilações seguintes:

1ª A de potenciar situações de conflitos com os demais titulares de direitos e deveres.

2ª e a de necessária correspondência entre direitos e deveres e os fins prosseguidos por uma pessoa coletiva, com especial enfoque no privilégio relacionado com o gozo de alguns direitos fundamentais catalogados constitucionalmente.

A referenciada capacidade das sociedades comerciais não é absoluta, antes consente algumas limitações, que tem a ver com:

- i. A natureza dos direitos e deveres em causa;
- ii. Normas legais;
- iii. Regras estatutárias;
- iv. E deliberações sociais.

No âmbito específico do nosso estudo, i.e., para a determinação de quais os direitos e deveres suscetíveis de integrar ou excluir no âmbito da capacidade do gozo das sociedades comerciais, vamos considerar apenas a primeira limitação relacionada com a natureza das coisas¹²⁰⁰. Para, de seguida, aferir se tais direitos de que beneficiam as sociedades comerciais são susceptíveis de incluir ou não a vertente reservada ao direito fundamental da reserva à intimidade da vida privada.

Com efeito, resulta do art.6º, n.º 1, CSC, a exclusão dos direitos e deveres inseparáveis da personalidade humana, no âmbito da capacidade do gozo das sociedades comerciais.

Assim sendo, a limitação constante do art.6º, n.º 1, CSC, compreende duas vertentes essenciais:

¹¹⁹⁹ Cf. Menezes Cordeiro, (Coord.), *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, 2ª ed., cit., p.95. Alexandre Soveral Martins, «Capacidade e Representação das Sociedades Comerciais», cit., p. 472.

¹²⁰⁰ Cf. As restantes, Menezes Cordeiro, (Coord.), *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, 2ª ed., cit., p.94.

1ª A positiva – Determinando que as sociedades comerciais gozam de direitos e vinculam aos deveres compatíveis com a sua natureza. Neste caso, as sociedades comerciais (pessoas coletivas) são equiparadas a pessoas físicas no gozo dos direitos compatíveis com a sua natureza, e no gozo de alguns direitos de personalidade, como direito ao bem nome e o direito à honra¹²⁰¹.

2ª A negativa – as sociedades comerciais estão vedadas ou impossibilitadas, *in natura*, do gozo de alguns direitos, v.g., direitos intrinsecamente ligados a natureza humana, logo pressupõe uma pessoa física.

Neste caso deve-se excluir do âmbito da capacidade do gozo das sociedades comerciais (em geral, pessoas coletivas), nomeadamente: as situações ligadas a estados civis, de família, de sucessões (direito de testar), etc...¹²⁰²

A solução acima defendida é apoiada na letra do art.12º, 2, CRP, informando que, de resto, os direitos e liberdades fundamentais das pessoas físicas não podem ser estendidos, sem mais, às sociedades comerciais (em geral, às pessoas coletivas). Porém, apenas justifica a invocação dos direitos fundamentais pelas sociedades comerciais quando e na medida que representam a manifestação da sua autonomia e o livre desenvolvimento das suas atividades em benefícios dos seus sócios, como beneficiários finais dos direitos das sociedades comerciais¹²⁰³.

Neste particular, na nossa modéstia opinião, existem direitos da personalidade, enquanto qualidades jurídicas individualizadoras, suscetíveis de se estender às pessoas coletivas, que deles são titulares e arrolam, *inter alia*, conjuntos de conteúdos que integram o catálogo dos direitos fundamentais de personalidade, tais como, direitos ao crédito, ao nome, ao bom nome, à honra, ao domicílio, à

¹²⁰¹ Cf. Menezes Cordeiro, *Tratado de Direito Civil*, Vol.I, Tomo 3, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2007, p. 111 e ss.

¹²⁰² Acrescentando que, excetuam os seguintes direitos, v.g., os de uso e habitação, art.1484º e ss CC, reservados às pessoas singulares, e outros direitos indissociáveis da natureza humana, como direito de casamento ou de adoção ou de perfilhação, de testar, veja-se (Alexandre Soveral Martins, «Capacidade e Representação das Sociedades Comerciais», cit., p. 373; Jose Manuel Coutinho de Abreu, *Curso de Direito Comercial*, Volume II, cit., pp. 185 e 186). Entretanto, contrariamente da posição da doutrina maioritária portuguesa, parece que Jose Tavares, defendera há já quase um século que, uma vez reconhecida a capacidade de usufruto por parte das pessoas coletivas, por maioria de razão, se deviaría reconhê-las o direito de uso e habitação, por pertencerem direitos da mesma natureza e âmbito, no entanto, diferentes (cf. José Tavares, *Os Princípios Fundamentais do Direito Civil*, Vol. II, Coimbra, 1928, p. 207).

¹²⁰³ Entretanto, parece negar tal possibilidade de invocação dos direitos fundamentais diretamente pelas pessoas coletivas, sobretudo por parte das pessoas coletivas públicas, Heinrich Ewald Horster, *A Parte Geral do Código Civil Português*, cit., p. 379.

nacionalidade, à inviolabilidade da correspondência e do domicílio¹²⁰⁴.

Entretanto, fora destes números *apertus*, situam outros conjuntos de direitos de personalidade¹²⁰⁵ e os direitos de liberdades e garantias constitucionalmente consagrados, de que não participam as sociedades comerciais (em geral, as pessoas coletivas), por serem direitos intrinsecamente ligados a seres biológicos – indivíduos. Assim, entre os direitos excluídos do âmbito da capacidade do gozo das sociedades comerciais, por força dos arts.12º, 2, CRP, 160º, 1, CC, e 6º, 1, CSC, temos, inequivocamente, o direito à intimidade, pois as pessoas coletivas, em geral, não participam dessa qualidade inerente ao indivíduo.

Nesta conformidade, podemos dizer que são reconhecidos às pessoas coletivas, pelo menos, alguns dos direitos de personalidade catalogados no sistema jurídico a favor da pessoa singular. Porém, Capelo de Sousa, desde logo, por exclusão, refere que as pessoas coletivas não gozam dos “direitos especiais de personalidade ou quaisquer bens integrantes do direito geral de personalidade que sejam inseparáveis da personalidade humana, v.g., o direito à vida, o direito à integridade corporal, espiritual e anímica, o direito à liberdade de movimentos físicos, o direito à liberdade sexual, os direitos sobre o cadáver e sobre órgãos ou elementos deles destacáveis, o direito à integridade da imagem física e do caráter, o direito à não perturbação de relações efectivo – pessoais, a dignidade humana, a saúde, a força de trabalho, a força de vontade, os sentimentos, e as aspirações”.¹²⁰⁶

Entretanto, reconhecem-se alguns direitos de personalidade necessários ou convenientes à prossecução dos seus fins, ajustados à natureza e às características particulares de cada uma de tais pessoas jurídicas, ao seu âmbito de atividades, às suas relações e aos seus interesses. Tais como, o direito à identidade pessoal, que integra o direito ao nome e aos outros sinais jurídicos recognitivos e distintivos, direito à honra, o decoro, o bom nome e o crédito das pessoas coletivas. Igualmente, gozam de um direito a uma esfera de sigilo, que integra, nomeadamente o sigilo de correspondência, de organização,

¹²⁰⁴ Ainda, assim, tal solução de equiparação das pessoas coletivas aos indivíduos referente ao gozo de alguns direitos pessoais ou da personalidade, não tem sido aceite por um setor importante da doutrina clássica portuguesa, com a justificação de que tais direitos pessoais, historicamente, são direitos que pressupõem sempre as qualidades humanas, e outros preferem a via de analogia limitada entre os direitos de personalidade e certas posições similares em pessoas coletivas. Cf. José de Oliveira Ascensão, *Teoria Geral do Direito Civil*, Vol. I, Lisboa, 1996, pp. 71 e ss e 264. Heinrich Horster, *A Parte Geral do Código Civil...*, cit., pp. 379 e 390. Menezes Cordeiro (Coord.), *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, 2ª ed., cit., p. 94.

¹²⁰⁵ Aquilatando o direito de personalidade como técnica jurídica privada que surge no Direito Civil (constitucionalmente reconhecido na atualidade) no domínio da tutela humana, veja-se (Menezes Cordeiro, *Tratado de Direito Civil Português*, Vol.I, T.3, p. 29).

¹²⁰⁶ Capelo de Sousa, *op. cit.* p.594 e ss.

funcionamento, de *know-how*, direito à inviolabilidade do domicílio, sede ou filiais, direito à liberdade de ação consentânea com os seus fins estatutários, o direito à liberdade de expressão do seu pensamento coletivo, o direito à liberdade de imprensa, o direito de antena e de resposta, os direitos de reunião e manifestação e o direito à liberdade de associação.¹²⁰⁷

Por outro lado, em suma, sustenta Menezes Cordeiro que, as pessoas coletivas podem ser titulares de direitos de personalidade suscetíveis de defender os seus interesses, como direito ao nome, o direito à honra e o direito à privacidade.¹²⁰⁸

Parece sufragar entendimento contrário, Oliveira Ascensão, negando tal possibilidade de extensão dos direitos de personalidade às pessoas coletivas, segundo o qual “*não há na lei o menor traço donde possa resultar o reconhecimento destes (direitos de personalidade) às pessoas coletivas. É evidente a intenção restrita do art.70º/1 ao referir-se aos indivíduos*”. Acrescenta o autor que, “*se os direitos de personalidade têm o seu fundamento insuperável na tutela da personalidade... estes preceitos nem por analogia se aplicam às pessoas coletivas*”. Pois tal colidia com o art.160º/2 CC, uma vez que são direitos inseparáveis da personalidade humana. Entretanto, apesar de tudo, o autor acaba por reconhecer às pessoas coletivas alguns direitos como direito ao nome, bom nome, à honra, ao crédito, à reputação, à consideração social, ao sigilo da correspondência, e outros de idêntica natureza, mas não como direitos que cabem às pessoas coletivas em si mesmo considerada, talvez por analogia dos direitos fundamentais.¹²⁰⁹

Os direitos de personalidade em referência, reconhecidos e ajustados às pessoas coletivas, apenas na vertente da tutela do seu bom nome ou crédito, da sua honra e reputação social e empresarial, maxime compreendem a tutela constitucional nos termos dos arts.26º/1 e 18º CRP (art.44º/1 e 30º/1 CRGB), e legal nos termos dos arts.70º e 72º CC. Porém, de cuja violação postula a responsabilidade civil pelos

¹²⁰⁷ *Idem*, 599.

¹²⁰⁸ Menezes Cordeiro, op. cit. p. 105. Neste mesmo sentido, na senda do Acórdão da Relação do Porto, de 28/03/85, in CJ 1985, II, p.230, Mota Pinto (Teoria geral do Direito Civil, 3ª., 317) sustenta que as pessoas coletivas podem ser titulares de alguns direitos de personalidade, v.g., direito ao nome, art.72º CC, e o Acórdão da Relação de Lisboa de 01/04/87, CJ XII, 1987 – 4, pp. 181-183, acrescenta a extensão às pessoas coletivas do direito à honra, endossando, assim, o Assento de 1960, de 24 de Fevereiro. Igualmente, Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 09/09/2008, Proc. 3541/2008-7, defende que a tutela civil do direito ao bom nome, direito à honra e reputação das pessoas coletivas é garantida pelos arts.70º, 483º e 484º CC, seguindo a orientação do Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 09/03/2006, Proc. 774/2005-6, relativa a responsabilidade civil por ofensa ao bom nome e crédito da pessoa coletiva por força do art.484º CC, que o Acórdão do STJ de 08 de Março de 2007, Proc.07B566, prefere designar de bom nome na vertente da imagem de honestidade na ação, de credibilidade e de prestígio social.

¹²⁰⁹ Cf. Oliveira Ascensão, Teoria geral do Direito Civil, op. cit. p. 230.

danos morais ou não patrimoniais, arts.484º e 496º CC¹²¹⁰.

Neste circunspecto enquadramento, igualmente, reconhece-se, sem grandes controvérsias, que o direito à intimidade não é, naturalmente, transposto e nem reconhecido às pessoas coletivas com o mesmo sentido e alcance que significa para as pessoas singulares. Pois, consubstancia direito de personalidade que pressupõe valores e interesses psicossomáticos inerentes aos seres providos de carne e osso – pessoas singulares, e deles não participam às pessoas coletivas.

Portanto, entre nós, a despeito do seu carácter aparentemente personalíssimo, a exclusão da pessoa coletiva da titularidade dos direitos fundamentais elencados no art.44º/1 CRGB (art.26º/1 CRP), não resta evidente. Com amparo no direito comparado, busca-se aplicar o critério da compatibilidade entre a essência do direito fundamental e o carácter artificial da pessoa coletiva. No caso em tela dos direitos de “personalidade”, pode-se dizer que, à exceção dos direitos à honra pessoal, no sentido de honra subjetiva, que corresponde ao sentimento de auto-estima e, também, à “vida privada” e “à intimidade”, os dois demais direitos outorgados nos arts.26º/1 CRP e 44º/1 da CRGB, designadamente o direito à imagem e à honra em sua acepção objetiva, são compatíveis com a artificialidade da pessoa coletiva.

¹²¹⁰ Cf. Neste sentido, Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 21 de Abril de 2009, Proc. 554/08.3TVLSB.L1-7. Admitindo ressarcimento de danos morais ou não patrimoniais às sociedades comerciais, veja-se: Acórdão do STJ de 21 de Maio de 2009, Proc. 09A0643, Acórdão do STJ de 12 de Fevereiro de 2008, Proc.07A4618, sustentando que “*A ofensa ilícita do bom nome, reputação, ou crédito de pessoa coletiva constitui agente na obrigação de indemnizar por danos não patrimoniais, verificados os requisitos dos arts.483º/1, 562º e 566º CC*”. Entretanto, o Acórdão do STJ de 05 de Outubro de 2003, Proc.03B1581, defende que toda a ofensa ao bom nome comercial, acaba por se projetar num dano patrimonial, revelado pelo afastamento da clientela e na consequente frustração de vendas, a partir da repercussão negativa no mercado – os chamados danos patrimoniais mediatos ou reflexos. Por outro, o Ac. Tribunal da Relação de Lisboa de 28/01/97, CJ, V.XXII, 1997, t.I, pp.154-156, além de defender que o sigilo bancário protege os direitos pessoais ao bom nome e reputação e à reserva da vida privada (art.26º/1 CRP), sustenta a sua cedência perante o interesse público do exercício do *ius puniendi* e da administração da justiça, arts.29º, 32º e 205º CRP.

4.2. A nossa posição

Infere-se no ponto anterior que as pessoas coletivas são instituições titulares de direitos e de deveres, constituídas por um agrupamento de pessoas ou por um complexo patrimonial (massa de bens), com os propósitos direcionados à satisfação de um interesse comum, e às quais a ordem jurídica reconhece a personalidade, a capacidade tendo em vista a prossecução de um dado fim.

A questão do alargamento dos direitos de personalidade configura-se, *ab initio*, eivada de insuficiência, como afloração da regra. Pois, os direitos de personalidade foram construídos em consideração aos atributos e para servir o ser humano. Em princípio, o seu alargamento para além desse âmbito, sem critérios e fundamentos, pode conduzir a uma hipertrofia dessa figura jurídica. Logo, amputando-o nos seus argumentos e finalidades.

Sendo certo que, neste âmbito, a orientação que toma a pessoa coletiva como uma mera ficção jurídica, acaba por admitir que tais direitos de personalidade, como direito à honra, ao crédito, ao bom nome das pessoas coletivas, correspondem, sempre, verdadeiros atributos de personalidade humana, que deles aproveita de modo indireto.

Entretanto, propugna a orientação contrária, a doutrina do realismo jurídico, dando nota que as pessoas coletivas são realidades jurídicas distintas. Postulando, desta feita, posições ativas e passivas distintas das do ser humano.

Perante esta querela, temos por firme e justificada a defesa da tese do realismo jurídico das pessoas coletivas, aos olhos do direito, como centro autónomo de imputações de direitos e deveres necessários aos fins prosseguidos, diversos da pessoa singular.

Neste particular, a questão do alargamento dos direitos de personalidade, que são figuras concebidas tendo em conta os atributos humanos, postulam complexidades que apenas podem ser superadas, caso a caso, mediante a ponderação que se faça dos fins prosseguidos pelas pessoas coletivas e a natureza dos direitos de personalidade em causa.

Com efeito, temos por justificado e fundado a defesa dos direitos de personalidade relacionados como o direito ao bom nome – crédito, o direito à honra e o direito à propriedade, iniciativa económica, tendo em conta os fins prosseguidos e a natureza da pessoa coletiva¹²¹¹.

¹²¹¹ A doutrina e a jurisprudência portuguesa são, praticamente, unânimes neste sentido. Cf. Menezes Cordeiro, *Tratado de Direito Civil Português*, Vol.I, T.3, p. 103 e ss.

Entretanto, o direito à reserva da intimidade da vida privada integra o catálogo da proteção constitucional dos direitos fundamentais, e são primordialmente direitos pessoais, de pessoas singulares. No entanto, as pessoas coletivas apenas podem ser titulares daqueles direitos fundamentais que sejam compatíveis com a sua natureza, art.12.º, n.º 2, da CRP. Assim, ser ou não compatível com a natureza das pessoas colectivas depende da própria natureza de cada um dos direitos fundamentais e que, em si mesmo, no conteúdo de proteção e poderes em que se analisa, as pessoas coletivas podem gozar do direito ao segredo bancário, como o direito ordinário torna evidente. Mas o que aqui se pondera é a cobertura do sigilo bancário pelo direito fundamental à reserva da intimidade da vida privada. Ora bem, mesmo quando seja concebível a conexão de certo direito fundamental com a personalidade coletiva, daí não se segue que a sua aplicabilidade nesse domínio opere nos mesmos termos e com a mesma amplitude com que decorre relativamente às pessoas singulares¹²¹².

O princípio da equiparação das pessoas coletivas às pessoas singulares, enquanto sujeitos de direitos e deveres fundamentais, não é absoluto, mas limitado caso a caso, pois alguns direitos são extensíveis às pessoas coletivas por não constituírem direitos pessoais puros e exclusivos do indivíduo¹²¹³, podendo haver titularidade desses direitos e deveres fundamentais por parte de pessoas despojadas de “carne e osso” – pessoas coletivas¹²¹⁴.

Por outro lado, existem direitos, pelas suas naturezas, e por assumirem postulados inerentes a uma referência humana, não são suscetíveis de ser titulados por uma pessoa coletiva, como sejam: direito à vida, direito de constituir família e de celebrar matrimónio. Assim sendo, as pessoas coletivas apenas

¹²¹² Cf. Jorge Miranda e Rui Medeiros, *Constituição...*, op. cit., p. 113.

¹²¹³ Enquanto direitos inerentes aos indivíduos, excluindo as pessoas coletivas, nos mesmos moldes que vêm aquilatados e consagrados nos instrumentos jurídicos internacionais. Cf. André Guilherme Tavares de Freitas, *Tutela Penal dos Direitos Humanos – A proteção da vida e da integridade física*, Curitiba, Juruá Editora, 2015, p. 20 e ss. Emerson Garcia, *Proteção Internacional dos Direitos Humanos – Breves reflexões sobre os sistemas convencional e não convencional*, 3ª ed., São Paulo, Atlas, 2015, p. 85 e ss. Georg Jellinek (Org. Trad. Emerson Garcia), *A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão – Contribuição para a história do Direito Constitucional Moderno*, Vol.2, São Paulo, Atlas, 2015, p. 16 e ss. Contra este nosso entendimento, na vertente particular do sigilo fiscal, embora reconheça que o direito à intimidade da vida privada seja inerente à pessoa singular, ao indivíduo, o Ac. TCAS n.º 05200/11 de 17-04-2012 admite, na esteira da doutrina dos autores Carlos Pamplona Corte-Real, Jorge Bacelar Gouveia e Joaquim Cardoso da Costa, «Breves reflexões em torno da confidencialidade fiscal», *Ciência e Técnica Fiscal*, Lisboa, n.º 368, Out-Dez, 1992, p. 17 e ss., que na prossecução de outros valores, a lei alarga a defesa de acesso a elementos relativos à situação patrimonial das pessoas coletivas, estabelecendo para estas um regime paralelo ao traçado para as pessoas singulares. Assim, parecem admitir que o princípio da confidencialidade fiscal das pessoas singulares possa abarcar dados fiscais expressivos da situação tributária de pessoas coletivas. Parece, igualmente, que seguiu esta pisada, embora com fundamento e a conclusão algo confusa, Ac. TCAS n.º 01930/07 de 03-07-2007, ao admitir que é “defensável que as pessoas coletivas sejam titulares do direito à reserva da intimidade da sua vida privada (...)”.

¹²¹⁴ Assim, corroboramos Joaquim Malafaia («Sigilo Bancário...», op. cit., p. 436), quando sustenta que “não devemos antropomorfizar a pessoa colectiva a ponto de perdemos de vista que – ao contrário da pessoa singular, fim em si mesma – ela mais não é que instrumento de realização de interesses humanos”. Citando, ainda, neste sentido, Castro Mendes, *Teoria Geral do Direito Civil*, Vol. I, Ver Act., Lisboa, AAFDUL, 1978, p. 246.

podem ostentar dos direitos e deveres fundamentais que não integram tais características intrínsecas ou que decorrem da natureza humana, como o corpo ou bens espirituais, necessariamente ligados ao homem¹²¹⁵,

Assim sendo, o direito à reserva da intimidade da vida familiar e privada, tal como se encontra regulado no art. 44º, n.º 1 da CRGB e art. 26º, n.º 1, da CRP, assenta-se, no essencial, em dois postulados traduzidos, por um lado, no direito a impedir o acesso de estranhos a informações sobre a vida privada e familiar e, por outro, o direito a que ninguém revele as informações que tenha sobre a vida privada e familiar de outrem.

Para não se “antropomorfizar”¹²¹⁶ as pessoas coletivas, por ser este um direito fundamental que pressupõe características intrínsecas ou que decorrem da natureza exclusivamente humana, entretanto, as pessoas coletivas são excluídas, i.e., não integram e nem participam do núcleo que este direito fundamental tutela.

Portanto, no que se refere às pessoas físicas, não restam dúvidas, que o âmbito e o conteúdo do sigilo bancário são suscetíveis de integrar a proteção simultânea e concomitante da esfera de intimidade da vida privada, ligada àquele núcleo essencial de características e comportamentos de natureza pessoal, e a esfera económica dos titulares da conta¹²¹⁷. Pois, a conta bancária pode conter os dados e detalhes íntimos da vida privada de cada pessoa, o que a pessoa compra, veste, os lugares que frequenta, as aventuras extraconjugais, etc. Por esta razão, não estaríamos a extravasar ao admitirmos que tais informações subjacentes à conta bancária, encobrem ou possam abranger importante área de proteção da reserva sobre a intimidade da vida privada, enquanto manifestação dos direitos pessoais constitucionalmente tutelados ao abrigo do art. 44º, n.º 1, da CRGB, e do art. 26º, n.º 1, da CRP¹²¹⁸.

¹²¹⁵ Cf. J.J. Gomes Canotilho, *Direito Constitucional*, 4ª ed., cit. p. 457.

¹²¹⁶ Cf. Joaquim Malafaia, «Sigilo Bancário...», *op. cit.*, p. 436.

¹²¹⁷ Contra esse entendimento, veja-se, Saldanha Sanches, «Segredo Bancário, Segredo Fiscal: Uma perspectiva funcional», *op. cit.* 2005, p. 58. Igualmente, assevera Claus-Wilhelm Canaris, *Bankvertragsrecht*, 3ª ed., p. 26, que ao contrário da intervenção do Estado no sigilo do médico, a sua intromissão no sigilo bancário não põe em causa a intimidade. Entretanto, não é assim, ou pelo menos, nem sempre é assim, pois os dados sujeitos ao dever do sigilo bancário podem comportar informações ligadas ao núcleo central característico do comportamento da pessoa e da sua família, v.g., o que compra, o que bebe, lugares que frequenta, fantasias e aventuras sexuais, sobretudo no sistema que permite que todas as nossas rotinas e a nossa vida sejam descortinadas em registos bancários.

¹²¹⁸ Sem prejuízo da diferença que existe entre o direito da intimidade e o direito da vida privada. Assim, a intimidade comporta área nuclear, inviolável e intangível da vida de cada um, exclusivo, que a pessoa reserva para si, sem nenhuma repercussão social, e nessa esfera incluem-se aspetos íntimos ligados ao diário íntimo, as próprias convicções, as situações indevassáveis de pudor pessoal, enfim tudo ligado à dignidade da pessoa humana. Nos quais, incluímos, certas informações bancárias ligadas à conta, com as que refletem a vida íntima da pessoa. Contrariamente, a vida privada envolve proteção de formas exclusivas de convivência. A intimidade beneficia de uma proteção mais intensa em comparação com a vida

No caso particular das pessoas físicas, o sigilo bancário pode proteger, diretamente, o direito à reserva sobre a intimidade da vida privada, mais do que simples interesses patrimoniais ou a liberdade da iniciativa económica da pessoa, bem como a salvaguarda da relação de confiança do público na atividade bancária e da economia em geral¹²¹⁹.

E, mais, justifica-se excluir as posições do «segredo do ter», espelhadas na conta da pessoa em poder de um banco no âmbito da proteção do art.26º/1 CRP e 44º/1 CRGB, embora reconhece-se que são aproximadas e nalguns casos inseparáveis das posições do «segredo do ser», referente à situação íntima do indivíduo - protegida pela reserva da intimidade da vida privada, que esses elementos são suscetíveis de revelar as escolhas ou contingências de vida do indivíduo, os seus gostos e propensões, o seu perfil concreto enquanto ser humano, que cada um deve ser livre de resguardar do conhecimento e juízo moral de terceiros.

Esta teleologia intrínseca surge eminentemente ligada à proteção da dignidade da pessoa humana, não sendo extensível e nem verificável às pessoas coletivas, porque delas não participam, por serem incompatíveis com as suas qualidades e as suas naturezas, e que lhes assistam a capacidade jurídica funcional e dirigida pelo fim que legal ou estatutariamente prosseguem, tendo em vista a obtenção do lucro. Sendo assim, não têm projeto de vida livremente determinado, pelo que o direito ao sigilo bancário que contratual e legalmente se lhes reconheça não goza da proteção constitucional

privada, e a interferência do Estado na zona de intimidade é agravada, devido à ligação estreita que possui com o princípio da dignidade da pessoa humana e como núcleo essencial desse direito, diferente se passa na vida privada. *De facto e de jure* aceita-se, pois, a necessidade de uma distinção dogmática e constitucional entre a intimidade e privacidade, assim, a primeira integra a área íntima e pessoalíssima, e a privacidade comporta a área relacional ou social ou mesmo de uma reserva da parte do acervo patrimonial, e como tal, a vida patrimonial não comporta a mesma esfera nem valor da vida íntima, de forma que a invasão da vida privada patrimonial não tem o mesmo desvalor da invasão da vida íntima, dado que diz respeito ao desenvolvimento da atividade económica e patrimonial. O sigilo bancário, como ficou acima exposto, pode comportar informações referentes a tais núcleos essenciais, ligados à vida íntima e pessoalíssima dos indivíduos, bem como informações inerentes à vida privada e patrimonial, ligadas às pessoas singulares e coletivas. Contra este entendimento, Filipe H. Kreutz, na mesma linha de Palma Carlos e Sandanha Sanches, defende que a importância constitucional do sigilo bancário está ligada a uma esfera patrimonial da pessoa que, muitas vezes, adquire uma conotação pessoal, mas que não integra a mesma esfera de valores da vida íntima, parafraseando o dizer de Sandanha Sanches, de que os dados cobertos pelo sigilo bancário não partem daquele núcleo central de características e comportamentos de natureza pessoal, v.g., familiar e sexual que a CRP tutela ao abrigo do art. 26º, n.º 1, correspondente ao art. 41º da CRGB. Portanto, a diferenciação entre a intimidade e a privacidade torna-se relevante, na nossa opinião, no âmbito da ponderação dos valores em presenças para a decretação da providência da quebra do sigilo bancário, assim a quebra da informação coberta pelo sigilo bancário portadora do conteúdo da vida íntima pressupõe a ponderação mais apertada, o que não se verifica necessariamente na situação da vida privada.

¹²¹⁹ Ac. N.º 278/95 do TC, e Ac. N.º 442/2007 do TC, que defendem que o sigilo bancário comporta a proteção do direito à reserva da vida privada consagrado no art. 26º, n.º 1, da CRP. Defendendo a proximidade do sigilo bancário ao direito de personalidade – reserva à intimidade da vida privada, constitucionalmente tutelado, veja-se, Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 5ª ed., cit. p. 363 e ss, Ibidem, «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», cit. p. 20, e ss.

especificamente conferida pela inclusão do bem protegido pelo sigilo no âmbito do direito à reserva da intimidade da vida privada, consagrado no n.º 1 do art. 26.º da CRP, e n.º 1 do art. 44.º da CRGB, integrado no título dos Direitos, liberdades e garantias¹²²⁰.

Em consideração ao que ficou exposto, podemos afastar a possibilidade de inserção do sigilo bancário de que sejam titulares pessoas colectivas no âmbito de protecção do direito à reserva da intimidade da vida privada, consagrado no n.º 1 do art.26.º da CRP, art.44º, n.º 1, da CRGB. E, como só na medida em que constitui refração deste direito à reserva da intimidade se nos afigura possível dar guarida ao sigilo bancário no elenco dos direitos fundamentais, entendemos que o legislador não está subordinado, no reconhecimento e conformação do sigilo bancário relativamente a pessoas colectivas (e pessoas equiparadas), ao regime constitucional dos direitos, liberdades e garantias.

Com efeito, ainda, no tocante às pessoas coletivas, a fundamentação e o conteúdo do sigilo bancário, ostentam valores enquanto expressão da esfera patrimonial, no sentido de preservação do que na vida patrimonial reflete a sua organização económica, a técnica de produção, os seus pagamentos e recebimentos, as suas clientelas, e outros traços ligados à vida económica e patrimonial, que se quer manter no âmbito exclusivo das relações comerciais bancárias e fora de alcance de terceiros estranhos.

Neste sentido, para as pessoas coletivas, tais operações e serviços associados às suas contas, integram, inelutavelmente, elementos próprios da vida privada e económica, que reclamam a tutela jurídica patrimonial, excluídos do âmbito da esfera pessoal ou íntima relacionada com a protecção constitucional do direito da intimidade da pessoa singular. Destarte assume-se, por esta razão, que o sigilo bancário, para as pessoas coletivas, nomeadamente para as sociedades comerciais, engloba aspetos patrimoniais e económicos relacionados com a liberdade económica, com a concorrência, com a organização e funcionamento e com o *know-how* da sociedade em causa, de que se exigem dos bancos e de todos que deles tomem conhecimentos em razão e no âmbito da sua profissão, o dever de reserva e de confidencialidade, de cuja violação postula responsabilidades.

¹²²⁰ Porém, acresce-se ainda o facto de, quer a CRP, quer a CRGB, reconhecerem a capacidade de gozo de direitos para pessoas coletivas, apenas limitada àqueles direitos que forem compatíveis com a sua natureza. Assim, preceitua n.º 2, do art. 160.º CC, relativamente à capacidade das pessoas coletivas, que "excetua-se os direitos e obrigações vedados por lei ou que sejam inseparáveis da personalidade singular". Perante este enquadramento normativo, é indefensável que as pessoas coletivas sejam titulares do direito à reserva da intimidade da sua vida privada.

4.3. Conclusão:

Ficou patente na análise anteriormente desenvolvida de que a tutela constitucional do direito à vida privada e à intimidade, enquanto concretização do valor *jus* fundamental ligado à personalidade humana, bem como a dignidade da pessoa humana, possibilitando assim a sua plena realização sem perturbação ou interferência alheia.

Tal conclusão conduz-nos a afastar a possibilidade de inserção dos dados bancários das pessoas coletivas no âmbito da tutela constitucional do direito fundamental da intimidade e da vida privada, por se afigurar incompatível e não ajustável à sua natureza (vide art.12º/2, CRP, correspondente ao art.19º/2 da LF alemã).

Portanto, não tem como vislumbrar da análise do extrato da conta das pessoas coletivas traços característicos de intimidades ou vida privada, porque deles não participam pessoas coletivas, pois constituem direitos fundamentais inerentes às pessoas físicas, pessoais, não patrimoniais, inalienáveis e intangíveis. Aliás, foi nessa mesma perspetiva que se assevera que o art.26º/1 CRP (art.44º/1 da CRGB), apenas tutela o "Direito do segredo de ser", excluindo do seu âmbito a proteção o "Direito do segredo de ter"¹²²¹.

Com efeito, o sigilo bancário de que beneficiam pessoas coletivas carece de proteção através do art.26º/1 CRP e art.44º/1 CRGB, antes a sua tutela jurídico - constitucional deverá se conformar com noutros patamares legais e constitucionais, tendo em vista a preservação do que das suas vidas e relações económicas, comerciais e orgânicas requerem a discrição por parte dos bancos, sob pena de violar as regras referentes a concorrência, contratos, e outros interesses legalmente tutelados.

Nesta conformidade, corroboramos e partimos da premissa de Paulo de Sousa Mendes, sustentando que o sigilo bancário tem subjacente interesse patrimonial e outros interesses compatíveis com a reserva da intimidade da vida privada¹²²². Nessa mesma direção aponta Paulo Olavo Cunha, que sigilo bancário “*é garantia do direito (constitucional) à reserva da intimidade da vida privada, art.26º/1 CRP, o qual conhece desenvolvimento no plano dos direitos da personalidade...*”, e os dados sujeitos a

¹²²¹ Cf. Neste sentido, J.J.Gomes Canotilho/Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Antotada, I, 4ª ed, *op. cit.* pp. 468-468, em comentário ao art.26º da CRP (equivalente a 44º/1 CRGB), excluem do seu âmbito de aplicação pretenso “*direito ao segredo do ter*”, importando apenas “*direito ao segredo do ser*”, sustentando “*não haver qualquer princípio ou regra constitucional a dar guarida normativa a um segredo do ter*”.

¹²²² Cf. Paulo de Sousa Mendes, Derrogação do Sigilo Bancário..., *op. cit.* P. 5 e ss.

descrição podem ser de carácter pessoal, familiar e patrimonial¹²²³. Destarte, os interesses das pessoas coletivas subjacente à tutela do sigilo bancário mostram-se incompatíveis com a desejada proteção constitucional do art.26º/1 CRP. Pois, antes, traduzem-se nos interesses de foro meramente económico ou patrimonial que requerem enquadramento e a tutela por força das outras disposições constitucionais, *maxime*:

✓ Da defesa da economia, da iniciativa económica privada e da propriedade ou património, v.g., a Constituição alemã de Weimar 1919 garante a defesa constitucional da propriedade privada.

✓ Como instrumento eficaz da proteção constitucional da banca e da actividade bancária. Neste sentido, paralelamente à tutela constitucional da reserva da intimidade da vida privada desses clientes, constitui a incumbência do Estado, v.g., a manutenção do regular funcionamento da atividade bancária, baseada num clima generalizado de confiança e segurança

✓ Na Suíça, por força do art.273º CP, protege-se o chamado segredo industrial/negocial, então justificada na necessidade de por cobro a espionagem exterior, com único propósito de proteger interesse económico e patrimonial.¹²²⁴

Tal é, na senda de Telmo Alves, Saldanha Sánchez, Canaris e Paulo Marques, a mencionada conclusão de que a proteção dos dados da pessoa coletiva, não sejam incluídos no âmbito da proteção da reserva da intimidade, nos termos dos arts.26º/1 CRP, 44º/1, CRGB, 41º/1 CR Cabo Verde, 5º/X da CF Brasileira, 4º e ss da CF Alemã, etc. Pois são direitos ou valores psico-somáticos e espirituais, exclusiva e intrinsecamente ligados aos indivíduos, pessoas físicas ou singulares, logo incompatíveis com às artificialidades das pessoas coletivas, afastado por força do art.12º/2, CRP, e 19º/2 CF Alemã.

Entretanto, já não os acompanhamos quanto a conformação no plano de proteção infra - constitucional, no âmbito geral da protecção do património, sem qualquer cobertura constitucional. Aliás, neste sentido, e mais, acrescenta Paulo Marques que, o sigilo bancário de que participa e beneficia pessoa coletiva, não sendo um direito fundamental inserido no âmbito do art.26º/1 CRP, seria, por conseguinte, aquilatado como um direito fundamental “*atípico ou análogo*”¹²²⁵. Porém, não aderimos

¹²²³ Cf. Paulo Olavo Cunha, *Cheque e Convenção de Cheque*, op. cit. pp.494-495.

¹²²⁴ Cf. Capelo de Sousa, “Segredo Bancário”, p. 163.

¹²²⁵ Cf. Paulo Marques, *Sigilo bancário*, op. cit. p. 293 e ss.

esta leitura e conclusão, que além de problemática em face da questão da tipicidade dos valores constitucionais, afigura-se-nos imprecisa.¹²²⁶

Por esta razão, podemos concluir que, a proteção do sigilo bancário, configura-se, em regra, esbarrada na tutela económica, iniciativa económica privada, propriedade e património, que embora não coincide com a tutela constitucional do art.26º/1, antes a sua proteção deverá ser equacionada à luz do princípio geral da tutela constitucional, v.g., como mecanismo eficaz da garantia da defesa e da inviolabilidade do património, da propriedade, da vida económica da pessoa, do sector bancário e da sua atividade, com vista a garantir uma certa confiança e estabilidade do sistema financeiro.

Assim sendo, não restam dúvidas que, em regra, o sigilo bancário, para as pessoas coletivas e singulares, beneficiam, igualmente, da tutela constitucional, enquanto resguardo do direito fundamental de garantia de inviolabilidade da propriedade privada, como garantia fundamental do sistema de proteção de crédito, que também corresponde a proteção constitucional de captação de fundos, da banca e da actividade bancária, tendo em vista a garantir uma certa solidez e estabilidade do sistema financeiro.

Portanto, a natureza jurídica e constitucional do sigilo bancário assume-se complexa, por isso deverá ser aferida caso a caso, tendo em conta a qualidade do sujeito ativo e beneficiário do sigilo bancário, bem como atender a plêiade da complexa teia de interesse que envolve.

Neste circunspecto, quanto ao seu conteúdo e alcance de proteção, podemos dizer que:

➤ Em regra (para as pessoas singulares e pessoas coletivas), as informações e dados a cobertos da proteção do sigilo bancário, *in natura*, traduzem valores protegidos no âmbito infra - constitucional, v.g., leis bancárias, CC, e no âmbito constitucional, por outro, infere-se que a proteção da banca e da sua atividade, esbarram-se na tutela constitucional da captação de poupanças e financiamento da economia como valor fundamental, e o sigilo bancário representaria uma garantia e um instrumento eficaz e indispensável para garantir tal tutela constitucional e assegurar o regular funcionamento da

¹²²⁶ Que, alguns autores preferem amplamente designar por direito de privacidade económica e patrimonial tutelado constitucionalmente. V.g., Jonatas Machado, aborda a teoria das esferas em: - publicidade; privacidade, intimidade e segredo. Tendo concluído que o sigilo bancário protege a personalidade individual, direito de personalidade, enquanto bens psico-somáticos e espirituais do indivíduo, constituindo pressuposto fundamental para a interação activa e competitiva das pessoas coletivas, v.g., de natureza empresarial, consistindo na tutela dos seus segredos fiscais, comerciais, referente à actividade empresarial. E, por outro, assevera, neste sentido: Ac.TRLx. n.º 19498/16, Sigilo bancário, de 09/02/2017, que “Os valores protegidos pelo sigilo bancário são, por um lado, o regular funcionamento da actividade bancária, baseada num clima generalizado de confiança e segurança nas relações entre bancos e seus clientes e o direito à reserva da vida privada desses clientes”.

atividade bancária, baseada num clima generalizado de confiança e segurança, assim garantir a captação de poupanças, robustez e a solidez do sistema financeiro (101º e 102º CRP; 126º CR Moçambique; 99º e 100º CR Angola; 192º CF Brasil; e 92º CR Cabo Verde). Isto, ainda, sem olvidarmos do seu enquadramento no âmbito da tutela constitucional da propriedade privada, do património e da iniciativa económica privada (62º CRP; arts.11º e 12º/1, al. c) CRGB; 14º, 37, 38º e 89º/1, al. d) CR Angola; 47º CR São Tomé e Príncipe; 69º CR Cabo Verde; 54º CR Timor Leste; 96º e 126º CR Moçambique; 107º CR Macau).¹²²⁷

➤ Excecionalmente, no caso particular das pessoas singulares, dada a proporção e a importância da banca, suas atividades e seus serviços na atualidade, em que praticamente cada vez mais a sociedade mostra-se depende da banca e dos seus serviços para satisfazer até as necessidades mais básicas de aquisição de bens e serviços, podem, também, integrar os dados e informações de natureza pessoal, v.g., relacionados com os lugares frequentados, as aventuras pessoais, que enfim, se esbarram no âmbito pessoal das intimidades, e não propriamente ou apenas traduzidas nas informações de natureza patrimonial e económica, que reclamam a tutela mais intensa no âmbito dos arts.26º/1 CRP, 44º/1 CRGB, 5º/X CF Brasil, 24º CR São Tomé e Príncipe, 41º/1 CR Cabo Verde, 36º CR Timor Leste, 41º CR Moçambique, 32º CR Angola, e 30º CR Macau).

Tal conclusão, importa, naturalmente, do ponto de vista prático, algumas consequências importantes, como sejam:

✓ A derrogação do sigilo bancário que integra dados pessoais de intimidades, comporta maior complexidade e exigência, e vincula o intérprete aplicador - *maxime* o Juiz, quanto a necessidade da sua ponderação séria, adequada e restritiva em proporção do valor constitucional que se pretende salvaguardar, arts.18º/1 e 2 CRP, 30º/1 e 3 CRGB, 19º CR São Tomé e Príncipe, 17º/1 e 5 CR Cabo Verde, 24º CR Timor Leste, 56º CR Moçambique, 28º CR Angola. Entretanto, tal exercício racional não é tão exigente quando estamos perante os dados meramente patrimoniais ou económicos¹²²⁸.

✓ A violação do sigilo bancário, mediante a divulgação ou aproveitamento ilícito dos dados

¹²²⁷ Neste sentido, o Ac. Relação de Lisboa de 07/03/17, Proc.48/16.3T8LSB-L1-7, defende que a tutela do direito de propriedade e da estabilidade e segurança do sistema financeiro, para prevenir o risco sistémico e a corrida aos depósitos, correspondem valores e princípios protegidos nos termos dos arts.62º e 101º da CRP.

¹²²⁸ No sentido de que a propriedade não é um direito absoluto, devendo compatibilizar-se com outras exigências constitucionais e sem olvidar da sua função social, entretanto, a solução conformadora da sua eventual restrição deverá ser pautada pelos princípios e critérios constitucionais da adequação, necessidade e proporcionalidade (veja: Ac. Relação de Lisboa de 07/03/17, Proc.48/16.3T8LSB-L1-7).

bancários tutelados, importa consequências diversas em função do conteúdo dos dados divulgados. Pois, em caso da divulgação importar dados pessoais de intimidades, para além das sanções penais, disciplinares e administrativas passíveis de se aplicar nos termos da lei de base bancária e do Código Penal, a conduta do agente postula responsabilidade civil fundada nos danos morais ou não patrimoniais, arts.483º e 798º, 484º e 496º CC.

SECÇÃO II

Da Conclusão

1. Painei sinótico e síntese conclusiva

Em gesto do bosquejo, quanto à incursão e indagação anteriormente desenvolvida, em geral, oferece-se o que se segue:

1) O sigilo bancário compreende, desde sempre, raiz na confiança, fundada na tradição e usos bancários, que remontam ao surgimento do embrião das primeiras atividades bancárias na antiga babilónia. Sendo assim, além da sua incontestável base jurídico -positiva, o sigilo bancário foi sempre ancorado e enraizado nas fontes de base contratual, por via de contrato bancário, cláusulas contratuais gerais e como concretização dos ditames de boa-fé.

2) Progressivamente, o sigilo bancário tem sido impregnado como valor indispensável ao exercício da profissão bancária, ao qual se funda e justifica a sua preservação. Neste domínio, ao longo da história, a sua proteção galgou outros patamares, nomeadamente desde as suas primeiras consagrações em textos estatutários dos primeiros bancos, como Banco de Santo Ambrósio, de Milão, em 1593, art. 6º, e das cláusulas da Hamburger Bank, de 1619, art. 19º.

3) Por um lado, no âmbito do estudo do direito comparado atrás desenvolvido, em todos os sistemas analisados, v.g., europeu, americano e africano, bem como os argumentos e teses esgrimidos, deixam patente a ideia de que, no fundo, nenhum sistema vigente desconhece ou ignora absolutamente

a proteção prática ou jus positivo do sigilo bancário, assumindo tal proteção menor ou maior importância, consoante a política do Estado e o modelo adotado do ponto de vista dos contratos bancários, usos e regulamento bancário. Assim sendo, às políticas internas e internacionais, adotadas no âmbito preciso de prevenção e repressão à evasão e fraude fiscais, lutas internas e internacionais contra os branqueamentos de capitais provenientes de atividades ilícitas, nomeadamente tráfico de drogas ou estupefacientes, tráfico de seres, crianças, mulheres, corrupção, luta contra o financiamento do terrorismo, através do sistema financeiro, têm contribuído de modo significativo para derrogar ou mitigar o seu conteúdo positivo.

4) Igualmente, assevera-se, que os vários sistemas analisados transmitem-nos importantes experiências, nas quais se infere realçar que a proteção do sigilo bancário encontra a conformação na lei, igualmente inserida no âmbito do direito à proteção da intimidade da vida privada. Contudo, tais proteções não se afigurem, de longe, absolutas, de sorte a impedir ou inviabilizar a investigação da prática de crimes ou infrações legais, pois as suas limitações podem e devem assentar num outro prisma, como condição *sine qua non* traduzida na ordem judicial que as autorizam, sobretudo no que se refere às buscas de indícios de infrações penais graves e dolosas.

5) Por outro lado, deve-se realçar que o sigilo bancário justifica-se, em parte, na exigência da tranquilidade contratual e da relação fiduciária entre bancos e os clientes, sem descuidar da sua dimensão pública, tendo em vista a viabilização do funcionamento da economia e do sistema financeiro. Pois, sem o qual, geraria efeito pernicioso para o sector bancário, ninguém irá depositar ou confiar os seus haveres a um banco, com receio de vir a ser violentado, em público, até na sua intimidade.

6) Igualmente, todos os sistemas atrás analisados procuraram conciliar a concepção contratual ou bilateral do sigilo bancário com a sua origem e natureza ética, profissional e jurídica, condensados, na quase generalidade dos países, nas regras e nos códigos de condutas, e concretizados nas práticas e nos contratos bancários.

7) A proteção do sigilo bancário nos sistemas e países analisados neste estudo compatibiliza-se com as trocas de informações no âmbito de cooperação internacional, bem como nos compromissos internacionais assumidos para prevenção e repressão de criminalidade transnacional, branqueamento, terrorismo, em que constituem práticas correntes nos acordos e instrumentos internacionais que as informações difundidas beneficiem de garantias de segredo.

8) Assim, por tudo quanto ficou sobejamente acima exposto, relativamente ao tratamento do sigilo

bancário na ordem jurídica guineense, deixamos transparecer, em síntese, a ideia de que o sigilo bancário é encarado, cumulativamente, no sistema guineense, senão mundialmente, na sua tríplice dimensão seguinte:

a) A dimensão objetiva e da sua normatividade: comportando acervos de princípios estruturantes e de regras jurídicas que atendem e disciplinem o âmbito, conteúdo e as delimitações do dever do sigilo bancário decorrentes de disposições legais de diversas naturezas e forças jurídicas internas, v.g., CRGB, Códigos Civil, Penal, Processual Penal, bem como nas leis extravagantes, que regem especificamente a banca e a sua operação, e as sociedades financeiras, nomeadamente a LRB (Lei n.º 10/97) e da LRB 4/2008, etc, e encontra ainda na doutrina e jurisprudência os seus principais eixos de sustentação.

b) A dimensão subjetivista ou relacional: impregnada no âmbito da relação jurídica, entabulada em torno do sigilo bancário, mediante a qual, surge problemas e propicie terreno privilegiado para inevitáveis conflitos de interesses, sobretudo relativamente a outros valores e interesses legal e constitucionalmente consagrados, pressupondo assim as concretizações das pretensões e o desenvolvimento das ações processuais, sem olvidar, naturalmente, da difícil tarefa de ponderações dos valores e dos interesses em conflitos.

c) A dimensão institucional: toma o dever de sigilo bancário como um acervo de regras jurídicas que se aplicam às relações jurídicas entre instituições financeiras e os seus clientes no âmbito e por causa dos negócios firmados e do giro bancário em geral.

Com efeito, somos a concluir, que existe uma certa preponderância do interesse público na dimensão jurídica ou normativa, justificada na necessidade de garantir a todos, através da proteção do sigilo bancário, um certo conforto, estabilidade, segurança e justiça; já, entretanto, na dimensão subjetiva ou relacional, tende a prevalecer interesse privado, quando a autonomia privada assume relevância singular; e na dimensão institucional, existe uma certa tendência para procurar um ponto comum de equilíbrio e de conjugação de ambos os valores e interesses, nomeadamente públicos e privados, com único propósito de evitar excessos e desequilíbrios não ajustáveis às necessidades adequáveis e nem proporcionais.

9) O estudo atrás desenvolvido no âmbito do direito comparado, sobretudo em matéria de flexibilização do acesso à informação bancária por parte da administração tributária, não nos proíbe de advogar, que o atual sistema tributário vigente no mundo, em que vigora, nomeadamente o princípio declarativo, o controlo e fiscalização em matéria tributária requer, *prima facie*, a colaboração dos

contribuintes. Entretanto, excecionalmente, os mecanismos de acesso forçado a informação bancária por imposição aos bancos que precisam desses clientes, só pode ou deve ser accionado nas situações restritas de existirem evidências graves e intolerantes da sonegação ou fraudes fiscais, e que os contribuintes recusam a colaboração devida. Entretanto, nada justifica a generalização da intervenção arbitrária da autorização do acesso às contas e aos seus dados, por parte do agente da administração fiscal, dado que o direito a tributação deve pautar-se também pelo respeito aos direitos e princípios constitucionais. Por isso, advogamos sempre a prevalência do princípio da *reserva do juiz*, para permitir maior controlo da legalidade da quebra do sigilo bancário mediante a ponderação da sua proporcionalidade - da necessidade e da sua adequação e idoneidade.

10) Vislumbra-se no sistema português/UE a ideia de garantia de proporcionalidade como princípio geral de direito acolhido pela UE no âmbito de recolha e trocas de informações e de assistência mútua. Não obstante, a sua aplicação prática poderá pautar por outras vias desproporcionais e incontroladas, em prejuízo do sigilo bancário. Entretanto, mesmo nos sistemas ultraprotetores, como aquele que vigorara há já alguns séculos no sistema Suíço, tem-se assistido recentemente algumas cedências e recuos, perante as autoridades europeias, no sentido de facilitar e autorizar intercâmbios de informações bancárias com a UE, sobretudo no domínio do combate à evasão e fraude fiscais, em prejuízo do sigilo bancário.

11) O acesso às informações e dados ligados às contas para efeito tributário deve ser bem preciso e limitado quanto ao tempo e objeto, e não necessita e nem requer o conhecimento, em detalhe, dos movimentos efetuados. Portanto, em nenhuma circunstância o dever fundamental de pagar impostos possa, nomeadamente justificar e legitimar o acesso irrestrito aos movimentos bancários, o que a acontecer, consubstanciaria violação do sigilo bancário.

12) O direito ao sigilo bancário, portanto, também deriva da proteção constitucional, sendo indiscutível que o cidadão deve ser protegido contra invasões arbitrárias à sua propriedade ou património, iniciativa económica, intimidade, bem como a necessidade da tutela constitucional do sistema financeiro em geral.

13) No geral, o regime de exceções e limitações a esses direitos é geralmente amplo e enfático quando se refere a assuntos de segurança e defesa públicas. Razões de segurança e defesa do Estado em regra justificam e legitimam as exceções mais abrangentes aos dados económicos pessoais. Porém, em todo o caso, tais exceções não devem ser irrestritas ou ilimitadas, antes devem respeitar as leis, a Constituição e o núcleo essencial que o sigilo bancário visa proteger.

14) Enfim, o nosso sistema apenas admite a derrogação do sigilo bancário nas escassas situações tipológicas perante a administração da justiça criminal, luta contra branqueamento de capital e

eventualmente como incidente de crimes fiscais, tornando-o num autêntico, sistema de “reserva do Juiz”, por contraposição ao sistema de “reserva da administração” vigente em Portugal e no sistema vigente na UE, no sentido de consagrar o princípio de livre acesso aos dados e informações.

15) A violação da informação garantida pelo sigilo bancário pode resultar de eventual disfunção, que se fizer do sistema, alienando a directriz de interesse público, que deve sempre nortear o controlo e uso das informações pessoais contidas nessa ou em qualquer outra base de dados gerida pelo Poder Público, designadamente no âmbito dos *Bureaux d'information sur le Credit* (BIC), da Centralização dos Incidentes dos Pagamentos, CENTIF – quanto à centralização de informações suspeitas de branqueamentos de capitais, luta contra terrorismo mundial, central do risco de crédito, administração da justiça criminal, da administração fiscal, etc. Entretanto, a utilização indevida das informações protegidas pelo sigilo bancário, fora dos casos previstos em lei ou norma regulamentar, bem como os atos normativos do BCEAO – o princípio da presunção da constitucionalidade das leis se estende aos atos normativos do Poder Executivo, pode resultar em violação ao sigilo bancário, com consequências desastrosas para a entidade pública infractora e ao beneficiário da proteção ao sigilo bancário, como cliente em causa e o respetivo banco.

16) Em face dos problemas atuais que o sigilo bancário enfrenta, nas várias ordens jurídicas interna e internacional, deve-se questionar se a proteção do sigilo bancário continua a ser substancialmente equacionada ou aquilatada como regime - regra, ou pelo contrário, passa do regime - regra à exceção da própria regra. Aliás, atualmente, testemunhamos a tendência internacional e interna, muitas vezes encapuzada de interesse superior, traduzida na crescente proliferação de exceções ao conteúdo do sigilo bancário, movido pela necessidade (in) justificada e (in) fundada, na defesa de outros valores intangíveis, tais como da justiça criminal, do fisco, da economia, luta contra branqueamento de capitais, terrorismo internacional, da informática e a necessidade de cooperação institucional interna e internacional. Que se nos configure, *de jure e de facto*, autêntica conversão da obrigatoriedade do sigilo bancário como regime - regra para o regime - excepção, pois o seu conteúdo e a sua dimensão material e pessoal se reduziram a uma mera conformação formal não coincidente com pragmatismo que se exige.

17) Em todo o caso, deve-se concluir, realçando que, no nosso sistema, à semelhança do que ocorre nos sistemas analisados, como consequência inequívoca da tutela legal e constitucional do sigilo bancário, ao abrigo do art. 44º, n.º 1, da CRGB, equivalente à tutela do direito da intimidade de cada pessoa, a sua quebra tendente a viabilizar o acesso aos dados, informações e movimentações financeiras do sujeito no banco, deve ser pautada por critérios legais e constitucionais, passando, necessariamente, pela acusação da suspeita da prática de factos subsumíveis aos crimes dolosos, ou que sustentem a imaginária possibilidade de sonegação fiscal, cominado com procedimento sério instaurado e com a autorização judicial devidamente fundamentada. Pois, só assim o Estado estaria a

proteger a esfera privada e da intimidade das pessoas contra a ingerência arbitrária. Assim, considerando a lobrigada natureza eminentemente constitucional do direito à reserva da vida privada requer a intervenção jurisdicional no processo de revelação de dados pertencentes às operações financeiras, ativa e passiva, de qualquer pessoa, eventualmente sujeita à ação investigatória do Poder Público.

18) Entretanto, qualquer investida que se pretende implementar contra as informações objeto do sigilo bancário, quer estabelecendo a enfadonha justiça fiscal ou combate ao branqueamento de capitais e a valência do *ius puniendi* em geral, de forma livre e sem qualquer controlo judicial – reserva do juiz, constituiria, ela própria, no cômputo do direito vigente, uma anomalia e arbitrariedade. Pois colide os bens básicos da humanidade referente a defesa dos valores fundamentais da sociedade.

19) Para encerrar esta parte, devemos realçar mais duas notas importantes extraídas do presente estudo, as quais resultam que:

a) Nos países do PALOP: Os projetos de reformas em cursos e nas últimas reformas operadas nos respetivos sistemas tributários existem tendências claras do abandono do modelo tributário de matriz colonial e adoção de um modelo tributário próximo ao modelo vigente nos outros quadrantes, designadamente na UE, em Portugal e nos restantes países da OCDE, traduzidos no progressivo reforço do poder da administração tributária e no recuo significativo do âmbito de aplicação do sigilo bancário perante o fisco. Aos quais, defendemos, desde já, no caso particular da reforma tributária em curso na Guiné-Bissau, o reforço das garantias dos contribuintes traduzidos na consagração do princípio geral da reserva do juiz e da ação cautelar urgente destinada a impugnar os atos do fisco lesivos aos direitos dos contribuintes, *maxime* a violação ilícita do sigilo bancário.

b) Em Portugal, nos últimos três anos, sobretudo entre 2014 e 2015, temos assistido um abrandamento do litígio judicial entre o fisco e os contribuintes sobre a matéria da derrogação do sigilo bancário. Neste particular, achamos que o fisco tem vindo assimilar a lição com a doutrina e a jurisprudência portuguesa, no sentido de se recorrer ao expediente da quebra do sigilo por força das disposições da LGT, nomeadamente do art.63º - B, apenas quando tal revele como única medida eficaz, idónea e necessária para perseguir o suspeito do crime fiscal grave e doloso, ou para repor a justiça fiscal em caso de distorção da declaração ao fisco, dependendo ainda da prova fáctica que se faça dos pressupostos de que a lei faz depender a aplicação das prerrogativas consignadas ao abrigo deste preceito da LGT, mediante a ponderação objetiva conforme o princípio de proporcionalidade.

2. Que regime jurídico para a Guiné-Bissau?

A construção de um regime jurídico do sigilo bancário, na ordem jurídica guineense, deve aceitar a premissa de que o sigilo bancário é uma teia de interesses, por si só, contrapostos e nalguns casos inconciliáveis, que pressupõem a identificação prévia de vector que nos conduz à sua compreensão e defesa, como sejam:

1) O alargamento do âmbito pessoal e material do sigilo bancário com único propósito de suprir a insuficiência do art.30º da nossa LRB.

2) Deve-se atender a necessidade de posicionamento claro da nossa LRB com relação as justificadas exceções do sigilo bancário em matéria de prevenção e repressão de branqueamento de capitais, terrorismo internacional, em face da informática, das entidades de supervisão do sistema financeiro, e nas situações expressamente previstas na lei.

3) Inferir de forma precisa as situações de in/oponibilidades vs derogatórias do sigilo bancário.

4) Que o sigilo bancário comporta uma área importante da dimensão do direito fundamental, inserida no âmbito da proteção constitucional do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada, art. 44º, n.º 1, da CRGB, equivalente à norma do art. 26º, n.º 1, da CRP, ambos protegendo, de um lado, dados pessoais íntimos, e de outro, dados económicos ou patrimoniais da pessoa, que alguns autores preferem designar de “biografia da pessoa expressa em números”, bem como a proteção constitucional da propriedade, da iniciativa económica e do sistema financeiro.

5) A este propósito, não pode ser olvidado, que tanto o verdadeiro direito ao sigilo bancário, não tem carácter absoluto e imutável, que as exceções, a tal direito, devam passar por normas disciplinadoras de carateres infraconstitucionais e conformadoras à CRGB, nomeadamente do art. 30º, n.º 4º.

6) A proteção do sigilo bancário não deve ignorar a necessidade de oscilação entre mecanismos legais e práticos, tendentes a reforçar esse dever, como forma de defender os direitos das pessoas e a confiança no sistema financeiro. Entretanto, eivados, apenas, quando estejam em causa graves

situações de fraude ou evasão fiscais dolosas e de investigações de crimes. Com efeito, equivale dizer, que a tutela dos legítimos interesses prosseguido pelo sigilo bancário, deve compaginar-se com as proteção de outros interesses e valores, de iguais parâmetros legais e constitucionais, nomeadamente ligados aos interesses de administração fiscal, de luta contra branqueamento de capitais, combate ao terrorismo internacional, etc...

7) Conhecido que é o *status quo*, no nosso país, relativo à prática enraizada do levantamento do sigilo bancário, para prossecução dos fins da administração da justiça criminal e para fins da administração fiscal, torna-se inexorável e imperativo a defesa de imposição de limites a caminhos de devassa genérica que interfiram com o núcleo essencial da intimidade das pessoas em violação da CRGB, art. 44º, n.º 1. Entretanto, uma civilização de informação interactiva absoluta seria uma espécie da civilização de matriz absolutista e totalitária, cerceadora da liberdade, da identidade e da personalidade de todos e de cada pessoa, em autêntica distorção dos fundamentos do Estado de Direito Democrático de que todos precisamos e somos integrantes. E esses são, como que, incontornavelmente, plêiade, o princípio e o fim de toda a problemática do sigilo bancário, em face da defesa da ampla agilidade dos dados e informações bancárias, que se nos afigura excessiva, senão mediante prévia ponderação, a necessidade e adequação, logo sopesando-os para encontrar equilíbrio entre os valores em presença, bem como a definição dos limites das restrições com único propósito de consagrar o procedimento de quebra anti-abuso. Porém, que passa, necessariamente, pela jurisdicionalização e judicialização da quebra do sigilo bancário, conferindo ao JIC ou Tribunal Superior, na sua qualidade de guardião das liberdades, poder suficiente para decretar a quebra do sigilo bancário para fins de administração da justiça criminal.

8) Entretanto, em todo o caso, o sacrifício e recuo do perímetro de aplicação substancial do sigilo bancário, justificado legalmente na necessidade do combate à fraude e evasão fiscais, luta contra branqueamento de capitais e terrorismo mundial, bem como a necessidade duma gestão eficiente da justiça criminal com vista ao combate às impunidades, não devem ser arbitrários e nem abusivos. Antes, porém, nestas situações, a autorização do acesso à informação e dados inseridos no âmbito da ampla tutela do sigilo bancário não devem ser irrestritos, mas vinculados apenas nas situações excepcionais e subsidiárias, que pela sua gravidade, necessidade, proporção e adequação ou idoneidade, justificam, subsidiariamente, a quebra do sigilo bancário. Atendendo os fins prosseguidos, *de facto e de jure*, é insofismável a tese da prevalência dos interesses na luta contra branqueamento de capitais, contra a fuga ao fisco e contra crimes dolosos e graves, contudo a segurança passa pela generalização do princípio da reserva do juiz, permitindo prévia autorização judicial para o efeito da quebra do sigilo bancário nos precisos termos definidos nos arts.120º do CPP e 519º do CPC da Guiné-Bissau.

9) A consagração de um sistema aberto, irrestrito e livre, pode prejudicar o nosso frágil sistema financeiro e o desenvolvimento do País. O nosso sistema bancário apresenta sinais que apontam fraca captação do aforo, poupanças e financiamento à economia, fruto de desconfiança e a resiliência reinante. Por isso, não existe a marginalização do campo económico, antes pelo contrário, a Guiné-Bissau pode aproveitar-se dessas fragilidades e da fraca taxa de bancarização, para atrair e fomentar novos investimentos traduzidos nos capitais produtivos, o que não se compadece com a desconsideração da importância e do valor defendido pelo sigilo bancário.

10) Para qualquer providência da quebra do sigilo bancário, exige-se, portanto, suspeita provada, razoável de infração penal grave, civil apenas nos estritos casos previstos na lei, crime de sonegação tributária ou de ato de improbidade, prevenção e repressão do branqueamento de capital e terrorismo mundial, devendo a prova servir a finalidade inderrogável da investigação, em face de relevante interesse público, do interesse social ou do interesse da Justiça criminal, não cabendo e nem justificando manter a garantia senão para cobrir "justos e legítimos interesses do cliente" e não para ocultar o crime, pois "repeliria a consciência jurídica protegê-lo com o véu do sigilo bancário".

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AA.VV** – *Sigilo Bancário e Sigilo Fiscal, no Domínio da Lei 5/2002, de 11-I*, Coimbra, In Medidas de Combate à Criminalidade Organizada e Económico-Financeira / Centro de Estudos Judiciários, Coimbra, Coimbra Editora, 2004
- AA.VV** - «O Impacto da União Económica e Monetária no Sistema Financeiro», Revista da Banca, nº24, Out/Dezembro, Lisboa, 1992
- AA.VV** - *Dicionário Enciclopédico Alfa*, Publicações Alfa, 1992, vol. M-Z
- AA.VV** - *Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse Seleções*, Lisboa – Rio de Janeiro – Nova York, Seleções do Reader's Digest, 1981, vol. I
- AA.VV** - *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa - Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Lda, s.d., vol. 2
- AA.VV** - *Grande Enciclopédia Universal*, Durclub, S.A. Ed., Lisboa, 2004, vol. III – Atwater – Bonico
- AA.VV** - *OHADA – Sociétés Commerciales et GIE*, Bruylant Bruxelles, Juriscope, 2002
- AA.VV** - *Droits des Sociétés*, 16ª ed., Paris, Litec – Group Lexis Nexis, 2003
- ABRANTES**, José João Nunes – *A Vinculação das Entidades Privadas aos Direitos Fundamentais*, Lisboa, AAFDL, 1990
- ABRANTES**, José João Nunes, «Direito de Trabalho e a Constituição», *Estudos de Direito do Trabalho*, Lisboa, 1992
- ABRÃO**, Nelson - *Direito Bancário*, 7ª ed., actual. Ampliada por Henrique Abrão, Editora Saraiva, 2001
- ABREU**, José Manuel Coutinho de - *Curso de Direito Comercial*, Volume II – Das Sociedades Comerciais, 2ª ed., Almedina, 2007
- ABREU**, José Manuel Coutinho de - (Coord.), *Curso de Direito das Sociedades*, 9ª ed., Coimbra, Almedina, 2008
- ACTA** das Sessões da Comissão Revisora do Projecto da Parte Especial do Código Penal, in BMJ, 287, 7ª Sessão
- ADEGAS**, Helena - «Mercado Monetários e de Capitais em Portugal – Caracterização e Principais Produtos», in RB10 (1989), Abril/Junho, Lisboa

ADVOGADOS, Sociedade de – Rogério Fernandes Ferreira & Associados, Um Olhar sobre: O sistema fiscal angolano, Tax & Business, www.rffadvogados.pt

ALBA MEDRAMO, Márcia Munoz de - «Sociedades de Informacion Creditícia, Revelacion del Secreto Bancario» in AA.VV., *Anuario Jurídico*, Nueva série, Instituto de Investigaciones Jurídicas da Universidade Nacional Autónoma de México, 1990

ALBERGARIA, Bruno - *História do Direito – Evolução das Leis, Factos e Pensamentos*, 2ª ed., São Paulo, Editora Atlas, SA, 2012

AUBERT, Maurice - *Le secret bancaire suisse*, 3ª ed., Berne, Staempfli, 1995

AUBERT, Maurice/Jean-Philippe Kernen e Herbert Schönle - *Le secret bancaire suisse*, 2 ed., Berna, Editions Staempfli & CIE, 1982

ALCARO, Francesco – *Soggetto e Contratto Nell'Attività Bancaria (Contributo Allo Studio dei Contratti Bancari)*, Milano, Guiffre Ed., 1981

ALCALÁ, Humberto Nogueira - *Teoría y Dogmática de los Derechos Fundamentales*, Mexico, Instituto de Investigaciones Jurídicas, Serie Doctrina Jurídica, N.º 156, Universidad Autónoma de México, Mexico, 2003

ALMEIDA, Fernando Menezes - «20 Anos da Constituição de Cabo Verde», Estudos em Comemoração do XX Aniversário da Constituição da República de Cabo Verde, Praia, Edições do ISCJS, 2013

ALMEIDA, Luiz António Freitas de - *Direitos Fundamentais Sociais e Ponderação – activismo irreflectido e controlo jurídico racional*, Porto Alegre, Sérgio António Fabris Editor, 2014

ALMEIDA, Vieira de & Associados - «Sigilo Bancário – Comentário ao Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo», P. 950/04, de 13 de Outubro, in *Fiscalidade – 21 – Revista de Direito e Gestão Fiscal*, Lisboa, Edição do Instituto Superior de Gestão, Janeiro – Março, 2005

ALMEIDA, Victor Chaves de - «Fraudes bancárias: alguns aspectos, in *Revista de investigação criminal*», Porto, n.26-27, (Jun.-Set.), 1988

AMORIM, José de Campos - «Algumas Medidas de Combate à Evasão Fiscal», *Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas*, n.º 12, Porto, ISCAP, 2007

ALESSI, Giuseppe - *Le Banche, Giurisprudenza, Bibliografia e Legislazione*, II, Milano, Giuffrè Editore, 1978

ALEXANDRINO, José Melo – *O Discurso dos Direitos*, Coimbra, Coimbra Editora, 2011

ALEXANDRINO, José Melo – *Direitos Fundamentais – Introdução Geral*, 2ª. ed., Rev. Act., Lisboa, Principia, 2011

ALEX, Robert - *Teoria de los Derechos Fundamentales*, Madrid, Marcial Pons, 2008

- ALVES**, Telmo José Macedo - «O Sigilo Bancário – Uma Perspectiva Constitucional em Matéria Tributária», in Jorge de Figueiredo Dias *et. al.*, (Org.), *Studia Juridica 92 - Ars Iudicandi. Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves. Vol. III: Direito Público, Direito Penal e História do Direito*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008
- AMATO**, Astolfo Di - *Il Segreto Bancario*, Edizioni Scientifiche Italiane, Pubblicazioni della Scuola de Aperfezionamento in Diritto Civile dell'Università de camerino, 1979
- AMATO**, Astolfo di - «Sul Fondamento e Ilimit el Segredo Bancario», in *Economia e Credito*, 1975
- AMORIM**, José de Campos - *Algumas Medidas do Combate à Evasão Fiscal*, in *Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas*, N.º 12, Porto, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, 2007
- ANASTÁCIO**, Catarina Martins da Silva - *A Transferência Bancária*, Coimbra, Almedina, 2004
- ANDRADE**, Costa - *Liberdade de Imprensa e Inviolabilidade pessoal – uma perspectiva jurídico-criminal*, Coimbra, Coimbra Editora, 1996
- ANDRADE**, José Carlos Vieira de - *Os Direitos Fundamentais na Constituição portuguesa de 1976*, 5.^a ed., Coimbra, Almedina, 2012
- ANDRADE**, José Carlos Vieira de - «Os Direitos Fundamentais nas Relações entre Particulares», *Documentação e Direito Comparado*, n.º 5, 1981
- ANDRADE**, José Carlos Vieira de - *Os Direitos Fundamentais na Constituição da República Portuguesa de 1976*, Coimbra, Almedina, 2003
- ANDRADE**, José Carlos Vieira de - *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 3.^a ed., Coimbra, Almedina, 2004
- ANDRADE**, José Carlos Vieira de - «Os Direitos Fundamentais e Garantias no âmbito das Relações entre Particulares», in Ingo Wolfgang Sarlet (org.), *Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado*, 3.^a ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2010
- ANDRADE**, Manuel da Costa - *Sobre as Proibições de Provas em Processo Penal*, Reimp., Coimbra, Coimbra Editora, 2006
- ANTUNES**, José Engrácia - *Instrumentos Financeiros*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2014
- ANTUNES**, José A. Engrácia – *Os Contratos Bancários*, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, II, Coimbra, Almedina, 2011
- ANTUNES**, José A. Engrácia - *Direito dos Contratos Comerciais*, Coimbra, Almedina, 2009
- ANTUNES**, Maria João - «O segredo da justiça e o direito de defesa do arguido sujeito a medida de coacção», in

AA. VV., *Liber Discipulorum para Jorge de figueiredo Dias*, Coimbra, 2003

ARAS, Vladimir – «Possibilidade de Quebra de Sigilo Bancário Pelo Ministério Público: Uma Proposta», in *Boletim Paulista de Direito*, 2001

ARAÚJO, Fernando - *Introdução à Economia*, 3.^a ed., Coimbra, Almedina, 2005

ARAÚJO, Raúl Carlos Vasques/**NUNES**, Elisa Rangel, *Constituição da República de Angola, Anotada*, Tomo I, Luanda, Gráfica Maiadouro, 2014

ASCENSÃO, José Oliveira - *Pessoas, Direitos Fundamentais e Direito da Personalidade*, Revista da FDUL, Vol. 1 e 2, Coimbra, Coimbra Editora, 2009

ASCENSÃO, J. Oliveira - «Cláusulas Contratuais Gerais», in *Revista da Ordem dos Advogados* 60, Lisboa, Abril de 2000

ASCENSÃO, José de Oliveira - *Direito Civil - Teoria Geral – Introdução as Pessoas e os Bens*, Vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 1997

ASCENSÃO, José de Oliveira - «Branqueamento de Capitais: Reacção Criminal, in *Estudo de Direito Bancário*», Coimbra, Coimbra Editora, 1997

ASCENSÃO, José de Oliveira - «Branqueamento de Capitais: Reacção Criminal», *Estudos de Direito Bancário*, FDUL, Coimbra, Coimbra Editora, 1999

ATHAYDE, Augusto Albuquerque de e **ATHAYDE**, Duarte de - *Curso de Direito Bancário*, Vol. I., 2.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2009

ATHAÍDE, Augusto de / **BRANCO**, Luís - «Operações Bancárias», in *Direito das Empresas*, Lisboa, INA, 1990

ATAÍDE, Rui Paulo Coutinho Mascaranha de – «As Orientações Fundamentais do Acto Uniforme Relativo ao Direito Comercial Geral da OHADA», in *Boletim da FDB N.º 8*, CEARL, AAFDL, Bissau, 2009

AUBERT, Maurice, et al. - *Le secret bancaire suisse*, 3.^a ed., Berne, Staempfli, 1995

AUBERT, Maurice, Jean phillipe Kernén e Herbert Schonle - *Le secret bancaire suisse*, 2 ed., Berna, Editions Staempfli & CIE, 1982

AZEVEDO, Maria Eduarda - «O Segredo Bancário», *Ciência e Técnica Fiscal*, n.º 346-348, Out-Dez 1987

AZEVEDO, Maria Eduarda - «O Segredo Bancário e a Fiscalidade na Ordem jurídica Portuguesa», in AA.VV., *Estudos em Memória do Prof. Doutor J. L. Saldanha Sanches*, Vol. V, *Direito Fiscal: Garantias, Procedimento, Infracções, Gestão Fiscal, Internacional e Europeu*, Coimbra, Coimbra Editora, 2011

AZEVEDO, Maria Eduarda - *O Segredo Bancário*, Lisboa, Centro de Estudos Fiscais – Direção Geral das Contribuições e Impostos, 1989

- AZEVEDO**, Maria Eduarda - «O segredo bancário e o branqueamento de capitais: a posição da CEE», in Fisco, Lisboa, LEX, (Out.), 1991
- AZEVEDO**, Maria Ana - “A problemática da extensão dos direitos de personalidade às pessoas colectivas, *maxime*, às sociedades comerciais”, in Revista de Direito das Sociedades, Ano II (2010), 1/2.
- BAPTISTA**, Eduardo Correia - «Natureza jurídica dos memorandos com FMI e com a União Europeia», in ROA, 2011
- BACELAR**, Américo - *Novo regime jurídico dos cheques sem provisão : Decreto-Lei nº 459/91, de 28 de Dezembro : anotado : Lei uniforme relativa ao cheque : sigilo bancário : Lei orgânica do Banco de Portugal : microfilmagem dos cheques pagos : formulário : índice alfabético*, 2ª ed. - [S.l.]: Lisboa, Rei dos Livros, [s.d.]
- BAJO FERNANDEZ**, Miguel - «Limites del Secreto Bancario: aspectos penales», *Papeles de Economia española*, n.º 4, 1980
- BALAGUER CALLEJÓN**, Francisco (Coord.) – *Introducción al Derecho Constitucional*, Madrid, Tecnos, 2011
- BALEEIRO**, Aliomar/ DERZI, Misabel Abreu Machado – *Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar*, 8ª. ed., Rio de Janeiro, Forense, 2008
- BALONA**, Catarina Anjo/RUSSO, João Pedro - “O Banco de Cabo Verde – Principais aspetos orgânico e funcionais”, in Revista de Concorrência e Regulação, Anos V-VI-N.ºs 20-21, Outubro 2014 – Março 2015
- BAIRRRADAS**, Grumecindo Dinis - *A Protecção Penal do Cheque – regime actual*, Coimbra, Almedina, 1998
- BAIROS**, Rita Mafalda Vera-Cruz Pinto - «A transferência a crédito – Notas caracterizadoras no contexto da SEPA e do Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento», *Temas de Direito Bancário I*, Cadernos o Direito, N.º 8, Coimbra, Almedina, 2014
- BARBOSA**, Paula Elizabete Henriques - «Do valor do sigilo – O sigilo bancário, sua evolução, limites: em especial o sigilo bancário no domínio fiscal – A reforma fiscal», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Vol. XLVI – N.º 2, 2005
- BARRA**, Tiago Viana - «A Responsabilidade dos Poderes Públicos pela Violação de Direitos Fundamentais», *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 71 – Out./Dez, Lisboa, 2011
- BARROSO**, Luiz Roberto - «Banco Central e Receita Federal: Comunicação ao Ministério Público para fins penais. Obrigatoriedade da conclusão prévia do processo administrativo», *Revista de Direito Bancário, Mercado de Capitais e da Arbitragem*, Editora Revista dos Tribunais, vol. 5, n.º17, 2012

- BARATA**, José Monteiro - «O Sector Bancário em Portugal: Evolução e Análise Estratégica (1986-1992)», in RB, n.º 33, Jan/Março, Lisboa, 1995
- BARBER**, H. - *Les banques suisses. Secret Bancaire et paradis fiscal*, Ed. Music and Entertainment Books, 2009
- BERCOVICI**, Gilberto - «Dignidade da Pessoa Humana e a Constituição Económica de 1988», 20 Anos da Constituição Cidadã de 1988 – Efetivação ou impasse institucional?, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2008
- BERNART**, Luciano - «Troca Internacional de Informações Tributárias: Algumas Limitações – Sua Importância para o Desenvolvimento e para a Concorrência», Tributação Concorrência & Desenvolvimento, Curitiba, Juruá Editora, 2013
- BERTREL**, J. P. - «Obligation au secret professionnel du banquier», *B.R.D.A.*, nº14, F. Lefebvre, 1991
- BESSON**, S. - *Le secret bancaire*, 2ª éd., presses polytechniques et universitaires remandes, 2009
- BCEAO** – Departamento dos Projectos e das Missões, Missão pela Reforma dos Sistemas e Meios de Pagamentos – MRSMP0178J01, de 22 de Março de 2001
- BIAGUÊ**, Vasco Manuel Evangelista - «As Constituições Económicas Portuguesa e Guineense: Uma análise comparativa», in Estudos Comemorativos dos Vinte Anos da Faculdade de Direito de Bissau – 1990-2012, Vol. II, Lisboa, AAFDL, 2010
- BILBAO UBILLOS**, Juan María – «La Eficacia Frente a Terceros de los Derechos Humanos en el Ordenamento Espanhol», in AA. VV., *Direitos Fundamentais e Direito Privado. Uma Perspectiva de Direito Comparado*, Coimbra, Almedina, 2007
- BILBAO UBILLOS**, Juan María - «En qué medida vinculan a los particulares los derechos fundamentales?», in Ingo Wolfgang Sarlet (org.), *Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado*, 3ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2010
- BONAVIDES**, Paulo/ **ANDRADE**, Paes de - *História Constitucional do Brasil*, Brasília, OAB Editora, 2002
- BONNEAU**, Thierry - *Droit Bancaire*, 4º ed., P. 266 e ss.
- BONNEAU**, Thierry - *Droit Bancaire*, 8º ed., Paris, Montchrestien, 2009
- BONNEAU**, Thierry - *Droit Bancaire*, 5ª ed., Paris, França, Montchrestien, E.J.A., 2003.
- BONNEAU**, Bon Thierry - *Droit Bancaire*, Paris, Montchestien, 1994
- BONNEAU**, Thierry - «Communication de pieces et secret bancaire (à propos de l'arrêt de la chambre commerciale de la Cour de Cassation du 11 Avril 1995)», *Revista Droit Bancaire et Bourse*, n.º 49, mai/juin, 1995
- BOIX SERANO**, Rafael - *Curso de Derecho Bancario*, Madrid, Editorial Revista de Derecho Privado, 1986

- BONET SANCHEZ**, José Ignacio - *Contratos Bancarios cien preguntas claves e sus repuesta*, Madrid, Dykinson, 1997
- BONOMI**, Andrea - *Il Nuovo Diritto Internazionale Privato dei Contratti: La Convenzione di Roma del 19 Giugno 1980 è Entrata in Vigore*, in Banca Borsa e Titoli di Credito, Anno LV, Giuffrè Editore, 1992
- BONZANINI**, Luca - «Problemi Della Pratica – Attività Bancaria e Tutela dei Dati Personali (L.N.675/1996)», *Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza*, Vol. LI – nuova Serie – Parte Prima, Banca Borsa – Titoli di Credito, 1998
- BOULOC**, B. - *Les limites du secret bancaire*, Mél. AEDBF-France, Banque Éditeur, 1997
- BRAGE CAMAZANO**, Joaquín – «Los Limites a los Derechos Fundamentales», Madrid, Marcial Pons, Dykinson, 2004
- BRANCO**, Paulo Gustavo Gonet - *Juízo de Ponderação – Na Jusrisdição Constitucional*, São Paulo, Editora Saraiva, 2009
- BRANDÃO**, Nuno - *Branqueamento de Capitais: O sistema Comunitário de Prevenção*, Coimbra, Coimbra Editora, 2002
- BRICOLA**, Franco - «Tutela penale della riservatezza», in *Coletânea il Diritto alla Riservatezza e la sua Tutela Penale*, Milão, 1970
- BRUYNEEL**, A - «Le secret professionnel (30 an1s après)», in AA.VV., *Van alle markten, Liber Amicorum Eddy Wymeersch*, Antwerpen, Éd. Intersentia, 2008
- BUONOCORE**, Vincenzo - «La Directica Comunitaria del 5 Aprile Sulle Clausole Abusive Nei Contratti Stipulari com i Consumitori e la Disciplina Della Trasparenza nelle Operazioni di di Intermediazione Finanziari (Leising, Factoring e Crédito al Consumo)», in Banca Borsa e Titoli di Credito, Anno LVII, Giuffrè Editore, 1994.
- BUONOCORE**, Vincenzo - *Contrattazione d'Impresa e Nueve Categorie Contrattuali*, 56, Milano, Giuffrè, 2000
- BURANI**, Umberto - «Rumo à Realização do Mercado Financeiro Europeu: Liberalização e Transformação», in *Revista da Banca*, n.º 10, Abril/Junho, Lisboa, 1989
- BULYGIN**, E. / D. Mendonça - *Normas y Sistemas Normativos*, Madrid, Marcial Pons, 2005
- CABRAL**, Amaral - «O Direito à Intimidade da Vida Privada», in AA. VV., *Estudos em Memória do Professor Doutor Paulo Cunha*, Revista da Faculdade de Direito de Lisboa (separata), Lisboa, 1989
- CABRAL**, Luiz Rodolfo - «Argumentos contra a quebra do sigilo», *Jus Navigandi*, Teresina, a.5, n.º 50, 2001
- CABRAL**, Rita Amaral - «O direito à reserva da vida privada - breve reflexão acerca do art. 80º do Código Civil», in AA. VV., *Estudos em Memória do Professor Doutor Paulo Cunha*, Revista da Faculdade de

Direito de Lisboa (separata), Lisboa, 1988

CADILHE, Miguel - “Luzes e Sombras da União Económica e Monetária”, in RB 16 (1990), Out/Dez., Lisboa

CAETANO, Marcello - Estudos Ultramarinos (Os Sistemas Monetários e o Crédito), Africa Lda, 1953

CAGNASSO, Oreste/Gastone Cottino - *Contratti Commerciali*, Padova, Cedam, 2000

CÂMARA, Paulo/MAGALHÃES, Manuel (Coord.), *O Novo Direito Bancário*, Coimbra, Almedina, 2012

CÂMARA, Paulo, «O Governo dos Grupos Bancários», in Estudos de Direito Bancário, Coimbra, Coimbra Editora, 1999

CALDAS, Júlio de Castro – «Sigilo Bancário: problemas actuais», in Diogo Leite de Campos (coord.), *Sigilo Bancário*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997

CALVÃO, Filipa Urbano - *A Responsabilidade Disciplinar dos Profissionais de Saúde*, in Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas, N.º 5, Porto, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, 2005

CAMPOS, António de - «Luta Contra a Lavagem do Dinheiro», in RB nº 15 – Jul-Set., 1990

CAMPOS, António de - «Notas de Doutrina e de Jurisprudência – Quebra de Sigilo Bancário em Processo Penal», *Revista da Banca*, n.º 16, Outubro/Dezembro, 1990

CAMPOS, Carlos da Silva - «O Sigilo Profissional do Advogado e seus Limites», in ROA, Ano 48 – Setembro, 1988

CAMPOS, Diogo Leite de – «Sigilo Bancário», in (Dir) Instituto de Direito Bancário, Edições Cosmos, Lisboa, 1997

CAMPOS, Diogo Leite de - «O Direito e os Direitos da Personalidade», in ROA, Ano 53 – Abril-Jun, 1993

CAMPOS, Diogo Leite de - *Direito Tributário*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2000

CAMPOS, Diogo Leite de/ RODRIGUES, Benjamim da Silva Rodrigues/ SOUSA, Jorge Lopes de - *Lei Geral Tributária – Anotada e comentada*, Vislis Editores, 1999

CAMPOS, João Pedro C. Alves de (org.), *Colectânea de Legislação Fundamental de Direito Penal*, Bissau, Centro de Estudos e Apoio às Reformas Legislativas, Faculdade de Direito de Bissau, 2007

CAMPOBASSO, Gian Franco - *Il Bancogiro. Profili Strutturali*, in G. Portali, Le Operazione Bancarie, Milano, Giuffrè Editore, 1978

CAMPOBASSO, Gian Franco - «Depositi Bancari», in Banca Borsa e Titoli di Credito, Anno LI, Milano, Giuffrè Editore, 1988

CANARIS, Claus-Wilhelm – *Bankvertragsrecht*, I, 3ª ed., Walter de Gruyter, Berlin-New York, 1988

- CANARIS**, Claus-Wilhelm – *Grundrechte und Privatrecht – Eine Zwischenbilanz*, Berlin-New York, de Gruyter, 1999
- CANARIS**, Claus – Wilhelm – *Direitos Fundamentais e Direito Privado*, Coimbra, Almedina, 2003 (Obra Traduzida por Ingo Wolfgang Sarlet e Paulo Mota Pinto)
- CANARIS**, Claus – Wilhelm – «A Influência dos Direitos Fundamentais sobre o Direito Privado na Alemanha», in Ingo Wolfgang Sarlet (org.), *Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado*, 3ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2010
- CANARIS**, Claus – Wilhelm - *Direitos Fundamentais e Direito Privado*, Coimbra, Almedina, 2012
- CANAS**, Vitalino - «Princípio da Proporcionalidade», in AA.VV., *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, Vol. VI, Lisboa, Almedina, 1994
- CANAS**, Vitalino - «O princípio da proibição do excesso na constituição: arqueologia e aplicações», in Jorge Miranda (org), *perspectivas constitucionais – 20 anos da Constituição de 1976*, vol.II, Coimbra, Coimbra Editora, 1997
- CANAS**, Vitalino - *O Crime de Branqueamento de Capitais: Regime de Prevenção e de Repressão*, Coimbra, Almedina, 2004
- CANAS**, Vitalino - «As Medidas de Natureza Preventiva Contra o Branqueamento e o Financiamento do Terrorismo», in ROA, Ano 68, Set./ Dez., 2008
- CANOTILHO**, José Joaquim Gomes - «Sobre restringibilidade e restrição de direitos fundamentais: notas sobre questionamentos recentes», *Direito Civil Constitucional e outros estudos em homenagem ao Prof. Zeno Veloso – Uma visão brasileira*, São Paulo, Editora Método, 2014
- CANOTILHO**, José Joaquim Gomes e MOREIRA, Vital - *Constituição da República Portuguesa Anotada I*, Coimbra, Editora Coimbra, 2007
- CANOTILHO**, José Joaquim Gomes - *Estudos Sobre Direitos Fundamentais*, Coimbra, Coimbra Editora, 2004
- CANOTILHO**, José Joaquim Gomes - «Civilização do Direito Constitucional ou Constitucionalização do Direito Civil?», In Eros Roberto Grau e Willis Santiago Guerra Filho (Org), *Direito Constitucional – Estudos em Homenagem a Paulo Bonavides*, Malheiros, São Paulo, 2001
- CANOTILHO**, José Joaquim Gomes - *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7ª ed., Coimbra, Almedina, 2003
- CANOTILHO**, José Joaquim Gomes - «Dogmática de Direitos Fundamentais e Direito Privado», in Ingo Wolfgang Sarlet (org.), *Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado*, 3ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2010

- CAPDEVILLE**, Jérôme Lassere - «Secret Bancaire Suisse et Entraide Internationale», *Revue Européenne de Droit Bancaire & Financier – European Banking & Financial Law Journal - Euredia*, Bruylant, Nov. 2010
- CAPDEVILLE**, Jérôme Lassere - «Le Secret Bancaire Suisse face au juge penal en droit suisse», *Revue Lamy droit des affaires*, n° 49, 2010
- CAPDEVILLE**, Jérôme Lassere - *Secret bancaire et obligation de dénonciation du banquier en droits français et suisse*, in *Revue de science criminelle et de droit pénal comparé*, Paris, n.2, (avr.-juin), 2005
- CAPRIGLIONE**, Francesco - «UEM e riforme del Sistema Banca Central: L'ufficio Italiano dei Cambi Tra Passato e Avvenire», in *Banca Borsa e Titoli di Credito*, Ano LX, Milano, Giuffrè Editore, 1997
- CAPRIGLIONE**, Francesco - «UEM e riforme del Sistema Banca Central: L'ufficio Italiano dei Cambi Tra Passato e Avvenire», in AA.VV., *Banca Borsa e Titoli di Credito*, Anno VLIX, Giuffrè Editore, Novembre/Dicembre, 2006
- CARBONETTI**, Francesco - «Il Sistema Monetario Europeo», in AA.VV., *Banca Borsa e Titoli di Credito*, Anno LIV, Giuffrè Editore, 1991
- CARBONNIER**, Jean - *Droit Civil I/Les Personnes*, 21^a ed., Paris, PUF, 2000
- CARNEIRO**, Rodrigo Borges y Luiz Henrique del Amaral - «As informações pessoais em banco de dados e sua utilização em ações de marketing na internet», *Revista da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual*, v. 49, nov/dez/2000
- CARVALHO**, Carlos Manuel Ferreira de - *Prontuário Bancário – Enciclopédia Comercial e Bancária*, 6^a Edição, Lisboa, Paralelo Editora, Lda., 1998
- CARVALHO**, Luís Paulo Figueiredo - *Os Sistemas de Supervisão Prudencial na União Europeia*, Coimbra, Almedina, 2003
- CARVALHO**, Ricardo Alexandre de - «Da locação financeira em geral. Da resolução do contrato de locação financeira em especial», *Temas de Direito Bancário II*, Cadernos de Direito, Coimbra, Almedina, 2014
- CAREXHE**, Etienne - «Un Phénomène d'Intégration – L'UEMOA», in António Menezes Cordeiro et al., *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta e Cunha, vol I - Assuntos Europeus e Integração Económica*, Lisboa, Almedina, 2010
- CASTRO**, Catarina Sarmiento e - «Os Ficheiros de Crédito e a Protecção de Dados Pessoais», *Boletim da Faculdade da Universidade de Coimbra*, Vol. LXXVIII, 2002
- CASTELO**, José Castelo - «Em Torno do Segredo Bancário», *Boletim da Ordem dos Advogados*, n.º 19, Outubro de 1983

- CASTILLO CÓRDOVA**, Luís Fernando - *Existen los Llamados Conflictos entre Derechos Fundamentales?*
Revista Mexicana de Derecho Constitucional, n.º 12. P. 19.
<http://www.juridicas.unam.mx/publica/rev/ccons/cont/12/ard/ard4.htm>
- CASELLA**, Mario - «Il Segreto Bancario e Il P.R.15 Lubglio 1982, n.º 463», *Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza*, Anno XLVI, Parte Prima, Banca Borsa – Titoli di Credito, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 1983
- CAROLINO**, Cassila - «Planeamento fiscal e os novos deveres de informação perante a Administração Tributária», in *Revista fiscal*, Porto, n.5, (Maio), 2008
- CATARINO**, Luís Guilherme - «Segredo Bancário e Revelação Jurisdicional», *Revista do Ministério Público*, Ano 19º, nº74, Abril-Junho 1998
- CAVALCANTE**, Denise Lucena - «Sigilo Bancário no Brasil», in AA.VV., Estudos em Memória do Prof. Doutor J. L. Saldanha Sanches, Vol. V, Direito Fiscal: Garantias, Procedimento, Infrações, Gestão Fiscal, Internacional e Europeu, Coimbra, Coimbra Editora, 2011
- CAVALLI**, Gino e Mia Callegari - *Lezioni Sui Contratti Bancari*, Bolonha, Zenichelli Editore S.p.A, 2008, Reimp. 2012
- CEARL**, FACULDADE DE DIREITO DE BISSAU – GUINÉ-BISSAU (AAVV), *Código Civil Com Anotações*, 2ª ed., 2007
- CAZORLA PRIETO**, Luís María - *Derecho Financiero y Tributário*, Parte Geral, 6ª ed., Navarra, Thomson Aranzadi, 2005
- CAZORLA PRIETO**, Luís María - *El Secreto Bancario*, Madrid, Instituto de Estudios Fiscales, 1978
- CHAMBOST**, Edouard - *Guide Mondial des Secrets Bancaires*, Editions du Seuil, 27 Rue, Jacob, Paris, VI, 198º, 1980
- CHAPUT**, Yves - *Code de Commerce*, Paris, Editions Dalloz, 2001
- CRÉDOT** et Gérard., *Poitiers*, 2ª civ. 13 mars 2007, DC/BNP Paribas: JurisData n.º 337497
- CRÉDOT**, F. J. - «Le secret bancaire, son étendue et ses limites, la fourniture des renseignements commerciaux par la banque», *Les petits affiches*, n.º 21, 1993
- CHARETTE**, Lagelée – - «L`adaptation de la notion de secret bancaire à la legislation récente», *Office de Coordination Bancaire et Financière*, n.º 536, 1993
- CHEVALIER**, Jean-Pierre - «Confidentialité et droit fiscal», *Revue internationale de droit comparé*, Paris, A.50, n.2 (Avr.-Juin 1998)
- CHILLAZ**, Emmanuel / FERRONIÈRE, Jacques - *Les Opérations de Banque*, 6.ª ed., Paris, Dalloz, 1980

- CHIUSI**, Tiziana - «A Dimensão Abrangente do Direito Privado Romano. Observações sistemáticos-teoréticas sobre uma ordem jurídica que não conhecia Direitos Fundamentais», in AA. VV., *Direitos Fundamentais e Direito Privado: Uma Perspectiva de Direito Comparado*, Coimbra, Almedina, 2007
- CIAN**, Marco - *La Dematerializzazione Degli Strumenti Finanziari*, in Banca Borsa e Titoli di Credito, V.LX, Milano, Giuffrè Editore, Novembre/Dicembre, 2007
- CLAUSSEN**, Carsten Peter – *Bank und Börsenrecht für Studium und Praxis*, 4ª ed., Beck, Munchen, 2008
- COELHO**, Inocência Mártires - «Evolução do Constitucionalismo Brasileiro Pós-88», Comentários à Constituição do Brasil, Coimbra, Almedina, 2013
- COELHO**, Pereira/OLIVEIRA, Guilherme de - *Curso de Direito da Família*, I, Coimbra, Coimbra Editora, 2001
- COIMBRA**, Ana Cristina (Coord) - in OHADA – Tratado e Actos Uniformes – Comentados e Anotados, Coimbra, G.C. – Gráfica de Coimbra, Lda, Junho de 2010
- COLAGROSSO**, Enrico - *Diritto Bancario (Soggetti – Titoli – Negozi Giuridici)*, Roma, Casa Ed. Stamperia Nazionale, 1947.
- COLOMB**, E. - *Le secret bancaire: Rapport Cour de Cassation*, 2004 – JCI, Banque Crédit Bourse, Fasc.141
- COMISSÃO** para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal, Relatório, Lisboa, Ministério das Finanças, 1996.
- COMITEE** on Payment and Settlement Systems do Bank for International Settlements, relative a “Innovations in retail payments, Maio, 2012”.
- CORBELLO**, Francesco - Corbello, «Osservatorio: La risposta europea alla crise del debito sovrano: «il rafforzamento dell’unione económica e monetária. Verso l’unione bancaria», *Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza*, Vol. LXV – Nuova série – Novembre – Dicembre, n.º 6, 2012
- CORDEIRO**, António Menezes - «Sigilo Bancário. Fica a saudade?», *Temas de Direito Bancário I*, Cadernos o Direito, N.º 8, Coimbra, Almedina, 2014
- CORDEIRO**, António Menezes - O Levantamento da Personalidade Colectiva no Direito Civil e Comercial, Coimbra, Almedina, 2000
- CORDEIRO**, António Menezes - «O Contrato Bancário Geral», in Separata de Estudos de Direito Bancário, Coimbra, Coimbra Editora, 1999
- CORDEIRO**, António Menezes - *Da Compensação no Direito Civil e no Direito Bancário*, Coimbra, Almedina, 2003
- CORDEIRO**, António Menezes - *Manual de Direito Bancário*, 3ª ed., Coimbra, Almedina, 2008
- CORDEIRO**, António Menezes - *Manual de Direito Bancário*, 4.ª ed., Coimbra, Almedina, 2010

- CORDEIRO**, António Menezes - *Manual de Direito Bancário*, 5.^a ed. (Revista e Atualizada), Coimbra, Almedina, 2014
- CORDEIRO**, António Menezes - *Manual de Direito Bancário*, 6.^a ed., Revista e Atualizada, com a colaboração de A. Barreto M. Cordeiro – LLM, Coimbra, Almedina, 2016
- CORDEIRO**, António Menezes - *Manual de Direito das Sociedades*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2007, p. 143 e ss. António Menezes Cordeiro (Coord.), *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2014
- CORDEIRO**, António Menezes - *Direito Bancário - Relatório*, Coimbra, Almedina, 1997
- CORDEIRO**, António Menezes - «A Crise Planetária de 2007/2009 e o governo das sociedades», in RDS, 2009
- CORDEIRO**, António Menezes - «A Tutela do Consumidor de Produtos Financeiros e a Crise Mundial de 2007/2010», in ROA, 2010
- CORDEIRO**, António Menezes - *Estudos de direito bancário*, Coimbra : Coimbra Editora, 1999
- CORDEIRO**, António Menezes – *Tratado Civil Português*, II, 1.^o tomo, Coimbra, 2009 ; II, 2.^o tomo, Coimbra, 2010; II, 3.^o tomo, Coimbra, 2010; II, 4.^o tomo, Coimbra, 2010; V, Coimbra, Almedina, 2011
- CORDEIRO**, António Menezes – *Tratado de Direito Civil*, IV, Parte Geral – Pessoas, 3.^a ed., Coimbra, Almedina, 2011
- CORDEIRO**, António Menezes – *Tratado de Direito Civil Português*, Vol.I, Parte Geral, Tomo I, 3.^a ed., Coimbra, Almedina, 2005
- CORDEIRO**, António Menezes – *Tratado de Direito Civil Português*, Vol.I, Parte Geral, Tomo III - Pessoas, Coimbra, Livraria Almedina, 2004
- CORDEIRO**, António Menezes – *Tratado de Direito Civil Português*, Vol.I, Tomo 3, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2007
- CORDEIRO**, António Menezes – Da Boa Fé no Direito Civil, Colecção Teses, Reimp., Coimbra, Almedina, 1997
- CORDEIRO**, António Menezes - «Concessão de Crédito e Responsabilidade Bancária», *Boletim do Ministério da Justiça*, nº357, Lisboa, 1987
- CORDEIRO**, António Menezes - *Direito Europeu das Sociedades*, Coimbra, Almedina, 2005
- CORDERO**, Blanco - *El Delito de Blanqueo de Capitales*, Aranzi Editorial, 1997
- CORNU**, Gérard - *Droit Civil – La Famille*, 8.^a ed., Paris, Montchrestien, 2003

- CORREIA**, Eduardo Paz - «O branqueamento de capitais», in Estudos de Direito Bancário, FDUL, Coimbra, Coimbra Editora, 1999
- CORREIA**, Januário Pedro - *Giro Bancário. Caso particular da ordem de transferência de fundos (aspectos fundamentais do regime, incidentes e natureza jurídica)*, Dissertação de Mestrado, FDUL, Lisboa, 2006/2007
- CORREIA**, Januário Pedro - «*Contributos Para Revisão do Código Civil – Parte Especial das Obrigações*», in Estudos Comemorativo dos 20 Anos da Faculdade de Direito de Bissau, Vol.I, FDB, 2010
- CORREIA**, Januário Pedro - «*Plano de Insolvência no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa – CIRE. Concordatas no Acto Uniforme Para Organização dos Processos Colectivos de Apuramento do Passivo – AUOPCAP. Plano de Recuperação na Nova Lei de Falência Brasileira – LFB. Breve Estudo Comparado*», in Estudos da OHADA, Bissau, 2008
- CORREIA**, Januário Pedro - «*A OHADA. O Federalismo Jurídico Africano. Génese, evolução e perspectivas futuras*», in II dia da OHADA, FDB, Bissau, Maio, 2010
- CORREIA**, Januário Pedro - A Nova Perspetiva dos BIC e o Sigilo Bancário. Algumas considerações, in Jornadas Jurídicas da FDB – Consolidação do Estado de Direito e Democrático, Bissau, 2016
- CORTE-REAL**, Carlos Pamplona, **GOUVEIA**, Jorge Bacelar e **COSTA**, Joaquim Cardoso da - «Breves reflexões em torno da Confidencialidade Fiscal», *Ciência e Técnica Fiscal*, Lisboa, nº 368, Out-Dez, 1992
- CORTE-REAL**, Carlos Pamplona - *Direito da Família e das Sucessões (Relatório)*, LEX, Lisboa, 1996
- COURTIS**, Christian - «La Eficacia de los Derechos Humanos en las Relaciones entre Particulares», in Direitos Fundamentais e Direito Privado. Uma Perspectiva de Direito Comparado, Coimbra, Almedina, 2007
- COURTIS**, Christian - «La Eficacia de los Derechos Humanos en las Relaciones entre Particulares», in Ingo Wolfgang Sarlet (org.), *Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado*, 3ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2010
- COSTA**, A.F. Neto da - «Deontologia Profissional nos Estatutos da OAA (Notas), in Revista da Ordem dos Advogados de Angola», n.º 2, Luanda, OAA, Centro de Documentação e Informação, 1999
- COSTA**, Concetto - «Bancogiro Internazionale e Diritto Italiano», in Banca Borsa e Titoli di Credito, Anno LV, Milano, Giuffrè Editore, 1992
- COSTA**, Eliud José Pinto da - «Competência Tributária Brasileira», O Direito no Século XXI, Estudos em Homenagem ao Ministro Edson Vidigal, Florianópolis, Editora Obra Jurídica, 2008
- COSTA**, Faria - «O Branqueamento de Capitais (Algumas reflexões à luz da lei penal e da política criminal)», in BFDC, Vol. LCVIII, Coimbra, Coimbra Editora, 1992

- COSTA, J.J. Almeida** - *Constituição da República Portuguesa Anotada* – Com os Acórdãos do Tribunal Constitucional e Lei do Tribunal Constitucional, 6ª ed., Coimbra, Almedina, 2005
- COSTA, Mário Júlio de Almeida** - *Direito das Obrigações*, 9ª ed., Rev.Act. Aum, Coimbra, Almedina, 2006
- COSELLA, Mário** - *Il Segreto Bancario e til*, DPR 15, Luglio, n.º 463, 1982
- CRANSTON, Ross** - *The banker – Customer Relationship*, 2, ed., European Banking Law, London, 1999
- CRANSTON, Ross** - *Principles of banking law*, Oxford: Clarendon Press, 1997
- COUTINHO, Luís P. Pereira** - «Sobre a Justificação das Restrições aos Direitos Fundamentais», in Sep. Estudo em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia, Vol. I, Coimbra Editora, FDUL, 2010
- COVELLO, Sérgio Carlos** – «O Sigilo Bancário como Protecção à Intimidade», in *Revista dos Tribunais*, nº648, 1989
- COVELLO, Sérgio Carlos** - *Contratos Bancários*, 2ª ed., São Paulo, Editora Saraiva, 1991
- COVELLO, Sérgio Carlos** - *O Sigilo Bancário*, 2ª ed., São Paulo, Universitária do Direito, 2001
- COVELLO, Sérgio Carlos** - «O Sigilo Bancário como Protecção à Intimidade», *Revista dos Tribunais*, n.º 348/27
- CROCQ, Pierre (Coord.)** - «Le nouvel acte uniforme portant organisation des sûretés – la reforme du droit des sûretés de l'OHADA», France, Éditions Lamy, 2012
- CUNHA, Fernando Olavo** - *Cheque e Convenção de Cheque – Acerca da preponderância da subscrição cambiária sobre a relação contratual existente entre o banqueiro e o seu cliente*, Coimbra, Almedina, 2009
- CUNHA, José M. Damião da** - «Perda de Bens a Favor do Estado – arts.7º-12º da Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro (Medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira)», CEF, Coimbra, Coimbra Editora, 2004
- CUNHA, Paulo Pitta e** - «A União Económica e Monetária e o Objectivo da Moeda Única», *Revista da Banca*, nº37, Lisboa, Jan/Março, 1996
- CUNHA, Paulo Pitta** - «A Revisão Institucional e a Convergência Económica – Problemas dos Pequenos e Médios Estados-Membros», *Revista da Faculdade de Direito de Lisboa*, Volume XXXVI, Lisboa, FDUL, 1995
- CUNHA, Paulo Olavo** - *Direito das Sociedades Comerciais*, 6ª ed., Coimbra, Almedina, 2016
- CUNHA, Paulo Olavo** - *Direito das Sociedades Comerciais*, 5ª ed., Coimbra, Almedina, 2012
- DELACHAUX, François** - «Le problème du secret bancaire», *Revue économique et sociale: bulletin de la Société d'Etudes Economiques et Sociales*, Band (Jahr): 30 (1972)

- DEL CARMEN**, María/Barranco Avilés - *La Teoría Jurídica de los Derechos Fundamentales*, Madrid, Instituto de Derechos Humanos - Universidad Carlos III de Madrid, Dykinson, 2004
- DELGADO**, José Pina - «Constituição de Cabo Verde de 1992 – Fundação de uma República Liberal de Direito, Democrática e Social», Estudos em Comemoração do XX Aniversário da Constituição da República de Cabo Verde, Praia, Edições do ISCJS, 2013
- DELGADO**, José Pina/**DELGADO**, Liriam Tiujo - (Org) - *Textos de Direitos Fundamentais e Direito Internacional da Protecção da Pessoa Humana. Com algumas anotações e indicações bibliográficas*, Praia, Lex – Edições ISCJS, 2014
- DEFOSSEZ**, Françoise Dekeuwer - *Droit bancaire*, 5ème édition, Paris, Dalloz, 1995.
- DEVEZE**, J. / **PETEL** P. - *Droit Commercial, Instruments de Paiements et de Crédit*, Paris, Montchrestien, 1992
- D'ALTE**, Sofia Tomé - «O Sigilo Fiscal: Um direito da administração tributária e uma garantia dos administrados», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Vol.XLIII, n.º 1, Almedina, 2002
- DIAS**, Augusto Silva - «Os Crimes de Fraude Fiscal e de Abuso de Confiança Fiscal: Alguns Aspectos Dogmáticos e Político-criminais», *Ciência e Técnica Fiscal*, n.º 349, Abril-Junho, Lisboa, Centro de Estudos Fiscais, 1999
- DIAS**, Figueiredo - *Direito Processual Penal*, Lições das Aulas do Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias, coligidas pela Assistente Maria João Antunes, Coimbra, FDUC, 1988-1989
- DIEGO**, Devos - «Les Virements transfrontaliers: Analyse de la Directive Européenne 97/5/CE du 27 du Janvier 1997», *Revista da Banca*, 1998
- DOURADO**, Ana Paula - *Lições de Direito Fiscal Europeu – Tributação Directa*, Coimbra, Coimbra Editora, 2010
- DOURADO**, Ana Paula - *Reformas Fiscais na CPLP – Anteprojectos para Cabo Verde e Moçambique*, Coimbra, Almedina, 2008
- DOURADO**, Ana Paula - «G20 e Troca de Informações; Supervisão; Regulação», in *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, N.º 2, Ano II, Edições Almedina, SA, Julho, 2009
- DOURADO**, Ana Paula - «O papel do G20: Era uma vez três triliões de dólares ou a acção consequente das autoridades nacionais e supra-nacionais», *Finanças Públicas – Direito Fiscal*, 2, Ano II, 07, 2009
- DOGGART**, Caroline - *Paraísos Fiscais – Guia Prático*, 2ª ed., Porto, Vida Económica, 1998
- DOTTI**, René Ariel - *Protecção da Vida Privada e Liberdade de Informação*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1980

- DWORKIN**, Ronald - *La Justicia com Toga*, Madrid, Marcial Pons, 2007
- DUARTE**, Jorge Dias - «Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro/Breve comentário aos novos regimes de segredo profissional e de perda de bens a favor do Estado, Revista do Ministério Público – RMP, 2003
- DUARTE**, Jorge Dias - *Branqueamento de Capitais. O Regime do D-L. 15/93, de 22 de Janeiro, e a Normativa Internacional*, UC, Publicações Universidade Católica, 2002
- DUARTE**, Rui Pinto - *Escritos Sobre Direito das Sociedades*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008
- DUARTE**, Rui Pinto - «A Regulação pelo RGICSF das Anteriores Chamadas Instituições Parabancárias», in Revista da Banca, n.º 25, Jan./Mar, 1993
- ECCHER**, Bernhard - «Anonimità e Segreto Bancário in Austria», in AA. VV., *Banca Borsa e Titoli di Credito*, Anno LX, Parte Prima, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 1997
- ECO**, Umberto - *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas*, 6ª edição, Lisboa, Editorial Presenças, 1995
- ELLINGER**, E.P./LOMNICA, E. – *Modern Banking Law*, Second Ed., New York, Clarendon Press. Oxford, 1996
- EMBED IRUJO**, Miguel - *Contratos Bancarios*, Obra colectiva, Madriz, 1982
- EMBALÓ**, Aguinaldo - «As Perspectivas de Desenvolvimento do Sistema Financeiro Guineense», in Boletim Nº 8 da Faculdade de Direito de Bissau, Lisboa, AAFDL, 2008
- EMEN KALIL**, Nahim Eduardo - *Segredo Bancário, Información y Derecho*, Guayaquil, Ecuador, Editorial Jurídica Miguez & Mosquera, 2005
- EPIFÂNIO**, Mária do Rosário - *Manual de Direito da Insolvência*, 6ª ed., Coimbra, Almedina, 2014
- FARHAT**, Raymond - *Le Secret Bancaire, Étude de Droit Comparé (France, Suisse, Libane)*, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1970
- FARIA**, José Manuel – Acesso a Contas Bancárias por Terceiros no âmbito de Operações de Pagamentos, in RB, n.º 71, Jan/Junho, 2011
- FARIA**, Lucas Calmon - *O Tratamento do Sigilo Bancário no Brasil Face às Recomendações da OCDE*, Tese, FDUL, 2009
- FÉDER**, João - «A fiscalização do dinheiro público e o sigilo bancário», in Revista forense, Rio de Janeiro, Out.-Dez, 1989
- FEDERAÇÃO BANCÁRIA DA UE**, «A Introdução da Moeda Única, Inquérito Sobre os Aspectos Práticos da sua Introdução Realizado Pela Federação Bancária da EU», in RB, n.º 31, Jul/Set., Lisboa, 1994
- FERNANDES Netto**, Antônio Joaquim - *Responsabilidade do provedor “internet”*. Ajuris, ed. especial,

março/98

FERNÁNDEZ, Azaustre - *El Secreto Bancario*, Bosch, Barcelona, 2001

FERNANDES, Fernando A. Carvalho - *Teoria Geral do Direito Civil*, I – Introdução, Pressupostos da Relação Jurídica, 5ª ed., revista e atualizada, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2009

FERNANDES, Fernando A. Carvalho - *Teoria Geral do Direito Civil*, Vol. I., Introdução, pressupostos da relação jurídica, 5ª ed., Revista e Actualizada, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2009

FERNANDES, Juliano - «Compatibilização da Carta de Transição Política com a Constituição da República», *Boletim da Faculdade de Direito de Bissau*, n.º 8, Bissau-Lisboa, CEARL/AAFDL, s.d.

FERNANDES, Raúl Mendes - «Processo democrático na Guiné-Bissau», *Soronda – Revista de Estudos Guineense*, n.º 17, Janeiro, 1994

FERRAZ JR., Tércio Sampaio - «O direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado», *Revista dos Tribunais* caderno de direito tributário e finanças públicas, sd

FERRAZ JR., Tércio Sampaio - «Sigilo de Dados: O direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado», in *Sigilo Fiscal e Bancário*, Reinaldo Pizolio & Jayr Viégas Gavaldão Jr. (Coord.), São Paulo, Quartier Latin, 2005

FERREIRA, António Pedro de Azevedo - *Direito Bancário*, 2ª ed., Lisboa, Quid Juris, 2009

FERREIRA, António Pedro de Azevedo - *A Relação Negocial Bancária – Conceito e Estrutura*, Lisboa, 2005

FERREIRA, Bruno – *Contratos de Crédito Bancário e Exigibilidade Antecipada*, Coimbra, Almedina, 2011

FERREIRA, Carlos João Lobato - «Acesso à documentação bancária do contribuinte pela administração tributária: indícios da prática do crime de evasão fiscal», in *Revista do Ministério Público*, Lisboa, (Abr.-Jun.), 2007.

FERREIRA, Eduardo Paz (Coord.) - *a austeridade cura? A austeridade mata?* Lisboa, AAFDL, 2013

FERREIRA, Eduardo Paz - «O branqueamento de capitais», in AA.VV., *Estudos de Direito Bancário*, FDUL, Coimbra, Coimbra Editora, 1999

FERREIRA, Eduardo Paz - «Crise, justiça social e finanças públicas», in *Crise, justiça social e finanças públicas*, Coimbra, Almedina, 2010

FERREIRA, Eduardo Paz - *Banco de Portugal e o sistema europeu de bancos centrais*, in Sep. da Revista da Banca, n.º 41, (Jan.-Mar.)1997

FERREIRA, Eduardo Paz - *Da Dívida Pública e as Garantias dos Credores do Estado*, Coimbra, Livraria Almedina, 1995

FERREIRA, Manuel Cavaleiro de - *Lições de Direito Penal*, Lisboa, Verbo, 1992

- FERREIRA**, Maria de Lurdes Alexandre - *Pluripartidarismo e Reemergência no Nacionalismo na Guiné-Bissau*, Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE, 2004
- FERREIRA**, Pedro - «A Retenção de Dados Pessoais nas Comunicações Electrónicas», in Estudos Comemorativos dos 10 Anos da FDUNL, Coimbra, Almedina, 2008
- FERREIRA**, Rogério Fernandes - «Sigilo Bancário – É necessário estabelecer um quadro judiciário específico», *Boletim da Ordem dos Advogados*, n.º 4, 1977
- FERREIRA**, Rogério M. Fernandes/ALMEIDA e Marta Machado de - «Derrogação Fiscal do Sigilo Bancário», *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, n.º 4 – Ano II, Coimbra, Almedina, 2009
- FERREIRA**, Vicente - *Estudos Ultramarinos*, Editora, Divisão de Publicação e Biblioteca, Vol.I, 1953
- FERRANDO VILLABA**, M^a de Lourdes - *La información de las entidades de crédito : estudio especial de los informes comerciales bancarios*, Valencia, Tirant lo Blanch, 2000
- FERRONNIÈRE**, Jacques / CHILLAZ, Emmanuel de - *Les Opérations de Banque*, 6.^a ed., Paris, Dalloz, 1980
- FILHO**, Álvaro Melo - «Dimensões do Sigilo Bancário», in Revista do Tribunal Federal de Recursos, Vol. 145, 1987
- FILHO**, Oswaldo Othon de Pontes Saraiva – «O Direito do Contribuinte ao Sigilo Bancário», in Revista Internauta de Prática Jurídica, n.º 7, 2001
- FILIPPOZZI**, Eliana Maria - *Direito Bancário Internacional (Captação, Securitização e Seguros)*, Observador Legal Editora, São Paulo, 2001
- FITCHEW**, Geoffrey - *Actual Legislação Comunitária Para o Sector Bancário e a sua Aplicação em Portugal*, in Revista da Banca 2, Lisboa, 1987
- FOLCO**, Carlo - *Il Sistema del Diritto Della Banca*, milão, Giuffrè, 1968
- FONSECA**, Jorge Carlos - *Cabo Verde. Constituição – Democracia – Cidadania*, Praia/Lisboa, ISCJS/Almedina, 2011
- FONSECA**, Jorge Carlos - «Do regime de partido único à democracia em Cabo-Verde: as sombras e a presença da Constituição Portuguesa de 1976», in Thémis – Revista da Faculdade de Direito da UNL, 2006
- FONSECA**, Tiago Soares da - *Acto Uniforme Relativo ao Direito das Sociedades Comerciais e do Agrupamento Complementar de Empresas*, Lisboa, LEX, 2002, p. 26.
- FONSECA**, Tiago Soares da - *O Tratado da OHADA (contexto, história, finalidade, âmbito de aplicação, organização e actos uniformes)*, Lisboa, LEX, 2002
- FRADA**, Tiago – «Controlos Fiscais e Liberdades Fundamentais na Tributação Directa », in Fiscalidade –

Revista de Direito e Gestão Fiscal, N.º 43, Lisboa, Instituto Superior de Gestão, Jul./Set., 2010

FRANCO, António L. de Sousa – *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, I, 4ª. ed., Coimbra, Almedina, 1992.

FREIRE, Hilário - «O sigilo mercantil nas lides judiciais : seus fundamentos, extensão, exceções e penalidades», *in* Revista de direito mercantil, industrial, econômico e financeiro, São Paulo, (Jan.-Mar.), 1952

FREITAS, Anselmo da Costa - «Sigilo Bancário», *in* Boletim da Ordem dos Advogados, n.º 4, 1977

FREITAS, Anselmo da Costa - «O Sigilo Bancário», *Revista da Ordem dos Advogados*, n.º 19, Outubro, 1983

FREITAS, André Guilherme Tavares de - *Tutela Penal dos Direitos Humanos – A proteção da vida e da integridade física*, Curitiba, Juruá Editora, 2015

FREITAS, José Lebre de - *Estudos sobre direito civil e processo civil*, 2ª ed. - Coimbra: Coimbra Editora, 2009

FREIRE, Alexandre Reis Siqueira - «Eficácia dos Direitos Fundamentais nas Relações entre Particulares», *O Direito no Século XXI, Estudos em Homenagem ao Ministro Edson Vidigal*, Florianópolis, Editora Obra Jurídica, 2008

FRIBOULET, V.J.-J. - *Secret bancaire et fiscalité de l'épargne : Banque et droit*, nov-déc. 2006

FURLAN, Fabiano Ferreira - *Sigilo Bancário*, Belo Horizonte, Editora Fórum, 2008

GALLI, Rosemary E./FUNK, Úrsula - «O Ajustamento Estrutural e Género na Guiné-Bissau», *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.ºs 16-17, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical – Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, 1992-1994

GARCIA, Emerson - *Proteção Internacional dos Direitos Humanos – Breves reflexões sobre os sistemas convencional e não convencional*, 3ª ed., São Paulo, Atlas, 2015

GARCIA, Emerson - *Interpretação Constitucional – A resolução das conflitualidades intrínsecas da norma constitucional*, São Paulo, Atlas, 2015

GARCIA, Ruiz - *Secreto Bancario Y Hacienda Publica (el deber de Colaboratino de las Entidades Bancarias e el Procedimiento de Gestion Publica)*, Madrid, 1988

GAVALDA, Christian et STOUFFLET, Jean – *Le secret bancaire en France, en Le secret bancaire dans la C.E.E. et em Suisse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1974

GAVALDA, Christian et STOUFFLET, Jean – *Droit Bancaire*, 6ª ed., Lexis Levis Litec, 2005

GAVALDA, Christian et STOUFFLET, Jean – *Manuel: Droit Bancaire – Institutions, Comptes, Opérations et Services*, 8ª ed., Lexis Nexis – Litec, Paris, 2010

GAVALDA, Christian et STOUFFLET, Jean - *Chronique de droit bancaire*, La semaine juridique. Doctrine, Paris, 1979

- GAVALDA**, Christian et **STOUFFLET**, Jean - *Les institutions*, Paris: Litec, 1990
- GAVALDA**, Christian et **STOUFFLET**, Jean - *Droit du crédit*, T. 1, Paris, LITEC, 1990
- GAVALDA**, Christian et **STOUFFLET**, Jean - *Le secret professionnel dans la CEE et en Suisse*, Univ. Paris I, PUF, 1973
- GARRIGUES**, Joaquin - *La Operación Bancaria y el Contrato Bancário*, in RDM 65, Vol. XXIV, Julho-Setembro, 1957
- GARRIGUES**, Joaquin - *Contratos Bancarios*, 2.^a ed., Madrid, Aguire, 1975
- GARRIGUES**, Joaquin - *Dictámenes de Derecho Mercantil*, I, Madrid, Imprenta Aguire, 1976
- GARRIGUES**, Joaquin - *Curso del Derecho Mercantil*, Madrid, Edersa, 1986
- GARRIGUES**, Joaquin (Colaboração de Fernando Sanchez Calero) - *Curso de Derecho Mercantil*, 7.^a ed., Madrid, Imprenta Aguirre, 1980
- GBIURCO**, Raluca Tabita - “*As Instituições de Supervisão Bancária em Moçambique*”, in Revista de Concorrência e Regulação, Anos V-VI-N.ºs 20-21, Outubro 2014 – Março 2015
- GIABA**, «*Síntese das Operações do GIABA – uma crónica da evolução de uma instituição Africana promissora desde seus primórdios*», 2004-2013, www.giaba.org
- GIORGIANNI**, Francesco e **TARDIVO**, Carlo-Maria - *Manuale di Diritto Bancario*, 2.^a ed., Itália, Giuffrè Editore, 2008
- GEORGE**, Dominique - «*O Negócio Bancário Transfronteiriço e a Segunda Directiva Bancária Resultante da Exigência de Notificação*», in Revista da Banca, n.º 30, Abril/Junho, Lisboa, 1994
- GODINHO**, Jorge A.F. - «*Sobre a Punibilidade do Autor de um Crime pelo Branqueamento das Vantagens dele Resultantes*», ROA, Ano 71-Jan./Mar., Lisboa, 2011
- GODINHO**, Jorge - *Do Crime de Branqueamento de Capitais. Introdução e Tipicidade*, Coimbra, Almedina, 2001
- GOMES**, Ana Paula Corrêa da Silveira - «*A problemática do sigilo bancário face ao poder da polícia do Estado e um breve estudo sobre os ordenamentos jurídicos brasileiro e Português*», in Estudos de direito de Polícia: seminário de Direito Administrativo de 2001/2002 / regência de Jorge Miranda, Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito, 2003.
- GOMES**, Dimitilde - «*Protecção dos Dados Pessoais e o Exercício da Atividade Bancária*», *Revista da Banca*, n.º 25 – Jan-Mar., 1993
- GOMES**, J.J. Veiga - *Lei Fundamental do Sistema Bancário*, Lisboa, Soc. Adv. Veiga Gomes, Bessa Monteiro, Marques Bom, 1994

- GOMES**, Manuel Januário da Costa - *Contratos Comerciais. I. Contratos Comerciais em Geral. II. Contratos Bancários*, Coimbra, Almedina, 2012
- GOMES**, Manuel Januário da Costa - *Contrato de Mandato Comercial – Questões de Tipologias e Regime*, in *As Operações Comerciais* (Org. Prof. Doutor Oliveira Ascensão), Coimbra, Almedina, 1988
- GOMES**, Manuel Januário da Costa - *Assunção Fidejussória de Dívida. Sobre o Sentido e o âmbito da Vinculação como Fiador*, Coimbra, Almedina, 2000
- GOMES**, Manuel Januário da Costa - *Contrato de Mandato*, Reimp., Lisboa, AAFDL, 2007
- GOMES**, Manuel Januário da Costa - «O Problema da Salvaguarda da Privacidade Antes e Depois do Computador», *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 319, Lisboa, 1982
- GOMES**, Manuel Januário da Costa/ATAÍDE, Rui (Coordenação) - *OHADA, Regulamentos e Actos Uniformes*, Coimbra, Almedina, 2008
- GOMES**, Manuel Januário da Costa - «O (in) sustentável peso do aval em livrança em branco prestado por sócio de sociedade para garantia de crédito bancário *resolving*», *Temas de Direito Bancário II*, Cadernos o Direito, Coimbra, Almedina, 2014
- GOMES**, Noel - *Segredo Bancário e Direito Fiscal*, Coimbra, Almedina, 2006
- GONÇALVES**, José Renato - «O Sistema Financeiro e Monetário na Constituição Portuguesa», in AA.VV., *Estudos e Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, Vol.II, Direito Constitucional e Justiça Constitucional, Coimbra, Coimbra Editora, 2012
- GONÇALVES**, José Renato - «Protecção dos Segredos da Empresa», *Revista da Banca*, n.º 53, Jan-Jun., 2002
- GONÇALVES**, José Renato – « E depois do resgate (da Grécia, da Irlanda e de Portugal) ? Outro Resgate ? », in *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, n.º 2, Ano IV, Junho de 2011
- GOODE**, Roy - *Commercial Law in Nex Millenium*, London, Sweet & Maxwell, 1988
- GOULART**, Marcelo Pedroso - «Os Princípios Institucionais do MP: A necessária revisão conceitual da unidade institucional e da independência funcional», in *Revista Jurídica do MP* N.º 14 (Out. Nov. e Dez de 2008), Publicação da Procuradoria – Geral de Justiça do MP do Estado de Minas Gerais
- GOUVEIA**, Jorge Bacelar - *Direito Constitucional de Timor – Leste*, Lisboa, Edição FDUNL, 2012
- GOUVEIA**, Jorge Bacelar - *Direito Constitucional de Angola*, Lisboa, FDUNL/IDILP, 2014
- GOUVEIA**, Jorge Bacelar - *Manual de Direito Constitucional*, Vol. II, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2007
- GOUVEIA**, Jorge Bacelar - *Acordos de Cooperação Entre Portugal e os Estados Africanos Lusófonos*, 2ª ed., Revista, Lisboa, Cooperação Portuguesa e Revista de Cooperação, 1998

- GOUVEIA**, Jorge Bacelar - *Os Direitos Fundamentais Atípicos*, Lisboa, Editorial Notícias, 1995
- GRANADO**, José - «O Negócio Financeiro e a Evolução das Tecnologias da Informação», in *Revista da Banca* 31 (1994), Jul./Set., Lisboa
- GRUA**, François - *Contrats bancaires (Contrats de Services)*, T. 1, Paris, Ed. Economica, 1990
- GUERTCHAKOFF**, S.- *Comprendre le secret bancaire*, Slatkine, 2009
- GULPHE** - «Le secret professionnel du banquier en droit français et en droit comparé», *Revue trimestrielle de droit commercial*, Paris, 1948
- GUNE**, Boaventura Salomão Mahuaie, *O Sigilo Bancário na Ordem Jurídica Moçambicana: Extensão e limites*, Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas-Empresariais, FDUL, 2003
- GUEDES**, Armando Marques - *O Estudo dos Sistemas Jurídicos Africanos – Estado, Sociedade, Direito e Poder*, Coimbra, Almedina, 2004
- GUERRA**, Amadeu - *Privacidade de Tratamento Automatizado de Dados Pessoais no Sector Bancário*, in RB n.º32, Out-Dez., 1994
- GUGGENHEIM**, Daniel - *Les Contrats de la Pratique Bancaire Suisse*, 2ª ed., Revue e Augmentée, Georg, 1982
- GUERREIRO**, António Lima - «Segredo Bancário e Administração Fiscal: ao Novos pressupostos de acesso», *Guia do Contribuinte*, Seminário Económico, Ano I, I, n.º 22, 2005
- GUTIÉRREZ FRANCÉS**, Mariluz - «Las altas tecnologías de la información al servicio del blanqueo de capitales transnacional», in AA.VV., *Blanqueo de dinero y corrupción en el sistema bancario*, Vol. II, Salamanca, 2004
- HAGSTRON**, Carlos Alberto - «O Sigilo Bancário e o Poder Público», in *Revista de Direito Mercantil*, n.º 79/34
- HORSTER**, Heinrich Ewald - *A Parte Geral do Código Civil Português – Teoria Geral do Direito Civil*, Coimbra, Almedina, 2003
- HERSCHANDER**, Hermann - «A Nova Lei Brasileira da Lavagem de Dinheiro (Lei 12683, de 9/07/2012)», in AA.VV., *I Congresso Luso-Brasileiro de Direito*, Coimbra, Almedina, 2014
- HENRION**, R. - *La secret Professionnel du Banquier*, Bruxelles, Institut de Sociologie, 2ª ed., 1968
- HENRION**, R. - «Le Secret Bancaire et la Puissance Publique», in AA. VV., *Le Secret bancaire dans la C.E.E. et en Suisse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1973
- HERSCHANDER**, Hermann - «A nova lei Brasileira da lavagem de Dinheiro (Lei 12.683 de 9/7/2012)», I

Congresso Luso-Brasileiro de Direito, Coimbra, Almedina, 2014

HERRESTHAL, Carsten - «A Eficácia Jurídico-Privada das Liberdades Fundamentais no Direito Comunitário – para a dissolução de uma figura jurídica unitária», in AA. VV., *Direitos Fundamentais e Direito Privado. Uma Perspectiva de Direito Comparado*, Coimbra, Almedina, 2007

HENRIQUES, Leal-/SANTOS, Simas - *Código Penal*, 2º Vol, Lisboa, Rei dos Livros, 1996

HINESTROSA, Fernando - *La Profesion Juridica*, in Dye – *Derecho y Empresa*, N.º 11, Junio, Universidad Austral, 2001

HORTON, Chris - *The UBS/IRS settlement agreement and Cayman Island hedge funds*,
The University of Miami inter-american law review, Miami, Spring, 2010

HORSTER, Heinrich Ewald - *A Parte Geral do Código Civil Português – Teoria Geral do Direito Civil*, 2ª Reimp., Coimbra, Almedina, 2003

HUERTA ACHOA, Carla - «Conflictos Normativos», *Serie Doctrina Jurídica*, n.º 142, Mexico, 2003

HUNGRIA, Nelson / Heleno Fragoso - *Comentários ao Código Penal*, 5ª ed., São Paulo, Forense, 1981

HUNGRIA, Nelson - «Comentários ao Código Penal», VI, Revista Forense, Rio de Janeiro, 1945

ISELE, Helmut - *Geldschuld und Bargeldloser Zahlungsverkehr*, AcP 129 (1929)

JACQUET, Jean-Michel / DELEBECQUE, Philippe - *Droit du Commerce International*, 2.ª ed., Paris, Dalloz, 2000

JELLINEK, Georg (Org. Trad. Emerson Garcia) - *A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão – Contribuição para a história do Direito Constitucional Moderno*, Vol.2, São Paulo, Atlas, 2015

JUNIOR, José Paulo Baltazar - «Considerações sobre o sigilo bancário», in Revista brasileira de ciências criminais, São Paulo, a.9n.36 (Out.-Dez.), 2001

JUNIOR, Miguel Reale - «A Inconstitucionalidade da Quebra de Sigilo Bancário Estabelecido pelas Leis Complementares 104/2001 e 105/2001», *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, Ano 10, n.º 39, Jul/Set., Editora Revista dos Tribunais, 2002

KEMFACK, Gaston - «Le Traité OHADA Révisé», *Penant – Revue Trimestrielle de Droit African*, n.º 872 – Juillet – Septembre, Paris, Editions Juris Africa, 2010

KOSI, Hermenegildo FM - «Direito Fiscal», in *Direito de Angola*, Luanda, FDUAN, 2014

KOSTA, Emílio Kafft e BORGES, Ricardo Henriques da Palma - *Legislação Económica da Guiné-Bissau*, Coimbra, Almedina, 2005

KOSTA, Emílio Kafft - *Estado de Direito. O Paradigma Zero: Entre Lipoaspiração e Dispensabilidade*,

Coimbra, Almedina, 2007

KOSTA, Emílio Kafft – *O Constitucionalismo Guineense e os Limites Materiais de Revisão*, Lisboa, AAFDL, 1997

KOSTORIS, Sergio - *Il Segreto Come Oggetto della Tutela Penale*, Padova, CEDAM, 1964

KREUTZ, Filipe Hochscheid - «O Segredo Bancário no Processo Penal», in *Revista de Concorrência e Regulação*, Ano II, n.º 7/8, Coimbra, Almedina, 2012

LACROIX, V.F. - «Risques & Réglementation, Réforme du secret bancaire», *Revue Banque*, nº706, Oct. 2008

LANCHAT, Anne heritier/**HIRSCH**, Alain - «L`évolution du Droit Bancaire et Financier Suisse», in AA. VV., *Synthèses de Droit Bancaire et Financier*, Bruxelles, Bruylant, 2008

LAMBERT, Pierre - *Le secret professionnel*, Paris, Flammarion, 1973

LANDA, César - «Dignidad de la Persona Humana», In *Revista Mexicana de Derecho Constitucional*, n.º 7, Jul.-Dez, 2002, <http://www.juridica.unam.mx/publica/ver/cconst/cont/7/ard/ard4.htm>

LANGE, Jean-Louis Rives / **RAYNAUD**, Monique Contamine - *Droit Bancaire*, 4.^a ed., Paris, Dalloz, 1986

LANGE, Rives / **RAYNAUD**, Monique Contamine - *Droit Bancaire*, 6.^a ed., Paris, Dalloz, 1995

LANNOO, Karel - *From 1992 to EMU: The Implications for Prudential Supervision*, Brussels, Research Report n.º 23, CESP, May, 1998

LARSEN, Tiago - “Regulação Bancária na Guiné-Bissau”, in *Revista de Concorrência e Regulação*, Anos V-VI-N.ºs 20-21, Outubro 2014 – Março 2015

LEBRUN, Gaston Et al -, *Encyclopédia Générale du Commerce et de l`industrie*, Bruxelles, Editorial Office, s.d

LEITÃO, José Luís/Morais, Jorge Alves/Resende, Maria Adelaide – *Produtos Bancários e Financeiros: descrição, enquadramento jurídico e fiscal*, 2.^a ed., Europa-América, 2011

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Direito da Insolvência*, 4.^a ed., Coimbra, Almedina, 2012

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Estudos Sobre Direito Fiscal*, Vol II, Coimbra, Almedina, 2007

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Estudos de Direito Fiscal*, Coimbra, Almedina, 1999

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - «Evasão e Fraude Fiscal Internacional», in AA. VV., *Colóquio sobre a Internacionalização da Economia e a Fiscalidade*, Centro de Estudos Fiscais, Ministério das Finanças, Lisboa, 1993

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - «Aplicação de Medidas Anti-Abuso na Luta Contra a Evasão Fiscal», in *Fisco*, n.º 107/108, Ano XIV, Março, 2003

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Cessão de Créditos*, Coimbra Almedina, 2005

- LENER**, Raffaele/**LUCANTONI**, Paola - «Regole di condotta nella negoziazione degli strumenti finanziari complessi: disclosure in mérito agli elementi strutturali o sterilizzazione, sul piano funzionale, del rischio come elemento tipológico e/o normativo?», *Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza*, Vol. LXV – Nuova série – Luglio – Agosto, Banca Borsa – Titoli di Credito, 2012
- LIBONATI**, Berardino - *Contrato Bancario e Attività Bancaria*, Milano, Giuffrè Editore, 1965
- LIMA**, António Manuel Clemente - «O novo regime do sigilo bancário», in Estudos em homenagem a Cunha Rodrigues / organização [de] Jorge de Figueiredo Dias, Coimbra, Coimbra Editora, 2001
- LIMA JR.**, Carlos Daniel Vaz de - «O sigilo do cadastro de clientes dos provedores de acesso à internet», *Revista da Associação Paulista do Ministério Público do Estado de São Paulo*, 1999
- LIMA**, Pires de/**VARELA**, Antunes - *Código Civil Anotado*, Vol. IV, 2ª ed., ver.act., Coimbra, Coimbra Editora, 1992
- LIMA**, Pires de/**VARELA**, Antunes - *Código Civil Anotado*, Coimbra Editora, Coimbra, Vol. V. 1995
- LIPPMANN**, Ernesto - «Privacidade eletrônica : sigilo dos e-mails de funcionários deve ser respeitado», *Revista Consultor Jurídico*, setembro, 2000
- LIRANI**, Juliano - «Construindo a Teoria do Princípio da Moralidade Tributária», Estudos Sobre Direito Tributário e Moralidade, Curitiba, Instituto Memória Editora, 2015
- LOMBARDINI**, C. - *Droit Bancaire Suisse*, Ed. Schulthess, 2008
- LOPES**, Felisberto Vieira - «Direitos Fundamentais e Democracia. A Constituição e a Garantia dos Direitos Fundamentais», *Direito e Cidadania*, nº3, Praia, 1999
- LOPES**, Jorge Nunes - «Moeda e Regulação Bancária, crises, interesse próprio e mercado», *Boletim de Ciências Económicas*, vol. LVI, Coimbra, FDUC, 2013
- LOPES**, José Manuel Gameiro - «O Sigilo Bancário», in Direito Bancário, Instituto de Formação Bancária, Sessão n.º 10, Ponto 3, 2ª ed., Lisboa, 1993
- LOPES**, J. Silva - «Acesso do fisco a informações protegidas pelo sigilo bancário», in Forum iustitiae. Direito & sociedade, Lisboa, (Set.), 2000
- LOPES**, Patrícia Teixeira - «O Regime Jurídico do Branqueamento de Capitais – Contributo para Alteração do Direito Positivo Português», *Revista de Ciências Criminais, Empresariais e Jurídicas*, n.º 13, Porto, Instituto Politécnico do Porto, 2008
- LOTUFO**, João Luís Zaratín e Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffman - «A Responsabilidade Civil dos Bancos no Direito Italiano», in Direitos Fundamentais e Direito Privado. Uma Perspectiva de Direito Comparado, Coimbra, Almedina, 2007

- LOTUFO**, João Luís Zaratín e Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffman - «A Responsabilidade Civil dos Bancos no Direito Italiano», in Alexandre Guerra e Marcelo Benacchio (ed.), *Responsabilidade Civil Bancária*, São Paulo, Editora Quartier Latin do Brasil, 2011
- LOUIS**, Jean Victor - «Banking Supervision in the European Community: Institutional Aspects», *Études Européennes*, Bruxelas, Edition de l'Université de Bruxelles, 1995
- LUÍS**, Alberto - «O Segredo Bancário em Portugal», ROA, Ano 41, Vol II, (Jan-Abril), 1981
- LUÍS**, Alberto - *Direito Bancário, Temas críticos e Legislação Conexa*, Coimbra, Livraria Almedina, 1985
- LUZZI**, Paolo Ferro- - *Lezioni di Diritto Bancario, Vol. I, Parte Generale*, 2ª ed., Ampliada e Corretta, Torino, G. Giappichelli Editore, 2004
- LUZZI**, Paolo Ferro- - *Lezioni di Diritto Bancario, Vol. II, Parte Speciale - Contratti*, 2ª ed., Ampliada e Corretta, Torino, G. Giappichelli Editore, 2006
- MACEI**, Demetrius Nichele - *A Verdade Material no Direito Tributário – a cidadania fiscal administrativa e judicial*, Av. Brasil, Malheiros Editores, 2013
- MACHADI**, Jónatas E. M./**COSTA**, Paulo Nogueira da Costa/**MACAIA**, Osvaldo - *Direito Fiscal Angolano – segundo a reforma de 2014*, Coimbra, Coimbra Editora, 2015
- MACHADO**, Hugo de Brito - «Algumas Questões Relativas aos Crimes Contra a Ordem Tributária», in Boletim da DGI n.º 394 – Abril-Junho, Ciência e Técnica Fiscal, Lisboa, Centro de Estudos Fiscais, 1999
- MACHADO**, Jónatas/**MOTA**, Sérgio - “*As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) – Poderes de investigação, reserva de Juiz e Direitos Fundamentais*”, in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Rogério Soares, Coimbra, Coimbra Editora, 2001
- MACHADO**, Miguel Pedrosa - «*Sigilo Bancário e Direito Penal – Dois Tópicos: Caracterização de tipos legais de crimes e significado da extensão às contra-ordenações*», in Sigilo Bancário (Coordenação de Diogo Leito de Campos), Lisboa, Edições Cosmos, 1997
- MADALENO**, Cláudia dos Santos - *Direito das Obrigações Guineense*, Lisboa, AAFDL, 2009
- MADALENO**, Cláudia dos Santos - *Garantias das Obrigações no Direito Guineense e no Direito da OHADA*, Coimbra, 2009
- MAGALHÃES**, Fernando Sousa - *Estatuto da Ordem dos Advogados. Anotado e Comentado*, 9ª ed., Coimbra, Almedina, 2014
- MAGNANI**, Livio - «Crepe sempre più larghe nel segreto bancario svizzero», *Bancaria*, Mensile dell'Associazione Bancaria Italiana, Roma, Bancaria Editore, 1988
- MAGGI**, Angela Chieppa - «I Mezzi Anormali de Pagamento Nella Giurisprudenza», in Banca Borsa – Titole

de Credito, Anno LV, Milano, Giuffrè Editore, 1992

MAIMERI, Fabrizio / **NIGRO**, Alessandro / **SANTORO**, Vittorio - *Contratti Bancari – Le Operazioni Bancarie in Conto Corrente*, Milano, Giuffrè Editore, 1991

MALAFIA, Joaquim - «O segredo bancário como limite à investigação criminal», *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 59, vol. I, Janeiro 1999

MALAGUIAS, Pedro F. - «Implicações Jurídicas da Adoção da Moeda Única», *Revista da Banca*, nº39, Lisboa, Jul/Set., 1996

MANCUSO, Salvador - «A OHADA e a Harmonização do Direito Comercial em África», in *Estudo Sobre a OHADA*, FDB, Bissau, 2008

MÁRIO, Francisco - “Supervisão Bancária no Sistema Financeiro Angolano”, ”, in *Revista de Concorrência e Regulação*, Anos V-VI-N.ºs 20-21, Outubro 2014 – Março 2015

MARIO, Porzio - *I Contratti Bancari in Generale*, in *Contratti delle Banche*, Torino, 1988

MARTINS, António/ **BAIRRADA**, Cristela - *Uma nota sobre a justiça fiscal em Portugal*, in *Revista fiscal*, Porto, n.3, (Mar.), 2003

MARTINS, Alexandre de Soveral - *Um Curso de Direito da Insolvência*, Coimbra, Almedina, 2015

MARTINS, Alexandre Soveral - «Capacidade e Representação das Sociedades Comerciais», *Problemas do Direito das Sociedades*, Coimbra, Almedina, 2002

MARTINS, Ives Gandra da Silva – «Sigilo Bancário e Tributário», *Scientia Iuridica*, nº290, Braga, (Maio-Agosto), 2001

MARTINS, Ives Gandra da Silva - «*Sigilo Bancário*», in *BFDUC*, Vol. LXXVII, Coimbra, 2001

MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord) - *Direitos Fundamentais do Contribuinte, Pesquisas Tributárias*, Nova Série, - 6, São Paulo, Centro de Extensão Universitária, ed., Rev., dos Tribunais, 2000

MARTINEZ ZORRILLA, David - *Conflictos Constitucionales, Ponderación e Indeterminación Normativa*, Madrid, Marcial Pons, 2007

MARTINEZ, Soares - *Economia Política*, 8ª ed., Coimbra, Almedina, 1998

MARTINEZ, Pedro Romano - *Direito das Obrigações – Programa 2010/2011 e Apontamentos*, 3ª ed., Lisboa, AAFDL, 2011

MARQUES, Paulo - “Sigilo bancário, a Constituição e as garantias dos contribuintes”, in *O Direito*, Ano 148.º - 2016, II, Coimbra, Almedina, 2016

MARQUES, Walter - «Modernização Financeira em Portugal», *Revista da Banca*, nº6, Lisboa, Abril/Junho,

1988

- MARQUES**, Walter - «Mercado de Câmbio: Teorias Elementares e Política Cambial», *Revista da Banca*, nº2, Lisboa, 1987
- MATIAS**, Armindo Saraiva – «Regime Sancionatório em Direito Bancário», in ROA, Ano 62, Lisboa, 2002
- MATIAS**, Armindo Saraiva – «Regulação Bancária: Conceito e Tipologia», in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida, I, Coimbra, Almedina, 2011
- MATIAS**, Armindo Saraiva - *Direito Bancário*, Coimbra, Coimbra Editora, 1998
- MATIAS**, Armindo Saraiva - *Equívoco da Penhora de Depósitos Bancários*, in Estudo em Homenagem ao prof. Doutor Paulo Pitta e Cunha, V.III, Coimbra, Almedina, 2010
- MATEUS**, Abel M. - «O Euro e os Mercadores Monetários Interbancários», in RB37, Jan/Março, Lisboa, 1996
- MASAMBA**, Roger - «*Avantages Comparatives Actes Uniformes de L'OHADA*», in Penant (Revue Trimestrielle de Droit African), N.869 – Octobre – Décembre, Paris, Editions Juris Africa, 2009
- MASSINEO**, Francesco e **MOLLE**, Giacomo - «Segreto Bancario», *Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza*, Anno LIII, Parte Seconda, Banca Borsa – Titoli di Credito, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 1990
- MENDES**, Castro - *Teoria Geral do Direito Civil*, Vol. I, Ver.Act., Lisboa, AAFDUL, 1978
- MENDES**, Marques – «Sigilo Bancário», in Diário Digital, de 13 de Julho de 2002
- MENDES**, Maria de Fátima Carvalho da Costa Figueira Abrantes - As Comissões Parlamentares de Inquérito no Portugal Democrático, 1976-2015, Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, UNL, Outubro de 2015
- MENDES**, Paulo Sousa - «A orientação da investigação para a descoberta dos beneficiários económicos e o sigilo bancário», in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida, I, Coimbra, Almedina, 2011
- MENDES**, Paulo Sousa - «A orientação da investigação para a descoberta dos beneficiários económicos e o sigilo bancário», in 2.º Congresso de investigação criminal / organização [da] Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária (ASFIC/PJ), [e do] Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (IDPCC/FDUL) ; coordenação científica [de] Maria Fernanda Palma, Augusto Silva Dias, [e] Paulo de Sousa Mendes, Coimbra, Almedina, 2010
- MENDES**, Paulo Sousa - «Derrogação do Sigilo Bancário no Processo Penal», in Revista de Concorrência e Regulação, Ano II, n.º 7/8, Coimbra, Almedina, 2012

- MENDONÇA**, José Xavier Carvalho de Mendonça, *Tratado de Direito Comercial Brasileiro*, 7ª ed., Vol. VI, 3ª Parte, Rio de Janeiro, Livraria Bastos SA, 1970
- MERUSI**, Fabio - «Profili Giuridici Dell'equipollenza Monetaria dei Sistemi di Pagamento», in AA.VV., *Banca Borsa e Titoli di Credito*, Anno VLIX, Giuffrè Editore, Marzo-Aprile, 2006
- MEINCKE**, Maria José - «Blanqueo de Capitales, desde la Represión del Delito a la Prevención», *Prudentia Iuris*, n.º 57, Universidad Católica Argentina, 2003
- MESQUITA**, Maria José Rangel de - «Reflexões breves sobre a adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem à Luz do Tratado de Lisboa», Sep. *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia*, FDUL, Coimbra, Coimbra Editora, 2010
- MEXIA**, Ana - «Ainda Segredo de Justiça – Uma perspetiva (in)constitucional», *Revista Portuguesa Ciência Criminal*, Ano 24, n.º 3, Coimbra, Coimbra Editora, 2014
- MEUNIER**, Achille Dauphin- *Histoire de la Banque*, 3ª ed., Paris, PUF, 1964
- MINERVINI**, Gustavo - «La Banca D'Italia, Oggi», in *Banca Borsa – Titole de Credito*, V.LIX, Giuffrè Editore, Novembre/Dicembre, 2006
- MINISTÉRIO** das Finanças/Conselho Para o Sistema Financeiro, *Livro Branco sobre Sistema Financeiro: 1992/As Instituições de Crédito – Volume I – Relatório Principal*, Lisboa, 1991
- MIRANDA**, Jorge - «Direitos Fundamentais e Ordem Social (na Constituição de 1933)», in *Revista FDUL*, Vol. XLVI, n.º 1, Coimbra, Coimbra Editora, 2005
- MIRANDA**, Jorge - *Estudos de direito de Polícia*, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito, 2003
- MIRANDA**, Jorge/ MEDEIROS, Rui – *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Vols.I, II e III, Coimbra, Almedina, 2005, 2006 e 2007.
- MIRANDA**, Jorge/ MEDEIROS, Rui – *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Tomo I, 2ª ed., (Introdução Geral, Preâmbulo, Artigos 1º a 79º), Coimbra, Coimbra Editora, 2010
- MIRANDA**, Jorge/ MEDEIROS, Rui – *Constituição Portuguesa Anotada*, Vol.I, Coimbra, Coimbra Editora, 2005
- MIRANDA**, Jorge – *Manual de Direito Constitucional*, I, 8ª. ed., Coimbra, 2009 ; II, 6ª. ed., Coimbra, 2007; III, 5ª. ed., Coimbra, 2004; IV, 4ª. ed., Coimbra, 2008; V, 3ª. ed., Coimbra, 2004; VI, 3ª. ed., Coimbra, 2008; VII, Coimbra, 2007
- MIRANDA**, Jorge - *Escritos Vários Sobre Direitos Fundamentais*, Estoril, Princípia Editorial, Lda., 2006
- MIRANDA**, Jorge - *Manual de Direito Constitucional*, Vol. IV – Direitos Fundamentais, 3ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2000

- MINERVINI**, Gustavo - *La Banca D'Italia*, Oggi, in Banca Borsa e Titoli di Credito, V. LIX, Milano, Giuffrè Editore, Novembre/Dicembre, 2006
- MOYANO**, Helios Nogués/ Vanni, Adriano Salles - «Sigilo bancário: por quem e quando pode ser violado», *Revista brasileira de ciências criminais*, São Paulo, (Jul.-Set.) 1997
- MOLLE**, Giacomo - «I Contratti bancari», in AA. VV., *Trattato di Diritto Civile e Commerciale*, vol. XXXV, Tomo I, Milano, 1966
- MOLLE**, Giacomo - *I Contratti Bancari*, Milão, Giuffrè Editore, 1973
- MOLLE**, Giacomo - II segreto bancario, in Banca, Borsa e Titoli di Credito, Milano, 1937
- MONTEIRO**, António Pinto - «Negócio Jurídico e Contrato de Sociedade Comercial», Nos 20 Anos do Código das Sociedades Comerciais, Homenagem aos Profs. Doutores A Ferrer Correia, Orlando de Carvalho e Vasco Lobo Xavier, Coimbra, Coimbra Editora, 2007
- MORAIS**, Fernando de Gravato - *Contrato de Crédito ao Consumo*, Coimbra, Almedina, 2007
- MORAIS**, Maria Celina Bodin de - «O Conceito de Dignidade Humana: Substrato axiológico e conteúdo normativo», in AA. VV., *Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado*, 3ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2010
- MOREIRA**, Eugénio Carlos da Conceição - *A Repartição dos Recursos Públicos entre o Estado e as Autarquias Locais no Ordenamento Jurídico Guineense*, Coimbra, Almedina, 2005
- MOREIRA**, Josemar - *A Defesa Constitucional da Inviolabilidade do Sigilo Bancário*, FDL, Tese n.º 3562, 2003
- MOREIRA**, José A.Tavares - “Sistema Monetário Europeu – Situação e Perspectivas”, in RB2 (1987), Abril/Junho, Lisboa
- MOREIRA**, José A. Tavares - “Impacto da Liberalização do Mercado de Serviços Financeiros”, in RB7 (1988), Julho/Set., Lisboa
- MOREIRA**, Renato de Castro - *O direito à liberdade de informática*. Revista dos Tribunais, v. 778, agosto/2000
- MOSCHETTO**, Bruno / PLAGNOL, André - *Les Activités Bancaires Internationales*, France, Paris, Presses Universitaires de France – PUF, 1976
- MOTA**, Tiago/**BAPTISTA**, Diogo - *A Crise Bancária em Portugal*, Lisboa, Actual, 2017
- MOURA**, Joaquim Pina/ FERNANDES, Ricardo Sá - «A reforma fiscal inadiável», Fisco, Lisboa, LEX, n. 95-96, (Abr.), 2001
- MULLER**, M. - «Secret Bancaire aux Pays-Bas», in AA. VV., *Le Secret bancaire dans la C.E.E. et en Suisse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1973

MUNIZ, Lauro - Direito Bancario, São Paulo, Livraria Universitária de Direito, 1975

NABAIS, Ana Isabel Gomes Marques Casalta - *A Derrogação do Sigilo Bancário pela Administração Tributária*, Tese, FDUL, Lisboa, 2010

NABAIS, José Casalta – *Direito Fiscal*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2003

NABAIS, José Casalta - «Estado Fiscal, cidadania fiscal e alguns dos seus problemas», *Boletim de Ciências Económicas*, Volume XLV-A, 2002

NABAIS, José Casalta - «Algumas Reflexões Sobre a Recente Reforma Fiscal», in *Fiscalidade – Revista de Direito e Gestão Fiscal*, N.º 10, Edição do ISG, Abril, 2002

NABAIS, José Casalta – *O Dever Fundamental de Pagar Impostos*, Coimbra, Almedina, 1998

NAPOLETANO, Giuseppe - «La Riforma Della Banca D'Itália per L'accesso alla Terza Fase Delle`Unione Economica e Monetaria», in AA.VV., *Banca Borsa e Titoli di Credito*, Anno VLIII, Giuffrè Editore, 2000

NETO, Abílio - *Código Civil Anotado*, 17ª Ed., Revista e Actualizada, Lisboa, Ediforum, 2010

NETO, Abílio - *Operações Bancárias – legislação, doutrina e jurisprudência*, 1ª ed., Lisboa, Ediforum – Edições Jurídicas, Lda, Março – 2008

NETO, Eduardo Salomão - *Direito Bancário*, 2ª ed., Rev., Amp., São Paulo, Editora Atlas Sa, 2014

NETO, Eugénio Facchini - «Reflexões Histórico – Evolutivas sobre a constitucionalização do Direito PRivado», in Ingo Wolfgang Sarlet (org.), *Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado*, 3ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2010

NETO, Floriano Miller - «O Sigilo das Instituições Financeiras e o Fisco», in *Revista da Procuradoria do Estado*, Instituto de Informática Jurídica do Estado do Rio Grande do Sul, Ano 1990

NETO, Francisco Amaral - «Sigilo Bancário no Direito Brasileiro», in Diogo Leite de Campos (coord.), *Sigilo Bancário*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997

NETO, Frederico da Costa Carvalho - «Responsabilidade Civil dos Bancos e Dever de Sigilo», in AA.VV., *Responsabilidade Civil Bancária*, São Paulo, Editora Quartier Latin do Brasil, 2012

NETTO, Floriano Miller - «O Sigilo das Instituições Financeiras e o Fisco», *Revista da Procuradoria-Geral do Estado*, Porto Alegre, n.º 44, 1986

NETO, Floriano Miller - «O Sigilo das Instituições Financeiras e o Fisco», *Revista da Procuradoria do Estado*, Instituto de Informática Jurídica do Estado do Rio Grande do Sul, Ano 1990

NETO, Jorge – «Sigilo Bancário: Que Futuro», *Fisco*, n.º 107/108, Ano XIV, Março, 2003

- NETO**, Manoel Regis Berigo de Andrade - «Moral e Direito nas Concepções de Alexy e Dworkin», Estudos Sobre Direito Tributário e Moralidade, Curitiba, Instituto Memória Editora, 2015
- NEUNER**, Jorg - «A Influência dos Direitos Fundamentais no Direito Privado Alemão», in AA. VV., *Direitos Fundamentais e Direito Privado. Uma Perspectiva de Direito Comparado*, Coimbra, Almedina, 2007
- NEUNER**, Jorg - *Privatrecht und Sozialstaat*, munchen, 1998
- NHAMAJO**, Manuel Serifo - *Presidente de Transição na Guiné-Bissau*, Discurso na 88ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, Setembro de 2013
- NIGRI**, Tânia - O Sigilo Bancário e a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF, Editora IASP, São Paulo, 2017
- NOVAIS**, Jorge Reis - *Em Defesa do Tribunal Constitucional – Resposta aos críticos*, Coimbra, Almedina, 2014
- NOVAIS**, Jorge Reis – *Tópicos de Ciência Política e Direito Constitucional Guineense*, Lisboa, AAFDL, 1996
- NOVAIS**, Jorge Reis – *Direitos Sociais – Teoria Jurídica dos Direitos Sociais enquanto Direitos Fundamentais*, Coimbra, Coimbra Editora, 2010
- NOVAIS**, Jorge Reis – *As Restrições aos Direitos Fundamentais não Expressamente Autorizadas pela Constituição*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003
- NUNES**, António J. A. - «A Institucionalização da União Europeia Económica e Monetária e os Estatutos do Banco de Portugal», in Boletim de Ciências Económicas, Vol. XLV-A, FDUC; Coimbra, 2002
- NUNES**, Elisa Rangel – «A Banca e o Risco de Crédito – ideias preliminares», *Revista da Ordem dos Advogados de Angola*, n.º 3, Luanda, Centro de Documentação e Informação, 2005
- NUNES**, Elisa Rangel – *Actividade Bancária e Financeira. Legislação*, 1º Volume, Luanda, Caxinde, 2002
- NUNES**, Elisa Rangel – «Direito Bancário», in AA.VV., *Direito de Angola*, Luanda, FDUAN, 2014
- NUNES**, Fernando Conceição - «Os deveres de segredo profissional no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras», in RB, n.º 29 – Jan-Março, 1994
- NUNES**, Fernando Conceição - «As Instituições de Crédito: Conceitos e Tipologia Legais, classificação, actividades legalmente permitidas e exclusivo», in RB n.º 25 – Jan-Mar., 1993
- NUNES**, Fernando Conceição - *Direito Bancário*, Vol. I, Lisboa, AAFDL, 1994
- NUVOLONE**, Pietro - «Il Segreto Bancario nella Prospettiva Penale», in AA.VV., *Banca Borsa e Titoli di Credito*, Anno XLVI, Parte Prima, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 1983
- OCDE** - *Relatórios da Comissão da OCDE para os Assuntos Fiscais*, OCDE, Improving Access to Bank Information for Tax Purpose: The 2003 progress Report, 2003. Site: www.oecd.org

- OCDE** - *Improving Access to Bank Information for Tax Purpose: The 2007 progress Report*, 2007. Site: www.ocde.org
- OCDE** - *Modelo de Convenção Fiscal sobre Rendimento e o Património da OCDE* (tradução de Teresa Curvelo) CCTF, n.º 192, Centro de Estudos Fiscais – DGI, Ministério das Finanças, Lisboa, 2003
- OCDE**, Relatório de 1992 (Banks Under Stress)
- OCDE**, «Acordo Sobre a Troca de Informações em Matéria Fiscal», in *Ciência e Técnica Fiscal*, n.º 407, (Tradução de Tereza Curvelo), Abril, 2002
- OLAVO**, Fernando - «Alguns Apontamentos para a reforma da legislação comercial», *BMJ* (293), 1980
- OLIVEIRA**, Ary Brandão de - «Considerações Acerca do Segredo Bancário», *Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial*, vol. 23, 1983
- OLIVEIRA**, Filipe Falcão - *Direito Público Guineense*, Coimbra, Almedina, 2005
- OLIVEIRA**, F. Faria de - «Mercado Único de Serviços Financeiros», in *RB7*, Julho/Set., Lisboa, 1988
- OTERO**, Paulo (Coordenação) – *Comentários à Constituição Portuguesa*, II, Coimbra, 2008; III, 1.º. Tomo, Coimbra, 2008
- OTERO**, Paulo – *Direito Constitucional Português*, I e II, Coimbra, Almedina, 2010
- OORT**, Conrad - «A Perspectiva da Federação Bancária da Comunidade Europeia», in *RB*, n.º 7, Julho/Set., Lisboa, 1988
- PAHULA**, Ovidio - *A Evolução da Constituição Económica Angolana*, Angola, Casa das Ideias – Divisão Editorial, Lda, 2010
- PAIVA**, Carlos - *Das Infracções Fiscais à sua Perseguição Processual*, Coimbra, Almedina, 2012
- PALMIERI**, Alfonso - «Nuove Breccie nel Segreto Bancario», in *Banca Borsa e Titoli di Credito*, Anno XLIV, – Parte Prima, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 1981
- PALMA**, Clotilde Celorico/SANTOS, António Carlos dos - «A Derrogação do Sigilo Bancário Para Efeitos Fiscais», in AA. VV., *Colectânea de Estudos de Fiscalidade e Contabilidade – 10 anos em memória do Prof. Sousa Franco*, Lisboa, Gabinete de Estudos da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, 2014
- PALMA**, Clotilde Celorico - *Introdução ao Imposto Sobre o Valor Acrescentado*, Coimbra, Almedina, 2005
- PALMA**, Maria Fernanda - «Perspectivas Constitucionais em Matéria de Segredo Bancário», in Maria Fernanda Palma, Augusto Silva Dias & Paulo de Sousa Mendes (coord.), 2º Congresso de Investigação Criminal – ASFIC/PJ e IDPCC/FDUL, Coimbra, Almedina, 2010
- PARECERES** do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República – PGR de Portugal, N.º 204/78, de

30 de Novembro, homologado em 11 de Janeiro de 1979, mediante Despacho do Ministro da Justiça, Publicado no DR, II Série, de 24 de Fevereiro de 1979, no BMJ N.º 286, 1979; N.º138/83, de 05 de Abril de 1984 e N.º 183/93

PARECER da Procuradoria-Geral da República n.º 138/83, Livro n.º 62, publicado no DR, II Série, n.º 84, de 11 de Abril de 1985

PARECER n.º 56/94 do Conselho Consultivo da Procuradoria – Geral da República, Pareceres, Vol. VI. P. 260

PASTOR, J.A. Santamaria - «Sobre Derecho de la Intimidad, Secretos y Otras Cuestiones Innombrables», in Revista Espanhola de Derecho Constitucional, n.º 15, 1985

PATRÍCIO, José Simões - *Direito Bancário Privado*, Lisboa, Quid Juris, 2004

PATRÍCIO, José Simões - «Em Torno dos Códigos de Conduta Bancária», in AA.VV., *Estudos Jurídicos e Económicos em Homenagem ao Prof. Doutor António de Sousa Franco*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006

PATTO, Pedro Maria Godinho Vaz - «O regime do segredo de justiça no código de processo penal revisto», *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, 1.º Semestre de 2008, n.º 9 especial, Coimbra, Almedina, 2008

PAÚL, Jorge Patrício - «Sigilo Bancário e a sua Relevância Fiscal», *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 62, Lisboa, Abril, 2002

PAÚL, Jorge Patrício - «A Banca Perante o Branqueamento de Capitais», *Revista da Banca*, n.º 26, Abril-Jun, 1993

PAÚL, Jorge Patrício - «A Legislação Portuguesa Sobre Branqueamento de Capitais e as suas Repercussões no Exercício da Atividade Bancária», *Estudo de Direito Bancário*, Coimbra, Coimbra Editora, 1997

PAÚL, Jorge Patrício - «O Segredo Bancário: Sua Extensão e Limites no Direito Português», *Revista da Banca*, n.º 12 – Out-Dez., 1989

PAÚL, Jorge Patrício - «O Regime de Acesso da Administração Fiscal às Informações e Documentos Bancários», *Revista da Banca*, n.º 58, Jul-Dez., 2004

PAÚL, Jorge Patrício - «O regime de acesso da administração fiscal as informações e documentos bancários», in Estudos jurídicos e económicos em homenagem ao Prof. Doutor António de Sousa Franco, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2006

PECZINIK, Alexander - «Conocimiento Jurídico, Sobre Qué?», *Cuadernos de Filosofía del Derecho*, Universidad de Alicante, n.º 22, 1999

PEDRO, António de Jesus - *Instituições de crédito e Sociedades Financeiras – Regime Geral Anotado*, Lisboa,

Ediforum, Edições Jurídicas Lda, 1996

- PERASSI**, Marino - «I Sistemi di Pagamento Internazionali», in Banca Borsa e Titoli di Credito, Vol. LIII, Milano, Giuffrè Editore, 2000
- PERREAU**, E. H. - Des Droits de La Personnalité, RTDC VIII, 1909
- PEREIRA**, João Mendes - *Descentralização Financeira, Integração Económica e Estabilização. Caso Guineense*, Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Económica, FDUL, Lisboa, 1999/2000
- PEREIRA**, João Mendes - Direito Comunitário Material e Integração Sub-Regional. Contributo para o Estudo das Mutações no Processo de Integração Económica e Monetária em África, Coimbra, Almedina, 2017
- PEREIRA**, Manuel Henrique de Freitas - *Fiscalidade*, 5ª ed., Coimbra, Almedina, 2014
- PEREIRA**, Paulo Tiago - *Portugal: dívida pública e défice democrático*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012
- PERRUCCI**, Ubaldo - «Segreto Bancario: è la fine?», in Commercio Internazionale, n.º 22/1991
- PETERSEN**, Jens - *Das Bankgeheimnis – Zwischen Individualschutz und Institutionsschutz*, Tübingen, Mohr Siebeck, 2005
- PINHEIRO**, Jorge Duarte - *O Direito da Família Contemporâneo*, 2ª ed., Lisboa, AAFDL, 2009
- PINTO**, Ana Pessoa - «Sigilo Bancário», in Temas de Direito Bancário, Coimbra, Almedina, 1999
- PINTO**, Eduardo Vera-Cruz - «A Responsabilidade Jurídica dos Bancos e o Ensino do Direito em África: Breve Apontamento», in Direitos Fundamentais e Direito Privado. Uma Perspectiva de Direito Comparado, Coimbra, Almedina, 2007
- PINTO**, Eduardo Vera-Cruz - «A Responsabilidade Jurídica dos Bancos e o Ensino do Direito em África: Breve Apontamento», in Alexandre Guerra e Marcelo Benacchio (ed.), *Responsabilidade Civil Bancária*, São Paulo, Editora Quartier Latin do Brasil, 2011
- PINTO**, Frederico de Lacerda da Costa - «Segredo da Justiça e o Acesso ao Processo», in Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais – Organizada pela FDUL e pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados, com a colaboração do Goethe Institut (Coord. Maria Fernanda Palma), Coimbra, Almedina, 2004
- PINTO**, Frederico de Lacerda da Costa - «Publicidade e segredo na última versão do código de processo penal», *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, 1.º Semestre de 2008, n.º 9 especial, Jornadas sobre a revisão do Código de Processo Penal Coimbra, Almedina, 2008
- PINTO**, João Costa - «O Processo de Integração do Espaço Financeiro Europeu e a Evolução do Sistema Financeiro Português», in RB, n.º 6, Abril/Junho, Lisboa, 1988

- PINTO**, Mendonça - *União Monetária Europeia, Portugal e o Euro*, 2ª ed., Lisboa, Universidade Católica Editora, 1997
- PIÇARA**, Nuno - “*Os Poderes das Comissões Parlamentares de Inquérito no Direito Brasileiro e no Direito Português*”, in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Carlos Ferreira de Almeida, Coimbra, Almedina, 2011
- PINTO**, Paulo Mota - «O direito ao livre desenvolvimento da personalidade», *Studia Juridica*, nº40, Coimbra, Coimbra Editora, 2000
- PINTO**, Paulo Mota - «A Influência dos Direitos Fundamentais sobre o Direito Privado Português», in AA. VV., *Direitos Fundamentais e Direito Privado. Uma Perspectiva de Direito Comparado*, Coimbra, Almedina, 2007
- PINTO**, Paulo Mota - «O Direito à Reserva Sobre a Intimidade da Vida Privada», *Boletim da Faculdade de Direito*, n.º 69, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1993
- PINTO**, Ricardo de Gouvêa - «Divórcio e sigilo bancário», in: Estudos comemorativos dos 10 anos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa / coordenação Diogo Freitas do Amaral, Carlos Ferreira de Almeida, Marta Tavares de Almeida, Coimbra, Almedina, 2008
- PIRES**, José Maria - *Direito Bancário: O Sistema Bancário Português*, Vol. I, Lisboa, Rei dos Livros, 1994
- PIRES**, José Maria - «O Dever de Segredo Bancário na Actividade Bancária - problemas constitucionais, análise do regime geral, regime sancionatório, regime das autoridades de supervisão, normas comunitárias, jurisprudência e doutrina», in Colecção Temas de Direito Bancário, n.º 1, Lisboa, Editora Rei dos Livros, 1998
- PIRES**, José Maria - *Direito Bancário (O sistema bancário português – anotações ao RGIC)*, Vol.I, Lisboa, Editora Rei dos Livros, 1994
- PONCET**, Dominique et – LOMBARDINI, Carlo - «Problemi della Pratica: Segreto Bancario e Modifiche Recenti nel Diritto di Cooperazione Penal Elvetica», *Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza*, Vol. LI – nuova Serie – Parte Prima, Banca Borsa – Titoli di Credito, 1998
- PORTUGAL** - Comissão para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal: Relatório da Comissão para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal. - Lisboa: Ministério das Finanças, 1996
- PORZIO**, Mario - «Fondamento Normativo del Segreto Bancario», *Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza*, Anno XLV, Parte Prima, Banca Borsa e Titoli di Credito, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 1982
- PORZIO**, Mario - *Le Imprese Bancarie*, Giappichelli, Torino, 2007
- POUGOUÉ**, Paul-Gérard/NGUEBOU–TOUKAM, Josette/ ANOUKHA, François, «Commentaire Acte

Uniforme du 17 Avril 1997 relatif droit des sociétés commerciales et du agroupement d'intérêt économique», in AA.VV., *OHADA – Traité et actes uniformes commentés et annotés*, 4^a ed., Juriscope, 2012

PRIETO, Cazorla - *El Secreto Bancario*, Instituto de Estudios Fiscales, 1978

QUADROS, Fausto de - *Convention européenne des droits de l'homme: un cas de ius cogens régional?* Berlim, Springer-Verlag, 1995

RAYNAUD, Monique Contamine – «Le Secret Bancaire et le Contrôle de l'État sur les Opérations de Change et sur leurs Effets Délictuels», *Revue internationale de droit comparé*, vol. 46, n°2, 1994

RAMALHO, Maria do Rosário Palma - «Direitos de Personalidade e Direitos Fundamentais em Matéria Laboral», in AA.VV., *Estudos e Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, Vol.II, Direito Constitucional e Justiça Constitucional, Coimbra, Coimbra Editora, 2012

RAMIÃO, Rúben - «O princípio da proporcionalidade como instrumento de proteção jusfundamental», *O Direito*, Ano 147.º, II, Coimbra, Almedina, 2015

RAMOS, Grandão - «Direito Penal», in *Direito de Angola*, Luanda, FDUAN, 2014

RAMOS, Maria Célia - «O Sigilo Bancário em Portugal – Origens, evolução e fundamentos», in Diogo Leite de Campos (coord.), *Sigilo Bancário*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1997

RAMOS, Vasco Grandão - «Ética e Deontologia Profissional na Advocacia», in *Revista da Ordem dos Advogados de Angola*, Ano I, n.º 1, Luanda, OAA, Centro de Documentação e Informação, 1998

RANGEL, Elisa - «A Banca e o Risco de Crédito: Ideias Preliminares», in *Revista da Ordem dos Advogados de Angola*, n.º 3, Luanda, OAA, Centro de Documentação e Informação, 2005

RAPPORT (2012) du fonctionnement du systeme de transfert automatise et de reglement dans l'uemoa (star-uemoa)

REINALDO, Democrito – «Brazil: considerações sobre sua natureza e os riscos à proteção dos dados pessoais dos clientes bancários», *Revista de Derecho Informático*, n°77, 2004

REINALDO, Democrito – *Considerações Sobre Sua Natureza e os Riscos à Protecção dos dados Pessoais dos Clientes Bancários*, Publicação Alfa Redi (1998-2005), 2004

RIVES-LANGE, Jean-Louis/RAYNAUD, Monique Contamine - *Droit Bancaire*, 5^a ed., Paris, 1990

RIVIER, Jean Marc - «Le secret Professionnel du Banquier et ses Limites (étude de droit suisse)», *Juris Classeur Périodique*, La semaine Juridique, année 1974

ROCHA, Francisco B. F. Rodrigues - «Do giro bancário: reflexões à luz do novo regime dos serviços de pagamento», *Temas de Direito Bancário II*, Cadernos o Direito, n.º 9, Coimbra, Almedina, 2014

- ROCHA**, Manuel António Lopes - «Violação do Sigilo Bancário e Exclusão da Ilícitude», in AA.VV., *Direito Penal, Económico e Europeu: Textos Doutrinários*, Vol. VII, Coimbra Editora, 1999
- RODIERE**, René / RIVES-LANGE, Jean Louis - *Droit Bancaire*, Paris, Dalloz, 1973
- RODRIGUES**, Anselmo - «Sigilo Bancário e Direito Constitucional», in Diogo Leite de Campos (coord.), *Sigilo Bancário*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997
- RODRIGUES**, Benjamim - «O Sigilo Bancário e o Direito Fiscal», in Diogo Leite de Campos (coord.), *Sigilo Bancário*, Lisboa, Instituto de Direito Bancário, Edições Cosmos, 1997
- RODRIGUES**, Luís Barbosa - *A Transição Constitucional Guineense*, AAFDL, Lisboa, 1995
- RODRIGUES**, Maria João - «Depósito Bancário», *Temas de Direito Bancário II*, Cadenos de Direito, n.º 9, Coimbra, Almedina, 2014
- ROMA**, Mónica Quintas - «Banking confidentiality and State control of currency transactions and related criminal activities», in *Documentação e direito comparado*, Lisboa, n.57-58, (Jan.-Jun.), 1994
- ROSA**, José Gonzaga - “União Económica e Monetária da África Ocidental: Uma boa ideia, com uma pobre execução”, in *Revista de Concorrência e Regulação*, Anos V-VI-N.ºs 20-21, Outubro 2014 – Março 2015
- RUY**, Fernando Estevam Bravin - *Direito Económico e Financeiro – Crédito e Investimento*, Curitiba, Juruá Editora, 2014
- UTA**, Guido - «Le Secret Bancaire en Droit Italien», in AA. VV., *Le Secret bancaire dans la C.E.E. et en Suisse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1973
- UTA**, Guido - «Il Segreto Bancario Nella Realta Giurida Italiana», *Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza*, Anno XLV, Parte Prima, Banca Borsa – Titoli di Credito, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 1982
- SÁ**, Almeno de - *Cláusulas Contratuais Gerais e Directiva Sobre Cláusulas Abusivas*, 2ª ed., Revista e Aumentada, Coimbra, Almedina, 2005
- SÁ**, Almeno de - *Direito Bancário*, Coimbra, Almedina, 2008
- SAKHO**, Abdoulaye - *Droit Bancaire, cours de droit bancaire*, Senegal, fsjp -master 1 prive, 2012/2013
- SAKHO**, Abdoulaye - Cours sur le droit bancaire pour découvrir l'origine, les fonctions et le droit qui régit les banques, in *Justice-droit*, Publié le : jeudi 10 avril 2014
- SACRAMONE**, Marcelo Barbosa - «Responsabilidade dos Bancos por Emissão de Cheques sem Fundos», in *Direitos Fundamentais e Direito Privado. Uma Perspectiva de Direito Comparado*, Coimbra, Almedina, 2007

- SAYEGH**, Joseph Issa/ **OBLE**, Jacqueline Lohues - *Harmonisation du Droit des Affaires*, Bruxelles, Juriscope, 2002
- SAYEGH**, Joseph Issa - «Commentaires de l'AU du 15 décembre 2010 portant organisation des sûretés», in AA.VV., *OHADA – Traité et actes uniformes commentés et annotés*, 4^a ed., Juriscope, 2012
- SALANITRO**, Niccolò - «Privacy e Segreto Bancario», in Banca Borsa e Titoli di Credito, Vol. LI, Nuova Serie – Prima Parte, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 1998
- SALANITRO**, Niccolò - «Privacy e Segreto Bancario», *Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza*, Anno LI, Parte Seconda, Banca Borsa – Titoli di Credito, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 1990
- SALANITRO**, Niccolò - *Problemi in Tema di Depositi Bancari*, in Le Operazioni Bancarie I, Milano, Giuffrè Editore, 1978
- SALANITRO**, Niccolò - *La Direttiva Comunitaria sulle Clausole Abusive e la Disciplina dei Contratti Bancari*, in Banca Borsa – Titoli di Credito, Anno LVI, Milano, Giuffrè Editore, 1993
- SAMBUCCI**, Leopoldo - *Il Contratto dell'Impresa*, 10, Milano, Giuffrè. 2002
- SAMPA**, Samora Ilídio Delgado - *Os Negócios entre a Sociedade e os Sócios no Direito da OHADA*, Coimbra, Almedina, 2014
- SAMPAIO**, José Adércio Leyte - «Anotações ao Art.5º, X – 6. Direito à Vida Privada, 7. Direito à Intimidade», Comentários à Constituição do Brasil, Coimbra, Almedina, 2013
- SAMPAIO**, José Adércio Leyte - «Direito à intimidade e à vida privada». Belo Horizonte, Del Rey, 1998
- SANCHEZ Calero**, Fernando - *Derecho del Mercado Financiero*, Vol. II, 7.^a ed. rev., Madrid, Aguirre, 1979
- SANCHEZ Calero**, Fernando - «Condiciones generales em los contratos bancários», in Contratos Bancários, Colegios Notariales de Espanha, Madrid, 1996
- SANCHES**, José Luís Saldanha – «Sigilo Bancário», in Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal, n.º 377
- SANCHES**, José Luís Saldanha - «A Situação Actual do Sigilo Bancário: A singularidade do regime português», in Estudos de Direito Bancário, 1999
- SANCHES**, José Luís Saldanha - «Segredo Bancário e a Tributação do Lucro Real», in Estudos de Direito Contabilístico e Fiscal, Coimbra, 2000
- SANCHES**, José Luís Saldanha – «A Situação Actual do Sigilo Bancário: A singularidade do Regime Português», in Estudos de Direito Contabilístico e Fiscal, Coimbra, 2000
- SANCHES**, José Luís Saldanha – «Segredo Bancário, Segredo Fiscal: Uma perspectiva funcional», Fiscalidade, n.º 21, Coimbra, Coimbra Editora, 2005

- SANCHES**, José Luís. Saldanha – «Segredo Bancário, Segredo Fiscal: Uma perspectiva funcional», in *Fiscalidade*, Coimbra, Coimbra Editora, CEJ, 2004
- SANCHES**, José Luís. Saldanha – «Pressuposto administrativo e pressuposto metodológico do princípio da solidariedade social: a derrogação do sigilo bancário e a cláusula geral anti-abuso», in *Solidariedade social e tributação / coordenadores Marco Aurélio, Marciano Seabra de Godoi*. - São Paulo: Dialética, 2005
- SANCHES**, José Luís. Saldanha – *Estudos de direito contabilístico e fiscal*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000
- SANCHES**, José Luís. Saldanha – «Segredo Bancário, Segredo Fiscal: Uma perspectiva funcional», in *Fiscalidade*, Coimbra, 2003, n.º 21 (no âmbito da intervenção proferida em Coimbra num simpósio realizado pelo CEJ, em Junho de 2003)
- SANCHES**, José Luís. Saldanha – «Sistema e Reforma Fiscal. Que Evolução», in *Fisco*, N.º 82/83, Setembro/Outubro, Ano IX, 1997
- SAMUELSON**, Paul/NORDHAUS, Will - *Economia*, 16ª ed., McGraw-Hill, 1999
- SAMUSSONE**, Anselmo - *Legislação Bancária de Moçambique. Anotada*, Angola, Escolar Editora, 2013
- SANTOS**, Akuété Pedro – *Acte Uniforme Relatif au Droit Commercial Général*, em OHADA, Juriscope, 2002
- SANTOS**, Luís Máximo dos - «Regulação e Supervisão do sector Financeiro», *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, n.º 2, Ano IV, Junho, 2011
- SANTOS**, Luís Máximo dos - «Derrogação do Segredo Bancário no Âmbito do Procedimento de Reclamação Graciosa e do Processo de Impugnação Judicial: Anotação ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 442/2007, de 14 de Agosto», *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Ano 1, Coimbra, Almedina, 2008
- SANTOS**, Luís Máximo dos - «Derrogação por razões fiscais do segredo bancário», *JANUS*, Lisboa, Universidade Autónoma, Lisboa, 2004
- SANTOS**, Luís Máximo dos - «O G20 e a reforma da regulação bancária», *Finanças Públicas – Direito Fiscal*, 2, Ano II, 07, 2009
- SANTOS**, Onofre dos - *Um Sorriso para a Democracia na Guiné-Bissau*, Lisboa, Pac - Artes Gráficas, 1996
- SANTOS**, Onofre dos - «Direito Constitucional», in AA.VV., *Direito de Angola*, Luanda, FDUAN, 2014
- SANTORO**, Vittorio - «L'euro Quale Moneta Scriturale», in AA.VV., *Banca Borsa e Titoli di Credito*, Vol. LIV, Giuffrè Editore, 2001
- SANTIAGO**, Rodrigo - «Sobre os Crimes de Revelação e Aproveitação de Segredos», in *Sociedade e Justiça* n.º 11 – Jan-Jun, 1996

- SANTIAGO**, Rodrigo - *Do Crime de Violação do Segredo Profissional no Código Penal de 1982*, Coimbra, Almedina, 1992
- SANTIAGO**, Rodrigo - «Sobre o Segredo Bancário – Uma Perspectiva Jurídico-Criminal e Processual Penal», *Revista da Banca*, 42, Abril/Junho, 1997
- SANTIAGO**, Rodrigo - «Anotação ao Acórdão do STJ, de 22 de Junho de 1988: Segredo Profissional – de Advogado», in ROA, Ano 49 – Dezembro, 1989
- SANTIAGO**, Rodrigo - «O branqueamento de capitais e outros produtos do crime», *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano 4, n.º 4, 1994
- SARLET**, Ingo Wolfgang – «Anotações ao Título II dos Direitos e Garantias Fundamentais», Comentários à Constituição do Brasil, Coimbra, Almedina, 2013
- SARLET**, Ingo Wolfgang – *A Eficácia dos Direitos Fundamentais – Uma Teoria Geral dos Direitos Fundamentais na Perspectiva Constitucional*, 11ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2012
- SARLET**, Ingo Wolfgang – «A Influência dos Direitos Fundamentais no Privado. O Caso Brasileiro», in AA. VV., *Direitos Fundamentais e Direito Privado: Uma Perspectiva de Direito Comparado*, Coimbra, Almedina, 2007
- SARLET**, Ingo Wolfgang - *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*, 8ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2007
- SCAFF**, Ricardo Felício - «Responsabilidade das Instituições Bancárias», in AA. VV., *Direitos Fundamentais e Direito Privado: Uma Perspectiva de Direito Comparado*, Coimbra, Almedina, 2007
- SCHONLE**, Herbert - *Les banques suisses. Secret Bancaire et paradis fiscal*, Ed. Music and Entertainment Books, 2009
- SCHIEBER**, Helmut - «Impact of EMU on the Banking Structure in Europe, Speech at the Symposium Organised Jointly by the Greco-German Chamber of Industry and Commerce and the Greek Central Bank as part of the Money Show», in Athens on November 14 and 15, 1998
- SCHONLE**, Herbert - «Le secret bancaire en Suisse», in AA. VV., *Le Secret bancaire dans la C.E.E. et en Suisse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1973
- SCHWINTOWSKI**, Hans-Peter – *Bankrecht*, 3ª ed., Carl Heymans Verlag, Köln, 2011
- SCILMIT** - Claude Et Albert Dondelinger, «Le Secret Bancaire em Droit Luxembourgeois», in AA. VV., *Le Secret bancaire dans la C.E.E. et en Suisse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1973
- SEIXA**, Medina de - in Figueiredo Dias (Dir.), *Comentário Conimbricense do Código Penal*, Tomo III, Coimbra, Coimbra Editora, 2001

- SERE**, Souleymane/SAWADOGO, Filipa Michel - «Commentaire de l'Acte uniforme portant organisation et harmonisation des comptabilités des entreprises» in AA.VV., *OHADA – Traité et actes uniformes commentés et annotés*, 4^a ed., Juriscope, 2012
- SEQUEIRA**, Adilson - Planeamento e gestão fiscal em Angola, Reforma Tributária, Angola, Escolar Editora, 2014
- SIEYÈS**, Abade (Org. Trad. Emerson Garcia) - *Exposição Refletida dos Direitos do Homem e do Cidadão*, Vol. 1, São Paulo, Atlas, 2015
- SILVA**, Aníbal Cavaco - *Crónicas de uma crise anunciada e outros textos*, Lisboa, Editorial Notícias, 2001
- SILVA**, António E. Duarte - *Invenção Construção da Guiné-Bissau – Administração Colonial, Nacionalismo, Constitucionalismo*, Coimbra, Almedina, 2010
- SILVA**, António E. Duarte - «O Constitucionalismo da Guiné-Bissau (1973-2005)», in AA. VV., *Estudos em Memória do Conselheiro Luís Nunes de Almeida*, Coimbra, Coimbra Editora, 2007
- SILVA**, Artur Santos - «Sistema Financeiro Português: Evolução Recente e Perspectivas Futuras», in Boletim de Ciências Económicas, Vol. XLV-A, Coimbra, FDUC, 2002
- SILVA**, Calvão da - Banca, Bolsa e Seguros. Tomo I – «Direito Europeu e Português, Coimbra, Almedina, 2012»
- SILVA**, Germano Marques da - «Segredo Bancário: Da Tutela Penal na Legislação Portuguesa», *Direito e Justiça*, Vol. XII, tomo 2, 1998
- SILVA**, Germano Marques da - «Crimes de Emissão de Cheque Sem Provisão», Lisboa, UCP, 1996
- SILVA**, Germano Marques da - *Regime Jurídico-Penal dos Cheques Sem Provisão*, Lisboa, Principia, 1997
- SILVA**, Germano Marques da - Curso de Processo Penal, II, 3.^a ed. revista e actualizada, Coimbra, Almedina, 2002
- SILVA**, Germano Marques da - *Curso de Processo Penal*, Vol. II, Lisboa, Editorial Verbo, 1993
- SILVA**, Germano Marques da/SILVA, Isabel Cristina Mota Marques da - «Sobre a Admissibilidade de Empresas Privadas de Centralização de Informações Sobre Riscos de Crédito», *Revista da Banca*, n.º 44, Outubro/Dezembro, 1997
- SILVA**, Germano Marques da - «Segredo Bancário: da tutela penal na legislação portuguesa», in *Direito e Justiça*, Vol. XII, Tomo 2, 1998
- SILVA**, João Calvão da - «Responsabilidade Bancária por transferencia de Creditos», Estudos em Homenagem à Professora Doutora Magalhães Collaço, Coimbra, Almedina, 2002
- SILVA**, Mário Ramos Pereira - *As Constituições de Cabo Verde e Textos Históricos de Direito Constitucional*

Cabo-verdiano, 2ª ed., Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde, 2010

SILVIA SÁNCHEZ, Jesus Maria - *Tiempos de Derecho Penal. Escritos breves sobre teoria y práctica, vida social y economia*, Madrid, Motevideo-Buenos Aires, 2009

SILVA, Sandra Oliveira e - «O Segredo de Justiça No Horizonte da Reforma do Código de processo Penal. Algumas Reflexões», in AA. VV., *Studia Juridica* 100 - *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, vol. III, Coimbra Editora, Coimbra, 2010

SILVA, Sandra Oliveira e - *A Protecção de Testemunhas no Processo Penal*, Coimbra, Coimbra Editora, 2007

SILVA, Tércio Lins/ **ROCHA**, Marcela Lima - «Apontamentos sobre o sigilo bancário», in *Revista brasileira de ciências criminais*, São Paulo, Maio-Jun.2004.

SILVA, Vasco Pereira da - «A Vinculação das Entidades Privadas pelos Direitos, Liberdades e Garantias», *Revista de Direito e Estudos Sociais*, ano XIX, II, n.º 2, 1987

SIQUEIRA, Manuel José Resende Cardoso - «Depósito escrow – um contributo para o seu estudo», *Temas de Direito Bancário II*, Cadenos de Direito, n.º 9, Coimbra, Almedina, 2014

SMITH, L./G. Roberson - *Business Law – Uniform Commercial Code*, 5ª ed., St. Paul, West Publishing, 1982

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e - *Esboço de hum Diccionario Jurídico, Theoretico, e Practico, remissivo às leis compiladas, e extravagantes*, Tomo 2.º, Lisboa: Typographia Rollandiana, 1827

SOUSA, Marcelo Rebelo de/ **ALEXANDRINO**, José de Mello - *Constituição da República Portuguesa. Comentada*, Lisboa, AAFDL, 2000

SOUSA, Marcelo Rebelo de - *Direito Constitucional I*, Lisboa, Lex ed., 1999

SOUSA, Marcelo Rebelo de – *Direito Constitucional*, I, Braga, 1979

SOUSA, Rabindranath Capelo de - «O Segredo Bancário – Em especial, face às alterações fiscais da Lei n.º 30-G/2000, de 19 de Dezembro», in AA.VV., *Estudos em Homenagem ao Professor Inocêncio Galvão Teles*, Volume II, Lisboa, 2002

SOUSA, Rabindranath Capelo de - *Direito Geral de Personalidade*, Coimbra. Almedina, 2011

SOUSA, Rabindranath Capelo de - *Direito Geral de Personalidade*, Dissertação de Doutoramento, Coimbra, Coimbra Editora, 1995

SOUSA, Teresa Alves de – «O novo regime de derrogação do sigilo bancário», in *Revista Fiscal*, Porto, n.9, (Out.), 2007

SOUSI, Blanche - «La Construction du Marché Unique des Services Financiers. Propos iconoglastes», in *Synthèses de Droit Banceire ef Financier*, Bruylant, Bruxelles, 2008

- SOUZA**, Artur de Brito Gueiros - «A Cooperação Penal Internacional na luta contra o terrorismo – Uma visão brasileira acerca dos desafios jurídicos frente aos atos terroristas», *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano 24, n.º 3, Coimbra, Coimbra Editora, 2014
- SOTTOMAYOR**, Carla - *Temas de Direito das Crianças*, Coimbra, Almedina, 2014
- SPINELLI**, Michel / GENTILE, Giulio - *Diritto Bancario*, Seconda Edizione, Padova, Cedam, 1991
- SPINELLI**, Michel / GENTILE, Giulio - *Diritto Bancario*, Padua, Itália, 1984
- STEINMETZ**, Wilson – *A Vinculação dos Particulares a Direitos Fundamentais*, São Paulo, Malheiros Editores Lda., 2004
- STOUFFLET**, Jean - «L'application du secret bancaire dans les relations intracommunautaires et internationales», *Gazette de droit bancaire*, n.º 3, 9 junho de 2005
- STOUFFLET**, Jean - *Internationalité du secret bancaire sur le plan civil et penal*, Comunicação no Colloque de l'Association européenne pour le droit bancaire et financier, Mónaco, 3 Outubro de 2003
- STOUFFLET**, Jean - «L'évolution du Droit Bancaire et Financier», in AA. VV., *Synthèses de Droit Bancaire et Financier*, Bruxelles, Bruylant, 2008
- STOUFFLET**, Jean/ Gavalda - *Droit Bancaire*, 6ª ed., Lexis Levis Litec, 2005
- SZANIAWSKI**, Elimar - *Direitos de personalidade e sua tutela*. 2ª. ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005
- TAVARES**, Carlos - «Linhas Fundamentais do Sistema Financeiro 1992», in RB, N.º 16, Out/Dez., Lisboa, 1990
- TAVARES**, Daniela Pessoa - “*O Segredo Bancário na Legislação Bancária de Angola, Cabo Verde e Moçambique*”, in *Revista de Concorrência e Regulação*, Anos V-VI-N.ºs 20-21, Outubro 2014 – Março 2015
- TAVARES**, José - *Os Princípios Fundamentais do Direito Civil*, Vol. II, Coimbra, 1928
- TAVARES**, Juarez - «A Violação do Sigilo Bancário em Face da Protecção da Vida Privada», *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, (Jan.-Mar.), Editora Revista dos Tribunais, 1993
- TEISSIER**, A - *Le secret bancaire professionnel du banquier*, préf. G. Di. Marino, PU d'Aix-Marseille, 1999
- TEIXEIRA**, Carlos - «A Constituição Angolana e a Consolidação do Estado Democrático de Direito», Estudos em Comemoração do XX Aniversário da Constituição da República de Cabo Verde, Praia, Edições do ISCJS, 2013
- TOE**, Souleymane - «Les Enjeux et les Perspectives du Traité OHADA Révisé», *Penant – Revue Trimestrielle de Droit African*, n.º 872, Jul/Sept, 2010

- TOMAZ**, João Amaral - «A reunião do G20 de 2 de Abril de 2009 e o futuro dos paraísos fiscais», *Finanças Públicas – Direito Fiscal*, 2, Ano II, 07, 2009
- TORRES**, Ricardo Lobo - «A Constituição e a Teoria dos Direitos Fundamentais», 20 Anos da Constituição Cidadã de 1988 – Efetivação ou impasse institucional? Rio de Janeiro, Editora Forense, 2008
- TROIA**, Maria Patrizia de - «Segreto (d'ufficio) Interesse L'attività di vigilanza e diritto di accesso; un equilibrio possibile», *Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza*, Anno LIII – Nuova Serie - Parte Seconda, Banca Borsa – Titoli di Credito, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 2000
- TRIO**, Fabio - «La Consob e il Segreto D'ufficio», in AA.VV., *Banca Borsa e Titoli di Credito*, Anno LIII, Parte Seconda, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 2000
- TUCCI**, Rogério Lauria - «Comissão Parlamentar de Inquérito (Atuação-Competência-Caráter Investigatório)», *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, Ano 6, Editora Revista dos Tribunais, 2000
- UNOGBIS** - Manual dos Direitos Humanos, Guiné-Bissau, Bissau, 2003
- VALENTE**, Maria Silvina - «Da Licidade da Intervenção do Estado na Limitação ao Exercício do Direito ao Segredo Bancário», in RB n.º 67, Jan- Jun., 2009
- VALENTIM**, Carlos/ **CARDOSO**, Paulo - *Justiça fiscal: os poderes da Administração Tributária versus as garantias dos contribuintes*, Porto. Vida Económica, 2011
- VARELA**, João de Matos Antunes - *Das Obrigações em Geral*, Vol. I., 10ª ed., Coimbra, Almedina, 2003
- VARELA**, João de Matos Antunes - *Direito da Família*, Vol.I, 5ª ed., Livraria Petrony, Lisboa, 1999
- VASCONCELOS**, Pedro Pais de - «Responsabilidade civil do administrador de insolvência», II Congresso de Direito da Insolvência, Coimbra, Almedina, 2014
- VASCONCELOS**, Pedro Pais de - *Teoria Geral do Direito Civil*, 6ª ed., Coimbra, Almedina, 2010
- VASCONCELOS**, Pedro Pais de - *Teoria Geral do Direito Civil*, 7ª ed., Coimbra, Almedina, 2012
- VASCONCELOS**, Pedro Pais de - *Teoria Geral do Direito Civil*, Vol. I, Lisboa, LEX, 1999
- VASQUES**, Sérgio - *Manual de Direito Fiscal*, Coimbra, Almedina, 2012
- VASSEUR**, Michel - *Droit et Économie Bancaires: Les Opérations de Banque*, I, 4ª ed., Paris, 1987-1988
- VAZQUEZ IRUZUBIETA**, Carlos - *Operaciones Bancarias*, Madrid, Editorial Revista de Derecho Privado, 1985
- VEIGA**, Vasco Soares da - *Direito Bancário*, 2ª edição, Revista e Actualizada, Coimbra, Almedina, 1997
- VELLA**, Francesco - «Banca Centrale Europea, Banche Centrali Nazionali e Vizilanza Bancaria: Verso un Nuovo Assetto dei Controlli Nell'area dell'euro?», in Banca Borsa e Titoli di Credito, Vol. LV,

Marzo/Aprile, Milano, Giuffrè Editore, 2002

- VELOSO**, José António - «Regulamentação dos Sistemas de Pagamentos: Aspectos Gerais», in Revista da Banca, n.º 36 (1995)
- VERECKEN**, Marc - «Directives Européennes sur la Monnaie Électronique», Droit Bancaire & Financier – European Banking & Financial Law Journal, Trimestrel/Quartely, 1, 2004
- VELASQUES**, Renato Vinhas - «Quebra de sigilo bancário», in Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, (Jul.-Set.2002)
- VELÁZQUEZ BAUTISTA**, Rafael - *Protección Jurídica de Datos Personales Automatizados*, Espanha, Colex, 1993
- VEZIAN**, Jack - *La Responsabilité du Banquier en Droit Privé Français*, 2ª ed., Paris, Librairies Techniques, 1977
- VIDIGAL**, Geraldo de Camargo – «As Centrais de Risco e o Sigilo Bancário», in Diogo Leite de Campos (coord.), *Sigilo Bancário*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997
- VIGO**, Ruggero - «Introduzione e Commento di Convenzione Relativa All'obbligo delle Banche di Agire con Accuratezza nell'accettazione di Denaro e nell'uso del Segreto Bancario», in AA.VV., *Banca Borsa e Titoli di Credito*, Anno XLVI, Parte Prima, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 1983
- VISENTINI**, Gustavo - «Nuova Prooste Sul Segreto Bancario Nei Rapporti Com Gli Uffici Tributarî», Revista Bimestrale di Dottrina e Giurisprudenza, Anno XLV, Parte Prima, Banca Borsa – Titoli di Credito, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 1982
- VITORINO**, António - *Sigilo Bancário*, in Diário Digital, de 26 de Dezembro de 2001
- WANDHOFER**, Ruth - «The Payment Services Directive – Support or Challenge for SEPA», *Droit Bancaire & Financier – European Banking & Financial Law Journal*, Trimestrel/Quartely, 1, 2009
- WALD**, Arnaldo - «Sigilo Bancário no Projecto de Lei Complementar de Reforma do Sistema Financeiro e na Lei Complementar n.º 70», Caderno de Direito Tributário e Finanças Públicas, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, Vol.I, Out-Dez, 1992
- WEBER**, H. - «Le secret bancaire à l'Administration fiscale en droit suisse», Revue lamy droit des affaires, nº49, 2010
- WEBER**, Max - *História Económica General*, Madrid, Fondo de Cultura Económica, 1974
- WECH**, Von Petra - *Das Bankgeheimnis – Struktur, Inhalt und Grenzen Einer Zivilrechtlichen Schutzpflicht*, Berlin, Duncker & Humblot, 2009
- ZAKI**, M. - *Le secret bancaire est mort, vive l'évasion fiscale*, Edição Favre, 2009

ZAKI, Myret - *Le secret bancaire et mort, vive l' évasion Fiscale*, Lausanne, Edição Favre, 2010

ZONDERVAN, R. – «Le Secret Bancaire Suisse en Crise», *Revue de la Banque*, n.º 4, 1977

ZUNZUNEGUI, Fernando - *Derecho del Mercado Financiero*, 3ª ed., Madrid, Marcial Pons, 2005

ÍNDICE DE LEGISLAÇÃO E DE JURISPRUDÊNCIA

1. LEGISLAÇÃO

1.1. GUINÉ-BISSAU/UEMOA

i. GUINÉ-BISSAU

- Constituição da República da Guiné-Bissau aprovada a 16 de Maio de 1984, alterada pela Lei Constitucional n.º 1/91, de 09 de Maio (Publicada no Suplemento ao BO n.º 18, de 09 de Maio de 1991), pela Lei Constitucional n.º 2/91, de 04 de Dezembro (Publicada no Suplemento ao BO n.º 48, de 04 de Dezembro de 1991 e 3º Suplemento ao BO n.º 48, de 06 de Dezembro de 1991), pela Lei Constitucional n.º 1/93, de 21 de Fevereiro de 1993 (Publicada no 2º Suplemento ao BO n.º 8, de 21 de Fevereiro de 1993), pela Lei Constitucional n.º 1/95, de 01 de Dezembro de 1995 (Publicada no Suplemento ao BO n.º 49, de 04 de Dezembro de 1995) e pela Lei Constitucional n.º 1/96, de 16 de Dezembro de 1996 (Publicada no BO n.º 50, de 16 de Dezembro de 1996).
- Decreto n.º 10634, de 20 de Março de 1925, depois alterada pela Lei N.º 2061, Publicada no Boletim Oficial da Guiné, sob o N.º 12, Ano 1953, de 20 de Outubro, que vem promulgar a nova base para o exercício da actividade bancária na Guiné, e a aprovação dos Estatutos do BNU com alterações introduzidas pelo Decreto N.º 39352, Publicado no BO da Guiné N.º 54, Ano 1953, de 24 de Dezembro.
- Diploma Legislativo Colonial N.º 101, Publicado no BO N.º 22, da Província da Guiné, de 29 de Maio de 1926, que definia a função do banco emissor, bem como o controlo e fiscalização do Banco Nacional Ultramarino em conformidade com o Decreto n.º 5 809, de 30 de Maio de 1919, e do

contrato assinado entre o Estado e o BNU, de 4 de Agosto de 1919, e o Decreto N.º 10 634, de 20 de Maio de 1925.

- Carta de Lei de 16 de Maio de 1864, que cria o Banco Nacional Ultramarino – BNU, SARL.
- CÓDIGO CIVIL DE 1966 – Aprovado por Decreto-Lei N.º 47.344, de 25 de Novembro de 1966 – mandado aplicar às províncias ultramarinas mediante a portaria de extensão de 1967, Publicado no Suplemento ao Boletim Oficial N.º 38, de 25 de Setembro de 1967.
- Convenção Judiciária entre a República da Guiné-Bissau e a República do Senegal, aprovada pela Decisão n.º 1/79, Publicada no Suplemento ao BO n.º 08, de 28 de Fevereiro de 1979.
- Lei N.º 4/71, de 21 de Agosto, Publicada no Boletim Oficial da Guiné, N.º 5, de 29 de Janeiro de 1974, Página 62 e ss, relativo à liberdade religiosa e o sigilo religioso.
- Acordo de Cooperação Judiciária entre a República Popular de Angola, República de Cabo-Verde, República da Guiné-Bissau, República Popular de Moçambique e República Democrática de São Tomé e Príncipe, aprovado pela Resolução n.º 7/88, de 17 de Junho, Publicado no Suplemento ao BO n.º 24, de 17 de Junho de 1988.
- Acordo de Cooperação entre a República de Angola e a República da Guiné-Bissau.
- Decreto n.º 8/83, de 12 de Maio, Publicado BO n.11, de 12 de Maio de 1993, que crie a Polícia Judiciária, alterado pelo Decreto n.º 1/93, de 9 de Março, Publicado no BO n.º 10, de 9 de Março.
- Acordo de Parceria para a Cooperação Jurídica e Judiciária entre a República da Guiné-Bissau e a República do Senegal, Publicado no BO n.º 12, de 22 de Março de 2004.
- Código Penal
- Código Processual Penal
- Código Comercial
- Decreto n.º 1/95, de 3 de Abril, Publicado no BO n.º 14, de 3 de Abril de 1995, que aprova a Lei Orgânica da Polícia Judiciária, e agora alterado pela Lei n.º 8/2011, referente à organização da investigação criminal.
- Lei n.º 7/95 e a Lei n.º 8/95, publicadas no Suplemento ao BO n.º 30, de 25 de Junho de 1995, que aprovam respectivamente a Lei Orgânica e os Estatutos dos Magistrados do MP.
- Código Comercial.

- Decreto n.º 31/89, de 27 de Dezembro, relativa à lei das instituições financeiras da Guiné-Bissau, que prevê um quadro das estruturas e operações das instituições financeiras, sujeita à alteração depois pelo Decreto n.º 14/94, de 25 de Abril e, mais tarde revogada pela Lei n.º 10/97, de 2 de Dezembro, aprovada na sequência da integração da Guiné-Bissau à UEMOA.
- Decreto n.º 32/89, de 27 de Dezembro, e aprova a Lei Orgânica do Banco Central da Guiné-Bissau.
- Lei de Regulamentação bancária guineense, aprovada pela Lei n.º 10/97, de 02 de Dezembro (Publicada no Suplemento ao BO n.º 48, de 02 de Dezembro de 1997, p. 28 e ss).
- A Lei n.º 7/92, de 27 de Novembro, Publicada no Suplemento ao BO n.º 47, institui o Tribunal de Contas - TC, aprova a respetiva Lei Orgânica – LO.
- A nova Lei de Regulamentação Bancária guineense, aprovada pela Lei n.º 4/2008, de 31 de Março, Publicada no BO n.º 13, de 31 de Março de 2008, p. 281 e ss.
- Regulamentação dos Sistemas Financeiros Descentralizados, aprovado pela Lei n.º 9/2008, de 26 de Agosto de 2008, Publicada no Suplemento ao BO n.º 34, de 26 de Agosto de 2008, que revoga o Decreto n.º 31/89, de 27 de Dezembro, a destinada Lei das Instituições Financeiras da Guiné-Bissau.
- Regime Geral das Instituições Mutualistas ou Cooperativas de Crédito e Poupança – IM - CCP, aprovada pela Lei n.º 11/97, de 02 de Dezembro (Publicada no Suplemento ao BO n.º 48, de 02 de Dezembro de 1997, p. 38 e ss).
- - Lei n.º 12/97, de 2 de Dezembro, Pub. Supl. ao B.O. n.º 48, de 2 de Dezembro Lei Uniforme Sobre Instrumentos de Pagamentos – Cartões de pagamentos, Letras e Livranças.
- Lei N.º 13/97, de 02 de Dezembro de 1997, Publicado no Supl. ao BO N.º 48, de 2 de Dezembro de 1997. Relativo às taxas, limites de juros e juros usurários.
- Lei n.º 1/97, de 13 de Março de 1997 (Publicada no Supl. ao BO n.º 12, de 24 de Março de 1997), que estabeleceu como unidade monetária da GB o Franco da Comunidade Financeira Africana (FCFA ou CFA), outrossim, a taxa de conversão automática de todos os valores expressos com base no então Peso (PG) para a nova moeda da União, sendo assim calculados à razão de 65 PG por 1 FCFA.
- Decreto-Lei n.º 6/97, de 27 de Maio, Publicado no 3º Suplemento ao Boletim Oficial n.º 21, de 27 de Maio de 1997, relativo à reforma dos serviços de registos e notariado.
- Lei n.º 7/97, de 02 de Dezembro (Pub. No Supl. Ao BO n.º 48, de 2 de Dezembro), relativa à repressão da contrafacção e falsificação da Moeda da União.
- Lei Uniforme n.º 1/2003/CM/UEMOA), relativa a luta contra branqueamento de capitais, Publicada no BO n.º 44, de 2 de Novembro de 2004, que transpõe para o direito interno o art.22º do Tratado constitutivo da UMOA, aprovado pelo Conselho dos Ministros da UMOA em 14 de Novembro de 1973 e as transposições dos artigos 36º a 43º, ambos da Directiva n.º 07/CM/UEMOA, de 19 de Setembro de 2002, relativa à luta contra branqueamento de capitais nos Estados membros da UEMOA.
- Lei n.º 04/2004 de 2 de Novembro relativa à prevenção e repressão do branqueamento de capitais

- Lei n.º 8/2011, de 4 de Maio de 2011, Publicada no 2º Suplemento ao BO n.º 18/2011, de 4 de Maio de 2011, referente à organização da investigação criminal.
- Lei n.º 1/2012 de 2 de Novembro, relativo à luta contra o financiamento do terrorismo.
- LOGE - Lei n.º 3/2015, de 21 de Abril, que aprova o Orçamento Geral do Estado (OGE), Publicada no Suplemento ao Boletim Oficial N.º 16.

ii. UEMOA:

- Tratado da UMOA - Resoluções n.º 27 e 28/2007, Assembleia Nacional Popular aprova o Tratado da UMOA, os Estatutos do BCEAO, o Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades do BCEAO, bem como aprovação da Convenção que regula a Comissão Bancária da UMOA e o respectivo anexo (ambos publicados no 4º Suplemento ao BO n.º 8, de 29 de Fevereiro de 2008).

LEI-QUADRO DE REGULAMENTAÇÃO BANCÁRIA:

- Instruction n° 2000/01/rb du 1 er janvier 2000, dispositif prudentiel applicable aux banques et aux établissements financiers de l'union monétaire ouest africaine (UMOA), alterado depois por decisão do Conseil des Ministres n° CM/UMOA/022/12/2012 portant révision de la norme du coefficient de couverture des empris à moyen et long terme par des ressources stables et abrogation du ratio de structure du portefeuille applicables aux établissements de crédit de l'UMOA et Décision du Conseil des Ministres de l'UMOA du 17 septembre 2007 relative au relèvement du capital social minimum des établissements de crédit.
- Instruction n° 002-04-2010 relative aux conditions de désignation de deux (02) commissaires aux comptes par les établissements financiers à caractère bancaire ne faisant pas appel public à l'épargne.
- Instruction n° 003-04-2010 relative aux modalités de retrait de l'agrément des établissements financiers de vente à crédit.
- Avis n° 001-05-2010 relatif au mandat des commissaires aux comptes des établissements de crédit de l'UMOA.
- Instruction n° 011-12/2010/rb relative au classement, aux opérations et à la forme juridique des établissements financiers à caractère bancaire.
- Instruction n° 012-12/2010/rb fixant les modalités d'obtention de l'agrément en qualité de banque ou d'établissement financier à caractère bancaire, par les filiales d'un établissement de crédit ayant fait l'objet de retrait d'agrément.

- Instruction n° 013-12/2010/rb fixant les montants des pénalités de retard en matière de transmission de documents et renseignements à la Banque Centrale des Etats de l'Afrique de l'Ouest et à la commission bancaire de l'Union Monétaire Ouest Africaine.
- Instruction n° 014-12/2010/rb fixant le montant des sanctions pécuniaires applicables aux établissements de crédit par la commission bancaire de l'Union Monétaire Ouest Africaine.
- Instruction n° 015-12/2010/rb fixant les conditions d'exercice des activités d'intermédiaire en opérations de banque.
- Instruction n° 017-04/2011 établissant la liste des documents et informations constitutifs du dossier d'agrément en qualité d'établissement de crédit.
- Instruction n° 018-04/2011 établissant la liste des documents et informations constitutifs du dossier de déclaration d'intention d'installation dans le cadre de l'agrément unique.
- Décision N°CM/UMOA/021/12/2012 portant adoption du projet de décret uniforme relatif à l'autorisation des établissements financiers à caractère bancaire à recevoir des dépôts de fonds du public.
- Comissão Bancaire – Circulaire n.º 005-2011/CB/C/CB, relative a la gouvernance des établissements de credit de UMOA.
- Comissão Bancaire, por intermédio de Circulaire n.º 002-2011/CB/C, vem precisar as condições de exercício das funções dos administradores e dos dirigentes dos bancos.
- *Instruction n° 002-04-2010 relative aux conditions de designation de deux (02) commissaires aux comptes par les etablissements financiers a caractere bancaire ne faisant pas appel public a l'epargne.*
- *Circulaire n.º 004-2011/CB/C, relative aux condições d'exercice du comissariat aus comptes aupres des etablissements de credit de L'UEMOA.*
- *Circulaire n.º 003-2011/CB/C, relative a l'organisation du systeme de controle interne des etablissements de credit de L'UEMOA.*
- Avis n° 001-05-2010 relatif au mandat des commissaires aux comptes des établissements de crédit de l'UMOA.
- Règlement N.º 09/2010/CM/UEMOA, du 1 Octobre 2010, e os respectivos Anexos I – VIII-4.
- *“Loi Uniforme n.º 2014-01, relative au traitement des comptes dormants das les livre des organismes financiers des Etats membres de UMOA”, Décision n.º CM/UMOA/005/05/2012, de 20 de maio de 2012, do Conselho dos Ministros da UMOA, que aprovou algumas linhas mestras bem como projecto do quadro jurídico específico referente ao tratamento das contas paradas nos livros de contas no âmbito do espaço da integração UMOA.*
- Instruções do BCEAO, nºs. 005/006/007/, de Junho de 2014, respectivamente, *“relative aux conditions et modalités de recherche des titulaires de comptes demeurés sans intervention depuis huit ans”, “relative aux modalités de transfert à la BCEAO des avoirs dormentes dans les livres des organismes*

financiers des Etats membres de UMOA”, e “fixant les modalités de réclamation par les titulaires ou leurs ayants droit des avoirs dormants conservés par la BCEAO”.

- *“Loi Uniforme portant réglementation des bureaux d’information sur le crédit dans les Etats membres de l’Union Monétaire Ouest Africaine (UMOA)”, de 3 Juin 2013, designadamente nos termos dos arts.1º, 41º-46º, 53º, 54º, 57º e 76º. Disponíveis no www.bceao.int.*
- *“Instruction n.º n.º 002-01-2015 relative aux modalités d’obtention du consentement du client par les fournisseurs de données aux Bureaux d’information sur le crédit dans les états membres de L’UMOA”, entre en vigueur le 13 Janvier 2015, que veio regulamentar a Loi Uniforme des BIC.*

SISTEMA DE PAGAMENTO:

- Règlement n° 15/2002/cm/uemoa relatif aux systèmes de paiement dans les états membres de l’union économique et monétaire ouest africaine.
- Directiva 08/2002/CM/UEMOA, sobre medidas promoções de bancarizações e utilização de moedas de pagamentos escriturais,
- Instruction du 8 mai 2003 relative à la promotion des moyens de paiements scripturaux¹ et à la détermination des intérêts exigés en cas de défaut de paiement.
- Instruction N ° 01 - 2006 - SP DU 31 JUILLET 2006 relative à l’émission de monnaie électronique et aux établissements de monnaie électronique ;
- Instruction N ° 141 - 04 - 07 du 30 avril 2007 relative à la procédure d’accréditation des organismes de qualification et à la procédure d’évaluation et de qualification des prestataires de services de certification électronique dans les Systèmes de Paiements de l’UEMOA ;
- Instruction N°009-07-RSP-2010 du 26 juillet 2010 relative au dispositif de centralisation et de diffusion des incidents de paiement de l’UEMOA.

RELAÇÕES EXTERIORES:

- Règlement n°09/2010/CM/UEMOA/ relatif aux relations financières extérieures des Etats membres de l’(UEMOA).
- Instruction n°01/07/2011/rfe relative à l’exécution des règlements avec l’étranger ou avec les non-résidents.
- Instruction n°02/07/2011/rfe relative à la domiciliation et au règlement des importations.
- Instruction n°03/07/2011/rfe relative à la constitution des dossiers de domiciliation des exportations et à leur apurement.
- Instruction n°04/07/2011/rfe relative à la couverture du risque de change et du risque de prix par les résidents sur les opérations commerciales et financières avec l’extérieur.

- Instruction n°05/07/2011/rfe relative à la délivrance des allocations en devises aux voyageurs résidents.
- Instruction n°06/07/2011/rfe relative aux conditions d'exercice de l'activité d'agréé de change manuel.
- Instruction n°07/07/2011/rfe relative aux opérations de reprise de devises à la clientèle par des sous-délégués.
- Instruction n°08/07/2011/rfe relative aux conditions d'ouverture et aux modalités de fonctionnement des comptes étrangers de non-résidents, des comptes intérieurs en devises de résidents et des comptes de résidents à l'étranger.
- Instruction n°09/07/2011/rfe relative à la délivrance de l'autorisation de l'autorité en charge de la réglementation des relations financières extérieures des États membres de l'UEMOA, aux entités non-résidentes désireuses de faire appel public à l'épargne dans l'UEMOA.
- Instruction n°10/07/2011/rfe relative aux avoirs détenus auprès des banques installées hors de l'UEMOA au titre des besoins courants des établissements de crédit.
- Instruction n°11/07/2011/rfe relative aux comptes rendus périodiques à adresser aux autorités chargées de veiller au respect des dispositions de la réglementation des relations financières extérieures des États membres de l'UEMOA.

SISTEMA DESCENTRALIZADO:

- Loi portant réglementation des systèmes financiers décentralisés.
- Décret d'application de la loi portant réglementation des systèmes financiers décentralisés.
- Instruction n° 025-02-2009 instituant un référentiel comptable spécifique des systèmes financiers décentralisés de l'Union Monétaire Ouest Africaine.
- *Décision du Conseil des Ministres du 17 septembre 2007 et Avis N° 01/2007/RB du 2 novembre 2007 aux banques et établissements financiers relatif au relèvement du capital social minimum des établissements de crédit de l'UMOA et 7. Le capital social minimum est porté, dans une première phase, à cinq (5) milliards pour les banques et à un (1) milliard pour les établissements financiers).*
- Instruction n° 026-02-2009 relative aux conditions de mise en œuvre du plan de comptes prévu par le référentiel comptable spécifique des systèmes financiers décentralisés de l'Union Monétaire Ouest Africaine.
- Instruction n° 030-02-2009 fixant les modalités d'établissement et de conservation des états financiers des systèmes financiers décentralisés de l'Union Monétaire Ouest Africaine.
- *Instruction n° 011-12/2010/rb relative au classement, aux opérations et à la forme juridique des établissements financiers à caractère bancaire).*

- *Instruction n° 012-12/2010/rb fixant les modalités d'obtention de l'agrément en qualité de banque ou d'établissement financier à caractère bancaire, par les filiales d'un établissement de crédit ayant fait l'objet de retrait d'agrément).*
- *Instruction n° 015-12/2010/rb fixant les conditions d'exercice des activités d'intermédiaire en opérations de banque.*
- *Instruction n° 004-06-2010 relative au retrait de la reconnaissance des groupements d'épargne et de crédit en activité dans les Etats membres de l'Union Monétaire Ouest Africaine (UMOA).*
- *Instruction n° 005-06-2010 déterminant les éléments constitutifs du dossier de demande d'agrément des systèmes financiers décentralisés dans les Etats membres de l'Union Monétaire Ouest Africaine (UMOA).*
- *Instruction n° 006-06-2010 relative au commissariat aux comptes au sein des systèmes financiers décentralisés des Etats membres de l'Union Monétaire Ouest Africaine (UMOA).*
- *Instruction n° 007-06-2010 relative aux modalités de contrôle et de sanction des systèmes financiers décentralisés par la Banque Centrale des Etats de l'Afrique de l'Ouest et la Commission Bancaire de l'Union Monétaire Ouest Africaine (UMOA).*
- *Instruction n° 010-08-2010 relative aux règles prudentielles applicables aux systèmes financiers décentralisés des Etats membres de l'Union Monétaire Ouest Africaine (UMOA).*
- *Instruction n° 016-12-2010 relative au financement des immobilisations et des participations par les systèmes financiers décentralisés.*
- *Instruction n° 017-12-2010 relative à l'organisation du contrôle interne au sein des systèmes financiers décentralisés.*
- *Instruction n° 018-12-2010 relative à l'obligation pour les systèmes financiers décentralisés de produire un rapport annuel.*
- *Instruction n° 019-12-2010 relative à la mise en place d'un fonds de sécurité ou de solidarité au sein des réseaux d'institutions mutualistes ou coopératives d'épargne et de crédit.*
- *Instruction n° 020-12-2010 relative aux indicateurs périodiques à transmettre par les systèmes financiers décentralisés au Ministre chargé des Finances, à la Banque Centrale et à la Commission Bancaire de l'Union Monétaire Ouest Africaine (UMOA).*
- *Instruction n° 021-12-2010 déterminant la catégorie de systèmes financiers décentralisés autorisée à appliquer la version allégée du référentiel comptable.*
- *Décision n° 061-03-2011 relative aux critères d'admissibilité des crédits bancaires octroyés aux systèmes financiers décentralisés en support des refinancements de la BCEAO.*
- *Instruction n° 017-04/2011 établissant la liste des documents et informations constitutifs du dossier d'agrément en qualité d'établissement de crédit.*
- *Instruction n° 018-04/2011 établissant la liste des documents et informations constitutifs du dossier de déclaration d'intention d'installation dans le cadre de l'agrément unique.*

- *Instruções BCEAO n.ºs 19 a 22, de Dezembro de 2011).*
- Instruction N.º 01/07/2011/RFE, du 13 Juillet 2011, relative à l'exécution des règlements avec l'étranger ou avec les non-résidents.
- Instruction N.º 02/07/2011/RFE, du 13 Juillet 2011, relative à la domiciliation et au règlement des importations.
- Instruction N.º 03/07/2011/RFE relative à la constitution des dossiers de domiciliation des exportations et à leur apuramento.
- Instruction N.º 04/07/2011/RFE, du 13 Juillet 2011, relative à la couverture du risque de change et du risque de prix par les résidentes sur les opérations commerciales et financières avec l'étranger.
- Instruction N.º 05/07/2011/RFE, du 13 Juillet 2011, relative à la délivrance des allocations en devises aux voyageurs résidentes.
- Instruction N.º 065/07/2011/RFE, du 13 Juillet 2011, relative aux conditions d'exercice de l'activité d'agréé de change Manuel.
- Instruction N.º 07/07/2011/RFE, du 13 Juillet 2011, relative aux opérations de reprise de devises à la clientèle par des sous-délégués.
- Instruction N.º 08/07/2011/RFE, du 13 Juillet 2011, relative aux conditions d'ouverture et aux modalités de fonctionnement des comptes étrangers de non-résidents, des comptes intérieurs en devises de résidents et des comptes de résidents à l'étranger.
- Instruction N.º 09/07/2011/RFE, du 13 Juillet 2011, relative à la délivrance de l'autorisation de l'Autorité en charge de la réglementation des relations financières extérieures des états membres de l'Union Economique et Monétaire Ouest Africaine (UEMOA), aux entités non-résidents désireuses de faire appel public à l'épargne dans UEMOA.
- Instruction N.º 10/07/2011/RFE, du 13 Juillet 2011, relative aux avoirs détenus auprès des banques installées hors de UEMOA au titre des besoins courants des établissements de crédit.
- Instruction N.º 11/07/2011/RFE, du 13 Juillet 2011, relative aux comptes rendus périodiques à adresser aux autorités chargées de veiller au respect des dispositifs de la réglementation des relations financières extérieures des états membres de l'UEMOA.

BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS:

- Directiva n.º 07/2002/CM/UEMOA de 19 de Setembro relativo à luta contra o branqueamento de capitais nos Estados Membros da UEMOA.
- Loi uniforme relative à la lutte contre le blanchiment de capitaux dans les Etats membres de l'Union Economique et Monétaire Ouest Africaine (UEMOA).
- Décret-cadre portant création, organisation et fonctionnement d'une cellule nationale de traitement des informations financières.

- Règlement n° 14/2002/CM/UEMOA, 19 Septembre, relatif au gel des fonds et autres ressources financières dans le cadre de la lutte contre le financement du terrorisme dans les Etats membres de l'Union Economique et Monétaire Ouest Africaine (UEMOA).
- Décision n° 06/2003/CM/UEMOA relative à la liste des personnes, entités ou organismes visés par le gel des fonds et autres ressources financières dans le cadre de la lutte contre le financement du terrorisme dans les Etats membres de l'Union Economique et Monétaire Ouest Africaine (UEMOA).
- Décision N° 04/2004/CM/UEMOA portant modification de la Décision N° 06/2003/CM/UEMOA du 26 juin 2003 relative à la liste des personnes, entités ou organismes visés par le gel des fonds et autres ressources financières, dans le cadre de la lutte contre le financement du terrorisme dans les Etats membres de l'UEMOA, signée le 5 juillet 2004.
- Conseil des Ministres de l'Union a adopté le 19 septembre 2002, le Règlement n°14/2002/CM/UEMOA sur le gel des fonds des personnes, organismes et entités terroristes”.
- Instrução n.º 01/2007/RB de 2 de Julho relativo à luta contra o branqueamento de capitais no seio dos organismos financeiros da UEMOA.
- 40 Recomendações do GAFI.
- Guia de referência anti branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo do Banco Mundial.

1.2. DIREITO COMPARADO

1.2.1. PAISES DA UEMOA

- **BENIN** - Loi n° 2012-24 du 24 juillet 2012, *Portant Règlementation bancaire en République du Bénin*, Revoga por força do seu art.114° a então Loi n° 90-018 du 27 juillet 1990, loi n°2000-12 du 15 janvier 2000 et Code penal du Benin.
- **BURKINA FASO** - Loi n° 058-2008/an, *portant reglementation bancaire au Burkina Faso*, JO n°02 du 08 janvier 2009, Revoga por força do seu art.114° a então Loi 012/96/ADP du 02 mai 1996. Loi n°073/97/2/AN/ du 17 décembre 1997, et Code pénal du Burkina.
- **COTE D'IVOIRE** – Ordennance N.º 2009-385 Du 1 Décembre 2009, *portant reglementation bancaire*, Revoga por força do seu art.114° a então Loi n° 90-589 du 25 juillet 1990, Loi n° 90-592, Décret n° 90-592, Décret n° 90-593 du 25 juillet 1990. Loi n°97-518 du 4 septembre 1997 et Code pénal de la Côte d'Ivoire.

- **MALI** - Loi N 08 043 Du 1 Decembre 2008, *Portant Reglementation bancaire*, Revoga a então Loi n° 90-74 /AN-RM Décret n° 90-369 P-RM du 4 septembre 1990 du 4 octobre 1990. Loi n°97-021 du 14 mars 1997 et Code penal du Mali.
- **NIGER** - Loi n°2008-33 du 3 juillet 2008, *portant réglementation bancaire*, Revoga por força do seu art.114° a então Loi n° 90-18 du 6 août 1990. Ordonnance n°96-013 du 04 avril 1996 et Code pénal du Niger.
- **SENEGAL** - Loi n° 2008-26 du 28 juillet 2008, *portant règlement bancaire*, JO n° 6437 du samedi 8 novembre 2008, Revoga por força do seu art.114° a então Loi n° 90-06 du 26 juin 1990. Loi Uniforme 2009-16 relative a la lutte contre le financement du terrorisme du Senegal. **Loi n° 2004-09 du 6 février 2004 relative à la lutte contre le blanchiment de capitaux** ci-après, « la loi uniforme relative à la lutte contre le blanchiment de capitaux ». Loi n°96-13 du 28 août 1997 et Code pénal du Sénégal.
- **TOGO** - *Loi no 2009 - 019 du 07/09/ 09 portant reglementation bancaire*, JO 07 Setp. 2009, Revoga por força do seu art.114° a então Loi n° 90-17 du 5 novembre 1990. Loi n°98-007 du 18 mars 1998 et Code pénal du Togo.

1.2.2. OHADA. TRATADO E ATO UNIFORME

- Tratado da OHADA (Suplemento ao Boletim Oficial N.º 3, de 17 de Janeiro de 1994 – que publica a Resolução N.º 1/95, que aprova o Tratado da OHADA.)
- **Actos Uniformes da OHADA**, Publicados nos Suplementos ao Boletim Oficial N.º38, de Setembro de 2005. Incluindo ainda os outros Actos Uniformes, designadamente: AU Relativo à Contabilidade, Publicado no 5º Suplemento ao BO n.º 38, de 23 de Setembro de 2005; AU Relativo as Sociedade Comerciais AIE, Publicado no 2º Suplemento ao BO n.º 38, de 21 de Setembro de 2005; AU Relativo ao Contrato de Transporte de Mercadoria, Publicado no 3º Suplemento ao BO n.º 38, de 21 de Setembro de 2005; AU Relativo ao Direito de Arbitragem, Publicado no 4º Suplemento ao BO n.º 38, de 21 de Setembro de 2005:
- AU sobre o Direito Comercial Geral - AUDCG
- AU sobre Direito das Sociedades Comerciais e dos Agrupamentos de Interesse Económico - AUDSCAIE.
- AU - Acto Uniforme da OHADA relativo `às Garantias foi adoptado em 15 de Dezembro de 2010, Publicado no JO OHADA N.º 22, de 15 de Fevereiro de 2011.
- Acte Uniforme du 24 Mars 2000 Portant Organisation et Harmonisation des Comptabilités des Intreprises, JO OHADA n.º 10, 20711/2000, p.1 e ss

- AU sobre os Procedimentos Simplificados de Recuperação de Créditos e das Vias de Execução – AUPSRCVE (AUPCE foi adoptado em 10 de Abril de 1998 e publicado no JO OHADA n.º 06 de 01 de Julho de 1998. Na Guiné-Bissau este acto único foi republicado em Português, entre outros actos únicos, no 4º Suplemento ao BO de 23 de Setembro de 2005).
- AU sobre Organização dos Processos Colectivos de Apuramento do Passivo - AUOPCAP
- AU sobre o Transporte Rodoviário de Mercadorias – AUTRM

1.3. PAISES DA CPLP

1.3.1. TIMOR-LESTE

- Lei n.º 5/2011, promulgado em 14 de Junho de 2011, e por força do artigo 143.º da Constituição de Timor Leste CTL, que crie Banco Central de Timor-Leste - BCTL e aprova, inclusive, a Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste – LO BCTL. Revoga o Regulamento 2001/30, que institui autoridade bancária e de supervisão da República de TL.
- UNTAET/REG/8, de 25 de Fevereiro de 2000, que aprova o Regulamento n.º 8/2000, sobre o Licenciamento e Supervisão Bancária.
- UNTAET/REG/2000/5, de 20 de Janeiro de 2000, que aprova o Regulamento n.º 5/2000, sobre licenciamento e a abertura de Casas de Câmbio.
- Decreto-Lei n.º 20/2003, de 28 de Outubro de 2003, regula a moeda e poder liberatório pleno da moeda timorense. Revoga parcialmente o Regulamento UNTAET/2001/14, sobre a moeda legal em TL, ressalva as disposições dos Regulamentos UNTAET/2000/2 e UNTAET/2000/7.
- Lei Nº 6/2005 da RDTL sobre Companhias de seguros e Intermediários, que completam assim o sistema financeiro no Timor-Leste.

1.3.2. CABO-VERDE

- Constituição da República de Cabo-Verde de 1992, aprovada pela Lei Constitucional n.º 1/IV/92, de 25 de Setembro, alterada pelas Leis Constitucionais n.ºs 1/IV/95, de 13 de Novembro, 1/V/99, de 23 de Novembro e por último revista e alterada pela Lei Constitucional n.º 1/VII/2010, de 03 de Maio, Publicada no Boletim Oficial da República de Cabo-Verde, I Série, n.º 17, de 03 de Maio, página 394 e ss.
- Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde – LOBCV foi adoptada pela Lei n.º 10/VI/2002, de 15 de Julho (Publicada no Boletim Oficial da República de Cabo-Verde, I Série, n.º 21, de 15 de Julho de 2002, p.

606 e ss.), que revoga e substitui a antiga LOBCV de 1990, que revogara a Lei nº 13/76, de 26 de Junho, que aprovara a primeira LOBCV.

- Lei nº 25/75 de 29 Setembro, foi criado o Banco de Cabo Verde - BCV, permitindo o exercício, através de um instituto de emissão, exclusivamente nacional, do seu direito inalienável de emissão de moeda. Mais tarde, a 30 de Junho de 1976, através da Decisão com Força de Lei nº 13/76, de 26 de Junho, foi aprovada a primeira Lei Orgânica do BCV.
- Lei nº 38/VII/2009, de 20 de Abril, referente às medidas de prevenção e repressões de branqueamentos de capitais,
- Lei nº 38/VII/2009, de 27/04, consagra dever de colaboração das instituições financeiras no âmbito de prevenção e repressão de branqueamento de capitais.
- DL nº 9/2012, de 20/03, institui a Unidade de Informação Financeira – UIF – que funciona junto do Banco de CV.
- Resolução nº 44/2014, de 02/06, que aprova o Plano Nacional Integrado de Luta contra a Droga e Crime (Banco de CV)
- Lei nº 61/VIII/2014, de 23 de Abril, que aprova a nova LBSF-CV, que revoga a Lei das Instituições de crédito e parabancárias de CV – LICP-CV - Lei nº 3/V/96, de 1 de julho, Lei nº 43/III/88, de 27/12, referente a Lei de Bases de Instituições Financeiras Internacionais, DL 12/2005, de 7/02, sobre direito de estabelecimento das Instituições Financeiras Internacionais em CV, e o DL 1/2005, de 2/05, que autorizara Correios de CV, SARL a prestar serviços financeiros específicos de instituições de crédito.
- Aviso 3/2014, de 17/10, sobre o exercício da supervisão comportamental das Instituições financeiras na comercialização de produtos e serviços bancários, bem como deveres de prestação de informação, e a preservação dos dados dos clientes e das suas operações no âmbito discreto ou confidencial, arts.2º. al. f) e 10º.
- Decreto-Legislativo nº 12/95, de 26 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Legislativo nº 12/2010, de 08 de Novembro, sobre restrição do uso de cheque (Publicada no BO da República de CV, I Série, nº 43, de 08 de Novembro de 2010, p. 1710 e ss.)
- Lei nº 3/V/96, de 1 de Julho (Publicada no BO da República de CV, I Série, nº 20, de 1 de Julho de 1996, p. 227 e ss.), revista pontualmente pela Lei nº 4/VIII/2011, de 29 de Agosto, a qual regula a constituição, o funcionamento e as actividades das instituições de crédito e parabancárias (Publicada no BO da República de CV, I Série, nº 29, de 29 de Agosto de 2011, p. 1012 e ss.).
- Lei nº 78/V/98, de 7 de Dezembro, relativa aos activos e passivos financeiros (Os arts. 10º, als. g), h) e i), nº 1, e 18º, da Lei nº 78/V/98, de 7 de Dezembro, foram alterados pela Lei nº 5/VIII/2011, de 29 de

Agosto, publicada no BO da República de CV, I Série, n.º 29, de 29 de Agosto de 2011, p. 1012 e ss.).

- Portaria n.º 19/2005, de 14 de Março (Publicada no BO da República de CV, I Série, n.º 11, de 14 de Março de 2005, p. 310 e ss), alterada e aditada pontualmente pela Portaria n.º 14/2013, de 22 de Fevereiro (Publicada no BO da República de CV, I Série, n.º 11, de 22 de Fevereiro de 2013, p. 270 e ss) (na parte respeitante ao montante mínimo de capital social das Sociedades de Garantia Mútua),
- Lei n.º 16/VII/2007, de 10 de Setembro, Publicada no BO n.º 34, I Série, relativa a segurança interna e prevenção de criminalidade.
- Avisos: n.º 2/13, de 18 de Abril (sobre sistema de gestão do risco de crédito), n.ºs 4 e 5/11, de 26 de Outubro (estabilidade de sistema financeiro CV), n.º 3/07, de 19 de 19 de Novembro (sobre fundos próprios dos bancos em CV), e n.ºs 4,, 5 e 7/05, de 12 de Setembro (referentes às provisões, rácio de solvabilidade e limites à concentração de risco e afins).
- Acórdão do STJ de CV, n.º 71/2007, de 19 de Dezembro, proferido ao abrigo da antiga lei de prevenção e repressão de branqueamento de capitais.

1.3.3. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE:

- LO do BCSTP foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 8/92, de 3 de Agosto de 1992
- Decreto-Lei n.º.16/76, de 24 de Maio, relativa a nacionalização da Agência do BNU e passou-se a denominar Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe - "BNSTP".
- Lei n.º 9/92, de 3 de Agosto, constituindo assim um quadro jurídico único modelador de todas as actividades desenvolvidas pelos bancos comerciais e pelas sociedades financeiras.
- Regulamento n.º 06/2004, de 05 de Julho de 2004, referente às regras do funcionamento para os bancos de investimentos, aprovado pelo BCSTP, por força dos arts.8º, al.c) e 38º, da sua Lei Orgânica; e arts.2.º, 7.º e 8.º da LIFSTP.
- Regulamento de Intervenção do BCSTP nas instituições financeiras, do BCSTP n.º 20/2009, de 31 de Dezembro de 2009, que vem, em gesto de complementaridade, prever condições, requisitos e fundamentos da intervenção do BCSTP, sobretudo no se refere ao procedimento da insolvência.

1.3.4. MOÇAMBIQUE:

- Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, Aprovado por Decreto n.º 46982, Publicado no BO n.º 20 I Série, de 19 de Maio de 1966 (Moçambique).
- Decreto-Lei n.º 41969, de 24 de Novembro de 1958, relativo ao Código de SISA e do Imposto sobre Sucessões e Doações.
- Decreto - Lei n.º 187/70, de 30 de Abril, referente a obrigatoriedade de declaração dos bens

abandonados a favor do Estado.

- “*Acordo de Lusaka*”, celebrado entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique através de uma reunião realizada entre 5 a 7 de Setembro de 1974 (Publicado no BO n.º 117, I Série), que visava, no essencial, assentar um acordo conducente à independência total de Moçambique.
- Decreto-Lei n.º 451/74, de 13 de Setembro, Publicado no BO n.º 113, I Série, que crie Banco Central de Moçambique e nacionaliza do Departamento do Banco Nacional Ultramarino – BNU.
- Decreto n.º 2/75, de 17 de Maio de 1975, Publicado no BO n.º 59, I Série, que cria o Banco de Moçambique - BM e aprovou a respectiva Lei Orgânica – LOBM, mais tarde revogado pelo Conselho de Ministro da República Popular de Moçambique, com adopção da Resolução n.º 3/76, de 17 de Agosto.
- Decreto n.º 16/78, de 21 de Outubro (Publicado no BR n.º 126, I Série de 21 de Outubro).
- Lei n.º 1/92, de 03 de Janeiro, Publicada no Boletim da República n.º 001, I Série, 2º Suplemento ao Boletim Oficial de 03 de Janeiro de 1992, que adota Lei Orgânica do Banco de Moçambique – LO - BM.
- Lei n.º 3/97, de 13 de Março, que estabelece o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas em Moçambique.
- Lei n.º 5/98, de 15 de Julho, sobre a rescisão do contrato de convenção de cheque.
- Lei Bancária Moçambicana – LBM, aprovada pela Lei n.º 15/99, de 1 de Novembro, publicada no Boletim da República – BR n.º 43, 1ª série de 1 de Novembro de 1999.
- Lei 28/91, de 31 de Dezembro, relativa às instituições de crédito.
- Decreto n.º 34/92, de 26 de Outubro, igualmente sobre as regulamentações das instituições de crédito.
- Decreto n.º 48/89, de 28 de Dezembro, relativo ao exercício de actividade de intermediação financeira.
- Lei n.º 14/2013, de 12 de Agosto, relativa à prevenção e repressão de branqueamento de capitais e do terrorismo.
- Decreto – Lei n.º 1/2010, de 31 de Dezembro, que aprova o regime jurídico dos seguros; Decreto n.º 29/2012, de 26 de Julho, refere o Estatuto Orgânico do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique.
- Diploma Ministerial n.º 300/2012, de 14 de Novembro, sobre regulamento interno do Instituto de Supervisão de Seguros.
- Decreto n.º 30/2011, de 11 de Agosto, estabelece condições de acesso e de exercício da atividade seguradora e da respetiva mediação.
- Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, que estabelece o Regime de Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Instituições Públicas.
- Lei n.º 9/2004, de 21 de Julho Publicada no Boletim da República n.º 29, I Série, de 21 de Julho de 2004, pág. 274 a 282.

- Lei n.º 7/2002, de 15 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico relativo às instituições de crédito e das sociedades financeiras, bem como a prevenção e repressão da utilização do sistema financeiro para a prática de actos de branqueamento de capitais (Publicada no BR n.º 007, I Série, de 13 de Fevereiro de 2002, pág. 95 – 101.).
- Regulamento da Lei das Instituições de Crédito e Sociedade Financeiras, aprovado pelo Decreto n.º 56/2004, de 10 de Dezembro (Publicado no BR n.º 048, I Série, 2º Suplemento, de 10 de Dezembro de 2004, págs. 528-554, que revogara o anterior regulamento da lei das ICSF moçambicana, aprovado pelo Decreto n.º 11/2001, de 20 de Março que visava a regulamentação da versão original da LRBM Lei n.º 15/99, de 1 de Novembro, com o propósito de ajustar o presente regulamento às alterações substanciais operadas na regulamentação da banca e das suas actividades com a aprovação da Lei n.º 9/2004, de 21 de Julho).
- Regulamento de micro finanças, aprovado pelo Decreto n.º 57/2004, de 10 de Dezembro (Publicado no BR n.º 048, I, Série, 2º Suplemento, de 10 de Dezembro de 2004, págs. 554-563).
- Decreto n.º 1/2006, de 28 de Fevereiro (Publicado no BR n.º 008, I, Série, 2º Suplemento de 28 de Fevereiro de 2006, pág. 36.).
- Decreto n.º 37/2004, de 08 de Setembro (Publicado no BR n.º 036, I, Série, de 08 de Setembro de 2004, pág. 350 – 354), aprova o regulamento da Lei n.º 7/2002, de 5 de Fevereiro, relativa à prevenção e repressão de branqueamento de capitais, alterado pelo
- Lei n.º 14/2007, de 27 de Junho, que cria o Gabinete de Informação Financeira de Moçambique – GIFiM, (Publicada no BR n.º 026, I, Série, de 27 de Junho de 2007, pág. 237 – 238).

1.3.5. ANGOLA:

- Decreto – Lei n.º 187/70, de 30 de Abril, relativo ao regime dos bens abandonados a favor do Estado.
- Leis n.ºs 5/97 e 6/97, sobre a banca angolana, publicadas em 27 de Junho de 1997.
- Decreto Executivo n.º 30/97, de 25 de Junho, referente aos meios de pagamentos em geral, que transpôs Convenção de Genebra relativa a Lei Uniforme sobre Cheque, os seus anexos e protocolos.
- Decreto Executivo n.º 31/97, de 25 de Junho, regula o regime das letras e livranças.).
- Aviso n.º 2/98, de 12 de Junho, do BNA, abertura e funcionamento dos bancos em Angola.
- Aviso n.º 4/98, 11 de Dezembro, outras condições, designadamente o capital social mínimo de USD. 4.000.000,00, reduzido para até metade para as instituições financeiras com a sede social fora do capital de Angola.
- Aviso n.º 1/00, de 11 de Fevereiro, do BNA, estabelece o regime geral do sistema de pagamentos, que por seu turno, regula, entre outros aspectos, as operações de transferências de fundos, a compensação nas operações de pagamentos interbancárias, a câmara de compensação, e outros canais de informações e de centralização de informações relacionadas com os riscos de liquidez e de crédito.

- Aviso n.º 2/01, de 30 de Novembro, do BNA, e o respectivo Anexo I relativo ao Regulamento do Subsistema de Operações Activas da Central de Incidentes de Crédito.
- Aviso n.º 1, de 19 de Abril de 2013, que estabelece deveres das instituições financeiras referentes à governação corporativa, maxime quanto a estrutura de capital, estratégia de actuação e de gestão de risco, modelo de organização societária, transparência e divulgação de informação que possa entroncar com a matéria do sigilo bancário, adopção de código de conduta, etc..., e segundo,
- Aviso n.º 2, de 19 de Abril de 2013, que regula dever de criação de sistemas de controlo interno pelas instituições de crédito.
- Aviso n.º 3, de 22 de Abril de 2013, vem regular o âmbito da supervisão em base consolidada, para efeitos prudenciais, aplicável às empresas – mãe dos grupos financeiros, sem prejuízo da sua sujeição à supervisão em base individual.
- Avisos n.ºs 21 e 22/2012, de 25 de Abril, que vêm estabelecer as obrigações de identificação e diligência, e incrementar um sistema de prevenção de branqueamento de capitais e do terrorismo, impondo a criação do *compliance office* na estrutura organizacional dos bancos.
- Aviso n.º 2/10, de 18 de Novembro, do BNA, e o respectivo Anexo I, relativo ao Regulamento do Subsistema de Operações Ativas da Central de Informações e risco de Crédito - CIRC.
- Aviso 05/2012, de 29 de Março, relativo a protecção de consumidor dos produtos e serviços financeiros.
- Lei n.º 12/2015, de 17 de Junho, que aprova a nova “Lei de Bases do Sistema Financeiro” de Angola, que revoga a Lei n.º 13/2005, de 30 de Setembro, que aprovara regime jurídico das Instituições Financeiras em Angola – LIFA, e revoga expressamente a antiga Lei n.º 1/99, de 23 de Abril, que regia o regime geral das instituições financeiras – LIFA, Este diploma legal revogara e substituíra a antiga LIFA angolana, Lei n.º 5/91, de 20 de Abril, vide o seu art.141.
- Lei n.º 16/2010, de 15 de Julho, do BNA, foi publicada no Diário da República – DR, I Série, n.º 132, que revoga a Lei n.º 6/97, de 11 de Julho, que aprova a Lei Orgânica do Banco Nacional de Angola – BNA, que por seu turno revogara a antiga Lei n.º 4/91, de 20 de Abril, que por seu turno revogara a primeira Lei n.º 69/76, de 11 de Novembro, que aprovara a lei do BNA.)
- Resolução n.º 19/99, de 30 de Julho, publicada no DR I.ª Série n.º 31, a Resolução n.º 21/10, de 22 de Junho publicada no DR I.ª Série n.º 115 e a Resolução n.º 38/10, de 17 de Dezembro, publicada no DR I.ª Série n.º 239, que ratificam as Convenções das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas, a criminalidade transnacional e a supressão do financiamento ao terrorismo
- Lei n.º 12/10, de 9 de Julho, que representa reforço das funções das autoridades angolanas na prevenção e repressão do branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo.
- Lei n.º 34/11 de 12 de Dezembro de 2011, que aprova a lei contra branqueamento de capitais e luta contra financiamento ao terrorismo mundial.
- Decreto Presidencial n.º 35/11, de 15 de Fevereiro, a Unidade de Informação Financeira – UIF

- Lei n.º 22/2015, de 31 de Agosto, que aprova Código de Valores Mobiliários de Angola.
- Código de Conduta dos Mercados Monetários Interbancários - MMI e dos Mercados Cambial Interbancários – MCI aprovado pelo BNA por força do art.58º da nova LIFA.

1.4. UNIÃO EUROPEIA/PORTUGAL:

➤ UNIÃO EUROPEIA:

- Directiva 73/183/CEE do Conselho, de 28 de Junho de 1978, Pub. JOCE L 194, de 16 de Julho de 1973.
- Directiva 77/80/CEE do Conselho, de 12 de Dezembro de 1978, com as alterações introduzidas pelas Directivas do Conselho 85/137/CEE, 86/524/CEE, 89/646/CEE, e 96/13/CE, Publicados, respectivamente, no JOCE L 322, de 17 de Dezembro de 1977; JOCE L 183, de 16 de Julho de 1985; JOCE L 106, de 23 de Abril de 1986; JOCE L 309, de 4 de Novembro de 1986; e JOCE L 66, de 11 de Março de 1996.
- Directiva 89/646/CEE, do Conselho, de 15 de Dezembro de 1989, JOCE L 386, de 30 de Dezembro de 1989.
- Directiva 87/102/CEE, do Conselho, de 22 de Dezembro de 1986, alterada pela Directiva 90/88/CEE, de 22 de Fevereiro de 1990, publicadas, respectivamente, no JOCE L 42, de 12 de Fevereiro de 1987 e JOCE L 61, de 10 de Março de 1990.
- Directiva 89/177/CEE, do Conselho, de 13 de Fevereiro de 1989, JOCE L 44, de 16 de Fevereiro de 1989.
- Directiva 89/299/CEE, do Conselho, de 17 de Abril de 1989, alterada pela Directiva 91/633/CEE, e Directiva 92/16/CEE, JOCE L 124, de 5 de Maio de 1989, JOCE de 11 de Dezembro de 1991, e JOCE L 75, de 21 de Março de 1992.
- Directiva 89/647/CEE, do Conselho, de 18 de Dezembro de 1989, JOCE L 386, de 30 de Dezembro de 1989, alterada depois pelas Directivas da Comissão 91/31/CEE, 94/7/CEE, 95/15/CEE, e 95/67/CEE, JOCE L 314, 28 de Dezembro de 1995.
- Directiva 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho de 1991, JOCE L 166, de 28 de Junho de 1991
- Autoridade Bancária Europeia – ABE instituída pelo Regulamento (UE) n.º 1093/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho.
- Regulamento (UE) n.º 575/2013, do PEC,
- Directiva 73/183/CEE do Conselho, de 28 de Junho de 1978, Pub. JOCE L 194, de 16 de Julho de 1973.

- Directiva 77/80/CEE do Conselho, de 12 de Dezembro de 1978, com as alterações introduzidas pelas Directivas do Conselho 85/137/CEE, 86/524/CEE, 89/646/CEE, e 96/13/CE, Publicados, respectivamente, no JOCE L 322, de 17 de Dezembro de 1977; JOCE L 183, de 16 de Julho de 1985; JOCE L 106, de 23 de Abril de 1986; JOCE L 309, de 4 de Novembro de 1986; e JOCE L 66, de 11 de Março de 1996.
- Directiva 89/646/CEE, do Conselho, de 15 de Dezembro de 1989, JOCE L 386, de 30 de Dezembro de 1989.
- Directiva 87/102/CEE, do Conselho, de 22 de Dezembro de 1986, alterada pela Directiva 90/88/CEE, de 22 de Fevereiro de 1990, publicadas, respectivamente, no JOCE L 42, de 12 de Fevereiro de 1987 e JOCE L 61, de 10 de Março de 1990.
- Directiva 89/177/CEE, do Conselho, de 13 de Fevereiro de 1989, JOCE L 44, de 16 de Fevereiro de 1989.
- Directiva 89/299/CEE, do Conselho, de 17 de Abril de 1989, alterada pela Directiva 91/633/CEE, e Directiva 92/16/CEE, JOCE L 124, de 5 de Maio de 1989, JOCE de 11 de Dezembro de 1991, e JOCE L 75, de 21 de Março de 1992.
- Directiva 89/647/CEE, do Conselho, de 18 de Dezembro de 1989, JOCE L 386, de 30 de Dezembro de 1989, alterada depois pelas Directivas da Comissão 91/31/CEE, 94/7/CEE, 95/15/CEE, e 95/67/CEE, JOCE L 314, 28 de Dezembro de 1995.
- Directiva 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho de 1991, JOCE L 166, de 28 de Junho de 1991.
- Directiva 92/30/CEE, do Conselho, de 6 de Abril de 1992, JOCE L 110, de 28 de Abril de 1992. Directiva 92/121/CEE, do Conselho, de 12 de Dezembro de 1992, JOCE L 29, de 5 de Fevereiro de 1993.
- Directiva 94/19/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho - PEC, de 30 de Maio de 1994, JOCE L 135, de 31 de Maio de 1994. Atualmente esta matéria vem regida pela Directiva 2014/49/UE, de 16 de Abril de 2014, adotada pelo Parlamento Europeu e Conselho – PEC.
- Directiva 2007/64/CE, do PEC, de 13 de Novembro de 2007, relativa aos serviços de pagamento no mercado interno, com a entrada em vigor a partir de 1 de Novembro de 2009 (Pub. JO. L 319, de 5 de Dezembro de 2007. O conteúdo integral desta Directiva 2007/64/CE no site do BP: www.bportugal.pt), revoga a Directiva 2007/64/CE vem revogar expressamente a Directiva 97/5/CE, relativa às transferências bancárias transfronteiriças, art.93º. Outrossim, altera nos termos prescritos nos arts.88º, 89º, 90º, 91º, 92º e 93º das Directivas: 97/7/CE, 2002/65/CE, 2005/60/CE e 2006/48/CE.
- Directiva n.º 2009/110/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Setembro relativa ao acesso à actividade das instituições de moeda electrónica, ao seu exercício e à sua supervisão prudencial, transposta para o direito interno português pelo Decreto-Lei n.º 242/2012, de 7 de Novembro, que altera o regime anexo ao Decreto-Lei n.º 317/2009 de 30 de Outubro, que aprova o

regime jurídico relativo ao acesso à actividade das instituições de pagamento e à prestação de serviços de pagamento conforme a Directiva 2007/64/CE.

- Regulamento (CE) n.º 924/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo aos pagamentos transfronteiriços em euros, que revoga o Regulamento da CE n.º 2560/2001.
- Regulamento (UE) N.º 260/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de março - Estabelece os requisitos técnicos e de negócio para as transferências a crédito e os débitos diretos.
- Diretiva n.º 2010/78/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010 ("Diretiva Omnibus I").
- Diretiva n.º 2010/73/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, que altera as Diretivas n.º 2003/71/CE, e n.º 2004/109/CE), transposta para o direito interno português através do Decreto-lei n.º 18/2013, de 02 de Junho.
- A Directiva 2006/70/CE da Comissão, de 1 de Agosto de 2006, que estabelece medidas de execução da Directiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à definição de "pessoa politicamente exposta".
- Regulamento (CE) n.º 1889/2005, de 26 de Outubro de 2005, relativo ao controlo das somas em dinheiro líquido que entram ou saem da Comunidade.
- Directiva 91/308/CEE do Conselho, de 10 de Junho de 1991, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais, na redacção dada pela Directiva 2001/97/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Dezembro de 2001
- Acordo sobre a troca automática de informações foi adoptada na reunião ministros das Finanças dos 28 Estados – Membros (ECOFIN), de 14 de Outubro de 2014.
- Regulamento (UE) n.º 904/2010 do Conselho, de 07.10.2010, em vigor desde 2012, relativo à cooperação administrativa no domínio do IVA.
- A Directiva 2010/24/UE do Conselho, de 16.03.2010, elativa à assistência mútua em matéria de cobrança de impostos, melhora a capacidade dos Estados-Membros em matéria de cobrança transfronteiriça de impostos.
- Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 - Proteção de dados pessoais e à livre circulação desses dados, revoga a Directiva 95/46/CE, com a entrada em vigor prevista para 25 de Maio de 2018.

➤ **PORTUGAL:**

- Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras - RGIC - Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, e alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 246/95, de 14 de setembro, 232/96, de 5 de dezembro, 222/99, de 22 de junho, 250/2000, de 13 de outubro, 285/2001, de 3 de novembro, 201/2002, de 26 de setembro, 319/2002, de 28 de dezembro, 252/2003, de 17 de outubro,

145/2006, de 31 de julho, 104/2007, de 3 de abril, 357-A/2007, de 31 de outubro, 1/2008, de 3 de janeiro, 126/2008, de 21 de julho, e 211-A/2008, de 3 de novembro, pela Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 162/2009, de 20 de julho, pela Lei n.º 94/2009, de 1 de setembro, pelos Decretos-Leis n.ºs 317/2009, de 30 de outubro, 52/2010, de 26 de maio, e 71/2010, de 18 de junho, pela Lei n.º 36/2010, de 2 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 140-A/2010, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 46/2011, de 24 de junho, e pelos Decretos-Leis n.ºs 88/2011, de 20 de julho, 119/2011, de 26 de dezembro, e 31-A/2012, de 10 de Fevereiro, pelo Decreto-Lei 342/2012 que altera os artigos 2.º, 3.º, 4.º, 8.º, 13.º, 116.º-D, 117.º-A, 167.º, 198.º, 199.º-I e 212.º

- Lei n.º 10/91, de 29 de Abril, alterada pela Lei n.º 28/98, de 26 de Outubro, bem como a Lei n.º 41/2004, de 18 de Agosto, que transpõe para o direito interno português a Directiva n.º 2002/58/CE, de 12 de Julho, sobre tratamento de dados pessoais e à protecção da privacidade no sector das comunicações electrónicas, actualmente alterada pela Lei n.º 46/2012, de 29 de Agosto, que, igualmente, transpõe a Directiva 2009/136.
- Decreto-Lei n.º 321/97, de 26 de Novembro, revogado pelo artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 476/99, de 9 de Novembro, institui e define o estatuto jurídico da Unidade de Coordenação da Luta contra a Evasão e a Fraude Fiscal e Aduaneira (UCLEFA).
- Aviso do Banco de Portugal de 14/10/08 – Publicado no DR. 2ª série, n.º 202, de 17/10/08, sobre fundos próprios;
- Decreto-Lei n.º 211-A/08, de 3 de Novembro e Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2008, de 9 de Dezembro, relativo aos deveres de informação e de transparência;
- Avisos do Banco de Portugal n.ºs 4 e 5/2009, de 11 de agosto, Publicados no DR. 2ª série, n.º 161, de 20 de agosto de 2009, sobre deveres de informações relativos a depósitos bancários e produtos complexos, respectivamente;
- Decreto-Lei n.º 94/2009, de 1 de Setembro, que integra medidas de derrogação de sigilo bancário.
- DL n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro, foi alterado o RGIC, que introduz alterações pontuais ao RGIC referente a obrigatoriedade de comunicação e de denúncia ao Banco de Portugal em situações de irregularidades nas instituições de crédito.
- Decreto-Lei n.º 242/2012, de 7 de Novembro, que altera o regime anexo ao Decreto-Lei n.º 317/2009 de 30 de Outubro (artigos 1.º a 13.º, 15.º a 21.º, 23.º, 24.º, 26.º, 31.º, 34.º a 38.º, 41.º, 45.º, 46.º, 50.º, 53.º, 55.º, 56.º, 58.º, 59.º, 62.º, 63.º, 64.º, 73.º, 77.º, 85.º a 88.º, 90.º a 96.º do anexo I ao Decreto-Lei n.º 317/2009, de 30 de outubro), que aprova o regime jurídico relativo ao acesso à atividade das instituições de pagamento e à prestação de serviços de pagamento, transpõe assim a respectiva directiva para a ordem jurídica interna - a Directiva 2007/64/CE. Entretanto a vigência plena desta última directiva no domínio europeu pode estar com dias contados, pois existe uma proposta da

directiva do PEC, de 24 de Julho de 2013, relativa ao novo quadro jurídico dos serviços de pagamento no mercado interno, que visaria alterar as Diretivas 2002/65/CE, 2013/36/CE e 2009/110/CE e a revogação da Diretiva 2007/64/CE. Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2014, as disposições dos Avisos do Banco de Portugal n.ºs 3/2008, 10/2008 e 8/2009 são extensíveis às instituições de moedas electrónicas, Publicado no *Diário da República*, 2.ª série — N.º 140 — 23 de julho de 2014. Alterando, igualmente, o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro, às Leis n.os 25/2008, de 5 de junho, e 28/2009, de 19 de junho, e aos Decretos-Leis n.os 260/94, de 22 de outubro, 72/95, de 15 de abril, 171/95, de 18 de julho, 211/98, de 16 de julho, 357-B/2007 e 357-C/2007, de 31 de outubro, 317/2009, de 30 de outubro, e 40/2014, de 18 de março.

- Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro, que estabelece medida de combate à criminalidade organizada e económico-financeiro, Alterada pela Lei n.º 19/2008, de 21 de abril, e pelo Decreto-Lei n.º 317/2009, de 30 de Outubro e pelo Decreto-Lei 342/2012.
- Decreto-Lei n.º 23 721, de 29 de março 1934, que aprova a Lei Uniforme Relativa ao Cheque, ratificada pela carta de 10 de maio de 1934, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Setembro, alterado depois pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, Decreto-Lei n.º 323/2001, de 17 de dezembro, Decreto-Lei n.º 83/2003, de 24 de abril, e pela Lei n.º 48/2005, de 29 de agosto).
- Decreto-lei n.º 157/2014, de 24 de Outubro, Publicado no *Diário da República*, 1.ª série — N.º 206 — 24 de outubro de 2014, que transpõe a Diretiva n.º 2013/36/UE, do PEC, de 26 de junho de 2013 (Diretiva n.º 2013/36/UE), bem como o Regulamento (UE) n.º 575/2013, do PEC, de 26 de junho de 2013 (Regulamento (UE) n.º 575/2013), constituem, assim, o enquadramento jurídico que rege o acesso à atividade das instituições de crédito e que estabelece o quadro de supervisão e as regras prudenciais aplicáveis às instituições de crédito e às empresas de investimento.
- Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), DL n.º 53/2004, de 18 de Março com as alterações do DL n.º 200/2004, de 18 de Agosto; DL n.º 76-A/2006, de 29 de Março; DL n.º 282/2007, de 07 de Agosto e DL n.º 116/2008, de 04 de Julho e DL n.º 185/2009, de 12 de Agosto, Lei n.º 16/2012, de 20 de Abril, Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, e DL n.º 26/2015, de 06 de Fevereiro.
- Código de Processo Civil (CPC 1961) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44.129, de 28 de dezembro de 1961, na redação em vigor a 31 de agosto de 2013, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 36/2013, de 12 de Agosto.
- Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, atualizado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março, que aprova o Código do Imposto Municipal sobre as Transferências Onerosas de Imóveis, **que revoga** DL n.º 41969, de 24 de Novembro de 1958, relativo ao SISA e ao imposto sobre as sucessões e doações.
- Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares - RJIP, Lei n.º 5/93, de 1 de março, alteradas pela Lei n.º 126/97, de 10 de dezembro, e Lei n.º 15/2007, de 3 de Abril.

- Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, aprova o regime de comunicação de informações financeiras.
- Decreto-Lei n.º 64/2016, de 11 de Outubro, regula a troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade, transpondo a Diretiva n.º 2014/107/UE, do Conselho, de 9 de dezembro de 2014, que altera a Diretiva n.º 2011/16/UE. (Anexo I - regulamentação complementar prevista no art.º 16.º do RCIF).

2. JURISPRUDÊNCIAS

➤ 1980 – 1990

- Acórdão do STJ, de 10/4/1980, BMJ 296, p. 190 e ss
- Acórdão do STJ de 21 de Maio de 1980
- Acórdão da Relação de Lisboa de 17 de Março de 1982, CJ, 2, 201
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 1/84, Pub. DR, I Série, de 17 de Abril de 1984
- Acórdão da Relação do Porto, de 28/03/85, in CJ 1985, II, p.230,
- Acórdão do STJ, 12/11/1986, BMJ 361, p. 253 e ss
- Acórdão da Relação de Lisboa de 01/04/87, CJ XII, 1987 – 4, pp. 181-183
- Acórdão do STJ, de 20/10/1988, BMJ 380, p. 492 e s
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, 7/11/11/1989, CJ XIV, 5, p. 45 e ss
- Acórdão do STJ, 8/2/1990, BMJ 394 (1990), p. 417 e ss
- Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, 6/2/1990, CJ XV, 1, p. 314 e ss

➤ 1991 – 2000:

- Acórdão do STJ, de 21 de Fevereiro de 1991
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 359/91, Pub. DR, I-A, de 9 de Julho de 1991
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 153/90, Pub. DR, II série, de 3 de Maio de 1991
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de, 11/11/1991, CJ, XVI, 3, p. 215 e ss
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de Évora, 12/5/1992, CJ XVII, 3, p. 353 e ss
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 93/92, Pub. DR, I – A Série 123, de 28 de Maio de 1992
- Acórdão d do Tribunal Constitucional N.º 198/85, Pub. DR, II, Série, N.º 217, de 19 de Setembro de 1992
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 634/93, Proc. N.º 53/09.6YRCBR
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 6/6/1993, CJ XVIII (1993) 3, p. 195 e ss
- Acórdão do STJ, 28/6/1994, CJ/Supremo II, 2, p. 163 e ss

- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 06/07/1994, CJ XIX, 1994 – 4, 353 e ss
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, 6/7/1994, CJ XIX, 4, p. 46 e ss
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 13/7/1994, CJ XIX, 4, p. 228 e ss
- Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 14/02/1995, CJ XX, 1995 -1, 286 e ss
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 29/3/1995, CJ XX, 3, p. 230 e ss
- Acórdão do STJ, de 19 de Abril de 1995, CJ, Supremo III, 1995 – 2, p. 37 e ss.
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 29 de Maio de 1995, Processo n.º JTRP00014883
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 278/95, de 31 de Maio de 1995, 2ª Secção, Processo n.º 510/91
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 22, de Junho de 1995, BMJ, 448, p.421, CJ, 1995, 3º, p. 134
- Acórdão do STJ, de 31 de Outubro de 1995, Proc. N.º 604/94
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 07 de Novembro de 1995
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 21/11/1995, CJ XX, 5, p. 36 e ss
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, 7/3/1996, CJ XXI, 2, p. 179 e ss
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 21 de Outubro de 1996, Processo n.º JTRP00019448
- Ac. Tribunal da Relação de Lisboa de 28/01/97, CJ, V.XXII, 1997, t.I, pp.154-156
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, 14/05/1997, CJ XXII, 1997 – 3, p. 229 e ss
- Acórdão do STJ, de 10 de Dezembro de 1997
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 01 de Setembro de 1998
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 13/05/1999, CJ XXIV, 1999 – 3, 99 e ss
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 01 de Julho de 1999
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 9/11/1999, CJXXIV, 5, p. 78 e ss
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 17/2/2000, CJ XXV (2000) 1, p. 121 e ss
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 15 de Março de 2000, CJ XXV, 2, 90-92
- Acórdão do STJ, 21/3/2000, CJ/Supremo VI, 1, p. 130 e ss
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 05 de Julho de 2000, CJ XXV, 4, p. 90 e ss
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 6 de Novembro de 2000, Processo n.º JTRP30580
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 14 de Novembro de 2000

➤ **2001 – 2005:**

- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 24 de Janeiro de 2001
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 06 de Março de 2001
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 04 de Outubro de 2001
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 187/01, in, <http://www.tribunalconstitucional.pt/Acordaos/acordaos 01/101 -18701.htm>
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 28 de Novembro de 2001, CJ XXVI, 5, 138 – 143

- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 9/1/2002, CJ XXVIII, 1, p. 132 e ss
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 28 de Fevereiro de 2002
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 05 de Março de 2002, CJXXVI, p. 71 e ss
- Acórdão do STJ, de 24 de Abril de 2002
- Acórdão do do Tribunal Constitucional n.º 275/2002, Pub. DR, II, Série, de 14 de Julho de 2002
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 18/12/2002, CJ XXVII, 2002, 5, 115 e ss
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 27 de Janeiro de 2003, Processo n.º JTRP00035462
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 28 de Janeiro de 2003, Processo n.º JTRP00035066
- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 06/02/2003, processo n.º 03P159, publicado in www.dgsi.pt, sumário - n.º III
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 05/07/2003, CJ XXVII, 2003, 3, 105 e ss
- Acórdão do STJ de 05 de Outubro de 2003, Proc.03B1581
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 8/7/2004, CJ, 4, p. 71 e ss
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 2 de Dezembro de 2004, Processo n.º 10178/2004 – 6
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 06 de Dezembro de 2004, Processo n.º JTRP00037450
- Acórdão do STJ, de 27 de Janeiro de 2005, Processo n.º 04B700
- Acórdão STJ, de 27 de Janeiro de 2005, Proc. N.º 044700
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 7/4/2005, CJ XXX, 2, p. 177 e ss
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, 21/9/2005, CJ XXX (2005) 4, 137-139

➤ **2006:**

- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 09/03/2006, Proc. 774/2005-6
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 29 de Junho de 2006 (Pro. N.º 4949/2006 -6)
- Acórdão Supremo Tribunal Administrativo nº STA_0468/06 de 28-06-2006
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte nº TCAN_00762/06.1BEVIS de 07-09-2006
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul nº TCAS_01187/06 de 11-07-2006
- Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo nº STA_0665/06 de 26-07-2006
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte nº TCAN_00633/06.1BEVIS de 11-08-2006
- Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo nº STA_0866/06 de 13-09-2006
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa nº TRL_5900/2006-7 de 19-09-2006
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto nº TRP_0623992 de 19-09-2006

- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa n.º TRL_11186/2005-8 de 21-09-2006
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto TRP_0624755 de 17/10/2006
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte n.º TCAN_01026/06.6BEVIS de 19-10-2006
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, 30/10/2006, Proc. 01371/06
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul n.º TCAS_01371/06 de 31-10-2006
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul n.º TCAS_01410/06 de 07-11-2006
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto n.º TRP_0656042 de 13/11/2006
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 16/11/2006, CJXXI, 5, p. 86 e ss
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 05 de Dezembro de 2006, Proc. N.º 2294/06. 9YRCBR
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, 5/12/2006, Proc. 01485/06
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul n.º TCAS_01480/06 de 20-12-2006

➤ **2007:**

- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 42/2007, 2.ª secção, de 23 de Janeiro de 2007, Processo n.º 950/06
- Acórdão Tribunal Central Administrativo Sul TCAS n.º 01564/07 de 23/01/2007
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul n.º TCAS_01585/07 de 23-01-2007
- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 19/02/2007, CJ XXXI, 2007 – 1, 290 e ss
- Acórdão do STJ de 08 de Março de 2007, Proc.07B566
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 21/3/2007, CJ XXXII (2007) 2, 201-203
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 27 de Março de 2007 – 5
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, 28/3/2007, CJXXXII, 2, 128 e ss
- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça STJ n.º 07P1232 de 12-04-2007
- Supremo Tribunal Administrativo, 26/04/2007, Proc.0187/07
- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 26/4/2007, CJ XXXII, 2, 9. 276 e ss
- Supremo Tribunal Administrativo, 2/5/2007, Proc. 0292/07
- Supremo Tribunal Administrativo, 14/5/2007, Proc. 0189/07
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, 7/6/2007, Proc. 01930/07
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul Acórdão TCAS n.º 01930/07 de 03-07-2007
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 26 de Setembro de 2007, CJ XXXII, 2007 – 4, 218 e ss
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra n.º TRC_294/04 de 02/10/2007

- Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo STA, 3/10/2007, Proc. 0630/07
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte n° TCAN_00812/07.4BEVIS de 04-10-2007
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto n.º TRP_0743746 de 14/11/2007, 4ª Secção
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul n° TCAS_02036/07 de 16-10-2007
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra n° TRC_1333/06.8PBLRA-A.C1 de 28-11-2007

➤ **2008:**

- Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo STA, 9/1/2008, Proc. 01022/07
- Acórdão do STJ de 12 de Fevereiro de 2008, Proc.07A4618
- Acórdão STJ, de 13 de Fevereiro de 2008, DR, I Série, n.º 63, de 31 de Março de 2008
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte n° TCAN_00641/07.5BEVIS de 17-01-2008
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 6/3/2008, CJ XXXIII (2008) 2, 13 e ss 08TBAGN
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul n° TCAS, 11/03/2008, Proc. 02265/08
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, 26/3/2008, CJ XXXIII, 2, p 226 e ss
- Acórdão de Uniformização de Jurisprudência do STJ n.º 2/2008, Proc. N.º 891/07 – 3, Dr 1ª Série, n.º 63, de 31 de Março de 2008, p. 1879 e ss
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 230/2008, Proc. N.º 396/2007
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra n° TRC_1434/07.TAAVR de 09-04-2008
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 15-5-2008, proc. 0832244
- Acórdão Tribunal Central Administrativo Sul, 20/5/2008, Proc. 02401/08
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, 9/7/2008, CJ XXXIII (2008) 3 – 143-145
- Acórdão Tribunal Central Administrativo Sul, 16/10/08, Proc. 02036/07
- Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n° STA_20/8/2008, Proc. 0715/08
- Acórdão Tribunal Central Administrativo Norte n° TCAN_00423/08.7BEVIS-A de 04-09-2008
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 09/09/2008, Proc. 3541/2008-7
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto n° TRP_0814991 de 24-09-2008
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 14/10/2008, CJ XXXIII, 4, p. 106 e ss
- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães n° TRG_1910/08-2 de 16-10-2008
- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 19 de Dezembro de 2008, Proc. N.º 2730/08 – 2

➤ **2009:**

- Acórdão Tribunal Central Administrativo Norte n° TCAN_01384/08.8BEBRG de 15-01-2009
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 20 de Janeiro de 2009 (Proc. N.º 7806/2008-1
- Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n° STA_01106/08 de 21-01-2009
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra n° TRC_421/08.0YRCBR de 21-01-2009
- Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n° STA_0965/08 de 18-02-2009
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra n° TRC_53/09.6YRCBR de 10-03-2009
- Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n° STA_0135/09 de 19-03-2009
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 21 de Abril de 2009, Proc. 554/08.3TVLSB.L1-7
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto n° TRP_436-D/2001.P1 de 11-05-2009
- Acórdão do STJ de 21 de Maio de 2009, Proc. 09A0643
- Ac. Tribunal da Relação de Lisboa n° TRL_4324/07.8TBCSC-A.L1-1 de 02-06-2009
- Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n° STA_01116/09 de 02-12-2009
- Acórdão do STJ n.º Proc. 4822/2006, de 17 de Dezembro de 2009

➤ **2010 - 2017:**

- Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n° STA_0897/09 de 28-04-2010
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 19/10/2011, n.º 1688, e Ac. TRC, de 14/09/2011, n.º 40
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 14 de Setembro de 2011, Proc. n.º 1214
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa n° TRL_2061/08.5PFLRS-A.L1-3 de 19-10-2011
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 19/10/2011, Proc. n.º 10228/08
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, 19/10/2011, Proc. N.º 1688/09
- Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 25/10/11, Proc.756/10
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 02/11/2011, Proc. n.º 262/10
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 02/11/2011, Proc. n.º 614
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 02/11/11, Processo n.º 262/10
- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 10/11/2011, Proc. 855/10
- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 10/11/2011, Proc. 460/11
- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 14/11/2011, Proc. 344/10

- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 15/11/2011, Proc. 134/09
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 20/12/2011, Processo n.º 828/11
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 10/01/2012, Processo n.º 5336/10
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, 20/3/2012, Proc. 137-08.08TBAGN
- Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 22/3/2012, Proc. 194/09
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul n.º TCAS_05200/11 de 17-04-2012
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 15/05/2012, Processo n.º 1911/08
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto TRP n.º 238/12.8YRPRT de 14-11-2012
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto TRP n.º 217/12.5GAVFR-A.P1 de 03-12-2012
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 4/12/2012, Proc. 1555/09
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte TCAN n.º 00145/12.4BEMDL de 15-02-2013
- Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, 21/2/2013, Proc. 3033/09
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, 21/05/2013, Proc.06309/13
- Acórdão do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, de 31/10/2013
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Norte, de 13/3/2014, n.º 00039/10.8BECBR-A
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 13/3/2014, n.º 02274/08
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Norte, de 27/3/2014, n.º 00493/13.6BEVIS
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Norte, de 27/3/2014, n.º 01287/13.4BEPRT
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 10/7/2014, n.º 07606/14
- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 10/10/2014, n.º 01026/12.7BEBRG-B
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 16/10/2014, n.º 07945/14
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Norte de 16/10/2014, n.º 00224/14.3BEPNF
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 20/11/2014, Proc. n.º 17536.07.5YYLSB-AL1-2
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Norte, de 31/11/2014, n.º 00020/10.7BECBR-A
- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 4/12/2014, n.º 572/09.4TBFAF.G1
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 17/12/2014, n.º 464/12.0TBTND-C.C1

- Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 15/1/2015, n.º 426/12.7TBPTG-C.E1
- Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de, 29/1/2015, n.º 4330/07.2TBSTB-A.E1
- Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 25/2/2015, n.º 01398/14
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 4/3/2015, n.º 60/10.6TAMGR-A.C1
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 10/03/2015, n.º 3697/12.5TJLSB-A.P1
- Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 16/4/2015, n.º 20/11.0TBVVC-A.E1
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 28/4/2015, n.º 46/14.1TBMBR-A.C1
- Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 30/4/2015, n.º 272/14.3TBPTG.E1
- Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 5/5/2015, n.º 767/11.0TAOLH-C.E1
- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 7/5/2015, n.º 329/13.8TBAMR.G1
- Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 18/6/2015, n.º 0213/15
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 16/7/2015, n.º 3317/14.3JFLSB-B.L1-5
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 4/9/2015 n.º 412/14.2TELSB-A.L1-3
- Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 16/9/2015, n.º 099/15
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 1/10/15 n.º 5 419/12.1TBALM-B.L1-2
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 8/10/2015, n.º 356/11.0TVLSB.L1-6
- Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 14/10/2015, n.º 0901/15
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 15/10/2015, n.º 12519/15
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 17/03/2016, n.º 06178/12
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 17/01/2017
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 09/02/2017, n.º 19498/2016.9T8LSB-A-L1-2
- Ac. Relação de Lisboa de 07/03/17, Proc.48/16.3T8LSB-L1-7

OUTRAS/WEBGRAFIA

Acordo de Basileia III, publicado 12 em Setembro de 2010, pelo Comité de Basileia, formado essencialmente por dois documentos “*Basel III: A global regulatory Framework for more resilient banques and banking systems*” e “*Basel III: International Framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring*”, do BIS (Junho 2011 e Dezembro 2010, respetivamente).

Acordo de Basileia II, adotado pelo BSBC (*Basel Committee on Banking Supervision*), publicado em 26 de Junho de 2004 - *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standard: a Revised Framework*, que só foi implementado na sua plenitude em 31 de Dezembro de 2007.

Acordo de Basileia I adotado pelo Comité de Basileia em Julho de 1988, na cidade Suíça de Basileia, ao publicar o “*International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards*”. Este acordo veio a ser implementado na totalidade em 1992, com as suas emendas em 1999, integrado no documento (*International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards*) do Comité de Supervisão Bancária de Basileia, publicado em Junho de 2004.

- <http://www.oje.pt>
- http://www.iapmei.pt/iapmei_leg.02php
- <http://www.Bcb.gov.br>
- <http://www.stj.pt>
- <http://www.dgsi.pt>
- <http://www.bportugal.pt>
- <http://www.gpcb.pt>
- <http://www.oa.pt>
- <http://www.apbefgb.com>
- <http://banconacionalultramarino.blogspot.pt>
- <http://www.bancodaafricaocidental.com>
- <http://www.bancodauniao.com>
- <http://www.ligifrance.gouv.fr>
- <http://www.fatf-gafi.org>
- <http://www.bancocentral.tl>
- http://www.legiburkina.bf/jo/jo2009/no_02/loi_2008_00058.htm
- www.bis.org/publ/bcbs107.pdf

ÍNDICE

| | |
|---|--------|
| ABREVIATURAS E SIGLAS..... | 4 |
| MODO DE CITAÇÃO..... | 9 |
| PALAVRAS - CHAVE..... | 9 |
| RESUMO/ABSTRACT/RESUMÉ..... | 10 |
| PARTE I - PARÂMETRO GERAL..... | 17 |
| CAPÍTULO I - MEMORANDO JUSTIFICATIVO: INTRODUÇÃO, OBJETIVO E METODOLOGIA. COLOCAÇÃO DO PROBLEMA | 17 |
| 1. Sigilo ou segredo bancário? O que significa? | 18 |
| 2. Memorando justificativo | 20 |
| 2.1. Pertinência do tema | 20 |
| 2.1.1. A originalidade do tema na ordem jurídica guineense e a sua atualidade no sistema económico e financeiro | 21 |
| 2.1.2. A importância do sigilo bancário como instrumento de garantia de crédito e de captação de poupança..... | 29 |
| 3. Crescente parâmetro dogmático da temática do sigilo bancário como razão decisiva da defesa da pertinência do tema | 33 |
| 4. Parâmetro transversal e internacional do sigilo bancário | 35 |
| 5. Delimitação do âmbito e dos objetivos do presente estudo | 39 |
| 6. Apresentação do plano sumário de investigação. Razão de ordem..... | 41 |
| CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO GERAL | 43 |
| SECÇÃO I - Conceptualização do Sigilo Bancário | 43 |

| | |
|---|----|
| 1. Significado | 43 |
| 2. Conceptualização e objeto | 45 |
| SECÇÃO II - Panorama histórico: Génese e evolução | 49 |
| 1. Introdução. Concepções doutrinárias | 49 |
| 2. Fase embrionária correspondente ao período da antiguidade babilónica, hebraica e greco-romana..... | 54 |
| 2.1. A Babilónia como berço do sigilo bancário | 54 |
| 2.2. Sigilo Bancário na tradição Hebraica | 57 |
| 2.3. Antiga Grécia e Egípcia e o Sigilo Bancário..... | 58 |
| 2.4. A antiga Roma e o sigilo bancário | 59 |
| 3. Fase intermédia: a massificação e a institucionalização da atividade bancária | 60 |
| 3.1. Sigilo Bancário no período Medieval..... | 60 |
| 4. Fase de positivação e da internacionalização do sigilo bancário | 61 |
| 5. A nossa conclusão. Caso particular da evolução do sigilo bancário na Guiné-Bissau | 69 |
| SECÇÃO III - Interesses Protegidos, Segredo Profissional e Afins | 72 |
| 1. Porquê e para quê o sigilo bancário: Interesses protegidos | 72 |
| 2. O Sigilo Bancário como segredo profissional. Figuras afins..... | 77 |
| a. Segredo da Justiça | 78 |
| b. Segredo Perante o Fisco vs Segredo do Fisco | 80 |
| c. Segredo Comercial e Industrial | 81 |
| d. Segredo Sacramental | 82 |
| e. Segredo Médico..... | 83 |
| f. Segredo Profissional dos Advogados e das demais profissões | 84 |
| CAPÍTULO III - JUSTIFICAÇÃO E FUNDAMENTOS | 88 |
| SECÇÃO I - Teorias e Modelos..... | 88 |
| 1. Conceções e Modelos | 88 |
| 1.1. Teoria clássica | 88 |
| 1.2. Teoria da responsabilidade civil extracontratual..... | 90 |

| | |
|---|-----|
| 1.3. Teoria dos usos e costumes | 90 |
| 1.4. Teoria do segredo profissional | 91 |
| 1.5. Teoria de base legal e constitucional..... | 93 |
| 1.6. Teoria do dever geral de correção | 94 |
| 1.7. Teoria da técnica de captação de poupança como fundamento do sigilo bancário | 95 |
| 1.8. Teoria da soberania e de afirmação dos princípios liberais e democráticos como fundamento do sigilo bancário | 96 |
| 1.9. Tese de boa fé e da tutela de confiança como fundamento do sigilo bancário | 97 |
| 1.10. Teoria dos estatutos bancários e das cláusulas contratuais gerais..... | 98 |
| 2. Modelos de proteções do Sigilo Bancário | 99 |
| SECCÃO II - Fundamento Constitucional e Legal | 103 |
| 1. Razão de ordem | 103 |
| 2. O direito à reserva da intimidade da vida privada. Noções gerais e algumas perspectivas do direito comparado..... | 104 |
| 2.1. Generalidade..... | 104 |
| 2.2. Na antiga Roma | 109 |
| 2.3. Nas codificações clássicas. Sistema Francês/alemão | 110 |
| 2.4. No sistema brasileiro | 111 |
| 2.5. O sistema da Declaração Universal dos Direitos do Homem – DUDH..... | 114 |
| 3. Caso particular da reserva sobre a intimidade da vida privada na CRGB | 114 |
| 4. Âmbito de aplicação do direito à intimidade sobre a vida privada..... | 119 |
| 4.1. A questão da vida privada vs intimidade. Doutrina de diferenciação/teorias das esferas..... | 119 |
| 4.2. A fixação preliminar da natureza do sigilo bancário..... | 127 |
| 4.3. Titularidade do direito da reserva sobre a intimidade da vida privada. Pessoas singulares vs coletivas? | 131 |
| 5. A eficácia dos direitos fundamentais. Caso particular da eficácia horizontal | 133 |
| 6. Conclusão..... | 140 |

| | |
|---|-----|
| PARTE II - PARÂMETRO ESPECÍFICO | 142 |
| CAPÍTULO I - DO SIGILO BANCÁRIO NOS ORDENAMENTOS JURÍDICOS ESTRANGEIROS | 142 |
| SECÇÃO I - Do Sigilo Bancário no Direito da União Europeia | 145 |
| 1. Enquadramento geral..... | 145 |
| 2. A proteção, vinculação e extensão do seu conteúdo | 150 |
| 2.1. O sigilo bancário na órbita das diretivas sobre serviços de pagamentos e de acessos às instituições de moedas eletrónicas | 151 |
| 2.2. Sigilo bancário no âmbito das autoridades de supervisão da União Europeia..... | 156 |
| 3. Limites e problemas atuais | 160 |
| SUBSECÇÃO I - Do Sigilo Bancário no Direito Suíço | 166 |
| 1. Enquadramento geral..... | 166 |
| 2. A vinculação e extensão do seu conteúdo | 169 |
| 3. Limites e problemas atuais | 170 |
| 4. Violação e a natureza | 176 |
| SUBSECÇÃO II - Do Sigilo Bancário no Direito do Luxemburgo | 177 |
| 1. Enquadramento geral | 177 |
| 2. A vinculação e extensão do seu conteúdo | 179 |
| 3. Limites e problemas atuais | 180 |
| 4. Violação e a natureza | 181 |
| SUBSECÇÃO III - Do Sigilo Bancário no Direito Francês | 181 |
| 1. Enquadramento geral..... | 181 |
| 2. A vinculação e extensão do seu conteúdo | 184 |
| 3. Limites e problemas atuais | 186 |
| 4. Violação e a natureza | 190 |
| SUBSECÇÃO IV - Do Sigilo Bancário no Direito Italiano | 190 |

| | |
|--|-----|
| 1. Enquadramento geral..... | 190 |
| 2. A vinculação, limites e problemas atuais | 192 |
| 3. Violação e a natureza | 193 |
| SUBSECÇÃO V <u>-</u> Do Sigilo Bancário no Direito Belga..... | 194 |
| 1. Enquadramento geral..... | 194 |
| 2. A vinculação, limites e problemas atuais | 194 |
| 3. Violação e a natureza | 195 |
| SUBSECÇÃO VI <u>-</u> Do Sigilo Bancário no Direito Alemão | 195 |
| 1. Enquadramento geral..... | 195 |
| 2. A vinculação e extensão do seu conteúdo | 197 |
| 3. Limites e problemas atuais | 197 |
| 4. Violação e a natureza | 199 |
| SUBSECÇÃO VII <u>-</u> Do Sigilo Bancário no Direito Inglês | 200 |
| 1. Enquadramento geral..... | 200 |
| 2. A vinculação e extensão do seu conteúdo | 200 |
| 3. Limites e problemas atuais | 201 |
| 4. Violação e a natureza | 202 |
| SUBSECÇÃO VIII <u>-</u> Do Sigilo Bancário no Direito Português | 203 |
| 1. Enquadramento geral | 203 |
| 1.1. Resenha histórica e legal do sigilo bancário | 203 |
| 1.2. Quadro Jurídico Vigente | 212 |
| 2. A vinculação e extensão do seu conteúdo | 214 |
| - Quanto ao âmbito pessoal ou subjectivo, i.e., quem vincula ao dever de guardar sigilo bancário | 216 |
| - Determinação do seu âmbito material ou substantivo..... | 217 |
| - Limite temporal da obrigação do sigilo bancário | 218 |
| 3. A perspetiva do serviço de pagamento no mercado interno | 219 |
| 4. Limites e problemas atuais | 222 |

| | |
|---|-----|
| 4.1. Exceções e Limitações | 222 |
| 4.2. Problemas atuais..... | 233 |
| 4.3. Conclusão | 247 |
| 5. Violação e a natureza | 248 |
| 5.1. Consequência Penal..... | 248 |
| 5.2. Consequência civil | 249 |
| 5.3. Consequência Laboral ou disciplinar | 249 |
| 5.4. Consequências administrativas e acessórias..... | 249 |
| SECÇÃO II - Do Sigilo Bancário no Direito Brasileiro | 250 |
| 1. Enquadramento geral e vinculações | 250 |
| 2. Extensão do seu conteúdo, limites, problemas atuais e violação | 252 |
| SECÇÃO III - Do Sigilo Bancário nos Estados Integrantes da SADC..... | 260 |
| 1. Enquadramento geral..... | 260 |
| 2. A vinculação, extensão e limites | 261 |
| 3. Violação e natureza | 264 |
| SUBSECÇÃO I - Do Sigilo Bancário no Direito Sul-Africano..... | 266 |
| 1. Enquadramento geral..... | 266 |
| 2. A vinculação e extensão do seu conteúdo | 266 |
| 3. Limites e problemas atuais | 266 |
| 4. Violação e a natureza | 267 |
| SUBSECÇÃO II - Do Sigilo Bancário no Direito Angolano | 267 |
| 1. Enquadramento geral..... | 267 |
| 2. A vinculação e extensão do sigilo bancário. | 272 |
| 3. Limites e problemas atuais | 273 |
| 4. Violação e a natureza | 278 |
| SUBSECÇÃO III - Do Sigilo Bancário no Direito Moçambicano | 278 |
| 1. Enquadramento geral..... | 278 |

| | |
|--|------------|
| 2. Quadro legal vigente | 282 |
| 3. A vinculação e extensão | 285 |
| 4. Âmbito pessoal | 286 |
| 5. Âmbito material | 288 |
| 6. Limites e problemas atuais | 289 |
| 7. Violação e a natureza | 291 |
| SECÇÃO IV - Do Sigilo Bancário no Quadro da UMOA..... | 292 |
| 1. Enquadramento geral..... | 292 |
| 2. Uniformização de regras sobre a banca, operações, serviços e instrumentos de pagamentos na zona | 295 |
| 3. Condicionalismo jurídico da integração da Guiné-Bissau à UMOA | 298 |
| 4. Sigilo Bancário à luz da Lei-Quadro da Regulamentação Bancária da UMOA. A nova perspectiva de Basileia II e III | 302 |
| 5. Problemas atuais e limitações ao sigilo bancário | 305 |
| 6. Violação e a natureza | 306 |
| SECÇÃO V - Do Sigilo Bancário no Direito Africano. Outras Experiências | 307 |
| SUBSECÇÃO I - Do Sigilo Bancário no Direito de Cabo Verde | 307 |
| 1. Enquadramento legal..... | 307 |
| 1.1. A Constituição da República de Cabo-Verde (CRCV) | 308 |
| 1.2. A Lei Orgânica do Banco de Cabo-Verde (LOBCV) | 309 |
| 1.3. No domínio da atividade bancária e parabancária em CV | 312 |
| 2. Âmbito pessoal e material do sigilo bancário | 315 |
| 3. Limitações e problemas atuais | 316 |
| 4. Violação e Natureza | 317 |
| SUBSECÇÃO II - Do Sigilo Bancário no Direito de São Tomé e Príncipe..... | 318 |
| 1. Enquadramento legal..... | 318 |
| 2. Âmbito pessoal e material do sigilo bancário. Limitações e problemas atuais..... | 321 |
| 3. Violação e Natureza | 323 |

| | |
|--|-----|
| SUBSECÇÃO III - Do Sigilo Bancário no Direito de Timor-Leste | 323 |
| 1. Enquadramento legal..... | 323 |
| 1.1. O Banco Central de Timor-Leste (BCTL) | 323 |
| 1.2. Atividade bancária e parabancária em Timor-Leste..... | 325 |
| 1.3. Por último temos o Código de Conduta adoptado pelo BCTL..... | 325 |
| 2. Âmbito pessoal e material. Limitações e problemas atuais..... | 326 |
| 3. A violação e a natureza | 327 |
| CAPÍTULO II - DO SIGILO BANCÁRIO NA ORDEM JURÍDICA GUINEENSE | 328 |
| SECÇÃO I - DO ENQUADRAMENTO E PROTEÇÃO EM GERAL | 328 |
| 1. Posicionamento histórico do sigilo bancário. Justificação e consagração..... | 328 |
| 1.1. Antes da Independência..... | 328 |
| 1.2. A partir da independência. Evoluções posteriores | 331 |
| 1.3. Abertura económica e reflexo imediato na banca e na atividade bancária | 331 |
| 1.4. O reflexo da integração na UMOA | 333 |
| 1.5. Ressurgir do Sigilo bancário face aos problemas atuais | 334 |
| 2. Quadro legal vigente. O âmbito legal, extensão e o conteúdo do sigilo bancário | 338 |
| 2.1. A inserção da tutela do sigilo bancário no quadro constitucional: A questão do direito à reserva da intimidade da vida privada..... | 339 |
| 2.2. O sigilo bancário no âmbito da lei orgânica do Banco Central ((BCEAO) | 345 |
| 2.3. A Proteção do sigilo bancário no âmbito da Lei de Regulamentação bancária - LRB 4/2008 | 346 |
| 3. A vinculação e extensão | 357 |
| 4. A dimensão subjetiva do sigilo bancário | 359 |
| 4.1. Credor e beneficiário do sigilo bancário | 468 |
| 4.2. A questão do “direito” das pessoas coletivas ao sigilo bancário..... | 371 |
| 5. A dimensão objetiva e da vinculação material. Do conteúdo..... | 372 |
| 6. Início e cessação do dever/direito do sigilo bancário | 379 |
| 7. Proteção do sigilo bancário noutros patamares de direito vigente. Da sua extensão e limitação | 383 |
| 7.1. Sigilo bancário no Direito Penal | 383 |

| | |
|---|-----|
| 7.2. Sigilo bancário face à cooperação com a justiça cível e criminal | 385 |
| 7.3. Sigilo bancário no Direito civil | 391 |
| 7.4. Sigilo bancário no âmbito da Lei Uniforme, relativo à prevenção e repressão de branqueamento de capitais | 394 |
| 7.5. Sigilo Bancário no âmbito da lei relativa ao combate dos estupefacientes (do combate à produção, tráfico e consumo de droga)..... | 404 |
| 7.6. Proteção do sigilo bancário perante o direito fiscal | 405 |
| 7.6.1. Síntese da solução no direito comparado, relativo à situação do sigilo bancário perante a Administração Fiscal..... | 406 |
| 7.6.2. Nível de acesso à informação e documentos bancários..... | 416 |
| 7.6.3. A necessária garantia de confidencialidade – sigilo do fisco | 418 |
| 7.6.4. A solução vigente na Guiné-Bissau..... | 419 |
| 7.6.5. Conclusão | 422 |
| 7.7. Proteção do sigilo bancário no âmbito da Legislação Laboral..... | 423 |
| 7.7. Tribunal de Contas e sigilo bancário | 424 |
| 8. Proteção do sigilo bancário no âmbito de outras legislações internacionais | 425 |
| 9. Rotulada Zona de conflitualidades. Critério de ponderação rumo à construção e determinação do justo limite do conteúdo negativo do sigilo bancário | 426 |
| SECÇÃO II - <u>Do Regime Jurídico em Especial</u> | 437 |
| 1. Regime jurídico. Determinação..... | 437 |
| 1.1. Oponibilidade vs inoponibilidade: Obrigação legal de prestar informação bancária | 438 |
| i. Quanto à oponibilidade..... | 438 |
| ii. Zona livre de circulação de informação: A inoponibilidade e a obrigação legal de prestação de informações. O rotulado sigilo bancário partagé..... | 440 |
| iii. Central de Incidentes de Pagamentos (CIP) do BCEAO. Os ficheiros e a proteção dos dados pessoais face a informática | 453 |
| iv. Inoponibilidade do sigilo bancário no domínio de luta contra branqueamento de capitais..... | 463 |
| iv. Inoponibilidade do sigilo bancário às outras entidades atendendo aos fins prosseguidos | 464 |

| | |
|---|-----|
| vi. Inoponibilidade do sigilo bancário à administração dos correios e telecomunicações..... | 464 |
| vii. Da autorização do titular da conta. Do mandato e procuração em especial. Forma, formalidade e sua eficácia | 465 |
| viii. Autorizações de revelações de informações que possam ferir seriamente os interesses dos bancos e até da economia e do sistema financeiro. | 469 |
| ix. A nova perspectiva dos <i>bureaux d'information sur le crédit</i> - BIC na UMOA. A autorização da instituição de crédito e do cliente em especial | 471 |
| x. A cessão de crédito e sigilo bancário..... | 479 |
| xi. Outras situações da inoponibilidade do sigilo bancário decorrentes da ligação especial entre titular da conta com a pessoa | 480 |
| xii. Inoponibilidade do sigilo bancário aos herdeiros e legatários habilitados | 488 |
| xiii. A questão de inoponibilidade do sigilo bancário ao testamenteiro | 489 |
| xiv. A inoponibilidade do sigilo bancário aos curadores provisórios ou definitivos de pessoas ausentes | 489 |
| xv. A inoponibilidade do sigilo bancário ao gestor no âmbito da gestão de negócio..... | 490 |
| xvi. Garantes das Operações bancárias..... | 491 |
| xvii. A possibilidade de inoponibilidade do sigilo bancário entre os cônjuges casados em regime de comunhão geral de bens..... | 491 |
| xviii. A inoponibilidade do sigilo bancário nas contas paradas..... | 493 |
| xix. Conclusão | 495 |
| 1.2. Exceções: Derrogação e limitação | 497 |
| - Quebra do Sigilo Bancário como exceção à regra de garantia de confidencialidade..... | 497 |
| - Levantamento do Sigilo bancário. Legitimidade ativa e passiva, pressuposto, forma e formalidade..... | 499 |
| 1.3. Conclusão | 508 |
| 2. Situações concretas da quebra do sigilo bancário por determinação específica da lei e procedimento | 511 |

| | |
|--|-----|
| 2.1. Quebra do sigilo bancário e a demanda de informações relacionadas com processos cíveis, familiar e administrativos | 511 |
| 2.2. A quebra do sigilo bancário e acesso à conta e sua informação pelo cônjuge não titular | 512 |
| 2.3. A quebra do sigilo bancário e acesso à informação bancária de um dos cônjuges, no âmbito do processo de divórcio e partilha de bens..... | 517 |
| 2.4. A quebra do sigilo bancário para obtenção de informação útil do <i>de cujus</i> destinada a composição da massa de herança | 519 |
| 2.5. A quebra do sigilo bancário e acesso à informação bancária no âmbito do processo executivo. Penhora da conta bancária à luz do AUPSC-OHADA e CPC..... | 521 |
| 2.6. Quebra do sigilo bancário e acesso à informação de natureza comercial em geral ... | 526 |
| 2.7. A possibilidade da quebra do sigilo bancário e acesso à informação bancária no âmbito das Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) | 528 |
| 3. Conclusão. Problemas atuais | 530 |
| 4. Violação do Sigilo Bancário. Conceptualização e a natureza | 532 |
| 4.1. Consequência cível: Responsabilidade civil contratual vs extracontratual | 535 |
| 4.2. Consequência penal. Do tipo-base ao tipo específico de violação do sigilo bancário | 537 |
| 4.2.1. Previsão e elementos típicos objetivo e subjetivo | 538 |
| 4.2.2. O bem jurídico tutelado | 539 |
| 5. Exclusão da ilicitude da violação do sigilo bancário em razão da prevalência de deveres de valor igual ou superior..... | 543 |
| PARTE III - CRESCENTE PARÂMETRO ESPECÍFICO | 545 |
| SECÇÃO I - DA NATUREZA | 545 |
| 1. A inserção do sigilo bancário no direito à reserva sobre a intimidade da vida privada. Tendências e orientações..... | 545 |
| 1.1. Tendência restrita: | 547 |
| 1.2. Tendência ampla/eclética | 551 |

| | |
|--|-----|
| 2. Orientação jurisprudencial | 552 |
| 3. Tomada de posição. A defesa da dimensão eclética | 554 |
| 4. A Natureza complexa do sigilo bancário | 557 |
| 4.1. Caso particular das pessoas coletivas. Personalidade jurídica e capacidade | 560 |
| i. Personalidade e capacidade | 566 |
| ii. O alcance atual do princípio da especialidade no direito português e no direito da OHADA (AUSCAIE) | 567 |
| iii. As limitações à capacidade | 569 |
| 4.2. A nossa posição | 574 |
| 4.2. Conclusão: | 579 |
| SECÇÃO II - Da Conclusão | 583 |
| 1. Painel sinóptico e síntese conclusiva | 583 |
| 2. Que regime jurídico para a Guiné-Bissau? | 589 |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA | 592 |
| ÍNDICE DE LEGISLAÇÃO E DE JURISPRUDÊNCIA | 639 |
| 1. LEGISLAÇÃO | 639 |
| 1.1 GUINÉ-BISSAU/UEMOA | 639 |
| 1.2 DIREITO COMPARADO | 648 |
| 1.2.1. PAISES DA UEMOA | 648 |
| 1.2.2. OHADA. TRATADO E ACTO UNIFORME | 649 |
| 1.3 PAISES DA CPLP | 650 |
| 1.4 UNIÃO EUROPEIA/PORTUGAL: | 656 |
| 2. JURISPRUDÊNCIAS | 661 |
| OUTRAS/WEBGRAFIA | 669 |
| ÍNDICE | 670 |